

ESTAS



VERDADES

a História da Formação dos Estados Unidos

JILL



LEPORE



DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A PRESENTE OBRA É DISPONIBILIZADA PELA EQUIPE LE LIVROS E SEUS DIVERSOS PARCEIROS, COM O OBJETIVO DE OFERECER CONTEÚDO PARA USO PARCIAL EM PESQUISAS E ESTUDOS ACADÊMICOS, BEM COMO O SIMPLES TESTE DA QUALIDADE DA OBRA, COM O FIM EXCLUSIVO DE COMPRA FUTURA. É EXPRESSAMENTE PROIBIDA E TOTALMENTE REPUDIÁVEL A VENDA, ALUGUEL, OU QUAISQUER USO COMERCIAL DO PRESENTE CONTEÚDO

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O LE LIVROS E SEUS PARCEIROS DISPONIBILIZAM CONTEÚDO DE DOMÍNIO PÚBLICO E PROPRIEDADE INTELECTUAL DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA, POR ACREDITAR QUE O CONHECIMENTO E A EDUCAÇÃO DEVEM SER ACESSÍVEIS E LIVRES A TODA E QUALQUER PESSOA. VOCÊ PODE ENCONTRAR MAIS OBRAS EM NOSSO SITE: LELIVROS.LOVE OU EM QUALQUER UM DOS SITES PARCEIROS APRESENTADOS NESTE LINK.

**"QUANDO O MUNDO ESTIVER
UNIDO NA BUSCA DO
CONHECIMENTO, E NÃO MAIS
LUTANDO POR DINHEIRO E
PODER, ENTÃO NOSSA
SOCIEDADE PODERÁ ENFIM
EVOLUIR A UM NOVO NÍVEL."**





Americanos reunidos no National Mall para a Marcha sobre Washington de 1963. (Warren K. Leffler/ Biblioteca do Congresso.)

ESTAS VERDADES



*A história da formação
dos Estados Unidos*

JILL LEPORE

Tradução de:
André Czarnobai
e Antenor Savoldi Jr.



Copyright © 2018 by Jill Lepore
Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL
These truths: a history of the United States

PREPARAÇÃO
João Sette Camara
Fernanda Machtyngier

REVISÃO
Anna Beatriz Seilhe
Juliana Pitanga
Luiz Felipe Fonseca
Milena Vargas

REVISÃO DE E-BOOK
Cristiane Pacanowski | Pipa Conteúdos Editoriais
Carolina Andrade
Juliana Pitanga
Maíra Pereira

GERAÇÃO DE E-BOOK
Calil Mello Serviços Editoriais

E-ISBN
978-65-5560-062-9

Edição digital: 2020

1ª edição

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar
22451-041 — Gávea
Rio de Janeiro — RJ
Tel./Fax: (21) 3206-7400
www.intrinseca.com.br



intrinseca.com.br

Precisamos nos emancipar para, então, salvar nosso país.

— Abraham Lincoln, 1862

[Avançar para o início do texto]

Folha de rosto
Créditos
Mídias sociais
Dedicatória
Sumário

Introdução: A questão posta

Parte Um: A IDEIA

Um: A Natureza do Passado
Dois: Governantes e governados
Três: Sobre guerras e revoluções
Quatro: A Constituição de uma nação

Parte Dois: O POVO

Cinco: Uma Democracia de Números
Seis: A alma e a máquina
Sete: Sobre navios e naufrágios
Oito: A face da batalha

Parte Três: O ESTADO

Nove : Sobre Cidadãos, Indivíduos e Pessoas
Dez: Eficiência e as massas
Onze: Uma Constituição do ar
Doze: A Brutalidade da Modernidade

Parte Quatro: A MÁQUINA

Treze: Um mundo de conhecimento

Quatorze: Certos e errados

Quinze: Linhas de batalha

Dezesseis: América destruída

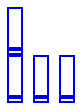
Epílogo: A questão enfrentada

Agradecimentos

Notas

Sobre a autora

Leia também



Introdução

A QUESTÃO POSTA

O CURSO DA HISTÓRIA É IMPREVISÍVEL, INSTÁVEL COMO O CLIMA e errático como a afeição. Nações prosperam e naufragam por obra do capricho e do acaso — devastadas pela violência, corrompidas pela ganância, usurpadas por tiranos, pilhadas por velhacos, aturdidas por demagogos. Tudo isso era verdade até uma certa terça-feira, dia 30 de outubro de 1787, quando os leitores de um jornal chamado *New-York Packet* viram, na primeira página, o anúncio de um almanaque recheado de tabelas que calculavam o “Nascente e Poente do Sol”, a “Previsão do Tempo”, a “Duração dos Dias e das Noites” e, de bônus, algo inteiramente novo: a Constituição dos Estados Unidos, 4.400 palavras que buscavam delimitar as ações dos órgãos do governo e estabelecer a separação de seus poderes, como se aquilo fosse uma questão da física, similar ao trânsito do Sol e da Lua e ao vaivém das marés.¹ A Constituição foi criada para ser o marco de uma nova era, na qual o curso da história seria mais previsível, e os governos estabelecidos seriam comandados não por acidente ou pelo uso da força, mas por meio da razão e da escolha. As origens desse conceito e sua finalidade se confundem com a própria história dos Estados Unidos.

A Constituição implicou trabalho duro e muita discussão. Vestindo culotes e pingando de suor, os delegados que participaram da assembleia constituinte se encontraram na Filadélfia durante um verão inteiro, em escaldante sigilo, e as janelas do salão onde se reuniam ficavam lacradas com tábuas, para evitar que suas conversas fossem entreouvidas. Em meados de setembro, eles tinham o esboço de uma proposta, redigida em quatro folhas de pergaminho, e enviaram-no a uma

gráfica, que definiu o início do seu imponente preâmbulo com uma letra N gigante, em uma fonte pontiaguda como a garra de uma ave:

Nós, o povo dos Estados Unidos, com o objetivo de formar uma União mais perfeita, estabelecer a Justiça, assegurar a Tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o Bem-estar geral e garantir para nós e para nossos Descendentes os Benefícios da Liberdade, promulgamos e estabelecemos esta Constituição para os Estados Unidos da América.

Quando o verão começava a dar lugar ao outono, os homens livres dos Estados Unidos, que encontravam a Constituição encartada em seus jornais e almanaques, foram convidados a decidir se ela deveria ou não ser ratificada, enquanto seguiam enfardando seu feno, moendo seu milho, curtindo seu couro, entoando seus cânticos religiosos, afrouxando as costuras dos casacos de inverno do ano anterior para os pais e mães que haviam engordado, e soltando as bainhas das roupas das crianças que haviam crescido.

Todos leram aquele documento estranho e complicado, e discutiram seus objetivos. Alguns ficaram com a impressão de que o novo sistema concedia muito poder ao governo federal — ao presidente, ao Congresso, à Suprema Corte, ou a todos os três. Muitos, como George Mason, delegado de 61 anos morador da Virgínia, que se recusou a assinar o documento, queriam que a Constituição incluísse uma declaração de direitos. (“Uma declaração pode ser elaborada em poucas horas”, suplicou Mason na convenção, mas foi ignorado).² Outros reclamaram de uma ou outra cláusula, discutindo até as vírgulas. Não era algo fácil de se ler. Alguns sugeriram jogar tudo fora e começar do zero. Um cidadão questionou se “o mesmo poder que convocou essa última assembleia não poderia convocar uma nova (...) As pessoas não são mais senhoras de si?”³

Muito do que essas pessoas disseram foi registrado. “O período de infância da maioria dos países ou está enterrado em silêncios ou envolto em uma bruma de fábulas”, observou certa

vez James Madison.⁴ Não o dos Estados Unidos. Assim como os dentes de leite de um bebê são guardados em um pote de vidro, a infância dos Estados Unidos foi preservada nas quatro folhas de pergaminho da Constituição, nas páginas dos almanaques que previam o clima de um passado distante, e nas centenas de jornais, nos quais artigos favoráveis e contrários ao novo sistema de governo surgiam ao lado de boletins sobre as condições do mar, de avisos de leilão e de anúncios que pediam o regresso de pessoas — mulheres e crianças, escravos e serviçais — que nunca haviam sido donas de si, que fugiram na esperança de declarar e instituir, para si e para os que viessem depois, as bênçãos da liberdade.

A Constituição foi ratificada durante um outono absolutamente trivial. Na edição de 30 de outubro de 1787 do *New-York Packet*, um professor anunciou que estava oferecendo aulas de “leitura, escrita, aritmética e contabilidade” em salas próximas à prefeitura. O espólio da Gearey, Champion and Co., que consistia majoritariamente de “uma grande e variada seleção de drogas e medicamentos”, seria leiloado. Veleiros de Londres e Liverpool e escunas de St. Croix, Baltimore e Norfolk lançaram suas âncoras nas profundezas da baía; chalupas de Charleston e Savannah amarraram suas cordas nas docas. Um escocês oferecia recompensa pela devolução de sua égua zaina de quatorze palmos de altura — “postura altiva, trote e galope muito elegantes” — que havia sido roubada. O dono de um armazém localizado em Peck Slip queria informar aos leitores que estava vendendo bacalhau seco, uma boa quantidade de melão, gengibre em pó em barris, rum de York, bacalhau em conserva, papel de carta e sapatos masculinos. E o *Columbian Almanack* estava à venda, com ou sem a Constituição encartada, na oficina da gráfica, onde os nova-iorquinos também poderiam adquirir, por uma determinada quantia, dois seres humanos:

À VENDA. JOVEM CRIADA NEGRA CONVENIENTE, 20 anos de idade. Está saudável e teve varíola. Tem um bebê do sexo masculino.

O anúncio dizia que a mãe era “extraordinária no trabalho doméstico”; seu bebê tinha “cerca de seis meses de idade” e ainda mamava. Seus nomes não eram mencionados.⁵ Eles não estavam sob o domínio da razão e da escolha. Estavam sob o domínio da violência e da força.

Em meio às atrocidades cotidianas da escravidão e às últimas novidades dos boticários, apareceu, na segunda página da edição daquele dia do *New-York Packet*, um artigo intitulado “O FEDERALISTA NÚMERO UM”. Ele havia sido escrito, de forma anônima, por um impetuoso advogado de 30 anos chamado Alexander Hamilton. “Você foi convocado para deliberar sobre uma nova Constituição para os Estados Unidos da América”, disse ele aos seus leitores. Porém, ele ressaltava que havia mais coisa em jogo: a decisão incorreta resultaria em uma “desgraça para a humanidade”. Segundo seu argumento, os Estados Unidos eram um experimento em ciência política que marcaria uma nova era na história dos governos:

Parece ter sido reservado ao povo deste país, por sua conduta e exemplo, o veredito da importante questão: se as sociedades humanas são de fato capazes de estabelecer um bom governo a partir da razão e da escolha, ou se elas estão para sempre destinadas a depender do acaso e da força para as suas constituições políticas.⁶

Essa era a questão naquele outono. E, de certa maneira, essa tem sido a questão de todas as estações desde então, apresentada a cada nascer e pôr do sol, em dias de chuva e de neve, em dias claros e nublados, e a cada relâmpago que cai. Uma sociedade politizada pode realmente ser governada pela reflexão e pela eleição, pela razão e pela verdade, e não por acidente e violência, por preconceito e embuste? Existe alguma estrutura de governo — alguma Constituição — por meio da qual um povo seja capaz de governar a si próprio de forma justa e honesta, tratando todos como iguais, exercitando o bom senso e a responsabilidade? Ou seus esforços, não importando suas constituições, estariam fadados a ser corrompidos, seu bom

senso anuviado pela demagogia, e sua razão abandonada pela fúria?

Seja qual for o clima, essa é a questão central da história americana. É também a questão central deste livro, um relato das origens, do curso e das consequências do experimento americano ao longo de mais de quatro séculos. Não é uma questão simples. Uma vez me deparei com um livro chamado *The Constitution Made Easy*.⁷ A Constituição não pode ser descomplicada. Essa nunca foi a sua intenção.

* * *

O EXPERIMENTO AMERICANO se sustenta em três ideias políticas, ou “estas verdades”, como Thomas Jefferson as chamava: igualdade política, direitos naturais e a soberania do povo. “Consideramos estas verdades sagradas & inegáveis”, escreveu Jefferson em 1776, em um rascunho da Declaração da Independência:

que todos os homens são criados como iguais e independentes, que dessa criação igualitária derivam direitos inerentes e inalienáveis, entre os quais estão a preservação da vida, e a liberdade, e a busca pela felicidade; que, para garantir esses fins, governos serão instituídos entre os homens, cujos justos poderes derivam do consentimento daqueles que são governados.

As raízes desses conceitos são tão antigas quanto Aristóteles e o Gênesis, e suas ramificações se estendem longamente, como os galhos de um carvalho, mas também são os princípios fundadores dos Estados Unidos: foi ao declará-los que essa nação passou a existir. Nos séculos seguintes, esses princípios foram aprovados, criticados e contestados, defendidos, discutidos e atacados. Depois de ler o rascunho de Jefferson, Benjamin Franklin pegou sua pena, riscou as palavras “sagrado e inegável” e sugeriu que “essas verdades” eram, em vez disso, “autoevidentes”. Essa não foi apenas uma pequena objeção. Verdades sagradas e inegáveis são aquelas divinas concedidas

por Deus e pertencentes à religião. Verdades evidentes são leis da natureza, empíricas e observáveis, pertencentes à ciência. Essa divergência quase partiu a República ao meio.

Apesar disso, essa divergência é quase sempre exagerada, e é fácil exacerbar as diferenças entre Jefferson e Franklin, que, nas linhas daquele texto, também se apresentaram como uma questão estilística: as revisões de Franklin são mais assertivas. O embate real não é entre Jefferson e Franklin, cada um tentando, à sua maneira, conciliar fé e razão, como muitos tentaram antes e depois deles. O embate real é entre “essas verdades” e o curso dos eventos: a história dos Estados Unidos atesta essas verdades ou as desmente?

Antes de começar o experimento, os homens que escreveram a Declaração da Independência e a Constituição haviam adquirido um conhecimento profundo da história por meio de uma vida inteira de estudos. Benjamin Franklin tinha 81 anos de idade e estava todo torto e corcunda quando assinou a Constituição, em 1787, com sua mão enrugada e sarapintada. Em 1731, quando tinha 25 anos, na flor da idade, havia escrito um artigo chamado “Observations on Reading History” em um “papelzinho preservado por acaso”.⁸ E ele seguiu estudando história e fazendo anotações, perguntando a si mesmo, ano após ano: o que o passado nos ensina?

Os Estados Unidos têm como base um compromisso com a igualdade, que é um conceito essencialmente moral, com raízes no Cristianismo, mas o país também mantém um compromisso com a indagação, intrépida e inabalável. Seus fundadores concordavam com o filósofo e historiador escocês David Hume, que, em 1748, escreveu que os “registros de guerras, intrigas, dissensões e revoluções são muitas coleções de experimentos”.⁹ Eles acreditavam que a verdade podia ser encontrada nos conceitos da moral, mas também no estudo da história.

Falou-se muito, ao longo do século XXI e também em séculos anteriores, que os americanos carecem de um passado coletivo e que a República, construída sobre uma base rachada, está

ruindo.¹⁰ Parte desse argumento tem a ver com ancestralidade: os americanos descendem dos conquistadores e dos conquistados; das pessoas que foram escravizadas e de quem as escravizou; da União e da Confederação; dos protestantes e dos judeus; dos muçulmanos e dos católicos; e dos imigrantes e das pessoas que lutaram para acabar com a imigração. Às vezes, na história dos Estados Unidos — em quase todas as histórias das nações —, o vilão de uma pessoa é o herói de outra. Outro aspecto que compõe esse argumento é a ideologia: os Estados Unidos foram fundados com base em um conjunto de ideias, mas os americanos se dividiram tanto que não concordam mais, se é que algum dia concordaram, sobre o que essas ideias são ou foram.

Escrevi este livro porque narrar uma história dos Estados Unidos do começo ao fim — e ultrapassando esse cisma — é algo que não se tenta há muito tempo e é uma coisa importante, que parecia valer a pena. É importante pois a compreensão da história como uma forma de investigação — e não como algo fácil e reconfortante, mas desafiador e exaustivo — foi crucial para a fundação desse país. Isso, também, era novidade. No Ocidente, as narrativas mais antigas — a *Ilíada* e a *Odisseia* — eram odes e contos sobre guerras e reis, sobre homens e deuses, declamados e cantados. Essas histórias eram memoriais, assim como as demais histórias da Antiguidade: foram concebidas como monumentos. “Escrevi a minha obra não para ganhar o aplauso do momento”, escreveu Tucídides, “mas como um bem para a posteridade.” Heródoto acreditava que o propósito de se escrever a história era “evitar que o tempo apague o que o homem criou”. Um novo tipo de relato histórico, menos memorial e mais incômodo, só começou a surgir no século XIV. “A história é uma ciência filosófica”, escreveu em 1377 Ibne Caldune, douto muçulmano africano do norte, no prólogo da sua história do mundo, na qual ele definiu a história como o estudo “das causas e origem das coisas existentes”.¹¹

Foi só por trancos e solavancos que a história se tornou não apenas uma forma de memória, mas também de investigação, passível de ser contestada, como a filosofia, de ter suas premissas questionadas, suas evidências examinadas, seus argumentos refutados. No começo do século XVII, Sir Walter Raleigh começou a escrever a sua própria “História do Mundo” (*History of the World*) de uma cela na Torre de Londres, onde lhe foi permitido manter uma biblioteca de quinhentos livros. O passado, Raleigh explica, “nos familiariza com nossos antepassados mortos”, mas também joga luzes sobre o presente, “ao comparar as mazelas vivenciadas por outros homens com nossos próprios erros e equívocos”.¹² Estudar o passado é abrir as portas da visão do presente.

Esse novo entendimento sobre o passado era uma tentativa de separar história e fé. Os livros sagrados das religiões do mundo — a Bíblia hebraica, o Novo Testamento, e o Corão — estão repletos de mistérios, verdades que são conhecidas somente por Deus, aceitas num ato de fé. Nos novos livros de história, os historiadores se dedicavam a resolver mistérios e descobrir suas próprias verdades. Essa mudança da reverência para a investigação, do mistério para a história, foi crucial para a fundação dos Estados Unidos. Ela não exigia o abandono da fé e das verdades reveladas pela religião, nem dispensava ninguém da obrigação de saber a diferença entre o certo e o errado. Porém, exigia que o passado fosse submetido ao ceticismo, que se olhasse para o começo não para justificar os fins, mas para questioná-los — com evidências.

“Não ofereço nada além de fatos simples, argumentos claros e senso comum”, escreveu Thomas Paine, o filho irascível de um comerciante inglês, em *Common Sense* (Senso comum, em tradução livre), em 1776. Os reis não teriam o direito de reinar, argumentava Paine, porque, se pudéssemos traçar as monarquias hereditárias até o seu princípio — “se pudéssemos desvelar o manto escuro do passado e rastrear os reis até o início de sua ascensão” —, nós descobriríamos que “o primeiro

rei não passava do principal rufião de algum bando incansável”. James Madison explicou o ceticismo dos americanos em relação à história, esse empirismo profundo, da seguinte maneira: “O maior triunfo do povo americano é o fato de, ao mesmo tempo em que dá a devida atenção às opiniões de outras épocas e de outros países, não padecer de uma veneração cega pelo passado, pela tradição ou por nomes a ponto de invalidar as sugestões baseadas no seu próprio bom senso, no conhecimento de sua situação atual e nas lições aprendidas em sua experiência pessoal.”¹³ Para Madison, as evidências eram tudo.

“Chegamos a uma nova era na política”, escreveu Paine, com sua pena afiada, e “surge uma nova maneira de pensar.”¹⁴ Declarar independência era, por si só, um embate entre o presente e o passado, uma discussão que necessitava de um tipo muito específico de evidência: a evidência histórica. É por esse motivo que a maior parte da Declaração da Independência é uma lista de alegações históricas. “Para provar isso”, escreveu Jefferson, “permitam-nos submeter os fatos a um mundo cândido.”

Fatos, conhecimento, experiência, provas. Essas palavras vêm do direito. Na metade do século XVII, elas migraram para o que era então chamado de “história natural”: astronomia, física, química, geologia. Por volta do século XVIII, também passaram a ser aplicadas na história e na política. *Estas verdades*: esta era a linguagem da razão, do Iluminismo, da investigação e da história. Em 1787, então, quando Alexander Hamilton perguntou se “as sociedades humanas são de fato capazes de estabelecer um bom governo a partir da razão e da escolha ou se estão para sempre destinadas a depender do acaso e da força para as suas constituições políticas”, esse era o tipo de pergunta que um cientista faria antes de começar um experimento. Somente o tempo poderia dizer. Mas o tempo passou. O começo chegou ao fim. Qual é, então, o veredito da história?

Este livro tenta responder a essa pergunta ao contar a história da história dos Estados Unidos, começando em 1492, com a

viagem de Colombo, que conectou continentes, e terminando num mundo que não é simplesmente conectado, mas emaranhado, nodoso e constricto. Ele conta a história do assentamento das colônias americanas; a fundação do país e sua expansão por meio da migração, imigração, guerras e invenções; sua derrocada rumo à guerra civil; sua participação nas guerras na Europa; sua ascensão ao *status* de potência global e o seu papel, depois da Segunda Guerra, no estabelecimento da moderna ordem mundial liberal: o Estado de direito, os direitos individuais, o governo democrático, a abertura das fronteiras, e a liberdade dos mercados. Ele narra os conflitos do país com o comunismo no exterior e com o racismo em seu próprio território; suas rupturas e divisões, e as guerras que vem promovendo desde 2001, quando dois aviões se chocaram contra as duas torres do World Trade Center, a oito quadras do local em que, há muito, ficava a oficina da gráfica que imprimia o *New-York Packet*, onde um dia esteve à venda uma jovem mãe e seu bebê de 6 meses e um *Columbian Almanack*, que poderia vir, ou não, com a Constituição encartada.

A partir dessa História, eu contei uma história; e me esforcei para contá-la da forma mais honesta possível. Eu escrevi um começo e escrevi um fim, e tentei ir além desse limite, mas jamais me propus a contar toda a história. Ninguém seria capaz. Falta muito nestas páginas. Na década de 1950, o historiador Carl Degler explicou a regra que ele usava para decidir o que manter e o que descartar em sua própria história dos Estados Unidos, um livro encantador chamado *Out of Our Past* (Do nosso passado, em tradução livre). “Que os leitores estejam avisados de que não encontrarão aqui nada sobre as administrações presidenciais entre 1868 e 1901, nenhuma menção aos índios americanos ou ao assentamento das colônias no século XVII”, alerta Degler. “A Guerra de 1812 é citada apenas numa nota de rodapé.”¹⁵ Eu também tive que deixar muita coisa de fora. Alguns eventos muito importantes não chegaram nem às notas, que eu tentei manter sempre bem curtinhas, como as unhas de um bebê.

Ao decidir o que manter e o que descartar, me restringi àquilo que, na minha opinião, um povo do século XXI precisa saber sobre o passado de sua estabelecida nação, especialmente porque este livro pretende servir também como uma cartilha de moral e cívica à moda antiga, uma explicação das origens e finalidades das instituições democráticas, das assembleias populares ao sistema de partidos, das convenções de nomeação ao voto secreto, dos programas de rádio às enquetes de internet. Este livro é, essencialmente, uma história da política. Ele dedica muito pouca atenção à história militar e diplomática, bem como à história social e cultural. Assim, contempla episódios da história da lei, da religião, do jornalismo e da tecnologia americanas, essencialmente porque são instâncias nas quais a verdade e a mentira foram postas em seus devidos lugares em certas ocasiões.

Além de ser um breve relato da história dos Estados Unidos e uma cartilha cívica, esta obra se propõe a ser ainda mais uma coisa: uma explicação sobre a natureza do passado. A história não é apenas um tema; é também um método. O meu método, em geral, é deixar que os mortos falem por si. Comprimi suas palavras entre estas páginas, como flores, pela sua beleza, e como insetos, pela sua monstruosidade. O trabalho de um historiador não é como o de um crítico; é como o trabalho de um detetive e de um contador de histórias, de um filósofo e de um cientista, de um guardião de histórias, de um profeta, de alguém que conta a verdade.

E quanto ao passado dos Estados Unidos? Há, certamente, uma grande dose de sofrimento na história americana, e mais ainda de hipocrisia. Nenhuma nação, povo nenhum foi poupado disso. Mas há, também, no passado americano, uma quantidade enorme de decência e esperança, de prosperidade e ambição e, principalmente, de criatividade e beleza. Alguns livros de história americana não são capazes de criticar os Estados Unidos, e outros não fazem nada além disso. Este livro não é de nenhum desses dois tipos. As verdades sobre as quais tal nação foi fundada não são mistérios, artigos de fé que jamais poderão ser

questionados, como se a fundação fosse um ato de Deus, mas também não são mentiras, criações ficcionais, como se nada pudesse ser conhecido, em um mundo sem verdade. Entre a reverência e a adoração, de um lado, e a irreverência e o menosprezo, do outro, há um caminho íngreme, longe das falsas devoções e dos triunfos mesquinhos sobre as pessoas que viveram, morreram e cometeram tanto seus atos de coragem quanto seus erros e pecados muito antes que cometêssemos os nossos. “Não podemos consagrar esta terra”, disse Lincoln, em Gettysburg. Temos a obrigação de, em vez disso, andar por essa terra, devotando nossas vidas tanto aos vivos quanto aos mortos.

Deixo aqui uma última observação sobre o ato de contar histórias e sobre a verdade. “Já comecei esta carta cinco vezes e rasguei tudo em pedacinhos”, escreveu James Baldwin ao iniciar uma carta para o seu sobrinho, em 1962. “Eu ainda enxergo seu rosto, que é também o rosto do seu pai e do meu irmão.” Seu irmão estava morto; ele queria falar ao sobrinho sobre ser um homem negro, sobre a luta por igualdade e sobre a enorme importância e importância de se estudar o passado e refletir sobre suas origens. Ele prosseguiu,

Eu conheço vocês dois desde o começo de suas vidas, segurei seu Papai nos braços e o pus em meus ombros, beijei-o e lhe dei palmadas, e o vi aprender a andar. Não sei se você conhece alguém há tanto tempo assim; depois que você ama alguém por tanto tempo assim, primeiro como bebê, depois como criança, e depois como adulto, você desenvolve uma perspectiva estranha em relação ao tempo e ao sofrimento e ao esforço humano. Outras pessoas não conseguem ver o que eu vejo sempre que eu olho para o rosto do seu pai, pois, por trás do rosto do seu pai, como ele é hoje, estão todos aqueles rostos que já foram dele.¹⁶

Ninguém conhece um país há tanto tempo assim, desde quando era um bebê, com ou sem dentes de leite guardados num pote. Mas estudar a história é isso, olhar para um rosto e ver, atrás dele, um rosto atrás de um rosto atrás de um rosto. “Saiba de onde você vem”, Baldwin disse ao seu sobrinho.¹⁷ O passado é uma herança, uma dádiva e um fardo. Não se pode

fugir dele. Você o leva consigo aonde você for. Não há nada a fazer além de conhecê-lo.



John Durand pintou Jane Beekman, a precoce nova-iorquina de seis anos de idade, em 1767, segurando um livro e tomada pela inspiração. Jane Beekman, de John Duran, 1767, óleo sobre tela. (Foto © Sociedade Histórica de Nova York.)

Parte Um

A IDEIA



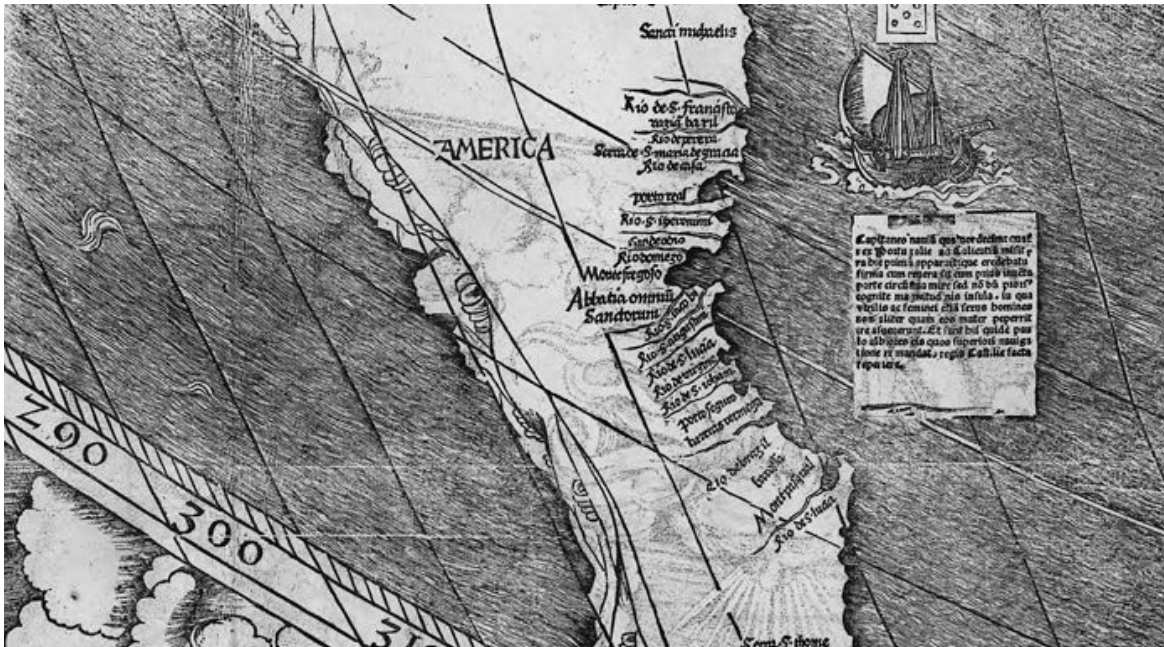
1492-1799

No começo, o mundo inteiro era a América.

— John Locke,
Segundo tratado sobre o Governo,
1689

Um

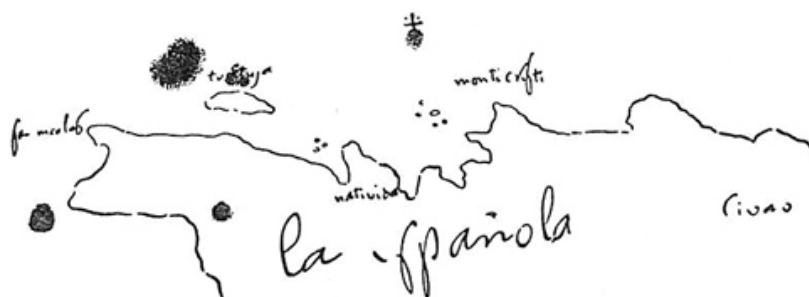
A NATUREZA DO PASSADO



“América” apareceu pela primeira vez como o nome de uma massa de terra indefinida num mapa-múndi produzido em 1507. (Martin Waldseemüller / Biblioteca do Congresso.)

“VIMOS GENTE DESNUDA”, ESCREVEU EM SEU DIÁRIO UM capitão genovês de ombros largos, aproximando-se de terra firme depois de semanas sem ver coisa alguma além do azul-escuro do mar. Ou, pelo menos, é o que se acredita que Cristóvão Colombo tenha escrito em seu diário naquele dia de outubro de 1492, o risco de tinta escorrendo pela folha como o rastro deixado por uma lesma atravessando um areal. Ninguém sabe ao certo o que o capitão escreveu naquele dia, porque o seu diário se perdeu. Na década de 1530, antes do seu desaparecimento, partes do diário foram copiadas por um frei dominicano de hábito e cabelo tonsurado chamado Bartolomeu de Las Casas. A cópia do frei também ficou perdida até aproximadamente 1790, quando um velho marinheiro a encontrou na biblioteca de um duque espanhol. Em 1894, a viúva de outro bibliotecário vendeu a uma duquesa fragmentos que

aparentemente pertenciam ao original de Colombo — o volume estava com a sua assinatura e trazia o ano 1492 na capa. Depois disso, a viúva sumiu, e, junto com ela, desapareceu também o que quer que ainda restasse do diário original.¹



Num esboço coberto de borrões da costa noroeste do Haiti, Colombo escreveu “la española”, Hispaniola, “a ilha espanhola”. (Coleção Granger.)

Isso tudo é muito lamentável; entretanto, não é nada incomum. A maioria das coisas que um dia já existiram não existem mais. Carne se decompõe, madeira apodrece, paredes cedem, livros se desfazem. A natureza responde por uma parte dessa conta, e a barbárie, pela outra. A história é o estudo do que resta, do que fica para trás, que pode ser praticamente qualquer coisa, desde que sobreviva à destruição do tempo e da guerra: cartas, diários, DNA, lápides, moedas, transmissões televisivas, pinturas, DVDs, vírus, páginas abandonadas no Facebook, transcrições das audiências do Congresso, ruínas de construções. Algumas dessas coisas acabam sendo salvas por sorte ou por acaso, como aquela casa que, de forma quase milagrosa, permanece de pé depois que um furacão arrasa uma cidade. Mas a maior parte das coisas que um historiador estuda sobrevive porque foi guardada de propósito — colocada dentro de uma caixa e armazenada num sótão, nas prateleiras de uma biblioteca, dentro de um museu, fotografada ou gravada, hospedada em um servidor — cuidadosamente preservada, até mesmo catalogada.

Juntando tudo isso, o acidental e o intencional, esse arquivo do passado — escombros, relíquias, um repositório do conhecimento, as evidências do que veio antes, essa herança — é chamado de registro histórico, e é enlouquecedoramente irregular, assimétrico e injusto.

Confiar em registros tão inconsistentes requer cautela. Mesmo assim, até mesmo as ausências falam. “Vimos gente desnuda”, escreveu Colombo em seu diário (pelo menos de acordo com as notas tomadas por Las Casas). “Era um povo muito pobre de tudo”, prosseguiu o capitão, descrevendo as pessoas que encontrou na ilha chamada pelos locais de Haiti — “terra das montanhas” —, mas que Colombo batizou de Hispaniola — “ilhota espanhola” —, porque achou que ela não tivesse um nome. Eles careciam de armas, relatou; careciam de ferramentas. Acreditava que eles careciam também de uma fé: “Parecem não ter religião.” Careciam de malícia; careciam de desconfiança. “Levarei seis deles até Vossas Altezas”, escreveu, dirigindo-se ao rei e à rainha da Espanha, “para que eles possam aprender a falar”, como se, de alguma maneira impossível, eles não tivessem uma língua.² Mais tarde, ele admitiu a verdade: “Nenhum de nós entende o que eles dizem.”³

Dois meses após chegar ao Haiti, Colombo se preparava para retornar à Espanha, mas, ao navegar rente à costa, sua capitânia, que tinha três mastros, encalhou. Antes que o navio afundasse, os homens de Colombo aproveitaram sua madeira para construir um forte; a carcaça submersa nunca foi encontrada, tão perdida na história quanto as coisas que o povo do Haiti disse no dia em que aquele estranho capitão atracou no seu litoral. Na viagem de volta para casa, numa embarcação menor e mais rápida, com as velas quadradas, Colombo ficou refletindo a respeito de tudo o que ele não entendia sobre o povo que havia encontrado, um povo que ele chamou de “índios”, pois pensava ter navegado até as Índias. Ocorreu-lhe que talvez a ausência de uma religião ou de uma língua não fosse a questão, mas que essas coisas fossem, para ele, mistérios nos quais ele

não conseguia penetrar, coisas que estavam além de sua compreensão. Ele precisava de ajuda. Em Barcelona, contratou Ramón Pané, um padre e estudioso, para acompanhá-lo em sua próxima viagem, para “descobrir e compreender [...] as crenças e idolatrias dos índios, e [...] como eles veneram os seus deuses”.⁴

Pané viajou com Colombo em 1493. Chegando ao Haiti, Pané conheceu um homem chamado Guatícabanú, que sabia todas as línguas faladas na ilha, aprendeu o idioma de Pané, o castelhano, e ensinou o seu a ele. Pané viveu entre os nativos, os Taino, por quatro anos, e entregou a Colombo seu relato, um manuscrito que intitulou *Um relato sobre as antiguidades dos índios*. Não muito tempo depois, a obra desapareceu.

O destino dos livros antigos varia tanto quanto a profundidade dos oceanos. Antes que *Um relato sobre as antiguidades dos índios* desaparecesse, Ferdinando, o filho de Colombo, que estava escrevendo uma biografia de seu pai, fez uma cópia. Embora o livro de Ferdinando Colombo ainda não tivesse sido publicado à época de sua morte, em 1539, sua cópia do relato extraordinário já havia sido transcrita por outros estudiosos àquela altura, incluindo o obstinado Las Casas, um homem que nunca perdia a oportunidade de virar a página. Em 1570, um intelectual estava traduzindo, em Veneza, o relato de Pané para o italiano quando morreu na prisão, acusado de trabalhar como espião para os franceses. Apesar disso, sua tradução foi publicada em 1571, ou seja: o legado mais próximo do relato original de Pané é uma tradução malfeita para o italiano de palavras que já haviam sido traduzidas muitas vezes, de outras línguas para a língua de Guatícabanú, e da língua de Guatícabanú para o castelhano e, então, por Pané, do castelhano.⁵ E, mesmo assim, ele permanece sendo um tesouro.

“Escrevi tudo isso às pressas, e não tinha papel suficiente”, desculpou-se Pané. Ele havia feito uma compilação das histórias dos Taino, muito embora tenha achado difícil compreendê-las, uma vez que muitas delas, em sua opinião, aparentemente se contradiziam. “Por não terem nem escritos, nem letras”, relatou

Pané, “eles não são capazes de fornecer relatos fiéis sobre o que ouviram de seus ancestrais, e, portanto, nem todos dizem as mesmas coisas.” Os Taino não tinham escrita. Porém, contrariando as impressões iniciais de Colombo, certamente tinham uma religião. Eles chamavam seu deus de Yúcahu. “Eles creem que ele mora no Paraíso e é imortal, e que ninguém é capaz de vê-lo, e que ele tem mãe”, explicou Pané. “Mas ele não tem um início (...) Da mesma forma, eles sabem de onde vieram, como o sol e a lua surgiram, como o mar foi criado, e para onde vão os mortos.”⁶

Os povos estruturam seus mundos a partir das histórias de seus mortos, seus deuses, e das origens de suas leis. Os Tainos contaram para Pané que seus ancestrais viveram um dia em cavernas e que só saíam delas à noite, mas, uma vez, quando alguns deles se atrasaram para voltar, o Sol os transformou em árvores. Num outro momento, um homem chamado Yaya matou seu filho, Yayael, pôs seus ossos dentro de uma cabaça e a pendurou em seu telhado. Quando sua esposa desceu a cabaça e a abriu, os ossos haviam se transformado em peixes, e as pessoas comeram o peixe, mas, quando tentaram suspender a cabaça novamente, ela caiu no chão, e de dentro dela vazou toda a água que deu origem aos oceanos.

Os Taino não tinham escrita, mas tinham governo. “Suas leis estavam encerradas em canções antigas, por meio das quais eles governavam a si mesmos”, relatou Pané.⁷ Eles cantavam suas leis e cantavam a sua história. “Em vez de livros, essas canções ficam guardadas em suas memórias”, observou outro historiador espanhol, “e é dessa forma que eles recitam as linhagens dos caciques, dos reis e dos senhores que tiveram, seus atos, e tudo de bom e de ruim pelo que passaram.”⁸

Nessas canções, eles contavam as suas verdades. Falavam sobre como os dias, as semanas e os anos após o capitão de ombros largos resolver olhar para sua ilha tinham sido os piores de todos os tempos. Seu deus, Yúcahu, havia profetizado que eles “desfrutariam de seus domínios apenas por um curto

período, pois chegaria à sua terra um povo coberto de roupas, capaz de subjugar-los e de matá-los”.⁹ Isso acabou acontecendo. Havia cerca de três milhões de pessoas naquela ilha, a terra das montanhas, quando Colombo desembarcou; cinquenta anos depois, havia apenas quinhentas. Os demais estavam todos mortos, e suas canções nunca mais seriam cantadas.

I.

AS HISTÓRIAS SOBRE AS ORIGENS quase sempre começam na escuridão, com terra, água e noite sombrias como a morte. O Sol e a Lua vieram de uma caverna, disseram os Taino para Pané, e os oceanos saíram de dentro de uma cabaça. Os Iroquês, um povo da região dos Grandes Lagos, dizem que o mundo se origina de uma mulher que morava nas costas de uma tartaruga. Os Akan, de Gana, contam uma história sobre um deus que vivia mais perto da Terra, não muito alto no céu, até que uma mulher bateu nele com um pilão e ele saiu voando para longe. “No princípio, Deus criou o Céu e a Terra”, de acordo com o Gênesis. “E a Terra era sem forma, e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo.”

As trevas também estavam sobre a face do abismo nas histórias geológicas, cujas evidências se encontram em pedras e ossos. O universo foi criado há cerca de quatorze bilhões de anos, de acordo com indícios de rastros de meteoros e vestígios do pós-vida das estrelas que piscam ao longe, oscilando entre luz e trevas. A Terra se formou há cerca de quatro bilhões de anos, conforme a datação da areia e das pedras, do leito oceânico e dos topos das montanhas. Por muito tempo, todos os territórios do planeta estavam aglomerados, até que, há cerca de trezentos milhões de anos, esse aglomerado de territórios começou a se separar; pedaços foram se soltando e continuaram a se afastar uns dos outros, como os destroços de um navio que afunda.

Evidências de um passado tão distante assim são traiçoeiras, mas sobrevivem nos lugares mais improváveis, até mesmo nos ninhos dos ratos trocadores, um gênero de mamíferos que já rastejava pela América do Norte há sessenta milhões de anos. Esses animais construía seus ninhos usando gravetos, pedras e ossos, e depois urinavam neles; o líquido se solidificava, como o âmbar, preservando os ninhos de rato como se tivessem sido prensados entre lâminas de vidro. Muitos dos animais e plantas que viveram na mesma época dos antigos ratos trocadores acabaram extintos mais tarde, perdidos para sempre, salvos apenas pelos ninhos desses ratos, nos quais seus restos preservados fornecem evidências não apenas da evolução, como também do aquecimento do planeta. Um ninho de ratos trocadores não é um registro geológico; ele é mais como um arquivo, uma coleção reunida e conservada, como uma biblioteca de livros e manuscritos antigos há muito tempo esquecidos, um tesouro, um inventário dos primórdios dos animais e das plantas.¹⁰

O registro dos fósseis é ainda mais rico. Charles Darwin definiu os registros deixados pelos fósseis como “uma história do mundo imperfeitamente preservada”. De acordo com esses registros, o *Homo sapiens*, o ser humano moderno, surgiu há cerca de trezentos mil anos, na África Oriental, na região onde atualmente fica a Etiópia. Ao longo dos 150 mil anos seguintes, os primeiros humanos se espalharam para o Oriente Médio, Ásia, Austrália e Europa.¹¹ Assim como os ratos trocadores, os humanos armazenavam, guardavam e preservavam. Os registros dos primeiros humanos, embora conservados de forma imperfeita, incluem não apenas fósseis, como também artefatos, coisas criadas por pessoas (a palavra contém o seu próprio significado — *arte + fato* — um *artefato* é um fato feito por meio da arte). Juntos, artefatos e fósseis contam a história de como, há cerca de vinte mil anos, os seres humanos migraram para as Américas a partir da Ásia, quando, durante algum tempo, a ponta do Noroeste da América do Norte e a ponta do Nordeste da Ásia

estavam conectadas por uma enorme massa de terra que avultava acima do nível do mar, possibilitando que os humanos e os animais transitassem entre o que agora são Rússia e Alasca, uma área de cerca de mil quilômetros, até que a água subisse de novo e metade do mundo estivesse, mais uma vez, separada da outra metade.

Em 1492, 75 milhões de pessoas viviam nas Américas, tanto no Norte quanto no Sul.¹² Os habitantes de Cahokia, a maior cidade da América do Norte, localizada nas planícies inundadas do Mississippi, tinham construído praças gigantescas e edificações de barro, algumas tão grandes quanto as pirâmides do Egito. Por volta do ano 1000 d.C., antes de Cahokia ser abandonada, mais de dez mil pessoas viviam lá. Os astecas, incas e maias, enormes civilizações da Antiguidade, construíram cidades monumentais, produziram registros minuciosos, e deixaram calendários primorosamente precisos. A cidade asteca de Tenochtitlán, fundada em 1325, tinha uma população de pelo menos 250 mil pessoas, o que fazia dela uma das maiores cidades do mundo. Fora desses lugares, a maioria dos habitantes das Américas vivia em comunidades menores, coletando e caçando seu alimento. Boa parte era de agricultores, que cultivavam abóbora, milho e feijão, e também caçavam e pescavam. Eles criavam porcos e galinhas, mas nenhum animal de grande porte. Falavam centenas de línguas e praticavam muitas fés diferentes. A maioria não tinha uma linguagem escrita. Acreditavam em muitos deuses e na divindade dos animais e da própria terra.¹³ Os Taino moravam em aldeias que tinham de mil a duas mil pessoas, lideradas por um cacique. Eles pescavam e cultivavam a terra. Entravam em conflito com seus vizinhos. Decoravam seus corpos; pintavam-se de vermelho. Cantavam suas leis.¹⁴ Sabiam para onde iam os mortos.

Em 1492, cerca de 60 milhões de pessoas viviam na Europa, 15 milhões a menos do que as que viviam nas Américas. Elas viviam e eram governadas em vilarejos e aldeias, em cidades e estados, em reinos e impérios. Construíram magníficos castelos

e cidades, catedrais, templos e mesquitas, bibliotecas e universidades. A maior parte da população trabalhava na lavoura, em terrenos cercados, plantando alimentos e criando vacas, ovelhas e cabras. “Sede fecundos e multiplicai-vos; enchei a terra e dominai-a”, diz Deus a Adão e Eva no Gênesis, “governai sobre os peixes do mar e sobre as aves dos céus e sobre todo animal que anda sobre a terra.” Falavam e escreviam em dezenas de línguas. Registravam seus dogmas e parábolas religiosas em pergaminhos e livros de uma beleza deslumbrante. Eram católicos e protestantes, judeus e muçulmanos; por longos períodos, povos de diferentes credos conseguiram conviver em paz, e, depois, por outros longos períodos, não conseguiram mais. Sua fé era sua verdade, a palavra do seu Deus, revelada para o seu profeta, e, no caso dos cristãos, para o seu povo, por obra da palavra de Jesus — a boa-nova —, era seu Evangelho, por escrito.

Até 1492, a Europa era assolada pela fome e pela miséria. Depois de 1492, a vasta riqueza tomada das Américas pela Europa, extraída por meio dos trabalhos forçados dos africanos, deu novos poderes aos governos, o que contribuiu para a ascensão dos estados-nações.

Uma nação é um povo que compartilha de uma ancestralidade comum. Um estado é uma comunidade política, governada por leis. Um estado-nação é uma comunidade política, governada por leis que, pelo menos em teoria, unem um povo que compartilha de uma ancestralidade comum (uma maneira pela qual um estado-nação se forma é pelo expurgo violento de populações de ancestralidade diferente). À medida que os estados-nações foram surgindo, eles precisaram justificar a sua existência, algo que faziam contando histórias sobre as suas origens, amarrando direitinho diversos mitos, como se, por exemplo, todos na “nação inglesa” tivessem os mesmos ancestrais, quando claramente não tinham. É muito comum que as histórias por trás da fundação de um estado-nação não passem de uma série de mitos com as costuras que ligam a nação ao estado muito bem escondidas.¹⁵

As origens dos Estados Unidos podem ser encontradas nessas costuras. Quando os Estados Unidos declararam sua independência em 1776, obviamente se tornaram um Estado, mas o que os transformou numa nação? A ficção de que o seu povo compartilhava um mesmo ancestral era claramente absurda; eles tinham vindo de todas as partes, e, tendo travado uma guerra contra a Inglaterra, a última coisa que eles queriam celebrar era a sua ascendência inglesa. Numa tentativa de resolver esse problema, os primeiros a contar a história dos Estados Unidos decidiram começar seus relatos pela viagem de Colombo, costurando 1776 em 1492. George Bancroft publicou sua *History of the United States from the Discovery of the American Continent to the Present* em 1834, quando a nação mal tinha completado meio século, um ovo que havia acabado de chocar. Ao começar por Colombo, Bancroft fez com que o país ficasse quase três séculos mais velho do que era, um pássaro maduro, coberto de penas. Bancroft não era apenas historiador; ele também era político: havia trabalhado no governo de três presidentes americanos, inclusive como secretário de Guerra durante a era da expansão territorial. Ele acreditava no destino manifesto, a ideia de que os Estados Unidos estavam fadados a dominar o continente de costa a costa, de Leste a Oeste. Para Bancroft, o destino da nação estava selado desde o dia em que Colombo zarpara seus navios. Ao dar um passado mais antigo aos americanos, ele pretendia fazer com que a fundação dos Estados Unidos parecesse algo inevitável e o seu crescimento, inexorável, uma vontade de Deus. Ele também queria celebrar os Estados Unidos não como uma ramificação da Inglaterra, mas como uma nação pluralista e cosmopolita, com ancestrais espalhados por todo o mundo. “A França contribuiu para a sua independência”, ele observou, “a origem da língua que falamos nos leva até a Índia; nossa religião vem da Palestina; quanto aos hinos que cantamos em nossas igrejas, alguns foram ouvidos pela primeira vez na Itália, alguns, nos desertos da Arábia,

alguns, nas margens do rio Eufrates; nossas artes vêm da Grécia; nossa jurisprudência, de Roma.”¹⁶

Apesar disso, as origens dos Estados Unidos datam de 1492 por outro motivo mais incômodo: as verdades fundadoras dessa nação foram forjadas num cadinho de violência, produtos de atrocidades, conquistas e carnificinas assombrosas, o assassinato de mundos. Pode-se dizer que a história dos Estados Unidos começa em 1492 porque o conceito de igualdade se originou de uma forte rejeição à ideia da desigualdade; o comprometimento com a liberdade emergiu de uma repulsa intensa à escravidão; e lutou-se pelo direito de se autogovernar usando espadas e, de forma ainda mais violenta, usando a caneta. Contra as invasões, as matanças e a escravidão, levantou-se uma pergunta urgente e eterna: “Com que direito?”

Começar uma história dos Estados Unidos em 1492 é levar a sério, e de forma solene, a ideia de que a própria América teve um começo. Mesmo assim, a história dos Estados Unidos está muito longe de abarcar uma fundação inevitável e uma expansão inexorável; é, como toda história, praticamente uma sucessão caótica de contingências e acidentes, de maravilhas e horrores, implausível, improvável e surpreendente.

Pra começar, quando se examinam as evidências, é um tanto surpreendente que tenham sido os europeus ocidentais, em 1492, e não algum outro grupo de pessoas, em algum outro momento da história, que tenha atravessado um oceano e descoberto um mundo perdido. Realizar uma jornada como essa demandava conhecimento, capacidade e interesse. Os maias, cujo território se estendia de onde atualmente fica o México até a Costa Rica, conheciam o suficiente de astronomia para navegar pelo oceano desde, pelo menos, o ano de 300 d.C. O que eles não tinham, entretanto, eram barcos em condições de navegar no mar. Os gregos antigos dominavam a cartografia: Cláudio Ptolomeu, um astrônomo que viveu no século II, elaborou uma maneira de projetar a superfície do globo numa superfície plana com proporções muito próximas à perfeição. Porém, aos cristãos

medievais, que rejeitaram os escritos dos gregos antigos por considerá-los pagãos, faltava muito desse conhecimento. Os chineses inventaram a bússola no século XI e possuíam excelentes embarcações. Antes de sua morte, em 1433, Zheng He, um explorador muçulmano e chinês, desbravou a costa da maior parte da Ásia e da África Oriental, comandando uma frota de duzentos navios e 27 mil marinheiros. Mas a China era o país mais rico do mundo e, por volta do fim do século XV, parou de autorizar viagens que extrapolassem os limites do Oceano Índico, baseando-se na teoria de que o resto do mundo era desinteressante e não valia a pena. Povos da África Ocidental navegaram tanto pela costa quanto pelos rios, dando origem a uma vasta rede de comércio interior; porém, ventos e correntes muito intensas impediram que rumassem para o Norte, e eles raramente se aventuravam em alto-mar. Muçulmanos do norte da África e do Oriente Médio, que nunca haviam descartado o conhecimento da Antiguidade e os cálculos de Ptolomeu, elaboraram mapas precisos e construíram embarcações robustas; porém, como dominavam o comércio no Mar Mediterrâneo, assim como o comércio terrestre com a África, por ouro, e com a Ásia, por especiarias, não tinham muitos motivos para se aventurar além dali.¹⁷

Portanto, foi em parte motivados pelo desespero que os monarcas cristãos mais pobres e mais fracos da parte mais ocidental da Europa — lutavam contra os muçulmanos, cobiçando o monopólio mundial do comércio que os islâmicos detinham e ávidos por espalhar sua religião — começaram a procurar por rotas alternativas para a África e a Ásia que não passassem obrigatoriamente pelo Mar Mediterrâneo. Na metade do século XV, o Infante Dom Henrique, de Portugal, começou a enviar navios com a missão de contornar a costa ocidental da África. Enquanto iam construindo fortes pelo litoral e fundando colônias nas ilhas, eles começaram a fazer negócios com comerciantes africanos, comprando e vendendo escravos.

Colombo, um cidadão do movimentado porto mediterrâneo de Gênova, começou a servir como marinheiro em navios negreiros portugueses em 1482. Em 1484, na casa dos 30 anos de idade, ele apresentou ao rei de Portugal um projeto para chegar até a Ásia navegando para o oeste, atravessando o oceano. O rei convocou um painel de especialistas para examinar a proposta, mas, no fim das contas, eles a rejeitaram: Portugal estava concentrando esforços em suas expedições pela África Ocidental, e os especialistas do rei perceberam que Colombo havia subestimado muito a distância que teria de percorrer. Mais bem planejada foi a viagem de Bartolomeu Dias, um nobre português que, em 1487, contornou o ponto mais ao sul do continente africano, provando que era possível navegar pelo Oceano Atlântico até o Índico. Por que navegar para o oeste, atravessando o Atlântico, quando uma rota alternativa para chegar até o Oriente já havia sido descoberta?

Depois disso, Colombo levou sua proposta para o rei e a rainha da Espanha, que a princípio a rejeitaram; estavam muito ocupados com suas guerras religiosas, exterminando grupos de sua população que tinham ancestrais e crenças diferentes das suas. No começo de 1492, depois que a última cidade muçulmana na Espanha caiu perante a coroa espanhola, Ferdinando e Isabel ordenaram que todos os judeus fossem expulsos de seus domínios e, confiantes de que sua implacável Inquisição havia livrado seu reino dos muçulmanos e dos judeus, dos hereges e dos pagãos, ordenaram que Colombo zarpassse em seus barcos para navegar, negociar e espalhar a fé cristã. Que ele fosse conquistar, mas que também produzisse o relato da conquista. Que contasse a verdade e a registrasse por escrito. Que mantivesse um diário.

* * *

ESCREVER UMA COISA não a torna verdade. Mas a história da verdade está conectada à história da escrita como um mastro

está conectado a uma vela. A escrita foi inventada em três partes diferentes do mundo, em três momentos diferentes no tempo: por volta de 3.200 a.C., na Mesopotâmia, por volta de 1.100 a.C., na China, e por volta de 600 d.C. na Mesoamérica. Na história do mundo, a maioria das pessoas não sabia escrever ou, se sabia, não deixou nada escrito, o que é um dos motivos pelos quais os registros históricos são enlouquecedoramente injustos. Escrever algo é produzir um fóssil de um registro mental. Histórias são repletas de potencial e força; elas transbordam de significados, de verdades e mentiras, evasivas e honestidade. A palavra falada, em geral, tem muito mais peso e urgência do que a escrita. Ao mesmo tempo, a maioria das palavras, assim que é falada, é esquecida, enquanto a escrita persiste, argumento levantado no começo do século XVII por um pastor inglês chamado Samuel Purchas. Purchas, que nunca havia se afastado mais de trezentos quilômetros de sua paróquia, estudou profundamente os relatos de viagem dos exploradores, uma vez que se propôs a escrever uma nova história do mundo.¹⁸ Analisando todas as diferenças entre pessoas das mais diversas idades e origens, de vários séculos e continentes, Purchas destacou algo que ele chamou de “vantagem literal”: a significância da escrita. “Pela escrita”, escreveu ele, “o homem parece se tornar imortal.”¹⁹

Um novo capítulo na história da verdade — crucial para o conceito de verdade sobre o qual um dia os Estados Unidos se posicionariam e declarariam sua independência — teve seu início na primeira viagem de Colombo. Se alguém em toda a história da humanidade teve uma “vantagem literal”, esse alguém foi Cristóvão Colombo. No Haiti, em outubro de 1492, debaixo de um sol escaldante, com dois de seus capitães como testemunhas, Colombo (de acordo com as anotações feitas por Las Casas) declarou que “tomaria, como de fato tomou, posse da tal ilha, em nome do rei e da rainha a quem servia”. E, em seguida, escreveu isso num papel.²⁰

Aquela atitude era, ao mesmo tempo, nova e estranha. Marco Polo, viajando pelo Oriente no século XIII, não havia reivindicado a China para Veneza; assim como Sir John Mandeville, viajando pelo Oriente Médio no século XIV, não havia tentando se apropriar da Pérsia, da Síria ou da Etiópia. Colombo tinha lido *As viagens* de Marco Polo e também as de Mandeville; ele supostamente levava esses livros consigo em suas viagens.²¹ Ao contrário de Polo e de Mandeville, Colombo não produziu um catálogo dos costumes e crenças das pessoas que encontrou (só mais tarde ele contrataria Pané para fazer isso). Em vez disso, decidiu que as pessoas que havia encontrado não tinham costumes nem crenças. Ele interpretava cada diferença como uma ausência.²² Alegando que eles não tinham uma fé nem um governo civil, e eram, portanto, infiéis e selvagens que não tinham direito de posse sobre coisa alguma, Colombo reivindicou a posse de sua terra por meio do ato da escrita. Eles eram um povo sem verdade; ele faria com que a sua verdade fosse também a verdade deles. E lhes diria para onde os mortos vão.

Colombo também tinha esta diferença em relação a Marco Polo e Mandeville: ele fez suas viagens pouco tempo depois que Johannes Gutenberg, um ferreiro alemão, inventou a prensa móvel. A imprensa acelerou a difusão do conhecimento e amplificou o registro histórico: coisas que são impressas têm muito mais chances de durar do que coisas que são simplesmente anotadas, uma vez que a prensa produz muitas cópias. Os dois homens eram frequentemente citados juntos. “Duas coisas que eu sempre achei que deveriam ser comparadas não apenas com a Antiguidade, como também com a imortalidade”, escreveu um filósofo francês do século XVI, “[são] a invenção da prensa móvel e a descoberta do novo mundo.”²³ Colombo ampliou o mundo, Gutenberg o fez girar mais depressa.

Porém, o próprio Colombo não considerava as terras que havia visitado um novo mundo. Ele achava que havia apenas encontrado uma nova rota para o velho mundo. Foi Américo

Vespúcio, o filho aventureiro de um tabelião de Florença, na Itália, quem atravessou o oceano em 1503 e escreveu sobre as terras que encontrou: “Podemos chamá-las, certamente, de um novo mundo.” O relato que Vespúcio levou para casa foi logo publicado no formato de um livro chamado *Mundus novus*, traduzido para oito idiomas e publicado em sessenta edições diferentes. O que Vespúcio relatou ter descoberto era bastante difícil de acreditar. “Encontrei um continente mais densamente povoado e mais abundante em animais do que a Europa, a Ásia ou a África”, escreveu ele.²⁴ Parecia o Jardim do Éden, um lugar com o qual só se sonhava até então. Em 1516, Thomas More, um conselheiro do rei Henrique VIII, da Inglaterra, publicou o relato ficcional de um marinheiro português num dos navios de Vespúcio que teria navegado um pouco mais além, até uma ilha onde descobriu uma república perfeita, chamada Utopia (literalmente, um lugar irreal) — a ilha de lugar nenhum.²⁵

O que representava encontrar um lugar onde lugar nenhum deveria estar? O mundo, havia muito tempo, parecia estar dividido em três partes. No século VII, o arcebispo Isidoro de Sevilha, quando confeccionou sua enciclopédia chamada *Etymologiae*, que circulou principalmente em manuscritos — cerca de mil cópias escritas à mão sobreviveram aos dias de hoje —, desenhou o mundo como um círculo cercado por oceanos e dividido por mares em três continentes (Ásia, Europa e África), povoados pelos descendentes dos três filhos de Noé (Sem, Jafé e Cam). Em 1472, *Etymologiae* se tornou um dos primeiros livros a serem impressos, e o mapa do arcebispo virou o primeiro mapa impresso da história.²⁶ Vinte anos depois, estava obsoleto.

A descoberta de que lugar algum era algum lugar significava mais trabalho para os cartógrafos, que praticavam uma modalidade de escrita igualmente capaz de reivindicar verdades e posses. Em 1507, Martin Waldseemüller, um cartógrafo alemão que vivia no norte da França e tinha em suas mãos uma tradução para o francês de *Mundus novus*, entalhou em doze blocos de madeira um novo mapa do mundo, o *Universalis cosmographia*, e

imprimiu mais de mil cópias. As pessoas montavam as imagens juntas, colando-as numa parede para formar um mapa gigante, de 1,20 metro de altura por 2,5 de largura. Papel de parede desbota e se desfaz: apenas uma única cópia do mapa de Waldseemüller sobreviveu. Mas uma palavra naquele mapa há muito perdido durou bem mais do que qualquer outra coisa que Waldseemüller tenha escrito. Como uma homenagem a Vespúcio, Waldseemüller inventou uma palavra, e deu à quarta parte do mundo, aquela utopia desconhecida, um nome: ele a chamou de “América”.²⁷



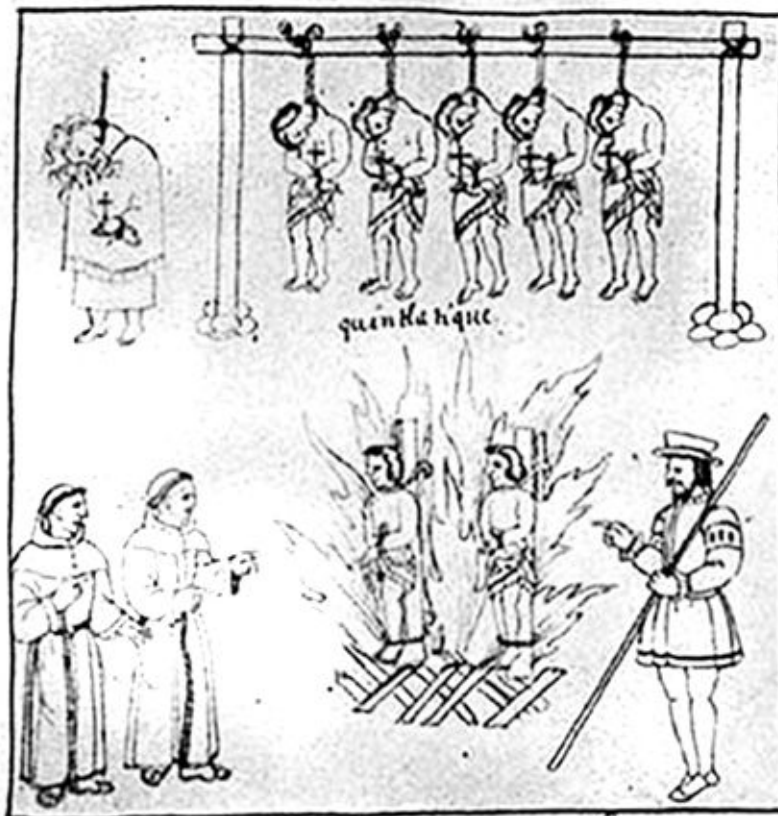
A ilustração feita originalmente por Isidoro de Sevilha no século VII tornou-se, em 1472, o primeiro mapa impresso do mundo; vinte anos depois, estava obsoleto. (Biblioteca Britânica, Londres, GB, © British Library Board. Todos os direitos reservados / Bridgeman Images.)

O nome emplacou por puro acaso. Muitas outras coisas não permaneceram. A história dos Taino sobre a caverna, a história dos Iroquês sobre a tartaruga, a história dos Akan sobre a mulher com o pilão, a história do Velho Testamento sobre Adão e Eva —

essas histórias seriam desconhecidas, ou pouco conhecidas, caso não tivessem sido escritas ou registradas. O fato de terem sobrevivido teve um impacto. A Modernidade se iniciou quando as pessoas que brigavam para saber qual dessas histórias era a verdade começaram a pensar diferente sobre a natureza da verdade, sobre a natureza do passado, e sobre a natureza da lei.

II.

EM 1493, QUANDO COLOMBO retornou de sua viagem inimaginável, um papa de origem espanhola declarou pertencentes à Espanha todas as terras do outro lado do oceano, tudo a oeste de uma linha de longitude a quinhentos quilômetros a oeste de Cabo Verde. Tudo o que ficava a leste dessa linha, a África Ocidental, pertenceria a Portugal. O papa concedeu a si próprio a autoridade de dividir terras habitadas por milhões de pessoas, como se fosse o próprio Deus do Gênesis. Como não é de se estranhar, os líderes da Inglaterra, França e Holanda consideraram aquele pronunciamento do papa um absurdo. “O sol nasce para mim tanto quanto para os outros”, disse o rei da França. “Eu gostaria de ver a cláusula no testamento de Adão que exclui de mim uma parcela do mundo.”²⁸ A reivindicação espanhola também não passou despercebida do outro lado do mundo. Um Taino disse a Guatícabanú que os espanhóis “eram perversos e tinham tomado sua terra à força”.²⁹ Guatícabanú falou sobre aquilo com Ramón Pané, que tomou nota. Ferdinando Colombo fez uma cópia. Assim como o intelectual naquela prisão em Veneza. Foi como se aquele Taino tivesse baixado de seu telhado uma cabaça contendo os ossos de seu filho e, ao abri-la, tivesse dado origem a um oceano de ideias. Fazia parte do processo da conquista fingir que o oceano poderia ser colocado de volta dentro daquela cabaça.



*Justicia grande que a se... de cinco crucifijos muy... de la escuela...
 cona muy por... de aquella... de xpianis...
 de la... de los... de la... de la... de la...
 de la... de la... de la... de la... de la...*

Artistas que trabalhavam para Diego Muñoz Camargo, um mestiço do século XVI, ilustraram os castigos infligidos pelos espanhóis aos nativos convertidos que depois abandonavam o Cristianismo. (Biblioteca da Universidade de Glasgow, Escócia / Bridgeman Images.)

Como um oceano de ideias não cabia dentro de uma cabeça, tanto os povos na Europa quanto nas Américas se esforçavam para entender aquilo e se perguntavam como lidariam com as diferenças e semelhanças. Eles fizeram perguntas novas e foram mais incisivos refazendo perguntas antigas: Todos os povos são um só? E se forem, com que direito um povo pode tomar a terra de outro, sua força de trabalho ou até mesmo a sua vida?

Qualquer ponderação histórica envolvendo essas perguntas deve começar pelos números. Entre 1500 e 1800, cerca de 2,5 milhões de europeus se mudaram para as Américas; eles arrastaram 12 milhões de africanos consigo, à força; e cerca de 50 milhões de indígenas americanos morreram, majoritariamente por conta de doenças.³⁰ A Europa tem uma área de cerca de 10 milhões de quilômetros quadrados; as Américas, uma área de mais de 50 milhões de quilômetros quadrados. Por séculos, a geografia restringiu o crescimento demográfico e econômico da Europa; essa era chegou ao fim quando os europeus reivindicaram terras cinco vezes maiores do que o seu continente. Tomando posse das Américas, os europeus ficaram com terras em abundância; isso acabou com a fome e levou a quatro séculos de crescimento econômico, um crescimento sem precedentes, que muitos europeus viam como uma evidência das bênçãos de Deus. Um espanhol, escrevendo da Nova Espanha para o seu irmão, em Valladolid, em 1592, disse: “Esta terra é tão boa quanto a nossa, pois Deus nos deu mais aqui do que lá, e enriqueceremos.”³¹ Até mesmo os pobres prosperaram.

As riquezas que os europeus extraíram das Américas possibilitaram a ascensão do capitalismo: novas modalidades de negócios, investimentos e lucros. Só entre 1500 e 1600, os europeus tiraram das Américas por volta de 200 toneladas de ouro e 6 mil toneladas de prata de forma oficial; um volume muito maior foi contrabandeado. “A descoberta da América e da passagem para as Índias Orientais através do Cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados na história da humanidade”, escreveu Adam Smith em *A riqueza das nações*, em 1776. Mas as viagens de Colombo e de Dias marcaram também uma virada no desenvolvimento de um outro sistema econômico, a escravidão: as riquezas das Américas fluíram em direção à Europa graças ao trabalho forçado dos africanos.³²

A escravidão foi praticada durante séculos, em diversas partes do mundo. Povos antigos tinham a tendência de escravizar seus

inimigos, povos que eles consideravam diferentes o bastante de si mesmos para que fossem condenados a uma vida inteira de servidão. Algumas vezes, embora isso não fosse comum, a condição de escravidão era hereditária: os filhos dos escravos também estavam condenados a uma vida de escravidão. Muitas guerras ocorriam por causa da religião, e, como muitos escravos eram prisioneiros de guerra, escravos e senhores quase sempre eram povos com crenças distintas: cristãos escravizaram judeus; muçulmanos escravizaram cristãos; cristãos escravizaram muçulmanos. Desde a Idade Média, comerciantes muçulmanos do Norte da África compravam e vendiam integrantes dos povos que viviam ao Sul do Saara, onde a escravidão era uma prática comum. Na maior parte da África, era a mão de obra, e não a terra, que constituía a única forma de propriedade reconhecida por lei, uma forma de consolidar riqueza e gerar renda, o que significava que os Estados africanos eram, geralmente, pequenos, e que, enquanto as guerras europeias eram travadas por terra, as africanas eram disputas pela mão de obra. Pessoas capturadas nas guerras africanas eram comumente negociadas em enormes mercados por comerciantes, oficiais e reis locais, e, a partir da década 1450, também por navegadores portugueses.³³

Colombo, veterano nesse ramo do comércio, escreveu a Ferdinando e Isabela em 1492 dizendo que seria muito fácil escravizar o povo do Haiti, uma vez que, “com cinquenta homens, todos poderiam ser subjugados e obrigados a fazer qualquer coisa que se queira”.³⁴ Os espanhóis fizeram com que os nativos que escravizaram trabalhassem até a morte na produção do açúcar e na mineração do ouro, enquanto muitos outros iam morrendo de doenças. Logo, eles se voltaram a uma nova fonte de trabalhos forçados: os africanos que eram vendidos pelos portugueses.

Ao fazer as contas e examinar os registros das cargas que transportavam em cada navio, os europeus ficaram perplexos com uma extraordinária assimetria. Pessoas se transferiam da

Europa e da África para as Américas; a riqueza se transferia das Américas para a Europa; e animais e plantas se transferiam da Europa para as Américas. Mas muito poucas pessoas, animais ou plantas se transferiam das Américas para a Europa ou para a África — pelo menos não com sucesso. “Parece que existe algum tipo de barreira invisível que impede as movimentações do oeste para o leste, embora permita o trânsito no sentido contrário”, escreveria, mais tarde, um botânico.³⁵ A migração humana num só sentido tinha uma explicação óbvia: as pessoas que controlavam os navios transportavam muito mais gente para o oeste do que na direção contrária, levando soldados e missionários, colonos e escravos. Entretanto, até as atordoantes descobertas de Darwin e da teoria microbiana das doenças, no final do século XIX, a migração de mão única de animais e plantas foi, durante séculos, explicada somente pela crença na divina providência: os cristãos a viam como sinal de que suas conquistas faziam a vontade de Deus.

Havia sinais em abundância. Quando Colombo fez uma segunda viagem atravessando o oceano em 1493, comandou uma frota de dezessete navios que transportavam trezentos homens, e também um outro tipo de exército: sementes e mudas de trigo, grão-de-bico, melões, cebolas, rabanetes, verduras, videiras e cana-de-açúcar, além de cavalos, porcos, vacas, galinhas, ovelhas e cabras, machos e fêmeas, aos pares. Escondidas entre os homens, plantas e animais, havia sementes clandestinas, presas na pele dos bichos, enfiadas nas dobras das capas e cobertores, ou dentro de torrões de barro. A maior parte dessas sementes eram de plantas que os europeus consideravam ervas daninhas, como as poas, margaridas, cardos, urtigas, samambaias e dentes-de-leão. Esse tipo de planta costuma crescer melhor em solo revirado, e nada revira melhor o solo do que um exército de homens derrubando florestas atrás de madeira e combustível, e revolvendo o chão com suas botas e os cascos de seus cavalos e seus outros animais. Os animais comem a grama; as pessoas comem os

animais: os animais transformam a grama em alimento para os seres humanos. Os animais que os europeus trouxeram para o Novo Mundo — bois, porcos, cabras, ovelhas, galinhas e cavalos — não tinham predadores naturais nas Américas e, ainda por cima, tinham uma farta oferta de alimentos. Eles se reproduziram numa velocidade que seria impensável na Europa. Os rebanhos bovinos duplicavam a cada quinze meses. Nada, entretanto, conseguia superar os porcos. Os porcos convertem um quinto de tudo o que comem em alimento para o consumo humano (o gado bovino, por contraste, converte um vigésimo); eles se alimentavam por conta própria, comendo tudo o que encontravam pela frente, e tinham ninhadas de dez ou mais filhotes. Poucos anos após a segunda viagem de Colombo, os oito porcos que ele trouxera tinham produzido descendentes na casa dos milhares. Um observador escreveu: “Todas as colinas estão infestadas deles.”³⁶

Enquanto isso, os povos do Novo Mundo morriam às centenas. Morriam aos milhares, às dezenas de milhares, às centenas de milhares, às dezenas de milhões. O isolamento das Américas do resto do mundo por centenas de milhões de anos significava que as doenças para as quais os europeus e africanos haviam desenvolvido defesas imunológicas ao longo dos milênios eram inteiramente novas para seus nativos. Os navios europeus, com suas multidões de pessoas, animais e plantas, trouxeram batalhões invisíveis de doenças: varíola, sarampo, difteria, tracoma, coqueluche, catapora, peste bubônica, malária, febre tifoide, febre amarela, dengue, escarlatina, amebíase e gripe, doenças que tinham evoluído junto com os seres humanos e os animais que eles domesticaram, que viviam em povoados fixos de alta densidade — cidades — onde os dejetos de ambos alimentavam pragas como ratos, camundongos e baratas. A maioria dos povos indígenas das Américas, por sua vez, não vivia em povoados densos, e mesmo aqueles que viviam em aldeias costumavam migrar de acordo com as estações, desmontando suas cidades e reconstruindo-as

em algum outro lugar. Eles não acumulavam lixo nem viviam em multidões. Sofriam de pouquíssimas doenças infecciosas. Os europeus, expostos às doenças por milhares de anos, tinham desenvolvido um sistema imunológico vigoroso e anticorpos específicos para bactérias às quais ninguém no Novo Mundo jamais havia sido exposto.

As consequências disso foram catastróficas. De cada cem pessoas expostas pela primeira vez ao vírus da varíola, praticamente todas se infectavam, e algo entre 25 e 33 morriam. Antes de morrer, contaminavam muito mais gente: o período de incubação da varíola vai de dez a quatorze dias, o que significava que as pessoas que ainda não apresentavam sintomas costumavam fugir, levando a doença o mais longe que conseguiam antes de sucumbir. Parte das pessoas infectadas pela varíola poderia ter se curado se tivesse sido tratada, mas, quando uma em cada três pessoas ficou doente, e muitas começaram a fugir, não sobrou ninguém para cuidar dos doentes, que morreram de sede, tristeza e solidão.³⁷ E morreram, também, por tortura: já enfraquecidas pela doença, elas eram obrigadas a trabalhar até a morte, enquanto outras morriam de fome. Nas ilhas do Caribe, um número tão grande de nativos morreu tão depressa que os espanhóis logo decidiram conquistar mais territórios, em parte para conseguir mais prisioneiros para trabalhar como escravos em suas minas de ouro e prata.

Os conquistadores espanhóis puseram seus pés na América do Norte pela primeira vez em 1513; em questão de décadas, a Nova Espanha se estendeu não apenas por toda a região que viria a ser o México, como também por mais de metade da área do que viria a se tornar os Estados Unidos, um território que ia, de Leste a Oeste, da Flórida até a Califórnia, e se expandia até o Norte na altura da Virgínia, na costa atlântica, e do Canadá, na costa pacífica.³⁸ As doenças se espalharam antes dos invasores espanhóis, devastando extensos territórios no continente. Tornou-se um lugar-comum quase inescapável, primeiro entre os espanhóis, e depois também entre os franceses, holandeses e

ingleses, enxergar a sua própria prosperidade e boa saúde em contraste com as terríveis doenças sofridas pelos nativos como sinais de Deus. “Após tomar contato com esses selvagens, existe algo que eu não posso omitir do meu relato”, escreveu um colonizador francês: “parece evidente tratar-se do desejo de Deus que eles entreguem suas terras a novos povos.” A morte convenceu-os de uma vez por todas dos seus direitos e da verdade de sua fé. “Os nativos estão todos morrendo de varíola”, escreveu John Winthrop quando chegou à Nova Inglaterra em 1630: “o Senhor é quem está nos concedendo o título sobre o que possuímos.”³⁹

Os europeus estavam sempre procurando por sinais proféticos do seu Deus porque, sem isso, seus títulos de posse sobre as terras e seus direitos de escravizar outros povos encontravam muito pouco embasamento nas leis dos homens. Isso frequentemente os fazia pausar suas atividades. Em 1504, o rei da Espanha reuniu um grupo de intelectuais e juristas para que decidissem se a conquista do Novo Mundo “estava de acordo com as leis humanas e divinas”. O debate se concentrava em duas questões: Os nativos eram os donos de sua própria terra (isto é, possuíam “domínio”); e eram capazes de governar a si mesmos (isto é, possuíam “soberania”)? Para responder a essas perguntas, os conselheiros do rei se voltaram para a filosofia da Antiguidade.

De acordo com a lei romana, o governo existe para administrar as relações de propriedade, argumentaram os ministros do rei, e, uma vez que, de acordo com Colombo, os nativos não tinham governo, eles não tinham propriedade, e, portanto, não possuíam domínio. Em relação à soberania, os ministros do rei recorreram à *Política*, de Aristóteles. “Que alguns governem e outros sejam governados não é apenas algo necessário, como também conveniente”, escreveu Aristóteles. “Desde a hora do seu nascimento, alguns são marcados para serem governados, e outros, para governar.” Todas as relações são relações de hierarquia, de acordo com Aristóteles: a alma domina o corpo, os

homens dominam os animais, os machos dominam as fêmeas, os senhores dominam os escravos. A escravidão, para Aristóteles, não era uma questão legal, mas uma questão da natureza: “aquele que, por natureza, não é dominado por si próprio, mas por outro homem, é um escravo por natureza; e pode-se dizer que ele é o homem de uma outra pessoa, e que, mesmo sendo um ser humano, também é uma propriedade.” Aqueles que são propriedades por natureza são os que têm uma capacidade inferior de raciocínio; essas pessoas são “escravos por natureza”, escreveu Aristóteles, “e é melhor para eles, bem como para todos os seres inferiores, que estejam sob o domínio de um mestre”.⁴⁰

O rei ficou satisfeito: os nativos não eram donos de suas terras e, por natureza, eram escravos. A conquista prosseguiu. Do outro lado do oceano, porém, uma trombeta de protesto soou em cima de um púlpito. Em dezembro de 1511, no quarto Domingo do Advento, Antonio de Montesinos, um padre dominicano, proferiu um sermão numa igreja em Hispaniola. Discordando dos conselheiros do rei, ele disse que os conquistadores estavam cometendo crimes incomensuráveis. “Digam-me, baseados em que lei ou direito vocês mantêm esses índios em tão cruel e horrível serventia? Com que direito vocês promovem guerras tão abomináveis contra essas pessoas que viviam tranquilamente e em paz em suas próprias terras, nas quais vocês consumiram vidas incontáveis com carnificinas e destruições nunca antes vistas?” E, por fim, perguntou: “Não são eles homens?”⁴¹



Um artista asteca retratou os conquistadores espanhóis, comandados por Cortés, invadindo o México.

Esse protesto deu origem a uma decisão desagradável em 1513: os conquistadores seriam obrigados a ler em voz alta, a qualquer um que se propusessem subjugar e escravizar, um documento chamado *Requerimiento*. Era um resumo da história do mundo, da criação à conquista, uma história das origens como justificativa para a violência.

“Deus nosso Senhor, Vivo e Eterno, criou o Céu e a Terra, e um homem e uma mulher, dos quais vós e nós, e todos os homens do mundo, foram e são descendentes, bem como todos aqueles que vierem depois de nós”, começa o documento. Ele pede que qualquer pessoa para quem o documento estivesse sendo lido “aceite a Igreja como Senhora e Superiora de todo o mundo, e o sumo sacerdote chamado de Papa, e, em seu nome,

o Rei e a Rainha.” Se os nativos aceitassem a narrativa do Gênesis e a alegação de que aqueles monarcas distantes tinham o direito de governá-los, os espanhóis prometiam que “nós, em seu nome, os receberemos com todo o amor e caridade, e deixaremos a vós e a vossas esposas e a vossos filhos e a vossas terras livres da servidão”. Mas, se os nativos rejeitassem aquelas verdades, os espanhóis advertiam: “entraremos à força em suas terras e promoveremos guerras contra vocês de todas as formas e maneiras possíveis, e os subteremos ao jugo e à obediência à Igreja e a Suas Altezas; e tomaremos a vocês e a suas esposas e filhos, e faremos deles seus escravos.”⁴²

Com o *Requerimiento* em mãos, com suas promessas de amor e caridade e suas ameaças de morte e devastação, os espanhóis partiram em marcha pelo continente norte-americano. Em 1519, determinado a atingir os píncaros da glória, Hernan Cortés, prefeito de Santiago de Cuba, liderou um exército de seiscentos espanhóis e mais de mil aliados nativos que atravessou o continente levando consigo quinze canhões. No México, ele conquistou Tenochtitlán, uma cidade supostamente maior do que Paris ou Roma, e a destruiu sem perdão ou remorso. Seus homens incendiaram as bibliotecas astecas, com seus livros de canções e suas histórias escritas, uma destruição relatada nas poucas *icnocuicatl*, ou canções de lamento, que sobreviveram. Uma delas começa assim:

*Lanças quebradas jogadas nas ruas;
arrancamos nossos cabelos de tristeza.
As casas agora não têm telhados, e suas paredes
estão vermelhas de sangue.*⁴³

Em 1540, um jovem nobre chamado Francisco Vásquez de Coronado comandou um exército de espanhóis que atravessou o continente em busca de uma cidade fabulosa feita de ouro. No lugar que é agora o Novo México, eles encontraram um aglomerado de prédios residenciais feitos de barro cozido, o tipo de cidade que os espanhóis chamavam de *pueblo*.

Diligentemente, Coronado começou a ler o *Requerimiento* em voz alta. Os Zuni ficaram escutando um homem falar numa língua que eles não teriam como compreender. “Eles usavam vestes de ferro e cocares de metal, e empunhavam como armas pequenas bengalas que cuspiam fogo e faziam trovão”, disseram os Zuni, mais tarde, sobre os homens de Coronado. Os guerreiros Zuni despejaram fubá no chão e fizeram gestos para os espanhóis, alertando que eles não se atrevessem a cruzar aquela linha. Uma batalha começou. Os Zuni, lutando com flechas, foram arrasados pelos espanhóis, que possuíam armas de fogo.⁴⁴

O ritmo da conquista seguiu intenso, bem como o do debate, enquanto as linhas que separavam os povos das Américas, África e Europa iam ficando cada vez mais borradas. Os espanhóis, diferentemente dos colonizadores ingleses, que vieram depois, não viajavam para o Novo Mundo com suas famílias, ou mesmo suas mulheres: eles vinham em exércitos de homens. Raptavam e estupravam mulheres, e se apaixonavam por elas, casavam e constituíam famílias. La Malinche, uma mulher Nahuatl que foi oferecida a Cortés como escrava e acabou se tornando sua intérprete, teve um filho com ele, nascido por volta de 1523, o pesado símbolo de uma união catastrófica. Na maior parte da Nova Espanha, os filhos dos espanhóis com mulheres índias, conhecidos como mestiços, eram mais numerosos do que os próprios índios; um complexo sistema de castas classificava os tons de cor de pele, misturas de europeus, nativos americanos e africanos, como se fossem tinturas feitas com plantas, o amarelo do sassafrás, o vermelho da beterraba, o negro da alfarroba. Mais tarde, os ingleses reconheceriam apenas o preto e o branco, a fantasia de uma diferença extrema e impossível, de noites sem crepúsculo e dias sem alvorada. E mesmo assim, nos dois regimes raciais, numa cultura de miscigenação ou numa cultura que finge que isso não existe, na cabeça de qualquer pessoa minimamente curiosa persiste uma

pergunta da mais básica humanidade: Seriam todos os povos um só?

Bartolomeu de Las Casas estava em Hispaniola como colonizador, em 1511, quando Montesinos fez sua pregação perguntando: “Não são eles homens?” Abalado, ele abriu mão de seus escravos e se tornou um padre e um estudioso, um historiador da era das conquistas, o que o levou, mais tarde, a copiar partes do diário de Colombo e das *Antiguidades* de Pané. Em 1542, Las Casas escreveu um livro chamado *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, que retratava a história não como justificativa, mas como um protesto da consciência. Com o fervor de um homem arrasado pelo peso de sua própria culpa, ele pergunta: “Que homem de mente sã aprovaria uma guerra contra um povo que é inofensivo, ignorante, de temperamento dócil, desarmado e destituído de qualquer tipo de mecanismo de defesa humano?”⁴⁵ Oito anos depois, um novo rei espanhol convidou Las Casas e outros intelectuais para sua corte, na cidade das telhas de barro de Valladolid, para um novo debate. Seriam os povos nativos do Novo Mundo bárbaros que violaram as leis da natureza ao, por exemplo, praticar o canibalismo, caso no qual seria perfeitamente legítimo declarar guerra a eles? Ou seriam inocentes de tais infrações, caso no qual essa guerra seria ilegítima?



Castas mexicanas, pinturas representando as dezesseis possibilidades de miscigenação entre homens e mulheres indígenas, espanhóis e africanos, e seus filhos. (Museo Nacional del Virreinato, Tepotzolan, México / Cortesia de Schalkwijk / Art Resource, NY.)

Las Casas argumentou que a conquista era ilegítima, declarando que as acusações de canibalismo eram “pura ficção desavergonhada”. O argumento contrário foi feito por Juan Ginés

de Sepúlveda, historiador da realeza espanhola, que nunca havia pisado no Novo Mundo. Tradutor de Aristóteles, Sepúlveda evocou sua teoria da escravidão natural. Ele disse que a diferença entre os nativos e os espanhóis era equivalente à que existia “entre macacos e homens”. E perguntou: “Como vamos questionar se essas pessoas, tão incultas, tão bárbaras, e tão contaminadas por tamanha impiedade e indecência, foram ou não subjugadas de forma justa?”⁴⁶

Os juízes, divididos, não foram capazes de emitir uma decisão. A conquista prosseguiu. Lanças quebradas seguiram fazendo barulho ao cair no chão, e as paredes continuaram a ser pintadas de sangue.

III.

COM RELAÇÃO A TUDO ISSO, os ingleses chegaram incrivelmente tarde. Os espanhóis haviam se assentado em Saint Augustine, na Flórida, em 1565, e por volta de 1607 estavam construindo com adobe a cidade de Santa Fé, a mais de 3 mil quilômetros dali. Os franceses, que fizeram suas primeiras viagens em 1534, estavam construindo em 1608 o que se tornaria a cidade de pedra de Quebec, um castelo no topo de um monte. Os ingleses mandaram John Cabot atravessar o Atlântico em 1497, mas ele desapareceu em sua viagem de volta e nunca mais foi visto, e os ingleses sequer perderam muito tempo pensando em enviar alguém atrás dele. A palavra “colônia” nem mesmo fazia parte da língua inglesa até a década de 1550. E, muito embora a Inglaterra patrocinasse companhias comerciais — a Companhia de Moscúvia em 1555, a Companhia da Turquia, em 1581, e a Companhia das Índias Orientais, em 1600 —, todas eram voltadas para o Oriente, e nenhuma para o ocidente. Quando o assunto era a América, a Inglaterra hesitava.

Em 1584, Elizabeth, a impetuosa e determinada rainha da Inglaterra, perguntou a um de seus conselheiros mais sagazes, Richard Hakluyt, se ela deveria fundar suas próprias colônias nas

Américas. Elizabeth tinha em mente a Espanha e suas idolatrias, suas crueldades, suas vastas riquezas e sua tirania. Quando Elizabeth começou a olhar para o Oeste pelo oceano, a angustiante história da conquista escrita por Las Casas já havia sido traduzida para o inglês havia muito tempo, ricamente ilustrada por gravuras mostrando atrocidades, em geral publicada sob o título *Crueldades espanholas*, e, mais tarde, *As lágrimas dos índios*. Os ingleses tinham aprendido a acreditar — como se fosse um artigo de fé, uma maneira de pertencer à “Nação Inglesa” — que eles eram mais nobres do que os espanhóis: mais justos, mais sábios, mais gentis e comprometidos com a liberdade. “Os espanhóis governam nas Índias à base de arrogância e tirania”, lembrou Hakluyt à sua rainha, e, como aconteceria com qualquer povo feito escravo, os nativos “berram e urram em unísono *Liberta, liberta*”.⁴⁷ A Inglaterra poderia libertá-los.



Elizabeth põe sua mão em cima de um globo, reivindicando a posse sobre a América do Norte.

A visão que a Inglaterra tinha de si própria, como uma terra de liberdade, foi a maneira com que a história da nação inglesa foi amarrada à história do Estado inglês. Os espanhóis eram católicos, mas, enquanto os conquistadores estavam construindo uma Nova Espanha, os ingleses se tornaram protestantes. Na década de 1530, Henrique VIII fundou a Igreja Anglicana, separando-se afrontosamente da Igreja de Roma. Ocupada com assuntos religiosos e domésticos, a Inglaterra aventurou-se de forma totalmente empírica em direção ao Novo Mundo. Quando Henrique VIII morreu, em 1547, seu filho Eduardo se tornou rei, mas, em 1552, ele desenvolveu uma doença terminal. Para evitar que sua meia-irmã, Maria, que era católica, ascendesse ao trono, Eduardo nomeou como sucessora sua prima, *lady* Joana Grey.

Porém, quando Eduardo morreu, Maria usurpou o trono, mandou decapitar Joana e tornou-se a primeira rainha a governar a Inglaterra. Ela tentou restaurar o Catolicismo e perseguiu dissidentes religiosos, cerca de trezentos dos quais foram queimados em fogueiras. Protestantes que se opunham às suas posições no campo religioso decidiram argumentar que ela não teria o direito de reinar por ser uma mulher, alegando que era uma “subversão da boa ordem” que o fraco governasse o forte. Outros protestantes críticos a Maria reclamaram que seu reinado seria um castigo de Deus, que “prontamente pôs para nos reger uma mulher, que a natureza criou para ser subjugada pelo homem”. Os defensores católicos de Maria, enquanto isso, argumentaram que, do ponto de vista político, Maria era um homem, “um príncipe do sexo feminino”.

Quando Maria morreu, em 1558, ela foi sucedida por Elizabeth, uma protestante, e os simpatizantes de Maria, que tentaram questionar o direito que Elizabeth tinha de reinar, se viram obrigados a combater os seus próprios argumentos. Eles não podiam argumentar que Elizabeth não poderia reinar por ser uma mulher, pois no passado haviam alegado que o gênero de Maria não era um impeditivo para que ela assumisse o trono. O debate entrou em um novo território, e diversos conceitos ingleses sobre a natureza do governo foram esclarecidos. O principal defensor de Elizabeth argumentou que, se Deus decidiu que “uma mulher deve reinar e governar”, não importava que essa mulher fosse “frágil por natureza, débil de corpo, mole de temperamento”, pois Deus fortalece todo aquele que é soberano por direito. Em todo caso, a Constituição da Inglaterra admitia a possibilidade de um “governo misto”, no qual a autoridade do monarca era contrabalanceada pelo poder do Parlamento; além disso, “não é ela quem governa, mas as leis”. A própria Elizabeth evocou ainda uma outra autoridade: a vontade do povo.⁴⁸ Uma Constituição mista, o império da lei, a vontade popular: esses são ideais ingleses que, um dia, os americanos tomaram para si, ao gritar “Liberdade!”.

Elizabeth estava monitorando a Espanha, que havia travado guerras com a Inglaterra, com a França e com uma Holanda insurgente (os holandeses só foram conquistar sua independência da Espanha em 1609). A rainha decidiu competir com a Espanha em todas as áreas. No tocante à fundação de colônias nas Américas, Hakluyt enviou a Elizabeth um relatório intitulado “Tratado particular abrangendo a grande urgência das descobertas ocidentais recentes e a abundância das matérias-primas que podem vir a enriquecer o Reino da Inglaterra”. A medida da animosidade que a rainha nutria pela Espanha é lindamente ilustrada pelo título de um relatório enviado por outro conselheiro na mesma época: “Tratado sobre como Vossa Majestade pode irritar o Rei da Espanha”.⁴⁹

Hakluyt achava que tinha chegado a hora de a Inglaterra fazer algo além de simplesmente atacar os navios espanhóis. Estabelecer colônias “será excelente para a expansão do Evangelho de Cristo”, prometeu ele, e “nos trará todas as matérias-primas da Europa, África e Ásia.” E se a rainha da Inglaterra começasse a fundar colônias no Novo Mundo, logo correriam as notícias de que os ingleses “tratam a população local com toda a humanidade, cortesia e liberdade”, e os nativos “se curvariam ao seu reinado, rebelando-se e libertando-se dos espanhóis”.⁵⁰ A Inglaterra prosperaria; o Protestantismo venceria o Catolicismo; a liberdade venceria a tirania.

Elizabeth não se convenceu. Porém, ela também estava distraída. Em 1584, ela expulsou o embaixador espanhol após descobrir um plano para invadir a Inglaterra através da Escócia. A rainha gostava da ideia de os ingleses colocarem um pé no Novo Mundo, mas não queria que a Coroa cobrisse os custos. Decidiu, então, emitir uma carta-patente — uma licença — para um de seus cortesãos favoritos, o intrépido Walter Raleigh, escritor, poeta e espião, concedendo-lhe o direito de propriedade sobre uma terra na América do Norte, ao sul de um lugar chamado de Terra Nova: uma terra nova, um mundo novo, uma utopia, um lugar que não existia.

Raleigh era um aventureiro, um homem de ação, mas também era um homem das letras. Logo após ser agraciado com um título de nobreza, lançou uma expedição em 1584. Ele próprio não estava nas embarcações, mas enviou uma frota de sete navios e seiscentos homens, dando a eles um exemplar do “livro de crueldades espanholas ricamente ilustrado” de Las Casas, para ser usado para convencer os nativos de que os ingleses, ao contrário dos espanhóis, eram adeptos da misericórdia e do amor, da liberdade e da caridade. É possível que Raleigh também tenha lhes dado um exemplar do mais recente livro de ensaios do filósofo francês Michel de Montaigne. Assim como William Shakespeare, Raleigh foi profundamente influenciado por Montaigne, cujo ensaio de 1580, “Dos canibais”, atesta como, numa das ironias mais surpreendentes da história da humanidade, a mesma violência que caracterizou o encontro entre uma das metades do mundo com a outra, provocando tamanha destruição, também carregava em si as sementes de algo novo.⁵¹

“Os bárbaros não nos parecem mais extraordinários do que nós parecemos para eles, nem por melhor motivo”, escreveu Montaigne. “Todo homem chama de bárbaro aquilo que não é de seus costumes.”⁵² Eles são para nós o mesmo que somos para eles, cada qual verdadeiro: e as duas verdades são uma.

Os homens de Raleigh desembarcaram numa das ilhas do que hoje é o arquipélago de Outer Banks, na Carolina do Norte, praias intermináveis delimitadas por faixas de algas e pequenos aglomerados de pinheiros e palmeiras. Os navios partiram, deixando para trás 104 homens com uma oferta muito escassa de suprimentos; o navio de suprimentos foi avariado e quase atolou nos bancos de areia. O lugar foi escolhido porque ficava escondido e era de difícil acesso. Pode até ser que tenha sido um bom esconderijo para piratas, mas era um lugar terrível para se começar uma colônia. Os colonizadores decidiram aguardar até o fim do inverno, esperando por suprimentos que eles imaginavam que chegariam na primavera. Enquanto isso, fizeram

algumas tentativas de encontrar ouro e alguma outra enseada mais profunda e segura para atracar. Construíram um forte cercado de paliçadas. Apontaram suas armas para o mar aberto, crentes de que seu inimigo era a Espanha. Construíram casas fora da proteção dos muros do forte. Sequer imaginavam que os povos que já viviam nas Outer Banks pudessem representar um perigo para eles.

Eles enviaram para casa relatos sobre uma terra de estonteante beleza e assombrosa abundância. Ralph Lane, que chefiava a expedição, escreveu que “nem mesmo todos os reinos e terras da Cristandade juntos possuem matéria-prima tão boa e tão abundante para as necessidades do uso público ou para o deleite pessoal”. Mesmo assim, quando o navio de suprimentos sofreu um atraso, os colonizadores, em meio àquela abundância, começaram a passar fome. Os nativos, para quem os colonizadores pregavam o Evangelho, começaram a dizer a eles: “Deus Nosso Senhor não é Deus, pois está nos fazendo passar toda essa fome.” Em junho chegou uma esquadra, comandada por Sir Francis Drake, um espadachim que havia navegado por todo o globo terrestre. Ele transportava um carregamento de trezentos africanos, acorrentados. Drake disse aos colonizadores que poderia deixá-los com suprimentos e um navio para procurar por uma enseada mais segura, ou poderia levá-los de volta para casa. Todos quiseram ir embora. Nos navios de Drake, eles tomaram o lugar dos africanos, seres humanos que Drake possivelmente descartou no oceano azul-cobalto, como se fossem uma carga indesejada.

Outra expedição, enviada em 1587 ao lugar que viria a ser chamado de Roanoke, não se saiu melhor. John White, um artista e cartógrafo que havia estudado com muita atenção os relatos da primeira expedição, pretendia fundar uma colônia permanente não na ilha, mas na baía de Chesapeake, ali perto, numa cidade que se chamaria Raleigh. Porém, em vez disso, o fracasso se repetiu. White navegou de volta até a Inglaterra naquele outono, na esperança de angariar suprimentos e apoio. Sua chegada não poderia ter acontecido em momento menos

propício. Em 1588, uma frota de 150 navios espanhóis tentou invadir a Inglaterra. No fim, a armada espanhola acabou sendo derrotada, mas, com uma guerra naval em pleno curso, White não conseguiu mobilizar nenhum navio para voltar com ele até Roanoke e abandonou o assentamento.

Todos os registros sobre o destino da colônia inglesa em Roanoke, assim como a maior parte das coisas que aconteceram na história do mundo, se perderam. Quando White finalmente retornou, em 1590, ele não encontrou um único inglês, nem sua filha, nem sua neta, um bebê chamado Virginia, batizado em homenagem a Elizabeth, a rainha virgem. Praticamente a única coisa que restava do assentamento eram as letras “CRO” gravadas no tronco de uma árvore, uma marca que White havia combinado com os colonizadores antes de sua partida, que significava que eles haviam pegado suas coisas e entrado mais fundo no território, em busca de um lugar melhor para se estabelecer. Apenas três letras, nem uma a mais. Nunca mais se ouviu falar deles.

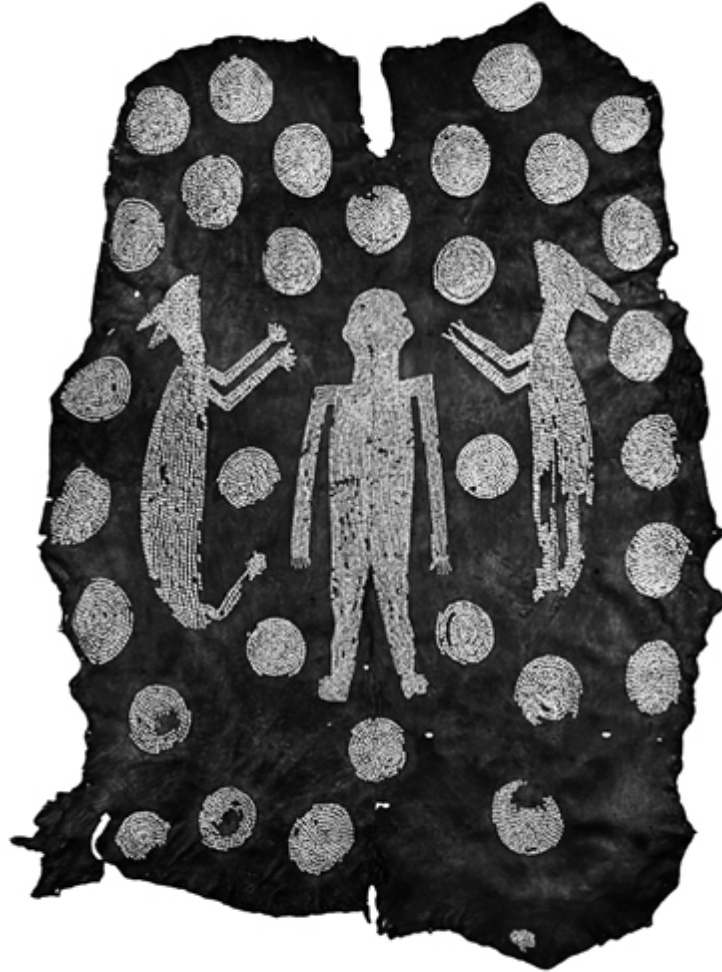
“Descobrimos um povo muito dócil, afetuoso e confiável, desprovido de toda a malícia e perfídia, vivendo de acordo com os costumes da Era de Ouro”, escreveu Arthur Barlowe, um dos capitães da expedição de Raleigh, numa carta para casa, descrevendo Roanoke como uma espécie de paraíso.⁵³ Os nativos não eram bárbaros; eles eram nossos ancestrais, e o Novo Mundo era o mais velho dos mundos.

No século brutal e sangrento entre a viagem de Colombo e a de John White, uma ideia nasceu, da fantasia e da violência: a ideia de que existem, nesse mundo, pessoas que vivem num verdadeiro Jardim do Éden, num estado natural, anterior ao surgimento das leis, anterior à formação dos governos. Essa história imaginada da América se transformou numa espécie de livro do gênesis inglês, a sua nova verdade.

“No princípio”, escreveria o inglês John Locke, “o mundo inteiro era a América.” Na América, tudo se transformou num princípio.

Dois

GOVERNANTES E GOVERNADOS



Esse manto de couro de veado, que provavelmente foi usado por Powhatan, estava, em meados do século XVII, em um museu em Oxford, na Inglaterra. (Ashmolean Museum, Universidade de Oxford, GB / Bridgeman Images.)

ELES ESFOLARAM O VEADO COM FACAS FEITAS DE PEDRA E raspam a carne e a gordura do couro com um osso de costela. Mergulharam o couro cru em cinzas de madeira e purê de milho, e o esticaram num cavalete de gravetos antes de costurá-lo usando uma linha feita com tendões entrelaçados. Nesse couro

curtido e costurado, bordaram centenas de conchas minúsculas, vazias e secas de caramujos marinhos, formando a estampa de um homem ladeado por um veado-de-cauda-branca e por um puma, num campo com 34 círculos.

Esse homem era o seu soberano, os animais, seus espíritos, e os círculos, as aldeias que ele governava. Um de seus nomes era Wahunsunacock, mas os ingleses o chamavam de Powhatan. É possível que ele tenha usado o couro de veado como manto; é possível que ele o vestisse como maneira de honrar seus ancestrais. É possível que ele o tenha dado para os ingleses, como um presente, em 1608, quando seu rei, Jaime, o presenteou com uma túnica escarlata, trocando um casaco por outro. Ou pode ser que os ingleses o tenham roubado. De alguma maneira, alguém o transportou até a Inglaterra em um navio. Em 1638, um inglês, que o viu num museu na Inglaterra, chamou o couro decorado com conchas e costurado com tendões de “túnica do rei da Virgínia”. Mas, se aquele era o manto de Powhatan, ele também funcionava como um mapa dos seus domínios.¹

Os ingleses chamavam Powhatan de “rei” por uma questão de diplomacia, mas era o rei da Inglaterra quem alegava ser o rei da Virgínia: Jaime considerava Powhatan um de seus súditos. A natureza e a história dos reinados desses dois monarcas joga luz sobre um tema que assolaria os colonizadores ingleses por mais de um século e meio: quem governa, e com que direito?

Powhatan nasceu por volta de 1545. Quando seu pai faleceu, ele herdou o reinado de seis povos vizinhos; na década de 1590, ele começaria a expandir seus domínios. Do outro lado do oceano, Jaime nascera em 1566; no ano seguinte, quando sua mãe foi deposta, ele se tornou o rei da Escócia. Em 1603, após a morte de sua prima Elizabeth, Jaime foi coroado rei da Inglaterra. A separação da Igreja Anglicana da Igreja Romana havia elevado o patamar da monarquia, uma vez que o rei não precisava mais responder ao papa, e Jaime acreditava que ele, assim como o papa, havia sido escolhido diretamente por Deus. “Assim como é

blasfêmia contestar o que é obra de Deus”, escreveu ele num tratado chamado “The True Law of Free Monarchies”, “igualmente é insubordinação da parte dos súditos contestar o que é obra de um rei” — como se ele fosse, ao mesmo tempo, infalível e estivesse acima das leis.²

Jaime, um rei com características de papa, mostrou-se mais determinado a fundar uma colônia no Novo Mundo do que Elizabeth. Em 1606, ele emitiu uma carta régia concedendo a um grupo de homens permissão para que se instalassem “na região da América frequentemente chamada de Virgínia”, território que ele reivindicava como sua propriedade, uma vez que, como explicava o documento, essas terras “não pertencem, no momento, a nenhum Príncipe ou Povo Cristão”, e que os nativos “vivem nas Trevas”, o que significava que eles não conheciam Cristo.³

Diferentemente dos espanhóis, que tinham como objetivo a conquista, os ingleses estavam determinados a colonizar, motivo pelo qual começaram realizando escambos com Powhatan, em vez de entrar em conflito com ele. Jaime concedeu aos colonizadores o direito de “escavar, minerar e procurar por todo tipo de minas: de ouro, prata e cobre”, o mesmo tipo de atividade praticada pela Espanha; porém, também solicitava que eles convertessem os nativos ao Cristianismo, com a justificativa de que, “ao apresentar a religião cristã a tais povos”, os ingleses e escoceses talvez pudessem, “com o tempo, trazer os ímpios e selvagens, que vivem nestas partes, para a civilização humana, sob o domínio de um governo estabelecido e pacífico.”⁴ Sua proposta, ele alegava, era a de levar não a tirania, mas a liberdade.

A carta régia de Jaime, assim como o manto de Powhatan, é também uma espécie de mapa (“carta” também é sinônimo de mapa.) Com a sua carta, Jaime concedeu terras a duas corporações, a Companhia da Virgínia e a Companhia de Plymouth: “Vos outorgamos nossa real licença para produzir habitações, plantações, e dar origem a uma colônia (...) em

qualquer local na supracitada Costa da Virgínia ou na América, onde julgardes ser mais adequado e conveniente.”⁵ A Virgínia, na época, se estendia do que é agora a Carolina do Sul até o Canadá: todo esse território havia sido reivindicado pela Inglaterra.

O império britânico teria uma característica diferente tanto do espanhol quanto do francês. Católicos realizavam suas conversões pelo ato do batismo, mas os protestantes precisavam ensinar os convertidos a ler a Bíblia; isso implicava colônias, famílias, comunidades, escolas e igrejas permanentes. Além disso, o império britânico seria marítimo — sua frota naval era sua maior força. E seria comercial. E, de maior significância para a nação que emergiria daqueles assentamentos, seus colonizadores seriam homens livres, não vassalos, com seus “privilégios ingleses”⁶ garantidos.

Mesmo a uma distância tão grande de seu rei, os colonizadores ainda permaneciam sendo súditos de Jaime, mas poderiam governar a si mesmos. Sua carta régia de 1606 decretou que o rei indicaria um conselho de treze homens na Inglaterra para supervisionar as colônias, mas, para os assuntos locais, os colonos deveriam indicar seu próprio conselho de treze homens para “governar e ordenar sobre todos os assuntos e causas”. E, mais importante, os colonos manteriam todos os seus direitos como súditos da coroa inglesa, como se jamais tivessem deixado o país. Uma vez que o rei garantia que os colonizadores ingleses teriam mantidas suas liberdades, privilégios e imunidades inglesas caso voltassem algum dia à Inglaterra, eles passaram a entender que esses direitos também lhes eram garantidos nas colônias, uma forma de liberdade atrelada à sua própria identidade.⁷

Ao longo do século XVII e no começo do século XVIII, os ingleses estabeleceram mais de vinte colônias, fundando um império marinho de assentamentos litorâneos que se estendiam dos portos de pesca da Terra Nova até os arrozais da Geórgia, e, no Caribe, da Jamaica e Antígua até Bermuda e Barbados. Com

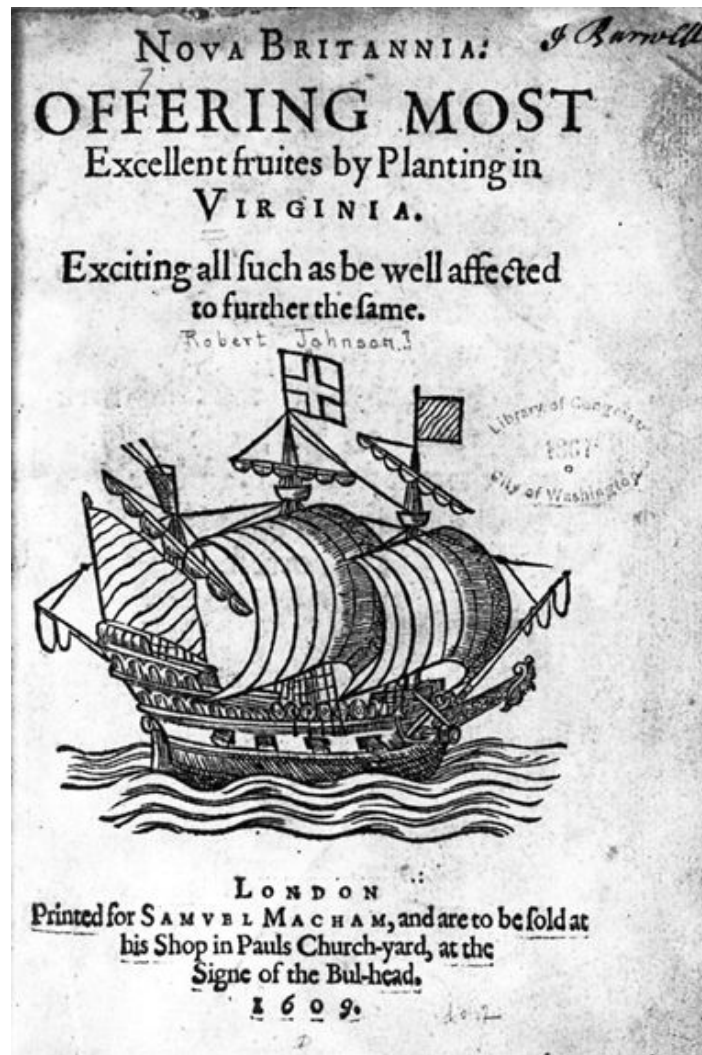
a Carta da Virgínia, o conceito de privilégios ingleses para súditos da coroa inglesa foi plantado em solo americano, e, com isso, Jaime reivindicou a posse daquelas terras para os seus domínios, uma reivindicação que se sustentava na ideia de que pessoas como Powhatan e o seu povo viviam nas trevas e sem governo, ignorando o fato de que os ingleses chamavam seus líderes de reis.

Apesar disso, a ordem política da própria Inglaterra estava prestes a ruir. No começo da colonização inglesa, os súditos do rei de ambos os lados do oceano acreditavam que todos os homens nasciam iguais e que Deus havia concedido ao seu rei o direito de reinar sobre eles. Essas eram suas verdades antigas. No fim do século XVII, John Locke, bebendo na fonte da teologia cristã para imaginar um gênesis americano, afirmaria que todos os homens nasciam num estado “de igualdade, em que todo o poder e a jurisdição são recíprocos, ninguém tendo mais do que ninguém”, todos “equivalentes, e sujeitos a ninguém”.⁸ Em 1776, muitos súditos do rei em muitas de suas colônias concordavam tão integralmente com esse ponto de vista que aceitaram a “pura verdade” de Thomas Paine, que dizia que, se “todos os homens são criados originalmente como iguais”, não havia nada mais absurdo do que a ideia de que Deus havia concedido a uma pessoa e aos seus herdeiros o direito de governar sobre as demais. “A própria natureza reprova isso”, escreveu Paine, “caso contrário, não ridicularizaria isso com tanta frequência ao oferecer à humanidade um asno na pele de um leão.”⁹ Essas viriam a se tornar suas novas verdades.

O que aconteceu entre a Carta da Virgínia e a Declaração da Independência para convencer tantas pessoas de que todos os homens nascem iguais e que todos os governos derivam seu poder do consentimento dos governados? A resposta está contida em artefatos tão diversos quanto um manto de couro de veado e uma túnica escarlate, e em lugares tão distantes um do outro quanto as ruínas de antigos castelos e as carcaças de

navios negreiros, ambas assombradas pelo barulho de correntes forjadas em ferro.

I.



A Companhia da Virgínia recrutou colonizadores com propagandas que prometiam um paraíso abundante em recursos. (Biblioteca do Congresso.)

A primeira Carta da Virgínia foi elaborada no escritório do procurador-geral Edward Coke, um homem de pavio curto, com queixo pontudo, mente sistemática e uma língua incontrollável. Coke, que havia investido na Companhia da Virgínia, foi o

principal teórico do direito consuetudinário inglês, o conjunto de leis não escritas estabelecidas por séculos de costumes e circunstâncias, ao qual Coke procurou aplicar os preceitos do racionalismo. “A razão é a vida da lei”, escreveu Coke, e “o direito consuetudinário nada mais é do que a própria razão”. Em 1589, quando tinha 37 anos, Coke tornou-se membro do Parlamento. Cinco anos depois, Elizabeth o nomeou procurador-geral. Em 1603, depois que Jaime trancafiou Sir Walter Raleigh na Torre de Londres, Coke processou Raleigh por traição, por conspirar contra o rei. “Vós sede uma víbora”, disse Coke a Raleigh no tribunal, “tende a face de um inglês, mas o coração de um espanhol.” Raleigh definhou na prisão por treze anos, onde escreveu a sua história do mundo, até ser decapitado. Enquanto isso, sua condenação fez com que os direitos para colonizar a Virgínia — que Elizabeth havia concedido a Raleigh — ficassem à disposição de Jaime, para que ele os concedesse novamente, com Coke assistindo a tudo bem de perto. Dois meses após promulgar a carta da colônia, Jaime nomeou Coke presidente do Tribunal de Apelações Comuns.¹⁰

Para assentar a nova colônia, a Companhia da Virgínia reuniu homens determinados a fazer fortuna e soldados que haviam lutado nas guerras religiosas contra os católicos e muçulmanos. Corpulento e destemido, aos 26 anos, John Smith já havia combatido os espanhóis na França e na Holanda e, com o Exército austríaco, lutado contra os turcos na Hungria. Capturado por muçulmanos, havia sido vendido como escravo, mas acabou conseguindo fugir. Gravado em seu brasão de armas, que tinha três cabeças de turcos, seu lema era, *vincere est vivere*: conquistar é viver.¹¹ George Sandys, tesoureiro da Virgínia, tinha viajado de camelo até Jerusalém e escrito extensamente sobre o Islã; William Strachey, o secretário da colônia, tinha viajado por Istambul. De forma muito semelhante aos espanhóis, estes homens e seus investidores queriam fundar uma colônia no Novo Mundo para procurar por ouro e financiar guerras para derrotar os muçulmanos no Velho Mundo, muito embora tenham

prometido não infligir nenhuma “crueldade espanhola” aos nativos americanos.¹²

Em dezembro de 1606, 105 homens ingleses — nenhuma mulher — embarcaram em três navios, levando uma caixa que continha a lista dos homens indicados pela Companhia da Virgínia para governar a colônia, que “não deveria ser aberta, e nem seu governo, conhecido, até sua chegada na Virgínia”. Durante a viagem, Smith foi confinado ao porão do navio, algemado e acorrentado sob a acusação de planejar um motim para “tomar o lugar do rei”.¹³ Em maio de 1607, quando a expedição finalmente atracou nas margens de um rio salobro batizado em nome do seu rei, a caixa foi aberta, e descobriu-se que Smith, embora ainda fosse um prisioneiro, estava naquela lista.¹⁴ Suas correntes foram soltas sem muito entusiasmo.

Qualquer que fosse o “governo pacífico” que os negociantes da companhia pretendiam implementar, os colonizadores demonstraram ser impossível. Eles construíram um forte e começaram a procurar por ouro. Mas aquele bando de soldados e aventureiros logo se mostrou incapaz de limpar campos, plantar ou cultivar a terra; em vez disso, eles roubavam alimentos do povo de Powhatan, suas provisões de milho e feijão. Smith, injuriado, reclamou que a companhia enviara o grupo de colonizadores mais inútil possível. Ele contou um carpinteiro, dois ferreiros e um bando de lacaios, e descreveu os demais como “Gentis-homens, comerciantes, criados, libertinos e outros de mesma estirpe, dez vezes mais propensos a destruir uma comunidade do que a fundar ou a ajudar na manutenção de uma”.¹⁵

Em 1608, Smith, eleito para ser o governador da colônia, elaborou uma regra: “Aquele que não trabalhar, não comerá.”¹⁶ Por uma questão de diplomacia, ele encenou uma elaborada cerimônia de coroação para declarar Powhatan “rei” e pôs sobre seus ombros a túnica escarlate enviada por Jaime. Independentemente do significado desse gesto para Powhatan, os ingleses tinham feito aquilo com a intenção de que fosse um

ato de sua soberania, e reforçaram que, ao aceitar aqueles presentes, Powhatan estava submetendo-se às leis inglesas: “Powhatan, seu rei e comandante, recebeu voluntariamente uma coroa e um cetro, com um entendimento pleno de seus deveres e de sua submissão.”¹⁷ Os ingleses seguiram passando fome, e continuaram saqueando as aldeias dos nativos. No outono de 1609, os colonizadores se rebelaram — a primeira revolta de muitas que viriam — e mandaram Smith de volta para a Inglaterra, declarando que, sob sua liderança, a Virgínia havia se convertido em “uma desgraça, uma ruína, uma morte, um inferno”.¹⁸

Mas o verdadeiro inferno ainda estava por vir. No inverno de 1609-1610, os quinhentos colonizadores que fracassaram no cultivo da terra, na pesca e na caça, e tiveram sucesso em pouquíssimas coisas além de converter seus vizinhos em inimigos, tinham sido reduzidos a sessenta. “Muitos, extremamente esfaimados, levantavam de suas camas desnudos, tão magros que pareciam esqueletos, gritando, estamos com fome, estamos com fome”, escreveu o vice-governador George Percy, o oitavo filho do conde de Northumberland, observando que “um dos nossos colonos matou sua esposa, arrancou a criança de dentro de seu ventre e a jogou no rio antes de esquartejar a mãe e salgá-la para depois comê-la”.¹⁹ Eles comeram uns aos outros.

Notícias sobre o terrível estado das coisas logo chegaram à Inglaterra. Como praticamente todos os relatos que vinham do outro lado do oceano, esse também despertou a atenção de várias mentes. O filósofo Thomas Hobbes, que foi um dos conselheiros da Companhia da Virgínia, testemunhou a derrocada da colônia rumo à anarquia com um interesse mais do que fugaz. Em 1622, quatro anos após a morte de Powhatan, os nativos se rebelaram e tentaram expulsar os ingleses de suas terras, matando centenas de novos imigrantes, no que os ingleses chamaram de “Massacre da Virgínia”. Hobbes, que elaborava uma teoria sobre as origens da sociedade civil a partir

de um estado de natureza original, refletiu sobre a violência na Virgínia. “Os povos selvagens em muitas partes da América [...] não têm nenhum tipo de governo e vivem até os dias de hoje desta mesma maneira embrutecida”, escreveria ele mais tarde, em *O Leviatã*, um tratado no qual concluiu que o estado de natureza é um estado de guerra, “de todo homem contra todo homem”.²⁰

Milagrosamente, a colônia se recuperou; sua população cresceu, e sua economia prosperou com uma nova cultura, o tabaco, uma planta encontrada apenas no Novo Mundo e cultivada havia muito tempo pelos nativos.²¹ Com o tabaco veio a expectativa de lucro, e uma nova ordem política e econômica: os colonizadores poderiam governar a si mesmos e também aos outros. Em julho de 1619, 22 colonizadores ingleses, dois homens de cada uma das onze divisões do assentamento, se reuniram numa assembleia legislativa, a Casa de Burgesses, o primeiro órgão de governo autônomo das colônias. Um mês depois, vinte africanos chegaram à Virgínia, os primeiros escravos da América britânica, falantes de quimbundo, oriundos do reino de Ndongo. Capturados em ações ordenadas pelo governador de Angola, eles tinham sido obrigados a marchar até a costa e embarcar no *São João Bautista*, um navio negreiro português que os levaria até a Nova Espanha. No mar, o *White Lion*, um navio corsário britânico que zarpara dos Novos Países Baixos, atacou o *São João Bautista*, tomou todos os vinte escravos e levou-os até a Virgínia para serem vendidos.²²

Vinte ingleses foram eleitos para a Casa de Burgesses. Vinte africanos foram condenados à casa dos escravos. Um novo capítulo se abria no livro do gênesis americano: a liberdade e a escravidão se tornavam seu Abel e Caim.

II.

AS ONDAS BATIAM contra os cascos dos navios como mãos em um tambor. Mães ninavam seus bebês enquanto os homens se

lamentavam, entoando canções melancólicas. “Acontecia com frequência de os negros, ao serem comprados pelos europeus, entrarem num estado de enorme fúria”, escreveu um traficante de escravos. “Muitos morrem nesse estado.” Outros tiravam suas vidas, lançando-se ao mar, na esperança de que o oceano os levasse ao encontro dos seus ancestrais.²³

Os ingleses que atravessavam o oceano enfrentavam os riscos da viagem sob circunstâncias completamente diversas, mas os perigos da jornada também deixaram suas marcas neles, em suas memórias e histórias, e nos vínculos que criaram entre si. No verão de 1620, um ano após o *White Lion* atracar na costa da Virgínia, o *Mayflower*, um navio mercante de 180 toneladas, com três mastros de velas quadradas, lançou âncora no porto da cidade inglesa de Plymouth, na foz do rio Plym. Logo a embarcação começou a receber seus passageiros, cerca de sessenta aventureiros e 41 homens — dissidentes da Igreja Anglicana —, que levavam também suas esposas, filhos e servos. William Bradford, o cronista dos dissidentes, os denominou “peregrinos”.²⁴

Bradford, que viria a se tornar governador da colônia fundada pelos dissidentes, também se tornou seu principal historiador, escrevendo, segundo ele próprio, “num estilo direto, com uma visão singular sobre a verdade, pura e simples, de todas as coisas”. Dez anos antes, Bradford explicou, os peregrinos haviam trocado a Inglaterra pela Holanda, onde se instalaram em Leiden, uma cidade universitária conhecida por sua erudição e tolerância religiosa. Após uma década no exílio, eles decidiram recomeçar em algum outro lugar. “O lugar que eles tinham em mente era alguma daquelas vastas e despovoadas regiões da América”, escreveu Bradford, “que são férteis e adequadas para a moradia, desprovidas de todo o tipo de habitante civilizado, onde existem apenas homens brutos e selvagens que perambulam de um lugar a outro, não muito diferentes das feras e animais.” Embora estivessem apreensivos em relação à jornada, depositaram sua fé num Deus providencial e zarparam em direção à Virgínia.

“Todos amontoados num único navio”, escreveu Bradford, “eles se lançaram de volta ao mar com um vento favorável.”

Durante a traiçoeira jornada de 66 dias pelo que Bradford chamou de “oceano vasto e furioso”, um homem quase foi arremessado ao mar, mas salvou-se ao se pendurar numa adriça; houve vazamentos no casco do navio; uma das vaus se rompeu; e um dos mastros empenou e quase se partiu. Durante dois dias, o vento soprou tão forte que todos a bordo tiveram de se amontoar dentro do casco, apinhados sob as vigas. Quando a tempestade se abrandou, a tripulação calafetou o convés, reforçou os mastros, e abriu novamente as velas. Elizabeth Hopkins deu à luz no navio cambaleante; batizou seu filho de Oceanus. O navio, severamente desviado do curso pelo vento, acabou lançando sua âncora não na Virgínia, mas no litoral ventoso de Cape Cod. Relutantes em se arriscar mais uma vez no oceano, os peregrinos remaram até a praia, desejando encontrar uma nova e melhorada Inglaterra, um recomeço. Entretanto, escreveu Bradford, “o que eles encontrariam senão uma selva horrível e desolada, infestada de feras e selvagens?”. Caíram de joelhos e deram graças a Deus por estarem vivos. No dia em que chegaram, tendo navegado pelo que Bradford descreveu como “um mar de problemas”, num navio que eles viam como um navio do Estado — um povo inteiro dentro de um mesmo barco —, eles assinaram um documento no qual se comprometiam a “pactuar e estabelecer juntos um corpo político civil”.²⁵ Batizaram seu acordo em homenagem ao navio. Eles o chamaram de Pacto do Mayflower.

Os homens que colonizaram a Virgínia receberam uma carta régia de seu rei. Mas os homens, mulheres e crianças que colonizaram o que eles chamaram de Nova Inglaterra não tinham carta régia alguma; eles tinham renunciado ao seu rei, insurgindo-se contra as suas leis. Dissidência religiosa na Inglaterra do século XVII também era um tipo de dissidência política. Era punida tanto com prisão quanto com execução. O direito divino de reinar que Jaime tinha, questionado pelos

dissidentes que rejeitaram sua autoridade, também estava sendo questionado pelo Parlamento. A batalha entre o rei e o Parlamento faria com que outras dezenas de milhares de exilados atravessassem o vasto e furioso oceano, em busca de liberdade política nas colônias. Ela também os imbuiria de um profundo e duradouro espírito de rebelião contra todo tipo de governo arbitrário.

Enquanto os dissidentes na Nova Inglaterra lutavam para sobreviver ao seu primeiro inverno num assentamento que chamaram de Plymouth, membros do Parlamento começavam a questionar a tradição de que deveriam se reunir apenas quando convocados pelo rei. Em 1621, Edward Coke, que, desde a decapitação de Raleigh, em 1618, havia se revelado o mais ardiloso adversário de Jaime, alegou que o Parlamento tinha o direito de debater sobre todos os assuntos que diziam respeito à nação. O rei ordenou a prisão de Coke, confinou-o na Torre de Londres e dissolveu o Parlamento. Raleigh escreveu uma história do mundo quando estava na prisão; Coke escreveria uma história da lei.

Para construir seu caso contra o rei, Coke desenterrou uma cópia de um documento legal antigo e quase inteiramente esquecido, conhecido como Carta Magna (literalmente, “a grande carta”), na qual, no ano de 1215, o rei João havia prometido aos seus barões que obedeceria a “lei da terra”. A Carta Magna não era tão importante quanto Coke a fez parecer, mas, ao defender sua importância, ele a tornou importante, não apenas para a história da Inglaterra, como também para a história americana, atrelando o destino político de todos os que moravam nas colônias inglesas aos atos excêntricos de um rei muito ruim da Idade Média.

Nascido em 1166, o rei João era o filho mais novo de Henrique II. Quando jovem, estudou com o principal conselheiro de seu pai, Ranulf de Glanville, que havia, ele próprio, se dedicado a escrever um dos primeiros tratados sobre a lei inglesa, no qual tentou abordar uma questão um tanto quanto delicada: uma lei

pode ser lei se nunca foi escrita?²⁶ Seria “totalmente impossível que as leis e regras do reino fossem reduzidas à escrita”, admitiu Glanville. Dito isto, leis que nunca foram escritas ainda são leis, enfatizou; elas formam um conjunto de costumes e precedentes que, juntos, constituem o “direito consuetudinário”.²⁷

As rumações de Glanville o levaram a uma outra questão, ainda mais delicada: se uma lei nunca foi escrita, e mesmo que tenha sido, usando qual argumento ou força um rei poderia ser obrigado a obedecê-la? Os reis reafirmavam seu direito de reinar, por escrito, desde o século VI a.C.²⁸ E, pelo menos desde o século IX, vinham se associando à administração da justiça por meio da prestação de juramentos.²⁹ Em 1100, na Carta das Liberdades, Henrique I, filho de Guilherme, o Conquistador, prometeu “abolir todos os costumes perversos pelos quais o reino da Inglaterra vem sendo injustamente oprimido”, uma promessa que, embora não tenha sido mantida, abriu um precedente que Glanville imaginou que provavelmente poderia ser usado para restringir o poder do neto de Henrique I, o rei João.³⁰

Infelizmente, o rei João acabou se revelando um tirano, ignorando totalmente a Carta das Liberdades. Ele cobrou impostos mais altos do que qualquer outro rei antes dele e acumulou tanto dinheiro em seu castelo, ou fora de seus domínios, que as pessoas tinham muita dificuldade em obter moedas para pagá-lo. Quando seus nobres começaram a lhe dever, ele passou a sequestrar seus filhos. Ele fez com que uma nobre e seu filho morressem de fome dentro de uma masmorra. Há rumores de que tenha ordenado que um de seus secretários de Estado fosse morto por esmagamento.³¹

Em 1215, um grupo de barões levantou-se contra o rei e conseguiu tomar a Torre de Londres.³² Quando João concordou em encontrá-los para negociar um acordo de paz, e eles se reuniram em Runnymede, um prado às margens do Tâmesa, os barões apresentaram uma lista muito extensa de exigências, que haviam sido escritas no formato de uma carta régia, na qual o rei

concedia “a todos os homens livres” em seu reino — isto é, não ao povo, somente aos nobres — “todos os privilégios listados abaixo, para tê-los e mantê-los para si e para os seus, para nós e para os nossos”.³³ Essa era a maior de todas as cartas régias, a Carta Magna.

A Carta Magna havia sido revogada quase imediatamente após ter sido escrita e tornou-se completamente obscura até os tempos do rei Jaime e de suas batalhas com o incontrolável Edward Coke. Mas Coke, que era tão brilhante como estrategista político quanto como estudioso da lei, a ressuscitou na década de 1620 e passou a se referir a ela como a “antiga Constituição” da Inglaterra. Quando Jaime reclamou sua soberania — uma autoridade antiga, sob a qual o monarca estaria acima da lei —, Coke, rebatendo com sua antiga Constituição, disse que a lei estava acima do rei. “A Carta Magna é tão camarada”, disse Coke, “que não aceita um soberano.”³⁴

A ressurreição que Coke promoveu da Carta Magna explica em grande parte por que alguns colonos ingleses resolveram um dia acreditar que seu rei não tinha o direito de governá-los, e por que seus descendentes um dia acreditariam que os Estados Unidos precisavam ter uma Constituição escrita. Mas a Carta Magna ainda desempenhou um outro papel crucial, o papel que ela teve na história da verdade — uma história que tomou, na Inglaterra, um rumo diferente de qualquer outra parte da Europa.

O direito mais essencial estabelecido pela Carta Magna foi o direito de um julgamento perante um júri. Por séculos, a culpa e a inocência haviam sido determinadas, em toda a Europa, ou em ordálias — julgamentos pela água, por exemplo, ou pelo fogo — ou em combates. Julgamentos por ordálias e por combates não necessitavam nem de testemunhas nem de interrogatório. O resultado por si só era a evidência, a única forma admissível de prova judicial, aceita porque deixava o julgamento nas mãos de Deus. Todavia, abusava-se da prática com frequência — afinal de contas, padres podiam ser subornados —, e, em 1215, o papa proibiu o julgamento por ordália. Na Europa, ele foi substituído

por um novo sistema de justificação divino: a tortura judicial. Mas na Inglaterra, onde existia uma tradição de convocar júris para julgar disputas civis — como desavenças envolvendo os limites de propriedades vizinhas de domínio pleno —, o julgamento por ordália não foi substituído pela tortura judicial, mas pelo julgamento por júri. Um motivo para isso foi porque, no mesmo ano em que o papa aboliu o julgamento por ordália, o rei João atestou, na Carta Magna, que “nenhum homem livre deverá ser detido ou preso (...) exceto após passar por um julgamento justo por seus pares ou pela lei da terra”.³⁵ Na Inglaterra, a verdade, seja numa disputa civil ou numa investigação criminal, seria determinada não por Deus, mas pelos homens, e não em uma batalha de espadas, mas numa batalha de fatos.

Essa mudança marcou o começo de uma nova era na história do conhecimento: exigiu tanto uma nova doutrina da evidência quanto um novo método de investigação, e acabou originando a ideia de que um ato ou objeto observado ou testemunhado — a substância, ou *a matéria*, do fato — é a base da verdade. Um juiz determinava as leis; um júri determinava os fatos. Mistérios eram uma questão de fé, um outro tipo de verdade, conhecido somente por Deus. Mas, quando, durante a Reforma, a Igreja Anglicana separou-se da Igreja Católica Romana, questionando a autoridade do papa e procurando a verdade na Bíblia, os mistérios da Igreja foram escancarados, e os segredos de seus sacerdotes, revelados. A era do mistério começava a se dissipar, e, logo, a cultura do fato se alastraria da esfera do direito para a do governo.³⁶

Na Inglaterra do século XVII, o ponto de atrito entre o rei e o Parlamento era uma discussão a respeito da natureza do conhecimento. O rei João, evocando seus direitos divinos, alegava que seu poder não poderia ser questionado e que isso estava muito além da esfera dos fatos. “Tudo aquilo que concerne o mistério dos poderes do rei não pode ser questionado pela Justiça”, disse ele.³⁷ Questionar o direito divino dos reis era retirar o poder do rei da esfera do mistério, da religião e da fé, e

colocá-lo na esfera dos fatos, das evidências e dos julgamentos. Conceder uma carta régia às colônias significava estabelecer uma lei baseada nos fatos, um repúdio ao governo pelo mistério.

Com que direito um rei governa? E como o parlamento poderia restringir seu poder? Depois da morte de Jaime, em 1625, seu filho, Carlos, foi coroado rei, mas Carlos também acreditava no direito divino dos reis. Três anos depois, Coke, de volta ao Parlamento, agora aos 66 anos, protestou contra o uso da prerrogativa real que Carlos fazia de enviar soldados para as casas dos seus súditos e confinar homens à prisão sem um julgamento, por se recusarem a pagar impostos. Coke alegou que a autoridade do rei era restringida pela Carta Magna.³⁸ Então, por sugestão de Coke, o Parlamento elaborou e entregou ao rei Carlos uma Petição dos Direitos, que citava a Carta Magna para provar que o rei não tinha o direito de mandar prender um indivíduo sem que ele passasse por um julgamento por júri. Se Coke tivesse sido bem-sucedido em seu protesto, a Inglaterra teria tido menos colônias na América. Em vez disso, em 1629, o rei proibiu Coke de publicar seu relatório sobre a Carta Magna e dissolveu o Parlamento. Foi essa atitude que levou dezenas de milhares dos súditos do rei a abandonar o país e atravessar o oceano, vasto e furioso.

Entre 1630 e 1640, anos durante os quais o rei Carlos governou sem um Parlamento, uma geração inteira de viajantes oceânicos, cerca de vinte mil dissidentes, deixou a Inglaterra e se estabeleceu na Nova Inglaterra. Uma dessas pessoas era John Winthrop, um homem severo e inflexível que usava uma barba ao estilo Van Dyke e um folho engomado no pescoço, que decidiu se juntar a uma nova expedição para encontrar uma colônia na baía de Massachusetts. Ao contrário dos peregrinos de Bradford, que queriam romper com a Igreja Anglicana, Winthrop fazia parte de um grupo de dissidentes conhecidos como puritanos — pois queriam purificar a Igreja Anglicana —, que haviam perdido seus cargos na corte após a dissolução do Parlamento. Em 1630, Winthrop, que mais tarde se tornaria o primeiro governador de

Massachusetts, escreveu um discurso chamado “A Model of Christian Charity” para os seus colegas assentados. O Pacto do Mayflower havia descrito a união dos assentados em Plymouth como um corpo político, mas Winthrop descreveu a união do seu povo no corpo de Cristo, uma aliança sustentada por vínculos de amor. “Todas as partes deste corpo, uma vez unidas, se tornam tão contíguas numa relação especial que precisam partilhar, umas com as outras, da saúde e da doença, da alegria e da tristeza, da abundância e da miséria”, disse ele citando 1 Coríntios 12. “Se um membro sofre, todos padecem com ele; se é abençoado, todos se regozijam com ele.” Com base nisso, em sua Nova Inglaterra, ele disse, eles construiriam uma cidade no topo de um monte, como Cristo havia mandado em seu Sermão da Montanha (Mateus 5:14): “Não se pode esconder uma cidade edificada sobre um monte.”³⁹



Em 1629, a baía de Massachusetts adotou um selo da colônia que, como maneira de justificar a colonização, mostrava um índio seminu, implorando para que os ingleses “Venham nos ajudar”. (Massachusetts Archives.)

Colônias brotaram na costa atlântica como taboa às margens de um lago. Roger Williams, que já havia trabalhado como estenógrafo de Coke, juntou-se à missão rumo à baía de Massachusetts, mas, por conta de seu comprometimento com a tolerância religiosa, acabou banido em 1635. No ano seguinte, ele fundaria Rhode Island. Em 1624, os holandeses fundaram

Nova Amsterdã (que, mais tarde, viria a ser Nova York); em 1638, colonizadores suecos fundaram Nova Suécia, uma colônia que reunia regiões dos futuros estados de Nova Jersey, Pensilvânia e Delaware. Até mesmo colônias que não eram puritanas haviam sido fundadas por dissidentes de algum tipo. Maryland, batizada em homenagem à esposa católica de Carlos I, Henriqueta Maria, foi fundada em 1634 como um santuário para os católicos. Connecticut, como Rhode Island, foi fundada em 1636, New Haven, em 1638, e New Hampshire, em 1639.

Os migrantes ingleses geralmente vinham trazendo suas famílias e, às vezes, suas cidades inteiras, na esperança de encontrarem uma nação cristã, uma comunidade religiosa, dedicada a promover o bem comum a todos, o bem-estar público acima dos lucros privados. “O cuidado com o público deve se sobrepôr a todos os aspectos privados”, disse Winthrop. “E é uma regra elementar que a propriedade privada não possa subsistir perante o colapso da pública”. Eles acreditavam que o mundo inteiro estava prestando atenção. “Os olhos do povo estão em nós”, disse Winthrop. O seu mundo era um mundo de ordem, de hierarquia e deferência. Consideravam a família “uma pequena comunidade”, com o pai no papel de líder, assim como um pastor é o líder de uma congregação, e o rei é o líder do seu povo. Construíram suas cidades ao redor das áreas comunais — terras cuja posse era coletiva, usadas para a pastagem dos animais. Eles não consideravam que um compromisso com o bem público, com o bem-estar comum, estivesse em conflito com desejos de prosperidade. Acreditavam na providência: tudo acontecia por um motivo, ordenado por Deus.

A riqueza era um sinal da benevolência divina, e o seu acúmulo desmedido, um grave pecado. Os novos ingleses planejavam prosperar por meio da agricultura e do comércio. “Na América, religião e lucro saltitam lado a lado”, escreveu Edward Winslow, de Plymouth.⁴⁰ Eles se autogovernavam com o auxílio de assembleias populares. Suas vidas giravam em torno de suas igrejas ou templos: construíram mais de quarenta nas duas

primeiras décadas. Na Inglaterra, arrecadavam dinheiro prometendo “difundir o Evangelho”, isto é, converter os indígenas ao Cristianismo. Massachusetts adotou como selo de sua colônia a imagem de um índio seminu pronunciando as palavras “Venham nos ajudar”, uma referência bíblica aos macedônios, à espera de Cristo. Em 1636, os puritanos da Nova Inglaterra fundaram uma escola em Cambridge para educar “a juventude inglesa e indígena”: a faculdade de Harvard. No ano seguinte, em Connecticut, eclodiu uma guerra entre os colonizadores e os índios Pequot. Quando a guerra terminou, os colonizadores decidiram transformar os índios capturados em escravos e vendê-los aos ingleses no Caribe. Em 1638, os primeiros escravos africanos da Nova Inglaterra desembarcaram em Salem, a bordo de um navio chamado *Desire*, que havia levado os Pequot até as Índias Ocidentais, onde eles haviam sido trocados, como Winthrop anotou em seu diário, por “um pouco de algodão, tabaco e alguns negros”. A Nova Inglaterra nunca teve nem teria grandes populações de africanos, mas seus colonizadores tinham escravos trabalhando em suas fazendas em terras distantes. Quase metade da riqueza dos colonizadores da Nova Inglaterra veio das plantações de cana-de-açúcar cultivadas pelos escravos das Índias Ocidentais.⁴¹

Os ingleses nas colônias entendiam que seus direitos de “homens livres” derivavam de uma “antiga Constituição” que garantia que até mesmo os reis estavam sujeitos às “leis da terra”. Essas mesmas pessoas venderam indígenas e compraram africanos. Com que direito eles os governavam em sua cidade no topo de um monte?

III.

A AMÉRICA BRITÂNICA era desproporcionalmente africana. A Inglaterra chegou tarde na fundação de colônias e chegou tarde no tráfico de escravos, mas, quase instantaneamente após entrar nestes ramos, ela os dominou. Um milhão de europeus migrou

para a América Britânica entre 1600 e 1800, e 2,5 milhões de africanos foram levados para lá à força no mesmo espaço de tempo, em navios que se cruzavam em suas rotas todos os dias e noites.⁴² Os africanos morriam mais depressa, mas, como população imigrante, superavam os ingleses numa proporção de dois e meio para um.

Da mesma maneira como contavam histórias horripilantes sobre as “crueldades espanholas” praticadas nas Américas, os ingleses também condenaram por muito tempo os portugueses por negociarem escravos africanos. Um comerciante inglês chamado Richard Jobson disse, a um homem da Gâmbia que tentou lhe vender escravos em 1621, que os portugueses “eram um outro tipo de gente, diferente de nós”. Os portugueses compravam e vendiam seres humanos como se fossem animais, mas os ingleses, alegou Jobson, “eram um povo que não negociava com aquele tipo de matéria-prima, nem comprava ou vendia uns aos outros, ou qualquer um que tivesse sua mesma forma”.⁴³

Mas, na década de 1640, quando os colonizadores ingleses em Barbados começaram a plantar açúcar, eles deixaram de lado essas restrições cultivadas havia muito tempo. O plantio da cana-de-açúcar é mais trabalhoso do que o do tabaco. Para ter sucesso nessa nova cultura difícil, porém altamente lucrativa, fazendeiros de Barbados compraram africanos dos espanhóis e dos holandeses, e, logo em seguida, também dos ingleses. Em 1663, não muito tempo após os ingleses entrarem no comércio de escravos, eles fundaram a Companhia Real de Aventureiros da Inglaterra que Negociam com a África. No último quartel do século XVII, navios britânicos, pilotados por capitães ingleses, tripulados por marinheiros ingleses, transportaram mais de 250 mil homens, mulheres e crianças através do oceano, acorrentados em seus porões.⁴⁴ Não eram navios do Estado atravessando um mar de problemas. Não eram outros *Mayflower*, e seu elo não era um pacto. Eram navios negreiros, e seus elos haviam sido forjados no fogo. Eles suspiravam e choravam;

gritavam e ficavam sentados em silêncio. Eles adoeciam; se angustiavam; morriam; e resistiam.

Muitos dos africanos comprados pelos negociantes ingleses eram falantes de banto e vinham da região que mais tarde foi chamada de Senegâmbia; alguns eram falantes de akan, oriundos de onde atualmente é Gana; outros falavam ibo, e vinham da região que agora é a Nigéria. Durante as marchas em direção ao litoral, na jornada através do Atlântico, nas ilhas do Caribe, no continente e, sobretudo, a bordo daqueles navios, eles morreram em números assombrosos. Eles acreditavam em vida após a morte. *Nyame nwu na mawu*, dizia-se, em akan: “Deus não morre, então eu não morro.”⁴⁵

Com que direito os ingleses faziam dessas pessoas seus escravos? Eles consultaram os mesmos oráculos ancestrais que Juan Sepúlveda havia consultado em seu debate com Bartolomeu de Las Casas, em Valladolid, em 1550 — e os consideraram insuficientes. Sob a lei romana, todos os homens nasciam livres e só podiam ser tornados escravos por meio das leis das nações, em determinadas condições muito específicas — por exemplo, quando são feitos prisioneiros de guerra ou quando vendem a si próprios para saldar uma dívida. Aristóteles discordava da lei romana, alegando que alguns homens já nasciam escravos. Nenhuma dessas tradições da Antiguidade mostrou-se útil para os colonizadores ingleses que tentavam codificar o seu direito de possuir escravos, porque as leis que geriam a escravidão, bem como a própria escravidão, haviam desaparecido do direito comum inglês por volta do século XIV. Como disse um inglês em Barbados em 1661, não havia “nenhuma orientação que devêssemos seguir, nem qualquer regra estabelecida a respeito dos tais escravos”.⁴⁶ Sem orientação ou regra para guiá-los, assembleias coloniais adotaram novas práticas e criaram novas leis pelas quais tentaram estabelecer uma separação entre os “pretos” e os “brancos”. Data de 1630 o registro de um inglês que foi açoitado em praça pública na Virgínia por “haver profanado seu corpo

deitando-se com uma negra”.⁴⁷ Para adotar essas práticas e aprovar essas leis, as leis inglesas tiveram de ser viradas do avesso, porque muitas coisas que existem na legislação inglesa enfraqueciam as reivindicações dos senhores de escravos. Em 1665, uma mulher da Virgínia, filha de mãe africana com pai inglês, entrou com um processo requisitando sua liberdade citando o direito comum inglês, no qual o *status* dos filhos é herdado do pai, e não da mãe. Em 1662, a Casa de Burgesses da Virgínia encerrou as dúvidas que permeavam a questão sobre “se os filhos de um homem inglês com uma mulher negra deveriam ser escravos ou livres” recorrendo a uma antiga doutrina romana, *partus sequitur ventrem* (você é o que sua mãe era). Depois disso, toda criança nascida do ventre de uma escrava passou a herdar sua condição.⁴⁸

Numa das ironias mais constrangedoras da história americana, as leis promulgadas para justificar a escravidão e o governo de escravos também acabaram codificando novos conceitos sobre as liberdades e o governo dos homens livres. Em 1641, precisando fornecer algum tipo de justificativa legal para a troca de indígenas por africanos, a Assembleia Legislativa de Massachusetts estabeleceu o Body of Liberties, uma carta, ou lista, contendo cem direitos, muitos deles retirados da Carta Magna. (Um século e meio depois, sete deles apareceriam na Declaração dos Direitos dos Estados Unidos.) O Corpo de Liberdades incluía a seguinte proibição: “Não haverá qualquer tipo de escravidão, jugo ou servidão entre nós, a menos que os cativos sejam prisioneiros tomados de forma justa durante guerras, ou forasteiros dispostos a vender-se a si mesmos, ou que nos forem vendidos.” Tirado da lei romana, o trecho sobre escravidão fornecia uma cobertura legal específica para a venda dos Pequot e outros Algonquinos capturados pelos colonizadores durante a Guerra dos Pequot, em 1637, e também para a venda e a compra dos africanos — descritos como “forasteiros”, ou seja, estrangeiros, que “nos forem vendidos” —, de modo a não haver uma questão legal a ser debatida.⁴⁹ Os habitantes da Nova

Inglaterra só estariam dispostos a retomar o debate acerca da legalidade da escravidão um século e meio depois.

Mesmo atrelados à Inglaterra, ao Caribe e às Índias Ocidentais pelas rotas dos navios que circulavam entre essas terras, os colonizadores decidiram o rumo de suas próprias leis. Enquanto os colonizadores ingleses justificavam a escravidão e reivindicavam o direito de controlar seus escravos de forma absoluta e sem restrições, os súditos do rei lutavam para restringir sua autoridade. Que condições concedem a algumas pessoas o direito de governar ou de se rebelar, e proíbem outros do mesmo? Em 1640, o rei Carlos enfim convocou uma reunião do Parlamento na esperança de levantar fundos para conter uma rebelião na Escócia. O Parlamento recém-convocado contra-atacou, aprovando uma lei que limitava a autoridade do rei, incluindo um requerimento para que o Parlamento se reunisse pelo menos uma vez a cada três anos, com ou sem uma convocação real. Uma guerra entre os defensores do rei e os apoiadores do Parlamento eclodiu em 1642. Durante essa batalha, a ficção legal do direito divino dos reis foi substituída por outra ficção legal: a soberania do povo.⁵⁰

Esse conceito, que atravessaria o oceano na crista de cada onda, se baseava na ideia da representação. Os primeiros parlamentos foram organizados no século XIII, quando o rei começou a convocar os nobres até a corte para *parlar*, exigindo que eles jurassem obedecer suas leis e pagar seus impostos. Após algum tempo, esses mesmos nobres começaram a fazer de conta que não estavam fazendo esses juramentos apenas para si mesmos, mas que, em vez disso, de alguma maneira significativa, “representavam” os interesses de outras pessoas, seus vassalos. Na década de 1640, esses nobres parlantes, agora denominados Parlamento, enfrentaram o rei, questionando sua alegação de soberania com uma alegação própria: a de que representavam o povo e que o povo era soberano. Eles disseram aquilo porque, em algum passado longínquo, o povo lhes havia concedido a autoridade para representá-lo. Os monarquistas

disseram que aquilo era um absurdo. Como é que “o povo” poderia governar quando “aquele que é povo agora não é mais povo no minuto seguinte”? Para começar, *quem* seria o povo? Além do mais, quando, exatamente, eles concederam ao Parlamento o poder de representá-los? Em 1647, na esperança de resolver esse pequeno problema, os Niveladores elaboraram o Acordo do Povo, com a intenção de que todo cidadão inglês o subscrevesse, concedendo aos seus representantes o poder de representá-los.⁵¹ O documento nunca chegou a ser aprovado. Em vez disso, em 1649, o rei foi julgado por traição e decapitado.

Dessa mesma querela surgiram os conceitos basais de liberdade de expressão, religião e imprensa, ideias que têm suas premissas na crença, considerada herética pela Igreja medieval, de que não existe conflito entre a liberdade e a verdade. Em 1644, o poeta puritano John Milton — que, mais tarde, escreveria *Paraíso perdido* — publicou um panfleto no qual protestava contra a lei aprovada pelo Parlamento, que exigia que as gráficas obtivessem permissão do governo para qualquer material que imprimissem. Nenhum livro deveria ser censurado antes de sua publicação, argumentou Milton (embora pudesse ser condenado depois dela), uma vez que a verdade só poderia ser estabelecida após ser confrontada com a mentira. “Deixe que a verdade se defronte com a mentira”, insistiu ele, uma vez que “quem viu a Verdade ficar em maus lençóis num encontro franco e aberto como este?”. Essa visão se sustentava na confiança na capacidade racional do povo. O povo, Milton dizia, não é “lento e burro, mas rápido e engenhoso, dotado de um ânimo intenso, de perspicácia para inventar, com raciocínio decidido e arguto, sempre buscando o ponto mais alto que se pode atingir em qualquer habilidade humana”.⁵²

Em Rhode Island, Roger Williams dedicava-se à causa da “liberdade de consciência”, a ideia de que, quanto mais livres as pessoas são para pensar, mais próximas elas estão de chegar à verdade. Numa carta escrita em 1655, Williams pegou emprestada da *República* de Platão a ideia de uma sociedade

política como passageiros a bordo de um navio — uma metáfora que era adorada por um povo que havia atravessado um perigoso oceano em desespero. “Muitos navios se lançam ao mar, cada um deles com muitas almas a bordo, cujas alegrias e tristezas são compartilhadas, e esta é uma imagem fiel de uma comunidade, de um coletivo humano, de uma sociedade”, escreveu Williams, e, às vezes, “tanto papistas quanto protestantes, judeus e turcos, podem estar embarcados nesse mesmo navio”. O capitão tem o dever de defender as liberdades que todos têm de praticar sua fé, disse Williams, assegurando-se de que “nenhum papista, protestante, judeu ou turco seja obrigado a comparecer às cerimônias de prece e adoração no navio, nem impedido de praticar suas próprias cerimônias de prece e adoração, caso as tenha”.⁵³

Williams, que incluiu notavelmente em sua comunidade os católicos e protestantes de todo o tipo, mas também judeus e muçulmanos, imaginou um navio extraordinariamente espaçoso, numa época em que a dissidência religiosa e política floresciam. Entre 1649 e 1660, a Inglaterra não teve rei e tornou-se uma comunidade, e o povo levou a sério a ideia de um bem comum, de todos vivendo juntos no mesmo barco, e também ficou um pouco mais fácil fingir que existia, de fato, um povo, e que eles eram os soberanos governantes de... si mesmos. Na Inglaterra, novas seitas se multiplicavam, como os batistas e os quacres. Os Escavadores defendiam a posse comunal da terra. Os Niveladores pediam igualdade política. Enquanto isso, do outro lado do oceano, as colônias cresciam, e os colonizadores começavam a enxergar a si mesmos como um povo também. Isso sem falar que a maior parte da América Britânica era, ela própria, fruto de uma revolta política e religiosa, e cada colônia, um experimento particular na administração do povo e da liberdade de expressão. A maioria das colônias fundou assembleias, com legisladores eleitos pela vontade popular, e criou suas próprias leis. Em 1640, oito colônias tinham suas próprias assembleias. Barbados, fundada pelos ingleses em

1627, em 1651 alegava que o Parlamento não tinha autoridade sobre os seus assuntos internos (o que, na verdade, dizia respeito principalmente à Lei de Escravidão).

A Brief Account of the Province of Pennsylvania in America, lately granted under the Great Seal of England to William Penn, &c.

THe King having been favourably pleased after a long Solicitation, in Right of my Fathers Services, and a considerable part of his Estate, to confer and settle upon me, and my Heirs, a Tract of Land in *America*, by the name of *Pennsylvania*; with the powers requisite to the well government thereof; I thought good to publish this abbreviated account of the former Relation, as less troublesome to Send or Read, for their Satisfaction, that are soberly desirous and resolved for those parts of the World.

I. Something of the Place.

The Place lies 600 Miles nearer the *Sea* than *England*, for *England* begins at the 50th Degree and ten Minutes of *North* Latitude, and this place begins at 40. which is about the Latitude of *Naples* in *Italy*, or *Mompellier* in *France*: I shall say little in its praise to excite desires in any; whatever I could truly write as to the Soil, Air and Water, this shall suffice me, that by the Blessing of God, and the Honesty and Industry of man, it may be a good and fruitful Land.

For Navigation, it is said to have two Conveniencies, the one by lying Ninety or Miles upon *Delaware* River, that is to say, about 70 Miles, before we come to the Falls, where a Vessel of 200 Tuns may Sail, (and some Creeks and small Harbours in that distance, where Ships may come nearer than the Rivers in the Country) and above the Falls for Boats, the other Convenience is through *Cheespeak-Bay*, the head falling within this Latitude.

For Timber & other Wood, there is Variety for the use of man, as *Oak, Chestnut, Walnut, Poplar, Cedar, Beech, &c.*

For Fowl, Fish and Wild Deer, they are reported to be plentiful in those parts, and *English* Provision grows there, and is to be had at reasonable Rates: The Commodities that the Country is thought to be capable of, are *Silk, Flax, Hemp, Wine, Sugar, Wood, Madder, Liquorish, Tobacco, Potashes* and *Iron*; and it doth actually produce *Hides, Tallow, Pipestaves, Beef, Pork, Sheep, Wool, Corn as Wheat, Barley, Rye*, and also *Furrs*, as your *Beaver, Pelts, Mincks, Raccoons, Martins*, and such like; store of which is to be found among the *Indians*, that are profitable Commodities in *Europe*.

The way of Trading in those Countries, is thus, they send to the *Southern* Plantations, *Corn, Beef, Pork, Fish, and Pipestaves*, and take their Growth and bring for *England*, and return with *English* Goods to their own Country; their *Furrs* they bring for *England*, and either sell them here, or carry them out again to other parts of *Europe*, where they will yield a better price: And for those that will follow Merchandize and Navigation, there is conveniency, and Timber sufficient for Shipping.

II. The Constitutions.

For the Constitution of the Country, the Patent shows. First, That the People and Governour have a Legislative Power; so that no Law can be made, nor Money raised, but by the peoples consent.

2dly. That the Rights and freedoms of *England* (the best and largest in *Europe*) shall be in force there.

3dly. That making no Law against *Allegiance* (which should we, were by the Law of *England* no void of it self that Moment) we may Enact what Laws we please for the Good, Prosperity and Security of the said Province.

4thly. That so soon as any are engaged with me, we shall begin a Scheme or Draught together, such as shall give Ample Testimony of my sincere Inclinations to Encourage Planters, and settle a Free, Just and Industrious Colony there.

III. The Conditions.

My Conditions will relate to three sorts of People. 1st. Those that will buy. 2dly. Those that take up Land upon Rent. 3dly. Servants. To the first, The Shares I sell shall be certain, as to number of Acres; that is to say, every one shall contain five thousand Acres, free from any Indian Incumbrance, the Price a Hundred Pounds, and for the Quit Rent but one English Shilling, or the value of it yearly for a hundred Acres, which such as will buy now or hereafter buy of an Inconsiderable matter; but as I hold by a small Rent of the King, so all must hold of me by some Rent for their own Security, and the said Quit Rent not to be paid till 1680. To the second,

Em 1681, Carlos II concedeu terras ao quacre inglês William Penn, que criou um “experimento sagrado” na colônia epônima da Pensilvânia. (Biblioteca do Congresso.)

A restauração da monarquia em 1660, com a coroação de Carlos II, representou não um enfraquecimento, mas um

aprofundamento do compromisso com a tolerância religiosa, com o novo rei prometendo que “homem nenhum seria perturbado ou questionado por diferença de opinião na questão religiosa”.

Esse espírito se estendeu para o outro lado do oceano, especialmente nas seis colônias da Restauração, aquelas que foram fundadas sob as leis inglesas durante o reinado de Carlos II. Nova York e Nova Jersey se transformaram em refúgios religiosos para quacres, presbiterianos e judeus, assim como a Pensilvânia, outorgada por Charles II ao quacre William Penn em 1681. Penn chamou a Pensilvânia de seu “experimento sagrado”, na esperança de que ela produzisse a “semente de uma nação”. Em seu Quadro de Governo de 1682, uma Constituição para a nova colônia, ele assegurava a criação de uma assembleia geral eleita pelo voto popular e a liberdade de crença religiosa, decretando “Que todo habitante desta província que confesse e reconheça o Todo-poderoso, Deus único e eterno, como o Criador, o Sustentador e Governador do mundo; e que esteja ciente de suas obrigações pessoais de viver de forma pacífica e justa em sociedade civil, não seja, de forma alguma, molestado ou discriminado por suas convicções ou práticas religiosas, nas questões da fé e do culto, e nem seja obrigado, em nenhum momento, a praticar qualquer tipo de fé, a frequentar quaisquer templos, ou a apoiar quaisquer ministérios religiosos”.⁵⁴ A paz dependia da tolerância.

A cada nova carta, a cada nova Constituição, a cada nova Lei de Escravidão, os colonizadores ingleses na América subvertiam premissas e reescreviam as leis que governam as relações entre os governantes e os governados. Em meio a um tumultuoso século de conflito civil, o oceano entre a Inglaterra e a América se transformou numa espécie de espelho: as pessoas que escreviam novas leis enxergavam, em seus reflexos, filósofos políticos; e os filósofos políticos enxergavam em seus reflexos legisladores coloniais. Poucas pessoas acompanharam essa relação mais de perto do que John Locke, um filósofo político que também atuou como legislador colonial.

Locke, professor em Christ Church, Oxford, tinha o rosto macilento e nariz comprido; parecia uma ave de rapina. Nunca se casou. Um de seus alunos era o filho do conde de Shaftesbury, que era o ministro das Finanças, e também um homem bastante doente. Em 1667, Locke abandonou Oxford para se tornar secretário pessoal de Shaftesbury, também responsável pelos seus cuidados médicos; ele se mudou para a mansão de Exeter, a residência dos Shaftesbury em Londres, que ficava na rua Strand. Acontece que Shaftesbury estava profundamente envolvido em assuntos coloniais, e fundara e atuava em diversas associações de comércio e agricultura, incluindo um conselho dos proprietários de terras da colônia da Carolina. (Carlos havia outorgado a colônia a oito membros do Parlamento que tinham apoiado a sua restauração ao trono.) Locke acabou se tornando o secretário da colônia.

Como secretário, Locke escreveu e depois revisou a Constituição da colônia, não muito tempo após ter escrito sua *Carta sobre a tolerância*, ao mesmo tempo em que começava a escrita de seus *Dois Tratados sobre o Governo Civil*, obras que, mais tarde, influenciariam enormemente os criadores da Constituição dos Estados Unidos.⁵⁵ Sem jamais ter atravessado o oceano, Locke conseguiu escavar bem fundo o solo das colônias, onde plantou sementes menores do que a ponta de sua caneta.

Coerente com sua argumentação em *Carta sobre a tolerância*, *As Constituições Fundamentais da Carolina* de Locke estabeleceram a liberdade de manifestação religiosa. Pessoas que “não reconhecem a existência de um Deus e que Ele deve ser adorado de forma pública e solene” seriam proibidas de possuir e se instalar em suas terras; porém, apesar disso, *qualquer* crença era aceitável, com a Constituição decretando que “pagãos, judeus e outros dissidentes da pureza da Religião Cristã não podem ser afugentados nem mantidos a distância”. Além disso, neste mesmo espírito — e aqui dando sua opinião em um debate que começara em 1492 e ocupara a coroa

espanhola pela maior parte de um século —, a Constituição da Carolina estabeleceu que o paganismo dos nativos não era justificativa suficiente para tomar suas terras: “Os nativos deste local”, estipulou a Constituição, “desconhecem profundamente o Cristianismo, mas a sua ignorância em relação à idolatria não nos dá o direito de expulsá-los ou de lhes fazer mal.”⁵⁶ Com que direito, então, os ingleses reivindicavam suas terras?

A resposta para essa pergunta encontra-se na filosofia de Locke. As *Constituições Fundamentais* estabeleceu que um governo era uma questão prática, enquanto, nos *Dois tratados sobre o governo civil*, Locke tentou explicar, com base em uma questão filosófica, como os governos vieram a surgir. Ele começou imaginando um estado de natureza, uma condição *anterior* ao governo:

Para entender o direito ao poder político e derivá-lo de sua origem, precisamos considerar em que estado todos os homens estão por natureza, e isto é um estado de perfeita liberdade para executar suas ações e dispor de suas posses e pessoas como acharem melhor, dentro dos limites das leis da natureza, sem pedir permissão para tanto, nem depender da vontade de qualquer outro homem.

Isso era muito mais do que um experimento mental; aquele lugar realmente existia: “No começo”, escreveu ele, “o mundo inteiro era a América.”

Esse estado de natureza, para Locke, era um estado de “perfeita liberdade” e também “um estado de igualdade”. O igualitarismo de Locke derivava, em parte, de suas ideias sobre o Cristianismo e da igualdade de todas as pessoas perante Deus: “Não há nada mais evidente do que o fato de que todas as criaturas da mesma espécie e classe, nascidas de forma aleatória, dentro das mesmas circunstâncias naturais e com o uso das mesmas faculdades, sejam também iguais umas às outras, sem qualquer subordinação ou sujeição.” A partir desse estado de igualdade natural e perfeita, os homens criaram a sociedade civil — o governo — por uma necessidade de ordem e de proteção de sua propriedade.

Entender como os governos surgiram, portanto, exige o entendimento de como as pessoas começaram a deter propriedades. Para Locke, era fundamental que se olhasse para o exemplo da América. Metade das referências à América no *Segundo tratado* de Locke aparecem no capítulo chamado “Da propriedade”.⁵⁷ Locke refletiu, por exemplo, sobre reis como Powhatan, cujo manto de couro de veado ele pode muito bem ter segurado em suas mãos, alisando as conchas com seus dedos, uma vez que a peça estava exposta num museu em Oxford. “Os reis dos indígenas na América”, escreveu ele, “não passam de generais de seus exércitos”, e os índios, por não possuírem propriedades, não tinham “nenhuma espécie de governo”. Reis como Powhatan não tinham soberania, de acordo com Locke, porque não cultivavam a terra; apenas viviam nela. “Deus deu o mundo aos homens em comum”, escreveu ele, mas “não se pode supor que seu desejo fosse que a terra permanecesse comum e inculta. Ele deu o mundo para o uso dos industriais e dos racionais (e o trabalho seria a forma de reclamar o seu direito sobre ele)”. Quem não fizesse uso de “grandes Extensões de Terra” — ou seja, as deixasse incultas — e quem possuísse terras em comum, portanto, não “pertencia ao resto da Humanidade”. Um povo que não acredita que a terra pode ser propriedade de um indivíduo não pode firmar um acordo para vendê-la, assim como também não pode ser considerado sob a influência de um governo, uma vez que o governo só existe para proteger a propriedade.

Não que essa ideia fosse exatamente nova. Em *Utopia*, em 1516, Thomas More escreveu que tomar a terra de um povo que “não usa o seu solo, mantendo a terra ociosa e inculta”, era um “motivo muito justo para uma guerra”.⁵⁸ Porém, Locke, motivado tanto por uma crescente reverência à tolerância religiosa quanto por um desejo de distinguir a colonização inglesa da conquista espanhola, enfatizou a falta de cultivo como uma justificativa melhor para tomar as terras dos nativos do que a diferença religiosa, uma ênfase que teria consequências duradouras.

Tanto na Constituição da Carolina quanto em seus *Dois tratados sobre o governo*, Locke abordou os temas da propriedade e da escravidão. “Escravidão” é, na verdade, a primeira palavra em *Dois tratados*, que começa: “A escravidão é uma condição tão vil e miserável do ser humano, e tão diretamente oposta ao espírito generoso e destemido de nossa nação, que é difícil conceber que um cidadão inglês, especialmente um cavalheiro, deva defendê-la.” Isso era um ataque a Sir Robert Filmer, que havia argumentado, num livro chamado *Patriarcha*, que a autoridade do rei derivava, divinamente, da autoridade de Adão, e não poderia ser contestada. Para Locke, acreditar nisso seria acreditar que os súditos do rei não eram nada além de seus escravos. Locke argumentou que os súditos do rei eram, em vez disso, homens livres, porque “a liberdade natural do homem significa não se submeter a qualquer poder superior na terra, nem estar à mercê da vontade ou da autoridade legislativa do homem, e ser governado apenas pelas leis da natureza”. Todos os homens, afirmou Locke, nascem iguais, com direito natural à vida, à liberdade e à prosperidade; para proteger esses direitos, eles constituíram governos de forma consensual. A escravidão, para Locke, não fazia parte nem do estado de natureza nem da sociedade civil. Era uma questão da lei das nações, “nada além de um estado continuado de guerra entre um conquistador legítimo e seu cativo”. Introduzir a escravidão nas Carolinas era, portanto, estabelecer, como algo fundamental para a ordem política, uma instituição que destoava de tudo o que Locke entendia como uma sociedade civil. “Todo homem livre da Carolina terá poder e autoridade absolutos sobre seus escravos negros”, lê-se em sua Constituição. Isso era o mesmo que dizer, apesar da veemente afirmação do direito natural à liberdade e da alegação de que o poder absoluto é uma forma de tirania, que o direito de um homem sobre outro — impossível de ser concebido num estado de natureza ou sob um governo civil, impossível de ser imaginado sob qualquer outra organização, exceto em um

estado de guerra — não apenas era possível, como também, legítimo, na América.⁵⁹

A única maneira de justificar essa contradição, a única maneira de explicar como um povo poderia nascer livre e outro não, seria plantando uma nova semente, a da ideologia de raça. Essa semente levaria muito tempo para germinar e mais ainda para morrer.

IV.

A REVOLUÇÃO NA AMÉRICA, quando veio, não partiu dos colonizadores ingleses, mas dos povos que eles dominavam. Muito antes de tiros serem disparados em Lexington e Concord, muito antes de George Washington cruzar o Delaware, muito antes de a independência americana surgir como ideia, ou mesmo como possibilidade, uma tradição revolucionária estava sendo forjada, não pelos ingleses na América, mas pelos índios declarando guerras e pelos escravos promovendo rebeliões. Eles se revoltaram várias e várias e várias vezes. Suas revoluções vinham em ondas que assolavam a terra. Eles faziam sempre a mesma pergunta, incansavelmente: *Com que direito somos dominados?*

Os colonizadores ingleses frequentemente viam essas revoltas como parte de uma conspiração, em especial quando elas aconteciam em sequência, como foi o caso em 1675 e 1676, um século antes de os ingleses darem início à sua própria luta pela independência. Em junho de 1675, uma federação dos Algonquinos da Nova Inglaterra, comandada por um cacique chamado Metacom (os ingleses o chamavam de “Rei Phillip”), tentou expulsar os estrangeiros de suas terras, atacando uma cidade após a outra. Os indígenas, escreveu um inglês, haviam “se rebelado por todo o país”. Até o seu fim, mais da metade de todas as cidades inglesas na Nova Inglaterra haviam sido destruídas ou abandonadas. Metacom foi baleado, afogado, esquartejado e decapitado, e sua cabeça, exposta em uma

estaca em Plymouth, uma punição para um rei. Seu filho de nove anos foi vendido como escravo e despachado num navio para o Caribe, onde uma rebelião de escravos tinha acabado de eclodir em Barbados. Os ingleses em Barbados acreditavam que os africanos de lá “pretendiam assassinar todos os brancos”; seu “objetivo maior era que eles próprios pudessem escolher um rei”. (Em pânico, a Assembleia Legislativa da ilha aprovou rapidamente uma lei proibindo a compra de qualquer escravo indígena trazido da Nova Inglaterra, por medo de que isso apenas acrescentasse mais lenha à rebelião.) Barbados e a Nova Inglaterra, comentou um morador da última, haviam “bebido do mesmo copo”.

Mas esse copo virou. Enquanto a guerra assolava a Nova Inglaterra e a rebelião sitiava Barbados, os nativos começaram a atacar as cidades inglesas em Maryland e na Virgínia, fazendo com que William Berkeley, governador da Virgínia, declarasse que “a Infestação dos Indígenas na Nova Inglaterra” tinha se alastrado para o Sul. A recusa de Berkeley em retaliar os indígenas pelos ataques levou a uma rebelião incitada por um colonizador chamado Nathaniel Bacon, que conduziu um pelotão de quinhentos homens até Jamestown, os quais incendiaram a cidade por completo. Certamente teria havido mais caos e destruição se Berkeley não tivesse perdido o seu cargo e Bacon não tivesse morrido de disenteria.⁶⁰

Guerras, rebeliões e rumores sobre novos conflitos preenchiam as páginas das cartas e jornais no período colonial. As notícias se espalhavam por todos os lados, provocando, invariavelmente, o mesmo efeito: o acirramento da divisão racial. Antes da Guerra do Rei Filipe, ministros haviam tentado ensinar inglês aos nativos e convertê-los ao Cristianismo na Nova Inglaterra, com a intenção de que eles fossem, algum dia, viver entre os ingleses. Após a guerra, tais esforços foram quase inteiramente abandonados. A Revolta de Bacon acirrou a separação entre os negros e os brancos. Antes de Bacon e seus homens incendiarem Jamestown, a classe dos ingleses pobres

tinha pouca influência política. Cerca de três de cada quatro ingleses que havia navegado até as colônias ou eram devedores, ou condenados, ou servos por contrato; não eram escravos, mas também não eram livres.⁶¹ A exigência de propriedade para garantir o direito ao voto significava que nem todo homem branco e livre poderia votar. Enquanto isso, o fato de que os escravos poderiam ser alforriados por seus senhores significava que era possível ser negro e ser livre, e ser branco e não ser livre. Entretanto, após a Revolta de Bacon, concedeu-se aos homens brancos livres o direito ao voto, e tornou-se quase impossível que os homens e mulheres negras garantissem sua liberdade. Em 1680, comentou uma testemunha, “estas duas palavras, negro e escravo”, haviam “se tornado homogêneas e intercambiáveis”: ser negro era o mesmo que ser escravo.⁶²

O medo das guerras e revoltas assombrou toda a colônia inglesa, uma terra sob o domínio do terror, assolada por uma terrível instabilidade política e uma horrenda vulnerabilidade física. Em 1692, dezenove mulheres e homens foram condenados por bruxaria na cidade de Salem, em Massachusetts. Entretanto, o que parecia ser bruxaria aparentemente era apenas o efeito dos ataques indígenas, lembranças que evocavam sofrimentos tenebrosos. Durante o julgamento das bruxas, quando Mercy Short disse que havia sido atormentada pelo Diabo, que a queimou, ela descreveu o Demônio como “um homem negro e baixo... não exatamente negro, mas de uma cor trigueira, ou indígena”. Dois anos antes de Satã e suas bruxas flagelarem Mercy Short, ela tinha sido capturada pelos Abenaki, que saquearam a casa de sua família numa cidade em New Hampshire, matando seus pais e três de seus irmãos e irmãs. Mercy Short foi obrigada a andar até o Canadá. Ao longo do caminho, ela testemunhou uma atrocidade atrás da outra: um menino de 5 anos esquartejado, uma garotinha escalpelada, e um outro prisioneiro “barbaramente sacrificado”: amarrado a um poste e torturado com fogo, com os Abenaki esfolando-o aos pouquinhos. As bruxas afirmaram que o Diabo

era um “homem negro”, observou o ministro de Boston Cotton Mather, “e elas costumam dizer que ele se parece com um índio”. Mather usou isso para dizer que os negros e os índios eram, de alguma forma, demônios. Instrumentos do mal. Mas o que assombrou Mercy Short não foi efeito da bruxaria; foi efeito do terror.⁶³

Mesmo nos lugares e períodos em que não aconteceram ataques, havia notícias deles, vindas de outros lugares, e o temor de que acontecessem era constante. Havia levantes por toda parte, e, onde não havia levantes, havia o medo deles. Alguns conluíus dos quais os colonos suspeitavam foram descobertos e reprimidos por serem reais, e alguns eram imaginários, mas todos tinham o mesmo elemento em comum: grupos de homens, escravos ou índios estavam conspirando para derrubar o governo vigente e substituí-lo pelo seu.

Guerras, rebeliões e rumores: o que os colonizadores temiam era a revolução. Na ilha dinamarquesa de São João, em 1733, noventa escravos africanos assumiram o controle do território e o mantiveram por seis meses. Em Antígua, em 1736, um grupo de homens negros “formou-se e decidiu executar um complô no qual todos os habitantes brancos da ilha seriam assassinados, e uma nova forma de governo seria estabelecida pelos próprios escravos, que tomariam posse da ilha inteira”, e seu líder, um homem chamado Court, “adotou, perante seus compatriotas... o patamar de REI”.⁶⁴ Às vezes, os rebeldes iam a julgamento; mas era mais comum que não fossem. Ao entrar em guerra com os índios, os ingleses começaram a abrir mão de todos os ideais que costumavam defender sobre as circunstâncias em que uma guerra seria justa; eles tendiam a travar essas guerras primeiro para só depois justificá-las. E, ao reprimir as rebeliões de escravos, impingindo punições, abandonaram suas ideias sobre o uso do julgamento por júri e a abolição da tortura. Em Antígua, homens acusados de conspiração eram torturados dentro dos termos de uma nova lei que regulamentava esse tipo de castigo grotesco; homens negros eram quebrados na roda, mortos de

fome, lentamente assados em fogo baixo, mandados para a forca. Em Nantucket, em 1738, os colonos ingleses acreditavam ter detectado uma conspiração entre os índios da ilha para “destruir todos os ingleses, atear fogo em suas casas, à noite, e depois atacá-los com suas armas de fogo”. Uma explicação dada por um índio para este plano foi que “os ingleses haviam tomado à força as terras que eram de seus ancestrais, e não as devolveram mais”.⁶⁵

A conquista era sempre frágil, e a escravidão, eternamente instável. Na Jamaica, onde os negros superavam os brancos numa proporção de mais de vinte para um, os africanos, comandados por um homem chamado Cudjoe, fugiram das fazendas e construíram cidades — os mocambos ou quilombos — nas montanhas do interior da ilha. A Primeira Guerra dos Quilombolas da Jamaica encerrou em 1739 com um tratado no qual os britânicos concordaram em reconhecer cinco quilombos e conceder a Cudjoe e aos seus seguidores sua liberdade e mais de seiscentos hectares de terras. Havia sido uma guerra pela independência.

Notícias sobre as rebeliões na Jamaica e em Antígua chegaram às Carolinas e à Geórgia em questão de semanas, e, apenas alguns dias mais tarde, na Nova Inglaterra. Os colonizadores ingleses no continente tinham familiares morando nas ilhas — assim como seus escravos, que, como seus senhores, compartilhavam rumores e notícias toda vez que um novo navio chegava. Em 1739, mais de cem homens negros promoveram um levante armado e mataram mais de vinte brancos na Revolta de Stono, na Carolina do Sul, uma colônia onde os negros superavam os brancos numa proporção de dois para um. “A Carolina se assemelha mais a um país negro do que a um país colonizado por brancos”, escreveu um visitante.⁶⁶ Os rebeldes planejavam chegar até a Flórida espanhola, onde os espanhóis haviam prometido aos escravos fugitivos a sua liberdade. Gritando “Liberdade!” enquanto caminhavam, eles eram liderados por um homem chamado Jemmy. Nascido em

Angola, ele falava quicongo, inglês e português, e, como era comum entre os líderes das rebeliões de escravos, sabia ler e escrever.⁶⁷

Que leis seriam capazes de arrefecer essas rebeliões, que punições evitariam essas revoltas? Essa foi a questão debatida pelas assembleias legislativas coloniais, em construções feitas de tijolo, madeira e pedra, enquanto os indígenas e africanos ameaçavam fazê-las em pedaços. Em 1740, no rescaldo da Revolta de Stono, a assembleia da Carolina do Sul aprovou o Ato para uma Melhor Ordenança e Governo dos Negros, um novo conjunto de regras para pautar as relações entre os governantes e os governados. Ele restringia a movimentação dos escravos, estabelecia padrões para o seu tratamento, estabelecia punições para os seus crimes, explicava os procedimentos para que fossem julgados, e compilava as regras para as provas usadas em seus julgamentos; nos casos de pena capital, as acusações deveriam ser ouvidas por dois juízes e um júri composto por pelo menos três homens. Para tentar evitar o surgimento de futuros Jemmy, a lei também tornava crime o ato de ensinar um escravo a escrever, ler e clamar por liberdade.⁶⁸ Os ingleses, como Samuel Purchas observou, gostavam de ter uma “vantagem literal” sobre as pessoas que governavam, e eles pretendiam mantê-la.

Notícias sobre as rebeliões se espalhavam tão depressa assim nas colônias porque, embora reprimida entre os escravos, a alfabetização estava em alta entre os colonos, que tinham começado a imprimir seus próprios panfletos e livros, e, principalmente, seus próprios jornais. A primeira prensa tipográfica enviada para as colônias britânicas chegou a Boston em 1639, e o primeiro jornal da América Britânica, *Publick Occurrences*, surgiu em 1690. Censurado, ele teve apenas uma edição, mas um segundo jornal, o *Boston News-Letter*, começou a circular em 1704 e seguiu circulando, impresso numa gráfica a uma rua pequena e acanhada, na pequena e acanhada cidade de Boston, não muito longe do parque Common, onde as ovelhas

pastavam e onde, a cada hora, o mugido das vacas podia ser ouvido, uma melodia eterna entre as badaladas dos sinos das igrejas.⁶⁹

No começo, os periódicos coloniais traziam principalmente notícias da Europa, mas logo começaram a dar cada vez mais espaço aos assuntos que diziam respeito às colônias e suas cercanias. Eles também passaram a questionar a autoridade e a reclamar sua liberdade, principalmente a liberdade de imprensa. Seu defensor mais aguerrido era Benjamin Franklin, nascido em Boston, em 1706, filho de um puritano fabricante de velas e sabão.

Benjamin Franklin era o mais jovem entre os filhos homens de seu pai; sua irmã, Jane, nascida em 1712, era a mais jovem entre as sete meninas. Benjamin Franklin aprendeu sozinho a ler e a escrever, e depois ensinou sua irmã, numa época em que as mulheres, assim como os escravos, raramente eram ensinadas a escrever (elas eram, contudo, ensinadas a ler, para que pudessem ler a Bíblia). Ele queria ser escritor. Seu pai só teve dinheiro para mantê-lo na escola por dois anos (e Jane jamais a frequentou). Outro de seus irmãos, James, tornou-se tipógrafo, e, aos 16 anos, Benjamin virou seu aprendiz, bem na época em que James Franklin começou a imprimir um periódico irreverente chamado *New-England Courant*.⁷⁰

O *New-England Courant* não admitia censura: foi o primeiro jornal “não licenciado” das colônias; isto é, o governo colonial não havia lhe concedido uma licença e não revisava seu conteúdo antes da publicação. James Franklin decidiu usar seu jornal para criticar tanto o governo quanto a Igreja, numa época em que as duas coisas eram, essencialmente, a mesma, e Massachusetts era uma teocracia. “Seu jornal tem o objetivo claro de ridicularizar e insultar os ministros de Deus”, criticou-o Cotton Mather. Em 1772, James Franklin foi preso por insubordinação. Enquanto esteve na prisão, seu irmão mais novo e aprendiz dedicado assumiu o controle da publicação do *Courant*, e estampou no cabeçalho, pela primeira vez, o nome BENJAMIN FRANKLIN.⁷¹

Enquanto sua irmã mais nova ficava em casa moldando velas e fervendo sabão, o jovem Benjamin Franklin decidiu desafiar o governo imprimindo trechos de uma obra conhecida como *Cato's Letters*, escrita por dois radicais, o inglês John Trenchard e o escocês Thomas Gordon. *Cato's Letters* reúne 144 ensaios sobre a natureza da liberdade, incluindo a liberdade de expressão e de imprensa. “Sem liberdade de pensamento”, escreveram Trenchard e Gordon, “não poderá haver sabedoria; tampouco haverá liberdade pública sem liberdade de expressão: que é o direito de todo homem.”⁷² Jane Franklin leu esses ensaios também, e, talvez por ter sido criada e educada em uma família de rebeldes, começou a se questionar sobre os direitos das mulheres.

James Franklin lutou contra sua condenação, saiu da prisão, e continuou imprimindo, mas, em 1723, o jovem Benjamin Franklin também mostrou sua língua para o irmão, e abandonou seu posto de aprendiz — o que significa que ele também abandonou sua irmã Jane. Pouco tempo depois, aos 15 anos, ela se casou. Benjamin Franklin começou a transformar retalhos em dinheiro, uma expressão que, em inglês (*rags to riches*), funciona aqui tanto na forma literal quanto figurativa: o papel é produzido a partir de retalhos, e Franklin, o primeiro tipógrafo americano a imprimir papel-moeda, estava transformando retalhos em dinheiro. Jane, que teve doze filhos e enterrou onze deles, levou uma vida muito mais comum para uma americana do século XVIII nascida na pobreza: ficou só nos retalhos mesmo.

Deixando sua irmã em Boston, Benjamin Franklin acabou se radicando na organizada cidade quacre da Filadélfia, onde começou a imprimir seu próprio jornal, o *Pennsylvania Gazette*, em 1729. Em suas páginas, ele lutava pela liberdade de imprensa. Num texto de 1731 com ares miltonianos, “Apology for Printers”, ele observou que “as opiniões dos homens são quase tão diversas quanto suas fisionomias”, mas “os tipógrafos acreditam que, sempre que os homens têm opiniões diversas, ambos os lados devem ter o mesmo direito de serem ouvidos

pelo público; e que, quando a verdade e o erro travam uma batalha justa, a primeira sempre ganha do segundo”.⁷³

A cultura do fato — a ideia de empirismo que havia se alastrado da esfera do direito para a do governo — ainda não tinha chegado aos jornais, que circulavam repletos de boletins sobre as condições do mar, anúncios de recompensas por escravos fugitivos, e notícias sobre as rebeliões dos escravos e as guerras indígenas, e sobre as últimas reuniões do Parlamento. Jornais estavam interessados na verdade, mas eles estabeleciam a verdade, como Franklin explicou, ao publicar todos os lados, deixando que eles lutassem entre si. Tipógrafos não cumpriam o dever de imprimir apenas fatos; eles cumpriam o dever de imprimir as “Opiniões dos homens”, como Franklin definia, e que vencesse a melhor: a verdade emergiria daí.

Mas se a cultura do fato ainda não chegara aos jornais, ela havia atingido a história em cheio. Em *Leviatã*, Thomas Hobbes escreveu que “O registro do conhecimento dos fatos é chamado de história”.⁷⁴ Uma lição que os americanos aprenderiam com os fatos de sua história tem a ver com os limites da liberdade de imprensa, e esse é um fato que seria extensamente debatido e um direito que eles se tornariam cada vez mais dispostos a proteger.

Depois dos percalços de James Franklin com a justiça em Boston, a próxima batalha pela liberdade de imprensa aconteceu em Nova York, o porto mais movimentado do continente, onde os escravos africanos dos holandeses tinham, um dia, erguido um muro nos limites da cidade, e os escravos africanos dos ingleses o haviam derrubado, deixando a Wall Street em seu lugar. Em 1732, um novo governador chegou a Nova York para ocupar seu cargo na Câmara Municipal, construída por africanos usando as pedras que, outrora, faziam parte do muro.

William Cosby era um dândi grosseirão. Assim como os governadores de todas as colônias do continente, exceto uma, ele havia sido nomeado pelo rei. Não tinha nem qualificações específicas para o cargo nem qualquer vínculo com as pessoas

que governaria. Era ganancioso e corrupto. Para derrubá-lo, um jurista nova-iorquino chamado James Alexander, amigo de Benjamin Franklin, contratou um imigrante alemão chamado John Peter Zenger para imprimir um novo jornal, o *New-York Weekly Journal*. A primeira edição saiu em 1733. Boa parte do jornal consistia de trechos de *Cato's Letters* e de ensaios que compartilhavam das mesmas opiniões escritos, anonimamente, por Alexander. “Nenhum país, antigo ou moderno, jamais perdeu as liberdades de falar, escrever e tornar seus sentimentos públicos sem perder, em seguida, sua liberdade de forma geral, tornando-se escravo”, escreveu Alexander. Sua definição de “escravo” era a mesma de Locke: um povo sujeito à tirania de um governo absoluto e arbitrário. Ele não contemplava nessa definição os africanos que viviam em sua própria casa. Um em cada cinco nova-iorquinos era escravo. Os escravos construíram toda a cidade, suas imponentes casas de pedra, seu cais de madeira pregada. Eles abriram as estradas e suas próprias tumbas, no Cemitério dos Negros. Traziam a água para fazer chá e a madeira para fazer fogo. Carregavam e descarregavam os navios, a poucos passos do mercado de escravos. Mas a liberdade de falar, escrever e publicar eles não tinham.⁷⁵

Cosby, irritadiço e autoritário, como vários outros governantes geniosos e arrogantes antes dele, não tolerava críticas. Ele determinou que todos os exemplares do jornal fossem queimados e fez com que Zenger, um pobre comerciante que estava fazendo um serviço para outro homem, fosse preso por libelo sedicioso.

Numa época em que praticamente todo mundo torcia o nariz para os partidos, considerando-os destrutivos para a ordem política — “Um partido é a loucura de muitos para o ganho de poucos”, observou o poeta Alexander Pope, em 1727 —, duas facções políticas surgiram mesmo assim na agitada cidade de Nova York: o Partido da Corte, formado pelos apoiadores de Cosby, e o Partido do País, seus opositores. “Estamos em meio às chamadas de uma acalorada disputa partidária”, lamentou-se

Daniel Horsmanden, um servidor público mesquinho e de mente fechada indicado por Cosby para a Suprema Corte. Mas a cinco mil quilômetros de Londres, a semanas de distância pelo mar e, mesmo assim, sem nenhum alívio dos abusos de um governo tirânico, os nova-iorquinos começaram a acreditar que os partidos talvez fossem “não apenas necessários num governo livre, mas de grande utilidade para o público”. Como escreveu um nova-iorquino em 1734: “Os partidos fiscalizam-se uns aos outros, e, ao manter as ambições uns dos outros dentro dos limites, servem para conservar as liberdades públicas.”⁷⁶

No ano seguinte, Zenger foi julgado perante a Suprema Corte da colônia, naquela Câmara Municipal feita de pedra. Alexander, cuja autoria dos ensaios permanecia desconhecida, atuou como advogado de Zenger até que o presidente da Suprema Corte, que havia sido indicado por Cosby, o destituiu de suas funções. Zenger, então, foi representado por Andrew Hamilton, um advogado particularmente perspicaz da Filadélfia. Hamilton não contestou o fato de que Zenger havia publicado artigos críticos ao governo. Em vez disso, argumentou que tudo o que Zenger havia publicado era verdade — Cosby era realmente um governador muito ruim — e desafiou o júri a discordar dele. Em sua argumentação final, buscou inspiração em *Cato's Letters* e elevou a controvérsia em Nova York a patamares épicos, numa manobra retórica que viria a se tornar corriqueira na década de 1760, à medida que mais colônias tentavam se libertar do domínio dos ingleses. A questão, Hamilton disse ao júri, “não é a causa de um pobre tipógrafo nem mesmo do jornal *New-York*”. Não: “Trata-se da maior de todas as causas, a causa da liberdade.”⁷⁷

O júri determinou que Zenger era inocente. Cosby morreu de forma aviltante no ano seguinte. Mas a paixão dos nova-iorquinos pelos partidos não amainou. Houve até mesmo conversas, durante um tempo, sobre uma guerra civil. O Partido do País decidiu contestar a autoridade do seu encurralado sucessor, George Clarke, que se reportou a Londres, perplexo com o fato

de que os nova-iorquinos acreditavam que “se um governador se portar mal, ele deve ser deposto, e um outro deve ser posto em seu lugar”.⁷⁸ E, ainda assim, a ideia de que um povo poderia depor um tirano e substituí-lo por um dos seus no papel de governante não era, é claro, um conceito tão surpreendente assim: ele estava por trás de todas as rebeliões de escravos. Nos anos seguintes ao julgamento de Zenger, o medo de que essa conspiração estivesse nas mentes dos escravos da cidade tornou-se uma obsessão entre os seus senhores. Em 1741, quando vários incêndios começaram em diversos pontos da cidade, e a própria mansão de Clarke — a residência do governador — foi calcinada, muitos nova-iorquinos se convenceram de que o fogo havia sido provocado pelos escravos da cidade tramando uma rebelião, não muito diferente das que haviam ocorrido na década de 1730 em Antígua, Barbados, Jamaica, e na Carolina do Sul — e, embora mais violenta, não muito diferente da rebelião promovida pelo Partido do País contra Cosby. As chamas dessa disputa partidária não eram mais apavorantes?

“Os negros estão se rebelando!”, gritavam os nova-iorquinos nas esquinas. Muitos dos escravos da cidade eram oriundos do Caribe; a maioria, das ilhas conhecidas por suas rebeliões. Ceasar, escravo de um padeiro holandês, sabia ler e escrever, assim como Jemmy, líder da Revolta de Stono, na Carolina do Sul. Ele também havia tido um filho com uma mulher branca — outro ponto em que extrapolou os limites raciais. Ele foi um dos primeiros homens a serem presos em Nova York. Seguiram-se rumores sussurrados e confissões torturadas. Daniel Horsmandem decidiu que “a maioria dos negros da cidade eram licenciosos”, e que eles planejavam assassinar todos os brancos e eleger Ceasar seu governador.

O que aconteceu em Nova York nas décadas de 1730 e 1740 estabeleceu um padrão para a política americana. Após a declaração de Horsmanden, mais de 150 homens negros foram presos na cidade, jogados na prisão e interrogados. Muitos eram

julgados. Os resultados dos julgamentos de Zenger e de homens como Ceasar não poderiam ser diferentes. Os brancos de Nova York decidiram ser capazes de suportar as chamadas de uma acalorada disputa partidária: dissidência política, na forma de um jornal ou de um partido político que se opunha ao governante indicado pelo rei, eles poderiam tolerar. Mas dissidência na forma de uma rebelião de escravos, não. A mesma corte que absolvera Zenger julgou e condenou trinta homens negros, sentenciando treze deles a serem queimados na fogueira, e outros dezessete, à força, junto com quatro brancos. “Fogueiras de Negros” foi como um colono se referiu às execuções em 1741. Mas estas chamadas também tinham a ver com os partidos. A maioria dos negros que haviam sido presos foram arrancados de suas famílias e vendidos para o Caribe, um destino que muitos consideravam pior do que a morte. Ceasar, que, no patíbulo, recusou-se a confessar seus crimes, foi enforcado acorrentado, e seu corpo ficou exposto, apodrecendo, durante meses, na esperança de que seu “Exemplo e castigo desmotivem o resto, e encorajem alguns deles a revelar o mistério por trás de tamanha iniquidade”.⁷⁹ Porém, o mistério por trás de tamanha iniquidade não era uma conspiração; era a própria escravidão.

Ondas de rebeliões castigaram a costa atlântica inglesa durante mais de um século, de Boston a Barbados, de Nova York à Jamaica, e das Carolinas de volta a Londres. “Governai, Britânia, sobre os mares governai;/o povo bretão não será escravo jamais”, diz um poema escrito na Inglaterra em 1740 que se tornou o hino do império, e dos Estados Unidos também. Estava evidente para todos que os mais efusivos clamores por liberdade nos primórdios do mundo moderno vinham de uma parte do mundo que dependia inteiramente da escravidão.

A escravidão não existe fora da esfera política. Ela é uma forma de política, e uma rebelião de escravos é uma forma violenta de dissidência política. O julgamento de Zenger e a conspiração dos escravos de Nova York foram muito mais do que uma batalha pela liberdade de imprensa e a repressão a uma

rebelião de escravos: eles fizeram parte de um debate sobre a natureza da oposição política, e, juntos, estabeleceram seus limites. Tanto os oponentes de Cosby quanto os seguidores de Ceasar supostamente conspiraram para depor seu governante. Um tipo de rebeldia foi celebrado, o outro, reprimido — uma divisão que se mostraria duradoura. Na história americana, a relação entre liberdade e escravidão é, ao mesmo tempo, profunda e sombria: a ameaça da revolta dos negros deu uma licença para a oposição política dos brancos. A tradição política americana foi forjada por filósofos e estadistas, por tipógrafos e escritores, mas também foi forjada pelos seus escravos.



A xilogravura de 1754 de Benjamin Franklin funcionava tanto como um cartum político quanto como um mapa das colônias.(Biblioteca do Congresso.)

NO DIA 9 DE MAIO DE 1754, Benjamin Franklin, um homem de múltiplos talentos, publicou uma xilogravura na *Pennsylvania Gazette*. Ela trazia escrito as palavras “JUNTE-SE ou MORRA”, e trazia a imagem de uma cobra partida em oito pedaços, identificados, da cabeça à cauda, pelas iniciais de: Nova

Inglaterra, Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte e Carolina do Sul.

Durante séculos, os reis e rainhas da Europa brigaram para dividir a América do Norte, como se o território fosse um bolo esperando para ser fatiado. Eles reivindicavam suas terras em solo, batizando cidades e promovendo guerras, mas também o faziam em mapas, traçando linhas e colorindo formas. Em 1681, um mapa chamado “América do Norte dividida em suas principais áreas, onde estão demarcados os diversos estados que pertencem aos ingleses, espanhóis e franceses” foi acrescentado a um atlas publicado em Londres, e colorido à mão. Ele fazia apenas uma menção passageira aos nativos daquelas terras, uma referência vaga aos “Apache” perto do Novo México. Como muitos mapas, logo tornou-se ultrapassado. A Inglaterra e a Escócia formaram uma união em 1707, e se lançaram numa guerra intermitente contra a França e a Espanha, cujos estilhaços atingiram também o continente norte-americano, onde tanto a Grã-Bretanha quanto a França se aliaram aos índios. Os colonizadores batizaram essas guerras em homenagem aos reis e rainhas cujo reinado era vigente quando elas aconteceram: Guerra do Rei Guilherme (1689-1697), Guerra da Rainha Ana (1702-1713), e Guerra do Rei Jorge (1744-1748). A América do Norte foi dividida em seus principais territórios e seguiu sendo dividida, várias e várias outras vezes.

A xilogravura “JUNTE-SE ou MORRA” de Franklin ilustrava um artigo, também escrito por ele, sobre a necessidade de as colônias organizarem uma força de defesa comum — contra a França e a Espanha, mas também contra indígenas belicosos e escravos rebeldes. Franklin, aos 48 anos, era um homem rico e realizado, que se vestia de forma um pouco mais sofisticada do que seus conterrâneos quacres, e falava de forma intensa e calorosa. Em abril de 1754, o governador da Pensilvânia o indicou para atuar como comissário numa reunião marcada para acontecer em junho, em Albany, Nova York, onde delegados de todas as colônias deveriam negociar um tratado com a confederação dos Iroquês, as assim chamadas Seis Nações: os

Mohawk, os Oneida, os Onondaga, os Cayuga, os Seneca e os Tuscarora. “Nossos inimigos têm a enorme vantagem de estarem sob uma mesma direção, um mesmo conselho e um mesmo orçamento”, escreveu Franklin, sugerindo que era esse tipo de união que faltava às colônias britânicas no continente americano.⁸⁰

Desde que abandonara seu posto de aprendiz em Boston, em 1723, Franklin havia encabeçado diversas iniciativas de cunho cívico para as colônias norte-americanas à medida que elas iam se expandindo para o Oeste, afastando-se cada vez mais do litoral, das ilhas, de Londres, e, também, umas das outras. Muitas dessas iniciativas tinham como objetivo diminuir a distância entre as colônias, principalmente melhorando o sistema de comunicação entre elas.

Franklin, um ferrenho defensor da liberdade de imprensa, promovia, de todas as maneiras possíveis, a difusão do conhecimento. Em 1731, ele fundou a primeira biblioteca com serviços de empréstimo na América, a Library Company of Philadelphia. Em 1732, ele começou a publicar o *Almanaque do Pobre Ricardo*, que era lido em todas as colônias, e deu aos americanos um repositório comum de provérbios e até mesmo uma história política coletiva, como quando, por exemplo, na página do mês de junho, Franklin acrescentou a seguinte citação: “No dia 15 deste mês, no ano de 1215, a Carta Magna foi assinada pelo rei João, para declarar e estabelecer as *Liberdades Inglesas*.” Em 1736, Franklin foi eleito secretário da Assembleia da Província da Pensilvânia. No ano seguinte, ele foi indicado para o cargo de chefe dos correios da Filadélfia, e começou a implementar melhorias no serviço postal. “O primeiro esforço de assentamento das novas colônias, que confinou a atenção das pessoas às suas obrigações mais elementares, está praticamente encerrado”, escreveu ele em 1743, num panfleto intitulado *A Proposal for Promoting Useful Knowledge among the British Plantations in America*. Havia, por toda parte, na América, “homens de especulação” conduzindo experimentos, registrando

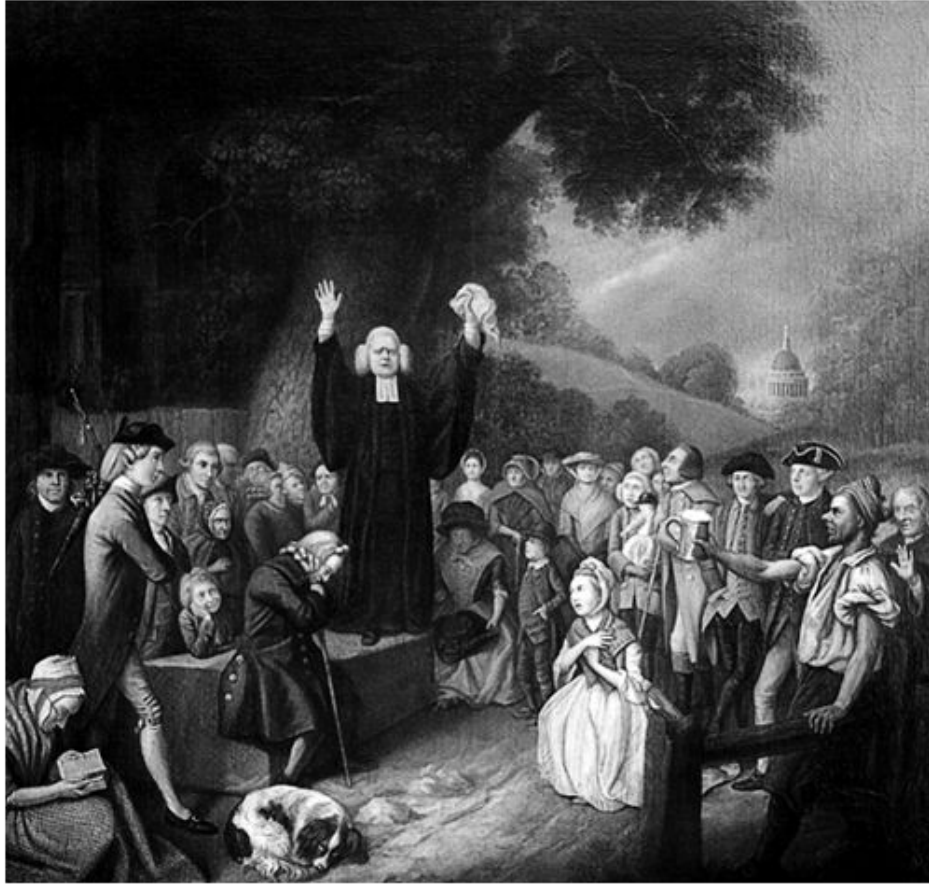
observações, fazendo descobertas. “Mas, por conta da Extensão do Território, estas Pessoas estão imensamente separadas, e raramente podem se encontrar, conversar ou conhecer umas às outras, de modo que muitos Indivíduos úteis permanecem incomunicáveis e morrem com suas Descobertas, uma perda para toda a Humanidade”. Por conta disso, ele estabeleceu a American Philosophical Society, a primeira sociedade letrada das colônias.⁸¹

Com o mesmo espírito com que fundou uma biblioteca e uma sociedade filosófica, Franklin dedicou-se ao seu trabalho como chefe dos correios: ele queria que as ideias circulassem como sangue nas veias da colônia. Então, decidiu viajar pela colônia para inspecionar as estradas do correio. Franklin calculou suas distâncias, e o tempo que levava para viajar de fazenda a fazenda, de cidade a cidade. Ele também estava fazendo uma espécie de censo, contando pessoas e medindo as distâncias entre elas.

Por volta de 1750, apesar de a maioria das pessoas que imigraram para as colônias inglesas terem desembarcado no Caribe, quatro em cada cinco habitantes da América Britânica viviam em alguma das treze colônias no continente. Essa proporção era uma consequência das discrepâncias nas taxas de mortalidade em diferentes partes do império britânico na América. Os imigrantes que viviam no Caribe morriam aos montes. Na Nova Inglaterra, os colonos ingleses gozavam de vidas muito longas. As colônias do Sul tinham mais pontos em comum com o Caribe: uma maioria negra e uma alta taxa de mortalidade. As colônias centrais eram mistas, uma mistura de escoceses, ingleses, holandeses, alemães e africanos, uma população mais saudável do que as do Caribe, mas não tão saudável quanto as da Nova Inglaterra. Mas apesar de todas as diferenças, em certa medida, as colônias do continente estavam se tornando mais parecidas na metade do século XVIII: “Encontrei pouquíssimas diferenças nos costumes e características básicas das pessoas nas diferentes províncias

pelas quais passei”, escreveu o médico escocês Alexander Hamilton, em 1744, após fazer uma viagem a cavalo ao lado do seu escravo africano, Dromo, de Maryland até o Maine.⁸²

Uma maneira em que as colônias do continente estavam ficando mais parecidas era o fato de que muitas delas haviam sido criadas com base num renascimento religioso, numa religião mais significativa, com menos reverência aos pastores, e mais focada no poder do Espírito Santo e na igualdade de todas as almas no Paraíso. George Whitefield, um fervoroso evangelista inglês, reunia multidões na casa dos milhares. Meticuloso e devotado, Whitefield também ficava doente com facilidade e era estrábico — algumas almas menos caridosas o apelidaram de “Dr. Vesguinho”. Criado por uma estalajadeira que havia ficado viúva, sua origem era das mais humildes, e ele atraía o que chamava de uma “nuvem de testemunhas” oriundas de todas as camadas da sociedade, em todas as colônias e em todas as cidades por onde passava. Dizia aos seus seguidores que eles poderiam renascer no corpo de Cristo, e pedia que rejeitassem os ensinamentos dos pastores mais moderados. “Estou disposto a ir para a prisão e morrer por vocês”, disse ele. “Mas não estou disposto a ir para o Céu sem vocês.”⁸³



As pregações de George Whitefield mexiam profundamente com a cabeça do cidadão comum americano, mas também incentivavam os estudos e a independência intelectual, representada, aqui, na forma de uma mulher, no canto inferior esquerdo, usando óculos para estudar as Escrituras. (Coleção particular / Bridgeman Images.)

Isso também representava uma espécie de revolução. Whitefield enfatizava a divindade do cidadão comum em detrimento da autoridade de seus pastores. Em 1739, um encontro de clérigos ortodoxos na Filadélfia decidiu que todos os pastores deveriam ter um diploma de Harvard, Yale, ou de alguma universidade britânica ou europeia. Mas Whitefield era um pregador do povo, que fazia seus sermões para os agricultores e artesões, para marinheiros e criados.⁸⁴

Franklin tinha suas reservas em relação a Whitefield, mas, em relação à religião, como em relação a praticamente todas as outras coisas, ele mantinha a discrição. “Criticar a religião é como

soltar um Tigre”, como definiu ele. Em outras questões, ele tinha muito mais coisas a dizer. Tendo viajado pelas colônias, medido sua extensão e tentado contar seus habitantes, ele escreveu, em 1751, um ensaio sobre o tamanho da população, chamado “Observations Concerning the Increase of Mankind, Peopling of Countries, &c.”

Franklin queria saber: qual seria o destino dos colonos se as colônias se tornassem maiores do que os lugares de onde eles tinham vindo? A terra era barata nas colônias, “tão barata que um trabalhador que entenda de agricultura pode, num curto período de tempo, guardar dinheiro suficiente para comprar um lote de terra nova grande o suficiente para começar uma plantação”. E se este homem se casasse e tivesse filhos, ele e sua mulher podiam ter certeza de que haveria terra o suficiente para os seus filhos também. Franklin estimou a população continental da colônia em cerca de “um milhão de almas inglesas”, e seus cálculos sugeriam que esse número dobraria a cada 25 anos. Naquele ritmo, em apenas um século, “o maior número possível de cidadãos ingleses estaria do lado de cá do oceano”.

Os números de Franklin estavam errados; suas estimativas não estavam altas demais; estavam muito baixas. Na época, mais de 1,5 milhão de pessoas viviam nas 13 colônias britânicas continentais. Essas colônias tinham uma densidade populacional muito maior do que as da Nova França ou da Nova Espanha. Apenas 60 mil colonos franceses viviam no Canadá, e outros 10 mil, na Louisiana. A Nova Espanha tinha uma densidade ainda menor. Também era mais difícil — quase impossível — distinguir os nativos dos colonos na Nova França e na Nova Espanha, uma vez que muitos haviam constituído famílias juntos. Nas colônias britânicas norte-americanas, uniões desse tipo eram reconhecidas com menor frequência, e a maioria permanecia vigorosamente escondida.

Franklin, como muitos americanos antes dele, abria mão de sua equanimidade característica quando o assunto era a cor. Na América espanhola, uma terra de mestiços, os senhores costumavam conceder a liberdade aos seus escravos em seus

testamentos; em 1775, o número de negros livres superava o de escravos. Algo similar aconteceu na Nova França, onde as famílias compostas de comerciantes franceses e índios eram conhecidas como *métis*. Tanto lá quanto na Nova Espanha, pessoas de diferentes partes do mundo se casaram e tiveram filhos ao longo de gerações. De muitas formas, a cor servia para definir um *status*, mas não era uma linha que separava a escravidão da liberdade. E cor, aqui, significava cor: vermelhos e marrons, rosas e amarelos. As colônias continentais britânicas estabeleceram um regime racial muito mais brutal e diferenciado, que admitia apenas duas cores, preto e branco, e dois *status*, escravo e livre. Suas leis proibiam os casamentos inter-raciais, decretavam que o filho de uma mãe escrava deveria também ser escravo, e desencorajavam ou proibiam a alforria. Os senhores de escravos frequentemente tinham filhos com suas escravas, mas não os criavam como seus próprios filhos, não os libertavam, nem sequer os reconheciam; em vez disso, os consideravam seus escravos e os chamavam de “pretos”. Franklin, ciente da existência dessa divisão racial, acrescentou uma observação ao seu ensaio sobre a população; escreveu sobre uma nova raça, sobre um povo que era “branco”.

“O número de pessoas puramente brancas no mundo é, proporcionalmente, muito pequeno”, começou Franklin. Do seu ponto de vista, os africanos eram “pretos”; os asiáticos e nativos americanos, “trigueiros”; espanhóis, italianos, franceses, russos, suecos e alemães, “morenos”. Isso deixava muito pouca gente, particularmente os ingleses, na posição de únicos “povos brancos” do mundo. “Eu gostaria que seus números estivessem aumentando”, disse Franklin, acrescentando, reflexivo, “mas talvez eu esteja sendo apenas parcial à cor da pele do meu país, pois esse tipo de parcialidade é algo natural na humanidade.”⁸⁵

Franklin tropeçou na sua parcialidade pelas pessoas de sua mesma “cor de pele”. Aquilo era mesmo “natural”? Talvez. Nitidamente, aquilo o incomodava. Mas, com seu característico

entusiasmo, ele escreveu tudo isso e já mudou para outro assunto, os laços que unem as pessoas: junte-se ou morra.

No Congresso de Albany, em 1745, Franklin propôs um Plano da União, para ser administrado por um “Presidente Geral, que seria indicado e apoiado pela coroa, e um Grande Conselho, que seria eleito pelos representantes do povo das diversas colônias, membros de suas respectivas assembleias”. A União incluiria as sete colônias identificadas em sua cobra — Nova York, Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte e Carolina do Sul — e as quatro colônias que aparecem representadas na cobra como “Nova Inglaterra” — Massachusetts, Rhode Island, Connecticut e New Hampshire.

O plano de Franklin distribuía os representantes de cada uma das onze colônias dentro da União de acordo com o tamanho de suas populações (dois de cada para as colônias esparsamente habitadas, como New Hampshire e a minúscula Rhode Island, e sete de cada para as populosas Virgínia e Massachusetts). O governo, que se reuniria na Filadélfia, teria o poder de aprovar leis, propor tratados e angariar fundos e soldados “para a defesa de qualquer uma das colônias” e para proteger a costa. Os delegados presentes no Congresso de Albany aprovaram o Plano da União, e o levaram de volta às suas próprias assembleias coloniais, que, temendo a perda de sua autoridade, o rejeitaram. O governo britânico também o reprovou; como Franklin disse, “ele foi acusado de conter demasiada *Democracia*”.⁸⁶

O Plano da União de Franklin fracassou. O que restou foi a sua xilogravura, que tinha muita coisa em comum com o couro de veado de Powhatan, costurado um século e meio antes. “JUNTE-SE ou MORRA” é, entre outras coisas, um mapa, mas é um tipo específico de mapa, conhecido como “mapa dissecado”. Mapas dissecados foram os primeiros quebra-cabeças, produzidos pelos cartógrafos, colando papel sobre madeira. Um dos primeiros mapas dissecados chamava-se “Europa dividida em seus reinos”, feito em Londres, na década de 1760, por um cartógrafo que

tinha sido aprendiz do cartógrafo real; era um brinquedo, destinado a ensinar geografia para as crianças. Ele também ensinava as crianças sobre a natureza dos reinos, e do ato de governar.

A gravura de Franklin fazia algo parecido também: oferecia uma lição sobre os governantes e os governados, e sobre a natureza das comunidades políticas. Fazia uma afirmação sobre as colônias: elas eram partes de um todo.

Três

SOBRE GUERRAS E REVOLUÇÕES



John Singleton Copley, artista nascido em Boston, deixou as colônias em 1774 para nunca mais retornar; em 1783, quando morava em Londres, ele ilustrou a Batalha de Jersey, de 1781, em uma pintura de 3,5m x 2,5m — aqui mostramos apenas um detalhe —, onde expôs sua opinião sobre a liberdade americana ao colocar, perto do centro do quadro, um homem negro disparando uma arma. (© Tate, Londres, 2018.)

BENJAMIN LAY TINHA POUCO MENOS DE 1,20 METRO DE ALTURA, era corcunda e encurvado, tinha a cabeça muito grande, tronco em formato de barril e pernas tão finas que não pareciam capazes de sustentar seu peso. Quando garoto, na Inglaterra, havia trabalhado na fazenda do irmão antes de se tornar aprendiz de um fabricante de luvas, recortando e costurando couros. Aos 21 anos, foi para o mar; em sua rede, à luz de velas, lia livros. Lay gostava de referir-se a si mesmo como “um homem iletrado, um pobre marujo ordinário”, mas, na verdade, ele havia lido e viajado muito. Navegara para a Síria e para a Turquia, onde conheceu “quatro homens que haviam sido escravos por dezessete anos”; eram ingleses, escravizados por muçulmanos. Ele lavou o convés junto com homens que viajavam nos navios negreiros ingleses, transportando africanos. Ouviu histórias sobre crueldades terríveis e escabrosas. Em 1718, Lay navegou até Barbados, onde viu pessoas sendo marcadas a ferro, torturadas e espancadas, deixadas para morrer sem comida, traumatizadas; diante disso, decidiu que tudo ali era uma ofensa contra Deus, que “não criou os outros para que eles sejam nossos escravos”.¹



Contrário à escravidão, Benjamin Lay rejeitou tudo que era produzido pelo trabalho escravo, tornou-se eremita e foi morar em uma caverna.
(William Williams / National Portrait Gallery.)

Lay e sua esposa, que também era manca — uma pregadora quacre com a coluna defeituosa —, deixaram Barbados após apenas dezoito meses, retornando à Inglaterra. Talvez alguma coisa no fato de serem aleijados, tão facilmente rejeitados e excluídos, fez com que se arrepiassem diante dos horrores da escravidão: costas chicoteadas, corpos destroçados. Em 1732, o casal embarcou para a Pensilvânia no intuito de se juntar ao experimento sagrado de William Penn. Na Filadélfia, Lay abriu uma livraria, onde vendia Bíblias, cartilhas estudantis e obras de seus poetas e pensadores favoritos — *Paraíso Perdido*, de John Milton, por exemplo, ou *Tratados Morais*, ensaios sobre ética escritos pelo filósofo estoico Sêneca na antiguidade romana.² Lay viajou de colônia em colônia, de cidade em cidade, sempre a pé — ele se recusava a usar esporas nos cavalos —, para denunciar a escravidão junto a governantes, ministros e comerciantes. “Que bando de hipócritas e impostores nós somos”, dizia.³ Ninguém dava ouvidos aos seus argumentos. Com a morte da esposa, Lay perdeu seu último freio. Em 1738, foi a um encontro de quacres em Nova Jersey levando uma Bíblia cujas páginas havia arrancado; dentro da capa colocou uma bexiga de porco cheia de suco de uva-de-rato, vermelho carmesim. “Todos vocês, proprietários de negros, que mantêm alegremente seus iguais em estado de servidão”, exclamou ao entrar na casa de encontro, “vocês, que professam ‘tratar todos os homens como gostariam que eles os tratassem’, vocês serão julgados ao encontrar o Todo-Poderoso, que enxerga e respeita da mesma forma todas as nações e os homens de todas as cores.” Então, tirando a Bíblia de dentro do casaco e puxando uma espada da cintura, atravessou o livro com a lâmina. Para o espanto dos paroquianos, o livro milagrosamente esguichou sangue, salpicando cabeças e manchando roupas, enquanto Lay

seguia bradando do alto de sua reduzida estatura: “É dessa maneira que Deus derramará o sangue das pessoas que escravizam seus iguais.”⁴

No mês seguinte, Benjamin Franklin publicou o livro de Lay, *Todos os proprietários de escravos que mantêm inocentes em servidão são apóstatas*, uma verborrágica e furiosa polêmica de trezentas páginas. Franklin vendia o livro em sua gráfica a dois xelins por exemplar, vinte pela dúzia. Lay distribuía exemplares de graça.⁵ Depois disso, foi até um monte nos arredores da Filadélfia, abrigou-se em uma caverna e tornou-se eremita. Montou ali sua biblioteca com duzentos livros — teologia, biografias, poesia e história. Para protestar contra a escravidão, recusava-se a comer, beber ou vestir qualquer coisa que tivesse sido feita por mão de obra escrava. Também se recusava a comer animais. Vivia de água e leite, nabo assado e mel; criava abelhas, fiava linho e costurava as próprias roupas. Franklin costumava visitá-lo em sua caverna. Na época, ele era dono de um “menino negro” chamado Joseph, e em 1750 adquiriu outros dois escravos, Peter e Jemima, marido e mulher. Lay o pressionava constantemente: “Com que direito?”

Franklin, ele mesmo um fugitivo, sabia, como todo tipógrafo e como todo leitor de jornal, que os jornais publicavam a história da revolução ao noticiar as fugas diárias dos escravos. Entre as notas publicadas à época, lia-se as seguintes: Bett, com “uma grande cicatriz no seio”, fugiu em 1750 de um homem em Long Island. Não vestia nada além de uma anágua e um casaco no terrível frio de janeiro. Primus, 37 anos, sem a última falange de um dos dedos do pé, provavelmente uma punição por uma tentativa de fuga anterior, fugiu de Hartford em 1753, levando sua rabeça. Jack, “um sujeito alto e esbelto, muito negro, que fala um bom inglês”, deixou a Filadélfia em julho de 1754. Sam, carpinteiro, 30 anos, “mulato escuro”, fugiu de um estabelecimento comercial em Prince George’s County, Maryland, no inverno de 1755. “Deve estar escondido em Charles County”, escreveu seu proprietário, “onde vive uma mulata que,

durante algum tempo, ele disse ser sua esposa; por ser um sujeito astuto e saber ler e escrever, é provável que tente fugir da província.” Will, 40 anos, fugiu de uma fazenda na Virgínia no verão de 1756; possuía, segundo seu proprietário, “muitas marcas de chicotadas nas costas”.⁶

Quando Benjamin Franklin começou a escrever sua autobiografia, em 1771, transformou a história de sua própria fuga — quando abandonou o posto de aprendiz de seu irmão James — em uma metáfora para o crescente ressentimento das colônias com o governo parlamentarista. O tratamento “rigoroso e tirânico” de James, escreveu Franklin, tinha servido para lhe ensinar “uma aversão — que me acompanharia pelo resto da minha vida — ao poder arbitrário”.⁷ Mas aquela também era a história de cada anúncio de fuga de escravo: um atestado da aversão ao poder arbitrário.

Em abril de 1757, antes de zarpar para Londres, Franklin escreveu um novo testamento, no qual prometia a Peter e Jemima que os dois estariam livres após a sua morte. Dois meses depois, quando Franklin chegou a Londres, escreveu para a esposa, Deborah: “Como você chegou a esse retrato de Ben Lay?” Ela havia pendurado na parede uma pintura a óleo do anão eremita, de pé, em frente à sua caverna, segurando um livro aberto numa das mãos.⁸

A Revolução Americana não começou em 1775 e não terminou quando a guerra chegou ao fim. “O sucesso do Sr. Lay ao plantar as sementes de (...) uma revolução na moral, no comércio e no governo, no novo e no velho mundo, deveria ensinar aos benfeitores da humanidade que não devem perder as esperanças, mesmo que não vejam os frutos de suas benevolentes proposições ou esforços ao longo da vida”, escreveu mais tarde Benjamin Rush, médico da Filadélfia. Rush assinou a Declaração da Independência e serviu como cirurgião geral no Exército Continental. Para ele, a revolução começou com as sementes plantadas por gente como Benjamin Lay. “Algumas delas deram frutos rapidamente”, escreveu Rush, “mas

as mais valiosas de todas, como o venerável carvalho, levam séculos para crescer.”⁹

Em 1758, quando o retrato de Benjamin Lay estava pendurado na parede da casa de Benjamin Franklin, o conselho dos quacres da Filadélfia passou a condenar formalmente o comércio de escravos: qualquer quacre que comprasse ou vendesse seres humanos seria excomungado. Quando Lay ficou sabendo, disse: “Agora já posso morrer em paz.” Então, fechou os olhos e partiu.¹⁰ Naquele mesmo ano, outro quacre da Pensilvânia, Anthony Benezet, publicou um livro chamado *Observações sobre a escravização, importação e compra de negros*, no qual argumenta que a escravidão é “incompatível com o Evangelho de Cristo, contrária à justiça natural e aos sentimentos comuns de humanidade, e produtora de infinitas calamidades”.¹¹ As fugas de Bett, Primus, Jack, Sam e Will não foram em vão.

Houve duas, e não apenas uma Revolução Americana no fim do século XVIII: a primeira buscando a independência da Grã-Bretanha; a segunda, o fim da escravidão. Apenas uma das batalhas foi vencida.

I.

COMO GRÃ-BRETANHA E FRANÇA estavam atacando os navios uma da outra, Benjamin Franklin escreveu um novo testamento antes de viajar para Londres em 1757, temendo que o seu pudesse ser afundado. O conflito iniciara-se três anos antes, poucas semanas após Franklin ter publicado o cartum com a imagem de uma cobra e os dizeres “JUNTE-SE ou MORRA”. A batalha naval ainda não havia começado, mas a terrestre, sim, na própria colônia de Franklin, a Pensilvânia. Os britânicos queriam algumas terras reivindicadas pelos franceses no vale do rio Ohio, alegando que “os franceses tomaram de nós mais de nove partes em dez da América do Norte e nos deixaram com apenas uma faixa de terra no litoral do Atlântico”.¹² Ao deixar essa faixa para trás, os colonizadores ingleses avançavam cada vez mais para

dentro do continente, entrando em territórios de povos nativos reivindicados pela França. Para detê-los, os franceses começaram a construir fortificações ao longo de suas fronteiras. O confronto inevitável aconteceu em maio de 1754, quando uma pequena milícia formada por homens da Virgínia e seus aliados indígenas, comandados por um tenente-coronel de 21 anos chamado George Washington, emboscou um acampamento francês no fundo de uma gruta.

Nascido em 1732 no condado de Westmoreland, na Virgínia, Washington herdou sua primeira propriedade humana aos 10 anos, viajou para as Índias Ocidentais quando jovem, e aceitou sua primeira promoção no exército aos 20. Alto, imponente e sério, era um homem de presença marcante. Naquela época, contudo, ainda era inexperiente, e sua primeira batalha se mostrou desastrosa para os virginianos, que tiveram de bater em retirada rumo a um prado próximo e construir às pressas uma pequena fortificação de madeira que batizaram, apropriadamente, de Fort Necessity. Depois de perder trinta de seus homens em um dia, como um feixe de trigo derrubado a golpes de foice, o jovem tenente se rendeu. Poucas semanas depois, delegados das colônias se encontraram em Albany a fim de examinar a proposta de Franklin para a criação de uma força de defesa conjunta e, apesar de terem aprovado o plano, suas assembleias coloniais o rejeitaram.

A guerra — pelo domínio do comércio nas Índias Ocidentais, pelo direito de pesca na costa da Terra Nova, pelo direito de navegar pelo rio Mississippi e pelas plantações de cana-de-açúcar nas ilhas do arquipélago — foi inevitável. Como em todas as guerras, os custos foram mais fortemente sentidos pelos mais pobres, que precisavam lutar, enquanto os comerciantes, que vendiam armas e provisões para os soldados, colhiam os lucros. “Inglaterra declara guerra. Alegria generalizada entre os vendedores”, escreveu um nova-iorquino em 1756.¹³ Os colonizadores a chamaram de Guerra Franco-Indígena, por causa das pessoas que lutavam na América do Norte, mas a

guerra se espalhou da região de Bengala até Barbados, envolvendo a Áustria, Portugal, Prússia, Espanha e a Rússia, e mobilizando exércitos e marinhas nos oceanos Atlântico e Pacífico, nos mares Mediterrâneo e do Caribe. A Guerra Franco-Indígena fez o que a gravura de Franklin não havia sido capaz: aproximou todas as colônias britânicas da América do Norte. Não menos importante, também levou à publicação de uma revista americana, a *American Magazine*, impressa na Filadélfia e enviada a assinantes em diversos lugares, da Jamaica até Boston. Como se vangloriavam seus editores: “Nossos leitores são um corpo numeroso, formado por gente de todos os tipos de crenças e preferências, espalhados por toda a América Britânica.”¹⁴

Em guerras anteriores entre os britânicos e os franceses, os colonos tinham lutado a maioria das batalhas sozinhos, organizando milícias nas cidades e exércitos nas províncias. Mas, em 1775, a Grã-Bretanha enviou regimentos do seu exército regular à América do Norte sob o comando do tempestuoso e obstinado general Edward Braddock. Franklin via a indicação de Braddock como uma tentativa da coroa de manter as colônias enfraquecidas. “O governo britânico decidiu não permitir a união das colônias como proposto em Albany e confiou sua defesa à própria força armada, a fim de evitar o crescimento de um exército colonial”, escreveu, “e por isso enviou o General Braddock com dois regimentos de tropas inglesas regulares.”¹⁵ Encarregado de fazer as linhas francesas retrocederem, Braddock começou a se preparar para atacá-los em Fort Duquesne, no começo do rio Ohio, limite ocidental da fronteira. Franklin alertou o general de que a rota planejada por ele, sinuosa como uma serpente, deixaria as tropas expostas para um ataque indígena. “O caminho estreito, de mais de seis quilômetros, que seu exército deverá percorrer, pode deixá-lo exposto a um ataque surpresa pelos flancos, o que desmembraria as tropas.” Braddock, aparentemente, teria dado um sorriso condescendente a Franklin, o mesmo que um rei daria

aos seus súditos. “Esses selvagens podem, de fato, ser inimigos formidáveis para as suas despreparadas milícias americanas, mas contra as disciplinadas tropas regulares do rei, senhor, é impossível que causem qualquer abalo.”

Braddock e suas tropas começaram a marcha. Como foram saqueando cidades ao longo do caminho, não demorou muito para que os colonos temessem os soldados ingleses tanto quanto temiam os franceses. “Aquilo foi o bastante para acabar com as nossas ilusões sobre os nossos salvadores, se é que algum dia tivemos alguma”, escreveu Franklin, injuriado. As tropas de Braddock foram vergonhosamente derrotadas, e ele mesmo foi alvejado. Durante a retirada, em meio a um cerco, o general moribundo foi arrastado para fora do campo de batalha por Washington.¹⁶

Sem demonstrar estar intimidado, William Pitt, o novo secretário de Estado, determinou que venceria a guerra e demarcaria de uma vez por todas os territórios reivindicados pela Inglaterra na América do Norte. Quando as tropas britânicas e americanas finalmente tomaram o Fort Duquesne, o renomearam Fort Pitt em sua homenagem. O legado duradouro de Pitt, no entanto, apareceria com mais força nos custos astronômicos da guerra. Em pouco tempo, 45 mil soldados estavam lutando na América do Norte; metade britânicos, metade americanos. Pitt prometeu às colônias que a guerra seria travada “aos custos de Sua Majestade”. No fim das contas, a quebra dessa promessa e a criação de novos impostos nas colônias levaria os colonos a romperem com a Inglaterra.

Mas mesmo antes disso, a guerra mais cara da história custaria à Grã-Bretanha a lealdade de seus colonos norte-americanos. Os soldados britânicos pilharam as casas dos colonos e saquearam suas fazendas. Assim como Braddock, também desdenhavam da inépcia das milícias coloniais e dos exércitos provincianos. Olhando de perto, nos acampamentos e nas marchas, não era difícil notar as diferenças entre soldados ingleses e americanos. Os ingleses consideravam os colonos

inexperientes, indisciplinados e desobedientes. Mas, para os americanos, entre os quais poucos já haviam pisado na Inglaterra, eram os britânicos que ficavam devendo: eram lascivos, profanos e tiranos.¹⁷

O conflito era inevitável. No exército britânico, a hierarquia era tudo. Os oficiais britânicos eram cavalheiros abastados; já os alistados, oriundos das classes mais pobres. Nas forças coloniais, as distinções de graduação praticamente inexisteriam. Em Massachusetts, um em cada trinta homens havia servido na Guerra Franco-Indígena, fosse ele um operário sem um tostão ou um comerciante endinheirado. Em todo caso, as diferenças de título e patente no exército britânico não existiam nas colônias, pelo menos entre os homens livres. Na Inglaterra, menos de um quinto dos adultos podia votar; nas colônias, essa proporção era de dois terços. A condição de possuir uma propriedade para votar era atendida por tantos homens na América que Thomas Hutchinson, que havia perdido uma eleição para governador em 1749, reclamou que a cidade de Boston era uma “democracia absoluta”.¹⁸

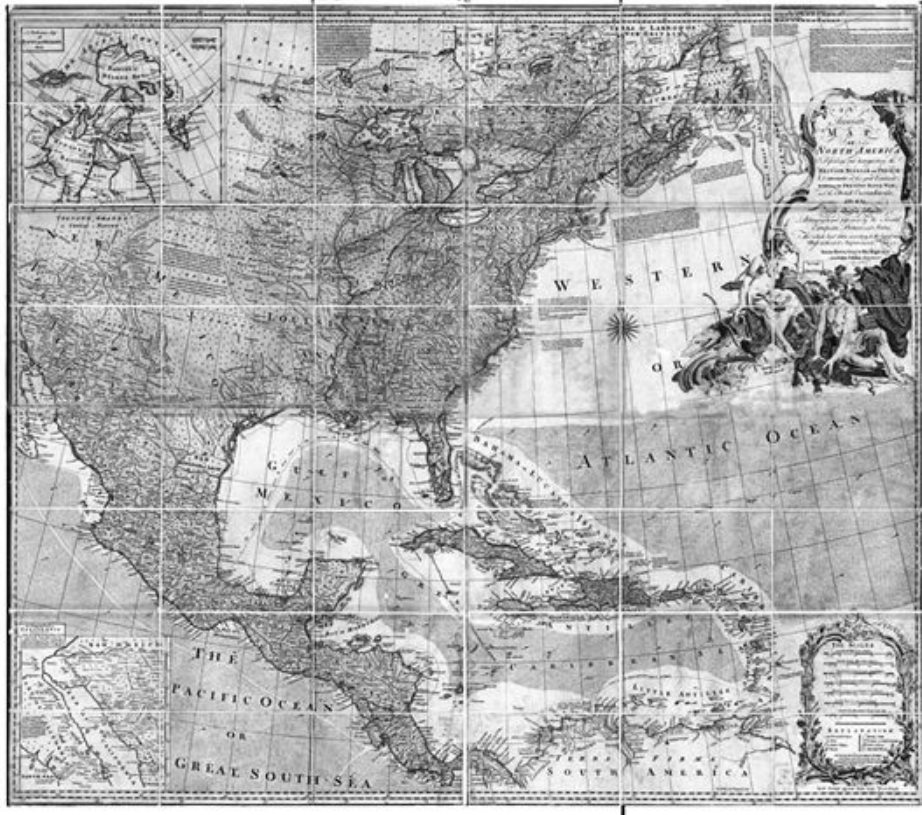
“Há maior igualdade de posição social e riqueza na América do que em qualquer outro lugar deste mundo”, declarou o governador da Carolina do Sul, Charles Pinckney. Uma verdade, desde que não se incluísse nesse cálculo — algo que Pinckney jamais faria — as pessoas que eram propriedade de alguém, um número que incluiria os 45 escravos que Pinckney tinha na fazenda de Snee, 45 pessoas que constituíam a fonte da riqueza de sua família. Entre elas estava Cyrus, carpinteiro (avaliado por Pinckney em 120 libras); os filhos de Cyrus, Charlotte (£ 80), Sam (£ 40) e Bella (£ 20); sua neta Cate (£ 70); e uma mulher muito idosa chamada Joan, que talvez fosse a mãe de Cyrus. Pinckney estimou o valor dessa bisavó em zero; ela era, para ele, inútil.¹⁹

Em 1759, as forças americanas e britânicas derrotaram os franceses no Quebec, uma vitória esplêndida que fez com que os iroqueses abandonassem uma longa posição de neutralidade

para se juntarem aos ingleses, fazendo virar a maré da guerra. Em agosto de 1760, os ingleses tomaram Montreal, e a parte norte-americana da guerra se encerrou a pouco menos de mil quilômetros de onde havia começado, na destroçada fronteira ocidental do Império Britânico.

Semanas depois, o jovem Jorge III foi coroado rei da Grã-Bretanha. Aos 22 anos e estranhamente tímido, era apenas um menino vestido em ouro, tropeçando na cauda de seu manto de arminho com os sapatos de fivela brancos. Jorge III apresentou-se àquele mundo tenso como um defensor da fé protestante e dos privilégios dos ingleses. Declarou, como Príncipe de Gales: “O orgulho e glória da Grã-Bretanha, e o principal objetivo de sua Constituição, são a sua liberdade política.”²⁰ Mas àquela altura, embora seus súditos na América do Norte festejassem a coroação do novo rei, certamente também recordavam da sabedoria contida em um provérbio que Franklin havia publicado vinte anos antes em seu *Almanaque do pobre Ricardo*: “O maior dos monarcas, no mais elevado dos tronos, sempre será obrigado a sentar sobre o próprio traseiro.”²¹

Cartógrafos afiavam suas penas para redesenhar o mapa da América do Norte quando a paz foi selada em 1763. Sob os termos do acordo, a França cedeu o Canadá e todo o território da Nova França a leste do Mississippi para a Grã-Bretanha; também entregou todos os seus territórios a oeste do Mississippi, a terra conhecida como Louisiana, à Espanha; e a Espanha recuperou Cuba, mas entregou a Flórida à Grã-Bretanha. Aquela faixa de assentamentos britânicos ao longo da costa atlântica agora se parecia mais com um rolo de tecido sendo esticado no chão de um ateliê de costura.



Mapas impressos em Londres comemorando o tratado que encerrou a Guerra dos Sete Anos em 1763 enfatizavam a importância tanto do arquipélago caribenho quanto do continente. (Biblioteca do Congresso.)

“Nós, na América, certamente temos motivos de sobra para regozijar”, escreveu, em 1763, de Boston, James Otis Jr., um proeminente jurista de Massachusetts. “Agora pode-se dizer que o domínio e o poderio britânico estendem-se, literalmente, por todos os oceanos, e do rio Mississipi até os confins da terra.” Se a guerra havia criado tensão na relação dos colonos com o império, a paz havia reforçado a ligação de ambos com aquela terra. Otis acrescentou: “Os verdadeiros interesses da Grã-Bretanha e de suas colônias são mútuos, e o que a providência de Deus uniu, que homem nenhum jamais se atreva a separar.”²²

Mas a guerra havia deixado a Grã-Bretanha quase falida. O conflito praticamente dobrou a dívida do tesouro, e a promessa de Pitt começou a deteriorar. E então, ao mesmo tempo, os ministros do rei determinaram que defender as novas fronteiras

norte-americanas contra o império exigiria o uso de 10 mil soldados ou mais, especialmente depois que uma confederação indígena liderada por um chefe Ottawa chamado Pontiac tomou fortes ingleses na região dos Grandes Lagos e no vale do rio Ohio. Dizia-se que Pontiac havia entrado em ação motivado por uma profecia da criação, na Terra, de um “paraíso onde não haveria brancos”.²³ Temendo os custos da repressão a novos levantes indígenas, Jorge III emitiu um decreto dizendo que nenhum colonizador poderia se estabelecer a Oeste dos montes Apalache, uma linha que muitos colonos já haviam cruzado.

Em 1764, para pagar as dívidas da guerra e financiar a defesa das colônias, o parlamento aprovou o Lei da Receita Pública Americana, também conhecida como Lei do Açúcar. Até 1764, as assembleias coloniais recolhiam os próprios impostos e o parlamento regulamentava o comércio. Quando o parlamento aprovou a Lei do Açúcar, que basicamente exigia uma aplicação mais rígida de medidas anteriormente tomadas, alguns colonizadores a contestaram, argumentando que, como as colônias não tinham representantes no parlamento, o parlamento não deveria ter o direito de cobrar impostos sobre eles. A Lei do Açúcar não foi radical; a resposta a ela, sim, uma consequência do crescente poder das assembleias coloniais em uma época em que o conceito de representação começava a ganhar força outra vez.

Impostos são taxas que o povo paga a um governante para que ele mantenha a ordem e defenda o território. No mundo antigo, quem possuía terras pagava com o fruto das colheitas e com o gado; os desprovidos de posses pagavam com trabalho. Foi justamente a cobrança de impostos que enriqueceu os monarcas da Europa medieval; só no século XVII os soberanos começaram a ceder o poder de criar impostos para as legislaturas.²⁴ A taxação se atrelou à representação no mesmo período em que a Inglaterra fundava colônias na América do Norte e no Caribe, mesmo período em que os ingleses começaram a dominar o comércio de escravos. Na década de

1760, em termos de retórica, os dois conceitos confundiam-se. Samuel Adams, membro da assembleia de Massachusetts, perguntou: “Se impostos de todos os tipos estão sendo criados sem que haja uma representação legal no lugar em que são concebidos, não estamos sendo reduzidos de nossa posição como homens livres ao miserável estado de escravos tributários?”²⁵

Homens como Adams argumentavam que taxaçoão sem representação é como governar pela força, e governar pela força é escravizar. Esse raciocínio tinha a ver, em parte, com o conceito de dívida. “Quem toma emprestado vira escravo de quem empresta”, como certa feita escrevera Franklin em seu *Almanaque do pobre Ricardo*.²⁶ Devedores podiam ser detidos e mandados para a prisão dos devedores.²⁷ A prisão dos devedores era muito mais comum na Inglaterra do que em sua colônia, que era, de muitas maneiras, uma espécie de refúgio para quem devia.²⁸ Mas se havia uma tolerância fora do comum para a dívida nas colônias, havia também uma quantidade fora do comum delas, e na década de 1760, de repente, começou a haver muito mais. O governador de Massachusetts relatou que “se espera uma interrupção de todo crédito” e até mesmo “uma falência generalizada.”²⁹ O fim da Guerra Franco-Indígena levou a uma retração do crédito, seguida por uma depressão econômica devastadora e, especialmente no Sul, vários anos de colheitas ruins. Os donos de plantações de tabaco em Chesapeake viram-se profundamente endividados com os comerciantes ingleses que, igualmente sem recursos, estavam bastante dispostos a cobrar as dívidas. Esses fazendeiros em particular fizeram um bom uso político ao se descreverem como escravos de seus credores.³⁰ Durante esses mesmos anos, entretanto, as colônias de açúcar no Caribe prosperaram, em grande parte porque a Lei do Açúcar provocou o surgimento de um monopólio: de acordo com seus termos, os colonizadores no continente tinham de comprar seu açúcar das Índias Ocidentais Britânicas,³¹ e essa diferença não passou despercebida. “As

colônias de tabaco não produzem fazendeiros tão ricos quanto os que vemos com frequência em nossas ilhas de açúcar”, observaria Adam Smith em *A riqueza das nações*.³²

A próxima lei tributária aprovada pelo parlamento provocou uma resposta muito mais enérgica. A Lei do Selo de 1765 exigia a colocação de selos de papel emitidos pelo governo em qualquer tipo de material impresso, desde cédulas de dinheiro a cartas de baralho. Os selos seriam exigidos em todo o Império Britânico e, pelos termos da lei, os impostos cobrados na colônia eram mais baratos: os colonos pagavam apenas dois terços do valor cobrado dos britânicos. Mas, nas colônias continentais, com seu crédito reduzido, ficou difícil suportar essa cobrança. Antagonistas dessa lei começaram a se apresentar como Filhos da Liberdade (em homenagem aos Filhos da Liberdade da Irlanda da década de 1750) e a divulgar que se rebelavam contra a escravidão. Um credor era “senhor dos bolsos alheios”; os credores britânicos e seu parlamento não haviam enganado os norte-americanos e feito com que devessem não apenas a soma em seus bolsos, mas também sua liberdade? O parlamento os transformara em escravos. John Adams, um jurista de Boston de 29 anos, líder dos opositores à Lei do Selo, escreveu: “Não seremos seus negros.”³³

As colônias estavam conectadas por uma crescente crise de crédito que engolfaria todo o Império Britânico, dos fazendeiros da Virgínia aos banqueiros da Escócia, passando pelos exportadores de chá da Companhia das Índias Orientais. Mas também havia questões particulares na América: com a Lei do Selo, um imposto sobre todo tipo de impressão, o que incluía jornais, o parlamento havia criado uma taxa que atingia com mais força aqueles com mais capacidade de reclamar: quem imprimia os jornais. “Isso afetará mais os tipógrafos do que qualquer outra pessoa”, alertou Franklin, fazendo um apelo para que o parlamento reconsiderasse.³⁴ Tipógrafos de Boston a Charleston argumentaram que o parlamento estava tentando reduzir os colonos à escravidão ao destruir a liberdade de imprensa. Os

tipógrafos do *Boston Gazette* recusaram-se a comprar selos e mudaram o lema do jornal para “Uma imprensa livre garante a soberania do povo”. Em Nova Jersey, um tipógrafo chamado William Goddard lançou um jornal chamado *Constitutional Courant*, com a cobra segmentada de Franklin em seu cabeçalho. Dessa vez, quando perguntadas se preferiam juntar-se ou morrer, as colônias decidiram se juntar.

Em outubro, um mês antes da Lei do Selo entrar em vigor, 27 delegados de nove colônias se reuniram no Congresso da Lei do Selo na câmara municipal de Nova York, onde John Peter Zenger fora julgado em 1735 e César, em 1741. O Congresso da Lei do Selo declarou coletivamente que “é essencialmente inseparável da liberdade de um povo e direito inquestionável de todo homem inglês que nenhum imposto lhe seja cobrado sem o seu próprio consentimento, dado pessoalmente ou pelos seus representantes”.³⁵ Após se reunirem para o jantar, mandaram as sobras para os devedores confinados na prisão no andar de cima do prédio, um convite para que os homens privados de sua liberdade por seus credores se juntassem à sua luta.³⁶

A soberania do povo, a liberdade de imprensa, a relação entre taxaço e representação e a visào da dívida como escravidão: cada uma dessas ideias originadas na Inglaterra encontrou o seu lugar na oposição dos colonos à Lei do Selo. Mesmo assim, o parlamento se declarou perplexo. Em 1766, Benjamin Franklin foi a uma audiência na Câmara dos Comuns para explicar a recusa dos colonos em pagar o imposto. Aos 60 anos, Franklin apresentou-se, ao mesmo tempo, como um homem do mundo e um americano provinciano: ladino e honesto, sofisticado e simplório.

“Sob que luz o povo da América costumava ver o Parlamento da Grã-Bretanha?”, perguntaram os ministros.

“Como grande baluarte que garantia suas liberdades e privilégios, e sempre referiam-se a ele com o maior dos sentimentos e veneração”, foi a resposta de Franklin.

“E eles não possuem mais esse mesmo respeito pelo Parlamento?”

“Não; o sentimento diminuiu imensamente.”

Se os colonos haviam perdido o respeito pelo parlamento, como isso havia acontecido? E com que direito eles se recusavam a cumprir a Lei do Selo? Não havia nada na carta da Pensilvânia que proibisse o parlamento de exercer sua autoridade.

Era verdade, Franklin admitiu, que não havia nada na carta das colônias que falasse especificamente sobre o tema. Em vez disso, mencionou seu conhecimento dos “direitos comuns dos ingleses, declarados na Carta Magna”, como se os colonos fossem os barões do Runnymede, o rei Jorge fosse seu rei João e a Carta Magna fosse sua Constituição.

“Qual costumava ser o orgulho dos americanos?”, quis saber o Parlamento.

“Esbanjar em roupas e produtos da Grã-Bretanha.”

“E de onde ele vem agora?”

“Usar as mesmas roupas velhas todos os dias até que possam fazer novas.”³⁷

E, mais uma vez, eis o Pobre Ricardo com seus provérbios.

Apesar disso, aquela desobediência não havia se estendido até o Quebec nem às ilhas de açúcar, onde o peso da Lei do Selo seria ainda maior. No fim, treze colônias repudiaram a lei inglesa; outras treze, não. Colonos do continente protestaram, formaram um congresso e recusaram-se a pagar o imposto. Mas, exceto, por algumas objeções vagas e hesitantes expressas em São Cristóvão e Neves, os fazendeiros britânicos nas Índias Ocidentais mal reclamaram. (A Carolina do Sul, cuja economia tinha mais pontos em comum com a das Índias Ocidentais Britânicas do que com as colônias continentais, hesitou.) Eles estavam mais preocupados com a possibilidade de incitar uma nova rebelião de escravos.³⁸

No continente, os brancos superavam os negros em uma proporção de quatro para um. Nas ilhas, os negros superavam os

brancos em oito para um. Um quarto de todos os soldados britânicos na América Britânica estavam alocados nas Índias Ocidentais, onde protegiam os colonos ingleses da ameaça constante de uma rebelião de escravos. Em troca dessa proteção, os fazendeiros do arquipélago estavam mais que felizes em pagar um imposto sobre os selos. Os fazendeiros da Jamaica ainda se recuperavam da última insurreição, em 1760, quando um homem Acã chamado Tacky liderou centenas de homens armados que incendiaram plantações e mataram cerca de sessenta senhores de escravos antes de serem capturados. As retaliações foram coléricas: a cabeça de Tacky foi empalada e, assim como na Nova York de 1741, alguns de seus seguidores foram enforcados ainda acorrentados e outros foram parar em fogueiras. Mesmo assim, as rebeliões continuaram, e os fazendeiros das ilhas começaram a culpar os colonos do continente por elas: os Filhos da Liberdade não estavam percebendo o que diziam? “Como ficar surpreso pelos negros na Jamaica tentando recuperar a liberdade”, esbravejou um comerciante, “quando escutam todos os dias seus senhores falando sobre como os americanos devem ser aplaudidos por tentarem recuperar a sua?”³⁹

Sem a menor surpresa, a relutância dos fazendeiros das Antilhas em se juntar ao protesto contra a Lei do Selo frustrou imensamente os Filhos da Liberdade. “Os negros de sua posse parecem prezar mais pelo espírito da liberdade do que eles mesmos”, reclamou John Adams, e perguntou: “Não podemos criar uma punição para Barbados e Port Royal, na Jamaica?” Adams era um tipo raro de homem cujas ambições eram tão notáveis quanto os talentos. Ele ainda aprenderia a controlar melhor suas paixões. Porém, na década de 1760, a raiva que sentia por aqueles que se recusaram a apoiar a resistência era desmedida. A punição que os Filhos da Liberdade decidiram aplicar veio na forma de um boicote aos produtos caribenhos. Usando uma linguagem ainda mais pesada que a de Adams, os tipógrafos patriotas atacaram os “escravagistas das ilhas de

Barbados e Antígua — crioulos miseráveis, egoístas, covardes, infames”, por “sua abominável deserção à causa da liberdade, sua dócil abdicação dos direitos dos bretões, sua tímida e infame resignação à escravidão”.⁴⁰



SOULEVEMENT DES NEGRES
à la Jamaïque.

en 1759.

Dessiné par le Jeune.

Tom. III.

Gravé par David.

As pessoas mantidas sob escravidão na Jamaica se rebelaram ao longo da metade do século XVIII. Os senhores de escravos tornaram-se dependentes da proteção militar dos britânicos e

não estavam dispostos a se juntar aos colonos do continente em sua rebelião contra o domínio inglês. (Biblioteca Nacional, Paris, França / Bridgeman Images.)

Os fazendeiros se incomodaram com o ataque e sofreram com os efeitos do boicote. “É provável que fiquemos miseravelmente desabastecidos de madeira e das provisões do norte”, escreveu um fazendeiro de Antígua, “já que os norte-americanos estão determinados a não acatar a Lei do Selo.”⁴¹ Mas eles não se renderam. E alguns passaram a ver os atos dos vizinhos do norte como meros blefes. “Para mim são como cães que latem, mas não se atrevem a morder”, reclamou um fazendeiro da Jamaica.⁴²

Os fazendeiros das Índias Ocidentais não estavam errados ao se preocuparem que um tipo de revolta pudesse incitar outras. Em Charleston, os Filhos da Liberdade desfilaram pelas ruas, gritando “Liberdade sem Selos!”, e logo foram seguidos pelos escravos, que gritavam “Liberdade! Liberdade!”. E não foram poucos os Filhos da Liberdade a darem este mesmo salto, de uma luta pela própria liberdade para uma luta pelo fim da escravidão. “De acordo com a lei da natureza, os colonizadores nascem livres, como, de fato, todos os homens são, brancos ou negros”, argumentou James Otis Jr. em um panfleto incendiário chamado *Declaração dos direitos dos colonos ingleses*, publicado em 1764, poucos meses após haver se regozijado com a expansão do Império Britânico. Brilhante, porém instável, Otis acabaria ficando louco (antes de morrer em 1783, atingido por um raio, havia desenvolvido o hábito de correr nu pelas ruas). Mas, na década de 1760, Otis, melhor do que qualquer outro contemporâneo, percebeu a extensão lógica dos argumentos sobre os direitos naturais: que era absurdo sugerir que se poderia “escravizar um homem por ser negro” ou porque “seu cabelo é enrolado como a lã”. A escravidão, Otis enfatizou, “é a violação mais escandalosa da lei da natureza”, e uma fonte de contaminação política também. “Aqueles que negociam

diariamente a liberdade dos outros logo passarão a não se importar muito com a própria”, alertou.⁴³

Os leitores de Otis escolheram em quais partes do seu tratado queriam acreditar e quais partes queriam jogar no lixo. Mas alguma coisa havia sido solta no mundo, um conjunto de ideias rebeldes sobre liberdade, igualdade e soberania. Em 1763, quando Benjamin Franklin visitou uma escola para crianças negras, admitiu ter mudado de ideia. “Eu... desenvolvi uma opinião muito mais favorável sobre os talentos naturais da raça negra do que as que eu possuía anteriormente”, escreveu a um amigo. Na Virgínia, as reservas que George Mason começava a ter com a escravidão o fizeram enviar para George Washington, em dezembro de 1765, um ensaio no qual argumentava ter sido ela “o principal motivo da destruição do governo mais próspero que já existiu” — a república romana — e alertava que talvez também pudesse ser o motivo da destruição do Império Britânico.⁴⁴

Dívidas, impostos e escravidão não foram os únicos assuntos discutidos nos debates políticos da década de 1760. A intensidade do debate fortaleceu novas ideias sobre igualdade, também. “Homens e mulheres são um só na Verdade de Cristo”, argumentou Benjamin Lay, exprimindo um conceito baseado em abundantes escritos de quacres do século XVII sobre igualdade espiritual. “As mulheres não nascem tão livres quanto os homens?”, perguntou Otis.⁴⁵ Até Jane, a resignada irmã de Benjamin Franklin, começou a se interessar por esse conceito. Em 1756, Jane perdeu o marido, um seleiro imprestável chamado Edward Mecom, que adoeceu na prisão dos devedores, e começou a receber em sua casa, como hóspedes, os membros da Assembleia de Massachusetts. “Eu não tenho a pretensão de escrever sobre política”, escreveu ela, um dia, ao irmão, “apesar de adorar ouvi-los falando.”⁴⁶ Essa falsa modéstia, esse ato de “mendigar elogios”, era muito frequentemente criticada por seu irmão. Havia muito para se ouvir à sua mesa quando, em 1766, Otis foi eleito presidente da Assembleia de Massachusetts,

porém o governador indicado pela coroa se recusou a aceitar os resultados da eleição. Jane Franklin ainda não estava disposta a escrever sobre política, mas tinha ouvido muitas coisas sobre as quais valia a pena refletir. Não muito tempo depois do governador invalidar o resultado da eleição, Jane escreveu ao irmão para pedir que lhe enviasse “todos os panfletos e artigos publicados que contivessem seus escritos.”⁴⁷ Ela decidiu estudar política.

Em 1766, o parlamento revogou a Lei do Selo. A revogação “silenciou praticamente todos os clamores populares e transformou todas as ondas de desordem popular em uma serenidade pacífica e tranquila”, escreveu John Adams em seu diário.⁴⁸ “Parabenizo você e meus compatriotas pela revogação”, escreveu Franklin à sua irmã.⁴⁹ Uma semana após a notícia chegar a Boston, sua assembleia municipal votou a favor da “abolição total da escravidão entre nós”.⁵⁰ Autores de panfletos começaram a reivindicar uma lei antiescravagista com vigência em toda a colônia; outros aconselhavam aguardar até o fim da batalha com o parlamento, porque, embora tivesse revogado a Lei do Selo, a instituição também havia aprovado o Ato Declaratório, reafirmando sua autoridade de criar leis “em absolutamente todos os casos”. No ano seguinte, o parlamento aprovou as Leis de Townshend, impostos sobre chumbo, papel, tinta, vidro e chá. Quando isso também deu origem a manifestações e boicotes, o primeiro-ministro enviou dois regimentos do exército britânico até Boston para fazer cumprir a lei.

“Todas as conversas desse lugar gravitam em torno da política”, relatou Jane ao irmão. A assembleia da cidade de Boston resolveu que “uma série de ocorrências... nos dão muitos motivos para acreditar que um plano secreto e desesperado de despotismo imperial, cujo objetivo é extinguir todas as liberdades civis, foi criado e parcialmente executado”. Quando soldados abriram fogo contra uma multidão em março de 1770, matando cinco homens, os Filhos da Liberdade chamaram o episódio de “massacre” e reivindicaram o fim da tirania do exército. Porém,

nas ilhas, os fazendeiros pediam mais presença militar, não menos. A assembleia colonial de São Cristóvão suplicou ao rei que enviasse tropas para proteger os colonos das “disposições turbulentas e selvagens dos negros, permanentemente inclinados a motins e rebeliões”.⁵¹

E mesmo assim, o clamor por liberdade trouxe à tona a questão do fim da escravidão. A assembleia popular de Worcester requisitou uma lei proibindo importação e comércio de escravos; em 1766, um projeto de lei contra a escravidão foi apresentado na assembleia de Massachusetts. Entretanto, cientes do quanto a questão da escravidão havia afastado as colônias marítimas das continentais, muitas pessoas em Massachusetts temiam que atitudes antiescravagistas afastariam as colônias do Norte das do Sul. “Se aprovado e tornado lei, terá um efeito ruim na união das colônias”, escreveu um membro da assembleia para John Adams em 1771, quando o projeto de lei foi colocado em votação.⁵² No ano seguinte, a Corte do Banco do Rei em Londres analisou o caso *Somerset v. Stewart*. Charles Stewart, um aduaneiro britânico que vivia em Boston, comprou um homem africano chamado James Somerset. Quando Stewart foi chamado de volta à Inglaterra, em 1769, levou Somerset consigo. Somerset fugiu, mas foi recapturado. Stewart, determinado a vendê-lo para a Jamaica, o aprisionou dentro de um navio. Os amigos de Somerset levaram o caso à corte, onde o juiz, William Murray, decidiu que não havia nada no direito comum britânico que sustentasse a posição de Stewart. Somerset foi solto.

O caso de Somerset ensinou duas lições às pessoas em situação de servidão: primeiro, que poderiam recorrer à justiça para garantir sua liberdade; segundo, que tinham mais chance de ganhar o caso na Inglaterra do que em qualquer de suas colônias. Então, essas pessoas começaram a agir. Baseando-se na mesma lógica que James Otis Jr. havia exposto, começaram a solicitar liberdade à justiça por meio de petições: “Esperamos apenas o melhor dos homens que se posicionaram de forma tão

nobre contra seus compatriotas dispostos a escravizar outros homens”, dizia uma petição encaminhada por quatro homens negros em Boston, em abril de 1773. E eles tentaram fugir para a Inglaterra: na Virgínia, em setembro daquele ano, um casal de escravos fugiu na esperança de garantir a liberdade ao chegar em Londres, exibindo, como colocou um observador, “uma consciência que era agora muito prevalente entre os negros”.⁵³

Essa luta por liberdade foi perdida quando os colonos se voltaram para sua batalha pessoal contra o parlamento. A Companhia das Índias Orientais, baseada em Londres, estava em vias de falência, em parte por causa do boicote das colônias, mas, principalmente, por causa da fome em Bengala e dos custos militares por conta disso, e também da queda no valor das matérias-primas, uma consequência da crise no crédito em todo o império em 1772. Em maio de 1773, o parlamento aprovou a Lei do Chá, que reduzia os impostos sobre esse produto — uma maneira de salvar a Companhia das Índias Orientais — mas, reafirmava, mais uma vez, os direitos do parlamento de cobrar impostos das colônias. Na Filadélfia, começaram a chamar todos que importavam chá de “inimigos do país”. Com medo, trabalhadores do chá começaram a pedir demissão de seus postos. Naquele outono, três navios carregados atracaram em Boston. Na noite de 16 de dezembro, dezenas de colonos disfarçados de *mohawks* — guerreiros indígenas — embarcaram e jogaram os caixotes de chá nas águas da baía. Como forma de punição à cidade, o parlamento aprovou e tornou efetivos em junho de 1774 os Atos Coercitivos, que fecharam o porto de Boston e revogaram a Carta de Massachusetts.



Um ministro britânico, com o projeto de lei de 1774 que fechava o porto de Boston no bolso, despeja chá na garganta da “América” — aqui, e frequentemente, representada como uma mulher indígena nua — enquanto outro ministro olha debaixo de sua saia. (American Antiquarian Society.)

Na Virgínia, James Madison Jr., com seus 23 anos, acompanhava os eventos em Massachusetts de Montpelier, a fazenda de sua família no Piedmont, a leste das Montanhas Blue Ridge. Havia se formado dois anos antes, em Princeton, e estava ensinando os irmãos mais novos em casa. Longe do centro da ação, Madison Jr. acompanhava as notícias avidamente e se esforçava para entender por que a resposta ao imposto sobre o chá havia sido diferente nas colônias do Sul do que nas colônias do Norte e do meio do continente. Em Princeton, uma faculdade presbiteriana — ou seja, de uma fé dissidente —, ele havia estudado liberdade religiosa e, após o chá ser jogado no mar, concluiu que Massachusetts e Pensilvânia resistiram à autoridade parlamentar de uma maneira que a Virgínia jamais poderia, porque as colônias do Norte não tinham religião estabelecida. Madison Jr. acreditava que a liberdade religiosa era um bem por si só porque promovia o pensamento independente,

mas também por possibilitar a liberdade política. Quando ouviu falar dos Atos Coercitivos, pela primeira vez começou a pensar em guerra. Escreveu ao seu amigo mais íntimo, William Bradford, na Filadélfia, questionando se não seria melhor “dar início, o mais depressa possível, à nossa defesa”.⁵⁴

Enquanto isso, em Mount Vernon, George Washington, que havia sido eleito para a legislatura da Virgínia em 1758, ocupava-se principalmente com a administração de sua considerável fazenda de tabaco.⁵⁵ Não andava muito empolgado com a crescente resistência da colônia em relação à autoridade parlamentar até a aprovação dos Atos Coercitivos. Em setembro, 56 delegados de doze das treze colônias do continente se reuniram na sede da guilda dos carpinteiros na Filadélfia, formando o Primeiro Congresso Continental. Washington atuou como delegado da Virgínia. Mas, se o protesto contra a Lei do Selo temporariamente unira as colônias, os Atos Coercitivos pareciam ser, para muitos delegados, um problema exclusivamente de Massachusetts. Para os virginianos, os delegados de Massachusetts pareciam imoderados e imaturos, até mesmo fanáticos, especialmente por terem sugerido a possibilidade de uma eventual independência da Inglaterra. Em outubro, Washington manifestou alívio quando, após conversar com “o povo de Boston”, sentiu-se seguro para “declarar como fato que não é da vontade ou do interesse deste governo ou de qualquer outro em vigência no continente, de forma separada ou coletiva, requisitar independência”. Ele estava tão certo disso “quanto de minha própria existência que nada desse tipo é desejado por qualquer homem pensante em toda a América do Norte”.⁵⁶

Diretamente da Filadélfia, o amigo de James Madison, William Bradford, enviava informações e rumores fascinantes sobre o que acontecia no Congresso. Bradford mostrava-se um repórter muito habilidoso, e era melhor ainda no papel de detetive. Do bibliotecário na Library Company of Philadelphia — que abastecia o Congresso com seus livros —, Bradford tinha ouvido

que os delegados estavam lendo “Vattel, Burlamaqui, Locke e Montesquieu”, o que o fez garantir para Madison: “Podemos conjecturar que todas as suas medidas serão planejadas com sabedoria, uma vez que as estão debatendo como filósofos.”⁵⁷

De fato pode ter havido ali alguma sabedoria, mas aqueles filósofos imediatamente se confrontaram com uma questão muito difícil, que desde sempre incomodara a União: o Congresso deveria ser um corpo representativo, mas como calcular essa representação? Patrick Henry, delegado da Virgínia, um orador irresistível com olhar intenso, sugeriu que os delegados dessem um número de votos proporcional ao número de habitantes brancos de suas colônias. Dada a ausência de dados populacionais confiáveis, os delegados não tiveram muita escolha além de fazer uma coisa muito mais simples — conceder a cada colônia um voto. Em todo caso, o objetivo daquela reunião era criar algo que ia além de um mero agrupamento de colônias e a soma de suas queixas: um novo corpo político. “A distinção entre virginianos, pensilvanianos, nova-iorquinos e novos ingleses não existe mais”, disse Henry. “Eu não sou um virginiano, eu sou um americano.”⁵⁸ Uma palavra em um mapa muito antigo havia crescido e se transformado em ideia.

II.

O CONGRESSO CONTINENTAL não sofreu com a desunião e o caos do Congresso de Albany nem se submeteu à súplica submissa do Congresso da Lei do Selo. Preparando-se para o pior, esse novo congresso, mais ambicioso e inclusivo — *continental* —, instigou os colonizadores a organizar suas milícias e estocar armamentos. Também optou por um boicote de todos os produtos importados da Inglaterra e por uma proibição de todo tipo de comércio com as Índias Ocidentais, um rompimento de laços com o arquipélago. No mês em que o boicote deveria começar, a assembleia da Jamaica enviou uma petição ao rei, cheia de cortesias e reverências. Os jamaicanos começaram

assegurando que a ilha não tinha a intenção de aderir à rebelião, explicando: “fraca e débil como esta colônia é, com seu número reduzido de habitantes brancos e sua situação peculiar envolvendo a propriedade de mais de 200 mil escravos, não se pode imaginar que nós agora desejamos, ou que desejaremos algum dia, demonstrar resistência à Grã-Bretanha.” E, apesar disso, continuaram, estavam de acordo com a principal queixa dos continentais, declarando que “o primeiro princípio estabelecido na Constituição diz que o povo da Inglaterra tem o direito de participar — e deve participar — da legislação do seu país”.⁵⁹

Impassível, o Congresso agradeceu com parcialidade à Jamaica: “Nossa enorme gratidão por sua patética mediação em nosso favor perante a coroa.” Nem o rei nem o parlamento mostraram-se inclinados a reconsiderar os Atos Coercitivos. O peso dos impostos contra os quais os colonizadores protestavam era ridiculamente pequeno, e seu direito legítimo de cobrá-los era gritante. Lorde North, o primeiro-ministro, encarregou o famoso ensaísta Samuel Johnson de escrever uma resposta às reclamações do Congresso Continental. Obviamente, a maneira mais fácil de rebater os colonos era acusá-los de hipocrisia. Em *Imposto não é tirania*, Johnson perguntou, secamente: “Como é possível que estejamos ouvindo os mais intensos clamores por liberdade vindos de proprietários de negros?” A oposição de Johnson à escravidão ia muito além da retórica; um jamaicano livre, um homem negro chamado Francis Barber, era seu companheiro, colaborador e herdeiro. (“À próxima rebelião de negros nas Índias Ocidentais”, Johnson declarou em um brinde oferecido durante a guerra.) Mas a acusação de hipocrisia de Johnson não trazia nada de novo às acusações feitas pelo médico da Filadélfia, Benjamin Rush, no ano anterior: “Qual a diferença entre o senador britânico que, contrariando as leis e a justiça, tenta escravizar os compatriotas na América ao impor taxas sobre eles e o patriota americano que, contrariando a

justiça e a humanidade, reduz seus irmãos africanos à escravidão?”⁶⁰

Àquela altura, a semente plantada por Benjamin Lay dera frutos, e os quacres haviam proibido formalmente a escravidão — excluía de sua organização qualquer membro que declarasse ser proprietário de outro ser humano. No dia 14 de abril de 1775, um mês antes de o Segundo Congresso Continental se reunir na Filadélfia, duas dúzias de homens, dezessete deles quacres, fundaram ali a Sociedade de Auxílio aos Negros Livres Injustamente Mantidos em Servidão. Entretanto, mais uma vez, como em 1773, sempre que surgia a necessidade urgente de acabar com a escravidão, a atenção das colônias se dissipava. Cinco dias depois, em 19 de abril de 1775, a grama úmida e escura da primavera ficaria manchada de sangue em Lexington Green.

Tudo começou quando o general Thomas Gage, comandante das tropas britânicas, confiscou munições armazenadas nos arredores de Boston, em Charleston e Cambridge, e mandou setecentos soldados fazerem o mesmo em Lexington e Concord. Setenta milicianos armados, também chamados de *minutemen* — fazendeiros que se comprometiam a estar prontos para a batalha assim que convocados —, juntaram-se em Lexington, e outros fizeram o mesmo em Concord. Os soldados britânicos mataram dez deles, perdendo dois de seus homens. As forças rebeldes sitiaram Boston, ocupada pelo exército britânico. Os lealistas ficaram na cidade, mas eles eram poucos em Boston: dos 15 mil habitantes, 12 mil tentaram fugir: miseráveis e requintados, velhos e jovens, os primeiros refugiados da guerra.

John Hancock, John Adams e Samuel Adams partiram imediatamente para a Filadélfia. A evacuação separou famílias. Benjamin Edes, tipógrafo do *Boston Gazette*, botou sua prensa móvel e seus tipos em uma carroça, levou tudo até o rio Charles e saiu remando, enquanto, em Boston, seu filho de 18 anos era feito prisioneiro de guerra.⁶¹ Jane Franklin, 63 anos, fugiu da cidade em uma carroça com uma neta, deixando um neto para

trás. “Na esperança de buscar meu destino junto com centenas de outros que não sabiam direito nem para onde estavam indo, peguei tudo que achei que poderia levar”, escreveu ela ao irmão que, após anos na Inglaterra, retornava à América para juntar-se ao Congresso.⁶²

Depois dos tiros disparados, o debate no Segundo Congresso Continental, que se reunira em maio daquele ano, passou a ser muito mais urgente do que no primeiro. Quem ainda tinha esperanças de uma reconciliação com a Grã-Bretanha — isto é, a maioria dos delegados — agora precisava responder aos delegados enfurecidos e mais radicais de Massachusetts, que contavam seus problemas e aflições. “Simpatizo sinceramente com você e com o povo da minha cidade e país de origem”, escreveu Benjamin Franklin à irmã. “Seu relato sobre as angústias passadas durante a remoção me afetou enormemente.”⁶³ Em junho, dois meses após os primeiros disparos em Massachusetts, o Congresso votou pela criação de um Exército Continental; John Adams nomeou George Washington seu comandante. Washington, um homem resoluto, de postura inigualável, admirado de forma quase unânime e profundamente virginiano, foi enviado para Massachusetts para assumir o comando — sua viagem, por si só, já era um símbolo da união entre o Norte e o Sul.

Durante todo o outono, o Congresso esteve ocupado com os preparativos de guerra, recrutando e abastecendo as tropas. A questão da declaração da independência fora deixada de lado. A maior parte dos colonos permaneceu leal ao rei. Se apoiavam a resistência, era para lutar pelos seus direitos como cidadãos ingleses, não por sua independência como americanos.

Os escravos, entretanto, travavam uma guerra diferente. “Imagina-se que o nosso governante esteja manipulando os escravos e que contemple usá-los amplamente no caso de uma guerra civil”, relatou, da Virgínia, o jovem James Madison, para o amigo William Bradford, na Filadélfia. Lorde Dunmore, o governante real da Virgínia, pretendia oferecer liberdade para os

escravos que se juntassem ao exército britânico. “Para falar a verdade, esse é o único ponto em que essa colônia é vulnerável”, admitiu Madison, “e, se acabarmos sendo derrotados, cairemos como Aquiles, pelas mãos de alguém que conhece esse segredo.”⁶⁴

Mas a vulnerabilidade dos colonos a uma rebelião de escravos, o seu calcanhar de Aquiles, não era nem de longe um segredo: era o que os definia. O próprio avô de Madison, Ambrose, fundador de Montpelier, fora assassinado por escravos em 1732, aparentemente por envenenamento, aos 36 anos. No Condado de Madison, outros escravos também foram condenados por envenenarem seus senhores em 1737 e 1746: no primeiro caso, o condenado foi decapitado, e sua cabeça, empalada diante do tribunal “para impedir que outros façam a mesma coisa”; no segundo, uma mulher chamada Eve foi queimada viva.⁶⁵ Seus corpos foram transformados em monumentos.

Não havia fazenda que não tivesse um ponto fraco. Os escravos de George Washington vinham fugindo desde, pelo menos, 1760. Pelo menos 47 deles escaparam em algum momento.⁶⁶ Em 1763, um homem de 23 anos nascido na Gâmbia tornou-se propriedade de Washington: foi batizado Harry e colocado para trabalhar na drenagem de um charco conhecido como o Grande Pântano Triste. Em 1771, Harry Washington conseguiu escapar, apenas para ser recapturado. Em novembro de 1775, estava escovando os cavalos do seu senhor nos estábulos em Mount Vernon quando lorde Dunmore fez o pronunciamento que Madison temia: ofereceu a liberdade para todo escravo que se juntasse às tropas de Sua Majestade a fim de reprimir a rebelião dos americanos.⁶⁷

Em Cambridge, onde George Washintgon reunia o Exército Continental, chegou a ele uma informação sobre os escravos em Mount Vernon. “Não há um só homem que não vá querer nos deixar se acreditar que essa pode ser a sua maneira de fugir”, relatou o primo de Washington naquele inverno, acrescentando

que “a liberdade é doce.”⁶⁸ Harry Washington esperou pacientemente, mas logo acabaria se juntando aos quinhentos homens que fugiram de seus senhores e engrossaram as forças de Dunmore, um contingente que incluía um homem chamado Ralph, fugido de Patrick Henry, e oito das 27 pessoas de propriedade de Peyton Randolph, que havia sido o presidente do Primeiro Congresso Continental.⁶⁹

Edward Rutledge, membro da delegação da Carolina do Sul no Congresso Continental, disse que a declaração de Dunmore “foi mais efetiva em provocar uma separação eterna entre a Grã-Bretanha e as Colônias do que qualquer outro expediente que pudesse ter sido imaginado”.⁷⁰ Não foram os impostos e o chá, não foram os tiros em Lexington e Concord, não foi o cerco de Boston; foi esse ato — a oferta de liberdade feita por Dunmore aos escravos — que desequilibrou a balança a favor da independência norte-americana.

Mas não foi um desequilíbrio definitivo. John Adams estimava que cerca de um terço dos colonos eram patriotas, um terço, lealistas e um terço nunca havia se decidido a respeito da independência.⁷¹ Além da proclamação da liberdade dos escravos prometida por Dunmore, o incentivo mais forte para a independência veio do incansável pensador Thomas Paine, que havia imigrado da Inglaterra para a Filadélfia em 1774. Em janeiro de 1776, Paine publicou um panfleto anônimo chamado *Senso Comum*, 47 páginas de vigorosa argumentação política. “Como é meu objetivo fazer com que aqueles que mal sabem ler possam compreender”, explicou Paine, “vou, portanto, evitar todo tipo de ornamento literário e usar a linguagem mais simples possível.” Os membros do Congresso talvez fossem filósofos que liam Locke e Montesquieu, mas os americanos comuns liam a Bíblia, o *Almanaque do Pobre Ricardo* e Thomas Paine.

Paine escrevia com fúria, mas também com grande clareza. “A causa da América é, em grande medida, a causa de toda a humanidade”, apregoa. “Não é uma questão de uma cidade, um país, uma província ou um reinado, mas sim de um continente —

ou, pelo menos, da oitava parte do globo habitável. Esta não é uma preocupação de um dia, um ano, ou uma era; a posteridade está virtualmente envolvida nessa disputa e será mais ou menos afetada até o fim dos tempos.”

Seu empirismo tinha um tom caseiro, e suas metáforas ecoavam na cozinha e nos celeiros. “Existe um quê de absurdo na ideia de um continente ser governado para sempre por uma ilha”, escreveu ele, colocando a lógica do imperialismo inglês de cabeça para baixo. “Dentro dessa lógica, poderíamos afirmar que, por ter sido criada à base de leite, uma criança jamais deverá comer carne.”

Mas sua obra não era inteiramente desprovida de filosofia. Paine tornou Locke palatável para o leitor comum ao explicar seu conceito de estado de natureza. “No plano da criação, os seres humanos são originalmente iguais, uma igualdade que só pode ser destruída por alguma circunstância subsequente”, escreveu, como um professor falando com seus alunos. O domínio de uns sobre outros, as distinções entre ricos e pobres: essas formas de desigualdade não eram naturais nem prescritas pela religião; eram consequências de ações e hábitos. E a distinção mais antinatural de todas, explicou ele, era “a distinção dos homens entre reis e súditos”.⁷²

Paine também fez uso da Carta Magna, argumentando: “A carta que garante essa liberdade na Inglaterra não foi elaborada no senado, mas sim no campo; e reivindicada pelo povo, não concedida pela coroa.” Ele incitava os americanos a escreverem a sua própria Carta Magna.⁷³ Porém, ela não oferecia nenhuma justificativa para a rebelião. A melhor e mais conveniente estratégia, Paine entendia, não era embasar a argumentação em precedentes ou doutrinas, mas sim na natureza, insistir na existência de um direito natural à revolução, tão natural quanto um filho deixando a casa dos pais. “Vamos supor que um pequeno grupo de pessoas vivendo em uma parte remota da terra, sem conexão com o restante do mundo, represente a população primordial de qualquer país, ou do mundo”, começa

ele, como se lesse um conto de fadas para uma criança.⁷⁴ Elegerão um governo para garantir segurança e liberdade, mas, se esse governo deixar de garantir sua segurança e liberdade, terão um motivo legítimo para depô-lo. E esse é um direito que será deles para sempre.

Uma linguagem muito parecida ganhou espaço nas resoluções aprovadas em convenções coloniais especialmente formadas para que as colônias, desligadas da Inglaterra, pudessem estabelecer novas formas de governo. “Todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inerentes, dos quais, quando entram em um estado de sociedade, não podem, por nenhum contrato, privar ou despojar sua posteridade”, lê-se na Declaração de Direitos e Forma de Governo da Virgínia, redigida em maio de 1776 pelo intrépido George Mason. “Todo poder pertence ao povo e, conseqüentemente, deriva dele.” James Madison, que tinha a metade da idade de Mason, fora eleito pelo Condado de Orange para participar da convenção e propôs uma correção na Declaração de Mason. Onde Mason havia escrito que “todos os homens devem gozar de total tolerância no exercício da religião”, Madison reescreveu a cláusula para garantir que, em vez disso, “todos os homens possuem o mesmo direito ao seu exercício pleno e livre”. A mudança no texto foi aceita, e Madison tornou-se o autor da primeira garantia constitucional de liberdade religiosa, que deixava de ser algo tolerado e se tornava um direito fundamental.⁷⁵

Inevitavelmente, a escravidão jogou sua longa e terrível sombra sobre aquela declaração de princípios: a escravidão, na verdade, foi o que a tornou possível. O texto original de Mason não incluía a cláusula sobre os direitos serem adquiridos pelos homens “quando entram em um estado de sociedade”; essas palavras foram incluídas depois que membros da convenção ficaram preocupados com a possibilidade de o original “resultar na abolição” da escravatura.⁷⁶ Se todos os homens que pertenciam à sociedade civil eram livres e iguais, como a

escravidão seria possível? Talvez porque, respondeu a convenção na Virgínia, os africanos não pertencessem à sociedade civil, nunca tendo abandonado um estado de natureza.

No pensamento político do século XVIII, as mulheres, também, não existiam dentro do contrato que formava a sociedade civil. De Massachusetts, Abigail Adams escreveu para o marido, John, em março de 1776, questionando se aquilo poderia ser remediado. “Eu gostaria que você se lembrasse das mulheres e fosse mais benfazejo e generoso com elas do que os seus ancestrais”, começou ela, fazendo uma alusão à extensa lista de abusos praticados pelos homens contra as mulheres. “Não coloque um poder tão ilimitado nas mãos dos maridos”, disse a ele. Falou também sobre tirania: “Lembre-se de que todos os homens seriam tiranos se pudessem.” E o desafiou a seguir a lógica do princípio da representação: “Se cuidado e atenção especiais não forem prestados às mulheres, estamos determinadas a fomentar uma rebelião e não seguiremos qualquer lei sobre as quais não tivermos nenhuma voz ou representação.”

Seu marido não concordou com nada. “Quanto ao seu extraordinário Código de Leis, eu só posso rir”, respondeu ele. “Recebemos informações de que nossa luta afrouxou as garras do governo em todos os cantos. Que as crianças e os alunos estão desobedientes, que as escolas e faculdades estão cada vez mais turbulentas, que índios desrespeitam seus guardiões e que negros estão cada vez mais insolentes com seus senhores... Por conta de tudo isso, a última coisa que faremos será a revogação de nossos sistemas masculinos.”⁷⁷ O fato de as mulheres — consideradas, assim como os escravos, seres confinados a um eterno estado de natureza — terem sido deixadas de fora dos documentos que fundaram o país e do conceito que os fundadores tinham de uma sociedade civil perturbaria a ordem política por séculos.

* * *

No CONGRESSO CONTINENTAL, em junho, John Dickinson, delegado da Pensilvânia, redigiu os Artigos da Confederação. “O nome dessa Confederação será ‘Estados Unidos da América’”, escreveu, possivelmente usando a expressão pela primeira vez. Pode ser que Dickinson tenha encontrado a expressão “Estados Unidos” em um livro de tratados usado pelo Congresso; havia ali um tratado de 1667 que se referia à confederação dos Estados holandeses independentes como “Estados Unidos dos Países Baixos.” No texto de Dickinson, as colônias — agora Estados — deveriam formar uma associação amistosa “para defesa comum, a garantia das liberdades e seu bem-estar geral e mútuo”. A primeira versão apresentada ao Congresso requiritava que todos os Estados contribuíssem com os custos da guerra; que o governo fosse proporcional à população e que, por conta disso, deveria haver um recenseamento a cada três anos. Seriam necessários muitos ajustes e um ano e meio de debates para que o Congresso chegasse à versão definitiva. O documento final removeu a maioria dos poderes que o original de Dickinson concedia ao Congresso; os Artigos da Confederação finais ficaram mais parecidos com um acordo de paz, estabelecendo uma aliança defensiva entre os Estados soberanos, do que com uma Constituição que estabeleceria um sistema de governo. Grande parte foi improvisada. A provisão de um censo de todos os estados, por exemplo, foi derrubada em favor de um acordo pelo qual um tesouro comum seria abastecido “proporcionalmente ao valor de todas as terras dentro de cada estado”, e já que, na verdade, ninguém sabia quais eram esses valores, seriam os estados que definiriam o valor de sua própria contribuição.⁷⁸

Ainda assim, aqueles estados recentemente unidos pendiam na direção da independência. No dia 7 de junho de 1776, Harry Lee, um impetuoso delegado da Virgínia, apresentou uma resolução dizendo que “estas colônias unidas são, e têm o direito de ser, estados livres e independentes”. Uma votação sobre esse mérito foi adiada, mas o Congresso indicou um “Comitê dos

Cinco” para redigir uma declaração: Benjamin Franklin, John Adams, Thomas Jefferson, o delegado de Nova York, Robert R. Livingston, e o delegado de Connecticut, Roger Sherman. Jefferson aceitou a tarefa de elaborar a primeira versão.

A Declaração de Independência não era uma declaração de guerra: a guerra já havia começado havia mais de um ano. Era um ato de estado, que procurava encontrar respaldo na esfera da lei das nações. A Declaração explicava os motivos pelos quais os colonos lutavam; era uma tentativa de esclarecer que a revolução se dava porque o rei havia colocado seu povo sob o domínio de um poder arbitrário, reduzindo-o a um estado de escravidão: “A história do atual rei da Grã-Bretanha é uma de repetidas injúrias e usurpações, todas tendo como propósito direto o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre estes estados.” Muitos leitores não acharam o texto muito persuasivo. Em 1776, o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham classificou a teoria de governo que embasava a Declaração de Independência como “absurda e utópica”. Em sua opinião, suas verdades autoevidentes não eram nem autoevidentes nem verdades. Ele as considerava, em vez disso, “subversivas para qualquer tipo de governo, real ou imaginário”.⁷⁹

Mas o que Bentham considerava absurdo e utópico representava a soma de séculos de teoria e experimentação política. “Não há nenhuma ideia nela que já não tenha sido trivializada pelo Congresso há dois anos”, escreveria, mais tarde, Adams, com ciúmes por todos os elogios terem sido dirigidos a Jefferson. Essa parte Jefferson admitia, ressaltando que trazer novidades não era tarefa sua. Sobre a Declaração, disse que a mesma “nem primou pela originalidade de princípios ou crenças, nem pela cópia de qualquer escrito anterior em particular, apenas procurou ser uma expressão da mente americana”.⁸⁰ Mas as ideias ali contidas, as tais expressões da mente americana, eram muito mais antigas.

“Declaramos estas verdades sagradas e inegáveis”, começou Jefferson, “que todos os homens são criados iguais e

independentes, que desta criação igualitária derivam seus direitos inerentes e inalienáveis, entre os quais a preservação da vida e da liberdade e a busca da felicidade; que para garantir esses direitos, governos serão instituídos pelos homens, derivando seus poderes do consentimento dos governados; que toda vez que qualquer forma de governo se tornar destrutiva para tais direitos, é direito do povo modificá-lo ou aboli-lo e instituir um novo governo.” Promovendo vastas melhorias nela, baseou-se na Declaração de Direitos da Virgínia, escrita por George Mason. Embora estabelecendo o direito à revolução caso determinadas condições se apresentassem, faltava estabelecer que aquelas condições existiam. O grosso da versão de Jefferson era uma série de reclamações, de acusações ao rei, responsabilizando-o por “nos obrigar a pagar impostos sem o nosso consentimento”, pela dissolução das assembleias dos colonos, por ocupar o território com seu exército, “por nos negar o acesso ao uso de tribunais do júri”, direitos estabelecidos desde a Carta Magna. Então, no trecho mais longo do texto, Jefferson acusa Jorge III pela escravidão dos africanos e por ter começado “uma guerra cruel contra a própria natureza humana, violando os direitos mais sagrados à vida e à liberdade de um povo distante que nunca o havia ofendido, capturando-os e submetendo-os à escravidão”, por ter impedido as colônias de proibir o comércio de escravos e, “para que sua coleção de horrores esteja finalmente completa, agora o rei está incentivando estas mesmas pessoas a pegarem em armas contra nós”. Essa passagem foi derrubada pelo Congresso, que não queria incluir aquela coleção de horrores no documento de fundação do país.

A Declaração que o Congresso adotou era uma impressionante façanha retórica, um ato de extraordinária coragem política. Ela também simbolizou uma derrota colossal da vontade política, contendo a maré de oposição à escravidão ao ignorá-la, pelo bem de uma união que, no fim das contas, não tinha como durar — e não duraria.

Em julho, a Declaração de Independência foi lida em voz alta nas casas e esquinas de todas as cidades. Multidões

comemoraram. Canhões foram disparados. Igrejas dobraram seus sinos. Estátuas do rei foram derrubadas e derretidas para fazer balas. Semanas mais tarde, quando uma grande rebelião de escravos eclodiu na Jamaica, os senhores culpavam os americanos por incitá-la. Na Pensilvânia, um rico comerciante, ébrio pelo espírito do momento, não apenas libertou seus escravos, como prometeu passar o resto da vida procurando aqueles que havia possuído e vendido anteriormente e também seus filhos, para comprar sua liberdade. E em agosto de 1776, um mês após os delegados do Congresso Continental determinarem que, no curso dos eventos humanos, às vezes se faz necessário que um povo solte as amarras que os conecta a outro, Harry Washington declarou a própria independência ao fugir de Mount Vernon para lutar no regimento de Dunmore, usando uma faixa branca que trazia bordado o lema “Liberdade para os Escravos”.⁸¹

III.

DURANTE A GUERRA, cerca de um em cada cinco escravos nos Estados Unidos abandonou seus lares, fugindo da escravidão americana em busca da liberdade inglesa. Um refugiado americano mudou seu nome para “British Freedom” (Liberdade Britânica). Uma nova letra para “Yankee Doodle”, agora “The Negroes Farewell to America” (Os negros se despedem da América), foi composta em Londres. Nessa nova versão, escravos em fuga trocam os Estados Unidos “pela velha Inglaterra, onde a liberdade impera / Nenhum negro apanha nem vive acorrentado”.⁸²

Poucos conseguiram chegar à terra onde a liberdade imperava ou até mesmo integrar as linhas de batalha britânicas. Em vez disso, foram capturados e punidos. Um senhor de escravos que capturou uma menina de 15 anos que fugiu para se juntar ao regimento de Dunmore a castigou com oitenta chicotadas e depois despejou brasas sobre as suas chagas.⁸³ Por mais

desesperada e improvável que fosse uma fuga, sempre parecia uma boa aposta; os observadores mais perspicazes esperavam que a Inglaterra vencesse a guerra, principalmente porque ingressaria com 32 mil soldados experientes e disciplinados contra os 19 mil combatentes heterogêneos e incontroláveis de Washington. Uma vitória americana parecia absurda, mas, longe de casa, os ingleses sofriam com a falta de suprimentos, e após William Howe, comandante-em-chefe das forças britânicas, voltar suas atenções para Nova York e depois para a Filadélfia, percebeu que suas vitórias não traziam muita vantagem. Ao contrário dos países europeus, os Estados Unidos não tinham uma capital estabelecida cuja tomada pudesse levar a uma rendição. Mais importante, em diversas ocasiões Howe evitou um golpe final e decisivo nos americanos, temendo as baixas que as tropas britânicas poderiam sofrer, além do risco de um alto número de fatalidades, uma vez que seus reforços estavam muito longe dali.

As forças britânicas estavam muito espalhadas por todo o planeta, travando guerras em muitas frentes. Para os ingleses, a Revolução Americana era apenas uma das frentes de uma guerra muito maior, pelo império, uma guerra mundial. Como a Guerra Franco-Indígena, o conflito de então transcorreu principalmente na América do Norte, mas seus estilhaços também atingiram a África Ocidental, o Sul da Ásia, as regiões do Mediterrâneo e a área do Caribe. Em 1777, Howe conquistou a Filadélfia enquanto, ao Norte, o comandante britânico John Burgoyne sofria uma humilhante derrota na Batalha de Saratoga. Essa vitória americana ajudou John Jay, John Adams e Benjamin Franklin, atuando como diplomatas na França, a consolidar um tratado vital: em 1778, a França entrou no conflito como aliada dos Estados Unidos, um momento em que lorde North, mais interessado em proteger as colônias mais ricas da Grã-Bretanha, no Caribe, considerou simplesmente abandonar o conflito americano. A Espanha uniu-se à aliança franco-americana em 1779. O reino da Germânia (atual Alemanha) entrou no conflito ao lado dos ingleses, fornecendo os mercenários que os

americanos chamavam de hessianos. E, em parte porque os holandeses forneciam armas e munições para os americanos, a Inglaterra declarou guerra à Holanda em 1780. O envolvimento da França levou o conflito para as ricas Índias Ocidentais, onde, a partir de 1778, os franceses ocuparam as colônias britânicas de Dominica, Granada, São Vicente, Montserrat, Tobago, São Cristóvão e Ilhas Turcas e Caicos. A interrupção do comércio entre o continente e o Caribe cobrou das rentáveis colônias de açúcar inglesas mais um preço: os africanos começaram a morrer de fome. Somente em Antígua, um quinto da população de escravos pereceu durante a guerra.⁸⁴



A charge política publicada em Londres mostra a “Inglaterra” de um lado da balança, alertando: “Ninguém me fere impunemente”; do outro lado, a “América”, pisoteada por seus aliados (Espanha, França e Holanda), grita: “Estou sendo justamente punida por minha ingratidão.” (American Antiquarian Society.)

Para os americanos, sua Guerra da Revolução não foi de âmbito mundial, mas sim uma guerra civil, entre aqueles que

eram a favor da independência e os muitos outros que não. John Adams, sem qualquer embasamento, estimou que um em cada três colonos permanecia leal à coroa e outro terço ainda não havia se decidido, mas a estimativa não incluía os números muito maiores de lealistas que os britânicos contavam entre os seus aliados: toda a população de escravos africanos e praticamente todos os povos nativos americanos. Um dos motivos pelos quais os britânicos seguiam fracassando em impor sua vantagem numérica era o fato de tentarem o tempo todo levar o campo de batalha para uma região das colônias onde esperavam ter mais apoio dos lealistas. E não apenas dos comerciantes, advogados e fazendeiros que permaneciam leais à coroa, mas também dos seus aliados africanos e indígenas. O sucessor de Howe, Henry Clinton, acreditava que o segredo da batalha estava em “conquistar os corações e dominar as mentes da América”.⁸⁵ Essa estratégia falhou. E, quando isso aconteceu, a Inglaterra nem perdeu a América, nem a abandonou.

Primeiro, a coroa levou a questão da obediência para os tribunais. Em 1778, o rei enviou comissários autorizados a oferecer a revogação de todas as leis do parlamento às quais as colônias se opunham desde 1763. No entanto, quando o Congresso exigiu que o rei reconhecesse a independência da América, os comissários se recusaram. Nessa altura, embora Clinton estivesse ocupando Nova York e o conflito continuasse a Oeste, o palco da guerra havia se deslocado para o Sul: ministros britânicos decidiram que a prioridade era salvar as ricas colônias de açúcar, e com isso abandonaram as colônias do Norte e do meio do continente, uma tentativa de manter as colônias do Sul em ordem para reestabelecer o envio de alimentos para as Índias Ocidentais. Clinton capturou Savannah, na Geórgia, em dezembro de 1778, e começou a mirar em Charleston, na Carolina do Sul, a maior cidade da região. No Congresso, isso levou a um debate sobre a possibilidade de armar os escravos. Em maio de 1779, o Congresso propôs o alistamento de 3 mil escravos na Carolina do Sul e na Geórgia

em troca de sua liberdade. “Seu batalhão de negros nunca será uma realidade”, alertou John Adams. “A Carolina do Sul perderá a compostura diante da simples menção de uma medida como essa.”⁸⁶ Ele estava inteiramente correto. A legislatura da Carolina do Sul rejeitou a proposta, declarando: “Estamos profundamente enojados.”⁸⁷ Clinton tomou Charleston em maio de 1780.

Em 1781, na esperança de tomar Cheasapeake, o general britânico lorde Cornwallis fortificou Yorktown, na Virgínia, transformando-a em base naval. Suas tropas logo foram cercadas e bombardeadas por uma combinação de forças francesas e americanas. Os franceses eram comandados pelo brilhante Marquês de Lafayette, cujos serviços prestados ao Exército Continental e defesa apaixonada da causa americana incluíram uma campanha pessoal pelo apoio dos franceses. Cornwallis era vulnerável porque as forças navais britânicas estavam ocupadas no Caribe. Ele se rendeu no dia 19 de outubro, antes de saber que forças britânicas zarpavam de Nova York precisamente naquele dia para ajudá-lo. A derrota de Cornwallis em Yorktown acabou com o conflito armado na América do Norte, mas não com a guerra. O final verdadeiro, para a Grã-Bretanha, veio em 1782, nas Índias Ocidentais, na Batalha de Saintes, quando os britânicos repeliram uma invasão francesa e espanhola da Jamaica, um resultado que revelou não as fraquezas do império, mas sim as suas prioridades. A Inglaterra permanecia com o Caribe, mas desistia da América.

De forma nada surpreendente, os termos da paz mostraram-se tão confusos e extensos quanto a guerra. Os lealistas depararam com a mesma questão que o próprio império havia encarado: desistir ou não da América. “Ir ou não ir — eis a questão?”, dizia um versinho inspirado em Shakespeare: “É melhor confiar no céu inclemente... ou permanecer entre os rebeldes? / E, permanecendo, provocar neles a mais ardente raiva.” A maioria, não tão indecisa quanto Hamlet, iria embora se pudesse: 75 mil, ou cerca de uma em cada quarenta pessoas nos Estados Unidos, partiram junto com os britânicos. Foram

para a Inglaterra e para o Canadá, para as Índias Ocidentais e para a Índia — tinham ajudado a construir o Império Britânico. “Não se fala em mais nada por aqui além de evacuação”, escreveu um patriota, de Nova York. “Alguns estão sorrindo, outros padecem de melancolia, e uma terceira classe está furiosa.” Ninguém estava mais desesperado para escapar dos Estados Unidos do que os 15 mil a 20 mil ex-escravos que tomaram parte nesse êxodo, a maior alforria da história americana até Abraham Lincoln assinar a Proclamação da Emancipação em 1863.⁸⁸ Em julho de 1783, Harry Washington, que havia deixado Mount Vernon anos antes para se juntar ao regimento de Dunmore, conseguiu chegar a Nova York, onde embarcou no navio britânico *L’Abondance*, com destino à Nova Escócia. Um escrivão registrou sua partida num volume chamado de “Livro dos Negros”, que listou os 2.775 fugitivos negros entre homens, mulheres e crianças evacuados da cidade junto com os britânicos naquele verão: “Harry Washington, 43, bom sujeito. Anteriormente propriedade do general Washington; o deixou há sete anos.”⁸⁹

Quando Cornwallis se rendeu em Yorktown, 60 mil lealistas correram para se esconder atrás das linhas britânicas. Cientes de que suas propriedades seriam confiscadas, se é que já não haviam sido — ou que eles mesmo seriam presos e transformados em propriedade —, escolheram trocar os Estados Unidos pela Inglaterra ou por outros territórios de seu império. Rumaram para Nova York, Savannah ou Charleston, cidades ainda ocupadas pelos britânicos, e das quais logo partiriam. Dos 9.127 lealistas que saíram de navio de Charleston, 5.327 eram escravos em fuga. Na Virgínia, os 2 mil soldados negros sob o comando de Cornwallis que haviam sobrevivido ao cerco, descritos como “hordas de negros”, atravessaram florestas e pântanos a pé na esperança de chegar a um navio de guerra britânico que Washington, de acordo com os termos da rendição, permitira que zarpasse para Nova York. Sofriam com a exaustão, com a fome e com doenças. Das trinta pessoas que fugiram do

Monticello de Thomas Jefferson, quinze morreram de varíola antes de chegar a Cornwallis. Outros escravos fugiram na direção dos franceses. “Recebemos um tremendo carregamento de criados”, escreveu um surpreso oficial francês. Patrulhas de escravos armados perseguiram os fugitivos e capturaram centenas de soldados de Cornwallis e suas famílias, incluindo duas pessoas que eram propriedades de Washington e cinco de Jefferson. Na esperança de que seus filhos herdassem documentos de liberdade na forma de um certificado que dizia “Nascido livre atrás das linhas inglesas”,⁹⁰ as mulheres grávidas também participavam da corrida.

Chegar a Nova York, Charleston ou Savannah era apenas o começo da jornada. Em Nova York, Boston King, um fugitivo da Carolina do Sul, ouviu o boato de que todos os escravos na cidade, cerca de 2 mil, “seriam devolvidos aos seus senhores” e ficou assombrado pela imagem dos senhores americanos marchando pela cidade, “capturando os escravos pelas ruas ou até mesmo arrancando-os de suas camas”. King, que era carpinteiro, escreveria em suas memórias que os negros da cidade estavam tão apavorados que não conseguiam dormir. Um oficial hessiano avisou que cerca de 5 mil senhores de escravo haviam chegado à cidade para recapturar criados. Na verdade, George Washington havia ordenado a criação de um “Livro dos Negros” para que os senhores pudessem, mais tarde, requisitar indenizações pelos escravos levados por navios britânicos. Em Charleston, soldados patrulhavam o cais para deter as centenas de pessoas desesperadas em busca daquilo que seria, para a maioria, a última chance de garantir as bênçãos da liberdade para si e para seus descendentes. Ao se deparar com as patrulhas, dezenas se jogaram ao mar e nadaram na direção dos últimos botes que retornavam aos navios, um deles convenientemente batizado de *Free Briton* (bretão livre). Os nadadores se agarravam ao corrimão dos barcos para tentar subir a bordo. Quando se recusavam a soltar, os soldados britânicos passavam a cortar seus dedos.⁹¹

A Revolução foi extremamente radical no desafio que apresentou ao instituto da escravidão, porém extremamente conservadora diante do fracasso desse objetivo. Ainda assim, a escravidão tinha começado a se romper, como uma vidraça trincada que ainda não se estilhaçou. Em janeiro de 1783, quando Lafayette ficou sabendo que os comissários em Paris estavam quase firmando um acordo de paz, ele escreveu para Washington para lhe dar os parabéns e propor que, juntos, terminassem o trabalho que a Revolução começara. “Vamos libertar os negros”, sugeriu. “Um exemplo dado por você talvez faça com que isso se torne uma prática geral; e, se tivermos sucesso na América”, poderiam levar o experimento para as Índias Ocidentais. “Ficarei feliz de me juntar a você em tão louvável empreitada”, respondeu Washington, dizendo que gostaria de se encontrar com ele para discutir os detalhes.⁹²

Não passou despercebida a nenhum ser pensante a ameaça que a luta pela liberdade representava para a instituição da escravidão, o calcanhar de Aquiles da América. Na Filadélfia, em 1783, James Madison fazia as malas, preparando-se para retornar a Montpelier após o Congresso. Madison não sabia muito bem o que fazer com Billey, um homem de 23 anos que havia trazido da Virgínia quando se mudou para participar do Congresso. Billey era propriedade de Madison desde o seu nascimento, em 1759, quando Madison tinha 8 anos. Em 1777, a legislatura da Pensilvânia aprovou a primeira lei de abolição do mundo ocidental, proibindo a venda de escravos e decretando que toda criança nascida de mãe escrava, a partir do dia 1º de março de 1780, estaria livre após 28 anos de escravidão. O nova-iorquino John Jay disse que ser contrário à emancipação apenas mostraria à América que “suas preces para o céu clamando por liberdade são ímpias”.⁹³ Em 1782, a legislatura da Virgínia aprovou uma lei permitindo que os senhores de escravos libertassem seus cativos: um quacre da Virgínia admitiu, após alforriar seus escravos, que havia sido “inteiramente convicto de que a liberdade é um direito natural de toda a humanidade, e é

meu dever fazer com os outros o que eu gostaria que fizessem comigo na mesma situação”.⁹⁴ Poucos seguiram seu exemplo. Em 1782, mesmo estando com pouco dinheiro, Madison comprou um lote de livros na Filadélfia que incluía um exemplar do *Leviatã*, de Hobbes. Referindo-se a Billey, reclamava que logo estaria “diante da necessidade de vender um negro”.⁹⁵

A terrível ironia de o homem que escreveria a primeira versão da Constituição vender um homem para comprar livros de filosofia foi evitada pelos termos da lei de abolição da Pensilvânia de 1780. Madison, na prática, não poderia vender Billey na Filadélfia. E, em 1783, enquanto se preparava para deixar a Filadélfia e voltar para a Virgínia, também não havia qualquer garantia, de acordo com as leis da Pensilvânia, de que possuísse algum direito legal de obrigar Billey a ir com ele. “Julguei ser mais prudente não obrigar Billey a voltar à Virgínia, mesmo se pudesse”, relatou Madison ao pai. “Estou convicto de que a mente dele está corrompida demais para que venha a ser uma boa companhia para outros escravos na Virgínia.” Ou seja, o fato de Billey ter passado três anos e meio servindo Madison na Filadélfia, uma cidade onde muitos negros eram livres, seria um problema em uma fazenda: ele poderia incitar uma rebelião. O comércio de escravos era ilegal na Pensilvânia. Madison poderia ter tentado tirar Billey do estado clandestinamente para vendê-lo mais ao Sul, ou no Caribe, mas, como confessou ao pai, não queria “castigá-lo com um desterro penal simplesmente por almejar a mesma liberdade pela qual pagamos com tanto sangue e cuja busca bradamos, com tanta frequência, ser correta e digna para todo ser humano”. No fim, Madison decidiu vendê-lo, mas não como escravo, e sim como servo por contrato, por um período de sete anos. Billey mudou seu nome para William Gardener, cumpriu o período estipulado, tornou-se um homem livre, trabalhou como agente comercial e formou uma família com uma mulher que lavava as roupas de Jefferson quando ele estava na Filadélfia.⁹⁶

Gardener encontrou a liberdade na Filadélfia. Outros homens e mulheres encontraram destinos mais nebulosos. Perto de 30 mil lealistas viajaram de navio de Nova York até a Nova Escócia, entre eles Harry Washington. Washington se estabeleceu na Nova Escócia com cerca de 1.500 famílias, a maior comunidade negra livre na América do Norte, em que orbitavam um pastor metodista chamado Moses Wilkinson e um batista chamado David George. Conviver lado a lado com os 1.200 escravos levados à Nova Escócia pelos lealistas brancos representava desafios constantes à comunidade negra livre. “Os brancos eram contra a minha presença”, relatou George. Após tentar batizar um homem e uma mulher brancos, uma multidão de homens brancos o atacou quando ele ainda estava em cima do púlpito. “Sabe-se por experiência que essas pessoas criadas em meio à servidão e a escravidão desejam a assistência e a proteção de um senhor para que se sintam felizes”, escreveu um branco da Nova Escócia, sobre os negros livres. Golpistas se apoderavam de seus lotes de terra e os vendiam como “terreno dos negros”, como observou um agrimensor, em desalento, sem possuir “sequer uma sombra de uma autorização”. A comunidade negra livre começou a minguar. “Muitos dos pobres daqui foram obrigados a trocar suas melhores roupas por dois quilos de farinha para sobreviver. Quando as roupas, e até mesmo as cobertas, acabaram, muitos caíram mortos de fome pelas ruas”, relatou Boston King. “Alguns mataram e comeram seus cães e gatos.”⁹⁷ Era uma tragédia tão horrenda quanto a de Jamestown.

Enquanto os exilados americanos lutavam para sobreviver no Canadá, Benjamin Franklin estava em Paris, negociando os termos do acordo de paz. “Você fez mesmo um excelente trabalho, Deus seja louvado”, escreveu Jane para ele.⁹⁸ Em setembro de 1783, a delegação americana assinou o Tratado de Paris. A Inglaterra concordava em reconhecer a independência e soberania dos Estados Unidos. Os americanos concordavam em honrar as dívidas com seus credores britânicos. Foram feitos acordos com os lealistas por suas propriedades e concedendo a

liberdade a prisioneiros de guerra. Espanha e França foram praticamente excluídas das negociações e ganharam muito pouco com elas, enquanto a Inglaterra acabou ficando com um império muito maior e diferente do que possuía em 1775.

Os termos do acordo de paz reduziram pela metade o número de escravos africanos no Império Britânico, o que significava que o movimento antiescravagista na Inglaterra havia conquistado um apoio maior e que o lobby a favor da escravidão havia enfraquecido imensamente. Nos Estados Unidos aconteceu o contrário. No rescaldo da Revolução Americana, os senhores de escravos de estados como a Carolina do Sul ganharam força política, enquanto os das Índias Ocidentais perderam. Os fazendeiros das Índias Ocidentais ficaram indignados com a decisão britânica de proibir o comércio entre as ilhas e os Estados Unidos, e isso gerou revoltas. Um número considerável de escravos libertos que trocou os Estados Unidos por outras partes do Império Britânico acabou indo para o Caribe. Na Jamaica, começaram a exigir direito ao voto, argumentando que taxaço sem representação era tirania. No fim, o embate dos americanos com o império contribuiu para uma crítica política e moral da escravidão que foi muito mais sentida no império Britânico do que nos Estados Unidos em si.⁹⁹

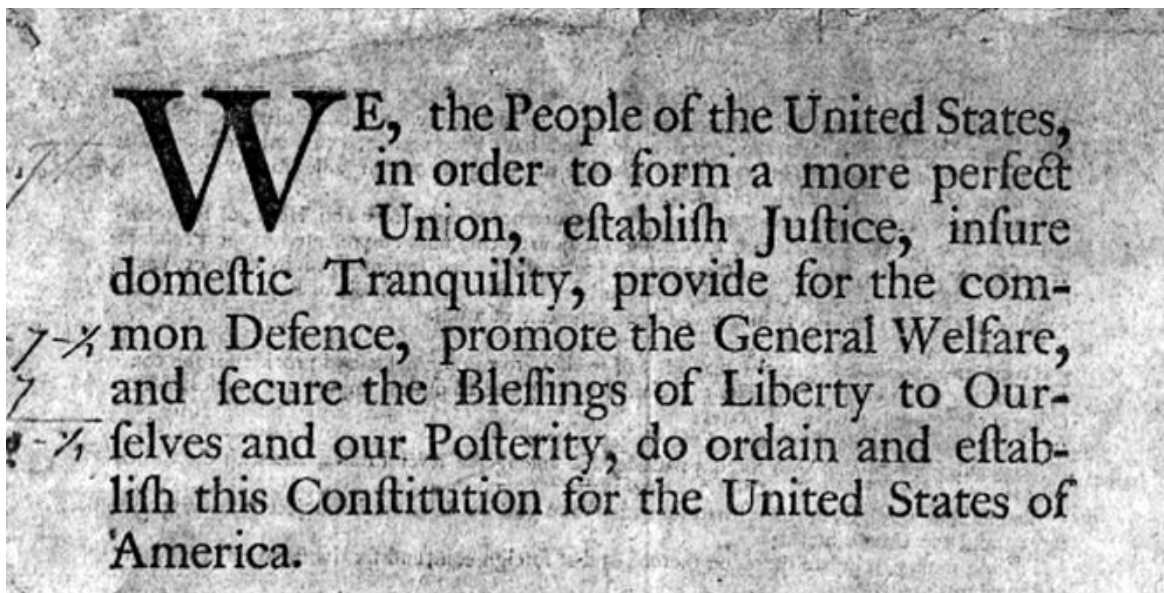
Com a paz selada, George Washington montou em um cavalo cinza em direção à cidade de Nova York, onde uma bandeira com treze listras e estrelas havia sido hasteada no Battery Park. Poucas horas antes, o mastro ostentava uma bandeira britânica. Os últimos soldados britânicos haviam deixado a cidade, ocupada desde 1776, e seus últimos navios ainda nem haviam desaparecido no horizonte. A cidade explodiu de alegria quando Washington e seus homens entraram cavalgando pela Broadway. Naquela noite, Washington foi a uma taverna para um jantar comunitário, onde ergueu sua taça de vinho e ofereceu treze brindes, à nova nação, à liberdade, aos aliados americanos e muito mais. “À memória dos heróis que morreram pela nossa liberdade!” E: “Que a América seja um refúgio para os

perseguidos de toda a Terra!” E, por fim: “Que as lembranças desse dia sejam uma lição para os príncipes.”¹⁰⁰

A Inglaterra não teria mais escravos. E a América não teria mais rei.

Quatro

A CONSTITUIÇÃO DE UMA NAÇÃO



Tipógrafos imprimiram a Constituição proposta em cartazes, mas também a publicaram em jornais, almanaques e panfletos. (Gilder Lehrman.)

JAMES MADISON, AOS 36 ANOS, UM LEITOR ÁVIDO E inteligente, chegou à Filadélfia no dia 3 de maio de 1787, onze dias antes da data em que a convenção constitucional deveria começar. Hospedou-se em seu antigo quarto no hotel da sra. House, uma pensão na Quinta com a Market Street, onde ficara durante os encontros do Congresso Continental. Para se preparar para a convenção, revisou suas anotações sobre a construção de repúblicas. George Washington chegou no dia 13 de maio, na véspera da convenção, de forma não tão discreta, saudado por multidões, pelo badalar dos sinos, por um regimento de cavalaria e por uma salva de treze tiros. Quando Washington chegou ao hotel da sra. House, onde planejava se hospedar, o rico comerciante da Filadélfia Robert Morris o abordou e insistiu para que ficasse em sua luxuosa mansão, poucas quadras distante dali. Na manhã seguinte, Washington e Madison foram

andando juntos até a Câmara do Estado da Pensilvânia em meio a um suave nevoeiro.¹

Muito poucos delegados haviam chegado. “Há menos pontualidade neste início do que se esperava”, escreveu um Madison incomodado para Jefferson, em Paris, no dia 15 de maio.² Com ou sem atrasos, desde o começo dos procedimentos, Madison realizou anotações minuciosas, certo “do valor de tais contribuições para o conjunto de materiais que contará a história de uma Constituição na qual serão depositadas as esperanças de felicidade desta jovem nação”. Atrás de uma porta arqueada, na sala de reuniões da Câmara Estadual, a luz inundando o ambiente pelas janelas altas, a convenção se reuniu entre os dias 14 de maio e 17 de setembro, da época de um plantio até a época de uma colheita. Madison não faltou nenhum dia, “não mais do que uma pequena fração de uma hora em um dia ou outro para que eu não perdesse nenhum discurso, exceto algum muito curto”.³

Madison falava calma e pausadamente, o exato oposto da forma como escrevia. Estava produzindo um registro para si, mas também relatou a Jefferson a respeito de tudo que acontecia na Filadélfia naquele verão. Desde que Jefferson deixara o país, em 1784, Madison vinha enviando para ele anotações sobre as deliberações do congresso, mas entendia que, acima de tudo, o que produzia era um registro para a posteridade, o registro de como uma Constituição foi escrita.

Constituir uma coisa é fazê-la. Um corpo é constituído de suas partes, uma nação, de suas leis. “A Constituição do homem é uma obra da natureza”, escreveu Rousseau em 1762, “a do Estado, é uma obra da arte.”⁴ No século XVIII, uma Constituição tinha passado a significar “aquele conjunto de leis, instituições e costumes, derivados de determinados princípios fixos racionais (...) pelos quais a comunidade concorda em ser regida.”⁵ Os ingleses se vangloriavam de que “a Inglaterra é agora a única monarquia no mundo da qual se pode afirmar, corretamente, que possui uma Constituição”.⁶ Mas a Constituição inglesa não havia

sido escrita: em vez de um documento único, ela era a soma de suas leis, costumes e precedentes. Em um debate com o conservador Edward Burke, Thomas Paine insinuou que a Constituição da Inglaterra, na verdade, não existia. “Você pode, sr. Burke, me mostrar a Constituição Inglesa?”, pediu Paine. “Se não puder, é razoável concluir que, embora muito se fale dela, a mesma não existe ou jamais existiu.”⁷ No livro de Gênese dos Estados Unidos, uma Constituição seria escrita, impressa e conservada.

Séculos de especulações sobre um estado de natureza — anterior ao de governo — chegavam ao fim. Não seria mais necessário imaginar como um povo poderia construir um governo: aquilo seria testemunhado. “Não temos motivo algum para nos aventurarmos atrás de informações no obscuro campo da Antiguidade, nem para nos torturarmos com conjecturas. Chegamos a um momento em que será possível testemunhar o surgimento de um governo, como se tivéssemos vivido no começo dos tempos”, escreveu Paine.⁸ Foi com isso em mente que Madison se revelou um historiador tão meticuloso. Era como se estivesse vivendo no começo dos tempos.

I.

A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS não foi a primeira Constituição escrita da história mundial. Mas as primeiras constituições escritas e ratificadas pelo povo foram escritas pelos estados americanos, a partir de 1776. Tendo dismantelado seus próprios governos, eles levaram a sério — literalmente — a ideia de que precisavam criá-los de novo, como se tivessem retornado a um estado de natureza.

Sentindo que sem isso estariam desprovidos de governo, três estados haviam adotado constituições escritas mesmo antes do Congresso declarar a independência da Inglaterra. “Nos encontramos reduzidos à necessidade de estabelecer uma FORMA DE GOVERNO”, declarou um Congresso Constitucional

reunido em New Hampshire em janeiro de 1776, depois que seu governante lealista fugiu do estado, levando consigo a maior parte dos membros do seu conselho.⁹ Onze dos treze estados criaram suas constituições entre 1776 e 1777. O mero ato de escrevê-las, Jefferson percebeu em 1776, era “precisamente o objeto da presente controvérsia”.¹⁰

A maioria das constituições estaduais foi redigida por legislaturas locais; outras foram escritas por homens eleitos como delegados para convenções extraordinárias. Na primavera de 1775, o irascível John Adams instigou o Congresso a “recomendar ao povo de todas as colônias que convoquem imediatamente convenções desse tipo e estabeleçam seus próprios governos, sob a sua própria autoridade; pois é do povo que deriva toda a autoridade e poder”. New Hampshire foi o primeiro estado a agir, o primeiro a submeter sua Constituição à aprovação de seu povo, um processo cujo resultado estava longe de ser garantido. Em 1778, quando a legislatura de Massachusetts redigiu uma Constituição e a apresentou ao povo para ratificação, as pessoas rejeitaram-na e convocaram uma convenção extraordinária, realizada em Cambridge em 1779; Adams, um dos delegados, foi o principal autor da nova Constituição ratificada pelo povo de Massachusetts em 1780. O voto do povo na própria forma de governo que desejava representava uma extraordinária ruptura com o passado, e isso não passou despercebido para Adams, que escreveu: “Que raros os humanos que já gozaram da oportunidade de fazer uma eleição para decidir sua forma de governo, algo mais importante, para eles e seus filhos, que o seu ar, a sua terra ou seu clima!”¹¹

Cada estado era um laboratório, cada nova Constituição, um novo experimento político. Muitas constituições estaduais, como as da Virgínia e da Pensilvânia, incluíam uma Declaração de Direitos. A da Pensilvânia, escrita em setembro de 1776, começava fazendo eco ao preâmbulo da Declaração da Independência, estabelecendo que “todos os homens nascem igualmente livres e independentes, e possuem certos direitos

naturais, inerentes e inalienáveis, dentre os quais estão o desfrute e a defesa da vida e da liberdade, a aquisição, posse e proteção da propriedade e a busca e obtenção da felicidade e da segurança”. A Constituição de Massachusetts insistia no direito à revolução, decretando que, quando um governo não atende mais à população, “o povo tem o direito de alterar o governo, tomando as medidas necessárias para garantir sua segurança, prosperidade e felicidade”.¹²

Por toda essa reverência ao “povo”, a palavra “democracia” permanecia com uma conotação inequivocamente negativa. Americanos do século XVIII pegaram emprestada de Aristóteles a ideia de que existem três formas de governo: a monarquia, a aristocracia e a politeia; o governo de um, o de poucos e o de muitos. Todos podem se corromper quando um governo busca avançar em interesse próprio em detrimento do bem comum. Uma monarquia corrupta é uma tirania, uma aristocracia corrupta é uma oligarquia, e uma politeia corrupta é uma democracia. A maneira de evitar a corrupção seria fazer uma mistura adequada desses três modelos a fim de que a corrupção de uma delas fosse coibida ou fiscalizada pelas demais.

Entre um governo exageradamente monárquico e um exageradamente democrático, Fisher Ames, advogado de Massachusetts e, mais tarde, membro do Congresso, preferia o primeiro. “A monarquia é como um navio mercante que navega muito bem, mas, que, às vezes, pode bater em uma pedra e afundar; já uma república é um bote, impossível de afundar, porém seus pés estarão sempre molhados”, escreveu Ames em 1783.¹³

Ao contrário do rabugento Ames, muitos daqueles que redigiam as constituições de seus estados aparentemente preferiam ter os excessos pendendo para o lado da democracia. Ao planejar seus novos governos, diversos estados suspenderam as exigências de propriedade como condição para direito ao voto. Sob os termos da nova Constituição da Pensilvânia, qualquer homem que tivesse morado no estado por um ano e recolhido

impostos — *qualquer* imposto — poderia votar: em um lugar onde antes apenas dois terços dos homens eram eleitores, agora eram 90%. Mesmo assim, muitos membros das classes mais abastadas ficaram alarmados com esse progresso, crentes de que os homens pobres, bem como as mulheres, não tinham a capacidade de tomar boas decisões políticas porque, como dependiam dos outros, não possuíam vontade própria. A Constituição de Massachusetts incluiu exigências de propriedade tanto para os candidatos quanto para os eleitores. Como Adams explicou: “tamanho é a fragilidade do coração humano que os pouquíssimos homens que não possuem uma propriedade não possuem também um discernimento próprio.”¹⁴

A maioria dos estados montou um governo com três ramificações: um governante como Executivo, uma Suprema Corte como Judiciário e um Senado e uma Câmara de Representantes como Legislativo. Mas, em uma tentativa de corrigir arranjos coloniais, nos quais um governante indicado pelo rei e um conselho por ele escolhido impunham sua vontade soberana sobre uma fraca assembleia eleita, alguns estados concederam os maiores poderes às câmaras inferiores da legislatura em vez das superiores, ou ao executivo. A Constituição da Pensilvânia, assim como os quacres dali, era a mais radical, e, aos olhos de muitos observadores, perigosamente democrática. Decretava eleições anuais, a ausência de um governante e uma legislatura unicameral cujos membros cumpriam mandatos limitados. Todo projeto de lei tinha de ser impresso e distribuído para a população, que teria um ano para analisá-lo antes que a legislatura o votasse.¹⁵

As constituições estaduais foram experimentos políticos em outros sentidos, também. A Declaração dos Direitos na Constituição de Vermont de 1777 proibia especificamente a escravidão: homens poderiam ser mantidos sob o regime de servidão por contrato até os 21 anos, mulheres até os 18, mas ninguém com idade superior a esse limite poderia ser mantido em escravidão. (Esse decreto teria feito de Vermont o primeiro

estado a abolir a escravidão, a não ser pelo fato de que, em 1777, Vermont ainda não era um estado, e sim uma república independente, que só viria a juntar-se aos Estados Unidos em 1791.)

Em 1781, Bett, uma escrava em Massachusetts cujo marido havia lutado e morrido na guerra, abriu um processo argumentando que a nova Constituição estadual havia abolido a escravidão. O proprietário de Bett, John Ashley, era um juiz local. Ela entreouvira uma conversa dele sobre direitos naturais com Theodore Sedgwick, um de seus assistentes, de 26 anos. Quando a esposa de Ashley tentou bater na irmã de Bett com uma espátula de cozinha, Bett bloqueou o golpe, sofrendo graves queimaduras. Ela fugiu, foi atrás de Sedgwick, e decidiu, com a ajuda dele, abrir o processo requerendo sua liberdade. “Todos os homens nascem iguais e livres e possuem certos direitos naturais, essenciais e inalienáveis; entre os quais podemos apontar o desfrute e a defesa da vida e da liberdade; a aquisição, posse e proteção de propriedade; em suma, a busca e obtenção da segurança e da felicidade”, escrevera Adams no Artigo I da Declaração dos Direitos da Constituição de Massachusetts. Citando Adams, Bett ganhou o caso e a liberdade, e deu a si mesma um novo nome: Elizabeth Freeman.¹⁶

Dois anos depois, a Suprema Corte Judicial de Massachusetts decidiu formalmente que a escravidão era incompatível com a Constituição do estado, acrescentando: “Não é uma lei da natureza o fato de todos os homens serem iguais e livres? As leis da natureza não são as leis de Deus? A lei de Deus não é, portanto, contra a escravidão?” No ano seguinte, a Sociedade de Auxílio aos Negros Livres Injustamente Mantidos em Servidão da Pensilvânia, criada em 1775, mudou seu nome para Sociedade pela Promoção da Abolição da Escravatura da Pensilvânia, e um juiz de Vermont decidiu a favor de um escravo fugitivo cujo proprietário apresentou uma nota de compra, provando ser seu dono: o juiz disse que, para possuir uma propriedade na forma de

um outro homem, ele precisaria apresentar uma nota de compra dada por “Deus Todo-poderoso”.¹⁷

Fatalmente, algumas constituições estaduais funcionaram melhor do que outras. O que claramente não funcionou bem foram os Artigos da Confederação, que tinham sido elaborados às pressas pelo Congresso Continental com o propósito de deflagrar uma guerra contra a Inglaterra, mas nem isso fizeram direito (regimentos ficaram sem comida, soldados sem soldo, veteranos sem pensão). Redigidos em 1777, os artigos só foram ratificados pelos estados em 1781 — a demora foi resultado dos pedidos conflitantes de requisição de terras ocidentais —, e, mesmo depois dos artigos serem adotados, a maioria dessas requisições permaneceu sem solução. Esforços para revisar os artigos se mostraram infrutíferos, muito embora o Congresso Continental não tivesse estatura para resolver controvérsias entre os estados nem qualquer autoridade para estabelecer padrões ou regular o comércio. Assim, o novo país acabou se fragmentando, com treze moedas diferentes e treze marinhas separadas.

Uma questão mais urgente era o fato de o Congresso não possuir a autoridade para arrecadar dinheiro, que era necessário tanto para honrar suas dívidas quanto para pagar os soldados nos Territórios do Noroeste — uma faixa de terra a Oeste dos montes Allegheny, a Norte do rio Ohio e a Leste do Mississippi —, que o governo federal havia comprado dos estados. O Tratado de Paris de 1783 exigia que os estados pagassem suas dívidas, e, quando eles não o fizeram, a Grã-Bretanha ameaçou não cumprir uma de suas promessas, também feita sob os termos do acordo de paz, de ceder seus fortes no Noroeste — Oswego, Niagara e Detroit — aos Estados Unidos.



O valor do papel-moeda flutuava loucamente e, no fim da Guerra da Independência, o dinheiro impresso em nome do Congresso Continental tinha se tornado praticamente inútil.
(American Antiquarian Society.)

Mesmo se o Congresso tivesse poderes para aplicar impostos, como calcular o peso que deveria recair sobre cada estado permanecia uma questão sem resposta. Os estados deveriam ser cobrados de acordo com o volume de sua população ou de suas propriedades? Em grande parte do país, o ser humano era um dos formatos possíveis para uma propriedade. Para fins de taxaço, portanto, os escravos deveriam ser considerados como seres humanos ou como propriedade? Em 1777, Samuel Chase, da Pensilvânia, argumentou que apenas habitantes brancos deveriam ser contados como pessoas porque, legalmente, os negros eram “equivalentes ao gado”. Este ponto parecia ser tão crucial para Thomas Lynch, da Carolina do Sul, que ele ameaçou: “se formos debater se os escravos são ou não propriedade, será o fim da confederação.” Isso levou Benjamin Franklin a fazer o comentário sarcástico de que havia uma

maneira muito simples de verificar a diferença entre seres humanos e propriedade: “ovelhas jamais se rebelarão.”¹⁸

Em 1718 e, novamente, em 1783, o Congresso tentou revisar os Artigos para conceder a si mesmo a autoridade de coletar impostos sobre importações. Isso proporcionou um retorno ao debate original sobre como calcular a tributação de cada estado: pelo número de habitantes ou pelo valor das terras. O valor das terras era difícil de calcular — a metragem, sozinha, era uma medida ruim, uma vez que um campo vale muito mais do que um pântano — e, como Adam Smith argumentara em *A riqueza das nações*, “o sinal mais conclusivo da prosperidade de um país é o aumento do número de seus habitantes”. A população parecia ser mais fácil de calcular e, também, uma medida que fazia mais sentido, para fins não apenas de taxação, como também de representação. Isso deu origem a um acordo envolvendo uma fração. Um comitê da receita propôs que “dois negros fossem considerados equivalentes a um homem livre”. Outras propostas vieram depois dessa, até que o “sr. Madison disse que, para dar uma prova da sinceridade de suas declarações sobre a liberalidade, ele propunha que os escravos devessem ser classificados em uma proporção de cinco para três”.

Essa fórmula matemática essencialmente arbitrária determinaria o curso das eleições americanas durante sete décadas. Mesmo em sua época, ela era controversa: nunca chegou a ser implementada porque a assembleia do estado recusou-se a ratificar qualquer emenda que representasse um aumento na arrecadação.¹⁹ Mas a proporção sugerida — três para cinco — nunca foi esquecida.

Manca, fraca e vacilante, a confederação seguia seu caminho. A França e a Holanda pressionavam pelo pagamento das dívidas — em dinheiro de verdade, não em promessas de papel sobre as quais a república se sustentava. “Não vale um continental”, uma expressão usada para descrever o papel-moeda impresso pelo Congresso, entrou para o léxico. O Congresso não conseguiu pagar seus credores e, em 1786, o governo continental estava

praticamente falido. Os estados também estavam em apuros; poderiam criar impostos, mas não tinham como garantir a arrecadação. Massachusetts criou tributos para quitar suas dívidas de guerra; fazendeiros que não pagassem poderiam ter as propriedades confiscadas e leiloadas. Muitos deles haviam lutado na guerra e, em agosto de 1786, decidiram voltar à luta: mais de mil fazendeiros armados no Oeste de Massachusetts, furiosos, alienados de suas terras e comandados por um veterano chamado Daniel Shays, se insurgiram contra o governo, bloqueando o acesso a prédios oficiais e tomando um depósito federal de armas.²⁰

A jovem nação parecia prestes a cair em uma guerra civil, dando início a um ciclo interminável de revoluções. “Eu gostaria que nosso pobre estado distraído prestasse atenção às muitas ótimas lições da história em vez de permanecer com os ânimos constantemente exaltados”,²¹ escreveu Jane Franklin para o irmão. Madison temia que a rebelião se alastrasse até a Virgínia. Washington começou a se perguntar se aquela nação não precisava de um rei, no fim das contas, e escreveu a Madison: “Estamos nos voltando rapidamente na direção da anarquia e da confusão!” Como Madison relatou a Jefferson, a Rebelião de Shays tinha “maculado a fé” até do mais resolutivo republicano.²²

Um último esforço para restaurar a ordem por meio da revisão dos Artigos da Confederação teve início marcado para o dia 11 de setembro de 1786, em Annapolis. Essa convenção extraordinária de delegados contava com a presença de Madison, já que provavelmente ele estivera por trás da resolução que convocou a reunião. Para se preparar, Madison mergulhou em leituras sobre história política extraídas da biblioteca que vinha montando. Em 1785, Jefferson despachou diversos caixotes de livros de Paris para ele. “Como tenho ficado muito em casa, tenho tido tempo para me dedicar à remessa literária pela qual me vejo em dívida profunda com você, meu amigo”, escreveu para Jefferson em março de 1786, relatando ter nevado tanto naquele inverno na Virgínia que os topos das montanhas

Blue Ridge ainda estavam brancos. Enquanto a neve derretia naquela primavera, Madison produziu um longo ensaio chamado “Confederações Antigas & Modernas”, uma avaliação de todos os governos confederados que foi capaz de encontrar em suas leituras: sua estrutura, seus pontos fortes e, acima de tudo, suas fraquezas.²³

Tinha sido uma primavera estranhamente chuvosa. Madison deixou a Virgínia no verão, atravessando lavouras de trigo e centeio encharcadas. Foi a Nova York tratar de negócios antes de dar meia-volta e retornar a Maryland, ainda refletindo sobre as leituras e oferecendo a Jefferson mais informações sobre os livros que gostaria de acrescentar à biblioteca. “Se por acaso encontrar *Graecorum Respublicae ab Ubbone Emmio descriptae*, de Lugd. Batavorum, de 1632, por favor, pegue-o para mim”, pediu.²⁴

Um Madison exaurido de tanto viajar chegaria a Annapolis em setembro profundamente desanimado. O espírito de união estava tão destroçado, e o governo federal era tão fraco, que delegados de apenas cinco dos treze estados apareceram para a convenção. Reuniram-se na taverna de George Mann, um hotel de tijolos aparentes com seis gabletes no telhado. Madison deixou sua montaria nos estábulos de Mann. Muito longe de ser um quórum, os doze homens de cinco estados assinaram a resolução redigida por Alexander Hamilton, de Nova York, declarando que os delegados — idealmente de todos os treze estados — se encontrariam na Filadélfia no ano seguinte para “criar futuras provisões que lhes parecerem necessárias para tornar a Constituição do Governo Federal adequada às exigências da União”.²⁵

3
Thurs. Day ~~June~~^{May} 31.
William Pierce from Georgia took his seat.
In Committee of the whole on Mr. P.'s propositions.
A Resolution
The 3. proposition that the national legislature ought to consist of two branches was a
great & without debate or dissent except that of Pennsylvania, given probably from respect
to the first branch of the national legislature.
The second proposition that the lower branch ought to be elected by the people of States, being
taken up.
Mr. Sherman opposed the election by the people, insisting that it ought to be by the legislature. The peo-
ple he said ~~ought~~^{should} have as little to do as possible about their government. They wanted information
and ~~not~~^{not} instantly liable to be misled.
Mr. Gerry. The vote in ~~favor~~^{opposition} flows from the mass of democracy. The people do not want order,
but are the dupes of ~~the demagogues~~^{pretended patriots}. In Mass^{ts} it has been fully confirmed by experience that they ~~are~~^{are}
easily misled and the most baneful assessor and opinions by the reports circulated by designing men,
and which no one on the spot ~~can~~^{can} refute. One principal evil ~~arises~~^{arises} from the want of due provision
for those employed in the administration of government. It seems to be a ~~part~~^{major} part of democracy to throw
the public money ~~on the pockets of a few~~^{on the pockets of a few} ~~or prof^{ts} of a few~~^{in the hands of a few} ~~of a few~~^{of a few} ~~and the stock~~^{of a few}
in that of the few" though secured by the spirit of the constitution itself. He had been too republican here
before he was still however republican, ~~and~~^{but} had been taught by experience the danger of the building
spirit.
Mr. Sherman argued strongly for an election of the lower branch by the people. It was to be the grand
expansion of the democratic principle of the Gov^t. It was, he thought, to be an House of Commons. It
ought to have sympathy with every part of the community, and ought therefore to be taken from
different parts of the whole republic, but also from different districts of the larger members of it,
which had in several instances particularly in Mass^{ts} different interests and views arising from differences
of position. He admitted that we had been too democratic but was afraid we had
strung even into the opposite extreme. We ought to attend to the rights of every class of the people. He had
often wondered at the impudence of the opposer of liberty to this extent of humanity & policy, con-
sidering that however affluent their circumstances, or elevated their situation, might be, the course of
a few years, not only might but ~~ought~~^{ought} would, reduce them to poverty throughout the lower classes
of society. Every child within therefore, every family attachment, ought to command and a system of policy
as would provide us help infinitely for the rights of the people and happiness of the lower than of
the.

James Madison fez extensas anotações sobre os procedimentos da convenção constitucional. (James Madison / Biblioteca do Congresso.)

Se mais delegados tivessem comparecido à Convenção de Annapolis, provavelmente teriam proposto uma única emenda aos Artigos, concedendo ao Congresso a autoridade de arrecadar uma receita. O quórum baixo, ironicamente, abriu um precedente para ações mais radicais. Mesmo assim, quando a resolução chegou ao Congresso, que se reunia, então, em Nova

York, o assunto levou semanas até ser analisado. Pode-se dizer que foi apenas o curso dos eventos em Massachusetts que fez com que o Congresso se mexesse. Em janeiro de 1787, o governador de Massachusetts mandou uma milícia de 3 mil homens atravessar o estado em uma tentativa de reprimir a Rebelião de Shays e retomar o controle do depósito de armas (tudo isso sem autorização do governo federal). O estado decretou lei marcial. Em Nova York, o Congresso finalmente se mexeu, aprovando as propostas da convenção da Filadélfia “pelo único e expreso propósito de revisar os Artigos da Confederação”.²⁶ Ninguém falou nada sobre redigir uma Constituição.

Depois de Annapolis, Madison voltou para casa, na Virgínia, e retomou os estudos. Em abril de 1787, produziu um ensaio chamado “Vícios do Sistema Político dos Estados Unidos”, no qual listava onze deficiências, começando com “1. Incapacidade dos estados em cumprir os requisitos constitucionais (...) 2. Usurpação da autoridade federal pelos estados (...) 3. Violações da lei das nações e de tratados”. E encerrando com uma lista das causas de tais vícios, que ele atribuía principalmente “ao próprio povo”. Neste último item, Madison referia-se ao perigo que uma maioria poderia representar para uma minoria: “Em um governo republicano, a maioria, não importando como tenha sido composta, em última análise, dita a lei. Portanto, quando um suposto interesse ou paixão comum une essa maioria, o que será capaz de impedi-la de cometer violações injustas dos direitos e interesses da minoria, ou dos indivíduos?”²⁷ Que força impede os homens bons de fazerem coisas ruins? Honestidade, caráter, religião — nessas, como a história nos mostra, não se podia confiar. Não, a única força capaz de conter a tirania do povo seria o poder de uma Constituição bem estruturada. Ela teria de ser forjada com perfeição, como um portão de ferro.

II.

BENJAMIN FRANKLIN, que não se cansava de ser útil, passou os primeiros dias de maio de 1787 esperando pela chegada dos delegados retardatários e respondendo à sua correspondência. Jane escreveu de Boston dizendo que andava lendo a respeito dele. “Gostaria de lhe contar como me dá prazer encontrar as menções constantes e positivas que fazem de você nos jornais”, disse ela, toda orgulhosa. Franklin tinha 81 anos; Jane, 74. Diante das notícias sobre a enxurrada de atividades dele, Jane lhe disse, em tom de brincadeira: “fico com a impressão de que você é um jovem de 25”.²⁸

Franklin era o mais velho entre os 75 homens eleitos para representar 12 estados na convenção. (Rhode Island, sem querer dar importância ao encontro, se recusou a enviar uma delegação). Metade dos delegados eram advogados e 19 possuíam escravos. Apenas 55 apareceram e, como chegaram e partiram em momentos distintos, havia geralmente apenas cerca de 30 homens presentes a cada dia. Quando, no dia 14 de maio, o dia em que a convenção deveria começar, quase nenhum delegado havia chegado, Madison pôs a culpa no clima.

Além de Franklin e Madison, outros dois membros da delegação da Pensilvânia, Gouverneur Morris e James Wilson, já estavam na cidade, assim como outros dois membros da delegação da Virgínia: George Washington e Edmund Randolph. Os seis homens reuniram-se na noite de 16 de maio na casa de Franklin. Recentemente ampliada, a providência arquitetônica era uma medida do próprio sucesso. Como explicou depois para a irmã, ele havia construído um anexo e instalado uma porta em seu quarto, através da qual podia entrar diretamente na biblioteca, ainda de chinelos e chambre. “Quando olho para estes cômodos, minha cara irmã, e os comparo com aqueles nos quais nossos pais nos educaram, a diferença me deixa estupefato”, escreveu a ela, lembrando a pequena casa de madeira na tortuosa rua de Boston onde haviam crescido, em uma América menor.²⁹

Naquela noite, sob a luz das velas na sala de jantar de Franklin, os seis primeiros membros da convenção a aparecer concordaram que, em vez de apenas revisar os artigos, não muito mais do que um pacto de aliança entre Estados soberanos, a convenção deveria planejar um governo nacional. No dia seguinte, Madison começou a trabalhar no que ficaria conhecido como o Plano da Virgínia. Franklin retornou à sua correspondência. “Estamos todos bem e unidos pelo amor a você e aos seus”, escreveu à irmã.³⁰ Ele ainda refletia sobre o estado da união, e Jane tinha um conselho para dar sobre o assunto: “Espero que, com a ajuda de tantos homens inteligentes como esses com quem está em contato na convenção, você tenha glorioso sucesso, pondo um fim à necessidade do alistamento e do enforcamento, práticas odiosas”. Jane pediu ao irmão que apoiasse o fim da punição por alistamento compulsório no exército e da pena de morte. “Prefiro ouvir que as lâminas estão sendo usadas na ponta dos arados e que as cordas se colocam nas carroças, e que, desse modo, podemos conviver pacificamente uns com os outros.” A irmã de Franklin, assim como muitos outros americanos, havia sofrido profundamente durante a guerra. Perdera a casa. Um de seus filhos havia morrido em decorrência de ferimentos provocados durante a Batalha de Bunker Hill; outro enlouquecera. Jane não aguentava mais armas nem violência. Franklin guardou a carta e controlou a língua.³¹

A convenção começou seu trabalho com onze dias de atraso, no dia 25 de maio, quando um quórum mínimo de 29 delegados havia chegado. Washington, quase tão bonito aos 55 quanto quando era jovem, foi eleito presidente por unanimidade. (Sua beleza era maculada apenas pelo sorriso tenebroso: seus dentes haviam apodrecido e sido substituídos por dentaduras feitas com mármore e nove dentes arrancados de seus escravos.)³² Admirado de forma profunda e quase universal, Washington representava para muitos americanos tudo o que havia de mais nobre em uma república. Nada atestava melhor a virtude cívica

daquele homem do que ter entregado seu posto de comando ao fim da guerra: em vez de tomar o poder, Washington abdicara dele.³³ Sua função como presidente da convenção constitucional era majoritariamente simbólica, mas, como costuma ser o caso de muitas funções simbólicas, sua performance foi essencial, além de muito contagiante.

As deliberações começaram de verdade no dia 29 de maio, quando Edmund Randolph expressou muito educadamente sua gratidão pelos criadores dos Artigos da Confederação, que não podiam ser criticados pelos defeitos do documento, uma vez que haviam feito “tudo que um patriota poderia ter feito nos primórdios das ciências, das constituições e das confederações”. Randolph era um advogado excepcional, cujo pai lealista fugira da Virgínia em 1775, e cujos escravos de um tio chamado Peyton haviam se juntado ao regimento de lorde Dunmore. Ele sabia muito bem o que era o caos. Randolph disse que vislumbrava uma “possibilidade de anarquia por conta da frouxidão dos governos de todas as partes” e ofereceu uma série de resoluções a respeito dos meios disponíveis à convenção para evitar um pandemônio.³⁴

Os problemas imediatos que os delegados tinham a missão de abordar — esse pandemônio — eram as dívidas do Congresso, sua falta de verba e sua incapacidade de aumentar os impostos, reprimir as revoltas populares e resolver os conflitos entre os estados. Entretanto, assim como muitos delegados, Randolph acreditava que a função daquela convenção era reverter as tendências das constituições estaduais. “Nossas maiores ameaças vêm dos trechos democráticos de nossas constituições”, disse ele. Elbridge Gerry, um agitador de Massachusetts, concordava que os estados sofriam de um “excesso de democracia”. Randolph acreditava que o objetivo da convenção era “fornecer uma cura para os males dos quais sofriam os Estados Unidos; que, ao rastrear a origem desses males, todo homem a encontrou na turbulência e na insensatez da democracia. Deve ser feito, portanto, algum tipo de

contrabalanço para equilibrar essa tendência de nossos governos”.³⁵

Os delegados que se opuseram ao estabelecimento de um governo nacional e que pensavam ter ido até a Filadélfia para revisar os Artigos da Confederação não encontravam muito apelo junto a um povo que, muito provavelmente, teria ficado deveras alarmado caso entreouvísse sequer um sussurro das discussões que se deram no Salão da Independência. Os delegados, no entanto, haviam se comprometido a manter as deliberações em sigilo — por um período de cinquenta anos —, uma promessa que beneficiaria homens como Madison. E, dentro do salão, isso permitiu uma troca mais ampla e franca de pontos de vista.

A Constituição redigida na Filadélfia funcionou como um freio para a Revolução, como uma interrupção de seu radicalismo; se a Revolução havia feito a balança pender para o lado da liberdade, a Constituição a fazia pender para o lado do governo. Mas, de muitas formas, ela também concretizava as promessas da Revolução, em particular a de representação. Ao planejar o novo governo nacional, os delegados rejeitaram com veemência uma proposta na qual os legisladores do estado, e não o povo, elegia os membros do Congresso. “De acordo com a Confederação existente, o Congresso representa os *estados*, e não o *povo* dos estados. Seus atos operam sobre os estados, não sobre os indivíduos. Essas circunstâncias mudarão no novo plano de governo. O povo estará representado; e serão eles, portanto, quem devem escolher seus representantes”, disse George Mason.³⁶

Embora muitos delegados tenham reclamado do excesso de democracia nas constituições estaduais e se arrependido de reduzir as exigências de propriedade para o direito ao voto nos estados, eles não instituíram tais requisitos na Constituição federal. Franklin argumentou que, já que os homens pobres e desprovidos de qualquer tipo de propriedade haviam lutado na guerra, não havia motivo concreto para que não pudessem votar no novo governo. “Quem serão os eleitores dos representantes

federais? Não os ricos mais do que os pobres; não os instruídos mais do que os ignorantes; não os arrogantes herdeiros de sobrenomes famosos mais do que os filhos humildes de um acaso impropício e obscuro. Os eleitores serão o grandioso Povo dos Estados Unidos”, declarou Madison. Isso era uma questão tanto de política quanto de princípios. Oliver Ellsworth, delegado de Connecticut, verbalizou de uma maneira mais direta: “O povo não subscreverá prontamente a Constituição Nacional se ela o privar de seus direitos de cidadão.” As exigências para a obtenção ao direito de voto foram deixadas a cargo dos estados.

Da mesma forma, a Constituição também não instituiu as exigências de propriedade para quem quisesse se candidatar a um cargo no governo federal. “Quem serão os candidatos ao voto popular? Qualquer cidadão cujas aptidões o qualificarem como merecedor da estima e da confiança de seu país”, disse Madison. O que poderia ser mais revolucionário do que estas palavras? “Nenhuma qualificação de riqueza, nascimento, fé religiosa ou profissão civil é permitida para restringir o julgamento ou contrariar a predisposição do povo”, insistiu.³⁷

Dentro deste mesmo espírito revolucionário — e para que o governo não ficasse restrito aos ricos —, a Constituição exigia que os congressistas fossem pagos. Também exigia apenas um curto período de residência para que imigrantes se tornassem elegíveis a cargos públicos. Delegados que defendiam medidas mais restritivas depararam com imigrantes como Hamilton, nascido nas Índias Ocidentais, e James Wilson, nascido na Escócia, estupefatos com a perspectiva de “serem impedidos de assegurar um lugar sob a mesma Constituição cuja feitura havia sido confiada à sua participação”.

Porém, se essas questões foram resolvidas com relativa facilidade, outras se mostraram bem mais trabalhosas. A convenção se viu diante de uma questão praticamente inconciliável. Como alcançar uma representação proporcional e justa em um governo nacional formado por estados de tamanhos tão diferentes? Uma proposta envolvia redesenhar o mapa dos

Estados Unidos. “Vamos colocar o mapa da confederação sobre a mesa e redesenhá-lo, de modo que todas as fronteiras existentes sejam apagadas e uma nova divisão do todo seja feita em treze partes iguais”,³⁸ sugeriu um delegado de Nova Jersey. Mas, como apontou Madison, o problema não era só o tamanho dos estados, mas também a natureza de suas populações. “Os estados estão divididos por uma diferença de interesses, e não por uma diferença de tamanhos (...) mas, principalmente, pelos efeitos práticos de possuir ou não escravos.”³⁹

O problema da existência de uma propriedade humana se tornou maior do que era antes da Revolução. Os primeiros anos do pós-guerra testemunharam a maior importação de escravos africanos para as Américas da história — 1 milhão de pessoas em uma única década. A população de escravos nos Estados Unidos, que era de 500 mil em 1776, saltara para 700 mil em 1787. Com o Tratado de Paris, a Inglaterra passou a reconhecer a independência dos Estados Unidos, mas também a enxergar suas antigas colônias como uma nação estrangeira, o que significava que os navios mercantes americanos estavam proibidos de atracar em portos britânicos, incluindo aqueles nas Índias Ocidentais. Desse modo, o comércio de escravos começou a crescer *dentro* dos Estados Unidos, à medida que senhores de escravos do Sul vendiam suas mercadorias para colonos no Kentucky, na Louisiana e no Tennessee. Mesmo assim, embora o número de escravos aumentasse nos estados do Sul, ele diminuía nos do Norte; em 1787, a escravidão havia sido efetivamente abolida na Nova Inglaterra, e era fortemente questionada na Pensilvânia e em Nova York. Economicamente, era significativa para apenas cinco dos treze estados, e em apenas dois, Carolina do Sul e Geórgia, era crucial para a economia.

Durante a convenção, revelou-se impossível deixar de lado o tópico escravidão, tanto porque a questão da representação dependia dele quanto porque qualquer entendimento do que era tirania se baseava nisso. Quando Madison falou sobre a

inevitabilidade de uma maioria oprimindo uma minoria, citou a Antiguidade, contando como os ricos tinham oprimido os pobres na Grécia e em Roma; mas também citou a história moderna americana. “Nós testemunhamos a mera distinção de cor, feita no período mais esclarecido da história, tornar-se a base da supremacia mais opressora já exercida pelo homem sobre o homem.”⁴⁰ Ao sugerir essa imagem da opressão, Madison não queria se posicionar sobre a escravidão (embora estivesse, inadvertidamente, fazendo exatamente isso, uma vez que suas palavras naquele dia revelaram seu ponto de vista de que “a mera distinção de cor” não servia de base para a servidão); ele estava, na verdade, tentando convencer seus colegas delegados de que uma república precisava ser grande, e com facções em abundância, para que uma maioria nunca pudesse oprimir uma minoria. Mas a escravidão era a maneira como ele entendia a opressão.

A escravidão se tornou o principal assunto na Filadélfia porque os escravos se prestavam para dois tipos de cálculo: o da riqueza que representavam enquanto propriedades, e o da população que representavam enquanto seres humanos. Não era possível separar as duas coisas.

A questão mais complicada da convenção dizia respeito à representação. Os estados mais populosos queriam, naturalmente, que a representação na legislatura federal fosse proporcional às suas populações. Os menos populosos queriam representação igual para todos os estados. Estados com maior presença de escravos queriam que eles contassem como seres humanos para fins de representação, mas não para fins de tributação; estados sem escravos queriam o oposto. “Se... abandonarmos o princípio da representação proporcional aos números, nos afastaremos do objeto de nossa reunião”, alertou o delegado da Pensilvânia, James Wilson, no dia 9 de junho.⁴¹ No mesmo dia, ou, mais provavelmente, na noite daquele dia, Benjamin Franklin, atualizando sua correspondência, enviou para lideranças antiescravagistas de todo o mundo cópias da nova

Constituição da Sociedade pela Promoção da Abolição da Escravatura da Pensilvânia, “pois nessa empreitada os defensores da humanidade de todos os países pertencem a uma mesma nação e religião”.⁴² Franklin falou na convenção sobre a questão da representação, mas foi Wilson, seu conterrâneo pensilvaniano, quem a abordou de forma mais objetiva. Melhor do que qualquer outro delegado, Wilson entendia a natureza de tal discordância política — uma discordância que, em questão de décadas, causaria uma fratura na União.

No dia 11 de julho, Wilson perguntou por que os escravos podiam ser considerados seres humanos, mas não “cidadãos”. E “por que não são considerados iguais aos cidadãos brancos?” E, se não são considerados seres humanos, então “são considerados propriedade? Então por que nenhuma outra propriedade é considerada nos cálculos?”.

A convenção esteve muito próxima de um impasse, evitado apenas por um acordo que envolvia os Territórios do Noroeste — uma Ordenança do Noroeste decretava que qualquer novo estado ao Norte do rio Ohio que entrasse na União não teria escravidão, enquanto que aqueles formados ao sul permaneceriam com ela. Essa medida foi aprovada no dia 13 de julho. Quatro dias depois, a convenção adotou o que ficou conhecido como o Compromisso de Connecticut, estabelecendo uma representação igualitária no senado, com dois senadores para cada estado, e representação proporcional na Câmara dos Representantes, com um representante para cada 40 mil pessoas (no último minuto, esse número foi alterado para 30 mil). E, para fins de representação, cada escravo contaria como três quintos de uma pessoa — a proporção que Madison havia proposto em 1783. Um censo federal, conduzido a cada dez anos, foi instituído para realizar essas contagens.⁴³

A consequência mais extraordinária desse extraordinário acordo foi garantir aos estados escravocratas uma representação muito maior no Congresso do que aos estados livres. Em 1790, o primeiro Censo dos Estados Unidos contou 140 mil cidadãos

livres em New Hampshire, o que significava que o Estado do Granito teria direito a quatro cadeiras na Câmara dos Representantes. Mas a Carolina do Sul, com 140 mil cidadãos livres e 100 mil escravos, ficou com seis. A população livre de Massachusetts era maior que a população da Virgínia, mas a Virgínia tinha 300 mil escravos, de modo que ganhou cinco cadeiras a mais. Não fosse pela regra dos três quintos, os representantes dos estados livres teriam superado os representantes dos estados de escravos por 57 a 33.⁴⁴

Durante uma pausa nos procedimentos, em agosto, Madison voltou-se para assuntos pessoais. Um escravo chamado Anthony, de 17 anos, fugira de Montpelier; Madison perguntou à sua antiga propriedade humana, Billey, que agora se chamava William Gardener, se ele sabia onde Anthony poderia estar.⁴⁵ Anthony estava querendo se converter em cinco quintos de uma pessoa.

Franklin aproveitou a pausa para descansar e refletir sobre a questão da escravidão. Pretendia apresentar uma proposta requisitando uma declaração de princípios que condenasse tanto o comércio de escravos quanto a escravidão em si, mas os delegados nortistas o convenceram a abandonar a ideia, porque o risco era muito grande. Rufus King, delegado de Massachusetts, passou o intervalo entre as sessões repensando sua concessão à cláusula dos três quintos. E, quando as discussões retornaram, propôs que fosse concedida ao Congresso, ao menos, a autoridade de abolir o comércio de escravos, fazendo com que a delegação da Carolina do Sul imediatamente deixasse claro que qualquer tentativa nesse sentido faria seu estado abandonar a convenção.

Isso, Luther Martin não seria capaz de tolerar. Filho de fazendeiros de Nova Jersey, Martin tinha sido professor antes de se tornar advogado; em 1778, foi indicado para o cargo de procurador-geral de Maryland. Segundo ele, o comércio de escravos “era incompatível com os princípios da revolução e uma desonra para o caráter americano”. Martin era um sujeito

baixinho e rosado, e tão desleixado quanto brilhante. Dizia-se que “sua genialidade e seus defeitos eram igualmente extraordinários”.⁴⁶ Mas provou-se um homem de princípios: retirou-se da convenção, recusou-se a assinar a Constituição, e se opôs à sua ratificação, alertando que, “neste mundo, crimes nacionais só podem ser, e frequentemente são, punidos, por penas nacionais”.⁴⁷ John Rutledge desconsiderou o argumento de Martin. Rutledge, 48 anos, havia atuado na assembleia da Carolina do Sul, no Congresso da Lei do Selo e no Congresso Continental, além de ter governado seu estado; ele se revelaria o defensor mais ferrenho do Sul. “A verdadeira questão que se apresenta é se os estados do Sul farão ou não parte da União”, disse.

Os representantes da Nova Inglaterra lhe concederam aquele ponto. “Que cada estado decida que bens quer importar”, disse Oliver Ellsworth, de Connecticut. Devotado cristão, Ellsworth havia se preparado para uma carreira no clero antes de se tornar advogado. “A moralidade e o bom senso acerca da escravidão pertencem aos próprios estados”, declarou. Acreditava também que a instituição em si estava em decadência: “Com o tempo, não sobrarão sequer uma migalha da escravidão em nosso país.”

Um acordo entre opositores ao comércio de escravos e seus defensores foi alcançado com uma moção que dizia que o Congresso estava proibido de interferir no assunto por vinte anos, o que deixou Madison indignado. Ele preferia que não houvesse menção alguma à escravidão na Constituição. “Um período tão extenso há de trazer mais desonra ao caráter da nação do que não dizer nada sobre o assunto na Constituição”, alertava. Gouverneur Morris, que perdera uma perna para uma roda de carroça e o uso de um braço para uma panela de água fervente, ficou estupefato com a negociação como um todo e decidiu fazer um discurso. “Os habitantes da Geórgia e da Carolina do Sul, que viajam até a costa da África e, desafiando as mais sagradas leis da humanidade, privam semelhantes de seus vínculos mais íntimos, condenando-os à mais cruel

servidão, terão mais votos em um governo instituído para proteger os direitos do ser humano do que os cidadãos da Pensilvânia e de Nova Jersey, que enxergam com louvável horror essa prática tão abominável.” Em suas palavras, Morris “preferia sujeitar-se a um imposto que pagasse por todos os negros dos Estados Unidos do que desgraçar seus descendentes com uma Constituição como aquela”. Como ele bem havia apontado, os delegados estavam ali para construir uma república, mas não havia nada mais aristocrático do que a escravidão. Para ele, ela era uma “maldição dos céus”.⁴⁸

E a Constituição não acabaria com tal maldição. Em vez disso, tentaria escondê-la. As palavras “escravo” e “escravidão” não aparecem em nenhum momento no documento final. “O que dirão deste novo princípio fundador do direito de governar homens livres baseado em um poder derivado de escravos”, perguntou-se John Dickinson, da Pensilvânia — e ele estava correto. “A omissão da palavra será vista como uma tentativa de esconder um princípio do qual temos vergonha”, previu ele.⁴⁹

Cinco dias antes do fim da convenção, George Mason propôs a inclusão de uma declaração de direitos. “Uma declaração pode ser elaborada em poucas horas”, insistiu ele. Mas a proposta foi derrubada; nem um estado sequer votou a seu favor, principalmente porque a maioria já possuía sua própria declaração de direitos, mas também porque os delegados estavam exaustos, ansiosos para voltarem para suas casas.

Na segunda-feira, 17 de setembro de 1787, após quatro meses de árduos debates, uma versão lapidada estava, finalmente, pronta para ser assinada. Depois que o documento foi lido em voz alta pela primeira vez, Franklin, debilitado pela gota, fez um grande esforço para levantar-se da cadeira, mas, como havia acontecido diversas vezes durante a convenção, sentiu-se muito cansado para discursar. Wilson, que tinha metade da idade dele, leu seus comentários em seu lugar.

“Sr. Presidente”, começou, referindo-se a Washington, “confesso que há diversas partes desta Constituição que eu, no

presente momento, não aprovo, porém não tenho a certeza de que jamais aprovarei.” Era uma insinuação de que poderia mudar de ideia algum dia. “Por ter vivido muito, vivenciei muitas ocasiões em que me vi obrigado, seja por ter acesso a melhores informações ou por considerações mais extensas, a mudar de opinião até mesmo sobre temas importantes, sobre os quais pensei estar certo, mas descobri ser o contrário. É por isso que, quanto mais velho eu fico, mais duvido do meu próprio julgamento e mais respeito o julgamento dos outros.” Na esperança de abrir a mente dos delegados que estavam inteiramente de acordo com o documento à sua frente, ele os alertou sobre o preço do fanatismo. “A maioria dos homens, bem como a maioria das seitas religiosas, veem a si mesmos como os donos de toda a verdade e acreditam que todos que discordam estão, portanto, errados.” Mas a humildade não seria o melhor caminho naquelas circunstâncias? “Portanto, Senhor, aprovo essa Constituição, porque não esperava nada melhor e porque não estou certo de que ela não seja a melhor.”⁵⁰

Eram quatro horas da tarde quando os delegados começaram a assinar ao final da última das quatro folhas de pergaminho que o documento ocupava. Mason estava entre os delegados que se recusaram a assinar. Washington sentou-se em uma cadeira de frente para uma janela. Franklin entendia a importância daquele teatro político. Durante aqueles longos dias de convenção em que perdia a noção do tempo, costumava se perguntar se o sol que enxergava através da janela, como o sol que batia na cadeira de Washington naquele momento, estava nascendo ou se pondo. “Mas agora, com clareza, tenho a felicidade de afirmar que este sol está nascendo, não se pondo”, declarou Washington.⁵¹

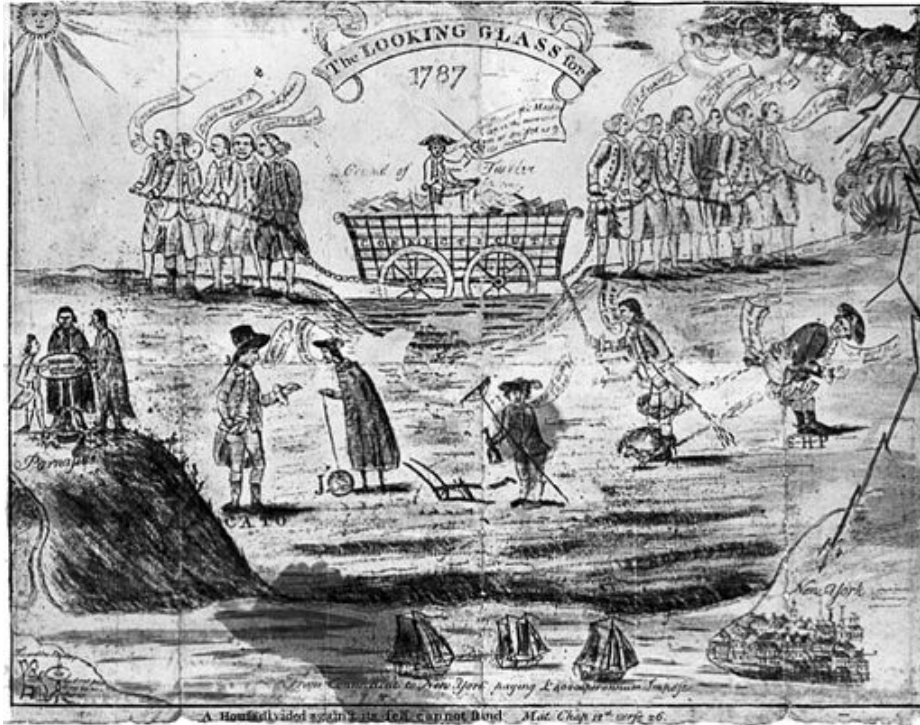
No dia seguinte ao recesso da convenção, o conteúdo que esteve em segredo por tanto tempo, e que só recentemente havia sido escrito em pergaminho, foi copiado e tornado público, impresso em jornais e cartazes, em geral com a expressão “Nós, o povo”, destacada em letras garrafais. Washington enviou uma

cópia para Lafayette, em Paris: “É um filho das circunstâncias.” Como explicou Madison, a Constituição “não terá mais importância do que o papel em que fora escrita — uma folha em branco —, a menos que receba um selo de aprovação daqueles para quem ela foi direcionada, o PRÓPRIO POVO”.⁵²

* * *

A DECLARAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA tinha sido assinada pelos membros do Congresso Continental, mas nunca havia sido submetida ao voto popular. Os Artigos da Confederação tinham sido ratificados pelos estados — não pelo povo, mas por suas assembleias. Exceto pela Constituição de Massachusetts, em 1780, e a segunda Constituição de New Hampshire, em 1784, nenhuma Constituição, nenhum sistema de governo escrito jamais havia sido submetido ao povo para aprovação. “Este é um evento inédito na história da humanidade”, disse o governador de Connecticut na convenção de ratificação do seu estado.⁵³

O debate acerca da ratificação da Constituição gerou alguns dos textos políticos mais inflamados da história americana, não apenas nos jornais, mas também em centenas de cartazes e panfletos. O argumento a favor da ratificação foi feito, de forma eloquente e persuasiva, em 85 ensaios conhecidos como *O Federalista*, publicados entre outubro de 1787 e maio de 1788 sob o pseudônimo Publius. O jovem ruivo e ambicioso Alexander Hamilton, que não tinha desempenhado papel de grande destaque na convenção constitucional e que achava que a Constituição havia criado um governo excessivamente democrático, escreveu 51 deles. Madison escreveu outros vinte e poucos, e John Jay escreveu o restante.



Uma gravura de 1787 mostra federalistas e antifederalistas puxando, em direções opostas, uma carroça onde se lê “Connecticut”, atolada em uma vala, carregada de dívidas e de papel-moeda (inútil). (Amos Doolittle / Biblioteca do Congresso.)

O debate, travado nas convenções de ratificação, mas, de forma ainda mais emocionante, nos jornais semanais da nação, estabeleceu as bases do sistema bipartidário do novo país. Contra os federalistas havia os adequadamente batizados antifederalistas, que se opunham à ratificação. Se não fosse pelo dualismo que a escolha impunha e pela parcialidade da imprensa da época, os Estados Unidos poderiam muito bem ter estabelecido uma cultura multipartidária.

Os antifederalistas costumavam acusar a Constituição de conspirar contra suas liberdades, especialmente por não constar nela uma declaração de direitos. Jefferson, de Paris, fez a seguinte reclamação: “É direito do povo ter uma declaração de direitos para que possa se contrapor a qualquer governo existente na terra.”⁵⁴ Também argumentavam que o Congresso era muito pequeno; e aqui citavam John Adams, que tinha escrito

que uma legislatura “deveria ser uma miniatura exata de seu povo”. Influenciado pelo livro *O espírito das leis* (1748), de Montesquieu, os antifederalistas acreditavam que uma república tinha de ser pequena e homogênea; os Estados Unidos eram grandes demais para aquela forma de governo. Também diziam que a Constituição era muito difícil de ler e que tal dificuldade era mais uma evidência de que se tratava de uma conspiração para evitar que fosse compreendida pelo cidadão médio, como se tivesse sido redigida de forma incompreensível de propósito. Os antifederalistas insistiam: “A Constituição de um povo livre e sensato precisa ser tão evidente quanto as letras do nosso alfabeto”, tão fácil de ler quanto *Senso comum*. “Uma Constituição precisa ser como um farol, visível para todo o público e compreensível para qualquer homem”, declarou Patrick Henry.⁵⁵

Os antifederalistas, entre os quais havia alguns ex-delegados da convenção, também contestavam a cláusula dos três quintos. Luther Martin a chamou de “um solene escárnio, um insulto a Deus” e disse que a cláusula “implicava o absurdo de aumentar o poder de um estado (...) em proporção às violações deste estado ao direito à liberdade”.⁵⁶ Madison defendia essa decisão, insistindo que não havia outra maneira a não ser considerar os escravos tanto como pessoas quanto como propriedade, pois este “é o caráter outorgado a eles pelas leis sob as quais eles vivem”.⁵⁷

A ratificação acabou se revelando um processo angustiante. Em 9 de janeiro de 1788, cinco estados — Connecticut, Delaware, Geórgia, Nova Jersey e Pensilvânia — tinham ratificado a Constituição. O debate que havia começado na metade de janeiro na convenção de Massachusetts estava acirrado. “Você já percebeu que temos algumas almas muito exaltadas contra a Constituição. Mas não parecem ser aqueles dotados de uma inteligência superior”, escreveu Jane Franklin ao irmão, de Massachusetts.⁵⁸ Depois que os federalistas se comprometeram a encaminhar uma declaração de direitos na

primeira sessão do novo Congresso, Massachusetts aprovou a ratificação em fevereiro em uma votação apertada: 187 a 168. Em março, Rhode Island, que havia se recusado a enviar delegados à convenção constitucional, recusou-se também a convocar uma convenção ratificadora. Maryland ratificou em abril, a Carolina do Sul em maio e New Hampshire em junho. Com isso, eram nove estados a favor, o que atendia os requisitos mínimos para a ratificação.

Contudo, na prática, as aprovações da Virgínia e de Nova York eram essenciais. Na convenção da Virgínia, Patrick Henry argumentou que a Constituição era um ataque à soberania dos estados: “Eles propuseram um pacto entre estados? Se tivessem, isso seria uma confederação; do contrário, este é claramente um governo consolidado. A questão, senhores, concentra-se em um pequeno detalhe — na expressão ‘Nós, o povo, em vez de nós, os *estados*, da América.”⁵⁹ Mas, no dia 25 de junho de 1788, os federalistas acabaram vencendo por 89 a 79 votos.

No dia 4 de julho, James Wilson fez um discurso apaixonado para uma multidão na Filadélfia, enquanto uma convenção de ratificação acontecia em Nova York. “Vocês ouviram falar de Esparta, de Atenas e de Roma; ouviram falar de suas admiradas constituições e de sua apreciadíssima liberdade”, disse à plateia e, em seguida, apresentou uma série de perguntas retóricas. Essas constituições foram escritas? E a plateia respondeu: “Não!” E elas foram escritas pelo povo? “Não!” Ou foram submetidas ao povo para a sua ratificação? “Não!” Elas se manteriam de pé ou seriam derrubadas de acordo com um voto de aprovação ou rejeição popular? “Não” novamente.

Três semanas depois, Nova York ratificou a Constituição com a menor das margens: 30 a 27.⁶⁰ Por três votos, a Constituição tornava-se lei, mas, mesmo assim, a batalha política continuou a todo vapor. No dia seguinte à votação, ao voltar para casa à noite, Thomas Greenleaf, o único tipógrafo antifederalista na cidade de Nova York, dominada pelos federalistas, descobriu ao

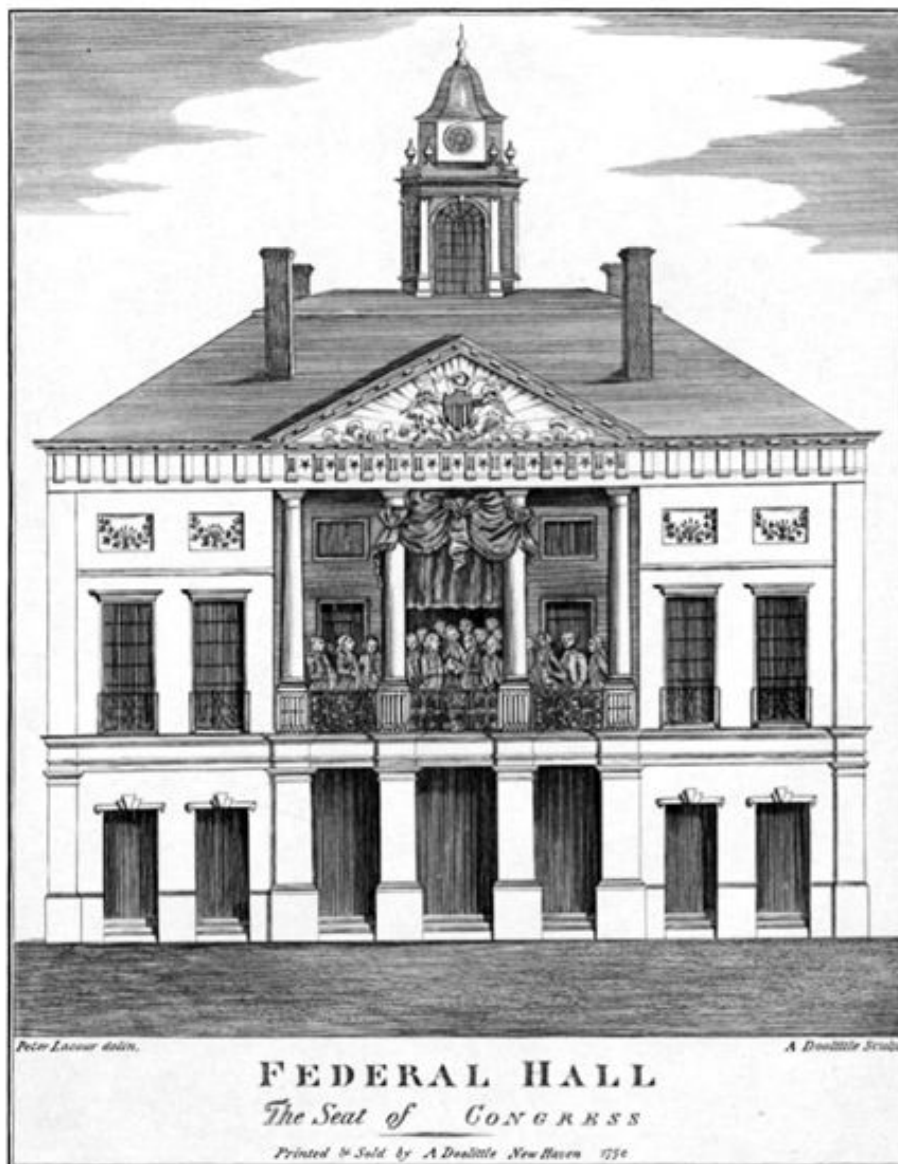
chegar em casa que um grupo de federalistas a alvejara com tiros de mosquetão. Ele carregou duas pistolas, colocou ambas em um baú perto da cama e foi dormir, mas no meio da noite foi acordado por gritos do lado de fora da casa. Quando a multidão começou a arrombar sua porta, quebrar suas janelas e jogar pedras, Greenleaf disparou contra ela de uma janela do segundo andar, tentou recarregar as pistolas e, por fim, decidiu fugir. Depois que ele, a esposa e os filhos escaparam por pouco pela porta dos fundos, a multidão invadiu sua casa e seu escritório, destruindo sua prensa móvel e seus tipos, um mau presságio para uma nação fundada sobre as bases da liberdade de expressão.⁶¹

O processo de ratificação foi um sofrimento. Muito facilmente, poderia ter acabado de outra maneira. A nova república já nascia insubmissa.

III.

O PRIMEIRO CONGRESSO se reuniu no dia 4 de março de 1789 na câmara municipal de Nova York, no mesmo lugar onde o tipógrafo alemão John Peter Zenger havia sido julgado em 1735, onde um homem negro chamado César conhecera seu destino em 1741, e onde o Congresso da Lei do Selo fora realizado em 1765: todos, processos que gravitavam às voltas da questão da liberdade. Renomeado Salão Federal, o prédio foi reformado, ampliado, melhorado e transformado em algo majestoso para seu novo propósito. Tudo, até suas colunas toscanas e pilares dóricos, seguia as orientações de um projeto de autoria do arquiteto francês Pierre Charles L'Enfant, que, um dia, quando o governo se mudasse para as margens do Potomac, projetaria a capital do país. Pelas mãos de L'Enfant, o prédio triplicou de tamanho, e sua estética inaugurou um novo estilo arquitetônico: o federal. Uma águia gigante, aparentemente saindo de dentro das nuvens e carregando treze flechas, foi colocada acima de uma enorme varanda virada para a Wall Street. Uma nova cúpula

exibia janelas em semicírculo, como olhos apontados para o céu.⁶²



George Washington foi empossado na varanda do Salão Federal, a antiga câmara municipal de Nova York. (Cortesia, Winterhur; gravura: FEDERAL HALL / The Seat of CONGRESS, de Amos Doolittle, Peter Lacour, 1790, New Haven, CT, tinta e aquarela sobre papel vergê, doação de Henry Francis du Pont, 1957.816.)

Com toda a sua pompa, o Salão Federal era um monumento ao republicanismo: o prédio estava de portas abertas para o seu povo. A Constituição determinava que “A casa deverá manter um registro de seus procedimentos e, de tempos em tempos, publicá-lo”. O *Registro do Congresso* foi publicado porque precisava ser, mas o Congresso decidiu tornar públicos seus procedimentos de uma maneira completamente diferente. A Constituição da Pensilvânia de 1776 havia decretado que “as portas dessa casa (...) deverão permanecer abertas a todos que se comportarem de forma decente”, e a Câmara dos Representantes obedecia esse preceito, abrindo suas portas desde a primeira sessão. O salão onde os representantes se reuniam, arqueado e octogonal, tinha dois andares, com amplas tribunas para os espectadores.⁶³

O novo presidente não seria empossado até o dia 30 de abril, e a demora tinha a ver com o tempo levado para conduzir a primeira eleição presidencial. Washington concorreu sozinho, embora permanecesse a questão da contagem dos votos. Não estava totalmente claro como o novo presidente deveria assumir o cargo. A Constituição demandava apenas que ele fizesse um juramento prometendo “preservar, proteger e defender a Constituição dos Estados Unidos”.

Horas antes do horário marcado para a posse de Washington, um comitê especial do Congresso decidiu que seria apropriado que o presidente pousasse a mão sobre uma Bíblia enquanto fizesse o juramento. Infelizmente, ninguém tinha um exemplar à mão no Salão Federal, e seguiu-se uma corrida maluca com esse objetivo. Ao meio-dia, diante da multidão reunida na Wall Street, Washington fez seu juramento de pé, na varanda, sob a águia que saía do meio das nuvens.

Ele fez o juramento, beijou a Bíblia emprestada e entrou no Salão Federal, onde leu um discurso escrito por Alexander Hamilton. A Constituição não exigia discurso de posse, mas Washington tinha senso de ocasião e começou dirigindo seus comentários aos “Colegas do Senado e da Câmara dos

Representantes”. Ali, naquele salão arqueado e octogonal, dirigia-se ao Congresso, mas invocava o povo. “A preservação do fogo sagrado da liberdade e o destino do modelo republicano de governo dependem do sucesso do experimento confiado às mãos do povo americano”, disse o novo presidente.⁶⁴

Praticamente tudo que Washington fez criou um precedente. O que teria acontecido se ele tivesse decidido, antes de fazer seu juramento, emancipar seus escravos? Washington andava cada vez mais desiludido com a escravidão; seus próprios escravos, a maioria propriedade de sua esposa, eram, para ele, um fardo moral. Além disso, o presidente tinha plena consciência de que, graças a toda a riqueza gerada pelo trabalho forçado sem pagamento, a escravatura enquanto instituição gerava um fardo moral para todo o país. Existem evidências — embora fracas — de que Washington redigiu uma declaração anunciando que pretendia emancipar seus escravos antes de assumir a presidência. (Ou, quem sabe, tal qual o discurso de posse de Washington, ela tenha sido redigida por Hamilton, um membro da Sociedade Abolicionista de Nova York.) Isso também, Washington entendia, teria aberto um precedente: todo presidente que viesse depois dele teria de emancipar seus escravos. E, mesmo assim, ele não podia fazê-lo e não o fez.⁶⁵ Poucas decisões de Washington teriam consequências tão terríveis e duradouras quando essa omissão.

* * *

A CONSTITUIÇÃO NÃO DIZIA muito a respeito dos deveres do presidente. De acordo com o Artigo II, Seção 2: “O Presidente será o comandante-em-chefe do exército e da marinha dos Estados Unidos e poderá requisitar a opinião, por escrito, da principal autoridade de cada um dos departamentos executivos a respeito de qualquer assunto relacionado aos deveres de suas respectivas funções.” Mas a Constituição não exigia a criação de um gabinete. Mesmo assim, o primeiro Congresso estabeleceu

diversos departamentos, para os quais Washington indicou secretários: o Departamento de Estado, comandado por Jefferson; o Departamento do Tesouro, comandado por Hamilton, e o Departamento de Guerra, comandado por Henry Knox.

O item mais urgente na pauta do Congresso era a elaboração de uma declaração de direitos. Madison, que havia preparado uma declaração “para melhorar o olhar dos opositores da Constituição”, apresentou à câmara uma lista de doze emendas no dia 8 de junho. Era seu desejo que tivessem sido escritas na Constituição, cada uma em seu devido lugar, mas, em vez disso, elas foram incluídas ao fim do documento.⁶⁶

Enquanto as emendas propostas por Madison eram debatidas e revisadas, o Congresso lidava com a questão da justiça federal. O Artigo III, Seção 1, decretava que “O poder judiciário dos Estados Unidos ficará incondicionalmente concentrado em uma Suprema Corte”, porém os detalhes ficaram a cargo do Congresso. No dia 24 de setembro de 1789, Washington assinou o Ato Judiciário, que estabeleceu o número de juízes (seis); definiu a autoridade da corte (limitada); e criou o cargo de procurador-geral, para o qual Washington indicou Edmund Randolph.

De acordo com a Constituição, o poder da Suprema Corte era bastante restrito. O braço executivo segurava uma espada, como Hamilton escrevera no nº 78 do *Federalista*, e o legislativo, uma bolsa. “O judiciário, por sua vez, não terá influência nem sobre a espada e nem sobre a bolsa; não será direcionado nem pela força nem pela riqueza da sociedade; e não poderá tomar qualquer tipo de resolução ativa.” Tudo que os juízes podem fazer é julgar. “O judiciário é, de longe, o mais fraco dos três departamentos de poder”, concluiu Hamilton, citando Montesquieu em uma nota de rodapé: “Dos três poderes acima mencionados, o judiciário é equivalente a quase nada.”⁶⁷

A Suprema Corte não tinha espaço no Salão Federal. Em vez disso, se reunia — quando isso acontecia — em uma sala gelada no segundo andar de uma antiga construção de pedra chamada

de Bolsa Mercantil, na esquina das ruas Broad e Water. No primeiro andar, todo arqueado, funcionava uma bolsa de valores. Palestras e concertos aconteciam no segundo. No primeiro dia em que foi convocada uma sessão da corte, apenas três juízes compareceram, e a reunião foi adiada por falta de quórum.⁶⁸

Um dia depois que Washington assinou o Ato Judiciário, o Congresso enviou as doze emendas constitucionais de Madison para que os Estados as ratificassem. Enquanto isso, o Congresso se concentrava em outros assuntos e imediatamente deparou com a questão da escravidão. Em 11 de fevereiro de 1790, um grupo de quacres apresentou duas petições, uma da Filadélfia e outra de Nova York, pressionando o Congresso para acabar com a importação de escravos e emancipar gradualmente os que estavam em servidão. Na câmara octogonal do Salão Federal, após os representantes da Geórgia e da Carolina do Sul se levantarem contra as petições, Madison articulou para que fossem examinadas por um comitê. No dia seguinte, o Congresso recebeu uma petição da Sociedade Abolicionista da Pensilvânia solicitando que os representantes “usassem do bom senso para tomarem as medidas necessárias, uma vez que os poderes neles investidos os autorizam a promover a abolição da escravatura e o desencorajamento de todo tipo de comércio envolvendo escravos”; entre seus signatários estava Benjamin Franklin.

Após várias horas de debate — diante de uma plateia nas galerias —, o Congresso decidiu, por 43 votos a 11, encaminhar as três petições a um comitê (7 dos 11 votos pelo “não” vieram da Geórgia e da Carolina do Sul). No dia 8 de março, o dia marcado para que o comitê apresentasse seu relatório, delegados sulistas foram bem-sucedidos em postergar essa divulgação. James Jackson, da Geórgia, fez um discurso de duas horas, no qual disse que a Constituição era um “pacto sagrado”, e William Loughton Smith, da Carolina do Sul, falou por mais duas, opondo-se à emancipação e argumentando que, se os negros fossem libertados, eles se casariam com os brancos, “a

raça branca seria extinta, e o povo americano se tornaria inteiramente mulato”.⁶⁹

A poucos quilômetros de Nova York, homens, mulheres e crianças que um dia haviam sido propriedades de algumas das pessoas implicadas naquele debate estavam envolvidas em um debate particular. Harry Washington, que havia trocado Nova York por Halifax em 1783, perguntava-se se deveria levar sua família para uma nova colônia na África Ocidental. A primeira expedição para Serra Leoa havia partido de Londres em maio de 1787, bem quando os delegados da convenção constitucional chegavam, atrasados, à Filadélfia. Enquanto cerca de quatrocentos emigrantes se preparavam para zarpar, o escritor e ex-escravo nascido na África Quobna Ottobah Cuogano os alertou que “era melhor que nadassem até a praia, se pudessem, para preservar suas vidas e direitos na Grã-Bretanha do que se arriscar no mar (...) e nos perigos de Serra Leoa”. Mas eles foram mesmo assim. Do outro lado do Atlântico, fundaram uma capital e elegeram como governante um escravo fugitivo da Filadélfia e veterano da Guerra da Revolução chamado Richard Weaver. Cinco meses depois, assolados pela doença e pela fome, 122 dos colonos haviam morrido. Pior do que isso, e exatamente como Cuogano havia previsto, alguns foram raptados e vendidos novamente como escravos. Mas, para alguns, Serra Leoa era um lar. Frank Peters, capturado quando criança, tinha passado a maior parte da vida como escravo de campo na Carolina do Sul até se juntar ao exército britânico em 1779. Duas semanas após sua chegada em Serra Leoa, aos 29 anos, uma mulher idosa o segurou e o abraçou com força: era a mãe dele.⁷⁰

Harry Washington decidiu, por fim, juntar-se aos quase 12 mil refugiados negros dos Estados Unidos que embarcaram em quinze navios no Porto de Halifax, com destino à costa ocidental da África, junto com os pregadores negros Moses Wilkinson e David George. Antes de o comboio deixar o porto, cada família recebeu um certificado “indicando o pedaço de terra ‘livre de

custos' que lhes seria entregue 'assim que chegassem à África'". Chegando em Serra Leoa, no entanto, Washington descobriu que a nova capital da colônia, Free Town, estava devastada por doenças e depauperada por conta dos valores exorbitantes dos arrendamentos. "Um dia nós a batizamos de *Free Town* (cidade livre), mas agora temos motivos para chamá-la de cidade da escravidão", queixou-se amargamente Wilkinson.⁷¹

Em Nova York, uma cidade com escravos, o comitê do congresso responsável por responder petições antiescravagistas finalmente apresentou seu relatório. Alegava que a Constituição proibia o Congresso de tornar ilegal o comércio de escravos até o ano de 1808. Por outro lado, permitia a tributação das importações, e tal autoridade incluía o poder de taxar o comércio de escravos de forma tão pesada a ponto de ser desencorajado, até mesmo extinto. Madison, dono de uma voz discreta, levantou-se para falar. Solicitou que o comitê eliminasse essa concessão na revisão do relatório. Era uma janela minúscula, a menor das brechas, e Madison a fechou. O relatório final concluiu que "o Congresso não tem autoridade para interferir na emancipação dos escravos ou no tratamento dispensado a eles em qualquer dos Estados; permanecendo somente com os mesmos a responsabilidade de prover legislações internas de acordo com o que exige a humanidade e a verdadeira política". A resolução para aprovar o relatório foi aprovada por 29 a 25 votos, acentuando as divisões entre os estados e postergando a questão da escravidão até 1808.⁷²

Em seu leito de morte, Franklin fez menção de protestar. Mais cedo, tentara confortar a irmã: "A dor que sinto, que lhe causa tamanha tristeza, quando comparada à longa, tranquila e saudável vida de que gozei, torna-se insignificante."⁷³ Mas essas palavras eram pura dissimulação, porque Franklin estava agonizando. Na *Pennsylvania Gazette*, sob o pseudônimo "Historicus", a voz da história, ele publicou um ataque à escravidão.⁷⁴

Duas semanas depois, Franklin morreria como o único homem a assinar a Declaração da Independência, o Tratado de Paris e a Constituição. Seu último ato público tinha sido um apelo a favor da abolição da escravatura. Mas o Congresso não lhe deu ouvidos.

* * *

A DISCÓRDIA SOBRE UM TEMA que quase impedira a formação da União findaria rachando a nação ao meio. Mas também havia outras fraturas, profundas e duradouras. A discordância entre federalistas e antifederalistas não se encerrou com a ratificação da Constituição, nem com a da Declaração dos Direitos. Em 15 de dezembro de 1791, dez das doze emendas redigidas por Madison foram aprovadas pelos necessários três quartos dos estados; essas, sim, tornaram-se a Declaração dos Direitos, mas seriam também alvos de uma controvérsia interminável.

A Declaração dos Direitos é uma lista dos poderes que o Congresso não possui. A Primeira Emenda diz: “o Congresso não fará leis que dizem respeito ao estabelecimento de uma religião ou proibindo seu livre exercício; nem restringirá a liberdade de expressão ou de imprensa; nem o direito do povo de se reunir de forma pacífica e requisitar ao governo compensação por suas demandas.” Seus princípios derivam de textos mais antigos, incluindo “Crônica de Protesto contra a Qualificação Religiosa” (“Portanto, a religião de cada um deve ser deixada a cargo das convicções e da consciência do indivíduo”), o Estatuto da Liberdade de Religião, redigido por Jefferson em 1786 (“nossos direitos civis não dependem de nossas opiniões religiosas mais do que nossas opiniões dependem da física ou da geometria”), e o Artigo VI da Constituição (“nenhum teste religioso será exigido como qualificação para qualquer função ou cargo público nos Estados Unidos”).⁷⁵

Ainda assim, os direitos estabelecidos na Declaração eram extraordinários. Praticamente todas as colônias na América do

Norte tinham sido fundadas com uma religião estabelecida; a carta de Connecticut de 1639 explicava que o principal objetivo do governo era o de “manter e preservar a liberdade e a pureza do evangelho de nosso Senhor Jesus”. No século e meio que se passou entre a carta de Connecticut e o encontro da convenção constitucional de 1787, houve uma enorme revolução — não apenas política, mas também religiosa. Longe de estabelecer uma religião, a Constituição sequer menciona “Deus”, exceto ao registrar a data (“no ano do nosso Senhor (...”). Em uma época em que todos os estados, exceto dois, exigiam testes religiosos para quem postulasse um cargo no governo, a Constituição os proibia. Em uma época em que todos os estados, exceto três, ainda tinham religião oficial, a Declaração dos Direitos proibia o governo federal de ditar uma. A maioria dos americanos acreditava, assim como Madison, que a religião só poderia prosperar se não fizesse parte de um governo, e que um governo só poderia prosperar se não fizesse parte de uma religião.⁷⁶

A ratificação da Declaração dos Direitos trouxe novas controvérsias. Grande parte da história política americana é uma disputa entre o grupo a favor de um governo federal fortalecido e o grupo a favor dos estados. Durante o primeiro mandato de Washington, essa controvérsia tomou a forma de uma discussão sobre o plano econômico apresentado por Hamilton. Boa parte do debate concentrava-se na questão da dívida. Em primeiro lugar, a dívida privada. A depressão que precedeu a guerra tinha deixado muitos americanos falidos. Havia tantos homens confinados à prisão dos devedores na Filadélfia que eles começaram a publicar o seu próprio jornal: *Forlorn Hope* (Esperança perdida).⁷⁷ Em segundo lugar, a dívida contraída pelos estados durante a guerra. E, em terceiro, as dívidas contraídas pelo Congresso Continental. Até que essas dívidas governamentais fossem pagas, os Estados Unidos não teriam credores nem investidores estrangeiros, impossibilitando a sua participação no comércio internacional.

Hamilton propôs que o governo federal não apenas pagasse as dívidas contraídas pelo Congresso Continental, como também assumisse responsabilidade pelas dívidas dos estados. Para tanto, sugeriu a criação de um banco nacional, como o Banco da Inglaterra, cujos benefícios incluíam a estabilização de uma moeda. O Congresso aprovou um projeto de lei que fundava o Banco dos Estados Unidos por um período de vinte anos, em fevereiro de 1790. Antes de transformar a proposta em lei, Washington foi consultar-se com Jefferson, que disse ao presidente que a proposta de Hamilton era inconstitucional porque violava a polivalente Décima Emenda, que diz: “Os poderes não delegados aos Estados Unidos pela Constituição nem proibidos pelos estados são reservados, respectivamente, aos estados ou ao povo.” A Constituição não outorgava especificamente ao congresso o poder de estabelecer um banco nacional e, uma vez que a Décima Emenda dizia que todos os poderes não concedidos ao Congresso são exercidos ou pelos estados ou pelo povo, o Congresso não podia fundar um banco nacional. Washington assinou a lei mesmo assim, criando o precedente para uma interpretação mais ampla da Constituição. Era uma concordância com o argumento de Hamilton de que a fundação de um banco nacional se encaixava no Artigo I, Seção 8, da Constituição, que concedia ao Congresso o poder de “Criar todas as leis que sejam necessárias e adequadas”, o exato oposto da maneira como o Congresso havia interpretado seu poder para tributar o comércio de escravos.

Outros elementos do plano econômico de Hamilton provocaram objeções. Estados que já haviam quitado suas dívidas de guerra, como Virgínia e Maryland, rejeitaram a presunção da dívida estadual feita pelo governo federal. Isso porque os impostos federais cobrados da Virgínia e Maryland agora seriam usados para pagar as dívidas contraídas por outros ainda inadimplentes, como Carolina do Sul e Massachusetts. Julgar seu plano inconstitucional, acreditava Hamilton, era “a primeira manifestação de um espírito que precisa ser destruído ou destruirá a Constituição dos Estados Unidos”. Hamilton

intermediou uma negociação. Os sulistas também eram avessos ao plano econômico, que enfatizava a indústria sobre a agricultura e, portanto, não parecia vantajoso para os estados do Sul. Também estava na agenda do Congresso definir o local onde seria estabelecida a capital do país. O Primeiro Congresso reuniu-se para as primeiras duas sessões em Nova York, e fez as duas seguintes na Filadélfia. O Congresso Continental também havia se reunido em Baltimore, em Princeton e em meia dúzia de outros lugares. O local frequente dos encontros do Congresso com os outros braços do governo federal era uma questão incômoda, dadas as tensões entre os Estados que assolavam a União desde seu início. Em um acordo negociado com Madison durante um jantar na casa de Jefferson na Maiden Lane, em Nova York — evento que ficaria conhecido como “a barganha da mesa de jantar” —, Hamilton manifestou apoio ao projeto de situar a capital do país no Sul. Em troca, queria o apoio de Madison e de seus colegas sulistas ao seu plano de tornar o governo federal responsável pelas dívidas dos Estados. Em julho de 1790, o Congresso aprovou o plano de Hamilton e votou para estabelecer a capital do país em um terreno de dezesseis quilômetros quadrados às margens do rio Potomac, onde ficavam, então, a Virgínia e Maryland, e para fundar, como ditava a Constituição, um distrito federal. Ele seria chamado de Washington.⁷⁸

Hamilton acreditava que o futuro dos Estados Unidos estava na indústria, o que libertaria os americanos da dependência de produtos importados e faria o crescimento econômico decolar. Para tanto, seu plano incluía um aumento nas tarifas — tributações sobre produtos importados — e incentivos aos comerciantes e produtores locais. O Congresso fez uma breve experiência com a tributação doméstica (o que incluía impostos sobre carroças, uísque e selos). Antes da Guerra Civil, contudo, o governo federal havia aumentado sua receita e regulado o comércio quase exclusivamente graças às tarifas, que, ao contrário de impostos diretos, passavam ao largo da questão da

escravidão e, portanto, eram bem menos controversas. Além disso, as tarifas pareciam colocar o peso dos impostos sobre os ombros dos comerciantes, algo que agradava Jefferson. “Estamos todos de acordo com os impostos sobre importações porque ele incide exclusivamente sobre os ricos”, alegava. A promessa feita pela América, na opinião de Jefferson, era de que “o fazendeiro veria seu governo receber apoio, seus filhos, instrução, e seu país sendo transformado em um paraíso apenas com base nas contribuições dos ricos”.⁷⁹

Mas os críticos de Hamilton, Jefferson sendo o principal deles, acusavam seu plano econômico de promover a especulação, o que, de fato, fazia. Para Hamilton, a especulação era necessária para o crescimento econômico; para Jefferson, era uma corrupção da virtude republicana. Essa questão atingiu seu ponto crítico em 1792, quando a especulação provocou o primeiro pânico da história do novo país.

Como acontece em muitas crises financeiras, a história começa com ambição e termina com corrupção. Hamilton havia feito amizade com John Pintard, um importador cujos escritórios ficavam no número 12 da Wall Street. Pintard fora eleito para a legislatura estadual em 1790; no ano seguinte, se tornaria sócio de Leonard Bleecker, que era, por acaso, o secretário da Sociedade de Auxílio aos Devedores Angustiados de Nova York: juntos, eles negociavam ações. Depois que Bleecker desmanchou a sociedade, Pintard começou a negociar com o secretário-assistente do Tesouro de Hamilton, William Duer, um vigarista que teve a ideia de manipular ações no Banco dos Estados Unidos. Com Pintard trabalhando como seu agente, Duer pegou emprestado as economias de toda uma vida de “comerciantes, viúvas, órfãos, açougueiros, cocheiros, jardineiros e vendedoras”. Em 1792, quando ficou claro que os mais de um milhão de dólares em notas promissórias assinadas por Pintard não valiam nem o papel em que tinham sido impressas, a insolvência de Duer e Pintard desencadeou a primeira quebra do mercado de ações da história americana. Uma multidão tentou

apedrejar Duer até a morte e depois o perseguiu até a prisão dos devedores. Pintard refugiou-se em sua casa em Manhattan. “Não seria prudente de sua parte mudar-se para um Estado onde exista uma Lei de Falências?”, questionou um amigo.⁸⁰ Pintard atravessou o rio para fugir para Nova Jersey, onde acabou sendo localizado e enviado para a prisão dos devedores.

Nem o mais eminente dos homens poderia escapar da prisão por dívida. James Wilson, o delegado mais democrático da convenção constitucional, então juiz da Suprema Corte, ficou tão endividado que tinha receio de fazer suas diligências por medo de ser capturado e acorrentado por seus credores. (Ele devia cerca de 200 mil dólares a Pierce Butler, que havia sido delegado da convenção constitucional pela Carolina do Sul). Em 1797, Wilson juntou-se a Pintard na prisão dos devedores em Nova Jersey e, embora tenha conseguido sair de lá ao pegar trezentos dólares emprestados com um de seus filhos, acabou em outra prisão de devedores na Carolina do Norte, no ano seguinte, onde sua esposa o encontrou usando roupas sujas e esfarrapadas. Em pouco tempo, ele contrairia malária. Com apenas 56 anos, Wilson morreria vítima de um AVC, em meio a um delírio de raiva contra as suas dívidas.⁸¹

Hamilton determinou que os Estados Unidos deveriam ter um crédito inabalável. As dívidas da nação seriam honradas: a dívida privada poderia ser perdoada. Na nova república, as dívidas individuais — as das pessoas que correram riscos — poderiam ser quitadas. Pintard conseguiu sair da cadeia ao se beneficiar de uma lei de insolvência de Nova Jersey de 1789; mais tarde, declarou falência sob os termos da primeira lei de falências dos Estados Unidos, aprovada em 1800.⁸² Pintard estava legalmente eximido da obrigação de pagar suas dívidas. Seu livro caixa foi zerado. A substituição da prisão dos devedores pela proteção às falências transformaria a natureza da economia americana, estimulando os investimentos, a especulação e a tomada de riscos.

O pânico de 1792 havia produzido mais um efeito: fez com que os corretores da bolsa de Nova York assinassem um acordo proibindo a negociação particular de ações. Ninguém, nunca mais, poderia fazer o que Duer havia feito. Este acordo marcaria a fundação do que veio a se tornar a Bolsa de Valores de Nova York.

IV.

“**ESTA É UMA ÉPOCA** de revoluções, na qual tudo pode ser almejado”, escreveu Thomas Paine, na Inglaterra, em 1791, na primeira parte de *Direitos do homem*. Logo ele trocava a Inglaterra pela França, onde escreveria a segunda parte. “Onde a liberdade estiver, lá é o meu país”, disse Franklin certa vez, ao que Paine supostamente teria respondido: “Onde a liberdade não estiver, lá é o *meu* país.”⁸³ O único país em que Paine não tentou instigar uma revolução foi o Haiti. Era uma época de revoluções, mas Paine não almejava uma rebelião de escravos.

O Haiti, então conhecido como Saint-Domingue, era a maior colônia do Caribe, e também a mais rica. A colônia mais importante da França tinha uma população de 40 mil brancos, 28 mil negros livres e 452 mil escravos — metade da população de escravos de todo o Caribe. Principal produtor mundial de açúcar e café, a ilha exportava quase tanto açúcar quanto a Jamaica, Cuba e o Brasil juntos.⁸⁴ Sua revolução começou em 1791.

Os eventos que se desenrolaram no Haiti ocorreram logo depois da excruciante revolução da própria França, iniciada na primavera de 1789. Membros de uma legislatura especial — convocada em resposta às dificuldades da França com suas dívidas de guerra — contestaram a autoridade do rei, declararam a si mesmos uma assembleia nacional, aboliram os privilégios da aristocracia e começaram a redigir uma Constituição. Em agosto, Lafayette apresentou à assembleia uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O Artigo I dizia: “Todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em seus direitos.”⁸⁵

Paine estava em Paris durante o Período do Terror, quando Luís XVI foi decapitado. O próprio Paine foi preso e escreveu quase toda a segunda parte de *A era da razão* em uma cela enquanto detentos eram executados diariamente. Em seis semanas, durante o verão de 1794, a vida de mais de 1.300 pessoas foi tirada.⁸⁶

A Revolução Francesa tinha ido longe demais, tornara-se uma revolução sem fim. Mas, embora preocupasse os americanos, para a maioria deles não provocou tanto medo quanto a revolução de 1791 no Haiti, quando centenas de milhares de escravos romperam seus grilhões. No começo, eles haviam sido liderados por um homem chamado Boukman e, após a sua morte, por um ex-escravo chamado Toussaint Louverture. Essa rebelião de escravos foi uma guerra por independência, a segunda no mundo ocidental.



Federalistas e antifederalistas reagiram de maneiras diferentes à revolução haitiana. (Biblioteca Nacional, Paris, França, Roger-Viollet, Paris / Bridgeman Images.)

Os senhores de escravos americanos ficaram aterrorizados com os eventos que se desenrolavam no Haiti — aquilo era a concretização de seus medos mais sombrios. Entretanto, para alguns radicais na Nova Inglaterra, a revolução haitiana era o próximo passo inevitável no progresso da liberdade humana.

Abraham Bishop, um jeffersoniano de Connecticut, estava entre os poucos americanos que viam esse movimento com bons olhos. “Se a liberdade dependesse da cor e os negros tivessem nascido para serem escravos, estes das Índias Ocidentais poderiam ser classificados de insurgentes e assassinos”, observou Bishop em uma série de ensaios chamada *Os direitos dos homens negros*, publicada em Boston. “Mas a mente esclarecida dos americanos não aceitará tais ideias”, prossegue Bishop. “Acreditamos que a liberdade é um direito natural de todas as criaturas racionais, e sabemos que os negros jamais abriram mão de sua liberdade voluntariamente. Sendo assim, sua causa não seria tão justa quanto a nossa?”

A resposta que seus compatriotas deram foi um sonoro não. Em vez disso, os jornais americanos retratavam a revolução haitiana como uma loucura completa, uma matança desgovernada. “Nada pode ser mais angustiante do que a situação desses habitantes uma vez que seus escravos, uma força medonha, absolutamente incontrolável, foram convocados para a luta”, escreveu Jefferson. Muito longe de estender as declarações sobre a igualdade de “todo homem” a todos os homens, brancos ou negros, a revolução em Saint-Domingue convenceu muitos americanos brancos do contrário. Entre 1791 e 1793, os Estados Unidos venderam armas e munição e doaram centenas de milhares de dólares para ajudar os fazendeiros franceses da ilha.⁸⁷ Os federalistas, em geral, se preocupavam mais com a França do que com o Haiti. Republicanos, especialmente os sulistas, temiam que a revolução pudesse se alastrar para outros lugares. Jefferson, chamando os haitianos de “canibais”, alertou Madison: “Se esse tipo de turbulência conseguir se infiltrar entre nós sob qualquer disfarce que seja, temos que temê-la.”⁸⁸

Com os terríveis fantasmas da França e do Haiti em mente, os americanos trataram de se preocupar com sua própria república, uma terra de liberdade e escravidão. Madison tinha prometido que a Constituição garantiria a sua estabilidade. Uma

democracia, na qual o povo “monta e administra o governo ele próprio”, estará sempre sujeita a infinitas “turbulências e conflito”, argumentara. Porém uma república, na qual o povo elege representantes para executar o trabalho de governar, pode evitar tal destino elegendo homens que sempre colocarão o bem público na frente de interesses pessoais, o bem de todos acima do bem de qualquer parte ou partido. Os primeiros pensadores políticos acreditavam que esse sistema só poderia funcionar se a república fosse pequena. Por dois motivos, Madison acreditava no oposto: que só funcionaria se a república fosse grande. Primeiro, em uma grande república, haveria mais homens para escolher, e por isso, por uma questão de pura matemática, uma chance maior de o povo eleger representantes comprometidos com a defesa do interesse público. Segundo, em uma república grande, para serem conhecidos e conquistarem o apoio de um grande número de votos, os candidatos teriam de ser notórios e honrados.⁸⁹

Mesmo assim, a Constituição não cerceava as facções para evitar que se tornassem muito grandes ou poderosas e, já em 1791, Madison começou a repensar suas ideias. Em um ensaio chamado “Opinião Pública”, ele analisou uma fonte de instabilidade característica das grandes repúblicas: o povo poderia ser enganado. “Quanto maior um país, mais difícil é verificar uma opinião verdadeira”, explicou. Isto é, talvez certas facções não fossem compostas de homens sábios, cultos e sensatos. Talvez fossem feitas de homens irracionais, impulsivos e ignorantes, levados a acreditar em opiniões “falsificadas” por outros homens persuasivos. (Madison estava pensando em Hamilton e no seu talento para angariar apoio para o seu plano financeiro.) A saída para este labirinto político estava nos jornais. “A circulação de jornais entre toda a população é o equivalente ao encolhimento dos limites territoriais”, explicou ele. Os jornais poderiam, efetivamente, diminuir o tamanho do país.⁹⁰

Aquela era uma ideia engenhosa que seria revisitada por todas as futuras gerações de defensores ferrenhos do

republicanismo. A república seria unida pelos jornais, pelo telégrafo, pelo rádio, pela internet. Em todos os casos, essa afirmação estava, ao mesmo tempo, correta e terrivelmente equivocada.

Mas Madison era inteligente o bastante para perceber a importância da relação entre as tecnologias de comunicação e a formação da opinião pública. O sistema bipartidário dos Estados Unidos, fonte da duradoura estabilidade política da nação, foi forjado nos — e, justiça seja feita, criado pelos — jornais do país. Foram eles quem deram forma ao debate entre federalistas e antifederalistas a respeito da ratificação e, por volta de 1791, os jornais já começavam a esboçar o primeiro sistema partidário, uma disputa entre os federalistas e aqueles que se alinhavam com uma nova força emergente de oposição: o Partido Democrático-Republicano, cujos integrantes, em geral, são mais conhecidos como jeffersonianos ou republicanos. Jefferson e Madison, que fundaram o Partido Democrático-Republicano, julgavam que o destino da república estava nas mãos dos fazendeiros; Hamilton e o Partido federalista acreditavam que dependia do desenvolvimento da indústria. Cada partido ostentava seu próprio jornal. Na década de 1790, enquanto os federalistas discutiam com os republicanos jeffersonianos, os jornais cresceram quatro vezes mais rápido do que a população.⁹¹

Nos primórdios da república, os jornais não eram parciais de forma acidental ou impensada; eram intensa e completamente parciais. Não estavam particularmente interessados em estabelecer os fatos, e sim em servir de palco para uma batalha de opiniões. “Promessas de imparcialidade, não farei nenhuma. Elas são sempre inúteis e não passam do mais perfeito absurdo”, escreveu um tipógrafo federalista.⁹² O tipógrafo do *Connecticut Bee* prometia publicar notícias

*Sobre viradas de sorte, sobre mudanças no estado,
Sobre os projetos dos grandes, o favorito derrotado,
Sobre um velho desgoverno, sobre um imposto recente,*

*Nenhuma totalmente falsa, nem verdadeira totalmente.*⁹³

Outrora difamados, acusados de contribuírem para a destruição da vida pública, os partidos, impulsionados pelos jornais, se converteram em sua própria máquina. “O motor é a imprensa”, declarou Jefferson.⁹⁴

Em setembro de 1796, os leitores dos jornais ficaram sabendo que George Washington, aos 64 anos, não concorreria a um terceiro mandato. Era um ato surpreendente, uma abdicação do poder muito similar à sua entrega de cargo no exército após a guerra e, possivelmente, o ato mais importante de sua presidência. Washington sabia que isso abriria o precedente de que nenhum presidente deveria governar para sempre nem sequer por muito tempo. Como forma de despedida, escreveu uma carta dirigida ao povo americano, um discurso que jamais foi feito, mas publicado por jornais de todo o país.

Madison havia redigido a carta de abdicação em 1792, na primeira vez que Washington quis se afastar, mas acabou sendo convencido a cumprir um segundo mandato na esperança de unir as facções federalistas e republicanas. Revisada por Hamilton, a carta ficaria conhecida como o Discurso de Despedida de Washington. O texto apareceu pela primeira vez na página dois de um jornal da Filadélfia. Dirigido “Ao POVO dos Estados Unidos” e assinado por “G. Washington”.

O Discurso de Despedida de Washington consiste de uma série de alertas sobre os perigos da desunião. O Norte e o Sul, o Leste e o Oeste não deviam considerar seus interesses distanciados ou conflitantes. Washington fez um apelo: “Sua união deveria ser considerada a viga de sustentação de sua liberdade.” Os partidos, alertou, eram “os piores inimigos” de qualquer governo, agitando “a comunidade com ressentimentos sem fundamento e falsos alarmes”, atizando “a animosidade de um partido contra o outro”, e até fomentando “desordem e insurreições”. Quanto ao tamanho da república, “existe alguma dúvida acerca da capacidade de um governo comum abranger

uma esfera tão grande? Deixemos que a experiência responda a essa pergunta”. O experimento americano tinha de prosseguir, mas ele só prosperaria se os cidadãos tivessem uma boa base religiosa e moral e se fossem bem-educados. “É preciso, portanto, promover, como algo de absoluta importância, instituições para a difusão geral do conhecimento. Na mesma proporção que a estrutura de um governo dá força à opinião pública, é essencial que a opinião pública seja esclarecida.”⁹⁵

Há um quê de comovente no Discurso de Despedida de Washington, com sua fé na razão, na experiência e na verdade. Washington endereçou sua carta ao Povo dos Estados Unidos dentro de um espírito muito semelhante àquele que instigou Madison a redigir a própria Constituição do país. Washington declarou ter esperanças de que os americanos pudessem “controlar suas costumeiras torrentes de paixão”. “Paixão” e variações da palavra aparecem sete vezes em sua despedida; o sentimento configura a fonte de todos os problemas, e a razão é sua única cura. A paixão é um rio, não há como mudar seu curso. Nem George Washington era imune à sua força.

Enquanto George e Martha Washington se preparavam para trocar a capital pela Virgínia, seus escravos tinham outros planos. O cozinheiro, Hercules, fugiu para Nova York, e a costureira de Martha, uma mulher de 22 anos chamada Ona Judge, fugiu em um navio para New Hampshire. Judge descobriu que Martha pretendia entregá-la a sua neta como um presente de casamento. George Washington mandou um capitão do mato atrás dela. Quando o caçador localizou a costureira, no entanto, relatou que “a opinião popular aqui é favorável à liberdade universal” e que a tentativa de capturá-la produziria um espetáculo. Judge enviou um recado a Washington de que somente regressaria a Mount Vernon se ele lhe concedesse a sua liberdade, uma vez que ela “preferia morrer do que retornar à escravidão”. Washington se recusou, alegando que aquilo criaria um “precedente perigoso”.⁹⁶ O que fazer a respeito da

escravidão e seus precedentes era algo que o atormentava profundamente, em sua mente e em sua consciência.

Em 12 de dezembro de 1799, depois de cavalgar em meio a uma nevasca que se transformou em chuva, Washington adoeceu. Dois dias depois, às quatro da tarde, em seu quarto no segundo andar da mansão em Mount Vernon, deitado em seu leito de morte, pediu que sua esposa, Martha, lhe trouxesse dois testamentos diferentes que havia deixado em cima da escrivaninha. Ele leu os dois, lenta e cuidadosamente, e depois pediu que ela queimasse um deles. Washington daria seu último suspiro naquele mesmo dia, na presença da esposa, de seu médico, seu secretário, e quatro de seus escravos: Caroline e Molly, domésticas; Christopher, valete; e Charlotte, costureira. Quando Washington morreu, havia mais negros do que brancos em seu quarto.

Durante seu segundo mandato, Washington havia escrito ao seu secretário: “desejo liberar certa espécie de propriedade que possuo, que causa repulsa aos meus próprios sentimentos”, então providenciou para que isso se desse, porém somente após sua morte. No testamento que Martha não queimou — um segundo testamento, elaborado naquele último verão —, ele havia escrito: “Após a morte de minha esposa (...) todos os escravos sobre os quais possuo direitos deverão ganhar a liberdade.”

Havia mais de trezentas pessoas escravizadas em Mount Vernon; Washington possuía 123; as demais eram de sua esposa. O testamento de Washington foi publicado em jornais do Maine até a Geórgia, como ele sabia que seria. Todos em Mount Vernon conheciam suas cláusulas. Seus 123 escravos seriam libertados somente após a morte de Martha Washington, e ela, compreensivelmente, teve medo de ser assassinada.⁹⁷

Harry Washington, que havia sido propriedade de George no passado, recebeu a notícia de sua morte a um oceano de distância, em uma outra república turbulenta. Cerca de metade dos colonos negros de Serra Leoa se rebelaram contra o governo

tirânico da colônia, dita “exatamente igual a dos jacobinos, como se tivessem sido treinados e educados em Paris”. Em 1799, um grupo de rebeldes liderados por Harry Washington tentou declarar a independência. A rebelião foi logo reprimida, e seus instigadores, banidos. Meses após a morte de Washington, os rebeldes exilados de Serra Leoa elegeram Harry Washington seu líder.⁹⁸

Quando George Washington morreu, a nação ficou de luto, envolvida em uma torrente de paixão. As pessoas pregaram e rezaram; vestiram-se de preto e choraram. Lojas fecharam as portas. Discursos fúnebres foram feitos. “Lamentai, ó, Columbia!”, declarou um jornal de Baltimore. O Discurso de Despedida foi impresso e reimpresso, lido e relido, estampado até mesmo em travesseiros.

“Que seja escrito com letras de ouro e pendurado em todos os lares”, suplicava uma das edições do Discurso. “Que seja gravado em placas de bronze e mármore e, assim como a sagrada Lei de Moisés, exposta em todas as igrejas, câmaras e senados.”

Que fosse escrita para que os americanos lessem Washington. E olhassem para ele em impressos e fotografias. Uma gravura popular, *Washington entrega as leis à América*, mostrava o arcanjo Gabriel no paraíso, carregando um emblema dos Estados Unidos enquanto o falecido, vestindo toga romana, sentado em meio aos deuses, segura uma caneta em uma das mãos e, na outra, uma tábua de pedra com a gravação “A Constituição Americana”.⁹⁹ Era como se a Constituição fosse sagrada e infalível, e tivesse sido enviada pelos céus diretamente das mãos de Deus para o primeiro presidente americano a fim de ser gravada em pedra. Onde estavam os séculos de ideias e décadas de luta? E quanto ao trabalho duro dos americanos e seus acirrados debates? E quanto às discussões sobre a ratificação que quase chegaram às vias de fato? E quanto às contendas, os fracassos e os acordos, os julgamentos por fatos, as batalhas entre a razão e a paixão?



Uma gravura de 1800 celebrando a vida de Washington o retrata segurando “A Constituição Americana”, um documento gravado em pedra.(Biblioteca do Congresso.)

Em um aposento silencioso em uma casa não muito distante, James Madison tirava de uma gaveta as anotações que, dia após dia naquele verão escaldante na Filadélfia, fizera durante a

convenção constitucional. Refletiu sobre elas após a releitura e depois lançou-se ao trabalho de revisá-las. Em segredo, ele dedicou tempo àquilo, página por página, palavra por palavra. Na segurança de sua escrivaninha, Madison mantinha a história de como a Constituição havia sido escrita e seus compromissos fundamentais.

Parte Dois

O POVO



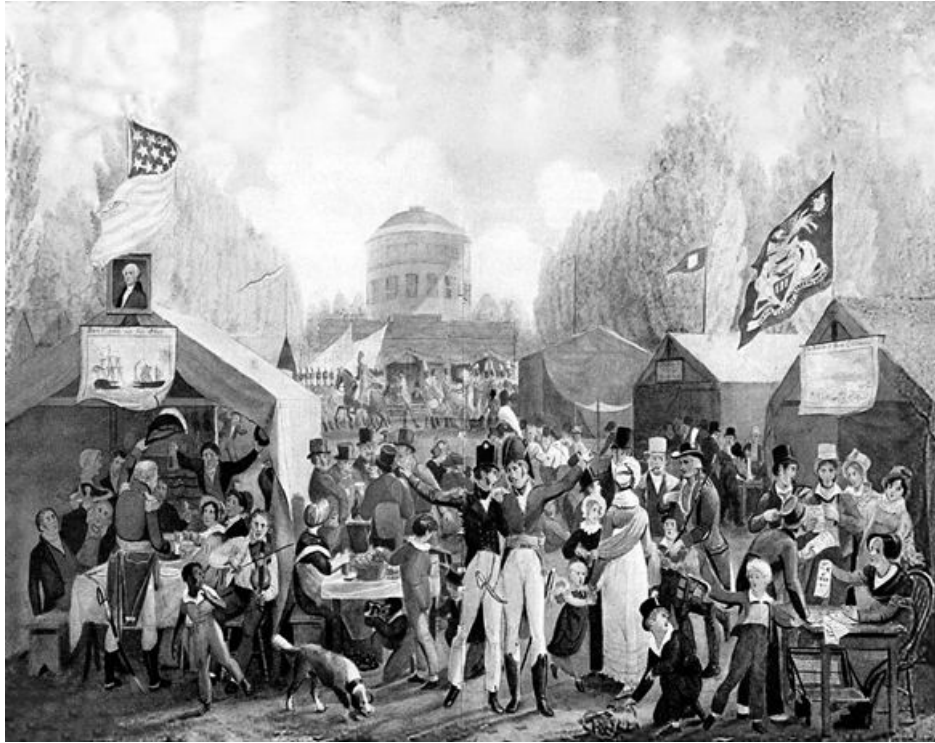
1800-1865

Eles dizem que alguns homens são ignorantes e corruptos demais para fazerem parte de um governo. Possivelmente, dizemos nós; e, em seu sistema, eles seguirão eternamente ignorantes e corruptos. Nossa proposta é dar uma chance a todos; e esperamos que os fracos fiquem mais fortes, que os ignorantes fiquem mais sábios; e que todos fiquem melhores e mais felizes juntos. Nós realizamos o experimento; seus frutos estão à nossa frente.

— Abraham Lincoln, *Fragmentos sobre o Governo*, 1854

Cinco

UMA DEMOCRACIA DE NÚMEROS



Cidadãos da Filadélfia de todas as classes celebram o Quatro de Julho em 1819 nesta aquarela de autoria de John Lewis Krimmel, um imigrante alemão. (Fourth of July Celebration in Center Square, de John Lewis Krimmel, HSP large graphics collection [V65] / Sociedade Histórica da Filadélfia.)

EM 1787, ENQUANTO FEDERALISTAS E ANTIFEDERALISTAS brigavam sobre a Constituição proposta nas páginas manchadas dos jornais americanos e nos pisos surrados das salas de convenções, John Adams, embaixador dos Estados Unidos na Inglaterra, resmungava em sua mesa na Grosvenor Square, em Londres, e Thomas Jefferson, embaixador na França, debruçava-se sobre sua própria mesa, sem dúvida mais luxuosa, no Hôtel de Langeac, na Champs-Élysées. Longe de casa, os dois homens que haviam criado juntos a Declaração da Independência travaram um debate epistolar sobre a Constituição, em missivas que atravessavam o Canal da

Mancha, como se estivessem em uma convenção de ratificação com apenas dois membros. Adams estava preocupado com o fato da Constituição ter outorgado demasiado poder à legislatura; Jefferson temia a mesma coisa a respeito da presidência. “Você está preocupado com uma pessoa — eu, com um pequeno grupo”, escreveu Adams a Jefferson. “Você teme uma monarquia; eu, uma aristocracia.” Ambos sofriam com a questão das eleições: Jefferson achando que seriam muito poucas, Adams, que seriam demais. “Para as eleições, meu caro”, escreveu Adams, “eu olho com terror.”¹

O debate entre Adams e Jefferson não acabou depois que a Constituição foi ratificada. Nem quando Washington foi eleito em 1788 ou durante sua administração, quando Adams foi seu vice-presidente, e Jefferson seu secretário de Estado. Nem quando Washington foi reeleito em 1792. Em vez disso, em 1796, seu debate influenciou a criação dos primeiros partidos políticos estáveis da nação.

Jefferson preocupava-se com a ideia da Constituição permitir que um presidente fosse eleito repetidas vezes até sua morte, como se fosse um rei. Adams gostava dessa ideia. “Quanto mais, melhor”, escreveu ele em 1787.² Em 1796, quando Washington anunciou que não concorreria a um terceiro mandato, tanto Adams quanto Jefferson tentaram ocupar seu lugar. Adams ganhou por pouco. Os dois homens se enfrentariam de novo em uma eleição que Jefferson chamaria de “a revolução de 1800”. Sendo ou não uma revolução, a eleição de 1800, o ápice de um debate de décadas entre Adams e Jefferson, desencadeou uma crise constitucional. A Constituição não estipulava a criação de partidos, e a metodologia da eleição do presidente não os contemplava. Mesmo assim, Adams e seu vice, Charles Cotesworth Pinckney, que havia sido embaixador na França, concorreram pelos federalistas, e Jefferson e seu vice, o ex-senador de Nova York, Aaron Burr, pelos Republicanos. A eleição foi tão bizarra que, independentemente dos resultados da

votação, por muito tempo ninguém saberia dizer quais seriam as consequências.

Jefferson ouviu rumores de que, se ele ganhasse, os federalistas “romperiam com a União”; acreditava que eles queriam mudar as leis para permitir que Adams governasse para sempre. “Os inimigos de nossa Constituição preparam-se para uma operação temerária”, alertou. Enquanto isso, Hamilton soou o alarme: se Adams fosse reeleito, os virginianos “recorreriam ao uso da força física” para manter os federalistas longe do poder. Chegaram a dizer que alguns federalistas no Congresso estavam decididos a “ignorar a Constituição, mesmo correndo o risco de uma guerra civil”, em vez de aceitar a eleição de Jefferson. “Quem será o presidente?”, perguntou um congressista preocupado, e “qual será o destino de nosso governo?”³

A discussão em andamento entre Adams e Jefferson era, ao mesmo tempo, uma rivalidade acirrada e trivial entre dois homens ambiciosos, e uma disputa filosófica e profunda sobre a natureza do experimento americano. Em 1800, Adams tinha 64 anos e era muito mais combativo, arrogante e culto do que quando jovem. Um dos fundadores da Academia Americana de Artes e Ciências, ele havia escrito um livro enorme, em três volumes, chamado *Defesa da Constituição do governo dos Estados Unidos*, explicando a delicada tensão entre uma aristocracia dos ricos e uma democracia dos pobres, um equilíbrio que só poderia ser alcançado por uma Constituição muito bem arquitetada. “Em toda sociedade em que existe a propriedade, sempre haverá uma luta entre ricos e pobres. Nunca se pode esperar que leis igualitárias sejam criadas em uma assembleia. Ou serão feitas com base em números, para saquear os poucos que são ricos, ou em influência, para extorquir dos muitos que são pobres”, declarou ele.⁴

Jefferson, aos 57, presidente da Sociedade Filosófica Americana, por vezes temperamental e irrequieto, dono de uma escrita inflamada, não era menos culto, embora fosse mais inconsistente que Adams. Ele depositava sua fé em um governo

pela maioria. O objetivo do experimento americano, segundo sua crença, era “demonstrar, por meio do exemplo, a suficiência da razão humana para a administração de seus assuntos, e que a vontade da maioria, a lei natural de qualquer sociedade, é o único verdadeiro protetor dos direitos do homem”.⁵ Adams acreditava na limitação do poder da maioria, e Jefferson, em submeter-se a ela.

Ambos concordavam com o conceito aristotélico de que existiam três formas de governo, que cada uma delas poderia corromper-se e que o governo perfeito era o que melhor conseguia equilibrá-las. Adams pensava que a forma de governo mais “suscetível a melhorias” era uma politeia, e que as melhorias poderiam ser alcançadas — e os terrores da democracia evitados — se as legislaturas fizessem um serviço melhor ao representar os interesses do povo, incorporando-os de forma mais precisa. “O objetivo da formação de uma assembleia representativa parece ser o juízo do povo, sua voz pública. A perfeição de um retrato consiste no seu grau de semelhança.”⁶

Ainda assim, mesmo com todas as analogias de Adams sobre retratos e semelhanças, a disputa entre os dois não evoluiu para a esfera das artes, mas sim da matemática. O governo pelo povo era, no fim das contas, um problema numérico: quem vota? Quanto vale cada voto?

Adams e Jefferson viviam em uma época de quantificações. Tudo começou com a medida do tempo. O tempo costumava ser uma roda que girava constantemente, sem parar; durante a revolução científica, no entanto, ele se transformou numa linha. O tempo, a grandeza mais fácil de ser medida, tornou-se o propulsor de toda investigação empírica: um eixo, uma flecha. O novo uso e entendimento desse conceito contribuiu para a ideia de progresso — se o tempo é linear em vez de circular, as coisas podem sempre melhorar em vez de melhorarem e piorarem em ciclos eternos, como as estações. O conceito de progresso alimentou a independência americana e também o avanço do capitalismo. A quantificação do tempo levou à quantificação de

todas as outras coisas: a contagem de pessoas, a medição de seu trabalho e o cálculo do lucro como resultado do uso do tempo. Contar essa medida e acumular riqueza adquiriram certa equivalência. “Tempo é dinheiro”, costumava dizer Franklin.⁷

A quantificação também alterou o *modus operandi* dos políticos. Independentemente de suas diferenças, Adams e Jefferson concordavam que os governos dependiam de relações matemáticas: equações e proporções. “Os números, as propriedades ou ambos devem ser a régua e as proporções de eleitores e membros, uma questão de cálculo”, argumentou Adams.⁸ Determinar o que seria aquela régua tinha sido o trabalho da convenção constitucional; ajustá-la seria o trabalho da eleição de 1800, e as reformas políticas que vieram a seguir seriam todas uma questão de cálculo.

I.

REIS NASCEM; PRESIDENTES SÃO ELEITOS. Mas como? Na Filadélfia de 1787, James Wilson explicou que os delegados tinham ficado “perplexos com a maneira como se escolheria o presidente mais do que qualquer outra coisa em todo o plano apresentado”. Na convenção, Wilson propôs que o povo elegeisse o presidente diretamente. Mas James Madison apontou que, uma vez que “o direito de sufrágio era muito mais difundido nos estados do Norte do que nos do Sul (...) os sulistas não teriam influência em uma eleição sobre a questão dos negros”. Isto é, numa eleição direta, o Norte, que possuía mais eleitores, teria mais votos. A proposta de Wilson foi derrotada pelo voto de doze estados contra apenas um.⁹ Alguns delegados da convenção acreditavam que o Congresso deveria eleger o presidente. Este método, conhecido como eleição direta, permitia a participação popular nas eleições ao mesmo tempo em que evitava os “excessos da democracia”; ou seja, filtrava a vontade de muitos por meio do discernimento de poucos. O senado americano, por exemplo, era eleito de forma indireta: seus membros não eram escolhidos pelo povo,

mas pelas legislaturas estaduais (a eleição direta de senadores só foi instituída no processo de ratificação da Sétima Emenda, em 1913). Mas, para o cargo da presidência, a eleição indireta trazia um problema: fazer com que o Congresso escolhesse o presidente seria violar o princípio da separação dos poderes.

Wilson teve outra ideia. Se nem o povo nem o Congresso podiam eleger o presidente, talvez outro grupo de pessoas pudesse. Wilson sugeriu que o povo elegeisse delegados para um colégio eleitoral, um grupo de homens honrados, com posses e reputação, e eles realizariam a eleição. A proposta foi aprovada. Porém, o acordo de Wilson estava atrelado a outro: a proporção dos escravos. O número de delegados do colégio eleitoral seria determinado não pela população de cada Estado, mas por seu número de representantes na Câmara. Isto é, o tamanho da representação de um Estado no colégio eleitoral seria determinado pela regra da representação — um membro do Congresso para cada 40 mil pessoas, sendo que os escravos contavam como três quintos de uma pessoa.¹⁰ O colégio eleitoral era uma concessão aos senhores de escravo, um cálculo tanto matemático quanto político.

Esses cálculos demandavam um recenseamento, que dependia da novíssima área da demografia (uma das obras fundadoras dessa ciência, a primeira edição de *Ensaio sobre o princípio da população*, de Thomas Malthus, foi publicado em 1798). O Artigo I, Seção 2, da Constituição determina que a população dos Estados Unidos seja contada a cada dez anos. Os recenseadores deveriam contar “o número total de pessoas livres” e “todas as demais pessoas”, porém excluir os “indígenas que não pagam impostos”, ou seja, aqueles que viviam como povos independentes, mesmo que habitassem territórios reclamados pelos Estados Unidos. O primeiro censo federal, conduzido em 1790, contou 3,9 milhões de pessoas, incluindo 700 mil escravos. A cláusula dos três quintos não apenas garantia aos Estados com escravos uma representação desproporcional no Congresso como também ampliava seus

votos no colégio eleitoral. A Virgínia e a Pensilvânia, por exemplo, tinham populações livres praticamente equivalentes, mas, graças à sua população de escravos, a Virgínia tinha três assentos a mais na câmara e, portanto, seis eleitores a mais no colégio eleitoral. Por conta disso, durante 32 dos primeiros 36 anos da república, o cargo de presidente dos Estados Unidos seria sempre ocupado por um senhor de escravos da Virgínia, sendo John Adams a única exceção.¹¹

Mas havia ainda outros cálculos controversos. Foi deixado a cargo dos Estados como seriam escolhidos os delegados do colégio eleitoral. Em 1796, em sete dos dezesseis estados, o povo elegeu seus delegados; no resto, as legislaturas estaduais o fizeram. A ideia original era que os delegados usassem seu próprio discernimento para decidir a distribuição de seus votos no colégio eleitoral, embora não tivessem sido obrigados a decidir nada em 1788 e 1792, uma vez que Washington concorrera sozinho. Mas em 1796, com o surgimento de dois partidos políticos e uma decisão precisando ser tomada, os líderes dos partidos começaram a acreditar que os delegados deveriam fazer escolhas em nome dos homens que os elegeram. Um federalista reclamou que não tinha escolhido seu eleitor “para decidir por mim se Adams ou Jefferson era o homem mais preparado para presidir os Estados Unidos... Eu o escolhi para agir, não para pensar”.¹²

Essa ambiguidade resultou em uma eleição muito mal-ajambrada. De acordo com a Constituição, o candidato com mais votos do colégio eleitoral se tornaria o presidente; o que ficasse em segundo seria o vice. Em 1796, os federalistas queriam que Adams fosse o presidente e Thomas Pinckney, o vice. Mas, no colégio eleitoral, Adams recebeu 71 votos, Jefferson, 68 e Pinckney, apenas 59. Os eleitores federalistas tinham sido instruídos a dar o segundo de seus dois votos a Pinckney, coisa que muitos não fizeram. Assim, para decepção geral, Jefferson tornou-se o vice-presidente de Adams.

Durante a turbulenta administração de Adams, a distância entre os dois partidos aumentou. Enfraquecido por seu próprio orgulho e não satisfeito em apenas fazer alertas sobre o perigo dos partidos, Adams tentou criminalizar a oposição. Em 1798, com os Estados Unidos envolvidos em uma guerra não declarada com a França, o Congresso aprovou os Atos de Sedição e Estrangeiro, concedendo ao presidente o poder de aprisionar estrangeiros considerados perigosos e punir tipógrafos contrários à sua administração: 25 pessoas foram presas por sedição, quinze foram indiciadas e dez condenadas; entre essas dez estavam sete tipógrafos republicanos que eram apoiadores de Jefferson.¹³ Jefferson e Madison acreditavam que os Atos de Sedição e Estrangeiro violavam a Constituição. Se um presidente abusa de sua autoridade, se o Congresso aprova leis inconstitucionais, o que os Estados poderiam fazer? A Constituição não outorgava à Suprema Corte a autoridade de decidir sobre a constitucionalidade das leis aprovadas pelo Congresso; este foi um poder que a corte decidiu exercer por conta própria, mas, em 1798, ainda não havia começado. Enquanto isso, Jefferson, Madison e outros republicanos inventaram outro tipo de controle judicial: propuseram que os Estados pudessem decidir sobre a constitucionalidade das leis federais. Eles redigiram resoluções contrárias aos Atos de Sedição e Estrangeiro. Madison escreveu uma resolução para a Virgínia; Jefferson, uma para o Kentucky. “A menos que seja detida logo no começo, tais leis levarão os Estados a revoltas sangrentas e alimentarão novas calúnias contra o governo republicano, dando novos pretextos para aqueles que preferem que se acredite que a única maneira de se governar é usando uma barra de ferro”, alertou Jefferson.¹⁴

As crescentes divergências entre os partidos também proporcionaram um endurecimento das opiniões sobre a escravidão. Durante a revolução haitiana, Jefferson, que estava do lado da França, queria, no máximo, uma relação distante com uma ilha cheia de escravos libertos. Mas o governo de Adams,

favorável à Inglaterra, queria retomar o comércio com a ilha caribenha e até reconhecer sua independência. “Está bastante evidente que, se os negros de St. Domingo forem autorizados a governar a si próprios, serão incomparavelmente menos perigosos do que se permanecerem sob o domínio da França”, escreveu Timothy Pickering, secretário de Estado de Adams, em 1799. Enquanto isso, os africanos na América inspiravam-se nas notícias do Haiti. No verão de 1800, um ferreiro chamado Gabriel, que ficaria conhecido como o “Toussaint americano”, liderou uma rebelião de escravos na Virgínia, movida pelo mote “Morte ou Liberdade”. A rebelião fracassou. Gabriel e 26 de seus seguidores foram julgados e executados. Opositores da escravidão previram que a rebelião de Gabriel não seria a última. “Embora ele tenha morrido, uma horda permanece, oprimida pelos grilhões humilhantes da escravidão”, alertou Timothy Dwight, reitor de Yale.¹⁵

Jefferson acreditava que a eleição de 1800 “ajustaria o caráter nacional” e “determinaria se o republicanismo ou a aristocracia permaneceriam”. O que ela fez, de todo modo, foi estabelecer uma série de encontros na política americana, incluindo as convenções partidárias e o estilo “sem limites” de suas campanhas eleitorais. No começo daquele ano, tanto os federalistas quanto os republicanos do Congresso, determinados a evitar uma repetição da confusão de 1796, organizaram reuniões para escolher o candidato presidencial de cada partido. Chamaram essa reunião de “caucus”. (A palavra é um americanismo; tem sua origem na palavra algonquiana para “conselheiro”). Os republicanos escolheram Jefferson, e os federalistas, Adams, embora Hamilton tenha tentado convencer os federalistas a deixarem Adams de lado para apoiar seu companheiro de chapa, Charles Cotesworth Pinckney, da Carolina do Sul. “Defeitos intrínsecos e enormes em seu caráter o impossibilitam de assumir o cargo de chefe da magistratura”, escreveu Hamilton sobre Adams, citando “seus lamentáveis pontos fracos, como uma vaidade sem limites e uma inveja capaz

de remover a cor de qualquer objeto”.¹⁶ Adams se agarrou à sua candidatura com todas as suas forças.

Os candidatos em si não faziam campanha; os americanos viam com demagogia um candidato dirigir-se diretamente ao povo. Quando Adams fez um desvio em uma viagem de Massachussets para Washington, o editor de um jornal republicano questionou: “Por que o presidente se desviou oitenta quilômetros de seu caminho para fazer uma viagem até Washington?” Mas a ausência da participação dos candidatos não baixou, de forma alguma, a temperatura da campanha, que aconteceu, principalmente, nas páginas dos jornais do país. Eleitores discutiam nas tavernas e nos campos, até mesmo à beira das estradas, tendo o tipo de conversa que a *Carolina Gazette* tentou capturar ao publicar “UM DIÁLOGO entre um FEDERALISTA e um REPUBLICANO:”

REPUBLICANO: Bom dia, sr. Federalista; que tempo bom faz hoje; quais são as notícias do dia? Como vão as eleições? Quem deverá ser nosso presidente?

FEDERALISTA: De minha parte, eu preferiria votar em qualquer outro homem neste país, menos no sr. Jefferson.

REPUBLICANO: E por que este preconceito com o sr. Jefferson, eu lhe pergunto?

FEDERALISTA: Pelo que ouvi dele, não gosto do homem nem de seus princípios. Primeiro porque não é devoto da fé cristã; segundo, por temer que defenda de forma muito exacerbada os princípios e a política francesa; e, por fim, por entender que ele tem um preconceito violento contra tudo que diz respeito aos britânicos.

A discussão prosseguia. “O que você ou qualquer outro tem a ver com os princípios religiosos do sr. J?”, pergunta o republicano e, depois disso, o debate quase acaba indo para as vias de fato.¹⁷

Os republicanos atacavam Adams pelos abusos cometidos no cargo. Os federalistas atacavam Jefferson por manter escravos — os americanos se recusavam a “aprender os princípios da liberdade com um senhor de escravos da Virgínia”, reclamou um deles — e, principalmente, por suas opiniões sobre religião. Em *Notas sobre o Estado da Virgínia*, Jefferson reafirmou seu compromisso com a tolerância religiosa. “Eu não causo dano algum ao meu vizinho ao dizer que existem vinte deuses ou nenhum. Isso não tira o dinheiro do meu bolso nem quebra minhas pernas”, escreveu ele. Do alto de seus púlpitos, pastores federalistas pregavam que tal opinião não levaria a nada além de vícios, crimes e depravação sem controle. Um pastor de Nova York respondeu a Jefferson: “Deixe o meu vizinho perceber que não existe um Deus e logo ele estará tirando o dinheiro do meu bolso e quebrando não apenas as minhas *pernas*, como também meu *pescoço*.” Um jornal federalista, *Gazette of the United States*, publicou que a eleição oferecia aos americanos uma escolha entre “DEUS — E UM PRESIDENTE RELIGIOSO” e “JEFFERSON — E DEUS NENHUM!!!!”.¹⁸

Os republicanos responderam à hipérbole federalista com mais hipérboles. Em 1799, os federalistas tentaram, sem sucesso, processar o tipógrafo William Duane, da Filadélfia, por sedição. Em 1800, Duane publicou em seu jornal, *Aurora*, duas listas contrapondo os candidatos. Com um segundo mandado de Adams, a nação enfrentaria mais das “Coisas como elas são”:

Os princípios e partidários da Revolução condenados.

A Nação pegando em armas sem um inimigo e dividida sem um motivo.

Um reino de terror criado por alarmes falsos, a fim de promover brigas internas e guerras no estrangeiro.

Uma lei de sedição.

Uma igreja constituída, testes religiosos, e uma ordem de sacerdócio.

Porém, se Jefferson fosse eleito, a nação poderia esperar pelas “Coisas como elas serão”:

Os princípios da Revolução restaurados.

A Nação em paz com o mundo e unida em si mesma.

O republicanismo apaziguando a febre das brigas domésticas e subjugando a oposição com a força da razão e da retidão.

A liberdade de imprensa.

*A liberdade de religião, os direitos da consciência e nenhum sacerdócio, apenas a verdade e Jefferson.*¹⁹

James Callender, um humorista escocês, escreveu em um panfleto chamado *O prospecto à nossa frente*: “Façam sua escolha entre Adams, guerra e penúria, e Jefferson, paz e competência.” Aristocracia ou republicanismo, ordem ou desordem, virtude ou vício, terror ou razão, Adams ou Jefferson. “É impossível que esse tipo de publicação não tenha o melhor dos efeitos”, escreveu Jefferson em caráter privado sobre o panfleto de Callender. O escocês acabou sendo condenado por sedição por conta desse texto. Sentenciado a um confinamento de seis meses, escreveria um segundo volume na prisão. Mostrando a língua para os seus acusadores, Callender nomeou um dos capítulos “Mais Sedição”.²⁰

A campanha continuou por um período bastante longo, em parte porque não havia um dia único para a votação em 1800. Em vez disso, as eleições se estendiam de março a novembro em votação pública, não secreta. Ela também praticamente não envolvia papel e caneta, nem a contagem dos votos — outra questão de cálculo —, o que geralmente significava uma contagem de cabeças ou *polls*. A palavra *poll* se refere ao topo da cabeça de uma pessoa. Em Hamlet, Ofélia diz, sobre Polônio, “*His beard as white as snow: All flaxen was his poll*”. (“Sua barba era branca como a neve; o topo de sua cabeça, dourada como o linho.”) Apenas no século XIX, a palavra *poll* passou a ser usada para designar uma contagem de votos. Para que os topos das

cabeças das pessoas pudessem ser contados, era necessário que elas se agrupassem — “todos a favor dos federalistas fiquem aqui, e todos a favor dos republicanos, ali” —, e nos lugares em que a votação era feita com *ballots* (que mais tarde viraria um sinônimo de cédula eleitoral), geralmente isso significava colocar uma bola dentro de uma caixa. A palavra *ballot* vem do italiano *ballota*, que significa “bola pequena” — e os primeiros americanos que se valeram de tal método usavam ervilhas, seixos ou, o que não era incomum, balas. Em 1799, Maryland aprovou uma lei determinando que a votação fosse conduzida em papel, mas a maioria dos Estados demorou muito para adotar essa reforma, que, de todo modo, não era uma tentativa de tornar o voto secreto, uma vez que a votação em público era vista com um ato de cidadania republicana.²¹

A revolução de 1800, como Jefferson a via, tinha se concretizado “pelo racional e pacífico instrumento de reforma, o sufrágio popular” — uma revolução eleitoral.²² Mesmo assim, em um país com uma população total de 5,23 milhões de pessoas, apenas cerca de 600 mil tinham o direito de votar. Só em Maryland os homens negros nascidos livres podiam votar (até 1802, quando foi feita uma emenda na Constituição estadual para excluí-los); só em Nova Jersey as mulheres brancas podiam votar (até 1807, quando a legislatura do estado eliminou essa brecha legal). Dos dezesseis Estados da União, todos, exceto três — Kentucky, Vermont e Delaware — limitavam o direito ao voto aos detentores de propriedades e pagadores de impostos, que correspondiam a algo em torno de 60 a 70% da população branca, adulta e masculina. Apenas no Kentucky, em Maryland, na Carolina do Norte, em Rhode Island e na Virgínia os eleitores escolhiam os delegados para o colégio eleitoral. Em nenhum Estado os eleitores votavam nos candidatos presidenciais: em vez disso, votavam ou em legisladores ou em delegados. Qual método era seguido por cada Estado era parte do principal motivo das eleições, já que um deles era mais aristocrático e o

outro, mais republicano — era disso que Jefferson estava falando quando chamou a eleição de revolução.²³

Até o fim das eleições, sete dos dezesseis estados da União ou trocaram ou alteraram seus procedimentos para a eleição de delegados para o colégio eleitoral. O movimento começou na primavera de 1800, depois que os republicanos fizeram uma forte manifestação pública durante as eleições locais da Nova Inglaterra, e depois que as legislaturas dominadas por federalistas em Massachusetts e em New Hampshire rejeitaram o voto popular e se encarregaram da seleção dos delegados do colégio eleitoral elas mesmas. Algumas tentativas de manipular as eleições acabaram frustradas. Quando, em uma eleição arquitetada pelo companheiro de chapa de Jefferson, Aaron Burr, os nova-iorquinos elegeram uma legislatura republicana, Hamilton tentou convencer o governador do estado, John Jay, a convocar a assembleia federalista em fim de mandato para mudar as regras, jogando a eleição dos delegados nas mãos do povo. Desse modo, a nova assembleia não poderia escolher delegados eleitorais jeffersonianos. Hamilton não suportava Adams, mas considerava Jefferson um “hipócrita desprezível”.²⁴ A proposta era claramente antiética, mas, se o resultado fosse “impedir que um ateu religioso e fanático político assumisse o comando do estado, não se devia ter um excesso de escrúpulos”, disse Hamilton a Jay, que se recusou.²⁵

Quando o colégio eleitoral se reuniu em dezembro de 1800, logo tornou-se evidente um erro em sua concepção: Adams perdeu, mas não se tinha certeza sobre quem havia vencido. Os eleitores republicanos deveriam votar em Jefferson e Burr. Para que Jefferson se elegeisse, pelo menos um eleitor republicano precisava se lembrar de *não* votar em Burr, de forma que Jefferson vencesse e Burr ficasse em segundo lugar. Mas esse alguém esqueceu. E então, Jefferson e Burr receberam, ambos, 73 votos do colégio eleitoral, contra os 65 de Adams e os 64 de Pinckney, pois os federalistas lembraram de dar ao seu candidato presidencial um voto a mais do que ao seu colega de chapa.

(Este problema foi resolvido em 1804, com a Décima Segunda Emenda, que separou a eleição do presidente da eleição do vice). A chapa Jefferson-Burr ficou nas mãos da câmara, dominada por federalistas em fim de mandato. O partido de Jefferson tinha acabado de ganhar 67 assentos na câmara, em comparação aos 39 dos federalistas, mas os novos congressistas ainda não haviam sido empossados em seus cargos.²⁶ Entre Jefferson e Burr, o Congresso acabou decidindo em favor do virginiano. Enquanto isso, da Nova Inglaterra, o federalista Timothy Pickering apelidou Jefferson de “Presidente dos Crioulos”, porque doze de seus votos eleitorais tinham sido produto da cláusula dos três quintos. Sem esses “eleitores crioulos”, como os nortistas se referiam, Jefferson teria perdido para Adams por 65 a 61. “A eleição do Sr. Jefferson à presidência representa o triunfo do Sul sobre o Norte — da representação dos escravos sobre a dos puramente livres”, observou John Quincy Adams.²⁷

* * *

EM 17 DE FEVEREIRO DE 1801, finalmente Jefferson foi eleito presidente. “Eu deixarei nos estábulos dos Estados Unidos sete cavalos e duas carruagens com seus arreios. Talvez você não os queira usar: mas certamente lhe economizariam uma quantia considerável”, escreveu Adams a ele.²⁸ Jefferson foi empossado no dia 4 de março de 1801, um dia após o Ato de Sedição caducar. Era o primeiro presidente a ser empossado na nova capital, a cidade de Washington. Rejeitando pompas e se recusando a usar qualquer um dos sete cavalos ou das duas carruagens de Adams, Jefferson saiu caminhando pelas ruas lamacentas da cidade, como um homem do povo. Os moradores de Boston insistiram para que ele “adentrasse o templo da liberdade nos ombros de escravos”²⁹ em vez de a pé.

A posse de Jefferson marcou a primeira transição pacífica de poder entre adversários políticos no novo país, um extraordinário

ponto de inflexão. O sistema bipartidário acabou se revelando essencial para a força da república. Um sistema estável de partidos ajuda a organizar as dissidências; transforma a insatisfação em um bem público e garante uma transição pacífica de poder, na qual o partido derrotado, voluntariamente e sem hesitar, entrega o poder para o partido vencedor.

Jefferson fez seu discurso de posse para o Congresso, reunido em um Capitólio ainda em construção, mas era ao povo a quem se dirigia: “Amigos e concidadãos.” É um dos melhores discursos de posse já escritos. Nele, Jefferson falou sobre o “embate de opiniões”, um que se deu nas páginas dos insubmissos jornais do país. Nesse texto, tentou deixar de lado a parcialidade ressentida das eleições e acabar com o espírito de intolerância manifesto do Ato de Sedição. “Uma diferença de opinião não é uma diferença de princípios. Temos chamado por nomes diferentes irmãos que compartilham dos mesmos princípios. Somos todos republicanos, somos todos federalistas. Se há, entre nós, alguém disposto a dissolver essa União para alterar seu formato republicano, que seja deixado em paz, como um monumento da certeza de que todo erro de opinião pode ser tolerado em um lugar onde a razão é livre para combatê-lo.” Três semanas depois, Jefferson escreveu para Sam Adams: “A tempestade passou, e chegamos ao porto.”³⁰

Mas a tempestade não havia passado. Uma das últimas e mais importantes decisões que John Adams havia tomado antes de deixar a presidência foi indicar ao cargo de chefe de justiça o virginiano John Marshall, primo de Jefferson, e também um de seus rivais políticos mais aguerridos. Os federalistas tinham perdido poder nos outros dois braços do governo, mas o tomaram e agarraram com força no judiciário, um contraponto ao voto popular, uma forma de poder mais sujeita ao abuso do que qualquer outra.

Um poder judiciário corrupto ou com demasiado poder fora um dos excessos que desencadearam a revolução. Em 1768, Benjamin Franklin tinha apontado as nomeações judiciais como

uma das “causas de insatisfação dos americanos” e, na Declaração da Independência, Jefferson incluiu em sua lista de queixas o fato de o rei ter “deixado os juízes à mercê apenas de sua própria vontade”.³¹ “O poder judiciário precisa ser independente e separado tanto do legislativo quanto do executivo para que possa fiscalizar os outros dois”, argumentou John Adams em 1776.³² Porém, há uma tensão entre a independência do judiciário e a separação dos poderes. A indicação de juízes para um cargo vitalício parecia estabelecer a independência, mas qual poder fiscalizaria o judiciário? Outra solução seria ter juízes eleitos pela população — e então seria o povo quem fiscalizaria o judiciário —, mas uma eleição popular de juízes aparentemente sujeitaria as cortes a todo tipo de capricho político. Na convenção constitucional, ninguém sugeriu que os juízes da Suprema Corte deveriam ser eleitos por voto popular, não porque os delegados não se preocupassem com a independência do judiciário, mas porque não existia, na época, um clamor por esse tipo de eleição para cargo algum, incluindo a presidência. E, embora tivesse persistido, durante algum tempo, alguma discordância acerca da efetiva autoridade do presidente ou do senado para fazer as indicações, a proposta de que o presidente deveria indicar os juízes e o senado confirmá-las, e que os indicados deveriam honrar suas indicações com “bom comportamento”, foi rapidamente aprovada, e sem maiores objeções.³³

Mesmo assim, tal arranjo revelou-se controverso durante o debate sobre a ratificação. Em um ensaio intitulado “A Suprema Corte: Eles darão ao governo praticamente o formato que quiserem”, um antifederalista apontou que o poder outorgado à corte era “sem precedentes em um país livre” porque os juízes, em última análise, não respondiam a ninguém: “Nenhum erro que cometam poderá ser corrigido por algum poder acima deles, se é que tal poder existe, nem mesmo poderão ser removidos do cargo ao cometerem repetidos erros em suas adjudicações.”³⁴

Esse é um dos motivos pelos quais Hamilton achou pertinente enfatizar, no nº 78 do *Federalista*, a fraqueza do poder

judiciário.³⁵ Quando a Suprema Corte foi criada, sem possuir sequer um prédio próprio, era realmente tão fraca quanto Hamilton a fez parecer. No começo, servia como um tribunal de apelações e de primeira instância e, sob os termos do Ato Judiciário de 1789, também como um circuito judicial. As pessoas consideravam uma boa ideia os juízes serem obrigados a percorrer um circuito, a fim de que conhecessem melhor a população como um todo. Já os juízes não gostavam muito disso e, em 1792, encaminharam uma petição ao presidente pedindo para serem dispensados dessa obrigação, onde se lia “não podemos nos conformar com a ideia de vivermos em exílio constante de nossas famílias”. Washington, que não tinha filhos, não se comoveu.³⁶ Em determinado ponto, o chefe de justiça, John Jay, escreveu a Washington para informar que faltaria à próxima sessão porque sua esposa estava dando à luz (“Não tenho como me distanciar dela”, escreveu Jay), e porque, de todo modo, não havia muita coisa em sua agenda. Em 1795, Jay renunciou ao cargo de chefe de justiça para se tornar governador de Nova York e ficar mais perto de casa. Washington, então, pediu que Hamilton tomasse o seu lugar; Hamilton disse não, assim como Patrick Henry. Quando o senado rejeitou a indicação seguinte de Washington, John Rutledge, da Carolina do Sul, Rutledge tentou se afogar perto de Charleston e gritou aos seus salvadores que “havia sido juiz por muito tempo e sabia que não existiam leis proibindo um homem de tirar a própria vida”.³⁷ Em suma: a corte estava com problemas.

Antes de deixar o cargo, Adams tentou indicar novamente Jay como chefe de justiça, mas ele se recusou, escrevendo ao presidente: “Abandonei a corte perfeitamente convicto de que, sob um sistema tão defectivo, ela não seria capaz de obter a energia, o peso e a dignidade essenciais para proporcionar o devido suporte ao governo nacional, nem de adquirir a confiança e o respeito públicos que, sendo a última instância da justiça de um país, deveria possuir.”³⁸ Tudo isso mudou com John Marshall.

Em 1801, quando Marshall foi indicado para o cargo de chefe de justiça, o presidente morava em sua residência oficial, o Congresso se reunia no Capitólio e a corte, que não possuía sede própria, ainda carecia de uma casa. Marshall fez seu juramento em uma sala úmida, fria e escura, “modestamente mobiliada e muito inconveniente” no porão do Capitólio, onde os juízes, sem assessores, não tinham uma sala para vestir seus trajes nem para deliberar. “As mortes de alguns de nossos mais talentosos juristas foram atribuídas à localização desta corte”, comentou um arquiteto. Inteligentemente, Marshall certificou-se de que todos os juízes alugassem quartos na mesma pensão, para que tivessem um lugar onde pudessem conversar entre si sem serem observados.³⁹

Praticamente o último ato que Adams realizou antes de deixar o cargo foi o de persuadir o Congresso federalista em fim de mandato a aprovar o Ato Judiciário de 1801, reduzindo o número de juízes da Suprema Corte para cinco, uma mudança programada para entrar em vigor quando a próxima cadeira ficasse vaga. O único objetivo da manobra era fazer com que Jefferson não tivesse a chance de nomear um juiz para a corte antes que dois saíssem de lá. No ano seguinte, o Congresso republicano recentemente eleito rejeitou o ato de 1801 e, além disso, suspendeu as duas sessões seguintes da Suprema Corte.

As sessões do Congresso eram abertas ao público, e suas deliberações, publicadas, corroborando com o que James Wilson havia chamado na convenção constitucional de “direito de saber” do povo. Na contramão, Marshall decidiu que as deliberações de Suprema Corte deveriam ser mantidas em sigilo. Também clamou aos juízes que só tomassem decisões unânimes — uma opinião única, idealmente redigida pelo chefe de justiça — e destruíssem todas as evidências de suas discordâncias.

Os críticos de Marshall consideravam essas práticas incompatíveis com um governo que tinha uma responsabilidade para com o povo. “O mero conceito de elaborar essas opiniões em conclaves gera suspeitas”, reclamou Jefferson.⁴⁰ Mas

Marshall insistiu na questão mesmo assim. E, em 1803, em *Marbury vs. Madison*, um processo contra James Madison, secretário de estado de Jefferson, Marshall concedeu à Suprema Corte um poder que não lhe havia sido outorgado na Constituição: o direito de decidir se as leis aprovadas pelo Congresso eram constitucionais.

E declarou: “Definitivamente faz parte da competência e do dever do departamento judicial determinar o que é a lei.”⁴¹ Um dia, tais palavras seriam gravadas em mármore; mas, em 1803, era difícil acreditar nelas.

II.

A REPÚBLICA CRESCIA como samambaias na floresta. Entre o primeiro censo federal e o segundo, a população dos Estados Unidos saltou de 3,9 para 5,3 milhões; em 1810, era de 7,2 milhões, tendo crescido a uma taxa extraordinária de 35% por década. Em 1800, 500 mil pessoas haviam deixado os estados do Leste para se instalar às margens dos rios Tennessee, Cumberland e Ohio, prenunciando uma virada política na direção do Oeste. Jefferson acreditava que o destino da república dependia da expansão: mais terra e mais fazendeiros. Ele acreditava que os *yeoman* (fazendeiros livres), seguros em suas propriedades e alheios à influência de outros homens, eram os melhores cidadãos possíveis. “Dependência gera subserviência e venalidade”, escreveu. Havia também um quê de romantismo na ligação de Jefferson com a agricultura. “Aqueles que trabalham com a terra são o povo escolhido de Deus.” Influenciado por Malthus, Jefferson acreditava que o novo país precisava conquistar mais território, tanto para alimentar a crescente população quanto para conservar suas características republicanas. Malthus postulou como lei da natureza “a tendência perpétua da raça humana de se expandir para além dos limites da sua subsistência”. Em uma população em crescimento, a

pobreza seria inevitável na velhice.⁴² Nesse aspecto, Jefferson esperava que os Estados Unidos se revelassem uma exceção.



Jefferson imaginou um “império da liberdade”, uma república de fazendeiros livres, iguais e independentes. (Biblioteca do Congresso.)

Convicto de que o destino da república dependia da agricultura, Jefferson temia a manufatura e o crescimento da indústria. Os operários nas fábricas a vapor na Inglaterra, pensava, eram o exato oposto dos cidadãos virtuosos e independentes necessários a uma república; eram trabalhadores dependentes, subservientes e venais. Jefferson mantinha uma fábrica de pregos em sua fazenda de escravos, em Monticello, embora fosse pequena, e o que ele pretendia evitar era o estágio seguinte da manufatura, a produção industrial. O que ele não conseguia perceber é que os seus campos também eram uma fábrica, que não funcionava à base de máquinas, mas sim de trabalho forçado advindo de mais de uma centena de seres humanos escravizados.

As primeiras fábricas do mundo ocidental não eram prédios abrigando máquinas movidas a vapor: eram a céu aberto, nas

plantações de cana-de-açúcar nas Índias Ocidentais, nos arrozais das Carolinas e nos campos de tabaco da Virgínia. A escravidão foi um experimento elaborado para diminuir os custos do trabalho braçal, transformando homens em máquinas. Outro experimento foi a invenção de máquinas movidas a vapor. Estes dois experimentos tinham muito em comum. Ambos exigiam um investimento financeiro, e dependiam de uma organização rígida e sistemática do tempo.⁴³ As suas diferenças dividiram a economia americana em duas: um Norte industrializado e um Sul agrícola.

A presidência de Jefferson foi uma longa batalha a respeito de qual desses sistemas deveria prevalecer, o que significava olhar para o Oeste. O território da Louisiana, uma área de 2,5 milhões de metros quadrados a Oeste do Mississippi, estava sob o domínio da Espanha desde 1763, habitado por espanhóis, mestiços, africanos e índios, em geral leais à Grã-Bretanha. A Espanha permitia que os americanos navegassem livremente pelo Mississippi e transportassem mercadorias usando o porto da importante cidade de New Orleans, um acordo essencial para a colonização do Oeste. Mas em 1800, Napoleão Bonaparte, que havia tomado o poder na França em 1799, comprou secretamente o território. Em seguida, tentou reinstaurar a escravidão em Saint-Domingue, esperando que a ilha se tornasse o coração da economia de seu império no Novo Mundo. As tropas de Napoleão capturaram e aprisionaram Toussaint Louverture em 1802, mas, no ano seguinte, com a eclosão de uma guerra entre a França e a Inglaterra, Napoleão retirou as tropas de Saint-Domingue. Os antigos escravos da ilha declararam sua independência em 1803, fundando a República do Haiti. Os Estados Unidos recusaram-se a reconhecê-la, mas lucraram com essa independência, pois, sem a ilha, Napoleão não tinha muito mais utilidade para o território da Louisiana e, em guerra com a Inglaterra, passou a precisar urgentemente de dinheiro. Jefferson e Madison providenciaram uma viagem de seu conterrâneo virginiano James Monroe até Paris para oferecer

2 milhões de dólares por New Orleans e pela Flórida (autorizando que a negociação chegasse até 10 milhões). Inesperadamente, Napoleão ofereceu todo o território da Louisiana por 15 milhões. Monroe, aproveitando a oportunidade, efetuou a compra. As consequências geográficas e econômicas disso foram enormes: os Estados Unidos duplicaram de tamanho.

Mas também houve outras consequências, tanto constitucionais quanto políticas. A restauração dos direitos de navegação pelo Mississippi e do uso do Porto de New Orleans foram, por si só, um triunfo. Porém, de acordo com a Constituição, todas as despesas tinham de ser aprovadas pela câmara, e todos os acordos pelo senado. O Congresso tinha o poder de admitir à União novos estados “fundados dentro dos limites dos Estados Unidos”, mas não tinha o poder de, especificamente, adquirir novos territórios para incorporá-los à União. As visões dos partidos divergiam sobre a questão. Os federalistas que dominavam a Nova Inglaterra argumentaram que os enviados de Jefferson haviam ultrapassado os limites de sua autoridade e que, além disso, sua compra deixaria a república “dispersa demais”, resultando, em última análise, em uma “dissolução do governo”. Os republicanos argumentaram que a compra estava contemplada pela autonomia para fazer acordos. Jefferson não tinha nenhum arrependimento da aquisição, mas tinha questões quanto à sua constitucionalidade. Desde 1787, ele vinha defendendo a limitação dos poderes do governo federal. Acreditava que a Constituição deveria ser alterada antes daquele acordo ser ratificado. “Eu prefiro requisitar um aumento do poder da nação, onde ele for necessário, do que aceitá-lo a partir de uma construção que tornaria nossos poderes infinitos.” Se a Constituição fosse interpretada de forma tão ampla a ponto de a autonomia para fazer acordos ser lida como autoridade para comprar terras de outros países, a Constituição, na opinião de Jefferson, se transformaria em uma “folha em branco”. Mesmo assim, no fim, Jefferson rendeu-se aos conselheiros, que argumentavam contra alterar a Constituição. Então, ele também pensou que aquele território enorme poderia ser “a maneira de

convencer todos os indígenas na margem Leste do Mississippi a migrar para o Oeste”.⁴⁴

Em 1804, após ler uma edição revisada do *Ensaio sobre o princípio da população*, de Malthus, Jefferson concluiu que “a maior parte desse livro não se aplica a nós” por conta das “circunstâncias singulares da imensa extensão de terras ricas e não cultivadas neste país, fornecendo um aumento na oferta de alimentos na mesma proporção do crescimento da população”. Malthus podia ter elaborado uma lei da natureza, Jefferson admitiu, mas a América representava uma exceção. “Ao expandir o império da liberdade, nós (...) fornecemos novas fontes renováveis, caso seus princípios, a qualquer momento, venham a se degenerar naquelas partes de nosso país em que eles nasceram”, escreveu em 1805.⁴⁵

Isso nem de longe resolveu a questão. Em 1806, Jefferson garantiu a aprovação de uma Lei Anti-importação, proibindo a compra de determinadas mercadorias inglesas e, em 1807, uma Lei de Embargo, proibindo a exportação de todas as mercadorias americanas. Durante a guerra vigente entre a Inglaterra e a França, os ingleses saquearam navios americanos e obrigaram as tripulações a se juntar ao seu exército. Jefferson acreditava que proibir todo o comércio era a única maneira de permanecer neutro. Nenhum navio americano poderia navegar para portos estrangeiros. Ele dizia que todas as mercadorias necessárias aos americanos poderiam ser produzidas em suas próprias casas. “Toda família americana é uma fábrica em si, e, em geral, é capaz de fazer, por conta própria, tudo que for necessário, do item mais robusto ao mais simples, para a produção de roupas e utensílios domésticos. Consideramos que uma ovelha por pessoa em uma família é suficiente para vesti-la, além do algodão, cânhamo e linho que também plantamos”, escreveu para Adams. Jefferson — cego à escravidão — acreditava em uma independência agrária que dependia de limites muito definidos na atividade econômica: “Manufatura suficiente para o nosso próprio consumo, a partir da matéria-prima bruta que produzimos (e nada

além). Comércio suficiente para escoar o excedente da agricultura que supera o nosso consumo, para um mercado que a negocie por artigos que não somos capazes de produzir (e nada além). Estes são os verdadeiros limites da manufatura e do comércio. Ultrapassá-los significa aumentar nossa dependência das nações estrangeiras e nossa suscetibilidade à guerra.”⁴⁶

O embargo devastou a economia americana. O agrarianismo de Jefferson não era apenas uma ideia defasada, como também, em grande medida, fantasiosa. Em 1793, quando Jefferson ouviu falar pela primeira vez da *cotton gin*, a descaroçadora de algodão, uma máquina que separava as fibras do algodão de suas sementes (*gin* é a abreviação de *engine*, ou “máquina”), achou que seria excelente “para o uso familiar”. Até 1815, ele alardeava que, por conta do embargo, “máquinas de cardagem em cada bairro, máquinas de fiar em cada grande família e teares nas menores estão entranhadas de forma muito profunda para serem abandonadas”. Naquele ano, as fazendas de escravos do Sul dos Estados Unidos enviaram 17 milhões de fardos de algodão para a Inglaterra, para serem cardados, fiados e tecidos nas fábricas movidas a carvão e vapor de Lancaster e Manchester.⁴⁷

O parlamento aboliu o comércio de escravos em 1807; o Congresso fez o mesmo em 1808, o primeiro ano em que ele poderia ser encerrado, nos termos da Constituição. Mas a descaroçadora de algodão havia, àquela altura, tornado a escravidão americana mais lucrativa do que nunca. O Congresso rejeitou o embargo de Jefferson quando este deixou o cargo em 1809 (seguindo o precedente criado por Washington de não concorrer a um terceiro mandato), mas na Nova Inglaterra o povo continuou a pressionar pelo desenvolvimento da indústria. O Congresso, então, autorizou um novo tipo de contagem a fazer parte do próximo censo federal, em 1810: um inventário da indústria americana, supervisionado por Trench Coxe, ex-secretário assistente do Tesouro. Em 1812, incapaz de continuar neutro em meio às Guerras Napoleônicas, o Congresso aprovou,

por uma margem apertada, uma requisição do sucessor de Jefferson, Madison, para declarar guerra à Inglaterra. O Sul apoiava a declaração, e os estados do Médio Atlântico e da Nova Inglaterra, em sua maioria, se opunha a ela. A declaração de guerra afetava de forma negativa a industrialização do Norte, criava o risco de uma invasão pelo Canadá e simbolizava, para muitos federalistas, a assustadora dominância política do Partido Republicano. Não sem motivo, os federalistas viam pouca diferença entre as administrações de Jefferson e Madison, e se sentiriam da mesma forma a respeito do sucessor de Madison, James Monroe — todos virginianos eleitos graças à cláusula dos três quintos.

Boa parte das batalhas no que viria a ser chamada de Guerra de 1812 aconteceu no Canadá. A Inglaterra teve êxito defendendo suas terras ao Norte. Em 1813, os ingleses capturaram a capital do país, Madison e seu gabinete fugiram para a Virgínia, e, em meio à guerra e uma tempestade, a residência oficial do presidente foi quase inteiramente destruída. Três funcionários do Departamento de Guerra colocaram o pergaminho original com a Constituição dos Estados Unidos dentro de um saco de linho e o levaram até um moinho de grãos na Virgínia. O gesto provou-se uma boa ideia, já que os ingleses incendiaram a cidade inteira. Mais tarde, quando perguntaram a James Madison onde a Constituição tinha ido parar, ele não fazia a menor ideia.⁴⁸ Depois da guerra, a residência presidencial reconstruída recebeu nova pintura — passou a ser conhecida como a Casa Branca.

A Guerra de 1812 lembrou aos nortistas o preço que a república havia pagado por um cálculo político feito em 1787. O povo da Nova Inglaterra não queria sequer ter começado uma guerra e se viu impotente em relação aos estados escravocratas, agora mais poderosos com a extensão da escravidão a territórios adquiridos posteriormente. Em 1804, depois da compra do território da Louisiana, Massachusetts e Connecticut pediram a abolição da cláusula dos três quintos. Seu clamor ganhou volume

em 1812, quando um pensador da Nova Inglaterra execrou a cláusula dos três quintos, chamando-a de “parte podre da Constituição” e pedindo que fosse “amputada”, em um texto polêmico chamado *Representação dos escravos*.⁴⁹ Testemunhando a adesão inevitável dos novos Estados à União, um escritor de Massachusetts estimou que “um escravo no Mississippi tem praticamente a mesma força no Congresso do que cinco homens livres do Estado de Nova York”. A fúria dos federalistas chegou ao seu clímax em 1813, na Convenção de Hartford, onde delegados de cinco Estados da Nova Inglaterra reuniram-se, em Connecticut, para debater possíveis ações, incluindo a secessão. As cidades que haviam requisitado a convenção pediam o fim da representação dos escravos. Todavia, três dias depois de a convenção enviar suas recomendações aos Estados, a última batalha da guerra teve início em New Orleans. Andrew Jackson, um jovem general do Tennessee, comandou as tropas americanas para uma vitória arrebatadora. Os protestos da Nova Inglaterra foram esquecidos, e o pedido para erradicar a cláusula dos três quintos, ignorado. No dia 3 de março de 1815, o último dia de sessão no Congresso, as resoluções da Convenção de Hartford foram lidas, registradas e prontamente deixadas de lado.⁵⁰

No dia seguinte, em Monticello, Jefferson, então com 72 anos, começou a refletir sobre o futuro dos filhos que teve com uma de suas escravas, uma mulher chamada Sally Hemings. A esposa de Jefferson, Martha Wayles, havia morrido em 1782, quando Jefferson tinha 38 anos. Enquanto ela jazia em seu leito de morte, ele prometeu a ela que nunca mais se casaria novamente. Sally Hemings era a meia-irmã muito mais jovem de sua esposa; eram filhas do mesmo pai, John Wayles, que havia tido seis filhos com uma de suas escravas, Elizabeth Hemings, ela mesma filha de uma mulher africana com um homem inglês. “Todas as relações entre um senhor e seu escravo são um exercício perpétuo das mais clamorosas paixões, do despotismo incessante de uma parte e da submissão degradante da outra”,

escreveu Jefferson em 1782, o ano da morte de sua mulher. “O homem precisa ser um prodígio, capaz de manter sua moral e seus modos ilibados perante tais circunstâncias.” Em 1789, uma Sally Hemings de 16 anos trabalhava para um Jefferson de, então, 46, em sua residência em Paris, quando engravidou. Ela poderia tê-lo deixado e ganhado a liberdade; a escravidão era ilegal na França. Mas, em vez disso, ela o fez prometer que, se ficasse com ele, ele libertaria todos os seus filhos.⁵¹



Essa caricatura política, gravada e pintada em Massachusetts por volta de 1804 e vendida em New Hampshire em 1807, retrata Jefferson como um galo e Sally Hemings como sua galinha, um atestado do quanto haviam se espalhado os rumores sobre as relações do presidente com uma de suas escravas. (American Antiquarian Society.)

No entanto, Jefferson não conseguiu manter seus filhos com Sally Hemings em segredo. Em 1800, os tipógrafos ajudaram Jefferson a se eleger, mas sua opinião sobre eles foi piorando à medida que investigavam sua vida familiar. (Durante seu segundo mandato, um Jefferson amargurado sugeriu que os jornais deveriam ser divididos em quatro seções: Verdades, Probabilidades, Possibilidades e Mentiras.)⁵² Poucos dias após ser empossado, ele reclamou que os tipógrafos “vivem pelas paixões que podem inflamar e pelas cisões que podem provocar”.⁵³ James Callender, que havia sido preso por sedição enquanto fazia campanha para Jefferson, havia desejado uma indicação política. Como Jefferson não lhe deu um cargo, Callender publicou um ensaio em 1802 no *Richmond Recorder* no qual falava sobre os rumores persistentes de que Jefferson havia tido filhos com uma de suas escravas. “Seu nome é SALLY”, escreveu ele. E, se Callender tivesse publicado a história do escândalo antes, “o estabelecimento desse simples fato teria tornado sua eleição impossível”.⁵⁴ Sally Hemings teve sete filhos com Jefferson, dando à luz o último em 1808. Jefferson, cuja eleição tinha sido possível graças à cláusula dos três quintos, vivia em um mundo responsável por criar o cálculo político no qual seus sete filhos com Sally não valiam mais do que quatro pessoas e dois décimos.

Em 4 de março de 1815, um dia depois do Congresso arquivar uma resolução para abolir a cláusula dos três quintos, assombrado por sua tragédia pessoal e pela perversidade da matemática política da nação, Jefferson tentou estimar quantas gerações teriam de se passar até que uma criança com um ancestral de sangue puramente africano pudesse ser considerada “branca”. Sob a lei da Virgínia — uma sobreposição de absurdos —, ser sete oitavos branco era, legal e magicamente, o mesmo que ser branco.

“Vamos representar o sangue puro dos brancos usando as letras maiúsculas do nosso alfabeto”, começou Jefferson, ao escrever seu raciocínio matemático. “Que o primeiro cruzamento

seja entre um a , um negro puro, com um A , um branco puro. A unidade do sangue do sujeito composto por metade do sangue de cada progenitor seria $a/2 + A/2$. Vamos abreviá-la com um m (de mestiço).” Este m era Elizabeth Hemings, a mãe de Sally, filha de um inglês, A , e uma africana, a . Ele rotulou o segundo “branco puro” de B ; um chamado “quarteirão” (*quadroon*) de q ; e o terceiro “branco puro” de C . John Wayles, o pai de Sally era o B , e q era a própria Sally. C era o terceiro presidente dos Estados Unidos. E então, concluiu sua argumentação:

Se o terceiro cruzamento for de um q com C , os filhos seriam $q/2 + C/2 = A/8 + B/4 + C/2$. Vamos chamar este sujeito de o (oitavo), que, tendo menos de $1/4$ de a , ou sangue negro puro, chega a um total de apenas $1/8$, não sendo mais um mulato. Dessa forma, um terceiro cruzamento limpa o sangue.⁵⁵

Para Jefferson, seus filhos com Hemings eram o , o terceiro cruzamento, e não negros, porque eram sete oitavos brancos: não três quintos de uma pessoa, e sim uma pessoa inteira.

Apenas quatro dos filhos de Sally Hemings viveram até a idade adulta. Ela sabia, e eles sabiam o que Jefferson sabia: se fossem embora de Monticello, poderiam passar por brancos caso quisessem e reinventar a si mesmos como cidadãos, fazendo seus próprios cálculos naquela república feita de sangue.

* * *

AS CONSCIÊNCIAS DE OUTROS HOMENS os perturbavam de formas diversas. Em dezembro de 1816, um grupo de reformistas do Norte e senhores de escravo do Sul se encontraram no Davis’s Hotel em Washington para uma reunião encabeçada por um homem de fala rápida, Henry Clay, congressista do Kentucky e presidente da câmara. Eles se reuniram para discutir o que fazer a respeito do crescente número de negros livres nos Estados Unidos. Em 1790, haviam 59.467; em 1800, eram 108.398; em 1810, 186.446 — o que, para alguns, era uma multidão

ameaçadora. O censo deixou claro que a população americana crescia em um ritmo nunca antes visto na história do mundo. Ao mesmo tempo, também deixou muito claro o fato de que os treze estados originais do Leste vinham perdendo força em comparação aos novos estados do Oeste. A instituição da escravidão, muito longe de morrer das causas naturais — como previam os autores da Constituição — estava em franca expansão no Oeste, embora estivesse em declínio no Leste. Dois novos estados haviam entrado recentemente para a União como estados livres: Ohio, em 1803, e Indiana, em 1816. Outros dois entraram como estados escravocratas: Louisiana, em 1812, e Mississippi, em 1816. Porém, a população dos estados livres crescia mais do que nos estados escravocratas. E a população dos negros livres crescia a um ritmo que superava em mais de duas vezes o crescimento da população dos brancos.

Em Washington, os homens que se encontraram no Davis's Hotel elaboraram um plano: fundariam uma colônia na África para, nas palavras de Clay, “livrar nosso país de uma parte inútil e perniciosa, para não dizer perigosa, de sua população”. Eles elegeram um presidente, Bushrod Washington, sobrinho de George Washington e juiz da Suprema Corte. Andrew Jackson era o vice-presidente. E batizaram essa organização de Sociedade Americana de Colonização.⁵⁶

Em 1816, as diferenças entre republicanos e federalistas começaram a se alinhar com as discordâncias acerca da questão da escravidão. Em seu diário, John Quincy Adams, filho do ex-presidente, que trabalhou como secretário de Estado para o novo presidente, James Monroe, começou a se referir aos dois partidos como “partido da escravidão” e “partido livre”.⁵⁷ Qualquer extensão da União ameaçava o equilíbrio entre essas duas forças políticas. Em 1819, o Missouri, que havia sido colonizado pelos sulistas, tornou-se a primeira parte do território da Louisiana a Oeste do Mississippi e ao Norte do rio Ohio a entrar na União como um estado. No projeto de lei que concedia a admissão ao Missouri, James Tallmadge, um congressista de

Nova York, introduziu uma emenda que teria proibido a escravidão no estado. Quando um crítico da emenda disse que ela destruiria a União, Tallmadge respondeu: “Meu Senhor, se a União tiver que ser dissolvida, que assim seja!”⁵⁸

A emenda de Tallmadge foi aprovada por uma margem pequena na câmara, mas rejeitada no senado. O debate que se seguiu durou mais de dois anos. Ao enfrentar a questão, membros do Congresso tinham a vantagem de possuir um extraordinário banco de dados sobre a população, mas sofriam com a falta de uma perspectiva histórica sobre a própria Constituição. O voto de silêncio de 55 anos feito pelos delegados da convenção constitucional — que impediu que James Madison publicasse suas *Anotações* — significava que, qualquer que fosse a lógica por trás da cláusula dos três quintos, ela era, na prática, incognoscível. Em novembro de 1819, Madison, que passava sua aposentadoria na Virgínia, respondendo a um questionamento sobre o Missouri, explicou seu ponto de vista de que a Constituição provavelmente não outorgava ao Congresso a autoridade de tornar a proibição da escravatura uma condição para entrar na União e que, de todo modo, uma vez que o Missouri havia se tornado um estado, ele tinha o direito de instituí-la se assim quisesse. Para Madison, um dos membros da Sociedade de Colonização, a questão podia ser subdividida em uma questão moral, outra de aritmética política e ainda uma questão constitucional, uma questão legal.

“Melhoraremos ou não as condições de vida dos escravos se reduzirmos os números de escravos pertencentes a um mesmo senhor e ao mesclá-los à massa maior de cidadãos livres? Será que a força, segurança, tranquilidade e harmonia agregada de toda a nação aumentará ou diminuirá se reduzirmos a proporção entre escravos e pessoas livres em áreas específicas?”, perguntou Madison.⁵⁹

Tallmadge e seus apoiadores condenavam a política da escravidão, criticavam duramente a injustiça da representação dos escravos e insistiam que qualquer barganha feita na

convenção constitucional não precisava se estender aos estados que não existiam em 1787. Seus oponentes, em vez de defender a escravidão, insistiam na impraticabilidade da emancipação, argumentando que negros e brancos jamais seriam capazes de viver como iguais. “Não há lugar para negros livres nos Estados Unidos — não há nenhum lugar onde eles não sejam degradados. Se esse lugar existisse, a sociedade de colonização jamais teria sido formada”, disse um deles.⁶⁰ Por trás dos comentários de Madison sobre “reduzir a proporção entre escravos e pessoas livres” e dos torturantes cálculos de Jefferson sobre quantas gerações precisariam se passar para que seus próprios filhos pudessem ser considerados “brancos”, existe a seguinte verdade incômoda: nenhum desses homens era capaz de imaginar como seria viver com afrodescendentes em situação de igualdade política.

E, mesmo assim, Jefferson cumpriu sua promessa a Sally Hemings. As duas filhas mais velhas deles, Beverly e Harriet, deixaram Monticello, aparentemente com a sua aprovação. “A Harriet da Sally fugiu”, escreveu Jefferson em 1822, em seu “Livro da Fazenda”, onde ele fazia o controle de sua propriedade humana. Harriet Hemings não havia fugido. Ela tinha 21 anos, e Jefferson a libertou. “Ela era branca como todos os outros e muito bonita”, recordou um dos capatazes de Jefferson. Segundo ele, o patrão havia pedido que desse 50 dólares a ela e pagasse seu transporte de diligência até a Filadélfia. De lá, ela viajou para Washington, onde a irmã, Beverly, já havia se instalado. “Ela achou que seria interessante ir até Washington e assumir o papel de uma mulher branca”, disse um irmão de Harriet chamado Madison, o único dos filhos de Sally Hemings a viver sua vida como negro. Madison, aparentemente, jamais perdoou a irmã, mas guardou seu segredo. “Até onde sei, sua identidade como Harriet Hemings de Monticello jamais foi descoberta. Em Washington, Harriet casou-se com um homem branco de boa posição social e cujo nome eu poderia revelar, mas não revelarei.”⁶¹

No salão do Congresso, homens esmurravam as mesas, ficavam de pé para discursar e também ouviam, de forma atenta ou indiferente. No ar viciado do ambiente, pairava mais uma proposta. Sulistas como Henry Clay e John Tyler começaram a usar um argumento matemático sobre “difusão”: se a escravidão fosse permitida em estados como o Missouri, as pessoas que quisessem adquirir escravos teriam de comprá-los de estados como a Virgínia. Isso faria a escravidão crescer como instituição no Oeste, embora o número de escravos fosse pequeno. Enquanto isso, o número de escravos no Leste continuaria decrescendo, e em ambas regiões a proporção entre escravos e pessoas brancas seria menor. Esperava-se que isso melhorasse as condições de vida dos escravos e reduzisse a probabilidade de que tivessem filhos com brancos. Seria possível clarear o sangue de uma nação?

“A difusão é um remédio tão eficaz contra a escravidão quanto seria contra a varíola”, ironizou Daniel Raymond, um advogado de Baltimore, em um panfleto de 39 páginas chamado *The Missouri Question*. Raymond era membro da Sociedade Americana de Colonização, mas, segundo seu pensamento, a ideia “de que a Sociedade de Colonização poderia ter, sob quaisquer circunstâncias, algum efeito perceptível na erradicação dos escravos de nosso solo é profundamente quimérica”. Era uma questão de Malthusianismo: “à medida que a população cresce em progressão geométrica, é completamente impossível, por estes meios, provocar qualquer redução perceptível do número de negros em nosso país. Pelo contrário, a maldição da escravidão continuará se expandindo, também em progressão geométrica, apesar de todos os esforços da Sociedade.” A escravidão não iria simplesmente desaparecer, alegava Raymond: “Trata-se de um axioma tão verdadeiro quanto o primeiro teorema de Euclides, que, se não for combatido, se tornará, a cada ano, mais inveterado e mais terrível.”⁶²

Os sulistas rebateram Raymond no próprio senado. Entre outras coisas, apontaram que uma objeção moral com fronteiras

geográficas — aqueles que se opunham à escravidão no Oeste prometiam que não fariam nada a respeito dela no Sul — estava muito longe de ser uma convicção profunda. O senador da Virgínia, James Barbour, perguntou: “Que tipo de ética é essa limitada pela latitude e pela longitude, que é inoperante à margem esquerda, mas onipotente na margem direita de um rio?” Mas a matemática de Raymond, de qualquer forma, acabou se mostrando correta. Ao calcular o crescimento da população de escravos com base na sua proporção de crescimento conhecida, Raymond previu que o número de escravos nos Estados Unidos, menos de 900 mil em 1800, seria de 1,9 milhão em 1830. Ele chegou muito perto: ela seria de 2 milhões.⁶³

Meses e meses de lápis no papel, somando e subtraindo, multiplicando e dividindo, não resolveram a questão da proporção entre as pessoas brancas e negras nos Estados Unidos. Nem o plano de colonização. (Apenas cerca de 3 mil afro-americanos migraram para a Libéria). A questão do Missouri foi resolvida de forma mais ou menos acidental. Em 1820, o Maine, que tinha sido parte de Massachusetts, encaminhou uma petição para ser admitido na União como estado livre. O Alabama fora admitido à União no verão anterior, como um estado escravocrata, fazendo com que o número de estados livres e escravocratas ficasse igual, com doze para cada. O Congresso, ansioso para resolver o impasse com o Missouri, elaborou um acordo que fazia com que o equilíbrio entre os estados permanecesse inalterado. De acordo com o Compromisso do Missouri, um pacto habilmente mediado por Clay — que depois disso passou a ser conhecido como “O Grande Negociador” —, o Missouri seria admitido como um estado escravocrata e o Maine como estado livre. Uma linha seria traçada sobre a latitude de 30°30’, a fronteira Sul do Missouri: qualquer estado formado nos territórios acima dessa linha entraria na União como um estado livre, e qualquer estado abaixo dela entraria como escravocrata. A cláusula dos três quintos sobreviveu, mas John Quincy Adams não acreditava que perdurasse por muito mais tempo. “Tenha como certo que o

presente é um mero preâmbulo, a página de rosto de um livro grande e trágico”, escreveu ele em seu diário. “O presidente crê que a questão desaparecerá por causa de um acordo, mas eu não. Estarei muito enganado se ela não estiver destinada a sobreviver tanto à sua vida política e privada quanto à minha.”⁶⁴ Ele não estava enganado.

III.

OS PRIMEIROS CINCO PRESIDENTES dos Estados Unidos — Washington, Adams, Jefferson, Madison e Monroe — eram diplomatas, soldados, filósofos e estadistas. Mesmo Monroe, o mais jovem e menos proeminente de todos, tinha lutado na Guerra da Revolução e servido no Congresso Continental. Porém, em 1824, essa geração já havia ficado no passado. John Quincy Adams era predestinado — pelo menos por seu pai — como seu sucessor, talhado desde a infância para ocupar a presidência. “Você veio a este mundo com privilégios que serão a sua desgraça caso o seu sucesso seja medíocre. E se você não chegar (...) ao comando do seu país, terá sido culpa de sua própria preguiça, negligência e teimosia”, disse John Adams a ele.⁶⁵

John Quincy Adams não era nem um pouco dado à vagabundagem. Começou a manter um diário em 1779, quando tinha 12 anos e estava em uma missão diplomática com seu pai na Europa. Após concluir seus estudos e passar no exame da ordem, atuou como embaixador de Washington na Holanda e em Portugal, como embaixador de seu pai na Prússia e como embaixador de Madison na Rússia. Falava quatorze idiomas. Como secretário de Estado, redigiu a Doutrina Monroe, estabelecendo o princípio de que os Estados Unidos se manteriam fora das guerras na Europa, mas poderiam considerar qualquer aventura colonial europeia nas Américas como um ato de agressão. Quando decidiu concorrer à presidência, já havia

atuado como senador da república, ensinado lógica em Brown e retórica e oratória em Harvard.

Em 1824, dizia-se que os eleitores americanos estavam diante de uma escolha entre “John Quincy Adams, / Que sabe escrever / E Andrew Jackson, / Que sabe lutar”.⁶⁶ Se a batalha entre John Adams e Thomas Jefferson tinha determinado se a aristocracia ou o republicanismo prevaleceriam (e, com Jefferson, venceu o segundo), a batalha entre Andrew Jackson e John Quincy Adams determinaria se prevaleceria o republicanismo ou a democracia (e, com Jackson, venceria, no fim das contas, a democracia). A chegada dele ao poder marca o nascimento do populismo americano, um conjunto de práticas políticas segundo as quais o melhor governo é aquele controlado mais de perto pela maioria popular. O populismo está ligado ao povo, mas, no seu cerne, está ainda mais ligado aos números.⁶⁷

Herói nacional após a Batalha de New Orleans, Jackson liderou investidas contra os Seminoles, os Chickasaws e os Choctaws, lançando mão de uma estratégia que intercalava acordos e ataques, com enorme ênfase neste último, tudo parte de um plano para fazer com que todos os indígenas que viviam no Sudeste dos Estados Unidos migrassem para os territórios a Oeste. Jackson era um sujeito provinciano e havia recebido uma educação muito ruim. (Mais tarde, quando Harvard concedeu um diploma honorário a ele, John Quincy Adams recusou-se a comparecer à cerimônia, chamando-o de “um bárbaro incapaz de escrever uma frase sem erros, que mal sabe soletrar seu próprio nome”).⁶⁸ Tinha a merecida reputação de agressivo, mal-humorado e assassino, tanto nos campos de batalha quanto fora deles. Quando concorreu à presidência, Jackson havia passado menos de um ano no senado. Sobre a sua candidatura à Casa Branca, Jefferson declarou: “É um dos homens mais inadequados que eu conheço para ocupar tal cargo”.⁶⁹

Jackson tomou uma decisão diabolicamente sagaz: transformar a ausência de determinadas qualidades em si — como prudência, educação, experiência política — em sua força.

Concorreria ao cargo como um militar de cabeça quente que havia se tornado quem era por seus próprios esforços. Para tanto, precisava contar sua história de vida. Poucas semanas após sua vitória na Batalha de New Orleans, enquanto se preparava para a carreira política, Jackson contratou um biógrafo. Aos 65 anos, David Ramsay era legislador da Carolina do Sul, além de médico e historiador, autor de livros como *História da Revolução Americana* (1789), dividido em dois volumes, e uma representação heroica de *A Vida de George Washington* (1807). Contudo, antes que Ramsay pudesse começar a trabalhar na biografia, ele levou um tiro pelas costas nas ruas de Charleston. Jackson contratou, então, seu ajudante de campo, John Reid, que escreveu quatro capítulos antes de morrer, também, de forma infeliz e inesperada. “O livro precisa ser finalizado”, insistia Jackson, que em seguida recorreu a John Eaton, advogado de 26 anos que servira sob seu comando na Guerra Creek e na Guerra de 1812. Eaton era “amigo do peito e filho adotado” de Jackson, de acordo com Margaret Bayard Smith, romancista e observadora incrivelmente perspicaz da política de Washington e da sociedade que o cercava. (Seu marido, Samuel Harrison Smith, foi um dos presidentes do Banco dos Estados Unidos.) *A Vida de Andrew Jackson*, de Eaton, foi lançado em 1817. No ano seguinte, Eaton foi eleito para o senado e, em 1823, quando Jackson juntou-se a ele em Washington, os dois senadores do Tennessee ficaram hospedados no mesmo alojamento.⁷⁰

Andrew Jackson, um homem do povo, foi o primeiro candidato presidencial a fazer uma campanha eleitoral, o primeiro a aparecer em bottons e praticamente o primeiro a publicar uma biografia. Em 1824, quando Jackson anunciou sua candidatura à presidência, Eaton, que era o coordenador da campanha, fez uma revisão perspicaz do livro, removendo tudo que pudesse ser considerado negativo no passado de Jackson, chamando a atenção para os aspectos positivos, transformando em pontos fortes o que anteriormente haviam sido consideradas fraquezas:

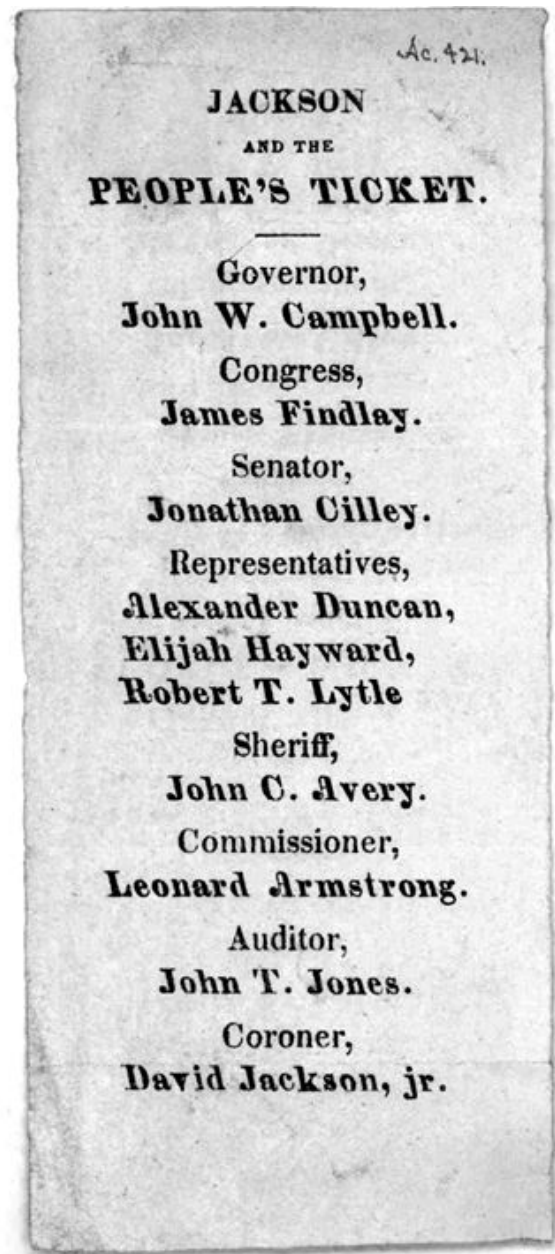
o Jackson de Eaton não era inculto; era autodidata. Não tinha recebido uma educação ruim; tinha “se criado sozinho”.⁷¹

A eleição de 1824 também alterou o próprio método para a escolha do presidente. Por que um indicado pelo partido tinha de ser escolhido por um caucus no Congresso? As convenções legislativas só funcionaram enquanto os eleitores não se importaram com o fato de não ter, virtualmente, influência alguma na escolha do presidente.⁷² A população começou a pedir a cabeça do “Rei Caucus” em 1822, quando o jornal *New York American* perguntou: “Por que uma convenção geral de delegados republicanos de vários estados não se reúne em Washington alguns meses antes do período da eleição do presidente e decide, por uma maioria, a escolha de um indivíduo para um cargo tão elevado?” Dois anos depois, a oposição popular ao caucus tinha aumentado. Depois que a imprensa ficou sabendo que uma reunião do caucus seria realizada na câmara, apenas seis dos 240 legisladores se dispuseram a aparecer perante um público descontente, que inundava as galerias, gritando “Suspendam! Suspendam!”. E assim foi feito.⁷³

Com o caucus morto, John Quincy Adams, John C. Calhoun e Henry Clay simplesmente anunciaram suas candidaturas. Jackson queria um mandato com força popular: ele foi indicado pela legislatura do Tennessee. A candidatura de Jackson também ganhou impulso graças aos eleitores que haviam conquistado recentemente o direito ao voto. Ao entrar na União, os novos estados organizaram convenções para redigir e ratificar suas próprias constituições estaduais: em quase todos os casos, adotaram modelos mais democráticos do que os que prevaleciam nos treze estados originais. Foram abolidas as exigências de propriedade para garantir o direito ao voto, substituídas as indicações oficiais por eleições oficiais, e a eleição dos delegados do colégio eleitoral foi transferida para o voto popular. As novas e mais democráticas constituições estaduais colocaram pressão nos estados mais antigos para que estes revisassem as suas próprias. Em 1821, as exigências de propriedade para votar

não existiam mais em 21 dos 24 estados. Três anos depois, 18 dos 24 estados tinham instituído eleições populares para os delegados do Colégio Eleitoral. Cada vez mais homens brancos e pobres concorriam e eram eleitos, para o desgosto de conservadores como James Kent, chanceler de Nova York. Na convenção constitucional do estado de 1821, Kent reclamou: “A ideia de que todo homem que trabalha um dia na estrada ou serve por uma hora ociosa na milícia tem direito a uma participação igualitária em toda a autoridade governamental é profundamente irracional e não encontra qualquer respaldo na justiça.” Ele acreditava na representação proporcional — na representação proporcional à riqueza: “A sociedade é uma associação para a proteção da propriedade, bem como da vida. O indivíduo que contribui com apenas um centavo para o todo não pode ter o mesmo poder e influência na condução das questões acerca da propriedade do que aquele que contribui com milhares.”⁷⁴

Como o tipo de pessoa que tinha direito ao voto havia mudado, mudou também o método de votação. Os primórdios da votação em papel tinham sido desajeitados e inconvenientes; esperava-se que os eleitores levassem até os locais de votação um pedaço de papel no qual podiam escrever os nomes dos candidatos de sua escolha. Com o eleitorado se expandindo, o sistema se tornou ainda mais impraticável. Em jornais alinhados à sua ideologia, os líderes dos partidos começaram a imprimir cédulas em longas colunas, listando todos os candidatos, chamadas de “cartão de partido”. Esse sistema consolidou o poder dos partidos e contribuiu para a expansão do eleitorado: com os cartões de partido, os eleitores não precisavam saber escrever nem sequer ler; cada cartão de partido era impresso em papéis de cores diferentes e estampado com o símbolo de cada partido.



Cédulas de papel eram amplamente usadas na década de 1820, geralmente na forma de “cartões de partido”, contendo uma lista completa dos candidatos, como esta do Partido Democrático de Ohio de 1828. (Biblioteca do Congresso.)

Em 1824, Jackson venceu tanto no voto popular quanto na pluralidade, embora não na maioria do voto eleitoral. A eleição

caiu nas mãos da câmara, que escolheu John Quincy Adams depois que Henry Clay lhe ofereceu seu apoio. Adams indicou, então, Clay como seu secretário de Estado. Jefferson escreveu para John Adams para parabenizá-lo pela eleição de seu filho. Tendo se aposentado da política, os dois haviam renovado sua amizade dos tempos de juventude. “Cada linha sua enleva meu espírito”, respondeu Adams.⁷⁵

Jackson, furioso com o que viu como uma “barganha desonesta”, renunciou ao senado em 1825, retornou a Hermitage, como era conhecida sua mansão, e ficou em compasso de espera enquanto seu eleitorado crescia. Entre 1824 e 1828, ele mais que dobrou, saltando de 400 mil pessoas para 1,1 milhão. Os homens que haviam comparecido à convenção constitucional de 1787 balançavam suas cabeças grisalhas, alertando os americanos de que eles haviam coroado um novo monarca, o Rei Números.⁷⁶

* * *

NO DIA 4 DE JULHO DE 1826, os Estados Unidos celebraram seu jubileu, o décimo quinto aniversário da Declaração de Independência. Nas cidades e vilarejos, americanos desfilavam, cantavam, erguiam seus copos e ouviam discursos. Muitos desses discursos celebravam o novo espírito democrático, o fim do desprezo pelos responsáveis pela fundação daquele país. “Devem existir aqueles que ridicularizam a insinuação de que a escolha do todo é preferível ao discernimento de uns poucos esclarecidos”, disse o historiador George Bancroft, discursando em Boston. “Essas pessoas creem, em seus corações, que as massas são ignorantes; que os fazendeiros não sabem nada sobre legislação; que mecânicos não deveriam abandonar os trabalhos em suas oficinas para ajudar a compor a opinião pública. Mas a verdadeira ciência política, na verdade, venera as massas.” A voz do povo, argumentou Bancroft, “é a voz de Deus”.⁷⁷

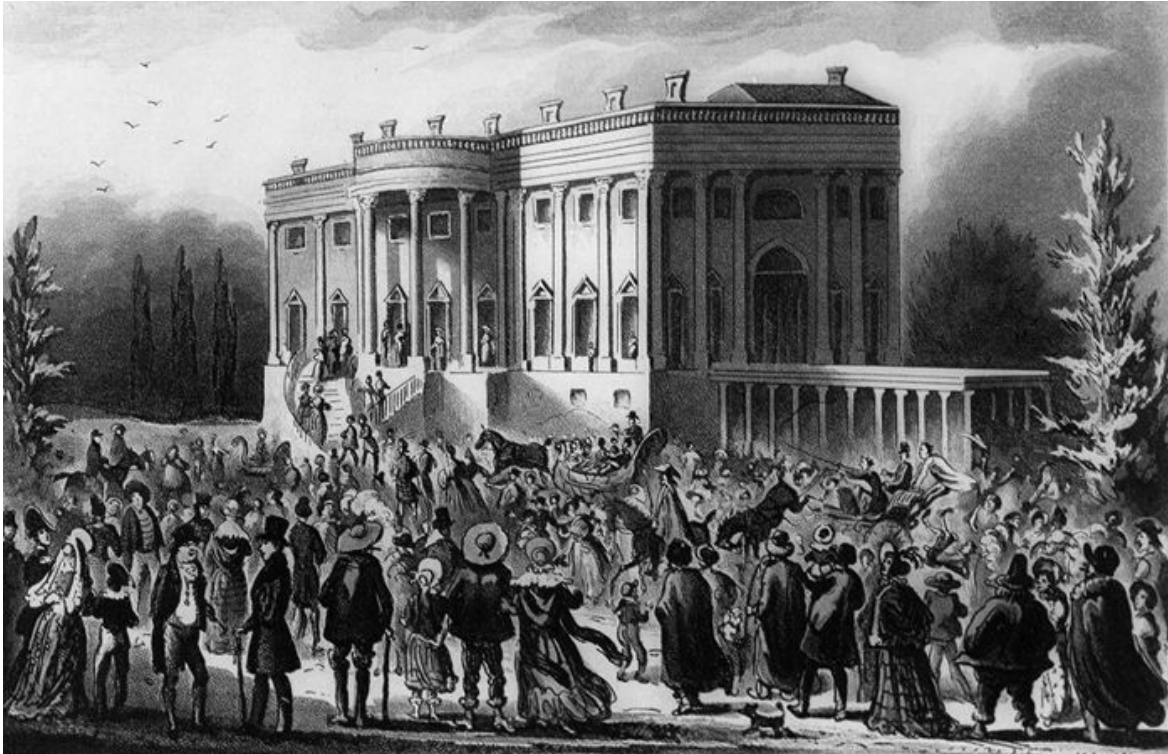
Nada marcou de forma mais evidente o fim da era da fundação do que a coincidência na morte de dois homens, naquele mesmo dia: Thomas Jefferson, o redator da Declaração, e John Adams, a voz da independência. Adams morreu aos 90 anos, em sua casa em Massachusetts. “Ele deu seu último suspiro por volta das 18 horas, enquanto milhões de seus compatriotas se engajavam nas festividades do jubileu da nação, tecendo louvores aos imortais patriotas cujo valor e virtude conquistaram a liberdade e a independência de seu país”, relatou um jornal.⁷⁸ A saúde de Jefferson estava em declínio havia anos; ele tinha perdido todos os dentes e a visão, e dormia em uma poltrona exageradamente estofada em sua biblioteca, vestindo um casaco formal e uma boina de algodão, cercado pelos livros que deixou em testamento para o filho, John Quincy. Os disparos dos canhões no 4 de julho foram praticamente abafados pelo som dos trovões de uma tempestade vespertina. Ao ser carregado até a cama, Adams se contorceu e sussurrou: “Thomas Jefferson sobrevive.” Ele morreu às 18h20. Porém, na Virgínia, Jefferson, aos 83, tinha morrido às 12h50.

Meses antes, Jefferson elaborara um testamento em que concedia a liberdade aos seus últimos dois filhos com Sally Hemings, Madison e Eston; mas o documento não mencionava Sally. Convidado para as comemorações do Quatro de Julho em Washington, Jefferson tentou enviar, em seu lugar, um pedido de desculpas por carta, com palavras que, até os dias de hoje, celebram essa verdade autoevidente: “o grosso da humanidade não nasce com selas nas costas, assim como alguns poucos privilegiados não nascem com botas e esporas, prontos para montá-los.” Jefferson agonizava de morte. Vinha sendo tratado com láudano para a dor e dormiu a maior parte dos dias 2 e 3 de julho. Após esse episódio, passou a recusar o remédio. Ele morreu no dia 4, enquanto os sinos na cidade vizinha de Charlottesville dobravam em comemoração ao aniversário da independência americana.

Foi o irmão de Sally Hemings, John, quem fez o caixão de Jefferson. Seis meses depois, para saldar suas dívidas, o espólio inteiro de Jefferson, incluindo 130 escravos, foi leiloado. Os filhos de Fossett, primos dos de Sally Hemings, estavam entre os “130 VALIOSOS NEGROS” vendidos ao lance mais alto.⁷⁹ Hemings, aos 53 anos, havia sido avaliada em 50 dólares, mas não foi vendida naquele leilão; àquela altura, ela havia trocado discretamente Monticello por Charlottesville, onde morou até sua morte. De Monticello, levou consigo um par de óculos de Jefferson como uma lembrança dele — um homem de visão, e também de cegueira.⁸⁰

Sua filha, Harriet Hemings, tinha 37 anos e ainda vivia em Washington em 1828, quando Andrew Jackson finalmente derrotou John Quincy Adams em uma eleição que marcou a fundação do Partido Democrático, o partido de Jackson, o partido dos homens comuns, dos fazendeiros, dos artesãos: o partido do povo.

Jackson venceu com gritantes 56% do voto popular. Quatro vezes mais homens brancos votaram em 1828 do que em 1824. Eram multidões às urnas, multidões que, em vez de pedras, usavam cédulas, pedaços de papel: os cartões de Jackson, com os quais concederam seus votos para os delegados de Jackson para o Colégio Eleitoral e para uma lista completa dos candidatos do Partido Democrático. Era a maioria no poder. Assistindo a ascensão da democracia americana, uma elite política envelhecida entrou em desespero, temendo que a república não sobrevivesse a um governo do povo. John Randolph, da Virgínia, escreveu: “O país foi arruinado, sem chances de redenção.”⁸¹



A posse de Jackson em 1829 levou uma multidão sem precedentes ao Capitólio — todas as pessoas o seguiram até a Casa Branca.

Em um dia ameno de inverno, 4 de março de 1829, 20 mil americanos foram até Washington para a turbulenta cerimônia de posse de Andrew Jackson. Barcos a vapor que partiam de Alexandria ofereciam passagens com desconto para atravessar o Potomac.⁸² “Milhares e milhares de pessoas, sem distinção de classe, se agruparam em uma imensa massa ao redor do Capitólio”, escreveu Margaret Bayard Smith. Jackson foi o primeiro presidente a fazer seu discurso de posse para o povo americano. Seguindo a prática estabelecida por Jefferson, em vez de ir a cavalo até o Capitólio, foi a pé. Harriet Hemings pode tê-lo assistido de alguma calçada.

John Marshall conduziu o juramento. Margaret Bayard Smith disse que, quando Jackson começou a falar, “fez-se um silêncio quase de espanto e a multidão ficou imóvel, prestando muita atenção para ouvir o som de sua voz”.

Ao subir a voz, ele celebrava o triunfo dos números. “O primeiro princípio de nosso sistema é que a maioria deve

governar”, disse Jackson. Fez uma mesura em saudação ao povo, e então a multidão se aproximou toda ao mesmo tempo, quase o esmagando com seu afeto. “Foi com grande dificuldade que ele saiu do Capitólio, atravessou toda a gente e desceu o morro na direção do portão que leva para a avenida”, relatou Smith. O juiz da Suprema Corte Joseph Story compareceu à cerimônia de juramento e depois foi embora, lamentando o “reinado do Rei Multidão”.⁸³

Mesmo depois que o presidente subiu em uma montaria, as pessoas continuaram seguindo. “Camponeses, fazendeiros, cavalheiros, a cavalo e a pé, meninos, mulheres e crianças, negros e brancos”, escreveu Smith. “Carruagens, vagões e carroças, todos o seguiram até a residência presidencial.” Acompanharam Jackson da escadaria do Capitólio até a Casa Branca, onde, pela primeira vez, as portas foram abertas ao público. Uma “turba, uma multidão de meninos, negros, mulheres, crianças, tumultuando, brigando, fazendo bagunça. Mulheres desmaiavam, os narizes dos homens sangravam, e um cenário de caos impossível de ser descrito se instaurou. Quem tinha conseguido entrar não conseguia sair pela porta, tendo que se esgueirar pelas janelas”, continuava o relato de Smith. Houve uma preocupação real de que o presidente pudesse morrer esmagado pelas pessoas até o fim do dia. “Mas aquele era um dia para o povo, e o presidente do povo e o povo agora governariam juntos.”⁸⁴ O governo dos números havia começado.

Seis

A ALMA E A MÁQUINA



Na década de 1830, as estradas de ferro surgiram como um símbolo do progresso, retratadas, como nesta gravura, de modo a parecer que abriam caminho em meio à floresta para levar a civilização para todo o continente. (LC-USZ62-51439 (cópia de negativo de filme em p&b))

MARIA W. STEWART, NEGRA E LINDA, CARREGAVA UM manuscrito debaixo do braço enquanto trilhava seu caminho pelas ruas de Boston, pavimentadas com pedra, em direção aos escritórios do *Liberator*, no número 11 da Merchant's Hall, próximo ao porto. “Nossas almas ardem com a mesma paixão pela liberdade e pela independência que incendeia as vossas”, escrevera em um ensaio que pretendia publicar. Descendente de escravos, Stewart tinha nascido livre, em Connecticut, em 1803. Após ficar órfã, aos 5 anos, tornou-se empregada doméstica de um homem do clero até completar 15. Em agosto de 1826, semanas após o quinto aniversário da assinatura da Declaração

de Independência e das mortes de John Adams e Thomas Jefferson, casou-se aos 23 anos com um homem muito mais velho. James W. Stewart, seu marido, descrito como “um mulato claro; relativamente entroncado e corpulento”, tinha servido à marinha durante a Guerra de 1812; capturado, fora prisioneiro de guerra. “Foi o sangue de nossos pais e as lágrimas de nosso irmãos que enriqueceram vossas terras”, escreveu Maria Stewart em seu primeiro e revolucionário ensaio sobre a história americana. “E NÓS REIVINDICAMOS NOSSOS DIREITOS.”¹

O editor do *Liberator*, William Lloyd Garrison, era dois anos mais jovem do que ela. Havia sido aprendiz de tipografia e atuado como tipógrafo e editor, colecionando repetidos fracassos até a fundação de seu jornal mais radical. Magro e com a calvície começando a despontar, Garrison dormia numa cama montada no chão de seu escritório abarrotado, com uma prensa de tipos móveis num dos cantos. Tinha ali um gato só para comer os ratos. Stewart disse a Garrison que desejava escrever para o seu jornal, para dizer o que achava que tinha de ser dito ao povo americano. Impressionado com sua “inteligência e excelência de caráter”, como se recordaria mais tarde, Garrison publicou o primeiro de seus ensaios em 1831, em uma coluna chamada Ladies’ Department (Departamento das Mulheres, em tradução livre). “Esta é a terra da liberdade. Todo homem tem o direito de expressar sua opinião”, escreveu Stewart. E toda mulher, também. Por isso, questionou: “Por quanto tempo as filhas legítimas da África serão obrigadas a enterrar suas mentes e seus talentos debaixo de uma pilha de panelas e chaleiras?”²

Stewart era uma cristã renascida, arrebatada na onda religiosa que varreu o país e atingiu o seu ápice nas décadas de 1820 e 1830 nas cidades industriais que se alastravam como o *kudzu* às margens do Canal de Erie, aberto para conectar o rio Hudson aos Grandes Lagos, onde o poder da energia a vapor e a febre da industrialização só eram iguados pelo poder de Cristo e o fervor do Evangelho. Antes do renascimento começar, apenas um em cada dez americanos frequentava alguma igreja; ao fim,

essa proporção havia saltado para oito em dez.³ O ministro presbiteriano Lyman Beecher o chamou de “a maior obra de Deus, e o maior renascimento religioso que o mundo já testemunhou”.⁴

Tal renascimento, conhecido como o Segundo Grande Despertar, contaminou a política americana com o fanatismo do milenarismo: os convertidos mais fervorosos acreditavam estar prestes a eliminar todo o pecado do mundo. Essa limpeza tornaria possível a Segunda Vinda de Cristo, a qual esperavam que fosse ocorrer no curtíssimo espaço de três meses e não nas terras sagradas de Belém ou Jerusalém, mas sim nos Estados Unidos em processo de industrialização, em Cincinnati ou em Chicago, em Detroit ou Utica. Seus ministros pregavam o poder do povo, oferecendo uma espécie de jacksonianismo espiritual. “Deus fez do homem um agente moral livre”, declarou, em seu vozeirão, o muito negro e muito alto Charles Grandison Finney.⁵ E o renascimento foi revolucionário: ao enfatizar a igualdade espiritual, ele fortaleceu os protestos contra a escravidão e contra a desigualdade política das mulheres.

“Não é a cor da pele que define um homem ou uma mulher, mas os princípios em sua alma”, escreveu Stewart.⁶ A democratização da política americana foi acelerada por revivalistas como Stewart, que acreditava na salvação do indivíduo através da prática de boas ações e na igualdade de todas as pessoas aos olhos de Deus. A essa crença opunha-se duramente a brutal realidade da era da industrialização, uma verdadeira trituradora de almas.

I.

Os Estados Unidos nasceram como república e cresceram para se transformar em democracia. Nesse processo, racharam-se ao meio, incapazes de conciliar seu sistema de governo com a escravidão. Nas primeiras décadas do século XIX, a democracia era celebrada: o direito de governar da maioria tornou-se dogma,

e o direito ao voto foi estendido a todos os homens brancos, avanços altamente ridicularizados pelos conservadores que alertavam que um governo baseado em números destruiria a república. Na década de 1830, o experimento americano havia produzido a primeira democracia popular em larga escala na história do mundo, uma política expressa em campanhas e desfiles, comícios e convenções, com um sistema bipartidário controlado por uma imprensa parcial e um eleitorado educado em um novo sistema de escolas financiadas com dinheiro público.

Os principais debates da metade do século XIX eram sobre a alma e a máquina. Um deles misturava religião e política. Quais seriam as consequências políticas do conceito de igualdade de almas? A alma dos Estados Unidos poderia ser redimida do pecado original que era ter uma Constituição que sancionava a escravidão? Outro debate combinava a política com a tecnologia. As novas tradições democráticas da nação sobreviveriam na era das fábricas, das estradas de ferro e do telégrafo? Em uma linha do tempo, se cada evento pode ser explicado por um outro que o preceda, o curso dos eventos — sua mudança ao longo dos tempos — é governado por um conjunto de leis, como as leis da física, e impulsionado por uma força, como a gravidade. Que força é essa? A mudança é promovida por Deus, pelas pessoas ou pelas máquinas? Esse progresso seria o mesmo *Progresso dos Peregrinos*, a alegoria de 1678 de John Bunyan — a jornada de um cristão, do pecado até a salvação? Seria ele uma extensão do sufrágio, a expansão da democracia? Ou seria o progresso a imaginação, a invenção de novas máquinas?

Uma ideia particularmente americana do que é progresso envolve a geografia como destino, visualizando a evolução como uma mudança não apenas ao longo do tempo, mas também pelo espaço. Em 1824, Jefferson escreveu que um viajante que atravessasse o continente, de Oeste a Leste, estaria conduzindo “uma investigação, no tempo, sobre o progresso do homem desde os primórdios da criação até os dias de hoje [uma vez que] em seu percurso depararia com as diversas gradações da evolução humana”. Esse viajante — um sobrevivente de tempo e

espaço simultaneamente — começaria pelos “selvagens das Montanhas Rochosas”: “Os observaria nos primeiros estágios de socialização, vivendo apenas sob a lei da natureza, alimentando-se e vestindo-se com a carne e as peles dos animais.” Seguindo para o Leste, o viajante imaginário de Jefferson acabaria deparando com “as nossas fronteiras [e encontraria] selvagens em estado pastoral, criando animais domésticos para suprimir as insuficiências da caça”. Em seguida, ainda mais para o Leste, enfim veria “nossos próprios cidadãos semibárbaros, os pioneiros do avanço civilizatório”. Por fim, chegaria às cidades portuárias do Atlântico, encontrando o homem, “até aquele momento, em seu estado mais evoluído”.⁷

O cristianismo de Maria Stewart estipulava a igualdade espiritual de todas as almas, mas o conceito de progresso para Jefferson era hierárquico. Essa hierarquia, na era de Jackson, era a lógica por trás da colonização africana e também por trás da política do governo federal conhecida como remoção de indígenas: os povos nativos que habitavam as margens Leste do rio Mississippi foram obrigados a se mudar para os territórios do Oeste. Esse conceito do progresso que via os diversos estágios da “barbárie” até a “civilização” — estágios que podiam ser traçados em um mapa do continente americano — competia com um conceito de progresso como uma cadeia interminável de máquinas.

A era das máquinas teve início em 1769, em Glasgow, quando James Watt patenteou uma versão aprimorada do motor a vapor. O ser humano já tinha recorrido a fontes naturais de energia para uso industrial — rodas d’água e moinhos de vento —, mas o modelo de Watt produzia cinco vezes a energia de uma roda d’água e não precisava ser instalado às margens de um rio: um motor a vapor funcionaria em qualquer lugar. Watt considerou a força de um cavalo equivalente à força de dez homens; e definiu um “cavalo de força” como a energia necessária para suspender um peso de 226 quilos a trinta centímetros em um segundo. Movida a vapor, a indústria tornou-se, no século XIX, duzentas

vezes mais eficiente do que era no século anterior. O fato de que essa invenção acabaria bagunçando os arranjos políticos foi previsto em uma anedota contada na época, provavelmente apócrifa, sobre Watt e o rei da Inglaterra. Quando o rei Jorge III foi até uma fábrica para ver a máquina de Watt em funcionamento, disseram a ele que a fábrica estava “produzindo um artigo de que os reis gostam muito”.⁸ “Que artigo é esse”, perguntou então o rei. A resposta: “Poder.”

Depois disso, surgiam máquinas atrás de máquinas: teares e barcos a vapor, para acelerar a produção e o transporte e baratear o preço das mercadorias. A produção industrial a vapor modificou a economia e também as relações sociais, especialmente entre homens e mulheres, e entre ricos e pobres. A ansiedade e o deslocamento social produzidos por essas mudanças impulsionaram o renascimento da religião. Por todas as partes, a chama do renascimento ardia com mais força nas cidades industriais.

Antes da ascensão das fábricas, não havia separação entre casa e trabalho. A maioria das pessoas vivia em fazendas, onde homens e mulheres trabalhavam no campo. No inverno, as mulheres passavam a maior parte do tempo cardando, fiando e tecendo a lã tosquiada das ovelhas. Nos vilarejos e nas cidades, os comerciantes e os mestres dos ofícios artesanais — padeiros, alfaiates, tipógrafos, sapateiros — viviam em suas oficinas, o mesmo local em que produziam suas mercadorias. Eles compartilhavam esse espaço com viajantes e aprendizes. Os artesãos faziam as coisas do começo ao fim, responsabilizando-se por todas as etapas do processo de manufatura: padeiros assavam pães, alfaiates costuravam trajes. Com a ascensão das fábricas, veio a divisão do trabalho em etapas executadas por trabalhadores diferentes.⁹ Com a energia a vapor, não apenas o processo de manufatura era dividido em etapas, como grande parte do trabalho era feito por máquinas, que acabaram sendo chamadas de “escravos mecânicos”.¹⁰

Novas máquinas movidas a vapor também eram capazes de fiar e tecer — em padrões ornamentais e multicoloridos. Em 1802, Joseph-Marie Jacquard, um tecelão francês, inventou um tear automático. Ao introduzir cartões de papel com perfurações em sua máquina, ele era capaz de fazê-la tecer em qualquer padrão que desejasse. Duas décadas depois, o matemático inglês Charles Babbage usou o método de Jacquard para inventar uma máquina que poderia “computar”; isto é, que poderia realizar cálculos matemáticos. Ele a chamou de Máquina Diferencial, uma gigantesca engenhoca mecânica operada por manivelas e capaz de tabular qualquer tipo de função polinomial. Depois, inventou outra máquina — que ele chamou de Máquina Analítica —, capaz de aplicar a tabulação mecânica na resolução de qualquer problema que envolvesse lógica. Babbage nunca construiu uma máquina funcional, mas Ada Lovelace, matemática e filha de Lord Byron, mais tarde elaboraria uma detalhada descrição analítica dos princípios e promessas da obra de Babbage, o primeiro relato do que viria a se tornar, no século XX, o computador pessoal.¹¹

Nos Estados Unidos, com sua democracia baseada em números, um computador de cálculos, uma máquina capaz de contar, jogaria, um dia, uma chave inglesa nas engrenagens do governo. Mas muito antes desse dia chegar, os americanos inventaram máquinas mais simples. Desconfiado, Watt resguardou suas patentes. Em 1810, um comerciante americano chamado Francis Cabot Lowell visitou as fábricas têxteis da Inglaterra e fez uma série de desenhos de memória. Na Nova Inglaterra, trabalhando com esses esboços, projetou suas próprias máquinas e começou a levantar dinheiro para abrir sua própria fábrica. Lowell morreu em 1817. Seus sucessores abriram as fábricas Lowell às margens do rio Merrimack em 1823. Cada etapa, do cardeamento à produção do tecido, era feita no mesmo conjunto de fábricas: seis prédios de tijolos erguidos ao redor de uma torre com um relógio. Inspirado pelo reformista social Robert Owen, Lowell havia criado seu sistema

como um modelo alternativo às duras condições de trabalho encontradas nas fábricas inglesas. Ele o chamou de “colégio manufatureiro filantrópico”. Os donos das fábricas Lowell contrataram mulheres jovens, trazidas das fazendas da Nova Inglaterra, para trabalhar doze horas por dia e assistir palestras à noite; também publicavam uma revista mensal. Mas a utopia que Francis Cabot Lowell imaginou não durou muito tempo. Na década de 1830, os donos de fábrica haviam reduzido salários e acelerado o ritmo de trabalho e, quando as mulheres protestaram, elas foram substituídas por homens.¹²

As fábricas aceleraram a produção, e os canais aceleraram o transporte. O Canal de Erie, finalizado em 1825, levou oito anos para ser escavado e cobria uma área de 580 quilômetros. Uma viagem de carroça de Buffalo até Nova York, que antes levava vinte dias, agora levava seis pelo canal. O preço das mercadorias despencou; o padrão de vida deu um salto. Um colchão que custava 50 dólares em 1815 — e que quase ninguém possuía — custava apenas 5 dólares em 1848.¹³ Uma das paradas no Canal de Erie era Rochester, uma cidade industrial às margens do lago Ontário, onde eram processados os grãos das fazendas nos arredores. Em 1818, Rochester exportava 26 mil barris de farinha por ano. Suas fábricas eram pequenas, com doze a quinze homens trabalhando sob a supervisão de um mestre em uma peça única, que ficava na casa do mestre. Bebia-se muito nesses ambientes, como se fazia há séculos em lugares desse tipo: os operários muitas vezes eram pagos com bebida em vez de salários. O trabalho não era contado em horas, mas em tarefas. No fim da década de 1820, depois que o canal foi finalizado, essas pequenas fábricas aumentaram de tamanho, em geral dividindo-se em duas peças e empregando muito mais homens, cada um executando uma pequena parte do trabalho e geralmente em função de horários e salário. “Trabalho” passou a significar não apenas uma ação, mas também um local, a fábrica ou o escritório de um banqueiro ou de um funcionário público: um lugar para onde os homens iam todos os dias e onde ficavam de

dez a doze horas. “Casa” era onde ficavam as mulheres e onde faziam durante todo o dia aquilo que não era mais considerado trabalho — ou seja, serviço sem remuneração. Nesse ponto, as vidas dos homens e das mulheres tomaram rumos muito distintos. Os trabalhadores assalariados foram se tornando cada vez mais limitados. Os donos de fábrica ganhavam cada vez mais dinheiro. Rochester exportava 200 mil barris de farinha por ano em 1828 e, no fim da década de 1830, meio milhão. Em 1829, o editor de um jornal que usou a palavra “chefe” precisou defini-la (“supervisor ou contramestre na era moderna do dinheiro”). No começo da década de 1830, só o chefe permanecia na loja; seus empregados trabalhavam nas fábricas. Mas esses mestres ou chefes não moravam mais nas lojas, sequer nos bairros onde estavam instaladas as fábricas: mudaram-se para novos bairros, enclaves de uma nova classe média.¹⁴



Os encontros em tabernáculos do Segundo Grande Despertar tinham muito em comum com os comícios políticos dos tempos de Jackson, porém, se os homens dominavam os partidos políticos, as mulheres dominavam o movimento de renascimento religioso. (Coleção Granger.)

Esta nova classe média em pouco tempo ficou preocupada com o comportamento errático dos trabalhadores, principalmente com a bebedeira. Inspirados pela cruzada por moderação encabeçada pelo revivalista religioso Lyman Beecher, um grupo de donos de fábrica formou a Sociedade de Promoção da Temperança de Rochester. Seus membros faziam um voto de se abster de todo tipo de álcool e parar de pagar seus operários com bebida. Imbuídos do espírito do renascimento evangélico, começaram a pressionar seus trabalhadores para que entrassem para as suas igrejas; e, como último recurso, demitiam aqueles que não o faziam. Quem encabeçou esses esforços, em grande medida, foram suas esposas.

As mulheres lideraram o movimento pela temperança, e o que as levava a essa cruzada era, em particular, que seus próprios maridos, bêbados, costumavam espancá-las. Poucas leis protegiam as mulheres de agressões desse tipo. Alcoólatras, quando esses homens ganhavam dinheiro em vez de bebida, usavam-no para comprar bebida. Os filhos passavam fome. Como mulheres casadas não tinham o direito à propriedade, não tinham qualquer base para recorrer à lei. Convencer os homens a parar de beber parecia a melhor solução. Mas o movimento também foi uma consequência de mudanças mais amplas e profundas. Com a separação entre casa e trabalho, emergiu uma ideologia pregando a separação de mundos: a esfera pública, do trabalho e da política, era o mundo dos homens; a esfera privada, do lar e da família, era o das mulheres. Dentro desse entendimento, as mulheres eram o sexo mais frágil, mais maternal, carinhoso, moral. Um manual de conduta, *Conselhos para as casadas*, ensinava as esposas a transformar o lar em um refúgio para os seus maridos, “um Elísio para o qual ele possa fugir e encontrar descanso da batalha incessante neste mundo egoísta”. Essas mudanças nas famílias haviam começado antes da industrialização, mas esse processo as acelerou. Mulheres mais ricas, da classe média, começaram a ter menos filhos — uma média de 3,6 filhos por mulher nos anos 1830, em comparação a 5,8 na geração anterior. Mas isso não se dera em

virtude de algum método contraceptivo: o declínio da fertilidade foi uma consequência da abstinência.¹⁵

Lyman Beecher exerceu enorme influência nessa era reformista, assim como sua filha, a indômita Catherine, que militava pelo acesso das mulheres à educação e publicou um tratado sobre “economia doméstica” — um manual para as donas de casa.¹⁶ Mas, para essa nova classe média, especialmente entre as mulheres, o pregador mais prestigiado era Charles Grandison Finney.

Finney havia renascido em 1821, aos 29 anos, quando, em suas palavras, o Espírito Santo descera sobre ele “como uma onda de eletricidade”. Foi ordenado três anos depois, por uma sociedade feminina de missionárias. Pregava para multidões e para números menores, em encontros em tabernáculos e grupos de oração. Finney olhava seus ouvintes nos olhos. “Um renascimento não é um milagre. Estamos marchando na direção do paraíso ou na direção do inferno. Para onde você vai?”, perguntava ele. As mulheres nem sempre eram a maioria dos convertidos, mas sua influência foi responsável por muitos dos que se converteram. Outra sociedade feminina de missionárias convidou Finney para ir até Rochester em 1830, onde ele pregou todas as noites e três vezes por dia aos domingos, por seis meses. Seus fiéis eram de todas as classes, sexos e idades, mas, sobretudo, mulheres. Impulsionado por elas, o número de frequentadores de igrejas duplicou durante esse semestre de Finney em Rochester. A maioria imensa de novatos — mais de 70% — seguia a fé de suas mães, e não de seus pais. “Ele encheu minha mulher de sermões e atijou seus medos, dizendo que a única coisa que poderia redimir os muitos pecados que a minha pobre esposa havia cometido eram aqueles encontros, dia e noite, e, ao mesmo tempo, ela fez a milagrosa descoberta de que havia sido ‘injustamente tolhida’”, reclamou um homem depois da visita de Finney. Exercendo seu poder de reformadoras da moral, as mulheres e filhas dos donos das fábricas levaram seus maridos para a igreja. Os donos das fábricas começaram a

espalhar cartazes oferecendo postos de trabalho que diziam “Somente abstêmios devem se inscrever”. Chegaram até a pagar seus funcionários para que eles fossem à igreja. O renascimento foi, para muitos americanos, profundo e duradouro. Mas não para tantos outros. Como disse o operário de uma fábrica de Rochester: “Eu não dou a mínima, ganho cinco dólares a mais por mês do que eu ganhava antes de ter uma religião.”¹⁷

Embora com alguma frequência fosse possível questionar a sinceridade dos convertidos, outro tipo de crença plantou suas raízes bem mais fundo na década de 1820: uma fé evangélica no progresso tecnológico, uma convicção inquestionável de que cada nova máquina torna o mundo um lugar melhor. Essa crença encontrou lugar especial nos Estados Unidos, como se as máquinas fossem decisivas para o destino do continente americano. Em impressos e pinturas, o “progresso” aparecia em forma de locomotiva a vapor, atravessando o continente, impossível de ser parada. Escritores celebravam os inventores como “Homens do Progresso” e “Conquistadores da Natureza” e louvavam suas máquinas como se elas fossem mais valiosas do que a própria poesia. O triunfo da ciência sobre a arte significava a derrota dos antigos para os modernos. Dizia-se que a genialidade de Eli Whitney, um herói da modernidade, era comparável à de Shakespeare; o chefe do Escritório de Patentes dos EUA declarou que o barco a vapor era “significativamente mais épico” que a *Ilíada*.¹⁸

Em 1829, Jacob Bigelow, o professor de Ciências Físicas e Matemáticas que ocupava a Cadeira Rumford em Harvard, fez uma série de palestras batizada de “Os Elementos da Tecnologia”. Antes de Bigelow, “tecnologia” era um termo que se aplicava às artes, principalmente as mecânicas. Bigelow utilizou a palavra para se referir ao uso da ciência em benefício da sociedade. Para ele, a “marcha da evolução” acabou se transformando em uma espécie de milenarismo mecânico. “Junto com a influência do cristianismo sobre a nossa natureza moral, [a tecnologia] teve um papel de destaque na promoção do

progresso e da felicidade de nossa raça”, declararia ele mais tarde. Seus críticos o acusavam de pregar o “evangelho das máquinas”.¹⁹

O escocês Thomas Carlyle, batizando a época de “Era das Máquinas”, reclamou que a fé nas máquinas havia se convertido em alucinação religiosa, tão equivocada e perigosa quanto uma crença em feitiçaria. Carlyle argumentou que pessoas como Bigelow, que acreditavam que as máquinas eram responsáveis por libertar a humanidade, haviam cometido um erro crasso; máquinas são prisões. “Nossos pés e mãos estão livres, mas em nossas almas e corações estamos presos por correntes mais fortes que as dos tempos feudais (...) acorrentados por grilhões que nós mesmos forjamos”,²⁰ insistiu Carlyle. Autores americanos, refutando Carlyle, argumentavam que a era das máquinas estava, por si só, possibilitando a ascensão da democracia. Em 1831, Timothy Walter, um advogado de Ohio, alegou em resposta a Carlyle que, ao liberar o homem comum da dura labuta diária que em outros tempos o impedia de ter uma participação política, as máquinas eram o motor da democracia.²¹

A oposição de Andrew Jackson via seu governo como uma época de decadência, não progresso. “A república degenerou-se em uma democracia”, declarou um jornal de Richmond em 1834.²² Mas, para os apoiadores de Jackson, sua eleição não havia marcado a degeneração, e sim o surgimento de um novo estágio na história do progresso. Em nenhum outro lugar esse argumento foi apresentado de forma mais enfática e influente do que na *História dos Estados Unidos desde a descoberta do continente americano até o presente*, de George Bancroft. O livro em si, de acordo com os seus próprios leitores, era favorável a Jackson. A expansão do cristianismo evangélico, a invenção de novas máquinas e a ascensão da democracia americana convenceram Bancroft de que o “humanismo está avançando [e os] avanços da liberdade e da justiça são evidentes”. Homens como Bancroft e Jackson acreditavam que tais avanços exigiam

que os americanos se espalhassem por todo o continente, para levar essas melhorias de Leste a Oeste, como Jefferson havia descrito. Em 1839, John O’Sullivan, um advogado de Nova York e editor democrata, argumentou que a democracia é nada mais e nada menos que “o cristianismo em sua manifestação terrena”. O’Sullivan acabaria cunhando, mais tarde, o termo “destino manifesto” para descrever esse conjunto de crenças, a ideia de que o povo dos Estados Unidos estava predestinado a “espalhar-se e tomar posse de todo o continente, terra que a Providência lhes havia concedido para o desenvolvimento deste grande experimento de liberdade”.²³

Para os democratas evangélicos, a democracia, o cristianismo e a tecnologia eram alavancas de uma mesma máquina. E, mesmo assim, desde o começo, houve críticos, dissidentes e opositores que viam, na alma das pessoas, na marcha do progresso, na cadeia interminável de máquinas e na história movimentando-se aparentemente para a frente, pouca coisa além de violência, atraso e do esmagamento coletivo de homens, mulheres e crianças. “Ah, América, América. Sórdida e indelével é tua mácula!”, lamentou-se Maria Stewart.²⁴

* * *

STEWART ESTUDAVA A BÍBLIA desde a infância, um hábito que manteve por toda a vida, mesmo enquanto esfregava o chão de outras casas e lavava as roupas de outras pessoas. “Enquanto minhas mãos trabalham arduamente para o seu sustento diário, meu coração está, a maior parte do tempo, meditando sobre suas verdades divinas.”²⁵ Stewart considerava a escravidão um pecado. Sua inspiração vinha das escrituras. “Muito do meu discurso é embasado pela Bíblia sagrada.”²⁶ Mas muito do seu discurso também era embasado — especialmente a parte relativa aos seus direitos — na Declaração da Independência. O fato de o renascimento do cristianismo ter coincidido com o décimo quinto aniversário da Declaração — uma data que se tornou

ainda mais mística quando começaram a circular notícias de que Jefferson e Adams haviam morrido exatamente em 4 de julho de 1826 — fez parecer como se a própria mão de Deus tivesse intercedido, e com isso a Declaração em si adquiriu ares religiosos. Para os americanos evangélicos, as verdades seculares e autoevidentes da Declaração da Independência transformaram-se em verdades reveladas pela religião.

Afirmar que isso simbolizou uma rejeição ao espírito que motivou a fundação do país é minimizar tremendamente o caso. Os Estados Unidos foram fundados durante o período mais secular de toda a história americana. No fim do século XVIII, o número de frequentadores de igrejas era baixo, e um sentimento de rejeição à influência do clero na vida pública estava em alta. O fato de a Constituição não mencionar Deus não é um acidente. Benjamin Rush, um médico da Filadélfia, perguntou, educadamente, se aquele erro poderia ser corrigido, partindo do princípio de que havia sido um descuido. “Quem sabe o reconhecimento de sua bondade ou de sua providência possa ser feito em meio às emendas propostas”, pediu ele,²⁷ mas nenhuma correção foi feita.



Uma mulher não identificada, com aproximadamente a mesma idade de Maria W. Stewart quando escreveu pela primeira vez para o Liberator, posou para um daguerreótipo segurando um livro, um emblema de sua educação. (Cortesia do Museu George Eastman.)

Os Estados Unidos não foram fundados como uma nação cristã. A Constituição proibia os testes religiosos para os candidatos a cargos públicos. A Declaração dos Direitos proibia o governo federal de determinar uma religião, e James Madison argumentou que estabelecer uma seria “encorajar, entre aqueles que ainda a rejeitam, a suspeita de que seus pares estão cientes demais de suas falácias para confiar nela por seus próprios méritos”.²⁸ Essas omissões não foram nem casuais, nem

acidentais; representavam o repúdio intencional de uma relação constitucional entre a igreja e o Estado, especificamente reafirmada com alguma frequência. Em 1797, John Adams assinou o Tratado de Trípoli, assegurando a soltura de prisioneiros americanos no Norte da África e prometendo que os Estados Unidos não entrariam em uma guerra sagrada contra o Islã porque “o governo dos Estados Unidos da América não tem suas fundações, em nenhum sentido, na religião cristã”.²⁹

Mas, durante o Segundo Grande Despertar, os evangélicos reformularam as origens da nação como se ela fosse declaradamente cristã. “Sobre o que os Estados Unidos foram fundados?”, perguntou Maria Stewart, ao que ela mesma respondeu: “Sobre a religião e a pureza de princípios.”³⁰ Lyman Beecher afirmou que a república, “em sua Constituição e suas leis, não é de origem divina”.³¹ Praticamente tudo acabou envolto em uma névoa religiosa durante esse renascimento, principalmente por conta da proliferação de pregadores. Em 1775, havia 1.800 ministros nos Estados Unidos; em 1845, eles eram mais de 40 mil.³² Eram batistas, metodistas, presbiterianos, congregacionalistas, episcopais e universalistas, entre outros. Grande parte desse florescimento da expressão religiosa previsto por Madison era resultado da proibição de uma religião instituída. A separação entre igreja e Estado permitiu que a religião prosperasse; essa era uma de suas intenções. Sem religião estabelecida pelo Estado, os americanos começaram a seguir novas seitas, dos shakers aos mórmons, enquanto as denominações protestantes rivais brotavam de cidade em cidade. Cada vez mais, a única religião nacional consolidada era uma religião civil, uma fé na ideologia americana. Essa crença uniu a nação, fornecendo extraordinária estabilidade política em um tempo de mudanças assombrosas, mas também atrelando-a ao passado de maneiras que, em geral, acabariam se revelando prejudiciais. Em 1816, Jefferson tinha 73 anos e o despertar estava apenas começando, mas ele fez um alerta contra a idolatria dos homens de sua geração. “Isto eles próprios diriam,

se pudessem se erguer do mundo dos mortos (...) as leis e instituições precisam andar de mãos dadas com o progresso da mente humana.” Tratar os documentos da fundação como escrituras seria o mesmo que virar um escravo do passado. “Alguns homens olham para as constituições com reverência devocional, colocando-as no mesmo patamar da arca da aliança, sagradas demais para sequer serem tocadas”, admitiu Jefferson. Mas, quando fazem isso, “eles atribuem aos homens de uma época passada uma sabedoria mais que humana”.³³

Os abolicionistas adotaram uma postura diferente: em vez de idolatrarem os fundadores, os julgaram. Na primavera de 1829, William Lloyd Garrison, que havia entrado para o movimento evangélico como um defensor da temperança e que começara havia pouco a se preocupar com a questão da escravidão, foi convidado a fazer um discurso de Quatro de Julho para a sucursal de Massachusetts da Sociedade de Colonização, na igreja de Park Street, em Boston. Ele declarou que aquele feriado estava carregado de “hipocrisia a respeito dos direitos inalienáveis do homem”.³⁴

Essa posição complicada, uma aura de divindade sobre a Declaração da Independência, estendida intensamente aos próprios fundadores, veio, acima de tudo, das igrejas negras, como aquela em que Maria Stewart e seu marido se casaram, a Casa Africana de Encontros, na Belknap Street, no bairro dos negros livres de Boston, uma encosta de Beacon Hill conhecida como Nigger Hill (Morro dos Crioulos).³⁵ Seu amigo David Walker, um homem alto, renascido, da Carolina do Norte, morava perto do templo e tinha uma loja de roupas baratas na Brattle Street, onde vendia para marinheiros; é muito provável que ele tenha feito negócios com James W. Stewart, que ganhava a vida vendendo equipamentos para navios. Walker nasceu em Wilmington, na Carolina do Norte. Era filho de pai escravo e de mãe negra livre. Em algum ponto entre 1810 e 1820, mudou-se de Wilmington para Charleston, na Carolina do Sul, provavelmente atraído por sua comunidade negra livre e sua

igreja. Bem no começo do renascimento, em 1816, foi fundada a Igreja Episcopal Metodista Africana na Filadélfia. Charleston inaugurou a sua em 1817 e Walker passou a frequentá-la.

Enquanto homens como Finney pregavam para os trabalhadores e chefes de Rochester, em Nova York, os evangélicos negros pregavam para os negros livres, perfeitamente cientes da grande diferença de efeitos provocados pelas máquinas na vida dos escravos e de suas famílias. A produção de algodão na Carolina do Sul dobrou entre 1815 e 1820 e, novamente, entre 1820 e 1825. O algodão se tornou a matéria-prima mais valiosa no mundo Atlântico. O comércio de escravos no Atlântico foi encerrado em 1808, mas o novo e extenso mercado global de algodão criou um mercado doméstico de escravos extremamente aquecido. Em 1820, mais de 1 milhão de escravos haviam sido vendidos “lá de baixo do rio”, de estados como a Virgínia e a Carolina do Sul para os territórios do Alasca, Louisiana e Mississippi. Outro milhão de pessoas foi vendido e despachado para o Oeste entre 1820 e 1860. Mães foram separadas de seus filhos, maridos de suas esposas. Quando o preço do algodão em Liverpool subia, subia também o preço dos escravos no Sul dos Estados Unidos. Pessoas, assim como o algodão, tinham valor de venda definido de acordo com uma escala. Homens e mulheres eram anunciados como “Extraordinários, de Primeira, de Segunda ou Ordinários”. A escravidão não era uma aberração em uma economia em processo de industrialização: ela era o seu motor. As fábricas tinham escravos mecânicos; as plantações, escravos humanos. O poder das máquinas era medido em cavalos de força; o dos escravos, pela força de suas mãos. Um homem saudável era contado como um homem de “duas mãos”; uma mulher lactante, “meia mão”; e uma criança, “um quarto de mão”. Charles Ball, nascido em Maryland durante a revolução americana, passou anos trabalhando duro numa fazenda de escravos na Carolina do Sul e muito tempo em uma plataforma de leilão, onde compradores inspecionavam suas mãos e movimentavam seus dedos da forma como seria necessária para colher o algodão. O

cálculo padrão, para uma plantação de algodão era de “dez acres por mão”.³⁶

David Walker, vivendo em Charleston, foi testemunha desses tormentos e rezou. Assim como Denmark Vesey, um carpinteiro que frequentava a mesma igreja episcopal metodista africana de Walker. Em 1822, Vesey liderou uma rebelião de um grupo de escravos e homens negros livres, em uma tentativa de tomar a cidade. Sem êxito, acabou capturado e enforcado. Os senhores de escravos colocaram a culpa nos marinheiros negros que, segundo seus temores, haviam espalhado pelo Sul as notícias da liberdade no Norte e da independência do Haiti. Após a execução de Vesey, a legislatura da Carolina do Sul aprovou as Leis dos Marinheiros Negros, obrigando os mesmos a ficarem detidos na prisão enquanto seus navios estivessem atracados no porto.³⁷ Walker resolveu trocar a Carolina do Sul por Massachusetts, onde abriu uma loja para marinheiros negros e ajudou a fundar a Associação Geral das Pessoas de Cor de Massachusetts, a primeira organização política negra dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, prestava auxílio a escravos fugitivos. “Ele sempre estendia as mãos para atender as necessidades dos fugitivos”, escreveria mais tarde o pregador Henry Highland Garnet. E ele estudava, passando “todos os seus momentos de lazer cultivando seu intelecto”.³⁸ E também começou a ajudar na circulação, em Boston, do primeiro jornal negro, o *Freedom’s Journal*, que vinha sendo publicado em Nova York desde 1827. “Queremos pleitear nossa própria causa. Outros falaram por nós durante muito tempo”, proclamavam seus editores.³⁹

No outono de 1829, o ano em que Jacob Bigelow e Thomas Carlyle discutiam sobre as consequências das mudanças tecnológicas, David Walker publicou um panfleto curto que fez estremecer o país como um relâmpago: *Um apelo aos cidadãos de cor do mundo, mas, em particular, e expressamente, aos dos Estados Unidos da América*. Combinando a exortação de um pastor revivalista com a retórica inflamada de um candidato jacksoniano, Walker pregava que, sem a redenção salvadora da

abolição, o pecado da escravidão levaria a um apocalipse político: “Eu os convoco a testemunhar que a destruição dos americanos está próxima e será consumada rapidamente, a menos que se arrependam.”

Walker reivindicou a Declaração de Independência para os afro-americanos: “Declaramos estas verdades como autoevidentes — que TODOS os homens são criados IGUAIS!! Que todos são *dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis*; entre os quais estão a vida, a *liberdade*, e a busca pela felicidade!!” Ele insistia no direito à revolução. Dirigindo-se aos leitores brancos, escreveu: “Agora, Americanos! Eu lhes pergunto candidamente: o que vocês sofreram nas mãos da Grã-Bretanha chegou a ter um centésimo da crueldade e da tirania do que nós sofremos em suas mãos?” Walker descrevia a expansão americana, o crescimento da União de 13 para 24 estados, como uma modalidade de violência: “Os brancos nos algemam, acorrentam e nos arrastam até os seus novos estados e territórios para que trabalhemos em suas minas e fazendas, enriquecendo a eles e aos seus filhos.” Tachou de fraude o destino manifesto, baseado na crença de milhões de americanos de que “por sermos um pouco mais escuros que eles, fomos feitos pelo nosso Criador para sermos herança sua e de seus filhos para sempre”. Chamou o plano da Sociedade Americana de Colonização de Henry Clay de “armadilha da colonização”: “Este país é tão nosso quanto dos brancos e, independentemente de acreditarem ou não nisso agora, algum dia terão de reconhecer e acreditar nisso.” E também fez um alerta: “O sr. Clay e os demais americanos são inocentes do sangue e dos gritos de nossos ancestrais e dos nossos, seus filhos? Todo indivíduo pode alegar inocência, se quiser, mas Deus logo há de separar os inocentes dos culpados.” Walker convocou os negros a pegar em armas. “Protejam suas mães, esposas e filhos; obedeçam a Deus Todo Poderoso e acreditem nisto: não é pior para você matar um homem que está tentando matá-lo do que tomar um gole de água quando estiver com sede.” Referindo-se à história das Índias Ocidentais, fez um

alerta aos senhores de escravos: “Leiam, em particular, sobre a história do Haiti, vejam como aquele povo foi massacrado pelos brancos, e considerem-se avisados.” Em uma era de quantificações, Walker fez seus próprios cálculos: “Deus nos deu com prazer dois olhos, duas mãos, dois pés, e bom senso, tanto em nossas cabeças quanto nas deles. Eles não têm mais direito de nos escravizar do que nós temos de escravizá-los.” E também: “Declaro que um bom homem negro é capaz de matar seis homens brancos.”⁴⁰

A pregação de David Walker, mais do que as de Lyman Beecher ou de Charles Grandison Finney, incendiou a nação. Era acusatória e estimulante. E foi amplamente lida. Walker executou esquemas intrincados para que seu *Apelo* chegasse às mãos dos escravos sulistas. Com a ajuda dos amigos Maria e James Stewart, costurou cópias do discurso às roupas que ele e Stewart vendiam aos marinheiros que zarpavam para Charleston, New Orleans, Savannah e Wilmington. O *Apelo* teve três edições ao longo de nove meses. A última edição apareceu em junho de 1830; em agosto daquele ano, Walker foi encontrado morto na porta de sua loja em Boston. Circularam rumores de que havia sido assassinado (no Sul, uma recompensa de mais de 10 mil dólares fora oferecida por sua cabeça). Entretanto, é mais provável que tenha morrido de tuberculose. James e Maria Stewart voltaram para os seus antigos aposentos na Belknap Street.⁴¹

Walker morreu, mas havia espalhado sua palavra. Em 1830, uma cópia do *Apelo* foi encontrada com um grupo de escravos que tramava uma rebelião. Com Walker, o argumento antiescravagista por uma emancipação gradual, com uma compensação para os senhores de escravo, tornou-se insustentável. Os abolicionistas começaram a exigir a abolição imediatamente. As sociedades antiescravagistas do Sul fecharam suas portas. Até 1827, o número de grupos de antiescravagistas no Sul superava os do Norte em mais de quatro vezes. Os ativistas antiescravagistas do Sul, em geral, eram defensores da

colonização, não da emancipação. O *Apelo* de Walker acabou com o movimento antiescravagista no Sul e o radicalizou no Norte. Garrison publicou a primeira edição do *Liberator* em 1º de janeiro de 1831. Começava com palavras tão duras quanto as de Walker: “Estou convicto — não confundirei — não pedirei desculpas — não recuarei sequer um centímetro — E EU SEREI OUVIDO.”⁴²

Naquele verão, na Virgínia, Nat Turner, um pastor revivalista de 30 anos, planejou uma rebelião para o Quatro de Julho. A rebelião de Turner era, ao mesmo tempo, um ato de emancipação e de evangelização. Era filho de pai e mãe escravos. A mãe havia nascido na África, e o pai fugira para o Norte. A esposa do dono de Turner o ensinara a ler quando ele era criança, e ele estudara a Bíblia. Ele trabalhava nos campos e também pregava. Em 1828, teve uma visão religiosa: acreditava que Deus o havia convocado para comandar um levante. “Espíritos brancos e negros se encontravam em uma batalha (...) e rios de sangue escorriam”, diria ele mais tarde. Turner postergou a rebelião até agosto, quando, após matar dezenas de brancos, ele e seus seguidores foram capturados, e ele, enforcado.

A rebelião repercutiu em toda a União. A legislatura da Virgínia debateu a possibilidade de emancipar seus escravos, temendo que “houvesse um Nat Turner em cada família”. Os quacres submeteram uma petição à legislatura estadual requisitando a abolição. Ela foi encaminhada a um comitê, encabeçado por Thomas Jefferson Randolph, o neto de 39 anos de Thomas Jefferson, que propôs um projeto de emancipação gradual. Mas, em vez disso, a legislatura aprovou novas leis proibindo o ensino da escrita e da leitura aos escravos, o que incluía, também, o ensino da Bíblia.⁴³ Em uma nação fundada sobre uma Declaração escrita, sacralizada pelos evangélicos durante um renascimento religioso, ler sobre igualdade convertera-se em crime.

Alexis de Tocqueville, um historiador e teórico político francês de olhar aguçado, desembarcou em Nova York em maio de 1831 para uma passagem de nove meses pelos Estados Unidos. Nat Turner conflagrou sua rebelião na Virgínia em agosto daquele ano. O primeiro ensaio de Maria Stewart apareceu no *Liberator* em outubro. “Se os Estados Unidos algum dia passarem por grandes revoluções, elas serão desencadeadas pela presença da raça negra em seu território e deverão suas origens não à igualdade, mas sim à desigualdade de suas condições”,⁴⁴ previu Tocqueville. Enquanto Tocqueville escrevia, essas revoluções já estavam em curso.

II.

MARIA STEWART FOI a primeira mulher nos Estados Unidos a fazer um discurso perante uma plateia “mista” — formada por homens e mulheres, que também calhou de ser formada por brancos e negros. Apropriadamente, discursou em um auditório batizado em homenagem a Benjamin Franklin. Maria disse ter ouvido uma voz lhe fazer a pergunta: “Quem dará o primeiro passo e falará sobre os abusos sofridos pelas pessoas de cor? Terá de ser uma mulher?’ E meu coração deu a seguinte resposta: ‘Se esta for a sua vontade, pois então que seja, Jesus, nosso Senhor!’.”⁴⁵

Stewart fez cinco discursos em público sobre a escravidão entre 1831 e 1833, o ano em que Garrison fundou a Sociedade Antiescravagista Americana, em um tom que fazia eco à linguagem usada por ela. Na primeira convenção da sociedade, Garrison declarou: “Nossas raízes estão firmadas na nossa Declaração de Independência e nas verdades da Revelação Divina, bem como na Rocha Eterna.”⁴⁶

Terá de ser uma mulher? Uma consequência da ascensão da democracia jacksoniana e do Segundo Grande Despertar foi a participação das mulheres na reformulação da política americana através da moral nacional. Quando foram suspensas todas as qualificações de propriedade para o sufrágio, a ausência de

poder político feminino tornou-se brutalmente evidente. Para aquelas que desejavam exercer algum poder, a única fonte que aparentemente lhes restava era seu papel como mães, que, elas insinuavam, as tornava superiores aos homens — mais amorosas, mais cuidadosas, e mais sensíveis ao clamor dos mais fracos.

Dando a entender que atuavam mais como mães do que como cidadãs, e cultivando o conceito de “maternidade republicana”, as mulheres começaram a se organizar em associações pró-temperança, associações beneficentes, associações pela promoção da paz, associações vegetarianas e associações abolicionistas. A primeira Associação Antiescravagista Feminina foi fundada em Boston em 1833; até 1837, 139 como essa haviam sido fundadas em todo o país, incluindo mais de quarenta em Massachusetts e trinta em Ohio. Àquela altura, Maria Stewart tinha parado de fazer discursos, uma atividade que muitas mulheres, tanto brancas quanto negras, consideravam radical demais para o âmbito limitado da maternidade republicana. Depois de 1835, Stewart nunca mais falou em público. Como argumentou Catherine Beecher em 1837, em *Um ensaio sobre escravidão e abolicionismo, em reverência ao dever das mulheres americanas*: “Se uma ativista decide subir em um palanque e expor sua pessoa, seus trajes e sua elocução à crítica pública, é correto expressar repulsa.”⁴⁷

Enquanto as mulheres atuavam nos bastidores para reformar a sociedade, os homens protestavam nas ruas. A segunda década do século XIX marcou o começo de uma batalha que se estenderia por décadas, entre o trabalho e os negócios. Durante o Pânico de 1819, a primeira crise econômica do industrializado século XIX, fábricas fecharam as portas quando os bancos quebraram. Em Nova York, o salário de um operário despencou de 75 para 12 centavos por dia. Quem mais sofreu foram os pobres demais para votar; de muitas maneiras, foi o sofrimento dos operários durante o Pânico de 1819 que fez com que tantos homens comessem a lutar pelo direito de votar, em busca de

alguma influência na condução das situações. Assim que garantiram esse direito, eles atacaram os bancos e os monopólios de todos os tipos. Em 1828, trabalhadores da Filadélfia formaram o Partido dos Operários. Um autor argumentou, em 1830, que a criação do sistema bancário comercial foi “a fundação de uma desigualdade artificial de riqueza e, portanto, uma desigualdade artificial de poder”.⁴⁸

Os trabalhadores exigiam turnos mais curtos (de dez horas, em vez de onze ou doze), além da melhoria de suas condições. Também se posicionaram contra “um acúmulo desigual e muito excessivo de riqueza e poder nas mãos de poucos”. A democracia jacksoniana havia distribuído o poder político entre muitos, mas a industrialização consolidou o poder econômico nas mãos de poucos. Em Boston, 1% da população no topo da pirâmide controlava 10% da riqueza em 1689, 16% em 1771, 33% em 1833 e 37% em 1848; já os 80% pertencentes às camadas mais baixas da população controlavam 39% da riqueza em 1689, 29% em 1771, 14% em 1833 e meros 4% em 1848. Praticamente o mesmo padrão se repetia em todos os lugares. Em Nova York, 1% da população no topo da pirâmide controlava 40% da riqueza em 1828, e 50% em 1845; 4% da população no topo controlava 63% da riqueza em 1828 e 80% em 1845.⁴⁹

Os operários nativos precisavam competir com a facilidade com que os donos das fábricas poderiam substituí-los por imigrantes, que chegavam em números sem precedentes, fugindo da fome e das revoluções na Europa, em busca de democracia e de oportunidades nos Estados Unidos. Muitas regiões do país, incluindo Iowa, Minnesota e Wisconsin, recrutavam imigrantes com anúncios publicados em jornais europeus. Os imigrantes encorajavam compatriotas nas cartas que escreviam às famílias e aos amigos, incentivando-os a fazer as malas. “Este é um país livre e ninguém precisa estender seu chapéu para nenhuma outra pessoa”, escreveu um imigrante sueco, direto de Illinois, em 1850. De Minnesota, um norueguês

escreveu: “O princípio de igualdade é universalmente aceito e adotado.”⁵⁰

Em 1831, 20 mil europeus migraram para os Estados Unidos; em 1854, esse número havia subido para mais de 400 mil. Enquanto 2,5 milhões de europeus migraram para todas as Américas entre 1500 e 1800, o mesmo número desembarcou especificamente nos Estados Unidos somente entre 1845 e 1854. A proporção de imigrantes europeus na população norte-americana cresceu de 1,6% na década de 1820 para 11,2% em 1860. Em um texto de 1837, um reformista de Michigan classificou a taxa de imigração do país de “a experiência mais ousada com a estabilidade de um governo nunca antes realizada”.⁵¹

A maior parte desses imigrantes era formada por irlandeses e alemães. Os críticos de Jackson — ele próprio filho de imigrantes irlandeses — culpavam sua eleição pelo aumento da população de irlandeses pobres, que tinham agora o direito de votar. “Todo tipo de irlandês atendeu ao chamado para comparecer às urnas”, escreveu o editor de um jornal em 1828.⁵² Em 1860, mais de um em cada oito americanos havia nascido na Europa, incluindo 1,6 milhão de irlandeses e 1,2 milhão de alemães, a maioria católicos. À medida que a enxurrada de imigrantes aumentava, o nativismo ganhava força, bem como a hostilidade contra os católicos, alimentada pela animosidade dos protestantes evangélicos.

Em 1834, Lyman Beecher fez uma série de discursos antecatólicos. No ano seguinte, Samuel F. B. Morse, um jovem de múltiplos talentos, mais conhecido pela sua atuação como pintor, publicou um tratado virulento chamado *Perigos iminentes que a imigração estrangeira representa às instituições livres dos Estados Unidos*, clamando pela aprovação de uma nova lei de imigração, que proibisse todos os imigrantes nascidos fora do país de votar.⁵³ Em seguida, Morse concorreu à prefeitura de Nova York (e perdeu). Enquanto isso, começou a elaborar um código secreto de pontos e traços para ser usado na máquina de

telégrafo que projetava. Morse acreditava na existência de uma conspiração dos católicos para tomarem os Estados Unidos, e acreditava que, para combatê-la, o governo norte-americano precisava de um código secreto. Por fim, acabou decidindo que seria melhor utilizar esse código de forma pública, nas comunicações, através de uma rede de cabos que, segundo sua imaginação, um dia se estenderia por todo o continente. Em 1838, Morse previu que não demoraria muito para que “toda a superfície deste país esteja coberta por estes nervos capazes de disseminar, na velocidade do pensamento, informações sobre tudo o que acontece em todo o território; fazendo com que o país inteiro se transforme, efetivamente, em um bairro”.⁵⁴

Uma simples máquina seria capaz de acalmar a turbulência política? Na Filadélfia em 1844, conflitos entre católicos e protestantes deixaram vinte americanos mortos. A maior onda de imigração do período ocorreu entre 1845 e 1849, quando a Irlanda passou por uma fome provocada pela escassez de batatas. Um milhão de pessoas morreram, e um 1,5 milhão partiram, a maioria em direção aos Estados Unidos, onde desembarcaram em cidades da Costa Leste e, sem dinheiro para se espalhar pelo país, ali se estabeleceram. (Patrick Kennedy, bisavô do primeiro católico eleito presidente dos Estados Unidos, deixou a Irlanda em 1849.) Eles viviam em bairros habitados apenas por irlandeses, geralmente em cortiços, e trabalhavam em troca de salários ínfimos. O advogado nova-iorquino George Templeton Strong, escrevendo em seu diário, lamentou a condição dos estrangeiros: “Nossos compatriotas celtas estão quase tão distantes de nós em temperamento e Constituição quanto os chineses.” Os irlandeses, dispostos a preservar sua religião e suas comunidades, construíram igrejas católicas, escolas paroquiais e associações de apoio mútuo. Também recorreram ao Partido Democrata para defender essas instituições. Em 1850, um em cada quatro habitantes de Boston era irlandês. Começaram a surgir avisos nos estabelecimentos comerciais dizendo “Não Contratamos Irlandeses”.⁵⁵

Os alemães, que haviam desembarcado nos Estados Unidos em maior volume que os irlandeses, sofriam muito menos preconceito. Em geral, chegavam menos desprovidos, com dinheiro para se espalharem pelo país e se tornarem fazendeiros. Era comum que se radicassem no Vale do Mississippi ou do Ohio, onde adquiriam terras de outros fazendeiros alemães que já viviam ali, e seus filhos frequentavam as escolas e igrejas alemãs. A segregação tanto da comunidade irlandesa quanto da alemã contribuiu para o crescimento de um movimento pela instituição de escolas elementares públicas sustentadas com o dinheiro dos impostos. Eram conhecidas como “escolas comuns”, criadas para oferecer uma educação cívica e acadêmica comum para todas as classes da sociedade americana. Assim como a extensão do direito ao voto a todos os homens brancos, tal característica do experimento americano fez com que os Estados Unidos superassem os países europeus. Boa parte da força do movimento veio do fervor dos revivalistas. Eles esperavam que as novas escolas assimilassem uma população diversa de cidadãos nascidos no país e no exterior, introduzindo-os nas tradições da cultura e do governo norte-americanos. Assim, os meninos, quando se tornassem homens, votariam com sabedoria, e as meninas, quando se tornassem mulheres, criariam filhos virtuosos. “É nosso dever moralizar os homens”, lia-se em um popular manual do professor, publicado em 1830. Outros defensores acreditavam que a educação compartilhada diminuiria o partidarismo. Qualquer que fosse o motivo, o movimento pela escola comum emergiu de uma forte cultura cívica e também foi alimentado por ela.⁵⁶

Mas apesar do persistente idealismo democrático presente no movimento pela escola comum, ele também foi impulsionado pelo nativismo. Um congressista do estado de Nova York fez o alerta: “Precisamos depurar e extinguir as impurezas que assolam nosso meio. Existe apenas um agente retificante, um filtro infalível: a ESCOLA.” E os críticos insinuavam que as escolas comuns, alardeadas como redutos de uma educação

moral, promoviam, em vez disso, o ensino da disciplina. As escolas comuns tinham ênfase no trabalho controlado pelo relógio. Tal currículo fez com que os operários manifestassem suas dúvidas acerca do propósito desse tipo de educação, com a *Mechanics Magazine* questionando em 1834: “Que tipo de educação existe em uma escola comum? Alguma delas ensina uma mísera sílaba de ciência ou vai além dos rudimentos da matemática? Não.”⁵⁷

Crianças negras eram excluídas das escolas comuns. Os defensores da escravidão embasavam seu argumento na ignorância dos americanos de descendência africana, e isso levou uma mulher da Filadélfia a expor tal hipocrisia: “Cientes da desigualdade nas oportunidades oferecidas a nossos filhos, sentimos profunda indignação por aqueles que insistem em nos vituperar com a ignorância e a degradação de nosso povo.” Famílias negras livres financiavam suas próprias escolas, como a Escola Africana Livre, em Nova York, que, em 1820, tinha mais de 600 alunos. Em outras cidades, famílias negras lutaram pela inclusão de seus filhos nas escolas comuns — e venceram. Em 1855, a legislatura de Massachusetts, pressionada por Charles Sumner, tornou a integração obrigatória, mas a medida gerou revolta. O *New York Herald* alertou: “O norte será africanizado. A amalgamação já começou. A Nova Inglaterra é quem lidera as fileiras. Que Deus proteja a Comunidade de Massachusetts!” Nenhum estado seguiu o exemplo. Em vez disso, vários aprovaram leis específicas, tornando a integração ilegal.⁵⁸

Com as escolas livres, a alfabetização se disseminou, e isso fez crescer o número de jornais, uma mudança ligada à ascensão de um novo sistema partidário. Diversos partidos surgiram e desapareceram, mas o sistema dos Estados Unidos — um bipartidarismo estável — vinha caracterizando a política americana desde os debates acerca da Ratificação. Na história americana, a mudança de um sistema partidário para outro esteve quase sempre associada à revolução nas comunicações que permitiu que as pessoas se libertassem da influência

partidária. Na década de 1790, durante a ascensão do primeiro sistema, que colocou federalistas contra republicanos, o número de jornais aumentou. Durante a mudança para o segundo sistema partidário que, a partir de 1833, colocou democratas contra o recém-fundado Partido Whig, não apenas o número de jornais aumentou, como seus preços desabaram. Os jornais do primeiro sistema partidário, que também eram conhecidos como “panfletos de anúncios comerciais”, consistiam primordialmente de comentários parciais misturados à propaganda, geralmente vendidos por seis centavos a edição. Os novos jornais custavam apenas um centavo e eram lidos de forma muito mais ampla. A ascensão da então chamada imprensa de um centavo (*penny press*) também marcou o início do triunfo do “fato” sobre a “opinião” no jornalismo americano, principalmente porque a imprensa de um centavo mirava um público diferente, mais amplo, menos parcial e exclusivo. O *New York Sun*, cujo lema era “Ele brilha para todos”, surgiu em 1833, voltado para o homem comum. “O objetivo deste jornal é apresentar ao público, por um preço que todos possam pagar, TODAS AS NOTÍCIAS DO DIA”, alardeava. Abandonando o sistema de assinaturas, o *Sun* circulava em bancas, onde era vendido para qualquer um que tivesse um centavo no bolso. A capa não era repleta de anúncios, mas sim de notícias. A imprensa de um centavo era uma “imprensa livre”, como James Gordon Bennett, do *New York Herald*, a descrevera, uma vez que não estava comprometida com nenhum partido. (Bennett, nascido na Escócia, tinha imigrado para os Estados Unidos após ler a *Autobiografia* de Benjamin Franklin.) Ele explicou que, por ser um jornal vendido em bancas em vez de ser enviado pelo correio para assinantes, seus editores e autores “ignoravam completamente quem eram e quem não eram seus leitores”. Não podiam se alinhar às preferências políticas desses leitores, simplesmente porque não os conheciam. “Não devemos apoiar partido algum. Devemos nos dedicar ao registro dos fatos”, afirmou Bennet.⁵⁹

Durante a era da imprensa de um centavo, Tocqueville percebeu que os americanos tinham uma preferência inquestionável de pesquisar eles próprios os fatos acerca de determinada questão:

Eles desconfiam dos sistemas; agarram-se firmemente aos fatos e os analisam com suas próprias ferramentas. Da mesma forma que não se curvam facilmente a qualquer compatriota por conta do seu nome, também não possuem a tendência de se deixar subjugar pela autoridade de qualquer homem; pelo contrário, são incansáveis em seus esforços para descobrir os pontos fracos na doutrina de seus vizinhos.⁶⁰

O povo queria decidir não apenas sobre como votar, mas sobre o que era verdade e o que não era.

III.

SE THOMAS JEFFERSON foi conduzido até a Casa Branca nos ombros dos escravos, Andrew Jackson foi até ela nos braços do povo. E o povo, para Jackson, eram os trabalhadores que haviam acabado de conquistar o direito ao voto, o fazendeiro e o operário, o leitor de jornais. Em seu cargo, procurou seguir uma política de expansão continental, desmantelou o banco nacional e evitou, por pouco, uma crise constitucional acerca da questão da escravidão. Também ampliou os poderes da presidência. “Embora vivamos sob a forma de uma república, estamos, na verdade, sob o poder absoluto de uma única pessoa”, declarou o juiz Joseph Story. Jackson vetou leis aprovadas pelo Congresso (tornando-se o primeiro presidente a exercer esse poder). Em determinado momento, ele demitiu todo o seu gabinete. “O homem que tornamos nosso presidente fez de si próprio um déspota, e a Constituição é, agora, uma pilha de escombros a seus pés (...) Quando o caminho em direção a um de seus objetivos é bloqueado pela Constituição, ela é mais frágil que uma teia de aranha para impedi-lo de avançar”, declarou um

senador de Rhode Island.⁶¹ Seus críticos o apelidaram de “Rei Andrew”.

A primeira cruzada de Jackson envolveu a instauração de uma política de remoção de indígenas, que obrigava os povos nativos assentados na margem Leste do rio Mississippi a se mudar para os territórios a Oeste. A política se aplicava apenas ao Sul. Havia comunidades indígenas no Norte — como os Mashpees, de Massachusetts, por exemplo —, mas em números reduzidos. O *último dos moicanos* (1826), de James Fennimore Cooper, foi apenas uma de uma enxurrada de odes românticas ao “índio que desaparece”, ao fantasma do passado indígena. “Ouvimos o barulho de seus passos, similar ao som das folhas secas de outono, e então eles se vão para sempre”, escreveu o juiz Story, em 1828. Jackson direcionou sua política de remoção indígena para as comunidades muito mais populosas do Sudeste, como os Cherokees, os Chickasawas, os Choctaws, os Creeks e Seminoles, que viviam em seus territórios no Alabama, Flórida, Geórgia, Louisiana, Mississippi e no Tennessee, o estado natal do presidente.⁶²

que, caso cumprida, subverteria a lógica da remoção em nome do “progresso”. Enquanto isso, os Cherokees decidiram proclamar sua igualdade política, e declararam a independência de sua nação.⁶⁴

Por séculos, os europeus reivindicaram terras no Novo Mundo baseando-se no argumento de que os povos nativos não tinham direitos sobre os territórios que habitavam nem qualquer soberania sobre eles, ou porque não possuíam uma religião, ou porque não tinham um governo, ou pela ausência de um sistema de escrita. Os Cherokees, por meio de debates e tomadas de decisão, botaram em cheque todos esses argumentos. Em 1823, quando o governo federal tentou convencê-los a se mudar, o Conselho Nacional Cherokee respondeu: “Esta nação determinou de forma inalterável e resoluta nunca mais ceder um centímetro de sua terra.” Um homem Cherokee chamado Sequoyah, que havia lutado sob o comando de Jackson na Guerra Creek, inventou a forma escrita da linguagem Cherokee, que não era um alfabeto, mas um silabário, com um caractere para cada sílaba. Em 1825, a Nação Cherokee começou a imprimir o *Phoenix*, tanto em inglês quanto em Cherokee, usando esse sistema. Em 1826, os Cherokee fundaram sua capital nacional em New Echota (nas proximidades de onde fica atualmente a cidade de Calhoun, na Geórgia), e, em 1827, o Conselho Nacional ratificou uma Constituição escrita.⁶⁵

Oriundo da Carolina do Sul, o secretário de guerra de Monroe, Jonh C. Calhoun, pressionou os Cherokees: “Sejam sensatos: será impossível que vocês permaneçam, por qualquer período de tempo, na atual situação, dentro dos limites da Geórgia, ou de qualquer outro estado.” Ao que os Cherokees responderam: “Permitam-nos fazer uma observação e relembra-los de que os Cherokees não são estrangeiros, mas sim os habitantes originais da América; e que eles agora habitam e pisam o chão de seu próprio território (...) e que não reconhecerão a soberania de qualquer estado dentro dos limites do mesmo.”⁶⁶

Os Jacksonianos argumentaram que, na marcha do progresso, os Cherokees haviam sido deixados para trás e “sem melhorias”, mas os nativos estavam dispostos a mostrar que se tratava de um blefe, demonstrando cada uma de suas “melhorias”. Em 1825, as propriedades dos Cherokees consistiam de 22 mil cabeças de gado, 7.600 cavalos, 4.600 porcos, 2.500 ovelhas, 725 teares, 2.488 rodas de fiar, 172 carroças, 10 mil arados, 31 moinhos, dez serrarias, 62 ferrarias, oito descaroçadores de algodão, dezoito escolas, dezoito balsas e 1.500 escravos. O autor John Howard Payne, que viveu em meio aos Cherokees na década de 1820, explicou: “Se um georgiano pergunta ‘então os selvagens infestarão nossas fronteiras?’, o Cherokee responde: ‘Nós não lemos? Não temos escolas? Igrejas? Manufaturas? Não possuímos leis? Escrita? Uma Constituição? E vocês nos chamam de selvagens?’”⁶⁷

Os Cherokees poderiam ter vencido. Tinham a lei das nações do seu lado. Mas então, em 1828, encontraram ouro em território Cherokee, a apenas oitenta quilômetros de New Echota, e essa descoberta condenou sua causa a um fim. Quando assumiu o cargo, em março de 1829, Jackson declarou que a remoção indígena era uma de suas maiores prioridades e argumentou que a fundação da Nação Cherokee violava o Artigo IV, Seção 2, da Constituição dos Estados Unidos: “Nenhum novo estado será formado ou implementado dentro da jurisdição de qualquer outro estado” sem a autorização do mesmo.

O Ato de Remoção Indígena de Jackson provocou a ira dos reformistas e revivalistas. David Walker havia alegado que a remoção indígena era apenas outra versão da “armadilha da colonização”. Catharine Beecher, que não aprovava discursos em público, mas defendia as cartas, encabeçou os esforços para enviar uma petição feminina ao congresso opondo-se à remoção indígena. Após considerável debate, a proposta foi aprovada por uma margem apertada. Os votos foram divididos de acordo com as regiões do país: representantes da Nova Inglaterra votando 28 a 9 contra, e os sulistas 60 a 15 a favor da Câmara, enquanto, no

Senado, os membros da Nova Inglaterra votaram quase que uniformemente contra e os sulistas de forma unânime a favor. Os estados do meio ficaram mais divididos. E, mesmo assim, o debate em si levantou, para todos, questões mais amplas sobre a natureza da raça. “As obrigações da justiça mudam de acordo com a cor da pele?”, questionou um senador de Nova Jersey.⁶⁸

A questão da legalidade do Ato de Remoção e sua aplicação residia nesse ponto. Os Cherokees argumentaram que o estado da Geórgia não possuía jurisdição sobre eles, e o caso foi parar na Suprema Corte. Em *Nação Cherokee vs. Geórgia* (1831), o Chefe de Justiça John Marshall disse: “Se fosse permitido aos tribunais julgar de acordo com suas simpatias, seria difícil imaginar um caso mais adequado para estes fins.” Em sua opinião, Marshall considerou os Cherokee definitivamente como “uma nação doméstica dependente”, uma nova entidade legal — nem estado, nem nação. Em outro caso, no ano seguinte, *Worcester vs. Geórgia* (1832), Marshall elaborou melhor: “A Nação Cherokee, portanto, é uma comunidade distinta, que ocupa o seu próprio território (...) no qual as leis da Geórgia não possuem efeito e no qual os cidadãos da Geórgia não têm o direito de entrar (...) As Leis da Geórgia são repugnantes perante a Constituição, as leis e acordos dos Estados Unidos.”⁶⁹

Na Nova Inglaterra, a decisão de Marshall levou tribos como os Penobscots e os Mashpees a pressionarem por independência. Em 1833, o povo Mashpee publicou *Um apelo dos indígenas aos homens brancos de Massachusetts*, argumentando: “Como nossos irmãos, os homens brancos de Massachusetts, recentemente manifestaram muita simpatia pelos homens vermelhos da Nação Cherokee (...) nós, os homens vermelhos da tribo Mashpee consideramos este um momento favorável para nos pronunciarmos. Nós não somos livres. E desejamos sê-lo.”⁷⁰ As decisões de Marshall nos casos envolvendo os Cherokees — que tocavam na natureza do título — provocaram uma discussão dolorosa e inevitável sobre os assentamentos europeus na América do Norte e a fundação dos

Estados Unidos. Em 1835, Edward Everett, um membro da assembleia legislativa de Massachusetts que encabeçou no congresso a luta contra a remoção indígena, recusou-se a endossar a hipocrisia dos escritores e reformistas do norte: “A menos que rejeitemos integralmente a legitimidade da colonização do continente, a menos que sustentemos que foi injusto e errado, desde o princípio, introduzir a raça civilizada na América, e que tudo aquilo que hoje consideramos nosso país, próspero e feliz, deveria ter sido deixado como foi encontrado, a morada da barbárie e do ateísmo, não tenho como afirmar que qualquer resultado diferente poderia ter ocorrido.”⁷¹ Jackson concordou, questionando: “O povo do Maine permitiria que a tribo dos Penobscot erigisse um governo independente dentro do seu estado?”⁷²

No fim, Jackson decidiu ignorar a Suprema Corte. “John Marshall tomou sua decisão”, teria dito, de acordo com rumores (e este, aparentemente, foi um forte rumor). “Agora, que ele faça com que seja cumprida.”⁷³ Os líderes de uma minoria insignificante dos Cherokees assinaram um acordo, cedendo suas terras à Geórgia e concordando com um prazo para sua remoção no dia 23 de maio de 1838. Quando o prazo expirou, apenas 2 mil Cherokees se mudaram para o Oeste; mais de 16 mil se recusaram a deixar suas casas. O general do exército americano Winfield Scott, um meticuloso militar de carreira oriundo da Virgínia, conhecido como “O Velho Pompa e Circunstância”, foi convocado para resolver a questão à força. Scott implorou aos Cherokees para que deixassem o local voluntariamente. “Eu sou um velho guerreiro e estive presente no cenário de muitos massacres, mas suplico que me poupem do horror de testemunhar a destruição dos Cherokees.” Durante a marcha forçada de quase 1,3 mil quilômetros rumo ao Oeste, um movimento outrora imaginado por Jefferson, um em cada quatro Cherokees morreu de fome, por exposição ao clima ou de exaustão, naquilo que ficaria conhecido como Caminho das Lágrimas. Ao fim da marcha, o governo norte-americano havia

realocado 47 mil índios do Sudeste para territórios a Oeste do Mississippi e adquirido mais de 100 milhões de acres de terras ao Leste. Em 1839, no Território Indígena — o que hoje configura o Oklahoma —, os Cherokee que haviam assinado o acordo foram assassinados por algozes desconhecidos.⁷⁴

Àquela altura, os dois mandatos de Jackson haviam chegado ao fim. Mas, no período em que ele ocupou a Casa Branca, entre 1829 e 1837, ignorar uma decisão tomada pela Suprema Corte não foi sua derradeira nem menos importante demonstração de poder presidencial. Particularmente tensa era sua relação com seu primeiro vice-presidente, John C. Calhoun, ex-secretário de guerra de Monroe, um sujeito tão severo e inflexível que recebeu de um observador mais sagaz o apelido de “homem de ferro fundido”.⁷⁵ Calhoun também havia sido vice-presidente de John Quincy Adams, e sua relação com Jackson foi pesada desde o início. As coisas se complicaram quando Calhoun liderou a tentativa da Carolina do Sul de “nulificar” uma tarifa estabelecida pelo Congresso. Assim como o conflito às voltas da remoção indígena, o debate acerca da tarifa testou os limites da força da Constituição para manter unidos os estados.

Certa noite em 1832, durante um jantar formal, Jackson e Calhoun discutiram a questão enquanto bebiam. O presidente ofereceu um brinde à “Nossa união federal, que deve ser preservada”. Após Jackson sentar-se, Calhoun levantou-se de sua cadeira e ofereceu seu brinde: “A União, que, depois da liberdade, é aquilo que nos é mais caro. Que todos nos lembremos que ela só poderá ser preservada se respeitarmos os direitos dos estados.” As qualidades políticas muito inferiores do ex-governador de Nova York, Martin Van Buren, que também estava naquele jantar, ficaram evidentes quando ficou de pé para oferecer um terceiro brinde, à “tolerância mútua e à concessão recíproca”.⁷⁶ Entre Jackson e Calhoun não havia a menor tolerância e quase nenhuma concessão.

Embora a tarifa reduzisse os impostos sobre importações pela metade, ainda preocupava os sulistas, que alegavam que a taxa

colocava os interesses dos industriais do Norte acima dos interesses dos produtores agrícolas do Sul. O Sul era responsável por dois terços das exportações americanas (quase que inteiramente na forma de algodão) e consumiam apenas um décimo de suas importações, levando seus representantes a apoiar uma posição que viria a ser chamada de “livre comércio”.⁷⁷

Para protestar contra a tarifa, Calhoun escreveu um tratado em nome da legislatura da Carolina do Sul, onde desenvolveu uma teoria de interpretação constitucional com o argumento de que os estados tinham o direito de declarar nulas e sem validade as leis federais. Influenciado pelas Resoluções do Kentucky e da Virgínia — redigidas por Jefferson e Madison em 1798 —, e também pela Convenção de Hartford — de 1812, na qual os estados do Norte ameaçaram separar-se da União por se oporem à guerra contra a Grã-Bretanha —, Calhoun alegou que, se um estado decidisse que determinada lei aprovada pelo Congresso era inconstitucional, a Constituição teria de sofrer uma emenda e, se a emenda não fosse ratificada (caso não obtivesse a aprovação necessária de três quartos dos estados), o estado em desacordo teria o direito de separar-se da União. Os estados já eram soberanos antes da Constituição ter sido redigida ou sequer imaginada, Calhoun argumentou, e assim permaneciam. O argumento dele também era, portanto, contrário à vontade da maioria; a nulificação era um instrumento fundamentalmente anti-majoritário. Se os estados podem separar-se da União, o poder não emana da maioria.⁷⁸

A crise da nulificação foi menos um debate sobre uma tarifa do que sobre os limites dos direitos dos estados e sobre a questão da escravidão, um augúrio precoce da guerra civil que estava por vir. A Carolina do Sul tinha a maior porcentagem de escravos entre todos os estados do país. Surgida na esteira do *Apelo* de David Walker e da ameaça que a Nação Cherokee representava para o estado da Geórgia, a nulificação era uma tentativa da

Carolina do Sul de rejeitar o poder do governo federal de impor leis que o estado considerava desfavoráveis aos seus interesses.

Jackson respondeu com uma declaração na qual chamou a teoria de Calhoun de uma “sutileza metafísica em busca de uma teoria impraticável”. O caso de Jackson resumia-se ao seguinte: os Estados Unidos são uma nação; sua existência é anterior à dos estados; sua soberania é completa. “A Constituição dos Estados Unidos forma um governo, não uma liga”⁷⁹, argumentou Jackson. No fim, o Congresso firmou um acordo para implementar a tarifa, e a Carolina do Sul o aceitou. “A nulificação está morta”, declarou Jackson. Mas a guerra estava longe do fim. A crise acirrou as linhas de batalha entre os regionalistas e os nacionalistas, enquanto Calhoun tornou-se o líder do movimento a favor da escravidão, declarando que a mesma era “indispensável a um governo republicano”.⁸⁰

A contenda de Jackson com Calhoun deixou claro que o presidente não tinha o menor desejo de que o seu vice continuasse no cargo em um segundo mandato. Relutante à ideia de simplesmente tirar o nome de Calhoun da cédula de votação por medo de uma retaliação política, Jackson procurou uma maneira mais sutil de se livrar de seu homem de ferro fundido. Sua atenção se voltou para um novo partido político, que teria uma existência breve: os Antimaçônicos. Em setembro de 1831, os Antimaçônicos organizaram a primeira convenção de indicação presidencial da história americana. Fundado para se opor às organizações secretas — como os Maçons e os *caucus* políticos —, a exemplo das convenções constitucionais que vinham sendo realizadas ano após ano nos estados, o Partido Antimaçônico decidiu aproveitar a ideia de realizar um encontro de delegados. Infelizmente, o homem que os antimaçônicos escolheram como seu indicado acabou se revelando um... maçom. Mas a convenção de indicação dos antimaçônicos deixou dois legados: a prática de conceder à delegação de cada estado um número de votos equivalente ao tamanho de sua delegação no Colégio Eleitoral, e a regra que dita que uma

indicação precisa da aprovação de três quartos dos votantes. Dois meses após o encontro dos antimaçônicos, outro partido de vida curta, o Partido Republicano Nacional, organizou sua própria convenção, na qual os estados foram organizados não em ordem alfabética, mas em “ordem geográfica”. O sistema começava pelo Maine e descia pela costa, o que deixou os representantes do Alabama bastante consternados.⁸¹ Henry Clay, ao ser questionado por carta se estaria disposto a ser indicado pelo Partido Republicano Nacional, escreveu de volta dizendo que sim, porém acrescentou que seria impossível comparecer à convenção em Baltimore “para não incorrer na imputação do pedantismo ou da indelicadeza”. Clay aceitou a indicação e criou assim um precedente que durou até Franklin Delano Roosevelt: por mais de um século, nenhum indicado aceitaria a indicação em pessoa, e Roosevelt só o fez porque tinha a intenção de passar a mensagem de que seu objetivo era oferecer aos americanos um *new deal*.⁸²

Mesmo assim, a prática de indicar um candidato presidencial em uma convenção nacional do partido poderia não ter se tornado parte da tradição política americana se Jackson não tivesse decidido que o Partido Democrata deveria organizar também a sua convenção, para que ele pudesse se livrar do seu conflituoso vice-presidente. Jackson e seus assessores perceberam que, se deixassem a indicação a cargo das assembleias estaduais — onde Calhoun possuía tremendo apoio —, não conseguiriam se livrar dele. Jackson, então, teve a ideia de fazer com que a legislatura de New Hampshire convocasse uma convenção nacional e indicasse Jackson para concorrer à presidência, com seu maleável ex-secretário de Estado, o governador de Nova York, Martin van Buren, como companheiro de chapa.

A eleição de 1832 centrou-se na questão do banco nacional. Assim como as contendas acerca da remoção indígena e da implementação da tarifa, a batalha de Jackson contra o banco pôs à prova a força da presidência. O problema era antigo. Como

a Constituição impedia os estados de imprimir dinheiro, bancos comissionados pelas legislaturas estaduais o faziam, não no formato de cédulas ou moedas de curso forçado, mas sim em notas promissórias, assinadas pelos presidentes dos bancos. Entre 1830 e 1837, 347 bancos foram inaugurados nos Estados Unidos. Imprimiam seu próprio dinheiro, produzindo mais de 1.200 tipos diferentes de notas. Sob esse sistema notoriamente instável, a falsificação abundava, bem como as fraudes, praticadas especialmente pelos bancos de terrenos, criados para especular sobre os territórios do Oeste.

Em 1816, o congresso autorizou a criação de um Segundo Banco dos Estados Unidos, para ajudar a nação a se recuperar da devastação produzida pela guerra com a Inglaterra. Em 1819, a Suprema Corte atestou a constitucionalidade desse banco.⁸³ O Banco dos Estados Unidos funcionava como um depósito de todo dinheiro do governo federal; administrava seus pagamentos e suas receitas, incluindo os impostos. Ainda assim, era um banco privado, que respondia aos acionistas. Sua influência econômica era extraordinária. Em 1830, seus 35 milhões de dólares de capital equivaliam ao dobro das despesas anuais do governo federal. Para seus críticos mais exaltados, o banco nacional se assemelhava a um quarto braço do governo.⁸⁴ Jackson odiava todos os bancos. “Não odeio o seu banco mais do que todos os outros”, disse ele ao presidente da instituição, Nicholas Biddle. Jackson acreditava que o Banco dos Estados Unidos minava a soberania do povo, afrontava a sua vontade e, como todos os bancos, tinha uma “influência maligna” sobre a nação ao permitir que “uma minoria capitalista endinheirada” usasse a receita pública para “gozar de seus benefícios, excluindo a maioria”.⁸⁵

Em janeiro de 1832, com a proximidade do fim do mandato de Jackson, Biddle enviou ao congresso um pedido de renovação da concessão do banco, muito embora ela só fosse expirar em 1836. O Congresso deu seu aval. “Se Jackson vetar essa decisão, eu o vetarei!”, prometeu Clay.⁸⁶ Porém, em julho de 1832, Jackson efetivamente vetou o projeto de lei, em uma

mensagem de 8 mil palavras na qual deixava claro que acreditava que o presidente tinha a autoridade de decidir sobre a constitucionalidade das leis aprovadas pelo Congresso.

“Os defensores do banco sustentam que sua constitucionalidade, em todos os seus aspectos, deve ser considerada estabelecida pelos precedentes e pela decisão da Suprema Corte. Com essa conclusão, eu não posso concordar”,⁸⁷ disse Jackson. Biddle classificou a justificativa do veto de Jackson “um manifesto anarquista”. Mas o senado mostrou-se incapaz de revertê-lo. A Guerra Bancária, disse Edward Everett, “é nada menos que uma guerra dos números contra a propriedade”.⁸⁸ Jackson, um homem do povo, o Rei dos Números, venceu de lavada.

IV.

O VETO DE JACKSON ao banco soltou as amarras da economia americana. Com a dissolução do Banco dos Estados Unidos, a estabilidade que ele proporcionava — como o lastro no casco de um navio — saiu boiando pra longe. Os proponentes do banco nacional insistiam na necessidade de uma regulação federal para o papel-moeda. Jackson e seus apoiadores, conhecidos como “bichinhos do ouro”, preferiam que não existisse papel-moeda de nenhum tipo. Em 1832, 59 milhões de dólares em cédulas de papel estavam em circulação; em 1836 eram 140 milhões. Sem a força regulatória do banco nacional, havia muito pouco metal como lastro para aquela torrente de papel: os bancos americanos tinham apenas o equivalente a 10,5 milhões de dólares em ouro em suas reservas.⁸⁹

Tanto os especuladores quanto o presidente estavam com as atenções voltadas para o Oeste. “A riqueza e a força de um país são a sua população, e a melhor parcela da população são aqueles que cultivam o solo”, disse Jackson, fazendo ecos a Jefferson.⁹⁰ Fugindo de uma piora no cenário econômico no Leste e em busca de novas oportunidades, os americanos

começaram a migrar para o Oeste, sozinhos ou com suas famílias, em carroças ou a pé, ou em barcos a vapor pelos canais, em direção a Ohio, Indiana, Illinois, Alabama, Mississippi, Missouri, Louisiana, Arkansas e Michigan. Fixaram residência em fazendas; construíram cabanas com troncos de madeira cortados grosseiramente. Fundaram jornais e discutiram política. Construíram vilarejos, igrejas e escolas. “Eu os convido a irem até o Oeste, visitarem uma de nossas cabanas de madeira, e contarem seus moradores”, declarou um congressista de Indiana. “Lá, vocês encontrarão um jovem forte e robusto de 18 anos, ao lado de sua cara-metade, no comecinho de sua luta por uma vida independente. Trinta anos depois, visitem-nos novamente; em vez de duas, vocês encontrarão 22 pessoas naquela família. Isto é o que eu chamo de tabuada da multiplicação americana.”⁹¹

Ainda assim, a escravidão era um fantasma que assombrava cada passo da colonização do Oeste. Elijah Lovejoy nasceu no Maine e radicou-se em St. Louis, onde publicou tratados abolicionistas, cuja distribuição era ilegal nos estados escravocratas. Isso fez com que os abolicionistas começassem a exigir “liberdade de expressão”, em contraponto às demandas sulistas por um “livre comércio”. Em 1836, vândalos a favor da escravidão destruíram a prensa de tipos móveis de Lovejoy. Ele então mudou-se para o outro lado do rio, para o estado livre do Illinois, onde ele e seu tipógrafo negro, John Anderson, reabriram o negócio, com uma nova prensa. Mas essa prensa também foi destruída por um bando e, quando uma terceira prensa chegou, Lovejoy, que andava armado, foi alvejado no peito e morto, tornando-se um mártir da causa da liberdade de expressão.

Para inspecionar o território e supervisionar a colonização, o Congresso implementou o Escritório Geral da Terra. Os fiscais dividiam o terreno em grades de 640 acres. Estas, por sua vez, eram divididas em lotes de 160 acres, que era a menor unidade de terra que podia ser comercializada. Em 1832, durante uma explosão na venda de terras — o escritório recebia 40 mil pedidos de licença por ano —, a menor unidade de compra foi

reduzida para quarenta acres. Em 1835, o Congresso aumentou o número de funcionários trabalhando no Escritório da Terra, de 17 para 88. Mesmo assim, eles não conseguiam dar conta do volume da papelada.

Partindo do Sul, os colonizadores americanos atravessaram a fronteira em direção ao México, que tinha conquistado sua independência da Espanha em 1821. O México enfrentava problemas para administrar sua expansão para o Norte; boa parte de seu território entre o populoso Sul — que incluía sua capital, a Cidade do México — e o território mais distante, Alta Califórnia, era deserta, ocupada principalmente pelas tribos indígenas dos Apaches, Utes e Yaqui. Como disse um governador mexicano: “Nosso território é enorme, e nosso governo é fraco.” Em 1825, John Quincy Adams já havia orientado o embaixador norte-americano no México a tentar negociar uma nova fronteira; o governo mexicano precisava do dinheiro, mas não queria vender suas terras. Como argumentou seu ministro da guerra, Manuel de Mier y Terán: “Espelhando-se na conduta da França e da Espanha, o México poderá alienar ou ceder terras improdutivas na África ou na Ásia. Mas como se pode esperar que se desfaça de seu próprio chão?”



No entreposto do Agente Indígena John Dougherty no rio Missouri, uma família de nativos se agrupa às voltas dos pioneiros que fazem uma parada em sua jornada. (Biblioteca Pública de Denver, Divisão de História Ocidental #F3226 (PRC B/W))

O México não queria vender sua própria terra, mas os territórios mexicanos de Coahuila e do Texas, ao longo do Golfo do México, e a Oeste do estado da Louisiana, mostravam-se particularmente atrativos para os colonizadores americanos em busca de novas terras para plantar algodão. “Se não aproveitarmos a presente oportunidade de povoar o Texas, a força dos Estados Unidos aumentará, dia após dia, até que eles anexem o Texas, Coahuila, Saltillo e Nuevo León”, alertou uma autoridade mexicana. (Na época, o Texas incluía boa parte do que mais tarde viria a ser o Kansas, o Colorado, o Wyoming, o Novo México e Oklahoma). Em 1835, americanos no Texas se rebelaram contra o governo mexicano, dando início a uma guerra sob o comando de um audacioso político chamado Sam Houston. Em 1836, o Texas declarou independência, fundando a República do Texas, tendo Houston como seu presidente. O presidente mexicano, general Antonio López de Santa Anna, alertou que, se descobrisse que o governo norte-americano estava por trás daquela rebelião, marcharia com “seu exército até Washington e hastearia a bandeira mexicana no Capitólio”.⁹²

Quando Houston enviou uma proposta para o Congresso solicitando a anexação, a medida fracassou por três motivos. Primeiro, Jackson temia que a anexação provocasse uma guerra com o México, que não reconhecia a independência do Texas. Segundo, do ponto de vista dos Estados Unidos — que, junto com a Grã-Bretanha e a França, reconhecia a independência do Texas —, tratava-se de um país estrangeiro, o que significava que anexá-lo era uma questão totalmente diferente do que teria sido em 1825, quando John Quincy Adams, então secretário de Estado, fez esforços para adquirir o território. Por fim, caso o Texas fosse anexado à União, ingressaria como um estado escravocrata. Quincy Adams, que, após perder a presidência,

tornou-se membro do congresso, obstruiu a proposta de anexação por três semanas. O povo dos Estados Unidos, disse ele, “amando a União como ama, preferiria a sua dissolução total ao ato de anexação do Texas”. A Sociedade Antiescravagista Americana inundou o congresso com dezenas de milhares de petições abolicionistas. Quando Quincy Adams tentou marcar uma audiência para debatê-las, legisladores sulistas o silenciaram de acordo com os termos de uma “lei da mordça”, que impedia qualquer tipo de discussão sobre requerimentos antiescravagistas no salão do Congresso, mais uma vitória dos opositores da liberdade de expressão.⁹³

Os senhores de escravos sulistas, uma ínfima minoria dos americanos correspondendo a 1% da população, se apoiavam na retórica dos direitos dos estados e do livre comércio que, para eles, significava um comércio livre das regulamentações do governo federal. Contudo, na verdade precisavam desesperadamente do poder do governo federal e confiavam nele para defender e prolongar a instituição da escravidão. Por trás de seus esforços para silenciar as dissidências estava a fraqueza de sua posição. De 1836 em diante, Thomas Morris, democrata de Ohio, começou a apresentar uma série de requerimentos condenando a escravidão, pedindo que fosse abolida no Distrito de Columbia e exigindo a suspensão da proibição do envio de textos abolicionistas por correio. Todos foram rejeitados. Morris, um grosseirão autodidata, aprendera a odiar a escravidão com o pai, um pastor batista. No começo de 1838, ele amaldiçoou a “massa pútrida de preconceito gerada pelos interesses financeiros para escravizar a raça negra”. Mais tarde, naquele ano, disse a um jornal de Ohio que “sempre acreditou que a escravidão fosse errada em seu princípio, na prática, em qualquer país e sob qualquer condição”. Sem qualquer surpresa, não foi reeleito. Em fevereiro de 1839, ciente de que nunca mais ocuparia um cargo público, jogou tudo pelos ares e fez o discurso abolicionista mais inflamado que o senado já havia presenciado até aquele momento. Pegando carona na

crítica jacksoniana ao “poderio do dinheiro”, Morris cunhou a expressão “poderio escravagista”. O próprio descreveu esse embate como uma batalha entre a democracia e duas aristocracias unidas: “a aristocracia do Norte [operando] através do poder de um sistema bancário corrupto, e a aristocracia do Sul, [que operava] através do poder do sistema escravagista.” Morris encerrou reafirmando sua fé de que a democracia prevaleceria e que “O NEGRO AINDA SERÁ LIBERTADO”.⁹⁴

O debate sobre o Texas, junto com a eleição de 1836, ilustram como Andrew Jackson e John Quincy Adams, muito antes do fim de seus mandatos, moldaram a política nacional de forma poderosa. Jackson manteve o Partido Democrata de pé, enquanto Quincy Adams foi o condutor do Partido Whig em sua trajetória errática. Jackson decidiu não concorrer a um terceiro mandato, mas, da mesma forma que conspirou para livrar-se de Calhoun em 1832, estava determinado a escolher seu sucessor. Mais uma vez, o Rei Andrew se disfarçava de defensor do homem comum.

Em 1835, Jackson fez uma convocatória para uma convenção de indicação, em uma carta extraordinária publicada pela primeira vez num jornal do Tennessee:

Considero que a verdadeira política daqueles que compartilham dos princípios republicanos seja a de enviar delegados, escolhidos diretamente entre o povo, para uma convenção geral, com o propósito de selecionar candidatos para a presidência e para a vice-presidência; e que impedir essa seleção antes que ela aconteça, ou resistir a ela quando realizada de forma justa, enquanto uma emanção do poder executivo, é atacar a virtude do povo e, efetivamente, opor-se ao seu direito de governar.⁹⁵

Deixando de lado toda a baboseira sobre a virtude do povo e seu direito de governar, o verdadeiro objetivo da convenção era garantir a indicação de um sucessor que Jackson havia escolhido a dedo, Martin van Buren, e permitir que este pudesse articular para que o seu próprio escolhido, Richard Johnson, assegurasse a indicação para a vice-presidência. O embuste não passou despercebido. O Tennessee, cujo apoio a Jackson oscilava havia

muito tempo, recusou-se a enviar uma delegação para a convenção em Baltimore. Sem querer abrir mão dos quinze votos eleitorais do Tennessee, o gerente de convenção de Van Buren, o senador Silas Wright, de Nova York, foi até uma taverna encontrar-se com um morador do estado que, por acaso, estava na cidade — Edward Rucker, o homem que acabou transformado em uma delegação de quinze votos. (“Ruckerizar” virou verbo, significando executar uma manobra política para inflar os números em uma convenção).⁹⁶



Durante o Pânico de 1837, uma família empobrecida se encolhe quando cobradores batem à porta exigindo grandes quantias de dinheiro; retratos desbotados de Jackson e Van Buren estão pendurados na parede atrás deles. (Biblioteca do Congresso.)

O partido de Quincy Adams, todavia, se viu envolvido em uma confusão ainda maior. Desorganizado e disperso, o Whig não conseguiu organizar uma convenção de indicação e não foi capaz de escolher um candidato único; quatro membros concorreram à presidência, dividindo o partido e deixando o

caminho aberto para o candidato Democrata, Van Buren, conquistar a vitória no pleito.

Van Buren assumiu o cargo em março de 1837. Cinco semanas depois, o sistema financeiro da nação desmoronou no segundo pior desastre econômico da história dos Estados Unidos, atrás apenas da Quebra da Bolsa de 1929. “O mercado de ações entrou em colapso. A escuridão das trevas ainda paira sobre ele”, escreveu um nova-iorquino, sobre Wall Street, naquele abril. No outono de 1837, nove em cada dez fábricas no Leste do país fecharam as portas. Os pobres arrombavam as lojas apenas para encontrar suas prateleiras vazias. O episódio que teve início no Pânico de 1837 foi se encerrar após uma depressão de sete anos, bem no meio de uma década de desespero conhecida como “Os Anos Quarenta da Fome”.⁹⁷

Membros do Whig apelidaram o novo presidente de Martin Van *Ruin* (ruína), o que era injusto, uma vez que a crise havia sido o resultado das decisões de Jackson e consequência, acima de tudo, de um setor bancário desregulamentado. Por outro lado, se o sofrimento havia sido jacksoniano, seu alívio também o foi: o Pânico de 1837 democratizou a proteção à falência e levou ao fim da prisão dos devedores. Em 1810, um advogado de Nova York chamado Joseph Dewey Fay, que alegava ter passado dezesseis anos na prisão dos devedores, estimou que, no rescaldo do Pânico de 1809, 10% dos homens livres de Nova York haviam sido presos por causa de dívidas. “Os americanos se vangloriam de terem acabado com a tortura, mas a prisão dos devedores é uma tortura”, escreveu. Fay foi até Albany e logrou êxito em seu *lobby* para que a assembleia aprovasse uma lei de insolvência mais abrangente, que contemplasse os devedores encarcerados. Nos primeiros nove meses de vigor da nova lei, 2.500 devedores conquistaram sua liberdade. As antigas leis de falência protegiam apenas os corretores de ações, mas a nova estabeleceu um precedente: era a primeira vez que uma legislação estendia o direito de declarar falência a qualquer cidadão. Em 1819, a Suprema Corte a considerou

inconstitucional. Ainda assim, ocorreu uma reviravolta: Nova York aboliu a prisão dos devedores em 1831 e, em 1841, o Congresso aprovou uma lei federal oferecendo proteção à falência para todos. Dentro de dois anos, 41 mil americanos declarariam falência. Dois anos depois a lei foi revogada, porém os estados continuaram oferecendo a proteção e, mais importante que isso, as prisões de devedores foram extintas para sempre. Na Grã-Bretanha e em toda a Europa, exceto em Portugal, os devedores seguiam sendo jogados atrás das grades (trama que deu origem a diversas narrativas literárias do século XIX); nos Estados Unidos, os devedores podiam declarar falência e começar tudo de novo.

O perdão das dívidas fez nascer uma disposição para correr riscos que se transformaria no principal elemento do empreendedorismo norte-americano. Tocqueville ficou admirado com “a estranha indulgência com que são tratadas as falências nos Estados Unidos”. Nesse sentido, ele observou: “os americanos diferem não apenas das nações da Europa, como de todas as nações comerciais de nossa época.” Um país de devedores, os Estados Unidos adotaram o entendimento de que a maioria das pessoas que contraía dívidas eram vítimas do ciclo econômico, e não do destino, do castigo divino ou da roda da fortuna. As leis de falência do país, embora fossem instituídas e revogadas alternadamente, fizeram com que correr riscos se tornasse menos arriscado para todos, o que fez com que todos se arriscassem mais.⁹⁸



The People's Line--Take care of the Locomotive

Sold at 104 Nassau, and 18 Division Streets, New-York.

Um cartum de 1840 retrata William Henry Harrison como a locomotiva de um trem movido a cidra, rebocando uma cabana de troncos enquanto o Presidente Martin Van Buren, guiando a "Charrete do Tio Sam", que é puxada por um cavalo vendado, tropeça num monte de argila ("Clay", em referência a Henry).

(Robert N. Elton / Biblioteca do Congresso.)

Martin Van Buren não tinha muitas chances de se reeleger em 1840. Os eleitores o culpavam, tanto quanto seu partido, pelos desastres provocados por Jackson. O Whig, para a surpresa de ninguém, lançando mão de uma manobra que se tornaria característica das campanhas eleitorais norte-americanas, alegou que os Democratas, o suposto partido do povo, havia, na verdade, traído o povo. O Partido Democrata, argumentavam os Whigs, havia se transformado no partido da tirania e da corrupção: o *verdadeiro* partido do povo eram os Whigs. "Os Whigs é que são os verdadeiros Democratas, se é que algum partido tem o direito de chamar-se por este nome", declarou um Whig.⁹⁹

Como seu candidato à presidência, os Whigs indicaram William Henry Harrison, de 68 anos, apresentando-o como herói

de guerra e tentando vendê-lo como um homem do povo, como um jacksoniano, até mesmo como um pioneiro desbravador, o que exigiu considerável distorção no conceito da verdade. Harrison tinha atuado como governador no Território de Indiana e como senador por Ohio, mas vinha de uma família importante: seu pai, dono de uma fazenda na Virgínia, havia assinado a Declaração da Independência. Em 1839, o biógrafo de campanha tentou, em *O candidato presidencial do povo*, pintar um homem obscenamente rico como Harrison como um humilde agricultor que “nunca teve dinheiro”. Harrison deu seu melhor ao discursar em um hotel em Ohio, a primeira vez na história que um candidato a presidente discursava em campanha presidencial, mas a direção de sua campanha o aconselhou a não falar demais. “Concentre-se totalmente em seu passado. Não diga sequer uma palavra sobre seus princípios ou crenças — não diga nem prometa nada”, orientaram. Seus críticos logo o apelidaram de “General Mudo”. Os Democratas zombavam de Harrison, dizendo que ele era tão pobre que morava em uma cabana de troncos de madeira e só bebia cidra. Para os Whigs, aquilo era como um grande presente político. Chamando Harrison de “O Candidato da Cabana de Troncos”, eles montaram cabanas de madeira em cima de carroças puxadas por cavalos e usaram esse artifício na campanha, distribuindo canecas de cidra por onde passavam. Harrison, é claro, morava em uma mansão. Mas, depois da campanha da cabana de troncos de 1840, poucos candidatos à presidência, não importando se tinham um passado humilde ou de riqueza, perderam uma eleição concorrendo como o candidato da cabana de troncos.¹⁰⁰

Ocupados na disputa para ver quem poderia usar o título de “partido do povo”, nem os Whigs nem os Democratas ofereceram uma solução plausível para o problema da escravidão; na verdade, mal o abordaram. Isso incentivou a fundação de novos partidos, incluindo o Partido da Liberdade, formado por evangélicos, em 1839. “Temos que abolir a escravidão e, tão certo quanto o sol nasce todos os dias, em cinco ou seis anos

nós a atropelaremos a galope, a menos que ela saia do caminho da cavalaria da Liberdade”, defendia o partido. Sua maneira de conquistar os evangélicos entre os Whigs: “Vote como você reza.”¹⁰¹

O renascimento religioso que havia levado as mulheres a protagonizar a reforma moral da nação também as arrastou para a política. Nas décadas de 1820 e 1830, a democracia jacksoniana estava tomada por conflitos. Quando a reformista Fanny Wright tentou comparecer a uma convenção em 1836, foi chamada de “mulher-macho”. Porém enquanto os Democratas proibiam a presença de mulheres em seus comícios, os Whigs lhes davam as boas vindas. Na década de 1840, como observou um contemporâneo, “as mulheres eram Whigs”.¹⁰² A partir do Whig, muito antes de conquistarem o direito ao voto, as mulheres introduziram nos partidos um estilo que foi aperfeiçoado primeiramente em seu papel como abolicionistas e, mais tarde, como proibicionistas: a cruzada moral, com devoção e obstinação. Nenhuma eleição seria a mesma depois disso.

No período em que os Democratas concorriam com os Whigs, os dois partidos incorporavam tanto o populismo jacksoniano — os intermináveis apelos ao “povo” — quanto o espírito evangélico de reforma (os comícios de campanha se inspiraram no estilo e no fervor dos encontros revivalistas). Walt Whitman reclamou da “arrogância infinita das pessoas eleitas”, taxando os homens que participavam da política de membros da classe dominante, independentemente do quanto apelassem ao povo. Só que tais apelos não eram sem sentido: a natureza da democracia americana havia mudado, e de forma inegável. Não apenas mais homens tinham o direito de votar, como mais homens efetivamente votavam: o comparecimento às urnas saltou de 27% em 1824 para 56% em 1838 e 80% em 1840.¹⁰³

Harrison ganhou de lavada, mas morreu imediatamente de pneumonia. Seu vice-presidente e sucessor, John Tyler, acabou sendo chamado de “Vossa Acidência”, mas a mística da cabana de troncos, bem como da mulher reformista, se mostraria mais

resistente, bem como a disputa pela alma do país em plena era das máquinas.

Os Estados Unidos são “o país do futuro”, proclamou Ralph Waldo Emerson em 1824, em meio a um extenso falatório sobre “um país de começos, de projetos, de enormes planos e expectativas”. Naquela primavera, Samuel F. B. Morse sentou-se a uma escrivaninha nas câmaras da Suprema Corte dos Estados Unidos e dedilhou uma mensagem em sua nova máquina de telégrafo, cujas linhas foram estendidas entre Washington e Baltimore graças a um financiamento do Congresso. Sua primeira mensagem, no código que já não era mais secreto: “Que coisas Deus tem feito?” Enquanto isso, os trilhos de uma ferrovia que começava em Boston chegavam a Concord, no Massachusetts, cidade natal de Emerson. “Ouvi o apito da locomotiva em meio à floresta. É a voz da civilidade do Século Dezenove dizendo, ‘Aqui estou’”,¹⁰⁴ escreveu Emerson em seu diário.

Os Estados Unidos haviam sido fundados como um experimento político; parecia natural que avançasse e prosperasse por meio de outras experiências. Em dezembro, os fios do telégrafo estariam instalados ao longo das linhas abertas pelas ferrovias, atravessando bosques e prados, até montanhas, e os americanos começaram a imaginar um futuro no qual tanto a estrada de ferro quanto o telégrafo se expandiriam por todo o continente. “A maior revolução dos tempos modernos e, na verdade, de todos os tempos, para a melhoria da sociedade, foi proporcionada pelo Telégrafo Magnético”, anunciou o *New York Sun*, decretando “a aniquilação do espaço”.¹⁰⁵ O tempo também estava sendo aniquilado: as notícias se espalhavam em um piscar de olhos. Como apontou James Gordon Bennett, tipógrafo da era da imprensa de um centavo que trabalhava no *New York Herald*, aparentemente o telégrafo possibilitava que “toda a nação [tivesse] a mesma ideia ao mesmo tempo”. “O progresso desta época já quase ultrapassou os limites da imaginação

humana. Só a onisciência conhece o futuro”, disse Daniel Webster.¹⁰⁶

O progresso daquela época — o rápido crescimento populacional, a cadeia interminável de máquinas e a extraordinária oferta de bens — produzia uma fascinação interminável e frequentemente incômoda em relação ao que estava por vir: E agora? Economistas políticos, em particular, se dedicavam a elaborar um sistema que ajudasse a compreender a relação entre presente e futuro. Em Paris, um filósofo chamado Karl Marx começou a fazer previsões sobre as consequências do capitalismo. Marx viu no aumento da produção dos bens uma queda no valor do trabalho e o crescimento da desigualdade entre ricos e pobres. “O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz. A valorização do mundo das coisas está em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens”¹⁰⁷, afirmou Marx, em 1844. Pensadores americanos também se debruçaram sobre essa questão. Emerson escreveu,

*É a era dos recursos,
Fios para tecer e cereais para moagem;
Tudo selado em um cavalo,
E quem o monta é a humanidade.*¹⁰⁸

Nos Estados Unidos, o debate político sobre o mundo das pessoas e o mundo das coisas deu a sua contribuição para o doloroso debate sobre a escravidão: uma pessoa pode ser uma coisa? Enquanto isso, a imensidão geográfica dos Estados Unidos fez com que as inquietações acerca do maquinário do capitalismo industrial assumissem a forma não do marxismo — com seu argumento de que “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes” —, mas de uma romantização da natureza, da terra e de todo tipo de rusticidade. Os americanos não confrontaram as fábricas com a utopia socialista, mas com a cabana de troncos de madeira. “Não tive a sorte de ter nascido em uma cabana de troncos”, lamentou-se Webster, três vezes candidato à presidência, desapontado

com sua deficiência biográfica em plena era dos presidentes da cabana de troncos.¹⁰⁹ Mas a cabana de troncos mais famosa dos Estados Unidos do século XIX havia sido construída em 1844 por um amigo de Emerson, de 27 anos, chamado Henry David Thoreau.

No ano em que a ferrovia chegou a Concord, Thoreau construiu uma cabana de troncos de madeira em um terreno que pertencia a Emerson, em Walden Pond, uma planície gelada próxima a um lago, a cerca de dois quilômetros da cidade. Ele escavou um porão em um lugar onde antes ficava uma toca de marmota. Usando um machado emprestado, cortou os pinheiros brancos que usaria para fazer a estrutura da cabana. “Nos gabamos de estarmos no século XIX e promovendo avanços mais rápidos do que qualquer outra nação”, escreveu Thoreau de sua cabana de três por 4,5 metros, construída em cima daquele porão, ao custo de \$28,12. Usou as tábuas de uma velha choupana para fazer as paredes e fez a própria argamassa à base de cal (\$2,40 — “isso foi caro”) e crina de cavalo (\$0,31 — “mais do que o necessário”). Mudou-se para lá, apropriadamente, no dia 4 de julho. A chaminé construída antes do inverno, usando tijolos de segunda mão, era um símbolo real de progresso, mas Thoreau não achava que o mesmo poderia ser dito a respeito dos “rápidos avanços” e “vastos projetos” de sua nação. Ele tinha seríssimas preocupações a respeito dos efeitos das máquinas sobre a alma, o povo e o solo dos Estados Unidos. O telégrafo? “Estamos correndo para construir um telégrafo magnético que vá do Maine ao Texas; mas talvez o Maine e o Texas não tenham nada de importante para comunicar.” O sistema postal? “Nunca, em toda minha vida, recebi mais do que uma ou duas cartas que valessem a sua postagem.” A celebrada rede de jornais do país? “Somos uma raça de homúnculos, e voamos, mas não os alçamos de forma muito mais elevada, com nossos intelectos, do que nas colunas dos jornais diários.” Bancos e ferrovias? “Os homens têm uma vaga noção de que, se mantiverem durante bastante tempo a atividade conjunta de capitais e pás, um dia,

tudo isso levará a algum lugar, quase que imediatamente, quase de graça; porém, sempre que uma multidão correr até a estação e o condutor gritar ‘Todos a bordo!’, quando a fumaça for levada pelo vento e o vapor se condensar, perceberemos que apenas uns poucos estão no trem e que o restante foi atropelado.”¹¹⁰

Em vez de Marx, os Estados Unidos tinham Thoreau. Seu experimento não era um negócio, mas um antinegócio; ele prestava atenção ao preço das coisas porque se esforçava para nunca comprar nada. Em vez disso, fazia permutas e se sustentava com 27 centavos por semana. Em seu momento mais empreendedor, semeou uma plantação de feijão e obteve um lucro de \$8,71. “Eu estava determinado a entender o feijão”, escreveu ele em um capítulo particularmente bonito e melancólico chamado “A Plantação de Feijão”. Thoreau trabalhava em troca de dinheiro apenas seis semanas por ano e passava o restante do tempo lendo, escrevendo, plantando feijão e colhendo mirtilos. “O sr. Thoreau está, portanto, em guerra com a economia política de sua época”, reclamou um de seus críticos. Thoreau havia feito a escolha de não ser dominado pela máquina, de “não viver neste inquieto, nervoso, agitado e trivial século XIX, mas ficar parado, de pé ou sentado, refletindo enquanto ele passa”.¹¹¹

Uma questão urgente o acordava todas as manhãs, tão pontual quanto o estridente apito do trem que passava por sua cabana, em trilhos que partiam de Walden Pond e subiam pelos morros, bem no lugar para onde ele havia se mudado para acalmar seu espírito. Todos aqueles grandes projetos e rápidos avanços valiam a pena? Thoreau acreditava que não. Ele elaborou a seguinte máxima: “Não passam de melhores caminhos rumo a um final sem melhorias.”¹¹² E, mesmo assim, os trens continuavam a apitar, as fábricas continuavam a zunir, os bancos abriam e fechavam, as prensas imprimiam jornais e as linhas de telégrafo se estendiam por todo o país em um ritmo ensurdecedor e interminável.

Sete

SOBRE NAVIOS E NAUFRÁGIOS



Na pintura feita por Richard Caton Woodvile em 1848, uma multidão se aglomera no pórtico do American Hotel — um símbolo da União —, esperando ansiosa por “Notícias da Guerra vindas do México”. (Crystal Bridges Museum of American Art, Bentonville, Arkansas #2010.74)

NO DIA EM QUE ABEL UPSHUR MORREU, O DESTINO DA UNIÃO passou a depender da questão do Texas. Na tarde de 28 de fevereiro de 1844, Upshur, o secretário de Estado de John Tyler, embarcou no USS *Princeton*, um navio de guerra com casco de ferro, movido a vapor, para um breve passeio pelas águas geladas do Potomac. Tyler também estava a bordo, assim como todos os membros de seu gabinete, exceto por um, junto com

outras centenas de dignitários, soldados, marinheiros e convidados de honra. Homens de cartolas, uniformes e trajes firmemente abotoados, cobertos por mantos de lã. A viúva idosa de James Madison, Dolley, estava lá, trêmula por causa do vento, ao lado do filho caçula de John C. Calhoun, Patrick, que era segundo-tenente do exército, e do general Juan Almonté, o severo e intrépido embaixador mexicano, com os punhos do uniforme bordados a ouro e suas dragonas que pareciam asas.

O senado americano estava prestes a votar um tratado anexando o Texas, um território muito cobiçado, repleto de planícies e cordilheiras, com seus rebanhos de gado e rios caudalosos. Upshur, um homem calvo de 53 anos, com testa enorme e nariz fino e comprido, tinha varado a madrugada contabilizando votos e fazendo ponderações sobre a guerra. O México considerava o Texas uma de suas províncias, embora fosse uma província rebelde. Se o senado aprovasse a anexação, Upshur sabia que o México poderia muito bem declarar guerra aos Estados Unidos. Upshur, que, antes de se tornar secretário de Estado, tinha sido secretário da Marinha, imaginava que essa guerra fosse ser travada no mar, no Golfo do México, e vinha aumentando sua frota, preparando-se para a batalha. O USS *Princeton* era a embarcação mais poderosa da Marinha; o objetivo da viagem pelo Potomac era oferecer — a Almonté — uma demonstração de seu temível canhão, a maior arma que já havia sido acoplada a um navio. Ele era chamado de Pacificador.

À medida que o navio foi percorrendo o rio, o canhão foi disparado três vezes, todas elas produzindo um estrondo de fazer tremer o chão. Obedecendo as ordens do médico do navio, os convidados tinham de cobrir seus ouvidos com as mãos e abrir a boca para suavizar o impacto da onda de choque. Almonté pareceu bastante assustado. Haveria, ainda, uma última demonstração: uma saudação a George Washington quando o imponente navio passasse por Mount Vernon.¹

Tyler, um homem magérrimo e desajeitado, tinha apostado sua presidência na anexação. Mas sua presidência demonstrara fraqueza desde o início e, na época em que o tratado foi redigido, ele era um presidente sem partido. Aristocrata sulista que desprezava o populismo, Tyler fora indicado como vice de Harrison por ter criticado publicamente tanto Jackson quanto Van Buren, e porque os Whigs tinham a esperança de que ele garantiria a vitória fundamental em seu estado natal, a Virgínia. Tyler praticamente não foi questionado sobre suas crenças políticas, e seus eleitores também não foram informados sobre elas. Como dizia um dos *jingles* da campanha: “Votaremos em Tyler, portanto / sem um motivo ou razão.” Mas o homem tinha suas posições políticas e as defendia com convicção: havia muito era defensor dos direitos dos estados. Contrário à existência do banco nacional, Tyler não gostava de nada que usasse essa palavra em seu nome: certa feita havia reclamado dos letreiros que avistou em Washington, DC: “Hotel Nacional, Engraxate Nacional, Ferreiro Nacional, Restaurante de Ostras Nacional.”² Em abril de 1841, depois de Harrison morrer poucas semanas após sua posse, o Congresso aprovou em duas ocasiões diferentes leis que renovaram a concessão do banco nacional, e em ambas Tyler as vetou. Em setembro, todos os membros de seu gabinete, exceto o então secretário de Estado, Daniel Webster, haviam pedido demissão, em protesto. Dois dias depois, cinquenta membros Whig do Congresso reuniram-se na escadaria do Capitólio e expulsaram o presidente do partido. Manifestantes aglomeraram-se diante da Casa Branca. Temendo por sua segurança, Tyler criou a força policial presidencial (que mais tarde se transformaria no Serviço Secreto). A única trégua em meio aos incessantes ataques políticos veio durante uma tragédia: sua esposa, Letitia, sofreu um derrame. Mãe de oito filhos, Letitia faleceu na Casa Branca, em setembro de 1842. Quando Charles Dickens se encontrou com Tyler durante uma excursão atabalhoada que o presidente fez pelos Estados Unidos naquele ano, o romancista escreveu que ele “parecia exausto e

nervoso, e era bem possível que, de fato, o estivesse; já que estava em guerra com todos”.³

Abel Upshur acabou se tornando secretário de Estado de Tyler depois que Webster, o último membro de seu gabinete ministerial original, pediu demissão em maio de 1843, em protesto ao plano de anexação do Texas. Webster acreditava que a república já era grande o suficiente e que qualquer nova expansão diminuiria o espírito da União. Como pessoas tão diferentes, espalhadas por um território de milhares de quilômetros, poderiam escolher um mesmo líder? Ele se perguntava: “Quanta inteligência coletiva e espírito de conciliação e harmonia se pode esperar na escolha presidencial de alguém que vive às margens do St. Lawrence ou do St. John para que se unam naturalmente àqueles que habitam as margens do rio Grande del Norte e do Colorado?”⁴

Quando o substituto de Webster morreu de apendicite, Tyler nomeou Upshur para o cargo. Talvez tenha enxergado nele alguma coisa de si. Upshur também era um aristocrata sulista que desdenhava das pessoas (“elas leem, mas muito pouco, e não sabem pensar”, dizia). Upshur acreditava que a escravidão resolvia as tensões entre o capital e o trabalho, oferecendo aos brancos, que se viam em circunstâncias desesperadoras, um motivo para aceitar a ordem econômica: “Por mais pobre, ignorante ou miserável que seja, ele ainda tem em sua consciência o consolo de que existe uma condição inferior à qual ele jamais será rebaixado.”⁵

Tyler e Upshur estavam convictos de que a estabilidade da república americana dependia de sua expansão. A Doutrina Monroe, elaborada por John Quincy Adams em 1823, havia alertado os europeus a não buscar novas colônias no continente americano, em parte para deixar o caminho livre para os norte-americanos. Como observou um jornal britânico à época: “O plano *Yankee* para a questão é que os Estados Unidos desejam para si mesmos o monopólio de colonizar (...) cada (...) pedaço do Novo Mundo.”⁶ Apesar disso, o território norte-americano que era da Grã-Bretanha, adquirido muito antes da Doutrina Monroe,

estendia-se por todo o continente, enquanto, no Noroeste pacífico, tanto Inglaterra quanto Estados Unidos reivindicavam a imensa faixa de terra conhecida como Território do Oregon. Upshur temia que a Inglaterra estivesse tentando ampliar suas fronteiras na direção Sul. O país vinha vendendo navios de guerra a vapor para o México, além de fazer ofertas para comprar a Califórnia. Upshur também acreditava em rumores (que acabaram se revelando falsos) de que a Inglaterra havia oferecido empréstimos para que o Texas abolisse a escravidão, supostamente com a intenção de tornar o território parte do Império Britânico, no qual a escravidão havia sido abolida em 1833. O plano de Tyler era anexar o Texas e fazer com que entrasse para a União como um estado escravocrata, com a esperança de que pudesse providenciar a entrada do Oregon como estado livre, mantendo o equilíbrio da república.

É possível que Tyler e Upshur desejassem anexar o Texas para levar a escravidão para o Oeste, mas ambos evitaram abordar o assunto nesses termos. Não falaram usando o linguajar da escravidão, e sim o da liberdade, apresentando o argumento — endossado por todos, de Jefferson a Tocqueville — de que adquirir novos territórios traria oportunidades econômicas aos pobres, oportunidades que não estavam disponíveis na Europa, já que qualquer um poderia abandonar a indústria, se mudar para o meio do mato, construir uma cabana, cortar árvores e lavrar campos.

Na nova era do vapor, quando de repente toda metáfora tinha alguma relação com motores, as pessoas falavam sobre o Oeste como uma “válvula de escape”, capaz de liberar a pressão acumulada para evitar uma explosão. “As terras públicas são o maior regulador das relações entre o Trabalho e o Capital, a válvula de escape da nossa máquina social e industrial”, disse Horace Greeley, editor do *New York Tribune*. (Greeley, com seus ombros caídos e seu rosto achatado que lhe deixavam com uma aparência muito similar à de um sapo, foi o editorialista mais lido de sua geração.) Os defensores da anexação do Texas foram mais além, aplicando essa metáfora ao problema da rebelião de

escravos. “Se anexarmos o Texas, ele funcionará como uma válvula de escape para essa população superabundante de escravos que vive entre nós”, prometeu, em 1844, um senador Democrata da Carolina do Sul.⁷

O debate poderia ter seguido por esse caminho se não fosse pelo que aconteceu a bordo do USS *Princeton* no dia 28 de fevereiro. Quando o navio passava por Mount Vernon, a tripulação acendeu o pavio do canhão para sua última saudação. Inesperadamente, a arma explodiu. Sete homens morreram nesse acidente, incluindo Upshur, o secretário da marinha e um comerciante de Nova York chamado David Gardiner, cuja filha de 24 anos, Julia, estava com o presidente na parte interna do navio. Se Tyler estivesse no convés, também ele, provavelmente, teria morrido. Em vez disso, ele tomou uma Julia Gardiner desacordada nos braços e a retirou do navio, colocando-a em um bote salva-vidas.

A morte de Upshur teve sérias consequências políticas. Para substituí-lo, Tyler nomeou Calhoun como seu novo secretário de Estado — e o Homem de Ferro-Fundido usava *somente* referências à escravidão para falar sobre o Texas.

À medida que o debate sobre a anexação se intensificava, John Quincy Adams, aos 76 anos, com rosto cansado, mas vontade política inabalável, alertou que, se o Texas fosse anexado, o Norte tentaria se separar da União; Calhoun, tão combativo aos 62 anos como havia sido em sua juventude, alertou que, se o Texas não fosse anexado, seria o Sul quem tentaria a separação. A rivalidade entre os dois, que tinha começado com a “barganha desonesta” de 1824, não havia amainado em nada, embora a explosão no Potomac tenha deixado ambos desconfortáveis.

Após um breve período de luto, o Congresso retomou seus trabalhos. “O tratado para a anexação do Texas à União foi enviado no dia de hoje para o Senado e, junto com ele, a liberdade da raça humana”, escreveu Quincy Adams em seu diário, em abril.⁸ Henry Clay o chamava de “O abominável

tratado do Sr. Tyler”.⁹ Quincy Adams reiterou que anexar o Texas transformaria a Constituição em um “pano menstrual”.¹⁰

Em junho, a ratificação do tratado foi reprovada pelo senado por 35 votos a 16, com uma clara divisão estadual. Alguns dias depois, quando o presidente Tyler se casou com Julia Gardiner, que tinha flores brancas decorando seu cabelo, o *New York Herald* disse o seguinte sobre o casamento: “O Presidente concluiu um tratado de anexação imediata, que será ratificado sem a ajuda do Senado dos Estados Unidos.”¹¹

Tyler, que era melhor noivo que presidente, decidiu concorrer à reeleição mesmo sem ser desejado por nenhum partido em suas fileiras. Dessa maneira, ele mais ou menos criou um terceiro partido — de um homem só — e convocou uma convenção para indicá-lo sob a bandeira de “Tyler e Texas”. Ele não indicou um vice; o Texas seria seu companheiro de chapa.



MARRIAGE OF TEXAS.

Young Texas got tired of a batchelor's life,
His berth was uneasy and lone.
So he looked round the world in search of a wife,
To furnish him money and aid him in strife,
For credit and cash were all gone.

There was Mexico willing to welcome him back,
And forgive his deserting her arms;

O Presidente Tyler celebrando um casamento entre a estrela do Texas e os Estados Unidos em um cartum político de um jornal de New Orleans em 1844 — ano em que o próprio Tyler se casou. (Andrew Jackson Houston Papers #3445, Cortesia da Texas State Library and Archives Commision.)

A esperança de Tyler, ao concorrer, era convencer os Democratas a indicarem o seu nome em sua própria convenção. Porém Andrew Jackson, aproximando-se dos 80 anos e vivendo uma aposentadoria não exatamente tranquila em sua fazenda escravocrata, tinha mudado de ideia sobre a anexação. Antes, ele se opunha, temendo a guerra contra o México. Agora, estava a favor. Van Buren, por outro lado, não. Jackson, que ainda controlava o partido, decidiu frustrar as tentativas de Van Buren de conquistar a indicação dos Democratas e, para isso, convocou uma reunião na Hermitage. “O general Jackson disse que o candidato para o cargo de presidente deve ser um homem do Sudeste e a favor da anexação”, escreveu James K. Polk, um jacksoniano leal. Polk acabaria sendo esse homem.¹²

Polk tinha 48 anos, era um homem musculoso, de olhos profundos como cavernas e um cabelo que parecia fumaça. Ex-presidente da câmara e governador do Tennessee, era um desconhecido fora de seu estado natal. “Quem é James K. Polk?” virou o lema de seus opositores. Tyler, certo de que os Democratas lutariam pela anexação, abandonou a corrida presidencial.¹³

Henry Clay vinha tentando se tornar presidente dos Estados Unidos desde que era um menino brincando nas colinas da Virgínia. Já havia concorrido três vezes, mas, em 1844, aos 67 anos, foi escolhido pelos Whigs novamente. Clay era contrário à anexação, mas não de forma resoluta o bastante para os abolicionistas que haviam deixado os Whigs para se filiarem ao Partido da Liberdade. A Convenção Nacional dos Homens de Cor — homens que tinham a esperança de, um dia, conquistar o direito de votar — também apoiou o Partido da Liberdade.

A disputa entre Polk e Clay, na verdade um referendo sobre a anexação, foi extraordinariamente apertada. No fim, Polk ganhou no voto popular por uma diferença mínima de 38 mil votos em mais de 2,6 milhões. Tyler, encaminhando-se para o fim de seu mandato, interpretou a vitória de Polk como uma ordem para a anexação e pressionou a câmara a votar. No dia 25 de janeiro de

1845, a câmara aprovou uma resolução favorável à anexação por 120 votos a 98, firmando um acordo que dizia que a região Leste do Texas ingressaria na União como um estado escravocrata, mas não a região Oeste. Em 28 de fevereiro, quando o desastre no USS *Princeton* completou um ano, o senado aprovou a resolução por apenas dois votos de diferença. Recairia sobre Polk o dever de assinar o acordo formalmente, mas foi Tyler quem assinou a resolução, no dia 1º de março, três dias antes de seu sucessor tomar posse. Em uma alfinetada ao secretário de Estado feito de ferro fundido, ele entregou a caneta que usou para assiná-lo não para Calhoun, mas sim para sua noiva, Julia Gardiner, como se o Texas tivesse sido seu presente de casamento.

Dois dias depois, o general Almonté, com suas dragonas que pareciam asas, foi chamado de volta para o México. As duas nações se preparavam para a guerra. Soldados americanos apontaram suas armas para o Sudoeste, prontos para disparar seus tiros além da fronteira. Mas logo os Estados Unidos entrariam em guerra consigo mesmos: uma nação olhando para o cano da própria arma.

I.

NAS DÉCADAS DE 1840 E 1850, os Estados Unidos depararam com uma crise constitucional que reformularia os partidos e aprofundaria suas diferenças nacionais. A expansão, muito mais que a abolição, trouxe a público, e com grande urgência, a questão da constitucionalidade da escravidão. Era difícil prever como essa crise seria resolvida, ou se sequer seria resolvida, e não apenas pela natureza do debate, mas também porque havia muito pouco consenso acerca de quem a resolveria: quem decidiria se uma lei federal era ou não inconstitucional?

Um homem de bravura irrestrita afirmou que a Suprema Corte poderia assumir essa responsabilidade. Em 1803, em *Marbury vs. Madison*, o chefe de Justiça John Marshall havia declarado

que “é, inequivocamente, da competência e do dever do departamento judiciário dizer o que é a lei”. Marshall pode ter estabelecido um precedente para o controle judicial, mas não fez disso uma prática. Antes de morrer, em 1835, aos 79 anos, ele havia servido à corte durante 34. *Marbury* foi a única ocasião em que a corte de Marshall contrariou uma lei federal.

Outro homem de disposição similar disse que os estados detinham essa autoridade. Quando, em 1832, Calhoun, representando a Carolina do Sul, argumentou que os estados poderiam simplesmente anular atos do Congresso, seu argumento foi ignorado, e isso quase destruiu sua carreira.

Um terceiro homem, que não deixava nada a desejar aos outros dois em matéria de audácia, alegou que esse poder pertencia somente ao presidente. Quando Jackson vetou a Lei do Banco, demonstrou que o presidente tinha o poder de obstruir as leis, mas, embora desejasse intensamente possuir a autoridade de declarar uma lei inconstitucional, o ato não passou de uma extravagância.

Em meio ao ruidoso clamor dos patriarcas de cabeça branca da política americana, surgiu a ideia de que a autoridade para interpretar a Constituição pertencia ao próprio povo. Ou, no mínimo, passou a ser de muito bom gosto afirmar isso. “Estes são, senhores, a Constituição do povo e o governo do povo, feitos para o povo, pelo povo, e que devem satisfações ao povo”,¹⁴ vociferou Daniel Webster, no salão do Congresso. Qualquer homem era capaz de ler e entender a Constituição, alegava Webster. Quanto ao estado presente das coisas, havia considerável discordância. Em 1834, o juiz Joseph Story publicou um livro escolar no qual pretendia ilustrar as leis da nação para as crianças. “A Constituição é a vontade deliberada do povo”, explicava.¹⁵ Tocqueville ficou maravilhado com a ideia de que o povo americano conhecia sua Constituição praticamente de cor. “Quase nunca deparei com um cidadão americano comum que não fosse capaz de distinguir, com surpreendente facilidade, as obrigações criadas pelas leis do Congresso daquelas criadas

pelas leis de seu próprio estado”, relatou o francês.¹⁶ Ele acreditava que a Constituição americana se encaixava em seu povo como uma luva. Mas William Grimes, que havia fugido da escravidão na Virgínia em 1814 e se tornara barbeiro em Connecticut — e era o tipo de pessoa com quem Tocqueville jamais havia conversado — tinha uma ideia diferente sobre o quão perfeito era o encaixe entre o povo e aquele pergaminho: “Se não fosse pelas listras em minhas costas, feitas enquanto eu era escravo, eu deixaria em testamento a minha pele como herança para o governo, com o desejo de que fosse arrancada, transformada em pergaminho, e depois costurada à Constituição dos livres, gloriosos e felizes Estados Unidos”, escreveu Grimes.¹⁷ A mais profunda e duradoura diferença entre os americanos está concentrada nessa leitura brutalmente desigual da Constituição, no significado que se equilibra entre o que foi escrito à tinta em um pergaminho e as cicatrizes nas costas de um homem negro.

Muitas pessoas em ambos os lados da discussão torciam para que a publicação, havia muito esperada, das *Anotações* de John Madison sobre os debates durante a convenção constitucional elucidasse a questão da escravidão de tal modo que acabaria por resolvê-la. De tempos em tempos, pedia-se a Madison que solucionasse questões desse tipo revelando os conteúdos de suas notas, mas ele se recusava, firme em seu compromisso de manter o sigilo. Por décadas, Madison fez acréscimos e revisou seus registros do que havia sido dito e feito na Câmara Estadual da Pensilvânia no longo e tórrido verão de 1787. Passou anos burilando o texto. Não era fácil reescrever ou acrescentar emendas à Constituição — mas às *Anotações* de Madison, sim. À medida que os anos foram passando e Madison foi envelhecendo, ele notou que muitos outros países haviam seguido o exemplo dos Estados Unidos e escrito suas próprias constituições: França, Haiti, Polônia, Holanda, Suíça. Em 1820, pelo menos sessenta haviam sido redigidas somente na Europa;

outras oitenta teriam sido escritas até 1850. Pouquíssimas perduraram.¹⁸

Em 1836, Madison, aos 85 anos, desmaiou em sua mesa durante o café da manhã. “O Sábio de Montpelier Faleceu!”, anunciou o *Charleston Courier*, em uma coluna com o fundo preto.¹⁹ Era o último delegado da assembleia constituinte a morrer. O testamento de Madison, tornado público naquele verão, revelou dois fatos que agitaram ambos os lados do debate sobre a escravidão: ele nunca havia libertado os próprios escravos, e tomara providências para que uma boa parte dos lucros da publicação de suas *Anotações* fossem para a Sociedade Americana de Colonização. No ano seguinte, os 50 anos de sigilo chegaram ao fim, mas os membros do Congresso estavam tão nervosos com o que as *Anotações* poderiam conter e a respeito de como sua publicação afetaria os ventos da política que, quando Dolley Madison pediu que o Congresso pagasse pela impressão, a câmara, em pânico, quase não conseguiu organizar uma votação para decidir.²⁰

No fim das contas, o Congresso aprovou a despesa, e as *Anotações* foram finalmente publicadas em 1840. Longe de responder se a Constituição sancionava ou não a escravidão, a publicação deu aos partidários de ambos os lados da questão munição para os seus argumentos. Abolicionistas radicais, ao enxergar nas *Anotações* evidências da frieza por trás das discussões realizadas na Filadélfia, passaram a considerar a Constituição irrecuperável. William Lloyd Garrison, observando tudo por trás das lentes de seu minúsculo par de óculos, vergonhosamente chamaria a Constituição de “Um pacto com a morte e um acordo com o inferno”. Outros opositores da escravidão, entretanto, citaram as *Anotações* para alegar que a Constituição não sancionava a escravidão de forma específica. Em *A inconstitucionalidade da escravidão*, o jurista de Massachussets Lysander Spooner repreendeu Garrison por ter criticado a Constituição e questionou por que os abolicionistas tinham tanto medo de usá-la como arma: “Se eles têm a

Constituição em suas mãos, por que, em nome dos céus, eles não a usam?”²¹

Aparentemente, era possível interpretar as *Anotações* de forma tão ampla quanto a própria Constituição. Como comentou um observador atento: “A Constituição periga ser dada a interpretações infinitas, assim como a Bíblia.” E, como acontece com muitas dissidências religiosas, os políticos que embasam seus argumentos de forma mais fervorosa na Constituição costumam ser os que menos a dominam. Silas Wright, governador de Nova York, comentou: “Ninguém que esteja familiarizado com as questões de nosso governo deixaria de perceber a enorme parcela de respeitadas líderes políticos que, aparentemente, jamais leram a Constituição dos Estados Unidos com atenção cuidadosa à precisão de sua linguagem e exatidão de suas provisões. Em vez disso, à medida que se apresenta a ocasião, esses homens parecem empregar suas habilidades (...) para distorcer os limites daquilo que, em dado momento, eles consideram oportuno.”²²

E então, em 1846, quando os Estados Unidos estavam prestes a entrar em guerra com o México, os americanos ainda precisavam resolver algumas questões teoricamente fundamentais a respeito de seu sistema de governo. Anexar o Texas representava uma tentativa de esticar, para distâncias ainda mais vastas, os limites já distendidos do pergaminho da Constituição. E a possibilidade de anexar partes conquistadas do México representava não apenas a extensão de uma república, mas a fundação de um império.

* * *

UMA NAÇÃO POSSUI fronteiras, mas os limites de um império são imprecisos.²³ Enquanto os abolicionistas condenavam a anexação do Texas, apontando-a como uma extensão do poderio escravagista, mais críticos a classificavam como um ato de imperialismo, inconsistente com um governo republicano. “Temos

uma república, cavalheiros, de vasta extensão e benefícios naturais inigualáveis. Em vez de mirar na expansão de suas fronteiras, vamos tentar fortalecer sua união”,²⁴ sugeriu Webster, que saiu derrotado desse debate. No fim das contas, foi a tentativa dos Estados Unidos de se converter em império, ao desmembrar a União, que acabou provocando o colapso da escravidão.

Nenhum outro presidente americano fez um movimento na direção da construção de um império com tanto barulho e determinação quanto James K. Polk. O Texas era apenas o começo. Polk também queria anexar a Flórida como estado escravocrata, e tinha esperanças de fazer o mesmo com Cuba. (“Assim como a pera, que, quando madura, cai no colo do agricultor de acordo com a lei da gravidade, Cuba também, um dia, cairá no colo da União”,²⁵ disse Calhoun certa vez.) Entretanto, quando Polk enviou um representante à Espanha, lhe foi dito que a Espanha “preferia ver Cuba afundando no oceano”²⁶ do que vendê-la aos Estados Unidos.

De maneira mais urgente, Polk queria adquirir uma belíssima faixa de território que incluía o que mais tarde viria a se tornar Oregon, Idaho e Washington, além de grande parte do que mais tarde se tornaria Montana e Wyoming. “Nosso direito à posse do país do Oregon é claro e inquestionável”, declarou Polk, como se quisesse que aquilo fosse verdade. Grã-Bretanha, Rússia, Espanha e México reivindicavam a posse do Território do Oregon, mas os americanos reforçaram seu argumento ao povoarem a região. Eles já estavam se espalhando na direção Oeste a partir do Missouri, ao longo da Rota do Oregon, uma série de antigas estradas indígenas que atravessavam as montanhas, estendendo-se por vales e serpenteando ao longo dos rios. Em 1843, cerca de oitocentos americanos percorreram a Rota do Oregon, levando os filhos a tiracolo e carregando todos os seus pertences em carroças descobertas. Respaldados pela garantia de Polk, centenas se transformaram em milhares. Eles viajavam em caravanas, orientados por pouca coisa além de

livros como o *Guia dos emigrantes para o Oregon e a Califórnia*, de Lansford W. Hastings e o *Relato de uma exploração (...) entre o rio Missouri e as Montanhas Rochosas* (1843), de John C. Frémont, ou seu *Relato da expedição de exploração ao Oregon e à Califórnia* (1845). Frémont, nascido na Geórgia em 1813, fora comissionado como segundo-tenente no Corpo de Engenheiros Topógrafos do Exército Americano. Durante uma série de expedições extraordinárias, Frémont mapeou boa parte do Oeste. Quanto desse território os americanos queriam? A resposta tornou-se um grito de guerra: “O Oregon Inteiro!”²⁷

No Sudoeste, Polk não tinha a intenção de encerrar seus avanços com a anexação do Texas. Nem John O’Sullivan, editor do *Democratic Review*. “O Texas agora é nosso”, escreveu O’Sullivan em 1845. Em breve, a Califórnia também seria. “Sonhar com seu domínio seria uma perda de tempo para o México.”²⁸ Imediatamente após o México cortar as relações diplomáticas com os Estados Unidos, Polk mandou um enviado até lá com 25 milhões de dólares, na esperança de adquirir três pedaços de terra: Nueces Strip, um trecho de território disputado pelo Texas e pelo México; o Novo México; e a Alta Califórnia, ao Norte da Baixa Califórnia, incluindo parte do que viria a ser o Arizona, Nevada, Colorado, Utah e Wyoming. Quando o México se recusou a negociar com a delegação americana, Polk enviou soldados para Nueces Strip; a tropa levantou acampamento às margens do Rio Grande. Para liderá-la, Polk deixou para trás generais mais experientes em favor de Zachary Taylor, um conterrâneo sulista que dificilmente questionaria suas questionáveis ordens.

Polk queria provocar um confronto e não demorou muito a encontrar o que procurava. Durante uma batalha no dia 25 de abril de 1846, as forças mexicanas mataram onze soldados americanos. Polk pediu autorização ao Congresso para declarar guerra. “O México cruzou a fronteira dos Estados Unidos, invadiu nosso território e derramou sangue americano em solo americano”, insistiu.²⁹ Nem todos estavam convencidos de que o

México havia feito o primeiro disparo ou de que os americanos mortos estivessem em solo americano quando foram alvejados. No Congresso, Abraham Lincoln, um jovem magrelo, representante de Illinois na câmara, apresentou uma série de resoluções que ficaram conhecidas como *spot resolutions* [resoluções de local, em tradução livre] que exigiam saber o local exato onde o sangue americano havia sido derramado em solo nacional pela primeira vez (o que lhe valeria o apelido *Spotty Lincoln*). Suas requisições não foram aprovadas.

O Congresso avalizou a declaração de Polk, e a guerra começou, mas a oposição a ela aumentou muito, especialmente por conta das notícias preocupantes que viajavam do México até as cidades americanas em tempo recorde. Quando a guerra eclodiu, o editor do *New York Sun* montou uma rede de compilação de notícias *ad hoc*, envolvendo barcos e carroças, além de operadores pioneiros do telégrafo. O projeto do *Sun* passou a ser conhecido como “agência de notícias” e, mais tarde, virou a Associated Press.³⁰

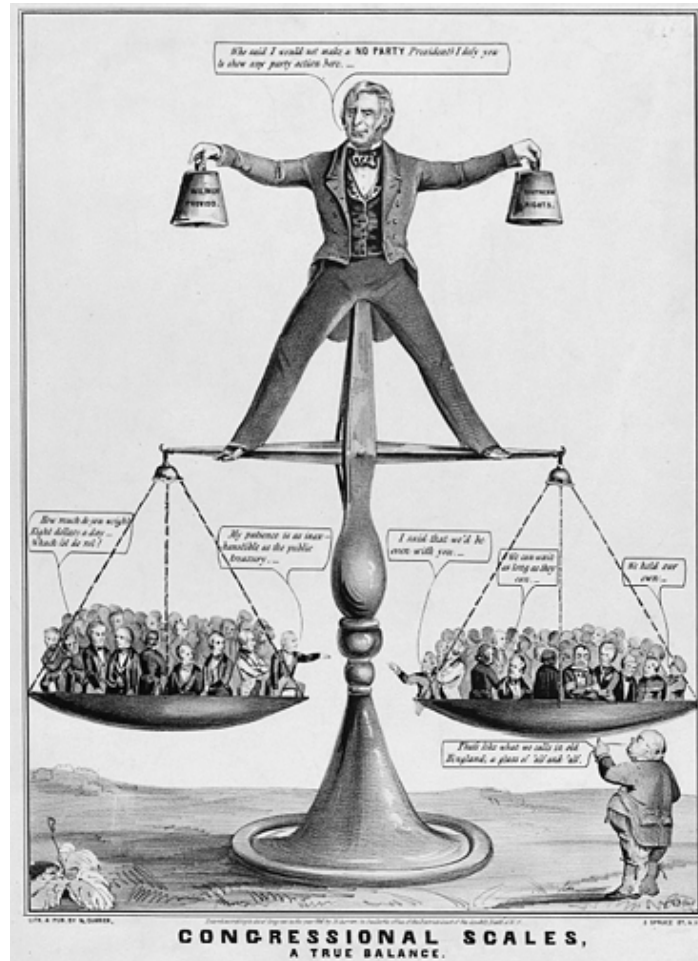
A vitória de Polk nas urnas por uma margem muito apertada acabaria se traduzindo em apoio pequeno demais para entrar em guerra agressiva em nome do povo americano. Nem o Congresso escapou da enxurrada de críticas. Na tumultuosa década de 1840, os visitantes do Congresso frequentemente consideravam seus debates desprezíveis, mas ninguém foi mais severo nesse tópico do que o autor de *As aventuras do sr. Pickwick*. Durante sua estadia em Washington, Charles Dickens, que começara a carreira atuando como repórter policial, visitou a Câmara e o Senado todos os dias, onde se sentou em suas galerias e fez anotações. Dickens achava os salões do Capitólio bonitos e bem-arrumados — “ambas as casas foram lindamente acarpetadas” —, e o Senado “digno e decoroso, [suas discussões] conduzidas com muita sobriedade e ordem”. Mas as sessões da Câmara dos Representantes, em suas palavras, eram “a mais cruel perversão da virtuosa Máquina Política engendrada pelas mais terríveis ferramentas”. Achava seus

membros covardes, mesquinhos, malditos e degradados. Apesar do peso de suas palavras, Dickens não havia exagerado em nada. Embora raramente relatados pela imprensa, os anos entre 1830 e 1860 testemunharam mais de cem incidentes violentos entre os congressistas, de escaramuças no corredor a pancadarias generalizadas no salão, de trocas de soco e duelos até brigas de rua. “Faz parte do jogo destes homens e de seus órgãos imorais tornar a disputa política tão violenta e brutal, e tão destrutiva do respeito que um homem honesto deve ter por si próprio, que as pessoas sensíveis e de mente delicada ficam de fora, e eles, e aqueles que são como eles, são deixados para se engalfinhar livremente entre si na defesa de suas ideias egoístas”, escreveu Dickens, que reconhecia um vigarista assim que o ouvia e um circo assim que o avistava.³¹

Praticamente ao mesmo tempo em que a guerra com o México começou, membros do Congresso começaram a debater o que fazer quando chegasse ao fim. Os homens cuspiam veneno. Sacavam armas. Desembainhavam facas. As divisões por partidos foram abandonadas: o racha no Congresso era uma questão regional. Antes de se dirigir ao Capitólio todas as manhãs, congressistas do sul transpassavam facas de caça na cintura e enfiavam pistolas no bolso. Os nortistas, por uma questão de princípios, iam desarmados. Quando falavam sobre o poderio escravagista, usavam o termo literalmente.³²

Se os Estados Unidos adquirissem territórios do México e estes passassem a pertencer à União, os mexicanos se tornariam cidadãos americanos? Calhoun, agora no senado, se opunha veementemente à ideia. “Eu protesto contra a incorporação desse tipo de gente. Nosso governo é o governo dos homens brancos”, declarou.³³ E quanto aos territórios em si: essas antigas partes do México entrariam para a União como estados livres ou estados escravocratas? Em 1846, David Wilmot, um congressista Democrata da Pensilvânia de 32 anos e com a aparência mansa de um professor de colégio, sugeriu que uma cláusula fosse incluída a qualquer tratado que viesse a ser

negociado para encerrar a guerra, decretando que “nem a escravidão nem a servidão involuntária deverão existir” em qualquer território adquirido através da guerra com o México.



Zachary Taylor tenta equilibrar os pratos da balança do congresso entre a “Cláusula de Wilmot” e os “Direitos dos Sulistas”. (Biblioteca do Congresso.)

Em 1846, a Cláusula de Wilmot foi aprovada por 83 a 64 votos na Câmara, uma votação dividida inteiramente entre as regiões do país, e não entre partidos. Charles Sumner, abolicionista de Massachusetts e feroz oponente da guerra, previu que a cláusula levaria a “uma nova cristalização dos partidos, na qual se formará um grandioso partido nortista da liberdade”. Os defensores da Cláusula de Wilmot alegavam não ser possível a coexistência

entre escravidão e democracia. “Não é uma simples questão de dólares e centavos”, declarou um apoiador de Wilmot na Câmara.

Não se trata de uma questão meramente política. É uma questão com a qual o Norte tem uma preocupação muito maior e mais profunda do que o Sul jamais poderia ter. É o questionamento se, no processo de governança do país, a cláusula será derrubada pela influência de suas instituições aristocráticas escravagistas, que não possuem em si a matéria fundamental da Democracia.³⁴

Os congressistas cerraram os punhos. Os sulistas fizeram cara feia para os nortistas; os nortistas os encararam de volta. Homens dos dois lados do corredor começaram a pisar firme. E o assoalho do Capitólio começou a tremer.



Os americanos que se opunham à extensão da escravidão frequentemente imaginavam os texanos (e mexicanos) como bárbaros e mestiços. Neste cartum político, um “jovem Texas”, que tem as palavras “Assassinato”, “Escravidão” e “Estupro” tatuadas, está sentado em cima de um escravo algemado e chicoteado. (E. Jones / The Beinecke Rare Book & Manuscript Library, Yale University.)

E, mesmo assim, por mais que os interesses de Wilmot fossem diferentes dos de Calhoun, ambos defendiam os direitos dos homens brancos, como o próprio Wilmot deixou claro. “Eu defendo a causa dos direitos dos homens brancos e livres. Pretendo preservar, para os trabalhadores brancos e livres, um país justo, uma herança rica, onde os homens da minha própria raça e cor, que trabalham duro, possam viver sem a desgraça que a associação com a escravidão dos negros traz para o trabalho livre.”³⁵

Protestos contra a guerra, por ser uma guerra de agressão, e contra a extensão da escravidão, por ser uma injustiça contra os negros, vinham não dos elegantes salões acarpetados do Congresso, mas dos púlpitos e dos bancos rústicos de igreja, esculpidos em carvalho. Theodore Parker, um pastor unitarista de 36 anos que tinha acabado de retornar de uma excursão pela Europa, instigou os americanos a abolir a escravidão e repudiar os atos de conquista. “No exterior somos vistos como uma nação de patifes e sequestradores! E o que podemos dizer em nossa defesa? Lamentavelmente, a nação traiu seu maior ideal — o de que todos os homens nascem iguais, com os mesmos direitos inalienáveis”, vociferou o pastor. Parker fomentou uma revolução em nome do país e em nome de Deus, dentro do espírito da fundação da nação, e dos ideais sobre os quais ela havia sido fundada.

“Somos uma nação rebelde; nossa história toda é de subversão; nosso sangue foi condenado mesmo antes de nascermos; nosso Credo é infidelidade para a Mãe igreja; nossa

Constituição é traição para nosso Pai nação. E daí? Mesmo que todos os Governantes do mundo nos incitem a sermos desleais com os outros e nos deem esse exemplo, que jamais nos submetamos. Que somente Deus seja o Mestre capaz de controlar nossa Consciência!”³⁶

Foi na quietude de Walden Pond que Henry David Thoreau deu atenção a esse apelo à consciência. Em protesto contra a guerra, recusou-se a pagar seus impostos. Em 1846, trocou a cabana onde ouvia os pássaros entoando duas preces vespertinas pela cadeia. Em um ensaio sobre desobediência civil, Thoreau explicou que, em um governo regido pela vontade da maioria, os homens haviam sido transformados em máquinas que não pensam, não têm fibra, e, sendo menos do que homens, não possuem disposição para votar de forma consciente. (Sobre uma democracia de números, Thoreau perguntou, arguto: “Quantos *homens* existem para cada mil quilômetros quadrados nesse país? Mal chega a um.”) A prisão, ele disse, era “a única morada em estado escravocrata onde um homem livre poderia viver com honra”.³⁷ Quando Emerson perguntou a ele por que havia sido preso, diz-se que Thoreau respondeu: “Por que você não foi?”. Mas Emerson tinha suas próprias preocupações:

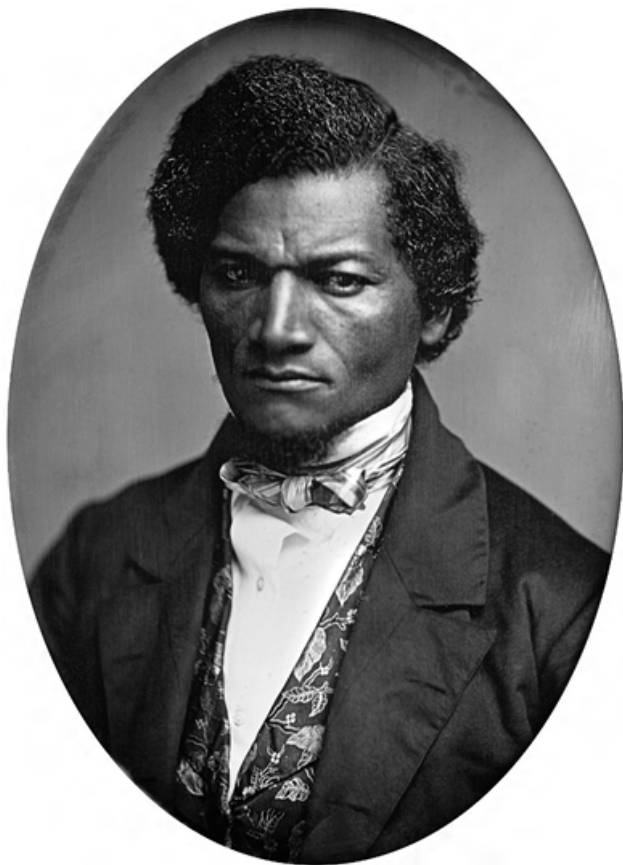
*Contemplem os famosos Estados
Hostilizando o México
Com facas e espingardas!*³⁸

Usando essas mesmas facas e espingardas, em breve os norte-americanos começariam a retalhar seu próprio país.

II.

AOS 23 ANOS, FREDERICK DOUGLASS posou para sua primeira fotografia em 1841. Vestia um terno preto, com colarinho branco apertado e gravata de bolinhas. Ostentava uma pele morena, cabelo negro e, com expressão resoluta, encarou a lente da câmera. Nascido em Maryland em 1818, Douglass aprendera a

ler e escrever sozinho, usando recortes de jornais e antigas cartilhas de alfabetização, e estudou oratória escondido. Fugiu da escravidão em 1838, disfarçado de marinheiro. Radicado na Nova Inglaterra, começou a ler o *Liberator* de William Lloyd Garrison. Três anos depois, discursou pela primeira vez em um encontro abolicionista em Nantucket. “Aquilo que falava para nós era uma coisa, algum tipo de propriedade ou um homem?”, perguntou Garrison, quando subiu ao palco após Douglass encerrar o seu discurso. “Um homem! Um homem!”,³⁹ veio o grito da multidão. Mas foi Douglass quem cunhou seu próprio testemunho, sentado em frente a um daguerreótipo como testemunha ocular, olhando para a câmera: Eu sou um homem.⁴⁰



Frederick Douglass, o homem mais fotografado dos Estados Unidos pré-guerra, acreditava que a fotografia era uma arte democrática. (The Art Institute of Chicago, IL.,

Na década de 1840, Douglass tornou-se um dos palestrantes mais conhecidos do país. Só em 1843, ele deu mais de cem palestras. Falava com força e eloquência. Sua presença rivalizava com a dos maiores atores shakespearianos. Garrison queria que Douglass se apresentasse de forma mais humilde e falasse com mais simplicidade, para se parecer mais com a imagem que o próprio Garrison tinha de um ex-escravo. Irritado com as tentativas de Garrison de moldá-lo, Douglass decidiu contar sua própria história e seguir seu próprio caminho. Em 1845, publicou uma autobiografia que, por revelar detalhes sobre suas origens, o expôs a capitães do mato e colocou sua vida em risco; ele precisou deixar o país. *A narrativa da vida de Frederick Douglass* foi traduzida para o francês, o alemão e o holandês. Palestrando pela Europa, Douglass tornou-se o negro mais famoso do mundo.⁴¹ Depois de comprar sua liberdade, ele retornou aos Estados Unidos em 1847 e começou um jornal, o *North Star*. Seu lema e sua filosofia: “O direito não tem sexo — a verdade não tem cor — Deus é o Pai de todos, e somos todos irmãos”.⁴²

No *North Star*, Douglass clamou pelo encerramento imediato da guerra contra o México. “Suplicamos aos nossos compatriotas que deixem esse horrendo conflito, abandonem seus planos homicidas e renunciem a esse caminho de sangue. Que a imprensa, o púlpito, a igreja e o povo, como um todo, se unam de uma vez por todas; e que petições inundem os salões do Congresso aos milhões, exigindo a retirada instantânea de nossas forças do México.”⁴³ Douglass, que tinha fé no poder da fotografia, também acreditava em outras tecnologias. Para ele, as grandes máquinas da época estavam encabeçando e acelerando uma era de revoluções políticas, da qual os protestos contra a guerra eram apenas uma pequena parte. “Graças aos motores a vapor e aos fios elétricos, uma revolução não pode mais ser

confinada ao lugar e às pessoas em que ela se inicia, pois agora pulsa na velocidade da luz, de coração a coração”,⁴⁴ escreveu.

Outros observadores esperavam que as forças tecnológicas operassem milagres diferentes. Enquanto a nação se dividia por conta da guerra com o México, vários comentaristas começaram a acreditar que as poderosas máquinas seriam capazes de consertar essas rachaduras. Se o problema era o tamanho da república, a extensão de suas fronteiras ou a imprecisão dos limites do império, será que as ferrovias, e, principalmente, o telégrafo poderiam aproximar a república? “Muitas mentes patrióticas alimentaram dúvidas sobre o quão veloz, pleno e completo o intercâmbio de ideias e informações, tão necessário para um povo que vive sob uma mesma república representativa, pode ocorrer dentro de limites tão imensos”, declarou um membro da Câmara em 1845, porém “essa dúvida não pode mais existir”.⁴⁵

A demonstração de Samuel Morse em 1844 já havia provado que a comunicação através de uma distância tão extensa quanto a largura de um continente poderia ser realizada em instantes. *Que coisas Deus tem feito?* Pois ele fez, entre outras coisas, uma agência de notícias. Lawrence Gobright, o astuto correspondente da Associated Press em Washington, decidiu usar a nova agência para informar os americanos sobre o que acontecia no Congresso. “Meu negócio é comunicar os fatos”, escreveu Gobright, sobre seu estilo conciso. “Minhas orientações não me permitem fazer qualquer tipo de comentário sobre os fatos que eu comunico.”⁴⁶ Mas, apesar de toda a utopia de Douglass e de toda a virtude de Gobright, até mesmo os americanos com fé inabalável no progresso promovido pelas máquinas sabiam que um pulso percorrendo um fio elétrico não seria capaz de impedir a lenta, porém constante, dissolução da União.

Em fevereiro de 1847, as forças de Taylor derrotaram um exército mexicano comandado por Antonio López de Santa Anna perto de Monterrey. No verão, o México já estava disposto a

negociar um acordo de paz. Enquanto os negociadores discutiam a questão da fronteira, as tropas americanas lideradas pelo general Winfield Scott invadiram a Cidade do México. Em setembro, já estava ocupada. Com os americanos exercendo seu tremendo poder de barganha, o movimento “Todo México” começou a ganhar força, e seus apoiadores adotavam a postura de que os Estados Unidos deveriam conquistar o território do México por completo. O senador de Michigan, Lewis Cass, estava entre os que se opunham a esse plano, com base na ideia de que seria difícil integrar os cidadãos mexicanos aos Estados Unidos. “Nós não queremos o povo do México nem como cidadãos nem como escravos. Tudo que queremos é uma parte do seu território que, nominalmente, lhes pertence, porém, de modo geral, está desabitada ou habitada de forma muito esparsa”,⁴⁷ disse Cass.

As ambições de Polk pareciam ser ilimitadas. Ele chegou a considerar a possibilidade de conquistar todo o México, do Paralelo 26 Norte até o Pacífico. No fim, a fronteira foi demarcada aproximadamente na altura do Paralelo 32 Norte. O México conseguiu manter Baixa Califórnia, Sonora e Chihuahua, mas, por 15 milhões de dólares, cedeu aos Estados Unidos mais da metade de seu território. Aos nativos mexicanos que permaneceram na região foi dada a opção de atravessar a fronteira e retornar ao México, conservando a cidadania mexicana, ou se tornarem cidadãos americanos “em situação de igualdade com os habitantes dos demais territórios dos Estados Unidos”. Cerca de 75 mil a 100 mil mexicanos decidiram ficar, principalmente no Texas e na Califórnia, onde, embora lhes tenha sido prometida igualdade política, enfrentaram uma crescente animosidade racial, bem como perdas econômicas, especialmente porque sua economia estabelecida — o comércio e a pecuária — foi substituída pela prospecção de uma agricultura comercial e pela produção industrial.⁴⁸

A guerra se encerrou oficialmente no dia 2 de fevereiro de 1848, com a assinatura do Tratado de Guadalupe Hidalgo,

segundo o qual a metade superior do México se transformou no terço inferior dos Estados Unidos. O ganho para os Estados Unidos foi tão grande quanto a perda para o México. Em 1820, os Estados Unidos da América se estendiam por 4,66 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 9,6 milhões de pessoas; o México tinha uma área de 4,4 milhões de quilômetros quadrados, com população de 6,5 milhões. Em 1850, os Estados Unidos haviam conquistado 2,59 milhões de quilômetros quadrados do México, e sua população havia crescido para 23,2 milhões; a do México era de 7,5 milhões.⁴⁹

Enquanto os Estados Unidos aumentavam, o México encolhia. A maior parte das terras ao longo da fronteira era improdutiva e sem vida. Quando a Comissão Conjunta de Fronteiras dos Estados Unidos e México deu início aos seus trabalhos de inspeção, seus membros tiveram dificuldades até de se manter vivos: a maioria morreu de inanição. A extensão do território que os Estados Unidos haviam adquirido sob os termos do Tratado de Guadalupe Hidalgo era monumental. A compra da Louisiana havia feito o país dobrar de tamanho. Ao adquirir território mexicano, a área total aumentou em 64%. O superintendente do censo, encarregado de medir essa extensão, ficou embasbacado ao constatar que o território compreendido pelos Estados Unidos tinha crescido até ficar “quase dez vezes o tamanho da França, Grã-Bretanha, Áustria, Prússia, Espanha, Portugal, Bélgica, Holanda e Dinamarca juntas; uma vez e meia o tamanho do Império Russo na Europa; apenas um sexto menor do que a área ocupada por 59 ou 60 impérios, estados e repúblicas europeias; de mesma extensão do Império Romano ou do de Alexandre, o Grande, nenhum dos dois supostamente superior a 7,77 milhões de metros quadrados”.⁵⁰

Será que os Estados Unidos, um país tão jovem, haviam se transformado em um império? E, em suas dimensões imperiais, será que sucumbiria, como Roma? “Os Estados Unidos conquistarão o México, mas tombarão, como um homem que

ingere arsênico. O México nos envenenará”, profetizara Emerson.⁵¹

Esses temores sombrios ocupavam a mente de John Quincy Adams que, manco e enfermo, aos 80 anos, se opôs tanto à guerra quanto à paz até o seu último suspiro. Em 21 de fevereiro de 1848, o dia em que Polk recebeu o Tratado de Guadalupe Hidalgo, Quincy Adams desmaiou na Câmara dos Representantes, bem no meio de um discurso, um último grito de oposição à guerra e a tudo que ela representava. Morreu dois dias depois. O jovem Abraham Lincoln, que estava lá quando Adams caiu no chão, foi um dos homens escolhidos para organizar os preparativos para o funeral, realizado na Câmara dos Representantes. Calhoun era um dos homens carregando o caixão. Até Lincoln, nenhum outro estadista teve a sua morte noticiada, acompanhada e testemunhada tão de perto a ponto de se tornar um evento nacional. As linhas do telégrafo tinham acabado de ser instaladas entre Portland, no Maine e Richmond, na Virgínia, e se estendiam até as profundezas do oeste, em Cincinnati; a notícia da morte de Adams correu mais rápido que o vento. Seu caixão com tampa de vidro viajou oitocentos quilômetros de trem, parando de cidade em cidade, onde milhares de americanos faziam filas para vê-lo, em uma comoção sem precedentes. A nação entrou em luto, refletindo sobre a pavorosa questão do envenenamento político e o terrível problema do separatismo.⁵²

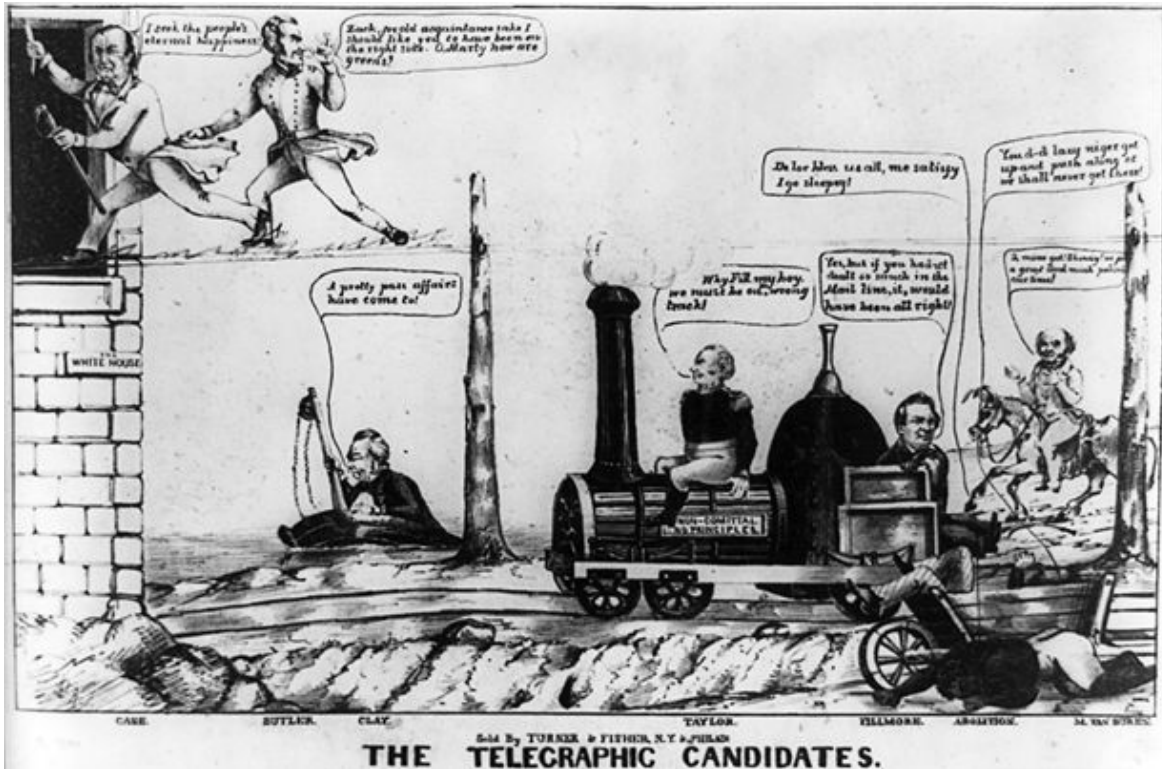
III.

HORACE GREELEY CONTRATOU Margaret Fuller para o cargo de editora do *New York Tribune* em 1844. Então com 34 anos, míope e frágil, Fuller era a mulher mais culta dos Estados Unidos e sentia-se tão à vontade escrevendo críticas literárias quanto discutindo filosofia com Emerson. “Suas capacidades argumentativas são tão poderosas que chegam a ofuscar a sua escrita”, escreveu Emerson em seu diário.⁵³

A censura de figuras como Catherine Beecher, que desaprovavam que uma mulher falasse em público, calou um grande número de vozes, porém não todas, e certamente não as de Fuller nem as de proeminentes abolicionistas como as irmãs Grimké. Angela Grimké, criada em Charleston, na Carolina do Sul, e expulsa de sua igreja por se pronunciar contra a escravidão, escreveu uma resposta a Beecher, um ensaio chamado “Os direitos humanos não se fundamentam no sexo”. Em suas palavras: “Investigar os direitos dos escravos me levou a um melhor entendimento a respeito dos meus próprios.”⁵⁴ Sua irmã, Sarah, deu um contexto histórico ao argumento: “As páginas da história estão repletas de ofensas às mulheres, e encharcadas com suas lágrimas.”⁵⁵

Mas o sentimentalismo não era o método de Fuller; seu método era o debate. Ela era o terror dos intelectos inferiores. Edgar Allan Poe, cuja obra Fuller não admirava, a descreveu como se ela exibisse, permanentemente, um sorriso de escárnio. Em “O grande processo: homem *versus* homem, mulher *versus* mulher”, Fuller argumentou que a democratização da política americana tinha jogado luz sobre a tirania que os homens exerciam sobre as mulheres: “À medida que os homens começam a perceber que a nem todos os homens foi dada uma oportunidade justa, [as mulheres ficaram mais propensas a dizer que] a mulher nenhuma foi dada uma oportunidade justa.” Enquanto isso, a abolição — “em parte porque muitas mulheres se destacaram nessa causa” — tornou a luta pelos direitos das mulheres ainda mais urgente. Em 1845, em *Mulheres no século XIX*, Fuller fez uma defesa da igualdade fundamental e plena: “Que todos os caminhos se abram com mesma liberdade para as Mulheres que há para os Homens.”⁵⁶ O livro fez um sucesso enorme, e Greeley, que tinha adquirido o hábito de cumprimentar Fuller com uma de suas frases de efeito sobre as capacidades femininas — “Que sejam capitãs de um navio se quiserem” — a enviou para a Europa para atuar como correspondente internacional. Fuller estava em Roma — onde se apaixonou e

deu à luz seu filho — quando o movimento pelos direitos das mulheres se consolidou nos Estados Unidos, parte do caos político do revolucionário ano de 1848, um ano de eleições presidenciais.⁵⁷



Os candidatos que lideravam a corrida presidencial em 1848 se dirigem à Casa Branca nos fios do telégrafo (Lewis Cass) e nos trilhos de um trem (Zachary Taylor); Henry Clay tenta alcançá-los em um barco a remo; o retardatário Martin van Buren vem logo atrás montado em um cavalo magro; e um homem negro, representando a abolição, aparece deitado e derrotado, com o rosto virado para o chão. (Edwin Forrest Durang / Biblioteca do Congresso.)

Polk havia se comprometido a cumprir apenas um mandato. Os Democratas tiveram dificuldades em nomear um substituto. Àquela altura, encontrar um candidato para concorrer à presidência era quase impossível; os partidos eram nacionais, mas, levando em conta que a política havia se regionalizado, quem seria capaz de atrair os votos tanto do Norte quanto do Sul?

Os competidores eram muito apagados, homens limitados e obtusos de uma época limitada e obtusa. Um possível nome do Partido Democrata, o advogado da Pensilvânia e eterno solteirão James Buchanan, tinha atuado como secretário de Estado de Polk. Buchanan era favorável à ideia de resolver a questão territorial ampliando os limites do Compromisso do Missouri para todo o continente. O senador Lewis Cass, que havia sido secretário de guerra de Jackson, tinha uma inteligência mais aguçada. Defendia um projeto político — apelidado por seus apoiadores de “soberania popular” — pelo qual cada estado deveria escolher, ao entrar para a União, se permitiria ou proibiria a escravidão. Na convenção de indicação do partido, Cass sagrou-se vencedor e os delegados escolheram William Butler como seu companheiro de chapa, um general que havia servido na guerra contra o México sem qualquer distinção particular.

Heróis militares estavam em voga na política aquele ano. O Whig cortejou dois dos generais mais populares da guerra, Zachary Taylor e Winfield Scott, deixando de lado os dois líderes veteranos do partido, Henry Clay e Daniel Webster. Taylor nunca havia se filiado a um partido político; Scott era quase tão misterioso quanto. Taylor concordou em se declarar um Whig, mas o fez muito a contragosto: “Eu sou um Whig, mas não sou um ultra Whig.” Como ele próprio admitiu, Taylor jamais havia sequer votado.⁵⁸ Mesmo assim, ele ganhou a nomeação. Clay, desalentado pela ascensão dos heróis de guerra, declarou: “Queria ter matado um mexicano.”⁵⁹

As escolhas de Cass e Taylor deixaram sem candidato os Democratas e Whigs que se opunham à continuidade da escravidão. Eles abandonaram seus respectivos partidos e, durante uma convenção realizada em Buffalo em junho de 1848, formaram o Partido do Solo Livre. Procurando desesperadamente por um candidato de reputação nacional, chegaram ao nome do ex-presidente Martin Van Buren e adotaram seu lema: “Terra livre, trabalho livre, homens livres e liberdade de expressão!”⁶⁰

O movimento pela liberdade de expressão e pela terra livre surgiu de discussões a respeito da interpretação da Constituição, mas também estava ligado às revoluções que convulsionaram a Europa em 1848. Margaret Fuller enviava relatos da Itália, onde atuava como enfermeira tratando de rebeldes feridos em um hospital de Roma. Estarrecido com essas revoltas, o rei da Bavária pediu que o historiador Leopold von Ranke explicasse por que o seu povo havia se rebelado contra o governo monárquico, a exemplo de tantos outros povos na Europa naquele ano. “As ideias se espalham mais depressa quando encontram uma expressão concreta adequada”, disse Ranke ao rei. Para ele, os Estados Unidos haviam “introduzido uma nova força no mundo”, a ideia de que “uma nação deveria governar a si própria”, algo que determinaria “os rumos do mundo moderno”: a liberdade de expressão, propagada por uma rede de fios, libertaria o mundo inteiro.⁶¹

Diferentemente da reação predominante dos Estados Unidos à revolução haitiana, a maioria dos americanos, seguindo o exemplo de Margaret Fuller, viam as revoluções pela Europa como revoltas democráticas, o povo levantando-se contra a tirania da aristocracia e da monarquia. O *Manifesto comunista* de Marx, publicado naquele ano, quase não foi lido e logo acabou deixado de lado (apenas para ser redescoberto décadas mais tarde). Contudo, capturou um sentimento compartilhado por americanos em todo o continente: os trabalhadores haviam perdido o controle dos meios de produção.

As pessoas que militavam pelo “trabalho livre” defendiam a superioridade moral dos fazendeiros livres e dos trabalhadores assalariados sobre o trabalho escravo. Mas a retórica da luta entre o trabalho e o capital soterrou a ideologia do trabalho livre. Lincoln disse em 1859: “O trabalho é mais importante do que o capital, e dele independe (...) e, na verdade, o capital é o fruto do trabalho”.⁶² Mas, para os partidários do Solo Livre, a batalha não era, de fato, entre o trabalho e o capital; era entre o trabalho livre (as classes produtivas) e o poderio escravagista (os aristocratas

americanos). O movimento do Solo Livre gozou de seu maior apoio em duas faixas específicas da classe média: operários das cidades do Leste e agricultores nos territórios do Oeste. Se, em retrospecto, isso lembra o marxismo, na verdade sua inspiração vem dos escritos de Emerson e Thoreau sobre a natureza. Ao contrário de Thoreau, que detestava as estradas de ferro, os partidários do Solo Livre acreditavam em desenvolvimento e em melhorias por meio do esforço braçal do trabalhador, do seu poder, sua energia. “Os miseráveis de hoje, graças ao trabalho livre, são os fazendeiros e os comerciantes do passado”, alardeou o *New York Times*. “Porém, quem são os trabalhadores do Norte?”, questionou Daniel Webster. “Eles são o próprio Norte. São eles que cuidam de suas próprias fazendas, com suas próprias mãos, que são donos de suas terras, homens educados, homens independentes.” À medida que os trabalhadores avançaram em direção ao Oeste, foram levando esse espírito consigo, desde que fundassem estados livres. O governador de Michigan declarou: “Assim como na maioria dos novos Estados, o nosso foi fundado por uma classe de homens ativos, dinâmicos e empreendedores, com um desejo de acumular propriedade rapidamente.”⁶³

Membros do Solo Livre e seus colegas falavam sobre “Progresso Nortista e Decadência Sulista”, comparando o entusiasmo, o dinamismo e o desenvolvimento envolvidos no trabalho livre com a corrupção, a decadência e o retrocesso da escravidão. A escravidão reduzia o homem a “um cavalo cego preso a um moinho”, disse Lincoln. Para o senador de Nova York William Seward, a escravidão havia deixado o Sul em ruínas: “Uma terra esgotada, com cidades velhas e decrépitas, e estradas desgraçadamente abandonadas.” Nas palavras de Horace Greeley: “Escravize um homem e você destruirá sua ambição, sua iniciativa, sua capacidade.”⁶⁴

Esse ataque dos nortistas fez com que os sulistas se empenhassem ainda mais para defender seu estilo de vida, e para isso lutaram em diversas frentes. Descreveram a

“escravidão assalariada” do Norte como um sistema muito mais explorador do trabalho que a própria escravidão. Celebraram esse sistema como elemento fundamental para a prosperidade americana. A escravidão “cresceu junto com o nosso crescimento e se reforçou com a nossa força”, disse Calhoun. E, com isso, foram construindo uma ideologia de diferença racial cada vez mais virulenta, que se posicionava contra a própria ideia de igualdade encarnada nos princípios americanos.

Algumas dessas ideias vinham do campo da etnologia. O naturalista americano de origem suíça Louis Agassiz defendia a “criação especial”, a ideia de que Deus havia criado e distribuído todas as plantas e animais do mundo individualmente, e os espalhara pelas terras e pelos mares, colocando cada um em seu lugar adequado. Assim como os sulistas favoráveis à escravidão, Agassiz também era defensor da poligênese, a teoria de que Deus criou quatro raças, cada uma delas em um Jardim do Éden separado. Mas, como Douglass havia observado, o que estava por trás dessa polêmica era a escravidão, uma vez que o debate entre os poligenistas e os monogenistas era, no fundo, um debate “entre os senhores de escravos, em um dos lados, e os abolicionistas, no outro”.⁶⁵

George Fitzhugh, conservador da Virgínia, ele próprio influenciado pelo pensamento etnológico, rejeitava as “verdades autoevidentes” da Declaração de Independência, considerando-as um completo disparate. “Os homens não nascem física, moral ou intelectualmente iguais. Seria muito mais próximo da verdade dizer que ‘alguns nascem com selas em suas costas e outros com botas e esporas para montá-los’, e lhes faz bem que sejam montados.” Para Fitzhugh, esse equívoco tinha suas origens na imaginação dos filósofos do Iluminismo e em sua negação da realidade histórica. Vida e liberdade não eram “direitos inalienáveis”, alegava Fitzhugh: para ele, as pessoas haviam sido “vendidas em todos os países, em todas as épocas, e continuarão a serem vendidas pelo tempo que perdurar a natureza humana”. Igualdade era sinônimo de calamidade:

“Subordinação, diferença de casta e de classes, diferenças de sexo, idade e escravidão geram paz e benevolência.” O progresso é uma ilusão: “o mundo não se desenvolveu tanto assim nos últimos dois, talvez 4 mil anos.” A perfeição reside no passado, não no futuro.⁶⁶ Quanto aos sistemas econômicos do Norte e do Sul, “Os trabalhadores livres não possuem um milésimo dos direitos e liberdades dos escravos negros (...) Os negros escravizados do Sul são as pessoas mais felizes e, em certa medida, mais livres de todo o mundo”, alegava Fitzhugh.⁶⁷

O Partido do Solo Livre era contrário a todas essas alegações. E, se havia conquistado o apoio dos fazendeiros e operários, também ganhou a lealdade dos negros livres. Para apoiar o partido, Henry Highland Garnet, um abolicionista negro de Troy, Nova York, produziu uma reimpressão do *Apelo* de David Walker. O partido realizou sua primeira convenção em Buffalo no verão de 1848. Salmon Chase elaborou a plataforma do partido, que tinha muitas semelhanças com sua própria interpretação das *Anotações* de Madison. A Constituição não podia ser rejeitada, argumentava Chase, ela precisava ser reivindicada. Suas ideias centrais, explicou, eram três: “1. A política original do Governo restringia a escravidão; 2. De acordo com a Constituição, o Congresso não poderia estabelecer nem manter a escravidão nos territórios; 3. A política original do Governo havia sido subvertida, e a Constituição, violada, pela manutenção da escravidão e pelo estabelecimento da supremacia política do Poderio Escravagista.”⁶⁸

O Partido do Solo Livre também conquistou o apoio das mulheres que tinham se envolvido nos movimentos por temperança e abolição, e que haviam feito campanha para o Whig em 1840 e 1844. Logo depois da convenção em Buffalo, trezentas mulheres e homens realizaram outra, pelos direitos das mulheres, em Seneca Falls, Nova York. Margaret Fuller ainda estava na Itália, mas seu trabalho foi o catalisador.

Aos 32 anos, Elizabeth Cady Stanton redigiu um manifesto. Filha de um juiz da Suprema Corte de Nova York, Stanton criou-

se lendo os livros de legislação do seu pai. Um pouco antes, naquela primavera, tivera papel fundamental para garantir a aprovação de uma Lei de Propriedade das Mulheres Casadas em nível estadual. De acordo com a maioria das leis existentes nos estados, mulheres casadas não tinham direito a propriedades, nem de assinar contratos; tudo que possuíam se tornava propriedade do marido após o casamento; a lei do estado de Nova York permitia que as mulheres fizessem “uso separado” de suas propriedades separadas. Stanton, cujo marido, que também era advogado, ajudaria a fundar o Partido Republicano, era uma notória abolicionista. Como Fuller havia apontado, a migração do abolicionismo para dentro dos partidos políticos mostrou para as mulheres o quão limitada era sua capacidade de atuação política quando não possuíam o direito ao voto. As mulheres que se reuniram em Seneca decidiram lutar por vários tipos de reformas nas leis e, provocando alguma controvérsia, pelo direito ao voto. Sentiram-se, Stanton escreveria depois, “Tão desamparadas e desesperadas como se, de repente, tivessem lhes pedido para construir um motor a vapor”.

A Declaração de Sentimentos de Stanton não estava simplesmente reivindicando uma reforma legislativa gradual; em vez disso, estava fazendo eco à Declaração da Independência:

Quando, no curso dos acontecimentos humanos, se torna necessário que uma parte da família humana assuma, entre os povos da terra, uma posição diferente daquela que até agora ocupara, a que lhe dão direito as leis da natureza e as do Deus da natureza, um respeito digno para com as opiniões dos homens exige que se declarem as causas que os levam a essa separação.

E ela continuava: “A história da humanidade é uma história de agressões e usurpações da parte do homem para com a mulher, tendo como objetivo direto o estabelecimento de uma tirania absoluta sobre ela. Para provar isso, permitam-nos submeter os fatos a um mundo cândido”. Os homens tomavam as propriedades das mulheres, aprovavam leis sem ouvir sua opinião, as submetiam a taxaçoão sem representação, negavam

acesso à educação, as tornavam escravas de suas vontades, proibiam-nas de falar em público e lhes negavam o direito ao voto.⁶⁹ Um jornal Whig chamou a convenção de “o incidente mais chocante e antinatural já registrado na história da feminilidade”.⁷⁰ Mas a zombaria não seria capaz de deter Stanton, que se recusava a deixar que a discussão sobre os significados da Constituição fosse travada apenas por homens.

Margaret Fuller, a mulher americana mais talentosa daquele século, perderia essa batalha. Em 1849, ela deixou a Itália e embarcou para Nova York com o filho ainda bebê, com menos de dois anos, o pai da criança e o manuscrito de seu relato épico da revolução em Roma enrolado em um saco de calcô azul enfiado dentro de uma escrivaninha portátil de madeira. A menos de trezentos metros da costa de Fire Island e a poucos quilômetros da cidade de Nova York, o navio encalhou em um banco de areia durante uma violenta tempestade. Muitos passageiros arrancaram tábuas do convés do navio e, usando-as como botes, chegaram até a costa. Fuller, que tinha medo de água e não queria se separar do filho, sentou-se no convés vestindo uma camisola branca e ficou esperando que o farol da ilha enviasse um bote para salvá-la enquanto o navio era despedaçado: os mastros se estilhaçaram, as velas foram castigadas pelo vento. Quando uma onda atingiu o convés, Margaret foi jogada no tenebroso oceano.

Thoreau veio de Massachusetts para vasculhar a praia em busca dos restos de qualquer uma de suas páginas, mas apenas o corpinho desnudo do bebê foi encontrado.⁷¹

IV.

A HISTÓRIA ESTÁ REPLETA de acidentes e desastres: explosões no Potomac, tempestades a poucos metros do porto, disputas eleitorais apertadas, casos ganhos e perdidos nos tribunais, visionários políticos que se afogam. Mas, sobre os Estados Unidos da década de 1850, recaiu um senso de fatalidade, como

se um dismantelamento terrível fosse o único destino e série alguma de eventos pudesse evitá-lo.

Perto do fim de 1849, Henry Wadsworth Longfellow, pessimista em relação ao futuro da União, compôs um poema sobre o navio do estado norte-americano. Longfellow, nascido no litoral, em Portland, Maine, em 1807, era o poeta mais conhecido e amado dos Estados Unidos. Também era o querido e lealíssimo amigo do gigante Charles Sumner que, na década de 1840, fizera campanha contra a anexação do Texas e contra a guerra com o México enquanto lutava contra a segregação racial nas escolas de Boston. Em 1842, Sumner já havia convencido Longfellow a colocar sua caneta a serviço da causa antiescravagista, e Longfellow, obediente, escreveu e publicou um livreto de *Poemas sobre escravidão*. Conhecido por suas visões abolicionistas, em 1844 Longfellow foi convidado para concorrer a uma vaga no Congresso pelo Partido da Liberdade. “Embora seja um homem que se opõe fortemente à escravidão, não me filio a qualquer sociedade e não milito por nenhuma bandeira específica”, escreveu ele, recusando. “A guerra partidária tornou-se muito violenta e rancorosa demais para o meu gosto; eu me revelaria um adversário fraco e indigno no debate público.”⁷²

Em 1849, Longfellow, como a maioria dos americanos atentos, temia pela república. Ele começou a escrever um poema, chamado “A construção do navio”, sobre um lindo navio rústico chamado *União*. Quando terminou de compor, não conseguiu imaginar para aquela valorosa embarcação qualquer outro destino além do desastre. Em sua primeira versão, encerrava o poema com os seguintes versos:

*...em que lugar, ó, que lugar,
Forma tão rara seu fim vai encontrar?
...Numa rocha traiçoeira destruída,
Numa doca repugnante apodrecida,
Que tanta graça e potência, enfim
Demore muito a encontrar seu fim!*

Então, no dia 11 de novembro de 1849, Sumner foi jantar na casa de Longfellow, em Cambridge, muito empolgado com o Partido do Solo Livre. Sumner concorreria a uma vaga no Congresso pelo partido; 12 de novembro era o Dia da Eleição. Ele convenceu Longfellow de que a União talvez ainda tivesse salvação e de que ele deveria escrever um encerramento mais esperançoso para o seu poema. Longfellow revisou o poema aquela noite e, no dia seguinte, saiu de casa para votar em Sumner. O novo final do poema de Longfellow tornou-se um dos versos mais admirados da história:

*Em frente! Em frente! Ó, Navio do Estado!
Pelas nações famintas és esperado!
O mundo inteiro depende de teu resultado!*

Ele então escreveu ao seu editor: “O que você achou disso que lhe enviei em vez do final triste para ‘O Navio’? Melhor?” Era melhor. O secretário de Lincoln diria mais tarde que, após ler o poema de Longfellow, “Seus olhos se encheram de lágrimas e seu rosto ficou todo úmido. Ele ficou em silêncio por vários minutos, até enfim declarar, com grande simplicidade: ‘É um talento formidável ser capaz de comover um homem desse jeito!’”⁷³

Na metade do século XIX, os conflitos sobre o tema escravidão que haviam começado na costa do Atlântico chegaram à costa do Pacífico — viajando por quase 5 mil quilômetros nos trilhos de trens e fios de telégrafo que se entrecortavam e entrelaçavam. “Só milagres fizeram com que a União fosse preservada até aqui. Temo que não continuem a acontecer”, escreveu, em 1832, John Marshall. Outro milagre, aparentemente, era necessário em 1850. A descoberta de ouro na Califórnia levou a uma verdadeira corrida. Migrantes vieram do Leste, do estado vizinho do Oregon, do México e de vários outros lugares, alguns incrivelmente distantes, como o Chile e a China. Em 1849, uma convenção constitucional na Califórnia decretou que “nem a escravidão nem a servidão forçada, a

menos que aplicadas como punição para um crime, jamais serão toleradas no Estado”. (Uma resolução para proibir os “negros livres” de fixar residência no estado foi derrubada.) Com uma Constituição ratificada pelo voto popular no outono de 1849, sua requisição para entrada na União foi enviada ao Congresso.⁷⁴

Era como estar em uma gangorra. Admitir a Califórnia como estado livre desestabilizaria o precário equilíbrio entre os estados livres e escravocratas. O Congresso estava diante de um impasse. Mas, após oito meses de negociações acirradas, Henry Clay, com grande auxílio do senador de Illinois Stephen Douglas — um homem baixinho e musculoso que parecia um buldogue —, fechou um acordo, ou melhor, uma série de acordos, acerca de um conjunto de temas relativos à escravidão. Para apaziguar os partidários do Solo Livre, a Califórnia seria aceita como estado livre; o comércio de escravos seria abolido em Washington, D.C., e por 10 milhões de dólares o Texas cederia ao Novo México uma faixa de território disputada por ambos. (John C. Frémont, que era contrário à escravidão, foi o primeiro senador eleito da Califórnia.) Para pacificar aqueles que eram a favor da escravidão, os territórios do Novo México, Nevada, Arizona e Utah poderiam ser constituídos sem tocar no tema da escravidão, deixando a questão para ser decidida pelos seus próprios habitantes, uma vez que os estados tivessem sido estabelecidos como parte da União. Douglas promoveu o conceito da soberania popular, proclamando: “Se existe um princípio mais caro e mais sagrado do que todos os outros em um governo livre, é aquele que garante a um povo livre o direito exclusivo de se organizar e adotar sua própria lei fundamental.”⁷⁵

Quem não era livre, de acordo com o entendimento de Stephen Douglas, não possuía esse direito. O elemento final a favor da escravidão no Compromisso de 1850, a Lei dos Escravos Fugitivos, obrigava os cidadãos a entregar escravos fugitivos e negava a esses escravos o direito de ser levado a julgamento. Harriet Jacobs, uma escrava fugitiva que vivia em Nova York, disse que a lei marcou “o início do reinado de terror

para a população de cor”.⁷⁶ Caçadores de recompensa e capitães do mato perseguiram e capturavam os fugitivos, devolvendo-os aos senhores em troca de pagamento. Pouca coisa os impedia de caçar, também, homens, mulheres e crianças que haviam nascido livres, ou que haviam sido legalmente emancipados, e vendê-los para o Sul. Nada expôs de forma tão brutal a fragilidade da liberdade e a rapinagem da escravidão. “Se alguém quiser desrespeitar uma lei, que seja a Lei do Escravo Fugitivo. É só pra isso que ela serve”, escreveu, amargamente, Longellow.⁷⁷

Harriet Tubman, que havia fugido pela primeira vez quando tinha apenas sete anos, ajudou a construir uma nova infraestrutura americana: a *Underground Railroad* (Ferrovia Clandestina). Tubman, com 1,5 metro de altura, tinha apanhado e passado fome — um objeto jogado em sua cabeça a havia deixado com uma deformação —, mas ainda assim conseguira escapar em 1849, ao fugir de Maryland para a Filadélfia. De 1850 em diante, Tubman fez, pelo menos, treze viagens de volta à Filadélfia para resgatar cerca de setenta homens, mulheres e crianças, enquanto trabalhava, em Nova York, na Filadélfia e no Canadá, lavando roupas, fazendo faxina e cozinhando. As pessoas começaram a chamá-la de “Capitã Tubman”, ou, simplesmente, “Moisés”. Uma vez, questionada sobre o que faria se fosse pega, ela disse: “Terei o consolo de saber que fiz algo bom pelo meu povo.”⁷⁸

O Compromisso de 1850 não durou nem quatro anos, mas, nesse ínterim, revolucionou o movimento abolicionista e, mais uma vez, provocou um realinhamento dos partidos. Em 1851, Charles Sumner, concorrendo pelo Solo Livre, conquistou a cadeira de Massachusetts no senado, que havia muito pertencia a Daniel Webster, arquiteto do compromisso que Sumner abominava. Naquele mesmo ano, Frederick Douglass rompeu com Garrison na questão da Constituição. “Estou cansado de estar no mesmo lado dos senhores de escravo nesse debate”, declarou. Douglass passara a acreditar que a Constituição não

sancionava a escravidão e que poderia ser utilizada para pôr fim a ela.⁷⁹ “Em um momento como este, precisamos é de ironia mordaz, não de argumentos convincentes”, disse Douglass, furiosamente, em um discurso inflamado proferido em Rochester no dia 5 de julho de 1852. “O que significa o Quatro de Julho para o escravo americano?”, perguntou.

Eu respondo: um dia que lhe revela, mais do que todos os outros do ano, a tremenda injustiça e crueldade da qual é constante vítima. Para ele, sua celebração é uma fraude; a liberdade de que se vangloriam, um privilégio profano; a grandeza de seu país, descomedida vaidade; seus gritos de regozijo são vazios e desumanos; sua admoestação aos tiranos, imprudência gravada em bronze; seus brados de liberdade e igualdade, zombaria vazia; suas preces e hinos, seus sermões e ações de graça, com todas as suas manifestações e solenidades religiosas, são, para ele, mera retórica, fraude, falsidade, blasfêmia e hipocrisia — um véu finíssimo que encobre crimes que deveriam envergonhar esta nação de selvagens.⁸⁰

Mas enquanto Douglass pedia que os americanos prestassem atenção na promessa contida nos documentos que fundavam a nação, a expansão para o Oeste provocava outras distorções constitucionais e deformações morais ainda mais atordoantes.

Em 1854, a gangorra inclinou-se mais uma vez, fazendo pressão pelo fim do movimento escravagista na figura de Stephen Douglas, que atuava como líder do Comitê do Senado para os Territórios. O Congresso vinha discutindo planos para a construção de uma ferrovia transcontinental desde a década de 1830. Douglas queria que a ferrovia passasse por Chicago. Porém, entre Chicago e a costa Pacífica ficava o assim chamado Território Indígena Permanente, a terra para onde Andrew Jackson havia despachado os índios do Leste, incluindo os Cherokees. Douglas argumentou que, em um momento de desenvolvimento, naquele que era o país do futuro, o simples conceito de um Território Indígena Permanente era absurdo: “A ideia de interromper nosso progresso nessa direção tornou-se tão ridícula que chega a causar espanto ver estadistas inteligentes e patriotas sequer cogitando tal pensamento (...)

Como desenvolveremos, cuidaremos e protegeremos nossos imensos interesses e posses no Pacífico com um tremendo matagal de dois mil e quatrocentos quilômetros de extensão, repleto de selvagens hostis, bloqueando uma comunicação direta? A barreira indígena precisa ser removida.”⁸¹

Um projeto de lei propondo a integração do Território Indígena Permanente ao Kansas e Nebraska foi apresentado ao Congresso em janeiro de 1854, ocasião em que Douglas propôs uma emenda que levou à revogação do Compromisso do Missouri (que proibia a escravidão em ambos os territórios). Em vez disso, de acordo com o princípio da soberania popular, a população do Kansas e do Nebraska tomaria essa decisão. O Ato do Kansas-Nebraska abriu, efetivamente, as portas para a escravidão em territórios onde anteriormente estavam fechadas. Suas consequências representavam, para muitos nortistas, uma escandalosa subversão da própria Constituição. Preston King, senador de Nova York, previu que “as antigas definições de partido serão obliteradas junto com as definições do Missouri”. Hannibal Hamlin, senador do Maine, declarou: “O antigo partido Democrata é, agora, o partido da escravidão.”⁸²

Em vez de servir como válvula de escape para liberar a pressão acumulada com o crescimento da população americana, a expansão para o Oeste revelou-se explosiva. A controvérsia do Kansas-Nebraska transformou os Democratas no partido da escravidão e determinou o fim do Partido Americano, também conhecido como o Partido Sabe Nada. Os partidários do Sabe Nada se comprometiam a jamais votar em um candidato católico ou nascido no exterior, e faziam campanha pela extensão do período de naturalização para 21 anos. Eles conquistaram o controle da legislatura de Massachusetts e mais de 40% dos votos na Pensilvânia. Um Democrata da Pensilvânia disse: “Quase todo mundo parece ter enlouquecido e se voltado totalmente para o Nativismo.” Em Nova York, Samuel F. B. Morse concorreu para o Congresso pelos Sabe Nada e perdeu, mas espalhou sua mensagem, reeditando seu tratado nativista

Perigos iminentes. Morse começou a argumentar que o abolicionismo em si era uma tramoia estrangeira, “uma intriga tramada há muito tempo e cuidadosamente planejada pela aristocracia britânica”.⁸³ (“A escravidão *per se* não é um pecado, é uma condição social estabelecida desde o começo dos tempos, pelos propósitos mais elevados, benevolentes e disciplinários, pela Sabedoria Divina”,⁸⁴ insistia Morse.) Em fevereiro de 1854, em sua convenção na Filadélfia, nortistas do Sabe Nada propuseram uma plataforma do partido que pedia a restauração do Compromisso do Missouri. Quando a moção foi rejeitada, cerca de cinquenta delegados de oito estados do Norte bateram em retirada: abandonaram a convenção e o partido para formar o seu próprio, o Partido Norte-Americano, que teve vida curta. O nativismo continuaria sendo uma força na política americana, mas, por enquanto, seus partidários brigavam por causa da escravidão.

O Ato do Kansas-Nebraska também tirou Abraham Lincoln, então com 45 anos, da advocacia, fazendo-o retornar à política. Como membro do Congresso, Lincoln havia se oposto à guerra com o México e apoiado a Cláusula de Wilmot, mas praticamente nunca falava sobre a escravidão. Na primavera de 1854, começou a refletir sobre a instituição da escravatura e, como um advogado preparando-se para ir ao tribunal, pesou os possíveis argumentos que usaria para derrotar quem a defendia. Em um fragmento escrito em abril, ele antecipou uma das linhas do debate:

Se A for capaz de provar, de forma conclusiva, que pode, por direito, escravizar B, por que B não poderia usar o mesmo argumento e provar, igualmente, que pode escravizar A?

Digamos que A é branco e B é negro. Então é uma questão de *cor*; o mais claro tendo o direito de escravizar o mais escuro? Cuidado. Por esta regra, você seria escravo do primeiro homem que o encontrasse que tivesse um tom de pele mais claro do que o seu.

Não está se referindo à *cor*, exatamente? Você quer dizer que os brancos são *intelectualmente* superiores aos negros e, portanto, detêm o direito de escravizá-los? Cuidado novamente. Por esta regra, você seria escravo do primeiro homem que o encontrasse que tivesse um intelecto superior ao seu.

Então você diz que é uma questão de lucro; e, se você puder fazer disso uma questão de lucro, você tem o direito de escravizar outrem. Muito bem. Se ele puder fazer disso uma questão de lucro, ele tem o direito de escravizar você.⁸⁵

Lincoln encontrou seu lugar em um novo partido político, o Partido Republicano, fundado em maio de 1854, em Ripon, no Wisconsin, por 54 cidadãos determinados a derrubar o Ato do Kansas-Nebraska. Três desses 54 cidadãos eram mulheres. O Partido Republicano era uma junção de antigos membros do Solo Livre e dos Whigs, além de Democratas e Sabe Nadas do Norte contrários à escravidão. Se o Partido Democrata havia se tornado o partido da escravidão, o Republicano seria o das reformas. Dentro desse espírito, a ajuda das mulheres era bem-vinda: elas escreviam textos de campanha para os republicanos e discursavam em nome do partido. Uma das melhores e mais bem pagas oradoras do partido era Anna Dickinson, que se tornou a primeira mulher a discursar no Salão da Câmara dos Representantes.⁸⁶

Ao se filiar ao novo partido, Lincoln debateu-se com as implicações dos discursos e escritos do visionário Frederick Douglass, que fundamentava sua teoria antiescravagista na humanidade comum a todos os indivíduos. Em agosto de 1854, ainda trabalhando em sua melhor linha de argumentação, Lincoln começou a discursar em encontros políticos. Naquele outono, em campanha pelos republicanos, decidiu desafiar a cadeira de Stephen Douglas no senado. Lincoln debateu com Douglas em Peoria perante uma plateia fascinada. Douglas falou por três horas e, então, após uma pausa para o jantar, Lincoln falou por quase o mesmo tempo. Lincoln argumentou que o que o outro defendia era uma abominação ao conceito de democracia. A

questão dependia do fato do “negro ser ou não um homem”, disse Lincoln.

Se ele *não* é um homem, então, neste caso, aquele que é um homem pode, por uma questão de autogoverno, fazer o que quiser com ele. Mas se o negro é um homem, não seria, por extensão, uma aniquilação do autogoverno dizer que ele não pode governar a *si próprio*? Quando um homem branco governa a si próprio, trata-se de autogoverno; mas quando ele governa a si próprio, e também governa *um outro* homem, isso é mais do que autogoverno — é despotismo. Se o negro é um homem, então minha crença mais profunda me diz que “todos os homens são criados iguais” e que não há direito moral em conexão com o ato de um homem fazer de outro seu escravo.

Por conta disso, por transformar a democracia na abominação do despotismo, ele disse que odiava o Ato do Kansas-Nebraska:

Eu o odeio por conta da monstruosa injustiça que é a própria escravidão. Eu o odeio porque ele priva nosso exemplo republicano de sua justa influência no mundo — permitindo que os inimigos da liberdade das instituições, de forma plausível, nos acusem de hipócritas —, faz com que os verdadeiros amigos da liberdade duvidem de nossa sinceridade e, especialmente, porque obriga tantos dos homens realmente bons entre nós a abrir guerra contra os próprios princípios fundamentais da liberdade civil — criticando a Declaração de Independência e insistindo que não existe qualquer outro princípio de ação além do *interesse próprio*.

Lincoln falava a língua do solo livre, do trabalho livre e da liberdade de expressão. Ele embasava seu argumento antiescravagista em seu entendimento da história americana, na linguagem de Frederick Douglass e em sua interpretação da Constituição. “Que ninguém se iluda. O espírito dos 76 e o espírito de Nebraska são profundamente antagônicos”, declarou.⁸⁷

Lincoln perdeu as eleições, mas, mesmo assim, continuou trabalhando, refinando seu argumento como se desbastasse um tronco de madeira, cortando-o em tábuas e depois lixando-as. “Na prática, a maioria dos *governos* foi fundada na negação da igualdade dos direitos dos homens. O *nosso* começou com a

afirmação desses direitos (...) Nós fizemos um experimento, e seu fruto está à nossa frente. Olhe para ele — pense sobre ele. Olhe para ele, em sua grandeza agregada, na extensão de seu país e nos números de sua população — e de barcos, de navios a vapor, e de ferrovias”,⁸⁸ escreveu ele em uma nota para si mesmo.

O Kansas, deixado para decidir se entraria na União como estado livre ou escravocrata, entrou em guerra franca. Sulistas se mudaram para o estado para votar a favor da escravidão; nortistas para votar contra. No fim, começaram a atirar uns nos outros. Horace Greeley apelidou o estado de “Kansas Sangrento”. Logo, o sangue chegaria ao salão do senado. Lincoln confessou, em privado, o seu desalento com o que descreveu como a “degeneração do progresso” da nação, uma regressão política:

Nosso princípio como nação foi declarar que *“todos os homens são criados iguais”*. Agora, na prática, o que lemos é *“todos os homens são criados iguais, exceto os negros”*. Quando os Sabe Nada chegarem ao poder, o que leremos será *“todos os homens são criados iguais, exceto os negros, os estrangeiros, e os católicos”*. Quando chegarmos a esse ponto, vou preferir emigrar para algum país onde ninguém finja amar a liberdade — a Rússia, por exemplo, onde o despotismo pode ser praticado de forma pura, sem uma camada basilar de hipocrisia.⁸⁹

Em maio de 1856, Charles Sumner fez, de sua mesa no senado, um discurso impactante chamado “O crime contra o Kansas”, denunciando o barbarismo da escravidão, comparando-a com o estupro (insinuando que todos os senhores de escravos estupravam seus escravos), e alertando para os riscos de uma guerra civil. “Agora mesmo, enquanto eu falo, há maus presságios no horizonte, ameaçando com a chegada de nuvens negras sobre nosso território, que já estremece com os rumores de uma guerra civil”, disse Sumner. Dois dias depois, o congressista Preston Brooks, primo do senador de Nevada Andrew Butler, coautor do Ato do Kansas-Nebraska ao lado de Stephen Douglas, abordou Sumner em sua mesa no senado. “Sr.

Sumner, li cuidadosamente o seu discurso, duas vezes. É uma difamação contra a Carolina do Sul e contra o Sr. Butler, que é meu parente”, disse Brooks. E então, sem esperar uma resposta, começou a espancar Sumner impiedosamente com sua bengala, golpeando-o repetidamente na cabeça. Longfellow, que silenciosamente vinha fazendo sua parte na luta contra a escravidão — comprando a liberdade de escravos fugitivos e fundando escolas livres — escreveu para Sumner para lhe dizer que ele era “a maior voz que já havia se pronunciado sobre o maior tema desde que havíamos nos tornado uma nação”.⁹⁰ Sumner levaria mais de três anos para recuperar-se dos ferimentos na cabeça. Nesse intervalo, Massachusetts recusou-se a eleger um substituto, deixando vazia sua cadeira no senado.

“O Sul não tolera a liberdade de expressão em lugar nenhum”, afirmou o *Cincinnati Gazette*.⁹¹ Mas o que melhor ilustrou a surra que Brooks deu em Sumner foi que a batalha pela escravidão era, na verdade, uma batalha pelo Oeste. Nas eleições de 1856, o partido Republicano, incorporando os adeptos do Solo Livre e reconhecendo o crescimento do poder político do Oeste, indicou o famoso explorador californiano John C. Frémont como candidato à presidência e, por uma pequena diferença de votos, não emplacaram Lincoln como seu vice. O partido adotou o slogan: “Liberdade de expressão, solo livre e Frémont!” Estava incluída em sua plataforma uma oposição à ideia de que a escravidão poderia ser deixada a cargo dos estados: “Enquanto a presente Constituição for mantida, negamos a autoridade do Congresso, de uma Legislatura Territorial ou de qualquer indivíduo ou associação de indivíduos para conceder existência legal à escravidão em qualquer território dos Estados Unidos.”⁹²

Durante a campanha, no entanto, Frémont revelou-se um candidato sem brilho. Como mais de um republicano apontou, sua esposa, a formidavelmente eloquente Jesse Benton Frémont, “teria sido uma candidata melhor”.⁹³ Os Whigs indicaram o esquecível Millard Fillmore, com o presidente de sua convenção de indicação declarando: “Muitos disseram que o partido Whig

estava morto, mas isso não é verdade.” Ele estava errado: os Whigs realmente haviam morrido. Em 1856, os Democratas decidiram que sua melhor chance de vencer uma eleição seria indicando um nortista a favor da escravidão, então escolheram James Buchanan. Certa vez, Polk reconheceu em seu diário: “O sr. Buchanan é um homem capaz, porém em assuntos menores, nos quais não é necessário o uso do senso comum. Às vezes age como uma velhota.”⁹⁴ Homem de imaginação limitada, a única virtude política de Buchanan era sua aparência de incorruptibilidade: durante o turbilhão do Ato do Kansas-Nebraska, ele atuava como embaixador na Grã-Bretanha, o que, para os eleitores norte-americanos, atribuía a ele um aspecto imaculado, como se um voto em Buchanan fosse um voto na união. Na eleição geral, Buchanan fez sua campanha alegando que eleger Frémont — conhecido por se opor à ideia de estender a escravidão para os territórios — levaria a uma guerra civil; ele ganhou de lavada.

Mas a guerra que Buchanan esperava evitar acabaria acontecendo, com ou sem a sua presença. Frémont tinha sido o primeiro candidato à presidência a prometer o fim da extensão da escravidão; Buchanan, que não prometera nada parecido, foi o primeiro presidente cuja posse foi registrada em fotos. Uma imagem borrada em preto-e-branco do Pórtico Leste do Capitólio mostra uma multidão de homens de cartola e mulheres com saias de armação, espremendo-se contra as grades, em uma quarta-feira, dia 4 de março de 1857. Buchanan foi empossado pelo Chefe de Justiça Roger Taney, um encarquilhado democrata de Maryland de 79 anos, nomeado por Andrew Jackson para a corte. Buchanan deu prosseguimento à cerimônia fazendo um discurso de posse em que deixou de lado a insignificante questão da escravidão: “Será mais vantajoso para o país quando a opinião pública for desviada dessa questão para outras de maior urgência e importância prática.” Ele também expressou sua satisfação a respeito de uma decisão muito aguardada da Suprema Corte de Taney em um caso conhecido como *Dred*

Scott v. Sandford. Scott, nascido escravo, tinha sido levado até um estado livre, e lá dera início a um processo requisitando a sua liberdade. Buchanan, do alto de seu púlpito no Capitólio, falando para um mar de cartolas, insistiu que, com alegria, deixaria para a corte tanto essa questão quanto a mais abrangente, da extensão da escravidão. “Trata-se de uma questão judicial, que pertence legitimamente à Suprema Corte dos Estados Unidos, perante a qual se encontra pendente, e entende-se que será rápida e finalmente resolvida. À sua decisão, de comum acordo com todos os cidadãos de bem, eu me curvarei com prazer.”⁹⁵

Essa declaração foi, pra dizer o mínimo, incrivelmente dissimulada. Na verdade, Buchanan fizera lobby pelo adiamento da decisão e também pressionara pelo menos um juiz nortista a se juntar à maioria escravagista da corte. No dia seguinte, o *Philadelphia Inquirer* noticiou que o juiz Taney estava em casa, redigindo sua decisão. “A decisão sobre o caso Dred Scott será divulgada amanhã”, relatou um correspondente do *New York Herald*.⁹⁶ O país prendeu a respiração.

Aquele acalorado debate acontecia desde 1787. A Constituição sancionava ou não a escravidão? Frederick Douglass chegara à conclusão de que a própria pergunta era um absurdo. Taney achava que não.

Ele apresentou sua decisão no dia 6 de março. Apenas uma vez, em *Marbury vs. Madison*, a Suprema Corte havia contrariado a legislação federal. Taney decidiu, em *Dred Scott vs. Sandford*, que a corte deveria usar esse poder mais uma vez. Ratificando uma decisão aprovada por uma maioria de sete a dois, ele declarou inconstitucional o Compromisso do Missouri. Mas foi a lógica usada em seu argumento o que mais causou choque. O Congresso não tinha poderes para limitar a escravidão nos estados, argumentou Taney, porque os autores da Constituição consideravam as pessoas de descendência africana “seres de uma ordem inferior, totalmente inadequados para se associar com a raça branca, seja nas relações políticas ou sociais, inferiores a ponto de não possuir direitos que o homem branco

fosse obrigado a respeitar”. Nenhum “africano da raça negra”, ele decidiu, poderia reivindicar os direitos e privilégios de cidadania nos Estados Unidos.⁹⁷

As notícias se espalharam por todos os cantos da enorme república através do telégrafo. As reações vieram depressa: uma torrente de reclamações seguida pelos suspiros aliviados dos agitadores escravagistas. Alguns poucos jornais diários rodaram de madrugada para estampar as notícias da decisão em suas páginas no sábado, dia 7 de março. O *Albany Journal* fez até um editorial, em que afirmava que a decisão não era surpresa alguma, uma vez que “Cinco dos juízes são senhores de escravos, e dois dos outros quatro devem suas indicações ao seu enorme talento em fazer com que as leis estaduais se curvem facilmente às demandas federais em nome da ‘Instituição Sulista’”. A maioria dos jornais só noticiaria a decisão na segunda-feira, dia 9 de março, e relatos mais aprofundados sobre o ocorrido só apareceriam no dia 13 de março, quando o *Liberator* de William Lloyd Garrison publicou uma coluna inteira dedicada a resumir a decisão da corte, que começava com o seguinte decreto: “Os negros, sejam eles escravos ou livres, isto é, homens da raça africana, não são cidadãos dos Estados Unidos de acordo com a Constituição.” As implicações dessa decisão deixaram os leitores atordoados. Mesmo os americanos que não tinham opiniões bem formadas sobre a questão da escravidão — e estes eram bastante raros — chocaram-se com aquela demonstração de autoridade da corte na determinação da inconstitucionalidade da lei. O *National Era* publicou um ensaio chamado “A Suprema Corte — a oligarquia, o Povo” no dia 19 de março, prevendo, de forma bastante precisa, que “muito longe de reduzir a agitação acerca do tema da escravidão, ou de reconciliar o povo com as suas pretensões, este ato da Suprema Corte fornecerá novos materiais para a controvérsia, jogará lenha na fogueira e atizará ainda mais a opinião pública contra o domínio do Poderio Escravagista”. Naquele mesmo dia, o

Independent publicou um artigo: “Os juízes podem fazer as leis?”⁹⁸ Sua resposta: Não.

A íntegra da decisão da corte — um calhamaço de mais de seiscentas páginas — só seria publicada em maio de 1857. Mas àquela altura, em reuniões por todo o país, tanto negros quanto brancos repudiavam-na. “Um grande encontro de pessoas de cor” foi realizado na Filadélfia em abril, no qual se decidiu que “o único dever que um homem de cor tem perante a Constituição sob a qual é declarado um ser inferior e degradado, sem direitos aos quais o homem branco é obrigado a respeitar, é denunciá-la e repudiá-la, e fazer o que puder, de todas as maneiras ao seu alcance, para que ela seja desprezada.”⁹⁹ O que deveria fazer um povo cuja mais alta corte lhes nega a possibilidade de igualdade? “Lamento, assim como você, pela iniquidade desses tempos. É algo deplorável; é de cortar o coração; e eu anseio por dizer algumas palavras vibrantes, que contenham, em si, vitalidade e força”,¹⁰⁰ escreveu Longfellow a Sumner.

Lincoln deu sua opinião sobre a decisão em um discurso em Springfield. A decisão da corte, segundo ele, tinha se “baseado em supostos fatos históricos que não eram verdadeiros”. Taney alegou que nunca se planejou que a igualdade garantida pela Declaração da Independência fosse aplicada aos negros. Se isso fosse verdade, Lincoln questionou, qual era o valor das palavras de Jefferson? Seriam “estas verdades” simplesmente mentiras? Lincoln apresentou sua interpretação. “A afirmação de que ‘todos os homens são criados iguais’ não possuía um uso prático na realização de nossa separação da Grã-Bretanha e foi incluída na Declaração não por este motivo, mas para uso futuro. Seus autores queriam, graças a Deus, que a frase fosse, e agora isso está sendo provado, uma pedra no caminho daqueles que, em épocas futuras, talvez tentassem fazer com que um povo livre voltasse a percorrer os caminhos abomináveis do despotismo.”¹⁰¹

Mas a fala mais poderosa sobre a decisão da corte no caso de *Dred Scott* foi o discurso de Frederick Douglass. Em júbilo, os

senhores de escravo diziam que o caso de *Dred Scott* havia resolvido a questão da escravidão de uma vez por todas. Douglass, de olho na história, discordava. “Quanto mais essa questão for resolvida, mais será necessário resolvê-la”, comentou ele ironicamente. Apesar da crueza da decisão — classificada por ele como “uma abominação chocante e vil” —, Douglass via muitos motivos para ter esperança. “Talvez seja possível fechar os olhos de sua Suprema Corte para os apelos do homem negro por justiça, mas, graças a Deus, não é possível tapar os ouvidos de um mundo que está a favor de sua causa, nem calar o Tribunal Divino.” A interpretação que Taney fizera da Constituição não seria ignorada, previu Douglass. “A escravidão existe neste país não por causa de qualquer Constituição escrita em papel, mas por conta da cegueira moral do povo americano.”¹⁰²

Dred Scott morreu poucos meses depois, aos 58 anos. Trabalhava como carregador de malas em um hotel em St. Louis enquanto enfrentava a tuberculose, uma doença de avanço lento, uma fraqueza constitucional tão implacável quando a mazela que corroía a nação. Frederick Douglass continuou atento, procurando pela cura, por um fim para aquele sofrimento, um encerramento para a cegueira moral do povo americano. Mas, vendo que havia uma maldição em suas origens, era como se a nação, assim como Édipo de Tebas, tivesse decidido arrancar os próprios olhos.

De barba branca, com os cotovelos apoiados em sua mesa, segurando a cabeça entre as mãos, Henry Wadsworth Longfellow deve ter sido transportado em sua mente até o fim original que havia escrito para “A construção do navio”, no qual a *União*, seu capitão e seus marinheiros, desorientados por uma tempestade, estavam “Perdidos, perdidos e destroçados! / Por um furacão dirigidos e arremessados”. Mas, em vez disso, com Lincoln, ele fez com que o navio de sua alma atravessasse a tempestade de desespero e preparou seus canhões.

Oito

A FACE DA BATALHA



Imagens como as fotografias dos mortos na Batalha de Antietam feitas por Alexander Gardner, registraram a história da guerra e suas muitas devastações. (Alexander Gardner / Biblioteca do Congresso.)

UMA FOTOGRAFIA FAZ O TEMPO PARAR, CAPTURANDO-O, COMO uma borboleta em um pote de vidro. Nenhuma outra evidência histórica possui essa qualidade de instantaneidade, de congelar em uma impressão um momento, uma centelha, um piscar de olhos. Fotografias também capturam o ordinário, o humilde, o indizível. A câmera faz a distinção entre a luz e a escuridão, mas não entre o rico e o pobre, o letrado e o analfabeto, o barulho e o silêncio. A emergência da fotografia modificou o registro histórico e também moldou o curso da história americana.

Em março de 1839, durante uma viagem à Europa para promover o seu telégrafo, Samuel Morse visitou o estúdio parisiense do pintor Louis Daguerre, que, assim como ele, era artista e inventor. Dois meses antes disso, Daguerre havia apresentado a Academia Francesa de Ciências com os resultados dos experimentos nos quais produzira fotografias ao expor à luz folhas de cobre revestidas de prata na presença do

vapor de cristais de iodo. O resultado era espetacular, tinha uma aparência misteriosa e fantasmagórica. Em abril, Morse escreveu uma carta ao irmão, Sidney, editor do *New York Observer*, descrevendo a invenção de Daguerre como “uma das mais lindas descobertas de nossos tempos”.¹

A primeira fotografia a ser vista nos Estados Unidos seria exibida oito meses depois, em um hotel da Broadway. Em pouco tempo, estúdios abriram nas cidades e vilarejos por todo o país, onde fotógrafos, adaptando-se a uma tecnologia que mudava depressa, faziam retratos com cobre (chamados de daguerreótipos), vidro (ambrótipos) e ferro (ferrótipos). A arte se disseminou rapidamente; nas décadas de 1840 e 1850, 25 milhões de fotos foram tiradas nos Estados Unidos. Um cidadão comum não tinha dinheiro para pagar por um retrato pintado em tela, mas quase todo mundo podia pagar por uma fotografia; tornou-se uma tecnologia democrática. “Chega de falar de ‘apresentar um espelho para a natureza’. A fotografia apresenta um espelho para você mesmo, e o presenteará com uma cópia de seu semblante em troca de uma moeda”,² escreveu o editor de um jornal. As pessoas diziam que elas eram “tão realistas que só faltam falar”, mas as fotografias também estavam muito associadas à morte, a ficar preso no tempo, em um vidro, por toda a eternidade e, ainda mais profundamente, de maneira igualitária.³ Com a fotografia, Walt Whitman previu: “A arte será democratizada.”⁴

Frederick Douglass, um de seus primeiros entusiastas, tornou-se um teórico do tema. “Os negros jamais terão um retrato imparcial feito pelas mãos de um artista branco. Parece praticamente impossível que um homem branco retrate as feições de um homem negro sem exagerar, de forma grosseira, suas características mais marcantes”, disse ele. Mas a fotografia não é uma caricatura. Assim, Douglass posou, repetidas vezes, no estúdio de um retratista: tornou-se o homem mais fotografado dos Estados Unidos no século XIX, suas feições capturadas com mais frequência do que as de Twain ou mesmo Lincoln. Douglass

acreditava que a fotografia libertaria seu povo ao revelar a verdade sobre sua condição humana, e também que ajudaria a concretizar a promessa de uma democracia, ao capturar pobres e ricos da mesma maneira. “O que, um dia, já foi um luxo especial e exclusivo para os grandes e ricos é, agora, um privilégio de todos. A mais humilde criada possui hoje um retrato de si mesma que nem toda a riqueza dos reis poderia comprar há cinquenta anos.” O progresso tecnológico, ele previu, abriria os caminhos para uma era de igualdade, justiça e paz:

A crescente intercomunicação entre países distantes e a rápida transmissão das informações por todo o globo — as ramificações internacionais do comércio —, que promovem uma junção de todo o conhecimento, habilidades e potência mental do mundo, não poderão ter outro resultado que não o dissipar dos preconceitos e a dissolução dos muros de granito do poder arbitrário, nos conduzindo à paz e à união e, finalmente, coroando este mundo com justiça, liberdade e gentileza fraterna.⁵

Porém, àquela altura, o daguerreótipo já havia sido substituído pela impressão em papel, descartado, como comentou um nativo da Filadélfia, “como uma língua morta, jamais falada e raramente escrita”.⁶ E os americanos estavam prestes a entrar em guerra uns contra os outros, a primeira cuja devastação seria registrada em fotografias: os campos da União e os soldados Confederados, presos na armadilha do tempo, em preto e branco.

I.

ENQUANTO A UNIÃO caía aos pedaços, os americanos nutriam uma ilusão de que a tecnologia poderia unificar o país novamente e, não só isso, que poderia conectar todas as pessoas do mundo. Em 1º de setembro de 1858, os nova-iorquinos organizaram um desfile para comemorar a conclusão de uma empreitada que atravessou cabos para o outro lado do Oceano Atlântico. “SEPARADOS EM 4 DE JULHO DE 1776, UNIDOS EM 12 DE

AGOSTO DE 1858”, dizia um cartaz. Uma multidão de quinze mil pessoas marchou pela cidade, partindo da linha de canhões e passando pelo Museu de Barnum, onde as bandeiras da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos estavam lado a lado, amarradas com fios de telégrafo. “Nunca antes na história do mundo e das raças foi executado um feito puramente humano que rivalize em originalidade com a bem-sucedida passagem do Cabo Atlântico!”, disse alguém. “Até então vivíamos em continentes, mas agora vivemos em um globo — não pela metade, mas por inteiro; não como membros espalhados, mas como membros conectados a um corpo orgânico, nossa grande humanidade comum”.⁷

Fazia muito tempo que Morse havia previsto que o telégrafo levaria a uma era de paz mundial. “Confio que um de seus efeitos será o de conectar o homem aos seus semelhantes com vínculos tão amistosos que serão capazes de pôr um fim à guerra”, afirmou ele.⁸ A guerra era um problema de tecnologia, argumentava Morse, um defeito de comunicação que poderia ser resolvido com o uso de uma máquina. Conferindo ao seu invento os mais elevados propósitos, Morse acreditava que os cabos de telégrafo atravessando o continente americano unificariam a nação e que a passagem desses cabos pelo fundo do oceano ligaria a Europa às Américas, provocando o despertar de uma era de harmonia global. O telégrafo, de fato, introduziu mudanças radicais à vida americana. Em 1858, a Bolsa de Mercadorias de Chicago ditava os preços dos grãos em todo o continente. O país estava conectado por mais de 80 mil quilômetros de cabos, 1.400 estações e 10 mil operadores de telégrafo.⁹ Mas a guerra não era um problema de tecnologia; ela é um problema de política.

No verão de 1858, enquanto os nova-iorquinos celebravam a passagem do cabo telegráfico pelo Atlântico (um cabo que, não muito tempo depois, parou de funcionar), o povo de Illinois testemunhava um formato diferente e mais antigo de comunicação: o debate. Os debates travados naquele ano entre Abraham Lincoln e Stephen Douglas acabariam se tornando a maior discussão sobre o experimento americano desde a

convenção constitucional. Esses debates não evitaram a instauração da guerra entre os estados, mas ilustraram, melhor do que qualquer registro histórico em uma era de cisões, a natureza da divergência.

O debate está para a guerra assim como o tribunal do júri está para um julgamento por combate: é uma maneira de resolver uma questão sem recorrer à violência. Seu formato e suas regras foram sendo estabelecidos ao longo de séculos. Derivam das regras usadas nas cortes e no parlamento, e até das regras da retórica utilizada na escrita poética. Desde a Idade Média e da fundação das primeiras universidades, o debate era a base de uma educação artística liberal. (Etimológica e historicamente, as *artes liberales* são aquelas aprendidas pelas pessoas que são livres, ou *liber*.)¹⁰ No século XVIII, o debate era entendido como a base da sociedade civil. Em 1787, os delegados da convenção constitucional concordavam em “argumentar sem aspereza e se esforçar para convencer outrem do seu ponto de vista sem ferir-lhes os sentimentos”. Os candidatos aos cargos eletivos faziam isso cara a cara. Com a ampliação do direito ao voto, o debate se popularizou: a partir da década de 1830, aulas de debate começaram a ser oferecidas a cidadãos comuns como forma de educação cívica. Clubes de debate começaram a se multiplicar pelas cidades, até nos menores vilarejos. Esperava-se que qualquer um que tivesse o direito ao voto fosse capaz de debater; em contrapartida, isso também significava que se esperava que qualquer um que não tivesse direito ao voto *não* pudesse debater. (As mulheres, portanto, não podiam debater em público e, quando o faziam, isso era considerado um escândalo. Em 1837, quando Angelina Grimké aceitou debater com dois homens, o jornal local se recusou a divulgar os resultados).¹¹

Mesmo assim, isso não impedia as pessoas que não podiam votar de estudar a arte do debate. Frederick Douglass, quando era um menino de 12 anos, ainda escravo, leu os debates que estavam em um livro didático chamado *O orador de Colúmbia*, que incluía um “Diálogo entre um Senhor e um Escravo:”

SENHOR: Você era um escravo quando eu o comprei, de forma justa.

ESCRAVO: Eu lhe dei o meu consentimento para essa compra?

SENHOR: Você não tinha que me dar consentimento algum. Você já perdeu o direito de controle sobre si mesmo.

ESCRAVO: Eu perdi esse poder, mas como eu teria perdido esse direito? Fui atraído e capturado em meu próprio país... Qual passo em todo esse percurso de violência e injustiça poderia ter me tomado esse direito?¹²

Após estudar esse debate, Douglass se fez pela primeira vez as seguintes perguntas: “Por que algumas pessoas são escravos e outras são senhores? Já houve, algum dia, uma época em que não era assim?”¹³ Douglass fugiu da escravidão, mas também derrotou sua escravização com argumentos.

Apesar de proibido no Congresso de acordo com a Lei da Mordaça, o debate aberto sobre o tema acontecia em todos os outros lugares — em 1855, em Connecticut, o aristocrata sulista George Fitzhugh debateu com o abolicionista Wendell Phillips sobre a questão do “Fracasso da Sociedade Livre” — mas esse tipo de debate era incomum.¹⁴ Foi isso que tornou aqueles travados entre Abraham Lincoln e Stephen Douglas ainda mais extraordinários.

Lincoln e Douglas haviam discursado, um imediatamente após o outro, em 1854, durante a crise do Kansas-Nebraska; mas nunca haviam debatido diretamente. Durante a primavera e o começo do verão de 1858, Lincoln, concorrendo a uma cadeira no senado americano que pertencia a Douglas, havia acompanhado seu adversário de cidade em cidade durante a campanha, escutando seu discurso e falando para a mesma multidão no dia seguinte — às vezes no mesmo dia — o que sempre lhe dava a última palavra, embora perante um público muito menor, uma vez que os Democratas raramente ficavam para escutá-lo. Os apoiadores de Lincoln o incentivavam a desafiar Douglas: “Que ele tome a atitude honrada de aceitar

participar de um debate regular com você, dando uma justa oportunidade para que todos ouçam ambos os lados.” No dia 24 de julho, Lincoln escreveu ao seu rival político, convidando-o a debater: “Você aceitaria que nós dois dividíssemos nosso tempo para falar com as mesmas plateias?” Com alguma relutância, Douglas aceitou.¹⁵

Cerca de doze mil pessoas compareceram ao seu primeiro debate, às duas horas da tarde do dia 21 de agosto, em Ottawa, no Illinois. Não havia cadeiras; a plateia ficou em pé, sem descanso, durante três horas. Os dois homens, de pé, em cima de um palco, pareciam fazer parte das atrações do Museu de Barnum: Lincoln, com 1,93 de altura, reto como uma árvore, e Douglas, trinta centímetros mais baixo, o corpo todo retesado como um punho fechado. Eles combinaram regras rígidas: o primeiro oradoralaria por uma hora, e o segundo, por uma hora e meia, e, na sequência, o primeiro faria uma réplica de trinta minutos.

“Senhoras e senhores, estamos presentes hoje aqui com o propósito de promover uma discussão em conjunto, na qualidade de representantes dos dois maiores partidos políticos do Estado e da União, sobre os princípios em que esses partidos estão em discordância”, começou Douglas.

A plateia se alternava entre o encantamento e a agitação. “Acerta ele de novo!”, gritou a multidão quando Douglas marcou um ponto contra Lincoln. Douglas lembrou aos seus simpatizantes que Lincoln havia sido contrário à decisão sobre o caso *Dred Scott*.

“Eu lhes pergunto, vocês são a favor de conceder aos negros os direitos e privilégios da cidadania?”, perguntou ele à plateia.

“Não, não!”, veio a resposta.

O debate se voltou para a interpretação que os dois homens e seus partidos faziam da Declaração da Independência e da Constituição. Douglas alegava que Lincoln havia interpretado equivocadamente a Declaração da Independência se achava que aquilo se aplicava tanto aos negros quanto aos brancos. “Este

governo foi criado pelos nossos antepassados a partir de uma base branca. Foi feito por homens brancos, para o benefício dos homens brancos e seus descendentes, para sempre”, disse Douglas. Quanto à instituição da escravidão, essa era uma questão que deveria ser deixada a cargo do eleitorado, Douglas sustentava: “Tenho mais apreço pelo nobre princípio do autogoverno, o direito que o povo tem de governar, do que por todos os negros da Cristandade.”

Douglas acusou Lincoln de ser extremista, algo que Lincoln negava. “Direi aqui que não tenho o desejo de interferir, direta ou indiretamente, com a instituição da escravidão nos Estados em que ela existe”, disse ele quando tomou o palco. “Creio não ter qualquer direito legítimo de fazê-lo nem qualquer inclinação a fazê-lo.” Lincoln contestou a afirmação de Douglas de que ele, Lincoln, acreditava na igualdade das raças. “Não tenho o desejo de introduzir a igualdade política e social entre as raças branca e negra, mas acredito, a despeito de tudo isso, que não existe qualquer razão no mundo para que o negro não seja digno de todos os direitos naturais enumerados na Declaração da Independência, o direito à vida, à liberdade, e à busca pela felicidade.” A multidão vibrou. “Creio que o negro é tão digno desses direitos quanto o homem branco”, acrescentou, para mais uma rodada de gritos e aplausos.

Douglas argumentou que reivindicar a inclusão dos negros na Declaração da Independência era o mesmo que caluniar Jefferson, ao que Lincoln respondeu (chamando Douglas, que havia sido membro da Suprema Corte de Illinois, de “juiz”):

Creio que se pode vasculhar, em vão, todos os registros do mundo, desde a data da Declaração da Independência até três anos atrás, em busca de uma única afirmação, de um único homem, que diga que o negro não está contemplado na Declaração da Independência. Creio que posso desafiar o juiz Douglas a provar que ele já disse isso algum dia, que Washington já disse isso algum dia, que qualquer Presidente tenha dito isso algum dia, que qualquer membro do Congresso tenha dito isso algum dia, ou que qualquer homem vivo sobre todo este planeta tenha dito isso algum dia, até que as necessidades da plataforma política atual do Partido Democrata, em relação à escravidão, tenham forçado a invenção dessa afirmação.

Sobre qual dos dois homens poderia falar melhor em nome de Jefferson, Lincoln fez uma provocação:

E gostaria de lembrar ao juiz Douglas e à sua plateia, que, apesar do sr. Jefferson ter sido senhor de escravos, coisa que ele incontestavelmente foi, falando precisamente sobre este assunto, o mesmo usou palavras duras, dizendo que “estremecia por este país quando se lembrava de que Deus era justo”; e eu oferecerei a maior recompensa que estiver ao meu alcance ao juiz Douglas se o mesmo for capaz de demonstrar que, em toda sua vida, alguma vez proferiu um juízo minimamente semelhante a este de Jefferson.

“Acerta ele de novo!”, seguia gritando a multidão a cada novo argumento, como se assistisse a uma luta política por dinheiro, dois boxeadores dentro de um ringue, suas provocações, seus golpes, suas esquivas. Os jornais publicaram transcrições completas do debate, incluindo as interjeições da plateia, os gritos sedentos de sangue, os aplausos ensurdecedores. Lincoln começou a guardar recortes de jornal em um caderno. Além de ser um arquivista inveterado, ele também sabia que um dia faria uso desses registros.

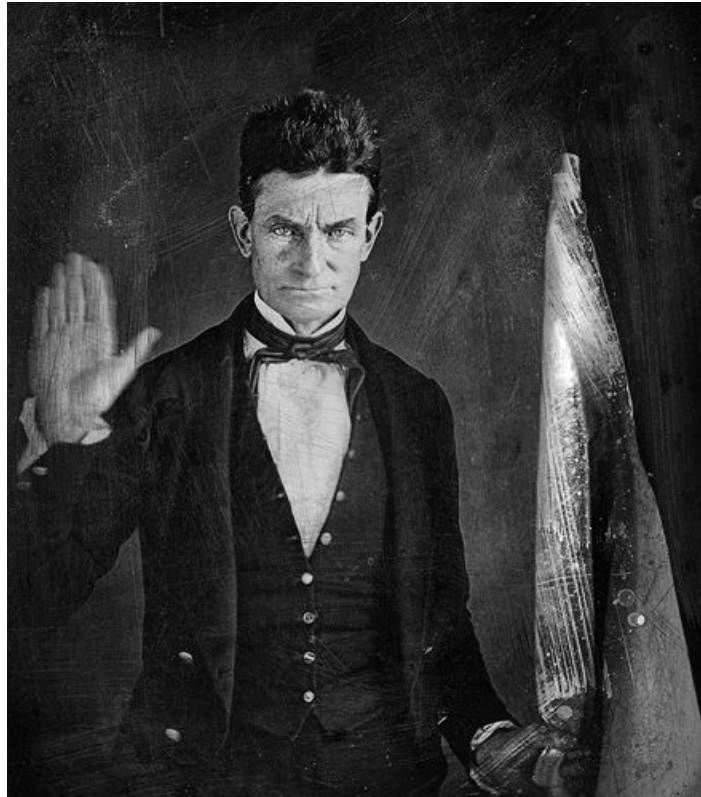
O último debate aconteceu em Alton, no Illinois, no dia 15 de outubro, poucas semanas antes das eleições. Não seria a primeira nem a última vez que Lincoln lamentaria a ausência de um debate franco sobre a escravidão, a questão eternamente adiada. “Não se deve falar sobre isso nos estados livres *porque ela não está lá*. Não se deve falar sobre isso nos estados de escravos *porque ela está lá*. Não se deve falar sobre ela no púlpito, porque religião não tem nada a ver com isso. Não se deve falar sobre ela na política, *porque isso pode colocar em risco a segurança do ‘meu lugar’*. Não existe lugar para falar sobre a escravidão como algo errado, muito embora você mesmo diga que é algo errado.” Quanto ao que havia de errado com a escravidão, ele a chamava de tirania, e considerava a ideia de sua naturalidade tão equivocada quanto a crença nos direitos divinos dos reis. Não era uma questão de regionalismo ou de nacionalismo, do partido Democrata ou do Republicano, mas

uma questão de certo e errado. “Esta é a questão que permanecerá neste país quando a pobre língua do juiz Douglas e a minha se calarem”, disse Lincoln.¹⁶

Em novembro, Lincoln perdeu para Douglas por uma margem apertada. Contudo, havia se tornado um líder do Partido Republicano — além de, inquestionavelmente, seu mais proeminente orador. “Embora eu esteja agora saindo do campo de visão, prestes a ser esquecido, creio ter deixado algumas marcas que contribuirão para a causa das liberdades civis muito tempo depois que eu me for”,¹⁷ escreveu ele. Mas Lincoln ainda tinha sua marca mais duradoura para deixar.

No ano em que Lincoln debateu com Douglas, John Brown, com seus olhos brilhantes como a água e o cabelo denso como uma floresta, promoveu uma convenção constitucional em uma cidadezinha pacata às margens de um rio no Canadá, cerca de oitenta quilômetros a Leste de Detroit, uma última parada da *Underground Railroad*. Brown, aos 58 anos, tinha vinte filhos. Falava sobre profecias e maldições. Certa vez, fundou uma sociedade secreta chamada Liga dos Geleaditas. Criador de ovelhas, curtidor e homem de negócios fracassado, teve o seu primeiro daguerreótipo tirado por um artista negro chamado Augustus Washington. No retrato de Washington, Brown, esguio e intimidador, com o cenho franzido, está parado de pé ao lado de uma bandeira da *Underground Railroad* e tem uma das mãos levantada, como se estivesse prestes a quebrar o próprio vidro em que sua imagem havia sido aprisionada. Na década de 1850, tornou-se militante abolicionista, lutando no Kansas com os filhos. Brown falava como um patriarca do Velho Testamento, um Abraão sacrificando Isaac. Em sua Constituição de 1858, Brown e seus seguidores — 44 homens negros e 11 brancos — trocaram o “nós, o povo” por “nós, cidadãos dos Estados Unidos e o povo oprimido (...) que não possui direitos”, proclamaram que a servidão estava “em profundo desrespeito e violação daquelas verdades eternas e autoevidentes estabelecidas em nossa

Declaração de Independência”, e declararam guerra à escravidão.¹⁸ Eles começaram a estocar armas.



O fotógrafo afro-americano Augustus Washington tirou esse retrato de John Brown em seu estúdio de daguerreotipia em Connecticut, em 1846 ou 1847. Brown, com a mão direita erguida como se fizesse um juramento, está parado de pé ao lado de uma bandeira da Passagem Subterrânea, sua versão mais beligerante da Underground Railroad. (Augustus Washington.)

Na década de 1850, embora uma convicção antiescravagista crescesse nos estados livres, um fervor escravagista crescia nos estados escravocratas, particularmente porque o preço dos escravos estava em alta, de uma média de 900 dólares em 1850 para 1.600 dólares dez anos depois. O alto preço significava que os senhores de escravos, que não mediam esforços para capturar homens, mulheres e crianças, estavam menos

preocupados com rebeliões do que com um êxodo em massa para os estados livres — uma “debandada de escravos” muito temida e, no Sul, amplamente reportada, que, basicamente, eram legiões de pessoas emancipando a si próprias.¹⁹

Alguns estados escravocratas, pondo a culpa do êxodo na influência dos negros livres, tentou expulsá-los. O Arkansas solicitou que todos os negros livres deixassem o estado até o fim de 1859, caso contrário seriam reescravizados. Enquanto isso, alguns novos estados a entrar para a União adotaram uma política de “somente brancos”: a Constituição proposta para o Oregon, que também aplicava severas restrições ao crescente número de imigrantes da China — “Nenhum negro, chinês ou mulato terá direito ao sufrágio” —, proibia, ao mesmo tempo, a escravidão e a entrada de negros em seu estado.²⁰

O preço dos escravos subiu tanto que um considerável número de sulistas brancos começou a pressionar pela reabertura do tráfico de escravos africanos. Na década de 1850, as legislaturas de diversos estados, incluindo a Carolina do Sul, propuseram a reabertura do comércio de escravos. Adotar essa medida, no entanto, seria uma violação da lei federal. Alguns partidários da reabertura acreditavam que a proibição federal era inconstitucional; outros estavam ansiosos para anulá-la, em um último ensaio para a secessão.

Enquanto John Brown e seus seguidores redigiam a nova Constituição no Canadá, a Câmara dos Representantes da Louisiana aprovava uma lei permitindo a reabertura do comércio de escravos. Em 1859, antecipando o sucesso desse movimento, homens do Mississippi, Arkansas e Louisiana formaram a Agência de Oferta de Trabalho para Africanos. Uma assembleia da Convenção Comercial Sulista em Montgomery, no Alabama, votou para aprovar que “todas as leis, Estaduais e Federais, proibindo o comércio de escravos africanos, deve ser revogada”. Sem paciência para esperar que alguma delas fosse aprovada, milicianos sulistas conhecidos como “filibusteiros” carregaram navios com armas e munições e tentaram conquistar Cuba,

Nicarágua, Guatemala, El Salvador, México e Brasil para expandir seu mercado de escravos. Um dos líderes do movimento de reabertura, Leonidas Spratt, da Carolina do Sul, disse: “Se o comércio de escravos é errado, também é errada a condição que resulta dele”; não há como separar as duas coisas. William Yancey, do Alabama, nascido nas margens do rio Ogeechee, na Geórgia, disse que o cerne da questão era o trabalho e que a única diferença entre o trabalho no Norte e no Sul era que “um vinha da importação e o outro, da imigração”. Yancey disse também: “Se é legal comprar escravos na Virgínia e levá-los até New Orleans, por que não os comprar em Cuba, no Brasil ou na África e trazê-los para cá?”²¹

Os sulistas pró-escravidão colocavam esses argumentos sob o guarda-chuva do “livre comércio”, sua resposta retórica ao “trabalho livre”. Para George Fitzhugh, todas as sociedades eram “em todas as épocas e lugares, regidas por leis tão universais e similares quanto aquelas que controlam os comportamentos das abelhas”, e o comércio, em si, incluindo o de escravos, era “tão antigo, natural e irresistível quanto as marés do oceano”.²² Em 1855, David Christy, autor de *Cotton is king*, escreveu sobre a importância vital da “doutrina do Livre Comércio”, que incluía revogar as tarifas que tornavam as mercadorias importadas da Inglaterra mais caras do que as mercadorias produzidas no Norte. “Livre comércio, indústria liberta: este é o lema do Sul”, apontou um sulista.²³

Se os sulistas pró-escravidão defendiam o livre comércio e os trabalhistas do norte defendiam o solo e o trabalho livre, os abolicionistas defendiam a liberdade de expressão. Se os Democratas sulistas iam ao Congresso armados e prontos para a briga, e os Whigs, Democratas e membros do Solo Livre do Norte geralmente compareciam desarmados, os Republicanos do Norte, por outro lado, iam ao Congresso como se fossem para a batalha. Um congressista de Massachusetts, a caminho de Washington para a sessão do Congresso de 1855, foi abordado em uma estação de trem por alguns de seus eleitores, que lhe

traziam um presente. Era uma pistola, com as palavras “liberdade de expressão” gravadas nela.²⁴

Quando o Sul começou a se referir à sua economia como “liberta”, a questão havia claramente chegado a um impasse ideológico. No fim de 1858, muitos observadores tinham passado a compartilhar do ponto de vista de Lincoln de que os Estados Unidos teria de ser uma coisa ou outra, mas não ambas. William H. Seward, senador de Nova York, considerava a controvérsia entre os Estados um conflito inevitável, moral e absoluto: “É um conflito irrefreável entre forças antigas e opostas, e o que ele significa é que os Estados Unidos, cedo ou tarde, deverão e se tornarão ou uma nação totalmente escravagista ou uma nação totalmente livre.” Seward não tinha dúvidas sobre qual dos lados prevaleceria, uma vez que sua teoria da história era uma teoria de progresso, em que a escravidão marchava em direção à liberdade, e a desigualdade rumo à igualdade. “Eu sei, e vocês sabem, que uma revolução está em curso. Eu sei, e o mundo sabe, que revoluções nunca andam para trás”, disse ele à plateia.²⁵

John Brown também acreditava que o conflito era irrefreável, mas não temia que a nação descambasse para essa guerra; queria ele mesmo começá-la. Na primavera de 1859, Brown e um grupo de seguidores encontraram-se em Maryland, onde planejaram uma operação militar que começaria com o roubo de um depósito de armas do governo em Harpers Ferry, na Virgínia (hoje parte da Virgínia Ocidental). Em agosto, Frederick Douglass foi até Chambersburg, na Pensilvânia, para se encontrar com Brown, que também havia tentado, sem sucesso, angariar a participação de Harriet Tubman. Brown e Douglass se encontraram em uma pedreira desativada na periferia da cidade. Brown contou seu plano a Douglass, que alertou o outro, dizendo que ele “poderia (...) colocar todo o país contra nós”. Quanto mais Douglass ouvia, mais se apavorava. “Todos os seus argumentos e todas as suas descrições do lugar me convenceram de que ele estava querendo entrar numa armadilha

de aço perfeita, e que, uma vez que entrasse, nunca sairia vivo de lá”,²⁶ escreveria mais tarde.

Na noite de 16 de outubro de 1859, um domingo, Brown e outros 21 homens atacaram o depósito de armas e assumiram seu controle. Chegaram a parar um trem que partia de Harpers Ferry, mas depois o deixaram seguir viagem. À medida que o trem cruzava o interior de Maryland rumo a Baltimore, os passageiros iam jogando pelas janelas mensagens escritas às pressas, alertando o povo sobre a insurreição. Menos de doze horas haviam se passado desde o começo do ataque quando começaram a circular pelas linhas de telégrafo por todo continente as manchetes: “INSURREIÇÃO (...) em Harpers Ferry (...) DEBANDADA GERAL DE ESCRAVOS.”

Brown havia caído na armadilha de aço perfeita que Douglass temia. Ele tinha esperanças de que as notícias de seu ataque desencadeassem uma revolta generalizada e de que os negros, tanto homens quanto mulheres, pegassem em armas. Mas, embora a notícia tenha se espalhado em âmbito nacional pelos fios do telégrafo, não chegou às cabanas dos escravos nas fazendas dos estados vizinhos de Maryland e Virgínia; exilados e isolados da tecnologia do telégrafo, esses escravos não ficaram cientes da insurreição. Fuzileiros navais e soldados americanos comandados por Robert E. Lee retomaram o depósito de armas, capturando Brown e capturando, ou matando, seus homens. “O resultado mostrou que esse plano foi a tentativa de um fanático ou de um lunático”, disse Lee. Entre os mortos estava Dangerfield Newby, um homem negro livre cujo objetivo era resgatar da escravidão a esposa, Harriet, e seus filhos, na Virgínia. Ele tinha no bolso uma carta de Harriet: “Se eu acreditasse que jamais o veria novamente, este mundo não teria mais nenhum atrativo para mim”,²⁷ escrevera ela.

Brown tinha planejado comandar uma revolução armada que se alastraria por todo o Sul. Na fazenda e na escola que ficavam ali perto, onde ele e seus homens haviam se reunido, os soldados encontraram dezesseis caixotes com armas e munição,

além de caixas com documentos, incluindo milhares de cópias da Constituição de 1858 e mapas do Sul impressos em cambraia, com os lugares onde os negros eram mais numerosos que os brancos marcados com um X. Encontraram também, enrolada como um pergaminho, uma “Declaração de Liberdade dos Representantes da População Escrava dos Estados Unidos da América”.

“Consideramos essas verdades como autoevidentes; que todos os homens são criados iguais”, ela começava, e prosseguia concedendo o direito à revolução: “A história da escravidão nos Estados Unidos é uma história de injustiças e crueldades infligidas sobre o escravo de todas as maneiras concebíveis, e com um barbarismo que não se equipara nem às tribos mais selvagens. É a expressão de tudo que é ruim e calamitoso para uma nação; e subversivo a tudo que é bom.”²⁸

As notícias sobre o ataque de Brown convenceram os sulistas de que seus piores medos tinham fundamento: os abolicionistas eram assassinos. Os assim chamados Secret Six, os nortistas que haviam financiado Brown, negaram seu envolvimento na operação ou fugiram. Douglass, que não era favorável ao plano de Brown, mas sabia de sua existência, fugiu para o Canadá e, em seguida, para a Inglaterra. “Sou miseravelmente deficiente no que diz respeito à coragem”, admitiu ele. Mas o que mais incomodou os senhores de escravos foi o número e o status dos nortistas que, ao ouvirem as notícias sobre o ataque de Brown, o celebraram como um herói e um mártir. Em 30 de outubro, em Concord, Henry David Thoreau, com os ombros caídos e segurando o chapéu contra o peito, fez um “Apelo em favor do capitão John Brown”: “Não seria possível que um indivíduo estivesse certo e um governo errado?”. Segundo Thoreau, Brown era, por seu compromisso com a igualdade, “o mais americano de todos nós”.²⁹

Já o compromisso de Thoreau com a abolição foi reforçado após a leitura de um livro que havia acabado de ser publicado em Londres. O mesmo aconteceu com muitos de seus

contemporâneos. A obra chegou até Concord justamente quando Brown atacava Harpers Ferry: *A origem das espécies*, de Charles Darwin. Thoreau, um naturalista, um homem dos feijões e dos marimbondos e dos sapos e das garças, vinha acompanhando o trabalho de Darwin e, quando teve o livro em mãos, o leu com intensa devoção, preenchendo as páginas de seis cadernos com anotações. *A origem das espécies* teria uma influência vasta e duradoura sobre o mundo das ideias. Em resumo, Darwin rebatia os argumentos raciais de etnologistas como Louis Agassiz. E, nos meses seguintes à publicação do livro — os últimos e inquietantes meses antes do começo da Guerra Civil —, os abolicionistas o usaram como uma evidência de que a humanidade era uma característica em comum a todos os homens.³⁰

Durante seu julgamento, Brown, aos 59 anos, ferido no confronto, permaneceu deitado em uma maca, incapaz de se levantar. Declarado culpado por homicídio, conspiração e traição, lhe foi concedido o direito de falar, no dia da leitura de sua sentença, em 2 de novembro. Esse discurso garantiu ainda mais apoiadores a Brown no Norte. “Se foi julgado necessário, para que a justiça siga sendo cumprida, que eu tenha a minha vida confiscada e o meu sangue ainda mais misturado ao dos meus filhos e ao de outros milhões neste país de escravos, cujos direitos são vilipendiados por decretos perversos, cruéis e injustos, eu me entrego.”³¹

Brown foi enforcado três semanas antes do Natal, no último mês da década mais tumultuosa da história americana. Para os abolicionistas do Norte, sua morte marcou o começo de uma segunda Revolução Americana. “O segundo dia de dezembro de 1859, este será um grande dia em nossa história; a data de uma nova Revolução — quase tão necessária quanto a anterior”,³² escreveu Henry Wadsworth Longfellow em seu diário. Longfellow, elaborando a partir dos versos que havia escrito em *Poemas sobre escravidão*, resolveu escrever um poema para instigar o Norte a favor da causa da emancipação e assim emendar uma

revolução na outra. Ele o chamou de “A cavalgada de Paul Revere”.³³

Na Virgínia, 1.500 soldados se reuniram para assistir à execução de Brown. Entre eles estava John Wilkes Booth, que servia em uma tropa em Richmond. Brown não discursou no cadafalso, mas, na manhã de sua execução, entregou a um guarda um bilhete escrito em um pedacinho de papel: “Eu, John Brown, agora estou bastante *convicto* de que os crimes desta *terra perversa* jamais serão *expurgados* se não com Sangue.”³⁴

Seis dias depois, em 8 de dezembro de 1859, o dia do funeral de John Brown, o congressista do Mississippi Reuben Davis fez um discurso no Congresso: “John Brown — e outros mil John Browns — podem nos invadir, e o Governo não nos protegerá.” A União havia traído o Sul, argumentou Davis. Sendo assim, ele decidiu: “Para garantir nossos direitos e proteger nossa honra, vamos desatar os laços que nos unem, nem que isso resulte em um mar de sangue.”³⁵

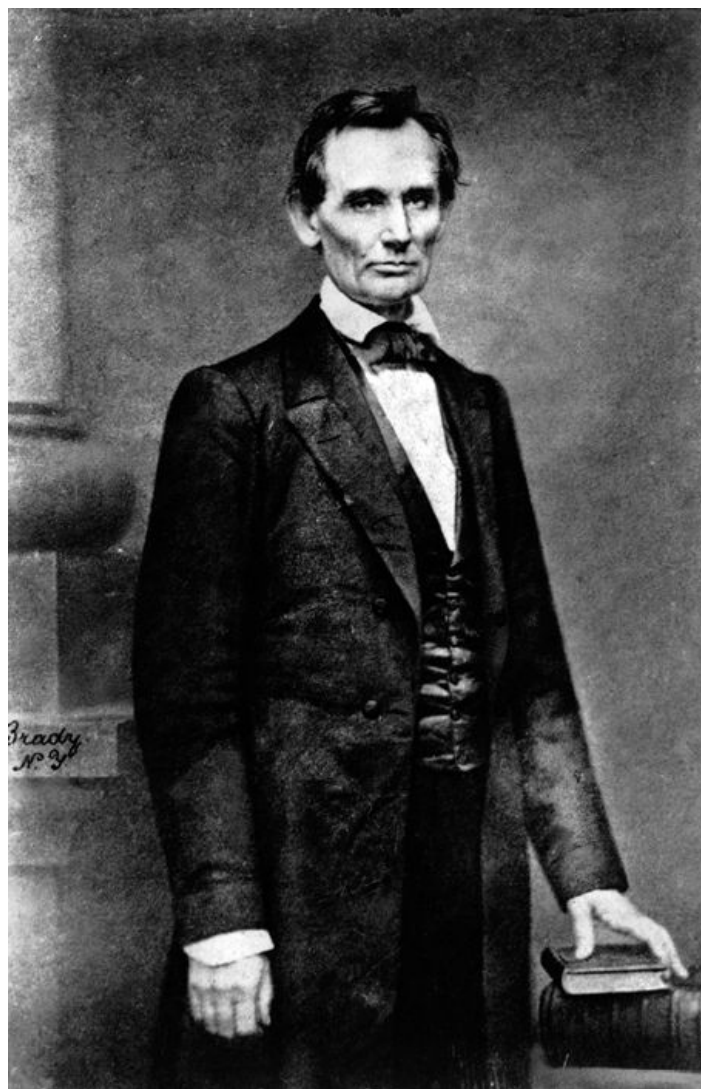
* * *

SEMANAS APÓS O ANÚNCIO catastrófico de Davis, Abraham Lincoln visitou o estúdio de Mathew Brady em Nova York. Magérrimo, posou para um retrato de pé ao lado de uma mesa que parecia ainda menor se comparada à sua altura, a mão esquerda repousando em cima de uma pilha de livros que pareciam objetos tirados de uma casa de bonecas. Seu semblante é esquelético, seu olhar é vazio. Mais tarde naquele mesmo dia, Lincoln faria o discurso na Cooper Union que lançaria sua candidatura para a indicação do Partido Republicano para a presidência da república. O retrato em miniatura reproduzido em um ferrótipo estamparia o broche oficial da campanha.

Como todos os outros candidatos à presidência daquele ano, Lincoln acreditava que a eleição havia se tornado uma questão de interpretação da Constituição. Mais uma vez, começou concentrando seus argumentos contra Stephen Douglas, que

buscava uma indicação dos Democratas. E, reprisando aquilo que dissera durante os grandes debates de 1858, alegou que a interpretação que Douglas fazia da Constituição estava errada e que seu argumento era equivalente à anarquia: “Portanto, seu propósito, claramente declarado, o de que você destrua o Governo caso não seja autorizado a interpretar e aplicar a Constituição da maneira que você deseja”,³⁶ atacou Lincoln.

Lincoln havia se dedicado muito ao caderno de recortes de jornais que continha as transcrições de seus debates de 1858 com Douglas. Era chegada a hora de usá-lo. Ele editou os conteúdos para a publicação de forma honesta, sem modificar os discursos, omitindo apenas aplausos, risos e outras reações das plateias. *Os debates políticos entre o hon. Abraham Lincoln e o hon. Stephen A. Douglas* foi anunciado pela primeira vez em 5 de maio de 1860, onze dias antes da Convenção Nacional do Partido Republicano. Seu texto promocional alardeava, de forma bastante justa: “Não existe melhor exposição das doutrinas dos partidos Democrata e Republicano do que o que está contido neste volume.” Quando alguém convidava Lincoln para fazer um discurso, ele costumava dizer para as pessoas lerem *Debates* em vez disso. Douglas, enfurecido, reclamou que seus discursos haviam sido “mutilados”, uma acusação sem fundamento, mas que sugeria, todavia, que tanto Douglas quanto Lincoln sabiam que, embora Douglas tivesse vencido aquela eleição, Lincoln vencera aqueles debates.³⁷



Um recorte do daguerreótipo que Mathew Brady fez de Abraham Lincoln em 1860 estampou o broche de sua campanha (Mathew B. Brady / Biblioteca do Congresso.)

O Partido Democrata realizou sua convenção em Charleston, na Carolina do Sul, em abril, pouco tempo após a publicação de *Debates*. O comitê de campanha não tinha conseguido reunir os dois braços do partido, produzindo um Relatório da Maioria, endossado pelos delegados do Sul, e um Relatório da Minoria, apresentado pelos sulistas — o que fez com que as delegações do Alabama, Mississippi, Louisiana, Texas e Flórida abandonassem a convenção, protestando contra o fato de a

plataforma não incluir a garantia ao direito do cidadão de possuir “toda espécie de propriedade” (ou seja, escravos). Impossibilitados de indicar um candidato, os delegados restantes decidiram realizar uma segunda convenção — que se reuniria em Baltimore, em junho.

Os republicanos se reuniram em Chicago, em maio, em um prédio enorme chamado Wigwam, por conta de seu teto de madeira arqueada. O partido endossou a Declaração da Independência e a Constituição — o que levou um delegado a observar que, embora também acreditasse na Bíblia e nos Dez Mandamentos, não via a necessidade de mencionar tais documentos —, mas rejeitou especificamente quaisquer interpretações favoráveis à escravidão na Constituição, considerando-as “uma perigosa heresia política”.³⁸ No tocante à indicação, Lincoln era visto como um azarão. Seus apoiadores, entretanto, foram bem-sucedidos em persuadir os delegados, além de também terem recorrido a algumas contravenções políticas. No dia em que as votações começaram, os coordenadores de campanha de Lincoln imprimiram milhares de ingressos falsos e os distribuíram entre seus apoiadores, que, por sua vez, lotaram o salão, aplaudindo ruidosamente sempre que seu nome era mencionado. Lincoln conquistou a indicação, o que rendeu ainda mais aplausos.³⁹

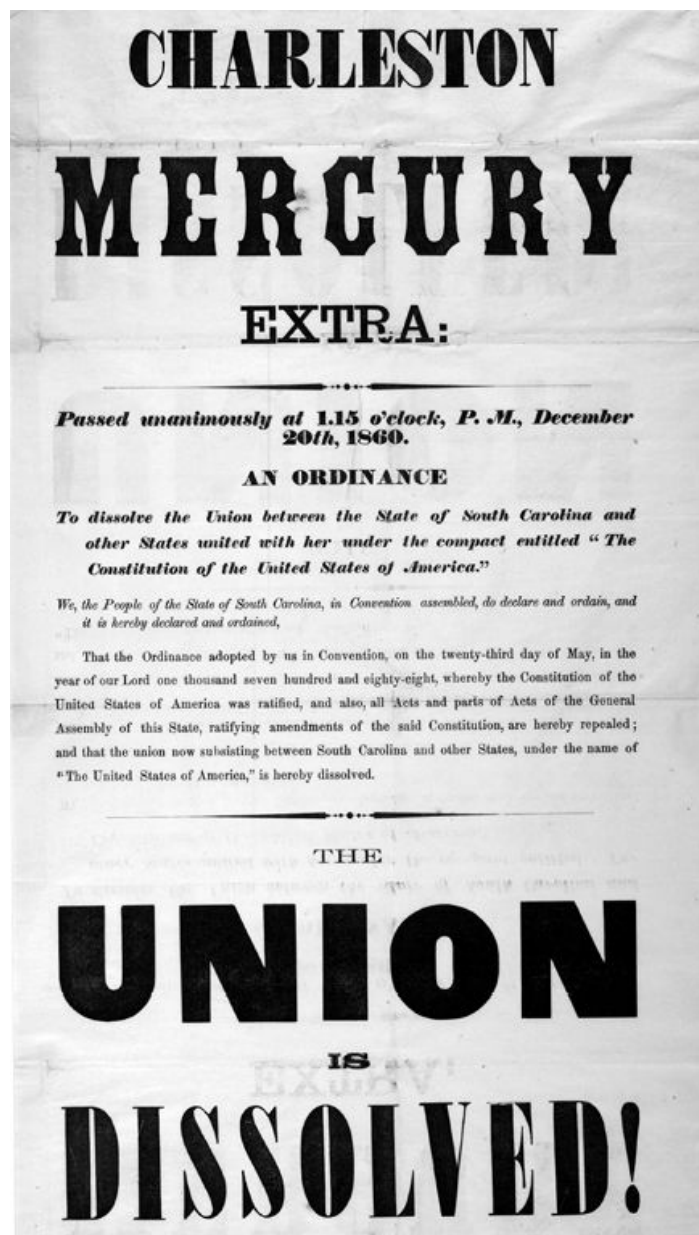
William Dean Howells, um talentoso prodígio de 23 anos, aceitou o convite para escrever uma biografia de campanha para Lincoln.⁴⁰ Howells, na época um poeta desconhecido de Ohio, acabaria se tornando um dos mais estimados homens de letras do século. Escreveu o seu *Vida de Abraham Lincoln* em questão de semanas, satirizando o formato ao mesmo tempo em que o exemplificava. Howells nunca havia se encontrado com Lincoln e sabia muito pouco a seu respeito; o que ele sabia, entretanto, era que biografias de campanha eram exageradas, ridículas e fabulosas.⁴¹ Ele não tinha a menor ideia de quem eram os antepassados de Lincoln; de alguma forma, transformou isso em um trunfo para o candidato. “Existe uma vaga possibilidade de

que Abraham pertença à estirpe dos Lincoln da Nova Inglaterra, da Colônia de Plymouth, porém a nobre ciência da heráldica está praticamente obsoleta neste país e não há ninguém da família do sr. Lincoln ciente da preciosidade de sua extensa linhagem.” Mais tarde, na Casa Branca, Lincoln retiraria o livro de Howells na Biblioteca do Congresso para conferir suas informações. Fez correções e anotações nas margens. Howells havia escrito que, na década de 1820, Lincoln era “um fervoroso Adamista” — apoiador de John Quincy Adams. Lincoln riscou “Adamista” e escreveu “anti-Jackson”. Entre as diversas lorotas de Howells, ele escreveu sobre como Lincoln, quando era um jovem congressista, caminhava por quilômetros até chegar à Câmara de Illinois. Lincoln escreveu na margem: “Não teria problema se fosse verdade; mas, de fato, não é. L.”⁴²

Enquanto os Republicanos faziam campanha para o Honesto Abe, os Democratas se reuniam em Baltimore para sua segunda convenção, em junho. Uma bandeira americana foi pendurada na entrada do salão, com um slogan otimista bordado nela: “Apoiaremos o Indicado”. A convenção foi aberta, convocando a todos para um juramento de lealdade: “cada indivíduo que ocupa um assento nesta convenção tem a obrigação de, agindo com honra e boa-fé, acatar as ações desta convenção e apoiar seu indicado.”⁴³ As discussões saíram do controle. Em determinado momento, um delegado sacou a pistola contra outro. Quanto à indicação, a convenção chegou a um impasse em 57 votações. No dia 22 de junho de 1860, o Partido Democrata rachou: os sulistas o abandonaram. No dia seguinte, Caleb Cushing, de Massachusetts, que presidia a convenção, entregou o cargo, declarando: “As delegações da maioria dos Estados desta União, seja como um todo ou em parte, de uma maneira ou de outra, encerraram sua participação nas deliberações desta assembleia.” Mas a convenção acabou, por fim, indicando Douglas como candidato do Partido Democrata Nortista, enquanto os delegados desertores do Sul se reagruparam rapidamente, fizeram sua própria convenção e indicaram, em sua primeira votação, o nome

de John C. Breckinridge, senador pelo Kentucky, como candidato pelo Partido Democrata Sulista.⁴⁴

Em novembro, Longfellow ficou exultante ao saber que Lincoln havia vencido as eleições. “É a redenção do país. É o triunfo da liberdade”, escreveu em seu diário.⁴⁵ Lincoln venceu em todos os estados do Norte, em todos os seis estados nos quais os debates entre Lincoln e Douglas haviam sido publicados, e em todos os quatro estados nos quais homens negros podiam votar. Mas Lincoln praticamente não havia angariado nenhum voto no Sul, e sua eleição desencadeou instabilidade também pelo Norte, incluindo ataques aos abolicionistas. Em dezembro, quando Frederick Douglass estava na lista dos oradores que discursariam no Tremont Temple, em Boston, pela ocasião do aniversário da execução de John Brown, um grupo invadiu o salão para silenciá-lo. Em resposta, Douglass lançou, dias depois, um inflamado “Apelo em favor da Liberdade de Expressão”, no qual, assim como Longfellow, afirmava que a abolição fazia parte da tradição sob a qual o país havia sido fundado. “Nenhum direito estabelecido pelos criadores de nosso Governo é mais sagrado do que o direito à expressão (...) A liberdade não tem sentido onde o direito que uma pessoa possui de expressar seus pensamentos e opiniões deixa de existir”,⁴⁶ disse ele.



Cartazes impressos no começo de 1861 informavam aos cidadãos dos estados separatistas que suas legislaturas haviam dissolvido a União ao revogar sua ratificação da Constituição de 1787. (Biblioteca do Congresso.)

No Sul, muitos faziam pressão pela secessão. Outros pediam paciência. Dois dias após a eleição, o *New Orleans Bee* publicou uma reação à vitória de Lincoln em apenas uma palavra: "ESPEREM".⁴⁷ Eles não esperaram por muito tempo. Seis

semanas após a eleição, a população da Carolina do Sul realizou uma convenção na qual votou pela revogação da ratificação que o Estado havia concedido à Constituição, declarando: “A união que subsiste entre a Carolina do Sul e os outros Estados, sob o nome de ‘Os Estados Unidos da América’ está, doravante, dissolvida.”⁴⁸ Seis estados seguiram o exemplo — Mississippi, Flórida, Alabama, Geórgia, Louisiana e o Texas — e, em fevereiro de 1861, formaram os Estados Confederados da América, tendo Jefferson Davis, ex-senador pelo Mississippi, como presidente, um homem que o texano Sam Houston havia classificado certa vez de “ambicioso como Lúcifer, e frio como um lagarto”.⁴⁹

“A dissolução da União avança lentamente. Por trás de tudo eu ouço o murmúrio dos escravos, como o coro de uma tragédia grega”,⁵⁰ escreveu um Longfellow lamentoso em seu diário.

II.

EM SUA POSSE, Jefferson Davis, alto e esquelético, alegou que somente a Confederação era fiel à Constituição original. “Nós modificamos as partes constituintes, mas não o sistema de governo. A Constituição elaborada pelos nossos antepassados é a mesma usada por estes Estados Confederados.”⁵¹ Mas os delegados dos sete estados separatistas que se encontraram em sigilo em Montgomery, no Alabama, adotaram uma Constituição que tinha mais em comum com os Artigos da Confederação (“Nós, o povo dos Estados Confederados, com cada Estado agindo de acordo com a sua soberania e sua natureza independente...”).

As verdades da Confederação contradiziam as verdades da União. O recém-eleito vice-presidente da Confederação, o raquítico Alexander Stephens, da Geórgia, fez um discurso em Savannah no qual deixou essas diferenças muito claras. As ideias que sustentam a Constituição “estão embasadas na presunção da igualdade das raças”, disse Stephens, mas “Nosso

novo governo foi fundado em ideias exatamente opostas: sua base, sua pedra fundamental está apoiada na grande verdade de que o negro não é igual ao homem branco; e que a escravidão (...) é sua condição moral e natural. Nosso novo governo, portanto, é o primeiro na história do mundo a ser estabelecido sobre essa grande verdade física, filosófica e moral”.⁵² Depois da guerra, para os ex-Confederados, politicamente se tornou conveniente alegar que a Confederação havia sido fundada com base nos direitos dos estados. Mas a Confederação havia sido fundada com base na supremacia branca.

Mesmo com a separação do Sul, Lincoln foi empossado, como estava agendado, no dia 4 de março de 1861. Ele vinha cultivando a barba desde o dia da eleição, uma mudança que, em um ano mais tranquilo, teria causado algum alvoroço. Acompanhado por James Buchanan, foi do hotel até o local da cerimônia em uma carruagem aberta, conduzida por um cocheiro negro, cercada por batalhões de cavalaria e infantaria: havia motivos para temer um atentado contra ele. Atiradores se posicionaram nas janelas do Capitólio, preparados para abater qualquer um na multidão que sacasse uma arma.

Empossado pelo Chefe de Justiça Roger Taney, que havia presidido a corte no processo *Dred Scott*, Lincoln fez o discurso de posse mais eloquente da história americana. “Uma parte do nosso país acredita que a escravidão é correta e deve ser estendida. Esta é a única divergência que interessa.” Lincoln ainda tinha esperanças de que essa divergência pudesse ser resolvida em um debate. E encerrou:

Nós não somos inimigos, nós somos amigos. Não devemos ser inimigos. Muito embora a paixão tenha aumentado a tensão de nossos laços de afeto, ela jamais deveria rompê-los. Os acordes mágicos da memória, que emanam de cada campo de batalha, e da tumba de cada patriota até o coração de cada ser vivo e de cada lar dessa imensa nação, ainda voltarão a engrossar o coro da União, quando tocados novamente, como certamente serão, pelos melhores anjos de nossa natureza.⁵³

Os melhores anjos não triunfaram. O debate fracassou.

“A escravidão jamais aceitará a liberdade de expressão”, afirmara Frederick Douglass em seu “Apelo em favor da Liberdade de Expressão”.⁵⁴ No século XVII, a batalha pela liberdade de expressão tinha sido travada por escritores como John Milton, que eram contra a repressão à dissidência religiosa; no século XVIII, a luta pela liberdade da imprensa tinha sido protagonizada por tipógrafos como Benjamin Franklin e John Peter Zenger, que eram contra a repressão às críticas ao governo; e, no século XIX, a guerra pela liberdade de expressão havia sido deflagrada pelos abolicionistas, que eram contra os donos de escravos do sul, que não estavam dispostos a colocar a escravidão em debate.

Havia muito tempo os senhores de escravo opunham-se à liberdade de expressão, uma postura adotada na convenção constitucional e amplificada pela lei da mordaza, pelas leis contra a alfabetização, pelas restrições ao uso dos correios e pela repressão aos discursos. A aversão ao debate político também integrava a estrutura da Confederação, algo que a distinguiu e exerceria influência duradoura na maneira como os americanos passaram a pensar sobre a autoridade federal como antagonista da soberania popular. Um apoio dessa natureza é difícil de conquistar e impossível de ser mantido. A Confederação, portanto, reprimia as dissidências.⁵⁵

“O povo, com uma unanimidade sem precedentes, decidiu pela secessão”, escreveu em seu diário um delegado da Carolina do Sul presente na convenção, mas ele estava iludindo a si mesmo.⁵⁶ Sete estados do extremo Sul separaram-se antes da posse de Lincoln, mas os oito estados do Centro-Sul se recusaram a fazer o mesmo. E, mesmo nos estados do extremo Sul, a decisão pela secessão não foi das mais simples. Também não foi aprovada em vitórias fáceis.

Os defensores mais fervorosos da secessão eram os donos de fazendas mais abastados; aqueles não tão fervorosos assim eram a maioria dos eleitores brancos: homens pobres, sem escravos. A maneira mais eficiente de persuadi-los a apoiar a

secessão foi alegar que, muito embora não possuíssem escravos, suas vidas eram melhores graças à existência dessa instituição, uma vez que, com ela, haviam sido poupados dos trabalhos mais degradantes. Os separatistas repetiam esse argumento constantemente, de forma cada vez mais intensa. O *interesse do sulista que não possui escravos na escravidão* (1860), de James D. B. DeBow, foi amplamente citado em jornais, para lembrar aos brancos pobres que “Nenhum homem branco no Sul trabalha para outro como criado, limpando suas botas, servindo sua mesa, e executando as tarefas mais inferiores dentro de sua residência”.⁵⁷

Mesmo assim, em vez de confiar uma decisão sobre a secessão aos eleitores ou mesmo a uma convenção de ratificação, o legislador da Geórgia Thomas R. R. Cobb aconselhou sua legislatura a tomar a decisão ela mesma: “Não esperem que as tabernas e as esquinas manifestem uma voz discordante, vinda de um povo divergente.” Quando a Geórgia realizou, enfim, uma convenção, seus delegados estavam profundamente divididos. Os separatistas manipularam os números para garantir a vitória e começaram a exigir que todos os delegados assinassem um requerimento apoiando a secessão mesmo que tivessem votado contra ela. Uma das primeiras coisas que o novo estado da Geórgia fez foi aprovar uma lei que tornou a dissidência passível de ser punida com a morte.⁵⁸

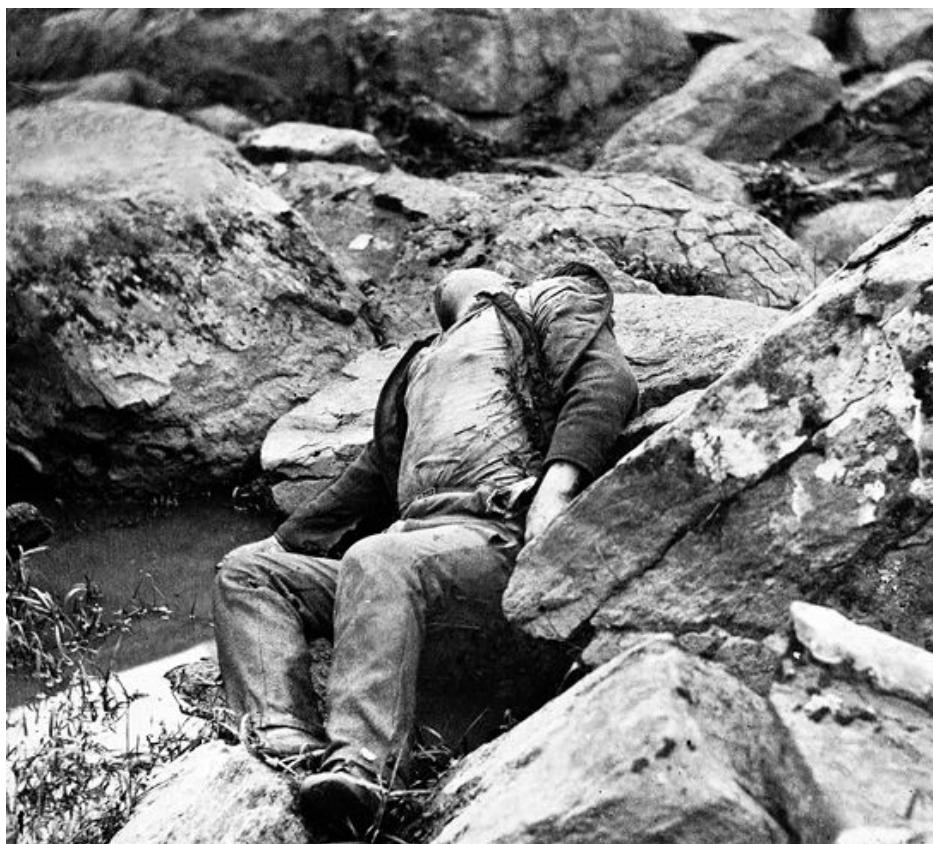
Por mais que os separatistas tenham se empenhado na guerra por apoio popular, e por mais agressivos que tenham sido ao reprimir as dissidências, ainda assim, seu sucesso foi apenas moderado. Quatro estados do Centro-Sul só se separaram depois que forças Confederadas dispararam contra tropas americanas no Fort Sumter, na Carolina do Sul, no dia 12 de abril. O governador Henry Wise entrou na convenção da Virgínia, sacou sua pistola e disse que, por ordem sua, a Virgínia a partir daquele momento estava em guerra com o governo federal e que, se alguém quisesse atirar nele por traição, primeiro teria de arrancar a pistola de sua mão. A convenção recomendou a

secessão por 88 a 55 votos. A questão foi submetida ao eleitorado do estado no dia 23 de maio, obtendo uma votação de 125.950 votos a favor e 20.373 contra. Em junho, os cidadãos da Virgínia Ocidental realizaram uma convenção própria e separaram-se efetivamente do estado. Mais quatro estados no Centro-Sul seguiam se recusando a se separar da União, embora as cordas que mantivessem a nação unida já tivessem sido cortadas. A primeira mensagem a atravessar o continente enviada pelo telégrafo dizia: “Que a União seja Perpetuada”. Depois do tiroteio no Fort Sumter, Lincoln ordenou que os fios de telégrafo que conectavam Washington ao Sul fossem cortados.⁵⁹

Em junho de 1861, a Confederação era composta de onze estados que se estendiam por uma área de 2,3 mil quilômetros quadrados, contendo 12 milhões de pessoas, incluindo 4 milhões de escravos e 4 milhões de mulheres brancas que não possuíam direito ao voto. Ela havia sido fundada sob a crença fundamental de que uma minoria deveria governar uma maioria. “A condição da escravidão é, para nós, nada além de uma forma de governo civil para uma classe de pessoas incapazes de governarem a si mesmas”, declarou Jefferson Davis.⁶⁰

A Guerra Civil inaugurou um novo tipo de guerra, com exércitos gigantescos manejando máquinas imparáveis, como se monstros com escamas de metal tivessem sido soltos pelos campos para massacrar, pilhar e devorar até os inocentes. Quando a guerra começou, ambos os lados esperavam que fosse limitada e curta. Mas o que se deu foi uma batalha vasta e longa, quatro anos brutais e trágicos de desgraças em escala jamais vista. Quando a União anunciou um plano autorizando os brancos a colonizarem as terras a Oeste do Mississippi, muitos povos nativos, incluindo os Comanche e os Seminole, se aliaram à Confederação, enquanto, a Oeste, em Sand Creek e Bear River, durante a Longa Marcha dos Navajo e na repressão ao Levante de Dakota, o exército da União assassinou incontáveis indígenas norte-americanos. Em campanhas de ferocidade singular, 2,1 milhões de nortistas lutaram contra 880 mil sulistas

em mais de duzentas batalhas. Mais de 750 mil americanos morreram. Duas vezes mais pessoas perderam a vida por doenças do que devido aos ferimentos. Morriam aos montes e eram enterradas em valas comuns. Menos de 2 mil americanos haviam morrido na Guerra com o México. Em 1862, em uma única batalha da Guerra Civil, em Shiloh, no Tennessee, 24 mil pessoas morreram. Os soldados eram assombrados por temores de serem deixados para trás ou de se perderem desarmados em meio aos mortos largados e esquecidos. Um soldado da Carolina do Sul escreveu para a família: “Tenho pavor de acabar jogado em um lugar desconhecido ou de morrer pisoteado.” Os mortos e os moribundos eram encontrados agarrados a fotografias de suas esposas e filhos. Depois de mais um massacre, o general da União Ulysses S. Grant declarou que um homem poderia percorrer aquele campo de batalha inteiro, em qualquer direção, sem jamais tocar no chão, pisando apenas nos corpos”.⁶¹



Alexander Gardner, bom de mira em outro sentido, tirou essa foto de um atirador de elite Confederado morto em Gettysburg.
(Alexander Gardner / Biblioteca do Congresso.)

Campos onde outrora as plantações de milho e trigo dançavam ao vento rendiam agora apenas colheitas de morte e sofrimento; e, depois que a terra ficava estéril, viravam apenas covas. Tudo isso — cada tormento, sua enorme escala — pela primeira vez na história foi capturado por câmeras, arquivado, divulgado e exibido. Milhares de fotógrafos produziam centenas de milhares de fotografias em campos e mais campos de batalha. Após a primeira batalha importante travada no Norte, em Maryland — o pior dia da história militar americana, com 26 mil soldados da União e Confederados mortos, feridos, capturados ou desaparecidos —, Matthew Brady, em sua Galeria Nacional de Retratos Fotográficos, na esquina da Rua 10 com a Broadway, em Nova York, inaugurou *A Morte de Antietam*, uma exposição das imagens do massacre feitas por um imigrante escocês chamado Alexander Gardner. “O sr. BRADY fez algo que trouxe até aqui, até nós, a terrível realidade e a cruzeza da guerra. Se não trouxe os corpos e os estendeu nas portas de nossas casas e pelas ruas, o que ele fez foi algo muito parecido com isso”, relatou o *New York Times*.⁶²

Em uma quarta-feira escaldante, dia 1º de julho de 1863, aconteceu o ponto de virada da guerra, na Batalha de Gettysburg, na Pensilvânia. No terceiro dia de conflito, cada lado havia perdido mais de 20 mil homens, e o general dos Confederados, Robert E. Lee, um virginiano de 56 anos, começou a bater em retirada. Cinco mil cavalos mortos foram incinerados para que parassem de apodrecer, e a fumaça desse fogo misturou-se ao vapor que exalava dos restos fétidos dos cadáveres não enterrados. Samuel Wilkeson, repórter do *New York Times*, foi escalado para a cobertura da batalha e descobriu que seu filho mais velho, um tenente, tinha sido ferido na perna e morrido após ser abandonado pelos médicos quando os Confederados se aproximaram do galpão onde estavam, no meio

de uma cirurgia de amputação. No dia 4 de julho, o 87º aniversário dos Estados Unidos, Wilkeson enterrou o filho e escreveu sua reportagem. “Ó, vocês, que morreram em Gettysburg, vocês batizaram, com o seu sangue, o renascimento da liberdade na América”, escreveu ele, desacorçoado, antes de apresentar aos seus leitores uma lista de mortos e feridos.⁶³ No dia seguinte, Alexander Gardner e dois membros de sua equipe apareceram com suas câmeras e fizeram uma série de registros, com os quais Gardner produziu 87 fotografias, um campo de fantasmas. Os homens apareciam deitados nas trincheiras, no topo dos morros; em meio às árvores, em cima das pedras.

Gardner os reuniu em um livro dos mortos, *Gardner's Photographic Sketch Book of the War*, o primeiro livro fotográfico dos Estados Unidos. Gardner era um abolicionista, e o livro exibia fotos dos mortos e dos moribundos, mas incluía, também, imagens de cidades e de suas ruas, e cenas contando a história da escravidão. Na fachada de um prédio comercial de tijolos aparentes, lê-se em um cartaz: “Price, Birch & Co. Negociantes de Escravos”. Gardner a chamou de *Senzala, Alexandria, Virgínia*.⁶⁴ Gardner era um soldado da União, e a câmera era sua arma.

Quatro meses depois do massacre, Lincoln visitou Gettysburg. Viu milhares de corpos espalhados, parcialmente enterrados; porcos selvagens chafurdando pelos campos haviam desenterrado braços, pernas e cabeças. Mas, com os caixões que o Departamento de Guerra providenciou, os cadáveres seriam removidos, separados e catalogados. Um terço foi enterrado novamente, o restante ficou esperando. Lincoln tinha sido convidado para comparecer à cerimônia do enterro. Após viajar mais de 120 quilômetros de trem, chegou à Pensilvânia no fim do dia e deparou com os caixões ainda empilhados na estação. Na manhã seguinte, também ele ainda de luto pelo filho, liderou uma marcha de cem homens montados a cavalo. O discurso fúnebre foi feito por Edward Everett. Lincoln, oferecendo seus pêsames, falou por meros três minutos. Usando escassas

272 palavras e proferindo-as lentamente, com seu forte sotaque do Kentucky, ele revigorou o experimento americano.⁶⁵

Primeiro, falou sobre os mortos: “Destinamos uma parte deste campo a ser o local de repouso final daqueles que deram suas vidas para que esta nação pudesse viver. É algo, ao mesmo tempo, correto e apropriado, que façamos isso.” Mas um cemitério não é apenas para os mortos, ele disse:

Ele é, na verdade, para nós, os vivos, para que nos dediquemos, aqui, ao trabalho que eles não concluíram, mas ao qual aqueles que aqui lutaram promoveram tão nobre avanço. Ele é, na verdade, para nós, para que nos dediquemos, aqui, à grande tarefa que permanece à nossa frente — que estas mortes honradas nos façam criar devoção ainda mais profunda à causa pela qual demonstraram o mais elevado grau de devoção. Para que nós, que aqui estamos, decidamos firmemente que estas vidas não serão perdidas em vão — que esta nação, sob Deus, tenha um renascimento da liberdade — e que este governo do povo, pelo povo e para o povo, não desapareça da face da terra.⁶⁶

Ele não mencionou a escravidão. Haveria aqueles que, depois que a guerra terminasse, diriam que ela havia sido travada para defender os direitos dos estados, para preservar a União ou por outros milhares de motivos e causas. Porém, os soldados, tanto do Norte quanto do Sul, não eram ingênuos. “O fato de que a escravidão é a única causa inegável desse conflito monstruoso, de que esta é uma guerra da escravidão, pela escravidão e para a escravidão, é mais claro que o sol do meio-dia”, explicou um soldado, escrevendo para o jornal do seu regimento, no Wisconsin, em 1862. “Quem finge acreditar que esta não é uma guerra pela emancipação dos negros ou é tolo, ou mentiroso”,⁶⁷ escreveu um soldado Confederado para o jornal de sua brigada no mesmo ano. Àquela altura, a emancipação já havia começado.

III.

FOI UMA ODISSEIA AMERICANA. “Eles vinham à noite, quando as luzes trêmulas das fogueiras dos acampamentos brilhavam, como estrelas intermitentes espalhadas pelo vasto horizonte escuro. Homens velhos e esqueléticos, com os cabelos grisalhos armados em topetes; mulheres com os olhos assustados, arrastando crianças choramingando de fome; e homens e meninas, esqueléticos e destemidos”, escreveria W. E. B. Du Bois mais tarde.⁶⁸ Mas eles vinham, também, sob a luz do dia, e a cavalo, em vagões e carroças. Amontoados nos trens. Trazendo comida guardada e armas roubadas. Eles vinham andando e correndo e cavalgando, carregando os filhos nas costas, para se dedicar ao trabalho que aquela nação ainda não havia concluído: concedendo a si mesmos a sua própria liberdade.

A Guerra Civil foi uma guerra revolucionária de emancipação. O êxodo começou antes mesmo de os primeiros tiros serem disparados, mas, quanto mais o exército da União se acercava, mais gente fugia. As famílias que moravam em Brierfield, a fazenda de algodão de mil acres de Jefferson Davis — com sua mansão decorada com colunas, no Mississippi, ao Sul de Vicksburg —, começaram a ir embora no começo de 1862. Outras 137 pessoas deixaram Brierfield após a queda de Vicksburg e rumaram para Chickasaw Bayou, um acampamento da União. O secretário de Estado Confederado Robert Toombs dissera, em tom provocativo, que a Confederação venceria a guerra e que ele, um dia, faria uma chamada com todos os seus escravos em Bunker Hill. Após a chegada dos antigos escravos de Davis em Chickasaw Bayou, o repórter de um jornal escreveu: “O Presidente dos Estados Confederados pode fazer uma chamada com todos os seus escravos em Richmond, em Natchez ou no Niagara, mas não terá resposta alguma.”⁶⁹

Lincoln anunciou, em 22 de setembro de 1862, em uma Proclamação Preliminar da Emancipação, que libertaria praticamente todos os escravos em todos os estados Confederados dentro de exatamente cem dias — no primeiro dia do ano de 1863. Ele vinha planejando aquele anúncio há muito

tempo, debatendo consigo mesmo em sua própria consciência. “Eu não disse nada a ninguém, mas fiz uma promessa a mim mesmo e ao meu criador”, diria ele, mais tarde, ao seu gabinete.⁷⁰ Por todo o país, as pessoas caíram de joelhos. Frederick Douglass disse que a guerra finalmente havia sido “dotada de algum propósito elevado”. Em Nova York, Horace Greeley declarou que “em nenhuma outra época houve um ato de um homem e de um povo tão sublime quanto esta emancipação”. O *New York Times* considerou a Proclamação tão importante quanto a Constituição. “As palavras, sozinhas, não matam os rebeldes”, alertou Lincoln. Mas, mesmo assim, uma multidão de homens, mulheres e crianças negras foi até a Casa Branca e lhe fez uma serenata, cantando hinos religiosos.⁷¹

Aquele anúncio inflamou o Sul. O *Richmond Examiner* chamou a prometida Proclamação da Emancipação de “o crime político mais chocante e o mais estúpido equívoco que já se cometeu na história americana”. Com 15 mil cópias da Proclamação impressas, em questão de dias as notícias chegaram até os escravos, sussurradas pelas janelas, gritadas pelos campos. Issac Lane roubou um jornal da caixa de correspondência do seu senhor e leu em voz alta para todos os escravos que conseguiu encontrar. Nem todos estavam dispostos a esperar cem dias. Em outubro, jornais que haviam publicado a Proclamação foram encontrados com homens flagrados tramando uma rebelião em Culpeper, na Virgínia; dezessete foram executados em sinal de aviso, o anúncio do reinado de um inferno diferente.⁷²

Frederick Douglass, que havia conduzido seu povo até os portões da liberdade, temia que Lincoln pudesse quebrar sua promessa. “O Primeiro de Janeiro pode ser o dia mais memorável nos anais da história americana, mas a promessa será mantida? Ah, essa é a questão”, escreveu ele. A prometida emancipação transformou a guerra em cruzada. A questão é que nem todos os apoiadores de Lincoln estavam interessados em lutar em uma cruzada contra a escravidão. À medida que o outono foi se transformando em inverno, começaram a aumentar

as pressões para que o presidente retirasse a promessa, mas ele se manteve firme.



No Dia da Emancipação, 1º de janeiro de 1863, homens, mulheres e crianças negras comemoraram pelas ruas de Beaufort, na Carolina do Sul (Timothy H. O'Sullivan.)

“Caros concidadãos, não temos como fugir da história. Precisamos manter bravamente, ou, ao menos, perder pouco, as últimas esperanças nesta terra”, disse Lincoln ao Congresso em dezembro. Na noite de Natal, o dia 92, um preocupado Charles Sumner fez uma visita à Casa Branca. O presidente cumpriria sua promessa? Lincoln o tranquilizou. No dia 29 de dezembro, leu um rascunho da Proclamação da Emancipação para seu gabinete. (Ela não libertava os escravos nos estados que não haviam se separado, nem aqueles que estavam nos territórios dos estados separatistas ocupados pelo exército da União). Membros do gabinete sugeriram uma emenda pedindo que

“aqueles que se emancipassem evitassem tumultos”. Isso, Lincoln recusou-se a acrescentar. Porém Salmon Chase, secretário do Tesouro, sugeriu um encerramento diferente, que Lincoln adotou: “Rogo pelo generoso discernimento de todo ser humano e pela graciosa benevolência de Deus todo-poderoso.”⁷³

No dia 96, Douglass declarou: “A causa da liberdade humana e a causa de nosso país comum são, agora, uma coisa só, inseparáveis.” Vieram os dias 97, 98. E então o 99, véspera do Ano-Novo de 1862, a “noite da vigília”, aquela que viria a ser chamada de “Dia dos Dias”.

Na capital, multidões de afro-americanos encheram as ruas. Em Norfolk, na Virgínia, quatro mil escravos desfilaram pela cidade tocando pífanos e tambores, imitando os Filhos da Liberdade. Em Nova York, Henry Highland Garnet, o abolicionista negro, pregou para a enorme multidão que transbordava da Igreja Presbiteriana de Shiloh. Exatamente às 23h55min, a igreja ficou em silêncio. Todos os paroquianos ficaram sentados, imóveis, no frio, contando cada batida do relógio naqueles últimos minutos. À meia-noite, o coral rompeu o silêncio: “Toquem suas trombetas, o ano do jubileu chegou.” Nas ruas da cidade, as pessoas cantavam outra canção:

*Gritem e berrem, filhos da angústia,
As trevas de sua noite chegaram ao fim*

Dia 100. No dia 1º de janeiro de 1863, pouco depois das duas da tarde, Lincoln tomou a Proclamação da Emancipação em sua mão e pegou sua caneta. Ele disse, solenemente: “Nunca, em minha vida, eu tive mais certeza de que estava fazendo o certo do que eu tenho agora, assinando este papel.”⁷⁴

Na Carolina do Sul, a Proclamação foi lida em voz alta para a Primeira Infantaria Voluntária da Carolina do Sul, um regimento formado por ex-escravos. Em suas últimas frases, os soldados começaram a cantar, primeiro em tom baixo e, por fim, mais alto:

Meu país, é sobre ti

*Amada terra de liberdade,
Meu canto é sobre ti!*⁷⁵

A escravidão americana tinha durado séculos. Ela havia tomado as vidas de milhões e destruído as almas de milhões mais. Havia ceifado crianças, arrasado mulheres, devastado homens. Havia envenenado um povo e uma nação. Transformado corações em pedra. Cegado olhos. Deixado feridas abertas, cicatrizes terríveis. E ainda não havia acabado. Mas, enfim, até que enfim, um encerramento despontava no horizonte.

A Odisseia Americana mal havia começado. Eles deixaram suas cabanas e seus campos. Os homens e mulheres livres nem sempre rumavam para o Norte. Muitos seguiam para o Sul ou para o Oeste, viajando centenas de quilômetros a pé, em cavalos, carroças e trens, sempre procurando por alguém. Maridos procuravam suas esposas, esposas procuravam seus maridos, mães e pais procuravam seus filhos, os filhos procuravam seus pais, sempre atrás de pistas e rumores sobre os lugares onde seus entes queridos tinham sido vendidos, uma venda atrás da outra, por todo o país. Algumas dessas buscas duraram anos. Essas pessoas ansiavam por união, estar junto daqueles que amavam.

* * *

“HOMENS DE COR, ÀS ARMAS!”, bradou Frederick Douglass no dia 2 de março de 1863, convocando os homens negros a se juntar ao exército da União: “Urjo que vocês peguem em armas e aflijam com a morte o poder que gostaria de enterrar o Governo e a sua liberdade na mesma cova trágica.” O Congresso havia revogado a proibição de ingresso de negros no exército em 1862, mas, com a emancipação, Douglass começou a viajar pelo Norte, atuando como um agente de recrutamento para a 54^a Infantaria de Massachusetts, um recém-formado regimento totalmente

negro. “Os portões de ferro de nossa prisão estão entreabertos. Agora, lhes foi dada a chance de acabar, em um dia, com a servidão de séculos”, escreveu Douglass.⁷⁶

A Confederação, enquanto isso, tinha incitado seus próprios homens a pegar em armas, instituindo a primeira convocação da história americana. A União logo seguiu o exemplo, instituindo uma convocação própria. Em julho de 1863, brancos nova-iorquinos, com raiva por terem sido convocados para uma guerra que era claramente pela emancipação, protestaram contra o chamamento em cinco dias de tumultos violentos que, basicamente, envolviam ataques aos negros da cidade. Onze homens foram linchados, e as mais de duzentas crianças no Asilo dos Órfãos de Cor escaparam por pouco quando o prédio foi incendiado.

A convocação dos Confederados atingiu mais de 85% dos homens brancos entre os 18 e os 35 anos, uma faixa da população muito mais ampla do que aquela que servia no exército da União. Setenta por cento dos soldados da União não eram casados; a convocação dos Confederados incluía os casados, o que deixou suas famílias correndo risco de enfrentar a pobreza e a fome. “Não há um chefe em minha família”, escreveu uma mulher Confederada em 1863, ano em que o governo Confederado também aprovou um “imposto de um décimo”, obrigando os cidadãos a entregar para o estado 10% de tudo que fosse cultivado ou criado em suas fazendas.⁷⁷ Perto do fim da guerra, o governo Confederado, com seu exército desesperadamente desprovido de homens e suprimentos, decidiu fazer algo que, durante muito tempo, seria impensável: começou a alistar escravos, o que causou revolta de muitos soldados convocados para lutar pela proteção de seus direitos enquanto brancos. Um soldado da Carolina do Norte escreveu para sua mãe: “Eu não me ofereci para lutar por um país de negros livres, mas sim por um país de brancos livres”.⁷⁸

A Guerra Civil ampliou os poderes do governo federal através de precedentes estabelecidos tanto no Norte quanto no Sul. Eles

incluíam não apenas o alistamento, como também a criação de uma moeda nacional, do imposto de renda e dos programas de bem-estar social. A União, tendo que pagar pela guerra contra a Confederação, pegou empréstimos com os bancos e, quando o dinheiro começou a acabar, imprimiu cédulas de forma inconsequente, produzindo uma moeda de curso forçado, então chamada de *greenback*. O Comitê de Formas e Meios da Câmara cogitou sancionar um imposto sobre a terra, disposto a correr o risco de que a medida fosse revogada em algum momento por ser inconstitucional, já que impostos sobre a terra são impostos diretos. Porém Schuyler Colfax, um republicano de Indiana, se opôs: “Eu não posso voltar para casa e dizer aos meus eleitores que votei em um projeto de lei que fará com que um milionário, que tem todas as suas propriedades no mercado de ações, fique isento de pagar um imposto, enquanto um fazendeiro, que mora ao seu lado, será obrigado a recolher uma taxa.” Um imposto sobre renda parecia uma alternativa razoável, menos retroativa. Diversos estados — Pensilvânia, Virgínia, Alabama, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Maryland e Flórida — já possuíam impostos assim. E os Britânicos haviam financiado, em parte, a Guerra da Crimeia fazendo o mesmo. Diferentemente de um imposto imobiliário, um imposto de renda não era, ao menos não obviamente, um imposto direto, o que era proibido pela Constituição. E renda também incluía os lucros no mercado de ações, não isentando, dessa forma, os endinheirados. Em 1862, Lincoln assinou a lei criando um Escritório da Receita Federal, encarregado de administrar um imposto sobre a renda, que, mais tarde, se tornaria um imposto progressivo, aplicando uma alíquota de 3% sobre as rendas acima de seiscentos dólares e de 5% nas superiores a 10 mil dólares. A Confederação, que resistia à ideia da cobrança de impostos, nunca conseguiu arrecadar dinheiro suficiente para financiar a guerra, que é um dos motivos pelos quais a rebelião fracassou.⁷⁹

Mesmo assim, a Confederação, ironicamente, um governo que se opunha ao poder federal, o exerceu em um grau muito superior à União. A retórica da guerra dizia que os sulistas lutavam para proteger suas casas e, principalmente, suas esposas. Mas a convocação dos Confederados fez com que as mulheres brancas do Sul começassem a protestar politicamente. Elas entraram na arena trazendo o mesmo fervor que as nortistas vinham demonstrando, por décadas, em sua luta pela abolição. Em 1862, um grande número de esposas de soldados começou a encaminhar pedidos de ajuda ao governo. Mary Jones, viúva de um soldado da cidade ribeirinha de Natchez, no Mississippi, escreveu para o seu governador: “Todos me disseram que os Estados Confederados tomariam conta de mim, mas ninguém disse ao meu Querido Marido que eu deveria Mendigar de Porta em Porta quando ele fosse lutar por este país.” Essas mulheres, que não tinham o direito ao voto, se apoiavam no argumento do sacrifício de guerra para reivindicar sua cidadania. “Nós lhe demos nossos homens.” Elas também começaram a se organizar coletivamente, promovendo revoltas por falta de comida. Em novembro de 1862, uma petição encaminhada por duas mulheres alertava que “as mulheres andavam discutindo a ideia de formar associações na tentativa de negociar, porque aquilo era mais do que o coração humano era capaz de suportar”. Outra mulher avisou ao governador da Carolina do Norte: “Para nós, cidadãos comuns, chegou a hora do pão ou do sangue, e estamos decididas que tanto homens quanto mulheres devem comê-lo ou então morrer tentando.” Naquela primavera, reunidas às centenas, frequentemente armadas com facas e armas de fogo, mulheres se envolveram em pelo menos doze protestos violentos. “Pão ou sangue”, gritavam as rebeladas em Atlanta, Richmond e Mobile. Em Salisbury, na Carolina do Norte, Mary Moore tinha uma mensagem para o governador: “Nossos maridos e filhos foram tirados de nós por essa guerra cruel não somente por defenderem seus humildes lares, mas também os lares e as propriedades dos ricos.”⁸⁰

No fim, as petições escritas e os protestos organizados pelas mulheres brancas confederadas contribuíram para a criação de um novo sistema de bem-estar público, o auxílio às viúvas dos soldados, um sistema estatal muito maior do que qualquer outro da União. A ascensão do sistema moderno de bem-estar tem suas origens frequentemente associadas ao sistema de pensões instituído para os veteranos da União na década de 1870, mas foi a Confederação — e a mulher branca sulista — quem criou suas bases.⁸¹



O Illustrated Newspaper, um jornal nortista, de Frank Leslie, publicou, em 1863, uma ilustração mostrando as mulheres sulistas antes e depois: primeiro, incitando seus homens à revolução e, depois, promovendo a Revolta do Pão. (Biblioteca do Congresso.)

A guerra ainda não estava vencida e a emancipação ainda não havia sido conquistada. Até o verão de 1862, nas últimas semanas antes da Proclamação da Emancipação, Lincoln ainda insistia que o propósito da guerra era salvar a União. “Se eu

pudesse ter salvo a União sem libertar escravo algum, eu o teria feito. E se eu pudesse salvá-la libertando todos os escravos, eu o teria feito, e se eu pudesse salvá-la libertando alguns escravos e não tocando em outros, eu também o teria feito”, escreveu ele para Horace Greeley.⁸² Mas, em 1864, Lincoln havia mudado completamente de opinião. Uma vitória sem abolição não seria uma vitória.

A Proclamação da Emancipação havia libertado todos os escravos nos Estados Confederados, mas não os libertara nos estados fronteiriços, nem havia tornado a escravidão, em si, impossível: bastaria uma emenda constitucional. Enquanto soldados lutavam e pereciam em campos de batalha distantes, Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony batiam de porta em porta e, com isso, arrecadaram 400 mil assinaturas em prol da aprovação da Décima Terceira Emenda, proibindo a escravidão nos Estados Unidos.⁸³ A medida foi aprovada pelo senado por 33 votos a 6 em 8 de abril de 1864. Todos os senadores republicanos, três democratas do Norte e cinco senadores dos estados fronteiriços votaram a favor. Entretanto, na Câmara, que votou semanas antes da Convenção Nacional Republicana marcar a data do seu encontro em Baltimore, a emenda ficou a treze votos de ser aprovada pela maioria necessária de dois terços.

Um Abraham Lincoln esgotado pela guerra decidiu disputar sua reeleição, apesar de nenhum outro presidente americano ter cumprido um segundo mandato desde Andrew Jackson. Seus apoiadores distribuíam broches de campanha, ferrótipos de Lincoln impressos em metal. Seu rosto abatido e enrugado, tão escarpado quanto uma rocha lambida pelo mar. Na imagem, ele está com o queixo erguido e olha para o horizonte, como quem faz uma promessa.⁸⁴ Na eleição, confrontou George McClellan, um adversário modesto e general inepto que o próprio Lincoln havia destituído de seu comando. O apoio que McClellan tinha dentro do partido era pequeno. Na Convenção Democrata, em agosto, uma exibição na área externa — jatos de gás inflamável

deveriam soletrar as palavras “McClellan, Nossa Única Esperança” em chapas — fracassou, produzindo meros engasgos, tão ridículos quanto o próprio candidato.⁸⁵ Três meses depois, Lincoln venceu com 55% do voto popular, a maior margem desde a reeleição de Jackson em 1832. Sua vitória mais ampla foi registrada no exército da União: 70% dos soldados votaram nele. Em vez de ficarem ao lado de seu antigo comandante, McClellan, eles votaram em Lincoln — e na emancipação.⁸⁶

Depois da eleição, Lincoln pressionou a Câmara pela aprovação da Décima Terceira Emenda, fazendo lobby com os senadores dos estados fronteiriços. “Nunca teremos uma paz por inteiro neste país enquanto perdurar a instituição da escravidão”, disse James S. Rollins, do Missouri, ex-senhor de escravos. Quando a emenda finalmente foi aprovada pela maioria de dois terços exigida, em 31 de janeiro de 1865 — 19 votos a 56 —, o salão ficou em silêncio por um instante. Em seguida, os membros do Congresso desabaram em suas cadeiras e “choraram como crianças”. Do lado de fora, uma salva de tiros anunciou o resultado. Das trincheiras da batalha, um soldado negro da União escreveu: “Os Estados Unidos lavaram suas mãos nas águas limpas da fonte da liberdade.”⁸⁷ Só o tempo diria se a água daquela fonte permaneceria limpa, sem a mácula da escravidão.

Choveu por semanas em Washington naquele inverno, com os ventos castigando a cidade e arrancando as árvores pelas raízes. Era como se o clima quisesse transportar a crueldade da guerra para a capital. Na manhã da posse de Lincoln, dia 4 de março, multidões vieram armadas com seus guarda-chuvas apontados para o céu. As pessoas se aglomeraram em um terreno lamacento, repleto de poças d’água. Uma névoa recobria a cidade. Porém, assim que Lincoln começou a falar, o céu se abriu e o sol despontou por entre as nuvens. Com sua maneira característica de andar, a passos firmes, Lincoln subiu na plataforma montada na fachada Leste do Capitólio. Alexander Gardner capturou o momento com uma fotografia de magnífica

sutileza. Lincoln está sem chapéu. Ele segura uma pilha de papéis e olha para baixo. Fala, mas brevemente. A escravidão havia sido “a causa da guerra”, e, mesmo assim, “afetuosamente torcemos e fervorosamente rezamos para que este flagelo terrível se encerre depressa”: uma prece para os vivos e para os mortos. E então ele concluiu, com as palavras que estão gravadas em seu memorial:

Sem maldade para com ninguém, com caridade para com todos, fazendo o certo com a firmeza que Deus nos dá para saber o que é certo, que prossigamos para concluir o trabalho que estamos fazendo, para curar as feridas da nação, para ajudar aqueles que enfrentaram a batalha, suas viúvas e seus órfãos, para fazer tudo que for possível para atingir e desfrutar uma justa e duradoura paz entre nós mesmos e para com todos os países.

John Wilkes Booth, aos 26 anos, assistiu a tudo das galerias. “Que chance excelente eu tive para matar o Presidente se eu quisesse, no dia de sua posse!”, diria ele no futuro.⁸⁸

No dia 9 de abril, na sala de estar da casa grande de uma fazenda em Appomattox, na Virgínia, o general Confederado Robert E. Lee rendeu-se ao general da União Ulysses Grant. Dois dias depois, Booth, um conhecido ator shakespeariano, nervoso, assistia do meio da multidão o discurso de Lincoln, no qual o presidente explicava os termos de sua vitória. “Cidadania para os crioulos, é o que está querendo dizer”, murmurou Booth. Quatro dias e algumas horas depois disso, por volta das 22h15 do dia 14 de abril, uma sexta-feira, Booth atirou em Lincoln com uma *derringer* no Teatro Ford, uma casa de espetáculos que ficava a seis quadras da Casa Branca.

Lincoln desabou, inconsciente, em uma cadeira de balanço de noqueira. Um cirurgião do exército foi até o camarote do presidente, deitou Lincoln no chão acarpetado, removeu sua camisa e procurou pelo ferimento. Então, mais dois médicos carregaram o presidente pelas escadas, saíram do teatro e o levaram até uma sala no primeiro andar de uma pensão na Rua 10. Não se esperava que Lincoln, aos 56 anos, sobrevivesse. Na

esperança de que dissesse alguma coisa antes de morrer, mais de uma dúzia de pessoas passou a noite inteira ao seu lado. Mas a espera foi em vão. Lincoln nunca mais acordou. Pela manhã se foi o primeiro presidente dos Estados Unidos a ser morto enquanto cumpria seu mandato. A notícia de sua morte, divulgada pelo telégrafo, foi publicada nos jornais ao sábado e lamentada nas igrejas no domingo. “Não merecíamos esta perda, porém ela nos deu um mártir nacional”, declarou um pastor.⁸⁹ Era Páscoa.

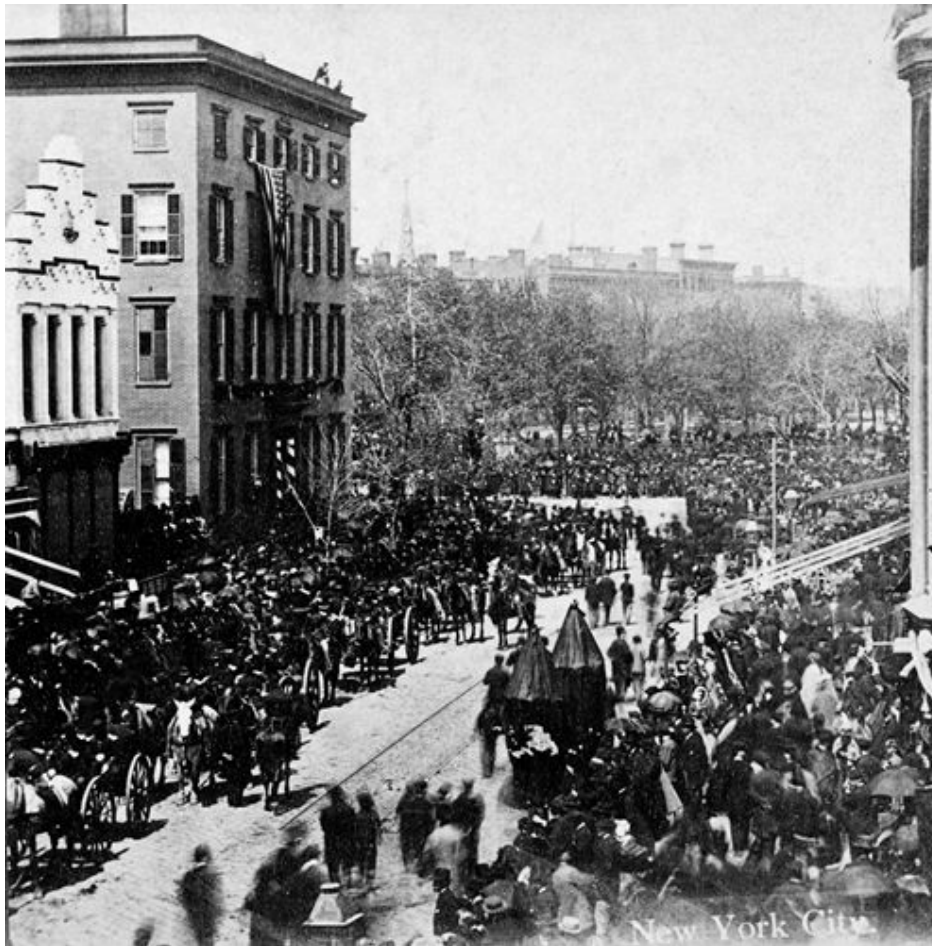
A morte de Abraham Lincoln marcou o surgimento de uma nova crença americana: a emancipação como credo, nascido do luto por um mártir. Depois de quatro anos de guerra, a maioria dos americanos tinha roupas pretas sempre ao alcance, as mulheres seus vestidos, os homens suas capas e braçadeiras. Na Casa Branca, os médicos que conduziram a autópsia ficaram com alguns souvenirs, um deles tendo embrulhado em papel “um fragmento de osso do crânio”. Lincoln fora um homem de proporções gigantescas, e seu corpo, objeto de incessante fascinação. Quando chegaram à Casa Branca, os embalsamadores prometeram: “O corpo do Presidente jamais entrará em decomposição.”⁹⁰

Quatro dias depois, quando o caixão foi exposto ao público, vendedores de rua ofereciam lembrancinhas enquanto uma multidão enlutada fazia fila para ter um vislumbre do presidente falecido.

“Perdemos nosso Moisés”, gritava uma idosa negra, esperando na fila. “Ele foi crucificado por nós”, declarou outro negro em luto por sua morte na Pensilvânia. Nem todos os americanos ficaram de luto. “Urra! O Velho Abe Lincoln foi assassinado!”, escreveu um morador da Carolina do Sul em seu diário.⁹¹

Os carregadores levaram o caixão de Lincoln até um trem funerário que serpenteou pelo país, atravessando campos e vilarejos, por doze dias e doze noites. Em 4 de maio de 1865, seu corpo foi transportado até uma sepultura temporária em

Springfield, Illinois, até que um memorial mais permanente fosse construído, um obelisco de granito posicionado sobre um sarcófago de mármore.⁹² Mesmo sem pronunciar nada em seu leito de morte, Lincoln havia deixado muitas palavras finais para serem eternamente lembradas e gravadas em pedra.

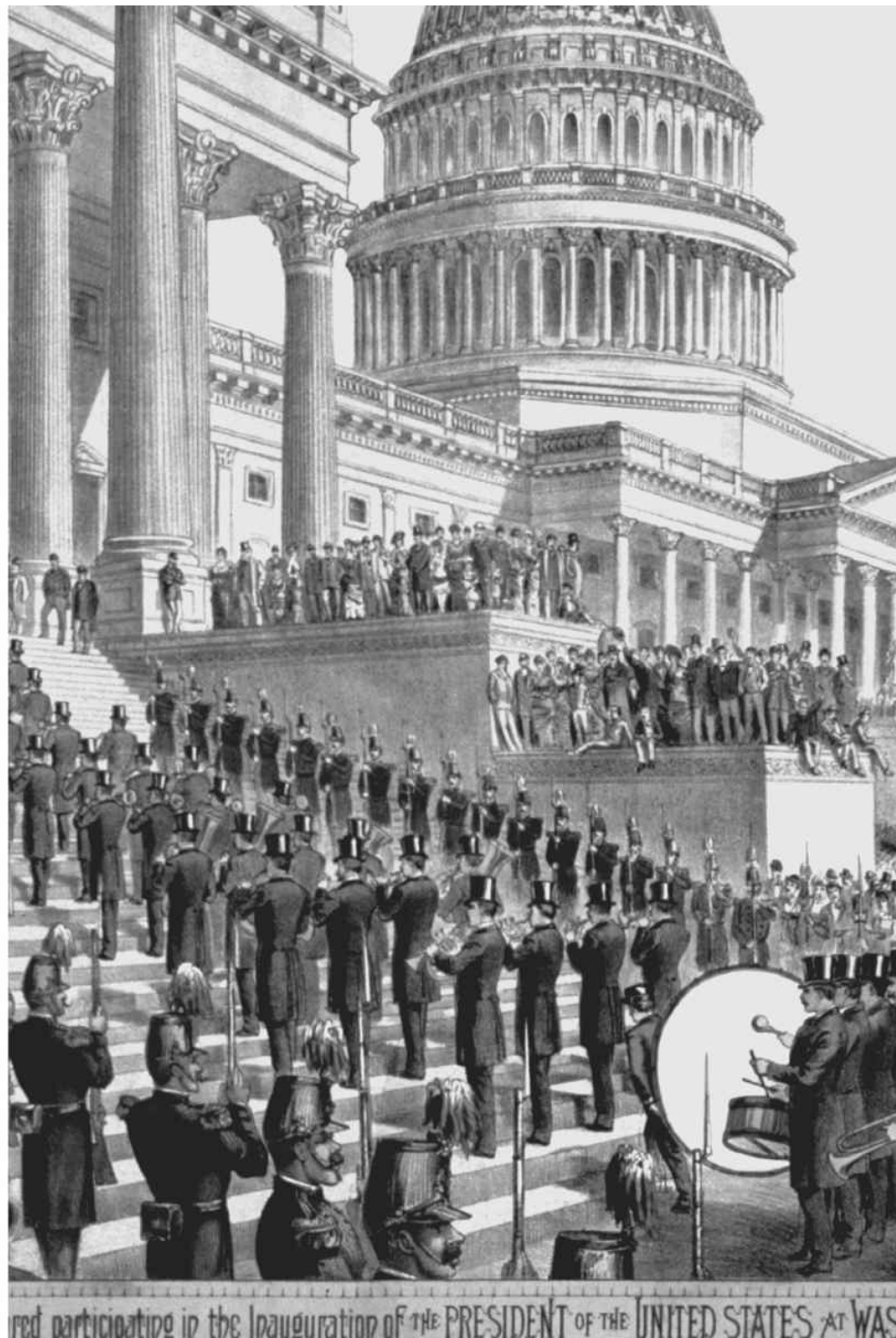


Uma multidão se reunia na Union Square, em Nova York, em 1865, durante a passagem do cortejo fúnebre de Lincoln, quando um fotógrafo, posicionado em cima de um telhado, capturou uma visão aérea da cena. (Biblioteca do Congresso.)

Com a nação ainda vestindo preto, a Décima Terceira Emenda, o último legado de Lincoln, foi passada aos estados. Quando finalmente foi ratificada, no dia 6 de dezembro de 1865, um congressista da Califórnia declarou: “A questão fundamental de nosso tempo está *resolvida*.”⁹³ Um enorme debate havia se

encerrado. Uma guerra terrível havia sido vencida. A escravidão tinha chegado ao fim. Mas o trabalho inconcluso de uma grande nação permanecia incompleto: a batalha por igualdade mal havia começado.

Lincoln seria, para sempre, um homem preso no tempo pelo clique de um obturador e pelo gatilho de uma arma. Ao lamentar sua morte, em sépia e amarelo, em preto e branco, em chapas de vidro reluzente, os americanos postergaram outro luto, um acerto de contas muito mais profundo e mais difícil com séculos de sofrimentos e perdas, nunca capturados por lente alguma nem resolvidos por emenda alguma: as marcas deixadas no corpo de milhões de homens, mulheres e crianças, raptadas, acorrentadas, caçadas, chicoteadas, queimadas com ferro, estupradas, deixadas para morrer de fome e enterradas em covas sem identificação. Nenhum presidente lhes consagrou cemitérios ou lhes fez discursos de Gettysburg; nenhum comitê oficial construiu monumentos em sua memória. Com a morte de Lincoln, era como se milhões de pessoas tivessem sido enfiadas junto com ele em sua tumba, trancafiadas em uma urna que não seria capaz de contê-las.



O aumento do poder do governo federal era indecorosamente ostentado em cerimônias de posse presidenciais cada vez mais extravagantes. (Universal History Archive / UIG / Bridgeman Images.)

Parte Três

O ESTADO



1866-1945

Em um Estado moderno, a tendência é que as decisões sejam tomadas a partir da interação, não do Congresso com o executivo, mas da opinião pública com o executivo.

Walter Lippmann, *O problema básico da democracia*, 1919

Nove

SOBRE CIDADÃOS, INDIVÍDUOS E PESSOAS



Moradores de Richmond, na Virgínia, celebrando o aniversário do Dia da Emancipação em 1888, debaixo de um cartaz mostrando Abraham Lincoln (Cook Collection, Museu Valentine #1388.)

O QUE É UM CIDADÃO? ANTES DA GUERRA CIVIL E POR UM BOM tempo depois dela, o governo dos Estados Unidos não tinha uma resposta certa para essa pergunta. “Sinto-me angustiado com muita frequência ao realizar pesquisas infrutíferas em nossos livros de legislação e nos registros dos tribunais atrás de uma definição satisfatória para a expressão ‘cidadão dos Estados Unidos’”, escreveu o exasperado procurador-geral de Lincoln em 1862.¹ Em 1866, o Congresso deixou a descoberta dessa definição a cargo de dois acadêmicos do direito. “A palavra cidadão ou cidadãos aparece, pelo menos, dez vezes na Constituição dos Estados Unidos, mas nenhuma definição lhe é dada em lugar algum”, um dos acadêmicos escreveu para o outro.²

O Congresso levantou a questão enquanto deliberava sobre as consequências da emancipação: milhões de pessoas que, até então, eram mantidas como escravas, haviam sido libertadas. Para essas pessoas, o significado de tornar-se cidadão dependeria do significado de “cidadão”. Nesse sentido, a Constituição se mostrou irritantemente vaga, referindo-se à cidadania, basicamente, como um requisito para concorrer a um cargo público e, em relação ao status dos imigrantes. O Artigo II da Seção 1 decretava: “Nenhuma pessoa, exceto um cidadão natural, ou um cidadão dos Estados Unidos, a partir do momento em que esta Constituição for adotada, poderá se candidatar ao cargo de presidente.” Porém, até mesmo uma afirmação aparentemente tão objetiva acabaria se revelando nebulosa. A palavra “natural” só foi acrescentada no último minuto, sem qualquer debate de que se tenha registro, depois que John Jay escreveu uma carta a George Washington sugerindo que seria “inteligente e oportuno estabelecer uma forte restrição à admissão de estrangeiros à administração de nosso governo nacional e declarar, expressamente, que o cargo de comandante em chefe do exército americano não deverá ser concedido, nem delegado a ninguém, exceto a um cidadão natural”.³ O que ou quem era um “cidadão natural”, Jay nunca disse.

Sob o direito comum britânico, “um súdito natural” é uma pessoa que nasceu dentro dos domínios do reinado, ou, dependendo das circunstâncias, alguém que nasceu fora dos domínios do reinado, mas é filho de súditos do rei. Um cidadão natural, todavia, não era exatamente a mesma coisa que um súdito natural, principalmente porque a maioria das leis americanas não fazia distinção entre cidadãos “naturais” e “naturalizados”, uma vez que os americanos — imigrantes e filhos de imigrantes — rejeitavam a monarquia. Na edição 52 do *Federalista*, Madison explicou que a única coisa que alguém que desejasse concorrer a uma vaga no Congresso precisava ser era cidadão americano por sete anos, já que “as portas dessa parte do governo federal estão abertas e são dignas de pessoas de

todos os tipos, sejam nativos ou adotivos, jovens ou idosos, sem levar em consideração pobreza ou riqueza, nem qualquer exercício particular de doutrina religiosa”.⁴ Aqueles que concorriam para o Congresso não precisavam atender exigências de propriedade; não precisavam ter nascido nos Estados Unidos e não poderiam ser submetidos a testes religiosos. A mesma lógica se aplicava à cidadania, e pelo mesmo motivo: os criadores da Constituição enxergavam esses tipos de exigência como formas de opressão política. As portas dos Estados Unidos deveriam estar sempre abertas.

Antes da década de 1880, nenhuma lei federal restringia a imigração. E, apesar de alguns períodos de nativismo fervoroso, especialmente na década de 1840, os Estados Unidos acolhiam imigrantes, concediam cidadania a eles e lhes tinham em alta estima. Após a Guerra Civil, o Tesouro dos Estados Unidos estimou que o valor de cada imigrante equivalia a uma contribuição de oitocentos dólares à economia do país, o que fez com que um congressista de Nova York chamado Levi Morton protestasse, reclamando que o valor era muito baixo. No salão da Câmara, Morton perguntou: “como estimaremos que valor têm para o país os milhões de irlandeses e alemães, aos quais devemos, em grande parte, a existência das enormes artérias do comércio que se estendem do Atlântico ao Pacífico, e os resultados de seu talento e trabalho, que contribuíram, de forma tão profunda, para a riqueza e prosperidade do país?”⁵

Obviamente, apesar de tudo que possa ser dito sobre a cidadania americana, seu conceito era, ao mesmo tempo, liberal e abrangente. O Artigo IV da Seção 2 da Constituição decretava que “os cidadãos de cada estado terão direito a todos os privilégios e imunidades dos cidadãos nos demais estados”, uma cláusula que Alexander Hamilton acreditava ser “a base da União”.⁶ Um cidadão de um estado seria igual ao cidadão de outro estado. Mas o que tornaria esses indivíduos cidadãos? Sob quais condições um residente *não seria* um cidadão? E quais,

exatamente, seriam os privilégios e imunidades concedidos pela cidadania?

Os políticos e teóricos do século XIX elucidaram a cidadania americana no contexto de um conjunto emergente de ideias a respeito dos direitos humanos e da autoridade do estado, apegando-se ao conceito de que um bom governo é aquele que garante os mesmos direitos políticos, iguais e irrevogáveis, a todo indivíduo com direito à cidadania. Charles Sumner, senador de Massachusetts, deixou essa posição muito clara em 1849, enquanto discutia a Constituição de seu estado natal: “Eis a Carta Fundamental de todo ser humano que respira sobre este solo, qualquer que seja sua posição e quem quer que sejam seus pais. Ele pode ser pobre, fraco, humilde ou negro — pode ser da raça caucasiana, judia, indígena ou etíope, — pode ser de origem francesa, alemã, inglesa ou irlandesa; perante a Constituição de Massachusetts, todas essas distinções desaparecem (...) Ele é um HOMEM, igual aos seus semelhantes. Ele é um dos filhos do Estado, que, como um pai imparcial, cuida de todos os seus descendentes com a mesma atenção.”⁷

Mas a prática passou muito longe do ideal. Se, por um lado, todos os cidadãos, naturais ou naturalizados, tinham o direito de concorrer ao Congresso, não havia leis federais restringindo a imigração, e todos os cidadãos eram, ao menos em teoria, politicamente iguais; por outro, não era pequeno o número de leis e costumes que restringiam a cidadania. A Lei de Naturalização foi aprovada em 1798, estendendo o período de residência exigido para que um imigrante se tornasse cidadão de cinco para quatorze anos. Esse período foi reduzido novamente para cinco anos em 1802, mas sob os termos de uma lei que declarava que apenas um “indivíduo branco e livre” poderia se tornar cidadão. Em 1857, no caso de *Dred Scott*, a Suprema Corte examinou a questão da cidadania negra, perguntando: “Poderia um negro, cujos ancestrais foram trazidos até este país e vendidos como escravos, tornar-se um membro da comunidade política

estabelecida e trazida à existência pela Constituição dos Estados Unidos, tornando-se, dessa forma, digno de todos os direitos, privilégios e imunidades garantidos ao cidadão por este instrumento?” A resposta enfática foi não. E a cidadania das mulheres tinha um escopo tão limitado que, em 1859, Elizabeth Cady Stanton escreveu, furiosa, a Susan B. Anthony: “Quando eu atravessar os portões celestiais e São Pedro me perguntar onde eu gostaria de ficar, eu direi: ‘Em qualquer lugar em que eu não seja negro ou mulher. Confira-me, ó grande anjo, a glória da masculinidade branca, para que eu possa, a partir de agora, gozar de liberdade infinita.’”⁸

Para aumentar a confusão, as restrições à cidadania eram aplicadas de forma irregular, como fica claro nos registros de requisição de passaporte. Os Estados Unidos emitiram seu primeiro passaporte em 1782, porém, durante muito tempo, os passaportes eram emitidos não apenas pelo governo federal, mas também, e mais frequentemente, pelos estados e cidades, por governadores, prefeitos e até por cartórios de bairro. Além disso, nem todos os documentos de cidadania assumiam a forma de passaportes. Aos marinheiros negros costumava ser concedido um documento conhecido como “certificado de proteção de marinheiro”, declarando que o seu portador era um “Cidadão dos Estados Unidos da América”: Frederick Douglass usou um documento como esse para fugir da escravidão.⁹ (Existia também, na terra da escravidão, um comprovante de identidade que funcionava mais como um certificado de não cidadania, como um antipassaporte, um “passe de escravo”. Era o documento, assinado por um senhor de escravos, que todo indivíduo escravizado precisava portar quando se deslocava por um território controlado pelas patrulhas de escravos, grupos armados de homens brancos que se organizavam como milícias.) Um homem negro, identificado como “pessoa de cor livre” — uma expressão adaptada do francês *gens de couleur libres* e usada regularmente nos Estados Unidos a partir da década de 1810 —, tirou um passaporte, pela primeira vez, em 1835, mas, naquele

mesmo ano, a Suprema Corte debateu se um passaporte poderia ser considerado um comprovante de cidadania e decidiu que não.¹⁰

Toda essa bagunça foi, gradualmente, dando origem a um sistema mais uniforme. Em 1856, o Congresso aprovou uma lei declarando que somente o secretário de Estado poderia “conceder e emitir passaportes” e que somente quem era cidadão poderia obtê-los. Em agosto de 1861, o secretário de Estado de Lincoln, William Seward, emitiu o seguinte decreto: “Até segunda ordem, nenhum indivíduo terá o direito de viajar para fora dos Estados Unidos sem um passaporte ou emitido por este Departamento ou contra-assinado pelo Secretário de Estado.” A partir desse momento, até o fim da guerra, essa restrição foi imposta; o objetivo era impedir que os homens deixassem o país para fugir do serviço militar. Em 1866, um funcionário do Departamento de Estado escreveu que, na emissão de passaportes, “não se faz distinção pela cor”, uma política muito à frente da lei federal de cidadania e, também, justamente o tipo de coisa que fez com que o Congresso mandasse os dois acadêmicos de direito mergulharem nos livros de legislação para procurar, em vão, por uma definição do termo “cidadão”.¹¹

A Guerra Civil levantou questões fundamentais não apenas sobre a relação entre os estados e o governo federal, mas também a respeito da cidadania em si e sobre o próprio conceito de estado-nação. O que é um cidadão? Que poderes um Estado pode exercer sobre seus cidadãos? O sufrágio é um direito da cidadania ou é um direito especial disponível apenas a determinados cidadãos? As mulheres são cidadãs? E, se são, por que não são eleitoras? E quanto aos imigrantes chineses que desembarcam aos montes no Oeste? Eles eram livres. De acordo com as leis americanas, eram “indivíduos brancos livres” ou “pessoas de cor livres” ou algum outro tipo de indivíduo?

Nas décadas posteriores à guerra, um novo sistema partidário e uma nova ordem política lidariam com essas perguntas,

enquanto o governo federal, com sua autoridade e poder expandidos, impulsionaria o crescimento do capitalismo industrial. Em resposta, isso produziria desigualdades de renda e riqueza que estremeceriam as bases da república. Sob essa nova ordem política, as corporações passariam a exigir o direito de serem vistas pelos olhos da lei como “pessoas”, e os miseráveis, os fazendeiros e operários de fábrica que tinham sido deixados para trás fundariam um partido político que insistiria em sua autoridade suprema como “o povo”.

Em 1866, o Congresso procurou, em vão, por uma definição bem documentada da palavra “cidadão”. Ao longo dos trinta anos seguintes, a definição se tornaria mais clara e se afunilaria. Em 1869, o Escritório de Passaportes dos Estados Unidos, um braço do Departamento do Estado que havia crescido e agora tinha milhares de funcionários, começou a processar os pedidos de acordo com as novas “Regras para a Gestão de Requisição de Passaportes”. Agora era necessária uma comprovação de identidade que incluía uma minuciosa descrição física:

Idade, ____ anos; altura, __ pés e ____ polegadas (Medida inglesa); testa, ____; olhos, ____; nariz ____; boca, ____; queixo, ____; cabelo, ____; cor da pele, ____; rosto, ____.

E também declarações juramentadas, assinaturas, testemunhos, um juramento de lealdade e uma taxa de inscrição no valor de um dólar.¹²

No rescaldo turbulento da Guerra Civil, o cidadão foi definido, descrito, medido e documentado. E assim nascia o estado administrativo moderno.

I.

A VITÓRIA DA UNIÃO sobre a Confederação concedeu poderes sem precedentes ao governo federal. O governo exerceu poderes de um vencedor sobre os antigos soldados da Confederação, os derrotados. Sobre os antigos escravos, exerceu poderes

estabelecidos para garantir direitos civis, em uma tentativa de minar os esforços dos estados do sul, determinados a negar esses direitos aos homens e mulheres agora libertados.

Muito antes da guerra terminar, homens e mulheres negras tentaram antecipar e influenciar os planos do governo para o pós-guerra. Em março de 1863, Edwin Stanton, o secretário de guerra de Lincoln, criou a Comissão de Inquérito dos Homens Livres Americanos. Seus investigadores relataram que “o principal objeto da ambição entre os refugiados é o de possuir uma propriedade, especialmente um pedaço de terra, mesmo que apenas uns poucos acres”. Em outubro de 1864, em Syracuse, Nova York, a Convenção Nacional dos Homens de Cor reivindicou “cidadania integral” para os homens negros — mas não para as mulheres — e reformas legislativas que incluíam a permissão para que “homens de cor de todas as regiões do país” se assentassem em terras que haviam sido concedidas aos cidadãos pelo governo federal através da Lei da Propriedade Rural. Essa lei, assinada e posta em vigor em 1862, disponibilizava até 160 acres de “terras públicas sem dono” para indivíduos e chefes de família, que poderiam cultivá-las por cinco anos e, a partir daí, pagariam uma pequena taxa. Thaddeus Stevens, um representante da Pensilvânia de rosto vincado, comandava os autointitulados Republicanos Radicais, uma ala do partido profundamente comprometida com a reconstrução da ordem política da sociedade sulista. Stevens, que havia liderado o Comitê de Formas e Meios durante a administração Lincoln, queria desapropriar e redistribuir cerca de 4 milhões de acres de terras pertencentes a 70 mil “chefes rebeldes” confederados e entregar quarenta acres a cada homem liberto adulto. O Escritório dos Refugiados, Homens Libertos e Terras Abandonadas (mais conhecido, em geral, como Escritório dos Libertos) fornecia alimentos e roupas para os refugiados de guerra e prestava auxílio àqueles que queriam se instalar nas terras. Nas convenções dos libertos, contudo, circulavam rumores de que o escritório pretendia entregar para cada ex-escravo quarenta acres e uma mula. “Eu já escolhi a minha mula.

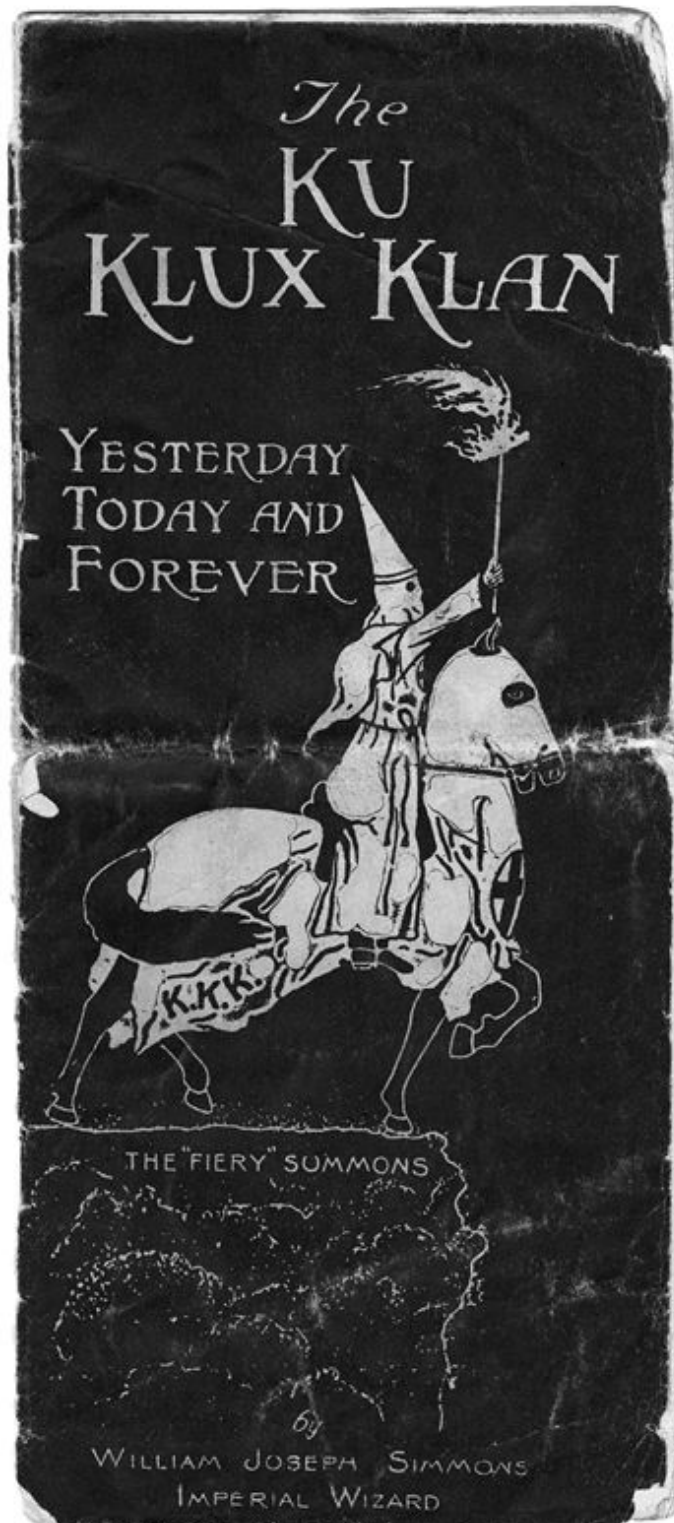
Todos nós já escolhemos”,¹³ diria, mais tarde, Sam McAllum, um ex-escravo do Mississippi, durante uma entrevista.

Com a guerra se aproximando do fim, o Congresso debatia como deveria conduzir os processos de paz. O que deveria acontecer aos líderes da Confederação? Eles manteriam seus direitos de cidadãos? O que aconteceria com suas propriedades? Thaddeus Stevens alegava que o governo deveria tratar os ex-Confederados como um “povo dominado” e reformar “as fundações de suas instituições, tanto políticas quanto municipais e sociais [senão] todo o nosso sangue e recursos teriam sido despendidos em vão”.¹⁴

Mas Lincoln se opunha a uma paz vingativa, temendo que isso impedisse que a nação curasse suas feridas. Propôs, em vez disso, o assim chamado plano dos 10%, que incluía o perdão aos líderes confederados e a permissão para que um estado retornasse à União assim que 10% de seus eleitores fizessem um juramento de lealdade. Os Republicanos Radicais rejeitaram esse plano no Congresso e, no final de 1864, aprovaram a Lei Wade-Davis, que exigia que uma maioria do eleitorado fizesse um juramento afirmando nunca ter apoiado a Confederação e que tirava o direito ao voto de todos os ex-líderes e soldados confederados. Lincoln vetou a lei, mas acabou concordando em colocar os estados do Sul sob lei marcial.

Antes de assumir a presidência após o assassinato de Lincoln, seu vice, Andrew Johnson, ex-governador do Tennessee, tentou promover uma virada de mesa nos planos pós-guerra, propondo um caminho consideravelmente diferente das ideias do falecido. Lincoln havia escolhido Johnson como seu companheiro de chapa em uma tentativa de tranquilizar os estados fronteiriços. Com a morte de Lincoln, Johnson estabeleceu para si o compromisso de proteger o Sul. Ele não falava sobre “reconstrução”, mas sobre “restauração”: queria trazer os estados confederados de volta para a União o mais rápido possível e deixar que os estados decidissem as questões envolvendo cidadania e direitos civis.

Os homens libertos seguiam pressionando por suas reivindicações: Ligas da União, Clubes Republicanos e Ligas pela Igualdade de Direitos realizavam “convenções de homens libertos”, exigindo cidadania plena, igualdade de direitos, sufrágio e terras, e protestando contra as anistias e perdões concedidos por Johnson aos ex-líderes confederados. “Quatro quintos de nossos inimigos foram libertados ou anistiados, e o outro quinto está sendo perdoado”, declarou uma assembleia de negros na Virgínia, que acusou Johnson de tê-los “deixado inteiramente à mercê desses rebeldes subjugados, porém não convertidos, em tudo, exceto no direito de levar-nos, e nossas esposas e nossos filhos, à plataforma de leilão”.¹⁵ No inverno de 1865-66, as legislaturas sulistas, formadas por ex-separatistas, começaram a aprovar “códigos negros”, novas leis raciais que, na prática, davam continuidade à escravidão por meio de contratos de serviço, arrendamento rural e outros formatos de servidão. Na Carolina do Sul, as crianças cujos pais eram acusados de não serem capazes de lhes ensinar “práticas de trabalho e de honestidade” eram tiradas de suas famílias e deixadas sob os cuidados de famílias brancas, na condição de aprendizes, em posições de trabalho não remuneradas.¹⁶ A escravidão era como um monstro que, uma vez decapitado, sempre fazia nascer uma nova cabeça.



Um panfleto publicado em 1916 celebrava “a nobre cruzada da Ku Klux Klan durante o Período de Reconstrução” e reivindicava seu “lugar legítimo na história como salvadora do

Sul e, portanto, de toda a nação". (Coleção do Museu Nacional Smithsonian da História e Cultura Afro-americana # 2011.155.15.)

E então, em 1866, no Tennessee, surgiu a Ku Klux Klan, uma organização fraterna de veteranos confederados que vestiam roupas brancas para se parecerem, de acordo com um de seus membros originais, com "os fantasmas dos confederados mortos que haviam se levantado do túmulo atrás de vingança". A Klan foi, de fato, uma ressurreição — não dos confederados mortos, mas sim das milícias armadas, que haviam passado muito tempo atuando como patrulhas de escravos, que por décadas aterrorizaram homens, mulheres e crianças com tochas, cordas e armas, instrumentos de intimidação, tortura e assassinato.¹⁷

No dia 2 de fevereiro de 1866, o Senado aprovou a Lei dos Direitos Civis, a primeira lei federal a definir cidadania. "Todas as pessoas nascidas nos Estados Unidos e não sujeitas a nenhum poder estrangeiro, exceto índios não taxados, são, doravante, proclamados cidadãos dos Estados Unidos", começava o texto. A lei declarava que todos os cidadãos tinham o direito à igualdade de proteção sob seus termos; suas disposições incluíam a manutenção do Escritório dos Libertos. Cinco dias após a votação do Senado — um momento crucial —, Frederick Douglass visitou a Casa Branca para pedir o apoio do presidente durante um encontro extraordinariamente tenso, um confronto tão memorável e histórico como outros tantos que aconteceram naqueles salões.

"Você está em uma posição em que detém o poder de nos salvar ou nos destruir. E estou falando de nossa raça inteira", disse Douglass ao presidente.

Johnson, em um discurso errático, evasivo e defensivo, garantiu a Douglass que era um amigo do povo negro. "Eu já fui dono de escravos e já os comprei, mas nunca vendi nenhum", disse ele. Na verdade, Johnson não tinha a intenção de se posicionar contra os códigos negros, debater igualdade de direitos ou assinar uma Lei dos Direitos Civis. Depois que

Douglass foi embora, Johnson falou para um de seus assessores, em tom de escárnio: “Ele é como qualquer outro crioulo, sempre prestes a cortar a garganta de um homem branco.”¹⁸

Em março, depois que a Câmara aprovou a Lei dos Direitos Civis, Johnson a vetou. Em abril, em uma demonstração de poder, o Congresso nulificou o veto de Johnson. Um marco na história da disputa por poder entre os braços executivo e legislativo do governo federal, a posição do Congresso representou uma das primeiras vezes em que a casa contrariou um veto presidencial.

Enquanto o governo federal se movimentava para definir o que era cidadania e proteger direitos civis, Johnson tentava impedir essas mudanças, mas se mostrou incapaz de vencer os Republicanos Radicais, que dominavam o Congresso e estavam no centro do poder nacional.¹⁹ Quando os Republicanos Radicais se voltaram para a questão do voto, começaram a trabalhar em emendas constitucionais projetadas para impedir que os homens libertos tivessem negado seu direito ao sufrágio: a Décima Quarta e Décima Quinta Emendas. Havia ideais em jogo, é claro: honrar a promessa feita pelos documentos que haviam fundado a nação e a causa pela qual a guerra havia sido travada. Mas também havia a questão política, pura e simples. A abolição da escravidão havia tornado obsoleta a cláusula dos três quintos. Com cada homem, mulher e criança negra contando não como três quintos, mas como cinco quintos, os estados do Sul ganharam assentos no Congresso. Se os homens negros tivessem o direito de votar, era quase certo que votariam nos republicanos. Portanto, para que os republicanos no Congresso se mantivessem no poder, eles precisavam se assegurar de que os estados do Sul não impediriam os homens negros de votar.

Para atingir esse objetivo, os Republicanos Radicais tinham o apoio das legiões de mulheres que haviam lutado pela abolição, pela emancipação e pelos direitos de suas iguais. Depois que Lincoln assinou a Proclamação da Emancipação, e após a

ratificação da Décima Terceira Emenda, Elizabeth Candy e Susan B. Anthony começaram a lutar, ambas acirradamente, pela próxima emenda. As duas esperavam que ela garantisse os direitos e privilégios da cidadania para todos os americanos — incluindo as mulheres.

A Décima Quarta Emenda, elaborada pela Comissão Mista para a Reconstrução, concretizou um avanço constitucional extraordinário após um século inteiro de debates e guerras, de sofrimento e de luta. Ela estabelecia uma definição de cidadania que salvaguardava seus privilégios e imunidades, assegurando a mesma proteção e acesso ao processo legal a todos os cidadãos. “Todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos, e sujeitas à jurisdição do mesmo, são cidadãos dos Estados Unidos e do estado em que residem. Nenhum estado fará ou aplicará nenhuma lei que retire os privilégios ou imunidades dos cidadãos dos Estados Unidos; bem como nenhum estado privará nenhuma pessoa de sua vida, liberdade ou propriedades sem o devido processo legal; nem negará a nenhuma pessoa dentro de sua jurisdição a mesma proteção das leis.”²⁰

Durante a redação da emenda, o comitê virou as costas para a falange nacional de mulheres — que passara décadas lutando por abolição e pelos direitos civis dos negros — ao propor que na segunda seção da emenda fosse incluída uma cláusula dizendo que todo estado que negasse o direito ao voto “a qualquer habitante masculino do mesmo” perderia sua representação no Congresso. “Masculino”, até então, não aparecia em nenhuma parte da Constituição. “Se a palavra ‘masculino’ for incluída, nós levaremos, no mínimo, um século, para tirá-la de lá”,²¹ alertou Stanton. Ela não estava errada.

As mulheres protestaram. “Alguém poderia nos explicar como é que esses grandes defensores da igualdade humana (...) se esqueceram de que, quando eram um partido fraco e precisavam de toda a força feminina do país para ajudá-los, recorreram às palavras ‘sem distinção de sexo, raça ou cor?’”, perguntou

Frances Gage, uma reformista natural de Ohio. Charles Sumner deu a seguinte resposta: “Nós sabemos como o negro votará, mas não temos a mesma certeza em relação às mulheres.” Era impossível saber como elas votariam. As mulheres negras votariam como os homens negros? As mulheres brancas votariam como as mulheres negras? Os republicanos decidiram que era melhor não tentar descobrir. “Este momento é dos negros”, disseram às mulheres. “Posso lhe fazer apenas uma pergunta, com base na suposta oposição na qual você coloca o negro e a mulher?”, perguntou Stanton a Wendell Phillips. “Minha pergunta é a seguinte: Você acredita que a raça africana é composta inteiramente de homens?”²²

Apesar dos protestos das mulheres, a palavra “masculino” continuou no documento. Mas outro termo levantaria ainda mais sobrancelhas. “Todas as *peessoas* nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos (...) são cidadãos.”²³ Por que “peessoas”? Para os homens que estavam dispostos a negar a igualdade de direitos às mulheres, “peessoas” soava estranhamente abrangente. Mesmo contendo a palavra “masculino”, de algum modo a emenda poderia ser interpretada como um reforço às reivindicações femininas por igualdade de direitos?

Durante as discussões no Senado, Jacob Howard, um republicano de Michigan, explicou que a emenda “protege o homem negro em seus direitos fundamentais como cidadão com o mesmo anteparo que protege o homem branco”. Howard garantiu aos colegas senadores que a emenda, de forma bastante enfática, não concedia aos homens negros o direito ao voto (muito embora ele preferisse que sim); ela apenas sugeria, sem oferecer qualquer mecanismo de aplicação, que os estados que impedissem esses homens de votar perderiam sua representação no Congresso. Sobre esse ponto, Howard citou James Madison, que escrevera que “aqueles que são cerceados pelas leis devem ter voz em sua confecção”. De seu lugar, Reverdy Johnson, um Democrata de Maryland, levantou-se para perguntar até que ponto uma proposição como aquela poderia

ser estendida de forma racional, especialmente levando-se em conta o uso que a emenda fazia da palavra “pessoa”:

SR. JOHNSON: Homens e mulheres estão inclusos?

SR. HOWARD: O Sr. Madison não diz nada sobre mulheres.

SR. JOHNSON: “Pessoas.”

SR. HOWARD: Creio que o Sr. Madison era velho demais e inteligente demais para ignorar a existência de algo chamado lei da natureza, que exerce determinada influência até mesmo sobre as questões políticas, e que, de acordo com esta lei, mulheres e crianças não são vistas como iguais perante os homens.²⁴

Levaria um século para que essa questão retornasse ao Congresso e, mesmo assim, de forma meramente acidental, durante os debates acerca da Lei de Direitos Civis de 1964. Ainda assim, mesmo com a extensão de determinadas proteções apenas a “habitantes masculinos” e com seu entendimento estreito dos direitos das pessoas, a ratificação da Décima Quarta Emenda não estava de forma alguma garantida. Andrew Johnson se opôs à emenda e conclamou os estados sulistas a não ratificá-la. Somente o Tennessee ratificou (sempre ambivalente em relação à Confederação e último estado a se separar da União, o Tennessee foi o primeiro a ser readmitido). Enquanto isso, no outono de 1866, um grande número de Republicanos Radicais foi eleito para o Congresso, botando Johnson de joelhos. Mesmo ajoelhado, contudo, Johnson continuou a medir forças. Os republicanos, entendendo que a ampliação do poder federal era a única maneira possível de garantir os direitos civis de ex-escravos, aprovaram quatro Leis de Reconstrução. Johnson, em retaliação pesada, vetou todas. O Congresso nulificou seus quatro vetos, reduzindo o presidente a pó.

As Leis de Reconstrução dividiam a antiga Confederação em cinco distritos militares, cada um deles sob o comando de um general. Cada antigo estado rebelde deveria redigir uma

Constituição nova, que seria, então, enviada ao Congresso para aprovação. Em um ato de coerção constitucional, o Congresso fez da readmissão à União uma contingência da ratificação da Décima Quarta Emenda. Sob os termos da Reconstrução, aqueles que tinham servido como soldados da Confederação não poderiam votar, mas os que haviam sido senhores de escravos, sim. Na antiga Confederação, a maioria dos homens brancos que tinham direito ao voto eram democratas; 80% dos eleitores dos republicanos eram homens negros. Ainda assim, mesmo com a proteção das tropas federais, nem sempre os homens negros conseguiam votar, especialmente à medida que a Klan crescia. Nos estados do Centro-Sul os homens negros conseguiam votar com mais frequência. Na Virgínia, 90% dos eleitores negros registrados conseguiam votar. No Sul mais profundo, os negros combinavam de chegar cedo aos lugares de votação, e em grupos, para se proteger de ataques. Um fiscal eleitoral do Alabama descreveu o primeiro dia de votação em 1867: “devem ter comparecido cerca de mil homens libertos, muitos deles morando a quase cinquenta quilômetros de distância, todos ansiosos para votar.”²⁵

Enquanto a batalha pela ratificação da Décima Quarta Emenda prosseguia, os homens negros começavam a ampliar a sua participação na sociedade para além do dia das eleições. Oitocentos deles cumpriram mandatos nas legislaturas estaduais. Os homens negros ocuparam mais de mil cargos públicos, a maioria nos governos municipais e distritais. Um homem negro foi, durante um breve período, governador da Luisiana. “Agora é a hora dos negros. Os brancos já fizeram as coisas do jeito deles por tempo demais”, disse um político. Um jornalista do norte, em visita à legislatura da Carolina do Sul, escreveu: “A assembleia é, quase que literalmente, um Parlamento Negro (...) O Presidente da Câmara é negro, os porteiros são negros, os serviçais são negros, o presidente do comitê de Formas e Meios é negro, e o capelão é preto como carvão.” Os brancos chamavam-na de “Governo Negro”.²⁶

Em Washington, Johnson lutava para recuperar sua posição. No começo de 1868, tentou exonerar o secretário de guerra Edwin Stanton, um Republicano Radical que havia sido indicado por Lincoln. Mas Stanton, teimoso e irredutível, entrincheirou-se em seu escritório por dois meses. O país escorregava de uma crise constitucional para outra. A Câmara deu início ao processo de *impeachment* do presidente, acusando-o de infringir uma recém-aprovada Lei de Mandato de Cargo. O Congresso votou a favor do *impeachment*, 126 a 47, mas, no Senado, a votação foi de 35 a dezenove, um voto a menos do que os dois terços necessários. Johnson sobreviveu, mas o *impeachment*, uma arma constitucional que nunca havia sido usada até então, foi municiado pela primeira vez.²⁷

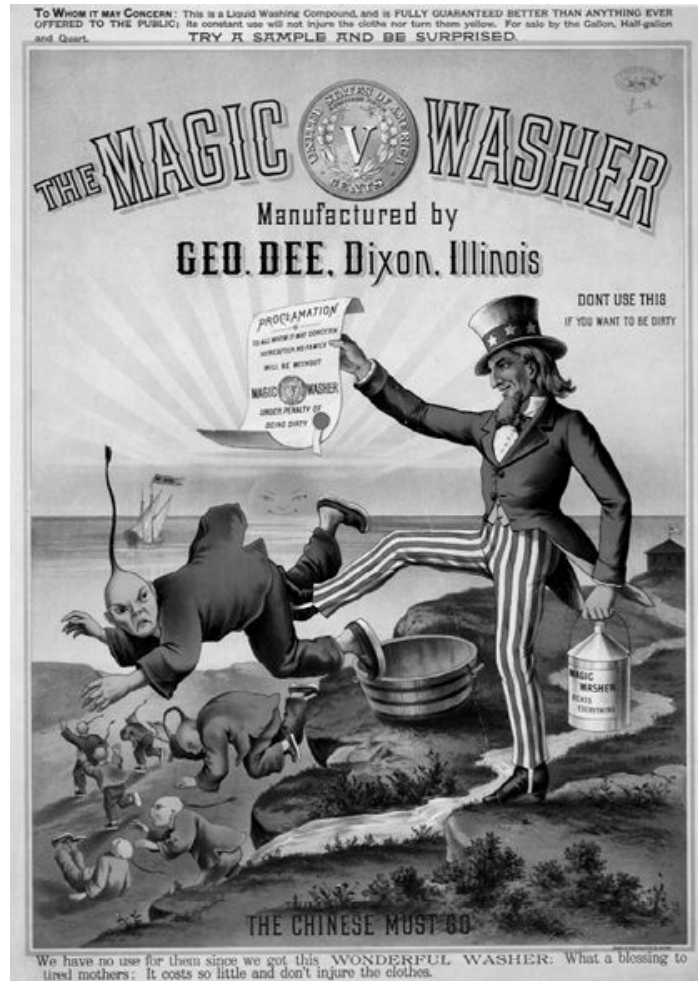
A Décima Quarta Emenda foi finalmente ratificada no verão de 1868. Nessa temporada, Sumner não conseguiu conquistar a indicação dos democratas para concorrer à presidência, enquanto Ulysses S. Grant — natural de Ohio, veterano da guerra com o México e herói da Guerra Civil — foi o indicado dos republicanos, baseando sua campanha na súplica “Queremos a paz”. Quase todos os homens negros que conseguiram votar, apesar das ameaças da KKK, votaram em Grant.

As mulheres também tentaram votar. Antes da Décima Quarta Emenda, as reformistas pró-direitos femininos lutaram pelo direito das mulheres à educação e por leis que concedessem às casadas o controle de suas propriedades; após a Décima Quarta Emenda, o movimento pelos direitos das mulheres restringiu seu escopo e se intensificou, transformando-se no movimento pró-sufrágio. Em 1868, em um plano conhecido como a Nova Partida, mulheres negras e brancas tentaram adquirir o direito ao voto ao exercê-lo: elas se dirigiram até os locais de votação e foram presas quando tentaram depositar as cédulas. Durante esse período, votar também foi se tornando mais difícil para os homens negros, o que levou o Congresso a debater e propor uma nova emenda constitucional, a qual levantaria ainda mais questionamentos a respeito de cidadãos, indivíduos e pessoas,

categorias cujos limites vinham sendo testados pelas mulheres havia muito tempo e que então começavam a ser testados, também, pelos imigrantes chineses.

* * *

Os IMIGRANTES CHINESES começaram a desembarcar nos Estados Unidos em grandes números na década de 1850, juntando-se à corrida do ouro. Em 1849, a Califórnia tinha 54 residentes chineses; em 1850, mais de 7 mil; em 1852, por volta de 25 mil. A maioria eram homens, oriundos da província de Cantão, e que partiram de barco de Hong Kong, enviados por empresas comerciais chinesas conhecidas como “As Seis Companhias”. Chegando por São Francisco, trabalharam como garimpeiros, primeiro na Califórnia, e depois no Oregon, Nevada, Washington, Idaho, Montana e Colorado. No recenseamento federal de 1860, 24.282 dos 34.935 chineses registrados trabalhavam em garimpos. Embora alguns imigrantes tenham abandonado a garimpagem — e alguns tenham sido obrigados a isso —, muitos continuaram em atividade até a década de 1880, trabalhando muitas vezes em locais abandonados por outros garimpeiros. Um relatório do governo de 1867 observou que, em Montana, “as escavações estão, agora, nas mãos dos chineses, que foram pacientemente tomando conta das áreas abandonadas pelos brancos”. Operários chineses começaram a se instalar em Boise em 1865 e, apenas cinco anos depois, já constituíam um terço dos assentados do Idaho e cerca de 60% dos seus garimpeiros. Em 1870, os imigrantes chineses e seus filhos correspondiam a quase 9% da população da Califórnia e um quarto dos trabalhadores assalariados do estado.²⁸



Em um cartum de 1886, Tio Sam expulsa imigrantes chineses dos Estados Unidos a pontapés, demonstrando o quão intenso era o sentimento sinofóbico na época da Lei de Exclusão dos Chineses. (Shober & Carqueville / Biblioteca do Congresso.)

De acordo com as constituições e estatutos estaduais, seus direitos eram consideravelmente limitados. A Constituição do Oregon de 1857 proibia os chineses de possuir bens imóveis, enquanto a Califórnia impedia os imigrantes chineses de serem testemunhas em tribunal, uma cláusula sustentada pela decisão de 1854 da Suprema Corte estadual, *O Povo v. Hall*, que descrevia os chineses como “uma raça de pessoas cuja natureza é pronunciadamente inferior, incapaz de qualquer progresso ou

desenvolvimento intelectual além de um determinado ponto, como demonstra sua história”.²⁹

A população sino-americana crescia em seu ritmo mais intenso na década de 1860, justamente quando o governo federal debatia a relação entre cidadania e raça. A cláusula da Décima Quarta Emenda que garantia cidadania por direito de nascimento — qualquer um que nascesse nos Estados Unidos seria um cidadão — não fazia restrições raciais. Sob seus termos, os filhos dos imigrantes chineses nascidos nos Estados Unidos eram cidadãos americanos. Como disse Lyman Trumbull, senador por Illinois, durante os debates sobre a emenda, “o filho de um asiático é tão cidadão quanto o filho de um europeu”.³⁰ (Essa interpretação da emenda foi reafirmada em uma decisão da Suprema Corte em 1898, *Estados Unidos v. Wong Kim Ark.*) Trumbull, que tinha ajudado a escrever a Décima Terceira Emenda, integrava um grupo muito pequeno do Congresso que falava sobre os imigrantes chineses em termos favoráveis, descrevendo-os como “cidadãos de um país que, em muitos aspectos, supera qualquer outro na face do globo nas artes e ciências, dono de uma população na qual se encontram os mais versados e proeminentes acadêmicos do mundo”. Mais comum era a visão expressa por William Higby, congressista republicano da Califórnia, que, um dia, também havia sido garimpeiro: “Os chineses não passam de uma raça pagã. Impossível que deem bons cidadãos”,³¹ declarou ele em 1866.

Se os filhos dos imigrantes chineses eram cidadãos americanos, e quanto aos imigrantes em si? A proteção mais significativa contra a discriminação dos chineses nos estados ocidentais foi um tratado de 1868 entre a China e os Estados Unidos que determinava que “os indivíduos chineses que visitem ou residam nos Estados Unidos deverão gozar dos mesmos privilégios, imunidades e isenções, em relação à viagem ou residência, de que gozam os cidadãos e indivíduos da nação mais favorecida”.³² Esse tratado, entretanto, não transformava os

imigrantes chineses em cidadãos; apenas sugeria que fossem tratados como tal.

E quanto ao direito ao voto daqueles que nasciam em território americano? Bem, isso dependia, em grande parte, da Décima Quinta Emenda, proposta no começo de 1869. Embora o objetivo da emenda fosse assegurar aos afro-americanos o direito de votar e de concorrer a cargos públicos, sua redação, inevitavelmente, levantou a questão da cidadania e do direito ao voto dos chineses. Opositores da emenda consideravam a premissa escandalosa já de partida. Garrett Davis, senador democrata do Kentucky, declarou, furioso: “Não quero um governo de negros; não quero um governo de mongóis; eu quero um governo de homens brancos, que foi o que os nossos antepassados criaram.”³³ Jacob Howard, de Michigan, pressionou para que a Décima Quinta Emenda deixasse especificamente os chineses de fora, ao incluir um trecho explicando que a emenda somente se aplicava aos “cidadãos dos Estados Unidos de descendência africana”.³⁴ Howard provavelmente calculava que a correção — que, na prática, excluía os chineses — aumentaria as chances de a emenda ser aprovada e ratificada. O Congresso, entusiasta da imigração, rejeitou a proposta. George F. Edmunds, de Vermont, considerou a correção de Howard um ultraje, ressaltando que sua nova redação concederia o direito de voto apenas aos homens negros, deixando de fora “o nativo de qualquer outro país sob o sol”.³⁵

Em meio a um debate atravancado por insultos e acusações, raros eram os oradores americanos capazes de elaborar um argumento sobre a cidadania baseado em direitos humanos. Mas Frederick Douglass, do alto de seus poderes retóricos, fez exatamente isso durante um discurso em Boston em 1869. Quem tem direito à cidadania e à igualdade política? Não as pessoas de uma descendência ou de outra, de um sexo ou de outro, e sim todas, insistiu Douglass. “Os chineses virão. Você me pergunta se eu sou a favor de sua imigração. Eu respondo que sim. Você os naturalizaria e os investiria com todos os direitos da cidadania

americana? Sim. Você permitiria que eles votassem? Sim.” Douglass falou sobre o que ele chamava de uma “nação composta”, um conceito incrivelmente original e inovador, sobre uma comunidade de cidadãos que se tornava melhor e mais forte não apesar da diversidade de seus elementos, mas justamente por causa dela: “Quero que este seja um lar não apenas para as raças negra, mulata e latina; eu quero que o asiático também encontre um lar aqui, nos Estados Unidos, e sinta-se em casa, tanto para o seu bem quanto para o nosso.”³⁶

A eloquência de Douglass e sua profunda crença na igualdade não prevaleceram. Em sua última redação, a Décima Quinta Emenda, ratificada em 1870, declarava que “o direito ao voto dos cidadãos dos Estados Unidos não deve ser negado ou restringido pelos Estados Unidos ou por qualquer estado com base em raça, cor, ou situação anterior de servidão”,³⁷ o que não resolvia — sequer abordava — a questão do direito à cidadania dos imigrantes chineses. E, na prática, também não resolvia o que se propunha a resolver, o direito ao voto dos homens negros, para quem votar só ficava cada vez mais difícil e perigoso, em virtude da crescente onda de terrorismo. Muito embora o Congresso, controlado por republicanos, tenha aprovado a Lei de Execução de 1870 e a Lei da Klan de 1871, que tornavam ilegais quaisquer restrições ou interferências ao sufrágio, a Klan só aumentou seus esforços para retomar o Sul, tumultuando a região.

A Décima Quinta Emenda também não resolveu a questão do direito ao voto feminino. Por um lado, ela não assegurava esse direito às mulheres, uma vez que não vetava a discriminação por sexo (somente por “raça, cor ou situação anterior de servidão”); por outro, não indicava que as mulheres não poderiam votar. O que a Décima Quinta Emenda fez, então, foi promover uma cisão no movimento pela igualdade de direitos, dividindo a Associação Americana pela Igualdade de Direitos, uma organização que militava pelos direitos civis, em duas. Stanton e Anthony fundaram a Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino, que não apoiava a emenda; e a reformista veterana Lucy Stone e a

poetisa Julia Ward Howe fundaram sua rival, a Associação Americana pelo Sufrágio Feminino, que apoiava. (A cisão seria revertida em 1890 com a união das duas organizações, dando origem à Associação Nacional Americana pelo Sufrágio Feminino.)

Em 1870, cinco mulheres negras foram presas tentando votar na Carolina do Sul. Porém, àquela altura, as mulheres tinham decidido testar os limites da cidadania feminina não apenas votando, como também concorrendo a cargos públicos. Victoria Woodhull, uma carismática vidente de Ohio que participou de uma convenção pró-sufrágio em 1896, mudou-se para Nova York, onde se reinventou como corretora da bolsa de valores e acabou se tornando a primeira mulher a concorrer à presidência da república. Ela concorreu como candidata “autoindicada” do partido que ajudou a criar, o Partido dos Direitos Iguais. Em 1871, ela anunciou: “Estamos tramando uma revolução.” Woodhull disse que concorreu “principalmente com o objetivo de chamar a atenção para as reivindicações das mulheres por igualdade política em relação aos homens”. Engenhosamente, Woodhull alegou que as mulheres já tinham o direito ao voto de acordo com a cláusula de privilégios e imunidades da Constituição, um argumento que ela já havia apresentado antes perante um comitê de justiça da Câmara (o que fez dela a primeira a mulher a discursar em um comitê constitucional). “Como fui a primeira a compreender esses fatos legais e constitucionais, serei, também, a primeira a proclamar, como agora o faço, que todas as mulheres dos Estados Unidos da América possuem o direito ao voto.” A candidatura de Woodhull terminou de forma humilhante. Ela passou o dia da eleição na prisão, acusada de obscenidade, e, por fim, a Suprema Corte decidiu contra a sua interpretação da Constituição, julgando, em *Minor v. Happersett*, que a Constituição “não conferia automaticamente o direito ao voto àqueles que eram cidadãos”.³⁸

A corajosa, glamourosa e escandalosa campanha de Woodhull ajudou a reforçar a ideia de que aquela questão chamava

atenção, mesmo que, na melhor das hipóteses, apenas por uma questão de cortesia. “As demandas honestas de qualquer classe de cidadãos por direitos adicionais devem ser tratadas com respeitosa consideração”, anunciaram os republicanos em sua convenção de 1872, uma postura que Stanton classificou não como uma “plataforma”, mas como “lasca”. Na convenção do partido em 1876, comemorando o centenário da Declaração da Independência, Sarah Spencer, da Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino, foi vaiada quando disse: “Neste novo século iluminado, eu lhes peço que tragam para o seu lado as mulheres dos Estados Unidos.” Nessa mesma convenção, Frederick Douglass, com seu cabelo preto como um corvo agora rajado de cinza, tornou-se a primeira pessoa negra a discursar em uma convenção de indicação. Spencer tinha feito um apelo. Douglass fez pressão. “A pergunta agora é: vocês pretendem estender a nós as promessas feitas em sua Constituição?”, disse ele, encarando a multidão de delegados arruaceiros, silenciados por sua voz estrondosa.³⁹

Sua resposta, aparentemente, foi não. Naquele ano fatídico, um século após a fundação do país, a Reconstrução fracassou, minada por acordos sórdidos, condutas desonestas, perversidades pessoais e falcatruas homéricas praticadas por homens degenerados e intolerantes. Grant, desaconselhado a concorrer para um terceiro mandato, desistiu de fazer campanha em 1876. Roscoe Conkling, um boxeador grandalhão e barbudo que era senador por Nova York, estava tão certo de que conquistaria a indicação do partido que chegou a escolher um vice e um lema — “Conkling e Hayes / É a aposta certa” —, apenas para ser derrotado pelo seu outrora companheiro de chapa, o apagado ex-governador de Ohio, Rutherford B. Hayes. Quando os democratas se reuniram em St. Louis — a primeira vez que uma convenção foi organizada a oeste do Mississippi —, uma delegação contrária à indicação do governador de Nova York, o obstinado reformista Samuel Tilden, pendurou um cartaz gigante na varanda do Lindell Hotel. Nele lia-se: “A cidade de

Nova York, a maior cidade democrática da união, opõe-se firmemente à indicação de Samuel J. Tilden para a presidência pois ele não é capaz de comandar nem o estado de Nova York”.⁴⁰ Tilden conquistou a indicação mesmo assim e, na eleição geral, ganhou no voto popular contra Hayes. Decididos a não aceitar o resultado da eleição, os republicanos pediram recontagem de votos na Flórida, na Luisiana e na Carolina do Sul. Por fim, a decisão caiu nas mãos de uma comissão eleitoral, que propôs um acordo desprezível: os democratas concordariam em apoiar o homem que, a partir de então, ficaria eternamente conhecido como Rutherfraud B. Hayes à presidência em troca da promessa dos republicanos de acabar com a ocupação militar no Sul. Por uma vitória política minúscula e mesquinha sobre o Partido Democrata, os republicanos cometeram, primeiro, uma fraude eleitoral e, em seguida, ao desrespeitarem um acordo, abandonaram a luta de um século por direitos civis.

No Sul, a igualdade política tinha sido possível somente sob a mira de uma arma. Assim que as tropas federais se retiraram, os democratas brancos, que chamavam a si próprios de “Redentores”, assumiram o controle dos governos estaduais dos estados do Sul, e a era em que os homens negros tinham direito ao voto chegou a um fim terrível e violento. A Klan aterrorizava o interior do país, incendiando casas, caçando, torturando e matando pessoas. (Entre 1882 e 1930, assassinos lincharam mais de 3 mil homens e mulheres negras.) Políticos negros que haviam sido eleitos para cargos públicos foram exonerados. Legislaturas formadas apenas por brancos começaram a aprovar uma nova série de códigos negros, conhecidas como Leis de Jim Crow, segregando os negros dos brancos em todo espaço público concebível, até a última esquina. O Tennessee aprovou a primeira Lei de Jim Crow em 1881, determinando a separação entre negros e brancos dentro dos vagões de trem. A Geórgia se tornou o primeiro estado a exigir assentos separados para brancos e negros nos bondes, em 1891. Os tribunais ofereciam Bíblias separadas. Os bares ofereciam bancos separados.

Postos de correio ofereciam guichês separados. Pracinhas ofereciam balanços separados. Em Birmingham, passou a ser um crime uma criança negra jogar damas com uma criança branca em um parque público.⁴¹ A escravidão havia terminado; a segregação estava apenas começando.

II.

MARY E. LEASE cruzava os campos como um tornado. “Plantem menos milho e mais discórdia”, dizia ela. Lease, de quase 1,80m de altura, era capaz de falar por horas, deixando a plateia embasbacada. “Alta, esquelética e feia como um galeirão”, a descreveu um repórter; “a amazona do partido do povo”, disse um outro. Um escritor que assistiu a um de seus discursos disse que Lease tinha “uma voz de ouro”, uma contralto extraordinária; escutá-la era garantia de ficar hipnotizado. Uma das fundadoras e principal oradora do movimento populista, Lease acreditava que, após a Guerra Civil, o governo federal havia conspirado com empresas e banqueiros para confiscar os poderes políticos das pessoas comuns, como os fazendeiros e os operários das fábricas. “Existe algo radicalmente errado com essa nação. Chegamos a uma crise que tem maior importância nessa nação e está mais carregada de terríveis consequências, para o bem e para o mal do povo americano, até mesmo do que a crise que concentrou as atenções da população desse país nos anos sombrios e sangrentos do conflito civil”, disse ela para uma plateia estupefata em 1891.⁴²

Lease tinha sentido na pele as consequências daquele conflito civil. Nascida em 1850, filha de imigrantes irlandeses, perdera o pai, dois irmãos e um tio na Guerra Civil; o tio morreu em Gettysburg e o pai morreu de fome após ter sido feito prisioneiro de guerra. Lease nunca perdoou o Sul, ou o Partido Democrata (que ela chamou, durante toda sua vida, de “o Partido Democrata intolerante, vingativo e fazedor de escravos”).⁴³ Casada em 1873, criou quatro filhos e perdeu outros dois de mortes

prematuras enquanto trabalhava em fazendas e lavava roupa no Kansas e no Texas, atividades que exercia além de escrever e estudar direito. Que nova crise que ameaçava a nação era essa sobre a qual ela falava, em centenas de discursos, arrancando aplausos tão ruidosos quanto uma tempestade castigando o telhado de um celeiro? “Hoje em dia, o capital compra e vende até a energia vital da humanidade”, disse ela. A própria democracia havia sido corrompida por ele: “os especuladores, os posseiros, os piratas e usurários dessa nação bateram incessantemente às portas do Congresso, e o Congresso, em todos os casos, atendeu a todas as suas demandas.”⁴⁴ Os capitalistas, disse ela, tinham subvertido a vontade do povo.

O movimento populista, que foi se entranhando nas fibras da política americana ao longo do século XXI, começou pelo Sul e pelo Oeste. Lease e outros como ela se inspiraram no republicanismo agrário de Thomas Jefferson e na retórica do homem comum de Andrew Jackson, mas também influenciaram as posições políticas de Franklin Delano Roosevelt, servindo como uma ponte entre o populismo e o progressismo, os dois grandes movimentos políticos reformistas dominantes no final do século XIX e começo do século XX.

Lease lutou pelos fazendeiros e pelos trabalhadores assalariados cujas vozes políticas, segundo ela, vinham sendo abafadas pelos gritos dos capitalistas. Mas também lutou pelo sufrágio das mulheres e pela temperança, e ajudou a popularizar um estilo de atuação política particularmente feminino na política americana: a cruzada moral. Impedidas de fazer parte do eleitorado, as mulheres que queriam ter alguma influência nos assuntos de caráter público apostaram em formatos de manifestação política que, entre os homens, estavam em baixa: as passeatas e os comícios. No final do século XIX, aconteceu uma curiosa inversão. A política eleitoral, na qual a maior parte dos homens se envolvia, acabou sendo domesticada, com o trabalho da educação e da propaganda migrando para os escritórios — até as votações passaram a ser feitas em áreas

internas. Enquanto isso, a expressão política das mulheres ia para as ruas. E nelas, em suas passeatas e comícios, as mulheres usaram as ferramentas do renascimento religioso do século XIX: o sermão, a súplica e a conversão.⁴⁵

O estilo feminino de fazer política deixou suas marcas por toda a política americana, mas em nenhum lugar de forma mais profunda do que na tradição populista. A partir do século XX, ela passaria a influenciar o movimento conservador moderno.

Aquilo que Lease descreveu como uma conspiração do governo federal com os capitalistas, principalmente os donos de companhias ferroviárias e os banqueiros, teve origem na própria Guerra Civil e na mudança da política do governo federal em relação ao Oeste. Antes da guerra, a controvérsia acerca da escravidão limitava o envolvimento do governo nessa área, mas, quando o Sul se separou, a oposição dos democratas no Congresso desapareceu, dando uma mãozinha aos republicanos. Sem democratas para lutar pela expansão da escravidão, os republicanos aceleraram os processos de entrada do Oeste na União, a fim de exercer autoridade sobre o seu desenvolvimento econômico. Dominado pelos republicanos, o Congresso aprovou a organização de novos territórios: as Dakotas (1861), Nevada (1861), Arizona (1863), Idaho (1863) e Montana (1864). Só em 1862, além da Lei da Propriedade Rural, o Congresso republicano aprovou o Ato Ferroviário do Pacífico (comissionando companhias ferroviárias para construir uma linha que ia de Omaha, no Nebraska, até Sacramento, na Califórnia) e a Lei do Banco Nacional (para emitir papel-moeda para pagar essa conta). Depois da guerra, o poder político deixou os estados e se concentrou no governo federal, e, à medida que a influência política do Sul ia minguando, a importância do Oeste crescia. O Congresso não apenas enviou para os estados emendas à Constituição — defendendo a cidadania e garantindo o direito ao voto —, como também aprovou leis históricas envolvendo o gerenciamento dos territórios do Oeste, o controle das populações nativas, o crescimento e desenvolvimento das

grandes corporações e a construção de uma infraestrutura nacional de transporte.

O fazendeiro independente — um ideal jeffersoniano — persistia como um símbolo do Oeste, mas, na verdade, as famílias que cultivavam a terra para subsistência, livres da interferência do governo, eram muito menos comuns do que o modelo capitalista subsidiado pelo governo, no qual agricultura e pecuária eram voltadas para um mercado nacional ou, até mesmo, internacional. A fazendinha familiar — o sonho republicano de Jefferson — era impossível sob a perspectiva ambiental em muitas áreas do árido Oeste. Grande parte das terras distribuídas segundo os termos da Lei da Propriedade Rural, sobretudo na área da Grande Bacia, era semiárida, o tipo de solo que poucos agricultores seriam capazes de transformar em fazenda produtiva com apenas 160 acres. De forma geral, o Congresso concedeu os melhores terrenos para as ferrovias e autorizou outras grandes empresas a entrar no negócio, adquirindo imensas faixas de terra para a agricultura e a pecuária e cercando-as, especialmente após o patenteamento do arame farpado, em 1874.⁴⁶

Com a força esmagadora do exército americano, o governo federal liberou terras para o assentamento, reprimindo os levantes indígenas, incluindo uma rebelião de mais de 6 mil Sioux, em Dakota. Em medidas implementadas como contingências de guerra, o governo federal obrigou povos nativos a deixarem suas terras ao mesmo tempo em que concedia incentivos às empresas para a construção de estradas de ferro. Em um período de apenas dez anos, o Congresso entregou mais de 100 milhões de acres de terras públicas às companhias ferroviárias. Em 1870, apenas dois milhões de não indígenas viviam a oeste do rio Missouri; em 1890, esse número havia subido para mais de 10 milhões.⁴⁷

À medida que, como polvos, as grandes corporações estendiam seus tentáculos ferroviários pelas vastas terras das empresas, o rentável negócio da criação de gado de corte foi

crescendo. As ferrovias possibilitaram o transporte de enormes rebanhos até os mercados em cidades como Chicago, St. Louis, Omaha e Kansas City. Os búfalos, que durante muito tempo haviam vicejado naquelas terras, foram massacrados até à beira da extinção e substituídos por gado da raça *texas longhorn*, 5 milhões dos quais foram levados até os terminais ferroviários em 1865 por caubóis de todas as origens — brancos, negros, mexicanos e indígenas. Em 1880, só em Chicago, 2 milhões de cabeças de gado foram abatidas. Em 1885, um economista americano tentou estimar a extraordinária transformação promovida pelo que agora eram mais de 320 mil quilômetros de estradas de ferro, um número superior a toda a malha ferroviária da Europa. Era possível transportar uma carga de uma tonelada por 1,5 km a um custo inferior a sete décimos de um centavo, “uma quantia tão irrisória que, exceto na China, seria difícil encontrar uma moeda de igual valor para pagar um menino para levar um pacote de trinta gramas para o outro lado da rua”,⁴⁸ escreveu ele.

A transformação do Oeste impulsionou a economia americana, mas também gerou instabilidade, especialmente levando-se em conta a especulação imobiliária desenfreada e a popularidade das ações e títulos de crédito ferroviários, novos instrumentos financeiros emitidos e gerenciados pelo governo federal. Essa instabilidade contribuiu para ampliar o conjunto de interesses políticos que se tornaram uma obsessão para Mary Lease, conhecidos como “a questão do dinheiro”. Suas origens podiam ser traçadas até o distante plano econômico de Hamilton: o governo federal deveria controlar os bancos e a indústria?

Terras federais e projetos ferroviários exigiam gastos altíssimos em uma época em que os americanos não sabiam como pagariam suas dívidas. Assim como a moeda continental que circulava durante a Guerra da Revolução, as *greenbacks*, que circulavam durante a Guerra Civil e não usavam o ouro como lastro, logo perderam valor. Após a guerra, os “bichinhos do ouro” pediram o recolhimento e retirada de circulação de todas as

greenbacks e a instituição do ouro como padrão; já os “silverites” defendiam a adoção de um padrão financeiro a partir de moedas feitas de metais preciosos, mas não necessariamente o ouro. Em 1869, o Congresso aprovou a Lei do Crédito Público, prometendo pagar sua própria dívida ou em moedas de metal precioso, ou cédulas com lastro. Porém, mesmo com todos os seus complexos instrumentos financeiros, o governo federal, especialmente durante a presidência de Ulysses S. Grant, tornou-se notório pela corrupção e pelo uso de propina.

A situação chegou a um ponto crítico em 1873, tanto para Mary Lease quanto para o país como um todo. Naquela primavera, Lease, seu marido e seus filhos se mudaram para Kingman, no Kansas, para um terreno que haviam adquirido por meio da Lei da Propriedade Rural. Os Leases conseguiram esse terreno de graça, porém, Charles, o marido de Mary, precisou pedir empréstimos astronômicos em um banco local para comprar utensílios e pagar impostos sobre a terra. Eles viviam em uma choupana, e Mary pregava as páginas dos jornais nas paredes para ler enquanto sovava o pão. A família conseguiu se manter com dificuldade durante alguns meses, mas, em um ano, já não conseguiam mais pagar as dívidas, e o banco retomou a terra.⁴⁹ Viver de agricultura, no Kansas, era como tentar semear milho na areia da praia. Semear confusão seria mais fácil.

Os Leases não foram os únicos a sofrer com a ruína financeira no terrível ano de 1873, palco do pior desastre econômico desde o Pânico de 1837. A culpa do colapso recai sobre os ombros de um banqueiro de bigode branco da Filadélfia chamado Jay Cooke, o último de uma longa linhagem de patifes que se estende até William Duer, cujo estelionato foi responsável pelo Pânico de 1792. Cooke havia lucrado imensamente durante a Guerra Civil, investindo em bônus de guerra e na Ferrovia do Pacífico Norte, chancelada pelo Congresso em 1864. Seu irmão, Henry, que comandava o Banco dos Libertos, sancionado em 1865, investiu ilegalmente o dinheiro do banco — as reservas financeiras dos escravos libertos — em suas empreitadas

ferroviárias. Segundo sua proposta, a Ferrovia do Pacífico Norte deveria passar por terras que pertenciam aos Sioux e eram ocupadas por eles, um povo nativo que vinha entrando em conflito com o exército americano. Os investidores tiraram dinheiro do projeto de Jay, e o banco de Henry entrou em colapso. A Jay Cooke & Company fechou as portas e declarou falência, dando origem a uma depressão econômica que se alastrou por todo o país.⁵⁰ Mais de cem bancos e cerca de 20 mil empresas foram à falência. Mesmo após a pior parte da depressão ter passado, o preço dos grãos continuava em queda. O lucro de um agricultor sobre um cesto de 25 kg de milho era de 45 centavos em 1870; em 1889, o lucro sobre a mesma quantidade tinha caído para dez centavos.⁵¹

A revolta popular eclodiu quando os fazendeiros começaram a se unir para exigir a criação de cooperativas agrícolas, a regulamentação dos bancos e das ferrovias e o fim dos monopólios corporativos. Cerca de um milhão de pequenos agricultores no Sul e no Meio-Oeste aderiu a uma organização chamada A Granja. No dia 4 de julho de 1873, eles promulgaram uma Declaração de Independência dos Fazendeiros, pedindo o fim da “tirania do monopólio”, descrito por eles como “o despotismo absoluto das associações, que, sob a tutela do governo e com o dinheiro arrancado das mãos do povo, tomavam proporções gigantescas a ponto de obscurecer o país inteiro, exercendo influência quase incontrolável sobre os seus próprios interesses individuais em todas as casas legislativas”.⁵²

O capitalismo financeiro trouxe enormes ganhos aos investidores e produziu vastas fortunas, inaugurando o período conhecido como a Era Dourada, folheada a ouro. Esse modelo incentivou o desenvolvimento econômico e, em particular, o crescimento das grandes empresas: ferroviárias, agrícolas e, a partir dos anos 1870, siderúrgicas. (Andrew Carnegie construiu sua primeira aciaria em 1875). Mas, para fazendeiros humildes, como Mary Lease e os membros da Granja, o capitalismo

financeiro não parecia nada além de, como Lease colocou, “um embuste contra o povo”.⁵³

Os trabalhadores assalariados compartilhavam da mesma opinião. A associação Cavaleiros do Trabalho, fundada em 1869 e contando com setecentos membros na década de 1880, deflagrou uma cruzada contra os monarcas da indústria. “Cem anos atrás, tínhamos um rei com poderes limitados. Agora temos cem reis [que] governam com base nas riquezas que possuem”,⁵⁴ disse o líder dos Cavaleiros do Trabalho. Os trabalhadores que ergueram os punhos contra os novos reis nunca coroados também sonhavam em pisotear os novos camponeses. Nenhum outro grupo de americanos naturais estava mais determinado a acabar com a imigração chinesa do que os operários das fábricas. A plataforma de 1876 do Partido dos Operários da Califórnia declarava que, “para um americano, é preferível a morte a uma vida em pé de igualdade com um chinês”.⁵⁵ Em 1882, inflamado pelo nativismo dos populistas, o Congresso aprovou sua primeira lei de imigração, a Lei de Exclusão de Chineses, que impedia esses imigrantes de entrar nos Estados Unidos. Ao determinar que a Décima Quarta Emenda não se aplicava a pessoas de descendência chinesa, o Congresso também decretou que os chineses que já viviam nos Estados Unidos seriam estrangeiros para sempre e jamais se tornariam cidadãos.

A Aliança Nacional dos Fazendeiros, formada no Texas em 1877 para lutar pela taxaço das ferroviárias e corporações, pela criação de cooperativas agrícolas e pela remoção das cercas em terras públicas — confiscadas dos povos nativos pelo governo do país —, logo se espalhou para as Dakotas, Nebraska, Minnesota, Iowa e Kansas.⁵⁶ Apesar de evocarem “o povo” constantemente, os populistas tinham um entendimento muito restrito do conceito de cidadania. Unidos em sua oposição ao “poderio do dinheiro”, membros da Aliança, assim como os Cavaleiros do Trabalho, estavam quase todos unidos em sua oposição às reivindicações dos povos nativos, dos imigrantes chineses e dos negros. A

Aliança dos Fazendeiros excluía os afro-americanos, que formaram a sua própria associação, a Aliança dos Fazendeiros de Cor. A visão de “povo” dos populistas também não incluía os nativos americanos.

O longo e doloroso caminho de expropriações e carnificinas que teve início no Haiti em 1492 inaugurou um capítulo na década de 1880, às vésperas do aniversário de quatro séculos da primeira viagem de Colombo. Desde os tempos de Andrew Jackson e a remoção forçada dos Cherokees de suas terras, a política do governo federal para os povos nativos se resumia a tratados confinando-os em reservas — “nações domésticas e dependentes”.⁵⁷ Essa política levou a décadas de sofrimento, massacres e guerras, uma vez que diversos povos, especialmente nas Grandes Planícies, onde os Sioux e os Cheyenne resistiam, eram contrários ao confinamento forçado. Em 1886, Geronimo, da tribo Bedonkohe dos Apaches de Chiricahua, tornou-se um dos últimos líderes nativos a se render ao exército americano. Quatro anos depois, o conflito com os povos indígenas das Grandes Planícies se encerrou com o massacre brutal dos Lakota, em Wounded Knee. Mas mesmo com os povos nativos pressionando pelo reconhecimento de sua soberania, a campanha pela conquista continuou.

Em 1887, o Congresso aprovou a Lei Dawes, de acordo com a qual o governo americano oferecia aos povos nativos a cidadania em uma nação que estendia seus domínios por cima das terras de seus ancestrais. A Lei Dawes outorgava ao governo federal a autoridade para dividir terras indígenas em lotes e conceder cidadania americana aos índios que concordassem em viver neles, renunciando às suas tribos. Ao apresentar seu projeto, o senador de Massachusetts Henry Laurens Dawes argumentou que havia chegado a hora de os indígenas escolherem entre “o extermínio e a civilização”, e ressaltou que a lei oferecia aos americanos a oportunidade de “apagar a desgraça de nossas condutas no passado” e promover os índios à condição de “seres humanos e cidadãos”.⁵⁸

Porém, na verdade, a Lei Dawes não considerava os indígenas nem como cidadãos nem como “pessoas de cor” e não levou a nada além de assimilação forçada e a mais expropriações de terras nativas. Em 1887, os indígenas eram donos de 138 milhões de acres; em 1900, detinham apenas metade desse território. Desde o grande debate em Valladolid em 1550, entre Las Casas e Sepúlveda, a discussão sobre a moralidade da conquista permaneceu intocada por centenas de anos. Cada geração de europeus e americanos que deparou com aquilo que, na metade do século XIX, passou a ser chamado de “problema indígena” fracassou perante sua própria compreensão do que é justiça.

* * *

AS RECLAMAÇÕES DOS populistas eram muitas e pesadas. Sua objeção mais legítima era a preocupação com o apoio que o governo federal manifestava aos interesses do empresariado, e não aos dos trabalhadores. Isso se aplicava, em particular, às ferrovias. Em 1877, operários ferroviários, protestando contra cortes de salário, entraram em greve em diversas cidades por todo o país. Hayes enviou tropas federais para cessar a paralização, marcando o primeiro uso de força federal para defender o empresariado contra os trabalhadores. As paralizações continuaram, mas obtiveram pouco sucesso na melhoria das condições de trabalho. Entre 1881 e 1894, houve, em média, uma greve de operários ferroviários por semana. Os trabalhadores, de modo bastante frequente, e até literal, estavam sendo massacrados: em apenas um ano, dos cerca de 700 mil homens trabalhando nas estradas de ferro, mais de 20 mil se feriram durante o trabalho e quase 2 mil morreram.⁵⁹

O legado mais duradouro dessa batalha viria dos tribunais. Quando as legislaturas estaduais, como a da Califórnia, tentaram tributar as companhias ferroviárias, os juízes federais defenderam com avidez o argumento de que impostos desse tipo

seriam inconstitucionais — chegando ao ponto de aceitar o argumento de que leis assim violariam os direitos das corporações como “pessoas”. Em 1882, Roscoe Conkling representou a Companhia Ferroviária do Pacífico Sul em um recurso contra uma regra tributária californiana. Ele declarou à Suprema Corte dos Estados Unidos: “Venho neste momento dizer que a Companhia Ferroviária do Pacífico Sul, bem como seus credores e acionistas, estão entre as ‘pessoas’ protegidas pela Décima Quarta Emenda.”⁶⁰

Além de ter sido senador e candidato à presidência, Conkling fora indicado duas vezes para a Suprema Corte (e recusou as duas indicações, pois não quis abrir mão de seus ganhos financeiros como advogado corporativo). Ao oferecer sua interpretação sobre o significado e intenção original da palavra “pessoa” na Décima Quarta Emenda, Conkling gozava de autoridade singular: ele fizera parte da Comissão Mista para a Reconstrução, que havia redigido a emenda, e, em 1882, era seu único membro ainda vivo. Sem ninguém para contradizê-lo, Conkling garantiu à Corte que a comissão havia rejeitado especificamente a palavra “cidadão” em favor de “pessoa” para que as corporações pudessem ser incluídas. (Uma ficção jurídica de que as corporações seriam “pessoas artificiais” data do século XVIII.) É verdade que “os direitos e deveres dos escravos libertos foram a principal motivação e incentivo” da emenda, admitiu Conkling, mas as corporações também estariam na mente dos autores. Um jornal de Nova York, noticiando a argumentação oral daquele dia, deu à reportagem o título de “Os Direitos Civis das Corporações”.⁶¹

Entretanto, muitas evidências sugerem que Conkling estava mentindo. Os registros das deliberações da Comissão Mista para a Reconstrução não endossam argumento dele acerca das intenções originais do grupo. Sequer é plausível que, entre 1866 e 1882, os criadores da Décima Quarta Emenda tenham mantido secreta uma intenção oculta de garantir proteção igualitária e o devido processo legal às corporações. Mas, em 1866, quando

outro caso envolvendo uma ferroviária, *O Condado de Santa Clara vs. A Ferrovia do Pacífico Sul*, chegou à Suprema Corte, os registros oficiais do tribunal indicam que a Corte acatou o conceito de que “corporações são pessoas dentro dos termos da Décima Quarta Emenda”.⁶² Depois disso, a Décima Quarta Emenda, escrita e ratificada para assegurar proteção igualitária e o direito do devido processo legal aos escravos libertos, tornou-se o principal instrumento para que as corporações fugissem das regulamentações do governo. Em 1937, o juiz da Suprema Corte Hugo Black observou, muitíssimo consternado, que, ao longo de cinquenta anos, “apenas zero vírgula cinco por cento dos casos envolvendo a Décima Quarta Emenda examinados por esta Corte tinham alguma relação com os afro-americanos ou os antigos escravos, ao passo que mais da metade diziam respeito à proteção das corporações”.⁶³ Direitos que tinham sido garantidos para as pessoas haviam sido estendidos às corporações.

III.

“**UM HOMEM É UM HOMEM**, mas uma mulher é um super-homem”, Mary E. Lease gostava de dizer. O populismo deu vazão às reclamações dos agricultores e operários contra as empresas e o governo, mas o movimento foi construído pelas mulheres — que acreditavam ser moralmente superiores ao sexo oposto.⁶⁴

Lease entrou para a política através da União das Mulheres Cristãs pela Temperança (WCTU), uma federação de clubes femininos fundada em Cleveland em 1874 que era consequência natural de um movimento contra os *saloons* conhecido como Cruzada das Mulheres. Ela falou em público pela primeira vez em um comício da WCTU no Kansas, fazendo um discurso de arrepiar os cabelos batizado de “Um apelo pelo voto da temperança feminina”.⁶⁵ Lease argumentou que, para dar fim ao flagelo do álcool — que, para as mulheres, era apenas outro nome para os maridos que batiam em suas esposas e filhos e

que faziam a família passar fome pois gastavam o salário todo em bebida —, as mulheres precisavam ter direito ao voto.

Esse argumento promoveu uma reestruturação dos partidos políticos. Em 1872, o Partido da Proibição se tornou o primeiro a se declarar a favor do sufrágio feminino. Sete anos depois, a WCTU, sob a liderança de Frances Willard, adotou “Proteção para o Lar” como lema. A infatigável Willard, que havia presidido uma universidade feminina e sido a primeira reitora mulher da Universidade Northwestern, vivia de acordo com outro lema: “Faça Tudo”. Quando o Partido Republicano não quis apoiar nem a proibição do álcool nem o voto feminino, Willard o abandonou e fundou o Partido da Proteção para o Lar, que, em 1882, uniu-se ao Partido da Proibição. “Foi naquele momento [que as mulheres americanas ingressaram na política] e foi ali que elas vieram para ficar”, escreveu Willard.⁶⁶

Assim como Lease, Sarah E. V. Emery, uma fervorosa universalista de Michigan, foi ganhando destaque como autora e oradora graças à WCTU, ao Cavaleiros do Trabalho e à Aliança dos Fazendeiros. A Aliança vendeu mais de 400 mil exemplares do tratado antissemita de Emery chamado *Sete conspirações financeiras que escravizaram o povo americano*. “Está na memória de muitos dos meus leitores um tempo em que os milionários não eram nativos deste solo. Mas essa época passou, e hoje ostentamos mais milionários do que qualquer outro país no mundo; os mendigos aumentaram em progressão geométrica; enquanto as greves, os tumultos e a provação dos anarquistas compõem um tópico relevante das conversas em todas as classes da sociedade.” Emery considerava que uma conspiração de banqueiros judeus era a responsável por essa situação.⁶⁷

Para fazer com que suas causas avançassem, tanto populistas quanto sufragistas, rejeitados pelos principais partidos, recorreram a uma terceira opção. Se o Partido Republicano havia virado as costas para a igualdade de direitos para as mulheres, o Partido Democrata demonstrava ainda menos interesse no assunto. Susan B. Anthony pretendia fazer um discurso na

Convenção Nacional Democrata em 1880, convocando o partido “a garantir o direito à cidadania a vinte milhões de mulheres”. Mas, em vez disso, Anthony ficou apenas assistindo, em silêncio, enquanto seu discurso era lido por um homem. Mais tarde, o *New York Times* noticiaria: “Nenhuma ação foi tomada a esse respeito, e a Srta. Anthony não perturbou mais a convenção.”⁶⁸ Marietta Stow, editora de um jornal, declarou que “já está mais do na hora de termos nosso próprio partido” e concorreu ao governo da Califórnia em 1882 como candidata pelo Partido Político Independente das Mulheres. Dois anos depois, Belva Lockwood, uma advogada de Washington, D.C., fez campanha como candidata à presidência pelo Partido da Igualdade de Direitos. Em 1886, Emery discursou em defesa do sufrágio tanto na convenção do Partido Democrata quanto na do Partido da Proibição. Porém, Judith Ellen Foster, que tinha ajudado a fundar a WCTU, criticou os partidos alternativos em um comício republicano. Muito longe de honrar as mulheres, um partido alternativo apenas “apropria-se de seu trabalho e de sua influência para satisfazer seus interesses particulares”, alertou Foster. Em 1892, ela fundaria a Associação Nacional de Mulheres Republicanas. “Estamos aqui para ajudá-los”, disse ela aos delegados homens do partido em sua convenção aquele ano, e acrescentou, ecoando Willard: “nós viemos para ficar.”⁶⁹

Àquela altura, Lease havia ajudado a fundar não um clube ou um partido feminino, mas um Partido do Povo, que se fundiu a um movimento encabeçado pelo jornalista californiano chamado Henry George. Como um personagem saído das páginas de um livro de Melville, George, nascido na Filadélfia em 1839, abandonara a escola aos 14 anos e viajara para a Índia e para a Austrália, trabalhando como marinheiro em um navio chamado *Hindoo*. Idealistas costumavam escrever sobre a Índia como uma terra repleta de joias e jasmims; George, por outro lado, ficou impressionado com a pobreza que testemunhou. Ao retornar à Filadélfia, tornou-se aprendiz de tipógrafo, uma posição que muitos radicais haviam ocupado na política antes dele. (Benjamin

Franklin fora aprendiz de tipógrafo, assim como William Lloyd Garrison.) Seduzido pelo Oeste, George entrou para a tripulação de um navio-farol que contornou o Cabo Horn em 1858, já que era essa a única maneira de conseguir dinheiro para viajar para a Califórnia. Em São Francisco, editou um jornal que faliu em pouco tempo. Em 1865, casado e com quatro filhos, George pedia esmolas nas ruas para alimentar a família.⁷⁰

Quando enfim arranhou um trabalho, primeiro foi como tipógrafo e, depois, como jornalista e editor no *San Francisco Times*. Diretamente do Oeste, quando a estrada de ferro estava quase chegando ao outro lado do continente, George escreveu um artigo intitulado “O que a estrada de ferro nos trará”. Sua resposta: os ricos ficarão mais ricos, e os pobres ficarão mais pobres. Em um discurso de Quatro de Julho em 1877, George declarou: “Nenhuma nação será mais livre do que os seus mais oprimidos, mais rica do que os seus mais pobres, mais sábia do que os seus mais ignorantes.”⁷¹

Em *Progresso e pobreza: uma investigação sobre as causas das depressões industriais e do aumento da necessidade com o aumento da riqueza*, publicado em 1879, George argumentava que o mesmo processo tecnológico que produzira tantas maravilhas trouxera riqueza para poucos e pobreza para muitos. “Descoberta após descoberta e invenção após invenção, não reduziram o fardo dos que mais precisam de alívio nem trouxeram fartura aos pobres”, escreveu. George também elaborou um plano econômico que envolvia a revogação dos tributos que incidiam sobre o trabalho e, em seu lugar, a criação de um imposto único sobre a terra. Tocqueville argumentara que a democracia nos Estados Unidos seria possível graças à igualdade econômica; pessoas com igualdade patrimonial lutariam por igualdade de direitos políticos — e a conquistariam. George concordava, mas, assim como Mary Lease, acreditava que o capitalismo financeiro estava destruindo a democracia ao inviabilizar a igualdade econômica. Ele via a si mesmo como um

defensor do “republicanismo de Jefferson e da democracia de Jackson”.⁷²

George acreditava que o problema da desigualdade não poderia ser resolvido sem uma reforma eleitoral. Os sufragistas defendiam que, para colocar um fim nas distorções eleitorais, era preciso conceder o direito ao voto às mulheres, e alguns defendiam que seria melhor revogar o direito ao voto dos homens brancos pobres (concedendo-o às mulheres brancas ricas em seu lugar). Mas George, embora concordasse que as eleições haviam se transformado em escândalo nacional, resistia à conclusão de que “a democracia está, portanto, condenada, ou que o sufrágio universal deveria ser abandonado”.⁷³ Ele não queria que os homens brancos pobres tivessem seu direito ao voto revogado e também era a favor do sufrágio feminino (embora se opusesse veementemente a estender tanto o direito ao voto quanto qualquer outro direito de cidadão aos imigrantes chineses e seus descendentes). George queria que os homens brancos votassem melhor.

Nos tempos da política populista, o dia das eleições era um dia de bebedeira e de brigas. Delinquentes ligados aos partidos ficavam próximos aos locais de votação e compravam votos, uma propina que era chamada de “sabão”, e entregavam cédulas eleitorais pré-impressas aos eleitores. Um voto podia custar desde 2,50 dólares, em São Francisco, até vinte dólares, em Connecticut. Em Indiana, os homens vendiam seus votos por menos do que o valor de um sanduíche.⁷⁴ Os proibicionistas alegavam que a melhor maneira de combater a corrupção seria excluir o álcool das eleições. George defendia que era o dinheiro que deveria ser excluído. Em 1871, depois que o *New York Times* começou a publicar os resultados de uma investigação sobre a enorme corrupção nas eleições da cidade de Nova York — sob o comando do líder do Partido Democrata, William Magear Tweed —, George, que havia passado um tempo considerável na Austrália e era casado com uma australiana, propôs uma reforma que havia sido introduzida naquele país em 1856. Sob os termos

da lei eleitoral da Austrália, nenhuma propaganda poderia ser feita a partir de determinada distância dos locais de votação, e os organizadores das eleições eram obrigados a imprimir as cédulas e ou construir cabines ou alugar salas que pudessem ser divididas em compartimentos, onde os os eleitores pudessem registrar seus votos de maneira sigilosa. Sem essas mudanças, escreveu George, “praticamente podemos considerar a sério a ideia de leiloar nossos postos de votação”.⁷⁵

Para promover o estilo australiano de eleições, George fundou um novo partido, o Partido da União Trabalhista. Mary Lease se filiou ao partido no Kansas. Em 1886, após se mudar para a costa leste, George concorreu a prefeito de Nova York pelo Partido da União Trabalhista. O candidato democrata, Abram Hewitt, venceu, mas George ficou na frente do republicano Theodore Roosevelt, um jovem 28 anos que, seis anos antes, havia escrito uma tese de conclusão de curso em Harvard intitulada “A viabilidade de igualar homens e mulheres perante a lei”. Três anos depois, Henry George e Mary Lease o ajudaram a fundar o Partido do Povo. “Dependemos dos votos dos homens livres para o nosso sucesso — votos de homens que não serão comprados nem vendidos”, disse Lease, na convenção do partido no Kansas, em 1890. “Nosso lema será mais dinheiro e menos miséria.”⁷⁶

À medida que o sofrimento dos agricultores e trabalhadores assalariados aumentava, também cresciam as fileiras do Partido do Povo, que se tornou o partido alternativo mais bem-sucedido da história dos Estados Unidos. Entre 1889 e 1893, tantas hipotecas foram executadas nas fazendas americanas que 90% dessas terras foram parar nas mãos dos banqueiros. O 1% mais rico dos americanos concentrava 51% da riqueza da nação, enquanto os 44% mais pobres possuíam menos de 2%. Os populistas não se opunham ao capitalismo; opunham-se ao monopolismo, que Lease chamava de “direito divino do capital”, prevendo que ele seguiria o mesmo caminho do “direito divino dos reis”. Se não eram exatamente socialistas, os populistas

certamente eram coletivistas. “Henry George não é representante de qualquer partido político, clã ou ‘ismo’. Nessa grande luta travada agora, entre os milhões que não possuem o suficiente para comer e os poucos plutocratas que possuem milhões de vezes mais do que suas carcaças covardes merecem; nessa grande luta entre a ganância e a liberdade humanas, Henry George se destaca como um destemido expoente e defensor dos direitos humanos”,⁷⁷ declarou Lease.

Apesar de sua defesa apaixonada da igualdade política e de direitos humanos e de sua luta incansável pelo direito ao voto, o Partido do Povo estava fundamentado em um compromisso profundo e duradouro com a negação à cidadania a qualquer descendente africano ou asiático. (O antissemitismo de Emery também impregnou o movimento, sem, porém, se associar aos argumentos sobre cidadania.) O racismo e o nativismo do populismo estão entre seus legados mais duradouros. Lease, em uma arenga supremacista branca incrivelmente incoerente chamada *A solução do problema da civilização*, costurou as teorias sobre populações de Thomas Malthus e Thomas Jefferson com os projetos de colonização endossados por James Madison e o racismo escancarado do darwinista social Herbert Spencer. Tudo isso para sugerir que todo o trabalho braçal fosse executado pelos africanos e asiáticos. “Através de todas as vicissitudes do tempo, os caucasianos ascenderam à supremacia moral e intelectual do mundo.” Para ela, havia chegado a hora de os brancos aceitarem o seu “destino de se tornarem os protetores das raças inferiores”.⁷⁸

Muitas das reformas propostas pelos populistas tiveram o efeito de diminuir o poder político dos negros e dos imigrantes. A principal delas foi a votação australiana, mais conhecida, em geral, como votação secreta, que, ao ser implementada, efetivamente, como um teste de alfabetização, revogou o direito ao voto tanto dos homens negros no Sul rural quanto dos novos imigrantes nas cidades do Norte. Em 1888, a legislatura estadual do Kentucky se tornou a primeira do país a tentar instituir a

reforma, na cidade de Louisville. “A eleição da última terça-feira foi a primeira eleição municipal de que tenho notícia que não foi escancaradamente comprada”, escreveu um observador ao *Nation*, após as votações.⁷⁹ Massachusetts aprovou a votação secreta mais tarde naquele mesmo ano. A medida, aparentemente, provocaria uma redução nos votos nos democratas, uma vez que a alfabetização era menor entre os novos imigrantes das cidades do Norte, mais propensos a votar neles. Em Nova York, David Hill, o governador democrata, vetou por três vezes a votação secreta.⁸⁰ O veto de Hill só foi derrubado em 1890, depois que quatorze homens levaram uma petição pesando meia tonelada até o prédio da Assembleia Legislativa de Nova York.⁸¹

Massachusetts e Nova York foram os únicos estados que debateram longamente a votação secreta. Os estados da antiga Confederação foram mais rápidos em adotar a reforma, já que suas legislaturas desejavam encontrar maneiras legais de impedir os homens negros de votar. Em 1890, o Mississippi realizou uma convenção constitucional e adotou uma nova Constituição estadual, que incluía uma “Cláusula de Entendimento”: os eleitores eram obrigados a passar em um teste oral sobre a Constituição, com base na ideia de que “muito poucos negros entendiam suas cláusulas”. (Assim como, é claro, a maioria dos brancos, muito embora eles não fossem submetidos ao teste). No Sul, a votação secreta foi adotada nesse mesmo espírito. Tanto por meio da lei, quanto da força bruta, os legisladores do Sul, estado por estado, e os mesários, distrito por distrito, foram negando o direito dos negros ao voto. Em Luisiana, o registro de eleitores negros caiu de 130 mil em 1898 para 5.300 em 1908, e 730 em 1910. Em 1893, os democratas do Arkansas celebraram sua vantagem eleitoral cantando:

*A votação australiana funciona que é uma beleza
Faz eles coçarem a cabeça pra pensar
E quando um negro vê a cédula na mesa*

*Com certeza encontrou um rival de seu patamar.*⁸²

Outra reforma extraordinária promovida pelos populistas foi o imposto de renda progressivo, uma medida que eles acreditavam ser essencial para a sobrevivência de uma democracia minada pela desigualdade econômica. Após a Guerra Civil, o imposto de guerra em âmbito federal incidindo sobre a renda perdeu a validade, sob os protestos de John Sherman. O republicano de Ohio, que viria a ser o autor da Lei Antitruste Sherman (1890), contrariando Jefferson observou que os impostos pesavam injustamente sobre os mais pobres. “Tarifamos o chá, o café, o açúcar e os temperos que os pobres usam. Tudo que eles consomem nós chamamos de luxo e tarifamos; ao mesmo tempo, temos receio de tocar na renda do Sr. Astor. Há alguma justiça nisso? Alguma moral? É por isso, senhores, que o imposto de renda é o único que pode distribuir o fardo de forma igualitária sobre os ombros dos ricos e dos pobres.”⁸³

Mas o homem que colocou a questão da forma mais definitiva foi o inimitável William Jennings Bryan. Alto, corpulento e com os ombros largos, usando sua gravata texana e suas botas de couro cru, Bryan levou o populismo das Grandes Planícies para o Potomac e transformou o Partido Democrata no partido do povo. Nascido em Illinois em 1860, entrou escondido na Convenção Nacional dos Democratas em St. Louis em 1876, com a cumplicidade de um policial que o ajudou a passar por uma janela. Bryan frequentou o Illinois College e o Union College of Law, em Chicago. Estudou especificamente a oratória, que praticou por muitos anos. Mesmo assim, quando pediu à mãe uma opinião sobre seu primeiro discurso político, em 1880, ela disse: “Bem, há vários bons momentos aí, mas você deveria ter parado neles!” Mudando-se para o Nebraska, foi morar em Lincoln, nas pradarias do estado que crescia mais rápido em toda a União. Bryan foi eleito para o Congresso pelos democratas em 1890, aos trinta anos. Todos o chamavam de “Menino Bryan”. Sua primeira campanha presidencial teve início dois meses antes

de Bryan atingir a idade mínima exigida. Ele passaria a vida inteira nos palanques da política e morreria, quase insignificante, sob as luzes da ribalta.⁸⁴

Praticamente todos que já tinham ouvido falar do Menino Bryan diziam se tratar do melhor orador que conheciam. Em uma época anterior aos amplificadores, Bryan talvez tenha sido o único orador que as pessoas realmente *escutavam*: era capaz de projetar a voz a três quarteirões de distância e, nos eventos em que os oradores se apresentavam em sequência, era comum que sua voz se impusesse sobre o murmúrio distante daqueles que tinham vozes menos poderosas. Bryan também era um sujeito cativante. Primeiro candidato presidencial a alicerçar sua campanha na defesa dos mais pobres, levou a mensagem de igualdade do Segundo Grande Despertar primeiro à política partidária norte-americana e, por fim, ao Partido Democrata. Como disse um republicano: “Tenho a impressão de que Bryan foi o primeiro político que eu ouvi falar a verdade e nada além da verdade”, embora em todas as ocasiões, quando lia a transcrição de seus discursos nos jornais, no dia seguinte, ele “discordasse de quase tudo”.⁸⁵

Lease não confiava em Bryan principalmente porque não confiava em ninguém que estivesse disposto a se filiar ao Partido Democrata, mas, também, por temer que ele não fosse a favor do sufrágio feminino. Junto com Sarah Emery, Lease assinou, em 1891, o documento que fundou a Aliança Nacional Feminina, com o objetivo de unir as causas do sufrágio e do populismo; sua Declaração de Princípios pedia uma “igualdade política total entre os sexos”.⁸⁶ Enquanto o Partido do Povo crescia e começava a ganhar eleições municipais e estaduais, Lease e Emery — e o sufrágio feminino — permaneciam no centro das atenções. Emery se tornou editora da revista do partido, *New Forum*.⁸⁷ Em 1892, na convenção do Partido do Povo em Omaha, Lease apoiou a indicação do candidato do partido à presidência, James Weaver. Aos 12 anos, sua filha, Evelyn Louise Lease, subiu ao palco para pedir que o sufrágio feminino fizesse parte da

plataforma do partido. “O lema da Aliança é: ‘Direitos iguais a todos e privilégios especiais para ninguém’. Mas, se não derem às mulheres os direitos que são delas, não estarão sendo fiéis a ele”,⁸⁸ disse a pequena Evelyn. Mas o Partido do Povo traiu Lease. A plataforma final, aprovada no dia Quatro de Julho, incluía um preâmbulo escrito por um fazendeiro do Minnesota chamado Ignatius Donnelly. “Nos vemos em meio a uma nação levada à beira da ruína moral, material e política. A corrupção domina as eleições, as legislaturas, o Congresso, e chega até mesmo aos juizes.”⁸⁹ A plataforma defendia: votação secreta, que as ferrovias fossem consideradas propriedade pública, um imposto de renda progressivo, jornadas de trabalho de oito horas diárias e a eleição direta para senadores americanos (que ainda eram escolhidos pelas legislaturas estaduais). O sufrágio feminino não estava entre as demandas. “Pretendemos devolver o Governo da República às mãos das ‘pessoas comuns’, de onde ele se originou”, escreveu Donnelly.⁹⁰ Mas as pessoas comuns, de acordo com as determinações das novas lideranças do partido, não incluíam as mulheres.

Apoiadores alegavam que as maiores chances de sucesso do partido estavam na fusão com o Partido Democrata. Lease era contrária à fusão porque odiava os Democratas e, a cada dia mais, desiludia-se com a revolta populista após a fusão do Partido do Povo do Kansas com os democratas, em 1892. No ano seguinte, foi incentivada a concorrer a uma vaga no Senado: “Ninguém ficará entre mim e o povo do Kansas. E se eu quiser ser senadora nos Estados Unidos, o povo me dará essa vaga.” Lease também considerou se candidatar ao Congresso no Sétimo Distrito do Kansas. Em ambas ocasiões, no entanto, decidiu não concorrer por conta da piora progressiva de sua saúde.⁹¹

Os clamores pela fusão só aumentaram depois de 1893, quando mais uma vez o país caiu em uma depressão econômica, dessa vez desencadeada pela falência da Companhia Ferroviária da Filadélfia & Reading. Em um intervalo de poucos meses, mais

de 8 mil empresas, 156 ferrovias e quatrocentos bancos fecharam as portas. Um em cada cinco americanos perdeu o emprego. “Uso a minha caneta para que você saiba que estamos morrendo de fome”,⁹² escreveu uma jovem agricultora do Kansas em uma carta para o governador de seu estado. Mas os tempos difíceis também estreitaram o foco do programa do Partido do Povo, que se concentrou na luta pela “Prata Livre”: aumentar a oferta de dinheiro em circulação ao incluir a prata, ao lado do ouro, como lastro financeiro. Àquela altura, Lease já estava mais inclinada na direção do socialismo: “Nacionalizem as ferrovias, o telégrafo e todo o maquinário que reduz a demanda por mão de obra para pôr um fim nos motivos das greves industriais e no nervosismo das empresas”,⁹³ declarou ela em 1893.

As dificuldades originadas pelo Pânico de 1893 fizeram com que o discurso a favor do imposto de renda ganhasse força no Congresso, e Bryan se tornou seu defensor mais aguerrido. O momento parecia perfeito para instituí-lo. Nas décadas posteriores à Guerra Civil, o mesmo maquinário responsável pela redução na demanda por mão de obra, deixando muitos americanos para trás na nova economia, também promoveu o avanço do debate político sobre a distribuição de renda. A velocidade do transporte por terra, com o advento das ferrovias, e por mar, nas embarcações a vapor, colocou os Estados Unidos em posição de destaque no comércio global de bens e serviços. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias de comunicação, em especial o telefone e o telégrafo transatlântico, apresentavam novos desafios a antigas convicções a respeito de tarifas e impostos. Àquela altura, o imposto de renda tornara-se comum na Europa. Respondendo a uma suposição de que os americanos ricos se mudariam para lá caso o Congresso aprovasse esse imposto, Bryan tentou imaginar para onde iriam. “Em Londres, deparariam com um imposto que incidia em mais de 2%. Se buscassem refúgio na Prússia, encontrariam um imposto de renda de 4%.”⁹⁴

Em 1894, Bryan incluiu uma cláusula que criava um imposto sobre a renda em um projeto de lei tributário que acabou sendo aprovado. Mas a vitória populista — um imposto federal de 2% que se aplicava apenas aos americanos que ganhavam mais de 4 mil dólares — não durou muito. No ano seguinte, em *Pollock vs. Farmers' Loan and Trust Company*, a Suprema Corte decidiu, em uma votação de cinco a quatro, que o imposto de renda era um imposto direto e, portanto, inconstitucional, com um dos juízes classificando-o como a primeira investida em “uma guerra dos pobres contra os ricos”.⁹⁵

* * *

O POPULISMO ENTRou na política americana no final do século XIX para nunca mais deixá-la. Ele colocou “o povo”, no sentido de “todos, menos os ricos”, contra as corporações, as quais, por sua vez, reagiram nos tribunais definindo a si como “pessoas”. Também colocou “o povo”, no sentido de “pessoas brancas”, contra as pessoas não brancas que lutavam por cidadania e cuja possibilidade de reagir juridicamente era muito mais limitada, já que esse tipo de luta exigia a presença de advogados muito bem pagos.

O populismo também colocou o povo contra o Estado. Durante sua primeira ascensão, o Estado, enquanto entidade política, tornou-se objeto formal de estudo através da ciência política, um dos segmentos de uma nova geração de campos acadêmicos conhecidos como ciências sociais. Antes da Guerra Civil, a maioria das faculdades americanas era evangélica; os reitores eram padres, e todos os ramos acadêmicos eram regidos pela religião. Depois de 1859 e de *A origem das espécies*, a ascensão do darwinismo contribuiu para a secularização da universidade, bem como a influência do modelo educacional alemão, no qual as universidades eram divididas por disciplinas e departamentos, cada um devotado a uma especialidade secular e, sobretudo, científica. Essas ciências sociais — ciência política, economia,

sociologia e antropologia — utilizavam métodos científicos e, principalmente, quantitativos para estudar a história, o governo, a economia, a sociedade e a cultura.⁹⁶

A Universidade de Columbia inaugurou uma Faculdade de Ciências Políticas em 1880; a Universidade de Michigan, em 1881, e a Johns Hopkins, em 1882. Woodrow Wilson concluiu um doutorado em ciência política na Johns Hopkins em 1886. Pretendia escrever uma “história do governo em todos os estados civilizados do mundo” que deveria se chamar *A filosofia da política*. Em 1889, publicou um estudo preliminar chamado, simplesmente, de *O Estado*.⁹⁷

Para a geração de cientistas políticos à qual Wilson pertencia, a observação acadêmica do Estado substituiu o estudo do povo. A construção do Estado se tornou, em sua visão, a maior façanha da civilização. O Estado também representava um baluarte contra o populismo. Nas primeiras décadas do século XX, o populismo foi se rendendo ao progressismo à medida que os reformistas urbanos aplicavam as novas ciências sociais ao estudo das questões políticas, que seriam remediadas pela intervenção do Estado.

O crescimento do populismo e das ciências sociais também revolucionou a imprensa. Na década de 1790, os semanários tendenciosos deram origem ao sistema bipartidário. A imprensa de um centavo da década de 1830 deu origem à política populista da democracia jacksoniana. E, nas décadas de 1880 e 1890, o espírito do populismo e do empirismo das ciências sociais fez com que os jornais americanos desenvolvessem uma nova obsessão pelos fatos.

O “jornalista”, assim como o cientista político, foi uma invenção da década de 1880. *The Journalist*, publicação de nicho que consolidaria a carreira como uma nova profissão — uma que compartilhava a devoção aos fatos com o cientista social —, começou a aparecer em 1883, o mesmo ano em que Joseph Pulitzer assumiu o comando do *New York World*.⁹⁸ Pulitzer, um imigrante húngaro que não sabia sequer uma palavra em inglês

quando chegou aos Estados Unidos, servira em um regimento formado exclusivamente por alemães na Guerra Civil; depois da guerra, estudou direito em St. Louis e começou a trabalhar em um jornal publicado em alemão. Pulitzer transformaria o *World* em um dos jornais mais influentes do país. “Um jornal relata os eventos do dia. Ele não produz um registro das corrupções e dos crimes, e sim os noticia à medida que eles ocorrem. Se não puder fazer isso, não será uma fonte confiável”,⁹⁹ disse ele.

William Randolph Hearst começou a publicar o *New York Journal* em 1895. Nascido em berço de ouro em 1863 (seu pai havia feito uma fortuna no garimpo), Hearst assumiu o controle do jornal que era de seu pai, o *San Francisco Examiner*, em 1887, após abandonar a faculdade. Em 1896, Adolph Ochs, filho de um imigrante da Bavária e rabino leigo, assumiu o *New York Times*. Ochs, criado no Tennessee, tinha começado sua carreira no jornalismo entregando o *Knoxville Chronicle* aos 11 anos de idade; abandonou a escola três anos depois. Estava com 38 anos quando comprou o *Times* e declarou suas intenções de publicar “sem medo nem favorecimentos”.¹⁰⁰

Os jornais das décadas de 1880 e 1890 eram cheios de malabarismos, escândalos e cruzadas, embora defendessem o próprio rigor. “Fatos e mais fatos, até chegar a uma certeza absoluta, é isso que o povo americano realmente quer”, escreveu o repórter Ray Stannard Baker. Julius Chambers disse que escrever para o *New York Herald* envolvia “Fatos; fatos; nada além dos fatos. Quantos quilos de ervilha em um tonel, quantos litros de melão em um barril: nem a mais, nem a menos”. Um pôster no *Chicago Tribune* em 1890 dizia: “QUEM OU O QUÊ? COMO? QUANDO? ONDE?” As paredes no *New York World* estavam cobertas por cartões impressos que diziam: “Precisão! Precisão! Precisão! Quem? Onde? Quando? Como? Os fatos — A Cor — Os Fatos!”¹⁰¹

Em 1895, o *New York World* de Pulitzer apoiou a candidatura de Mary Lease à prefeitura de Wichita. Derrotada e com a hipoteca de sua casa na cidade executada, Lease se mudou para

Nova York e decidiu que ali ficava “o coração dos Estados Unidos”. Participou da campanha para prefeito de Henry George. Embora aparentemente tivesse chances, George acabou morrendo em casa, em virtude de um derrame, cinco dias antes das eleições. Seu corpo foi velado em público na Grand Central Station. Mais de 100 mil pessoas vieram prestar condolências. Lease fez um discurso em sua homenagem, e o *New York Times* noticiou que “Nem mesmo Lincoln teve uma morte tão gloriosa”.¹⁰²

No verão de 1896, William Jennings Bryan, um homem que o *New York Times* de Ochs classificou de “maluco irresponsável, descontrolado, ignorante, preconceituoso, fanático e dono de uma simplicidade patética”, cruzava as planícies em um trem customizado, conhecido como O Grande Trem de Prata de Nebraska, decorado com letreiros gigantes onde se lia “Fique de Olho no Nebraska”. Bryan estava a caminho de Illinois para a Convenção Nacional Democrata no Chicago Coliseum, um prédio de três andares que ocupava um quarteirão inteiro. Lá, ele faria um dos discursos mais memoráveis e persuasivos da história da oratória americana.

O Menino Bryan, vestindo suas calças largas e seu paletó negro de lã de alpaca, tinha viajado até Chicago para unir o Partido do Povo com o Partido Democrata, para fazer com que o partido dos homens brancos do Sul se tornasse, também, o partido dos fazendeiros do Oeste e dos operários do Norte. Para o Partido Republicano sobraria o papel de partido dos empresários. O vento soprava a seu favor. O Partido Democrata havia, pela primeira vez, endossado a criação do imposto de renda, “para que o peso dos tributos fosse distribuído de forma imparcial e igualitária, de modo que os ricos contribuíssem, proporcionalmente, com as despesas do Governo”.¹⁰³ Mas indicar Bryan como candidato à presidência seria um passo muito mais significativo para o Partido Democrata do que acrescentar um tópico à sua plataforma.

Bryan subiu ao palanque. “Venho a vocês em defesa de uma causa tão sagrada quanto a da liberdade: a causa da humanidade.” O conflito entre empresários e trabalhadores havia sido mal compreendido e se baseava em uma definição muito restrita do que era ser empresário. As pessoas são uma “definição mais ampla de empresário”: “O homem que é empregado por um salário é tão empresário quanto o seu empregador. O fazendeiro que levanta de manhã e trabalha duro todos os dias (...) e que produz riqueza aplicando seu intelecto e força aos recursos naturais do país é tão empresário quanto o homem que vai até a bolsa e faz uma aposta no preço dos grãos”, declarou ele. Opondo-se ao uso do ouro como lastro, a principal política econômica do Partido Republicano, Bryan misturou seu jeffersonianismo com o seu revivalismo cristão. “Existem duas ideias de governo. Há quem acredite que, se você legislar para que apenas os ricos prosperem, a prosperidade respingará naqueles nas classes inferiores. Os democratas, no entanto, vêm defendendo a ideia de que, se você legislar para que as massas prosperem, a prosperidade jorrará para o alto, atingindo todas as classes de cima”.

Ao encerrar seu discurso, falando para uma plateia de mais de 20 mil pessoas, Bryan pôs uma coroa de espinhos imaginária em sua cabeça: “Responderemos à demanda pelo uso do padrão-ouro dizendo: não colocarão essa coroa de espinhos na cabeça dos trabalhadores.” Ele abriu os braços e abaixou sua cabeça. “Vocês não crucificarão a humanidade em uma cruz de ouro.” E então ele fechou os olhos e ficou parado, como se estivesse morto.



A capa da revista Judge, em 1896, mostra William Jennings Bryan segurando sua cruz de ouro, exibindo uma coroa de espinhos e de pé sobre uma Bíblia aberta enquanto, às suas costas, um seguidor agita uma bandeira onde lê-se “Anarquia”. (Grant E. Hamilton / Biblioteca do Congresso.)

“Meu Deus! Meu Deus! Meu Deus!”, a multidão começou a entoar.¹⁰⁴ As pessoas jogavam seus chapéus para cima. Quem estava sem chapéu tirou o casaco e fez o mesmo com ele. Quem estava com guarda-chuva, o abriu. “Enfeitiçada pelo talentoso fanfarrão de Nebraska, a plateia da convenção foi tomada por entusiasmados espasmos”,¹⁰⁵ escreveu um repórter do *New York Times*.

Bryan, o talentoso fanfarrão, era bastante ridicularizado, especialmente nas cidades grandes do Leste, nos jornais que

defendiam os interesses dos empresários. O *Times* publicou uma matéria intitulada “Os fanáticos da prata são invencíveis: uma multidão selvagem, barulhenta, hipnotizada, incapaz de abandonar sua abominável tolice”. Até o *World*, de Joseph Pulitzer, que tinha muito mais proximidade com o povo, se recusou a apoiar Bryan. Os populistas, enquanto isso, temiam que a fusão pudesse destruir seu movimento. “Não crucificaremos o Partido do Povo na cruz da democracia!”, disse um de seus delegados, do Texas.¹⁰⁶

Mas, por não ter escolhido um candidato próprio, no fim das contas o Partido do Povo acabou apoiando Bryan. Mesmo relutante, até Mary Lease ofereceu seu aval e endossou sua indicação na convenção do Partido do Povo, em St. Louis. Os socialistas também o apoiaram. Eugene Debs, sindicalista nascido em Indiana, que, mais tarde, viria a se tornar o líder do Partido Socialista, escreveu a Bryan: “Você é, neste momento, a esperança da República.”¹⁰⁷

Bryan concorreu com o ex-governador republicano de Ohio, William McKinley (que representava os interesses dos empresários), e contava com o apoio de doações vultosas feitas por bancos e empresas, apavorados com a perspectiva de uma presidência de Bryan. A reforma eleitoral não conseguiu afastar o dinheiro das eleições — pelo contrário, fez com que ele ficasse ainda mais presente, além de inaugurar um novo estilo de política: usar rios de dinheiro para vender a personalidade de um candidato, pegando emprestadas técnicas comerciais de publicidade de massa, com o uso de slogans e outdoors. McKingley concorreu com uma campanha inovadora; Bryan, com uma campanha antiquada, percorreu as áreas rurais de todo o país. Fez cerca de seiscentos discursos para 5 milhões de pessoas, em 27 estados, viajando quase 30 mil quilômetros. Mas os cofres da campanha de McKinley eram mais recheados: os republicanos gastaram 7 milhões de dólares, e os democratas, 300 mil. John D. Rockefeller, sozinho, doou mais de 250 mil ao Partido Republicano. O gerente de campanha de McKinley, o

empresário de Cleveland Mark Hanna, findou quase soterrado por doações de seus colegas empresários. Usou esse dinheiro para imprimir 120 milhões de panfletos de campanha. Hanna também contratou 1.400 oradores locais para discursarem a favor de McKinley; apelidando os populistas de *Popocrats*, esses oradores promoviam o pânico entre o eleitorado.¹⁰⁸ Como Mary Lease gostava de dizer, o dinheiro elegeu McKinley. Enojada pela eleição, Lease trocou o populismo pelo jornalismo: Pulitzer a contratou como repórter.¹⁰⁹

No dia da eleição, nove em cada dez americanos votou secretamente, utilizando as cédulas pré-impressas pelo governo. McKinley venceu com 271 votos eleitorais, contra os 176 de Bryan. Não houve praticamente nenhum voto dos homens negros e absolutamente nenhum voto das mulheres e dos sino-americanos. Todavia, pela primeira vez em décadas, ninguém foi morto durante as eleições. Bryan e sua esposa compilaram recortes de jornal e publicaram um livro. Eles o intitularam *A primeira batalha*.

IV.

E M 1893 OS AMERICANOS celebraram o aniversário da primeira viagem transatlântica de Cristóvão Colombo com a maior feira mundial de todos os tempos, a Exposição Colombiana, numa área de seiscentos acres em Chicago, com mais de duzentos prédios abrigando milhares de exposições, pavilhões representando 46 países e nada menos que a primeira rodagigante da história. Entre as centenas de palestrantes da feira, destacavam-se dois homens que se propunham a examinar o curso da história americana do ponto de vista dos últimos anos do tumultuado século XIX. Frederick Jackson Turner, um historiador impetuoso, de bigode e gravata borboleta e com 31 anos, queria explicar a ascensão da democracia americana, tanto um triunfo quanto um exemplo. Frederick Douglass, um estadista idoso de 75 anos, com seus cabelos brancos como uma nuvem,

se propunha a explicar a ascensão de Jim Crow, uma derrocada em direção às trevas.

Turner, nascido no Wisconsin em 1861, foi um dos primeiros americanos a receber o título de doutor em história. Na feira mundial, apresentou seus comentários perante a Associação Histórica Americana, uma organização que havia sido fundada em 1884 e incorporada por um ato do Congresso em 1889 “para a promoção dos estudos históricos, a coleção e preservação de manuscritos históricos, e para propósitos similares dentro do interesse da história americana e dos Estados Unidos”.¹¹⁰ As profissões de historiador e jornalista surgiram ao mesmo tempo, e, assim como os jornalistas, os historiadores se inspiravam nas emergentes ciências sociais, usando análises quantitativas para entender como as mudanças acontecem. Se George Bancroft, em sua *História dos Estados Unidos*, tinha procurado explicações nas mãos da providência divina, Turner se voltou para o censo. A diferença entre os métodos dos dois representava uma mudança profunda na organização do conhecimento. Da mesma forma que o darwinismo, a ascensão das ciências sociais resultou na abdicação de outras metodologias e, indiretamente, contribuiu para o avanço do fundamentalismo. Em meio ao surgimento de novas disciplinas acadêmicas, os intelectuais foram abandonando o conceito de mistério — a ideia de que há coisas que somente Deus conhece — em favor de uma busca pela objetividade.¹¹¹ Quando as universidades se tornaram mais seculares, a instrução religiosa acabou restrita aos seminários e cursos teológicos. Mas, nas décadas de 1880 e 1890, essas escolas eram dominadas por teólogos liberais, modernistas, como o congressionalista Washington Gladden. Gladden foi o criador do que viria a ser conhecido como Nova Teologia, aceitando a evolução como algo consistente com a fé cristã, parte da jornada da humanidade rumo ao Reino de Deus. Outro teólogo acadêmico definiu o modernismo como “o uso de métodos científicos, históricos e sociais para compreender e aplicar a cristandade evangélica às necessidades das pessoas

vivas”.¹¹² Cada vez mais, isso é exatamente o que os evangélicos que, em última análise, identificam-se como fundamentalistas, consideram ofensivo.¹¹³ Seu líder era William Jennings Bryan, o “sr. Fundamentalista”.

O modernismo moldou a fé e também a história. Turner intitulou sua palestra de “A importância da fronteira na História americana” e tentou fazer dela uma crônica sobre a passagem da história nos últimos quatro séculos. Influenciado tanto por Jefferson quanto por Darwin, Turner via a fronteira americana como o lugar onde se dá a evolução política, começando com os “selvagens” na “natureza”, passando por diversas formas de assentamento, “a evolução de cada uma delas até um estágio superior” e culminando com o último estágio da civilização: o capitalismo e a democracia.¹¹⁴

Turner apresentou essa tese em um evento que incluía a exposição de quatrocentos nativos americanos, naquilo que poderia ser chamado de zoológico humano. Simon Pokagon, um representante do povo Potawatomi, contestava essas exposições em um livreto extraordinário vendido na feira chamado *A admoestação do homem vermelho*, impresso em papel de bétula. A publicação de Pokagon era ao mesmo tempo uma história, um acerto de contas e uma acusação. Ela declarava à “raça de carapálida que usurpou nossos lares e terras que não estamos no espírito de celebrar com vocês esta grande Feira Colombiana”. Turner ignorou o argumento, derivando suas ideias sobre evolução dos mesmos estudos antropológicos antigos que justificavam aquelas exposições. Seu estudo da fronteira foi embasado em uma análise quantitativa dos achados do censo de 1890, uma medição computada em tempo recorde. O censo de 1880 tinha levado oito anos para ser tabulado. Mas, em 1890, um membro do Departamento do Censo chamado Herman Hollerith, de Buffalo, Nova York, que tinha cursado engenharia mecânica no MIT, introduziu uma mudança que permitiu realizar o cálculo em apenas um ano. Inspirado pelos furos que os condutores dos trens faziam nos bilhetes para identificar os passageiros por

sexo, altura e cor de cabelo, Hollerith criou cartões perfurados capazes de tabular automaticamente todos os itens pesquisados pelos recenseadores: as características dos cidadãos. Hollerith inseriu esses cartões perfurados com doze linhas por doze colunas em uma máquina de tabulação criada por ele mesmo. Em 1896, ele fundou a Tabulating Machine Company, que acabaria se incorporando a diversas outras empresas menores até se transformar em uma empresa chamada International Business Machines, mais conhecida como IBM.¹¹⁵

Em “A importância da fronteira na História americana”, Turner usou os dados de Hollerith para calcular a densidade populacional em todo o país e, a partir disso, argumentar que não havia mais qualquer linha discernível entre as partes colonizadas e não colonizadas do continente. Ele alegava que a fronteira, que descreveu como “o ponto de encontro entre a selvageria e a civilização”, tinha sido aberta em 1492 e fechada quatro séculos depois, porém, naquele ponto de encontro, durante o tempo em que ele existiu, a democracia americana havia sido forjada: “A democracia americana é, fundamentalmente, o resultado das experiências do povo americano em suas relações com o Ocidente.” Em outras palavras, ele se referia às experiências dos europeus que imigraram para os Estados Unidos, aniquilaram seus povos nativos, tomaram suas terras e construíram em cima delas a própria civilização. Isso, para Turner, era a história dos Estados Unidos, e a lição dessa história: a evolução.¹¹⁶

Frederick Douglass, que tinha mais que o dobro da idade de Frederick Jackson Turner, tinha uma palestra marcada para o dia 25 de agosto de 1893, data que a feira escolheu para ser o “Dia das Pessoas de Cor”. A Exposição Colombiana aconteceu de forma segregada, não devido às leis de Jim Crow, que não haviam chegado até o Illinois, mas sim por conta de algo que era bem presente no estado: as convenções raciais. Até os seguranças eram todos brancos; só os faxineiros eram negros. Douglass, que, por ter sido embaixador americano no Haiti, representava este país em seu pavilhão, era o único afro-

americano de renome e com um papel de destaque na feira, cuja programação havia sido elaborada por uma comissão de 208 membros, todos brancos.¹¹⁷ Havia, contudo, pessoas negras no evento: em exposição. No Salão da Agricultura, idosos, tanto homens quanto mulheres, todos ex-escravos, vendiam fardos de algodão em miniatura e outros souvenirs, enquanto, em uma série de exposições criadas para representar o progresso da humanidade na visão de Turner, da selvageria à civilização, os negros americanos foram retratados em uma aldeia africana mal-ajambrada. “Como se quisessem humilhar o Negro, exibem-no como um repulsivo selvagem”,¹¹⁸ escreveu Douglass.

Douglass pretendia fazer um discurso intitulado “O problema racial nos Estados Unidos”. No entanto, Ida B. Wells, uma mulher negra, 31 anos, com olhos bem afastados no rosto e o cabelo armado como uma Gibson Girl, foi até a feira procurar por Douglass, para tentar convencê-lo a não fazer seu discurso e, em vez disso, boicotar o “Dia das Pessoas de Cor”, um escárnio que ela chamou de “Dia do Negro’ com Tambo e Bones”*.¹¹⁹

Filha de ex-escravos, Wells nasceu em Holly Springs, no Mississippi, em 1862. Em 1883, quando trabalhava como professora, durante uma viagem de trem disseram a ela para sair do “vagão das mulheres” e ir para o vagão dos negros. Wells se recusou, levou seu caso até os tribunais e começou a escrever para jornais negros. Em 1892, depois que três homens negros que haviam aberto uma Merceria Popular foram linchados, ela começou a escrever sobre a “velha mentira surrada de que os homens negros estupram as mulheres brancas”. Brava e destemida, convocou a militância negra para a resistência armada contra os linchamentos e as leis de Jim Crow. Wells tinha predileção pelos rifles da Winchester. “Quanto mais os afro-americanos se curvarem, se acovardarem e implorarem, mais eles serão insultados, humilhados e linchados”, escreveu ela. Quando fundou seu próprio jornal em Memphis, Wells o chamou de *Free Speech*, levando adiante uma longa tradição de colocar a liberdade de expressão como foco central na luta por justiça

racial. Depois que uma turba de brancos incendiou o escritório do *Free Speech*, Wells se mudou para Nova York, onde publicava seus textos usando o pseudônimo Exilada. Em 1887, foi eleita secretária da Associação Nacional de Imprensa, comandada por negros. Em 1892, quando publicou seu primeiro livro, *Horrores do Sul: as leis de linchamento em todas as suas fases*, Douglass escreveu uma resenha dizendo que sua própria voz empalidecia em comparação à dela.¹²⁰

Em 1893, quando Wells foi atrás de Douglass na Feira Mundial de Chicago, eles resolveram almoçar. Ela queria comer em um restaurante que ficava do outro lado da rua, mas não tinha certeza se seriam atendidos: só era permitida a entrada de brancos. “Venha, vamos lá”, disse Douglass. Os garçons ficaram olhando embasbacados para eles, até que reconheceram Douglass. Pressionado por Wells, Douglass, que tinha todos os motivos do mundo para criticar a feira, concordou em escrever um ensaio introdutório para um panfleto chamado *A razão pela qual os americanos de cor não estão na Exposição Colombiana*, no qual defendeu que qualquer representação verdadeira da nação precisava ser honesta e que, por mais que ele desejasse contar a história dos Estados Unidos como uma de progressos, a verdade era outra. Da escravidão até as leis de Jim Crow, a história dos Estados Unidos, dizia ele, “evoca a necessidade de se falar abertamente sobre as ofensas e atrocidades praticadas, e sobre os direitos retirados em flagrante contradição com a alardeada república americana de liberdade e civilização”.¹²¹

SOUTHERN HORRORS.
LYNCH LAW
IN ALL
ITS PHASES



Miss IDA B. WELLS.

Price, . . . Fifteen Cents.

THE NEW YORK AGE PRINT.

1892.

As duras críticas de Ida B. Wells aos linchamentos foram publicadas pela primeira vez em 1892. (Udo J. Keppler / Biblioteca do Congresso.)

Todavia, por mais que Wells tenha se esforçado para convencer Douglass a boicotar o “Dia do Negro’ com Tambo e Bones”, ele decidiu fazer seu discurso mesmo assim.¹²² Quando o dia chegou, ele encontrou a feira decorada com melancias, além de agitadores brancos à sua espera. Subiu ao palanque com os passos hesitantes e cuidadosos de um idoso. “Os homens falam sobre o problema dos negros, mas não existe

problema dos negros”, disse ele, elevando a voz. “O problema é saber se o povo americano é leal, honrado e patriota o suficiente para fazer jus à própria Constituição.”¹²³

Foi uma das últimas vezes que Frederick Douglass discursou em público — porém não a derradeira. No dia 3 de setembro de 1894, adoentado, Douglass fez uma longa viagem de casa, em Washington, até Manassas, na Virgínia, para falar durante a cerimônia de inauguração de uma escola industrial para crianças negras livres — uma escola onde elas aprenderiam a construir. “Um navio ancorado, que tem suas ostagas partidas, suas velas emboloradas, seu casco vazio e seu fundo coberto por algas marinhas e cracas, não encontra resistência”, disse Douglass naquele dia, trazendo o conceito de navio do estado para o problema de Jim Crow. “Mas quando ele abre suas velas ao vento e zarpa, proa apontada para o mar aberto, quanto maior for sua velocidade, maior será a resistência. Com o homem de cor é a mesma coisa.” Douglass fez uma pausa para deixar que seus ouvintes evocassem aquela cena e também seu significado, um povo lutando contra o mar. “Meus jovens amigos, aceitem a inspiração da esperança. Imitem o exemplo do bravo marujo que, em meio às nuvens e à escuridão, em meio ao granizo, à chuva e à tempestade de raios, luta contra tudo aquilo que o mar coloca como obstáculo ao seu progresso, e assim atingirão a meta de suas nobres ambições em segurança.”¹²⁴

Dois anos depois, ao 77 anos, Douglass desmaiou após o jantar, durante uma conversa com sua esposa sobre a emancipação das mulheres. Havia passado o dia todo em reunião com Susan B. Anthony, uma de suas amigas mais próximas.¹²⁵ Douglass sofreu um ataque cardíaco. Em seu funeral, ao qual compareceram milhares de pessoas, o padre se apoderou de seu discurso: “Não souberam vocês que um Príncipe e um grande homem tombaram no dia de hoje em Israel?”¹²⁶ *Aceitem a inspiração da esperança.*

* * *

MESES DEPOIS, o desafio que Douglass fez ao povo americano, para que fizesse jus à sua Constituição, ainda assombrava os salões da Suprema Corte quando os juízes se voltaram, mais uma vez, para as diferenças entre cidadãos, indivíduos e pessoas. Homer Plessy, um sapateiro de Nova Orleans que aparentava ser branco, mas que, de acordo com as leis raciais da Luisiana era tecnicamente negro, havia sido preso por violar a separação de vagões para negros e brancos segundo uma lei de Jim Crow de 1890. Plessy havia forçado sua prisão justamente para questionar a lei de Luisiana. John Fergusson, juiz de um tribunal inferior, decidira contra Plessy, e, em 1896, a Suprema Corte analisou o seu recurso, em *Plessy vs. Ferguson*.

Àquela altura, o controle judicial já era visto como o poder supremo da Corte, um que o Estado exercia contra o povo representado em suas legislaturas. Em 1892, o presidente da Associação dos Advogados Americanos declarou que o controle judicial era “a mais elevada função e o mais sagrado dever do judiciário — algo singular na história do mundo”.¹²⁷

Por um placar de sete a um em *Plessy vs. Ferguson*, a Suprema Corte confirmou a decisão do tribunal inferior — estabelecendo, doravante, o precedente jurídico de que as leis de Jim Crow não violavam a Constituição —, defendendo o argumento de que acomodações separadas não eram, necessariamente, acomodações desiguais. A Décima Quarta Emenda prometia a todos os cidadãos proteção igualitária sob a lei. A maioria do tribunal em *Plessy vs. Ferguson* declarou que separação e igualdade eram conceitos completamente dissociados. “Consideramos que a falácia fundamental do argumento do querelante consiste em supor que a separação compulsória das raças estampa naquela de cor um selo de inferioridade. Se é esse o caso, não é por conta de nada na essência no ato em si, e somente porque a raça de cor escolhe associar essa construção a ele.” O princípio legal resultante disso — que as acomodações públicas podem ser “separadas, mas iguais” — perduraria por mais de meio século.

O único dissidente, John Marshall Harlan, contrário ao estabelecimento de classes distintas de cidadãos, declarou que a grande conquista dos Estados Unidos havia sido a criação, por meio de emendas, de uma Constituição que não enxergava a cor da pele. “Nossa Constituição não vê cor e não conhece nem tolera a instituição de classes entre os cidadãos”, escreveu ele, para quem era, portanto, uma clara violação da Constituição “que um estado regule quais cidadãos poderão gozar de seus direitos civis tomando como única base a sua raça”. Reflitam sobre os absurdos, distorções e contradições nas leis de Jim Crow e na Lei de Exclusão de Chineses de 1882, Harlan pediu aos colegas. De acordo com os termos da Lei de Exclusão de Chineses, os imigrantes daquele país não poderiam se tornar cidadãos americanos. Mas sob os termos da lei dos vagões ferroviários de Luisiana, “um chinês pode viajar no mesmo vagão de passageiros dos cidadãos brancos dos Estados Unidos, enquanto os cidadãos da raça negra em Luisiana (...) ainda são considerados criminosos, sujeitos à prisão, caso viajem em um vagão público ocupado por cidadãos da raça branca”.

Harlan não queria protestar contra a discriminação aos imigrantes chineses. Em vez disso, estava apontando os absurdos de uma série de leis que garantiam mais direitos a não cidadãos do que a cidadãos. O que todas elas tinham em comum, alegou Harlan, era o fato de estarem baseadas em raça. E isso porque uma guerra havia sido travada — e vencida — para estabelecer que as leis nos Estados Unidos não poderiam ser baseadas em raça e nem a cidadania poderia ser restrita por uma questão racial. A decisão da corte em *Plessy*, alertou Harlan, havia sido um erro tão crasso em termos de princípios constitucionais que, “com o tempo, o julgamento concluído neste dia acabará se mostrando tão pernicioso quanto a decisão tomada por este mesmo tribunal no caso de Dred Scott”.¹²⁸ A previsão acabaria se revelando correta.

“Como você se sente sabendo que é um problema?”, perguntou W. E. B. Du Bois um ano após *Plessy vs. Ferguson* ter

estabelecido a doutrina do separado, porém igual. “O único que experimenta essa dualidade — um americano, um negro; duas almas, dois pensamentos, duas lutas irreconciliáveis; dois ideais em conflito dentro de um mesmo corpo escuro, cuja enorme obstinação é a única coisa que o impede de se espedaçar por completo.”¹²⁹

Um cidadão, uma pessoa, um povo. Quatro séculos haviam se passado desde que os continentes, separados pelos oceanos, haviam se encontrado novamente. Um século havia se passado desde que Jefferson declarou que todos os homens são iguais. Três décadas haviam se passado desde que a Décima Quarta Emenda declarou que todas as pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos eram cidadãos. E então a Suprema Corte havia decidido que aquele que ignorasse a igualdade em favor da separação não estaria violando as verdades que fundaram a nação. Em uma das mais violentas tragédias da história americana — um elemento nada escasso nessa narrativa —, os confederados haviam perdido a guerra, porém ganharam a paz.

* (N. do E.) Tambo e Bones são duas personagens que representam estereótipos de escravos ignorantes em situações cômicas no Minstrel Show, um formato teatral-musical-circense tipicamente americano no qual artistas brancos pintam o rosto de preto (a origem do *blackface* na cultura americana).

Dez

EFICIÊNCIA E AS MASSAS

WALTER LIPPMANN USAVA UM TERNO DE RISCA DE GIZ DA mesma forma que um tigre desfila a pelagem, mas o que denunciava a perspicácia do homem eram suas sobrancelhas arqueadas, afiadas como a ponta de uma flecha. Formado em Harvard, onde havia estudado com William James e George Santayana, ele parecia destinado a uma distinta, porém discreta, carreira como professor de filosofia, ou, talvez, de história, mas, em vez disso, decidiu se tornar repórter, o tipo de homem que enfiava o seu lápis na fita do seu chapéu; exceto que ele não era exatamente esse tipo de repórter. Lippmann criou um novo tipo: o comentarista político intelectual. “Ler e compreender Lippmann de repente se tornou algo que deveria ser feito”, escreveu um de seus rivais, muito magoado.

Em 1914, quando tinha 25 anos, Lippmann já havia escrito dois livros provocantes sobre a política americana e ajudado a fundar a revista *The New Republic*. Ele era corpulento e caladão; seus amigos o chamavam de Buda. Vivia em meio a um notável grupo de jovens liberais em um prediozinho estreito de três andares e tijolos vermelhos na Nineteenth Street, em Washington, que seus visitantes — entre os quais Herbert Hoover, que, certa vez, comeu um charuto apagado durante um jantar — chamavam de Casa da Verdade. Theodore Roosevelt chamou Lippmann de “o homem mais brilhante de sua idade em todos os Estados Unidos”, o que nem de longe foi um consolo para os homens mais velhos, que viam suas ideias sendo estraçalhadas por Lippmann como um novelo de lã nas garras de um gatinho. Como um homem tão jovem era capaz de escrever com tamanha autoridade e obter tamanho sucesso? Oliver Wendell Holmes disse que os textos de Lippmann eram como

papel pega-mosca: “Se encosto nele, fico preso até terminar de ler.”¹

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, quando Lippmann chegava à idade adulta, o industrialismo trouxe inúmeras riquezas para alguns poucos, prosperidade para a nação, mercadorias mais baratas para a classe média e miséria e necessidade para a maioria. Maioria que, agora, existia em maior número se comparada a qualquer outro momento, e falar sobre “o povo” implicava falar sobre “as massas”, as crescentes fileiras de pobres, maltratados e famintos. Como muitos americanos de sua geração, Lippmann começou como socialista, em uma época em que a simples menção às “massas” era o bastante para se associar ao socialismo; *The Masses* era o nome de uma publicação socialista mensal baseada em Nova York, e, principalmente depois da Revolução Russa de 1917, que levou os bolcheviques ao poder (“*bol’shinstvo*” significa “a maioria”), “as massas” era uma expressão que soava definitivamente Vermelha. Entretanto, Lippmann logo começaria a escrever sobre as massas como “um rebanho confuso”, irracional e instintivo, e tão perigoso quanto um iminente estouro de manada. Para ele e para uma geração inteira de intelectuais, políticos, jornalistas e burocratas que se autoproclamavam Progressistas — o termo data de 1910 —, as massas representavam uma ameaça à democracia americana. Depois da Primeira Guerra Mundial, os Progressistas reviram seus objetivos e passaram a se referir a si mesmos como “liberais”.²

Somente alguém como Lippmann, que havia depositado inicialmente tanta fé nas massas, poderia terminar com tão pouca. Essa mudança ocorreu em meio às profundas transformações da época. Nos anos que se seguiram à revolucionária eleição de 1896, tudo parecia, de repente, maior do que antes, mais cheio e mais anônimo: iminente e volumoso. Até os prédios estavam maiores: grandes prédios de escritórios, grandes fábricas, grandes mansões, grandes museus. Quantidade tornou-se a única medida possível de valor: de que

grandeza, de que valor, de que quantidade. Havia grandes negócios: grandes bancos, grandes ferrovias, o *big oil*. A U.S. Steel, primeira empresa a valer um bilhão de dólares, foi formada em 1901, ao consolidar mais de duzentas empresas nos ramos de ferro e aço. Para lutar contra os monopólios, proteger o povo e preservar a terra, o governo federal também cresceu; dezenas de novas agências federais foram fundadas nessa época, desde o Instituto Nacional de Padrões (1901) até o Serviço Florestal (1905), passando pela Guarda Costeira (1915) e o Departamento de Eficiência (1916), este último para lidar com o problema da amplitude utilizando as artes da organização e da aceleração, um “departamento dos departamentos”.

“Massa” passou a designar qualquer coisa que envolvesse uma quantidade gigantesca, possivelmente assustadora, em uma escala tão enorme que seria capaz de se sobrepôr a todos os acordos vigentes — inclusive a democracia. A expressão “produção em massa” foi criada na década de 1890, quando as fábricas se tornaram maiores e mais rápidas, quando o número de pessoas trabalhando nelas disparou e quando seus donos ficaram incrivelmente ricos. “Migração em massa” data de 1901, época em que quase um milhão de imigrantes por ano entrava nos Estados Unidos; “consumo de massa”, de 1905; “consciência de massa”, de 1912. “Histeria em massa” foi cunhada em 1925 e “comunicação de massa”, em 1927, quando o *New York Times* descreveu o rádio como “um sistema de comunicação de massa com uma audiência de massa”.³

E quanto às massas em si? Elas formavam uma audiência de massa para uma comunicação de massa e tinham uma tendência, segundo os psicólogos, à histeria em massa — a demandada política —, um problema político que não havia sido antecipado por James Madison e Thomas Jefferson, que acreditavam que o tamanho do continente e o crescimento de sua população tornariam a república mais forte e seus cidadãos, mais virtuosos. Eles não tinham como prever as profundas desigualdades econômicas da Era de Ouro, sua escala, sua

extravagância e suas mazelas, e os desafios que os milhões de homens, mulheres e crianças, desesperados, pobres e com opiniões facilmente moldáveis pelas ferramentas de persuasão em massa, representavam para a ordem política.

Para encarar esses desafios no que viria a ser chamada de Era Progressista, ativistas, intelectuais e políticos fizeram campanhas e garantiram a aprovação de reformas muito amplas, que incluíram legislações municipais, estaduais e federais. Sua arma mais poderosa era o jornalismo de denúncia. O maior obstáculo, que eles tentavam superar o tempo todo por meio de emendas constitucionais, eram os tribunais. Dessas campanhas surgiram o imposto de renda federal, o Banco da Reserva Federal, a eleição direta para o Senado americano, as primárias nas eleições presidenciais, o salário-mínimo e as leis de jornada de trabalho, o sufrágio feminino e a Lei Seca. Praticamente todas essas reformas vinham sendo defendidas há muito tempo, e William Jennings Bryan foi o primeiro a defender muitas delas. O maior fracasso dos progressistas foi também o de Bryan: sua falta de disposição em abordar, ou sequer discutir, as leis de Jim Crow. Ao invés disso, ambos a apoiavam. E tudo que os progressistas haviam conquistado na gestão da democracia de massa era vulnerável à força que tanto preocupava o implacável Walter Lippmann: a facilidade de manipular a opinião pública na direção de uma histeria em massa.

I.

O PROGRESSISMO TEM RAÍZES no populismo do final do século XIX; o progressismo foi a sua versão para a classe média: caseiro, tranquilo, apático. Os populistas botavam lenha na fogueira; os progressistas liam panfletos. Os populistas diziam que a cumplicidade do governo federal com a consolidação do poder nas mãos dos grandes bancos, das grandes ferrovias e das grandes empresas era uma traição tanto aos princípios que haviam fundado a nação quanto à vontade do povo, e que o próprio governo estava tomado pela corrupção. “O Partido do

Povo é um protesto dos assaltados contra os assaltantes — das vítimas contra os ladrões”, disse um dos organizadores durante a cerimônia de fundação do Partido do Povo, em 1892.⁴ “Uma imensa conspiração contra a humanidade foi tramada em dois continentes e está rapidamente tomando conta do mundo”, disse outro.⁵ Os progressistas lutavam pelas mesmas causas dos populistas e ficavam ao seu lado nos ataques às grandes empresas, porém, se, em geral, os populistas queriam menos governo; os progressistas queriam mais, buscando soluções na reforma legislativa e no estabelecimento de burocracias, especialmente sob a forma de agências governamentais.⁶

Os populistas acreditavam que o sistema estava quebrado; os progressistas acreditavam que o governo poderia consertá-lo. Os conservadores, que, por acaso, dominavam a Suprema Corte, não acreditavam que algo precisava ser consertado, mas acreditavam que, caso fosse necessário, o mercado faria isso. Apesar da influência dos conservadores no judiciário, o progressismo conseguiu estender seus tentáculos sobre os dois partidos. Em 1896, os democratas convenceram Bryan a concorrer pelo seu partido, e não pelos populistas. Desde então, seus integrantes passaram a se vangloriar por terem conseguido trazer os populistas para o seu partido. Em 1905, o governador do Arkansas, Jeff Davis, disse: “Em 1896, quando indicamos o maior e mais autêntico homem que este mundo já conheceu — William Jennings Bryan — para a presidência, roubamos todo o ódio dos populistas; roubamos a plataforma deles, roubamos o candidato deles, roubamo-los de cabo a rabo.” Mas os republicanos também eram progressistas. “Os cidadãos dos Estados Unidos devem controlar efetivamente as poderosas forças comerciais que eles próprios criaram”, disse Theodore Roosevelt. E, como o próprio Woodrow Wilson admitiu, “quando eu me sento e comparo minhas opiniões com as de um republicano progressista, não consigo perceber qualquer diferença”.⁷

Muitos dos elementos vitais no progressismo eram evoluções do protestantismo, em especial de um movimento conhecido como Evangelho Social, adotado por quase todos os teólogos liberais e também por um grande número de teólogos conservadores. O nome data de 1886, quando um ministro congregacionalista passou a se referir a *Progresso e pobreza*, de Henry George, como um evangelho social. George tinha escrito a maior parte do livro com fervor evangélico, argumentando que somente um remédio para a desigualdade econômica seria capaz de promover “a culminação do cristianismo — a Cidade de Deus na Terra, com suas paredes de jaspe e seus portões de pérolas!” (Liberais mais céticos e menos religiosos haviam há muito perdido a fé no utopismo de George, com Clarence Darrow comentando com perspicácia que “os erros que detectei na filosofia de Henry George foram sua empáfia, sua simplicidade e o valor ínfimo atribuído às motivações egoístas dos homens”).⁸

O movimento do Evangelho Social era liderado por professores de seminários — teólogos acadêmicos que reconheciam a teoria da evolução, considerando-a inteiramente compatível com a Bíblia, e a evidência de um universo divinamente governado e com um propósito; ao mesmo tempo, rejeitavam ferozmente o darwinismo social de autores como Herbert Spencer, o naturalista inglês que cunhou a expressão “a sobrevivência do mais apto” e utilizou a teoria da evolução para defender todo tipo de violência, opressão e uso da força. Após testemunhar uma greve de garimpeiros em Ohio em 1882, o congregacionalista Washington Gladden, um homem que nunca era visto sem o seu casaco estilo Príncipe Albert de abotoamento duplo e que lhe descia até os joelhos, defendeu que lutar contra a desigualdade produzida pelo industrialismo era obrigação de todo cristão: “Precisamos fazer com que os homens acreditem que a Cristandade tem o direito de reger este reino da indústria, bem como todos os demais reinos deste mundo.”⁹

Os evangelistas sociais transpuseram o fervor do abolicionismo para a questão do industrialismo. Em 1895, o

Oberlin College realizou uma conferência chamada “As causas da pobreza e as soluções propostas”. Em 1897, um pastor de Topeka chamado Charles Sheldon, que resolveu conhecer seus paroquianos de perto vivendo entre os mais pobres deles — ele passou três semanas morando num bairro negro —, vendeu milhões de exemplares do livro *Em seu lugar: o que Jesus faria?*, perguntando-se como Cristo reagiria ao industrialismo (sua resposta: com uma reforma progressista). Em 1908, os metodistas elaboraram um Credo Social e se comprometeram a acabar com o trabalho infantil e promover uma renda mínima. O documento foi rapidamente adotado pelo Conselho Federal de Igrejas, composto por 33 membros.¹⁰

William Jennings Bryan, o herói das planícies, era um evangelista social em todos os sentidos, exceto no rótulo.¹¹ Entretanto, em 1896, após perder a eleição, ele jogou fora sua cruz de ouro e passou a se dedicar a uma nova causa: o protesto contra o imperialismo americano. Bryan via o imperialismo como algo incompatível tanto com o cristianismo quanto com as tradições democráticas americanas. Outros progressistas discordavam — particularmente os missionários protestantes —, vendo as empreitadas imperiais como oportunidades de ganhar novos convertidos.

O imperialismo americano já havia chegado até o Havaí, apesar das objeções dos nativos, incluindo a Rainha Lili'uokalani, que, em 1891, reivindicava “o direito do povo havaiano de escolher sua própria forma de governo”. Mesmo assim, em 1898, os Estados Unidos anexariam o Havaí, como parte das reivindicações feitas durante a Guerra Hispano-Americana. Os cubanos tentavam se libertar do domínio espanhol desde 1868 e os filipinos faziam o mesmo desde 1896. Barões da imprensa como William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer ficaram do lado dos rebeldes cubanos e, de olho em uma excelente oportunidade para aumentar a circulação de seus jornais, enviaram repórteres e fotógrafos não apenas para relatar o conflito, mas, no caso de Hearst, para inflamá-lo ainda mais. Uma lenda diz que quando

Em 1898, os donos de jornais Joseph Pulitzer (esquerda) e William Randolph Hearst (direita) usaram a guerra para aumentar a circulação de seus periódicos. (Leon Barritt / Biblioteca do Congresso.)

Aos 39 anos e disposto a se envolver nos combates, Theodore Roosevelt abandonou seu posto de secretário-assistente da marinha, formou o Primeiro Regimento Voluntário de Cavalaria dos Estados Unidos, atacou San Juan Hill e voltou de lá como herói. Até mesmo Bryan, aos 38 anos, se alistou. Ele formou um regimento voluntário em Nebraska e foi até a Flórida para se preparar para a guerra, mas nunca foi enviado ao combate — aparentemente McKinley queria se certificar de que Bryan, seu rival na corrida à presidência, não tivesse a menor chance de se consagrar.

Sob os termos do acordo de paz, Cuba se tornou independente, mas a Espanha cedeu Guam, Porto Rico e as Filipinas aos Estados Unidos, em troca de 20 milhões de dólares. Ser ocupado pelos Estados Unidos e governado sob a lei colonial americana não era o que o povo filipino tinha em mente quando derrubou o regime espanhol. As Filipinas declararam sua independência, e o líder Emilio Aguinaldo montou um governo constitucional provisório. McKinley se recusou a reconhecê-lo, e, em 1899, soldados americanos dispararam contra nacionalistas filipinos. “Eu sei que a guerra sempre produz grandes perdas”, disse Aguinaldo em discurso para o povo filipino. “Mas eu também sei, por experiência própria, como é amargo o sabor da escravidão.” Bryan abandonou o exército como protesto contra a anexação e se juntou a um grupo organizado às pressas, de forma afobada, chamado Liga Anti-imperialista, cujos apoiadores incluíam Jane Addams, Andrew Carnegie, William James e Mark Twain. Bryan, que era o melhor orador do grupo, declarou que a anexação das Filipinas contrariava tanto a vontade do povo filipino quanto a do povo americano. “O povo não votou pelo imperialismo”, disse ele. “Nenhuma convenção nacional o declarou; nem o Congresso aprovou qualquer lei a respeito disso.”¹³

Desde o seu início, em 1899, a Guerra Filipino-Americana foi extraordinariamente brutal, com atrocidades dos dois lados, incluindo o massacre de civis. As tropas americanas aplicavam nos filipinos um método de tortura conhecido como “cura pela água”, no qual forçavam um prisioneiro a beber grandes quantidades de água. A maioria das vítimas morria. Enquanto isso, em Washington, no debate sobre a anexação das Filipinas, os americanos revisitaram questões sobre a expansão que tinham feito o país se dividir durante a Guerra com o México e sobre cidadania, que permaneciam sendo o trabalho inacabado da Reconstrução. O debate também estabeleceu os limites da visão dos progressistas: os dois lados daquela disputa já haviam se valido, em um momento ou outro, da retórica da supremacia branca. Oito milhões de pessoas de cor no Pacífico e no Caribe, das Filipinas a Porto Rico, agora faziam parte dos Estados Unidos, uma nação que, na prática, já negava o direito de voto a milhões de seus próprios habitantes por causa da cor de suas peles.

No Senado, aqueles que eram a favor da instauração de um governo imperial naquelas ilhas do Pacífico argumentavam que os filipinos eram, por causa de sua raça, incapazes de governar a si próprios. “Como conseguiriam?”, questionou o senador republicano por Indiana, Albert J. Beveridge. “Eles não são uma raça que se autogoverna. Eles são orientais.” Entretanto, os senadores que discursaram contra a anexação ressaltaram que, quando a Confederação usou esse mesmo argumento contra os negros, a União travou uma guerra e ocupou territórios contrários a essa alegação. “Vocês estão tentando anexar e considerar como componente deste governo ilhas habitadas por dez milhões de pessoas de cor, sendo que metade delas ou mais são bárbaros da pior espécie”, disse Ben Tillman, um democrata caolho da Carolina do Sul que se vangloriava de ter matado negros e se manifestava a favor dos linchamentos. “Somos contra a introdução desta raça imunda, deste povo inferior e ignorante ao corpo político dos Estados Unidos.” Tillman lembrou aos republicanos que não fazia muito tempo que eles haviam

libertado os escravos e, em seguida, “obrigado os brancos do Sul, na ponta da baioneta, a aceitarem ser governados e dominados pelos antigos escravos. Qual é a diferença? O que mudou? Vocês reconhecem que estavam errados em 1868?”¹⁴

A relação entre Jim Crow e a guerra nas Filipinas não passou despercebida pelos soldados negros que serviram no Pacífico. Um soldado da infantaria de Wisconsin disse que a guerra poderia ter sido evitada se os soldados brancos americanos não tivessem aplicado nos filipinos “o mesmo tratamento que costumavam dar às pessoas de cor nos Estados Unidos” nem os “xingado de crioulos malditos”. Rienzi B. Lemus, da Vigésima Quinta Infantaria, relatou o contraste entre o que lia nos jornais americanos e o que via nas Filipinas. Em carta endereçada a Richmond, na Virgínia, ele escreveu: “Toda vez que pegamos um jornal daí, lemos que um coitado de um preto foi linchado por suspeita de estupro”, enquanto, nas Filipinas, só quando “não havia nenhum negro por perto para ser culpado pelo crime”, dois soldados brancos foram condenados à morte por fuzilamento pelo estupro de uma filipina.¹⁵

A guerra que começou em Cuba em 1898 e foi declarada encerrada nas Filipinas em 1902 piorou dramaticamente as condições de vida das pessoas de cor nos Estados Unidos, que, em casa, encaravam uma verdadeira campanha de terrorismo. A retórica do pró-guerra, carregada de veneno racista, só incitou ainda mais as tensões raciais americanas. “Se necessário, todos os negros deste estado serão linchados”, prometeu o governador do Mississippi em 1903. Mark Twain considerava os linchamentos “uma epidemia de insanidades sangrentas”. De acordo com uma estimativa, no Sul, uma pessoa era enforcada ou queimada viva a cada quatro dias. A decisão da Corte em *Plessy vs. Ferguson* implicava a ausência de qualquer recurso legal para lutar contra a segregação, que ficava mais brutal a cada ano. E a discriminação não estava restrita ao Sul. Cidades e condados no Norte e no Oeste aprovaram leis de zoneamento racial, banindo os negros das comunidades de classe média. Em

1890, em Montana, os negros viviam em todos os 56 condados do estado; já em 1930, eles foram confinados em apenas onze. Em Baltimore, os negros não podiam comprar casas em quarteirões onde os brancos eram a maioria. Em 1917, em *Buchanan vs. Warley*, a Suprema Corte evocou a Décima Quarta Emenda não para garantir proteção igualitária para os negros, mas para assegurar algo que o tribunal passou a considerar como “liberdade de contratação” — um instrumento que concedia às empresas a liberdade de discriminar.¹⁶

Na primavera de 1899, quando lecionava na Universidade de Atlanta, W. E. B. Du Bois caminhava de seu quarto no campus até a redação de um jornal local para entregar um artigo comedido a respeito do linchamento de um fazendeiro negro chamado Sam Hose, quando viu, na vitrine de uma loja, os ossos das juntas das mãos de Hose. O fazendeiro havia sido mutilado e incinerado, e pedaços de seu corpo eram vendidos como *souvenirs*. Antes de ir estudar na Europa, Du Bois, que havia concluído um doutorado em história em Harvard em 1895, tinha sido o pioneiro de uma nova metodologia de pesquisa em ciências sociais, que se tornaria um dos marcos entre as reformas promovidas pela Era Progressista: a pesquisa social. Em 1896, ele bateu de porta em porta no Sétimo Distrito da Filadélfia e entrevistou pessoalmente mais de 5 mil pessoas, para elaborar seu estudo *O negro na Filadélfia*. Em 1898, deu uma palestra acadêmica incrivelmente meticulosa sobre “O estudo dos problemas dos negros”, que, embora brilhante, estava repleta de disparates como “o fenômeno da sociedade merece o mais cuidadoso e sistemático dos estudos”. No entanto, naquele dia de primavera de 1899, quando se deparou com o que um dia haviam sido as mãos de Hose, ele deu meia volta, retornou ao seu dormitório, jogou fora seu artigo e decidiu que “não é possível ser um cientista calmo, tranquilo e imparcial enquanto os negros estão sendo linchados, assassinados e deixados para morrer de fome”.¹⁷



Charles Mitchell foi linchado em Urbana, no Ohio, em 1897, um dos milhares de negros que linchados na época das Leis de Jim Crow. (Harvard Art Museums / Fogg Museum, Transfer do Carpenter Center for the Visual Arts, 2.2002.3604; foto: Imaging Department © President and Fellows of Harvard College.)

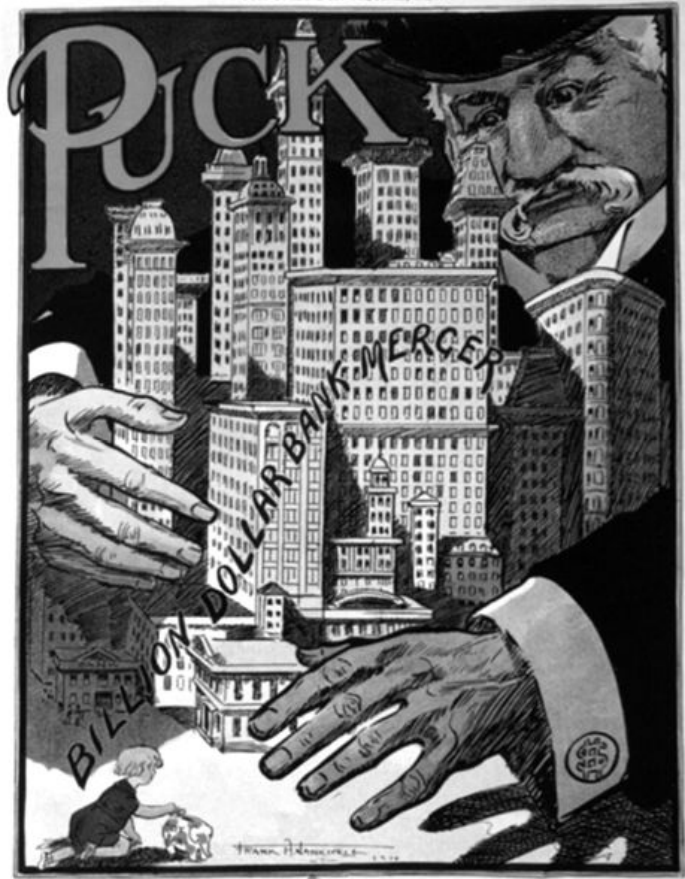
Muitas outras pessoas também concluíram que não podiam mais manter a calma — e, assim como Du Bois, que não podiam mais viver em lugares como a Geórgia. “Nós estamos desarmados e em menor número”, escreveu Ida B. Wells. Então, eles fizeram suas malas e foram embora, no que ficou conhecido como a Grande Migração, o deslocamento de milhões de negros

do Sul para o Norte e o Oeste. Antes da Grande Migração, 90% de todos os negros dos Estados Unidos viviam no Sul. Entre 1915 e 1918, quinhentos mil afro-americanos se mudaram para cidades como Milwaukee e Cleveland, Chicago e Los Angeles, Filadélfia e Detroit. Outro 1,3 milhão deixou o Sul entre 1920 e 1930. No início da Segunda Guerra Mundial, 47% de todos os negros americanos viviam fora do Sul. Nas cidades, eles construíram novas comunidades e novas organizações comunitárias. Em 1909, em Nova York, Du Bois ajudou a fundar a Associação Nacional para o Avanço das Pessoas de Cor e, no ano seguinte, começou a editar sua revista mensal, *The Crisis*, explicando que o título vinha da convicção de que “este é um momento crítico na história dos avanços humanos” — uma crise para a humanidade.¹⁸

Os progressistas brancos, que copiaram a metodologia que Du Bois havia introduzido nas ciências sociais, fecharam os olhos para as leis de Jim Crow e fizeram o mesmo com as reivindicações por soberania dos povos nativos. Assim como os populistas que os antecederam, os progressistas, quando falavam sobre desigualdade, se referiam à condição dos agricultores e trabalhadores assalariados brancos em relação aos donos das empresas. Mesmo assim, os progressistas foram influenciados pela luta por justiça racial e mais ainda pelos métodos de jornalismo investigativo inaugurados por Wells, com suas reportagens que denunciavam linchamentos: o jornalismo de denúncia se tornou a arma mais afiada dos progressistas. Depois que Theodore Roosevelt, fazendo uma alusão ao livro *Progresso dos Peregrinos*, condenou “o homem que revira o estreme com o ancinho” e que “se recusa constantemente a enxergar o que há de bom, e concentra seu olhar, com uma atenção solene, somente naquilo que é abjeto e degradante”, a prática do jornalismo investigativo passou a ser chamada de “revirar estreme”.¹⁹ O jornalismo investigativo se tornou um fenômeno nacional na *McClure's*, uma revista mensal, quando, em 1902, seu editor, um imigrante irlandês chamado Samuel

Sidney McClure, pediu uma matéria investigativa — com a intenção de expor escândalos de corrupção e impunidade — para cada um de seus três melhores repórteres. Assim, Ray Stannard Baker ficou responsável por escrever sobre os sindicatos; Ida Tarbell, sobre a Standard Oil; e Lincoln Steffens, sobre a política das metrópoles. (Mais tarde, Steffens contratou Walter Lippmann como seu assistente). Nenhum deles gostava de ser descrito como alguém que só era capaz de enxergar as coisas ruins. Tarbell, que havia escrito biografias de Napoleão e Lincoln no passado, não se via como uma reviradora de estrume, mas como uma historiadora. E, como Baker diria mais tarde, “nós reviramos o estrume não porque odiamos o mundo em que vivemos, mas porque o amamos”.²⁰

A denúncia que Tarbell fez contra a Standard Oil, um catálogo de conluíus, corrupção, assédio, intimidação e bandidagem explícita, apareceu pela primeira vez como uma série de dezenove reportagens na *McClure's*. Tarbell escreveu que a Standard Oil foi o primeiro truste, o modelo para todos que vieram depois, “o truste que foi crescendo da forma mais perfeita em toda a existência”. Tarbell, que havia crescido ao lado de um campo petrolífero — “enormes poços de petróleo submersos na terra” —, havia testemunhado a Standard Oil destruindo todos os seus concorrentes. Frequentemente investigada por governos estaduais e locais, a empresa havia deixado um rastro de documentos, que Tarbell seguiu, obstinadamente, pesquisando nos arquivos. Mas foi o estilo de sua escrita que consolidou sua argumentação. Ela escreveu que “nada era bom o suficiente para eles, nada que não esperassem ou ousassem”, sobre um grupo de jovens que começava naquela indústria por conta própria, sem ter conhecimento dos métodos da Standard Oil. “Bem no auge de toda essa confiança, uma mão enorme apareceu do nada para roubar as suas conquistas e estrangular seu futuro.”²¹



Na capa de uma revista de 1910, usando uma cartola, o banqueiro J. Pierpont Morgan pega todos os bancos de Nova York para si — até mesmo o cofre de porquinho de uma criança. (Frank A. Nankivell / Biblioteca do Congresso.)

No rescaldo das denúncias de Tarbell, Rockefeller, que havia fundado a Standard Oil em 1870, tornou-se um dos homens mais odiados dos Estados Unidos, um símbolo de tudo que havia de errado com o industrialismo. O fato de Rockefeller ser um batista e um filantropo não impediu que William Jennings Bryan declarasse que nenhuma instituição deveria aceitar um centavo dele (Bryan se recusou a fazer parte da diretoria de sua *alma mater*, o Illinois College, até que a faculdade rompesse com Rockefeller). Ele disse que “não é necessário que todo o povo cristão sancione os métodos de Rockefeller fazer dinheiro só porque ele reza”.²²

O jornalismo investigativo encheu o motor do progressismo. Mas o carro estava sendo dirigido por dois presidentes americanos, Woodrow Wilson e Theodore Roosevelt, homens que não poderiam ser mais diferentes entre si, mas que, cada um do seu jeito, ampliaram imensamente os poderes da presidência enquanto lutavam contra as alianças do capital que transformaram as corporações em monopólios.

* * *

QUANDO WOODROW WILSON era um garotinho que lia Sir Walter Scott, ele fez sua própria marinha de barquinhos de papel, declarou-se almirante e elaborou uma Constituição para sua frota. Seus colegas da graduação em Princeton o nomearam o “estadista modelo” da turma. Na Universidade da Virgínia, ele estudou direito e integrou o clube de debates. Se tivesse nascido um geração antes, teria se tornado um pregador, como seu pai, mas, em vez disso, tornou-se um professor de ciência política.²³ Na academia e depois na Casa Branca, ele se dedicou ao problema de adaptar para a época do automóvel uma Constituição que havia sido escrita na época do descaroçador de algodão.

Um modernista que não tinha paciência com seus ancestrais, Wilson achava que a separação dos poderes não estava funcionando direito. Em *Governo Congressional*, argumentou que o Congresso tinha poder em demasia e o usava de forma imprudente, aprovando leis atabalhoadamente e quase nunca rejeitando alguma. Aplicou a teoria da evolução à Constituição, que, segundo ele, “não é uma máquina, e sim um organismo vivo”, e, portanto, “não se enquadra na teoria do universo, mas sim na teoria da vida orgânica”. Começou a acreditar que a presidência também havia evoluído: “Ficamos cada vez mais inclinados, de geração em geração, a enxergar o presidente como a força unificadora em nosso complexo sistema, um líder tanto do seu partido quanto de sua nação. Agir dessa forma não

é inconsistente com os preceitos da Constituição; só é inconsistente com uma teoria muito mecânica sobre os seus significados e intenções.” Concluiu que o poder de um presidente é virtualmente ilimitado: “Seu cargo será tudo que ele tiver força e sagacidade para fazer.”²⁴

Aqueles que tinham uma inclinação para a escrita e estavam interessados em entender a democracia americana tinham, naquela época, a tendência de produzir relatos incrivelmente abrangentes sobre as origens e a ascensão da nação. Durante os anos em que Frederick Douglass e Frederick Jackson Turner se debatiam com a história dos Estados Unidos, Wilson escreveu uma *História do povo americano* de cinco volumes, e o jovem Theodore Roosevelt elaborou uma série de quatro volumes chamada *A conquista do Oeste*. Wilson estava mais interessado nas ideias; Roosevelt, nas batalhas.



Um cartum de 1900 retrata Theodore Roosevelt como um centauro, marcado a ferro com a sigla "GOP", empinando ferozmente enquanto dispara dois revólveres, um identificado como "Discursos" e o outro, "Besteirada". (Udo J. Keppler / Biblioteca do Congresso.)

Roosevelt, que se parecia com um urso e rugia como um leão, havia concluído o curso de direito em Columbia enquanto servia à Assembleia Estadual de Nova York e passava boa parte do tempo em seu rancho, a Oeste de Dakota. Porém, sua participação nas batalhas da Guerra Hispano-Americana lhe garantiu fama nacional. Ao retornar de Cuba, ele foi eleito governador de Nova York pelos republicanos. Dois anos depois, quando McKinley enfrentou o candidato democrata, William

Jennings Bryan, ele indicou Roosevelt para ser seu companheiro de chapa.

O conselheiro de McKinley, Mark Hanna, sempre dizia que “foi um erro ter indicado aquele maluco”. Mas aquele maluco acabou se revelando incansável durante a campanha. “Ele não está concorrendo, está galopando”, as pessoas diziam. Em Roosevelt, Bryan havia encontrado um adversário à altura. Bryan viajou mais de 25 mil quilômetros fazendo campanha, então Roosevelt viajou mais de 33 mil. Bryan fez seiscentos discursos, então Roosevelt fez 673. Em público, Roosevelt pintava Bryan como um desvairado que seguia “doutrinas comunistas e socialistas”; em privado, comentava que Bryan era apoiado por “todos os lunáticos, todos os idiotas, todos os patifes, todos os covardes e todas as pessoas honestas burras”.²⁵ Bryan, para Roosevelt, era o candidato dos imbecis.

Quando McKinley venceu, os democratas culpavam Bryan, que, apesar de ter concentrado o voto rural, não venceu em sequer uma cidade, exceto Denver, onde se garimpava prata. A democracia parecia estar condenando o Partido Democrata. Em 1880, metade da força de trabalho norte-americana trabalhava em fazendas; em 1920, apenas um quarto. Muitas pessoas trabalhavam nas fábricas, e um número crescente delas, especialmente as mulheres, em escritórios. Em 1880, funcionários de escritório somavam menos de 5% da força de trabalho do país, e praticamente todos eram homens; em 1910, mais de quatro milhões de americanos trabalhavam em escritórios, e metade eram mulheres. Em 1920, a maioria dos americanos vivia e trabalhava em cidades. Os apoiadores de Bryan eram fazendeiros, e, enquanto ele estivesse no comando do partido, seria difícil imaginar como os democratas poderiam chegar à Casa Branca. Em uma coluna humorística, um personagem disse: “Eu mi pergunto... si us dremocata vai elegê um presidente dinovo argum dia.”²⁶

Em 1901, quando McKinley levou um tiro de um anarquista em Buffalo, Roosevelt, aos 42 anos, tornou-se o presidente mais

jovem que a nação já havia tido. Grande admirador de Lincoln, ele usava um anel que continha um tufo de cabelo cortado do cadáver do presidente. Entrava nos gabinetes para aplicar tapões nas costas dos senadores, mas lia muito, com interesse profundo, e, muito embora o *World*, de Pulitzer, o tenha chamado de “a criatura mais estranha que a Casa Branca já abrigou”, ele sabia como lidar com a imprensa. Deu aos repórteres uma sala permanente na Casa Branca e decidiu que o melhor dia para lhes passar informações era o domingo, para que suas matérias fossem publicadas no começo da semana; Roosevelt gostava de dizer que tinha “descoberto a segunda-feira”. Seus legados duradouros foram o Estado regulador, a implementação do profissionalismo no governo federal e as agências científicas, como o Serviço Florestal e a Secretaria de Infraestrutura Hídrica. Logo depois disso estão os diversos refúgios para a vida selvagem e os parques nacionais criados por ele. O resto, em grande parte, se resumia a bravatas. “Nada do que estou promovendo é revolucionário”, disse o próprio Roosevelt. “Estou promovendo ações para impedir qualquer tipo de revolução.”²⁷

Na Casa Branca, Roosevelt tentou aprovar as reformas defendidas há muito tempo pelos populistas. Ao declarar que “o truste é uma criação do Estado”, estava usando o fervor antitruste para implementar medidas regulatórias, principalmente por meio da Divisão Antitruste do Departamento de Justiça.²⁸ Reeleito em 1904 ao derrotar facilmente Alton B. Parker, um conservador que os democratas haviam indicado para tentar compensar o vexame com Bryan, Roosevelt continuou a se inclinar cada vez mais para a esquerda, tentando impor, nem sempre com sucesso, uma agenda de regulamentação de ferrovias, aprovação de leis de pureza para alimentos e remédios e erradicação do trabalho infantil.

Roosevelt também era a favor do imposto de renda, uma medida que, àquela altura, já era praticamente universal na Europa. Entre 1897 e 1906, os defensores do imposto haviam levado ao Congresso 27 projetos de lei pedindo a revogação, por

meio de uma emenda constitucional, da decisão da Suprema Corte no caso de *Pollock*, que havia anulado o imposto de renda federal em 1894. “Tenho certeza de que o povo, cedo ou tarde, exigirá uma emenda à Constituição que autorize especificamente um imposto de renda”, disse Bryan em um comício no Madison Square Garden perante uma plateia de 10 mil fervorosos apoiadores, no seu retorno após um ano viajando ao redor do mundo.²⁹

A oportunidade para a mudança apareceu na forma de um terremoto que atingiu São Francisco em 1906, provocando incêndios pela cidade e um pânico financeiro que se alastrou pelo país, desencadeado pelo colapso das seguradoras, que não conseguiram cobrir os milhões de dólares em indenizações pelos danos causados pelo abalo sísmico. Na eleição de 1908, depois que Roosevelt prometeu não concorrer a um terceiro mandato, promessa da qual muito se arrependeria, os republicanos indicaram William Howard Taft, o secretário de guerra de Roosevelt. Os democratas recorreram mais uma vez a Bryan, que demonstrou, pela terceira e última vez, que, embora pudesse deixar uma plateia inteira ajoelhada e aos prantos, não era capaz de entregar a Casa Branca ao seu partido.

O presidente Taft, que havia sido juiz federal e que mais tarde viria a ser o Chefe de Justiça dos Estados Unidos, estava disposto a aprovar um imposto de renda federal, mas queria evitar assinar uma lei que terminaria voltando para a Suprema Corte: “Nada arranhou mais o prestígio da Suprema Corte que aquela decisão final”, disse ele sobre a decisão da Corte em *Pollock*.³⁰ Taft decidiu apoiar uma emenda constitucional que foi enviada para a ratificação dos estados em 1909.

Emendas constitucionais são notoriamente difíceis de ser aprovadas. A Décima Sexta Emenda não foi, e seu sucesso é uma medida da extensão e da intensidade do movimento progressista. Ela foi ratificada, de forma fácil e rápida, em 42 dos 48 estados, seis a mais do que era necessário, sendo aprovada pelos senados estaduais com um apoio médio de 89% e pelas

câmaras estaduais, com 95%. Em dezenove assembleias estaduais, o voto a favor foi unânime. A Décima Sexta Emenda virou lei em fevereiro de 1913. A Câmara votou o projeto do imposto de renda em maio. Quando o Departamento de Receita imprimiu seu primeiro formulário 1.040, ele possuía três páginas, e apenas uma delas era de instruções.³¹ Mais tarde, os americanos reclamariam do imposto de renda com mais fúria do que quase qualquer outra coisa da qual já haviam reclamado, mas, quando foi implementado, eles o quiseram, e de forma desesperada e urgente.

* * *

O INDUSTRIALISMO HAVIA construído torres que subiam pelos céus e abarrotado as prateleiras das lojas com quinquilharias, mas deixou muito pouca segurança econômica para os trabalhadores. A partir da década de 1880, as nações industrializadas começaram a enfrentar esse problema oferecendo “seguros para o trabalhador” — seguros de saúde, indenizações por acidentes de trabalho e pensões de aposentadoria para os assalariados — junto com diversos formatos de assistência familiar, em especial para as mães pobres e viúvas com filhos e dependentes. Esses programas criaram o que viria a ser conhecido como o estado de bem-estar moderno. Nos Estados Unidos, a mais antiga dessas ferramentas assistenciais está ligada ao serviço militar. Entre 1880 e 1910, os seguros e pensões pagos aos veteranos da Guerra Civil, suas viúvas e dependentes consumiram mais de um quarto do orçamento federal. Quando o congressista da Pensilvânia William B. Wilson apresentou o projeto para um plano de aposentadoria para todos os cidadãos acima dos 65 anos, ele fez uma alusão a essa tradição no seu próprio título, batizando-o de A Velha Guarda do Exército dos Estados Unidos. Na década de 1880, reformistas como Jane Addams e Florence Kelley, em Chicago, lideravam a luta por mudanças na legislação trabalhista para as mulheres, incluindo a criação de leis que

implementassem o salário-mínimo e estabelecessem um teto de jornada, além da erradicação do trabalho infantil. A primeira vitória aconteceu em 1883, quando Illinois aprovou uma lei estabelecendo uma jornada de trabalho de oito horas por dia para as mulheres. Mesmo assim, todas essas reformas progressistas, do seguro social à legislação protetiva, sempre depararam com o mesmo obstáculo legal: seus críticos acusando-as de serem inconstitucionais.³²

A Suprema Corte de Illinois derrubou a lei de jornada de trabalho de oito horas diárias, e, em uma série de decisões particularmente curiosas em um momento em que os tribunais estavam não apenas apoiando as intervenções do governo, mas também atuando como instrumentos de reforma, a Suprema Corte dos Estados Unidos revogou grande parte da reforma trabalhista progressista. A mais importante dessas decisões ocorreu em 1905. Em *Lochner vs. Nova York*, a Suprema Corte dos Estados Unidos anulou, por quatro votos a cinco, uma lei estadual determinando que padeiros não poderiam trabalhar mais do que dez horas por dia, seis dias por semana, com base no argumento de que a lei violava a liberdade de contratação do dono do negócio, a liberdade para firmar acordos com seus empregados, um direito que a maioria do tribunal alegou estar protegido pela Décima Quarta Emenda. O conservadorismo de *laissez-faire* da Corte se baseava, em parte, no darwinismo social, que sugeria que as duas partes de uma disputa deveriam ser deixadas livres para lutar entre si e que, se uma das partes tivesse alguma vantagem, mesmo que enorme, como no caso de um dono de um negócio sobre os seus empregados, ela deveria ganhar. Em uma opinião dissonante em *Lochner*, Oliver Wendell Holmes acusou a Corte de desrespeitar a vontade do povo. Ele começou dizendo que “este caso está sendo julgado de acordo com uma teoria econômica com a qual grande parte do país não concorda”. O tribunal, afirmou, também havia extrapolado imensamente sua autoridade, transportando o darwinismo social para a Constituição. Holmes escreveu que “uma Constituição não

deve representar uma teoria econômica específica (...) A Décima Quarta Emenda não decreta como lei a *Estática Social* do Sr. Herbert Spencer.”³³

A decisão em *Lochner* intensificou o debate sobre controle judicial que havia começado em *Marbury vs. Madison* em 1803. Os críticos acusaram os conservadores de “levar a política para os tribunais e convencer os juízes a se tornarem políticos”. Enquanto isso, os progressistas se autoproclamavam defensores do povo e, dando continuidade a uma longa tradição na política americana, alegavam que sua posição política representava a maneira como o povo interpretava a Constituição — que contrariava a visão de um sistema judiciário corrompido. Roosevelt acabaria se comprometendo com a instituição da revogação de magistratura — o que, basicamente, permitia que os juízes sofressem um processo de *impeachment* —, insistindo que “é o próprio povo quem tem de ser, essencialmente, o autor de sua própria Constituição”.³⁴

De qualquer ponto de vista político que se examinasse, o cerne da discussão estava atrelado à constitucionalidade dos princípios de um Estado de bem-estar. A Grã-Bretanha, que não possuía uma Constituição escrita, estabeleceu as bases para o que viria a se tornar um Estado de bem-estar bastante abrangente — completo, com seguro de saúde e aposentadoria por idade — na mesma época em que os Estados Unidos fracassavam em suas tentativas de fazer o mesmo. Wilson destacou que a Constituição, elaborada antes da industrialização em massa, jamais poderia prevê-la e, portanto, não poderia resolver os problemas por ela criados, a menos que a própria Constituição fosse tratada como uma coisa viva que, como um organismo, evolui. Críticos mais à esquerda argumentavam que os tribunais haviam se tornado instrumentos a favor dos interesses dos empresários. Na verdade, os sindicatos não costumavam apoiar as tentativas de aprovação das reformas trabalhistas, em parte por acreditar que elas seriam derrubadas pelos tribunais por conta de sua inconstitucionalidade, em parte

porque eles queriam oferecer benefícios aos seus membros, o que seria um argumento para que os trabalhadores se filiassem. (Se o governo fornecesse esses benefícios sociais, os trabalhadores não precisariam dos sindicatos, ou, pelo menos, era o que temiam alguns de seus líderes).³⁵ Enquanto isso, os conservadores diziam que os tribunais estavam certos em proteger os interesses das empresas e que, ou as forças do mercado encontrariam uma maneira de cuidar dos trabalhadores doentes, feridos ou idosos, ou (para os darwinistas sociais) os mais fracos, que não possuíam recursos para se sustentar, definhariam e morreriam.

Por todos esses motivos, os progressistas americanos que fizeram campanha por um sistema de saúde universal desfrutaram de muito menos sucesso que seus semelhantes na Grã-Bretanha. Em 1912, um ano depois de o parlamento aprovar uma Lei Nacional de Seguros, a Associação Americana pela Legislação Trabalhista organizou um Comitê de Seguridade Social, ideia de Isaac M. Rubinow, um médico de origem russa que havia se tornado legislador e que publicaria, em 1913, o livro *Seguridade Social*, que viria a se tornar um marco. Rubinow acreditava que os “seguros de doença” erradicariam a pobreza. Em 1915, seu Comitê já havia elaborado um projeto de lei reivindicando assistência médica universal. “Nenhum outro movimento no desenvolvimento da economia moderna está tão repleto de benefícios para o público”, escreveu o editor do *Jornal da Associação Médica Americana*. Em 1916, o economista de Yale Irving Fisher observou que “atualmente, os Estados Unidos possuem a indesejada distinção de ser a única grande nação industrial a não oferecer uma cobertura compulsória de saúde”.³⁶ O país manteve essa incômoda distinção por um século.

O Congresso debateu o projeto de Rubinow, que também foi proposto em dezesseis estados. Fisher gostava de dizer que “a Alemanha mostrou o caminho em 1883”, referindo-se às origens daquela política. “Seu maravilhoso progresso industrial desde então, a extensão de sua pobreza, em comparação à nossa... e

o preparo físico de seus soldados são, todos, supostamente, em considerável medida, devidos ao sistema de saúde pública.” Porém, em 1917, depois que os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha, os críticos passaram a descrever o sistema de saúde pública como algo “feito na Alemanha” que, provavelmente, resultaria em uma “Prussianização da América”. Na Califórnia, a legislatura aprovou uma emenda constitucional garantindo o acesso a um sistema universal de saúde. Entretanto, quando ela foi posta em votação para ser ratificada, uma associação de companhias de seguro pagou um anúncio no *San Francisco Chronicle* para alertar que isso “provocaria a ruína social dos Estados Unidos”. Todos os eleitores do estado receberam um panfleto pelo correio com uma foto do kaiser e as palavras “Nascido na Alemanha. Você quer isso para a Califórnia?”. A medida foi rejeitada. Os contrários ao sistema de saúde universal chamavam-na de “Inamericana, Insegura, Ineconômica, Incientífica, Injusta e Inescrupulosa”.³⁷

No fim das contas, o caminho mais rápido para combater toda essa desordem constitucional foi alegar que o Estado de bem-estar não era para os homens, mas sim para as mulheres e crianças. Em 1900, cerca de um em cada cinco empregos na indústria nos Estados Unidos pertencia a uma mulher.³⁸ Mulheres e crianças não podiam votar; ao demandar mudanças nas leis de trabalho e seguridade social, elas conseguiram do Estado não direitos, mas proteções. Mães faziam suas reivindicações ao Estado nos mesmos termos dos veteranos de guerra: com base em seus serviços prestados. E mesmo as mulheres que ainda não haviam tido filhos poderiam ser entendidas, para esses fins, como mães em potencial. Para que isso ocorresse, grande parte da pressão política inicial por uma legislação protetiva para mulheres e crianças foi feita pelo Congresso Nacional de Mães, que mais tarde seria conhecido como Associação de Pais e Mestres (*Parent Teacher Association*), o PTA. Fundado em 1897 por Phoebe Apperson Hearst, mãe do magnata dos jornais, e Alice McLellan Birney, esposa de um advogado de Washington,

D.C., o Congresso Nacional de Mães tinha o objetivo de funcionar como uma versão auxiliar feminina da legislatura nacional. Em 1908, Theodore Roosevelt declarou que “esse é o único tipo de pessoa que eu coloco à frente até mesmo dos veteranos da Guerra Civil, porque, no final das contas, a mãe, e apenas a mãe, é um cidadão melhor até mesmo que um soldado que luta pelo seu país”.³⁹

As mulheres também eram consumidoras. Em 1899, Florence Kelley, filha de um abolicionista que havia ajudado a fundar o Partido Republicano, tornou-se a primeira secretária-geral da Liga Nacional de Consumidores. Seu lema era “investigue, registre, agite”. Nascida na Filadélfia em 1856, Kelley havia estudado em Cornell e em Zurique, onde se tornou socialista; em 1885, traduziu a obra de Friedrich Engels. Na década de 1890, enquanto trabalhava na Hull House, de Jane Addams, em Chicago, formou-se na faculdade de direito da Northwestern. Analisando a decisão da Corte em *Lochner* e percebendo que os tribunais tratavam as mulheres de forma diferente dos homens, Kelley imaginou que as leis sobre o teto de jornada de trabalho talvez tivessem mais chance de ser aprovadas se a base para o precedente fosse uma lei voltada especificamente para as mulheres. Àquela altura, as Cortes estaduais já haviam tomado decisões nessa direção. Em 1902, a Suprema Corte de Nebraska decretou que “o estado deve outorgar o direito de defender e proteger as mulheres como uma classe contra determinadas condições; e que a lei em questão, nessa medida, preserva a saúde e o bem-estar públicos”.⁴⁰

Para as mulheres, que não eram mencionadas no texto da Constituição, ganhar um debate constitucional sempre havia exigido o ato de reconfigurá-la: recortar e colar seus pedaços com um par de tesouras e um pote de cola. Em uma época em que os tribunais claramente favoreciam os argumentos que impediam qualquer igualdade real — no fim das contas, o caso *Plessy vs. Ferguson* havia instituído a doutrina do “separado, porém igual”, em vez de garantir proteção igualitária para os afro-

americanos —, Kelly buscou argumentar que as mulheres, fisicamente mais fracas que os homens, mereciam uma proteção especial.⁴¹

Em 1906, a Suprema Corte do Oregon reconheceu a validade de uma lei que estabelecia uma jornada de trabalho de dez horas para mulheres, a qual havia sido questionada pelo dono de uma lavanderia chamado Curt Muller; Muller recorreu à Suprema Corte dos Estados Unidos. Kelley fez com que um advogado chamado Louis Brandeis atuasse no caso, defendendo o Oregon. Brandeis, conhecido como “o advogado do povo”, nasceu no Kentucky em 1856, formou-se na Faculdade de Direito de Harvard em 1876 e se casou com Alice Goldmark em 1891. Boa parte da pesquisa no caso de Muller foi feita pela infatigável reformista Josephine Goldmark, que, além de trabalhar para Kelley, era cunhada de Brandeis.⁴² Goldmark compilou os achados das centenas de relatórios e estudos feitos por médicos, secretarias municipais de saúde, departamentos de saúde pública, associações médicas, inspetores de fábricas e departamentos de trabalho, demonstrando os danos que as longas horas de trabalho haviam causado às mulheres. Ela entregou a Brandeis um relatório de *amicus curiae* de 113 páginas, que Brandeis apresentou à Suprema Corte em 1908, em *Muller vs. Oregon*. Segundo Brandeis, “a decisão nesse caso determinará, efetivamente, a constitucionalidade de praticamente todos os estatutos em vigor nos Estados Unidos, limitando a jornada de trabalho das mulheres adultas”, argumentando que a sobrecarga de trabalho “é mais desastrosa para a saúde das mulheres do que para a dos homens, resultando em consequências mais duradouras para elas”. A lei do Oregon foi mantida.

O caso *Muller vs. Oregon* estabeleceu a constitucionalidade das leis trabalhistas (para as mulheres), a legitimidade da discriminação sexual no trabalho e um lugar para a pesquisa social científica nas decisões dos tribunais. O “relatório de Brandeis”, como passou a ser conhecido, basicamente tornou a

pesquisa investigativa aceitável como evidência. Se, em *Plessy vs. Ferguson*, a Corte havia desconsiderado as discussões sobre os fatos da desigualdade racial, citando a força preponderante da tradição, em *Muller vs. Oregon*, ela estabeleceu as condições que permitiriam a apresentação das evidências produzidas pela ciência social que viriam a revogar, em 1954, a segregação racial, em *Brown vs. Board of Education of Topeka*.⁴³

Em *Muller vs. Oregon*, Brandeis argumentou que “a história expõe o fato de que a mulher sempre dependeu do homem”: “Diferenciada do outro gênero por essas questões, é mais adequado que ela seja considerada uma classe separada e que as leis elaboradas para a sua proteção sejam mantidas, mesmo quando uma lei equivalente não for necessária aos homens, e nem possível de ser mantida.”⁴⁴ Kelley utilizou essa diferença como uma brecha legal. Entre 1911 e 1920, leis que garantiam auxílio às mulheres na forma de pensão para mães e viúvas foram aprovadas em quarenta estados; entre 1909 e 1917, leis de jornada de trabalho para mulheres foram aprovadas em 39 estados; e entre 1912 e 1923, leis que garantiam o salário-mínimo para as mulheres foram aprovadas em quinze estados.⁴⁵

Kelley e as mulheres protecionistas, no entanto, haviam feito uma Barganha Faustiana. Essas leis se baseavam na ideia de que as mulheres eram dependentes, não apenas dos homens, mas também do Estado. Se as mulheres quisessem, algum dia, conquistar igualdade de direitos, aquele considerável *corpus* legislativo designado a protegê-las seria um tremendo obstáculo.

Muller vs. Oregon colocou o brilhante Louis Brandeis em uma nova direção. Ele passou a se interessar pelo novo campo da “eficiência”, como uma maneira de abordar os problemas nas relações entre trabalhadores e empresas. Brandeis se convenceu de que a “eficiência é a esperança da democracia”.⁴⁶

O movimento da eficiência começou quando a Bethlehem Steel Works, na Pensilvânia, contratou um engenheiro mecânico da Filadélfia chamado Frederick Winslow Taylor para acelerar a produção, algo que Taylor se propôs a fazer utilizando um

sistema chamado “administração de tarefas”, mais tarde conhecido como “O Evangelho da Eficiência”. Como explicou em 1911 em seu best-seller *Os princípios da administração científica*, Taylor cronometrou os tempos dos metalúrgicos de Bethlehem, identificou o operário mais rápido, um “homem de primeira classe” em meio a “dez húngaros possantes”, e calculou o ritmo mais rápido em que uma unidade de trabalho poderia ser realizada. Dali em diante, todos os operários seriam obrigados a produzir naquele ritmo ou perderiam os seus empregos.⁴⁷ No entanto, Taylor havia inventado a maioria daqueles números. Após cobrar da Bethlehem Steel duas vezes e meia o valor que provavelmente poderia fazer a empresa economizar em custos trabalhistas, ele também acabou sendo demitido.⁴⁸ Apesar disso, o Taylorismo resistiu.

A eficiência prometia acelerar a produção, diminuir o custo dos produtos e melhorar a qualidade de vida dos operários, objetivos que ela atingia com bastante frequência. Também era uma maneira de minimizar as greves e administrar a mão de obra — em especial, dos imigrantes.

Até 1896, os europeus que imigravam para os Estados Unidos vinham principalmente do Norte e do Oeste do velho continente, em particular da Alemanha e Irlanda. Depois de 1896, a maioria deles passou a vir do Sul e do Leste, principalmente da Itália e da Hungria. Eslavos, judeus e italianos, todos chamados genericamente de “novos imigrantes”, também chegaram em números muito altos, nunca antes vistos, às vezes superando a marca de um milhão por ano. O número de europeus que chegaram aos Estados Unidos nos doze anos entre 1902 e 1914 é superior ao número de europeus que imigraram ao longo de quatro décadas, entre 1820 e 1860.⁴⁹

Ninguém implementou o regime de eficiência melhor do que Henry Ford. Em 1903, aos 40 anos, Ford, filho de fazendeiros do Michigan, abriu uma fábrica de carros motorizados em Detroit, onde os operários, controlados por um relógio, acoplavam peças em uma linha de montagem. Em 1914, a fábrica de Ford estava

produzindo perto de 250 mil carros por ano, carros que custavam 25% do valor pelo qual eram vendidos uma década antes.⁵⁰ Antes do automóvel, apenas as empresas possuíam máquinas de grande porte. Como Walter Chrysler explicou, “nós estávamos produzindo a primeira máquina de dimensões consideráveis da história da humanidade para a qual todo ser humano era considerado um consumidor em potencial”.⁵¹ Se a ferrovia havia funcionado como um símbolo do progresso no século XIX, o automóvel seria o seu símbolo no século XX, uma mercadoria de consumo que celebrava o individualismo e o poder da escolha. Ford anunciou: “A máquina é o novo Messias.”⁵²

A eficiência chegou à vida das famílias com a criação da “economia doméstica”.⁵³ Ford exercia um controle particular sobre a vida caseira de seus operários (em sua maioria imigrantes), por meio de um Departamento Sociológico. Um panfleto recomendava que “os funcionários devem usar bastante água e sabão em suas casas e em seus filhos e se banhar com frequência (...) Nada é melhor para a manutenção de uma vida correta e de uma boa saúde que a limpeza. Perceba como as pessoas mais destacadas são as mais limpas.” Ford também fundou uma escola de inglês, para americanizar seus operários imigrantes, usando os mesmos métodos de montagem que utilizava em sua fábrica. A escola anunciava: “Temos um curso sobre eficiência industrial, um curso sobre austeridade econômica, um curso sobre relações domésticas, um sobre relações comunitárias e um sobre relações industriais. (...) Esse é o produto humano que queremos criar, e, da mesma maneira que adaptamos o maquinário de nossas oficinas para produzir o tipo de veículo que temos em mente, também construímos nosso sistema educacional com a ideia de fabricar o produto humano que temos em mente.”⁵⁴

Brandeis começou a acreditar que o Taylorismo poderia solucionar os problemas da industrialização em massa e da democracia de massa. Durante sua preparação para falar perante o Comitê Interestadual de Comércio sobre taxas de frete

nas ferrovias, Brandeis convocou uma reunião com especialistas em eficiência.⁵⁵ Na audiência do Comitê de Comércio, ele alegou que, em vez de aumentar suas taxas de frete, as ferrovias deveriam executar seu trabalho de forma mais eficiente. Brandeis argumentou que, com a administração científica, as companhias ferroviárias poderiam poupar um milhão de dólares por dia. Ele venceu aquele debate, mas as pessoas que trabalhavam nas ferrovias e nas fábricas logo o convenceram de que aquela economia estava sendo feita às custas delas. No ano seguinte, quando Brandeis fez um discurso sobre eficiência para um sindicato trabalhista, uma mulher gritou: “Você pode chamar de administração científica se quiser, mas eu chamo de cabresto científico.”⁵⁶

Alguns membros do Congresso suspeitavam da mesma coisa. Em 1912, William B. Wilson, que tinha trabalhado nas minas de carvão desde os nove anos e entrado para o sindicato aos onze, era o líder do Comitê Especial da Câmara para Investigar o Taylorismo e Outros Sistemas de Administração Empresarial. Quando Taylor, chamado para prestar um depoimento, mencionou os “homens de primeira classe”, Wilson perguntou sobre os operários que não eram de primeira classe, homens que Taylor havia descrito como sendo tão burros quanto cavalos de tração. “Não há um lugar para esses homens na administração científica?”, perguntou Wilson. Taylor respondeu que, “na administração científica, não há lugar para um pássaro que pode cantar, mas não canta”. “Nós não estamos... falando nem de cavalos e nem de pássaros”, retrucou Wilson a Taylor. “Estamos falando de homens que fazem parte da sociedade, para o benefício de quem a sociedade está organizada.”⁵⁷

Seriam os homens animais? Seriam eles máquinas? Seria a máquina um messias, e a eficiência o seu evangelho? Com as empresas fazendo com que seus funcionários trabalhassem em velocidades impossíveis, um número crescente de americanos se voltava para o socialismo, especialmente porque nenhum dos dois principais partidos tinha uma boa resposta para a

angustiante pergunta na conversa entre William B. Wilson e Frederick Winslow Taylor. Um sindicalista em Schenectady disse que “o povo está exausto de votar nos republicanos e nos democratas, porque é sempre uma questão de ‘cara eu venço; coroa você perde’”. Na eleição presidencial de 1908, mais de 40 mil pessoas votaram no candidato do Partido Socialista, Eugene Debs. Em 1911, candidatos do partido conquistaram as prefeituras de dezoito cidades e vilarejos, e mais de mil socialistas ocuparam cargos em trinta estados.⁵⁸



O fotógrafo Jesse Tarbox Beals produziu esse registro de uma passeata a favor do sufrágio em Nova York, em 1910. (Jessie Tarbox Beals / Biblioteca de Schelsinger do Instituto Radcliffe da Universidade de Harvard.)

Cara ou coroa: também era dessa maneira que a maioria das pessoas via os democratas ou republicanos em 1912, quando Debs concorreu novamente, Woodrow Wilson foi o indicado dos democratas e Theodore Roosevelt almejava ser a indicação dos republicanos. Wilson acreditava ser obrigação do governo federal regular a economia para proteger os americanos comuns “das

consequências dos grandes processos industriais e sociais que eles não são capazes de alterar, controlar ou suportar individualmente”. Isso o tornava praticamente igual a Roosevelt. “O propósito do governo é o bem-estar do povo”, disse Roosevelt, que também disse que “Wilson não passa de uma versão menos viril de mim”.⁵⁹

A eleição de 1912 acabou sendo uma espécie de referendo sobre o progressismo, muito influenciado pela agitação política promovida pelas mulheres. Segundo publicação do *New York Herald*, “de forma surpreendente, e com uma força que deixou seus espectadores de queixo caído, este ano, as mulheres se inseriram na campanha nacional de uma maneira nunca antes sonhada na política americana”, muito embora apenas os repórteres que não estavam prestando atenção tenham ficado surpresos com isso.⁶⁰

Lutando oficialmente pelos seus direitos desde 1848, as mulheres conseguiram conquistar o direito ao voto em nove estados: Wyoming (1890), Colorado (1893), Idaho (1896), Utah (1896), Washington (1910), Califórnia (1911), Arizona (1912), Kansas (1912) e Oregon (1912). Elas também passaram a lutar por muitas outras coisas além do sufrágio. A palavra “feminismo” entrou para a língua inglesa em 1910, à medida que uma nova geração de mulheres independentes, muitas com educação superior — elas eram chamadas de “Nova Mulher” —, lutava por equiparações na educação, nas oportunidades de emprego, na cidadania e pela igualdade de direitos, além, é claro, pelo controle de natalidade, um termo cunhado por uma enfermeira chamada Margaret Sanger ao lançar o primeiro jornal feminista, *The Woman Rebel*, em 1914. Em 1912 e, novamente, em 1916, as sufragistas fizeram passeatas pelas ruas de cidades de todo o país, organizadas dentro dos *campi* das universidades femininas, além de greves de fome. Elas promoveram campanhas políticas de forma semelhante ao que era feito no passado, com bottons e cartazes. Elas voaram em balões, decoraram elefantes e burros. Mulheres que tinham sido presas por participar de piquetes

fizeram uma viagem de trem, batizada de *Prison Special*, e atravessaram o país vestindo seus uniformes da penitenciária. Elas se fantasiaram de estátuas; saíram vestidas de vermelho, branco e azul; marcharam acorrentadas. Lançaram uma cruzada moral, ao estilo dos abolicionistas, mas nas ruas, ao estilo dos democratas jacksonianos.⁶¹

Em uma extraordinária campanha pela democracia direta e pela justiça social, Roosevelt esperava tomar a indicação dos republicanos das mãos de Taft, em parte porque tinha o apelo do voto feminino, mas, principalmente, porque revogava a autoria de uma outra reforma progressista: as primárias diretas. Os reformistas progressistas, que consideravam as convenções de indicação fraudulentas, lutavam, em vez disso, por eleições primárias estaduais, nas quais os eleitores podiam escolher seus próprios candidatos à presidência. A primeira primária foi realizada em 1889; a reforma, conduzida por Robert La Follette, do Wisconsin, ganhou força em 1905. “Deixe o povo governar” se tornou o slogan de Roosevelt em 1912. De acordo com ele: “a grande questão fundamental que está, agora, perante o Partido Republicano e o nosso povo pode ser facilmente resumida. É a seguinte: o povo americano é capaz de governar a si mesmo, de mandar em si mesmo, de controlar a si mesmo? Eu acredito que sim. Meus oponentes não.” Treze estados realizaram primárias (todas não vinculativas); Roosevelt venceu em nove.⁶²

Assim como o voto secreto, as primárias eram, em parte, reforma progressista, em parte, leis de Jim Crow. Roosevelt precisava vencê-las, porque na Convenção Nacional Republicana ele não tinha nenhuma chance real de conquistar o voto dos delegados negros. Como o Partido Republicano não tinha virtualmente apoio dos brancos no Sul, os únicos delegados sulistas eram os delegados negros, homens que haviam sido indicados para ocupar cargos nos partidos pela administração Taft. Roosevelt tentou em vão fazer com que eles deixassem de apoiar o presidente para apoiá-lo. “Eu gosto da raça negra”, disse ele durante um discurso na Igreja Episcopal Metodista Africana

na véspera da convenção. Porém, no dia seguinte, o *New York Times* publicou depoimentos provando que a campanha de Roosevelt não estava exatamente tentando cortejar os delegados negros, mas sim comprá-los. Após Roosevelt perder a indicação para Taft, ele fundou o Partido Progressista, cuja convenção não permitia a entrada de delegados negros. “Este é um partido exclusivamente de homens brancos”, disse um dos simpatizantes de Roosevelt, um líder dos assim chamados Lírios Brancos (*Lily Whites*).⁶³

Mas o Partido Progressista não era, de fato, um partido exclusivamente de homens brancos; era também um partido de mulheres brancas. O novo partido de Roosevelt abraçou a causa do sufrágio feminino, e ele se comprometeu a nomear Jane Addams para o seu gabinete.⁶⁴ Addams fez o segundo discurso de indicação na convenção e, ao terminar, marchou pelo salão carregando uma bandeira na qual se lia “Voto para as Mulheres”. Ao regressar ao seu escritório, ela se deparou com o telegrama de um editor de um jornal negro que dizia: “O sufrágio feminino estará manchado com o sangue dos negros, a menos que as mulheres recusem qualquer tipo de aliança com Roosevelt.”⁶⁵

A campanha de 1912 de Roosevelt marcou uma virada na política americana ao se aventurar com o conceito inovador de que uma administração presidencial nacional poderia responder diretamente à opinião pública nacional, sem a mediação dos partidos ou dos seus representantes no Congresso. Roosevelt afirmou que o candidato é mais importante que o partido. Ele também se utilizou de trechos de vídeos e propaganda de massa de uma maneira que nenhum outro candidato havia feito até então, angariando apoio nacional usando as ferramentas da publicidade moderna e driblando o sistema partidário, ao se comunicar diretamente com os seus eleitores. O fato de não ter conseguido vencer a eleição presidencial não reduziu a influência dessa nova concepção da natureza da política americana e dos arranjos constitucionais.⁶⁶

No fim, Roosevelt conquistou 27% do voto popular (mais do que qualquer outro candidato de um terceiro partido já conseguira, antes ou depois dele), mas, ao roubar a maioria desses votos de Taft, a campanha de Roosevelt fez com que Wilson conquistasse a Casa Branca, o primeiro presidente sulista eleito desde a Guerra Civil. Os democratas controlavam as duas casas do Congresso, também, pela primeira vez em décadas. “O coração dos homens nos consagrou”, disse Wilson em seu discurso de posse, diante da maior multidão que já havia se reunido para a cerimônia.⁶⁷ Wilson, que havia contado com o apoio de William Jennings Bryan, o recompensou, nomeando-o como seu secretário de Estado. Na cerimônia de posse, Bryan se sentou logo atrás de Wilson, uma medida da distância que o populismo havia percorrido desde as pradarias do Kansas e do Nebraska.

Poucos presidentes conquistaram tanto em tão pouco tempo como Wilson, que executou um número extraordinário das reformas progressistas que havia prometido. Tendo aprendido com a boa relação que Roosevelt mantinha com a imprensa enquanto estava na Casa Branca, em seu primeiro mês, Wilson convidou mais de cem repórteres para o seu gabinete, respondeu a todas as suas perguntas e anunciou que pretendia fazer aquilo regularmente: só nos seus primeiros dez meses, ele participou de sessenta coletivas de imprensa. O autor de *Governo Congressional* também manteve o 63º Congresso em sessão durante dezoito meses, sem recessos, mais tempo do que ele jamais havia funcionado. O Congresso atuou reduzindo os impostos sobre importação; reformando as leis do sistema financeiro; abolindo o trabalho infantil; e aprovando uma nova lei antitruste, a primeira legislação estabelecendo uma jornada de trabalho de oito horas diárias e o primeiro subsídio agrícola federal.

Uma das batalhas mais difíceis travadas por Wilson foi a indicação de Louis Brandeis para a Suprema Corte, uma das mais controversas da história do tribunal, não porque Brandeis

era o primeiro judeu indicado para o posto, muito embora isso fosse polêmico para alguns setores, mas porque ele era um obstinado inimigo dos plutocratas. Além dos casos em que havia atuado, Brandeis havia se tornado uma espécie de jornalista investigativo ao publicar uma crítica à plutocracia, *O dinheiro das outras pessoas e como os banqueiros o usam*, contendo passagens que pareciam ter sido escritas por alguém como Mary E. Lease. “O poder e o crescimento do poder das nossas oligarquias financeiras vêm do ato de controlar as economias e o capital de giro dos outros”, escreveu ele. “Os grilhões que acorrentam o povo são forjados com o ouro que pertence a ele próprio.” Ele observou que, juntos, J. P. Morgan, o First National Bank e o National City Bank concentravam “341 cargos de diretoria em 112 corporações, acumulando um total de recursos e capitalizações no valor de 22 bilhões e 245 milhões de dólares”, uma quantia que é “mais de três vezes o valor estimado de todos os bens imóveis da cidade de Nova York” e “mais do que o valor estimado de todas as propriedades nos vinte e dois estados que ficam a Oeste do Rio Mississippi, tanto no Norte quanto no Sul”. Durante os debates do Comitê Judiciário sobre a indicação de Brandeis, um senador comentou que “o verdadeiro crime do qual esse homem é culpado é o fato de ter exposto as iniquidades dos homens que ocupam as posições mais elevadas em nosso sistema financeiro”.⁶⁸

Wilson lutou muito por Brandeis e venceu, e sua presença no tribunal fez toda a diferença para a manutenção das reformas progressistas. Porém, assim como outros progressistas, Wilson não apenas fracassou em apresentar qualquer solução para a desigualdade racial, como também era favorável a ela. No quinquagésimo aniversário da Batalha de Gettysburg, ele fez um discurso no campo de batalha para um grupo que reunia mais de 50 mil veteranos da União e da Confederação. “Uma reunião de quem?”, indagou o *Washington Bee*: os soldados negros não haviam sido convidados. Em vez de ser uma reunião de soldados, aquela era uma reunião de homens brancos, do Norte

e do Sul, um pacto para que eles lembrassem da Guerra Civil como uma guerra pelos direitos dos estados e esquecessem a causa da escravidão. “Encontramo-nos aqui, mais uma vez, como irmãos e companheiros de luta; não mais como inimigos, e sim como generosos amigos; nossas batalhas, em um passado distante, nossas desavenças, há muito esquecidas”, disse Wilson aos veteranos em Gettysburg. Uma semana depois, sua administração tornaria obrigatório o uso de banheiros separados para os brancos e negros que trabalhavam no Departamento do Tesouro; em pouco tempo, todos os serviços civis estariam segregados, trazendo Jim Crow para a capital do país.⁶⁹

De acordo com James Weldon Johnson, da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP): “é possível que tenha havido outros presidentes que compartilhassem das mesmas crenças, mas o Sr. Wilson ostenta a vergonhosa distinção de ter sido o primeiro presidente dos Estados Unidos desde a Emancipação que tolerava e justificava o preconceito contra o negro.”⁷⁰ As leis de Jim Crow prosperavam porque, após o final da Reconstrução, em 1877, os reformistas que haviam lutado, no começo, pela causa dos direitos civis, abandonaram-na em favor de construir uma reunião entre os governos estaduais e federal, e entre o Norte e o Sul. Mas isso não foi obra de Wilson; foi obra da geração que o seguiu, uma abdicação da luta, um abandono da justiça.

II.

A GUERRA ESTOUROU na Europa em julho de 1914, uma guerra em escala jamais vista até então, uma guerra comandada por especialistas em eficiência e travada com munições produzidas em fábricas, uma guerra sem limites ou misericórdia. As máquinas trucidaram as massas. A Europa caiu de joelhos. Os Estados Unidos se ergueram à sua frente. A Primeira Guerra Mundial apresentou os Estados Unidos para o resto do mundo. Ela marcou o fim do reinado da Europa como centro do mundo

ocidental; após a guerra, esse lugar passou a pertencer aos Estados Unidos.⁷¹

No começo, os americanos ficaram apenas assistindo, anestesiados, chocados com a descoberta de que o grande navio a vapor do progresso do século XIX tinha levado todos os seus passageiros, que confiavam muito nele, à beira de um abismo. “A maré que nos conduzia, de repente, estava nos levando em direção às majestosas cataratas do Niágara”, escreveu Henry James.⁷² A escala das mortes na Guerra Civil americana, um número impressionante para a época — 750 mil em quatro anos de conflito —, parecia minúscula, em comparação. Somente nas primeiras oito semanas de guerra quase quatrocentos mil alemães foram mortos, feridos, ficaram doentes ou desapareceram. Em 1916, em um intervalo de poucos meses, mais de 800 mil militares morreram em Verdun; e 1,1 milhão em Somme. Mas os civis também foram massacrados. O governo otomano assassinou cerca de 1,5 milhão de armenios. Pela primeira vez, a guerra era travada com o uso de aviões, com bombas sendo jogadas de grandes alturas, como se fossem enviadas pelos próprios deuses. Catedrais foram destruídas; bibliotecas, bombardeadas; hospitais, explodidos. Até o final da guerra, cerca de 40 milhões de pessoas haviam sido mortas, e outras 20 milhões ficariam feridas.⁷³

Que pessoa sensata seria capaz de acreditar no progresso em uma época de assassinatos em massa? A Grande Guerra mudou o curso da política americana como se ela tivesse sido atingida por um vendaval. O fantasma da carnificina corroe o progressismo, sufocou o socialismo e deu origem ao anticolonialismo. E, ao demonstrar que a perversidade humana não tem limites e realizar, aparentemente, profecias apocalípticas na forma de um castigo para a caricatura moral que era o modernismo, a guerra estimulou o fundamentalismo.

A discordância dos fundamentalistas com o protestantismo estava ligada ao conceito de verdade, uma dissidência que influenciaria profundamente a história de uma nação cujas

crenças se sustentavam em um conjunto muito particular de verdades. O fundamentalismo começou com uma rejeição ao darwinismo. Alguns dos pregadores fundamentalistas mais lembrados são sulistas que se mudaram para o Oeste, como o batista texano nascido no Alabama J. Frank Norris, que tinha 1,85 m de altura e era robusto como o tronco de um carvalho. Norris gostava de dizer: “Eu nasci na escuridão da lua, no despontar do inverno, logo após um gato preto saltar por cima de um caixão.” Ordenado em 1897, Norris costumava falar contra “aquele racionalismo alemão infernal, destruidor de bíblias e negador da divindade cristã conhecido como evolução”.⁷⁴ Mas o fundamentalismo teve seu início entre os pastores nortistas ilustrados. Influenciados pelos filósofos escoceses do senso comum, os primeiros fundamentalistas, como Charles Hodge, do Seminário Teológico de Princeton, defendiam que o objetivo da teologia era determinar “os fatos e princípios da Bíblia”. Hodge acreditava que o darwinismo conduzia ao ateísmo. Em seguida, ele declarou que a Bíblia estava “livre de qualquer erro”, uma posição que seu filho, A. A. Hodge, também professor em Princeton, aprofundou ainda mais. (O jovem Hodge alegava que as escrituras originais estavam livres de erros, mas suas cópias, não; os originais não sobreviveram. Essa distinção geralmente passava despercebida por seus seguidores.)

Ao insistir na verdade literal contida na Bíblia, os fundamentalistas confrontaram os teólogos liberais e os evangelistas sociais, especialmente após a publicação, a partir de 1910, de uma série de panfletos em doze volumes chamada *Os fundamentos: um testemunho à verdade*. Os fundamentalistas defendiam que o propósito de uma igreja era converter as pessoas ao cristianismo por meio do ensinamento, real e literal, do evangelho, e não pregando boas ações e justiça social. Em 1912, o ex-jogador de beisebol Billy Sunday reclamou que “algumas pessoas estão tentando transformar o serviço social em uma religião, deixando Jesus Cristo de fora (...) Já estamos fartos

de toda essa baboseira de serviço social sem a presença de Deus.”⁷⁵

William Jennings Bryan, o Sr. Fundamentalista, não era, na verdade, um fundamentalista. Em primeiro lugar, ele acreditava no evangelho social; em segundo, aparentemente, ele nunca possuiu um exemplar de *Os Fundamentos* e, por ser um homem que não se preocupava com questões teológicas, praticamente nunca se deu o trabalho de defender a verdade literal da Bíblia. “Cristo andou por aí fazendo o bem” era o resumo da teologia de Bryan. Ele era confundido com um fundamentalista porque encabeçou um movimento para proibir o ensino da teoria da evolução nas escolas do país. No entanto, Bryan via a campanha contra a evolução como mais um braço de sua campanha de décadas contra a plutocracia, tendo dito a um cartunista: “Você deveria me desenhar com uma espingarda de dois canos, apontando um deles para o elefante, enquanto ele tenta invadir o erário público, e o outro para o darwinismo — o macaco —, enquanto ele tenta invadir as salas de aula.”⁷⁶

O problema de Bryan era o fato de que ele não via diferença entre o darwinismo e o darwinismo social, mas era o darwinismo social que ele atacava, a brutalidade de uma filosofia política que parecia não acreditar em nada além da sobrevivência do mais apto, ou, o que Bryan chamava de “a lei do ódio — a lei implacável sob a qual os fortes se unem para aniquilar os fracos”.⁷⁷ Como esse movimento não seria inflamado por uma guerra desumana? A Alemanha era o inimigo, a mesma Alemanha cujo modelo educacional havia secularizado as faculdades e universidades norte-americanas, que agora ensinavam eugenia, às vezes classificada como a ciência do aperfeiçoamento humano, que pregava que pessoas cuja reprodução era considerada inadequada, com base em sua inteligência, tendências criminais ou antecedentes, fossem eliminadas da raça humana.

Bryan não estava lutando contra uma quimera. As universidades americanas estavam realmente produzindo

eugenistas. O zoólogo Charles Davenport era professor em Harvard quando escreveu *Métodos estatísticos com uma referência especial à variação biológica*. Em 1910, em *Eugenia*, ele definiu o campo como “a ciência do aperfeiçoamento humano por meio de uma melhor reprodução”. O biólogo David Jordan era o presidente de Stanford em 1906 quando liderou um comitê da Associação Americana de Reprodução (uma organização fundada por Davenport) cujo propósito era “investigar e registrar a hereditariedade na raça humana” e documentar “o valor da raça superior e a ameaça que a raça inferior oferece à sociedade”.⁷⁸

Esse tipo de pesquisa acadêmica também teve suas consequências. A partir de 1907, começando por Indiana, dois terços dos estados americanos aprovaram leis de esterilização forçada. Em 1916, Madison Grant, que possuía diplomas de Yale e Columbia — e tinha sido um dos fundadores da Sociedade Zoológica de Nova York —, publicou *A derrocada da grande raça; ou: a base racial da história europeia*, uma “história da hereditariedade” da raça humana que identifica os europeus do norte (os povos de “olhos azuis e cabelos claros do Norte da Europa”, que ele chamava de “raça nórdica”) como geneticamente superiores aos europeus do Sul (os povos “de cabelos e olhos escuros”, que ele chamava de “raça alpina”) e lamenta a presença de “hordas de judeus” e “mestiços”. Grant argumentou que, nos Estados Unidos, a raça alpina estava sobrepujando a raça nórdica, ameaçando a república americana, já que “a democracia é fatal para o progresso quando duas raças de valores desiguais convivem lado a lado”.⁷⁹

Os progressistas zombavam dos fundamentalistas, chamando-os de anti-intelectuais. Entretanto, os fundamentalistas estavam claramente expondo um argumento intelectual, embora fosse um argumento que poucos acadêmicos quisessem ouvir. Em 1917, William B. Riley, que, assim como J. Frank Norris, havia sido treinado pelo Seminário Teológico Batista do Sul, publicou um livro chamado *A ameaça do Modernismo*, cujo ataque à teoria da

evolução incluía uma crítica mais abrangente à predominância, no debate público, dos acadêmicos liberais oriundos das universidades seculares e ao silenciamento da opinião dos conservadores. Na visão de Riley, os conservadores tinham “as mesmas chances de ser ouvidos em um harém turco e convidados para palestrar nas dependências de uma universidade estadual moderna”. Em 1919, Riley ajudou a atrair seis mil pessoas para o primeiro encontro da Associação Mundial dos Fundamentalistas Cristãos. O horror da guerra havia inflamado o movimento, convencendo muitos evangélicos de que a crescente secularização da sociedade era responsável pelo desfile grotesco de crueldades que era o assassinato em massa. Em 1918, um fundamentalista alegou que “a nova teologia conduziu a Alemanha à barbárie e levará qualquer nação pelo mesmo caminho de desmoralização”.⁸⁰

Embora os americanos estivessem chocados com a matança na Europa, os Estados Unidos estavam se aproximando cada vez mais da guerra. “Não haverá nenhuma guerra enquanto eu for o Secretário de Estado”, prometeu Bryan, quando entrou para a administração de Woodrow Wilson.⁸¹ Mas ele deixou o cargo em 1915, incapaz de deter entrada dos Estados Unidos na guerra.

Protestos pela paz organizados principalmente por mulheres começaram poucas semanas após o início da guerra. No verão nova-iorquino de 1914, 15 mil mulheres marcharam, vestidas de luto, na Parada das Mulheres pela Paz. Ao mesmo tempo, as mulheres seguiam fazendo passeatas pelo sufrágio, e as duas causas acabaram se fundindo, com base na teoria de que, se as mulheres pudessem votar, elas teriam votado contra o envio de seus filhos e maridos para a guerra.

Em 1916, Wilson baseou sua campanha de reeleição na promessa de manter os Estados Unidos fora da guerra. O Partido Republicano indicou o juiz da Suprema Corte Charles Evans Hughes, que assumiu uma posição oposta. “Um voto em Hughes

é um voto pela guerra”, explicou um senador de Oklahoma. “Um voto em Wilson, é um voto pela paz.”⁸²

“Se a minha reeleição para a presidência depende de nossa entrada na guerra, eu não quero ser presidente”, comentou Wilson, em privado. “Ele nos manteve longe da guerra” virou o slogan de sua campanha, e quando Theodore Roosevelt o considerou uma “ignóbil fuga da responsabilidade”, Wilson respondeu dizendo que “eu sou americano, mas não creio que nenhum de nós deseje associar a identidade de nossa nação à violência”.⁸³

Wilson tinha retirado seu apoio ao sufrágio feminino, mas as mulheres que podiam votar tinha uma tendência a ser a favor da paz. A sufragista Alice Paul decidiu que as mulheres, menosprezadas pelos dois partidos, precisavam ter o seu próprio partido. O Partido Nacional das Mulheres resolveu fazer uma passeata pelas ruas de Denver com um burro chamado Woodrow carregando um cartaz que dizia “votar contra o partido que este burro representa significa liberdade para as mulheres”. Paul não teve sucesso. No fim, foram as mulheres, ao se unir em favor do movimento pela paz, que deram a Wilson sua vitória apertada: ele venceu em dez dos doze estados nos quais elas podiam votar.⁸⁴

No entanto, enquanto Wilson se preparava para seu segundo mandato, as mulheres que lutavam por direitos iguais dominavam o noticiário. No Brooklyn, Margaret Sanger e sua irmã, Ethel Byrne, que também era enfermeira, inauguraram a primeira clínica de controle de natalidade dos Estados Unidos. Sanger alegava que o direito ao voto não era nada comparado à importância do controle da natalidade, especialmente para as mulheres mais pobres, uma posição que parecia alinhá-la aos conservadores eugenistas, o que não era verdade, já que eles eram contrários ao feminismo. Presa ao violar o código penal de Nova York que proibia qualquer tipo de discussão sobre métodos contraceptivos, Ethel Byrne foi julgada em janeiro de 1917; sua história estampou os jornais de todo o país. Seu advogado

argumentou que o código penal era inconstitucional, observando que infringia o direito que toda mulher tinha de “buscar a felicidade”. Ela foi declarada culpada no dia 8 do mesmo mês; na prisão, fez uma greve de fome. Dois dias depois, Alice Paul e o Partido Nacional das Mulheres deram início a uma vigília em favor do sufrágio feminino em frente à Casa Branca, carregando cartazes que diziam: “Sr. Presidente, por quanto tempo as mulheres terão de esperar por liberdade?”⁸⁵

O apoio público ao sufrágio despencou à medida que os Estados Unidos ficavam mais próximos de entrar na guerra, e questionar o presidente passou a ser visto como um ato de deslealdade. Em janeiro de 1917, Wilson revelou o conteúdo de um telegrama interceptado do ministro alemão Arthur Zimmermann para o embaixador alemão no México, no qual Zimmermann pedia para que o México entrasse na guerra como aliado da Alemanha, comprometendo-se a ajudar o México a “recuperar os ‘territórios perdidos’ do Novo México, Arizona e Texas caso os Estados Unidos declarassem guerra contra a Alemanha”.⁸⁶ Poucos dias após Wilson ser empossado, submarinos alemães afundaram três navios americanos. Wilson chegou à conclusão de que não havia mais como permanecer fora do conflito. No começo de abril, ele pediu ao Congresso que declarasse guerra.

Wilson disse ao Congresso que “o mundo precisa ser um lugar seguro para a democracia”. Nem todos se convenceram. “Eu quero dizer especificamente, Sr. Presidente, que não estou votando a favor de uma guerra em nome da democracia”, disse, no Senado, Warren G. Harding, o representante de Ohio. “Em minha opinião, não é de nossa conta que tipo de regime governamental cada país deste planeta escolhe para si... eu votei a favor da guerra esta noite em nome da manutenção dos direitos americanos.”⁸⁷

O Congresso declarou guerra, mas a alegação de Wilson de que os Estados Unidos estavam lutando para tornar o mundo um lugar seguro para a democracia foi algo que muitos tiveram

dificuldade de engolir. Wilson, na verdade, não havia se comprometido a fazer do mundo um lugar democrático, nem sequer estava apoiando a instauração de instituições democráticas em todos os países; em vez disso, queria estabelecer as condições de estabilidade dentro das quais a democracia é possível. Aquela não era uma guerra por paz. A guerra exigiu uma mobilização em massa: todo homem americano entre 18 e 45 anos teve de se alistar; cerca de cinco milhões foram convocados para servir no exército. Como eles seriam convencidos a lutar pela causa da guerra? Em discurso para os novos recrutas, Robert Lansing, o novo secretário de Estado de Wilson, arriscou-se a produzir uma explicação. “Se todas as pessoas na Terra pudessem expressar suas vontades, não existiriam as guerras de agressão, e, se não existissem as guerras de agressão, não existiriam as guerras, e uma paz duradoura se espalharia por todo o planeta”, disse, enfileirando uma oração condicional atrás da outra. Ele prosseguiu, afirmando que “a única maneira pela qual um povo pode expressar sua vontade é por meio das instituições democráticas (...) Portanto, quando o mundo for um lugar seguro para a democracia... a paz universal será um fato consumado.”⁸⁸

Wilson, o cientista político, tentou conquistar o apoio do povo americano com uma complicada teoria sobre a relação entre a democracia e a paz. Não deu certo. Para reformular sua mensagem de guerra e reforçar o apoio popular, ele criou um departamento de propaganda, o Comitê de Informação Pública, comandado por um jornalista investigativo do Missouri de 41 anos (mas que tinha cara de bebê) chamado George Creel, mais conhecido por uma matéria denunciando o trabalho infantil chamada *Crianças escravizadas*. Creel aplicou os métodos do jornalismo investigativo da era progressista à tarefa de esquentar os ânimos para uma briga. Seu departamento contava com centenas de funcionários contratados e milhares de voluntários, que espalhavam mensagens pró-guerra pelo rádio, em impressos e em filmes. Os cientistas sociais batizaram o efeito produzido

pela propaganda de guerra de “comportamento de manada”; o filósofo John Dewey chamou de “recrutamento de pensamento”.⁸⁹

O recrutamento de pensamento também ameaçava a liberdade de expressão. Para reprimir os dissidentes, o Congresso aprovou um Ato de Sedição em 1918. A Casa não investia contra a Primeira Emenda de forma tão aberta desde os Atos de Sedição e Estrangeiro de 1798, por conta dos quais pouco menos de duas dúzias de pessoas haviam sido presas. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Departamento de Justiça acusou mais de 2 mil americanos de sedição e condenou metade deles. Recursos que chegavam à Suprema Corte eram rejeitados. Pacifistas, feministas e, principalmente, os socialistas iam parar na prisão. Noventa e seis dos condenados eram membros da organização Trabalhadores Industriais do Mundo (IWW), incluindo seu líder, Bill Haywood, sentenciado a vinte anos de cadeia. Eugene Debs foi sentenciado a uma pena de dez anos, por ter feito um discurso no qual disse à sua plateia que eles “mereciam coisa melhor do que ser escravos e bucha de canhão”.⁹⁰

Sob esse regime, W. E. B. Du Bois, cofundador do NAACP e líder supostamente intransigente, foi domado. Em 1915, em um ensaio para o *The Atlantic* chamado “As raízes africanas da guerra”, Du Bois havia identificado as origens do conflito entre as potências coloniais europeias que eram rivais na África, denunciando a ordem global propriamente dita. Ele escreveu que, “se desejamos a paz verdadeira, devemos estender os ideais democráticos aos povos amarelos, marrons e negros”. Entretanto, após os Estados Unidos entrarem na guerra, Creel convidou 31 editores e diretores de jornais negros para uma conferência em Washington e os alertou sobre a “subversão dos negros”. Du Bois escreveu uma resolução na qual se comprometia, até certo ponto, a não fazer qualquer reclamação sobre as relações entre as raças até o final da guerra, assegurando que os afro-americanos “não estavam dispostos a

fazer uma lista, no meio de toda aquela crise, de todas as suas queixas e restrições”. Em seguida, ele escreveu o primeiro de muitos editoriais para o *The Crisis*, no qual manteve sua promessa. “Esqueçamos, enquanto perdurar essa guerra, nossos dissabores particulares e marchemos lado a lado com nossos compatriotas brancos e com as nações aliadas que estão lutando pela democracia”, escreveu, em palavras que poderiam muito bem ter sido atribuídas ao próprio Creel. Du Bois também pediu que os negros que não podiam votar nos Estados Unidos dessem suas vidas para fazer do mundo um lugar “seguro para a democracia” e que parassem de lutar contra os linchamentos, cujos números continuavam subindo.⁹¹

Tempos depois, prestando um doloroso tributo, Billy Holiday cantaria: “Corpos negros balançando sob a brisa do Sul (...) Frutas estranhas penduradas nos álamos.”⁹²

* * *

ESCREVENDO PARA A *New Republic*, Walter Lippmann defendeu a entrada dos Estados Unidos na guerra. Depois disso, alistou-se e foi recrutado para uma organização secreta de inteligência chamada Inquiry, cujo objetivo era elaborar acordos de paz e redesenhar o mapa da Europa. Necessitando de uma quantidade inigualável de mapas, eles se mudaram para os escritórios da Sociedade Americana de Geografia em Nova York. Aos 28 anos, Lippmann escreveu em sua biblioteca um relatório chamado “Os objetivos da guerra e os acordos de paz que ela implica”. Revisado por Wilson, o relatório deu origem aos famosos Quatorze Pontos do presidente, que os apresentou durante uma sessão conjunta do Congresso no dia 8 de janeiro de 1918, reivindicando uma paz liberal que incluía o livre-comércio, a livre navegação, a redução dos arsenais, a autodeterminação dos povos colonizados e a criação de uma Liga das Nações.⁹³

Mas a guerra precisava ser vencida antes de Wilson começar a negociar aquela paz. E ele tinha de ser pago para isso. Com

esse objetivo, Wilson aprovou um pacote tributário aumentando as alíquotas do imposto de renda, dobrando o imposto sobre o faturamento das empresas, revogando uma isenção sobre a receita de dividendos e introduzindo um imposto sobre heranças e um imposto sobre lucro excedente. As alíquotas para os americanos mais ricos saltaram de 2% para 77%, mas a maioria da população não pagava imposto algum (80% da receita era proveniente da renda do 1% mais rico dos lares americanos). Posteriormente, quando o aumento dos impostos sobre lucros e rendimentos começou a não cobrir mais os custos do conflito, o governo federal passou a vender bônus de guerra. Vinte e dois milhões de americanos atenderam ao chamado e adquiriram seu Bônus da Liberdade e da Vitória, produzindo um efeito inesperado da guerra: com aquele ato, o americano comum foi apresentado à experiência de comprar um título financeiro. A retórica do programa de empréstimos de guerra vendia o conceito de cidadania na forma de um investimento. Um anúncio prometia que “investir no governo, por muito ou pouco que seja, ajuda a produzir cidadãos melhores”.⁹⁴

As guerras, como sempre, ampliam os poderes do Estado. Essa reorganizou a relação entre o governo federal e as empresas, estabelecendo novas formas de cooperação, supervisão e regulamentação, que acabaram criando um estado de bem-estar para os empresários. O Conselho Nacional do Trabalho de Guerra tinha a missão de evitar greves para que a produção de munições nunca parasse, enquanto o Comitê das Indústrias de Guerra supervisionava toda a produção da indústria bélica. O governo federal controlava a economia tendo a eficiência como seu lema. Uma ordem do exército afirmava: “a história industrial nos mostra que uma jornada de trabalho de carga moderada, em boas condições e com uma proporcionalidade adequada de salários é essencial para uma alta produtividade (...) Durante a guerra, todos os esforços devem ser feitos para conservar, de todas as formas possíveis, as nossas conquistas rumo à melhoria da sociedade.”⁹⁵

O governo também passou a exercer novos formatos de autoridade sob os corpos de seus cidadãos. Um movimento pela “pureza social” deu início a uma campanha contra a disseminação de doenças venéreas, algo que acabaria se tornando tópico de ordenanças militares. Segundo apontava um filme do exército, “você não usaria a escova de dentes de um outro sujeito (...) Por que usaria a prostituta dele?” Uma outra cruzada moral, a proibição do álcool, bandeira que as mulheres defendiam há muito tempo, também integrou o processo de expansão dos poderes do Estado em tempos de guerra. A Lei Seca foi aprovada pelo Congresso em dezembro de 1917, como medida de guerra. “Nenhum homem bêbado jamais foi eficiente na vida civil ou militar”, afirmou Kenneth McKellar, senador pelo Tennessee. Do lado de fora do Congresso, os americanos estavam desconfiados. Já a posição de Clarence Darrow era: “Claro que é melhor para um homem que ele não beba álcool, mas pode-se dizer o mesmo sobre comer torta.”⁹⁶

Enquanto isso, Lippmann foi à Europa para começar a trabalhar pela paz planejada por Wilson. Indicado para uma vaga no escritório de um Comitê Interaliado de Propaganda em Londres, Lippmann direcionou seus escritos não para os americanos, mas para os alemães e austríacos. Aviões e balões não tripulados mandados além das linhas inimigas espalhavam milhões de cópias de seus panfletos. Como tudo que ele escrevia, aquilo também era grudento como papel pega-mosca. Em um deles, ele escreveu como se fosse um prisioneiro de guerra: “Não se preocupem comigo. Estou fora da guerra. Estou sendo bem alimentado. O exército americano dá aos seus prisioneiros a mesma ração que dá aos seus próprios soldados: carne, pão branco, batatas, ameixas, café, leite, manteiga.” Cópias foram encontradas nas mochilas de muitos soldados alemães que desertaram.⁹⁷ Lippmann se perguntava: será que manipular mentes era tão fácil assim?

À medida que a guerra foi se aproximando do fim, os ajustes de conta começaram a ser feitos. As perdas americanas eram

quase triviais, comparadas aos abalos catastróficos sofridos pelas nações europeias. Enquanto os Estados Unidos tiveram 116 mil fatalidades, a França perdeu 1,6 milhão de vidas, a Grã-Bretanha, 800 mil e a Alemanha, 1,8 milhão. Cidades por toda a Europa foram reduzidas a cinzas; os Estados Unidos, intocados. A Europa, que era composta por dezessete países antes da guerra, tinha se fragmentado em 26, todos atolados em dívidas, principalmente com os americanos. Antes da guerra, os americanos deviam 3,7 bilhões aos estrangeiros; depois da guerra, os estrangeiros deviam 12 bilhões de dólares aos americanos. Mesmo a tenebrosa epidemia de gripe em 1918, que ceifou 21 milhões de vidas pelo mundo, levou somente 675 mil americanos. A guerra deixou as economias europeias em ruínas e tornou a americana, próspera. Nos Estados Unidos, a produção de aço teve uma alta de 25% entre 1913 e 1920; no resto do mundo, caiu 33%.⁹⁸

O armistício veio no dia 11 de novembro de 1918, quando a Alemanha concordou com os termos da rendição que estavam atrelados aos Quatorze Pontos de Wilson que nem os próprios aliados endossavam integralmente. Em uma quebra de protocolo sem precedentes, Wilson decidiu liderar a delegação de 1.300 pessoas que compareceu à Conferência de Paz de Paris, em janeiro de 1919. Em sua visão, isso estava dentro do escopo dos atos da presidência; mas nem todos concordavam. Muitos americanos eram contrários à ideia de um presidente americano deixar o solo do país. E para representar os interesses de quem? “O Sr. Wilson não tem nenhuma autoridade para falar em nome do povo americano neste momento”, disse Theodore Roosevelt.⁹⁹ A Seção 2 do Artigo II da Constituição estipula que um presidente pode negociar um acordo de paz, porém, sua ratificação exige uma aprovação de dois terços do Senado. Vale notar que Wilson não levou junto consigo para a conferência nenhum senador republicano — o que acabaria sendo fatal.

Inicialmente, Wilson foi recebido com uma enxurrada de afeto e esperança. Multidões fizeram filas nas ruas de Paris para

cumprimentar o “Deus da Paz”. Aquela recepção não fez com que ele perdesse o foco da dimensão de sua tarefa. Lippmann relatou que “os hotéis estavam abarrotados com as delegações que representam, fingem representar, e esperam representar todos os grupos de pessoas que há no mundo”. Wilson foi recebido de forma particularmente mais efusiva pelos delegados de sociedades colonizadas e apátridas — egípcios, indianos, chineses, coreanos, árabes, judeus, armênios, curdos. Um jovem Ho Chi Minh, o futuro líder do Vietnã do Norte, que, na época, vivia em Paris, apresentou aos líderes mundiais reunidos em Versalhes uma petição intitulada “As exigências do povo vietnamita”: “Todos os povos subjugados do mundo estão cheios de esperança com as perspectivas da era de direitos e justiça que está se abrindo à sua frente.” Ele tentou se reunir com Wilson, mas não teve sucesso. No entanto, Wilson deixou um legado duradouro: sua retórica sobre autodeterminação contribuiu para uma onda de protestos populares no Oriente Médio e na Ásia, incluindo uma revolução no Egito em 1919; fez com que o estado-nação se tornasse o objetivo das nações apátridas; e foi uma influência por trás da emergência e da força do nacionalismo anticolonial.¹⁰⁰

W. E. B. Du Bois zarpuo rumo a Paris quatro dias depois de Wilson, num barco para os membros da imprensa. Ele viajava, oficialmente, em nome da NAACP e na condição de acadêmico, com o objetivo de reunir material para escrever uma história da guerra, mas ele também estava lá para comparecer a um Congresso Pan-Africano, que aconteceria durante três dias, no Grand-Hotel, localizado no Boulevard des Capucines. E ele pode muito bem ter ido a Paris numa tentativa de recuperar sua reputação, profundamente abalada depois de ter pedido aos negros americanos que esquecessem suas desavenças e fizessem todos os sacrifícios possíveis pela guerra. Trinta homens negros foram linchados em 1917, o dobro no ano seguinte e 76 em 1919, incluindo dez veteranos de guerra,

alguns ainda vestindo seus uniformes, após terem lutado, na opinião de algumas pessoas, na guerra errada.¹⁰¹

Na França, Wilson conseguiu muitas coisas que ele queria, mas não a paz que desejava ou da qual o mundo precisava. Em lugar disso, o presidente adoeceu em Paris, muito provavelmente sofrendo o primeiro de uma série de derrames. Além disso, à medida que as negociações se estendiam, sua presença passou a se tornar imensamente incômoda.¹⁰² “Quase todos os críticos experientes parecem compartilhar da mesma opinião de que ele deveria ter permanecido nos Estados Unidos”, comentou H. G. Wells. Quem incomodava ainda mais era a esposa de Wilson, Edith, que, aos olhos de uma Europa devastada, parecia visitar Paris na condição de turista. Wells reconheceu que “talvez essa seja uma nota muito trivial para constar na História da Humanidade, mas foram coisas pequenas e humanas como essas que jogaram um miasma de futilidade sobre a Conferência de Paz de 1919”.¹⁰³

Os países que haviam redigido o tratado de paz, principalmente Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Itália, redesenharam o mapa da Europa de uma forma bem diferente da que Walter Lippmann havia feito nos escritórios da Sociedade Americana de Geografia. Eles balcanizaram a Europa ao implementar novos Estados, incluindo a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, a Polônia e a Finlândia, e puniram a Alemanha. O acordo restringiu enormemente a indústria alemã, tirou do país o controle sobre os seus próprios assuntos e exigiu 33 bilhões de dólares em compensações de guerra. “Já olhei por cima, por baixo, por todos os ângulos e não consigo enxergar nada nesse acordo além de problemas intermináveis para a Europa”, escreveu Lippmann. *A New Republic*, concluindo que “a Liga não é poderosa o suficiente para cobrir todas essas reparações”, posicionou-se contra o acordo, uma decisão particularmente difícil para Lippmann, que escreveu editoriais que o criticavam. A revista também publicou uma série de artigos polêmicos e explosivos intitulada *As consequências econômicas da guerra*,

escritos por um jovem economista britânico chamado John Maynard Keynes, que se referia a Wilson como tolo, “um Dom Quixote surdo e cego”,¹⁰⁴ e observava que o acordo de paz simplesmente dava continuidade às privações dos tempos de guerra, alertando que aquilo produziria miséria na Europa — “a rápida derrocada do padrão de vida das populações europeias, a um ponto em que isso significará, literalmente, passar fome”.

Wilson acreditava que ajustes nos termos da paz poderiam ser feitos a partir do estabelecimento de uma Liga das Nações, uma vez que, em sua visão, essa Liga teria de resolver os problemas criados pelo tratado. Para Wilson, somente a Liga poderia fazer com que a paz durasse. Dois dias após voltar aos Estados Unidos, ele entregou o Tratado de Versalhes ao Senado e explicou suas provisões, incluindo a Liga das Nações, e perguntou: “Teremos coragem de rejeitá-lo e partir o coração do mundo?”¹⁰⁵

No Senado, o minúsculo apoio de que Wilson gozava vinha de seus companheiros democratas; os republicanos se mostraram implacáveis. Henry Cabot Lodge, o diretor do Comitê de Relações Exteriores do Senado, mandou imprimir as 264 páginas do tratado, anunciou que convocaria audiências sobre o assunto e depois ficou adiando indefinidamente a matéria, obstruindo a votação durante duas semanas enquanto conduzia uma leitura em voz alta do documento, palavra por palavra.¹⁰⁶

Wilson, ainda debilitado, decidiu falar diretamente com seus eleitores, então deixou Washington em 3 de setembro de 1919, para uma viagem de trem que passaria por dezessete estados. “Prometi aos nossos soldados, quando pedi que eles pegassem em armas, que esta seria uma guerra para acabar com todas as guerras”, disse ele à sua esposa. “Se eu não fizer tudo que está ao meu alcance para efetivar esse tratado, serei um calhorda e nunca mais poderei encarar os rapazes em seus olhos.” Em Nevada, seu rosto começou a se contrair; em Utah, suava tanto que encharcou um terno; quando chegou ao Wyoming, ele se comunicava de forma desconexa. Por fim, no Colorado, no dia 2

de outubro de 1919, desmaiou enquanto tentava subir no palco. “Parece que estou em frangalhos”, disse. Wilson perdeu o controle do lado esquerdo do seu corpo. Durante cinco meses, ficou escondido na Ala Oeste da Casa Branca, sem ser visto nem mesmo pelos membros de seu gabinete.

Edith Wilson proibiu o acesso do público à Casa Branca. Nem mesmo os membros do Senado sabiam do estado de saúde de seu marido. Quando o Senado buscou chegar a um meio-termo e o presidente não respondeu às tentativas de negociação, a única conclusão a que a casa poderia chegar era de que o presidente estava intransigente em sua posição.¹⁰⁷ Em março de 1920, o Senado rejeitou o Tratado de Versalhes — e a Liga das Nações — por sete votos. A chance de uma paz duradoura veio e, sem grandes alardes, foi embora.

III.

EM 1922, QUANDO Walter Lippmann fez 32 anos, ele escreveu um livro chamado *Opinião pública*, no qual concluía que, em uma democracia moderna, quando as massas são convocadas a tomar decisões sobre questões que estão muito desconectadas do seu conhecimento direto, percebe-se que estão exigindo demais delas. Ele já havia observado que “em um Estado moderno, a tendência é que as decisões sejam tomadas a partir da interação, não do Congresso com o executivo, mas da opinião pública com o executivo”.¹⁰⁸ Lippmann alegou que a democracia de massa não funciona, porque as novas ferramentas de persuasão — especialmente a propaganda de massa — permitiam que uma minoria insignificante suggestionasse facilmente a maioria a acreditar em qualquer coisa que ela quisesse.

Aparentemente, a melhor esperança para a democracia de massa seriam as reportagens inquestionavelmente honestas e meticulosas da imprensa, mas isso, acreditava Lippmann, estava fadado ao fracasso, devido ao abismo que existia entre os fatos e

a verdade. Os repórteres cobriam eventos, apresentando fatos, mas eles “não podem governar a sociedade por meio de episódios, incidentes e erupções”, disse.¹⁰⁹ Para governar, o povo precisava da verdade, ter uma ideia do todo, mas as pessoas não conseguem ler o suficiente nos jornais matinais, nem ouvir o bastante nos programas de rádio à noite, para converter os fatos em verdade, quando são obrigadas a trabalhar como burros de carga o dia inteiro.

A solução que Lippmann propôs para esse problema era absurda, criada na mente de um homem que encarava o mundo com as sobrancelhas permanentemente arqueadas. Ele sugeriu que o governo criasse dez Departamentos de Inteligência, um para cada pasta do gabinete ministerial, no qual intelectuais e especialistas, com um mandato vitalício (“com anos sabáticos programados para estudos e treinamentos avançados”), compilariam todos os fatos e interpretariam a verdade para as massas.¹¹⁰ Mais tarde, ele perceberia o quanto aquela ideia era ridícula, mas o que aconteceu de fato foi muito pior: no final da década, manipular a opinião pública se tornou um negócio, na forma de “relações públicas”.

Antes disso, contudo, as mulheres conquistariam o direito ao voto, o eleitorado dobraria de tamanho e o problema se agravaria. A Décima Nona Emenda, ratificada em agosto de 1920, foi o último ato constitucional da era progressista, que acabaria se revelando uma vitória questionável. As mulheres só conquistaram o direito ao voto depois que os partidos mudaram seu estilo, de uma política mais popular e pública, com manifestações e passeatas (e uma maior participação eleitoral), para uma política mais privada e domesticada, com a propaganda de massa (e um menor comparecimento às urnas). Como uma feminista observou, já em 1926, “é uma lástima para o movimento feminino que ele tenha conseguido assegurar direitos políticos para as mulheres justamente em um momento em que os direitos políticos têm o seu menor valor desde o século XVIII”.¹¹¹

A conquista do direito ao voto também dividiu o movimento feminino entre as mulheres que queriam a igualdade de direitos e as que, percebendo que essa igualdade tornaria obsoleto um corpo inteiro de leis de trabalho protetivas, não queriam. As assim chamadas Equalizadoras fundaram a Liga Feminina pela Igualdade de Oportunidades e a Associação Americana pela Igualdade de Direitos; pleitearam a aprovação da Emenda de Igualdade de Direitos, apresentada ao Congresso pela primeira vez em 1923; e encaravam o protecionismo com ceticismo e desconfiança. Em 1929, uma equalizadora escreveu que “os homens queriam leis protetivas para as mulheres só para poderem roubar seus trabalhos usando a desculpa do cavalheirismo”. Enquanto isso, as protecionistas formaram a Liga das Mulheres Eleitoras.¹¹² Meio século depois, quando a Emenda de Igualdade de Direitos estava, finalmente, prestes a ser ratificada, essa mesma divisão entre as mulheres provocaria a sua derrota.

Na eleição presidencial de 1920, o republicano Warren G. Harding venceu com facilidade o democrata James Cox, o reformista progressista que era governador de Ohio, e o seu companheiro de chapa relativamente desconhecido, o secretário-assistente da marinha Franklin Delano Roosevelt, escolhido, em grande parte, devido ao seu sobrenome famoso. O idealismo e o internacionalismo de Wilson tinham chegado ao fim, bem como o período das reformas. Harding foi conduzido à Casa Branca por uma maré de conservadorismo, uma reação às reformas progressistas que os conservadores enxergavam como uma traição aos princípios fundadores da nação, em especial à Constituição. Em seu discurso de posse, Harding disse: “Declaro minha crença na inspiração divina dos pais fundadores.” Ele mandou que o bibliotecário do Congresso buscase o documento original da Constituição — o pergaminho com as assinaturas — em seu local de armazenamento e construísse um santuário nacional para ele. Indicou James Montgomery Beck — o Sr. Constituição — para o cargo de Advogado-Geral, um ex-

advogado corporativo que havia escrito uma série tremendamente popular de livros que explicavam a Constituição.¹¹³

“A Constituição não é, por um lado, como uma rocha de Gibraltar, que resiste inabalável à ação inclemente do tempo e das circunstâncias, e nem é, por outro, como uma praia de areia, sendo lentamente destruída pela erosão dos mares”, escreveu Beck. “Ela se assemelha mais a um cais flutuante que, embora firmemente preso às suas amarras e, portanto, não se sujeite aos caprichos das ondas, ainda assim se movimenta de acordo com as marés, com o tempo e as circunstâncias.” Em uma resenha desdenhosa publicada na *New Republic* avaliando a obra de Beck, o professor de direito Thomas Reed Powell reparou que a Constituição de Beck não se move nem para frente nem para trás: ela “oscila para cima e para baixo”, como gelatina. Powell se propôs a escrever um volume contendo as “Canções Hipócritas de Inocência”, para incluir os versos: “A Constituição é como um cais, / Que, embora ancorado, vai pra frente e vai pra trás, / Não é uma rocha; nem praia também. / E é apenas por isso que a queremos tão bem.”¹¹⁴ O embate entre Beck e Powell não era uma briguinha qualquer; ele evidenciava o alargamento de um abismo profundo. O debate acerca da natureza da Constituição tinha muita coisa em comum com o debate entre os protestantes que acreditavam que a Bíblia continha verdades literais e aqueles que não acreditavam nisso. Beck era um fundamentalista constitucional, e Powell acreditava na evolução.

A agenda de revogação das reformas progressistas que Harding esboçou durante o seu discurso de posse era uma mistura do entendimento que James Montgomery Beck tinha da Constituição com o evangelho da eficiência de Frederick Winslow Taylor. Àquela altura, o Taylorismo estava sendo aplicado ao trabalho nos escritórios, exatamente o formato em que o próprio governo operava. Os funcionários se sentavam em suas Escrivatinhas da Eficiência Moderna, uma chapa de metal montada em cima de gavetas de arquivos, geralmente duas de

cada lado. Enfiavam cartões em relógios de ponto e usavam máquinas de escrever e de somar, produzidas pela Computing-Tabulating-Recording Company, fundada em 1911 graças à consolidação de várias empresas, incluindo a Tabulating Machine Company, de Herman Hollerith. Uma peça de 1923 chamada *A máquina de somar* satirizava a monotonia do trabalho repetitivo de um escritório e antecipava, de forma profética, o medo da automação das máquinas. Seu personagem principal, “Sr. Zero”, anotava números o dia inteiro, “em uma folha quadrada de papel pautado”.¹¹⁵ Quando seu chefe lhe diz que ele será substituído por uma máquina de somar, Sr. Zero o mata. O valor das qualificações de um funcionário de um escritório e das habilidades do operário de uma fábrica só diminuía, enquanto as empresas para as quais eles trabalhavam só cresciam, o que incluía, em 1924, a IBM. “Precisamos estudar, com ajuda da leitura, da escuta, do debate, da observação e do pensamento”, disse o fundador da empresa, Thomas Watson. Seu lema era PENSE, algo que seus funcionários eram estimulados a fazer, muito embora quem acompanhasse o assunto de perto temesse que, com o passar dos anos, isso se tornasse, cada vez mais, o trabalho das máquinas.¹¹⁶

Harding queria aplicar o Taylorismo no governo federal. Em um dos piores discursos de posse da história, ele disse “sou a favor da eficiência administrativa, sou a favor de impostos mais leves, práticas comerciais mais sólidas, linhas de crédito adequadas, atenção sincera a todas as questões agrícolas, do abandono da interferência desnecessária do governo nas empresas, do fim das experiências do governo nos negócios e de ações mais eficazes na administração governamental”.¹¹⁷

Tendo a eficiência como seu lema, Harding nomeou para seu ministério um grupo extraordinário de empresários conservadores, que comandaram o governo federal durante alguns dos anos mais prósperos da história americana. Entre 1922 e 1928, a produção industrial cresceu 70%; o produto interno bruto, quase 40%; a renda per capita, 30%; e o poder de

compra, 22%. O país também estava eletrizado na década de 1920, com uma nova malha energética abastecendo tanto as empresas quanto as residências: em 1916, apenas 16% dos americanos viviam em residências com eletricidade, mas em 1927 esse percentual havia saltado para 63%.¹¹⁸

Para a função de Secretário do Tesouro, Harding indicou Andrew W. Mellon, um industrial e filantropo que também era o quarto homem mais rico dos Estados Unidos, atrás somente de John D. Rockefeller Jr., Henry Ford e Edsel Ford. Mellon, que permaneceria no cargo durante a administração de três presidentes republicanos — Harding, Coolidge e Hoover —, tinha a missão de levar eficiência ao campo tributário. Como Mellon argumentou em *Tributação: o negócio do povo* (1924), impostos elevados matam “o espírito de aventura do empreendedorismo”. Mellon alegava que o corte de impostos reduziria os custos da habitação e os preços, além de aumentar o padrão de vida, criar empregos e “produzir avanços na prosperidade de modo geral”. Seus esforços para que sua política tributária caísse no gosto popular tiveram uma grande ajuda da Liga dos Contribuintes Americanos, anteriormente conhecida como Liga dos Banqueiros Americanos — e financiada, em parte, por membros da família Mellon —, que patrocinava, fornecia o material impresso e pagava as contas dos clubes fiscais dos estados, cujos membros, em retribuição, testemunhavam ao Congresso, reivindicando cortes nos impostos. “Impostos são o custo que pagamos para ter uma sociedade civilizada”, disse Oliver Wendell Holmes em 1927 — palavras que, mais tarde, estariam gravadas na fachada do prédio da Receita Federal, em Washington —, muito embora os americanos de forma alguma fossem unânimes em concordar com aquilo. Durante o mandato de Mellon, o Congresso revogou o imposto sobre lucro excedente, reduziu o imposto sobre heranças, isentou os ganhos com capital do imposto de renda e estabeleceu para ele uma alíquota máxima.¹¹⁹

Para a função de Secretário de Comércio, Harding indicou Herbert Hoover. Nascido em meio à pobreza severa no vilarejo quaker de West Branch, no Iowa, e tendo ficado órfão aos nove anos, Hoover acabou cursando geologia em Stanford. Como engenheiro de minas dotado de uma genialidade organizacional, fez fortuna na Austrália e na China e se tornou um homem de negócios internacionalmente bem-sucedido, acumulando um patrimônio de mais de 10 milhões de dólares quando se aposentou, aos 37 anos, para se dedicar ao serviço público e à filantropia. Hoover tinha passado a maior parte de sua vida vivendo fora dos Estados Unidos. Tanto durante a guerra quanto depois dela, comandou esforços de auxílio humanitário na Europa que ajudaram a salvar dezenas de milhões de vidas. (Quando Wilson ganhou o Prêmio Nobel da Paz, não foram poucos os europeus que achavam que Hoover era mais merecedor.) Quando voltou aos Estados Unidos, tornou-se um convidado extremamente popular na Casa da Verdade de Lippmann, que disse: “Muitos tinham a mesma impressão que eu, de que nunca haviam conhecido um homem mais interessante.” Em 1920, ambos os partidos o convidaram para se candidatar à presidência, mas, embora tivesse chegado a se empolgar durante as primárias republicanas, ele perdeu, sem protestar, a indicação para Harding.¹²⁰

Hoover era um especialista em eficiência, mais conhecido por um influente relatório de quatrocentas páginas chamado *Desperdício na indústria*. Sua fama era tanta que praticamente tudo que envolvia a eliminação de resíduos, incluindo o ato de passar o aspirador de pó, foi apelidado com o seu nome. Embora fosse contrário à ideia de um Estado grande, Hoover entendia que seu cargo como Secretário de Comércio lhe dava controle sobre toda a economia americana. Do seu escritório, localizado no último andar de um prédio na esquina da Nineteenth Street com a Pennsylvania Avenue, ele instalou os diversos escritórios do seu departamento nos demais andares. Com uma eficiência assombrosa, expandiu a pasta de Comércio — tornando-se um

“Subsecretário de todos os outros departamentos” — para concretizar o seu projeto de uma “nova era”. O que Hoover tinha planejado era um Estado associativo, reunindo os líderes empresariais e de trabalhadores, fazendeiros e pescadores, em assembleias cooperativas que pautariam as prioridades do governo. Durante o mandato de Hoover, o orçamento do departamento aumentou quase seis vezes de tamanho, passando de 860 mil dólares para 5 milhões de dólares. O *Wall Street Journal* noticiou que “jamais um governo esteve tão atrelado ao mundo corporativo, nem aqui, nem em qualquer lugar”.¹²¹

Durante a década de 1920, a fé dos americanos no progresso se transformou em uma fé na prosperidade, impulsionada pelo consumo. Segundo relato de um jornalista, “uma mudança se abateu sobre a nossa democracia. Ela se chama consumismo. O status primordial de um cidadão americano não é mais o de cidadão, mas sim o de consumidor”.¹²² De qualquer ângulo que se olhasse, a economia americana estava crescendo cada vez mais. Os Estados Unidos eram o maior credor do mundo, e sua economia também era a maior de todas; em 1929, ela respondia por 42% da produção mundial (Grã-Bretanha, França e Alemanha, juntas, produziam 28%).¹²³ A produção de aço e a receita das companhias ferroviárias batiam todos os recordes, e as setas nos gráficos de crescimento apontavam pra cima, bem como os arranha-céus que se erguiam sobre a Quinta Avenida, em Nova York, a Michigan Avenue, em Chicago, e a California Street, em São Francisco.

E, mesmo assim, a nação estava se voltando para si mesma. Antes da guerra, a maior parte do mundo industrializado seguia uma política de fronteiras abertas tanto para pessoas quanto para mercadorias. Muitos europeus trocaram seu continente por outras partes do mundo, principalmente os Estados Unidos, enquanto outros investiram capital em projetos de construção em suas colônias. A devastação da guerra e os termos brutais do tratado de paz, especialmente para a Alemanha, puseram fim a

esses entendimentos.¹²⁴ Depois da guerra, os Estados Unidos se tornaram o centro do comércio mundial, e, mesmo assim, logo o país começou a fechar suas fronteiras tanto para as mercadorias quanto para as pessoas. Em 1921 e 1922, Harding e um Congresso Republicano aumentaram os impostos sobre a importação; e, em 1921 e 1924, impuseram restrições para a imigração. Os países europeus, devastados pela guerra, não podiam enviar para o outro lado do Atlântico seu excesso de trabalhadores e, não podendo, igualmente, enviar os produtos de sua indústria para os Estados Unidos, não conseguiam pagar o que deviam aos seus credores americanos. Em retaliação, os países europeus também aumentaram suas tarifas, fechando as portas de uma fatia do mercado para a indústria e a agricultura.¹²⁵ E assim tinha início uma espiral econômica viciosa. Tempos depois, Lippmann, pesarosamente, escreveria que “foi um delírio, olhando agora, em retrospecto, que tenhamos acreditado piamente que um crescimento tão acelerado, sob condições tão traiçoeiras, poderia ser permanente”.¹²⁶

A administração de Harding batizou seu plano econômico de “um retorno à normalidade”. Seu projeto político era uma campanha contra a imigração, e seu projeto cultural, um movimento estético conhecido como Renascimento Colonial. Ambos olhavam para dentro e para trás, inventando e celebrando uma herança americana, um mundo de fantasia, de um passado que nunca aconteceu. Os industriais filantropos reforçaram sua visão sobre o passado da nação, com Henry Ford construindo um museu de história americana e John Rockefeller restaurando a Williamsburg Colonial na forma de uma casa de bonecas em dimensões reais.¹²⁷ R. T. H. Halsey, que era dono de uma cadeira na Bolsa de Valores de Nova York, liderava o movimento para defender os bancos do ataque de Theodore Roosevelt ao “truste do dinheiro”. Renunciando ao seu assento na bolsa, ele participou da curadoria de uma nova ala americana no Museu Metropolitano de Arte. Inaugurada em 1924, a ala exibia obras de belas artes e artes decorativas anteriores a 1825. “Grande parte

do que são hoje os Estados Unidos perdeu suas tradições de vista”, alertou Halsey. “Muitos dos nossos sequer estão cientes das tradições e princípios pelos quais nossos pais lutaram e morreram.” Para ele, a contemplação do passado servia como um alerta sobre o presente: “As profundas transformações no caráter de nossa nação e a afluência de ideias estrangeiras em profunda dissonância com aquelas defendidas pelos homens que nos deram esta República ameaçam e, a menos que sejam controladas, podem abalar suas fundações.”¹²⁸

No ano em que a ala americana foi inaugurada, o Congresso aprovou a Lei de Imigração. Ela tinha duas partes: uma Lei de Exclusão de Asiáticos, que estendia a Lei de Exclusão de Chineses de 1882, banindo imigrantes de qualquer nação asiática; e uma Lei de Origens Nacionais, que restringia o número anual máximo de imigrantes europeus para 150 mil e estabelecia uma quota tornando o número de novos imigrantes proporcional à sua representação na população já existente no país. Essa lei era uma aplicação prática da lógica eugenista de *A derrocada da grande raça*, de Madison Grant. O objetivo do sistema de quotas era acabar com a imigração da Ásia e restringir a admissão de europeus vindos do sul e do leste, considerados inferiores aos imigrantes de outras partes do continente. Fred S. Purnell, um republicano de Indiana, disse que “há pouca ou nenhuma semelhança entre as raças esclarecidas e autogovernáveis que deram origem ao povo americano e essa torrente de esfarrapados irresponsáveis que está injetando nas veias da sociedade americana as doenças sociais e políticas do Velho Mundo”. O republicano novaiorquino Nathan D. Perlman, um congressista judeu que se opunha às restrições de imigração, leu, para que fosse gravado no *Registro do Congresso*, os nomes de americanos, de todas as etnias, a quem havia sido concedida a Cruz de Serviço Distinto durante a guerra. Seu argumento foi em vão.¹²⁹



Um cartum de 1921 mostra o Tio Sam utilizando um funil para estancar o fluxo de imigrantes que vinha da Europa. (Biblioteca do Congresso.)

O Congresso também aprovou naquele ano a Lei de Cidadania Indígena, que concedia, por decreto, cidadania a todos os povos nativos. Muitos, entre eles os Onondaga, foram contrários à lei, que era basicamente uma naturalização à força. Em 1924, o regime começou a recrudescer a segregação racial, institucionalizando novas formas de discriminação, codificando a construção ficcional de uma “raça branca” e introduzindo uma nova categoria legal à vida norte-americana: o “imigrante ilegal”. Os europeus, considerados “brancos”, classificados de acordo com suas origens nacionais e com o grau de desejabilidade no país, podiam imigrar em números limitados; ao entrarem no país como imigrantes legais, eles poderiam se tornar cidadãos naturalizados. Chineses, japoneses, indianos e outros asiáticos,

que não eram considerados brancos, não podiam imigrar para os Estados Unidos legalmente, eram considerados estrangeiros e, portanto, tinham sua cidadania negada com bases raciais. De forma mais profunda, a lei categorizava os europeus como pertencentes a nações — eles eram classificados de acordo com suas “origens nacionais” —, mas categorizava quem não era europeu como pertencentes a “raças” — eles eram classificados dentro de uma das cinco “raças de cor” (negro, mulato, chinês, japonês e indiano) — e rejeitava o conceito de nação quando relativo aos povos indígenas.

Curiosamente, a Lei de Imigração de 1924 não restringia a imigração do México, muito embora ela também estivesse em alta. Entre 1890 e 1920, cerca de 1,5 milhão de mexicanos atravessaram a fronteira para os Estados Unidos, fugindo do ditador José de la Cruz Porfirio Díaz, principalmente depois da revolta contra ele, em 1910. Os mexicanos americanos que viviam há décadas no sul dos Estados Unidos costumavam preservar sua língua e cultura e viviam em suas próprias comunidades urbanas; era comum que eles não gostassem dos novos imigrantes, *los recién llegados*. Os novos imigrantes mexicanos, em geral, acabavam trabalhando nas colheitas das grandes lavouras que tinham começado a implementar sistemas de irrigação. Em 1890, as terras irrigadas na Califórnia, Nevada, Utah e Arizona totalizavam cerca de 1,5 milhão de acres, mas, em 1902, havia mais de dois milhões de acres irrigados somente na Califórnia. Depois da Lei de Exclusão Chinesa de 1882, os grandes produtores agrícolas começaram a usar mão de obra japonesa em suas lavouras, mas um assim chamado “acordo de cavalheiros” entre os Estados Unidos e o Japão acabou com esse tipo de migração em 1908, quando agentes recrutadores enviados pelos grandes fazendeiros começaram a atravessar a fronteira com o México em busca de mão de obra. Em uma época em que o regime cientificamente administrado via os húngaros, italianos e judeus quase como animais que precisavam ser controlados — não com chicotes, mas com cronômetros —, empresários e legisladores estavam mais

propensos a enxergar os imigrantes mexicanos — refugiados políticos em situação de pobreza desesperadora — como o trabalhador ideal. Em 1908, o economista do governo norte-americano, Victor S. Clark, afirmou que os imigrantes mexicanos eram “dóceis, pacientes, geralmente organizados em campo, razoavelmente inteligentes sob uma supervisão competente, obedientes e baratos”, e, em 1911, um comitê do congresso americano relatou que os mexicanos “não se assimilam com facilidade, e a maioria retorna à sua terra natal após um breve período”.¹³⁰

Entretanto, é claro que nem todos os mexicanos que cruzavam a fronteira em busca de trabalho retornavam para o México. Durante os debates acerca das restrições à imigração, o congressista de Indiana Albert H. Vestal questionou: “De que adianta fechar a porta da frente para manter os indesejados da Europa do lado de fora quando você permite que os mexicanos entrem pela porta dos fundos aos milhares e milhares?” Edward Taylor, um congressista do Colorado, respondeu que ninguém além dos imigrantes mexicanos faria o trabalho que eles eram contratados para fazer: “Os trabalhadores americanos não vão sujar suas mãos e joelhos para arrancar ervas daninhas e colher beterrabas, nem arrebentar suas costas fazendo esse tipo de serviço. Na verdade, há muito pouca gente capaz de aguentar esse tipo de serviço. Não importa o quanto você pague, eles não são capazes de fazer e não o farão.” Aquilo não acalmou os nativistas, com a Sociedade Americana de Eugenia alertando: “Nosso grande sudoeste está criando rapidamente para si um problema racial, da mesma forma que nosso velho sul fez quando importou mão de obra escrava da África. A taxa de natalidade mexicana é alta, e todo mexicano nascido em solo americano é um cidadão americano, que, ao atingir a maioridade, terá direito a voto. Essa não é uma questão orçamentária, de ‘escassez de mão de obra’, ou de economia. É uma questão sobre o futuro do caráter das raças. É uma questão de eugenia, não de economia.” Pressionado pelos eugenistas e pelos

produtores agrícolas do sul e do oeste, o Congresso acabou isentando os mexicanos do novo regime de restrições à imigração, embora tenha passado a exigir que eles apresentassem não apenas seus passaportes, mas também vistos para entrar nos Estados Unidos. Assim, foram criadas as barreiras que permitiam que os mexicanos cruzassem a fronteira para trabalhar temporariamente, mas lhes negavam o acesso à cidadania. Ao longo do tempo, os mexicanos — classificados sob uma nova categoria, ‘mexicanos’ no censo americano — foram ficando cada vez mais associados à nova categoria legal racializada dos “imigrantes ilegais”. Até 1919, os mexicanos que chegavam aos Estados Unidos cruzando a fronteira não precisavam de uma autorização para entrar. Após a formação da Patrulha de Fronteira, em 1924, soldados armados passaram a vigiar os pontos de entrada, e a deportação de “imigrantes ilegais” se tornou parte da política do governo americano.¹³¹

Na prática, o novo regime de restrições à imigração estendia a ideologia racial aplicada aos negros e brancos com as Leis de Jim Crow para os novos imigrantes europeus, os povos nativos (ao classificá-los como brancos e, portanto, qualificados para a cidadania), os asiáticos e mexicanos (ao classificá-los como não brancos e, portanto, não qualificados para a cidadania). Esse regime teve o apoio de uma segunda Ku Klux Klan, que surgiu em 1915; na década de 1920, seus 5 milhões de membros atacavam judeus e católicos com a mesma veemência com a qual perseguiram negros e imigrantes. Na Convenção Nacional Democrata de 1924, em Nova York, milhares de membros da KKK marcharam pelas ruas da cidade, e o partido estava tão desorganizado e confuso — e tão dividido nas questões relativas à raça — que a convenção quebrou recordes, indicando o medíocre John W. Davis com 103 votos.¹³²

Embalado em uma mistura explosiva de nativismo e eugenia, o cientista político Lothrop Stoddard reescreveu a história americana como se fosse a história dos brancos. Em 1903, Du Bois escreveu que “o problema do século XX é o problema das

linhagens de cor”.¹³³ Intelectuais negros, principalmente escritores e artistas que faziam parte da Renascença do Harlem, rebateram a nostalgia do Renascimento Colonial lançando um olhar renovado e crítico sobre o passado negro da nação. Estava na hora de “se acostumar a encarar os fatos de maneira realista”, escreveu Alain Locke em *O novo negro* (1925), uma coletânea de textos que incluía um ensaio chamado “O negro escavando o seu passado”.¹³⁴ Stoddard respondeu com um livro chamado *O levante dos povos de cor contra o mundo da supremacia branca*, que culpava as raças mais escuras por todas as desgraças e os sofrimentos da Europa. Em defesa da Lei de Imigração, ele alegou que esse mesmo problema social ameaçava destruir os Estados Unidos, e, no final da década, comemorou a vitória das restrições à imigração. Durante um debate com W. E. B. Du Bois em um palco em Chicago, disse ainda que “nós sabemos que nossa América é uma América Branca (...) E o peso esmagador, tanto das evidências históricas quanto científicas, prova que somente enquanto o povo americano permanecer branco, suas instituições, ideais e cultura continuarão a se adequar ao temperamento de seus habitantes — e, portanto, persistirão”.

“Seu país?”, Du Bois costumava perguntar. “Desde quando ele é seu?” E, em seguida, provocava: “Será que a América teria se tornado a América sem a sua população negra?”¹³⁵

Stoddard não tinha, realmente, uma resposta para perguntas como essas. Nas décadas de 1930 e 1940, ele aplaudiu Hitler. Morreu esquecido e em desgraça, mas o debate que teve com Du Bois sobre as origens da nação nunca chegou ao fim.

IV.

CONSIDERAMOS ESSAS VERDADES como autoevidentes. Em 1926, um século e meio após o nascimento do país, todas as palavras do documento de sua fundação já haviam sido questionadas. Quem somos nós? O que é verdade? O que vale como evidência?

A política americana havia se fragmentado graças a discordâncias sobre questões prosaicas e básicas. No cerne dessas discordâncias estavam interpretações antagônicas da Constituição, baseadas em entendimentos diferentes de sua natureza, uma extensão do debate sobre a verdade literal da bíblia. Entretanto, os americanos também expressaram suas diferenças políticas em debates sobre ciência e história que foram moldados pelo novo campo das relações públicas.

Ivy Lee, um dos pioneiros do ramo, chamava-o de propaganda, que definia como “um esforço para divulgar ideias”. Lee, nascido na Geórgia em 1877, filho de um ministro metodista, trabalhava como repórter de um jornal antes de começar a representar os interesses das companhias ferroviárias, na tentativa de lhes conseguir mais espaço na imprensa. Entre seus primeiros clientes estava John D. Rockefeller, que tentava se recuperar dos estragos à sua reputação atribuídos às reportagens investigativas de Ida Tarbell sobre a Standard Oil; e a Bethlehem Steel, com sua imagem avariada pelas greves desencadeadas por Taylor. Carl Sandburg chamava Lee de um “mentiroso remunerado”; Upton Sinclair o chamava de “Hera Venenosa” (“*Poison Ivy*”). Em uma palestra para professores de jornalismo na década de 1920, Lee afirmou que os fatos não existem ou, pelo menos, não podem ser relatados: “O esforço para relatar um fato absoluto é simplesmente uma tentativa de alcançar algo que é humanamente impossível; o máximo que eu posso fazer é lhes dar a *minha interpretação dos fatos*.”¹³⁶

Jornalistas, em especial repórteres que haviam servido na guerra, costumavam discordar disso. Em 1923, quando dois jovens veteranos do exército, Henry Luce e Briton Hadden, decidiram fundar uma revista, queriam batizá-la de *Facts*. Por fim, decidiram chamá-la de *Time*, a partir do conceito de que, na era da eficiência, a revista pouparia tempo aos seus leitores. O objetivo da *Time* era oferecer aos seus ocupados leitores — em especial, os homens de negócios — um apanhado de notícias da semana que poderia ser lido em uma hora. Cada edição traria

cem artigos, todos com menos de quatrocentas palavras, contendo simplesmente os fatos, selecionados, a princípio, recortando-se frases encontradas nos jornais dos últimos sete dias e colando-as em páginas. Usando um sistema tayloriano de administração de tarefas, Luce e Hadden separavam as notícias por categorias, algo que não havia sido feito até então. Apesar de sua velocidade, brevidade e simplicidade, a *Time* alegava ser livre de erros, um registro de eventos “fielmente recontados”, o que não era a mesma coisa que preconizar objetividade. “Mostre-me um homem que pensa ser objetivo e eu lhe mostrarei um homem que está se iludindo”, disse Luce certa vez.¹³⁷ A objetividade era impossível; a subjetividade levava à ocorrência de erros. O melhor que poderia ser feito era checar cada artigo procurando pelos erros nos fatos. A *Time* introduziu a prática da verificação de fatos por um método complexo, fato a fato, como se o conhecimento pudesse ser separado em unidades, como as peças de uma linha de montagem.

Para realizar esse trabalho, eles contrataram jovens mulheres recém-saídas da faculdade. Em visita à redação, um repórter observou que elas eram “responsáveis pela conferência de cada palavra e faziam um ponto sobre cada uma delas para atestar que o haviam feito”. O autor de um dos primeiros manuais para os conferentes da *Time* recomendava:

A conferência.... às vezes é vista como uma ocupação enfadonha e tediosa, porém, tal concepção dessa função é extremamente equivocada. Toda menina inteligente que se dedica a lidar com as questões da conferência pode passar períodos muito agradáveis, recheando sua semana de momentos felizes e ocasiões memoráveis. O ponto mais importante a ser lembrado no processo de conferência é que o autor é seu inimigo natural. Ele está sempre tentando ver até que ponto ele consegue se safar. Lembre-se: quando as pessoas escrevem cartas para reclamar dos erros, é com você que gritarão. Então, proteja-se.

Quando os leitores escreviam suas cartas de reclamação, a *Time* as publicava, bem como também fazia as correções. Seus

editores mantinham uma espécie de lista negra, na qual cada erro era registrado, ao lado de sua correção.¹³⁸

Essa prática atingiria intensidades em níveis febris em sua principal concorrente, cuja redação não ficava muito longe dali, a revista *The New Yorker*, criada para ser o oposto da *Time* em todos os sentidos — exceto pela sua obsessão com os fatos. No outono de 1924, Harold Ross, um antigo repórter de jornal e, assim como Luce e Hadden, veterano da Primeira Guerra Mundial, escreveu um prospecto para a *The New Yorker*, uma revista que não pretendia poupar sequer um segundo para ninguém. Entretanto, assim como Luce e Hadden, Ross repudiava os erros, fraudes e baboseiras em geral, principalmente peças de relações públicas. Ross garantia que a revista “desprezaria disparates”. Após terem cometido um erro gigante, ele anunciou que “ESFORÇOS ESPECIAIS PRECISAM SER FEITOS PARA QUE SE EVITEM OS ERROS NA *THE NEW YORKER*”. Um repórter disse que Ross “se agarrava aos fatos” da mesma forma que “um homem que está se afogando se agarra a uma tábua”. Em dado momento, ele enviou um memorando para um de seus editores: “Adicione a verificação de fatos à sua lista de tarefas.”¹³⁹

Porém, se os jornalistas estavam descobrindo novas ferramentas para renovar o seu compromisso com a precisão em suas reportagens, as empresas estavam usando as ferramentas das relações públicas para garantir que a imprensa ouvisse o seu lado de cada história. Nenhum outro homem desempenhou um papel de maior importância nessa transformação que Edward Bernays, um sobrinho de Sigmund Freud que usou a teoria do inconsciente de seu tio para ajudar as empresas a vender seus produtos aos consumidores americanos. Nascido em Viena, Bernays tinha crescido em Nova York. Quando a guerra começou, ele trabalhou para o escritório de propaganda de guerra de George Creel e viajou com Wilson para a conferência de paz em Paris, onde, como ele gostava de dizer, seus serviços haviam sido inestimáveis. Ao regressar à vida civil, deu início a

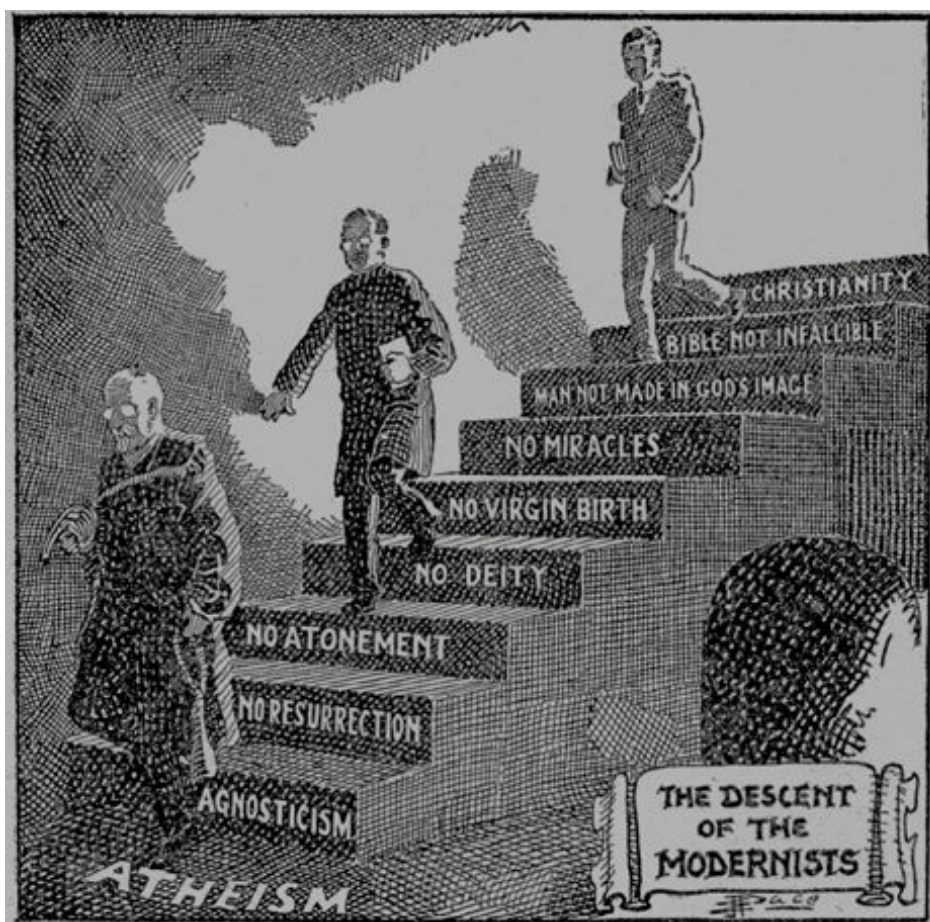
uma carreira nas relações públicas, que ele descrevia como uma “ciência social aplicada”, mas que a revista *The Nation* chamava de “A Suprema Platitude”. Em 1924, Bernays se encontrou com Calvin Coolidge, que havia assumido a presidência em 1923, após a súbita morte de Harding. Bernays acreditava que a imagem do nativo de Vermont, durão e rabugento, passada por Coolidge, poderia ser melhorada com o uso do glamour, de modo que providenciou para que estrelas de Hollywood começassem a visitar a Casa Branca.¹⁴⁰

“A boa propaganda é como um governo invisível, que influencia os hábitos e atitudes da maioria da população americana”, explicou Bernays. “Bem empregada, é uma maneira rápida e eficaz de produzir mudanças sociais proveitosas.” A propaganda utilizada nas campanhas políticas poderia fazer com que as democracias funcionassem com maior eficiência: “Propaganda honesta, aplicada de forma eficiente, poderá poupar milhões na próxima campanha política.”¹⁴¹

Em seu livro de 1928, *Propaganda*, Bernays explicou que também havia sido influenciado pelo livro de Walter Lippmann, *Opinião pública*, tendo interpretado a preocupação de Lippmann com a ingenuidade do público como uma oportunidade para um profissional de relações públicas esperto. Alegava que “a manipulação consciente e inteligente dos hábitos e opiniões organizados das massas é um elemento importante em uma sociedade democrática”. Para Bernays, a propaganda era, para as massas, o mesmo que o inconsciente era para a mente, um “governante invisível” do povo.¹⁴²

A tragédia que isso representava para a democracia de massa nos Estados Unidos se mostrou para o público em cima de um palco no pequeno vilarejo de Dayton, no Tennessee, ao longo de cinco longos dias, no verão de 1925, durante o julgamento de um professor de biologia do Ensino Médio chamado John Scopes, acusado do crime de ensinar a teoria da evolução. William Jennings Bryan, aos 65 anos e com a cabeçorra agora calva, comandou a acusação, tendo capitaneado uma campanha pela

proibição do ensino da teoria da evolução na rede pública do país. Nem todos os fundamentalistas rejeitavam a evolução, entendendo, assim como R. A. Torrey, editor de *Os fundamentos*, que um cristão poderia “acreditar inteiramente na infalibilidade da Bíblia e ainda ser um determinado tipo de evolucionista”.¹⁴³ Mas as opiniões particulares de Bryan sobre essa questão, assim como as de muitos fundamentalistas, haviam recrudescido após a guerra, cujos horrores muitos tentaram compreender ou conciliar, sem sucesso, com a ideia de um Deus de amor.



O cristianismo deveria permanecer cristão? Um panfleto publicado em 1922 ilustrava a jornada de dúvida que conduzia ao ateísmo como uma inevitável derrocada.

Bryan observou que “a teoria da evolução não é a verdade. É simplesmente uma hipótese — são milhões de suposições

reunidas”. No entanto, o que ele realmente condenava era a sua aplicação às sociedades humanas. Em 1921, em um ensaio chamado “A ameaça do darwinismo”, ele explicava o seu apoio a uma grande parte das reformas progressistas cuja intenção era questionar o próprio conceito de que apenas os mais aptos deveriam sobreviver: “Leis sobre a pureza dos alimentos se tornaram necessárias para evitar que os fabricantes envenenassem seus consumidores; leis sobre o trabalho infantil se tornaram necessárias para evitar que os empresários danificassem os corpos, mentes e almas das crianças; leis antitruste se tornaram necessárias para evitar que as grandes corporações sufocassem os pequenos negócios, que ainda estão em uma batalha de vida ou morte com os especuladores e os investidores rurais.” Bryan via na modernidade secular o fim da empatia, da compaixão e da caridade e criticava a frieza da ciência. “Homens que não atravessariam a rua para salvar uma vida viajam pelo mundo inteiro atrás de esqueletos”, disse em um discurso, em 1923, diante da legislatura da Virgínia Ocidental. “A grande necessidade que o mundo de hoje tem é a de retornar a Deus”, escreveu. Com Bryan, o fundamentalismo, que havia começado como uma discussão teológica sobre os fatos e a verdade, tornou-se um movimento populista sobre a fé.¹⁴⁴

Em 1925, depois que o Tennessee se tornou o primeiro estado a proibir o ensino da teoria da evolução, a União Americana pelas Liberdades Civis convenceu Scopes a testar a lei. A ACLU havia sido fundada em 1917 para defender os militantes conscientes, um trabalho que se tornou ainda mais urgente durante a Ameaça Vermelha, a histeria anti-bolchevique que tomou conta dos Estados Unidos nos últimos anos da guerra. “Os direitos tanto das minorias quanto dos indivíduos estão sendo grosseiramente violados em todo o país”, escreveu seu fundador. A ACLU havia estendido para os tempos de paz sua missão em tempos de guerra: proteger os americanos dos ataques às liberdades civis. Seu interesse pela lei do Tennessee, assim como o de Scopes, não tinha relação com religião, mas tudo a

ver com a liberdade de expressão. (Scopes frequentava a igreja e era um admirador de Bryan, que tinha sido o paraninfo em sua formatura no Ensino Médio no Illinois em 1919.) A ACLU tinha a expectativa de que Scopes fosse declarado culpado, que era o que a Associação desejava, pois assim poderia recorrer da lei a um tribunal de uma estância superior.

O plano mudou quando Bryan foi convencido a se juntar à acusação, nomeado como conselheiro do advogado-geral do Tennessee. O envolvimento de Bryan fez com que Clarence Darrow se oferecesse para defender Scopes. Darrow era um grandalhão mal-encarado, tinha os ombros largos e o rosto vincado e gostava de fingir que sua filosofia era simplória, andando por aí em suas calças folgadas, suspensórios e gravata texana. “Tudo em Darrow sugere que ele é um cínico”, disse um repórter. “Tudo, exceto uma coisa, e essa coisa é — a sua completa falta de cinismo.” Em sua longa e justificadamente notória carreira como o advogado de tribunal mais famoso da nação, ele atuou de alguma forma em cerca de 2 mil julgamentos; em mais de um terço deles, não recebeu nenhum pagamento. Mas o julgamento de Scopes foi o único para o qual ele ofereceu seus serviços de graça.¹⁴⁵

Tanto Darrow quanto Bryan tinham crescido em fazendas e se tornado advogados que atuaram em zonas rurais, dedicando sua vida a lutar pelos pobres e oprimidos. Eles lutavam a mesma luta: Bryan no papel de “Grande Cidadão”; e Darrow como “o advogado dos condenados”. Eles falavam a mesma língua. Em 1903, quando Darrow representou o Sindicato dos Mineiros na Pensilvânia durante uma audiência de arbitragem, ele disse à Corte que “quinhentos dólares por ano é um bom preço para que você entregue sua vida, o seu corpo e suas mãos para escavar carvão da terra, tornando outra pessoa rica”.¹⁴⁶ Bryan poderia ter dito essas palavras.

Mas Darrow sabia que, por mais que a campanha de Bryan contra o ensino da teoria da evolução fosse uma campanha contra o darwinismo social e a favor dos oprimidos, ela também

era um ataque à ciência. E Darrow não podia aceitar aquilo, assim como a maioria das pessoas que haviam lutado do mesmo lado na questão trabalhista, como Bryan. Em 1924, Eugene Debs, um apoiador de Bryan de longa data, passou a se referir a Bryan como “esse leviano vomitador de frases vazias, esse fanático religioso, hipócrita e charlatão, esse profeta da idade da pedra”.¹⁴⁷ Darrow concordava. Ele havia crescido lendo Charles Darwin e Frederick Douglass. Seu interesse era na educação. “Eu soube que a educação estava sendo ameaçada pela mesma fonte que sempre atravancou seus progressos — o fanatismo religioso”, disse. Ele considerava Bryan “o ídolo de toda a Imbecilândia”.¹⁴⁸

Dayton tinha apenas duas ruas asfaltadas e um cinema com capacidade para 75 pessoas. O julgamento virou um circo, com o vilarejo invadido por mais de uma centena de jornalistas, dezenas de pregadores e cantores de corais religiosos e, por último, mas não menos importantes, chimpanzés adestrados. “A coisa toda é realmente fantástica”, escreveu H. L. Mencken para o *Baltimore Sun*. “Tenho agora material acumulado para os próximos vinte anos.”¹⁴⁹

Ninguém questionava o fato de Scopes ter violado a lei. A defesa pretendia questionar a razoabilidade da lei em si. Ela começou levando ao tribunal um grupo de biólogos para demonstrar que a evolução era uma ciência. “Este não é o lugar para tentar provar que essa lei jamais deveria ter sido aprovada”, disse Bryan. “O lugar para se provar, ou para se demonstrar isso, era a Assembleia Legislativa.” Mas Bryan, tanto quanto Darrow, ou até mais que ele, queria botar a evolução em julgamento. O juiz tomou o lado de Bryan e se recusou a permitir que o testemunho dos biólogos fosse ouvido pelo júri. No dia seguinte, estava tão quente dentro da sala de audiência que o juiz transferiu a Corte para o gramado em frente ao tribunal. A defesa, então, chamou ninguém menos que o próprio Bryan para ocupar o banco das testemunhas, no papel de especialista na Bíblia.

“Você estudou a Bíblia de maneira considerável, não é mesmo, Sr. Bryan?”, perguntou Darrow.

“Sim, senhor, eu me esforcei.”

Porém, Bryan não era um teólogo. Durante duas longas horas, Darrow o fatiou e picou, como uma peça de presunto. A Terra realmente foi feita em seis dias? Jonas realmente foi engolido por uma baleia? Se Eva foi feita a partir da costela de Adão, de onde saiu a mulher de Caim? Desorientado, Bryan gaguejava. Darrow o pressionava. Bryan começou a suar e a não falar nada com nada.

“O único objetivo do Sr. Darrow é insultar a Bíblia”, reclamou Bryan.

“Eu rejeito essa acusação”, disse Darrow. “Estou apenas questionando suas ideias ridículas, nas quais nenhum cristão inteligente em toda a face da Terra acredita.”¹⁵⁰

O juiz mandou que o testemunho de Bryan fosse removido dos registros, o júri declarou Scopes culpado, e, cinco dias depois, Bryan morreu em seu sono, durante um cochilo, enquanto sua esposa lia um jornal no pátio em frente à sua janela. O Menino das Planícies, o Grande Cidadão, que tinha concorrido três vezes à presidência, havia tombado, de acordo com as agências de notícias, “vítima de sua última grande batalha”.¹⁵¹

O fundamentalismo não morreu quando Bryan afundou a cabeça em seu travesseiro. Ele resistiu, e a ameaça que representava aos princípios que fundaram o país e, principalmente, à natureza da verdade, continuaria muito presente até o século XXI. Darrow não estava entre aqueles que acreditavam que o julgamento de Scopes, seguido rapidamente pela morte de Bryan, havia colocado um ponto final no livro do fundamentalismo. “Fiquei triste ao saber da morte de Bryan”, disse Darrow, sobriamente. “Eu o conhecia desde 1896 e apoiei duas vezes sua candidatura à presidência.” Mas a ideia de que a modernidade havia matado William Jennings Bryan ganhou força, e, em questão de semanas após sua morte, os repórteres das grandes cidades, acima de tudo H. L. Mencken, voltaram a

satirizar Bryan e seus seguidores, chamando-os de caipiras burros — muito embora, em privado, Mencken tenha confessado que as pessoas que encontrou na sala do tribunal em Dayton o deixaram apavorado, pois o fanatismo e a fúria delas lhe deram calafrios. Ele disse a um amigo: “Eu cheguei rindo e saí tremendo.”¹⁵²

Walter Lippmann não tremeu nem satirizou. Em vez disso, parou para refletir sobre as consequências dos argumentos que Bryan havia apresentado em Dayton em prol da liberdade de religião, da liberdade acadêmica, e da separação da igreja e do Estado. Para Lippmann, a batalha entre Bryan e Darrow não era sobre a teoria da evolução, mas sobre como as pessoas decidem o que é verdade — a verdade deriva da fé ou da razão? — e, mais profundamente, sobre o que acontece em uma democracia quando as pessoas não conseguem concordar sobre a maneira como elas decidem o que é verdade. É realmente a maioria quem está no comando?

Lippmann rastreou as origens da questão até Thomas Jefferson. No Projeto de Lei para o Estatuto da Liberdade Religiosa na Virgínia, de 1786, Jefferson havia estabelecido o princípio de que “compelir um homem a fornecer contribuições em dinheiro para a propagação de opiniões nas quais ele não acredita e abomina é pecaminoso e tirânico”. Na Lei de Proibição do Ensino da Teoria da Evolução no Tennessee, de 1925, a legislatura estadual proibiu “o ensino da teoria da evolução em todas as universidades, escolas normais e públicas do Tennessee que são financiadas, em parte ou no todo, pelo fundo educacional público do Estado”.

Fazendo alusão ao princípio estipulado por Jefferson, Bryan perguntou: “Que direito tem uma oligarquizinha irresponsável, formada por supostos intelectuais, de exigir o controle das escolas dos Estados Unidos, nas quais 25 milhões de crianças estão sendo ensinadas ao custo anual de 10 bilhões de dólares?” Sua demanda por controle não violava apenas o estatuto do Tennessee, mas também a própria liberdade religiosa?

Darrow tinha resolvido aquela questão em sua própria cabeça. “Eu não gosto de sopa de cebola, mas você pode se servir dela à vontade”, ele gostava de dizer. “Eu não vou te obrigar a compartilhar do meu preconceito.”¹⁵³ Darrow gostava de recorrer aos adágios. Porém, Lippmann acreditava haver uma falha naquele raciocínio, porque não era uma questão de uma pessoa gostar de sopa de cebola; era uma questão de a maioria dos eleitores gostarem de sopa de cebola e terem votado para banir dos restaurantes todas as outras sopas, exceto a de cebola, com o apoio do governo. Isso sem mencionar que nem uma religião revelada e nem um compromisso com a razão eram sopas de cebola: elas eram epistemologias.

Lippmann levou o argumento de Bryan a sério. Ele escreveu que “Jefferson defendia que as pessoas não deveriam pagar pelo ensino do anglicanismo” e que “o Sr. Bryan questionou porque elas deveriam ser obrigadas a pagar pelo ensino do agnosticismo”.¹⁵⁴

Quais eram as implicações disso para a democracia? Se a maioria dos eleitores havia decidido que Charles Darwin estava errado e que a teoria da evolução não deveria ser ensinada nas escolas, o que os demais poderiam fazer? Se a evolução era uma teoria consistente e plausível a respeito de como as mudanças na natureza acontecem, como a minoria das pessoas que consideravam a teoria convincente poderia sequer começar a debater com a maioria, que, dentro de uma geração, seria formada por pessoas a quem havia sido ensinada uma outra coisa?

Lippmann decidiu lidar com esse problema imaginando um diálogo no qual Jefferson e Bryan se revezam para expor o seu caso a Sócrates, Jefferson defendendo a razão; Bryan, a religião, mas ambos expressando sua predileção por um governo popular. Cada um deles apresentaria o seu caso, e os dois concordavam em acatar a decisão final de Sócrates.

JEFFERSON: E o que você conclui disso tudo?

SÓCRATES: Que as pessoas comuns odeiam a razão, e que a razão é a religião de uma elite, dos grandes homens, como você.

BRYAN: A razão é uma religião? Como assim?

SÓCRATES: Para as pessoas comuns, sempre foi claro que a razão é uma religião. É por isso que elas a detestam com tanta veemência.¹⁵⁵

Lippmann concluiu que se as pessoas comuns odeiam a razão, não haveria como um governo popular proteger a liberdade de pensamento. Uma pessoa de fé não seria capaz de aceitar a razão como mediadora da verdade sem abandonar sua fé; uma pessoa racional não seria capaz de aceitar uma verdade que se origina fora dos domínios da razão. Como os cidadãos são incapazes de concordar nas questões mais básicas sobre o fato, elas não seriam capazes de concordar sobre a maneira como educar seus filhos juntos. “Essa é uma oportunidade para um propagandista” escreveu.¹⁵⁶ Com dinheiro suficiente e utilizando as ferramentas de comunicação de massa de forma eficiente, o propagandista poderia transformar uma maioria política em uma verdade.

Lippmann acabou encurralado por suas próprias reflexões. Ele havia chegado a um problema que a Constituição não havia antecipado, um problema que sugeria que, sob essas circunstâncias, as pessoas não seriam capazes de governar a si mesmas com o uso da razão e da escolha, como sonhava Alexander Hamilton, mas sim pelo acaso e pela força. Sua mente ficou tomada de horror. A eficiência não poderia resolver aquele problema; a eficiência era parte do problema. Tinha de haver uma solução.

Certa vez, Clarence Darrow declarou para um corpo de jurados, inclinando seu corpanzil na direção da bancada: “Cavalheiros, o mundo é um lugar sombrio, mas não é um lugar sem esperança.”¹⁵⁷ Com isso, restava uma pergunta: onde ficava a esperança?

Onze

UMA CONSTITUIÇÃO DO AR



Uma família em Hood River, no Oregon, reunida em torno do rádio, em 1925. (Arquivos Nacionais.)

“TODO O NOSSO SISTEMA ECONÔMICO QUEBRARIA EM UM DIA SE não houvesse um alto senso de responsabilidade moral no mundo dos negócios”, disse Herbert Hoover, com sua cara de buldogue, durante a campanha presidencial de 1928, aos 53 anos. Hoover havia conquistado a reputação de salvador junto com o apelido de “Mestre das Emergências”, que também era o título do filme de sua campanha, um relato sobre o seu trabalho beneficente na Europa durante a guerra e no Mississippi durante a enchente de 1927, que trazia imagens tão comoventes — crianças magras e cinzentas sendo alimentadas depois de muito tempo — que fazia as plateias se debulharem em lágrimas. Um dos americanos mais talentosos e devotados a ocupar a Casa Branca, Hoover acreditava que a filosofia do progresso moral que

impulsionara tanto a política americana quanto os protestos desde a fundação do país tinha encontrado sua melhor representação nos líderes empresariais americanos, civis que, segundo suas crenças, tinham um compromisso com os interesses públicos tão inabalável quanto o seu.¹ Nada ilustrava melhor o seu conceito de uma parceria entre o governo e o empresariado que o rádio, uma tecnologia experimental na qual Hoover, um habilidoso engenheiro, investiu as esperanças da democracia americana.

Como secretário de comércio e subsecretário de tudo, Hoover organizou uma série de conferências anuais sobre o rádio na Casa Branca entre 1922 e 1925 que reunia agências governamentais, organizações jornalísticas e representantes das indústrias, inclusive a incipiente Radio Corporation of America (RCA). Na época existiam 220 estações de rádio nos Estados Unidos, e 2,5 milhões de aparelhos receptores. As linhas de telégrafo e telefone haviam conectado toda a República por quilômetros de cabos, como fios de luzes de Natal; o rádio, que se propagava em ondas pelo ar, poderia chegar a qualquer lugar. Mesmo assim, os primeiros aparelhos de rádio funcionavam como o telégrafo e o telefone, e eram utilizados para comunicações de ponto a ponto, em geral entre navio e terra. Hoover entendia que o futuro do rádio estava na “transmissão” (o uso da palavra foi cunhado em 1921), disseminando uma mensagem entre receptores localizados a grandes distâncias, como se estivesse espalhando um grande número de sementes por um campo. Estava certo ao prever que o rádio, o grande experimento mecânico da nação, promoveria uma transformação radical na natureza das comunicações políticas: ele permitiria que os políticos, tanto candidatos quanto empossados, falassem com seus eleitores sem os incômodos e os custos de uma viagem, e também transformaria o ato de governar em uma questão de foro íntimo. A NBC começou suas transmissões por rádio em 1926; a CBS, em 1928. No final da década, praticamente toda residência possuía um aparelho de rádio —

frequentemente caseiro. Hoover prometeu que a radiodifusão faria dos americanos “literalmente um povo”.²

Ele se recusou a deixar aquilo à mercê do acaso ou do espírito público dos homens de negócios. O caos das primeiras transmissões convenceram-no de que o governo tinha de regular o setor, emitindo licenças para o uso das frequências e encorajando os locutores a atender aos interesses públicos. Ele afirmou que “o éter é um meio público, e seu uso deve estar a serviço do benefício público”.³ Ele fez pressão pela aprovação da Lei Federal do Rádio, às vezes chamada de Constituição do Ar. Aprovada em 1927, ela acabaria se provando uma das mais importantes leis da reforma progressista.

Sob os termos da Lei do Rádio, a Comissão Federal de Rádio (que mais tarde se tornaria a Comissão Federal de Comunicações) adotou uma política de igualdade de tempo, e os debates entre os candidatos políticos tornaram-se uma das atrações mais populares dos primórdios da radiodifusão. Mais tarde, Hoover acabaria preocupado com o mundo que o rádio havia produzido. “O rádio se presta à propaganda com muito mais facilidade que a imprensa”, comentaria ele em suas memórias. Mas sua utopia tecnológica do passado era compartilhada por muitos: o rádio não seria, afinal, a resposta às dúvidas sobre a democracia de massa expressas por gente como Walter Lippmann? “Em 1929, o presidente da RCA, James G. Harbord, escreveu que ‘se o futuro de nossa democracia depende da inteligência e da cooperação entre os seus cidadãos, o rádio pode contribuir para o seu sucesso mais do que qualquer outra fonte de influência’.”⁴

No final da década de 1920, o otimismo da nação parecia não ter limites, e isso ia além do rádio. “Nós, aqui nos Estados Unidos, estamos, hoje, mais próximos do triunfo final sobre a pobreza do que qualquer outro país jamais esteve”, disse Hoover no verão de 1928, aceitando a indicação dos republicanos. “Em breve, com a ajuda de Deus, enxergaremos no horizonte o dia em que a pobreza será banida deste planeta.” O crescimento

econômico americano parecia não ter fim. Em 1928, o *Wall Street Journal* noticiou que “tudo indica que os negócios continuam progredindo, com a produção atingindo uma nova alta recorde”. “E parece que não há nada no horizonte capaz de interromper essa tendência de alta.” Os preços das ações continuavam subindo, em uma época em que os papéis não eram mais vendidos apenas para os ricos. “Todos deveriam ser ricos”, declarou um investidor em um artigo de revista no qual sugeria que os americanos que não possuíam uma poupança deveriam comprar ações, pagando em prestações. Em 1929, 25% dos lares americanos possuíam ações, em comparação a menos de 1% na geração anterior. Em novembro de 1928, quando Hoover foi eleito presidente, o mercado de ações gozava de uma alta recorde, fechando, em média, com valores três vezes mais altos que em 1918, e duas vezes mais altos que em 1924.⁵

Hoover foi para sua cerimônia de posse, em uma segunda-feira chuvosa de março, em um carro motorizado da Pierce-Arrow tão suntuoso quanto sua cartola. Seu governo parecia coroar o triunfo final da campanha pela eficiência e prosperidade, uma democracia de massa organizada por um empresariado com espírito público e por gestores eficazes. “Pela primeira vez, a mente técnica moderna estava no comando do governo”, escreveu a repórter pioneira do *New York Times* Anne O’Hare McCormick. “Com praticamente esse mesmo espírito de dar uma chance à genialidade, estamos esperando que sua performance comece.” Porém, em particular, Hoover temia que o povo americano o visse como “uma espécie de super-homem”.⁶

Ele saía para trabalhar com sua costumeira vigorosidade de homem de negócios. Mandou instalar um telefone em sua escrivaninha no Salão Oval. Agendava seus compromissos em intervalos de oito minutos. Começou a reorganizar o governo federal. “De volta ao garimpo”, dizia, após um intervalo de 15 minutos para o almoço. Preocupava-se com a subida descontrolada do mercado de ações, mas logo percebeu ser incapaz de conter sua disparada. A Média Industrial Dow Jones

tinha saltado para 240 em 1928; no verão de 1929, havia ultrapassado a marca de 380.⁷

Em 21 de outubro de 1929, Hoover e outros 500 distintos convidados, incluindo os donos da maioria das empresas mais poderosas dos Estados Unidos, reuniram-se no Henry Ford's Edison Institute, em Dearborn, no Michigan, para celebrar o quinquagésimo aniversário da invenção do bulbo incandescente. O Jubileu de Ouro da Lâmpada foi uma criação de Edward Bernays, cuja campanha publicitária para promover o evento incluiu o envio de lâmpadas incandescentes para os editores de todos os jornais do país. Na noite do evento, companhias elétricas em todo o país desligaram sua energia por um minuto, em homenagem a Thomas Edison. Aos 82 anos, Edison recriou o momento em que acendeu uma lâmpada pela primeira vez, enquanto um locutor da NBC narrava, quase sem fôlego: "O Sr. Edison segura os dois fios em sua mão. Agora ele estica o braço em direção à lâmpada; agora ele está fazendo o contato. Acendeu!"⁸

Naquela noite, o rádio trouxe a notícia de que as ações na Bolsa de Valores de Nova York tinham começado a cair. Foi como se uma lâmpada, sobrecarregada pelo excesso de eletricidade, tivesse se estilhaçado.

I.

AS TREVAS JÁ haviam caído sobre a Europa, que estava em plena depressão em 1928, uma consequência dos acordos políticos que puseram fim à Primeira Guerra Mundial. Antes do outono de 1929, os Estados Unidos pareciam estar muito longe dessa sombra, mas então, em três semanas, o índice Dow Jones despencou de 326 para 198. As ações perderam quase 40% do seu valor. Em um primeiro momento, o mercado reagiu; em março de 1930, as ações negociadas na Dow Jones tinham recuperado quase 75% do valor perdido. Mesmo assim, a economia oscilou loucamente até desmoronar, uma depressão se

instaurou e, no final da primavera, os preços das ações tinham voltado a despencar.⁹



Dorothea Lange fotografou agricultores em busca de auxílio do governo no Imperial Valley, na Califórnia, em 1936. (Dorothea Lange, Cortesia do Harvard Art Museums / Fogg Museum, transferida do Carpenter Center for the Visual Arts, Sedgewick Memorial Collection.)

Hoover, o mestre das emergências, conduziu o país em meio à quebra da bolsa, mas, quando a Depressão começou, fez muito pouco além de esperar pela recuperação enquanto tentava acalmar uma população em pânico. Ele acreditava na caridade, mas não em auxílio governamental, alegando que, se os Estados Unidos fornecessem ajuda, a nação “mergulharia no socialismo e no coletivismo”.¹⁰

Quando finalmente agiu, foi para cortar os laços dos Estados Unidos com a Europa: Hoover ergueu a última ponte financeira do país quando convenceu o Congresso a aprovar um novo e punitivo projeto de lei comercial, a Lei Tarifária de 1930. Em

retaliação, outras nações logo aprovaram suas próprias legislações comerciais restritivas. Também ergueram suas pontes. O comércio mundial encolheu 25%. As importações americanas despencaram. Em 1929, os Estados Unidos importaram 4,4 bilhões de dólares em produtos; em 1930, as importações recuaram para 3,1 bilhões. Em seguida, as exportações americanas também diminuíram. Para proteger os plantadores de trigo americanos, a tarifa sobre grãos importados sofreu um aumento de quase 50%, mas, em 1931, os agricultores americanos só conseguiram negociar cerca de 10% de suas colheitas. Os credores tomaram as fazendas e revenderam-nas em leilões. Devedores de outros países, impedidos de vender seus produtos nos Estados Unidos, não conseguiram pagar suas dívidas com os credores americanos.

Entre 1929 e 1932, um em cada cinco bancos americanos faliu. A taxa de desemprego subiu de 9% em 1930 para 16% em 1931 e para 23% em 1932, quando cerca de 12 milhões de americanos — número equivalente a toda a população do estado de Nova York — estavam sem emprego. Em 1932, a renda nacional, que era de 87,4 bilhões de dólares em 1929, caiu para 41,7 bilhões. Em muitos lares, a renda familiar chegou a zero. Um em cada quatro americanos sofreu com a falta de comida.¹¹

Fábricas fecharam; fazendas foram abandonadas. Até mesmo o clima conspirou contra os americanos: uma seca assolou as planícies, semeando o desespero e colhendo a morte. O solo se transformou em poeira e foi varrido pelo vento. Escolas fecharam suas portas, crianças começaram a ficar cada vez mais magras, e bebês morriam nos berços. Famílias do campo, que haviam perdido suas terras para as dívidas e para a seca, começaram a peregrinar para o oeste, levando tudo que conseguiam carregar em calhambeques empoeirados. O experimento democrático que havia começado na independência americana parecia prestes a fracassar.

Apresentando uma série de matérias sobre o futuro do autogoverno, a *New Republic* afirmou que “em nenhuma outra

época desde o surgimento da democracia política nossos princípios estiveram tão seriamente ameaçados como hoje”. Democracias estavam desmoronando sob a pressão das massas por todo o mundo. Os impérios Russo, Otomano e Austríaco se desintegraram, produzindo, em 1918, mais de uma dúzia de novos estados, muitos dos quais, como Lituânia, Hungria, Bulgária e Polônia, tentaram seguir um regime democrático que, no entanto, não perdurou. As perspectivas eram sombrias e pioravam a cada ano, à medida que uma nação europeia atrás da outra se voltava para o fascismo ou para alguma outra forma de autoritarismo.¹²

O longo movimento do século XIX na direção de um governo constitucional, do estado de direito, das assembleias representativas e da abdicação das ditaduras — a aplicação, na vida moderna, das ideias do século XVIII sobre razão e debate, investigação e igualdade — fora interrompido, e um movimento no sentido oposto começava a se desenhar. Não passava uma semana sem que algum comentarista instruído declarasse que o experimento havia fracassado. “Epitáfios para a democracia estão na moda hoje em dia”, comentou o acadêmico de direito Felix Frankfurter, em 1930. “Em 1931, homens e mulheres em todo o mundo estavam contemplando seriamente e discutindo abertamente a possibilidade de o sistema da sociedade ocidental ter se quebrado e parado de funcionar”, observou o historiador britânico Arnold J. Toynbee naquele 1931 fatídico. Em 1932, o teórico político Harold Laski escreveu que “a democracia representativa parece ter acabado em um *cul-de-sac*”.¹³

O último acordo de paz havia criado as condições para a próxima guerra. A necessidade gerou o medo, e o medo gerou a fúria. Em 1930, mais de três milhões de alemães estavam desempregados e o número de membros do Partido Nazista havia dobrado. Adolf Hitler, tão cruel quanto desprezível, chegou ao poder em 1933, remilitarizou a Renânia em 1936 e a Polônia, em 1939. Os sinos da história dobraram, anunciando a tragédia que estava por vir. O Japão, cuja expansão havia sido proibida

pela Liga das Nações, invadiu a Manchúria em 1931 e Xangai, em 1937. O ditador da Itália, Benito Mussolini, *Il Duce*, ávido por glórias, triunfos e troféus de guerra, invadiu a Etiópia em 1935. Os tiranos governavam aterrorizando suas populações com mentiras, orientados pelo Ministério da Propaganda do Reich. Mussolini previu: “O estado liberal está fadado a perecer.”¹⁴

Muita coisa parecia depender do destino dos Estados Unidos e da sua busca por um novo caminho, um terceiro caminho entre o capitalismo de *laissez-faire* e uma economia administrada pelo Estado. Durante uma palestra em Berkeley em 1933, Walter Lippmann afirmou que “coube a nós viver em uma dessas conjunturas de questões humanas que marcam uma crise nos hábitos, nos costumes, na rotina, nos métodos herdados e nas ideias tradicionais da humanidade”. Disse ainda que “as antigas relações entre as grandes massas de povos da Terra desapareceram”. “Os pontos fixos que nossos antepassados utilizavam para guiar o navio do Estado sumiram.”¹⁵

Será que o navio do Estado estaria à deriva no meio do oceano? “Ainda somos, todos nós, de certa forma, homens primitivos — como ilustram os linchamentos, de forma dramática; e o fascismo, de forma sistemática”, escreveu, amargurado, o historiador Charles Beard, em 1934. As grandes massas de povos haviam reivindicado seu direito de governar, mas seu governo acabou se revelando temerário, facilmente suscetível a manipulações da propaganda. “A cultura liberal moderna é tremendamente incapaz de oferecer orientação e direcionamento para uma geração confusa, que está deparando com a desintegração de um sistema social e a tarefa de construir um sistema novo em seu lugar”, escreveu o teólogo Reinhold Niebuhr naquele ano, no livro apropriadamente intitulado *Reflexões sobre o fim de uma era*.¹⁶

Um conjunto de arranjos políticos havia se esgotado; restava saber qual outro conjunto tomaria o seu lugar. Depois da quebra da bolsa de valores, os eleitores rejeitaram tanto a liderança de Hoover quanto a de seu partido. Nas eleições de meio de

mandato de 1930, os republicanos perderam 52 assentos no parlamento. Assessores aconselharam Hoover a se dirigir à nação semanalmente, em transmissões de rádio de dez minutos, para oferecer uma palavra de conforto, consolo e orientação; ele se recusou.

Poucas vozes eram menos adequadas para aquela nova mídia. Durante seu mandato, Hoover falou 95 vezes no rádio. Porém, nas raríssimas vezes em que fez algo além de dar uma mera saudação contida, leu alguma coisa previamente escrita em um tenebroso tom monótono. “Ninguém com um mínimo de empatia pelo ser humano é capaz de contemplar, impassível, as angústias que poderão arrasar muitos de nossos compatriotas americanos caso os decepcionemos”, disse certa vez, lendo um discurso muito bem escrito, até mesmo tocante, mas soando como um exausto diretor de uma escola de ensino fundamental anunciando, sem entusiasmo, os nomes dos alunos que estão se formando em cima de um palco, em um auditório cinza esverdeado.¹⁷

Franklin Delano Roosevelt não se abalava com esse tipo de coisa. Ele usava um chapéu de aba larga e óculos redondos sem hastes. Sua figura excêntrica e um tanto quanto afetada lhe garantiu o apelido de “Feather Duster Roosevelt” (“Espanador Roosevelt”). No entanto, embora tivesse um ar aristocrata, ele falava no rádio com uma intimidade descontraída e um charme natural, dando a impressão de ser uma pessoa culta, paciente, amigável e com firmeza de propósito. Ele falava, como gostava de dizer, com a “singeleza do senso comum e da cordialidade”.¹⁸ Hoover, um homem de origens humildes, que havia dedicado sua vida ao serviço público, passaria a ser visto como alguém que voltou as costas para o sofrimento dos americanos mais pobres. Já Roosevelt, que tinha sido criado como um aristocrata, seria lembrado como o defensor deles.

Nascido em Hyde Park, em 1882, Roosevelt, quando jovem, admirava muito seu primo distante que caçava leões, Theodore Roosevelt, chegando até mesmo a imitá-lo. “Encantado!”, dizia

ele, e também “Formidável!”. Foi eleito para o senado estadual em 1910, aos 28 anos, como representante dos democratas. Três anos depois, Wilson o indicou para o cargo de secretário-assistente da marinha. Em 1920, chegou à posição de candidato a vice-presidente, mas no ano seguinte sua carreira política parecia ter chegado ao fim, quando, aos 39 anos, contraiu poliomielite e perdeu o controle das duas pernas. Preso a uma cadeira de rodas em sua vida privada, ele escondeu sua condição do público utilizando órteses nas pernas e uma bengala, locomovendo-se em meio a dores terríveis. Segundo Eleanor, sua esposa, foi sua paralisia que o ensinou “o verdadeiro significado do sofrimento”.¹⁹

Seu convívio com a agonia modificou sua voz: ela ficou mais afetuosa. Hoover entendia a importância do rádio; Roosevelt sabia como usá-lo. Em 1928, enquanto fazia um discurso de indicação na Convenção Nacional dos Democratas, a primeira a ser transmitida pelo rádio, Roosevelt sentiu — e soou como se estivesse ciente disso — que não estava falando apenas para a plateia do Madison Square Garden, mas para os americanos em todo o país. Mais tarde, quando foi governador de Nova York, ele aperfeiçoaria suas habilidades de radialista apresentando, com regularidade, seus “informes à população” na WOKO, em Albany. Os jornais do estado eram predominantemente republicanos; para driblá-los, Roosevelt fazia um pronunciamento mensal no rádio, falando diretamente com seus eleitores.

Discursando em 1932, Roosevelt defendeu sua candidatura aos democratas, em nome de um novo tipo de liberalismo que se inspirava tanto no populismo de Bryan quanto no progressismo de Wilson. “A história dos últimos cinquenta anos é... em larga medida, a história de um grupo de titãs financeiros”, declarou durante um comício em São Francisco. Porém, “o dia do grande patrocinador e dos titãs financeiros, aos quais tudo era permitido, se ao menos construíssem ou desenvolvessem, chegou ao fim”.²⁰



Franklin Delano Roosevelt driblou a imprensa usando o rádio para falar diretamente com o povo. (Biblioteca do Congresso, Divisão de Imprensa e Fotografias, foto por Harris & Ewing.)

Ao ouvir no rádio, na mansão do governador, em Albany, que havia sido indicado pela Convenção Nacional dos Democratas em Chicago, Roosevelt ligou para lá e disse que estava a caminho. Enquanto os delegados — junto com ansiosos ouvintes do rádio — o esperavam, Roosevelt voou até Chicago, com seu avião posando em Cleveland para reabastecer. Nenhum indicado para a corrida presidencial jamais havia aparecido para aceitar pessoalmente a indicação, mas, como disse Roosevelt, aqueles eram tempos estranhos, e eles clamavam por mudanças: “Que, de agora em diante, a missão de nosso partido seja romper com tradições absurdas.” Em seu entusiasmado discurso de aceitação, transmitido ao vivo pelo rádio, ele prometeu um “novo acordo” (New Deal) aos americanos.

“Eu prometo a vocês, e prometo a mim mesmo, estabelecer um novo acordo para o povo americano”, disse ele à ruidosa

plateia, que agitava seus chapéus de palha no Chicago Stadium. “Que todos nós, aqui, reunidos, nos tornemos os profetas de uma nova ordem de competência e coragem. Isso é mais do que uma campanha política; é uma convocação para a luta. Ajudem-me, não apenas para que eu vença na votação, mas para que vença nessa cruzada para devolver os Estados Unidos ao seu povo.”²¹

Os republicanos costumavam dizer, assim como diziam sobre William Jennings Bryan, que, ao ouvir o discurso de Roosevelt, eles se viam concordando mesmo quando não concordavam com ele. “Tudo que esse homem tem de fazer é falar no rádio, e o som de sua voz, sua sinceridade, e a maneira como ele fala me derretem por completo”, disse um deles. Hoover comparava Roosevelt a Bryan não apenas pelo seu estilo, mas também pelo seu conteúdo, e descrevia o New Deal como nada além de um “bryanismo com outras palavras e outros métodos”. Isso não era exatamente verdade do ponto de vista político e eleitoral, mas havia semelhanças inegáveis. Roosevelt gostava de dizer que o New Deal “é tão antigo quanto a ética cristã, uma vez que ela é a mesma nos dois casos”, por “reconhecer que o homem é, de fato, o guardião de seus irmãos, reiterar que o trabalhador merece uma remuneração e exigir que a justiça seja feita, tanto para os poderosos quanto para os humildes”.²²

Apesar disso, muita coisa foi novidade na presidência de Roosevelt, a começar pela sua campanha. Os discursos de campanha que ele fez em palcos espalhados por todo o país foram os primeiros a ser registrados em película e exibidos em salas de cinema, no formato de cinejornal. Após aceitar a indicação, ele começou a fazer, diretamente da mansão do governador, pronunciamentos nacionais no rádio, um mais persuasivo que o outro.

Roosevelt disse aos ouvintes que pretendia, “durante essa campanha, utilizar o rádio com frequência, para falar com vocês sobre assuntos importantes que dizem respeito a todos nós (...) Quero que vocês me ouçam esta noite enquanto falo diretamente de minha casa, longe de toda a agitação da campanha, na

presença de apenas alguns membros de minha família e uns poucos amigos íntimos.” A maioria dos americanos só tinha ouvido os postulantes a algum cargo político gritando, tentando projetar suas vozes por todo um salão de jantar ou em um campo de futebol. Ouvir Roosevelt falando baixo e com calma, como se estivesse sentado na outra ponta da mesa da cozinha, tendo uma conversa inteligente com uma pessoa, fez com que os americanos desenvolvessem por ele uma afetuosa devoção. “Aquilo era um talento divino”, disse sua esposa. Ele “conseguia falar com as pessoas de tal maneira que elas sentiam que ele estava falando com cada uma delas, individualmente”.²³

Em novembro, Roosevelt aniquilou Hoover, derrotando-o por 472 a 59 no Colégio Eleitoral e vencendo em 42 dos 48 estados. A explicação mais óbvia era o fato de o público culpar Hoover pela Depressão. Mas havia outros motivos. A eleição de Roosevelt também inaugurou um novo sistema partidário, uma vez que democratas e republicanos se reorganizaram em torno do que viria a ser chamado de “coalizão do New Deal”, que uniu os trabalhadores de colarinho azul, os fazendeiros do sul, as minorias raciais, os intelectuais liberais e, até mesmo, os industriais e — de maneira ainda mais curiosa — as mulheres. Com raízes no populismo do século XIX e no progressismo do começo do século XX, a ascensão de Roosevelt marcou o surgimento do liberalismo moderno.

Mas sua eleição e a coalizão do New Deal também marcaram uma reviravolta em um outro sentido, por conta da personalidade e das ambições de sua esposa, a indomável Eleanor Roosevelt. Nascida em Nova York em 1884, ainda criança ela ficou órfã. Casou-se com Roosevelt, seu primo em quinto grau, em 1905, com quem teve seis filhos. Em seu nono ano de casamento, Franklin começou a ter um caso com a secretária de Eleanor e, quando ela descobriu, recusou-se a lhe dar o divórcio, temendo que isso acabaria com sua carreira política. Eleanor voltou suas energias para o exterior. Durante a guerra, trabalhou em ações humanitárias internacionais e, depois que Franklin foi acometido

pela poliomielite, em 1921, começou a fazer discursos em público, atendendo ao mesmo chamado que levou inúmeras mulheres ao palco pela primeira vez: ela foi convocada para substituir o marido.

Eleanor Roosevelt tornou-se uma figura de destaque na política americana pelos seus próprios méritos em uma época em que as mulheres começavam a ingressar nos partidos. Em 1916, motivada pela frustração e pelo modo evasivo como os principais partidos tratavam a questão da igualdade de direitos, Alice Paul fundou o Partido Nacional das Mulheres.²⁴ Temendo que as mulheres, que estavam prestes a conquistar o direito de votar, formassem seu próprio bloco eleitoral, democratas e republicanos começaram a recrutá-las. O Comitê Nacional Democrata (DNC) criou uma Divisão Feminina em 1917 e, no ano seguinte, os republicanos fizeram o mesmo, com o presidente do partido se comprometendo a “coibir qualquer tendência de formação de um partido feminino separado”. Em 1920, após a ratificação da Décima Nona Emenda, Carrie Chapman Catt, presidente da Liga das Mulheres Eleitoras, afastou as mulheres do Partido Nacional das Mulheres fazendo apelos para que elas se filiassem a um dos dois principais partidos, alertando que “a única maneira de fazer as coisas acontecerem nesse país é as colocando dentro de um partido político”. Poucas mulheres responderam a essa convocação de forma mais vigorosa que Eleanor Roosevelt, que se tornou a líder da Divisão Feminina do Partido Democrata do Estado de Nova York enquanto seu marido fazia campanha e cumpria o mandato de governador do estado. Em 1928, ela era uma das duas mulheres mais poderosas na política americana, líder da Divisão Feminina do DNC.²⁵



Eleanor Roosevelt criou um papel completamente novo para a primeira-dama ao, entre outros motivos, passar muito tempo viajando pelo país. Em maio de 1935, ela visitou uma mina de carvão em Bellaire, em Ohio. (Associated Press.)

Alta e esguia, Eleanor Roosevelt usava vestidos florais e prendia flores na aba dos chapéus que acomodava em seu cabelo ondulado, mas sua coluna era mais firme do que as vigas de aço de um arranha-céu. Ela não queria que seu marido concorresse à presidência, principalmente porque não tinha muito interesse em se tornar a primeira-dama, um posto que, com raras exceções, implicava desempenhar um papel de anfitriã nos jantares oficiais e concordar com tudo que os homens

falavam quando as conversas se voltavam para os assuntos de Estado. Ela desempenhou aquele papel como se fosse o seu próprio e decidiu usar sua posição para fazer avançar as causas nas quais acreditava: os direitos das mulheres e os direitos civis. Viajou por todo o país, assinou uma coluna regular em um jornal e, em dezembro de 1932, deu início a uma série de 13 pronunciamentos transmitidos pelo rádio para todo o país. Embora não fosse uma oradora nata, conquistou uma base de seguidores extremamente leais e se tornou uma celebridade do rádio. Fez cerca de 300 pronunciamentos enquanto esteve na Casa Branca, quase tantos quanto Roosevelt. De forma talvez mais significativa, conseguiu atingir a mulher do campo, que tinha pouquíssimas ligações com a cultura nacional além do rádio. Dizia à sua audiência: “Enquanto falo com vocês, procuro ter em mente que, lá nas fazendas no topo das altas montanhas do Tennessee, nos ranchos solitários nas planícies do Texas, e em milhares e milhares de lares, há mulheres escutando o que eu digo”.²⁶

Eleanor Roosevelt não havia apenas trazido as mulheres para dentro da política e reinventado o papel de primeira-dama; ela também fez com que o Partido Democrata se voltasse para os interesses das mulheres, uma mudança drástica. O Partido Republicano vinha fazendo tentativas de conquistar o apoio feminino desde a sua fundação, em 1854; já o Partido Democrata as ignorava, desprezando seus interesses. Com Eleanor Roosevelt, isso começou a mudar. Na época em que estavam escolhendo um partido pela primeira vez, mais mulheres se tornaram democratas do que republicanas. Entre 1934 e 1938, enquanto o número de mulheres republicanas aumentou 400%, o número de democratas aumentou 700%.²⁷

Em janeiro de 1933, Eleanor anunciou que pretendia escrever um livro. Incrédulo, o *Boston Globe* anunciou que “a esposa do Sr. Franklin Roosevelt, que tem sido uma das mulheres mais ativas do país desde que seu marido foi eleito presidente, escreverá um livro de 40 mil palavras entre a data de hoje e o dia

da posse, em março (...) Todas as palavras serão escritas pela própria Sra. Roosevelt.”²⁸

Depende das mulheres foi publicado naquela primavera. O texto defendia que apenas as mulheres poderiam tirar o país da Depressão — por meio da sobriedade, do trabalho duro, do bom senso e da participação cívica. Segundo Eleanor, o “verdadeiro novo acordo para o povo” estava relacionado ao despertar das mulheres.²⁹

II.

FRANKLIN DELANO ROOSEVELT foi até o Capitólio no banco traseiro de um conversível, sentado ao lado de Hoover, com um mesmo cobertor estendido sobre as pernas dos dois; depois daquele gelado 4 de março de 1933, os dois homens nunca mais se encontraram. “Esta grande nação resistirá, como ela vem resistindo”, disse Roosevelt em seu discurso de posse, tentando tranquilizar uma nação aflita enquanto se apoiava no púlpito, sustentando o peso de seu corpo com enorme sofrimento. “A única coisa que devemos temer é o próprio medo — o terror anônimo, irracional, injustificado.”³⁰

Na época, muitos americanos acreditavam que a crise econômica era tão grave que seria necessário que o novo presidente adotasse poderes de um ditador, para evitar que o Congresso obstruísse pautas. Walter Lippmann escreveu para Roosevelt afirmando: “A situação é crítica, Franklin (...) Talvez você não tenha outra opção, a não ser adotar poderes ditatoriais.”³¹ *Gabriel over the White House*, um filme de Hollywood coproduzido por William Randolph Hearst e lançado para coincidir com a data da posse, em março de 1933, mostra um presidente ficcional, embora definitivamente Rooseveltiano, que, ameaçado por um impeachment, invade uma sessão conjunta do Congresso.

“Vocês desperdiçaram dias, semanas e anos preciosos com discussões fúteis”, diz o personagem aos deputados reunidos.

“Nós precisamos de ação, de ação imediata e efetiva!” Ele declara emergência nacional, fecha o Congresso e assume o controle do governo.

“Sr. Presidente, isso é uma ditadura!”, brada um senador.

“Palavras não me intimidam”, responde o presidente.³²

“Nós precisamos de um ditador?”, perguntou o *The Nation*, no mês em que o filme foi lançado, e o próprio periódico respondeu: “definitivamente não!”.³³

Enquanto isso, o mundo observava a Alemanha. Por muito tempo, repórteres americanos subestimaram Hitler. Dorothy Thompson, jornalista talentosíssima e mundialmente conhecida, entrevistou Hitler em 1930 e o menosprezou. “Ele é inconsequente e volúvel, desequilibrado e inseguro”, escreveu. “O protótipo perfeito de um homem medíocre.” Em 1933, as intenções daquele homem tacanho estavam ficando mais claras, e Thompson se esforçaria mais do que praticamente qualquer outro jornalista para alertar os americanos sobre a perseguição aos judeus da Europa. Ela descreveria o nazismo como “um repúdio a todo o passado do homem ocidental”, um “rompimento completo com a razão, com o humanismo e com a ética cristã, que são a base do liberalismo e da democracia”. Expulsa da Alemanha por suas críticas ao governo nazista, ela mandou enquadrar sua ordem de expulsão e pendurou-a na parede.³⁴

Em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado chanceler da Alemanha. Nas eleições parlamentares realizadas em 5 de março — a última vez em que o povo alemão poderia votar pelos 12 anos seguintes —, o Partido Nazista quase não conseguiu obter a maioria dos votos. Seis dias depois, Hitler revelou ao seu gabinete sua intenção de instituir um Ministério da Propaganda. Joseph Goebbels, indicado para comandá-lo no dia 13 de março, escreveu em seu diário, quatro dias depois, que “os serviços de transmissão estão, agora, completamente nas mãos do Estado”. Após assumir o controle das ondas de rádio, Hitler assumiu o comando do que restava do governo. Em 23 de março, ele fez um discurso para o parlamento alemão, o Reichstag, a portas

fechadas. Com uma bandeira gigante exibindo uma suástica, Hitler pediu que o parlamento aprovasse a Lei para Sanar a Aflição do Povo e da Nação, o que, na prática, abolia a autoridade do próprio parlamento e dava a Hitler o direito de formular as leis. Em seguida, o governo tornou ilegais todos os partidos, exceto o Partido Nazista. Em outubro, a Alemanha deixou a Liga das Nações. Refugiados judeus que tentavam fugir para os Estados Unidos não conseguiam por causa de um paradoxo grotesco: a lei nazista decretava que nenhum judeu podia sair do país com mais do que quatro dólares; as leis de imigração americanas vetavam qualquer pessoa que tivesse a “probabilidade de se tornar um ônus para o Estado”.³⁵

Para muitas pessoas em todo o mundo, Roosevelt representava a esperança de um governo democrático, e seu New Deal era a última aposta em uma ordem liberal. “Você se colocou na posição de representante de todos aqueles, em todos os países, que buscam reparar os defeitos de nossa condição por meio de uma experiência racional dentro da estrutura do sistema social existente”, escreveu John Maynard Keynes ao presidente. “Se você fracassar, as mudanças racionais serão muito mal vistas em todo o mundo, deixando o combate a esse preconceito a cargo da ortodoxia e das revoluções. Mas, se conseguir, métodos novos e mais arrojados serão testados em todos os lugares, e poderemos contar que o primeiro capítulo de uma nova era econômica teve início no dia em que você assumiu o poder.”³⁶

As expectativas de Keynes não eram nada comparadas às dos americanos comuns. Na primeira semana de Roosevelt na Casa Branca, ele recebeu mais de 450 mil cartas e telegramas da população. É claro que nem todas as mensagens eram favoráveis, mas Roosevelt gostou de recebê-las mesmo assim; elas lhe mostravam o que o povo estava pensando. Ele fazia questão de ler algumas delas diariamente.³⁷

As pessoas escreviam cartas aos presidentes desde que George Washington tomou posse, mas, em termos de volume,

nenhum outro presidente chegou perto.³⁸ (Hoover recebia 800 cartas por dia; Roosevelt recebia oito mil.) O fenômeno das “cartas de fã” — a expressão passou a ser usada na década de 1920 — era um produto do rádio; as estações e redes de rádio incentivavam os ouvintes a escrever para elas, e usavam as respostas para afinar sua programação. Na década de 1930, a National Broadcasting Corporation recebia dez milhões de cartas por ano (sem contar a correspondência que era enviada a suas afiliadas, patrocinadores e estações). Assim como as estações de rádio, a Casa Branca começou a ler, categorizar e quantificar sua correspondência. Eleanor Roosevelt recebeu 300 mil cartas só em 1933. Em seguida, a enxurrada de correspondência chegou ao Congresso. Em 1935, o Senado recebia 40 mil cartas por dia. No final da década de 1930, os eleitores estavam escrevendo cartas para os juízes da Suprema Corte.³⁹

Além de estar em contato com o americano comum, ao ler as cartas que lhe enviavam, Roosevelt também montou uma equipe absolutamente extraordinária de conselheiros. Eleito durante uma emergência nacional, ele reuniu um “conglomerado de cérebros” que incluía Frances Perkins como sua secretária do trabalho, a primeira mulher a integrar um gabinete presidencial. A maneira como ele lidava com seus roteiros para o rádio indica como se valia de seu conglomerado de cérebros e, ao mesmo tempo, dava um toque pessoal aos seus conselhos. “Estamos tentando construir uma sociedade mais inclusiva”, escreveu Perkins no rascunho de um pronunciamento que ele deveria fazer no rádio. No entanto, ao discursar, ele modificou o texto para: “Construiremos um país no qual ninguém será deixado de fora.”⁴⁰

Ele começou fechando os bancos do país. A taxa de falências de bancos e empresas tinha chegado ao ponto mais alto da história. Milhões de americanos tinham perdido todo seu dinheiro. A Bolsa de Valores de Nova York e a Bolsa de Mercadorias de Chicago suspenderam seus pregões, e os governadores de 32 estados já tinham fechado seus bancos, para evitar um colapso total. Nos estados em que os bancos permaneciam abertos, os

clientes não podiam sacar mais do que 5% de suas economias. Ao tomar essa iniciativa, Roosevelt pretendia evitar um colapso ainda maior. Em 5 de março, um dia após a sua posse, ele pediu que o Congresso declarasse um feriado bancário de quatro dias. Sob os termos da Lei de Emergência Bancária, os bancos só poderiam reabrir quando suas finanças estivessem sólidas. Em 12 de março, Roosevelt fez um pronunciamento no rádio que os executivos das emissoras decidiram chamar de “papo de lareira” — o primeiro de uma série de mais de 300. Explicando seu plano para os bancos, ele passou tranquilidade. “Eu quero dizer a vocês o que foi feito nos últimos dias, por que foi feito e quais serão os próximos passos”, disse. Ele ensinou uma lição: “Quando você deposita seu dinheiro em um banco, o banco não o coloca de um cofre.” Ele pediu que os americanos confiassem nele. “Posso lhes garantir que é mais seguro deixar o dinheiro em um banco reaberto do que debaixo do seu colchão.”⁴¹

A habilidade de Roosevelt para tomar medidas como essas foi incrivelmente fortalecida pelo apoio popular que ele conseguiu angariar usando o rádio. As pessoas diziam que, no verão, era possível andar pelas ruas de uma cidade sem perder uma única palavra de seus papos de lareira, já que todo mundo estava sintonizado neles. “Nos transformamos em vizinhos em um sentido novo e verdadeiro”, falou Roosevelt ao descrever o que as transmissões de costa a costa haviam produzido. Ele costumava escutar as gravações dos pronunciamentos feitos, para aprimorar os próximos. Ele lia e relia os roteiros para que, quando sentasse à frente do microfone, tivesse o discurso inteiro gravado em sua memória. Antes de cada pronunciamento, ele tirava um cochilo para descansar sua voz. Falava em uma velocidade incomum — muito mais lenta do que a maioria dos radialistas — e usava um vocabulário coloquial. O sucesso de Roosevelt no rádio foi resultado do seu talento e de sua dedicação ao formato. Mas ele também trabalhou com o presidente da sua FCC para impedir que donos de jornais pudessem ter emissoras de rádio, frustrando, assim, as tentativas

de William Randolph Hearst de expandir seu império para as ondas sonoras e negando a um dos seus principais adversários políticos um espaço entre as estações.⁴²

Roosevelt também foi incansável em seu trabalho com o Congresso. Ele se reuniu diariamente com legisladores durante os primeiros 500 dias de sua administração e propôs — e o Congresso aprovou — uma série de leis criadas às pressas, e que tinham como objetivo estabilizar e reformar o sistema bancário, regulamentar a economia por meio de um planejamento governamental, oferecer ajuda econômica por meio de programas de assistência pública, reduzir o desemprego com a implementação de um programa de postos de trabalho públicos e garantir melhores recursos para a população rural, para que que fazendeiros mantivessem suas terras. Perkins afirmou que, “como país, estamos reconhecendo que programas que, durante muito tempo, foram vistos apenas como medidas de bem-estar trabalhista, como redução de jornada, aumento de salário e participação nas discussões dos termos e condições de trabalho são, na verdade, fatores essenciais para a recuperação econômica”.⁴³

A agenda de Roosevelt se baseava na ideia de que era necessário um planejamento governamental para a recuperação e, em alguma medida, na crença keynesiana de que a solução para a depressão era o gasto público, uma prática que foi adotada antes mesmo da publicação, em 1936, da *Teoria geral do emprego, do lucro e da moeda*, de Keynes. Entre as reformas bancárias de Roosevelt estavam a Lei de Emergência Bancária; a Lei Glass-Steagall, que instituiu a Corporação Federal de Seguro de Depósito; e a criação da Comissão de Valores Mobiliários. A Agência de Obras Públicas supervisionava dezenas de milhares de projetos de infraestrutura, desde consertos em estradas até a construção de barragens, bem como iniciativas culturais e artísticas, incluindo o Projeto Federal de Escrita e o Projeto Federal de Teatro. A Lei de Ajuste Agrícola

atacava os problemas enfrentados por mais de um em cada três americanos que trabalhavam no campo.

Roosevelt tinha lidado com muitas dessas questões quando era governador de Nova York. Durante a década de 1920, mais de 300 mil fazendas em Nova York foram abandonadas. Assim como muitos dos reformistas associados ao movimento que viria a ser conhecido como Novo Conservacionismo, Roosevelt acreditava que a maior disparidade de riqueza nos Estados Unidos era aquela entre as populações urbanas e rurais. As comunidades rurais tinham escolas piores, um sistema de saúde inadequado e impostos mais altos. Em sua opinião, uma terra empobrecida produzia uma população empobrecida. “Quero desenvolver as zonas rurais para que, pelo menos em parte, elas se tornem uma garantia contra futuras depressões”, disse em 1931, ano em que fundou a Autoridade de Energia de Nova York. A Lei de Ajuste Agrícola, a Agência de Segurança Agrícola e outras iniciativas rurais ampliaram e tornaram mais justa a distribuição de recursos como terras, energia elétrica e água em escala nacional. A maior parte dos problemas enfrentados pelos moradores das áreas rurais se concentrava no Cinturão do Algodão, uma região do país que Roosevelt considerava “o principal problema econômico da nação — um problema de todo o país, não apenas do sul”.⁴⁴

Reforma, auxílio e recuperação eram as três partes do projeto de Roosevelt. Seus primeiros resultados foram promissores, mas a Depressão persistiu. Em 1934, Charles Beard escreveu que “quando algum profeta prevê as consequências das ações do New Deal, ele é basicamente um palpiteiro mergulhado em um vale de lágrimas (...) O que é uma ‘consequência’ ou um ‘resultado’? É uma consequência ou resultado em 1936, em 1950 ou em 2000?” O New Deal mal havia começado, mas os eleitores já o aprovavam; os democratas foram bem nas eleições de meio de mandato, o que encorajou Roosevelt a avançar mais ainda o seu projeto. “Rapazes, este é o nosso momento”, disse seu conselheiro Harry Hopkins. “Temos de implementar tudo o que

queremos — um programa de geração de empregos, uma previdência social, salários e jornadas, tudo — agora ou nunca.” Ou não exatamente tudo. Em 1934, Isaac Rubinow, que havia lutado por um sistema de saúde nacional na década de 1910, publicou *The quest for security* e instigou Roosevelt a incluir um sistema de saúde no seu New Deal. Porém, àquela altura, a Associação Médica Americana, que antes da guerra era favorável à proposta de Rubinow, havia mudado de ideia. Segundo o editor do *Jornal da associação médica americana*, a intromissão do governo nas questões se reduzia a uma questão de “americanismo versus soviétismo”.⁴⁵

Mesmo sem assistência médica universal, a abrangência do New Deal era formidável. Em 1935, o Congresso aprovou a Lei Nacional de Relações de Trabalho, garantindo aos trabalhadores o direito de se organizar e instituindo a Agência do Progresso Público (WPA, sigla em inglês para *Work Progress Administration*), que contratou milhões de pessoas para construir estradas, escolas e hospitais, bem como escritores e artistas. Enquanto isso, Perkins redigia a Lei de Seguridade Social, que seria aprovada pelo Congresso posteriormente, naquele mesmo ano. A lei estabelecia a criação de pensões, da assistência do governo federal para famílias sem pai, e do seguro-desemprego.

Mesmo assim, a reforma tinha seus limites. Os legisladores liberais que haviam criado o estado de bem-estar na década de 1930 eram contrários a esse tipo de assistência. Roosevelt afirmou que “o governo federal não tem a intenção nem o desejo de impor ao país, ou aos próprios desempregados, um sistema de auxílio que seja incompatível com os ideais americanos de autonomia individual”. Eles também protestaram contra os impostos diretos, uma aversão que se manifestou, principalmente, na decisão de financiar a Lei de Seguridade Social com um imposto indireto sobre as folhas de pagamento. Isso permitiu que os partidários do New Deal diferenciassem os programas voltados para os idosos e desempregados (instituídos como seguros, pagos por anuidades criadas pelos impostos

sobre folhas de pagamento, que funcionavam como bônus) dos programas voltados para a pobreza, como o Ajuda para Famílias com Crianças Dependentes (instituídos como parte do estado de bem-estar). Um dos legados dessa distinção foi o fato de que os americanos contrários ao estado de bem-estar raramente viam a Previdência Social como parte dele.⁴⁶



Em 1936, fazendeiros no Arkansas foram expulsos de suas casas após se filiarem a um sindicato de agricultores arrendatários. (John Vachon / Biblioteca do Congresso.)

A fome e a pobreza extrema foram os grandes flagelos da década de 1930. A própria terra havia se tornado improdutiva. “Quando colhíamos o algodão, conseguíamos ver as trilhas de arado que haviam sido abertas dois ou três meses antes”, disse Willis Magby sobre a seca em Beaton, no Arkansas, a oeste de Little Rock. “Não tinha chovido o suficiente para apagar as marcas.” Magby tinha 13 anos em 1933, quando seus pais enfiaram ele e seus seis irmãos mais novos dentro de um velho Ford T e dirigiram do Arkansas até o sul do Texas. A família

dormia no chão à beira da estrada, penhorando os poucos pertences que ainda tinham ao longo do caminho, para comprar gasolina. Quando chegaram ao Texas, passaram semanas comendo apenas farinha de milho misturada à água da chuva. Durante um inverno, sobreviveram alimentando-se de coelhos. As coisas só começaram a melhorar quando o pai de Magby conseguiu um empréstimo do governo para comprar algumas mulas.⁴⁷

Um assim chamado “New Deal indígena” acabou com o sistema de loteamentos da Lei Dawes e permitiu que povos nativos reivindicassem sua nacionalidade. Em 1934, no Oregon, a autora Christine Quintasket, também conhecida como Mourning Dove, pertencente à etnia Okanogan, disse que “não pode ser pior do que vem sendo”. Cerca de cinco em cada dez famílias brancas, e nove em cada dez famílias negras enfrentaram a pobreza em algum momento durante a Depressão. As famílias negras sofreram mais, não apenas por terem sido mais relegadas à miséria, mas também porque os caminhos estavam fechados para elas: os programas de empréstimo e auxílio do New Deal costumavam excluir especificamente os negros.

Louise Norton, nascida em Granada em 1900, conheceu seu marido, Earl Little, um ministro batista, em um encontro da Associação Universal para o Progresso Negro na Filadélfia em 1917. Em 1925, quando a família morava em Omaha e Louise estava grávida de seu filho, Malcolm, e sozinha com seus outros três filhos pequenos, membros da Klu Klux Klan montados a cavalo foram até sua casa e ameaçaram linchar o Reverendo Little. Como não o encontraram em casa, eles quebraram todas as janelas. Expulsos de Omaha, os Little acabaram se mudando para Lansing, no Michigan, onde um grupo de homens armados incendiou sua casa. Em 1931, o Reverendo Little morreu atropelado por um bonde; diversas evidências sugerem que sua morte não foi um acidente. Após a morte de Little, a empresa de seguro negou à Louise o seguro de vida de Earl. Por um tempo, ela e seus filhos precisaram se alimentar de dentes-de-leão para

sobreviver. Em 1939, depois de dar à luz o seu oitavo filho, Louise Little foi internada em um asilo para doentes mentais, o Kalamazoo State Hospital. Seu filho Malcolm foi levado para um orfanato, depois para um reformatório e, por fim, acabou indo morar em Boston com sua meia-irmã. Um dia, ele mudaria seu nome para Malcolm X.⁴⁸

Se os tempos difíceis aumentaram algumas distâncias, eles reduziram outras. Pessoas que, em algum momento, gozavam de uma boa situação, em outro podiam estar na miséria. Além disso, era impossível ignorar os fatos. O desemprego teve um efeito colateral: as pessoas tinham mais tempo livre para ouvir o rádio. Um terço de todas as salas de cinema fecharam, porém, no período entre 1935 e 1941, cerca de 300 novas estações de rádio foram inauguradas. No final da década, os Estados Unidos concentravam mais da metade de todos os aparelhos de rádio do mundo, em uma época em que sua programação relatava e dramatizava o sofrimento dos pobres para uma audiência nacional, em reportagens e por meio do incipiente gênero do drama radiofônico, que chegou trazendo um novo vocabulário de efeitos sonoros, visceral e imediato.⁴⁹

Boa parte do trabalho de registrar o sofrimento daqueles anos foi feito pelos dramaturgos, fotógrafos, historiadores e escritores, todos contratados pelo governo com a verba da Agência do Progresso Público. Trabalhando para o Projeto Federal de Escrita e para o Projeto Federal de Teatro, incluindo sua Divisão de Rádio, eles documentaram as vidas do cidadão comum, dos moradores do campo e, principalmente, dos pobres, em entrevistas, fotografias, filmes, pinturas e programas radiofônicos. Seus críticos o chamavam de “Departamento de Assobio, Mijo e Bate-boca”, mas, em uma época em que uma em cada quatro pessoas envolvidas no mercado editorial estava sem trabalho, o Projeto Federal de Escrita da Agência do Progresso Público empregou mais de sete mil autores, incluindo Ralph Ellison, Zora Neale Hurston, John Cheever e Richard Wright.⁵⁰ Mas era o rádio que levava o som da angústia para dentro dos lares das

peessoas que ainda conseguiam se manter e também das raríssimas que prosperavam. *O épico da América* (1931), de James Truslow Adams, que retratava a vida dos americanos mais humildes, foi dramatizado pelo Teatro Federal do Ar. No prefácio do livro, Adams escreveu que, “nesse volume único, no qual as vertentes política, militar, diplomática, social e econômica do Estados Unidos estão profundamente entrelaçadas, não faltam narrativas históricas excelentes sobre o país”. *O épico da América* não era esse tipo de livro. Em vez disso, Adams tentou “descobrir, para si próprio e para os outros, como o americano comum, categoria abaixo da qual a maioria de nós se encaixa, veio a se tornar o que é hoje em seu aspecto, caráter e opiniões”. O autor, que queria que seu livro se chamasse “O sonho americano” — uma expressão que ele cunhou —, exaltou as batalhas do homem comum com uma linguagem que inflamaria os líderes das gerações futuras, como Martin Luther King Jr. e Barack Obama.⁵¹

Boa parte desse mesmo espírito permeava os projetos documentais da Agência do Progresso Público e de outros programas do New Deal, incluindo as fotografias de Dorothea Lange e Walker Evans, produzidas em nome da Agência de Segurança Agrícola. O diretor do programa de fotografia da agência exigiu que toda sua equipe lesse a *História dos Estados Unidos*, de Charles Beard — uma eloquente e estridente história social que dava destaque às lutas dos mais pobres. O diretor de folclore da WPA, Benjamin Botkin, queria transformar “as ruas, os abatedouros e as agências de trabalho em literatura”. Das mais de dez mil entrevistas, o Plano para os Escritores produziu cerca de 800 livros, incluindo *Um tesouro do folclore americano* e um livro chamado *Estas são as nossas vidas*, que incluía trechos de mais de duas mil entrevistas com americanos que tinham sido escravos um dia.⁵²

Se a Depressão e, de modo similar, o New Deal, provocaram uma nova onda de compaixão pelos pobres, eles também produziram uma geração de políticos comprometidos com a ideia

de que o governo pode aliviar o sofrimento e regular a economia. Em 1937, um professor magrelo do Texas chamado Lyndon Baines Johnson foi eleito para o Congresso, onde trabalhou para destinar verbas federais para seu distrito, que seriam aplicadas em projetos como a construção de barragens para a melhoria das lavouras. Quando LBJ era criança, seu pai perdeu a fazenda. Ele cresceu em meio à pobreza extrema. Com 1,80 m de altura, orelhas grandes e uma energia aparentemente inesgotável, Johnson viajou de carona até uma faculdade estadual de magistério e, após se formar, lecionou em uma escola de Ensino Fundamental em Cotulla, no Texas, cem quilômetros ao norte da fronteira. Seus alunos eram mexicanos americanos; não havia pausa para o almoço, porque as crianças não tinham o que comer. Johnson montou uma equipe de debate e ensinou-a a defenderem suas ideias. Quando concorreu ao Congresso, imprimiu cartazes que diziam “Franklin D. e Lyndon B.”. Assim como seu ídolo, LBJ abraçou o rádio, fazendo campanha em estações como a KNOW, em Austin, e a KTSA, em San Antonio, e, uma vez — em uma inspirada ação de apelo popular — fez uma transmissão ao vivo de uma barbearia.⁵³

No Congresso, Johnson trabalhava normalmente em jornadas de 16 ou 18 horas diárias. Em 1937, lutou pela Lei Bankhead-Jones, para ajudar os agricultores que eram arrendatários a comprar as próprias terras. Também fez campanha por mais melhorias e lutou para que o controle da distribuição da energia elétrica nas zonas rurais ficasse nas mãos das cooperativas de agricultores, e não das companhias de luz. Mais tarde, ele diria: “Construímos seis barragens em nosso rio. Controlamos as cheias. Levamos energia elétrica barata para a nossa população.... Tudo isso resultou da capacidade do governo de levar os maiores benefícios ao maior número de pessoas.”⁵⁴

E qual era esse número? Novos métodos e novas fontes de informação tornavam possível a aferição do impacto do New Deal, à medida que a era da quantificação ia se transformando na era de estatísticas. Em 1912, um estatístico italiano chamado

Corrado Gini, Chefe do Departamento de Estatística da Universidade de Cagliari, inventou o que viria a ser conhecido como o Índice de Gini, que mede a desigualdade econômica em uma escala de zero a um.⁵⁵ Se toda a renda do mundo estivesse concentrada em uma única pessoa, e todas as outras não possuíssem nada, o mundo teria um Índice de Gini de um. Se todas as pessoas do mundo tivessem exatamente a mesma renda, o mundo teria um Índice de Gini de zero. Entre o zero e o um, quanto mais alto o número, maior a discrepância entre os ricos e os pobres. Usando os dados da restituição do imposto de renda registrados a partir de 1913, é possível calcular o Índice de Gini para os Estados Unidos. Em 1928, sob o regime fiscal apoiado pelo Secretário do Tesouro Andrew Mellon, 1% das famílias americanas no topo da pirâmide concentrava 24% de toda a renda nacional. Em 1938, após as reformas do New Deal, esse mesmo 1% detinha apenas 16% de toda a renda.⁵⁶ Foi exatamente esse tipo de redistribuição, em uma época em que os americanos flertavam com o fascismo, que alarmou os conservadores. O tipo de planejamento econômico que o próprio Gini defendia estava intimamente associado aos estados não democráticos. Em 1925, quatro anos após ter escrito um ensaio chamado “A medida da desigualdade”, Gini assinou o “Manifesto dos Intelectuais Fascistas”. Seu trabalho como cientista estava tão diretamente ligado ao estado fascista que, quando o regime caiu, ele foi julgado por fazer “apologia ao fascismo”.⁵⁷

Os americanos também começaram a perseguir os apologistas do fascismo e, principalmente, do comunismo, tentando capturar os subversivos. Durante a Depressão, cerca de 75 mil americanos se filiaram ao Partido Comunista. Em maio de 1938, o parrudo conservador Martin Dies Jr., um democrata texano de 37 anos que era a pedra no sapato de Lyndon Johnson, formou um Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara para investigar indivíduos e organizações suspeitas de comunismo. Dorothy Thompson protestou contra o comitê: “São uns homenzinhos — uns homenzinhos nojentos — que andam

por aí rotulando as pessoas. Este aqui é um ‘Vermelho’; este aqui é um ‘Judeu’. Desde quando os Estados Unidos se tornaram um país de fofoqueiros?” Mas a fofoca já vinha acontecendo há algum tempo. Boa parte do trabalho de Dies foi a manutenção da campanha de assédio e intimidação infligida pelo FBI de J. Edgar Hoover, que há anos conduzia a vigilância de centenas de artistas e escritores negros, infiltrando-se em suas organizações e, principalmente, perseguindo escritores e artistas que faziam parte do Renascimento do Harlem. Como Richard Wright escreveu, em “Os olhos azuis do FBI”, “para onde quer que eu olhe, ó, Senhor / Eu vejo os olhos dos federais (...) Já estou ficando de saco cheio desses espões governamentais”.⁵⁸

Em audiências no Congresso, Dies direcionava sua ira para os escritores e artistas empregados pela Agência do Progresso Público, tentando demonstrar que o trabalho deles — peças, poemas, coletâneas de folclore e fotos documentais — continha mensagens comunistas ocultas. Em um dos encontros mais notórios, Dies convocou Hallie Flanagan, diretora do Projeto Federal de Teatro. Flanagan, nascida na Dakota do Sul, era uma aclamada dramaturga e distinta professora de teatro em Vassar, onde havia fundado seu Teatro Experimental. Quando ela compareceu às audiências do comitê de Dies, em dezembro de 1938, o congressista do Alabama Joseph Starnes perguntou-lhe sobre um artigo acadêmico que ela havia escrito e no qual usava a expressão “loucura Marlowesca”. (O Projeto Federal de Teatro havia financiado montagens de *A trágica história do Dr. Fausto*, de Marlowe, em Nova Orleans, Boston, Detroit, Atlanta e Nova York, esta última dirigida por Orson Welles.)

“Você cita esse Marlowe”, disse Starnes. “Ele é Comunista?”

A plateia irrompeu em gargalhadas, mas Flanagan respondeu solenemente.

“Eu citei Christopher Marlowe.”

“Diga-nos quem é Marlowe”, insistiu Starnes.

Exausta, ela disse: “Pode registrar nos autos que ele era o maior dramaturgo da época de Shakespeare.”⁵⁹

Flanagan tinha motivos para estar preocupada. O Projeto Federal de Teatro havia encenado mais de 800 peças. O comitê de Dies não gostou de meia dúzia delas — incluindo *Mulher do destino*, sobre uma presidente mulher, e *A era das máquinas*, sobre produção em massa —, mas, meses após o depoimento de Flanagan, a verba tanto para o Projeto Federal de Teatro quanto para o Projeto Federal de Escrita foi cortada, depois que o Congresso fechou com Dies um acordo não muito melhor do que aquele que Fausto fechou com Lúcifer.

III.

O MANDATO DE FRANKLIN ROOSEVELT marcou o começo de uma nova ordem comandada pelos americanos, um liberalismo fundamentado nos direitos que Lyndon Johnson conduziria até os anos 1960. No século XIX, “liberalismo” significava defender o capitalismo de *laissez-faire*. O significado do termo mudou durante a Era Progressista, quando os autointitulados progressistas, inspirados no populismo, deram início às suas tentativas de remodelar o capitalismo de *laissez-faire* utilizando as ferramentas de ação coletiva e apelo público dos populistas; na década de 1930, esses esforços deram origem ao liberalismo do New Deal.⁶⁰

Enquanto isso, um novo tipo de conservadorismo também crescia. Ele era formado não apenas pelos empresários que se opunham às interferências do governo na economia, mas também por americanos, principalmente das zonas rurais, que eram contra a interferência do governo em suas vidas. Essas duas vertentes de conservadorismo estavam muito distantes na década de 1930, mas já haviam iniciado seu movimento de aproximação, especialmente em sua animosidade para com o paternalismo liberal.⁶¹

Logo no início do primeiro mandato de Roosevelt, os empresários que haviam apoiado sua candidatura começaram a questionar o seu projeto. Os irmãos Du Pont — Pierre, Irénée e

Lamont — pertenciam a uma família que havia feito sua fortuna com tintas, plásticos e munições. Em 1934, *Mercadores da morte*, um best-seller que colocava a culpa da Primeira Guerra Mundial na indústria bélica, deu origem a uma investigação no Congresso comandada por Gerald P. Nye, senador republicano por Dakota do Norte que havia contrariado seu partido para apoiar Roosevelt. Na época, as preocupações com os fabricantes de munições não se restringiam a um ou outro partido, assim como as preocupações relacionadas a armas de fogo.

Os americanos sempre tiveram armas, mas os estados também sempre regularam sua produção, posse e armazenamento. O porte oculto foi proibido por leis no Kentucky e em Louisiana (1813), Indiana (1820), Tennessee e Virginia (1838), Alabama (1839) e Ohio (1859). Texas, Florida e Oklahoma aprovaram leis semelhantes. Um governador do Texas comentou que o “objetivo da arma letal escondida é o homicídio”. “Combater isso é o dever de todo homem decente que obedece às leis.” Regras diferentes vigoravam na cidade e no campo. Nas cidades e vilarejos do oeste, os xerifes tinham o hábito de confiscar as armas dos visitantes, como se fossem bagagens despachadas. Em 1873, um cartaz em Wichita, no Kansas, dizia: “Deixe seu revólver na delegacia de polícia e receba um comprovante.” Na estrada que leva para Dodge, um outdoor diz: “O porte de armas de fogo é estritamente proibido.” O tiroteio no O.K. Corral, em Tombstone, no Arizona, aconteceu quando Wyatt Earp confrontou um homem que estava violando uma ordem de 1879 da cidade ao não deixar sua arma na delegacia.⁶²

A Associação Nacional do Rifle (NRA) foi fundada em 1871 por um ex-repórter do *New York Times* como uma associação de caça e tiro esportivo; a maior parte de suas atividades se resumia em patrocinar competições de tiro ao alvo. Além de não se opor à regulamentação das armas de fogo, a Associação também apoiava e até mesmo financiava a causa. Nos anos 1920 e 1930 — a época do Comitê de Nye (Comitê Especial de Investigação da Indústria de Munições) —, a NRA defendeu as leis de controle

de armas, fazendo lobby por novas legislações estaduais nas duas décadas. Preocupações com o crime urbano originaram uma legislação federal na década de 1930. A regulamentação das armas de fogo, baseada em uma mentalidade de segurança pública, não encontrou resistência. A NRA apoiou tanto a Lei Nacional de Armas de Fogo de 1934 — a primeira legislação federal de controle de armas — quanto a Lei Federal de Armas de Fogo de 1938, que, juntas, taxavam de maneira proibitiva a posse privada de armas automáticas (“metralhadoras”), exigiam licenciamento obrigatório para os vendedores de revólveres e pistolas, criavam períodos de espera para os compradores e exigiam a obtenção de permissões para quem quisesse carregar uma arma escondida, além de criar um sistema de concessões para os empresários do setor. Em 1939, em uma decisão unânime em *Estados Unidos vs. Miller*, a Suprema Corte dos Estados Unidos confirmou essas medidas depois que o Advogado-Geral de Roosevelt, Robert H. Jackson, defendeu que a Segunda Emenda era “restrita à posse e ao porte de armas pela população, coletivamente, por sua segurança e defesa comum”. Jackson argumentou que o texto da emenda deixava claro que o direito “não poderia ser utilizado para fins particulares, mas apenas para aqueles que existem quando as armas são carregadas por milícias ou por qualquer outro tipo de organização militar autorizada por lei e criada com o propósito de defender o estado”.⁶³

As legislações sobre armas de fogo de 1934 e 1938 tinham o apoio de ambos os partidos, mas a regulamentação da indústria de munições, em geral, era muito mais defendida pelos conservadores que também eram isolacionistas. Por dois anos, Nye protestou contra os “mercadores da morte” e conduziu a mais rigorosa investigação da indústria bélica jamais realizada por qualquer ramo do governo federal. Ele convocou 93 audiências. Achava que a habilidade de produzir armas deveria ficar restrita ao governo. “A remoção do elemento de lucro sobre a guerra diminuiria consideravelmente a ameaça de novas

guerras”, disse. Do ponto de vista dos du Ponts, a ideia de entregar a produção de armamentos nas mãos do governo representava, da pior maneira possível, uma economia de *laissez-faire* transformando-se em uma economia planejada. Os du Ponts também estavam preocupados com o aumento da força dos sindicatos trabalhistas, com o número de greves e com a criação da Comissão de Valores Mobiliários. Irénée du Pont escreveu: “A essa altura, já deve estar claro que o tal ‘New Deal’ defendido pelo governo não passa da doutrina Socialista chamada por um outro nome.”⁶⁴

Para conquistar o apoio do público americano, os du Ponts recorreram à Associação Nacional das Indústrias, cujo presidente declarou que “o público não entende a indústria, em grande parte, porque a própria indústria não fez nenhum esforço real para contar sua história; para mostrar ao povo desse país que nosso alto padrão de vida evoluiu praticamente lado a lado com a civilização que a atividade industrial construiu”. Com esse intuito, a Associação contratou um assessor de imprensa chamado Walter W. Weisenberger, nomeando-o vice-presidente. Weisenberger usou o rádio e a compra de espaços publicitários como ferramentas para questionar tanto as revoltas trabalhistas quanto a interferência do governo, argumentando que a melhor maneira de garantir paz e prosperidade era por meio da liderança dos empresários e de um livre mercado. Um dos lemas da campanha era: “A prosperidade habita onde reina a harmonia”.⁶⁵ A Associação alegava que suas ações eram educacionais, mas uma investigação do Congresso conduzida pelo progressista do Wisconsin Robert M. La Follette chegou a uma outra conclusão. As lideranças empresariais, de acordo com relatos do Comitê La Follette, “nunca se perguntaram quais eram as fraquezas e os defeitos da estrutura econômica, nem como elas poderiam ser corrigidas mas, em vez disso, pagaram milhões para dizer ao público que não havia nada de errado com a economia, e que existiam sérios perigos ocultos nas soluções apresentadas”.⁶⁶

Outros líderes corporativos perseguiram objetivos semelhantes. Em julho de 1934, os du Ponts reuniram um grupo de colegas empresários nos escritórios da General Motors em Nova York, onde fundaram uma “associação de proprietários” para fazer oposição ao New Deal; em agosto, essa associação havia se consolidado como a Liga Americana da Liberdade. Em panfletos e discursos, a liga reclamava que a voz dos homens de negócios estava sendo abafada pela “loucura febril” do New Deal. Os membros da liga eram particularmente contrários à Seguridade Social, descrita por eles como uma “expropriação de propriedade sem o devido processo legal”. A maior parte do dinheiro que financiava a liga vinha de apenas 30 homens riquíssimos; os democratas a apelidaram de “Sindicato dos Milionários”,⁶⁷ mas ela também tinha outros apelidos. Na eleição presidencial de 1936, a Liga da Liberdade apoiou o candidato republicano, Alf M. Landon, um executivo do petróleo que governava o Kansas, por meio das ações de uma organização chamada Conselho dos Fazendeiros Independentes, mas o endereço do Conselho era o mesmo do da Liga da Liberdade, e, entre seus membros, não constava nenhum fazendeiro, apenas representantes da indústria frigorífica de Chicago. Seu maior financiador era Lamot du Pont, que alegava ser representante da classe dos “fazendeiros”, uma vez que era dono de uma propriedade de mais de 1.600 hectares.⁶⁸

Diversos tipos de conservadorismo coexistiam nos Estados Unidos na década de 1930, sem, ainda, compartilhar uma ideologia. Empresários que se opunham ao New Deal geralmente tinham muito pouca coisa em comum com intelectuais conservadores, como Albert Jay Nock, editor de uma revista chamada *The Freeman* e autor de *Nosso inimigo, o Estado* (1935). Embora criticasse a ideia de um Estado centralizado, Nock se preocupava com a ascensão da democracia e da cultura de massa como os arautos do declínio da civilização ocidental, acreditando que o igualitarismo havia produzido um mundo de mediocridade e monotonia. Os intelectuais conservadores

americanos eram contra o socialismo; eles eram isolacionistas; muitos tinham uma tendência ao antissemitismo. Em 1941, Nock escreveu um ensaio para a *Atlantic Monthly* chamado “O problema do judeu na América”.⁶⁹

O movimento conservador só encontraria sua base e direção depois da guerra. Enquanto isso, a guinada à esquerda na política americana na década de 1930 era posta em cheque pelos novos ramos da propaganda política e da pesquisa de opinião pública, as duas forças mais importantes para a democracia americana desde o surgimento do sistema partidário.

* * *

CAMPAIGNS, INC., a primeira empresa de propaganda política da história do mundo, foi fundada por Clem Whitaker e Leone Baxter na Califórnia, em 1933. Seus críticos chamavam-na de Fábrica de Mentiras.

Quando começou, a propaganda política tinha um pé na publicidade e o outro no jornalismo. É comum que se pense que a propaganda política é um produto da indústria da publicidade, mas a verdade é exatamente o contrário disso. Quando a propaganda moderna teve seu início, na década de 1920, os maiores clientes da indústria estavam interessados em divulgar tanto uma agenda política — se não mais que — quanto uma agenda comercial. Reportagens investigativas e investigações do Congresso tinham feito com que a Standard Oil parecesse gananciosa, e a Du Pont, por fabricar munições, sinistra. As grandes empresas contratavam agências de publicidade para melhorar sua imagem e fazer com que as leis que as beneficiassem fossem aprovadas.⁷⁰

A origem da propaganda política no jornalismo está intimamente ligada a William Randolph Hearst. Whitaker, aos 34 anos, tinha começado sua carreira como um homem da imprensa, ou melhor, como um menino da imprensa: ele começou atuando como repórter aos 13 anos. Aos 19, era o

editor de cidades do *Sacramento Union*, e, dois anos depois, comentarista político do *San Francisco Examiner*, um dos jornais de Hearst. Na década de 1930, um em cada quatro americanos recebia as notícias por intermédio de Hearst, que era dono de 28 jornais em 19 cidades. Seus jornais eram todos parecidos: dramáticos, com manchetes espalhafatosas. A capa devia fazer com que o leitor dissesse “ora, bolas!”. A página dois: “Minha nossa!” Página três: “Deus do Céu!”. Hearst usava seus jornais para divulgar sua agenda política. Em 1934, ele mandou seus editores enviarem repórteres aos *campi* das faculdades disfarçados de estudantes, para descobrir quem ali era Vermelho. As pessoas que Hearst considerava comunistas o consideravam fascista; ele era um admirador confesso de Hitler e Mussolini. Hearst não se importava; ele costumava silenciar seus críticos atacando-os de maneira feroz e implacável em seus jornais. Alguns revidavam. “Somente os covardes se deixam intimidar por Hearst”, disse Charles Beard. Em fevereiro de 1935, dirigindo-se a uma plateia de mil professores escolares em Atlantic City, Beard falou sobre Hearst: “Ninguém que tenha um pingão de honestidade intelectual ou integridade moral em seu corpo encostaria nesse homem, nem usando uma vara de três metros de comprimento.” A plateia o aplaudiu de pé.⁷¹

Hearst foi eternizado na cultura americana em *Cidadão Kane*, um filme de Orson Welles lançado em 1941. O filme tem tantas semelhanças bizarras com *Imperial Hearst*, uma biografia de Hearst publicada em 1936 — com um prefácio assinado por Beard —, que o biógrafo processou o cineasta. “Eu nunca tinha visto e nem ouvido falar desse livro, *Imperial Hearst*”, disse Welles durante um depoimento para o caso, que acabou sendo resolvido longe dos tribunais. Welles alegava que o seu Cidadão Kane não era um personagem; ele era um tipo, um sultão americano. (O filme originalmente se chamava *Americano*). Se Kane, assim como Hearst, era um magnata da imprensa que acabou se voltando para a política, era porque, de acordo com Welles, “homens como Kane têm interesse pelo mundo da

imprensa e do entretenimento”, embora odeiem a plateia que tanto desejam conquistar, misturando “uma obsessão mórbida com o público com uma opinião terrivelmente negativa sobre a mentalidade e o caráter moral desse mesmo público”. Um homem como Kane, dizia Welles, acreditava que “a política, como meio de comunicação, bem como a própria nação, em si, só existem para satisfazer seus prazeres pessoais”.⁷² Hearst não seria o último sultão americano.

Treinado por Hearst, Clem Whitaker deixou o *San Francisco Examiner* para fundar uma agência de notícias, o Capitol News Bureau, que distribuía conteúdo para mais de 80 jornais. Em 1933, Sheridan Downey, um advogado progressista da Califórnia (porém, originalmente oriundo do Wyoming), contratou Whitaker para ajudá-lo a derrotar um referendo patrocinado pela Pacific Gas and Electric. Downey também contratou Leone Baxter, uma viúva de 26 anos que havia trabalhado no *Portland Oregonian*, e sugeriu que eles trabalhassem juntos. Quando Whitaker e Baxter derrotaram o referendo, a Pacific Gas and Electric ficou tão impressionada que começou a lhes pagar um adiantamento para que seus serviços pudessem ser usados quando precisassem, e, com esse dinheiro, eles montaram a Campaigns, Inc.⁷³

A Campaigns, Inc. se especializou na produção de campanhas políticas para empresas, principalmente monopólios como a Standard Oil e a Pacific Telephone and Telegraph. Seu trabalho para o esquerdista Downey tinha sido uma exceção. Como disse um amigo, eles gostavam de “andar pelo lado direito da rua”. Em 1933, Upton Sinclair, um excêntrico e incrivelmente prolífico autor, mais conhecido por *A selva*, seu livro-reportagem de acusação sobre a indústria frigorífica de 1906, decidiu concorrer ao governado da Califórnia. Sinclair, um socialista de longa data, filiou-se aos democratas para poder pleitear a indicação do partido, com uma plataforma batizada de EPIC: *End Poverty in California* (“Fim da Pobreza na Califórnia”). Após conquistar inesperadamente a indicação, ele escolheu Downey para ser seu vice. (Sua chapa era conhecida como “Uppie and Downey.”)

Sinclair enxergava a história americana como uma guerra entre o comércio e a democracia, e escreveu que “até agora, as grandes empresas venceram todas as batalhas”.⁷⁴

Inspirado pela vitória de Roosevelt para a Casa Branca, Sinclair decidiu concorrer ao governo estadual. Whitaker e Baxter, assim como a maioria dos republicanos da Califórnia, ficaram apavorados com a perspectiva de um governo de Sinclair.⁷⁵ Dois meses antes da eleição, eles começaram a trabalhar para George Hatfield, candidato a vice-governador na chapa republicana encabeçada pelo então governador, Frank Merriam. Eles se trancaram em uma sala por três dias com tudo que Sinclair havia escrito. Whitaker depois diria que “Upton foi derrotado porque tinha escrito livros”.⁷⁶ O *Los Angeles Times* passou a publicar em destaque na primeira página, diariamente, uma frase de Upton Sinclair, uma prática que o jornal manteve por seis semanas, até o dia da votação. Por exemplo:

SINCLAIR SOBRE O CASAMENTO:

A SANTIDADE DO CASAMENTO... EU JÁ ACREDITEI NISSO... NÃO ACREDITO
MAIS.⁷⁷

A passagem, como Sinclair explica em um livro intitulado *Eu, candidato a governador: e como fui derrotado*, foi tirada do seu romance *Peregrinação de amor* (1911), no qual um personagem fictício escreve uma carta melancólica para o homem que está tendo um caso com sua esposa.⁷⁸ Sinclair escreveu: “Lendo aquelas frases, dia após dia, eu fui me convencendo de que havia perdido a eleição.”⁷⁹

O país havia sido fundado com base em verdades autoevidentes. Mas, como alegava Sinclair, os eleitores estavam sendo manipulados por uma Fábrica de Mentiras. “Ouvi dizer que uma dúzia de homens vasculhou bibliotecas e leu cada palavra que publiquei”, escreveu ele. Eles pinçaram frases que ele havia escrito, discursos feitos por personagens fictícios em romances, e colocaram-nos na primeira página do jornal como se Sinclair

tivesse dito aquilo. “Eles ficaram especialmente felizes quando encontraram *Os lucros da religião*”, comentou Sinclair, referindo-se ao seu polêmico livro de 1917 sobre a religião institucionalizada. “Recebi muitas cartas de homens e mulheres de idade sobre a minha blasfêmia. ‘Você acredita em Deus?’, perguntava uma.” Sinclair não podia fazer muita coisa a respeito. “Eles tinham uma equipe de alquimistas políticos trabalhando, produzindo venenos que seriam liberados na atmosfera californiana, um por dia, todas as manhãs, durante cem dias.”⁸⁰

“Claro, aquelas citações eram irrelevantes”, diria Baxter, mais tarde. “Mas nós tínhamos um objetivo: impedir que ele se tornasse governador.” Eles conseguiram. Os números finais da eleição foram 1 milhão e 138 mil votos para Merriam; 879 mil para Sinclair.⁸¹ Nenhum outro evento isolado interferiu nas engrenagens da democracia americana de forma tão abrangente quanto a indústria fundada por Whitaker e Baxter. “Todo eleitor é um consumidor; e todo consumidor, um eleitor” tornou-se o seu mantra.⁸² Quanto menos eram notados, maiores os seus êxitos. As reformas progressistas desmantelaram a máquina dos partidos. Mas os entusiastas do New Deal nem perceberam quando os chefes de campanha começaram a substituir os chefes dos partidos na posição de detentores de um poder político conquistado não pelos votos, mas por dinheiro.

Whitaker e Baxter venceram praticamente todas as campanhas que lançaram.⁸³ As que eles escolheram executar e a maneira como decidiram executá-las moldaram a história da Califórnia e de toda a nação. Eles estabeleceram as bases que orientariam a forma como as campanhas seriam conduzidas por décadas a fio. A primeira coisa que faziam quando aceitavam um trabalho era “hibernar” por uma semana para elaborar um Plano de Campanha. Depois, estabeleciam um Plano de Campanha da Oposição, antecipando os movimentos que seriam feitos contra eles. Toda campanha precisa de um tema.⁸⁴ E precisa ser simples. É bom usar rimas. (“Pelo Jimmy e por mim, voto no três é ‘sim’”). Nunca explique nada. Whitaker disse que “quanto mais

você explica, mais difícil conquistar apoio”. Repita a mesma coisa, várias vezes. “Calculamos que é preciso chamar a atenção do eleitor sete vezes para realizar uma venda”, afirmou Whitaker. A sutileza é sua inimiga. De acordo com Baxter, “palavras difíceis de lembrar não são boas”. “Elas precisam ficar gravadas na sua mente.” Simplifique, simplifique, simplifique. Whitaker alertou que “um muro se levanta toda vez que você tenta fazer com que o Sr e Sra. Cidadão Americano Comum *trabalhem ou pensem*”.⁸⁵

Whitaker e Baxter sempre aconselhavam: personalize. É mais fácil vender candidatos do que ideias. Se sua posição não tem uma oposição, ou se o seu candidato não tem um oponente, invente um. Uma vez, quando tentavam impedir uma tentativa de *recall* do prefeito de São Francisco, Whitaker e Baxter lançaram uma campanha contra o Homem Sem Rosto — uma ideia de Baxter — que poderia tomar o seu lugar. Em uma toalha de mesa, Baxter fez o desenho de um homem gordo fumando um charuto com o rosto escondido por um chapéu, e depois espalhou cartazes com essa imagem por toda a cidade, junto com a pergunta “Quem está por trás do *recall*?”. Finja que você é a voz do povo. Os dois compraram anúncios no rádio, patrocinados pelo “Comitê dos Cidadãos Contra o *Recall*”, nos quais uma voz dizia, em tom ameaçador: “Problema mesmo será se estivermos entregando a prefeitura de mão beijada para um grupo sinistro que se esconde atrás de um homem sem rosto.” (O *recall* acabou sendo derrotado). Ataque, ataque, ataque. Whitaker disse: “Não se pode vencer com uma campanha defensiva!” Jamais subestime a oposição.⁸⁶

Não fuja das polêmicas, eles aconselhavam; em vez disso, vença os debates. Whitaker escreveu que “o americano médio não quer ser educado; ele não quer desenvolver sua mente; ele não quer sequer se esforçar, conscientemente, para ser um bom cidadão. Mas você tem duas maneiras de atrair o interesse dele em uma campanha, e, pela nossa experiência, essas são as únicas que funcionam.” Você pode ou provocar uma briga (“ele gosta de um bom embate, em que ninguém precisa trocar

socos”), ou dar um show (“ele gosta de filmes; ele gosta de mistérios; ele gosta de fogos de artifício e de desfiles”): “Então, se você não pode brigar, DÊ UM SHOW! E se o seu show for bom, o Sr. e a Sra. América vão se virar para assistir.”⁸⁷

De forma mais eficaz do que qualquer político havia feito, Whitaker e Baxter ofereceram ao problema da democracia de massa uma solução elegante: transformaram a política em negócio. Mas o seu próprio sucesso decorreu, em parte, do surgimento de outra indústria política: as pesquisas de opinião pública.

* * *

A INDÚSTRIA DA OPINIÃO PÚBLICA americana surgiu como uma resposta da democracia à propaganda fascista. No final de 1933, Joseph Goebbels havia criado uma Divisão de Radiodifusão dentro do seu Ministério da Propaganda e assumido o controle da produção de aparelhos de rádio baratos, os Volksempfänger (rádio popular), com o objetivo de garantir que o governo chegasse a todos os lares do país, em uma prática que gostava de descrever como “bombardeio mental”.⁸⁸ Os fascistas diziam às pessoas no que elas deveriam acreditar; os democratas perguntavam. Mas, para provar o seu valor científico, as pesquisas de opinião pública dependiam de sua capacidade de prever corretamente o resultado das eleições nacionais.



Joseph Goebbels, ministro da propaganda da Alemanha, utilizou o rádio de uma maneira particularmente eficaz. Nessa imagem, falando com a Juventude Hitlerista. (Hulton-Deutsch / Hultun Deutsch Collection / Corbis / Getty Images.)

Desde seu início, a indústria se viu diante de um paradoxo: prever de forma confiável o resultado de uma eleição e divulgá-lo ao público talvez pudesse minar a democracia, em vez de beneficiá-la. Apesar disso, as pesquisas prosseguiram.

Os jornais vinham prevendo os resultados das eleições regionais há décadas, mas prever os resultados de uma eleição nacional exigiria o estabelecimento de uma rede de jornais. Em 1904, o *New York Herald*, o *Cincinnati Enquirer*, o *Chicago Record-Herald* e o *St. Louis Republic* juntaram forças para prever o resultado das eleições, somando seus números. Em 1916, o *Herald* já mobilizava um grupo de jornais em 36 estados. Naquele ano, a *Literary Digest*, uma revista de circulação nacional, começou a enviar cédulas de votação pelo correio, como parte de uma campanha publicitária. A *Digest* usou essa manobra para tentar atrair novos assinantes; seu plano era receber mais votos pelo correio do que qualquer outra iniciativa.

Em 1920, a *Digest* distribuiu 11 milhões de cédulas, e, em 1924, mais de 16 milhões.⁸⁹ Em termos de alcance, seu único rival de verdade era a cadeia de jornais de William Randolph Hearst, capaz de utilizar os resultados de pesquisas realizadas em 43 estados. Embora algumas vezes a *Literary Digest* tenha errado em seus prognósticos para o voto popular, ela sempre acertou o vencedor no Colégio Eleitoral. Em 1924, acertou sua previsão para todos os estados menos dois, e, em 1928, todos exceto em quatro.

Um editor de jornais chamado Emil Hurja percebeu que aquele método estava fadado ao erro, uma vez que o que realmente importava não era o volume de opiniões coletadas na pesquisa, mas sim a sua diversidade. Hurja tentou convencer o Comitê Nacional Democrata a conduzir pesquisas de intenção de voto utilizando técnicas de amostragem de minério. “Na mineração você recolhe diversas amostras da face do mineral, pulveriza e calcula o preço médio por tonelada”, explicou. “Na política, você pode separar grupos de eleitores, comparar as tendências atuais com desempenhos passados, determinar variações de percentuais em eleitores de diferentes camadas sociais, complementar essa informação com observadores de campo competentes e, assim, prever com precisão o resultado de uma eleição.” Em 1928, o Comitê dispensou Hurja, tachando-o de maluco, mas, em 1932, ele estava comandando a campanha de Roosevelt.⁹⁰ Em 1932, a base de dados da *Literary Digest* tinha mais de 20 milhões de nomes. A maioria desses endereços havia sido retirada de listas telefônicas e dos arquivos do registro de automóveis. Hurja foi uma das poucas pessoas que percebeu que a *Digest* subestimou repetidas vezes o tamanho da base de apoio de Roosevelt, porque sua amostra, embora muito grande, não era muito representativa: as pessoas que votavam em Roosevelt tinham muito menos probabilidade do que o resto da população de possuir um carro ou um telefone.⁹¹

Hurja estava se valendo das observações da ciência social. Porém, a verdadeira inovação nas pesquisas de opinião pública

foi utilizar um método desenvolvido por cientistas sociais na década de 1920, que consistia em usar a estatística para estimar as opiniões de uma grande população ao pesquisar uma amostra estatisticamente relevante.

A pesquisa política é o casamento do jornalismo com a ciência social, uma união realizada por George Gallup, que disse ao lembrar seus dias na Universidade do Iowa, na década de 1920: “Quando entrei na faculdade, queria estudar jornalismo, para, mais tarde, tornar-me o editor de um jornal”. Porém, “naquela época, não consegui me formar em jornalismo, então me formei em psicologia”. Ele se formou em 1923, entrou em um programa de pós-graduação de um campo novo, a psicologia aplicada, em que todos estavam falando sobre o livro de 1922 de Walter Lippmann, *Opinião pública*, e Gallup se interessou pelos desafios envolvidos em mensurá-la. Sua primeira ideia foi fazer uma pesquisa por amostragem para entender como as pessoas liam os jornais. Em 1928, em uma dissertação chamada “Um método objetivo para determinar o interesse do leitor no conteúdo de um jornal”, ele argumentava que “em dado momento, a imprensa era vista como o principal veículo para instruir e informar a população em massa”, mas o crescimento das escolas públicas significava que os jornais não cumpriam mais aquele papel e, em vez disso, deveriam se concentrar em atender “uma demanda maior por entretenimento”. Por conta disso, ele havia desenvolvido um método para medir o “interesse do leitor”, uma maneira de descobrir quais partes do jornal os leitores gostavam mais de ler. Ele chamou aquilo de “método de Iowa”, que “consistia, basicamente, de folhear um jornal por inteiro, coluna por coluna, ao lado de um leitor”. O entrevistador, então, faz marcações no jornal, para indicar as partes que o leitor havia gostado. “O método de Iowa oferece ao editor do jornal uma maneira científica de ajustar o seu jornal de acordo com a sua comunidade”, escreveu; ele poderia contratar um especialista para conduzir um estudo para descobrir de quais artigos e quais

autores seus leitores mais gostavam, e parar de publicar aquilo que os entediava.⁹²

Em 1932, quando Gallup era professor de jornalismo na Northwestern, sua sogra, Ola Babcock Miller, concorreu ao cargo de vice-governadora do Iowa. Seu marido havia morrido no cargo; sua indicação era, em grande parte, honorária, e ninguém esperava que ela fosse vencer. Gallup decidiu aplicar suas ideias sobre como medir o interesse dos leitores para estimar as chances de sua candidatura. Depois disso, mudou-se para Nova York e começou a trabalhar em uma agência de publicidade, onde, enquanto lecionava em Columbia, aperfeiçoou um método para medir o tamanho da audiência de um programa de rádio. Para tentar descobrir com mais precisão, para jornais e revistas, os resultados das eleições, Gallup conduziu alguns experimentos em 1933 e 1934 e fundou uma empresa chamada Departamento de Pesquisas Editoriais. Gallup gostava de chamar as pesquisas de opinião pública de “um novo campo do jornalismo”, mas decidiu que seu trabalho precisava ter um pedigree acadêmico. Em 1935, mudou o nome do Departamento de Pesquisas Editoriais para Instituto Americano de Opinião Pública e estabeleceu sua sede em Princeton, Nova Jersey, o que também lhe conferiu uma aparência mais acadêmica.⁹³

O método de Gallup consistia em pesquisar a opinião pública aplicando questionários a uma amostra da população cuidadosamente selecionada para servir como uma representação do todo. Ele dizia que aquilo era como “medir o pulso da democracia”. (Cético, E. B. White escreveu: “Muito embora você possa medir o pulso da democracia, não dá para ter certeza de que a nação não acabou de subir correndo um lance de escada.”) Em 1935, para anunciar a publicação de uma coluna semanal assinada por Gallup, o *Washington Post* fez um dirigível sobrevoar a capital do país exibindo um letrero que dizia “A América Fala!”⁹⁴

Gallup queria que a pesquisa de opinião pública se tornasse uma ferramenta para um governo democrático, uma ferramenta

projetada para fazer o exato oposto do que a propaganda política fazia. A propaganda política era o negócio de controlar as opiniões das massas. A pesquisa de opinião pública era o negócio de descobrir as opiniões das massas. Os chefes de campanha dizem aos eleitores o que eles devem pensar; os pesquisadores perguntam a eles o que eles pensam. Entretanto, nenhum desses dois negócios dá muito crédito à ideia de que os eleitores devem tomar decisões independentes, ou mesmo que eles podem.

Novas indústrias, novas tecnologias e a própria conduta da guerra acentuaram preocupações antigas sobre o poder da propaganda. Joseph Goebbels, que concluiu seu PhD em 1921, havia sido muito influenciado por Edward Bernays e utilizado técnicas de relações públicas americanas nas mensagens transmitidas em massa pelo rádio, em impressos, filmes e desfiles. Goebbels tinha um aparelho instalado em seu quarto que lhe permitia controlar a programação nacional, e implementou o uso de “fiscais de rádio” para se assegurar de que os alemães estivessem ouvindo as transmissões em rede nacional. O objetivo da propaganda fascista é controlar a opinião das massas e usá-las a serviço do poder do Estado. Os alemães tentaram contratar o próprio Bernays; ele recusou, mas outras empresas de relações públicas aceitaram encomendas para produzir propaganda nazista nos Estados Unidos. Goebbels pretendia semear a discórdia nos Estados Unidos, em parte utilizando um sistema de rádio de ondas curtas, o Weltrundfunksender, ou Estação Mundial de Rádio, a “artilharia de longo alcance” do Ministério da Propaganda. Em 1934, ela transmitia propaganda pró-Alemanha em inglês e em várias outras línguas para a África, América Latina, Extremo Oriente, Sudeste Asiático, Indonésia e Austrália, muito embora suas transmissões para a América do Norte superassem em muito a escala de todas as demais transmissões. Para os Estados Unidos, onde transmitia em “inglês americano”, o

Weltrundfunksender enviava “notícias” falsas, a maioria delas denunciando uma “conspiração dos judeus e dos comunistas”.⁹⁵

Os jornais passaram a chamar esse tipo de coisa de “*fake news*”.⁹⁶ Porém, alguns americanos se incomodavam com o fato de não haver muita diferença entre as *fake news* e o trabalho da Fábrica de Mentiras de Whitaker e Baxter, ou mesmo dos formatos de persuasão política utilizados pela Casa Branca. Os críticos de Roosevelt acusavam-no de ter modificado o rádio para usá-lo como instrumento de propaganda. O secretário-executivo do Comitê Nacional Democrata falava sobre os eleitores de uma maneira muito semelhante à forma como Whitaker e Baxter se referiam a eles: “A mente do americano médio funciona de maneira simplória, de modo que não será difícil manter o seu apoio ao presidente se pudermos informá-lo de forma adequada sobre o que está acontecendo em Washington, o que o presidente está tentando fazer e que objetivos específicos ele persegue.” De acordo com o que relatou o secretário do comitê, isso seria mais bem feito “utilizando-se uma fonte confiável, como o rádio”. Porém, ao contrário da Europa, o governo dos Estados Unidos não era o dono, e, no fim das contas, nem ao menos controlava o rádio.⁹⁷ E nada no arsenal persuasivo de Roosevelt chegava perto do grau de desinformação a que foram submetidos os eleitores pelos primeiros responsáveis por fazer propaganda política nos Estados Unidos.

Ainda assim, até mesmo os aliados mais próximos de Roosevelt ficaram preocupados. Felix Frankfurter, conselheiro presidencial e amigo de longa data de Walter Lippmann — os dois haviam morado juntos na Casa da Verdade —, aconselhou Roosevelt a manter distância dos profissionais de relações públicas, chamando homens como Bernays de “envenenadores profissionais da mente pública, exploradores da ignorância, do fanatismo e do egocentrismo”.⁹⁸ No entanto, Roosevelt aproximou-se não de Bernays, mas de Gallup. Ele se orientava pelo que lia nas cartas de seus eleitores — e, cada vez mais, pelas pesquisas semanais de opinião pública. Roosevelt estava

disposto a utilizar toda a amplitude do poder executivo para fazer avançar sua agenda, mas não podia fazê-lo sem apoio popular. Com Roosevelt, as pesquisas de opinião pública entraram na Casa Branca e no processo político americano. E lá permaneceram.

IV.

EM 27 DE JUNHO DE 1936, Roosevelt aceitou a indicação de seu partido no Franklin Field, na Universidade da Pensilvânia, diante de uma multidão de 100 mil pessoas. “Essa geração de americanos tem um encontro marcado com o destino”, disse ele. Os Estados Unidos estavam agora em uma cruzada para salvar a democracia “tanto para nós mesmos quanto para o resto do mundo”.⁹⁹ Para salvar a democracia em casa, seria necessário dismantelar as leis de Jim Crow. Roosevelt não fez isso.

As leis de Jim Crow definiram as políticas do New Deal. Em meio a violência, captações, testes de alfabetização e outras modalidades de privações de direitos, menos de 4% dos afro-americanos estavam registrados para votar. Em 1930, Anne O’Hare McCormick escreveu que, mesmo assim, “a vingança do escravo é colocar seus senhores em tal situação de servidão que eles não sejam capazes de tomar nenhuma decisão política, social, econômica ou ética sem fazer referência a ele”. “Mesmo sem voto, o escravo domina a política.”¹⁰⁰

A confiança que Roosevelt depositava nas pesquisas de opinião pública agravou esse problema. O primeiro método utilizado por Gallup é conhecido como “amostragem por cota”. Esse método analisa o eleitorado para determinar que proporção da população eleitora é composta de homens, mulheres, negros, brancos, jovens e velhos. Seus pesquisadores tinham de preencher uma cota para que as pessoas que respondessem ao questionário formassem um minieleitorado proporcional. Mas o que Gallup apresentou ao público americano como “opinião pública” foi a opinião de americanos que eram

desproporcionalmente ricos, brancos e do sexo masculino. Em todo o país, nas décadas de 1930 e 1940, os negros correspondiam a cerca de 10% da população, mas somavam menos de 2% nos grupos pesquisados por Gallup. Como os negros no sul geralmente não podiam votar, Gallup não estabeleceu uma “cota de negros” nesses estados.¹⁰¹ Em vez de representar a opinião pública, essas pesquisas silenciavam as vozes dos afro-americanos.

A coalizão eleitoral de Roosevelt afastou os afro-americanos do Partido Republicano; ele se consultava com um grupo informal de conselheiros, que acabou sendo chamado de seu “gabinete negro”; e indicou o primeiro afro-americano para o cargo de juiz federal. Mas os programas do New Deal eram, em geral, segregados, e Roosevelt não agiu contra os linchamentos. Em 1933, depois da ocorrência de 23 linchamentos, uma legislação antilinchamento foi apresentada ao Congresso. No ano seguinte, um homem chamado Claude Neal, acusado de estupro e assassinato, foi retirado de uma cadeia no Alabama e levado até a Flórida, onde foi torturado, mutilado e executado em frente a uma plateia de 4 mil espectadores. No Senado, os democratas do sul começaram a obstruir o projeto de lei contra os linchamentos.¹⁰² “Se eu me posicionar contra o projeto antilinchamento agora, eles vão obstruir todas as votações de todas as leis que eu enviar para a aprovação do Congresso para impedir que o país quebre”, contou Roosevelt a Walter White, da NAACP. “Os sulistas, por conta da regra da antiguidade no Congresso, ou são presidentes ou ocupam posições estratégicas na maioria das comissões do Senado e da Câmara.” O projeto de lei antilinchamento acabou sendo abandonado.¹⁰³

Enquanto isso, a influência de Gallup crescia. Em 1936, nas páginas do *New York Herald-Tribune*, ele previu que a *Literary Digest* anunciaria que Alf Landon derrotaria Roosevelt de lavada e que sua estimativa estaria errada. Ele acertou nas duas previsões.¹⁰⁴ No entanto, isso era apenas o começo do que Gallup pretendia fazer. “Penso em fazer pesquisas sobre todos

os principais assuntos”, explicou. Com o mundo estremecido e o fim da democracia liberal parecendo uma possibilidade real, Gallup alegou que colher dados sobre a opinião pública era crucial para a luta contra o fascismo e a solução para o problema da democracia de massa. No acelerado mundo moderno, “precisamos saber, o tempo todo, qual é a vontade do povo”. As eleições só aconteciam a cada dois anos, mas, ao medir a opinião pública sobre os mais variados tópicos quase que instantaneamente, os políticos que estavam no governo poderiam representar melhor os seus eleitores — de forma mais eficiente e democrática. Gallup acreditava que seu método havia resgatado a política americana das garras da máquina política e a devolvido aos homens do campo: “Nos dias de hoje, o conceito de assembleia popular da Nova Inglaterra foi, de certa maneira, reabilitado.” Ele não estava só. Elmer Roper, outro pioneiro do ramo, considerava a pesquisa de opinião pública “a maior contribuição para a democracia desde a introdução da votação secreta”.¹⁰⁵

Em 1939, a revista *Time* inventou a palavra “pollsters” (alguém que conduz uma pesquisa de opinião pública), e, na cabeça das pessoas, a palavra “poll” passou a significar duas coisas diferentes: pesquisas de opinião pública e pesquisas de intenção de voto. Quando começou, Gallup divulgava previsões apenas para comprovar a precisão de suas pesquisas, já que não havia outra maneira de demonstrá-la.¹⁰⁶ Fora isso, as previsões em si não faziam sentido.

O Congresso resolveu fazer uma investigação. Em 1939, Walter Pierce, um democrata eleito para a Câmara escreveu que “estas pesquisas são uma fraude, e seus métodos deveriam ser revelados ao público”. (Pierce, como muitos dos críticos das pesquisas que demonstravam os americanos favoráveis à entrada do país na guerra, era um isolacionista.) Parte da preocupação com as pesquisas era de que elas fossem fraudulentas. Outra preocupação era que elas estivessem interferindo no desempenho adequado das eleições e do

governo. As pesquisas não representam o povo, escreveu um congressista; o Congresso, sim. “As pesquisas são incompatíveis com um governo representativo.”¹⁰⁷

Um legítimo antídoto para o fascismo — uma maneira de reforçar o governo representativo — era a promoção de debates públicos francos e imparciais. A *Assembleia popular americana do ar* estreou na rádio NBC em 1935, começando todos os seus episódios com a chamada “Alô! Alô! Vamos debater na velha assembleia!”. O objetivo da *Assembleia popular americana do ar* era furar as bolhas políticas dos seus ouvintes. “Se insistirmos na prática dos republicanos, que leem apenas os jornais republicanos, ouvem apenas os discursos dos republicanos no rádio, comparecem apenas aos comícios republicanos e convivem socialmente apenas com aqueles que compartilham das mesmas opiniões”, alertou seu moderador, “e os democratas (...) fizerem o mesmo, estaremos plantando as sementes da destruição de nossa democracia”. Cada episódio assumia o formato de um debate formal sobre algum tema político — por exemplo: “Os Estados Unidos precisam oferecer um sistema de saúde obrigatório?” A *Assembleia do ar* foi muito longe na concretização do seu objetivo, dando origem a mais de mil clubes de debate, nos quais os cidadãos ouviam o programa juntos e, ao final da transmissão, realizavam seus próprios debates cara a cara.¹⁰⁸

De forma muito reveladora, o próprio Roosevelt se recusava a debater no rádio. Candidatos a cargos locais, estaduais e, até mesmo, nacionais, debatiam ao vivo no rádio desde o começo da década de 1920, mas Roosevelt sempre recusava todos os convites, alegando, de forma pouco convincente, que um presidente jamais deveria debater no rádio, porque poderia deixar escapar algum segredo de Estado. Frustrados, os republicanos introduziram diversos trechos de discursos de Roosevelt e de outras pessoas em uma réplica feita pelo senador Arthur Vandenberg e enviaram-na às emissoras de rádio, para que elas transmitissem como um “debate”. Sessenta e seis

emissoras deveriam transmitir o programa; ao descobrir que o debate era uma montagem, 21 delas se recusaram.¹⁰⁹

Observadores mais atentos perceberam os perigos do rádio — ele parecia ser o instrumento perfeito para a propaganda —, mas outros tantos expressaram pela mídia o mesmo entusiasmo que Frederick Douglass havia expressado pela fotografia, ou que os entusiastas da internet expressariam no futuro. Entre 1930 e 1935, o número de estações de rádio nos Estados Unidos dobrou. Em 1935, os psicólogos Hadley Cantril e Gordon W. Allport escreveram que “as distinções entre comunidades urbanas e rurais, entre homens e mulheres, entre velhos e jovens, entre as classes sociais, crenças, estados e nações foram extintas”. “Como em um passe de mágica, as barreiras da estratificação social desapareceram, e, em seu lugar, surgiu uma consciência sobre a igualdade e o interesse comum.”¹¹⁰ Algumas dessas coisas, sem dúvida, realmente aconteceram, mas o rádio também criou e aprofundou tanto novas quanto antigas formas de associação — e de divisão.

O rádio transformou o fundamentalismo em um movimento nacional. Em 1925, Paul Rader, diretor do Tabernáculo Evangélico de Chicago, começou a transmitir o programa *The National Radio Chapel*. Durante os anos mais difíceis da Depressão, ministros revivalistas protestavam contra a modernidade e o sofrimento que ele produzia, convocando seus ouvintes a se voltarem para Deus. *Radio Bible Class*, transmitido de Grand Rapids, no Michigan, levou a tradição do estudo dominical da bíblia para comunidades localizadas onde quer que o sinal de rádio alcançasse. A Igreja Batista do Calvário de Nova York e o Instituto Bíblico de Los Angeles estavam entre as igrejas que possuíam suas próprias emissoras de rádio. Os fundamentalistas também fundaram novas faculdades naquela época, e recrutaram alunos pelo rádio: o Bob Jones College foi fundado na Flórida em 1926 e se mudou para Cleveland, no Tennessee, em 1933; a William Jennings Bryan University foi fundada em Dayton, no Tennessee, em 1930. O Wheaton

College, de Illinois — a “Harvard do Cinturão da Bíblia” —, tinha 400 alunos em 1926 e 1.100 em 1941; Billy Graham era um deles. Em 1939, o *Old Fashioned Revival Hour*, transmitido de Los Angeles pela rede de rádio Mutual, atingia uma audiência de 20 milhões de pessoas.¹¹¹

O rádio também impulsionou o populismo. Charles Coughlin, um padre católico, começou a transmitir a missa dominical por uma estação do Michigan em 1926, e, em 1930, a CBS decidiu incluir o seu programa, *The Golden Hour of the Little Flower*, em sua programação nacional. Trocando a religião pela política e abraçando um antissemitismo velado, Coughlin denunciava os “financistas de Wall Street”, e, embora tivesse sido, a princípio, um fanático apoiador de Roosevelt, em 1934 começou a considerar concorrer ele mesmo para a Casa Branca. Em maio de 1935, discursou para uma plateia de 30 mil apoiadores entusiasmados no Madison Square Garden, alguns portando cartazes que diziam “Nosso próximo presidente”.¹¹²

Com seu olhar desvairado e sua mania de socar a mesa, o senador da Louisiana Huey Long também inflamava seus seguidores através do rádio. Nascido em 1893, Long havia sido aprovado no exame da ordem dos advogados enquanto trabalhava como caixeiro-viajante, e foi eleito governador da Louisiana em 1928, mesmo ano em que Roosevelt foi eleito governador de Nova York. Populista impetuoso, ele havia acumulado poder político de forma arrebatadora na Louisiana antes de criar um movimento de alcance nacional, a Sociedade Compartilhe Nossa Riqueza. No final de 1933, Long rompeu com Roosevelt, chamando-o de ditador, e, em seguida, foi atacado pelo presidente no rádio. Então, Long comprou espaço em rede nacional. “Enquanto eu falo”, disse ele no começo de sua transmissão, “quero que você pegue o seu telefone e ligue para cinco amigos e diga a eles que Huey está no ar”. Depois disso, ele ficou enrolando por alguns minutos, esperando a audiência aumentar. Ridicularizado e visto como um demagogo perigoso, ele estava no auge do poder em setembro de 1935, quando foi

baleado, em Baton Rouge, pelo genro de um de seus mais ferrenhos adversários políticos. “Todo homem é um rei” tinha sido o lema de Huey Long. E ele morreu ridicularizado, como Polônio. Na esperança de herdar os seguidores de Long, Coughlin fundiu sua própria organização com a Compartilhe Nossa Riqueza e criou o Partido da União, concorrendo em uma eleição presidencial contra o homem que ele havia passado a chamar de Franklin Traidor Roosevelt.¹¹³ E obteve pouco mais de 1 milhão de votos.

Em novembro de 1936, Roosevelt se reelegeu em outra vitória acachapante e sem precedentes, por 523 a oito no colégio eleitoral, e com mais de 60% do voto popular. Superestimando seu próprio poder, ele decidiu seguir em frente com suas reformas, um projeto que o colocaria em rota de colisão com a Suprema Corte.

* * *

MESMO ANTES DE assumir o cargo em 1933, Roosevelt já tinha começado a angariar apoio jurídico para sua agenda legislativa, reunindo-se com Oliver Wendell Holmes, que lhe disse: “Você está em uma guerra, Sr. Presidente, e na guerra só existe uma regra: ‘Monte o seu batalhão e lute!’” Após seus primeiros 100 dias na presidência, Roosevelt havia garantido a aprovação de 15 elementos legislativos do seu New Deal. Todos estavam relacionados ao papel do governo federal na regulamentação da economia — e, portanto, à cláusula de comércio na Seção 8 do Artigo I da Constituição, que outorgava ao Congresso o poder “de regular o comércio com as nações estrangeiras, e entre os diversos estados, e com as tribos indígenas”. Caberia à Suprema Corte decidir se o programa estaria ou não dentro da alçada desse poder.

O New Deal ampliou e intensificou o antigo debate sobre a natureza da Constituição. Em 1931, um professor de filosofia escreveu: “Não acredito na ideia de uma geração decidindo o

que as outras têm de fazer (...) Nossos antepassados não sabiam nada sobre um país de 120 milhões de habitantes com automóveis, trens e aparelhos de rádio.” Como poderia um povo devotado à ideia do progresso se acorrentar ao passado? Thurman Arnold, procurador-geral adjunto de Roosevelt disse: “Hoje em dia, os otimistas ostentam a bandeira; os covardes, a Constituição.”¹¹⁴

Enquanto isso, a corte apresentava novos símbolos de poder. No começo de 1933, pouco antes de deixar o cargo, Hoover inaugurou a pedra fundamental de uma nova sede para a corte. Os materiais foram importados de todos os cantos do mundo: mármore da Espanha, Itália e África; mogno de Honduras. Com um orçamento de 10 milhões de dólares, a ideia era construir o maior prédio de mármore do mundo. Na cerimônia, depois de Hoover escavar o equivalente a uma colher de terra com uma pá, o Chefe de Justiça Charles Evans Hughes fez comentários chamando a atenção para os longos anos sem uma sede própria, com a corte sendo jogada de uma sala para outra dentro de algum prédio federal por um século e meio. “A corte iniciou seu trabalho como um departamento do governo sem lar”, disse Hughes, porém, “sobre a pedra fundamental que colocamos hoje, será erguido um memorial mais sublime que qualquer monumento de guerra”.¹¹⁵

Reformista, Hughes tinha sido indicado para a corte duas vezes; entre essas indicações, ele concorreu à presidência. Em 1906, disputando o governo de Nova York com William Randolph Hearst, Hughes gastou 619 dólares, contra os 500 mil de Hearst — e venceu.¹¹⁶ Assim que assumiu o cargo, fez a legislatura local aprovar uma lei de eleições limpas, impondo limites sobre quanto um candidato poderia gastar durante uma campanha. Em 1910, Taft indicou Hughes para a Suprema Corte, onde, no papel de defensor das liberdades civis, ele costumava se juntar a Holmes como a voz dissonante. Hughes renunciou ao cargo em 1916 para concorrer à presidência; e perdeu, por pouco, para Wilson. Ele atuou como secretário de Estado nas administrações

de Harding e Coolidge, antes de retornar à corte, durante a presidência de Hoover.

Na corte de Hughes, quatro juízes conservadores, conhecidos como “Os quatro cavaleiros”, vinham votando de forma consistente a favor da liberdade de contratação, enquanto os três liberais, Louis Brandeis, Benjamin Cardozo e Harlan Stone, costumavam apoiar as regulamentações do governo e consideravam esforços legislativos, como as leis de salário-mínimo, compatíveis com a Constituição. Isso deixava Hughes e Owen Roberts com os votos decisivos. Nas primeiras decisões sobre a legislação do New Deal, por 5 a 4, Hughes e Roberts, votando junto com os liberais, endossaram a agenda de Roosevelt. Hughes afirmou que “embora uma emergência não crie o poder, ela pode fornecer a ocasião para o seu exercício”.¹¹⁷

Na sessão de janeiro de 1935, a corte ouviu os argumentos em mais uma série de contestações ao New Deal. Antecipando que a corte decidiria contra ele, Roosevelt redigiu um discurso. (“Usar caso seja necessário”, escreveu ele no topo.) Contudo, em fevereiro, a corte novamente aprovou sua agenda por 5 a 4, levando um dos cavaleiros às lágrimas. “Acabou-se a Constituição!”¹¹⁸ Roosevelt precisaria usar aquele discurso na primavera. Em 27 de maio de 1935, a corte se reuniu na Velha Câmara do Senado do Capitólio pela última vez. Naquele dia, em três decisões unânimes, os juízes destroçaram o New Deal. Na mais importante delas, eles estabeleceram que a Agência de Recuperação Nacional, que Roosevelt considerava “a mais importante e abrangente legislação da história do Congresso Americano”, era inconstitucional, porque ultrapassava os poderes que haviam sido concedidos ao Congresso pela cláusula de comércio. Roosevelt defendeu que “as implicações dessa decisão serão muito mais graves do que qualquer outra tomada desde, provavelmente, o caso *Dred Scott*”. Em seguida, ele protestou raivosamente contra a escassez de poder que estava ao alcance do Congresso para recuperar uma economia

destruída. “Fomos relegados a uma interpretação dos tempos da vovó de uma cláusula de comércio interestadual.”¹¹⁹ No entanto, nos tempos da vovó, a corte não possuía nem metade do poder que exibia em 1935.

Seis meses depois, quando a corte voltou a se reunir, já foi em sua opulenta nova sede, descrita por um repórter como uma geladeira decorada por um estofador maluco. Dessa vez, a corte de Hughes emendou uma sequência, derrubando mais de uma dezena de leis federais em menos de dezoito meses. O Congresso aprovava uma lei; a corte derrubava. Em determinado momento, o advogado-geral de Roosevelt desmaiou no tribunal. Em um das dezenas de tratados publicados na tentativa de explicar esse conjunto específico de casos para os eleitores, um professor de direito constitucional escreveu que “nunca antes na história de nosso país a Suprema Corte foi convocada para adjudicar a constitucionalidade de tantos atos do Congresso que afetaram, de forma tão vital, a vida de todos os americanos quanto no período entre 1933 a 1936”. “Oito leis ou partes de leis foram declaradas inconstitucionais, duas foram declaradas constitucionais, duas foram declarados constitucionais e, em quatro instâncias, as ações de agentes e comissões do executivo foram consideradas além dos limites da Constituição.”¹²⁰

O presidente começou a estudar propostas para contra-atacar. Um senador teve uma ideia, dizendo que “são necessários doze homens para condenar um homem por homicídio”. “Não entendo por que não é necessário que se tenha uma unanimidade na corte para considerar uma lei inconstitucional.” Aquilo necessitaria de uma emenda constitucional, um processo notoriamente corruptível. “Dê-me 10 milhões de dólares”, disse Roosevelt, “e eu consigo evitar que qualquer emenda na Constituição seja ratificada pelo número necessário de estados”.¹²¹ Ele comprou seu tempo.

Em novembro de 1936, uma semana antes do dia das eleições, *Os nove velhos*, uma coluna que atacava a corte de Hughes, chamando-a de decrépita e maluca, começou a ser

publicada nos jornais do país; mais tarde a coluna viraria livro, tornando-se um *best-seller*.¹²² Empossado para um segundo mandato no dia 20 de janeiro de 1937 — com a cerimônia de posse tendo sua data adiada para o dia 4 de março —, Roosevelt imediatamente começou a fazer oposição ao judiciário. Em 5 de fevereiro, anunciou seu plano de reestruturação para a Suprema Corte. Entusiasmado pela vitória, e crente de que o poder de Hughes estava enfraquecendo, Roosevelt apresentou seu plano. Alegando que os juizes estavam envelhecendo e, portanto, não conseguiam mais dar conta de todo o volume de trabalho, disse que nomearia um juiz adicional para cada membro da Corte com mais de 70 anos, o que corresponderia a seis juizes. O presidente da Corte tinha 74.

Esse passo maior que a perna que Roosevelt deu em 1937 foi, em parte, influenciado pela sua extrema confiança na recuperação da economia. Acreditando que a crise estava perto do fim, ele cortou gastos do governo, especialmente relacionados à Agência do Progresso Público. Uma recessão começou. A *Time* noticiou que “a Recessão é mais espantosa que a Depressão”, citando uma queda de 35% na produção industrial desde o verão anterior como “a queda mais rápida da história dos negócios e das finanças nos Estados Unidos”. O conglomerado de cérebros estava sem ideias. “Nós já tiramos todos os coelhos da cartola, e agora ficamos sem coelhos.” disse um deputado democrata.¹²³ Mesmo assim, Roosevelt seguiu em frente.

Em 9 de março de 1937, em um de seus papos de lareira, Roosevelt comparou a crise judicial à crise bancária, assunto do primeiro episódio do programa. Ele disse que tinha chegado a hora de “salvar a Constituição da Corte, e a própria Corte de si própria”. Dessa vez, a magia do rádio não funcionou. A taxa de aprovação do presidente caiu de 65% para 51%. Pouco tempo depois, de forma muito elegante, Hughes praticamente encerraria a questão, ao relatar, em carta eloquente para o Comitê de Justiça do Senado de 22 de março, que “a Suprema Corte está em dia com o seu trabalho”. Se era uma questão de eficiência —

escreveu —, havia um grande número de evidências sugerindo que mais juízes apenas reduziriam a velocidade do tribunal.¹²⁴

Então veio uma guinada brusca. Começando com *West Coast Hotel Co. vs. Parish*, uma decisão tomada em março de 1937, por 5 a 4, com o texto, escrito por Hughes, mantendo a exigência do pagamento do salário-mínimo para as mulheres, a Suprema Corte passou a apoiar o New Deal. Owen Roberts trocou de lado, uma mudança tão repentina, e tão crucial para a preservação da Corte, que ficou conhecida como “a mudança a tempo que salvou os nove”. Ficou a impressão de ser algo puramente político. De acordo com o que Felix Frankfurter escreveu para Roosevelt, “até mesmo um cego consegue ver que a Corte está fazendo política” e perceba como a Constituição é ‘interpretada judicialmente’. Esta é uma lição escandalosamente prática — uma demonstração obscena — da relação dos homens com o ‘significado’ da Constituição.”¹²⁵

Em 18 de maio de 1937, o Comitê de Justiça do Senado votou contra encaminhar a proposição do governo para o plenário. O projeto de encher o tribunal de juízes foi encerrado. Seis dias depois, a Suprema Corte confirmou as cláusulas relativas à pensão por aposentadoria da Lei de Seguridade Social. O presidente, e seu acordo, haviam prevalecido. Se aquela mudança tinha mais a ver com a lei do que com influência, certamente não foi o que pareceu, e isso teve um impacto na perda de confiança do público. Em junho de 1937, H. L. Mencken publicou o texto satírico “A Constituição do New Deal”, que começava: “Todos os poderes governamentais, de todos os tipos, deverão ser investidos no Presidente dos Estados Unidos.”¹²⁶

Em 1938, Roosevelt apresentou um plano de gastos de 5 bilhões de dólares, seguindo o argumento keynesiano de que o gasto público era a melhor maneira de combater o declínio econômico e a estagnação. Mas o próprio Keynes estava preocupado. Em fevereiro, ele escreveu ao presidente, dizendo estar “apavorado com os possíveis danos à imagem das causas progressistas em todos os países democráticos, porque você não

avaliou corretamente o risco que um fracasso medido em termos de uma prosperidade imediata representava às suas reputações”. Em abril, por uma margem de 204 votos, número que incluía 108 democratas, o Congresso derrubou um projeto de Roosevelt para reestruturar o executivo, contratando mais funcionários para o governo e tirando o Escritório do Orçamento de dentro do Departamento do Tesouro para colocá-lo na Casa Branca. O projeto acabou sendo aprovado em uma sessão posterior, mas a margem de manobra com a qual Roosevelt contava em 1933 havia se perdido. Como escreveu um dos críticos do presidente, “acabamos de testemunhar, na Europa, o que acontece quando poder demais é concedido a um homem.”¹²⁷ Ninguém queria ver aquilo no quintal de casa.

* * *

EM 15 DE MARÇO DE 1938, diante de uma multidão de 200 mil austríacos repleta de suásticas na Heldenplatz, a Praça dos Heróis, em Viena, Adolf Hitler anunciou a *Anschluss*, a unificação da Alemanha e da Áustria. Goebbels se articulou para que seu Ministério da Propaganda absorvesse o sistema de radiodifusão austríaco.¹²⁸ Após assumir o controle de todos os braços do governo e eliminar toda a oposição política em 1933, Hitler começou a revogar a cidadania dos judeus alemães, com as Leis de Nuremberg, dois anos depois. Ele criou uma força aérea e montou um exército. Em 1936, enviou uma tropa de 35 mil homens para a Renânia, onde não encontrou nenhuma resistência armada. Depois, ainda em 1936, entrou para uma aliança chamada Eixo, junto com Japão e Itália. Pressionando por uma “Alemanha Maior”, primeiro Hitler obrigou o chanceler da Áustria a convocar um referendo sobre a unificação, marcado para o dia 13 de março de 1938. Depois, anunciando que a Alemanha não aceitaria o resultado da votação, ele invadiu sua terra natal. As forças austríacas não ofereceram resistência.

Assim como grande parte da Europa, apesar de a Alemanha ter violado o Tratado de Versalhes.

As reportagens ao vivo, direto do local onde os fatos aconteciam, tiveram sua origem nessa crise, assim como os boletins de notícias urgentes, com uma interrupção na programação normal. Durante toda a crise da Áustria, as estações de rádio americanas interromperam sua programação regular para trazer notícias e comentários direto de Roma, Paris, Londres e Berlim, que eram retransmitidos pelas ondas curtas. Repórteres entrevistavam testemunhas em tempo real, seus microfones capturando o som das ruas, o barulho dos cascos dos cavalos, o zunido das sirenes. Em setembro, quando Hitler tentava anexar à Alemanha uma região da Tchecoslováquia conhecida como Sudetas, e a Europa estava prestes a entrar em guerra, locutores de rádio de todo o mundo traziam, de hora em hora, informações urgentes. Durante os 80 dias da crise de Munique, a NBC interrompeu sua programação 440 vezes. As notícias eram tão importantes e urgentes que a CBS suspendeu a veiculação de anúncios. Durante esses 80 dias, o repórter da CBS H. V. Kaltenborn, que nunca escrevia suas falas com antecedência, fez 102 transmissões de Nova York, compilando todas as informações dos relatos ao vivo, dormindo (quando dormia) em uma cama dobrável do exército dentro do Estúdio 9 da emissora, com um microfone ao seu lado.¹²⁹

Em 14 de setembro, a BBC noticiou que “o primeiro-ministro enviou para o Führer e chanceler alemão (...) A seguinte mensagem”, lendo a mensagem que Neville Chamberlain havia enviado para Hitler: “Tendo em vista o agravamento dessa situação crítica, disponho-me a ir ao seu encontro imediatamente, com a ideia de tentar encontrar uma saída pacífica.” Enquanto Chamberlain se preparava para ir até Munique, os radialistas tchecos se esforçavam para rebater a propaganda nazista. “Mais uma vez, esta noite, temos de desempenhar a desagradável função de refutar novas informações inverídicas propagadas pelo serviço de transmissão

radiofônica alemão”, relatou o âncora de um noticiário no dia 18 de setembro. “A emissora de rádio húngara aparentemente está tentando competir com os alemães em matéria de invenção de notícias falsas.”

“Olá, América”, disse o correspondente da NBC Fred Bates em 27 de setembro. “Estou em Londres.” Bates, com a voz carregada de tensão, lia em voz alta os editoriais dos principais jornais londrinos, que deixavam claro que, na Europa, o futuro da civilização estava imerso em incertezas. “Nesta manhã, falo com vocês diretamente do aeroporto da cidade de Munique”, relatou Max Jordan, também da NBC, dois dias depois, após ser enviado à capital da Bavária para cobrir o encontro entre Hitler, Mussolini, Chamberlain e o primeiro-ministro francês.¹³⁰ No que viria a ser chamado de Pacto das Quatro Potências, Itália, Inglaterra e França concordaram em permitir que a Alemanha anexasse partes da Tchecoslováquia. “O que aconteceu na sexta-feira é o que chamamos de ‘paz’”, disse Dorothy Thompson em seu próprio programa de rádio no dia seguinte. “Na verdade, trata-se de um golpe de estado fascista internacional.” Segundo ela, o acordo tinha sido fechado por quatro homens, em quatro horas, e nenhum deles jamais havia pisado na Tchecoslováquia, um país que Hitler destruiria e cujas minorias políticas seriam ou dizimadas ou exiladas por ele. Aquele acordo, disse Thompson, representava “a franca implementação do terror”.

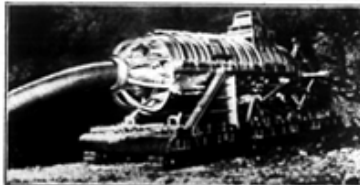
FAKE RADIO 'WAR' STIRS TERROR THROUGH U.S.

Story on Page 2



"War" Victim

Caroline Cullin, WPA secretary, listening to the radio in West 47th St., heard announcement of "attack in Times Square." Running to street, she fell, broke her arm.



"I Didn't Know" Orson Welles, after announcement of public reaction. He starred in "War of the Worlds" for radio and played principal role. Left: a machine removed for another H. G. Wells story. Dramatic description of landing of weird "machine from Mars" started last night's panic.

Em 1938, jornais de todo o país noticiaram episódios de pânico ocorridos durante a transmissão de A guerra dos mundos. (Arquivo do NY Daily News / Getty Images.)

Quando retornou a Londres, Chamberlain anunciou que “toda Europa se encontrará com a paz”, e, em uma transmissão ao vivo pelo rádio, leu em voz alta o acordo feito com Hitler, enquanto seu principal crítico, Winston Churchill, ficou revoltado por ele ter se submetido ao líder alemão com a esperança ilusória de evitar uma guerra. “Você teve a chance de escolher entre a guerra e a desonra”, disse Churchill a Chamberlain. “Você escolheu a desonra e ainda terá a guerra.”¹³¹

A guerra pela qual a Europa passaria, pela qual o mundo passaria, seria a primeira guerra travada na era do rádio, uma

guerra transmitida pelo ar. As batalhas seriam palco de atos de selvageria e barbárie. E a transmissão da guerra mostraria, de forma assustadora, que as “*fake news*” haviam se tornado uma arma na mão dos tiranos. Nada ilustrou isso melhor do que uma transmissão feita por Orson Welles, quatro semanas após a crise de Munique.

Em 30 de outubro de 1938, pouco depois das oito da noite, a Rádio CBS iniciou normalmente sua transmissão de *Mercury theatre on the air*, um programa de drama radiofônico de uma hora de duração apresentado pelo próprio Welles, que a rádio havia concordado em veicular em seu espaço obrigatório da programação dedicado ao serviço público. Naquele verão, Welles, aos 23 anos, já havia produzido adaptações de *Drácula*, *O Conde de Monte Cristo* e das aventuras de Sherlock Holmes. Prodígio do teatro, Welles era um gênio da direção, fascinado pelos efeitos sonoros e com grande talento para a arte de provocar medo.

O programa sempre começava com a chamada: “A Columbia Broadcasting System e suas estações afiliadas apresentam Orson Welles e o seu *Mercury theatre on the air!*” Depois disso, Welles fazia uma introdução da história daquela semana. Mas, naquela noite, as pessoas que perderam a breve introdução do apresentador se pegaram ouvindo o que parecia ser uma previsão do tempo noturna, seguida por uma programação musical, que era interrompida por uma notícia urgente:

Senhoras e senhores, interrompemos a nossa programação de música dançante para trazer um boletim especial da Intercontinental Radio News. Às 19h40, o Professor Farrell, do Observatório Mount Jennings, de Chicago, no Illinois, relatou ter observado diversas explosões de gás incandescente, ocorridas em intervalos regulares no planeta Marte.

Após mais músicas, outra interrupção trouxe a voz de um repórter chamado Carl Phillips, entrevistando um astrônomo da Universidade de Princeton. Depois de uma segunda interrupção, Phillips retornou, com a voz muito abalada:

Senhoras e senhores, aqui é Carl Phillips novamente, direto da fazenda Wilmuth, em Grovers Mill, Nova Jersey (...) Não sei bem por onde começar a descrever em palavras a estranha cena diante dos meus olhos, que se parece com uma versão moderna de *Mil e uma noites* (...) Acho que aquilo ali (...) não se parece muito com um meteoro.

O suspense e a tensão foram se transformando em pânico, com a estação de rádio trocando sua programação musical pelo relato esbaforido de uma invasão de marcianos e do caos provocado nas ruas por americanos que tentavam se proteger. O secretário do Interior dos Estados Unidos convocava os “cidadãos da nação”, na esperança de que sua resistência pudesse ajudar a “preservar a supremacia da raça humana nesse planeta”. Os alienígenas pretendiam conquistar a Terra. Uma outra voz dizia: “Aparentemente o objetivo deles é destruir nossa resistência, paralisar nossa comunicação e desorganizar nossa sociedade.”

Os militares assumiam o controle das transmissões. Cidades americanas, incluindo Nova York, ardiam em chamas. Uma voz desesperada anunciava que “essa pode ser nossa última transmissão”. “Ficaremos aqui até o fim...” A voz é interrompida enquanto os ouvintes escutam o som de seu corpo caindo no chão. Tudo que se ouve em seguida é o que aparenta ser um operador de rádio de ondas curtas.

“2X2L chamando CQ... Nova York. Ninguém está no ar?”

Só então — mas, de acordo com os relatos dos jornais no dia seguinte, não antes de ouvintes de todo o país terem entrado em pânico, ligado para a polícia, visitado os pastores de suas paróquias para fazer suas confissões de morte e saído correndo gritando de suas casas — um locutor interrompeu a transmissão e rodou uma vinheta do programa para informar aos ouvintes que eles tinham acabado de ouvir uma “dramatização original de *A guerra dos mundos*”.¹³²

Uma década de relações públicas e da soberania do rádio tinham deixado os americanos confusos sobre o que era ou não verdade. Arrependida, a CBS anunciou que nunca mais usaria “a técnica da simulação do noticiário”. A FCC decidiu proibir as reprises do programa. Mesmo assim, por todo o país, os comentaristas se perguntavam o que o rádio havia feito. Será que havia tornado as massas passivas demais, muito propensas a aceitar opiniões pré-fabricadas?

Dorothy Thompson estava grata. “Os principais promotores de histerias e alucinações coletivas atualmente são os estados que usam o rádio para inspirar terrores, incitar ódios, inflamar as massas, conquistar o seu apoio para fins políticos, criar idolatrias, abandonar a razão e se manter no poder.” Depois de passar anos tentando alertar os leitores americanos sobre a ascensão do fascismo, ela concluiu que “Welles contribuiu mais para a compreensão do hitlerismo, do mussolinismo, do stalinismo, do antissemitismo e dos demais terrorismos de nossos tempos do que todas as palavras que já foram escritas sobre todos eles”.¹³³

Em 1938 e 1939, com a CBS enfrentando processos na casa dos 12 milhões de dólares por causa de *A guerra dos mundos*, Welles alegava que não tinha a menor ideia dos efeitos que a transmissão estava causando e que, certamente, nunca teve a intenção de fazer mal a alguém.¹³⁴ No entanto, tempos depois, ele admitiria que, nos primeiros 15 minutos de transmissão, os ouvintes começaram a entrar em pânico e ligaram, aterrorizados, para a estação. Um policial de Nova York chegou a tentar invadir o estúdio. “O que está acontecendo aqui?”, gritava. Um supervisor da rádio pediu que Welles parasse a transmissão ou, pelo menos, que a interrompesse, para tranquilizar os ouvintes.

“Pelo amor de Deus, você está matando as pessoas de medo”, disse o supervisor da CBS. “Por favor, interrompa essa transmissão e diga que é apenas uma brincadeira.”

“Como assim interromper?”, retrucou Welles. “Eles estão assustados? Que bom, é para ficarem assustados. Agora me deixe terminar.”

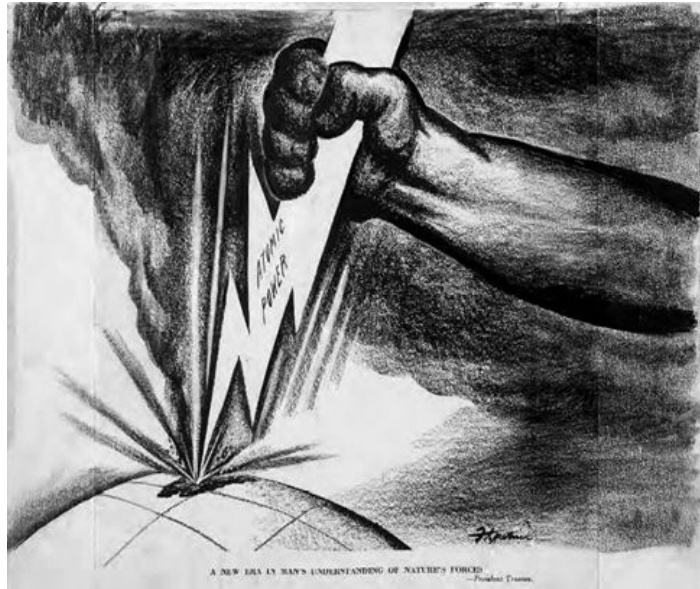
Mais tarde, Welles alegaria que desde o princípio o seu objetivo tinha sido conscientizar os americanos sobre os perigos do rádio na era da propaganda. Ele continuou, afirmando que “as pessoas desconfiavam do que liam nos jornais, mas quando o rádio veio... elas acreditavam em tudo que saía daquelas máquinas”.¹³⁵ Mas o problema não acabou com *A guerra dos mundos*, que apenas fez com que ficasse ainda mais difícil para os americanos saber no que acreditar. Porém, de uma coisa eles sabiam: uma força maligna estava à solta no mundo.

Em 9 de novembro, menos de duas semanas após a transmissão de *A guerra dos mundos*, nazistas espalhados pela Alemanha, Áustria e pela região dos Sudetas incendiaram mais de 7 mil lojas de judeus e mais de mil sinagogas. Assassinaram comerciantes e prenderam mais de 30 mil judeus, em uma noite que ficou conhecida como *Kristallnacht* (Noite dos Cristais), por conta dos vidros quebrados que ficaram espalhado pelas ruas. Segundo Dorothy Thompson, “esse não é um problema dos judeus; é um problema de toda a humanidade”.¹³⁶ Parecia que o próprio céu havia se estilhaçado.

Da Casa Branca, Roosevelt disse que “mal podia acreditar que coisas como aquelas poderiam acontecer na civilização do século XX”.¹³⁷ De fato, era difícil de acreditar. Mas uma guerra dos mundos havia começado.

Doze

A BRUTALIDADE DA MODERNIDADE



Um dia após os Estados Unidos bombardearem Hiroshima, o St. Louis Post-Dispatch publicou, em seu editorial, um desenho de giz de cera intitulado Uma Nova Era no Entendimento Humano das Forças da Natureza. (Daniel Robert Fitzpatrick / Cortesia da Sociedade Histórica do Estado do Missouri.)

A FEIRA MUNDIAL DE 1939 FOI REALIZADA EM UMA ÁREA DE 485 hectares no Queens, em Nova York, um terreno baldio que já havia sido, um dia, um lixão. Foram anos de planejamento e obras para transformá-lo em parque de diversões, uma vitrine exuberante dos avanços políticos, econômicos, científicos e tecnológicos, incluindo uma réplica em miniatura do Empire State Building. Sua principal atração era a Perisfera, um globo de 60 metros de diâmetro e 18 andares de altura que abrigou a exposição *Democracidade*, uma celebração da “saga da democracia”, que conduzia os visitantes para um mundo 100 anos no futuro, em 2039, onde as rodovias levavam as pessoas de subúrbios como Pleasantville para a capital, Centerton.¹ A

feira era um adeus ao passado; seu tema era O Mundo do Amanhã. A General Motors montou uma exposição chamada *Futurama*. A Westinghouse apresentou uma “batalha dos séculos” entre a Sra. Trabalho Pesado, que lavava os pratos usando as mãos, e a Sra. Moderna, que usava uma máquina de lavar. Elektro, o Homem-Motorizado, um robô de 2 metros de altura, fumava tranquilamente um cigarro.²

No dia da abertura, 30 de abril de 1939, em uma cerimônia realizada no Juizado da Paz da feira, Franklin Roosevelt, com as têmporas já grisalhas, declarou que a Feira Mundial estava “aberta a toda a humanidade”. A RCA, inaugurando a novíssima tecnologia da televisão, transmitiu o discurso pela NBC, que começara suas transmissões naquele dia. Um grupo de dançarinas vestidas de branco apresentou um “Espetáculo da Paz”. Parte dos visitantes do Mundo do Amanhã, porém, não ficou muito impressionada. E. B. White pegou um resfriado no dia em que visitou a feira. “Quando você não consegue respirar pelo nariz, o amanhã fica estranhamente parecido com o anteontem”, escreveu ele. A *Harper’s* publicou uma opinião um pouco diferente: “Era o paradoxo dos paradoxos. Bom e ruim ao mesmo tempo; o ápice de vulgaridade descontrolada e o píncaro da inspiração.”³

Na verdade, a feira já estava obsoleta antes mesmo de começar. No dia da abertura, os pavilhões dedicados à Áustria e à Tchecoslováquia já eram anacronismos: esses países não existiam mais. Os encantos do futuro se dissiparam rapidamente. Depois que Hitler invadiu a Polônia, em setembro, o pavilhão polonês foi envolto em tecido preto. Logo em seguida o mesmo aconteceu com os pavilhões da Bélgica, da Dinamarca, da França, de Luxemburgo e da Holanda. Quando o evento foi encerrado, 18 meses após sua abertura e falência, metade dos países europeus representados na Feira Mundial tinham sucumbido à Alemanha.⁴

A Segunda Guerra Mundial tiraria os Estados Unidos da depressão e acabaria com a postura isolacionista dos

americanos, além de promover uma renovação no espírito cívico nacionalista. Também chamaria a atenção do país para o fato de o processo de acerto de contas acerca das questões raciais estar inacabado, remodelaria o liberalismo e criaria as bases para a fundação de um movimento conservador motivado pela oposição ao poder do Estado. Em 1945, o futuro imaginado seis anos antes em um antigo lixão no Queens parecia uma antiguidade.

Mesmo assim, a feira deixou suas marcas. A Westinghouse reuniu centenas de objetos em uma cápsula do tempo para ser aberta dali a 5 mil anos, em 6939: havia todo tipo de coisa, desde um despertador até um barbeador elétrico, além de sementes fornecidas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, milhares de fotos, revistas, um dicionário, boa parte da *Encyclopedia Britannica* (14ª edição, de 1937), um rolo de filme da RKO Pictures e um projetor e 100 livros em microfilme. (“Há um microscópio incluso para que os historiadores do futuro possam ler os microfilmes; também acrescentamos instruções para a construção de máquinas maiores para a leitura dos mesmos, como as que são usadas nas bibliotecas modernas.”) Nem tudo eram platitudes. Entre as “mensagens especiais de homens notáveis de nossos tempos”, Albert Einstein contribuiu com uma carta, escrita hoje, para o amanhã.⁵

“As pessoas que vivem em países diferentes matam umas às outras em intervalos de tempo irregulares. (...) Qualquer um que pense sobre o futuro vive em constante medo e terror”,⁶ escreveu Einstein sobre o mundo em 1939. Como Orson Welles havia alertado, na sua introdução de *A guerra dos mundos*, no ano anterior: “No trigésimo novo ano do século XX veio a grande desilusão...”

I.

EM 1º DE SETEMBRO DE 1939, o dia em que a Alemanha invadiu a Polônia, uma cerimônia era realizada em Genebra. Oficiais da Liga das Nações dedicavam uma escultura, uma gigantesca

esfera de bronze, “À memória de Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos, fundador da Liga das Nações”. Dois dias depois, a Inglaterra e a França, que haviam tentado apaziguar Hitler em Munique no ano anterior, declararam guerra à Alemanha. Se os Estados Unidos tivessem se associado à Liga das Nações em 1919, acreditam alguns, a guerra brutal que abalou o mundo talvez pudesse ter sido evitada. “Os Estados Unidos têm, agora, uma segunda oportunidade de tornar o mundo um lugar seguro para a democracia”, disse Henry Wallace, secretário da Agricultura de Roosevelt. Naquele outono, internacionalistas como Wallace, incomodados com o fracasso da Liga das Nações, começaram a se encontrar, geralmente em sigilo, para planejar a paz — e projetar uma nova liga. O Conselho de Relações Internacionais começou a elaborar um relatório para o Departamento de Estado.⁷ Enquanto isso, Roosevelt tentava elaborar um plano para a guerra.

Na década de 1930, tanto o Congresso quanto a opinião pública eram favoráveis ao isolacionismo. Em 1935, o Congresso aprovou a primeira de cinco Leis de Neutralidade, nas quais os Estados Unidos se comprometiam a ficar fora da guerra na Europa. Em 1936, quando a guerra civil estourou na Espanha, cerca de 3 mil cidadãos americanos se voluntariaram e lutaram pela democracia contra um grupo insurgente de direita apoiado por Hitler e Mussolini; mais de 25% perderam suas vidas. Mas os Estados Unidos não se envolveram. Uma pesquisa de Gallup, feita em 1937, descobriu que a maioria dos americanos não tinha opinião formada sobre os eventos que ocorriam na Espanha.⁸

A indiferença americana encorajou a Alemanha. “Os Estados Unidos não representam perigo para nós. Tudo no comportamento da sociedade americana revela que ela é metade judaizada e metade negrificada. Como alguém pode esperar que um Estado como esse não vá se esfacelar — um país no qual tudo é construído em volta do dinheiro?”, questionou Hitler. Para ele, o fato de os americanos terem acreditado na dramatização radiofônica de *A guerra dos mundos* de Orson Welles provava

que eram simplórios e autocentrados demais para se preocuparem com a Europa. Embora nutrisse pelos soviéticos um rancoroso respeito, Hitler via os americanos como parvos, facilmente distraídos por besteirinhas. “Leve um alemão para Kiev, e ele permanecerá perfeitamente alemão. Coloque-o em Miami, e você fará dele um degenerado”,⁹ dissera.

No final de 1938, Roosevelt propôs um plano segundo o qual os Estados Unidos fabricariam aviões para a Inglaterra e para a França, além de construir a própria força aérea americana, com 10 mil aviões. Em 1939, ele apresentou o projeto — um orçamento de 300 milhões de dólares — para o Congresso. “Estas são apenas as exigências mínimas”, disse o presidente. Enquanto a máquina de guerra nazista atropelava a Europa, o presidente queria que o Congresso revogasse as Leis de Neutralidade, apoiasse os aliados americanos e preparasse as forças americanas, uma posição que ficou conhecida como sua estratégia de “tudo menos a guerra”. Secretamente, Roosevelt tinha mais uma preocupação. Químicos alemães haviam descoberto a fissão nuclear em 1938. Leo Szilard, um cientista húngaro que havia fugido da Alemanha, levou a notícia até Nova York. A Alemanha conquistou a Tchecoslováquia em março de 1939. Em agosto, Roosevelt recebeu uma carta escrita por Szilard e assinada por Einstein, alertando-o sobre “uma nova classe de bombas extremamente poderosas”, feitas com urânio. “Os Estados Unidos possuem minas de urânio muito pouco produtivas e em quantidade modesta”, informou o físico ao presidente. Porém, a “Alemanha suspendeu a venda do urânio retirado das minas da Tchecoslováquia, sobre as quais assumiu o controle”. Roosevelt montou uma comissão secreta para investigar o caso. Em pouco tempo, seus conselheiros relataram que o urânio “poderia ser uma fonte viável para a produção de bombas com um potencial destrutivo muito maior do que qualquer outra que conhecemos atualmente”.¹⁰

Antes de a Alemanha invadir a Polônia, cerca de metade dos americanos não tinha vontade ou sequer a capacidade de se

comprometer na escolha de um dos lados no conflito na Europa, especialmente porque William Randolph Hearst, que tinha sido contrário ao envolvimento dos Estados Unidos na guerra na Europa em 1917 (bradando “América em primeiro lugar!”), assumiu a mesma postura em 1938. Nas ondas da NBC ele alertou que todas as nações da Europa já estavam “prontas para entrar em guerra, e todas ansiosas para que entrássemos também”, mas que “os americanos deveriam manter a política tradicional de nossa grande nação independente — que é grande, exatamente, por ser independente”.¹¹ Uma pequena parcela da população apoiava Hitler fervorosamente. O padre Coughlin, que abandonara o rádio após perder a eleição para a presidência, retornou às transmissões em 1937, pregando o antissemitismo e sua admiração por Hitler e pelo Partido Nazista. Quando Hitler retribuiu, foi para expressar admiração não pelos Estados Unidos, mas sim pela Confederação, cuja derrota na Guerra Civil ele lamentava profundamente. “O começo de uma nova e maravilhosa ordem social baseada nos princípios da escravidão e da desigualdade foi destruído pela guerra”, escreveu ele. Semeando a discórdia, propagandistas nazistas tentaram se aproximar dos brancos sulistas pedindo, também, a revogação da Décima Quarta e Décima Quinta Emendas.¹² Coughlin foi manipulado por eles. Em 1939, sua audiência, embora reduzida, atendeu aos seus chamados para formar um novo partido político, a Frente Cristã.¹³ Dorothy Thompson o ridicularizou. “Tenho 44 anos e, se alguma vez fui ameaçada por judeus, ainda não percebi.” (A estratégia de Thompson sempre foi a de se recusar a levar Coughlin a sério. Uma vez ele se referiu a ela no rádio como “Dotty”; depois disso, ela nunca deixou de chamá-lo de “Chuck” em sua coluna.) Vinte mil americanos, alguns deles vestindo uniformes nazistas, reuniram-se em um Madison Square Garden decorado com suásticas e bandeiras americanas, onde, em uma “demonstração em massa do verdadeiro americanismo”, acusaram o New Deal de ser um “*Jew Deal*” [“*jew*”: judeu, em inglês]. Thompson entrou escondida

no evento, teve uma crise de riso e, enquanto era arrastada para fora por homens vestidos como a tropa de choque de Hitler, gritava “Quanta bobagem!”¹⁴

Embora o rádio tenha ajudado Coughlin a angariar seguidores, ele também o destruiria, especialmente depois que um padre episcopal de Nova Jersey chamado W. C. Kiernan estreou um programa cujo propósito era refutar os argumentos de Coughlin. Em referência aos protestos de abolicionistas e militantes anti-linchamento, desde Frederick Douglass até Ida B. Wells, Kiernan batizou seu programa de *Fórum da liberdade de expressão*.¹⁵

Em setembro, depois que a Inglaterra e a França declararam guerra à Alemanha, a revista *Fortune* correu contra o tempo para publicar em sua próxima edição um suplemento chamado “A guerra de 1939”, trazendo um mapa da Europa e uma pesquisa de opinião pública.¹⁶ “No conflito que acontece agora na Europa, qual dos lados você gostaria que vencesse?”, perguntava a revista aos leitores e 83% dos americanos escolheram “Inglaterra, França, Polônia e seus aliados”. Somente 1% escolheu “Alemanha e seus aliados”.¹⁷

As forças isolacionistas, entretanto, permaneciam intensas. O mapa da *Fortune* fazia com que a Europa parecesse perto. Mas em um discurso no dia 1º de outubro de 1939, o aviador americano Charles Lindbergh, que, em 1927, tornou-se o primeiro homem a atravessar o Atlântico sozinho em um voo sem paradas, disse: “Basta uma rápida olhada no mapa para ver onde estão nossas fronteiras de verdade. O que mais podemos desejar além do Oceano Atlântico no leste e o Pacífico no oeste?” A Europa pode estar travando uma guerra aérea, e os Estados Unidos, construindo uma força aérea, mas, segundo Lindbergh: “Um oceano é uma barreira formidável, mesmo para uma aeronave moderna.”¹⁸

Os isolacionistas criaram sua visão sobre a “Fortaleza América”. A maioria era composta por republicanos, enquanto a oposição ao movimento era mais forte entre os democratas sulistas, que desejavam um mercado global que consumisse seu

tabaco e algodão. Mas, mesmo os isolacionistas mais devotados sabiam que o mundo estava encolhendo. Em fevereiro de 1940, Arthur Vandenberg, de Michigan, escreveu em seu diário: “Provavelmente não será possível que o antiquado isolacionismo continue existindo nesse mundo atual de caminhos encurtados, no qual uma pessoa pode atravessar o Oceano Atlântico em 36 horas (...) Na melhor das hipóteses, o que podemos esperar, de agora em diante, é ‘insulamento’ em vez de isolamento.”¹⁹

Os opositores da estratégia de “tudo menos a guerra” de Roosevelt temiam que o tiro saísse pela culatra. Se os americanos vendessem tanques e navios para a Inglaterra e, uma vez atacados pela Alemanha, os britânicos se rendessem, os armamentos americanos cairiam nas mãos dos alemães. A capacidade de Roosevelt de mobilizar os americanos para ajudarem a Inglaterra, no entanto, ganhou forças da noite para o dia quando, em 10 de maio de 1940, Winston Churchill se tornou primeiro-ministro.

Churchill e Roosevelt encontraram-se pela primeira vez em Londres, em 1918, quando Roosevelt tinha 36 anos e era secretário-assistente da marinha, e Churchill, aos 43, ex-lorde do Almirantado. Vinte anos depois, após o retorno de Churchill ao posto, Roosevelt abriu um canal de comunicação com ele, sedento por relatos honestos sobre o que acontecia na Europa. A relação foi crescendo, com Churchill cortejando Roosevelt. “Nenhum amante estudou tão bem os caprichos de sua amada quanto eu estudei os do presidente Roosevelt”, diria Churchill mais tarde. O primeiro-ministro precisava desesperadamente conquistar Roosevelt para garantir os suprimentos americanos — e, em última análise, a entrada dos Estados Unidos na guerra — porque a Grã-Bretanha jamais seria capaz de derrotar a Alemanha sem o apoio dos Estados Unidos. O curso da guerra, e até mesmo os termos da paz, dependeriam, em grande parte, do curso dessa amizade. Entre 1941 e 1945, eles passariam 113 dias juntos, incluindo um feriado em Marrakesh. Churchill, que

também era pintor e poeta, pintou o pôr do sol para o presidente americano.²⁰

Se Churchill cortejava Roosevelt, ele também estava cortejando os eleitores americanos. No dia 4 de junho de 1940, o primeiro-ministro fez um pronunciamento emocionado na Câmara dos Comuns, transmitido por estações de rádio por todos os Estados Unidos, prometendo que a Grã-Bretanha lutaria pelo tempo que fosse preciso:

Nós iremos até o fim, lutaremos na França, nos mares e oceanos, lutaremos, cada vez mais fortes e confiantes, pelo ar, defenderemos nossa ilha, custe o que custar, lutaremos nas praias, lutaremos nos aeroportos, lutaremos no campo e nas cidades, lutaremos nas colinas; jamais nos renderemos... até que, no tempo de Deus, o novo mundo, com todo o seu poder e força, emerja para nos salvar e libertar do antigo.²¹

Roosevelt divulgou essa mesma mensagem pelos Estados Unidos. Seis dias depois, discursando em uma cerimônia na Universidade da Virginia, na ocasião da formatura de seu filho, Franklin Jr., Roosevelt descreveu o sonho do país em posição de “ilha solitária” como um pesadelo, o “pesadelo de um povo sem liberdade, o pesadelo de um povo sendo jogado na prisão, algemado, faminto, sendo alimentado através das grades, dia após dia, pelos impiedosos e insolentes senhores de outros continentes”.²²

Roosevelt decidira concorrer a um inédito terceiro mandato contra o desafiante republicano, o empresário de Indiana, Wendell Willkie, que apostava no apoio de democratas decepcionados com o governo de Roosevelt. Whitaker e Baxter produziram os materiais da campanha de Willkie, incluindo um manual de discursos que dava conselhos sobre como lidar com os democratas que estivessem na plateia: “em vez de se referir ao adversário como ‘Partido Democrata’, ou ‘Presidência do New Deal’, chame-o apenas pelo seu nome”. Mas Willkie não estava disposto a conduzir uma campanha disruptiva. A estratégia de “tudo menos a guerra” do presidente o levou a propor a primeira

convocação do exército em tempos de paz; Willkie se recusou a se opor a ele. “Se quiser vencer a eleição, você precisa se posicionar contra a convocação”, disse um repórter a Willkie, que respondeu: “Prefiro perder a eleição do que fazer isso.”²³

Até ali, os americanos haviam sido poupados dos horrores da guerra. Mas, apesar de Hearst, Lindberg e Coughlin, a recusa de Willkie em atacar Roosevelt também os poupou do fardo da divisão. “Aqui estamos, e nossas instituições primárias permanecem intactas, o nosso povo relativamente próspero e, mais importante de tudo, nossa sociedade relativamente amistosa”, escreveu Dorothy Thompson no *New York Herald Tribune*, um mês antes da eleição. “Nenhum país do mundo está tão bem.”²⁴

Em setembro de 1940, Churchill se recusou a se render à Alemanha mesmo depois que a blitz germânica tirou as vidas de 40 mil londrinos. Alemanha, Itália e Japão, as Potências do Eixo, assinaram um pacto, reconhecendo mutuamente suas esferas geográficas nos esforços do “propósito primordial de estabelecer e manter uma nova ordem das coisas”, como se o mundo fosse deles, para dividi-lo.²⁵ Em novembro, inspirados pela força moral de Churchill, e temendo a ascensão do Eixo, os eleitores conduziram Roosevelt de volta à Casa Branca. O inédito terceiro mandato, junto com os poderes que ele assumiu durante o New Deal, a lembrança da crise com a Suprema Corte e a própria convocação militar, acrescentaram elementos ao debate vigente sobre a capacidade do sistema de governo americano de resistir à brutalidade da modernidade. “Poderá nosso governo enfrentar o desafio do totalitarismo e permanecer democrático?”, perguntou o cientista político Pendleton Herring. “A separação de poderes entre o legislativo e o executivo é compatível com a necessidade de autoridade? Em busca de uma liderança firme, estaremos nos abrindo aos perigos de uma ditadura?”²⁶ Mas a maioria dessas perguntas foi deixada para depois da guerra.

No dia 29 de dezembro de 1940, Roosevelt recorreu mais uma vez ao rádio, dessa vez para falar sobre distância, tanto espacial

quanto temporal. “Nunca, desde os tempos de Jamestown e da Plymouth Rock, nossa civilização americana correu tanto perigo quanto agora”, declarou ele. Segundo ele, a Doutrina Monroe, de 1823, tornara-se obsoleta por conta da velocidade das viagens, mesmo através dos enormes oceanos. “O tamanho desses oceanos não é mais como era nos tempos dos navios mercantes. Em algum ponto entre a África e o Brasil, a distância é menor do que a de Washington até Denver, no Colorado, cinco horas para um bombardeiro de último tipo. E no ponto mais ao norte do Oceano Pacífico, a América e a Ásia quase se tocam.” E quanto à “nova ordem” do Eixo? “Eles podem até falar de uma ‘nova ordem’ para o mundo, mas o que eles têm em mente é apenas ressuscitar o pior e mais antigo tipo de tirania.” Os americanos não queriam lutar as guerras dos europeus em seu lugar, mas sentiam-se na obrigação moral de fornecer os armamentos que salvariam o mundo da tirania. “Ninguém transforma um tigre em gatinho fazendo carinho nele. Não há conciliação possível com a barbárie.” Trocando o linguajar pomposo por um discurso mais pragmático, Roosevelt também disse: “Faço um apelo aos donos de fábrica, aos gerentes, aos operários, aos funcionários de nosso governo, para que dediquem o máximo de seus esforços na produção veloz e incansável desses armamentos. Temos de servir como o grande arsenal da democracia”.²⁷

A Grã-Bretanha, que tinha um poderio militar muito inferior ao da Alemanha, e via seus próprios recursos bélicos se esgotarem rapidamente, estava sem dinheiro para comprar tanques, navios e aviões dos Estados Unidos. Roosevelt tinha um plano para isso, a Lei do Empréstimo e Arrendamento: os Estados Unidos emprestariam esses recursos para a Grã-Bretanha — na verdade, eram mais como um presente — em troca do direito de ocupar com bases militares norte-americanas, por longos períodos de tempo, partes do território do país. Para convencer os americanos que ainda hesitavam, Roosevelt equiparou o combate ao Eixo aos princípios da fundação dos Estados Unidos, suas verdades autoevidentes. No dia 6 de janeiro de 1941, em

seu discurso anual para o Congresso, ele defendeu que os Estados Unidos deveriam exercer seu poder de assegurar as “quatro liberdades humanas essenciais” para todo o mundo: liberdade de expressão, liberdade de religião, liberdade de viver sem penúria e liberdade de viver sem medo. (Um afro-americano respondeu a isso dizendo: “Os brancos estão falando sobre as Quatro Liberdades e a gente não tem nenhuma.”)²⁸

Enquanto se preparava para fazer seu terceiro discurso de posse, Roosevelt separou um tempo para escrever um bilhete para Churchill, que confiou a seu oponente derrotado, Wendell Willkie, que deveria entregá-lo pessoalmente. “Ele está ajudando muito a não politizar a situação”, disse Roosevelt a respeito de Willkie. Em uma folha verde timbrada da Casa Branca, Roosevelt escreveu, de memória, alguns versos da última estrofe de “A construção do navio”, o poema que Henry Wadsworth Longfellow escrevera em 1849 e revisara depois que seu amigo Charles Sumner o convencera a encerrá-lo de uma forma mais esperançosa. “Creio que este verso se aplica ao seu povo assim como ao nosso”, escreveu Roosevelt para Churchill:

*Em frente! Em frente! Ó, Navio do Estado!
Em frente! Ó, União, possante e grandiosa
A humanidade inteira, temerosa
Com o porvir dos anos, esperançosa
Espera ansiosa teu resultado!*

Churchill leu a carta de Roosevelt no rádio. “Que resposta devo dar, em seu nome, a este grande homem, escolhido três vezes para liderar uma nação de 130 milhões?”, perguntou ele aos seus ouvintes. “Deposite sua confiança em nós, dê-nos sua fé e suas bênçãos, dê-nos as ferramentas, e nós terminaremos o trabalho”,²⁹ ele mesmo respondeu.

Willkie, após se encontrar com Churchill, voou de volta até Washington a tempo de participar de uma sessão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara para prestar o seu apoio à Lei do Empréstimo e Arrendamento. Quando os isolacionistas da

comissão o confrontaram com os comentários que ele mesmo fizera durante a campanha (sobre Roosevelt estar forçando os Estados Unidos a entrarem na guerra), Willkie minimizou sua importância, considerando-os retórica de propaganda política. “Ele foi eleito presidente. Ele é o *meu* presidente agora.”³⁰

Enquanto o Congresso deliberava, Henry Luce recorreu às páginas da *Life* para defender a Lei de Empréstimo e Arrendamento. Em suas palavras, em 1919 os Estados Unidos tinham perdido uma “oportunidade de ouro (...) de assumir a liderança do mundo”. Ele aconselhou os americanos a não cometerem o mesmo erro novamente. Os Estados Unidos deveriam não apenas entrar na guerra — ele argumentou contra “a falência prática e moral de toda e qualquer forma de isolacionismo” — como também adotar um novo papel no mundo. “O século XX é o século dos americanos.”³¹

Os partidários cada vez mais agressivos e hostis do movimento “América em Primeiro Lugar” levantavam-se contra o internacionalismo de Roosevelt, Willkie e Luce. Em seu depoimento na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Charles Lindbergh recusou-se a fazer uma distinção entre o Eixo e os Aliados. “Eu não desejo que nenhum dos lados vença”, respondeu ele.³²

Lindbergh, Henry Ford e seus seguidores adotaram o slogan de Hearst quando fundaram o Comitê América em Primeiro Lugar. O comitê lançou uma campanha publicitária contra o programa de empréstimos e arrendamentos, comprando espaços publicitários de quinze minutos em uma rede de rádio com 40 emissoras. Esses esforços foram tão úteis aos alemães que o sistema de rádio de ondas curtas dos nazistas transmitiu uma mensagem de aprovação do Ministério da Propaganda, diretamente de Berlim: “O Comitê América em Primeiro Lugar representa o verdadeiro americanismo, e o verdadeiro patriotismo.”³³

Mesmo assim, o Congresso aprovou a Lei do Empréstimo e Arrendamento, que Roosevelt, tremendamente aliviado, assinou

no dia 11 de março. Agradecido, Churchill a classificou de “o ato mais nobre da história de qualquer país”. O *New York Times* registrou sua aprovação como uma reversão, havia muito esperada, no processo de isolamento do restante do mundo ao qual os Estados Unidos haviam dado início no fim da última guerra.³⁴ Mesmo assim, durante a primavera e o verão daquele ano, Lindbergh mobilizava multidões de 10 mil pessoas, enquanto boa parte do mundo caía nas garras do Eixo. Hitler, ignorando seu acordo com Stalin, invadiu a União Soviética. A Alemanha havia conquistado praticamente toda a Europa; apenas a Grã-Bretanha resistia. O Japão, temido por sua selvageria após a invasão da Manchúria e de Nanking, controlava cerca de metade da China. Lindbergh se opunha ferozmente ao comunismo. “Prefiro ver o meu país aliar-se cem vezes com a Inglaterra, ou mesmo com a Alemanha, com todos os seus defeitos, do que com a crueldade, a inclemência e a barbárie que existe na União Soviética”, declarou ele. Seu anticomunismo fervoroso o deixou cego para todos os outros tipos de barbárie. Ele procurava desculpas para a propaganda nazista: “Durante uma guerra, a verdade é sempre substituída pela propaganda. Não acredito que devemos nos precipitar ao julgar as ações de uma nação beligerante. Existe sempre a pergunta: será que faríamos melhor se estivéssemos nas mesmas circunstâncias?” (Boa parte da esquerda americana sofria de um tipo diferente de cegueira — não via a barbárie do stalinismo.) Mas ele também era movido por outras paixões, confidenciando ao seu diário a crença de que a imprensa nos Estados Unidos era controlada por judeus: “A maioria dos judeus desse país apoia a guerra, e eles controlam uma enorme porção da nossa imprensa e rádio, e a maior parte do cinema.” Lindbergh, embora defendesse a propaganda nazista, falava contra o que ele considerava ser propaganda americana. Em um comício do movimento América em Primeiro Lugar em Des Moines, no Iowa, em setembro, ele apontou três forças como responsáveis por sua divulgação: “Os britânicos, os judeus e a

administração Roosevelt.” Wendell Willkie, que havia heroicamente baixado seu tacape de campanha para oferecer seu apoio a Roosevelt e aos esforços de guerra, classificou o discurso de Lindbergh de “o discurso mais antiamericano já feito em nossos tempos por qualquer pessoa de reputação nacional”.³⁵

Os isolacionistas mais moderados mantiveram suas objeções dentro dos limites da longa tradição de oposição à expansão e ao imperialismo americanos, desenvolvendo argumentos que haviam surgido na época da guerra com o México e da Guerra Hispano-americana. Em maio de 1941, Robert Taft, um senador republicano de Ohio, fez o alerta profético de que a entrada dos americanos na guerra representaria, em última análise, que os Estados Unidos “terão de manter uma força policial permanente na Alemanha e em toda a Europa. (...) Sinceramente, o povo americano não quer dominar o mundo, e não está sequer equipado para isso. Esse tipo de imperialismo é totalmente estranho aos nossos ideais de democracia e liberdade. Não é nem nosso destino manifesto, nem nosso destino como nação”.³⁶

Roosevelt sabia como rebater um argumento sobre os destinos de uma nação. Naquele verão, em um esquema complexo elaborado para enganar a imprensa, ele fez parecer que tinha saído de Washington para pescar no Maine. Nem Eleanor sabia da verdade.³⁷ Em vez disso, cruzou o oceano para encontrar-se com Winston Churchill. Os dois compareceram a bordo de navios cinzentos feitos de aço e vidro; o presidente americano chegou a bordo do *Augusta* e o primeiro-ministro britânico veio no *Príncipe de Gales*. O corpulento Churchill, vestindo o uniforme azul-escuro de um homem da marinha, foi até o *Augusta* para encontrar-se com Roosevelt, que fez questão de recebê-lo em pé, apoiando-se pesadamente em seu filho, Elliott. “O chefe insistiu em voltar para a dolorosa prisão de suas órteses”, disse um assessor, uma decisão ainda mais complicada dentro de um navio que balançava ao sabor das ondas. “A mais suave inclinação do *Augusta* lhe causava dor, além da

possibilidade de um tombo humilhante.” Mas o presidente se manteve de pé.

“Finalmente nos encontramos”, disse Roosevelt, quando os dois apertaram as mãos.

“Finalmente”, concordou Churchill.

E então começaram a negociar. Churchill tinha esperanças de convencer Roosevelt a pedir que o Congresso declarasse guerra. Voltaram a conversar a bordo do *Príncipe de Gales*, com Roosevelt teimando em não usar cadeira de rodas, apoiado em Elliot com uma das mãos e segurando no corrimão com a outra. Churchill não conseguiu o que queria, mas os dois firmaram um acordo histórico. Enviaram, pelo telégrafo, uma declaração conjunta no dia 14 de agosto, que resumia, em oito tópicos, seu compromisso com um mundo pós-guerra de livre-comércio, autodeterminação, segurança internacional, controle de armas, bem-estar social, justiça econômica e direitos humanos “após a destruição final da tirania nazista”. Esse acordo, conhecido como Carta do Atlântico, estabeleceu uma série de princípios que mais tarde seriam reafirmados em Bretton Woods e na Carta das Nações Unidas. Os líderes concordaram em “respeitar o direito de todos os povos de escolher a forma de governo sob a qual preferem viver” e “restaurar a soberania e o autogoverno àqueles que haviam sido privados desses direitos à força”. Também se comprometeram com os elementos que formavam a base do New Deal de Roosevelt, “melhoria nas condições de trabalho, avanço econômico e seguridade social”. E, juntando as Quatro Liberdades de Roosevelt com o talento de Churchill para a poesia, juraram defender uma paz na qual “todos os homens, em todas as terras, possam viver suas vidas livres do medo e da penúria”.³⁸

Seria um novo acordo para todo o mundo. Mas, primeiro, eles precisavam vencer a guerra.

II.

NO COMEÇO DA MANHÃ ensolarada de 7 de dezembro de 1941, mais de 350 aeronaves da Marinha Imperial Japonesa decolaram de seus porta-aviões estacionados no Oceano Pacífico. Voaram em direção ao Havaí e realizaram um ataque surpresa à base naval americana de Pearl Harbor, fazendo chover dos céus uma enxurrada de bombas, como se fossem raios arremessados por um deus enfurecido. Os bombardeiros japoneses afundaram quatro navios de guerra, destruíram cerca de 200 aviões, mataram mais de 2,4 mil americanos e deixaram outros 1,1 mil feridos. Sessenta e quatro soldados japoneses foram mortos e um marinheiro capturado. Sem ter feito uma declaração de guerra e, enquanto os Estados Unidos e o Japão ainda mantinham relações diplomáticas, os japoneses basicamente arrasaram a Frota do Pacífico dos Estados Unidos. Churchill ligou para Roosevelt para perguntar se as notícias que haviam chegado até ele eram verídicas.

“São muito verídicas”, disse o presidente. “Estamos no mesmo barco, agora.”

“Isso certamente simplificará tudo”, disse Churchill. “Que Deus esteja convosco.”³⁹

Imediatamente, Roosevelt começou a ditar o discurso que faria ao Congresso, situando o ataque em uma linha do tempo. “Ontem vírgula 7 de dezembro de 1941 travessão um dia que entrará para a história mundial travessão os Estados Unidos da América foram atacados de surpresa, e deliberadamente, pelas forças navais e aéreas do Império Japonês ponto e novo parágrafo.”⁴⁰ Mais tarde, ele repensaria e reescreveria as palavras cuidadosamente, para pontuar a intensidade de seu discurso. No dia seguinte, os americanos sintonizaram seus rádios para ouvir seu presidente falando com uma voz inabalável ao Congresso, classificando o dia 7 de dezembro de 1941 não como “uma data que entrará para a história mundial [mas] uma data que entrará para a história da infâmia”.

Com as mãos agarradas a um púlpito repleto de microfones, Roosevelt convocou a “honra soberana” do povo americano.

Menos de meia hora após o presidente terminar seu discurso de sete minutos, o Congresso declarou guerra ao Japão. Enquanto a nação se via às voltas com as desagradáveis tarefas de mobilização para o conflito, Roosevelt deu início ao trabalho de lançar as bases para o argumento de que os Estados Unidos também deveriam declarar guerra à Alemanha. “Não podemos medir nossa segurança em termos das distâncias representadas por nenhum mapa”, disse ele aos ouvintes do rádio no dia 9 de dezembro, em um papo de lareira no qual conectava, estrategicamente, o Japão à Alemanha. “Temos a expectativa de eliminar os perigos do Japão, mas isso não nos servirá de nada se realizarmos esse feito e encontrarmos o resto do mundo dominado por Hitler e Mussolini.”⁴¹



Um pôster de 1943 do Escritório de Informação de Guerra celebrando a força combinada das forças Aliadas. (Divisão de Cartazes do Exército Americano / Cortesia da Biblioteca de Schlesinger, Instituto Radcliffe, Universidade de Harvard.)

Roosevelt não precisou insistir no argumento. No dia 11 de dezembro, Hitler declarou guerra aos Estados Unidos. Foi seu maior erro de cálculo, uma vez que não há como dizer, com certeza, se Roosevelt teria conseguido convencer o Congresso a declarar guerra à Alemanha caso Hitler não tivesse agido tão abruptamente. Ele havia subestimado Churchill, e também havia subestimado Roosevelt. Mas, acima de tudo, Hitler havia subestimado os Estados Unidos.

Apesar de repentina, a entrada decisiva dos Estados Unidos na guerra tanto na Ásia quanto na Europa era resultado de anos de preparação. O planejamento de guerra norte-americano tinha começado na década de 1930, com a produção frenética de armas e munições e a fabricação de aviões, tanques e navios de guerra, a maior parte concentrada no sul do país. Sob os termos da convocação para o exército para homens entre 18 e 45 anos, feita em 1940, 31 milhões se alistaram, 17 milhões foram examinados e 10 milhões serviram. Acrescentando o número de mulheres e voluntários, o total chegava a mais de 15 milhões: 10,4 milhões no exército, 3,9 milhões na marinha, cerca de 600 mil fuzileiros navais e outros 250 mil na guarda costeira. Três milhões de mulheres entraram para a força de trabalho, dobrando a força feminina. Três quartos delas eram casadas. A partir de 1942, as mulheres se alistaram à Divisão Feminina do Exército e à unidade da marinha WAVES. Quando a guerra terminou, em 1945, 12 milhões de americanos eram membros ativos do exército, comparados aos 300 mil de 1939.⁴²



A mobilização do período de guerra convocou as mulheres para se alistarem no exército, como nesse cartaz de recrutamento da marinha de 1942.

As fazendas e indústrias americanas também foram recrutadas. Entre 1940 e 1945, os americanos produziram 300 mil aviões militares, 86 mil tanques, 3 milhões de metralhadoras e 71 navios de guerra. A produção agrícola cresceu 25%. Os fazendeiros produziram 12 milhões de toneladas de grãos a mais em 1944 do que em 1939. Esses suprimentos não eram apenas para as forças americanas; os Estados Unidos abasteciam a Inglaterra, a França, a União Soviética, a China e outros aliados. Os navios exportavam 15% da produção americana.⁴³

O orçamento federal cresceu em uma velocidade impressionante, de 9 bilhões de dólares em 1939 para 100 bilhões em 1945. Entre 1941 e 1946, o governo federal gastou mais do que de 1789 até 1941. Em 1939, menos de 2% da receita do país ia para a guerra; em 1944, eram 40%. O PIB dobrou. E a Renda Nacional Bruta saltou de 91 bilhões de dólares para 166 bilhões, acabando com as dúvidas de que a economia pudesse ter chegado ao seu limite. A mobilização para a guerra funcionou como o maior programa de emprego público da história. Na Europa, até a comida era racionada durante a guerra; nos Estados Unidos, os civis gozavam de uma abundância de bens de consumo e de aumento no poder de compra. A escassez da Depressão tinha acabado. “O setor das lojas de penhor enfrenta seus dias mais sombrios”, observou o *Wall Street Journal*, em 1942.⁴⁴

Mesmo antes de os Estados Unidos entrarem na guerra, Roosevelt já havia imputado novos poderes ao cargo da presidência. Durante a Guerra Civil, Lincoln havia invocado o “poder presidencial de guerra”; Roosevelt, no entanto, arrogou-se de poderes emergenciais em uma escala nunca antes vista. Em julho de 1939, pôs os secretários da guerra e da marinha sob sua autoridade direta como comandante-em-chefe, tirando-os da cadeia de hierarquia militar. Depois que a Alemanha invadiu a Polônia, o presidente emitiu uma ordem executiva declarando “emergência nacional limitada”, um conceito inédito. O senador Robert Taft descreveu o presidente como uma “perfeita ditadura de um homem só”.

Poucos dias após o ataque a Pearl Harbor, o Congresso aprovou a Lei de Poderes de Guerra, concedendo poderes especiais ao executivo para conduzir o conflito, incluindo o direito de vigiar correspondências, telegramas e transmissões de rádio. Algumas dessas novas agências criadas pela administração, no fim das contas, concentravam pouco poder. A Diretoria de Produção de Guerra, criada em janeiro de 1942, consistia principalmente de executivos de empresas que não acreditavam

em planejamento governamental. “O arsenal da democracia ainda é operado com um olho na guerra e o outro na conveniência para as grandes empresas”, escreveu I. F. Stone. Outras agências dos tempos de guerra possuíam autoridade maior. Uma segunda Lei de Poderes de Guerra, aprovada em março de 1942, outorgava ao presidente autoridade sobre “investigações especiais e relatórios do censo e de tópicos estatísticos” e estabeleceu a Diretoria Nacional de Trabalho de Guerra e o Escritório de Administração de Preços, concedendo ao governo federal considerável controle sobre a economia, particularmente ao ramo executivo.⁴⁵

Assim como fora na Primeira, na Segunda Guerra Mundial o estado administrativo cresceu em tamanho e em poder. O Pentágono foi inaugurado em março de 1943, construído em 16 meses. O número de funcionários públicos no governo saltou de 950 mil em 1939 para 3,8 milhões em 1945. À medida que os gastos federais disparavam, o mesmo foi acontecendo com a dívida pública, que chegou a 258 bilhões de dólares em 1945, exigindo não apenas a emissão de bônus de guerra, como também um aumento de impostos sem precedentes. Os partidários do New Deal venderam o aumento nos impostos ao público como uma medida de emergência, “impostos para derrotar o Eixo”, enquanto a Lei de Receita de 1942, que incluía um imposto de renda bastante progressivo, ampliou enormemente a base de contribuintes: 85% das famílias americanas entregaram a declaração.⁴⁶

À medida que as empresas cresciam, a mão de obra aumentava. O número de filiados aos sindicatos passou de 6,6 milhões em 1939 para 12,6 milhões em 1945. A ciência também se expandiu. O Projeto Manhattan, um programa secreto do governo para desenvolver uma bomba atômica, iniciado em 1939, empregou, até o final da guerra, 130 mil funcionários, ao custo de 2 bilhões de dólares. O Comitê Nacional de Pesquisa em Defesa (NDRC), fundado por Roosevelt em 1940, era comandado por Vannevar Bush, um suposto “czar da pesquisa” que, em 1941,

também comandava o Escritório de Pesquisas Científicas e Desenvolvimento. Até o final da guerra, o NDRC empregaria cerca de 2 mil cientistas, incluindo 3 em cada 4 físicos da nação.⁴⁷

Roosevelt gostava de dizer que o “Dr. New Deal” tinha sido substituído pelo “Dr. Vença a Guerra”, porém a guerra em si, ao estender os poderes do governo federal, tinha estendido também o New Deal.⁴⁸ A guerra também redefiniu o papel da imprensa. Na Primeira Guerra Mundial, a campanha de propaganda comandada pelo governo de George Creel havia produzido tanta histeria e ódio contra a Alemanha que os americanos passaram a chamar seus hambúrgueres de “bifes de Salisbury”.⁴⁹ Roosevelt, que compartilhava das lembranças amargas que os americanos tinham das propagandas de guerra divulgadas no passado no país, vinha relutando em exercer o poder governamental de dizer ao povo o que ele deveria pensar sobre o conflito.⁵⁰ Mas a criação de uma agência governamental de informação ganhou nova urgência em 1940, após a publicação de um livro de Edmond Taylor, chefe da redação de Paris do *Chicago Tribune*. Em *A estratégia do terror — a face oculta da Europa*, Taylor faz um relato em primeira mão da campanha de propaganda feita pelos nazistas na França para quebrar os espíritos das pessoas e dividir a população. “As palavras exercem uma estranha tirania sobre as questões humanas”, escreveu Taylor. Ele chamava a propaganda de “a face invisível”.⁵¹

Dois meses antes do ataque a Pearl Harbor, Roosevelt havia emitido uma ordem executiva fundando uma nova agência governamental de informação: o Escritório de Fatos e Análises. Para comandá-lo, indicou Archibald MacLeish, poeta e escritor que fora nomeado anteriormente para o cargo de Bibliotecário do Congresso. Os objetivos da agência não eram exatamente claros. MacLeish disse que a ordem executiva que a criou devia ser interpretada como “um passe em um jogo com bola”. As ideias de MacLeish sobre como escrever sobre a guerra não tinham como ser mais diferentes das de Creel. MacLeish havia

lutado na Primeira Guerra Mundial, depois da qual foi morar em Paris, onde escreveu poemas sobre lugares nos quais “mortos sobre mortos são empilhados/ na planície escura, na terra emudecida / A matança silenciosa”.⁵²

Depois que MacLeish voltou de Paris para os Estados Unidos, foi editor da *Fortune* de 1929 até 1938 antes de trabalhar como Bibliotecário do Congresso. “A Democracia é uma coisa que está sempre por fazer. É uma coisa na qual uma nação precisa estar sempre trabalhando”, disse em 1939. Ele acreditava que artistas e escritores tinham a obrigação de lutar contra “uma revolução surgida em meio à desordem, provocada por um pavor pela desordem”, e que a verdadeira batalha era a batalha pela opinião pública. “O principal campo de batalha dessa guerra não é o Pacífico Sul. Não é o Oriente Médio. Não é a Inglaterra, ou a Noruega, ou os Estepes da Rússia. É a opinião pública americana.”⁵³

No comando do Escritório de Fatos e Análises, MacLeish tinha a esperança não de produzir propaganda, mas, em vez disso, de educar o público sobre os seus perigos. Um dos primeiros panfletos confeccionados pelo seu escritório, *Dividir e conquistar*, baseava-se fortemente no livro de Taylor para explicar aos americanos como a estratégia de terror dos nazistas tinha funcionado na França. Para ilustrar isso, ele citava o *Mein Kampf*. “No fundo de seus corações, as grandes massas populares são mais propensas a serem envenenadas do que a praticarem o mal de forma consciente e deliberada. Na simplicidade primitiva de suas mentes, as pessoas são vitimadas mais facilmente por uma mentira grande do que por uma pequena, uma vez que eles mesmos, às vezes, contam alguma pequena mentira boba, porém, teriam pudores de contar uma grande”, escreveu Hitler. O panfleto de MacLeish pretendia rebater a propaganda nazista: “Os Estados Unidos estão agora sob franco ataque da estratégia de terror dos nazistas. Hitler acha que os americanos são idiotas. Utilizando seu programa de mentiras extremamente amplo, ele

pretende nos aterrorizar, para que pensemos que os nazistas são invencíveis.”⁵⁴

Dorothy Thompson, que havia descrito *Mein Kampf* certa feita como “oitocentas páginas de escrita gótica, gestual patético, alemão impreciso e autossatisfação ilimitada”, vinha dizendo a mesma coisa há muito tempo. “A coisa que todos nós estamos combatendo é a propaganda. Às vezes acho que essa época ficará conhecida como era da propaganda, o crescimento sem precedentes da propaganda, a propaganda usada como arma, a propaganda como técnica, a propaganda como arte, e a propaganda como forma de governo.” O desafio dos jornalistas ocidentais, disse ela, era “representar uma teoria de jornalismo, uma teoria sobre os valores do jornalismo, uma tese sobre o jornalismo, uma filosofia do jornalismo, nos países em que essa filosofia era radicalmente repudiada”.⁵⁵

Dentro desse espírito, MacLeish defendia que seu escritório não assumisse nenhuma posição e, em vez disso, entregasse apenas análises e fatos: “O dever do governo é fornecer uma base para o julgamento; e, quando extrapola esse limite, ele está extrapolando o escopo primordial do seu dever.” Os jornalistas ficaram desconfiados. O *New York Herald Tribune* publicou um editorial que dizia: “O Escritório de Fatos e Análises vai simplesmente sobrepor seus próprios ‘fatos bem organizados’ à esplêndida confusão, interpretando intérpretes, redigindo os que agora digerem os digeridores, explicando aquilo que aqueles que explicam o que os explicadores das explicações querem dizer, e coordenando os coordenadores daqueles que foram indicados para coordenar os coordenadores dos coordenados.”⁵⁶

MacLeish se agarrou ao seu idealismo, que ele associava às verdades fundadoras da nação e ao seu compromisso com a verdade. Em um discurso feito em abril de 1942 no encontro anual da Associated Press, para combater a “estratégia de terror” nazista, ele propôs uma estratégia inovadora para os americanos:

Esta é a estratégia adequada à nossa causa e aos nossos propósitos — a estratégia da verdade —, a estratégia que se opõe às fraudes e às mentiras com as quais nossos inimigos vêm confundindo e subjugando outros povos, as verdades simples e esclarecedoras pelas quais uma nação como a nossa deve guiar a si mesma.

Para disparar a estratégia da verdade, ele convocou os jornalistas americanos: “Nenhum outro país no mundo jamais dispôs de melhores recursos para combater nesta guerra de opiniões do que aqueles produzidos pela prática da profissão do jornalismo em nosso país.”⁵⁷ Os críticos, usando um argumento bastante razoável, diziam que MacLeish era ingênuo: a mentira faz parte da guerra. E o próprio Roosevelt não estava muito interessado na proposta de MacLeish. Anteriormente, ele pedira que MacLeish anunciasse que a gasolina seria racionada, quando era óbvio para os americanos que não havia escassez alguma do produto. Na verdade o que havia era a preocupação com uma escassez de borracha, mas o presidente, sabendo que a revelação da falta desse produto poderia prejudicar a causa da guerra, proibiu que MacLeish contasse a verdade.⁵⁸

MacLeish seguiu em frente, obediente como um soldado, na expectativa de usar o Escritório de Fatos e Análises para celebrar, em 1941, a ocasião do 150º aniversário da Declaração dos Direitos. O melhor veículo para isso seria o rádio. A Divisão de Rádio do Escritório de Fatos e Análises, encabeçada pelo executivo da CBS, William Lewis, contratou o escritor Norman Corwin para escrever uma peça radiofônica sobre a Declaração dos Direitos. *Declaramos estas verdades*, transmitida oito dias após o ataque a Pearl Harbor, foi o primeiro drama radiofônico veiculado em todas as quatro redes americanas. Seus astros incluíam Jimmy Stewart, Rudy Vallee e Orson Welles, e a trilha sonora ficou a cargo da orquestra Filarmônica de Nova York. *Declaramos estas verdades* foi tanto um chamado para pegar em armas quanto uma celebração das crenças que fundaram a nação, uma legítima estratégia da verdade: “O Congresso dos treze estados, obedecendo ao povo dos treze estados, ergueu

um baluarte, escreveu uma promessa e pintou um cartaz para a posteridade contra os extremistas, os fanáticos, os opressores, os linchadores, os racistas, os cruéis, os maldosos, os covardes, os pessimistas, aqueles que desistem das lutas que acabaram de começar.”

Em seguida, MacLeish e Lewis contrataram Corwin para escrever uma série em 13 capítulos semanais chamada *Isto é guerra!*. Alguns trechos eram bastante pesados, mas, como observaram os críticos de Roosevelt, boa parte do programa tinha como objetivo angariar apoio para o presidente: ele era comparado a Washington e Lincoln.⁵⁹ Em relação à sua capacidade de conquistar a opinião pública, ainda assim Roosevelt considerava o Escritório de MacLeish muito discreto e, em junho de 1942, ele o substituiu pelo Escritório de Informação de Guerra, comandado pelo ex-repórter da CBS, Elmer Davis, muito mais confortável com a ideia de se utilizar das técnicas da propaganda de massa do que MacLeish. Frustrado, MacLeish pediu demissão e retornou à Biblioteca do Congresso. Sem MacLeish como força de resistência, a agência ficou à deriva, e boa parte da equipe, em determinado ponto, pediu demissão em protesto contra a contratação de um ex-diretor de propaganda da Coca-Cola. Henry Pringle, repórter vencedor do Pulitzer, zombou de um pôster do Escritório de Informação de Guerra. “Apresente-se agora mesmo e venha buscar as suas quatro deliciosas liberdades. É uma guerra refrescante!”⁶⁰

* * *

EMBORA A GUERRA PROSSEGUISSSE, inclemente, Roosevelt estava ansioso pela paz, preocupado em não repetir o vexame de Woodrow Wilson, com o Tratado de Versalhes e a Liga das Nações. Com esse objetivo, ele convidou Churchill para passar o Natal de 1941 na Casa Branca. Durante a visita, Roosevelt teve a ideia para o nome da nova organização internacional que eles planejavam, “Nações Unidas”. Ele foi correndo até o quarto do

primeiro-ministro para perguntar a sua opinião. Churchill tinha acabado de sair do banho. Roosevelt entrou em seu quarto e o encontrou nu. “Veja, Sr. Presidente, eu não tenho nada a lhe esconder”,⁶¹ disse Churchill, placidamente.

Semanas depois, no dia 1º de janeiro de 1942, Estados Unidos, Inglaterra, China e a União Soviética — as “Quatro Potências” — adotaram uma “Declaração das Nações Unidas”. O documento foi assinado no dia 2 de janeiro por 26 países. Todos se comprometiam a seguir o “programa comum de propósitos e princípios” da Carta do Atlântico, e rejeitavam a assinatura de acordos de paz à parte. As Quatro Potências também concordaram em uma estratégia militar conjunta: concentrar os esforços em derrotar a Alemanha, primeiro bombardeando o país, e depois desembarcando na França. A vitória Aliada contra um Eixo confederado muito menos articulado dependeria dessa unidade de propósito.

O Departamento de Estado, enquanto isso, montou um Comitê Consultivo de Política Externa do Pós-Guerra, um grupo secreto de 15 pessoas encabeçado pelo subsecretário Sumner Welles. Esse grupo de estudos estabeleceu grande parte das bases para a fundação das Nações Unidas como organização internacional. Em público, Wendell Willkie se dedicava ao trabalho de convencer o Partido Republicano a abandonar o isolacionismo de uma vez por todas. “Aquele que vencer a guerra deverá manter a paz”, disse ele em fevereiro de 1942, alertando que os republicanos destruiriam seu partido caso entregassem o internacionalismo aos democratas. Naquela primavera, ele convenceu o Comitê Nacional Republicano a aprovar uma resolução declarando que “nosso país tem a obrigação de ajudar a promover a harmonia, a cooperação e o entendimento entre as nações”. Roosevelt pediu a Willkie para rodar o mundo divulgando a ideia da fundação das Nações Unidas. Ele partiu em agosto, a bordo de um avião bombardeiro chamado *Gulliver*. A viagem de 49 dias incluiu paradas na Rússia, no Oriente Médio e na China. Quando regressou, fez um pronunciamento no rádio

pedindo o fim do imperialismo ocidental e o início de um novo arranjo entre as nações. *Um mundo*, o livro que ele escreveu sobre essa viagem e sua visão, chegou ao primeiro lugar de todas as listas de mais vendidos do país, tornando-se apenas o terceiro livro publicado nos Estados Unidos a vender mais de 1 milhão de cópias. Roosevelt clamou pela criação da Organização das Nações Unidas, mas foi Willkie quem mobilizou o apoio do público para que isso acontecesse.⁶²

O Escritório de Informação de Guerra de Roosevelt se esforçava para que os americanos entendessem a guerra como uma luta entre a democracia e a ditadura, a liberdade e o fascismo. Para a maioria dos soldados, seu significado era bem menos nobre. Quando os repórteres lhes perguntavam pelo que eles lutavam, em geral eles respondiam que era pelo lar. Ernie Pyle, um repórter de Indiana, carregou a tiracolo sua máquina de escrever Underwood enquanto acompanhava soldados da infantaria americana na Europa e na África. “Eu amo a infantaria, porque eles são os caras que enfrentam a lama, a chuva, a neve e o vento (...) E, no fim das contas, são os caras sem os quais as guerras não podem ser vencidas.” Ele escrevia sobre os soldados comuns, os “cara de cachorro” e a sua bravura, e o seu sofrimento, e sobre suas mortes horríveis. “Cadáveres desceram a montanha a noite inteira, presos ao lombo de mulas”, escreveu ele, da Itália, descrevendo um soldado que sentou-se ao lado do corpo de um capitão. “Por fim, o soldado soltou a mão do homem. Esticando os braços, arrumou cuidadosamente as pontas do colarinho da camisa do capitão, depois juntou os pedaços retalhados do seu uniforme para cobrir o ferimento, e então se levantou e saiu andando pela estrada, sozinho, sob a luz do luar.”⁶³



Soldados usavam o rádio para se comunicar, diretamente de trincheiras como esta, na ilha filipina de Leyte, em 1944. (John Philip Falter / Biblioteca do Congresso.)

Esses homens lutavam nas montanhas e nos oceanos. Em 1942, grande parte das batalhas que os americanos travaram aconteceram no Pacífico, onde os Aliados pretendiam conter o avanço dos japoneses. Na primavera de 1942, a inteligência americana decifrou o código dos japoneses e derrotou sua Marinha Imperial na ilha havaiana de Midway. Em seguida, as tropas aliadas atacaram e venceram os japoneses nas Ilhas Salomão, na Batalha de Guadalcanal. Em Guadalcanal, os

fuzileiros navais disseram ao repórter John Hersey que estavam lutando pelas tortas de mirtilo. “Nosso lar é onde ficam todas as coisas boas. A generosidade, os bons salários, os confortos, a democracia e as tortas”, escreveu Hersey.⁶⁴

Enquanto isso, na frente civil, nos Estados Unidos, o governo federal havia instituído uma política de prender os descendentes de japoneses, inclusive os que eram cidadãos americanos. Desde 1934, o Departamento de Estado vinha alertando Roosevelt sobre a possibilidade de sabotagem por parte dos japoneses americanos. Em 1939, o presidente pediu ao FBI para compilar uma lista de possíveis subversivos, que ficou conhecida como “a lista do ABC”, por causa do seu sistema de classificação: as pessoas nessa lista eram rotuladas como: A, perigo imediato; B, perigo em potencial; ou C possível simpatizante japonês. Poucas horas após receber a informação sobre o ataque dos japoneses a Pearl Harbor, o FBI começou a deter suspeitos; no começo da noite, a agência havia prendido por volta de 800 japoneses classificados como A na lista.⁶⁵

No dia 19 de fevereiro de 1942, outro dia que entraria para a história da infâmia, Roosevelt assinou a Ordem Executiva 9066, autorizando o secretário de guerra a estabelecer zonas militares. O exército americano emitiu a Proclamação Pública 1 em março, direcionando os estrangeiros para zonas demarcadas. As restrições começaram com toques de recolher e evoluíram para ordens de realocação. No fim, cerca de 112 mil japoneses, um número que incluía 79 mil cidadãos americanos, foram retirados de suas casas e detidos em campos no Arizona, na Califórnia, no Oregon e em Washington.⁶⁶ Eles tentavam levar o máximo que conseguiam dentro de sacolas e maletas, sua angústia retratada nas imagens feitas por fotógrafos como Dorothea Lange.

Lange, que contraía pólio aos sete anos e sentia dores ao mancar, tinha ganhado fama com as fotografias profundamente sensíveis que tirou para a Agência de Segurança Agrícola durante a Depressão. “Um aleijado sabe o que o outro passa”, dissera ela sobre a habilidade de capturar o sofrimento em suas

imagens. Lange discordava da ordem executiva de Roosevelt. “Ela achava que estávamos mergulhando em uma era de fascismo e que ela estava testemunhando o fim da democracia como a conhecíamos”, relatou seu assistente. Suas fotos, encomendadas pela Agência de Realocação de Guerra para fins de documentação, funcionaram como um tributo a essa objeção. As imagens feitas por ela para a Agência de Segurança Agrícola tornaram-se emblemáticas; as que ela fez para a Agência de Realocação de Guerra passaram décadas arquivadas, escondidas do público, muitas com um carimbo que dizia EMBARGADA.⁶⁷

Os apelos aos tribunais se revelavam inúteis. Gordon Hirabayashi, um cidadão americano e quacre, professor sênior da Universidade de Washington, recusou-se a cumprir o toque de recolher. “Considero ser meu dever preservar os padrões democráticos pelos quais vive esta nação”, disse Hirabayashi. Ele se entregou ao FBI, mas procurou por uma solução legal, argumentando que aquela ordem executiva era “inconstitucional, uma vez que discriminava os cidadãos de ascendência japonesa”. Em *Hirabayashi vs. Os Estados Unidos*, a Suprema Corte manteve, em 1943, a constitucionalidade do toque de recolher em uma votação apertada. “Distinções entre cidadãos fundamentadas exclusivamente em sua ascendência são, em sua própria natureza, repulsivas para um povo livre cujas instituições foram fundadas com base na doutrina da igualdade”, disse o presidente da Corte, Harlan Stone, na decisão tomada pela maioria; porém, em períodos de guerra, tais discriminações, “que são relevantes para as medidas tomadas em favor de nossa defesa nacional e para a condução bem-sucedida da guerra”, eram perfeitamente constitucionais. O juiz Frank Murphy, embora tenha votado a favor, ainda assim lamentava a decisão, dizendo que se situava “exatamente sob os limites do poder da Constituição” e que, constitucional ou não, ele a considerava uma tragédia americana. “Dizer que qualquer grupo não pode ser assimilado é admitir que o grande experimento americano

fracassou.” O toque de recolher e os campos de concentração privavam cidadãos americanos de suas liberdades “por conta de uma herança racial específica” e “apresentam, nesse sentido, uma melancólica semelhança ao tratamento dispensado aos membros da etnia judaica na Alemanha e em outras partes da Europa”.⁶⁸



Dorothea Lange registrou em fotos a realocação forçada dos japoneses americanos na Califórnia em 1942. (Dorothea Lange / Arquivo Nacional.)

Fred Toyosaburo Korematsu, nascido em Oakland, na Califórnia, em 1919, tentou alistar-se no exército em 1940. Soldador em uma fábrica militar, ele se recusou a obedecer a ordem de realocação, decidindo permanecer junto com a sua

namorada ítalo-americana. Ele submeteu-se à cirurgia plástica para disfarçar a aparência; fingiu ser mexicano e, por fim, acabou tendo que se esconder. A União Americana pelas Liberdades Civis assumiu seu caso, alegando que a Ordem Executiva 9066 era inconstitucional. Em 1944, em *Korematsu vs. Os Estados Unidos*, a Suprema Corte confirmou a ordem em uma decisão por seis a três, baseando-se na decisão tomada em *Hirabayashi* e enfatizando o perigo que representavam para os Estados Unidos os possíveis sabotadores japoneses que estariam dispostos a ajudar durante um ataque à Costa Oeste americana. O juiz Owen Roberts, indicado por Hoover, expressando sua discordância com firmeza, fez uma distinção entre os dois casos. “Este caso não é sobre a manutenção das pessoas em casa à noite”, argumentou. “Este caso é sobre a condenação de um cidadão como punição por não ter se submetido à prisão em um campo de concentração (...) simplesmente por conta de sua descendência, sem qualquer evidência ou questionamento acerca de sua lealdade.”⁶⁹

E, mesmo assim, a guerra gerou novas formas de resistência à ordem racial — a ação inédita e insistente dos militantes. Na Primeira Guerra Mundial, W. E. B. Du Bois, seguindo ordens de George Creel, tinha pedido que os afro-americanos parassem de lutar contra a segregação promovida pelas leis de Jim Crow durante o conflito. Os líderes negros proeminentes não fizeram o mesmo apelo durante a Segunda Guerra Mundial e, em vez disso, pressionaram instituições municipais e estaduais e, especialmente, o governo federal, para que derrubassem a segregação — como haviam feito no caso dos homens recrutados para servir ao exército. “Sempre que eu olho o jornal algum pobre soldado afro-americano está lá levando um tiro, sendo linchado, enforcado, ou acusado de algo que não fez”, escreveu um homem do Bronx para Roosevelt. “Eu ficaria horrorizado se você me colocasse no seu exército.”⁷⁰

O crescimento econômico do período de guerra, que tirou tantos americanos da pobreza provocada pela Depressão, deixou

os afro-americanos de fora. Nas fábricas, seu trabalho era segregado e mal pago. Assim como no serviço militar. No exército, os afro-americanos serviam em unidades segregadas que não participavam dos combates, nas quais eles se reportavam a oficiais brancos e executavam tarefas subalternas; na marinha, trabalhavam como cozinheiros e camareiros. Eles eram proibidos de se alistar à força aérea ou aos fuzileiros navais. “O soldado negro fica separado do soldado branco o máximo possível”, relatou Henry Stimson, secretário de guerra. A revista *The Crisis* disse em seu editorial: “Não há como um exército de Jim Crow lutar por um mundo livre.” James Baldwin trabalhou em uma fábrica militar em Nova Jersey em 1943, quando tinha 19 anos. “O tratamento dispensado ao negro durante a Segunda Guerra Mundial marca, na minha opinião, um ponto de virada na relação do negro com os Estados Unidos”, escreveria ele mais tarde. “Morreu um pouco da esperança, um pouco do respeito pelos brancos americanos desapareceu.”⁷¹

Os protestos sentados começaram a aparecer, de forma esparsa, em 1939. Uma das principais ativistas do movimento foi Pauli Murray. Nascida em Baltimore, em 1910, e formada pelo Hunter College em 1928, Murray trabalhou para a Liga Nacional Urbana e para a Agência do Progresso Público. Um de seus antepassados brancos tinha sido um dos diretores da Universidade da Carolina do Norte (UNC), que rejeitou sua inscrição em 1938, com base em sua raça. Na época, Murray estava atrás de um médico que pudesse lhe prescrever testosterona; ela via a si mesma como homem. Suas tentativas com os médicos não tiveram sucesso. Para questionar a UNC, ela recorreu a Thurgood Marshall, um jovem advogado que liderava a campanha da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor contra a segregação; Marshall a desencorajou (Murray havia se mudado para Nova York, e Marshall acreditava que um processo aberto por uma não residente teria menos força do que um aberto por uma residente). Em 1940, Murray foi presa na Virgínia por se recusar a ceder o

assento em um ônibus. Inspirada pelo ensaio de Henry David Thoreau sobre desobediência civil, e tendo lido recentemente um livro chamado *Guerra sem violência: um estudo do método de Ghandi e as suas conquistas*, Murray decidiu tentar aplicar as técnicas do *Satyagraha*, de ação direta não violenta, usadas por Mahatma Ghandi. A ideia era protestar contra a injustiça sem o uso da violência, esperando que o seu adversário político praticasse a injustiça, reprimindo de forma violenta um protesto pacífico. Pessoalmente, Murphy preferia enfrentar as leis de Jim Crow com os punhos cerrados, mas ela se obrigou a agir, em vez disso, com a mais profunda cortesia. Depois disso, Murray foi estudar direito na Howard University, segundo ela, “inteiramente focada no objetivo de destruir as leis de Jim Crow”. Em vez de lutar pela igualdade nos espaços públicos para brancos e negros, Murray defendia a revogação da decisão, há 45 anos, no caso de *Plessy vs Ferguson*, lutando contra a separação desses espaços. Durante sua passagem pela Howard University, em uma época em que a maioria dos estudantes do sexo masculino estavam ausentes, lutando na guerra, Murray organizou protestos sentados em Washington, D.C., em farmácias e lanchonetes; os participantes carregavam cartazes que diziam “Se morremos juntos, por que não podemos comer juntos?”⁷²

Em maio de 1941, A. Philip Randolph, líder da Irmandade dos Cabineiros dos Vagões Dormitório, convocou uma Marcha dos Negros em Washington para aquele julho. “Proponho que 10 mil negros marchem por Washington, D.C., a capital da nação, com o slogan: ‘Nós, leais cidadãos americanos negros, exigimos nosso direito de trabalhar e lutar pelo nosso país’”, escreveu Randolph. Em junho, mais de 100 mil pessoas eram esperadas na manifestação. Com a esperança de convencê-lo a cancelar a marcha, Eleanor Roosevelt encontrou-se com Randolph em Nova York, junto com Bayard Rustin, um jovem ativista pelos direitos civis que vinha ajudando a organizar o evento — e que, mais tarde, organizaria a Marcha sobre Washington de 1963. “A Sra. Roosevelt começou dizendo que o Sr. Randolph sabia da sua

simpatia pela causa negra, e os esforços que ela havia feito em seu nome e que o Presidente ficaria tremendamente constrangido perante nossos aliados se, em meio aos nossos preparativos para defender a liberdade, isso acontecesse”, lembrou Rustin. Eleanor Roosevelt promoveu um encontro de Randolph com o presidente na Casa Branca. O presidente também tentou dissuadi-lo.

“Sabe, Sr. Randolph, se você trouxer 100 mil negros para Washington, não tem nenhum lugar onde eles possam comer. Mais que isso, não tem nenhum lugar onde possam dormir e, mais sério ainda, não tem nenhum lugar em Washington onde eles possam usar o banheiro.”

“Isso não é minha culpa e nem meu problema”, respondeu Randolph. “Mas você pode emitir uma Ordem Executiva antes de chegarmos para abrir os banheiros, os restaurantes, e permitir que durmamos nos hotéis.”⁷³

No fim, Roosevelt assinou a Ordem Executiva 8802, proibindo a discriminação na indústria bélica, e Randolph concordou em cancelar a marcha. Os protestos continuaram. Dois sargentos negros do exército em Norfolk, na Virgínia, recusaram-se a ceder assentos no ônibus e foram espancados e jogados na cadeia. Uma enfermeira negra do exército fez a mesma coisa em Montgomery, no Alabama; o policial que a espancou quebrou seu nariz.⁷⁴ Martin Dies, do Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara, pôs a culpa nos comunistas, alegando que “por todo o sul, atualmente, elementos subversivos estão tentando convencer o negro de que ele deve ser posto em igualdade social para com os brancos, que agora é a hora de reivindicar seus direitos”.⁷⁵ Em 1942, o chefe do FBI, J. Edgard Hoover, determinado a “descobrir porque certos negros, ou certos grupos de negros, ou certas organizações de negros demonstravam sentimentos por outras ‘raças escuras’ (em especial os japoneses) ou por quais forças eles eram influenciados a adotar, em determinadas instâncias, ideologias antiamericanas”, conduziu uma investigação nacional, incluindo a vigilância de

centenas de advogados, ativistas, artistas e escritores negros. Dessa investigação resultaria um relatório confidencial de 730 páginas, batizado de *Levantamento sobre as condições raciais nos Estados Unidos*, com o codinome RACON. Muito longe de propor soluções na forma de direitos civis, o RACON alertava para a existência de perigosos subversivos políticos, uma expressão que, para Hoover e para o FBI, queria dizer “afro-americanos atuando para desmantelar as leis de Jim Crow”. Hoover não acreditava que a luta dos afro-americanos por direitos civis tinha se originado nas comunidades negras; em vez disso, ele culpava o Partido Comunista, e também o Eixo. “Acredita-se que as Potências do Eixo venham se esforçando para criar agitação racial entre os negros americanos, o que resultaria em desunião e serviria como uma poderosa arma para propaganda contrária”, escreveu o diretor do FBI em um memorando para os seus agentes de campo. “Acredita-se que a agitação foi incitada entre os negros americanos ao lhes dizer que a guerra atual é uma ‘guerra de raças’, e que eles não devem lutar contra os japoneses, que também pertencem a uma raça de cor.”⁷⁶

A luta contra a segregação não estava, de forma alguma, confinada ao Sul. Em Detroit, os brancos fizeram barricadas nas ruas quando as primeiras famílias negras chegaram para ocupar as moradias populares do projeto Sojourner Truth Homes, em fevereiro de 1942. “QUEREMOS INQUILINOS BRANCOS EM NOSSA COMUNIDADE BRANCA”, dizia um outdoor. As tensões aumentaram no ano seguinte; em junho de 1943, mais de 6 mil soldados das tropas federais foram enviados a Detroit para reprimir os levantes. Em Nova York, em agosto daquele ano, rumores de que um policial branco havia assassinado um soldado negro desencadearam tumultos que duraram dois dias, envolvendo mais de 3 mil pessoas, levando à prisão de 600 e deixando 6 mortos. “Você não vê, Sr. Presidente, que isso não é a repetição de nada que tenha acontecido anteriormente na história das relações entre os brancos e os negros?”,⁷⁷ escreveu

A. Philip Randolph para Roosevelt. O presidente não tinha muito o que responder.



Um outdoor em Detroit em 1942 reivindicava a continuidade da segregação nas moradias. (Escritório de Informação de Guerra, Arthur Siegel, Cortesia da Biblioteca de Harry S. Truman.)

Pauli Murray escreveu um poema naquele verão.

*O que você ganha, menino negro
Quando eles te deixam desmaiado na sarjeta,
E arrancam seus dentes com chutes,
E racham seu crânio com tacos*

...

O que diz o mandachuva, Menino Negro?

“O Sr. Roosevelt lamenta...”⁷⁸

Após formar-se em primeiro lugar na sua turma em Howard, Murray foi rejeitada por um programa de pós-graduação na faculdade de direito de Harvard, que não aceitava mulheres. Então, ela foi para a Universidade da Califórnia, onde escreveu uma dissertação sobre “O direito à igualdade de oportunidades no trabalho”. Além de liderar os esforços para adaptar os

ensinamentos de Ghandi ao movimento pelos direitos civis, Murray seria pioneira em uma interpretação da Décima Quarta Emenda que alegava que ela poderia ser usada para lutar não apenas contra as leis de Jim Crow, que discriminavam pela raça, como também pelas leis de “Jane Crow”, que discriminavam pelo sexo.⁷⁹

Roosevelt, confrontado por uma campanha organizada e consistente de protestos sentados e de pé, comícios e boicotes, prometeu dar uma solução a uma das mais humilhantes formas de discriminação: os soldados negros residentes dos estados em que as leis de Jim Crow estavam em vigor em geral não podiam votar. “Certamente os signatários da Constituição não tinham a intenção de criar um documento que, mesmo que durante um período de guerra, pudesse ser interpretado de modo a retirar o direito ao voto de qualquer um que esteja lutando para defender a própria Constituição”, disse o presidente durante um papo de lareira, em janeiro de 1944. Entretanto, quando o projeto de lei garantindo o direito ao voto aos soldados foi enviado para o Congresso, os democratas sulistas se recusaram a levá-lo adiante. Repleta de alterações, a matéria que virou lei deixava a sua execução a cargo dos estados. Como explicou o jornal negro *Pittsburgh Courier*, a nova lei “atende a demanda por uma lei que concedesse aos soldados o direito ao voto, ao mesmo tempo que assegura que o voto dos negros seja ‘garantido’ pelos distritos, condados e outras unidades estaduais, tornando-a, portanto, satisfatória para todos, exceto para os negros”.⁸⁰

O debate americano sobre a incompatibilidade entre a democracia e o racismo alcançou um novo público em 1944, com a publicação de *Um dilema americano*, escrito por um sociólogo sueco chamado Gunnar Myrdal, que havia sido contratado pela Carnegie Corporation para estudar raça. O dilema americano, de acordo com Myrdal, era a tensão entre, de um lado, a crença americana em direitos humanos e liberdades individuais e, do outro, a injustiça racial.

As três principais guerras desse país foram lutadas em defesa dos ideais de liberdade e igualdade, com os quais a nação se comprometeu. Agora, os Estados Unidos estão, novamente, em uma batalha de vida ou morte pela liberdade e pela igualdade, e o negro americano está, mais uma vez, esperando por indicações do que a guerra, e a vitória nessa guerra, significará para ele, em sua terra natal, em termos de oportunidades e direitos. Para os brancos americanos, também, o problema dos negros ganhou maior significância do que jamais teve desde os tempos da Guerra Civil.⁸¹

À medida que crescia um consenso nacional sobre a necessidade dos americanos de encontrarem uma causa em comum e deixar suas diferenças étnicas para trás, os cineastas de Hollywood criaram uma convenção que, mais tarde, viria a ser conhecida como “pelotão étnico”, um grupo heterogêneo de soldados americanos unidos por laços fraternais. Eric Johnson, que tinha sido conselheiro de Roosevelt, tornou-se o diretor da Associação Americana de Cinema. “Não faremos mais nenhum *Vinhas da Ira*. Não faremos mais nenhum filme que fale sobre o lado sombrio da vida americana. Não faremos mais nenhum filme que trate um banqueiro como vilão”, anunciou ele. Um panfleto do governo intitulado “Um manual para a indústria cinematográfica” explicava que filmes feitos durante os tempos de guerra deveriam incluir todas as etnias americanas representando “o povo”, e que parte das motivações dessa guerra deveriam ser contrárias a “qualquer forma de discriminação racial e intolerância religiosa”. *Um barco e nove destinos*, baseado em um conto de John Steinbeck, dirigido por Alfred Hitchcock, e lançado em 1944, é a epítome do gênero. Civis e militares que sobrevivem a um ataque de um submarino alemão encontram-se em um mesmo bote salva-vidas, junto com o capitão do submarino inimigo. A única maneira de saírem dessa situação é superando suas próprias diferenças. A rica socialite se apaixona pelo operário irlandês; o camareiro negro salva a todos.⁸²

Independentemente da influência que Gunnar Myrdal ou os cineastas de Hollywood tiveram na luta pelos direitos civis

durante a guerra, essa luta foi capitaneada por intelectuais, repórteres, artistas e ativistas afro-americanos. “Conquistar uma real vitória militar sobre o Eixo e insistir na exploração dos povos subjulgados pelo Império Britânico e na subordinação dos negros nos Estados Unidos é criar o terreno para a próxima guerra mundial — provavelmente uma guerra racial”, escreveu o sociólogo afro-americano Horace Cayton, na revista *The Nation*, em 1943. “De alguma forma, através de algum mecanismo, deverá ser alcançada nos Estados Unidos e no mundo uma ordem moral que inclua o negro americano e os demais povos oprimidos. A guerra atual deve ser considerada como uma das etapas de uma luta maior para conquistar essa nova ordem moral.”⁸³ Construir essa nova ordem seria o trabalho do mundo pós-guerra.

Foi possível começar a imaginar este mundo em 1943, porque a maré da guerra havia virado. As forças americanas e canadenses reprimiram os avanços japoneses no Pacífico. O ataque que Hitler havia planejado contra as forças soviéticas em Kursk terminou com as tropas alemãs batendo em retirada. A Grã-Bretanha bombardeou Hamburgo. Os Aliados invadiram a Itália. No outono de 1943, Roosevelt, Churchill e Stalin — “os Três Grandes” — reuniram-se em Teerã, com o objetivo central de planejar sua campanha contra a Alemanha. Também conversaram um pouco sobre a questão da cooperação internacional no pós-guerra. Roosevelt e Stalin se encontraram a sós duas vezes. (“Roosevelt acreditava que se daria melhor com Stalin na ausência de Churchill”, diria mais tarde o embaixador americano na União Soviética.) Roosevelt falou sobre o projeto, elaborado por Sumner Welles, de uma Organização das Nações Unidas composta de três partes: uma assembleia, com delegados de todas as nações; um comitê executivo, formado pelas Quatro Potências, com outros seis delegados regionais; e um conselho de segurança formado pelos “quatro policiais” que poderiam usar a força para evitar agressões e garantir a paz. (O conceito de uma “polícia mundial” data da Primeira Guerra

Mundial, entretanto, em 1943, durante o jantar de aniversário de Winston Churchill, Roosevelt convocou as forças Aliadas — os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a União Soviética e a China — para atuarem como “os quatro policiais” do mundo.)

As reuniões em Teerã, lautos banquetes oferecidos por cada um dos líderes, foram assombradas pela desconfiança e, da parte de Stalin, pela dissimulação. Churchill sentiu-se traído por Roosevelt ao saber de suas reuniões privadas com Stalin, com quem frequentemente concordava durante as discussões. “Ali eu me sentei com o grande urso russo de um lado, com suas garras à mostra, e o grande búfalo americano do outro”, escreveu Churchill. Stalin se deleitava com a sua capacidade de semear a cizânia entre os dois homens. Os Três Grandes concordaram em um plano para atacar a Alemanha. Mas a declaração produzida no final da Conferência de Teerã não fazia referência alguma às Nações Unidas.⁸⁴

Nos Estados Unidos, a retórica de Roosevelt acabou se transformando no que viria a ser a retórica da ONU na questão dos direitos humanos. A luta por liberdade havia se transformado em uma luta por direitos. Em janeiro de 1944, em uma mensagem para o Congresso, Roosevelt anunciou seu plano de produzir uma Segunda Carta dos Direitos. A primeira Carta dos Direitos assegurava certos direitos políticos, porém, “à medida que nossa nação foi crescendo, em tamanho e estatura, esses direitos políticos foram se mostrando insatisfatórios para a busca da felicidade”, explicou Roosevelt. Ao declarar certas “verdades econômicas” como “autoevidentes”, sua lista de direitos incluía “o direito a um trabalho útil e remunerado”, “o direito de toda família possuir uma moradia decente”, “o direito a um atendimento médico adequado”, e “o direito a uma educação de qualidade”.⁸⁵

A *Time* declarou: “O Doutor Ganhador da Guerra, pelo jeito, foi ouvir uns conselhos do Doutor Ganhador de Direitos”. A prosperidade dos tempos de guerra fortaleceu Roosevelt para expandir o papel do governo na concessão de direitos, e os ativistas pelos direitos civis os estavam reivindicando. Ao mesmo

tempo, os liberais perdiam seu poder político ou, pelo menos, é o que mostravam os resultados das eleições para o Congresso. Em 1942, os democratas perderam 42 assentos na Câmara e oito no Senado. Ainda possuíam a maioria dos assentos nas duas casas, porém, era uma maioria bastante reduzida. Em 1937 havia 246 Democratas a mais do que republicanos na Câmara; em 1942, essa vantagem havia encolhido para apenas 10. Em 1938, os democratas tinham 60 assentos a mais do que os republicanos no Senado, uma maioria que, em 1942, recuou para 21. Em 1943, o Congresso já havia encerrado grande parte dos programas do New Deal, incluindo o Corpo de Conservação Civil, a Agência de Progresso Público, a Agência Nacional da Juventude, e a Divisão de Financiamento da Casa Própria. Outras agências do New Deal ou foram desmembradas ou tiveram conservadores escalados para a presidência. I. F. Stone disse que o New Deal estava “começando a cometer *harakiri*”. Em 1944, Archibald MacLeish deu voz às esperanças liberais de uma paz reacionária: “Hoje em dia, os liberais costumam se encontrar em Washington — isso quando conseguem aturar uns aos outros — para falar sobre o trágico destino de todas as propostas liberais, o fracasso de todas as lideranças liberais, e a inevitável frustração de todos os objetivos liberais. Não é mais algo temido, e sim aceito, que o país está voltando à normalidade e que Harding está vindo aí.”⁸⁶

MacLeish não estava muito errado. Em 1945, Martin Dies convocou mais uma vez seu Comitê de Atividades Antiamericanas para investigar liberais suspeitos de serem comunistas. Antecipando-se a Joseph McCarthy, Dies alertou para as “centenas de esquerdistas e radicais que não acreditam em nosso sistema de livre mercado” e alegou que “no mínimo 2 mil comunistas absolutos e partidários fanáticos” ainda “mantinham cargos no governo em Washington”. Entre os alvos da ira de Dies estavam Frances Perkins, e até a própria Eleanor Roosevelt. “A primeira-dama do País tem sido um dos recursos

mais valiosos que a organização Cavalo de Troia do Partido Comunista possui.”⁸⁷

O liberalismo sobreviveu — e permaneceria como a principal filosofia de governo dos Estados Unidos por décadas —, embora enfraquecido. O socialismo havia sido desacreditado. E o conservadorismo, embora ainda fosse um coro sussurrado de vozes no meio de um deserto, ganhou força no formato de crítica ao estatismo. Em 1941, James Burnham, que havia sido um liberal, publicou *A revolução gerencial*, no qual argumenta que as nações que sucumbiram completamente ao totalitarismo eram aquelas nas quais o maior poder gerencial estava concentrado nas mãos do estado. Na prática, argumentos como esse tiveram o efeito de eletrizar a oposição contra o imposto de renda. A Associação dos Contribuintes Americanos (a antiga Liga dos Banqueiros Americanos) pediu a revogação da Décima Sexta Emenda e, quando não teve êxito, pleiteou uma emenda constitucional que estabelecesse uma alíquota máxima de 25%, uma proposta feita inicialmente por Robert B. Dresser. Dresser tinha sido membro da diretoria tanto da Associação dos Contribuintes Americanos quanto do Comitê de Governo Constitucional, um grupo de empresários organizado em 1937 para se opor ao plano de Roosevelt de superlotar a Suprema Corte.⁸⁸ A alíquota máxima, introduzida ao Congresso em 1938, morreu no comitê e, depois disso, duas organizações começaram a reivindicar uma segunda convenção constitucional. “Nosso atual sistema de impostos contribui muito para destruir a economia de livre mercado”, escreveu um repórter de economia do *New York Times* em 1943, argumentando que deveria ser assegurado “agora, ao contribuinte americano, um grau razoável de confiança de que suas rendas e heranças não serão confiscadas em um processo de converter nosso sistema de empresas privadas em algum tipo de socialismo estatal”.⁸⁹ Em 1944, após o Comitê de Governo Constitucional distribuir 82 milhões de panfletos, metade dos estados necessários para convocar uma convenção constitucional votou a favor da emenda

de Dresser, apesar de um estudo comandado pelo secretário do Tesouro ter constatado que a medida transferiria a carga tributária dos contribuintes mais ricos para os mais pobres (só o 1% dos contribuintes no topo da pirâmide teriam corte em seus impostos, motivo pelo qual os seus críticos a batizaram de Emenda dos Milionários).⁹⁰ No final da década, somente um grupo de lobistas do país gastava mais do que o Comitê de Governo Constitucional. Wright Patman, congressista democrata do Texas, chamava-o de “o lobby mais sinistro da América”⁹¹.

* * *

OS ALIADOS, ENFIM, invadiram a França em 6 de junho de 1944, o Dia D, determinados a libertar uma Europa devastada e aterrorizada. “Vocês estão prestes a embarcar na maior batalha da guerra que viemos lutando nesses últimos vários meses”, disse o general Dwight D. Eisenhower em uma mensagem transmitida às Forças Expedicionárias Aliadas. “Os olhos do mundo inteiro estarão voltados para vocês.” Um milhão de homens participaram da invasão, que se estendeu por uma faixa de 80 quilômetros na costa da Normandia, a maior invasão por via marítima da história. A investida teve início às 00h15, quando paraquedistas da 101ª e 82ª Divisões Aerotransportadas desceram dos céus, na tentativa de aterrissar atrás das linhas inimigas camuflados em meio à escuridão. Soldados de infantaria carregando mochilas lotadas de munições avançaram sobre cinco praias repletas de minas terrestres, andando por dentro do mar, a água na altura do pescoço, debaixo de pesada artilharia. Uma frota de bombardeiros e caças atacou por céu. “Nunca tinha visto tantos navios juntos em toda a minha vida”, disse o paraquedista Jim Martin, um mecânico de 22 anos natural de Dayton, no Ohio, sobre a visão de mais de 5 mil navios de guerra dos Aliados enquanto sobrevoava a região. “Dava para atravessar o Canal da Mancha a pé sem jamais pisar na água, simplesmente andando de um navio para outro.”⁹²

Com a ajuda da Resistência Francesa, os Aliados derrotaram as forças alemãs e seguiram fazendo suas linhas recuarem pelo oeste, enquanto as tropas soviéticas continuavam a atacá-los pelo leste, o plano que havia sido acordado em Teerã no ano anterior. No Pacífico, as forças americanas derrotaram os japoneses na Batalha do Mar das Filipinas e começaram a bombardear as ilhas japonesas. Com a vitória se aproximando na Europa, os delegados do que eram, agora, 44 nações Aliadas, reuniram-se em julho de 1944 nas Montanhas Brancas de New Hampshire, em Bretton Woods, para planejar uma ordem pós-guerra capaz de evitar os erros fatais do último acordo de paz. O professor de ciência política de Columbia, James T. Shotwell, estivera em Versailles em 1919 e, como muitos delegados, entendia que o objetivo do encontro em Bretton Woods era provar que as lições com as decisões tomadas naquela ocasião haviam sido aprendidas. “A magnitude da Grande Depressão de 1930 deveu-se a duas coisas: o custo econômico da Primeira Guerra Mundial e a aceitação das desastrosas políticas econômicas implementadas depois dela”,⁹³ escreveu Shotwell. Rejeitando o nacionalismo econômico que precedeu a Primeira Guerra Mundial, a Conferência de Bretton Woods se comprometeu com a abertura dos mercados e o livre comércio, e ao keynesianismo, criando o Fundo Monetário Internacional, que estabeleceria uma taxa de câmbio fixa. Keynes foi o presidente da comissão que fundou o banco internacional, que mais tarde passaria a ser conhecido como Banco Mundial.⁹⁴

Enquanto essa nova ordem ainda estava em franco processo de construção, os ataques conservadores a ela já começaram. Dois meses após o encontro em Bretton Woods, o cientista político austríaco Friedrich A. Hayek publicou uma edição americana de *O caminho para a servidão*, uma obra que estabeleceu as bases fundamentais do conservadorismo econômico moderno. Boa parte da argumentação feita por Hayek em *O caminho para a servidão* já havia sido feita, há muito tempo, por Herbert Hoover, em *Desafios para a liberdade* (1934).

O New Deal, escreveu Hoover, resultou no “governo ditando, diariamente, todos os dias da semana, em cada cidade e vilarejo do país, como as pessoas deveriam conduzir suas vidas cotidianas”. Sob este regime e outros similares, “povos e governos danificam cegamente, até mesmo destruindo as liberdades humanas fundamentais que vêm sendo a base e a inspiração para o progresso desde a Idade Média”.⁹⁵ Para Hoover, e para Hayek, era como se o tempo andasse para trás, como um retorno da liberdade para a escravidão.

Hayek, que lecionava na Escola de Economia de Londres, vinha sendo um crítico das teorias keynesianas desde a década de 1930. “Eu gostaria de poder fazer com que meus amigos ‘progressistas’ (...) compreendessem que a democracia só é possível no capitalismo, e que os experimentos coletivistas levam, inevitavelmente, a alguma manifestação do fascismo”, escreveu ele a Walter Lippmann em 1937. Quando o governo assume o controle sobre os assuntos econômicos, alertava Hayek, a população se torna escrava: “O que chamamos de poder econômico, embora possa ser um instrumento de coerção, nunca é, nas mãos de indivíduos privados, um poder absoluto ou exclusivo, nunca é um poder total sobre a vida de uma pessoa. Entretanto, centralizado como um instrumento de poder político, ele cria um grau de dependência que mal se pode diferenciar da escravidão.”⁹⁶

Mais importante pela quantidade de pessoas que o leu do que pelo conteúdo, *O caminho para a servidão* foi lançado na Inglaterra em março de 1944 e publicado nos Estados Unidos em setembro do mesmo ano, muito embora tenha aparecido pela primeira vez em um artigo no *Saturday Evening Post*, e, em seguida, resumido pela *Reader's Digest* e adotado pelo clube de leitura *Book-of-the-Month*. A influência de Hayek começaria a se manifestar na política por volta de 1947, quando ele e outros economistas se reuniram na Suíça para debater como evitar que as democracias ocidentais regredissem a “um novo tipo de servidão”. Eles redigiram uma “Declaração de Objetivos”, na qual

diziam: “Em vastas regiões da superfície da terra, as condições essenciais de liberdade e dignidade humanas já não existem mais (...) Mesmo a mais valiosa posse do Homem Ocidental, a liberdade de pensamento e expressão, está ameaçada pela disseminação de crenças que, embora defendam o privilégio da tolerância quando na posição de uma minoria, tem como único intuito estabelecer uma posição de poder na qual elas possam reprimir e obliterar todas as opiniões diferentes de suas próprias.”⁹⁷

Os liberais, é claro, também temiam o totalitarismo. À medida que os Aliados marchavam pela Europa, os relatos sobre a devastação que encontraram, as cidades arrasadas, os povos massacrados, assustaram os americanos. O que o ser humano havia feito? Ao longo do curso da guerra, muitos liberais, em especial aqueles que flertavam com o comunismo, foram mudando de ideia a respeito dos tipos de reformas que haviam defendido na década de 1930. Como disse Reinhold Niebuhr: “A ascensão do totalitarismo fez com que o mundo democrático passasse a enxergar todas as respostas coletivistas para os nossos problemas sociais com uma maior apreensão.” Em vez de protestar contra os monopólios e reivindicar restrições ao capitalismo, muitos, principalmente depois da guerra, abandonaram o interesse nas reformas econômicas e seguiram o exemplo dos afro-americanos em sua luta por direitos e, especialmente, por justiça social.⁹⁸

Outra cisão separou os liberais pré-guerra dos liberais pós-guerra. Em vez de reivindicar e promover políticas públicas para as artes, escolas e bibliotecas públicas, e programas de rádio e TV de interesse público, os intelectuais liberais começaram a ficar cada vez mais ressabiados com a cultura de massa e, após a guerra, passaram a criticá-la abertamente. Na década de 1930, os intelectuais conservadores haviam se rebelado contra as massas; na década de 1950, seriam os liberais — uma tendência que seguiria crescendo ao longo das próximas décadas,

desembocando em uma crise no final do século.⁹⁹ Essa crise começaria com a morte de Franklin Roosevelt.

III.

ROOSEVELT ESTAVA CADA vez mais abatido. Em sua posse, em janeiro de 1945, estava fraco, pálido e mal conseguia ficar em pé; durante seu breve discurso, seu corpo inteiro tremia, como se estivesse acometido por uma febre. E não haveria descanso. Ele tinha concordado em embarcar em uma jornada excruciante, atravessando metade do mundo, em meio à guerra, para um encontro de cúpula com Churchill e Stalin. Dois dias após sua posse, ele embarcou em um trem com destino desconhecido, seu vagão reforçado com janelas à prova de bala e estrutura blindada. Ao desembarcar do trem em Newport News, na Virgínia, embarcou no USS *Quincy*, um cruzador pesado equipado com rampas para sua cadeira de rodas, para uma viagem de 8 mil quilômetros, em 11 dias, até Malta. Quando o navio entrou na baía da ilha mediterrânea, Roosevelt, sentado no convés, usando um chapéu de *tweed* e um casaco marrom, sorriu quando a banda a bordo do *Orion*, a embarcação britânica que trazia Winston Churchill, tocou “Star-Spangled Banner”. Retribuindo a gentileza, a banda a bordo do *Quincy* executou “God Save the King”. De Malta, Roosevelt e Churchill voaram, separadamente, escoltados por seis caças cada um, por sete horas, até a Crimeia, no Mar Negro, para se encontrarem com Joseph Stalin no luxuoso Palácio de Livadia, a residência de verão do último czar russo, na cidade litorânea de Yalta.¹⁰⁰



Roosevelt e Churchill reunidos em um navio de guerra no início da Conferência de Yalta, em 1945. (Cortesia da Biblioteca & Museu Franklin D. Roosevelt.)

Roosevelt e Churchill foram ao encontro de Stalin, não o contrário. Aquela tinha sido uma jornada terrivelmente longa e perigosa para os dois amigos, uma vez que ambos estavam mal de saúde, mas principalmente para Roosevelt, que estava morrendo. Quando a conferência começou, Stalin desfrutava de mais apoio da imprensa americana do que jamais teria, antes ou depois. Ele apareceu na capa da *Time*, em uma matéria celebrando as recentes vitórias dos aliados dos americanos, “enquanto os exércitos de Joseph Stalin invadiam as regiões orientais do Reich”. Um mês depois, a matéria de capa da *Time*, “Fantasmas no Telhado”, um comentário na forma de uma estranha fábula raivosa escrita pelo editor sênior Whittaker Chambers, acusava Stalin de ter desenvolvido uma política completamente nova — a revolução social internacional —,

através da qual ele poderia “implodir países inteiros por dentro”.¹⁰¹ Mais tarde se insinuaria que Roosevelt, com seus poderes muito enfraquecidos, teria tentado apaziguar Stalin em Yalta, com consequências fatais. Assim como ficaria muito evidente, mais tarde, a crueldade de Stalin, também ficou óbvio que o acordo assinado em Yalta não o impediria de dominar a Europa oriental, e pode inclusive ter possibilitado a dominação comunista da China. Mais tarde, também, começariam a surgir insinuações sobre intrigas e até traições, após ser revelado que Alger Hiss, um delegado americano da conferência, era espião soviético. Mas os arquivos soviéticos, abertos após o fim da Guerra Fria, revelariam que ele se reportava ao braço militar, e não ao braço político, e que os seus relatos de Yalta tiveram pouca ou nenhuma influência sobre os procedimentos. E, de muitas maneiras, Roosevelt conseguiu tirar de Stalin o máximo que teria sido possível para qualquer presidente americano.¹⁰²

Churchill havia levado junto consigo a sua sala de mapas, com a embaixada britânica fornecendo instruções específicas para a instalação: “O Sr. Churchill espera que a sua sala de mapas seja instalada no quarto adjacente aos seus aposentos privados em Yalta e que o acesso a ela também seja possível para o Presidente Roosevelt, quando estiver em sua cadeira de rodas.” Roosevelt, seguindo os princípios da Carta do Atlântico, chegou a Yalta decidido a não fatar nem dividir a Europa, deixando povos inteiros à mercê do imperialismo, como havia sido feito no final da última guerra. Ele esperava que todos concordassem em um plano para vencer a guerra e dividir a Alemanha de uma maneira com a qual tanto Stalin quanto Churchill estivessem de acordo, em troca da concordância de Stalin em entrar na guerra contra o Japão.

A conferência teve início no salão de festas do palácio no dia 4 de fevereiro. Churchill, que confiava em Stalin ainda menos que o próprio Roosevelt, buscou, repetidas vezes, aliar-se ao presidente americano, mas não obteve sucesso, pois ele estava mais preocupado em tentar convencer Stalin a juntar-se à

batalha contra os japoneses. Nem Roosevelt nem Churchill gozavam de uma posição particularmente forte para negociar. Ambos precisavam da ajuda do Exército Vermelho, Churchill na Europa, e Roosevelt no Pacífico. Para garantir o apoio de Stalin, Roosevelt violou os princípios da Carta do Atlântico, prometendo ao russo, mesmo antes do final da guerra, territórios na China, que, na época, era uma aliada dos Estados Unidos. No final, os três homens concordaram em dividir a Alemanha em zonas de ocupação e em submeter os criminosos de guerra nazistas a um tribunal. Em três meses, a Alemanha se renderia; em seis meses, o Japão. Mas antes mesmo de qualquer uma dessas rendições, Stalin já tinha começado a quebrar as promessas que fizera em Yalta.

No dia 1º de março, Roosevelt falou sobre a Conferência de Yalta para o Congresso, descrevendo as Nações Unidas como “uma organização universal, na qual todas as nações amantes da paz terão uma chance de participar”. Estava ainda mais magro e abatido. O presidente falou sentado, incapaz de ficar de pé e suportar o peso das órteses metálicas.¹⁰³ Suas mãos tremiam; sua fala estava arrastada. No dia 12 de abril, enquanto posava para um retrato em seu refúgio, a “Casinha Branca”, em Warm Springs, na Geórgia, Roosevelt desmaiou. O presidente morreria às 15h35min, de hemorragia cerebral.

Sua morte foi divulgada às 17h47min: “Interrompemos a programação para trazer um boletim urgente de notícias da CBS World News...” Emissoras de todo o país cancelaram a programação regular por alguns dias, transmitindo apenas boletins de notícias, as músicas favoritas do presidente e homenagens. Arrasado, Harry S. Truman, que fez o juramento para assumir o cargo apenas quatro horas após a morte de Roosevelt, disse, no dia seguinte: “Existem pouquíssimos homens em toda a história que se equiparam ao homem cujo cargo estou substituindo.”¹⁰⁴

Archibald MacLeish, no terceiro minuto de um pronunciamento que fazia à nação na CBS, desabou em lágrimas ao dizer as

palavras “nosso grande presidente está agora tragicamente morto no momento em que mais precisamos dele”. Correspondentes de rádio faziam relatos sobre as multidões solenes que se aglomeravam em todas as estações; ao mesmo tempo, o trem fúnebre que transportava o caixão embrulhado na bandeira americana viajava em direção à cidade de Hyde Park. O locutor da CBS, Arthur Godfrey, ao vivo de Washington, relatou o momento em que o caixão de Roosevelt foi carregado pelas ruas em uma carruagem puxada por seis cavalos brancos, escoltada por motociclistas, enquanto uma multidão de umas 20 mil pessoas assistia a tudo das calçadas. “Que Deus me dê forças para continuar”, disse Godfrey, ao perder a compostura quando o caixão passou ao seu lado.¹⁰⁵

* * *

EM 15 DE ABRIL, dia em que Roosevelt foi enterrado em sua cidade natal, em Hyde Park, o repórter da CBS, Edward R. Murrow, fez, em primeira mão, a primeira descrição de um campo de concentração nazista em uma rádio americana. Em Buchelwald, ele encontrou-se com o médico do campo. “Investigamos seus registros”, disse Murrow, com sua voz grave ficando ainda mais profunda. “Havia apenas nomes em um caderninho com a capa preta, e nada mais. Nada sobre quem eram estes homens, o que eles haviam feito, ou o que esperavam. Ao lado dos nomes daqueles que morreram, havia uma cruz. Eu as contei. Elas totalizam 242 — 242 em 1,2 mil, em um mês.” Eles haviam sido mortos, mês após mês, sem nome, trucidados, sem orações em suas sepulturas.¹⁰⁶

Murrow, nascido em Polecat Creek, na Carolina do Norte, tinha sido contratado pela CBS em 1935 para comandar seu escritório de Londres e coordenar a cobertura na Europa; não havia sido treinado para atuar como repórter. Mas, em 1938, com o *Anschluss*, foi escalado para trabalhar em busca de notícias de última hora, como repórter de campo. Suas primeiras palavras no

rádio, no que a CBS decidiu chamar de “reportagem especial”, foram: “Aqui é Edward Murrow, falando direto de Viena. São por volta de 3h30min da manhã e *Herr* Hitler ainda não chegou.” Em 1940, durante a Blitz, ele fazia seus relatos direto dos telhados de Londres, passando uma sensação de proximidade tão intensa que ajudou a mudar a maré da opinião pública americana a favor da entrada do país na guerra. “Você deitou os mortos de Londres em nossas portas e nós entendemos que aqueles eram os nossos mortos”,¹⁰⁷ disse Archibald MacLeish a ele.

Na primavera de 1945, Murrow já era um veterano da nova arte e ciência da correspondência internacional de rádio e também uma voz que os americanos conheciam, acompanhavam e na qual confiavam. No dia 11 de abril, soldados do Nono Batalhão de Infantaria Mecanizada do exército americano chegaram a Buchenwald, perto de Weimar; soldados da Oitava Divisão de Infantaria chegaram no dia seguinte, junto com um grupo de repórteres, incluindo Murrow. Em 1943, em um encontro na embaixada da Polônia em Washington, o juiz da Suprema Corte americana Felix Frankfurter conheceu Jan Karski, um socialista polonês que fugira de Belzec. Frankfurter ficou sem palavras quando Karski descreveu o campo da morte. Passaram-se uns bons dez minutos. “Não consigo acreditar em você”, disse ele, por fim. “Felix, você não pode dizer na cara desse homem que ele está mentindo”, disse o embaixador polonês. “Eu disse que não consigo acreditar nele. Tem uma diferença”, retrucou Frankfurter.¹⁰⁸

Em Buchenwald, no dia 15 de abril de 1945, Murrow relatou que foi convidado a conhecer um dos alojamentos. “Casualmente, estava ocupado por tchecos. Quando eu entrei, os homens me cercaram e tentaram me erguer nos ombros, mas estavam muito fracos. Muitos sequer conseguiram levantar das camas.” A voz de Murrow ficou embargada. “Quando estávamos saindo de volta para o pátio, um homem caiu morto.”¹⁰⁹

Murrow não usou a palavra “judeu” em nenhum momento em seu relato. Assim como a maioria dos repórteres, *A Life*

descreveu as pessoas confinadas em Dachau como “homens dos países que os agentes de Hitler tinham decidido que eram os principais opositores do nazismo”.¹¹⁰ Eisenhower visitou Ohrdruf, um campo menor, nos arredores de Buchenwald, e relatou a George C. Marshall no mesmo dia em que Murrow havia falado ao vivo de Buchenwald: “Em um dos ambientes eles haviam empilhados vinte ou trinta homens nus, que haviam morrido de fome. George Patton não quis entrar, disse que vomitaria se o fizesse. Eu fiz a visita deliberadamente, para me colocar em uma posição de poder oferecer um testemunho em *primeira mão* dessas evidências caso, algum dia, no futuro, surja uma tendência de tentar atribuir essas afirmações simplesmente à ‘propaganda’.”¹¹¹

Apesar desses relatos, a escala das atrocidades nazistas permanecia praticamente desconhecida no ocidente. Somente cerca de 20% dos prisioneiros em Buchenwald, Ohrdruf e Dachau eram, de fato, judeus; o resto eram prisioneiros políticos ou prisioneiros de guerra. Os campos da morte, como Auschwitz, onde quase todos os prisioneiros eram judeus, ou haviam sido fechados antes da chegada dos Aliados, ou tinham sido libertados pelos soviéticos. Os repórteres americanos, em geral, sequer os viram.¹¹² A extensão do genocídio — o assassinato de seis milhões de judeus — levaria muitos anos para chegar ao conhecimento do público americano.

Três dias após Eisenhower passar por Ohrdruf, a 305ª Infantaria invadiu a ilha de Iejima, perto de Okinawa. O repórter Ernie Pyle estava em um jipe que acabou se jogando dentro de uma trincheira para se proteger de disparos de metralhadora. Quando Pyle levantou a cabeça para olhar ao redor, levou um tiro na têmpora, milímetros abaixo da linha do capacete. Morreu em 18 de abril de 1945, aos 44 anos, com os caras de cachorro que ele amava, no meio da guerra que ele relatou melhor do que qualquer outro autor. Na época em que foi baleado, Pyle escrevia uma coluna. Um rascunho foi encontrado em sua mochila. Começava com “E então, acabou...”.¹¹³



Em 1945, o general Dwight D. Eisenhower e outros generais americanos fizeram uma parada em um campo de concentração que havia acabado de ser libertado em Ohrdruf, onde restos de corpos incinerados foram encontrados nos trilhos do trem. (United States Holocaust Memorial Museum, cortesia do National Archives and Records Administration, College Park.)

Ainda não tinha exatamente acabado, mas estava muito perto disso. No dia 24 de abril, o secretário de Guerra Henry Stimson enviou um memorando para o novato presidente Truman, com um carimbo que dizia SECRETO. “É muito importante que eu tenha uma conversa com você o mais rápido possível.” Truman havia sido informado sobre a existência da bomba atômica poucas horas após ter feito o juramento de posse, mas Stimson queria lhe contar, agora, que a arma estava quase pronta.¹¹⁴

Na Europa, as forças Aliadas fechavam o cerco ao Eixo. No dia 25 de abril, as forças americanas que combatiam os alemães vindo pelo oeste e as forças soviéticas que combatiam pelo leste encontraram-se às margens do rio Elba. Guerrilheiros italianos encontraram Mussolini no dia 28 de abril, abateram-no a tiros e

jogaram seu corpo na rua, onde uma multidão urinou sobre ele e o pendurou pelos pés. Dois dias depois, em um bunker, em Berlim, Hitler cometeu suicídio. A Alemanha assinou rendição total e incondicional no dia 7 de maio.

Stalin já havia começado a reivindicar, de forma brutal, sua autoridade sobre os territórios que Hitler tinha conquistado. Em Yalta, ele havia se comprometido a permitir a realização de “eleições livres e sem restrições” na Polônia; na primavera, ele já havia esquecido essa promessa. No dia 28 de abril, Churchill, percebendo com sagacidade o que aquilo prenunciava, escreveu para Stalin: “Não é muito tranquilizador projetar um futuro no qual você e os países que você domina, além dos partidos Comunistas de muitos outros Estados, fiquem todos de um lado, e aqueles que são partidários das nações que falam inglês e de seus Associados e Domínios estejam todos no outro.”¹¹⁵ Era pouco tranquilizador imaginar aquele futuro, mas ele chegaria mesmo assim.

O Mundo do Amanhã imaginado pelos fariseus que planejaram a Feira Mundial de 1939, um mundo para Elektro, the Moto-Man e para as máquinas de lavar louça, também chegaria. Suas bailarinas vestidas de branco apresentando um “Espetáculo da Paz” foram precedidas por seis anos hediondos de guerra e genocídio, a ultrajante brutalidade da modernidade. “As pessoas que vivem em países diferentes matam umas às outras em intervalos de tempo irregulares. (...) Qualquer um que pense sobre o futuro vive em constante medo e terror”,¹¹⁶ escreveu Einstein em 1939. E, mesmo assim, o sonho delirante de uma paz mundial persistia e parecia, para muitos, mais perto da realidade do que da fantasia, quando, no dia 25 de junho, Truman participou da conferência de fundação da Organização das Nações Unidas, em São Francisco.

Delegados de 50 nações assinaram uma carta que Truman chamou de “uma vitória contra a própria guerra”. O experimento americano, iniciado no auge do Iluminismo, estava prestes a conhecer novos tempos. “Que não falhemos em aproveitar essa

chance perfeita de estabelecer um império internacional da razão para promover uma paz duradoura, sob o comando de Deus”, disse Truman. Quando a conferência chegou ao fim, Alger Hiss, o secretário-geral adjunto, embarcou em um avião de carga do exército levando consigo aquela preciosidade, a Carta das Nações Unidas, trancafiada em um cofre de 34 quilos e presa a um paraquedas que dizia “A quem encontrar: Não Abra. Remeta ao Departamento de Estado, em Washington”.¹¹⁷

Os Estados Unidos, uma nação fundada em um ato de ruptura, havia atrelado seu destino ao destino do mundo inteiro. Uma nação que havia se recusado a fazer parte da Liga das Nações agora assumia o controle na criação da sua substituta.

Só o futuro diria se aquele momento seria passageiro ou duradouro, embora há muito já fosse esperado. A Depressão, o New Deal e a retórica política de Roosevelt tinham ensinado aos americanos sobre os perigos de ser uma ilha. “Nós aprendemos que não somos capazes de viver sozinhos, em paz; que o nosso próprio bem-estar depende do bem-estar de outras nações, muito distantes. Nós aprendemos a simples verdade de, como Emerson disse, que ‘A única maneira de se ter um amigo é sendo um amigo’”, disse Roosevelt, em 1933, em seu discurso de posse. E os milhões de marinheiros, soldados, enfermeiras e aviadores americanos que haviam lutado nos quatro cantos do planeta ganharam um cosmopolitismo que as gerações anteriores nunca tinham visto. Um combatente do exército, “um cabo que havia crescido no interior”, disse à revista *Yank* que, antes da guerra, “Eu nunca tinha me afastado muito mais do que vinte quilômetros de casa”, mas “o Exército me levou para 15 países, do Brasil à Islândia, de Trinidad e Tobago à Tchecoslováquia”. Em julho de 1945, o Escritório de Informação de Guerra divulgou “Estados Unidos no mundo”, uma declaração inimaginável em qualquer outra época da história americana: “Neste mundo interdependente, não há região na qual os Estados Unidos possam abrir mão de seus interesses morais e ideológicos.”¹¹⁸

Truman, enquanto isso, encarava a difícil decisão sobre como acabar com a guerra no Japão. Em junho de 1945, Leo Szilard escreveu para ele, suplicando para que o presidente não soltasse a bomba atômica. “Uma nação que abre um precedente para o uso da liberação dessas novas forças da natureza para o propósito da destruição terá de arcar com a responsabilidade de ter aberto a porta para uma era de devastação em uma escala inimaginável.” Szilard era um grande admirador de H. G. Wells, que previra a guerra nuclear em um livro publicado nos dias sombrios de 1914. Wells tinha imaginado um Mundo do Amanhã atômico. “Em todo o mundo, todas as potências que possuíam a bomba procuravam se antecipar a um ataque. Elas entraram na guerra em um delírio de pânico, todas querendo ser a primeira a usar suas bombas”, escreveu Wells, em seu livro. “Na primavera de 1959, por quase duzentos centros urbanos — e toda semana esses números aumentavam — foram deflagradas as insaciáveis labaredas carmesim das bombas atômicas; o frágil tecido da economia mundial se desmanchou, a indústria desorganizou-se por inteiro, e toda cidade e toda área densamente populada, ou passava fome ou estava prestes a morrer dela.”¹¹⁹

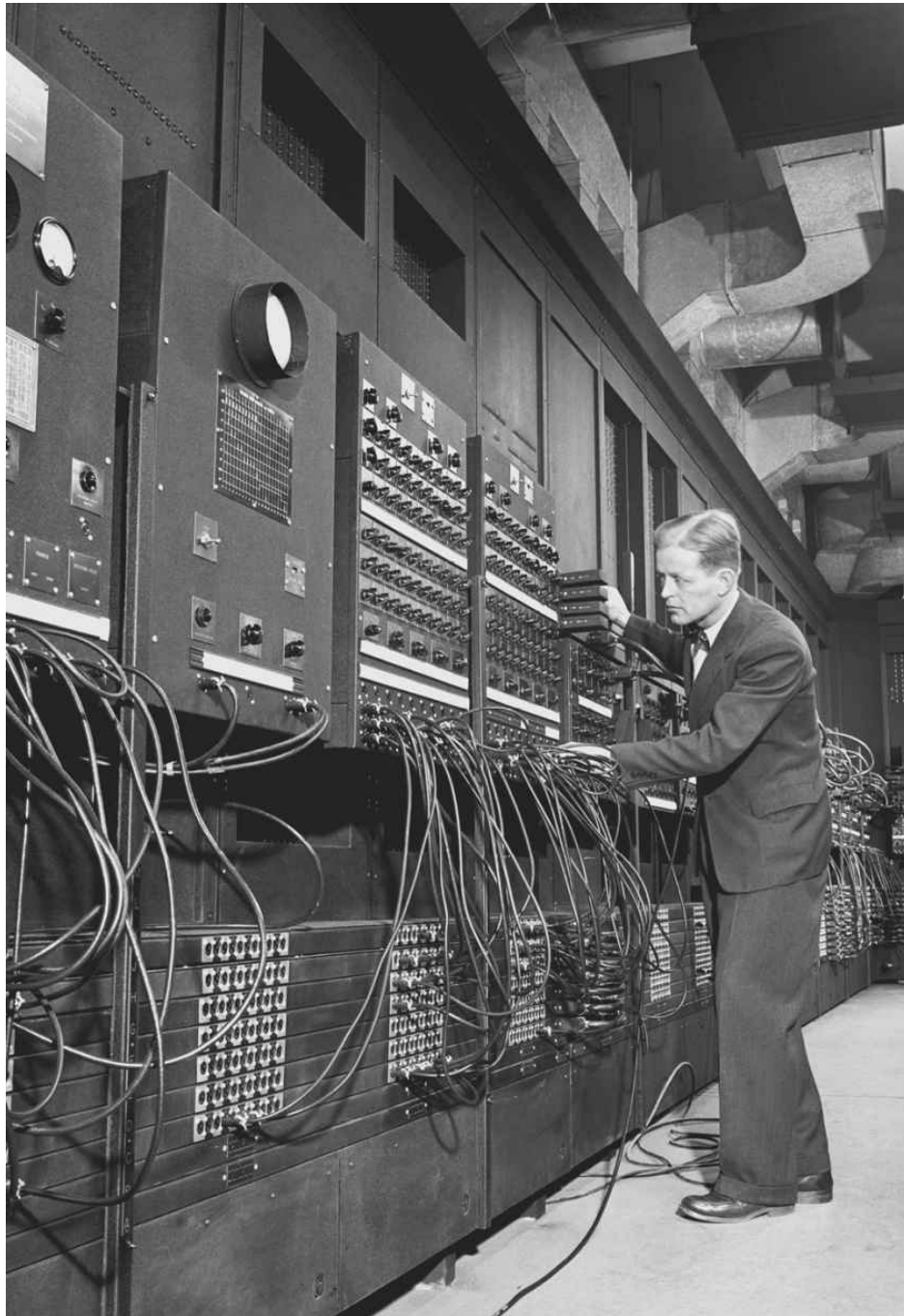
Szilard, temendo que a distopia imaginada tanto tempo antes por Wells pudesse estar batendo à sua porta, começou a coletar assinaturas para enviar para Truman. Quando os militares ameaçaram acusar Szilard de espionagem, J. Robert Oppenheimer decidiu suspender o envio da petição. Mas Szilard pressionou e, no dia 17 de julho, 70 cientistas que trabalharam no Projeto Manhattan, tendo testemunhado o primeiro teste da bomba atômica, assinaram sua petição de protesto.¹²⁰

Fora esses cientistas, o presidente e a meia dúzia de militares com autorização, nenhum americano sabia da existência da bomba atômica, mas aqueles que a conheciam, a temiam. Armas capazes de destruir cidades, ou mesmo a humanidade inteira, tinham sido matéria de ficção científica por décadas. E o aumento na escala da destruição entre a Primeira Guerra

Mundial e a Segunda não prenunciava nada além de uma força destrutiva ainda mais assombrosa.

Archibal MacLeish tirou proveito desse medo em uma campanha conduzida por ele para angariar apoio popular para a Organização das Nações Unidas. Ele comprou tanto espaço publicitário para a ONU na programação das rádios que o jornalista, ex-simpatizante do movimento América em Primeiro Lugar, John T. Flynn, reclamou: “É impossível ligar o rádio, a qualquer hora do dia — manhã, tarde ou noite —, não importa se for pra ouvir a Metropolitan Opera, um faroeste, uma música caipira, um comentarista ou um jornalista, sem escutar uma propaganda desse grande instrumento da paz.”¹²¹ O projeto mais eficaz de MacLeish foi *Watchtower Over Tomorrow*, um filme de 15 minutos exibido nas salas de cinema de todo o país, logo após o cinejornal que era veiculado antes dos filmes. Dirigido por Alfred Hitchcock, *Watchtower Over Tomorrow*, começava com um trecho de filme de ficção científica de 1936, *Daqui a cem anos*, uma adaptação de outro livro distópico escrito por Wells, que imaginava uma guerra que se estendia por décadas e uma nova era das máquinas na qual uma raça de supercientistas havia construído uma “arma espacial”. No trecho usado por Hitchcock, um guindaste gigantesco vai descendo uma bomba até a câmara de um míssil gigantesco que, lançado em meio a uma nuvem de fumaça imensa, sobe até as estrelas antes de despencar sobre a terra e explodir. “A morte cai dos céus, em forma de bomba, disparada por um inimigo à milhares de quilômetros de distância, a bomba que pode ser o início da Terceira Guerra Mundial”, dizia o narrador. “É para impedir o lançamento de uma bomba como essa que nós, das Nações Unidas, lutamos na Campanha Italiana, na Frente Ocidental, na Frente Oriental, por todos os Bálcãs, em metade do planeta, na China, em Myanmar, no Atlântico, em todas as partes do Pacífico, onde quer que o inimigo possa ser subjugado, para garantir uma paz mais permanente do que um breve respiro entre uma e outra guerra devastadora.”¹²²

Watchtower Over Tomorrow começou a aparecer nos cinemas na primavera de 1945. O futuro que ele imaginou que a ONU seria capaz de impedir chegaria mesmo assim. Naquele verão, no dia 6 de agosto, os Estados Unidos lançaram uma bomba atômica em Hiroshima. Três dias depois, lançaram outra sobre Nagasaki. O Japão se rendeu. “Este é o maior feito da história”,¹²³ disse Truman. A Segunda Guerra Mundial havia acabado. E, com ou sem vislumbre, um futuro totalmente novo havia começado.



O ENIAC de John Mauchly, por vezes chamado de Cérebro Gigante, marcou o início da era da informação. Bettmann Archive / Getty Images.

Parte Quatro

A MÁQUINA



1946-2016

Nossos desafios podem ser novos. Os instrumentos com os quais os enfrentamos podem ser novos. Mas aqueles valores dos quais depende nosso sucesso — honestidade e trabalho duro, coragem e justiça, tolerância e curiosidade, lealdade e patriotismo — são antigos. Essas coisas são verdadeiras. Elas têm sido a força silenciosa do progresso ao longo de nossa história. O que é preciso, então, é um retorno a essas verdades.

— Barack Obama, primeiro discurso de posse, 2009

Treze

UM MUNDO DE CONHECIMENTO



Em uma era de abundância para os americanos, os aparelhos de TV na vitrine de uma loja transmitem Eisenhower anunciando sua decisão de concorrer à reeleição em 1956. (Grey Villet / The LIFE Picture Collection / Getty Images.)

O FIM DOS TEMPOS COMEÇOU ÀS 8H15 DA MANHÃ DE 6 DE agosto de 1945. “A senhorita Toshiko Sasaki, funcionária do departamento de recursos humanos da East Asia Tin Works, havia acabado de sentar em seu lugar no escritório da fábrica e se virou para falar com a garota na mesa ao lado”, relatou o escritor John Hersey na *The New Yorker*. “Assim que ela voltou sua cabeça para o lado oposto às janelas, a sala foi tomada por uma luz ofuscante. Ela ficou paralisada pelo medo, e seguiu imóvel na sua cadeira por um bom tempo.

Tudo desabou, e a senhorita Sasaki perdeu a consciência. O teto caiu repentinamente, o piso de madeira do andar superior se despedaçou, as pessoas lá de cima caíram, e o telhado acima deles cedeu; mas,

principalmente e antes de tudo, as estantes logo atrás dela penderam para frente, e os livros a derrubaram no chão. Sua perna esquerda, torcida de forma horrível, quebrou sob o peso. Lá, em uma fábrica de lata, no primeiro momento da era atômica, um ser humano foi esmagado por livros.¹

No primeiro momento da era atômica, um ser humano foi esmagado pelos livros: a violência do conhecimento.

Hiroshima marcou o início de uma era política nova e instável, na qual a mudança tecnológica ultrapassou com violência a capacidade humana de juízo moral. E isso não tinha relação apenas com a bomba e a devastação que ela causou. Mas também com os computadores, cujo desenvolvimento tornou possível o lançamento da bomba. E a força da mudança tecnológica em si, um poder político não controlado por uma Constituição do século XVIII e inimaginável para a fé no progresso do século XIX.

Truman soube do lançamento da bomba a bordo de um navio cruzador. A Casa Branca informou à imprensa no dia seguinte. A história foi noticiada pelo rádio ao meio-dia. Os ouvintes ficaram chocados. John Haynes Holmes, pastor unitarista e pacifista declarado, estava de férias em uma cabana em Kennebunk, Maine. “De repente, tudo parecia insignificante”, disse ele sobre como se sentiu ao ouvir a notícia. “Eu parecia estar esfriando, como se eu tivesse sido transportado para os ermos da Lua.” Dias depois, quando os japoneses foram forçados a se render, os americanos comemoraram. Em St. Louis, as pessoas dirigiam pela cidade com latas amarradas aos para-choques de seus carros; em São Francisco, tiraram os bondes dos trilhos. Mais de 400 mil americanos morreram em uma guerra que, em todo o mundo, tirou a vida de cerca de 60 milhões de pessoas.²

E, no entanto, por mais felizes que estivessem com a paz, os americanos se preocupavam com a maneira como a guerra havia terminado. “Havia um horror específico naquela fração de segundo que fez com que muitos milhares de humanos voltassem à poeira primitiva da qual eles vieram”, dizia um editorial da *Newsweek*. “Para uma espécie que ainda não

entendia por completo o vapor e a eletricidade, era natural dizer: ‘quem será o próximo?’” As dúvidas se acumulavam e cresciam. “Raramente, se é que já aconteceu, uma guerra termina deixando os vencedores com um sentimento de incerteza e medo”, disse Edward R. Murrow, da CBS. “Sabemos o que as bombas fizeram com Hiroshima e Nagasaki”, escreveram os editores da *Fortune*. “Mas o que elas fizeram com a mentalidade dos Estados Unidos?”³

Parte da incerteza foi consequência da surpresa. Os americanos não sabiam da bomba antes que ela caísse. O Projeto Manhattan era secreto. Até mesmo Truman não sabia a respeito até a morte de Roosevelt. Os americanos também não tinham conhecimento dos computadores que os militares estavam construindo, com pesquisas também mantidas sob sigilo, mas que vieram à tona de forma dramática no inverno após a guerra. “Um dos principais segredos da guerra, uma máquina incrível que utiliza velocidades eletrônicas pela primeira vez em tarefas matemáticas até então complicadas demais e difíceis de serem resolvidas, foi anunciada hoje à noite pelo Departamento de Guerra”, informou o *New York Times* direto da Filadélfia em 15 de fevereiro de 1946, em uma matéria de primeira página que apresentava o ENIAC, o Integrador Numérico Eletrônico e Computador, primeiro computador digital eletrônico de uso geral. Nas páginas internas, o *Times* dedicou uma página inteira ao tema, incluindo uma fotografia do computador, que tinha o tamanho de uma sala.⁴ Era como se uma cortina tivesse sido aberta, como se o véu que cobre um truque de mágica tivesse sido removido.

Como a bomba atômica, o ENIAC foi produzido pelas Forças Armadas americanas para avançar nos esforços de guerra, e contou com progressos feitos por cientistas de outras partes do mundo. Em 1936, o matemático inglês Alan Turing concluiu seu doutorado em Princeton e escreveu um artigo chamado “On Computable Numbers”, no qual previu a possibilidade de inventar “uma única máquina capaz de calcular qualquer sequência

computável”.⁵ No ano seguinte, Howard Aiken, um estudante de doutorado em Harvard, bisbilhotando no sótão de um prédio de ciências da universidade, encontrou um modelo da máquina diferencial de Charles Babbage, do início do século XIX; Aiken então propôs à IBM construir uma versão nova e melhor, não mecânica, mas eletrônica. Esse projeto começou na IBM em 1941 e, três anos depois, mudou-se para Harvard, onde Aiken, agora oficial da Marinha, ficou responsável pela máquina, conhecida como Mark I; L.J. Comrie, astrônomo de Columbia, chamou-a de “o sonho de Babbage que se tornou realidade”. A Mark I foi programada por uma professora de longa data do Vassar College, a brilhante matemática Grace Murray Hopper. Seus colegas a apelidaram “Amazing Grace” (“Incrível Grace”), e ela entendeu, talvez melhor do que ninguém, quão abrangentes eram as implicações de um computador programável. Como ela explicaria: “O objetivo atual é substituir, na medida do possível, o cérebro humano.”⁶

Durante a guerra, os militares aliados estavam interessados em computadores por duas razões principais: para decifrar códigos e calcular as trajetórias das armas. Em Bletchley Park, um solar de 600 acres a 50 milhas a noroeste de Londres que se tornou uma instalação militar secreta, Turing, que mais tarde seria processado por homossexualidade e tiraria a própria vida se envenenando com cianeto, havia construído em 1940 um computador capaz de, e usado exclusivamente para, decifrar os códigos criados pela máquina alemã Enigma. Na Universidade da Pensilvânia, o físico John Mauchly e o engenheiro elétrico Presper Eckert foram encarregados de calcular as configurações de ângulo de tiro para artilharia, trabalho que exigia cálculos iterativos e demorados. Para fazer esse trabalho, os cientistas americanos usavam um computador analógico chamado analisador diferencial, inventado no MIT em 1931 por Vannevar Bush, engenheiro elétrico e czar de pesquisas de Roosevelt. Os números eram inseridos no analisador diferencial por pessoas conhecidas como “computadores”, que geralmente eram

mulheres com formação em matemática, não muito diferentes das “revisoras”, mulheres com formação em literatura que trabalhavam em revistas. Mas mesmo com essas mulheres digitando números 24 horas por dia, era preciso um mês para gerar uma única tabela de trajetória de artilharia. Em agosto de 1942, Mauchly propôs o uso de tubos de vácuo para construir um computador eletrônico digital que seria muito mais rápido. O Departamento de Guerra dos Estados Unidos decidiu, em 9 de abril de 1943, financiá-lo. A construção do ENIAC começou em junho de 1943, mas ele se tornou totalmente operacional somente em julho de 1945. O ENIAC podia fazer cálculos cem vezes mais rápidos do que qualquer máquina anterior. Sua primeira tarefa, no outono de 1945, veio de Los Alamos: usando quase 1 milhão de cartões perfurados, cada um preparado e inserido na máquina por uma equipe de programadoras, o ENIAC calculou a força das reações em uma reação de fusão, com o objetivo de projetar uma bomba de hidrogênio.⁷

As máquinas construídas para traçar as trajetórias e a força de mísseis e bombas viriam a transformar sistemas econômicos, estruturas sociais e o funcionamento da política. Computadores geralmente são deixados de fora do estudo da história e do governo, mas, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a história e o governo não podem ser entendidos sem eles. As democracias dependem de um eleitorado informado; os computadores, produto de estudos e experimentos longos e profundos, iriam expandir e perturbar a própria natureza do conhecimento.



Grace Murray Hopper, matemática de Vassar, programou o Mark I. (Coleção Grace Murray Hopper, Central de Arquivos, Museu Nacional de História Americana, Smithsonian Institution.)

A falta de limites da investigação científica também desafiava as fronteiras do estado-nação. Após a guerra, os cientistas estavam entre os grupos mais barulhentos a pedir cooperação internacional, e, em particular, um meio pelo qual a guerra atômica pudesse ser evitada. Em vez disso, eles foram recrutados para trabalhar na Guerra Fria.

A decisão de revelar o segredo e exibir o ENIAC ao público ocorreu no momento em que o país estava envolvido em um acalorado debate sobre o papel do governo federal no apoio à pesquisa científica. Durante a guerra, a pedido de Vannevar Bush, Roosevelt havia criado o Comitê de Pesquisa de Defesa Nacional e o Escritório de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (Bush comandou os dois). Perto do fim da guerra, Roosevelt havia pedido a Bush que preparasse um relatório apresentado por Bush a Truman em julho de 1945. Chamava-se “Ciência, a fronteira sem fim”.⁸

“Uma nação que depende de outras para o seu novo conhecimento científico básico será lenta em seu progresso

industrial e fraca em sua posição competitiva no comércio mundial”, alertou Bush. “Os avanços da ciência, quando utilizados de forma prática, significam mais empregos, salários mais altos, menos horas trabalhadas, safras abundantes, mais tempo livre para recreação, para estudos, para aprender a viver sem a labuta exaustiva que tem sido o fardo do homem comum ao longo dos tempos.”⁹

Por insistência de Bush, o Congresso debateu um projeto de lei para estabelecer uma nova agência federal, a National Science Foundation (Fundação Nacional de Ciência). Os críticos disseram que o projeto vinculava a pesquisa da universidade aos interesses militares e empresariais, e questionavam se os cientistas não haviam sido influenciados pela bomba. Os avanços científicos de fato aliviam as pessoas do peso do trabalho e produzem riqueza e lazer, mas a história do século passado não mostrava nada senão que esses benefícios se espalhavam de maneira tão desigual que causavam agitação política generalizada e até a revolução; o projeto dos reformadores progressistas e do New Deal era proteger os interesses dos que ficaram para trás, fornecendo apoio e regulamentação do governo. Essa prática poderia ser aplicada à relação do governo federal com a ciência? O senador democrata Harley M. Kilgore, ex-professor de uma escola da Virgínia Ocidental, apresentou um projeto contrário, que estendia os princípios antimonopólio do New Deal à ciência, vinculava a pesquisa universitária ao planejamento do governo, e incluía na nova fundação uma divisão de ciências sociais, para fornecer financiamento a pesquisas destinadas a resolver problemas sociais e econômicos, com base na ideia de que um tipo de conhecimento deixara o outro para trás: os seres humanos haviam aprendido a destruir o planeta inteiro, mas não sabiam viver juntos em paz. Durante as audiências no Senado, o ex-vice-presidente Henry Wallace disse: “É somente investindo no campo das ciências sociais de maneira abrangente” que o mundo pode evitar “guerras maiores e piores”.¹⁰

Muitos cientistas, incluindo os que pertenciam à recém-formada Federation of Atomic Scientists (Federação de Cientistas Atômicos), concordaram, e duas pequenas fontes de protesto se tornaram uma corrente maior: uma versão revisada do projeto de Kilgore foi anexada a outro projeto de lei que pedia o controle civil da energia atômica. Cientistas atômicos lançaram uma campanha para obter apoio do público. “Devemos levar as verdades da energia atômica para as praças das cidades”, disse Albert Einstein. “De lá deve vir a voz da América.” Os cientistas atômicos falaram em clubes Kiwanis, nas igrejas e nas sinagogas, nas escolas e nas bibliotecas. Somente no Kansas, foram realizadas oito Conferências sobre a Era Atômica. Eles publicaram *Um mundo ou nenhum: um relatório ao público sobre o significado completo da bomba atômica*, com ensaios de cientistas atômicos, incluindo Leo Szilard e J. Robert Oppenheimer, e de comentaristas políticos, incluindo Walter Lippmann. Albert Einstein, em seu ensaio, defendeu a “desnacionalização”.¹¹

Contra essa campanha, estavam os defensores do financiamento do governo federal para o novo campo da ciência da computação, que lançou sua própria campanha publicitária, começando com a bem-sucedida encenação para apresentação do ENIAC. Era difícil despertar o interesse. Nenhuma demonstração de um computador de uso geral poderia ser tão dramática quanto uma explosão atômica, ou quanto Elektro, o gigante robô fumante inveterado apresentado na Feira Mundial de 1939. O ENIAC era inerte. Seus tubos de vácuo, iluminados por lâmpadas de néon escuras, mal eram visíveis. Quando a máquina estava funcionando, não dava para ver muita coisa acontecendo. Mauchly e Eckert prepararam comunicados à imprensa, e, antes de uma entrevista coletiva agendada, alteraram a máquina para obter um efeito dramático. Eckert cortou bolas de pingue-pongue ao meio, escreveu números nelas, e as colocou sobre as pontas das lâmpadas, fazendo com que, quando a máquina estivesse funcionando, flashes de luz

brilhassem pela sala enquanto as lâmpadas acendiam e piscavam. E piscavam rápido. O *Times* disse: “O ‘ENIAC’, como é conhecida a nova maravilha eletrônica da velocidade, virtualmente elimina o tempo.”¹²

As consequências não intencionais da eliminação do tempo seriam sentidas por gerações. Mas a grande aceleração — a aceleração de todas as trocas — havia começado. Assim como a grande atomização — a transformação de cidadãos em pedaços de dados, que alimentam máquinas e são tabulados, processados e direcionados, à medida que o estado-nação começava a dar lugar ao estado baseado em dados.

I.

O FIM DA GUERRA marcou o início de uma era de riqueza, de uma ampla e profunda prosperidade americana. Essa era trouxe tanto uma nova direção para o liberalismo — afastando o argumento favorável à regulamentação governamental dos negócios, insistindo nos direitos individuais — quanto uma nova forma de conservadorismo, que se dedicava à luta contra o comunismo e empregava a retórica da liberdade com novos objetivos.

As origens da prosperidade no pós-guerra estavam no último ato legislativo do New Deal. Em junho de 1944, Roosevelt assinou a Lei de Reajuste dos Militares, que ficou conhecida como a Declaração de Direitos dos Soldados. Ela criou um Estado de bem-estar social voltado apenas para os veteranos. A lei estendeu aos 16 milhões de americanos que serviram na guerra uma série de benefícios, incluindo educação universitária gratuita de quatro anos, empréstimos sem entrada e com juros baixos para financiamento de casas e negócios, e um “benefício de reabilitação” de 20 dólares por semana, com duração de até 52 semanas, para permitir que os veteranos encontrassem trabalho ao retornar da guerra. Mais da metade dos veteranos — cerca de oito milhões de americanos — aproveitaram os benefícios educacionais da medida. Eles obtiveram ganhos

médios de 10 mil a 15 mil dólares a mais do que aqueles que não aproveitaram a medida. Eles também pagaram mais impostos. Em 1948, o custo do projeto de lei representava 15% do orçamento federal. Mas, com o aumento da receita tributária, ele se pagou quase dez vezes. Além disso, a medida criou uma nova classe média, mudou a cara das faculdades e universidades do país, e convenceu muitos americanos de que as perspectivas de crescimento econômico e a ideia de que cada geração alcançaria um padrão de vida superior à geração anterior poderia não ter limites.¹³



A Declaração de Direitos dos Soldados tornou possível que uma geração de americanos frequentasse a faculdade. Em setembro de 1947, três ex-militares comemoram ao sair da sede da união estudantil na Universidade de Indiana, exibindo seus certificados de

admissão. (Indiana University Photographic Services Neg # 47-1082.)

Esse crescimento foi alcançado, em parte, com os gastos dos consumidores, à medida que as fábricas equipadas para a produção bélica em tempos de guerra foram convertidas para fabricar bens de consumo, de patins a televisores a cores. A ideia do cidadão como consumidor, e de gastar como ato de cidadania, vem da década de 1920. Mas, na década de 1950, o consumo em massa tornou-se uma questão de obrigação cívica. Ao comprar “dezenas de coisas que você nunca comprou ou sequer pensou em comprar”, conforme a revista *Brides* dizia a seus leitores, “você está ajudando a criar um ambiente de maior segurança para as indústrias desse país”.¹⁴

Os críticos diziam que a banalidade e a conformidade da sociedade de consumo haviam transformado os americanos em robôs. John Updike se desesperou: “Eu dirijo meu carro ao supermercado, / Vou por uma superestrada, / Estaciono em um superestacionamento, / E compro um superdetergente.”¹⁵ Não havia representante maior para o que os críticos chamavam de “sociedade empacotada” do que a Disneylândia, um parque de diversões que foi inaugurado em 1955 como uma releitura da Feira Mundial de 1939, mais provinciana e mais comercial, com a Rua Principal e a Terra do Amanhã. Na Terra da Fronteira, explicava Walt Disney, os visitantes “podem retornar à fronteira norte-americana, da Era Revolucionária à conquista final do Grande Sudoeste”, andando em diligências e carroças cobertas por trilhas empoeiradas, embarcando no navio a vapor *Mark Twain*, tendo como vista o castelo de torres turquesa, a marca registrada do parque, uma terra da fantasia que se vendia como “O lugar mais feliz da terra”.¹⁶

A maior parte das compras era realizada por mulheres: donas de casa e mães. O lar, que havia se separado do trabalho durante o processo de industrialização, tornou-se um novo tipo de espaço político, no qual as mulheres cumpriam as obrigações da cidadania gastando dinheiro. O próprio cenário doméstico

ganhou novos moldes, pois as mudanças na estrutura da família que haviam começado na Depressão e continuado durante a guerra foram revertidas. Antes da guerra, a idade no primeiro casamento havia aumentado; depois da guerra, começou a cair. O número de filhos por família, que estava caindo, começou a subir. Mais mulheres casadas e mães de crianças pequenas estavam ocupando vagas de trabalho remuneradas. Depois da guerra, elas começaram a sair dos empregos. Ter famílias maiores parecia, para muitos americanos, um assunto urgente. “Depois do Holocausto, nos sentimos obrigadas a ter muitos bebês”, explicou uma mãe judia. “Mas foi fácil porque todo mundo estava fazendo isso — os não judeus também.” As expectativas de igualdade entre homens e mulheres no casamento diminuíram, assim como as expectativas de igualdade política. Houve pressão e reivindicações por direitos iguais para as mulheres durante a guerra, mas, depois, as demandas foram, em sua maior parte, abandonadas. Em 1940, o Partido Republicano havia apoiado a Emenda por Direitos Iguais (apresentada pela primeira vez no Congresso em 1923), e, em 1944, os Democratas também a apoiaram. A medida chegou ao Senado em 1946, onde ganhou espaço, mas ficou aquém dos dois terços de votos necessários para que a emenda fosse enviada aos estados para ratificação.¹⁷ Ela não passaria no Congresso até 1972, o que fez um exército de donas de casa, a infantaria do movimento conservador, bloquear sua ratificação.

A Declaração de Direitos dos Soldados, apesar de tudo o que fez para construir uma nova classe média, também reproduziu e até exacerbou formas anteriores de desigualdade social e econômica. A maioria das mulheres que havia servido na guerra não era apta para receber os benefícios; as divisões auxiliares das mulheres nas Forças Armadas foram deliberadamente consideradas como unidades civis, com o objetivo de evitar que os benefícios aos veteranos alcançassem as mulheres, supondo que elas seriam sustentadas pelos homens. Após a guerra, quando veteranos do sexo masculino ocuparam as faculdades e

universidades, muitas delas pararam de admitir mulheres ou reduziram seu número, a fim de dar mais espaço aos homens. E, mesmo entre veteranos, os benefícios da lei foram aplicados de maneira desigual. Cerca de 5 mil soldados e 4 mil marinheiros receberam uma “dispensa azul” durante a guerra, por suspeitas de serem homossexuais; a interpretação que o Departamento de Veteranos dava a essa dispensa desabilitava o grupo a receber qualquer benefício da lei.¹⁸

Veteranos negros foram excluídos das organizações de veteranos; eles enfrentaram hostilidade e violência; e, mais importante, foram impedidos de tirar proveito dos principais benefícios da lei: suas medidas para educação e moradia. Em alguns estados, a American Legion (Legião Americana), a principal associação de veteranos, recusou-se a admitir negros e não se mostrou disposta a reconhecer outras associações. Mesmo com dinheiro, entrar nas faculdades e universidades era difícil quando a maioria delas se recusava a admitir negros, e as instituições historicamente negras tinham um número limitado de vagas. A Universidade da Pensilvânia tinha 9 mil estudantes em 1946; apenas 46 eram negros. Em 1946, cerca de 100 mil veteranos negros haviam solicitado benefícios educacionais; apenas 1 em cada 5 conseguiu se matricular na faculdade. Mais de 1 em cada 4 veteranos aproveitou a lei e fez empréstimos para habitação, o que significava que, em 1956, 42% dos veteranos da Segunda Guerra Mundial possuíam casa própria (comparado a apenas 34% dos não veteranos). Mas o acesso fácil que a lei concedia a crédito e capital estava muito menos disponível para veteranos negros. Os bancos se recusavam a conceder empréstimos a veteranos negros, e acordos restritivos com limites quanto à localização fizeram com que a maior parte das novas moradias fossem destinadas apenas para brancos.¹⁹

Mesmo após a Suprema Corte derrubar esses acordos que restringiam a habitação, em 1948, a Administração Federal da Habitação seguiu com uma política de segregação, negando de forma rotineira empréstimos a negros e judeus. Em cidades como

Chicago, St. Louis, Los Angeles e Detroit, acordos com restrições raciais para habitação criaram áreas segregadas, que eram raras antes da guerra. Os brancos conseguiram empréstimos, tiveram suas ofertas para moradia aceitas, e se mudaram para os subúrbios; os negros ficaram amontoados em bairros dentro da cidade. Treze milhões de novas casas foram construídas nos Estados Unidos durante os anos 1950; 11 milhões delas foram construídos nos subúrbios. No total, 83% de todo o crescimento populacional na década de 1950 ocorreu nos subúrbios. Para cada dois negros que se mudavam para as cidades, três brancos se mudavam para fora delas. A ordem racial do pós-guerra criou uma paisagem segregada: cidades negras, subúrbios brancos.²⁰

As pendências que o New Deal deixou — sua falta de atenção à discriminação e violência racial — tornaram-se lutas do movimento dos direitos civis no pós-guerra, quando novas formas de discriminação, a continuidade das leis segregacionistas de Jim Crow, e até mesmo a ocorrência de linchamentos (em 1946 e 1947, veteranos negros foram linchados na Geórgia e na Louisiana) contribuíram para um novo patamar de descontentamento. Nas palavras de um cabo do Exército negro do Alabama: “Passei quatro anos no Exército para libertar um monte de holandeses e franceses, e posso ir para a forca se deixar essa versão de alemães do Alabama me chutarem quando volto pra casa.” Langston Hughes, que regularmente escrevia uma coluna para o *Chicago Defender*, incentivava os negros americanos a tentar violar as leis de Jim Crow nos balcões das lanchonetes. “Amigos, quando vocês forem de trem para o Sul, não deixem de comer nas lanchonetes”, escreveu Hughes. “Mesmo que você não esteja com fome, coma mesmo assim — para ajudar a estabelecer esse direito.”²¹

Mas onde Roosevelt havia fechado os olhos, Truman não o fez. Ele cresceu em Independence, Missouri, nos arredores de Kansas City, e trabalhou na fazenda da família até a Primeira Guerra Mundial, quando vivenciou os combates na França. De volta ao Missouri, ele começou uma lenta ascensão nas fileiras

do Partido Democrata, começando com uma eleição de condado e chegando até o Senado dos Estados Unidos em 1934. Roosevelt havia escolhido Truman como seu companheiro de chapa em 1944, principalmente por ele ser inquestionável; nenhuma ala do Partido Democrata tinha qualquer objeção a Truman. Ele não teve praticamente nenhum papel na Casa Branca durante sua vice-presidência, e estava pouco preparado para se mudar para o Salão Oval após a morte de Roosevelt. Nenhum presidente havia enfrentado uma prova de fogo maior do que a decisão que coube a Truman sobre o uso ou não da bomba atômica. Tranquilo e míope, Truman tinha uma aura de homem comum. Ao contrário da maioria dos presidentes americanos, ele não tinha diploma de direito, ou qualquer outro diploma universitário. Apesar de todas as suas limitações como presidente, tinha um senso de intuição acerca das preocupações dos americanos comuns. E, desde o início de sua carreira, cortejou eleitores negros e trabalhou de perto com políticos negros.

Não querendo ignorar as leis de Jim Crow, Truman estabeleceu uma comissão sobre direitos civis. *To Secure These Rights* (“Para garantir esses direitos”), o seu relatório de 1947, mostrou que um novo consenso nacional havia sido alcançado, apontando para a convicção de que o governo federal, mais do que impedir o abuso contra os direitos, deve também garantir os direitos. “Desde o primeiro momento de nossa história, acreditamos que todo ser humano tem uma dignidade e integridade essenciais que devem ser respeitadas e protegidas”, dizia o relatório. “Os Estados Unidos não podem mais suportar esse peso em sua consciência coletiva.”²²

Fiel a esse compromisso, Truman fez do seguro de saúde nacional sua primeira prioridade para a política doméstica. Em setembro de 1945, ele pediu ao Congresso para agir com base na Segunda Declaração de Direitos de Roosevelt, aprovando o que passou a ser chamado de Acordo Justo. Sua peça central era um pedido de seguro médico universal. Parecia ser a hora

certa, finalmente, e Truman obteve importantes fontes de apoio nos dois partidos, incluindo Earl Warren, governador republicano da Califórnia. O que Truman propôs foi uma versão nacional de um plano que Warren havia proposto na Califórnia: seguro obrigatório financiado com imposto sobre os salários. “A saúde das crianças americanas, assim como sua educação, deve ser reconhecida como uma responsabilidade pública definitiva”, afirmou o presidente.²³

Warren, filho de imigrante norueguês, um trabalhador ferroviário e grevista que mais tarde seria assassinado, cresceu conhecendo as dificuldades da vida. Depois de estudar ciência política e direito em Berkeley, e servir durante a Primeira Guerra Mundial, ele se tornou procurador-geral da Califórnia em 1939. Nesse cargo, ele foi um grande defensor da política de confinamento dos nipo-americanos. “Se os japoneses forem libertados”, advertia Warren, “ninguém será capaz de distinguir um sabotador de qualquer outro japonês”. (Depois, Warren publicamente expressou pesar e remorso por essa política, e, em uma entrevista de 1972, chorou por isso.) Com base em seu histórico como procurador-geral, Warren concorreu a governador em 1942. Clem Whitaker e Leone Baxter gerenciaram sua campanha, que foi bastante agitada. “Em tempos de guerra, os eleitores vivem em um nível emocional que é tudo, menos normal”, escreveu Whitaker em seu plano de campanha. “Essa deve ser uma campanha que faz as pessoas ouvirem a bateria de tiros, e o trovejar das bombas — uma campanha que agite e capture a imaginação; uma campanha que ninguém que ama a Califórnia possa ignorar. Esta deve ser uma CHAMADA ÀS ARMAS NA DEFESA DA CALIFÓRNIA!”²⁴

Warren venceu, mas não gostou de como venceu. Pouco antes da eleição, ele demitiu Whitaker e Baxter. Eles nunca o perdoaram.

No final de 1944, uma infecção nos rins fez Warren adoecer gravemente. Seu tratamento exigiu uma intervenção médica difícil e cara. Ele começou a pensar sobre os efeitos catastróficos

que uma doença repentina poderia ter em uma família de recursos limitados. “Cheguei à conclusão de que a única maneira de remediar essa situação era distribuir esses custos por meio dos seguros”, escreveu mais tarde. Ele pediu à sua equipe que desenvolvesse uma proposta. Depois de conversar com a Associação Médica da Califórnia, ele não esperava objeções por parte dos médicos. E assim, em seu discurso sobre a situação do Estado, em janeiro de 1945, Warren anunciou seu plano, uma proposta baseada no sistema de Previdência Social: a retenção de 1,5% dos salários contribuiria para um programa de seguro obrigatório em todo o estado.²⁵ Então, a Associação Médica da Califórnia contratou a Campaigns, Inc.



Leone Baxter e Clem Whitaker, que fundaram a Campaigns, Inc., na Califórnia, em 1933, alcançaram destaque nacional no final da década de 1940, após sua bem-sucedida estratégia que derrotou o plano de seguros de saúde de Truman. (George Skadding / The LIFE Picture Collection / Getty Images.)

Earl Warren começou sua carreira política como conservador e terminou-a como liberal. Anos mais tarde, uma historiadora perguntou a Leone Baxter o que ela achava da aparente transformação de Warren. A explicação, conforme o historiador explicou a Baxter, foi a seguinte: “Eu cresci como um garoto pobre, e vi as provações e dificuldades de envelhecer sem ter renda, e de estar doente sem poder trabalhar.” Como resposta, Baxter disparou: “Ele não tinha visto tudo isso até aquele domingo em 1945.” E então, ela terminou a entrevista.²⁶

O que realmente mudou Earl Warren foi a Campaigns, Inc. Whitaker e Baxter pegaram uma lei que gozava de amplo apoio popular e a torpedearam. Inicialmente, cinquenta jornais apoiaram o plano de Warren; Whitaker e Baxter reduziram o número para vinte. “Você não pode vencer sem ter alguma coisa em troca”, Whitaker gostava de dizer; então, eles lançaram uma campanha pelo seguro de saúde privado. A “Semana Voluntária de Seguro de Saúde”, encabeçada por 40 mil polegadas de publicidade em mais de 400 jornais, foi feita em 53 dos 58 condados do estado. Whitaker e Baxter enviaram mais de 9 mil médicos com discursos preparados. Eles criaram um *slogan*: “O remédio político é um remédio ruim.”²⁷ Foram impressos cartões postais para que os eleitores enviassem pelo correio:

Prezado senador:

*Por favor, vote contra todas os projetos de lei de Seguro de Saúde Compulsório apresentados no Congresso. Já temos regulações suficientes no país nesse momento. Certamente, não queremos ser forçados a ir a “Um médico do estado” ou a pagar por tal médico, independentemente de usá-lo ou não. Esse sistema nasceu na Alemanha — e é parte integrante daquilo contra o que nossos meninos estão lutando no exterior. Não vamos adotá-lo aqui.*²⁸

Quando a proposta de Warren não passou por apenas um voto, ele culpou Whitaker e Baxter. “Eles inundaram a Assembleia Legislativa com suas acusações”, reclamou, “e meu projeto de lei sequer recebeu um enterro decente.”²⁹ Foi a maior

vitória legislativa pelas mãos de publicitários que o país já havia visto. Não seria a última.

II.

RICHARD MILHOUS NIXON falava sobre seus ressentimentos da mesma maneira que outros homens falam sobre suas conquistas. Nascido em 1913 na cidade de Yorba Linda, Califórnia, em uma paisagem de cactos e sálvia, ele era um garoto nervoso, agitado e incansável. Sua família se mudou para Whittier, na qual seu pai abriu um supermercado onde anteriormente era uma igreja abandonada. Nixon foi para a Whittier College, trabalhou para pagar seus estudos, e ressentia-se por não ter dinheiro para ir a outro lugar. Ele tinha cabelos pretos ondulados, olhos pequenos e escuros, e sobrancelhas pesadas e pensativas. Com talento para debates, ele estudou na Duke Law School após a faculdade e guardou ressentimento de todos os escritórios de advocacia de Wall Street que se recusaram a contratá-lo, antes de voltar para Whittier. Ele foi embora novamente, para servir à Marinha no Pacífico Sul. E, quando voltou, o sério e vigorosamente inteligente tenente-comandante Nixon, com 32 anos, foi recrutado por um grupo de banqueiros e petroleiros da Califórnia para tentar derrotar Jerry Voorhis, democrata eleito por cinco mandatos, que ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados. O homem de Whittier queria ir para Washington.

Voorhis, ex-aluno da Escola Hotchkiss, da Universidade de Yale, e um veterano da campanha de Upton Sinclair pelo fim da pobreza na Califórnia chamada de End Poverty in California (EPIC, “Acabe com a pobreza na Califórnia”), era um defensor do New Deal que foi eleito pela primeira vez para o Congresso em 1936. Mas, dez anos depois, o New Deal já era notícia velha. As eleições de meio de mandato durante o primeiro mandato de Truman — e o destino de seus planos legislativos — estavam ligadas ao aumento das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética. Nixon, na Califórnia, era apenas um em um

pequeno batalhão de homens mais jovens, principalmente ex-militares, que concorreram ao cargo em 1946 — os primeiros guerreiros da Guerra Fria. Em Massachusetts, outro veterano da guerra no Pacífico, John F. Kennedy, de 29 anos, concorreu a uma cadeira no décimo primeiro distrito. Mas, ao contrário de Nixon, ele fora criado para ocupar esse posto desde o berço.

Kennedy, nascido na riqueza e preparado em Choate e Harvard, representava tudo o que Nixon detestava: tudo pelo que Nixon lutou, com unhas e dentes, fora entregue a Kennedy em uma bandeja decorada com um guardanapo de renda. Mas Nixon e Kennedy foram moldados de maneira definitiva pelo crescente conflito com a União Soviética, e ambos entendiam os assuntos internos pelas lentes da política externa. Depois que Stalin quebrou a promessa que havia feito em Yalta de permitir à Polônia “eleições livres e sem restrições”, ficou claro que ele era impiedoso, mesmo que o Ocidente ainda tivesse pouco conhecimento sobre seus expurgos, responsáveis pelo assassinato de milhões de pessoas. Dentro do governo Truman, cresceu a convicção de que o regime soviético era ideológica e militarmente implacável. Em fevereiro de 1946, George Kennan, um diplomata americano em Moscou, enviou ao Departamento de Estado um telegrama de 8 mil palavras, no qual relatou que os soviéticos estavam decididos a lutar contra o Ocidente em um confronto épico entre capitalismo e comunismo. “Temos aqui uma força política fanática e comprometida com a crença de que, para que o poder soviético esteja assegurado, não pode haver *modus vivendi* permanente com os Estados Unidos, é desejável e necessário que a harmonia interna de nossa sociedade seja interrompida, que nosso modo de vida tradicional seja destruído, que a autoridade internacional de nosso estado seja quebrada”, escreveu Kennan. “Essa força política tem total poder para dispor sobre a energia de um dos maiores povos, e recursos do território mais rico do mundo, sendo sustentada por correntes profundas e poderosas do nacionalismo russo.” Duas semanas depois, Winston Churchill, falando no Missouri, o estado natal de

Truman, alertou para uma “cortina de ferro” sendo erigida na Europa.³⁰

A paz do pós-guerra foi passageira. Por mais que Roosevelt e Churchill quisessem evitar repetir os erros da paz alcançada ao final da Primeira Guerra Mundial, a instabilidade política inevitavelmente acompanhou a devastação deixada pela Segunda Guerra Mundial. As perdas da União Soviética foram impressionantes: 27 milhões de russos morreram, 90 vezes mais do que as baixas sofridas pelos americanos. Grande parte da Europa e da Ásia haviam sido devastadas. Das cinzas, das ruínas e das vidas ceifadas, novos regimes surgiram. Na América Latina, África e sul da Ásia, nações e povos que foram colonizados por potências europeias começaram a lutar para garantir sua independência. Eles desejavam escolher seus próprios arranjos políticos e econômicos. Mas, em um novo mundo bipolar, isso geralmente significava escolher entre democracia e autoritarismo, entre capitalismo e comunismo, entre a influência dos Estados Unidos ou a influência da União Soviética.³¹

“No atual momento da história do mundo, praticamente todas as nações devem escolher entre dois modos de vida alternativos”, disse Truman. Ele concebeu uma escolha entre liberdade e opressão. Muito dessa concepção é fruto da história dos Estados Unidos, uma reinterpretação da luta entre “liberdade” e “escravidão” que dividiu o país no século XIX em “estados livres” e “estados escravistas”, período em que os oponentes da escravidão procuraram “contê-la” recusando-se a admitir “estados escravistas” na União. No final da década de 1940, os americanos começaram a aplicar essa retórica internacionalmente, seguindo uma política de conter o comunismo enquanto defendiam o “mundo livre”.³²

A mesma retórica, é claro, dominou a política doméstica. Os republicanos caracterizaram as eleições de meio de mandato de 1946 como uma escolha entre opostos claros: “Americanismo *versus* Comunismo”. Na Califórnia, o combativo Richard Nixon

derrotou o acanhado Voorhis ao debater com ele meia dúzia de vezes, e o derrotou principalmente por pintá-lo como fraco no combate ao comunismo e aniquilando-o com insinuações e calúnias. Nixon adotou, em sua primeira campanha, a tática que virou sua marca registrada: fazer afirmações falsas e depois se ofender quando o oponente questionava sua integridade. Voorhis foi pego de surpresa. “Toda vez que eu dizia que algo não era verdade”, lembrava, “a resposta sempre era ‘Voorhis está sendo injusto ao acusar Dick Nixon de mentir’.” Mas Nixon, o candidato do trabalhador comum, também explorou o mal-estar que os eleitores sentiam por um governo distante, dirigido por burocratas educados na Ivy League, as universidades de elite; ele descobriu que eram necessárias apenas algumas ações para convencer os eleitores de que havia algo de antiamericano em pessoas como Voorhis, pessoas como *eles*. Seu lema da campanha foi: “Richard Nixon é um de nós”.³³

Em novembro de 1946, o Partido Republicano conquistou a maioria na Câmara e no Senado pela primeira vez desde 1932. Os poucos democratas que foram eleitos, como Kennedy em Massachusetts, repetiam as mesmas ideias que Nixon: os Estados Unidos eram fracos no combate ao comunismo. Como congressistas calouros, Kennedy e Nixon estabeleceram uma improvável amizade enquanto serviam juntos no Comitê de Educação e Trabalho da Câmara. Nixon e seus colegas republicanos apoiaram a proposta da lei Taft-Hartley, que regulamentava os sindicatos e proibia certos tipos de greves e boicotes — uma tentativa de controlar o poder dos sindicatos, cujos membros haviam aumentado antes da guerra, de 3 milhões, em 1933, para mais de 10 milhões, em 1941. Depois de Pearl Harbor, as uniões sindicais AFL e o CIO prometeram evitar greves durante o conflito, e concordaram em limitar os salários. Assim que a guerra terminou, porém, as greves começaram. Só em 1946, cerca de 5 milhões de trabalhadores pararam. Truman se opôs à lei Taft-Hartley, e, quando o Congresso a aprovou, Truman a vetou. Os republicanos no Congresso começaram a

angariar votos para derrubar o veto. Nixon e Kennedy foram a uma cidade siderúrgica no oeste da Pensilvânia para debater a questão diante de uma audiência de líderes sindicais e empresários. Um admirava o estilo do outro. No trem de volta para Washington, eles compartilharam o vagão-dormitório. As objeções pouco entusiasmadas de Kennedy não teriam qualquer influência sobre os republicanos, que conseguiram vincular o sindicalismo a um tipo de comunismo disfarçado. O Congresso derrubou o veto do presidente.³⁴

Na política externa, Truman começou a se mover para a direita. Negando o legado do isolacionismo americano, ele prometeu que o país ajudaria qualquer democracia posta em risco. A causa imediata desse compromisso foi a decisão da Grã-Bretanha de parar de fornecer ajuda à Grécia e à Turquia, que estavam lutando contra o comunismo. Em março de 1947, o presidente anunciou o que veio a ser chamado de Doutrina Truman: os Estados Unidos “apoiariam povos livres que resistem à subjugação por minorias armadas ou por pressões externas”. (Os assessores de Truman disseram mais tarde que o próprio presidente não foi convencido pelo crescente temor ao comunismo, mas estava, na verdade, preocupado com suas chances de reeleição. “O presidente não deu muita importância à chamada ameaça comunista”, disse um deles. “Ele acha tudo uma bobagem.”) Ele também pediu a aprovação rápida do Plano Marshall, que forneceu bilhões de dólares para ajudar na reconstrução da Europa Ocidental. A Doutrina Truman e o Plano Marshall, o presidente gostava de dizer, eram “duas metades da mesma noz”. No exterior, os Estados Unidos forneceriam ajuda; dentro do país, perseguiria os cidadãos suspeitos de serem comunistas. Em um discurso na Carolina do Sul em abril de 1947, o financista e conselheiro presidencial Bernard Baruch criou uma expressão: “Estamos hoje em meio a uma guerra fria.”³⁵

Em vez de um Estado de bem-estar, os Estados Unidos construíram um Estado de segurança nacional. Os lucros da paz

esperados após a vitória dos Aliados em 1945 nunca chegaram; em vez disso, veio a luta para conter o comunismo, gastos militares sem precedentes, e uma nova burocracia militar. Durante as audiências do Senado sobre o futuro da defesa nacional, empreiteiras militares, incluindo a Lockheed, que haviam sido alvos de investigação do Congresso sobre os “mercadores da morte” na década de 1930 e construíram dezenas de milhares de aeronaves durante a Segunda Guerra Mundial, argumentaram que o país precisava de financiamento “adequado, contínuo e permanente” para a produção militar, fazendo pressão não apenas pela expansão militar, como também por subsídios do governo federal.³⁶

Em 1940, quando Roosevelt prometeu transformar os Estados Unidos em um “arsenal da democracia”, ele se referia à produção em tempo de guerra. Uma questão central da política americana no pós-guerra era se o arsenal, de fato, seria compatível com a democracia.

Após a guerra, os Estados Unidos se comprometeram com a supremacia militar em tempos de paz, não apenas por meio da fabricação de armas e da expansão do exército, como mediante novas instituições. Em 1946, os comitês permanentes de assuntos militares e navais se combinaram para formar o Comitê de Serviços Armados. A Lei de Segurança Nacional de 1947 estabeleceu a Agência Central de Inteligência e a Agência Nacional de Segurança; criou o cargo de presidente do Estado-Maior; e transformou o Departamento de Guerra, agora pela primeira vez em um prédio próprio, no Departamento de Defesa.

Nesse clima político, a visão de “apenas um mundo” dos cientistas atômicos, junto com a ideia de controle civil internacional da energia atômica, desapareceu rapidamente. Henry Stimson pediu a partilha de segredos atômicos. “A principal lição que aprendi em uma vida longa”, disse ele, “é que a única forma de tornar um homem confiável é confiar nele; e a maneira mais segura de tornar um homem não confiável é desconfiar dele e mostrar sua desconfiança”. Truman discordou.

Os segredos atômicos deveriam ser mantidos em sigilo, e o aparato de espionagem deveria ser utilizado para descobrir quais cientistas poderiam discordar dessa visão.³⁷

O *Bulletin of the Atomic Scientists* começou a publicar o Relógio do Juízo Final, uma avaliação do tempo que restaria antes de o mundo ser aniquilado em uma guerra atômica. Em 1947, eles ajustaram o relógio para 7 minutos antes da meia-noite. Kennan, em um memorando ultrassecreto para Truman, alertou que usar uma bomba atômica ou de hidrogênio seria voltar no tempo. Kennan argumentou que essas armas “nos levam para antes das fronteiras da civilização ocidental”; “elas não podem de fato conviver com o propósito político de moldar, em vez de destruir, a vida do adversário”; “Elas são incapazes de levar em conta a responsabilidade suprema que os homens têm um pelo outro”.³⁸

Nenhuma cautela foi capaz de atrasar o desenvolvimento do programa de armas, e a agressão e espionagem soviética, juntamente com os acontecimentos na China, ajudaram a causa da defesa da segurança nacional e minaram o argumento de quem fizesse oposição à expansão militar. A cada passo do avanço comunista, os Estados Unidos buscavam novas alianças, fortaleciam suas defesas e aumentavam os gastos militares. Em 1948, o Partido Comunista da Tchecoslováquia, apoiado pelos soviéticos, promoveu um golpe. Os soviéticos bloquearam Berlim, Truman enviou apoio aéreo, e o Congresso aprovou um alistamento militar em tempos de paz. No ano seguinte, os Estados Unidos assinaram o Tratado do Atlântico Norte, unindo-se à Europa Ocidental em uma aliança militar para estabelecer, na OTAN, uma frente unificada contra a URSS e qualquer outra agressão soviética. Meses depois, a União Soviética testou sua primeira bomba atômica, e os comunistas chineses venceram a guerra civil. Em dezembro de 1949, Mao Tsé-Tung, presidente do Partido Comunista da China, visitou Moscou para formar uma aliança com Stalin; em janeiro, Klaus Fuchs, um cientista alemão emigrado que havia trabalhado no Projeto Manhattan, confessou

que era, de fato, um espião soviético. Entre 1949 e 1951, os gastos militares dos Estados Unidos triplicaram.³⁹

Os novos gastos reestruturaram a economia americana, sobretudo no Sul do país. Em meados da década de 1950, os gastos militares representavam quase três quartos do orçamento federal. Uma quantidade desproporcional desses gastos foi para os estados sulistas. O Estado de bem-estar social não salvou o Sul de seu longo declínio econômico, mas o Estado de segurança nacional sim. Os políticos desses estados tentavam conseguir contratos do governo federal para unidades de defesa, instalações de pesquisa, estradas e aeroportos. O Novo Sul liderou a nação no setor aeroespacial e eletrônico. “Nossa economia não é mais agrícola”, observou o escritor sulista William Faulkner. “Nossa economia é o governo federal.”⁴⁰

Nixon apostou seu futuro político em se tornar um instrumento do Estado de segurança nacional. Ansioso por fazer seu nome revelando subversivos comunistas, ganhou um lugar cobiçado no Comitê de Atividades Antiamericanas da Câmara, no qual suas primeiras contribuições incluíram convidar a depor o ator Ronald Reagan, chefe do sindicato de atores de cinema e televisão, um californiano dois anos mais velho do que Nixon. Mas a verdadeira chance de Nixon surgiu quando o comitê pediu o depoimento do editor sênior da revista *Time* e notório anticomunista Whittaker Chambers.

Em 3 de agosto de 1948, Chambers, de 47 anos, contou ao comitê que, na década de 1930, ele era comunista. A *Time*, pressionada a demitir Chambers, se recusou e publicou esta declaração: “A TIME estava plenamente ciente dos antecedentes políticos de Chambers, acreditou em sua conversão, e nunca mais teve motivos para duvidar disso.” Mas se o passado de Chambers não era surpresa, seu depoimento, no entanto, foi bombástico: ele delatou como antigo camarada comunista Alger Hiss, de 43 anos, distinto veterano do Departamento de Estado dos Estados Unidos, ex-secretário geral de uma conferência de organização das Nações Unidas, e então presidente do

respeitadíssimo Fundo Carnegie para a Paz Internacional. Na manhã seguinte, a notícia estampava a capa de todos os jornais do país.

Hiss apareceu diante do comitê em 25 de agosto, em uma audiência do Congresso transmitida pela televisão. Ele negou habilmente as acusações, e parecia provável que fosse inocentado, ainda mais depois de Chambers, que parecia instável, vingativo e possivelmente desequilibrado, admitir que era um espião soviético (naquele momento, o editor da *Time*, Henry Luce, aceitou sua demissão). Chambers não apresentou nenhuma prova para embasar suas acusações contra Hiss, e o comitê estava tentado a retirá-las — todos, menos Nixon, que parecia ter um interesse particular por Hiss.⁴¹ Os boatos que corriam eram os de que em uma sessão fechada, não transmitida pela televisão, Nixon pediu a Hiss para falar qual era a sua *alma mater*.

“Johns Hopkins e Harvard”, respondeu Hiss, que acrescentou de forma seca: “E creio que sua faculdade é a Whittier, não é?”⁴²

Nixon, que nunca perdoou a arrogância dos alunos da Ivy League, iniciou uma exaustiva investigação, determinado a capturar sua presa, ser o Sherlock Holmes para o professor Moriarty de Hiss. Enquanto isso, a imprensa e o público esqueceram Hiss e voltaram as atenções para as eleições que se aproximavam, por mais desinteressantes que elas parecessem. Quase ninguém esperava que Truman fosse eleito para seu primeiro mandato completo em 1948 contra o candidato republicano, Thomas Dewey, governador de Nova York. Poucos americanos estavam empolgados com qualquer candidato, mas a derrota de Truman parecia inevitável. “Desejamos sucesso ao senhor Dewey, sem muito entusiasmo”, disse Reinhold Niebuhr dias antes da eleição, “e aguardamos a derrota do senhor Truman sem muito arrependimento”.⁴³

Truman havia conquistado pouco em seus planos para a política interna, com uma exceção, que teve o efeito de afastá-lo de seu próprio partido: ele acabou com a segregação racial nas

Forças Armadas. Além disso, o Congresso controlado pelos republicanos havia impedido quase todas as suas iniciativas legislativas, incluindo as propostas de reformas trabalhistas. Truman era um candidato tão fraco que dois outros democratas concorreram contra ele por outros partidos. Henry Wallace concorreu pela esquerda de Truman, como candidato do Partido Progressista. A *New Republic* publicou um editorial com a manchete TRUMAN DEVE SAIR.⁴⁴ Na convenção democrata da Filadélfia naquele verão, os segregacionistas foram embora: toda a delegação do Mississippi e treze membros da delegação do Alabama saíram, protestando contra a posição de Truman sobre os direitos civis. Esses sulistas, conhecidos como *dixiecrats*, formaram o Partido Democrata dos Direitos dos Estados, e concorreram com um candidato à direita de Truman. Eles realizaram a convenção para indicação do candidato em Birmingham, na qual Frank M. Dixon, ex-governador do Alabama, disse que os programas de direitos civis de Truman “nos reduziram ao *status* de raça mestiça e inferior, de sangue misturado, zombando de nossa herança anglo-saxônica”. A plataforma *dixiecrat* se apoiou no lema: “Defendemos a segregação das raças e a integridade racial de cada raça.” Como candidato, o Partido dos Direitos dos Estados nomeou o governador da Carolina do Sul, Strom Thurmond.⁴⁵

Ignorando as ameaças de Wallace e Thurmond, Truman fez uma campanha vigorosa contra Dewey, ressaltando sua promessa principal: um plano nacional de seguro de saúde. Dewey, por outro lado, mostrou ser tão bom em sua campanha quanto um balde de tinta. O *Louisville Courier-Journal*, de Kentucky, reclamou: “Nenhum candidato à presidência no futuro será tão inepto a ponto de fazer quatro dos seus principais discursos poderem ser resumidos nessas quatro sentenças históricas: A agricultura é importante. Nossos rios estão cheios de peixes. Você não pode ter liberdade sem liberdade. Nosso futuro está à frente.”⁴⁶

Truman sentia que as multidões estavam se reunindo em seus discursos, mas todos os principais institutos de pesquisas previam que Dewey o derrotaria. Truman gostava de zombar de líderes que prestavam atenção às pesquisas. “Eu me pergunto onde Moisés teria chegado se ele fizesse uma pesquisa no Egito”, dizia ele. “O que Jesus Cristo teria pregado se ele fizesse uma pesquisa em Israel?”⁴⁷ Na semana anterior ao dia das eleições, George Gallup divulgou uma declaração: “Nunca dissemos que éramos infalíveis, mas na próxima terça-feira o mundo inteiro poderá ver, até o último ponto percentual, como somos bons.”⁴⁸ Gallup previu que Truman perderia. O *Chicago Tribune*, prejudicado por uma greve de tipógrafos, rodou sua edição com a manchete DEWEY DERROTA TRUMAN. O vitorioso Truman foi fotografado dois dias depois, segurando o jornal e exibindo um sorriso largo como o rio Mississippi.

A eleição de 1948 tornou-se um referendo sobre pesquisas, e um referendo com consequências consideráveis, porque o Congresso ainda estava debatendo se deveria ou não criar uma Fundação Nacional de Ciência, e se essa fundação deveria fornecer financiamento para as ciências sociais. O erro dos pesquisadores provavelmente teve a ver com o fato de os votos dos negros terem sido subestimados. Falhar na pesquisa com pessoas negras era rotina para Gallup, que se justificava pela ideia de que as leis de Jim Crow, a violência eleitoral, a intimidação e o pagamento da taxa para votação inibiam a maioria dos eleitores negros de votar. Mas os eleitores negros votaram de forma esmagadora em Truman, e provavelmente garantiram sua eleição.

Esse não foi o único problema enfrentado pelas pesquisas eleitorais. Em 1944, Gallup subestimou o apoio democrata em 2 de cada 3 estados. Os democratas alegaram que ele havia planejado a pesquisa com o objetivo de favorecer os republicanos. Questionado pelo Congresso, ele admitiu que, prevendo uma baixa participação dos eleitores, ele havia tirado dois pontos dos votos projetados para Roosevelt, de forma mais

ou menos arbitrária.⁴⁹ Preocupado que o governo federal pudesse instituir medidas regulatórias, a indústria de pesquisas eleitorais decidiu se autorregular, estabelecendo em 1947 a American Association for Public Opinion Research (Associação Americana de Pesquisa de Opinião Pública). Mas as críticas continuaram, especialmente vindas de dentro das universidades, nas quais estudiosos apontaram que as pesquisas eram uma atividade comercial, disfarçada com roupagens de ciência social.

As críticas mais duras vieram do sociólogo da Universidade de Chicago, Herbert Blumer, e do cientista político de Columbia, Lindsay Rogers. A pesquisa de opinião pública não é uma forma de investigação empírica, argumentava Blumer, uma vez que pula o primeiro passo crucial de qualquer investigação: identificar o que deve ser estudado. Para Blumer, isso não era nada surpreendente, uma vez que a pesquisa é um negócio, e uma indústria dirigida por empresários criará não uma ciência, mas um produto. Blumer dizia que a opinião pública não existia sem a forma como era medida. Foram os pesquisadores que a criaram: “A opinião pública consiste naquilo que é pesquisado nas pesquisas de opinião pública.” Blumer argumentava que a própria ideia de que existe uma opinião pública quantificável se apoia em uma série de proposições falsas. As opiniões de qualquer população não são formadas pela junção de opiniões individuais, cada uma com o mesmo peso, como supõem as pesquisas; elas são formadas, na verdade, “em função de uma sociedade em operação”; sustentamos e expressamos nossas opiniões em conversas e, especialmente, em debates com outras pessoas e grupos, ao longo do tempo, e diferentes pessoas e grupos nos influenciam, assim como nós os influenciamos, em diferentes graus.⁵⁰

Se Herbert Blumer argumentava que as pesquisas se baseavam em um mal-entendido da ciência empírica, Lindsay Rogers dizia que elas se baseavam em um mal-entendido da democracia americana. Rogers, um estudioso das instituições políticas dos Estados Unidos, começou como jornalista. Em

1912, cobriu a Convenção Nacional Democrata; três anos depois, obteve o doutorado em ciências políticas pela Johns Hopkins. Na década de 1930, atuou como consultor de Roosevelt. Em 1949, com o livro *The Pollsters: Public Opinion, Politics and Democratic Leadership* (“Os pesquisadores: opinião pública, política e liderança democrática”), Rogers argumentou que ele não via as pesquisas como uma ciência empírica, mas que essa não era sua maior preocupação. “Minhas críticas às pesquisas são com relação a questões mais fundamentais do que as imperfeições nos métodos de amostragem, ou a imprecisão na previsão dos resultados das eleições”, explicou. Mesmo que a opinião pública possa ser avaliada pela soma de o quê as pessoas dizem em entrevistas por telefone a desconhecidos, o fato de legisladores usarem essas informações como forma de orientar seus votos em órgãos representativos seria algo conflitante com a Constituição.

“O Dr. Gallup quer que suas pesquisas transformem os Estados Unidos em uma enorme assembleia de vilarejo, na qual basta dizer sim ou não”, escreveu Rogers. “Ele acha que isso pode acontecer, e que isso é desejável. Felizmente, ambas as suposições estão erradas.” A assembleia do vilarejo precisa ser pequena. Além disso, requer um moderador. As decisões tomadas nessas reuniões precisam ser deliberadas e demoradas. Diziam que o rádio também criaria uma grande assembleia. Mas não criou. “O rádio permite que toda a população de um país, e até do mundo, ouça um pronunciamento ao mesmo tempo. Mas não há reunião. Os ouvintes não se conhecem. Além disso — e aqui estava o argumento principal de Rogers —, uma assembleia em escala nacional nem seria desejável. Os Estados Unidos têm um governo representativo por muitas razões, e uma delas é proteger os direitos das minorias contra a tirania da opinião da maioria. Mas, como Rogers argumentou, “as pesquisas ignoram e consideram irrelevante o tipo de sociedade política no qual vivemos, e que nós, como cidadãos, deveríamos nos esforçar para fortalecer”. Essa sociedade política requer participação, deliberação,

representação e liderança. E exige que o governo proteja os direitos das minorias.⁵¹

Blumer e Rogers fizeram essas críticas antes mesmo do fiasco da manchete DEWEY DERROTA TRUMAN. Mas, após a eleição, o Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais anunciou que faria uma investigação. O conselho, que era uma organização guarda-chuva, reuniu economistas, antropólogos, historiadores, cientistas políticos, psicólogos, estatísticos e sociólogos. Mas cada uma dessas ciências sociais havia se tornado dependente de pesquisas que usavam o mesmo método das pesquisas comerciais: amostras ponderadas de conjuntos maiores para medir atitudes e opiniões. Muitos cientistas sociais aderiram à teoria da escolha racional. Com o recente auxílio do poder dos computadores, eles usavam métodos quantitativos para procurar uma teoria geral capaz de explicar o comportamento dos indivíduos. Em 1948, cientistas políticos da Universidade de Michigan fundaram o que se tornou a Pesquisa Nacional Eleitoral Americana, a maior, mais ambiciosa e mais importante pesquisa de eleitores do país. Rogers não se opôs a este trabalho, mas ele não estava convencido de que contar cabeças era a melhor maneira de estudar política, e acreditava que as pesquisas eram ruins para a democracia dos Estados Unidos. Blumer achava que as pesquisas compreendiam mal a ciência. Mas o que muitos outros cientistas sociais passaram a acreditar, após o desastre da eleição de 1948, era que o fracasso das pesquisas seria também o fracasso das ciências sociais.

O Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais fez um alerta: “A contínua controvérsia entre grupos leigos e profissionais sobre as pesquisas pré-eleitorais pode ter grandes e injustificadas repercussões em todos os tipos de estudos de opinião e comportamento, e até nas pesquisas das ciências sociais em geral.” O relatório, publicado em dezembro de 1948, concluiu que os pesquisadores responsáveis pelas sondagens, “levados, por falsas suposições, a acreditar que seus métodos eram muito mais precisos do que de fato são”, não tinham a capacidade de

prever o resultado de uma eleição presidencial, mas que “o público não deveria, por causa das previsões pré-eleitorais, depreciar a precisão ou a utilidade de pesquisas de amostragem conduzidas adequadamente em campos em que a resposta não envolve a expressão de opinião ou a intenção de agir”. Ou seja, a indústria de pesquisas era falha, mas as ciências sociais eram perfeitamente confiáveis.⁵²

Apesar da defesa animada que os cientistas sociais faziam de seu trabalho, quando a Fundação Nacional de Ciência foi finalmente criada, em 1950, ela não incluía uma divisão de ciências sociais. Mesmo antes da sua fundação, o governo federal havia se comprometido a fortalecer o estado de segurança nacional, financiando as ciências exatas. Em 1949, o Departamento de Defesa e a Comissão de Energia Atômica detinham 96% de todos os fundos federais para pesquisa universitária em ciências exatas. Muitos cientistas estavam preocupados com as consequências para a liberdade acadêmica. “É essencial que a tendência de domínio militar de nossas universidades seja revertida o mais rápido possível”, alertaram dois deles. O físico de Cornell Philip Morrison previu que a ciência, sob um estado de segurança nacional, se tornaria “estreita, nacional e secreta”.⁵³ A criação da Fundação Nacional de Ciência não dissipou essas preocupações. Embora seu orçamento, limitado a 15 milhões de dólares, fosse uma fração dos fundos fornecidos a cientistas envolvidos em pesquisa militar (somente o Escritório de Pesquisa Naval tinha um orçamento anual de 85 milhões de dólares), para receber uma bolsa da fundação, o pesquisador estava sujeito a um teste de lealdade, vigilância, supervisão ideológica, e deveria concordar em realizar pesquisas sigilosas. Como afirmou a Federação de Cientistas Americanos, “a fundação que surgira após quatro anos de luta é bem diferente da desejada por muitos cientistas”.⁵⁴

Mesmo sem o apoio da Fundação Nacional de Ciência, é claro que a pesquisa em ciências sociais continuou. Cientistas políticos aplicaram métodos de pesquisa ao estudo da política americana,

e confiaram nos resultados para fazer recomendações políticas. Em 1950, quando a diferença entre os partidos era menor do que jamais havia sido e foi até hoje — e os eleitores tinham dificuldade em descobrir qual partido era conservador e qual era liberal —, o Comitê de Partidos Políticos da Associação Americana de Ciência Política publicou um relatório chamado “Toward a More Responsible Two-Party System” (“Rumo a um sistema bipartidário mais responsável”). O problema com a democracia americana, dizia o comitê, era que os partidos eram muito parecidos e fracos demais. O relatório recomendou o fortalecimento de todos os elementos do sistema partidário, dos comitês nacionais de liderança às reuniões dos líderes partidários do Congresso, além de estabelecer uma diferença mais óbvia entre as plataformas dos partidos. “Se os dois partidos não desenvolverem programas alternativos que possam ser executados”, alertou o comitê, “a frustração do eleitor e as ambiguidades crescentes da política nacional podem desencadear tendências mais extremas à esquerda e à direita do espectro político”.⁵⁵

A recomendação dos cientistas políticos para que os eleitores americanos se tornassem mais partidários e mais polarizados não era bem vista por todos. Em 1950, em uma série de palestras em Princeton, Thomas Dewey, ainda sofrendo por sua inesperada derrota para Truman, condenou ou os estudiosos que “querem expulsar todos os moderados e liberais do Partido Republicano e fazer o restante unir forças com os grupos conservadores do Sul. Então, eles teriam tudo bem organizado, de fato. O Partido Democrata seria o partido liberal-radical. O Partido Republicano seria o partido conservador-reacionário. Os resultados também seriam bem organizados. Os republicanos perderiam todas as eleições, e os democratas venceriam todas as eleições”.⁵⁶

Exatamente esse tipo de classificação acabou por acontecer, não a favor de um partido ou do outro, mas em detrimento de todos. Pode ter sido uma ideia de cientistas políticos e seus

métodos quantitativos, mas foi implementada por institutos de pesquisa e consultores políticos, usando computadores para segmentar o eleitorado. As questões levantadas por Blumer e Rogers ficaram sem resposta. Qualquer pesquisa poderia ter previsto: INSTITUTOS DE PESQUISA DERROTAM OS ACADÊMICOS.

* * *

QUANDO TRUMAN DERROTOU Dewey — e não o contrário —, os democratas retomaram o controle de ambas as casas, e Lyndon B. Johnson, com suas orelhas compridas, assumiu uma cadeira no Senado, a Associação Médica Americana entrou em pânico e telefonou para os escritórios da Campaigns, Inc., em São Francisco. Em uma mensagem ao Congresso pouco antes de sua posse, Truman pediu a aprovação do seu plano nacional de seguro de saúde.

A AMA, sabendo como a Campaigns, Inc. havia derrotado o projeto de Warren na Califórnia, decidiu fazer exatamente o mesmo que a Associação Médica da Califórnia: contratar Clem Whitaker e Leone Baxter. O *Washington Post* sugeriu que talvez a AMA, nas mãos de Whitaker e Baxter, devesse parar de “entrar em neurose e aterrorizar todo o público americano sempre que o governo propõe um Departamento de Bem-Estar Social, ou um programa de saúde”. Mas a destemida associação dos médicos contratou Whitaker e Baxter por uma bagatela de 100 mil dólares ao ano, e um orçamento anual de mais de 1 milhão de dólares. A Campaigns, Inc. mudou-se para uma nova sede nacional em Chicago, com uma equipe de 37 pessoas. Para derrotar a proposta de Truman, eles lançaram uma “Campanha Nacional de Educação”. A AMA arrecadou 3,5 milhões de dólares, cobrando 25 dólares por ano de seus membros. Whitaker e Baxter gostavam de falar sobre seu trabalho como uma “campanha de base”. Nem todo mundo estava convencido. “Prezados senhores”, escreveu um médico em 1949, “são dois ou três

milhões e meio de dólares alocados para a sua ‘campanha de base lobista’?”⁵⁷

Eles começaram, como sempre, esboçando um plano de campanha. “Esta deve ser uma campanha para despertar e alertar o povo americano, de todas as esferas da vida, até que seja criada uma grande cruzada pública e uma luta fundamental pela liberdade”, dizia o seu início. “Qualquer outro plano de ação, tendo em vista a tendência à socialização e ao despotismo que ocorre em todo o mundo, seria um convite ao desastre.” Então, em uma manobra particularmente esperta, destinada, em parte, a silenciar os críticos da empresa, Whitaker fez centenas de milhares de cópias da estratégia, que se chamava “Plano simplificado da campanha contra o seguro de saúde obrigatório”, impresso em papel azul — lembrando ao público que o que deveriam fazer era contratar os seguros da Blue Cross e da Blue Shield —, para distribuí-lo a repórteres e editores, e a todos os membros do Congresso.⁵⁸

O “plano simplificado” não era o plano real; um plano de campanha diferente circulava pelo escritório, em texto datilografado, marcado como “CONFIDENCIAL: NÃO PUBLICAR”. Embora o objetivo imediato da campanha fosse derrotar a proposta de Truman, sua intenção no longo prazo era “acabar permanentemente com a agitação pela medicina socializada nesse país”, da seguinte forma:

- (a) despertar o povo para os perigos de um sistema de saúde controlado politicamente e regulado pelo governo;
- (b) convencer o povo das vantagens e superioridade da medicina privada, como a praticada nos Estados Unidos, sobre os sistemas médicos dominados pelo Estado em outros países;
- (c) estimular o crescimento de sistemas voluntários de seguro de saúde para eliminar o choque econômico causado por doenças e aumentar a disponibilidade de assistência médica ao povo americano.

Como Whitaker e Baxter colocaram: “Basicamente, a questão é se devemos permanecer uma nação livre, na qual o indivíduo pode definir seu próprio destino, ou se devemos dar um dos passos definitivos para nos tornarmos um Estado socialista ou comunista. Com palavras claras, que não deixem dúvida a ninguém, temos que pintar o quadro da Alemanha, da Rússia e, finalmente, da Inglaterra.”⁵⁹

Foram enviados panfletos, cartões-postais e cartas para todo o país, embora nem sempre fossem bem recebidos. “RECEBI SUA CARTA DE AMEAÇA. E QUE VERGONHA”, escreveu um irritado farmacêutico de Nova York. “ESPERO QUE O PRESIDENTE TRUMAN CONSIGA SEU OBJETIVO. BOA SORTE PARA ELE.” E Truman poderia mesmo ter um pouco mais de sorte. A campanha de Whitaker e Baxter para derrotar o plano nacional de seguro de saúde acabou custando à AMA quase 5 milhões de dólares, e durou mais de 3 anos. Mas funcionou.⁶⁰

Truman ficou furioso. Por que cargas d’água seu plano poderia ser taxado como “medicina socializada” ele não sabia. E ele tinha mais uma coisa a dizer: não havia “nada nesse projeto que se aproximasse do socialismo mais do que os pagamentos que a Associação Médica Americana fez à empresa de publicidade de Whitaker e Baxter para deturpar meu programa de saúde”.⁶¹

O seguro nacional de saúde teria que esperar por outro presidente, outro Congresso, e outro dia. A briga ficaria ainda mais feia.

III.

A MAIORIA DAS CARREIRAS POLÍTICAS segue uma curva aritmética. A ascensão de Richard Nixon foi exponencial: eleito para o Congresso aos 33 anos, ele ganhou uma cadeira no Senado aos 36. Dois anos depois, seria eleito vice-presidente.

Ele insistiu em investigar a alegação de Whittaker Chambers de que Alger Hiss era comunista. Em uma série de reviravoltas

dignas de um filme de Hitchcock — incluindo um microfilme escondido em uma abóbora oca na fazenda de Chambers em Maryland, o que ficou conhecido como “Pumpkin Papers” —, Nixon, a exemplo de Chambers, acusou Hiss não apenas de ser comunista, mas também um espião soviético.⁶²

Em janeiro de 1950, Hiss foi condenado por perjúrio por negar ter sido comunista (o prazo para acusação de espionagem já havia prescrito), e condenado a cinco anos de prisão. Cinco dias após o veredito, no dia 26, Nixon proferiu um discurso de quatro horas no plenário do Congresso, uma palestra que chamou de “The Hiss Case — A Lesson for the American People” (“O caso Hiss — uma lição para o povo americano”). Parecia uma história de Arthur Conan Doyle, que recontava toda a investigação, com Nixon como um grande detetive. Quando concorreu a uma cadeira no Senado, Nixon mandou imprimir cópias do discurso e as enviou por correio aos eleitores da Califórnia.⁶³

Nixon queria a vaga no Senado ocupada por Sheridan Downey, democrata californiano de longa data, o “Downey” de “Uppie-and-Downey”, como ficou conhecida a chapa que defendia o EPIC na eleição de 1933, e que havia decidido não concorrer à reeleição. Nixon derrotou sua oponente, a democrata Helen Gahagan Douglas, fazendo insinuações e levantando suspeitas a respeito de seu suposto comunismo. Douglas, alegou ele, era “rosa até a calcinha”, uma referência pejorativa que associava a cor aos comunistas. Carey McWilliams, da revista *The Nation*, escreveu que Nixon tinha “uma capacidade surpreendente de ser mesquinho e malicioso”.⁶⁴ Mas o que garantiu sua vitória foi a reputação nacional conquistada ao processar Alger Hiss, mesmo que essa cruzada logo tenha sido assumida por um ex-boxeador peso pesado que tinha mais de 1,80 m de altura e pesava 90 quilos.

Em 9 de fevereiro, um senador novato de Wisconsin, chamado Joseph McCarthy, copiou parágrafos inteiros do discurso de Nixon, “O caso Hiss — uma lição para o povo americano”, e usou-os em um discurso, no qual afirmava ter uma lista de

subversivos trabalhando para o Departamento de Estado. Em um aceno a Nixon, McCarthy gostava de dizer que, quando farejava um subversivo, havia “encontrado uma abóbora”.⁶⁵

McCarthy tinha mãos grandes, sobancelhas espessas e um olhar perturbador. Durante a guerra, ele servira como fuzileiro naval no Pacífico. Embora tivesse combatido pouco, e sua única lesão tenha sido durante um simples trote, ele derrotou o popular senador Robert La Follette Jr. na primária republicana de 1946, concorrendo como herói de guerra, e ganhou uma cadeira no Senado contra o democrata Howard McMurray, alegando falsamente que a campanha de McMurray havia sido financiada por comunistas, como se McMurray também usasse calcinha rosa.

Os primeiros anos do mandato de McCarthy no Senado foram marcados por fracassos e dissimulação. Como Nixon, ele testou o clima político predominante e decidiu deixar sua marca fazendo uma cruzada contra o comunismo. Em seu discurso sobre Hiss, Nixon havia insinuado que não apenas Hiss como muitas outras pessoas no Departamento de Estado e em outras partes do governo Truman eram parte de uma vasta conspiração comunista. Quando McCarthy proferiu seu discurso em 9 de fevereiro, diante do Clube das Mulheres Republicanas do condado de Ohio, em Wheeling, Virgínia Ocidental, ele foi além. “Embora não tenha tempo para nomear todos os homens do Departamento de Estado que foram citados como membros do Partido Comunista”, disse ele, “tenho aqui em mãos uma lista de 205 (...) nomes que foram informados ao secretário de Estado como membros do Partido Comunista e que ainda estão trabalhando e definindo a política do Departamento de Estado.”⁶⁶ Ele não tinha lista nenhuma. Ele não tinha nada além de calcinhas rosas imaginárias.

Três semanas após o discurso de McCarthy em Wheeling, John Peurifoy, vice-subsecretário de Estado, disse que, embora não houvesse comunistas no departamento, *havia* 91 homens, homossexuais, que foram demitidos recentemente por serem

considerados “riscos à segurança” (outro eufemismo era homens cujos “hábitos os tornam especialmente vulneráveis a chantagens”). Foi, em parte, a declaração de Peurifoy que deu credibilidade às acusações de McCarthy: pessoas realmente foram demitidas. Um representante republicano de Illinois, errando na cronologia, elogiou McCarthy pelo expurgo: “Ele forçou o Departamento de Estado a demitir 91 pervertidos sexuais.”⁶⁷

O expurgo havia começado anos antes, em 1947, sob a orientação de um conjunto de “princípios de segurança” fornecidos ao secretário de Estado. Pessoas conhecidas por “embriaguez habitual, perversão sexual, torpeza moral, irresponsabilidade financeira ou antecedentes criminais” deveriam ser demitidas ou excluídas do processo de contratação. No total, 31 homossexuais foram demitidos do Departamento de Estado em 1947, 28, em 1948, e 31, em 1949. Uma semana após a declaração de Peurifoy, Roy Blick, o ambicioso chefe da divisão de moral e costumes da polícia de Washington, DC, deu seu depoimento, em audiências sigilosas (sobre “a infiltração de subversivos e pervertidos morais no Poder Executivo do governo dos Estados Unidos”), de que havia 5 mil homossexuais em Washington. Destes, conforme Blick, quase 4 mil trabalhavam para o governo federal. A história foi vazada para a imprensa. Blick pediu uma força-tarefa nacional: “Este país precisa de um escritório central de registros de homossexuais e pervertidos de todos os tipos.”⁶⁸

A campanha Nixon-McCarthy contra os comunistas não pode ser separada da campanha contra os homossexuais. Chambers, um homem gay, deu muitas informações sobre Hiss por causa de uma proposta romântica desprezada. Em março de 1950, as acusações de McCarthy já haviam sido noticiadas em jornais de todo o país. O Comitê de Relações Exteriores do Senado convocou audiências para saber se “pessoas desleais aos Estados Unidos são ou foram empregadas pelo Departamento de Estado”. As audiências, presididas por Millard Tydings,

democrata de Maryland, mostraram-se pouco esclarecedoras. No relatório final, Tydings classificou as acusações como “uma fraude e uma farsa”. Isso não diminuiu o furor nem intimidou McCarthy, que manipulou magistralmente a imprensa para alastrar os temores de que havia uma conspiração comunista mundial e uma rede mundial de homossexuais, ambas tentando minar o “americanismo”. (A influência de McCarthy no eleitorado foi tão grande que, por desafiá-lo, Tydings foi derrotado quando concorreu à reeleição.)⁶⁹

Quem poderia contê-lo? Poucos críticos do macarthismo foram tão contundentes quanto a senadora do Maine, Margaret Chase Smith, a primeira mulher a servir nas duas casas do Congresso. Em junho de 1950, ela se manifestou no plenário do Senado e proferiu um discurso mais tarde conhecido como “Declaration of Conscience” (“Declaração de consciência”). “Não quero ver o Partido Republicano alcançar a vitória política montando os Quatro Cavaleiros da Calúnia — Medo, Ignorância, Intolerância e Difamação”, disse Smith, uma republicana moderada nos moldes de Wendell Willkie. Bernard Baruch disse que, se um homem fizesse esse discurso, seria o próximo presidente dos Estados Unidos. Depois, quando Smith foi dispensada do subcomitê permanente de investigações, foi Nixon quem a substituiu.⁷⁰

Em setembro de 1950, derrubando o veto de Truman, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Interna, que exigia que os comunistas se cadastrassem na procuradoria-geral e estabelecia um conselho de lealdade para analisar funcionários federais. Naquele outono, Margaret Chase Smith, que, apesar de suas inclinações centristas, não teve escrúpulos em relação ao expurgo de homossexuais, juntou-se à investigação de Clyde Hoey, senador da Carolina do Norte, sobre o “emprego de homossexuais e outros pervertidos sexuais no governo”. A conclusão do comitê de Hoey foi a de que homens e mulheres desse tipo eram uma ameaça à segurança nacional.⁷¹

A cruzada, ao mesmo tempo contra comunistas e homossexuais, também foi uma campanha contra intelectuais no governo federal, ridicularizados com a alcunha de “cabeças de ovo”. A expressão, inspirada no careca democrata Adlai Stevenson, do Illinois, foi cunhada em 1952 por Louis Bromfield para descrever “uma pessoa com pretensões intelectuais espúrias, geralmente um professor ou discípulo de um professor; fundamentalmente superficial, supersensível e feminino ao reagir a qualquer problema”. Ela também conotava uma vaga homossexualidade. Um congressista descreveu os apoiadores remanescentes do New Deal como “mulheres de cabelos curtos e homens de cabelos compridos que se metiam nos assuntos e vidas pessoais de todos”.⁷²

Não se pode dizer que o macarthismo foi uma resposta proporcional ao comunismo nos Estados Unidos. O Partido Comunista dos Estados Unidos tinha o menor número de membros desde a década de 1920. Em 1950, quando a população dos Estados Unidos era de 150 milhões, havia 43 mil membros no partido; em 1951, eram apenas 32 mil. O Partido Comunista era consideravelmente mais forte, por exemplo, na Itália, na França e na Grã-Bretanha, mas nenhuma dessas nações vivia um clima de “ameaça vermelha” na década de 1950. Em 1954, foi solicitado a Winston Churchill que criasse uma comissão real para investigar o comunismo na Grã-Bretanha, mas ele se recusou.⁷³

Em 1951, a cruzada de McCarthy conseguiu uma vitória fundamental na Justiça, quando a Suprema Corte aplicou, por 6 votos a 2, a Lei Smith de 1940 no caso *Dennis vs. Estados Unidos*, julgando que as proteções da primeira emenda constitucional à liberdade de expressão, imprensa e assembleia não se estendiam aos comunistas. Essa decisão deu ao Departamento de Justiça liberdade para prender comunistas, que poderiam ser condenados e sentenciados à prisão. Voto vencido no caso Dennis, o juiz Hugo Black demonstrou sua sofrida discordância ao escrever: “No entanto, há esperança de que, em

tempos mais calmos, quando diminuïrem as pressões, paixões e medos atuais, esta ou uma futura corte poderá devolver as liberdades da primeira emenda ao lugar mais alto e preferido ao qual elas pertencem em uma sociedade livre.” Esses tempos mais calmos demoraram muito tempo para chegar. Em vez disso, a rede de conspirações imaginada por McCarthy cresceu e se alastrou ainda mais. O próprio Partido Democrata, disse ele, estava nas mãos de homens e mulheres “que se curvaram aos sussurros vindos dos lábios de traidores”. William Jenner, senador republicano de Indiana, disse: “Nossa única opção é fazer o *impeachment* do presidente Truman e descobrir quem é o governo invisível e secreto.”⁷⁴

“Cabeças de ovo” ou não, os democratas não conseguiram derrotar o macarthismo. Lyndon Johnson havia se tornado o articulador do Partido Democrata em 1950 e, dois anos depois, líder da minoria. Na manhã seguinte às eleições de 1952, ele telefonou para os democratas recém-eleitos antes do amanhecer, buscando apoio. “O cara nunca deve dormir”, disse um perplexo John F. Kennedy. Johnson tornou-se famoso por disputar senadores da mesma maneira que um caubói persegue o gado. Ele os encurralava nos corredores e se inclinava sobre eles, dando o que alguns colunistas de jornais chamaram de “o tratamento”. “Sua velocidade era de tirar o fôlego, e só ele falava”, escreveram. “Ele se aproximou, com o rosto a poucos milímetros do alvo, cerrando e arregalando os olhos, as sobancelhas subindo e descendo.” Johnson desprezava McCarthy. “Não sabe nem amarrar os malditos sapatos”, disse ele. Mas, com falta de apoio suficiente para detê-lo, Johnson esperou sua vez.⁷⁵

Os intelectuais liberais, recusando-se a reconhecer o domínio que a direita exercia sobre a imaginação dos americanos, tendiam a tratar o macarthismo como uma aberração, uma exceção em meio à maré de liberalismo. O historiador Arthur Schlesinger Jr., escrevendo em 1949, argumentava que os liberais, castigados por terem sido anteriormente iludidos pelo

socialismo e até pelo soviétismo, e por manterem seu apego romântico à vida comum e ao cotidiano, estavam de volta ao “centro vital” da política americana. Os conservadores podem ser carrancudos e demagogos, podem ter poder e até programas de rádio, mas, no mundo das ideias, os pensadores liberais consideravam que o liberalismo praticamente não tinha oposição. “Nos Estados Unidos, atualmente, o liberalismo não é apenas a tradição intelectual dominante, como também é a única”, insistiu o crítico literário Lionel Trilling. “Pois está claro que hoje em dia, em geral, não há circulação de ideias conservadoras ou reacionárias.”⁷⁶

Tal avaliação foi um erro. O macarthismo não era um estranho no ninho; mas fazia parte da maré crescente do conservadorismo americano.⁷⁷ Seus principais pensadores eram refugiados de regimes fascistas ou comunistas. Eles se opunham ao coletivismo e ao planejamento centralizado, e celebravam a liberdade pessoal, os direitos individuais, e o livre-comércio. Ayn Rand, nascida Alisa Rosenbaum, cresceu na Rússia bolchevique, mudou-se para os Estados Unidos em 1926, foi a Hollywood para escrever roteiros e acabou se tornando romancista. *A nascente* foi lançado em 1943, e *A revolta de Atlas*, em 1957. Friedrich von Hayek, nascido na Áustria, depois de quase vinte anos na London School of Economics, começou a lecionar na Universidade de Chicago em 1949 (em 1961, mudou-se para a Alemanha). Mesmo envolvidos em projetos muito diferentes, Hayek e Rand tomaram parte em muitas das mesmas estratégias retóricas utilizadas por Whitaker e Baxter, que, a exemplo dos mais eficientes soldados da Guerra Fria, reduziam questões políticas como cobertura de saúde a uma batalha entre liberdade e escravidão. A retórica de Whitaker e Baxter contra o plano de saúde de Truman tocou nas mesmas teclas que *O caminho da servidão*, de Hayek. Os fatos, conforme disse Whitaker em 1949, eram os seguintes:

Hitler, Stalin e o governo socialista da Grã-Bretanha usaram o ópio da medicina socializada para aliviar a dor da liberdade perdida e levar o povo

à submissão. A epidemia do seguro obrigatório de saúde do Velho Mundo, se permitida a se espalhar para o nosso Novo Mundo, marcará o começo do fim das instituições livres nos Estados Unidos. Será apenas uma questão de tempo até que as ferrovias, as siderúrgicas, a indústria de energia, os bancos e a indústria agrícola sejam nacionalizados.

Aprovar legislação sobre saúde seria reduzir os Estados Unidos a um “estado escravo”.⁷⁸

Porém, talvez o mais influente dos novos intelectuais conservadores tenha sido Richard M. Weaver, um sulista que lecionava na Universidade de Chicago, e cuja reclamação sobre a modernidade era a de que “fatos” haviam substituído a “verdade”. O livro de Weaver, *As ideias têm consequências*, de 1948, rejeitava a ideia de progresso impulsionado pelas máquinas — um ponto de vista que ele chamou de “otimismo histórico” —, e argumentava que a civilização ocidental estava em declínio havia séculos. Weaver indicou o início do declínio no século XIV, e o relacionou à negação de que existe uma verdade universal, uma verdade superior ao homem. “A negação da universalidade traz consigo a negação de tudo o que transcende a experiência”, escreveu Weaver. “A negação de tudo o que transcende a experiência significa inevitavelmente — embora haja maneiras de se expressar isso com evasivas — a negação da verdade.” Para ele, a única maneira de responder à pergunta “as coisas estão melhorando ou piorando?” é descobrir se o homem moderno tem mais conhecimento ou sabedoria do que os seus ancestrais. E a resposta dele para essa pergunta foi não. Com a revolução científica, os “fatos” — explicações específicas sobre como o mundo funciona — substituíram a “verdade” — uma compreensão geral do significado de sua existência. Weaver considerou que mais pessoas podiam ler, mas “em uma sociedade em que a expressão é livre e a popularidade é recompensada, elas leem em geral coisas que as seduzem, e são continuamente alvo da manipulação de quem controla o que é impresso”. Para Weaver, as máquinas não eram nenhum sinal de progresso, mas “uma esplêndida manifestação de

decadência”. Em lugar de distinção e hierarquia, os americanos exaltavam a igualdade, uma troca ruim.⁷⁹

Se Weaver foi o pensador mais sério do conservadorismo, nada foi mais marcante para a crescente maré popular do movimento do que a publicação, em 1951, de *God and Man at Yale: The Superstitions of “Academic Freedom”* (“Deus e o homem em Yale: as superstições da ‘Liberdade Acadêmica’”), livro de William F. Buckley Jr., no qual o autor lamentava a situação do liberalismo naquela universidade americana. Os professores, segundo ele, pregavam o anticapitalismo, o secularismo e o coletivismo. Buckley, o sexto de dez filhos, criado em uma família católica devota, tornou-se uma celebridade nacional, principalmente devido a seu extraordinário equilíbrio intelectual.

The Conservative Mind (“A mentalidade conservadora”), de Russell Kirk, foi publicado em 1953. Kirk, um historiador intelectual do Michigan, ofereceu um manifesto para o movimento emergente: a história de suas origens. A obra se descrevia como “um ensaio prolongado por definição”, uma tentativa de explicar as ideias que “sustentaram homens de impulso conservador em sua resistência contra as teorias radicais e a transformação social desde o início da Revolução Francesa”. O liberal, segundo Kirk, vê “um mundo que amaldiçoa a tradição, exalta a igualdade, e acolhe mudanças”; o liberalismo produz um “mundo manchado pelo industrialismo; padronizado pelas massas; consolidado pelo governo”. Inspirando-se em Edmund Burke, Kirk pedia aos que discordavam dos princípios fundamentais do liberalismo que se autodenominassem “conservadores” (em vez de “liberais clássicos”, no sentido *laissez-faire* do século XIX). O conservador, ele argumentava, sabe que “a sociedade civilizada exige ordens e classes, acredita que o homem tem uma natureza maligna, e, portanto, deve controlar sua vontade e apetite”, e que “a tradição fornece uma contrapartida ao impulso anárquico do homem”. O conservadorismo requer, entre outras coisas, a celebração do “mistério da existência humana”.⁸⁰

A batalha, portanto, não era tanto pela alma quanto pela mente dos americanos, a luta pelo mistério acima dos fatos, pela hierarquia antes da igualdade, pelo passado acima do presente. Em 1955, Buckley fundou a revista *National Review*. Whittaker Chambers juntou-se à equipe dois anos depois. Kirk, que criticava o “liberalismo ritualístico” dos jornais e revistas americanos, era colunista. Na primeira edição, Buckley disse que a revista “fica no caminho da história, gritando ‘Pare’”.⁸¹

Mas se foram principalmente os homens que avançaram nas ideias e escreveram os livros do novo conservadorismo, foram as mulheres que carregaram cartazes e trabalharam nos distritos eleitorais, não gritando, mas sussurrando educadamente: “Pare, por favor.” Betty Farrington, chefe da Federação Nacional de Clubes das Mulheres Republicanas, encheu os clubes com donas de casa fervorosas em sua oposição ao comunismo e apoio a McCarthy. Depois que Dewey perdeu em 1948, Farrington argumentou que o Partido Republicano precisava de um homem forte: “Quão agradecidas estaríamos se um líder tivesse aparecido para mostrar o caminho à terra prometida de nossa esperança. O mundo precisa desse homem hoje. Ele virá mais cedo ou mais tarde. Mas não podemos ficar paradas, na esperança de sua vinda. Seu surgimento depende em parte de nós. O simples fato de um líder ser necessário não garante sua aparição. As pessoas devem estar prontas para ele, e nós, como mulheres republicanas, em nossos clubes, nos preparamos para ele.” Farrington acreditava que McCarthy era esse homem. Não foi por acaso que o convite que resultou no discurso de McCarthy em Wheeling, na Virgínia Ocidental, foi feito por um clube de mulheres republicanas, e tal fala, dirigida a elas. Tampouco foi acaso que sua linguagem fosse a mesma da cruzada feminina do século XIX. “A grande diferença entre o mundo cristão ocidental e o mundo comunista ateu não é política, é moral”, disse McCarthy.⁸² Os movimentos pela temperança, a abolição, o sufrágio, o populismo e a proibição das bebidas não faziam parte

da genealogia intelectual do conservadorismo de Russell Kirk, mas foram as experiências fundamentais da sua base de apoio.



Donas de casa suburbanas serviam como soldados de infantaria do movimento conservador; aqui, as mulheres se reúnem em apoio a Joseph McCarthy. (Bettmann Archive / Getty Images.)

As donas de casa eram, para a infraestrutura do Partido Republicano, o que os sindicalistas eram para os democratas. “Se não fosse a Federação Nacional de Mulheres Republicanas, não haveria um Partido Republicano”, admitiu Barry Goldwater. (Nixon não as suportava: “Eu não vou falar com aquelas velhinhas de merda!”, vociferava ele. Mesmo assim, rangendo os dentes, ele foi.)⁸³ Na década de 1950, a maioria dos militantes do Partido Republicano eram mulheres, em comparação com 41% dos militantes do Partido Democrata. Em 1950, Farrington lançou a Escola de Política, que consistia de sessões de três dias em Washington com trabalhadores das regiões; as sessões eram

abertas a homens e mulheres, mas a maioria dos participantes era do sexo feminino, enquanto, no mesmo tipo de sessões realizadas pelo comitê democrata, a maioria dos participantes era do sexo masculino. No Partido Republicano, o trabalho do partido era feito pelas mulheres, trabalho que o partido explicava, estruturava e justificava chamando-o de “trabalho doméstico”. Aos aspirantes a entrar no Partido Republicano era dito para “se orgulhar das mulheres que trabalham na linha de frente interna, tocando as campainhas, preenchendo os formulários de cadastro, e fazendo o trabalho doméstico do governo, para que os princípios do Partido Republicano pudessem ser levados a todos os lares”. As mulheres republicanas estabeleceram os chamados *Kitchen Cabinets* (“Gabinetes de Cozinha”), nomeando uma mulher a cada membro do gabinete do presidente, para compartilhar “receitas políticas sobre as realizações do Partido Republicano com as donas de casa do país” por meio de boletins mensais sobre “O que está fervendo em Washington”.⁸⁴ Como sugeriu um senador falando à federação dos clubes das mulheres republicanas, o elefante era o símbolo certo para o Partido Republicano, por ter “um aspirador de pó na frente e um batedor de tapetes atrás”.⁸⁵

Em meados da década de 1950, estava em voga a crítica conservadora que via na academia a “ausência de Deus”, e, na imprensa, a “falta de cabeça”, ideias que se uniam à defesa da família e do papel das mulheres como donas de casa, por mais politizado que fosse o seu papel. Teve início uma cruzada moral contra a homossexualidade e a favor de uma imagem recém-concebida da família tradicional.

Enquanto isso, o Macarthismo persistia: mesquinho, vulgar e desequilibrado. A ascensão de McCarthy, a loucura das suas teorias da conspiração e a quantidade de seus seguidores impressionavam muitos observadores, que ali viam sintomas de uma doença que atingia o coração da política americana. O cenário deixava George Kennan com uma dúvida: “Me parecia que um sistema político e uma opinião pública que eram tão

facilmente desorientados por esse tipo de postura em uma época, não seriam menos vulneráveis a ideias parecidas em outro momento.”⁸⁶ O que tornou tantos americanos tão vulneráveis a uma visão de mundo tão absurda assim?

* * *

DENTRO DA CBS, o plano era conhecido como “Projeto X”. E era extremamente secreto, até que, um mês antes do dia das eleições de 1952, a rede de televisão anunciou que iria prever o vencedor usando um “cérebro gigante”. Uma afiliada da rede publicou um anúncio de jornal prometendo que “UM ROBÔ COMPUTADOR DARÁ À CBS A APURAÇÃO MAIS RÁPIDA DA HISTÓRIA”.⁸⁷

Esse cérebro gigante se chamava UNIVAC (Universal Automatic Computer, “Computador Automático Universal”), e foi o primeiro computador comercial da história. Em maio de 1951, John Mauchly e Presper Eckert, que revelaram o ENIAC em 1946, convidaram membros da imprensa para uma demonstração de sua nova máquina; eles a construíram para o Departamento do Censo dos Estados Unidos. Com metade do tamanho do ENIAC, o UNIVAC era ainda mais rápido. Essa capacidade relâmpago de classificar a população seria inestimável para a agência. Logo, todos os cálculos relativos ao Censo Federal eram concluídos pelo UNIVAC, trabalho que foi chamado de “processamento de dados”. Aplicados comercialmente, o UNIVAC e seus descendentes transformariam os negócios americanos, cortando custos de maneira imediata e acelerando a produção pela simplificação de tarefas gerenciais e administrativas, como folha de pagamento e estoque, e eventualmente transformando pessoas em consumidores cujos hábitos poderiam ser rastreados e cujos gastos poderiam ser calculados, e até previstos. Politicamente, a atomização do eleitorado causaria grandes estragos.

A tecnologia que tornou possível dividir os cidadãos por “sexo, estado civil, educação, residência, faixa etária, local de nascimento, emprego, renda e uma dúzia de outras classificações” também tornaria possível classificar os consumidores. As empresas descobriram que poderiam reduzir os preços e aumentar os lucros, separando o seu mercado em segmentos e exibindo anúncio e produto certos para o consumidor certo. Da mesma maneira que os anunciantes segmentavam os mercados, os consultores políticos também dividiam os eleitores em nichos, e enviavam a eles mensagens diferentes.⁸⁸

Mas, em 1951, quando Mauchly e Eckert anunciaram o computador, tudo isso ainda estava no futuro, e a imprensa não se animou. Em uma matéria de um parágrafo no final da página 25, o *New York Times* apenas registrou o “gênio matemático de dois metros e meio de altura”, como se não fosse nada além de um golpe, como Elektro, o robô gigante.⁸⁹

O UNIVAC estreou no momento em que os americanos estavam cada vez mais incomodados com a automação, no mesmo ano em que os leitores tiveram contato com *A nova classe média* (White Collar), livro do sociólogo C. Wright Mills que vaticinava o destino dos trabalhadores, cercados por telefones e ditafones, interfones e mimeógrafos, em escritórios com iluminação fluorescente e ar-condicionado em arranha-céus de aço e vidro ou em escritórios suburbanos. Mills dizia que o trabalho de escritório dependente das máquinas havia criado uma classe de trabalhadores alienados, e que o novo escritório, mesmo com todos os seus acessórios, não era melhor do que as antigas fábricas de tijolo aparente e vapor. “Vendo os grandes ambientes dos escritórios, com fileiras de mesas idênticas”, escreveu Mills, “lembramos a descrição que Herman Melville fez de uma fábrica do século XIX: ‘Em fileiras de balcões vazios se alinhavam garotas inexpressivas, com pastas vazias em suas mãos vazias, todas dobrando papéis em branco’.” Melville descrevia uma fábrica de papel da Nova Inglaterra em 1855; Mills

falava de um escritório moderno um século depois: “O novo escritório é racionalizado: máquinas são usadas, funcionários se tornam atendentes de máquinas; o trabalho, como na fábrica, é coletivo, não individualizado”, escreveu ele. “É especializado até o ponto da automação.”⁹⁰ Os minutos da vida dos trabalhadores de escritório foram tomados por máquinas de escrever e de somar. Eles exibem a alegria dos robôs e perdem a capacidade de sentir qualquer coisa, exceto o tédio.⁹¹

Como “robótico” se tornou um termo infame, os interessados em explicar as capacidades verdadeiramente revolucionárias do UNIVAC tiveram que ir além de escrever números em bolas de pingue-pongue. Mauchly, decepcionado com a fraca cobertura do lançamento do UNIVAC, escreveu um artigo chamado “São os computadores dignos de notícia?”. Como os computadores deixaram de ser novidades dignas de primeira página, ele sugeriu que a melhor abordagem seria encontrar formas de mostrar sua aplicação a problemas do mundo real. Uma empresa de relações públicas foi contratada. “Devemos direcionar nossa publicidade para o público em geral, porque nosso objetivo é expandir o mercado até que os computadores se tornem tão comuns quanto as centrais telefônicas e as máquinas de contabilidade”, explicou. Então, a equipe apresentou o plano, bastante esperto, de propor à CBS a previsão do resultado eleitoral ao vivo na televisão, na noite das eleições.⁹²

Em 1948, menos de 3% dos lares americanos tinham televisão; em 1952, o número chegava a 45%. No final da década, eram 90% dos lares americanos. O ano de 1952 marcou a primeira cobertura de uma eleição presidencial pela televisão, e, caso Mauchly conseguisse o que queria, o ano também marcaria a primeira vez em que o resultado seria previsto na televisão.

Parecia ser uma eleição fascinante. Dwight D. Eisenhower, militar de longa data, general de cinco estrelas que durante a Segunda Guerra Mundial servira como comandante supremo dos Aliados na Europa, recusou-se a concorrer em 1948, alegando

que os soldados profissionais deveriam se abster de ocupar cargos políticos. Em 1952, aos 57 anos, ele foi convencido a concorrer contra Truman, em uma eleição que serviria como um referendo sobre o envolvimento dos Estados Unidos na Coreia. Em junho de 1950, as forças comunistas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38 para atacar a Coreia do Sul. Truman enviou tropas, lideradas pelo general Douglas MacArthur, que levaram os norte-coreanos quase de volta à fronteira com a China. A China respondeu fornecendo recursos para a Coreia do Norte, e as forças norte-americanas perderam todo o terreno que haviam conquistado. A guerra foi longa, cara e impopular. Eisenhower, herói de uma guerra superior, parecia um candidato perfeito para a época.

Clem Whitaker e Leone Baxter administraram sua campanha. Trabalhando nos bastidores desde a sua fundação em 1933, a Campaigns, Inc. atraiu uma atenção não desejada como consequência da derrota fenomenal que impôs ao plano nacional de seguro de saúde de Truman. Uma reportagem dividida em três partes na revista *The Nation* em 1951, escrita por Carey McWilliams, expôs tudo. McWilliams admirava e gostava de Whitaker e Baxter. Mas acreditava que eles tinham muito poder, que eram perigosos, e que haviam criado nada menos do que um “governo Whitaker e Baxter”. Depois que a reportagem de McWilliams foi publicada, vários médicos destacados renunciaram à AMA, incluindo o chefe do Hospital Geral de Massachusetts, que explicou em sua carta de demissão que não estava mais disposto a pagar taxas usadas para apoiar “uma atividade que eu considero contrária ao bem-estar público e indigna de profissionais instruídos”. Naquele outono, a AMA demitiu Whitaker e Baxter. Foi quando Whitaker e Baxter foram trabalhar para Eisenhower.⁹³

Eles decidiram colocar Ike, como o general era conhecido, na TV. Os republicanos gastaram 1,5 milhão de dólares em propaganda na televisão em 1952; os democratas gastaram 77 mil. As pesquisas de opinião motivavam os anúncios; e os

anúncios motivavam as pesquisas de opinião. George Gallup escolheu os temas dos comerciais de Eisenhower, na forma de documentários ficcionais. Em “Eisenhower responde à América”, um jovem negro (escolhido na Times Square e lendo um cartaz) diz: “General, os democratas estão me dizendo que eu nunca estive tão bem.” Eisenhower responde: “Como isso pode ser verdade, se o país está com bilhões em dívidas, os preços dobraram, os impostos pesam sobre nós, e ainda estamos lutando na Coreia?”. Então, ele olha, sério, direto para a câmera. “É trágico, e é hora de mudar.”⁹⁴

A política de Eisenhower era moderada, assim como seu estilo. Ele se descrevia como um “conservador dinâmico”: “conservador quando se trata de dinheiro, e liberal quando se trata de seres humanos”. Seu oponente democrata, o governador de Illinois, Adlai Stevenson, viu problemas nessa descrição dos compromissos políticos de Eisenhower: “Suponho que isso significa que você recomendará a construção de muitas escolas para atender às necessidades de nossos filhos, mas não fornecerá o dinheiro”. Os críticos chamavam Stevenson, careca e sem graça, de cabeça de ovo e “frutinha”; boatos de que ele era gay se espalharam. “Cabeças de ovo do mundo, uni-vos!” Stevenson brincava, sem gostar muito da malícia na campanha contra ele: “Vocês não têm nada a perder além de suas gemas!”.⁹⁵

A televisão tornou-se para os anos 1950 o que o rádio havia sido para os anos 1930. O estilo de reportagem que foi desenvolvido no rádio se adaptou mal à tela, mas o público era tão grande que as organizações de notícias tiveram todo o incentivo para se adaptar. Em 1949, a Comissão Federal de Comunicações estabeleceu a chamada *fairness doctrine* (“doutrina da imparcialidade”), um padrão para notícias na televisão que exigia um “equilíbrio razoável” de pontos de vista sobre qualquer questão apresentada ao público. A CBS enviou Walter Cronkite, um jornalista de 35 anos de sua afiliada em

Washington, WTOP-TV, para cobrir as duas convenções que indicariam os candidatos à presidência.

Richard Nixon foi à Convenção Nacional Republicana em Chicago a bordo de um trem fretado da Califórnia chamado *Earl Warren Special*, supostamente apoiando a indicação de Warren para a candidatura à presidência. Whitaker e Baxter nunca perdoaram Warren por tê-los demitido em 1942, e nem mesmo ter feito o seu plano de seguro de saúde estadual naufragar em 1945 havia sido o suficiente para saciar sua sede de vingança. Durante a viagem de trem para Chicago, Nixon secretamente influenciou os delegados da Califórnia a apoiarem Eisenhower — um episódio que ficou para sempre conhecido como o “grande assalto ao trem” —, e o general o recompensou com uma vaga na chapa. Warren mais tarde chamaria Nixon de “bandido e ladrão”. Eisenhower encontraria um lugar para Warren em seu governo, como chefe da advocacia geral.⁹⁶

Nixon conseguiu a nomeação à vice-presidência pelo Partido Republicano, mas, semanas depois, teve que ir à televisão para garanti-la. Após a convenção, a imprensa revelou que Nixon tinha 18 mil dólares em uma caixa de sapatos. Os conselheiros de Eisenhower pediram que ele dispensasse Nixon, e pediram a Nixon que deixasse a candidatura. Nixon, enfrentando o possível fim de sua carreira política, decidiu apresentar seus argumentos ao público. Ele trabalhou nisso, escrevendo o discurso de sua vida. Em 23 de setembro de 1952, sentado em uma mesa de madeira, com sua esposa observando em uma poltrona de madeira, no que parecia ser seu próprio refúgio, mas que, na verdade, era um palco construído em um estúdio da NBC em Los Angeles, ele fez uma interpretação notável, emanando dor e vitimização. A cena alcançou a maior audiência de televisão já registrada. Nixon disse que pretendia fazer algo sem precedentes na política americana. Ele forneceria um relatório financeiro completo, uma contabilidade de “tudo o que ganhei, tudo o que gastei e tudo o que devo”. Quase chegando à casa dos centavos, ele listou sua renda modesta, seus empréstimos, e sua riqueza (“isso irá

surpreendê-los, porque é muito pouco”). Ele não tinha ações nem títulos, mas tinha um *Oldsmobile* de dois anos, hipotecas, dívidas com bancos, e até mesmo uma dívida com seus pais, que ele pagava todos os meses com juros. Sim, ele aceitou presentes para um fundo de campanha. Mas nenhum colaborador recebeu favores por suas doações, e “nem um centavo dos 18 mil dólares” foi para seu uso privado. O dinheiro foi gasto em despesas de campanha. Ele cobriu o rosto por um momento, como se estivesse prestes a fazer uma confissão final e humilhante. Havia um presente que ele deveria admitir: um homem do Texas enviou às suas filhas uma filhote malhada de *cocker spaniel*, que sua filha de 6 anos, Tricia, batizou de Checkers. “Independentemente do que disserem sobre isso”, disse ele, fingindo sofrimento, “vamos ficar com ela”.⁹⁷

Os liberais ficaram enojados, em parte pela farsa toda, mas principalmente pelo tom melodramático. Eisenhower era, na época, presidente da Universidade de Columbia; 23 professores titulares da instituição, incluindo Allan Nevins, Lionel Trilling e Richard Hofstadter, emitiram uma nota de repúdio ao “discurso Checkers”, que Nevins descreveu como “um apelo tão desonesto e emotivo que confundiu muitas pessoas em relação às questões envolvidas”.⁹⁸ Walter Lippmann disse que assistir a ele foi “uma das experiências mais humilhantes pela qual meu país já teve que passar”. Mas a maioria das pessoas que assistiram o adorou. Nixon remeteu às suas experiências, às suas vidas tranquilas, e também aos seus sofrimentos. Em suma, ele salvou sua carreira e muito mais. “Em 30 minutos”, escreveu a *Time*, “ele se transformou, de um passivo para seu partido, em um brilhante ativo para os republicanos”.⁹⁹

Nixon havia conseguido outra coisa, mais importante e duradoura. Desde os tempos de Harding e Hoover, o Partido Republicano era o partido dos empresários, membros de *country clubs* e acionistas de empresas. O Partido Democrata era o partido do homem simples, desde o *self-made man* de Andrew Jackson, passando pelo fazendeiro de William Jennings Bryan,

até o “homem esquecido” de Roosevelt. Nixon, com esse discurso, reverteu esse balanço. Isso foi o que deixou os liberais tão irritados: eles não eram mais o partido do povo. O populismo havia se voltado para a direita.¹⁰⁰

O “discurso Checkers” foi um marco na história da televisão e se transformou em um mantra para a história da política americana. Outra reviravolta épica dessa eleição, perdida no nevoeiro da memória, foi o fato de Nixon, depois do discurso sobre Checkers, decidir que adorava televisão. Como seu amigo Ted Rogers, produtor de Hollywood, disse: “Ele era o homem eletrônico.”¹⁰¹ Mas o verdadeiro “homem eletrônico” daquela temporada política foi o UNIVAC.

Após as convenções, as três redes de televisão procuravam uma maneira de melhorar o trabalho de cobertura da noite das eleições em comparação com a cobertura de 1948, que foi vista por todos como um grande fracasso. Não havia muito o que mostrar. Como um crítico disse “Contar cédulas não é uma função que traz muita excitação visual.” Além da cobertura televisiva desajeitada, ainda persistia o constrangimento pelo erro de todos na previsão do resultado. As emissoras haviam cometido o mesmo erro que o *Chicago Tribune* e seu DEWEY DERROTA TRUMAN. Quando Truman passou à frente, a CBS já havia encerrado as atividades da noite.¹⁰²

A CBS havia concordado em contratar o UNIVAC como seu convidado especial na noite da eleição. Em 4 de novembro, o verdadeiro UNIVAC — e havia apenas um — estava na Filadélfia, enquanto Charles Collingwood, da CBS, estava sentado em um aparelho com luzes piscando no principal estúdio da rede em Nova York, dando aos espectadores a ilusão de que ele estava controlando um computador. “O UNIVAC é uma máquina eletrônica fabulosa, que pedimos emprestado para nos ajudar a prever essa eleição com base nos primeiros resultados, à medida que eles chegam”, disse Collingwood à plateia quando a cobertura da noite começou. “Isso não é uma piada ou um

truque”, prosseguiu ele, “é um experimento. Achamos que vai dar certo. Nós não sabemos. Esperamos que funcione.”

Walter Cronkite, então com 36 anos, leu os primeiros resultados da Costa Leste; Edward R. Murrow fazia os comentários. Cronkite, nascido no Missouri, falava com um gentil sotaque do Meio-Oeste. Pouco tempo depois do fechamento das urnas na Costa Leste, a CBS anunciou que Eisenhower estava à frente na votação popular, e Stevenson, na votação do colégio eleitoral. Cronkite disse então: “E agora, para talvez entender o que tudo isso significa na era eletrônica, vamos nos voltar para esse milagre eletrônico, o cérebro eletrônico, UNIVAC, com a reportagem de Charles Collingwood.”



A CBS News, cuja equipe incluía Walter Cronkite (à direita), contratou o primeiro computador comercial, o UNIVAC, para prever o resultado da eleição de 1952. (Keystone-France / Gamma-Keystone / Getty Images.)

O UNIVAC estava tentando calcular o provável resultado da eleição comparando os primeiros resultados que chegavam aos resultados das eleições de 1944 e 1948. Quando a câmera se

virou para Collingwood, porém, ele não conseguiu obter respostas do UNIVAC. Murrow sugeriu que talvez o UNIVAC fosse cauteloso. Afinal, ainda era cedo. “Pode ser possível para homens ou máquinas tirar algumas conclusões gerais dos resultados até agora”, disse Murrow, “mas eu ainda não sou capaz de fazê-lo”. Foi então que, observando os resultados de Connecticut, onde muitos democratas surpreendentemente votaram no republicano, Murrow, apesar de não oferecer uma conclusão definitiva, sugeriu que a tendência parecia estar muito a favor de Eisenhower.

Às 22h30, Cronkite voltou-se novamente para Collingwood. O UNIVAC estava tendo “um pouco de dificuldade”, disse Collingwood, constrangido. Em certo momento, o UNIVAC previu que Eisenhower venceria por uma margem considerável; em outro, Stevenson poderia chegar à vitória. Depois que Murrow indicou a eleição de Eisenhower, o UNIVAC mudou de ideia novamente, e disse que a disputa estava acirrada. Cronkite voltou-se para Murrow, que disse: “Acho que agora é praticamente certo que essa eleição acabou.” Quinze minutos depois, Cronkite fez esta atualização:

E agora, o UNIVAC — nosso cérebro eletrônico —, que há pouco, ainda achava que havia 7 chances em 8 para o governador Stevenson, diz que as chances são de 100 para 1 a favor do general Eisenhower. Devo notar, no entanto, que o UNIVAC está alguns minutos atrasado em relação a Ed Murrow.

Ike venceu de lavada. O UNIVAC acertou no final, assim como George Gallup, que errara percentual de votos em 5% em 1948, e novamente em 4% em 1952, mas dessa vez a diferença a favor de Eisenhower foi tão grande que a margem de erro de Gallup não o levou a prever o vencedor errado.¹⁰³

No dia seguinte, Murrow, falando na Rádio CBS, proferiu um sermão sobre a importância cívica do voto, em comparação com os equívocos das pesquisas de opinião, dos consultores políticos, e dos cérebros eletrônicos. “Ontem, o povo

surpreendeu as pesquisas, os profetas e muitos políticos”, disse Murrow. “Eles demonstraram, como fizeram em 1948, que são um mistério, e que suas razões não podem ser medidas por meios mecânicos.” A eleição, ele achava, havia devolvido ao eleitor americano sua soberania, roubada por “aqueles que acreditam que somos previsíveis”. Murrow disse: “Estamos, em certa medida, livres da tirania mesquinha daqueles que afirmam que podem nos dizer o que pensamos, em que acreditamos, o que faremos, o que esperamos, e o que tememos, sem consultar a todos nós.”¹⁰⁴

A fé de Murrow na crença americana, no triunfo da razão sobre o medo, no progresso acima da profecia, era uma marca do liberalismo de meados do século XX. Mas também era uma fé abalada. Entre a irracionalidade de McCarthy e a frieza calculista de um computador, onde estava o eleitor americano de pensamento independente, avaliando fatos e buscando a verdade? As questões sobre a maleabilidade da opinião pública provocadas pelo rádio voltaram à tona durante a ascensão da televisão. “Lavagem cerebral” tornou-se um termo comum nos anos 1950, quando era usado não apenas para descrever a tortura psicológica utilizada na Guerra da Coreia, como também para os poderes persuasivos da televisão.

Quando os americanos falam de “opinião pública”, dizia C. Wright Mills, eles se referiam à ideia do século XVIII de pessoas informadas, engajadas em debates livres e racionais para chegar à verdade — o entendimento correto de um problema — antes de exigir que seus representantes agissem. Mas, em meados do século XX, conforme Mills, essa ideia se tornara nada mais do que um “conto de fadas” tão fantasioso quanto a Disneylândia, porque “o ‘público’ da opinião pública é visto, por todos aqueles que o analisam cuidadosamente, como algo menor” do que era antes. Como muitos cientistas sociais de sua geração, Mills argumentou que os Estados Unidos estavam a caminho de se tornar uma sociedade de massa em vez de uma comunidade de públicos. A maneira de notar a diferença entre uma sociedade de

massa e uma comunidade de públicos é a tecnologia da comunicação: uma comunidade de públicos é uma população de pessoas que conversam entre si; uma sociedade de massa recebe informações da mídia de massa. Em uma sociedade de massa, as elites, e não o povo, tomam a maioria das decisões, muito antes que as pessoas saibam que há uma decisão a ser tomada. A formação do que Mills chamou de “elites do poder” estava diretamente relacionada às mudanças tecnológicas, especialmente ao surgimento da computação. “Como os meios de informação e de poder são centralizados”, escreveu Mills, “alguns homens passam a ocupar posições na sociedade americana de onde podem olhar os demais a partir de cima... e, com suas decisões, afetar intensamente a vida cotidiana de homens e mulheres comuns”.¹⁰⁵

No entanto, apesar de toda a preocupação com os “meios de comunicação de massa” — termo cunhado de maneira crítica —, ainda havia fontes de otimismo, ainda mais na inegável observação de que as reportagens investigativas da televisão e seu noticiário transmitiam informações úteis ao eleitorado, apresentando candidatos e questões ao público, e ajudando os americanos a se manter a par dos assuntos nacionais e mundiais. E o próprio fim de McCarthy, no final das contas, aconteceu na televisão.

Em 18 de fevereiro de 1954, McCarthy interrogou o general Ralph Zwicker, condecorado com um Coração Púrpura e uma Estrela de Prata. O senador disse a ele que o general não tinha sequer “o cérebro de uma criança de cinco anos”, e que seu depoimento era “uma desgraça para o Exército”.¹⁰⁶ Já havia muito tempo que Eisenhower havia perdido a paciência com McCarthy e os danos que ele causava. Mas mexer com o Exército foi a gota d’água. No mês seguinte, no programa *See It Now*, da CBS, Murrow editou uma seleção de discursos de McCarthy perante o público durante as audiências do Congresso, revelando a crueldade do homem, sua mesquinhez moral, sua brutalidade. As provas apresentadas ao longo de trinta minutos

por Murrow tomaram a forma de um discurso de acusação planejado com cuidado. “E de que o senador McCarthy se alimenta?”, perguntou Murrow. “Dois dos alimentos básicos de sua dieta são a investigação, protegida pela imunidade, e as meias-verdades.” (McCarthy teve direito de resposta, que ele utilizou sem muito entusiasmo duas semanas depois.) Murrow encerrou com um sermão. “Não vamos andar com medo um do outro”, disse ele. “Não seremos levados pelo medo a uma era irracional, pois, se cavarmos fundo em nossa história e em nossa doutrina, vamos lembrar que não somos descendentes de homens medrosos.”¹⁰⁷

Uma semana após o programa de Murrow, o Senado convocou as audiências McCarthy-Exército, para investigar as acusações de que o principal conselheiro de McCarthy, Roy Cohn — que mais tarde seria mentor de Donald Trump — tentara obter uma promoção militar para outro assessor de McCarthy, David Shine. De maneira astuta, Lyndon Johnson providenciou para que as audiências fossem televisionadas. As sessões duraram 57 dias, 36 dos quais foram transmitidos. Em 9 de junho, quando o conselheiro-chefe do Exército, Joseph Welch, perguntou a McCarthy se ele tinha alguma decência, os telespectadores viram por si mesmos que ele não tinha. Cohn renunciou. Johnson, reeleito com grande votação no outono de 1954, quando os democratas recuperaram o controle do Senado, decidiu que o momento para atacar finalmente havia chegado. Ele nomeou um comitê especial para investigar McCarthy e garantiu que ele fosse dominado por conservadores, para que ninguém pudesse questionar o partidarismo da investigação. O comitê recomendou medidas disciplinares contra McCarthy. Naquele mês de dezembro, por 65 votos a 22, o Senado aprovou sua censura. John F. Kennedy, cujo irmão Robert trabalhou como assessor de McCarthy e cujo pai era seu apoiador de longa data, foi o único democrata a não apoiar publicamente a censura. A derrocada de McCarthy havia chegado.¹⁰⁸



O conselheiro-chefe do Exército dos Estados Unidos, Joseph Welch, apoia a cabeça, enquanto Joseph McCarthy discursa durante uma das audiências McCarthy-Exército, em 1954. (Robert Phillips / The LIFE Images Collection / Getty Images.)

“O macarthismo já era”, disse Eisenhower.¹⁰⁹ McCarthy, que tinha problemas com bebida, morreu três anos depois, com apenas 48 anos.

* * *

“**ESTE PAÍS PRECISA** de uma retomada”, disse o presidente da Câmara, Sam Rayburn, “e acredito que Billy Graham está trazendo isso para nós”. Contra o ateísmo comunista, antes e depois da queda de McCarthy, os americanos voltaram a se interessar pela religião. Na década seguinte ao fim da guerra, o número de frequentadores nas igrejas aumentou de 75 milhões para 100 milhões.¹¹⁰ Grande parte do crescimento foi impulsionada pelos batistas do Sul, como Billy Graham, que consolidou sua crescente influência na vida e na política

americanas. Entre 1941 e 1961, o número de membros da Convenção Batista do Sul dobrou. No outono de 1949, ao longo de oito dias, Graham pregou para mais de 350 mil pessoas em Los Angeles.

De ombros largos e brilhantina no cabelo, Graham fazia seu público desmaiar. Mas ele não trouxe apenas novos membros para a Convenção Batista do Sul; ele agregou todos os tipos de brancos conservadores protestantes, de Norte a Sul, em um novo evangelismo. Para Graham, a Guerra Fria representava a batalha maniqueísta entre Cristo e o comunismo. “Você sabia que as pessoas da quinta coluna, chamados comunistas, estão crescendo mais em Los Angeles do que em qualquer outra cidade da América?”, perguntava. “O mundo está dividido em dois campos!” O comunismo “declarou guerra contra Deus, contra Cristo, contra a Bíblia e contra toda religião!... A menos que o mundo ocidental tenha uma retomada à moda antiga, não vamos durar!” Os comunistas se tornaram os novos infiéis.¹¹¹

Graham, que havia sido criado na Carolina do Norte, romantizava os Estados Unidos rural, e chamava os pastores da Bíblia de “caipiras”. Seu anti-intelectualismo se alinhou bem com uma crítica mais ampla contra o liberalismo. “Quando Deus se prepara para estremecer a América, ele não precisa escolher alguém com doutorado em teologia”, dizia Graham. “Deus pode escolher um menino do campo! Deus pode escolher um homem que ninguém conhece (...) um caipira, um garoto do campo! Que fará soar sua voz poderosa à América: ‘Assim disse o Senhor!’”

O próprio Graham, no entanto, circulou em poderosos ambientes cosmopolitas. Em 1950, ele começou a orar diante do Congresso. Realizou reuniões de oração com os senadores. Reuniu-se com presidentes. Ele pregava o evangelismo como americanismo. “Se você quer ser um americano leal”, disse ele, “torne-se um cristão leal”. Para Graham, a arma do inimigo (e do diabo) era “o pecado da tolerância”. “A palavra ‘tolerante’ significa ‘liberal’, ‘de mente aberta’”, segundo ele, e “a tolerância e a aceitação que nos foram ensinadas pelos pseudoliberais em

quase todas as áreas da nossa vida há anos” são nada mais do que a sujeição ao comunismo. “Minha teoria pessoal sobre o comunismo”, disse, “é a de que ele foi concebido por Satanás”.¹¹²



O reverendo Billy Graham, aqui pregando em Washington, DC, em 1952, alcançou uma audiência nacional, mas reuniu seguidores poderosos no Congresso. (Mark Kauffman / The LIFE Premium Collection / Getty Images.)

À medida que a influência de Graham crescia, Eisenhower passou a ver um risco político no fato de não ser filiado a alguma igreja. Criado como menonita, ele decidiu se converter ao presbiterianismo, tornando-se o primeiro presidente a ser batizado no cargo. Sua administração inaugurou a prática nacional da oração durante o café da manhã. “Nossa forma de governo não faz sentido, a menos que seja fundada em uma fé profundamente religiosa, não importa qual seja”, disse Eisenhower. Durante sua administração, o Congresso determinou a inclusão da frase “Cremos em Deus” em todas as cédulas e moedas, e adicionou a expressão “Sob Deus” no juramento de fidelidade à bandeira.¹¹³

Também por outras razões, os conservadores tinham grandes esperanças em relação a Eisenhower, cuja campanha de 1952

incluía a promessa de revogar os impostos do New Deal, que, segundo ele, estavam “praticamente se tornando um confisco”.¹¹⁴ O gabinete de Eisenhower incluía o ex-presidente da General Motors. (Com a administração de Eisenhower favorável às empresas, Adlai Stevenson dizia que os *New Dealers*, apoiadores do antigo plano, cederam lugar aos *car dealers*, os vendedores de carros.) Eisenhower também era contrário ao plano nacional de saúde, assim como seu secretário de Saúde, Educação e Bem-Estar, um ex-democrata do Texas e conservador de longa data chamado Oveta Culp Hobby, que havia trocado de partido recentemente. Ela gostava de dizer que fora a Washington para “enterrar” a medicina socializada. Eisenhower e Hobby consideraram a vacinação gratuita contra a poliomielite como medicina socializada, e Hobby foi contra a distribuição gratuita da vacina, uma postura que teria exposto milhões de crianças à doença. Ao fim, após um escândalo relacionado ao caso, Hobby foi forçada a renunciar.¹¹⁵

Mas Eisenhower acabou sendo uma decepção para os conservadores. Desde o início, ele tinha suas dúvidas sobre a natureza da Guerra Fria. Apesar de ser um general condecorado ele era filho de pacifistas que consideravam a guerra um pecado. E, mesmo ao encabeçar um acúmulo de armas nucleares, ele questionava a possibilidade de o mundo sobreviver a uma guerra atômica. “Não há escavadeiras suficientes para remover os corpos das ruas”, dizia. Ele também não tinha tanta certeza de que a fabricação de tantas armas pudesse fazer algum sentido. Em seu primeiro discurso importante como presidente, proferido em 16 de abril de 1953, semanas após a morte de Stalin — na expectativa por relações mais amistosas com a União Soviética —, ele calculou o custo das armas. “Toda arma que é feita, todo navio de guerra lançado, todo foguete disparado significa, por outro lado, um roubo àqueles que têm fome e não são alimentados, àqueles que estão com frio e sem roupas”, disse ele. “Esse mundo armado não está gastando apenas dinheiro; está gastando o suor de seus trabalhadores, a genialidade de

seus cientistas, as esperanças de seus filhos.” Ele invocou, entre tantos possíveis, William Jennings Bryan e seu discurso da Cruz de Ouro. “Este não é um modo de vida, em nenhum aspecto, verdadeiro”, prosseguiu Eisenhower. “Sob as nuvens da ameaça da guerra, é a humanidade pendurada em uma cruz de ferro”.¹¹⁶ Foi o melhor discurso de Eisenhower sobre a corrida armamentista, se não o último.

* * *

“**ESTAMOS TODOS DE ACORDO** quanto ao formato”, disse o moderador Quincy Howe em 1956, apresentando o primeiro debate televisionado entre dois candidatos à presidência. “Teremos uma declaração de abertura de três minutos para cada um dos dois cavalheiros aqui e uma conclusão de cinco minutos.” Os apresentadores de rádio tentaram combater o fascismo na década de 1930 realizando debates pelo rádio. Na década de 1950, os apresentadores tentaram combater o comunismo — e o Macarthismo — fazendo a mesma coisa na televisão. Howe, ex-radialista da CBS, havia sido diretor da União Americana das Liberdades Civis. Na década de 1930, ele atuara como membro do painel do programa *America’s Town Meeting of the Air*, da NBC.¹¹⁷ Ele se importava com a qualidade da discussão e louvava o debate público. Em 1956, atuou como moderador de um debate transmitido pela ABC entre Adlai Stevenson e outro candidato presidencial democrata, o ex-senador do Tennessee, Estes Kefauver.

A ideia veio de Stevenson e de seu conselheiro Newton Minow — que depois seria chefe da Comissão Federal de Comunicações, a FCC. No mesmo espírito dos debates de rádio organizados pela Liga das Mulheres Eleitoras desde a década de 1920, Stevenson e Minow estavam convencidos de que a televisão poderia educar os eleitores americanos e servir como referência para a troca livre e aberta de ideias políticas. Stevenson desafiou Kefauver, que concordou, e os dois se

encontraram em um debate de uma hora em um estúdio em Miami. Entre as declarações de abertura e encerramento, Howe explicou que permitiria “o debate livre, no qual eu sou uma espécie de policial de trânsito, com o poder de aplicar multas de estacionamento se alguém ficar muito tempo em um local ou impor limites de velocidade se alguém for rápido demais”. O debate ocorreu no dia seguinte ao lançamento que os Estados Unidos fizeram no atol de Bikini, de uma bomba muito mais poderosa do que a lançada em Hiroshima. Sobre a nova bomba, Stevenson disse: “O futuro será um futuro de criatividade e de grande abundância, ou será um futuro de total incineração, morte e destruição.”¹¹⁸

O debate Stevenson-Kefauver, como a bomba H, foi um teste. O presidente do Comitê Nacional Republicano chamou o debate de “chato, lamentável e pouco inspirador”. Mas debater com seu oponente não prejudicou Stevenson, que ganhou a indicação, e começou a defender que os candidatos à presidência deveriam debater na televisão regularmente. “Gostaria de propor que transformássemos o clima de circo de nossas campanhas presidenciais em um grande debate realizado à vista de todas as pessoas”, escreveu ele mais tarde, pedindo debates regulares de meia hora entre os candidatos dos principais partidos.¹¹⁹

Enquanto isso, Stevenson combatia Eisenhower e seu companheiro de chapa, Richard Nixon, que se recolhia, convencido de que a imprensa estava conspirando contra ele, embora, por um longo tempo, ele tenha sido uma espécie de queridinho da mídia. “O congressista calouro, alto, moreno e, sim, bonito, que está pressionando o comitê de atividades antiamericanas da Câmara a procurar a verdade no caso Chambers-Hiss”, foi como o *Washington Post* o descreveu no início da carreira. “Ele foi sem dúvida um dos calouros a se destacar no octogésimo Congresso.” Mesmo assim, os colunistas de jornais criticaram bastante Nixon após seu “discurso Checkers”, e especialmente após o péssimo ocaso de McCarthy, e nem sempre de maneira justa. O colunista Drew Pearson

afirmou que Nixon havia recebido suborno de uma empresa de petróleo; a denúncia foi baseada em uma carta que se provou ser falsa. Depois, houve histórias que eram simplesmente injustificadas, burras e maldosas. A *Time* relatou com alegria que Checkers não era treinada, não havia sido esterilizada e fora engravidada por um cachorro do bairro. Nixon, farto, disse que queria escrever um livro de memórias chamado “Pra mim, chega”. Mas então, em setembro de 1955, Eisenhower teve um ataque cardíaco, e Nixon decidiu se segurar, apesar de ter que lutar pelo seu lugar na chapa.¹²⁰

Ele garantiu esse lugar em São Francisco, em 1956, em uma convenção republicana administrada por Whitaker e Baxter. “O principal fato político sobre a convenção que terminou agora é que ela tornou Richard M. Nixon o símbolo, se não o centro, da autoridade no Partido Republicano”, escreveu Richard Rovere na *The New Yorker*. A Campaigns, Inc. havia se unido à firma californiana de Herbert Baus e William Ross. Whitaker e Baxter escreveram o plano; Baus e Ross produziram as chamadas de rádio e televisão. Naquela mesma temporada, eles haviam feito campanha pela Proposta 4, em um referendo que favorecia a indústria do petróleo com mais licenças para perfurações. A proposta foi redigida por advogados da Standard Oil. Whitaker e Baxter conseguiram mudar o nome do referendo para a Lei de Conservação de Petróleo e Gás. “As campanhas políticas são importantes demais para serem deixadas para os políticos”, diziam Baus e Ross.¹²¹

Em um discurso para a campanha de 1956 redigido pelo economista John Kenneth Galbraith, Stevenson descreveu a “Nixonlândia” como a “terra da calúnia e do medo; a terra da insinuação maldosa, da caneta venenosa, do telefonema anônimo, do assédio, da pressão e da coação, a terra onde se bate e se agarra a qualquer coisa para ganhar.” (“Quero que você redija os discursos contra Nixon”, escreveu Stevenson para Galbraith. “Você não tem tendência a ser justo.”)¹²² Mas a Nixonlândia era a terra de Whitaker e Baxter.

Nos anúncios de televisão, as campanhas presidenciais republicana e democrata de 1956 reconheciam a confusão que a própria propaganda televisiva havia trazido. Em um anúncio republicano em desenho animado, um eleitor se desespera: “Eu ouvi todos. Na TV e no rádio. Eu li os jornais e revistas. Eu tentei! Mas ainda estou confuso. Quem está certo? O que está certo? No que devo acreditar? Quais são os fatos? Como eu posso saber?” Uma narração reconfortante acalma o preocupado eleitor, e o convence a gostar de Ike.¹²³

Stevenson, em sua própria propaganda na televisão, tentou sem muito sucesso mostrar a insipiência e a falsidade do meio, expondo a câmera, os cabos e as luzes que haviam sido instaladas em um quarto de sua casa em Illinois. Ele queria salvar os americanos de si mesmos, mostrando-lhes como era produzido o que eles viam nas telas. “Eu gostaria que você pudesse ver o que mais há nessa sala”, disse ele, falando diretamente para a câmera. “Além da câmera e das luzes por aqui, há cabos por todo o chão.” Seu programa era pós-moderno: autoconsciente, incerto e perturbador. “Graças à televisão, posso falar com milhões de pessoas que não conseguiria encontrar de outra maneira”, afirmou Stevenson, e depois prosseguiu, com alguma hesitação. “Posso falar com vocês, sim, mas não posso escutá-los. Não consigo ouvir sobre seus problemas... Para fazer isso, tenho que sair e vê-los pessoalmente.”¹²⁴

Mas, quando Stevenson de fato saiu em campanha, ele se mostrou pouco convincente. Em Los Angeles, falando diante de um público majoritariamente de pessoas negras, ele foi vaiado quando disse: “Devemos prosseguir gradualmente, não perturbando hábitos ou tradições mais antigas do que a República.”¹²⁵ Em 1952, Eisenhower havia derrotado Stevenson no Colégio Eleitoral por 442 a 89; em 1956, ele venceu por 457 a 73.

Os partidos começaram a se distanciar, como os continentes, à deriva. O Partido Republicano, influenciado por donas de casa suburbanas conservadoras, começou a se mover para a direita.

O Partido Democrata, agitado pela urgência moral e política da luta pelos direitos civis, começou a se mover para a esquerda. O ritmo dessa deriva seria determinado pelos direitos civis, pela Guerra Fria, pela televisão e pela velocidade da informática.

Como e onde os americanos resolveriam suas diferenças políticas? No caso *Yates vs. Estados Unidos*, a Suprema Corte aniquilou a Lei Smith, definindo que a primeira emenda protegia todo discurso político, até mesmo o discurso radical, reacionário e revolucionário, a menos que constituísse um “perigo claro e iminente”. Mas as emissoras de televisão começaram a perceber que seu público parecia ter aversão a informações desagradáveis. “A televisão está sendo usada em geral para nos distrair, iludir, divertir e isolar”, reclamou Murrow. Repórteres de revistas e jornais faziam a mesma reclamação, descobrindo que seus editores não estavam dispostos a publicar matérias críticas à política externa americana. Na Guatemala, quando a CIA decidiu derrubar o governo democraticamente eleito de Jacobo Árbenz Guzmán, que havia estatizado centenas de milhares de acres de terra pertencentes à United Fruit Company, uma empresa americana, os repórteres americanos forneceram apenas a explicação dada pelo secretário de Estado Dulles, que insistia na tese de que Árbenz havia sido derrubado por uma revolta popular. Correspondentes na China, incluindo John Hersey, protestaram contra a edição de suas reportagens. Na revista *Time*, de propriedade do republicano Henry Luce, Theodore White ameaçou pedir demissão.¹²⁶

Em um estado de segurança nacional em que toda dissidência foi declarada antiamericana e as disputas políticas foram conduzidas por agências de publicidade, era difícil saber o que era verdade. Aquele eleitor confuso no desenho animado havia perguntado: “*Quem está certo? O que está certo? No que devo acreditar? Quais são os fatos? Como eu posso saber?*” Talvez os computadores pudessem dizer. Os roteiristas Phoebe e Henry Ephron brincaram com essa afirmação no filme *Amor eletrônico*, de 1957, estrelado por Spencer Tracy e Katharine Hepburn, e

produzido com a cooperação da IBM. Tracy interpreta um engenheiro do MIT, uma versão moderna de Frederick Winslow Taylor, que inventou um “cérebro eletrônico”. Ele aparece com uma fita métrica no departamento de checagem de fatos no 28º andar do prédio da Companhia Federal de Telecomunicações. Hepburn, que interpreta a chefe do departamento, convida-o a entrar em seu escritório.

“Sou engenheiro de métodos”, diz ele.

“Isso é um tipo de especialista em eficiência?”

“Bem, esse termo é um pouco obsoleto hoje em dia.”

“Oh, me desculpe”, diz Hepburn. “Eu sinto muito. Sou do tipo antiquado.”

Ele havia ido ao departamento de Hepburn para instalar uma máquina gigante chamada Calculadora Aritmética de Memória e Pesquisa Eletromagnética, a EMERAC, apelidada de *Emmy*, o que requeria afastar as mesas de seus assistentes. Hepburn achava que toda sua equipe, substituída pelo mais novo robô de escritório, seria demitida. Demonstrando como o EMERAC funciona, Tracy discursa para um grupo de executivos corporativos.

“Senhores, é claro que o objetivo dessa máquina é liberar o trabalhador...”

(“Você pode dizer isso de novo”, murmura Hepburn.)

“...liberar o trabalhador das tarefas rotineiras e repetitivas, e liberar seu tempo para um trabalho mais importante.” Ele aponta para os livros nas paredes. “Vocês veem todos esses livros aqui? E aqueles lá em cima? Bem, todos os fatos que estão neles foram inseridos na Emmy.”

Ninguém mais precisará consultar um livro novamente, promete Tracy. No futuro, para descobrir algo, bastará perguntar a Emmy. Quando Hepburn é perguntada sobre que ela acha de Emmy, ela responde maliciosamente: “Eu acho que você pode dizer com certeza que ela vai proporcionar mais tempo livre para mais pessoas.”¹²⁷

Amor eletrônico brincou com o medo que o público tinha da automação, de máquinas que tornariam os trabalhadores obsoletos. Mas, de uma forma estimulante, propôs algo sobre a democracia de massa e sobre a lógica caótica dos fatos. Os cidadãos acham impossível reunir todas as informações necessárias para tomar uma decisão embasada sobre uma questão política; eles são facilmente ludibriados pela televisão e outras formas de mídia e publicidade de massa; eles lutam para se encontrar entre fatos e a ficção. Mas os computadores não têm problemas em lidar com um vasto arsenal de conhecimento; eles se orientam apenas pela lógica, são imunes à persuasão. Parecia possível — certamente era o sonho de Mauchly — que os computadores ajudassem as pessoas a se tornar melhores cidadãos, que os Estados Unidos se tornassem uma tecnoutopia. *Amor eletrônico* se perguntava, por outro lado, se os computadores traziam consigo a ameaça mecânica do totalitarismo, outra cruz de ferro.

IV.

THOROUGHGOOD MARSHALL NASCEU em Baltimore em 1908, filho de um zelador que trabalhava em um hotel exclusivo para brancos e de uma professora de jardim de infância que lecionava em escolas exclusivas para negros. Ele conhecia tudo sobre a divisão racial por cores, de forma tão íntima quanto um prisioneiro conhece as paredes de sua cela. Marshall, que começou a pronunciar seu nome “Thurgood” no segundo ano por ser mais simples, leu a Constituição pela primeira vez quando foi obrigado a estudá-la como punição por criar tumulto na escola. “Em vez de nos fazer copiar coisas no quadro-negro depois do horário, quando nos comportamos mal”, explicou Marshall mais tarde, “nosso professor nos mandava para o porão para aprender partes da Constituição”. Ele ponderava cada palavra lida. Ele achava ter encontrado a chave para sua liberdade. Seus pais queriam que ele se tornasse dentista, mas, após se sustentar ao longo da faculdade trabalhando como atendente em um

restaurante na ferrovia Baltimore-Ohio, decidiu que queria ser advogado. Com seu pai, ele aprendeu a ter orgulho e a argumentar durante discussões na mesa de jantar. Sempre que o rapaz dizia algo inteligente, seu pai comentava: “Ora, isso foi negro da sua parte.”¹²⁸

Por ser negro, ele não pode frequentar a Faculdade de Direito da Universidade de Maryland — a dez minutos de bonde da casa de sua família —, foi para Howard, o que significava andar em vagões segregados, por quarenta milhas, só na ida. Formado em primeiro lugar na turma de 1933, dois anos depois, como advogado, ele processou com sucesso o estado de Maryland, argumentando que, como o estado não oferecia nenhuma faculdade de Direito para negros, estava desrespeitando a doutrina “separados, mas iguais” da decisão da Suprema Corte de 1896 no caso *Plessy vs. Ferguson*. Em 1950, Marshall havia convencido a NAACP, a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, a abandonar essa linha de argumento — a exigência de ambientes iguais — para começar a argumentar contra a separação em si.

Marshall criou o fundo de defesa legal e educacional da NAACP logo após vencer o caso contra o estado de Maryland. Como advogado-chefe, ele defendeu centenas de casos no Sul do país, como parte de uma estratégia ao longo de anos para acabar com as leis de Jim Crow, a certa altura acumulando até 450 casos de uma só vez. Ele começou focando no ensino superior — escolas de Direito e outros cursos de graduação — e passou pelas faculdades com a ideia de, eventualmente, desafiar a segregação chegando até o tipo de sala de aula de jardim de infância onde sua mãe lecionava. Levou muito tempo para convencer os colegas da NAACP a abandonar os argumentos pela “equalização” em favor da luta pela integração. (Equalização sempre foi uma forma de garantir a segregação, uma vez que gradualmente os estados acabariam quebrando com o custo de manter escolas separadas e realmente iguais entre si.) Mas, em 1950, os negros desafiaram as leis de Jim Crow no Exército e na

política habitacional, e também ganharam mais poder político. A Grande Migração de negros para o Norte e Oeste fez com que, em âmbito nacional, um grande número de homens e mulheres negros pudesse votar, mesmo que 80% dos negros no Sul ainda estivessem privados de seus direitos. Pela metade da década, a televisão também argumentaria a favor de um avanço na questão dos direitos civis: a violência racial e a intimidação comuns no Sul, que havia muito eram escondidas da vista das outras regiões, agora podiam ser vistas nas salas de estar de todo o país.

Com o objetivo de desafiar a segregação nas escolas públicas do país perante a Suprema Corte, um objetivo endossado pelo Departamento de Justiça de Truman, Marshall começou a reunir uma série de casos em 1951. Eles foram consolidados sob o título de um caso referente a uma aluna de terceira série chamada Linda Brown, que morava em Topeka, no Kansas. Seu pai, Oliver L. Brown, soldador e pastor, queria que ela fosse para uma escola a algumas quadras de casa. Mas a segregação no sistema escolar de Topeka fez com que Linda fosse matriculada em uma escola que a obrigava a fazer uma longa caminhada e uma viagem de ônibus, uma hora de viagem em cada sentido. Oliver Brown concordou em ingressar com uma ação civil contra o Conselho de Educação de Topeka, movida pelo Fundo de Defesa Legal da NAACP. O caso foi chamado *Brown vs. Conselho de Educação*.

Na véspera das sessões de argumentação oral em dezembro de 1952, Marshall estava próximo do colapso físico devido ao excesso de trabalho. No prédio da Suprema Corte, uma fila começou a se formar antes do amanhecer, com homens e mulheres usando casacos e chapéus para se proteger do frio da manhã. A argumentação oral durou três dias. O juiz Stanley Reed perguntou a Marshall se a segregação não era do interesse da lei e da ordem. Marshall estava disposto a admitir, para fins de argumentação, que talvez tivesse sido quando o tribunal decidira o caso *Plessy*. Mas “mesmo se admitirmos que a segregação era necessária em 1895”, disse ele, “não é mais necessária agora,

porque as pessoas cresceram e entendem umas às outras”. Marshall ofereceu ao tribunal uma imagem esperançosa das relações raciais americanas. “Eu sei que no Sul, onde passei a maior parte do tempo”, disse ele, “você verá crianças brancas e de cor andando pela estrada juntas para a escola. Elas se separam para ir a escolas diferentes, e, quando saem, se juntam para brincar. Não vejo por que necessariamente haveria algum problema se estudassem juntos.”

O juiz Felix Frankfurter perguntou a Marshall o que ele queria dizer com “igual”. Marshall, de um 1,80 m, com seu cabelo preto ondulado penteado para trás, e seu bigode fino pontiagudo como um sinal de pontuação — a *Newsweek* certa vez o descreveu como “um urso amarrotado” —, respondeu, com seu leve sotaque sulista: “Igual significa ter mesma coisa, ao mesmo tempo e no mesmo lugar.”

John W. Davis, 78 anos, ex-advogado-geral, ex-embaixador na Grã-Bretanha e candidato democrata à presidência em 1924, contra-argumentou, enfatizando os direitos e precedentes de cada estado. Um oponente formidável, Davis fez 139 aparições na Corte; essa seria sua última. Ele perguntou: “Não é um fato que a própria força e a fibra do nosso sistema federal é o autogoverno local nas questões para as quais a ação local é competente?” E, segundo a tradição: “Não há nenhuma razão aqui para que esta Corte ou qualquer outra reverta as conclusões de noventa anos atrás.”¹²⁹

Mas a argumentação de Marshall, exaustiva e intrincada, pretendia tirar dos ombros dos negros o peso da história. Em vez de usar precedentes, Marshall recorreu à tática do jurista Louis Brandeis: apresentou as descobertas da ciência social. Ao estabelecer a constitucionalidade das leis de Jim Crow, o caso *Plessy vs. Ferguson* havia citado os “costumes e tradições do povo”. Marshall apresentou ao tribunal resmas de pesquisas empíricas sobre as consequências que a escolaridade segregada trazia para as crianças negras. As leis de Jim Crow, disse Marshall ao tribunal, são os Códigos Negros do século passado,

e a única maneira de o tribunal mantê-las, defendeu, seria “descobrir que, por algum motivo, os negros são inferiores a todos os outros seres humanos”.¹³⁰

Como a Corte sabia muito bem, o argumento para acabar com a segregação foi ampliado pelas condições da própria Guerra Fria. Os Estados Unidos se declaravam líderes do “mundo livre”, e lutaram contra os soviéticos por influência política nos países emergentes do terceiro mundo, mas se viram denunciados por sua questão racial doméstica. Quando o ministro das Finanças de Gana, em uma visita aos Estados Unidos, parou em um hotel da rede Howard Johnson em Delaware e pediu suco de laranja, ele foi informado de que negros não eram permitidos no restaurante. Quando o secretário de Agricultura haitiano foi convidado para uma conferência em Biloxi, Mississippi, foi informado de que não podia permanecer no hotel onde o evento ocorria. “É possível alguém falar a sério sobre democracia americana?”, perguntou um jornal haitiano. Jornais de Bombaim e Manila fizeram reportagens sobre as leis Jim Crow. “A questão dos negros” era um dos principais temas da propaganda soviética, conforme a embaixada dos Estados Unidos em Moscou. E assim, quando o caso de Topeka chegou à Suprema Corte, o Departamento de Justiça de Truman instou o tribunal a reverter o caso *Plessy*, em parte com o argumento de que ele sancionava legalmente a discriminação racial nos Estados Unidos, minando os objetivos da política externa do país. “A discriminação racial fornece argumentos para a fábrica de propaganda comunista”, disse o procurador-geral James P. McGranery, “e levanta dúvidas, mesmo entre as nações amigas, sobre a intensidade de nossa devoção à fé democrática”. Em sua peça, o procurador-geral incluiu duas páginas escritas por Dean Acheson, secretário de Estado, enfatizando o custo que as leis de Jim Crow traziam à reputação dos Estados Unidos em todo o mundo. “A discriminação racial nos Estados Unidos continua sendo uma fonte de constante embaraço para esse governo na condução cotidiana de suas relações externas”, relatou Acheson,

“e compromete a manutenção efetiva de nossa liderança moral das nações livres e democráticas do mundo”. O fim da segregação tornou-se uma questão de segurança nacional.¹³¹

Quando as sustentações orais terminaram, foi possível ouvir Davis dizendo: “Acho que vencemos, por 5 a 4 ou talvez 6 a 3.” Ele fez boa leitura da banca. Quando os juízes começaram suas deliberações em sessão fechada, o presidente do tribunal federal, Fred Vinson, democrata do Kentucky, iniciou notando que o precedente de fato permitia a segregação. Vinson achava que seria melhor se o fim da segregação nas escolas viesse do Congresso, e que se o tribunal agisse se antecipando à opinião popular, a educação pública no Sul poderia ser efetivamente abolida porque os segregacionistas iriam preferir fechar suas escolas a admitir negros. Reed, também de Kentucky, disse que achava que chegaria a hora de acabar com a segregação quando o “corpo da população” a considerasse inconstitucional, o que ainda não havia acontecido. Como Reed, o juiz Robert Jackson disse que achava que, se o tribunal tivesse que decidir essa questão, “o governo representativo falhou”. Frankfurter, um liberal de longa data que, uma vez na Corte, havia se tornado o oponente mais obstinado ao ativismo judicial, queria — como o texano Tom C. Clark — o adiamento da questão. Frankfurter havia servido no Comitê de Defesa Legal da NAACP e contratado um negro como juiz assistente em 1948, o primeiro do tribunal, mas, por mais que quisesse o fim da segregação, Marshall não o havia convencido de sua inconstitucionalidade. William O. Douglas, indicado por Roosevelt e ex-professor de direito da Universidade Columbia, achava que tudo era “muito simples”: a “14ª emenda proíbe as classificações raciais”. Hugo Black, do Alabama, era uma das vozes mais contundentes em oposição à segregação, mesmo que ele próprio houvesse sido membro da Klu Klux Klan na década de 1920 — uma mácula que ele se esforçou para limpar. Se os juízes tivessem feito uma votação informal (o que não fizeram), é provável que quatro deles tivessem considerado a segregação inconstitucional, dois

tivessem reafirmado a decisão do caso *Plessy*, e três tivessem dúvidas. Preocupado com as consequências políticas de uma decisão por maioria e não por unanimidade — uma preocupação que se estendia à possibilidade de violência em massa —, Vinson decidiu reagendar o caso, que seria novamente debatido em dezembro de 1953.¹³²

Porém, todas as apostas sobre o desfecho do caso foram canceladas quando, em 8 de setembro de 1953, Vinson morreu inesperadamente, vítima de um ataque cardíaco. Eisenhower, que, em um esforço pela união de um Partido Republicano dividido, nomeou seu rival e o grande inimigo político de Nixon, Earl Warren, como seu advogado-geral, também havia prometido a Warren um assento na Corte. Quando Vinson morreu, Eisenhower nomeou Warren como novo presidente da Suprema Corte, cargo que ocuparia por dezesseis anos, presidindo a Corte mais liberal da história do tribunal. *Brown vs. Conselho de Educação* foi o primeiro caso analisado pela Corte sob Warren.

Warren, abrindo a discussão, via o caso de uma forma completamente diferente de Vinson. “A doutrina ‘separados, mas iguais’ repousa sobre a premissa básica de que a raça negra é inferior”, começou ele, concordando com Marshall que a “única maneira de sustentar a decisão do caso *Plessy*” era concordar com a premissa de inferioridade racial, o que era impossível, disse, porque “o argumento feito pelo advogado negro prova que eles não são inferiores”. O voto de Warren, somado aos quatro juízes que na sessão anterior deixaram claro que acreditavam que a segregação era inconstitucional, significava que o argumento de Warren prevaleceria por 5 votos a 4, mesmo que nenhum outro juiz se juntasse a ele. Os juízes assistentes apoiaram quase por unanimidade a posição de Warren, com exceção do jovem William Rehnquist, como o próprio deixou claro em um memorando para seu chefe, o juiz Jackson. “Sei que é uma posição impopular e não humanitária, pela qual fui criticado por colegas ‘liberais’”, escreveu Rehnquist, “mas acho que a decisão do caso *Plessy contra Ferguson* estava certa, e

deveria ser mantida”.¹³³ (Nixon indicaria Rehnquist para Corte em 1971.)

O tribunal estava programado para proferir sua decisão no dia 17 de maio de 1954. A NAACP estava tão incerta quanto à decisão que preparou dois comunicados à imprensa, um para cada desfecho possível. Repórteres tomaram as galerias. A decisão foi tomada por unanimidade. O juiz Jackson, que estava no hospital se recuperando de um ataque cardíaco, foi ao tribunal naquele dia, tamanho o comprometimento da Corte com uma demonstração de unidade.¹³⁴ Warren pronunciou sua opinião com algo que havia escrito sobre a natureza da mudança ao longo do tempo. “Ao abordar esse problema, não podemos voltar os relógios para 1868, quando a emenda foi aprovada, nem para 1896, quando *Plessy vs. Ferguson* foi decidido”, insistiu. “Devemos considerar a educação pública à luz de seu pleno desenvolvimento e de seu lugar atual na vida dos americanos por toda a nação. Somente assim é possível determinar se a segregação nas escolas públicas priva esses reclamantes da mesma proteção das leis.” Ao avaliar as evidências não do passado, mas do presente — as condições das escolas americanas —, ele concluiu que “instalações educacionais separadas são inerentemente desiguais”.¹³⁵ Pelo menos no papel, era o fim das leis de Jim Crow.

Grande parte do público recebeu a decisão com alegria e felicidade, sentimentos que em nenhum lugar foram mais bem capturados do que na fotografia de uma jovem mãe sentada nos degraus da Suprema Corte abraçando sua filha enquanto segurava a capa do jornal do dia seguinte com a enorme manchete SUPREMA CORTE PROIBE SEGREGAÇÃO NAS ESCOLAS DO PAÍS. A posição de Warren foi recebida com prazer parecido pelos militantes da Guerra Fria, que viram nela um “golpe no comunismo”. Até o Comitê Nacional Republicano — dando crédito a Eisenhower por uma decisão adotada pelo Departamento de Justiça de Truman — celebrou a decisão do

tribunal, afirmando que ela “ajudava a garantir a causa do Mundo Livre”.¹³⁶

Mas nem todos os ativistas dos direitos civis apoiaram Marshall e a estratégia legal da NAACP, nem todos os negros eram a favor do fim da segregação em suas escolas (o que em muitos casos levou à perda de empregos pelos professores negros), e muitos dos que eram a favor davam maior prioridade a outros objetivos políticos. Em um ensaio de 1935 chamado “Does the Negro Need Separate Schools?” (“O negro precisa de escolas separadas?”), W. E. B. Du Bois escreveu sobre algo quase indescritível no entendimento de uma professora sobre o mundo de seus alunos. Os que discordavam da postura da NAACP viam que a disposição de levar a luta pelos direitos civis aos tribunais custaria a garantia de melhores empregos, salário igual e moradia justa. Em Atlanta, sede de cinco faculdades e universidades historicamente negras, quase metade dos professores das escolas públicas da cidade eram negros, e desses, três quartos eram mulheres negras. Professores negros pressionavam o Poder Legislativo por salários iguais e por investimento igual para as escolas negras. A. T. Walden, advogado de Atlanta, começou a entrar com ações por igualdade de pagamento em nome dos professores da cidade em 1942, e, no ano seguinte, entrou com uma ação coletiva com Thurgood Marshall. Em 1950, quando Marshall orientou a estratégia da NAACP para a integração e Walden começou a levantar casos de segregação, o editor do *Atlanta Daily World* estava entre os líderes negros mais ativos na oposição à ideia, e argumentava que as crianças negras perderiam muito ao serem enviadas para escolas de crianças brancas, especialmente em um momento em que a legislatura, sob crescente pressão popular, estava começando a avançar na equalização de fundos e na abertura de novas escolas para negros. As objeções mais fortes foram as dos professores negros; até mesmo em Topeka, “eles não queriam fazer parte do esforço pelo fim da segregação nas escolas”. Depois do caso *Brown*, eles continuaram céticos. Marshall não

escondeu sua frustração cheia de desprezo. “Vamos tentar convertê-los ao nosso modo de pensar”, disse ele, dias após a decisão. “Mas nós os atropelaremos se eles atrapalharem.”¹³⁷

Entre os brancos, especialmente no Sul, onde as leis de Jim Crow ainda vigiam, a decisão do caso *Brown* encontrou uma resistência rápida e sustentada. Eisenhower ficou consternado com a decisão. “Estou convencido de que a decisão da Suprema Corte atrasou o progresso no Sul por pelo menos quinze anos”, disse ele em particular. “O sujeito que tenta me dizer que você pode fazer essas coisas pela FORÇA é simplesmente LOUCO.” Segregacionistas se prepararam para a batalha. “Não há nada na Constituição dos Estados Unidos que dê ao Congresso, ao presidente ou à Suprema Corte o direito de declarar que as crianças brancas e as de cor devem frequentar as mesmas escolas públicas”, disse o senador do Mississippi James Eastland. E um novo movimento começava, chamado “Impeachment de Earl Warren”.¹³⁸

O tribunal pediu às escolas que o fim da segregação fosse feito “na maior velocidade possível”. Algumas escolas em cidades como Washington e Baltimore acataram esse pedido. A maioria não o fez. Em algumas cidades, como Atlanta, onde muitas famílias negras tinham dúvidas em relação à estratégia legal da NAACP, o conselho escolar se arrastava na aplicação das medidas, enquanto ativistas negros e sindicatos de professores negros não os pressionavam. Em outras cidades, os conselhos escolares, compostos totalmente por brancos, se recusavam a ceder. Em 1955, em oito estados do Sul, nenhuma criança negra frequentou a mesma escola de uma criança branca. O jornal *Richmond News Leader* escreveu naquele ano: “Em maio de 1954, essa fraternidade inepta de políticos e professores, conhecida como Suprema Corte dos Estados Unidos, decidiu jogar fora a lei estabelecida. Esses nove homens repudiaram a Constituição, cuspiram na Décima Emenda, e reescreveram a lei fundamental dessa terra para adequá-la aos seus próprios conceitos de sociologia. Se disserem agora que o

Sul está desrespeitando a lei, que se diga à corte superior: *Vocês nos ensinaram.*”¹³⁹

O tribunal poderia negar as leis de Jim Crow, mas seria preciso lutar para acabar com elas. Às vezes, essa luta acontecia nas próprias portas das escolas públicas, onde crianças negras eram colocadas nas fileiras da frente. Também acontecia em ônibus e restaurantes, nos atos de protesto que haviam se tornado comuns na década de 1940, mesmo que raramente fossem relatados. Depois do caso *Brown*, os repórteres passaram a noticiar. Em 1º de dezembro de 1955, em Montgomery, Alabama, Rosa Parks, uma costureira de 42 anos, recusou-se a ceder seu assento em um ônibus para um homem branco. Parks, nascida em Tuskegee, havia entrado na NAACP em 1943, quando tinha 30 anos; secretária de sua unidade, ela trabalhou no registro de eleitores e pelo fim da segregação no transporte. Ela tomou a decisão proposital de desafiar a separação dos assentos nos ônibus da cidade. O motorista parou o ônibus e pediu que ela mudasse de lugar, e, quando ela se recusou novamente, ele chamou a polícia, que a prendeu.

Na noite seguinte, um pastor de 26 anos chamado Martin Luther King Jr. foi convocado para liderar um protesto em toda a cidade que começaria na segunda-feira seguinte, 5 de dezembro. Nascido em Atlanta em 1929, filho de um pastor e líder da NAACP, King foi inspirado pelo cristianismo evangélico americano, pelo teólogo liberal Reinhold Niebuhr, e pelo anticolonialismo no exterior, com destaque para retórica e tática da não violência praticada por Mahatma Gandhi. King tinha olhos arregalados, cabelo curto e bigode fino. Ordenado em 1948, ele passou por um seminário teológico na Pensilvânia e, em seguida, completou seu doutorado na Universidade de Boston em 1955, antes de se tornar pastor na Igreja Batista da Avenida Dexter, em Montgomery. Magro e quieto quando jovem, ele se tornou um adulto mais robusto e pungente ao dominar a antiga arte da pregação.

No dia 5, com menos de meia hora para escrever um discurso para uma grande reunião na Igreja Batista de Holt Street, em Montgomery, ele se viu com alguns minutos de sobra quando, a caminho da igreja, o trânsito praticamente parou. Carros cruzavam a cidade. Mais de 5 mil pessoas apareceram, milhares a mais do que a igreja poderia receber. King subiu ao púlpito. A multidão, mesmo atenta, permaneceu em silêncio até ele iniciar. “Como vocês sabem, meus amigos”, disse King, com sua voz profunda começando a ecoar, “chega um momento em que as pessoas se cansam de serem pisoteadas pelos pés de ferro da opressão”. Apinhadas nos bancos, as pessoas começaram a bater os pés e a gritar: “Sim!”

“Quero que se saiba em Montgomery e em todo o país que somos cristãos”, prosseguiu King enquanto a multidão pontuava suas pausas com gritos. “A única arma que temos em nossas mãos esta noite é a arma de protesto.” Juntando-se a uma tradição da oratória americana que remonta ao dia em que Frederick Douglass concluiu que poderia lutar melhor contra a escravidão se decidisse que a Constituição estava do seu lado, e não contra ele, King chamou esse protesto de protesto americano. “Se estivéssemos encarcerados atrás das cortinas de ferro de uma nação comunista, não poderíamos fazer isso”, disse ele, fazendo uma pausa para a concordância da multidão. “Se estivéssemos presos na masmorra de um regime totalitário, não poderíamos fazer isso.” Foi como se o teto desabasse. “Mas a grande glória da democracia americana”, sua voz se expandiu, “é o direito de se protestar pelo que é certo”.

Parks foi presa na quinta-feira; na segunda-feira, 90% dos negros da cidade estavam boicotando os ônibus.¹⁴⁰ Ao longo de 381 dias, os negros em Montgomery, liderados por Parks e King, mantiveram o boicote. King, acusado de violar a lei antiboicote do estado, disse: “Se somos presos todos os dias, se somos explorados todos os dias, se somos pisoteados todos os dias, nunca se deixe rebaixar ao ponto de odiá-los.” Em 13 de

novembro de 1956, a Suprema Corte decidiu que a lei de ônibus de Montgomery era inconstitucional.¹⁴¹

No início do ano seguinte, King fundou a Conferência das Lideranças Cristãs do Sul (SCLC). Se a luta pelos direitos civis da década de 1950 foi auxiliada pela Guerra Fria, também foi alimentada pelo espírito do cristianismo profético. Ao mesmo tempo um movimento político e um argumento legal, os direitos civis também foram um renascimento religioso. “Se você protestar com coragem, e, ainda assim, com dignidade e amor cristão”, prometeu King a seus seguidores, “quando os livros de história forem escritos nas gerações futuras, os historiadores terão que fazer uma pausa e dizer: ‘Havia um grande povo — um povo negro — que injetou um novo significado e dignidade nas veias da civilização’.” Os historiadores assim fizeram: sob a liderança de King, pela coragem daqueles que o seguiram e daqueles que abriram caminho para ele, o compromisso com os direitos civis tornou-se não apenas o compromisso central do liberalismo do pós-guerra, como a crença da nação.¹⁴²

Mas sangue seria derramado. O juiz William O. Douglas sempre culpou Eisenhower pelos anos de violência que se seguiram à decisão do tribunal no caso *Brown*, uma decisão que o presidente, que não pediu ao Congresso uma lei de direitos civis mais rigorosa, nunca endossou publicamente. Eisenhower, disse Douglas, era um herói nacional, querido e adorado. “Se ele tivesse falado ao país na televisão e no rádio, dizendo às pessoas que obedecessem à lei e entrassem na linha, a causa pelo fim da segregação teria avançado”, disse Douglas. Em vez disso, “o perigoso silêncio de Ike sobre nossa decisão de 1954 deu coragem aos racistas que decidiram resistir à decisão, em cada departamento, em cada distrito, em cada cidade, em cada condado”.¹⁴³

Orval Faubus, governador democrata do Arkansas, não era contrário pessoalmente à integração; ele mesmo enviou seu filho para uma faculdade integrada fora da cidade. Mas o sentimento de seus eleitores — quase todos brancos, em um estado em que

os negros eram regularmente impedidos de votar — o levou a repensar a oposição à integração escolar como uma oportunidade política boa demais para ser desperdiçada. Ele buscou uma liminar contra o fim da segregação das escolas, e o tribunal estadual concordou em conceder. Thurgood Marshall conseguiu na justiça federal a anulação da liminar estadual, mas, em 2 de setembro de 1957, Faubus foi à televisão anunciar que estava enviando 250 homens da guarda nacional para a Escola Secundária Central em Little Rock. Se alguma criança negra tentasse entrar na escola, Faubus advertia: “O sangue escorrerá pelas ruas.”

No dia seguinte, antes que qualquer criança negra chegasse, uma multidão branca atacou um grupo de repórteres e fotógrafos de jornais negros. Alex Wilson disse, após ser jogado no chão: “Lutei pelo meu país, e não vou fugir de vocês.” Em 4 de setembro, quando Elizabeth Eckford, de 15 anos, tentou ir à escola, estudantes brancos gritaram: “Linchem ela! Linchem ela!” A cobertura televisiva de estudantes negros confrontados por soldados armados e uma multidão branca empunhando paus, pedras e coisas piores, deixou americanos atônitos em todo o país. O estado do Arkansas havia autorizado a resistência armada à lei federal.¹⁴⁴



Elizabeth Eckford foi impedida de entrar na Escola Secundária Central de Little Rock, Arkansas, em 1957, por ordem do governador do estado, Orval Faubus. (Francis Miller / The LIFE Picture Collection / Getty Images.)

Enquanto Eisenhower discutia como lidar com a crise em Little Rock, o Congresso debateu a Lei dos Direitos Civis de 1957, a primeira legislação sobre direitos civis desde a Reconstrução. Foi estabelecida uma Comissão de Direitos Civis para ouvir reclamações, mas não se concedeu a ela autoridade para fazer nada a respeito. Era como “entregar uma arma sem balas a um policial”, disse um oficial do Departamento de Justiça. Eleanor Roosevelt, ex-primeira-dama tão distinta e influente quanto nos tempos em que estava na Casa Branca, chamou a lei de “mera farsa”. Um senador disse que a lei tinha tanta substância quanto uma “sopa feita com a sombra de um corvo que morreu de fome”. Defensores de longa data dos direitos civis, incluindo Richard Nixon, apoiaram uma legislação mais forte, mas não tiveram sucesso. Mas a Lei dos Direitos Civis de 1957 estabeleceu um precedente, que deixou os segregacionistas incomodados o bastante para fazer o senador Strom Thurmond, que discursou

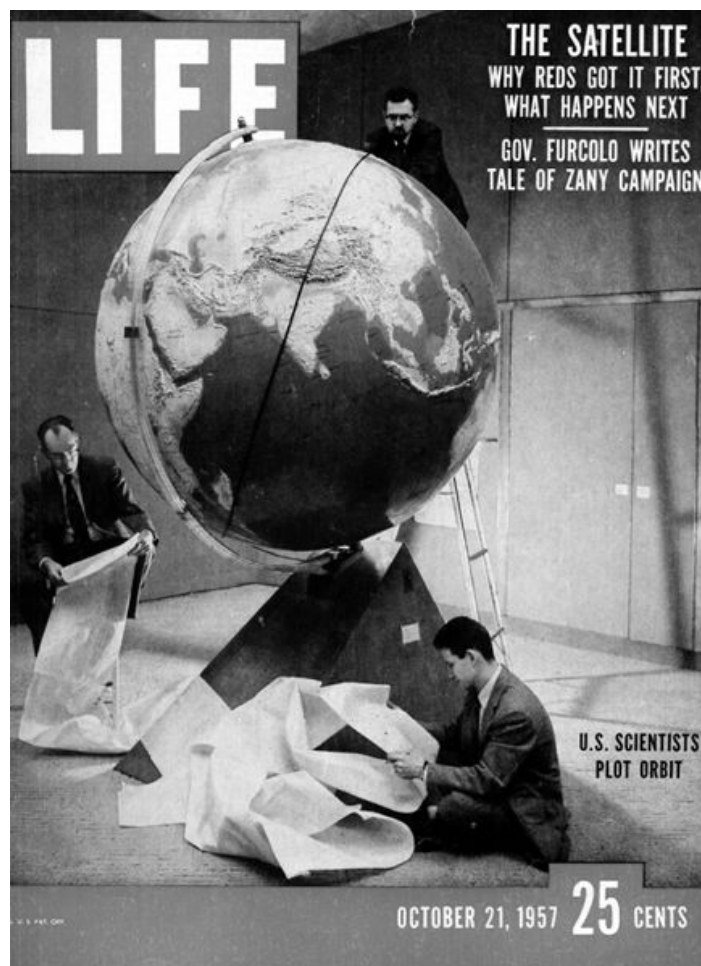
contra ela por mais de 24 horas, estabelecer um novo recorde. O projeto foi possível graças à insistência de Lyndon Johnson. Fiel à sua base eleitoral do Texas, e talvez a seus princípios, Johnson havia votado contra todas as leis de direitos civis que cruzaram seu caminho em sua carreira na Câmara e no Senado, de 1937 a 1957. Mas ele nunca fora um segregacionista, tanto que apoiou publicamente a decisão da Corte em *Brown contra o Conselho*, e acreditava que havia chegado a hora de o Partido Democrata mudar de direção. Johnson também estava de olho em uma candidatura à presidência, e precisava ser visto como um político nacional, não como um democrata do Sul. Ele angariou e conseguiu votos de modo melhor do que qualquer outro líder da maioria no Senado já havia feito, e o projeto foi aprovado.¹⁴⁵

“Não podemos permitir que a lei das ruas se coloque acima das decisões de nossos tribunais”, disse Eisenhower na televisão, e enviou mil paraquedistas da 101ª Divisão Aérea para o Arkansas, a mesma divisão que caiu do céu sobre a Normandia no Dia D. Em 25 de setembro de 1957, as tropas federais escoltaram nove adolescentes negros até a escola de ensino médio. Os americanos que viram tudo pela televisão ficaram chocados. Eles se chocaram novamente quando, no dia 4 de outubro de 1957, a União Soviética lançou um satélite em órbita. Qualquer pessoa com um rádio de ondas curtas, em qualquer lugar do mundo, podia ouvi-lo enquanto fazia sua órbita: ele emitia um bipe, bipe, bipe constante, como um coração batendo. Para os Estados Unidos, uma nação já assustada pelo fantasma de paraquedistas armados escoltando crianças até a escola, o *Sputnik* também trouxe pânico político: o próximo passo, obviamente, era colocar uma arma nuclear na ponta de um míssil e dispará-la como um foguete. Tanto na corrida espacial quanto na corrida armamentista, os soviéticos estavam à frente.

A Guerra Fria continuaria ofuscando o movimento dos direitos civis, mas também o impulsionando. A batalha para acabar com a segregação na educação estava longe de terminar. Faubus — que ganhou o apelido de “*Sputnik* de Ozark” — decidiu fechar as

escolas secundárias de Little Rock em vez de integrar seus alunos. Segundo ele, “o governo federal não tinha autoridade para exigir que nenhum estado opere escolas públicas”.¹⁴⁶

Duas semanas após o lançamento do *Sputnik*, Eisenhower se encontrou com os principais consultores científicos do país e pediu “que lhe dissessem onde a pesquisa científica deveria ficar na estrutura do governo federal”. Essa reunião levou, em 1958, à criação da National Aeronautics And Space Agency (NASA, Agência Nacional Aeronáutica e Espacial). A NASA estabeleceria operações na Flórida e no Texas, e financiaria pesquisas em universidades do antigo “cinturão do algodão”, o novo Sul científico e tecnológico, favorável aos negócios, o “cinturão do sol”.¹⁴⁷ Essa reunião também levou à criação da Advanced Research Projects Agency (ARPA, Agência de Projetos de Pesquisa Avançada), como um ramo do Departamento de Defesa. Sua base seria no Pentágono. Um dia, ela desenvolveria o que se tornou a internet. Em fevereiro de 1958, depois do *Sputnik*, e um mês após Eisenhower anunciar a ARPA, o Conselho de Ciência e Segurança do *Bulletin of the Atomic Scientists* moveu o relógio do Juízo Final para dois minutos antes da meia-noite.



Na capa da Life, cientistas do MIT tentam calcular a órbita do satélite soviético Sputnik, enquanto a revista promete explicar “Por que os vermelhos chegaram lá primeiro”. (Dmitri Kessel / Revista Life, Copyright Time Inc. / The LIFE Premium Collection / Getty Images.)

Os ponteiros do tempo pareciam, ao mesmo tempo, mover-se para a frente e para trás. Thurgood Marshall olhava com consternação para o final da década de 1950. “Eu pensei, todos nós pensamos, que, com a vitória no caso *Brown*, tudo acabaria”, disse ele amargamente. “Veja bem, estávamos sempre procurando o caso capaz de acabar com tudo aquilo. E esse caso ainda não apareceu.”¹⁴⁸

Tal caso não chegou. A igualdade nunca seria uma questão de um único caso, ou mesmo de uma longa marcha, mas uma

esperança política duradoura.

Quatorze

CERTOS E ERRADOS



O vice-presidente Richard Nixon e o primeiro-ministro soviético Nikita Khrushchev debatem os méritos do capitalismo e do comunismo em um modelo de cozinha americana exposto em Moscou no ano de 1959. (Howard Sochurek / The LIFE Picture Collection / Getty Images #50475727.)

NIKITA KHRUSHCHEV, ROBUSTO E CONFIANTE, E USANDO UM chapéu branco de abas largas, parecia um apresentador de circo; Richard Nixon estava vestido como um agente funerário. “ACABE COM ELES NA RÚSSIA”, foi a mensagem que seu consultor de televisão enviou. “ESTA É A VIAGEM MAIS IMPORTANTE DA SUA VIDA.”¹

Nixon, com 46 anos, foi a Moscou no verão de 1959, de olho em uma candidatura presidencial como o instável líder de um partido vacilante. Os republicanos foram massacrados nas eleições de meio de mandato de 1958 e perderam 48 cadeiras na Câmara e 13 no Senado, enquanto os democratas também haviam conquistado as duas novas cadeiras no Senado pelo novo estado do Alasca. Nixon, buscando aproveitar os holofotes

de uma reunião televisionada com o primeiro-ministro soviético, queria transmitir aos americanos, ainda abalados pelo *Sputnik*, um triunfo tecnológico, ou, no mínimo, alguma magia política oriunda das máquinas.

Nixon viajou para Moscou para a abertura de uma exposição. Os Estados Unidos e a União Soviética, incapazes de lançar foguetes sem o risco de garantir uma destruição mútua, concordaram em emular uma luta de poder entre os méritos do capitalismo e do comunismo. Na Exposição Soviética de Ciência, Tecnologia e Cultura, realizada no Coliseu, em Nova York, os russos exibiram um satélite espacial ao lado de uma galeria que abrigava um modelo de apartamento soviético, cuja cozinha era equipada com um samovar. Sua contraparte, a Exposição Nacional Americana, montada dentro de um pavilhão de dez acres no parque Sokolniki, em Moscou, respondeu com cafeteiras elétricas, oferecendo aos visitantes uma incursão pelos bens de consumo americanos, especialmente eletrodomésticos do tipo que os fabricantes prometiam que pouparia as mulheres do trabalho doméstico. Um pai de família americano, capturando o espírito da coisa, escreveu a Eisenhower que ele tinha uma ideia melhor: “Por que você não deixa uma típica família americana montar uma exposição?” Ele disse que ficaria feliz em levar para Moscou tudo o que qualquer soviético precisaria para entender os “típicos, honestos, bondosos, verdadeiros e democráticos americanos”: creme dental listrado, um sorvete de casquinha da rede Dairy Queen, limonada rosa congelada, uma apólice de seguros para soldados, seu conjunto de tacos de golfe, a caminhonete Ford 1959 da família, e “duas filhas gordinhas, de 10 e 11 anos, com bambolês, uniformes de bandeirante, um jogo Banco Imobiliário, e vacinadas contra a poliomielite”.² O presidente não aceitou a oferta.

Em Moscou, um Nixon sorridente de terno escuro cortou a fita para abrir a exposição americana ao lado de um Khrushchev radiante e cheio de condecorações. Lá dentro, eles brigavam pelas benesses do capitalismo e do comunismo enquanto

visitavam galerias cheias de aspiradores de pó e lava-louças, robôs e misturas para bolos, trituradores de lixo e jantares congelados, uma vitrine destinada a exibir o modo de vida americano — abundância, conveniência e variedade. As garrafas de Pepsi eram de graça.

Parando em um cenário de televisão improvisado, os dois homens começaram a discutir, com Khrushchev brincando com Nixon como um urso brinca com um peixe.

“Você não deve ter medo de ideias”, disse o vice-presidente, repreendendo o primeiro-ministro.

Khrushchev ria. “O tempo em que as ideias nos assustavam já passou.”

Nixon observou que a televisão em cores e a gravação em vídeo de seu encontro — que eram invenções americanas — levariam a grandes vantagens na comunicação, e que até Khrushchev poderia aprender algo com a engenhosidade americana. “Porque, afinal”, falou Nixon com um sorriso duro, “vocês não sabem tudo”.

“Vocês não sabem absolutamente nada sobre o comunismo”, respondeu Khrushchev. “Nada, exceto o medo que sentem dele.”

Constrangidos, eles passavam pelo salão de exposições.

“Quero mostrar-lhe esta cozinha”, disse Nixon, conduzindo animadamente o primeiro-ministro a uma sala cheia de eletrodomésticos amarelos e chamando sua atenção para uma máquina de lavar roupa e uma televisão.

“Seu pessoal também tem uma máquina que abra a boca das pessoas e mastigue por elas?”, alfinetou Khrushchev.

Nixon se esquivou. Ainda assim, se manteve firme.

A imprensa apelidou o encontro de “O Debate da Cozinha”, e declarou empate, mas os fotógrafos americanos capturaram Nixon em pé e revidando, metendo o dedo no peito de Khrushchev, e a visita foi considerada triunfal.³ Para os Estados Unidos, era, de qualquer forma, um período triunfal: no auge da Guerra Fria, mais americanos estavam ganhando mais, e comprando mais do que nunca.

Era *A sociedade da abundância*, como chamou o economista John Kenneth Galbraith em 1958. “Os problemas políticos fundamentais da Revolução Industrial foram resolvidos”, escreveu com confiança o sociólogo Seymour Martin Lipset no livro *O homem político*, em 1960. Durante a maior parte da história da humanidade, a maioria das pessoas passou necessidades. O industrialismo prometera acabar com esse sofrimento, mas acabou produzindo vastas fortunas apenas para poucos, esmagando muitos sob suas rodas. Os progressistas e os seguidores do New Deal tentaram erguer essas rodas. Eles criaram leis com todos os tipos de remédios e formas de mitigação, de um imposto de renda federal progressivo a leis de carga horária máxima e salário mínimo, da Previdência Social à Declaração dos Direitos dos Soldados. Desde 1940, as desigualdades de riqueza e renda estavam diminuindo.⁴ Mesmo sendo controlado pela Constituição, o crescente poder do Estado, exercido de maneira mais óbvia nos enormes gastos fiscais, especialmente militares, e financiado por um imposto progressivo sobre a renda, tornou possível um crescimento econômico sem precedentes, e uma ampla distribuição de bens e oportunidades. Em 1960, 2 em cada 3 americanos tinham casas próprias. E eles encheram essas casas com máquinas: máquinas de lavar louça, aspiradores de pó, batedeiras e liquidificadores, geladeiras e freezers, toca-discos, rádios e televisores, os motores da sua própria abundância. Era um padrão de vida tão alto, tão amplamente distribuído, que nunca antes havia sido visto. “Quase todos, ao longo da história, eram muito pobres”, escreveu Galbraith. “A exceção, quase insignificante em todo o período da existência humana, tem sido as últimas gerações nesse canto do mundo, pequeno na comparação com o todo, povoado por europeus. Aqui, e especialmente nos Estados Unidos, tem havido uma riqueza grande e sem precedentes.”⁵

Para muitos intelectuais americanos, o poderio da economia e o triunfo do liberalismo e do keynesianismo pareciam definitivos. “A notável capacidade da economia dos Estados Unidos em

1960”, concluiu um historiador econômico, “representa a travessia de uma grande fronteira na história da humanidade”.⁶ Muitos cientistas sociais acreditavam que não apenas os problemas do industrialismo haviam sido resolvidos, mas que a mesma coisa havia acontecido com os problemas da democracia de massa, pelo surgimento de um consenso político amplo e moderado, conforme visto na televisão. Apesar da luta pelos direitos civis, os americanos concordavam fundamentalmente uns com os outros sobre seu sistema de governo, e a maioria também concordava com uma teoria política subjacente. No livro *O fim da ideologia*, o sociólogo Daniel Bell argumentou que o socialismo e o comunismo floresceram e murcharam; a própria ideologia havia acabado. “Porque a ideologia, que já foi um caminho para a ação, tornou-se um beco sem saída.” Debates políticos ainda viriam, assim como ajustes no sistema, reparos no aparelho do governo, e, certamente, na Ásia e na África novas ideologias haviam surgido. Mas, no Ocidente, Bell insistia, as grandes ideias da esquerda haviam sido esgotadas, substituídas por um consenso: “A aceitação de um Estado de bem-estar; a conveniência do poder descentralizado; um sistema de economia mista e de pluralismo político.”⁷

Alguns americanos mais jovens, de esquerda e de direita, acharam o argumento de Bell ridículo. “É como um velho proclamando o fim do sexo”, disse um deles. “Ele pensa que desapareceu porque ele já não o sente mais.”⁸ Outros sugeriram que Bell fracassou em notar uma maré crescente de conservadorismo.⁹ Mas o sociólogo não ignorou o conservadorismo; ele o havia subestimado. Em 1955, editou uma coleção de ensaios chamada *The New American Right* (“A nova direita americana”). Joseph McCarthy, para os colaboradores de Bell, era um homem sem ideias. “A coisa intrigante sobre McCarthy”, escreveu Dwight Macdonald, “é que ele não tinha ideologia”. Quanto aos escritos de economistas como Friedrich Hayek, Bell os considerou absurdos. “Poucos conservadores

sérios”, escreveu, “acreditam que o Estado de bem-estar social é o ‘caminho para a servidão’”.¹⁰

A teoria de Bell de que havia um consenso era apoiada por um volume considerável de evidências empíricas. Na Universidade de Michigan, cientistas políticos conduziam entrevistas com eleitores a cada 4 anos desde 1948. Eles perguntavam: “Você diria que um dos partidos é mais *conservador* ou mais *liberal* do que o outro?” Entre 1948 e 1960, muitos eleitores não puderam responder a essa pergunta. Outros responderam mal. Os pesquisadores prosseguiram com o questionamento: “O que as pessoas têm em mente quando dizem que os republicanos (ou democratas) são mais conservadores (ou liberais) do que os democratas (ou republicanos)?” Os eleitores também acharam esse tipo de pergunta difícil de responder. Os 37% dos entrevistados que ficaram na parte de baixo dos resultados da pesquisa “não foram capazes de fazer distinção de significado entre liberais e conservadores”, e apenas os 17% dos que ficaram no topo deram o que os entrevistadores consideraram as “melhores respostas”. Todos os demais ficaram em algum lugar entre as duas categorias, mas os pesquisadores tinham certeza de que muitos deles estavam apenas chutando as respostas.¹¹ Políticos e intelectuais de mentalidade ideológica falavam sobre liberalismo e conservadorismo sem dúvida, mas, para os eleitores comuns, esses termos não tinham significado.

Ao elaborar essas descobertas, publicadas em 1960 em um estudo de referência chamado *The American Voter* (“O eleitor americano”), o cientista político Philip Converse produziu um influente ensaio, “The Nature of Mass Belief Systems in Mass Publics” (“A natureza dos sistemas de crença em massa nos públicos de massa”), no qual dividiu o eleitorado americano em elites políticas e a massa. As elites políticas são excepcionalmente bem informadas, seguem a política de perto e aderem a um conjunto de crenças políticas tão coerentes — ou, como Converse denominou, tão “restritas” — a ponto de constituir uma ideologia. Mas a massa tem apenas um

conhecimento escasso da política, o que resulta em um apego muito frouxo e pouco fiel a qualquer conjunto único de crenças políticas. Converse argumentou que as entrevistas com os eleitores de Michigan mostraram que as elites políticas sabem “o que tem a ver com o quê” (*laissez-faire* com a livre iniciativa, por exemplo) e “o que os partidos representam” (os democratas defendem os trabalhadores; os republicanos, os negócios), mas grande parte de massa, não. As elites políticas votam de maneira mais partidária do que a massa: quanto mais um eleitor sabe sobre política, maior a probabilidade de ele votar de uma maneira consistente ideologicamente, não apenas seguindo um partido, como seguindo um conjunto de limites ditados por uma ideologia política. Converse concluiu que o que torna moderado um eleitor é não saber muito sobre política. Nos anos 1950, havia muitos moderados.¹²

O que ninguém conseguia enxergar, em 1960, era a união de forças de dois cenários que moldariam a política americana no próximo meio século. Entre 1968 e 1972, tanto a desigualdade econômica quanto a polarização política, que vinham diminuindo havia décadas, começaram a aumentar. Os problemas fundamentais da Revolução Industrial, infelizmente, ainda não haviam sido resolvidos. Nem os problemas da democracia de massa. Até mesmo quando os cientistas sociais anunciavam o fim da ideologia, uma nova era de ideologia começava.

Em 1974, quando Richard Nixon anunciou sua renúncia à presidência, sentado diante das cortinas azuis do Salão Oval, quinze anos após o seu debate com Nikita Khrushchev em uma cozinha amarela em Moscou, o liberalismo havia começado seu longo declínio, e o conservadorismo, seu longo período de ascensão. E o país estava prestes a se tornar quase tão dividido e desigual quanto antes da Guerra Civil.

I.

GALBRAITH NÃO ESTAVA feliz com a sociedade da abundância. Ele a considerava complacente e presunçosa, e muito disposta a aceitar a pobreza como inevitável. Ele pensava que essa sociedade próspera não tinha propósitos. E queria impostos mais altos para construir melhores hospitais, escolas e estradas para restaurar o setor público. Os americanos davam de ombros e ligavam a televisão. Mas, por baixo do barulho agradável da cafeteira elétrica, ouvia-se um zumbido abafado de desespero. Tudo começou com o medo dos perigos que a prosperidade trazia: preguiça, insatisfação e falta de propósito. “Tornamo-nos incrivelmente prósperos e perambulamos por aí anestesiados pela opulência”, reclamou o historiador Eric Goldman. Um jornalista chamou a década de 1950 de “a era da preguiça”. Foi também a era dos esnobes. Dwight Macdonald lamentou de forma memorável a ascensão da cultura de massa medíocre, empacotada, embalada e precificada — que ele apelidou de *masscult*, como se fosse um refrigerante —, especialmente na forma de folhetins ruins e programas de TV baratos produzidos pelas empresas para a crescente classe média suburbana, produtos definidos não pela sua qualidade, mas pelos seus volumes de venda e audiência. A arte é a criação de indivíduos nas comunidades, argumentava Macdonald. A cultura medíocre é um produto fabricado e embalado para as massas. “O *masscult* é um novo tipo de ruim”, escreveu Macdonald. “Ele sequer tem a possibilidade teórica de ser bom.”¹³



Alunos da A&T College, da Carolina do Norte, realizam uma ação de protesto ao se sentar junto ao balcão do restaurante da rede Woolworth's, em Greensboro. (Bettman Archive / Getty Images.)

Depois que Nixon voltou de Moscou, o governo Eisenhower anunciou uma nova decisão: descobrir um propósito para a nação. “O ano de 1960 foi um momento em que os americanos pararam de considerar o propósito de sua nação como algo garantido, e começaram a fazer algo a respeito”, relatou a revista *Life*. Eisenhower indicou dez homens eminentes — políticos e editores, líderes empresariais e trabalhistas, presidentes de universidades e instituições de caridade — para uma Comissão de Metas Nacionais, e pediu a ela que identificasse um conjunto de objetivos para os Estados Unidos para os dez anos seguintes. Foi um exemplo impressionante da artificialidade do consenso liberal da época: todos os membros da comissão eram homens brancos com mais de 45 anos de idade.¹⁴ Ainda assim, os objetivos que a comissão estabeleceria seriam orientados, acima de tudo, por estudantes universitários negros, que, a partir de 1960, e sem um comitê de homens eminentes e condecorados, transformaram a causa dos direitos civis no objetivo da nação.

Na segunda-feira, 1º de fevereiro de 1960, dois dias antes de Eisenhower indicar os membros de sua Comissão de Metas Nacionais, quatro calouros da A&T College, da Carolina do Norte, em Greensboro, recusaram-se a ceder seus assentos no balcão de almoço em um restaurante que mantinha a segregação entre seus clientes, dentro de uma loja da rede Woolworth's. Não foi a primeira manifestação — nos três anos anteriores, houve protestos desse tipo em dezesseis cidades —, mas foi a primeira a capturar a atenção nacional. Naquela noite, aqueles quatro estudantes ligaram para o advogado da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor, Floyd McKissick, que ajudou a espalhar a notícia. Eles voltaram para a Woolworth's no dia seguinte, com amigos; e vieram mais no dia seguinte. Eles se sentavam nos bancos de vinil e cromo em turnos. E montaram um centro de comando e acompanharam os planos que estavam sendo apresentados em Durham e Raleigh, para a realização de protestos em solidariedade à ação. No final da semana, mais de quatrocentos estudantes estavam envolvidos apenas na manifestação de Greensboro. O movimento se espalhou para o Tennessee, e, depois, para o Sul, na Geórgia, Virgínia Ocidental, Texas e Arkansas. Chegou a mais quarenta cidades em março. Dentro de meses, cinquenta mil estudantes se juntaram à ação. Centenas foram presos em Nashville. Na Carolina do Sul, a polícia atacou os manifestantes com gás lacrimogêneo e jatos de mangueiras de incêndio, prendendo quase quatrocentas pessoas. Até os estudantes que duvidavam da filosofia do protesto não violento começaram a perceber o seu poder, enquanto os fotógrafos capturavam imagens de brancos violentos derramando leite e espremendo ketchup nas cabeças de estudantes universitários sentados em silêncio em um balcão de lanchonete, ou de policiais equipados, furiosos, batendo neles com cassetetes, arrastando-os pelas calçadas. O protesto dos estudantes ganhou a admiração até mesmo de alguns editores de jornais pró-segregação do Sul, incluindo o editor do *Richmond News Leader*:

Ali estavam os estudantes de cor, com casacos, camisas brancas, gravatas, um deles estava lendo Goethe, e outro fazia anotações sobre um texto de biologia. E aqui, na calçada do lado de fora, havia uma gangue de garotos brancos que se aproximavam, uma ralé boca-aberta, de jaquetas pretas e um sorriso assassino, e alguns deles, Deus nos livre, balançavam a orgulhosa e honrada bandeira dos estados do Sul da última guerra travada por cavalheiros. Que infortúnio! Nos dá o que pensar.

Ella Baker, diretora interina da SCLC, convocou líderes estudantis para uma reunião de organização no fim de semana da Páscoa, em abril. Baker, nascida na Virgínia em 1903, foi durante muito tempo uma das coordenadora da NAACP, e atuou como secretária de campo a partir de 1938 e como diretora de regionais em todo o Sul na década de 1940, trabalhando, entre muitos outros projetos, na campanha pela igualdade de salários para professores negros. Ela concordou em ingressar na SCLC em 1958 para liderar uma campanha de cadastro de eleitores de Atlanta, conhecida como Cruzada pela Cidadania, mas ficou frustrada com a pouca atenção que os pregadores do Sul davam ao direito de voto, e considerava Martin Luther King Jr. “muito egocêntrico e cauteloso”. Em 1960, quando a SCLC tentou convencer Baker a persuadir os alunos a ingressar na organização, ela, em um discurso emocionante, se recusou. Em vez disso, pediu aos alunos que iniciassem sua própria organização. “Ela não disse ‘não deixe Martin Luther King lhe dizer o que vocês devem fazer’”, lembrou Julian Bond mais tarde, “mas havia a nítida sensação de que era isso o que ela queria dizer”. Distanciando-se da NAACP e da SCLC, que muitos consideravam excessivamente conservadoras, os estudantes fundaram o SNCC. Eles mobilizaram um exército; a arma deles era a ação direta não violenta. Baker deixou a SCLC para juntar-se a eles.¹⁵

Mais tarde, em 1960, quando os dez ilustres comissários de Eisenhower entregaram seu relatório, eles escreveram que “a discriminação com base na raça deve ser reconhecida como moralmente errada, economicamente inútil, e, em muitos aspectos, perigosa”; eles apelaram por uma ação federal de

apoio ao direito de voto; pediram que fundos federais fossem negados a empregadores que discriminavam com base na raça; e insistiram na urgência de acabar com a segregação na educação.¹⁶ Embora o relatório final não tenha sido publicado até depois das eleições de novembro, suas principais conclusões foram divulgadas antes, e mais de um observador apontou que o relatório, embora preparado para a Casa Branca republicana, estava muito bem alinhado às promessas de campanha feitas pelo candidato presidencial democrata John F. Kennedy. “Se não houvesse muitas evidências de que o senador Kennedy esteve ocupado com outras coisas ultimamente”, comentou Howard K. Smith, da CBS, “alguém poderia jurar que ele escreveu o documento”.¹⁷

Antes daquele outono, as perspectivas presidenciais de Kennedy, o católico irlandês de Boston, não pareciam muito boas. Os liberais suspeitavam dele por causa de seu silêncio sobre o macarthismo, e poucos confiavam nele. Kennedy, então com 43 anos, era jovem e inexperiente. Lyndon Johnson o chamava de “o garoto”.

Kennedy prevaleceu, em parte, por ter sido o primeiro presidente embalado e testado no mercado: um tipo de liberalismo para consumo em massa. Avaliando os possíveis candidatos do partido e sua plataforma, o Comitê Nacional Democrata (Democratic National Committee, DNC), incerto sobre como lidar com a questão dos direitos civis, voltou-se para um novo campo, chamado “ciência de dados”, termo criado em 1960 para prever as consequências de diferentes abordagens sobre a questão ao realizar a simulação computacional das eleições. Para esse fim, em 1959, o DNC contratou a Simulmatics Corporation, empresa fundada por Ithiel de Sola Pool, cientista político do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Pool e sua equipe coletaram antigos cartões perfurados dos arquivos de George Gallup e do pesquisador Elmo Roper, com os dados brutos de mais de sessenta pesquisas realizadas durante as campanhas de 1952, 1954, 1956, 1958 e 1960, e os inseriram no

UNIVAC. Usando computação em alta velocidade e “um modelo de simulação desenvolvido a partir de dados históricos”, Pool tinha como objetivo evoluir e acelerar a medição da opinião pública e a previsão das eleições. “Esse tipo de pesquisa não poderia ter sido realizado há dez anos”, relataram Pool e seus colegas.

Pool classificou os eleitores em 480 tipos possíveis, e explicou: “Um único eleitor pode ser ‘democrata, da costa leste, metropolitano, de baixa renda, branco, católico, do sexo feminino’. Outro pode ser ‘independente, dos estados fronteiriços, rural, de alta renda, branco, protestante, do sexo masculino’.” Ele classificou os temas em 52 grupos: “A maioria era relativa a questões políticas, como ajuda externa, atitudes em relação às Nações Unidas e o macarthismo”, explicou. “Os outros, chamados ‘grupos temáticos’, incluíam indicadores comuns da opinião pública, como ‘qual partido é o mais adequado para pessoas como você?’”¹⁸

O trabalho da Simulmatics, que continuou na década de 1960, marcou o advento de uma nova indústria cujas implicações para a democracia americana deixaram pelo menos um de seus colegas de trabalho alarmado, o cientista político e romancista Eugene Burdick. Famoso pelo *best-seller* *The Ugly American* (“O americano feio”), de 1958, do qual foi coautor com William Lederer, e do romance *Fail-Safe* (“À prova de falhas”), de 1962 (escrito em parceria com Harvey Wheeler e transformado em um filme dirigido por Sidney Lumet, lançado no Brasil como *Limite de Segurança*), Burdick publicou um romance chamado *The 480* (“Os 480”), sobre o trabalho feito pela Simulmatics, uma exposição ficcional do que ele descreveu como “o submundo benigno na política americana”:

Não é o submundo dos oficiais barrigudos, fumando charutos, que misteriosamente controlam “a máquina”. Esses homens ainda estão por aí, mas seu poder está diminuindo. Eles estão se tornando obsoletos, embora ainda não tenham percebido isso. O novo submundo é composto por pessoas inocentes e bem-intencionadas que trabalham com calculadoras, réguas de cálculo e computadores que podem reter um número quase

infinito de *bits* de informações, além de classificar, categorizar e reproduzir essas informações com o pressionar de um botão. A maioria dessas pessoas é instruída, muitas com doutorado, e nenhuma que eu tenha conhecido tem projetos políticos malignos para o povo americano. No entanto, elas podem reconstruir radicalmente o sistema político do país, produzir uma nova política, e até modificar instituições reverenciadas e veneráveis — possibilidades que ignoram inocentemente. São técnicos e artistas; todos querem desesperadamente ser cientistas.¹⁹

A premissa do trabalho da Simulmatics, como Burdick viu com muita clareza, era que, se os eleitores não professassem ideologias, se não tivessem ideia do significado das palavras “liberal” e “conservador”, eles mesmo assim poderiam ser classificados em grupos ideológicos com base em suas identidades — raça, etnia, cidade natal, religião, idade e renda. O primeiro trabalho da Simulmatics, concluído pouco antes da Convenção Nacional Democrata, no verão de 1960, era conduzir um estudo sobre “o voto dos negros no Norte” (tão poucos negros conseguiram votar no Sul que não havia sentido em simular seus votos, foi a conclusão de Pool). Pool relatou ter descoberto que, entre 1954 e 1956, “ocorreu uma pequena, mas significativa, mudança a favor dos republicanos entre os negros do Norte, o que custou aos democratas cerca de 1% do total de votos em oito estados-chave”. O DNC, sem dúvida influenciado pelos poderosos e viscerais protestos dos estudantes, absorveu o relatório da Simulmatics e decidiu adicionar parágrafos sobre direitos civis à plataforma do partido em sua convenção realizada em Los Angeles no mês de julho.²⁰

Direitos civis não estavam entre as prioridades de Kennedy como membro do Senado. Mas os protestos e as projeções mudaram seu curso. Precisando ganhar os votos dos negros no Norte e dos brancos no Sul, Kennedy decidiu concorrer como o candidato dos direitos civis para atrair os nortistas, e escolheu Lyndon Johnson como seu companheiro de chapa, esperando que o texano pudesse lidar com os sulistas.

O DNC considerou o relatório inicial da Simulmatics revelador o suficiente, tanto que, após a convenção, pediu que Pool

preparasse mais três relatórios: um sobre a imagem de Kennedy, outro sobre a imagem de Nixon, e outro sobre política externa como assunto de campanha. A Simulmatics também realizou simulações sobre as diferentes maneiras que Kennedy poderia falar de seu catolicismo. O conselho da Simulmatics foi que ele deveria “ser franco e ir direto ao ponto, em vez de evitar o tema”.²¹ Kennedy, então, fez um discurso franco e direto em Houston, em 12 de setembro de 1960: “Acredito em uma América onde a separação entre Igreja e Estado é absoluta — onde nenhum prelado católico diria ao presidente (se ele fosse católico) como agir, e nenhum pastor protestante diria à sua comunidade paroquial em quem votar.”²²

Enquanto isso, Nixon, sem muita ajuda de Eisenhower, que o esnobou, ganhou a indicação republicana. A Campaigns, Inc. tocou sua campanha na Califórnia. “A grande necessidade é seguir na ofensiva — e atacar”, de acordo com o plano de campanha feito pela empresa, que aconselhou Nixon a esquecer “os democratas liberais que não votariam nele nem se ele recebesse o apoio pessoal de Jesus Cristo e Karl Marx em uma sessão espírita com Eleanor Roosevelt”. No espírito de continuar na ofensiva, Nixon concordou em debater com Kennedy na televisão, em uma série de encontros. “Gostaria de propor que transformássemos a atmosfera circense de nossa campanha presidencial em um grande debate realizado à vista de todo o povo”, insistiu Adlai Stevenson em 1959. Mas foi Kennedy — homem que um conhecido colunista definiu como “Stevenson com colhões” — quem fez isso acontecer.²³

Em 26 de setembro de 1960, Nixon e Kennedy se encontraram em um estúdio de televisão da CBS em Chicago, sem audiência; o evento foi transmitido ao vivo pelos canais CBS, NBC e ABC. Naquele momento, quase 9 em cada 10 famílias americanas tinham um aparelho de televisão em casa. Nixon estava doente; ele ficou doze dias no hospital. Estava com dor. E não estava preparado. Debatedor habilidoso, que só teve ganhos políticos com suas aparições na televisão e, mais

recentemente, com o “Debate da Cozinha”, ele foi pouco preparado para seu encontro com Kennedy.²⁴

As regras foram resultado de negociações extenuantes. O próprio cronograma exigia que o Congresso suspendesse temporariamente um regulamento da Comissão de Comunicações, que exigia tempo igual para todos os candidatos à presidência (havia centenas). Muita negociação envolveu coisas que pareciam pequenas. Nixon não queria imagens que mostrassem a reação dos candidatos; ele queria que os espectadores vissem apenas o sujeito que estava falando, não o outro cara. Mas Kennedy queria essas tomadas, e prevaleceu com uma concessão: ele concordou com a exigência de Nixon de que nenhum homem seria mostrado enxugando o suor do rosto. E também havia coisas mais importantes. Cada candidato fez uma declaração de abertura de oito minutos e uma declaração de encerramento de três minutos. As redes queriam que Nixon e Kennedy fizessem perguntas um ao outro; os dois se recusaram e, em vez disso, insistiram em responder a perguntas de um painel de repórteres, um de cada rede, num formato mais conhecido como “coletiva de imprensa paralela”. A ABC se recusou a chamar de “debate” o que aconteceu naquela noite, classificando o encontro como uma “aparição conjunta”. Todos os demais canais chamaram o evento de debate, 66 milhões de americanos assistiram a Nixon fazer uma careta, e a denominação equivocada para o encontro foi a que predominou.²⁵

Em 19 de outubro, dois dias antes do último dos quatro debates agendados com os candidatos, Martin Luther King Jr. foi preso em Atlanta durante outra ação de manifestantes sentando junto ao balcão de um restaurante. Ele esperou muito até participar dos protestos. Mas agora era parte deles, e foi sentenciado a quatro meses de trabalhos forçados. Kennedy ligou para a esposa de King, Coretta Scott King. Seu irmão Robert interveio e tirou King da cadeia. Nixon, que tinha um histórico muito mais intenso em direitos civis do que Kennedy,

não fez nada. Mais tarde, ele chegou a acreditar que isso lhe custou a eleição, em uma das disputas mais acirradas da história americana, com Kennedy vencendo por um fio de cabelo: 34.221.000 votos contra 34.108.000.

Nixon chegou a acreditar que o resultado havia sido fraudado, e ele poderia estar certo; parece ter havido fraude eleitoral por parte dos democratas em Illinois e Texas. A jovem republicana Hillary Rodham, de 13 anos, se ofereceu para procurar evidências de fraude em Chicago. “Nós vencemos, mas eles nos roubaram”, disse Nixon.²⁶



A aparição conjunta de Kennedy e Nixon em 1960 foi o primeiro “debate” presidencial televisionado das eleições gerais; outro encontro assim só voltaria a acontecer em 1976. (CBS Photo Archive / Getty Images.)

Nixon culpou os democratas. Culpou os eleitores negros. E, acima de tudo, culpou a imprensa.

II.

O HOMEM MAIS JOVEM já eleito presidente, John F. Kennedy substituiu o homem mais velho que já ocupou o cargo. Com a mão apoiada em uma Bíblia que cruzou o oceano junto com seus ancestrais imigrantes irlandeses, Kennedy se parecia mais com uma estrela de cinema de Hollywood do que com qualquer outro homem que já havia ocupado o Salão Oval. Sem paletó, com todas as suas exalações visíveis no frio, proclamou seu discurso de posse em 21 de janeiro de 1961, para marcar o início de uma nova era: “A tocha foi passada para uma nova geração de americanos — nascidos nesse século, moldados pela guerra, disciplinados por uma paz difícil e amarga, orgulhosos de nossa herança antiga.”²⁷

Kennedy pegou a tocha de Eisenhower. Três dias antes da posse, Eisenhower havia proferido um discurso de despedida no qual emitiu um sombrio alerta sobre a corrida armamentista entre soviéticos e americanos. “Nos conselhos de governo, devemos nos proteger contra o aumento da influência injustificada, almejada ou não, pelo complexo industrial militar”, disse ele. “Somente cidadãos conscientes e conhecedores podem pressionar pela combinação adequada entre as enormes máquinas industriais e militares de defesa e nossos métodos e objetivos pacíficos, para que segurança e liberdade possam prosperar juntas.” Kennedy, em seu discurso de posse, repetiu seu antecessor: “Nem dois grandes e poderosos grupos de nações podem se consolar com o nosso caminho atual — ambos os lados sobrecarregados pelo custo das armas modernas, ambos devidamente alarmados com a constante expansão atômica mortal e, ainda assim, ambos correndo para alterar o incerto equilíbrio de terror que impede a guerra final da humanidade.”²⁸

Um dos primeiros atos de seu governo foi a criação do Corpo da Paz, uma agência federal de ajuda internacional independente, em março de 1961. Mas, ao longo de uma presidência que começou com esperança e terminou em tragédia, Kennedy colocou a nação no caminho não da paz, mas da guerra. Na luta mundial entre comunismo e capitalismo, Kennedy estava determinado a conquistar países do Terceiro Mundo que permaneciam, mesmo que apenas nominalmente, neutros.²⁹

Em 1951, de olho no Senado, Kennedy e seu irmão Bobby fizeram uma turnê de sete semanas na Ásia e no Oriente Médio, parando no Vietnã. Há muito colonizado pelos franceses e ocupado pelos japoneses desde 1940, o Vietnã, liderado pelo revolucionário comunista Ho Chi Minh — o homem que tentara se encontrar com Wilson na Conferência de Paz de Paris em 1919 — havia declarado sua independência no final da Segunda Guerra Mundial, mas a França lançou uma campanha para restaurar o domínio colonial. Os Estados Unidos viam a expansão do comunismo no Sudeste Asiático com atenção, principalmente por razões ideológicas, mas fatores geopolíticos e econômicos também tiveram seu papel. A China e a União Soviética estavam claramente em melhor posição para exercer influência no Sudeste Asiático, com sua população de 170 milhões de habitantes, mas todos os países da região que se tornaram parte do bloco comunista ameaçavam o Japão com perdas comerciais, que já havia perdido suas relações comerciais com a China, até então seu maior parceiro. Os Estados Unidos, tentando exercer sua própria influência na região, redirecionaram sua ajuda externa da Europa para a Ásia e a África. Entre 1949 e 1952, 3/4 da ajuda americana foram para a Europa; entre 1953 e 1957, 3/4 foram para o Terceiro Mundo, número que chegou a 90% em 1962. Quando a Indochina começou a tentar derrubar o domínio colonial francês, os Estados Unidos apoiaram a França. Admirados após a guerra por causa da firme oposição de Roosevelt ao colonialismo, a ajuda dos Estados Unidos à França

gerou um crescente antiamericanismo. A França perdeu a guerra em 1954. Um tratado dividiu o Vietnã independente no décimo sétimo paralelo; Ho Chi Minh e o Partido Comunista chegaram ao poder no Norte, e o nacionalista católico Ngo Dinh Diem, apoiado pelos Estados Unidos, no Sul. A partir de 1955, o Vietnã do Sul tornou-se o maior experimento de construção de Estado do mundo, treinando uma força policial e funcionários públicos, construindo pontes, estradas e hospitais, sob o conselho do Grupo Consultivo do Vietnã da Universidade do Estado do Michigan.³⁰

Em 1958, Kennedy estava entre um grupo de senadores que entregou a todos os colegas uma cópia de *The Ugly American*, de Burdick e Lederer, que contava a história de diplomatas e militares americanos lotados no país fictício de Sarkhan, perdidos em meio a um lamaçal de mal-entendidos e fracassos. No epílogo baseado em fatos reais, os autores relataram “uma maré crescente de antiamericanismo” em todo o mundo, argumentando que os Estados Unidos dificilmente poderiam esperar exercer influência política quando, por exemplo, os embaixadores americanos na Ásia não falavam o idioma local. “Em todo o mundo árabe — nove nações — apenas dois embaixadores têm qualificação de idioma. No Japão, Coreia, Birmânia, Tailândia, Vietnã, Indonésia e outros países, nossos embaixadores precisam falar e escutar com a ajuda de intérpretes.”³¹

Apesar do alerta de Burdick e Lederer, o governo dos Estados Unidos intensificou seu envolvimento quando, no final da década de 1950, uma insurgência comunista foi deflagrada no Sul. Muitas pessoas no Vietnã viram os 1.500 pesquisadores e conselheiros americanos no Vietnã do Sul como um sinal precoce de que os Estados Unidos esperavam colocar o Vietnã sob seu próprio domínio colonial, embora, em 1960, a presença militar americana consistisse em apenas 685 soldados.³²

Kennedy via o Vietnã com as lentes de sistemas de modernização endossados por intelectuais e, sobretudo, por Walt

Rostow, do MIT, cuja obra *Etapas do desenvolvimento econômico* (1960) ajudou a convencer Kennedy a direcionar mais recursos para o Vietnã. Amigo e colega de Rostow no MIT, Ithiel de Sola Pool, depois de ajudar a eleger Kennedy, voltou-se ao projeto de usar as ferramentas da Simulmatics para ajudar a modernizar o Vietnã do Sul. Convencido de que, com dados suficientes, um computador poderia simular todo um sistema social e político, Pool acabaria por receber um contrato de 24 milhões de dólares da ARPA para um projeto de pesquisa plurianual no Vietnã.³³ “Modernizar” o Vietnã do Sul significava construir estradas e pistas de pouso. Mas garantir a segurança dessas estradas e pistas de pouso exigia o envio e o treinamento de soldados, porque os sul-vietnamitas estavam em guerra com o Vietnã do Norte. No final de 1963, depois que Ngo Dinh Diem foi assassinado em um golpe sancionado pelos Estados Unidos, apenas três semanas antes do assassinato de Kennedy, 16 mil soldados americanos estavam alocados no Vietnã. No fim das contas, vencer a guerra tornou-se a missão.³⁴

Enquanto isso, o governo Kennedy chegou perto de usar uma arma nuclear em um confronto quase catastrófico com Cuba. A administração de Eisenhower havia desenvolvido um plano pelo qual os Estados Unidos apoiariam a invasão de Cuba por forças opostas a Fidel Castro. Kennedy aprovou o plano, mas, em abril de 1961, o Exército de Castro destruiu as forças que desembarcaram na Baía dos Porcos. No verão seguinte, os jatos U2 americanos, sobrevoando Cuba, detectaram mísseis balísticos capazes de chegar aos Estados Unidos. Eles foram enviados por Khrushchev, no mais recente lance no jogo mundial de xadrez da Guerra Fria. Em 22 de outubro de 1962, em um discurso televisionado, Kennedy revelou a existência dos mísseis, e defendeu ações. “A década de 1930 nos ensinou uma lição clara”, disse ele, “a conduta agressiva, se deixada sem controle e sem contestação, acaba por levar à guerra”. A Marinha colocaria Cuba em quarentena. “Será política dessa nação considerar qualquer míssil nuclear lançado de Cuba contra

qualquer nação do continente americano como um ataque da União Soviética aos Estados Unidos, que exigirá uma completa resposta retaliatória à União Soviética.” Dois dias depois, 16 dos 19 navios soviéticos que rumavam para o bloqueio naval americano recuaram. O primeiro-ministro soviético enviou à Casa Branca duas mensagens opostas: uma prometendo retirar seus mísseis de Cuba se os Estados Unidos pusessem fim ao bloqueio; e a outra era mais agressiva. Instado por seus conselheiros a ignorar a segunda mensagem, Kennedy respondeu à primeira mensagem. Krushchev concordou em retirar os mísseis.³⁵

Como sempre, os confrontos da Guerra Fria no exterior serviam de pano de fundo para as lutas pelos direitos civis no país. Para testar a garantia do governo dos Estados Unidos ao fim da segregação no trânsito interestadual, o Congresso de Igualdade Racial (Congress of Racial Equality, CORE) enviou treze voluntários treinados, sete negros e seis brancos — os Cavaleiros da Liberdade — para pegar dois ônibus que percorreriam o Sul profundo. Os cavaleiros eram principalmente estudantes, como John Lewis, um aluno de teologia que, embora determinado a terminar seus estudos, explicou que “nesse momento, a dignidade humana é a coisa mais importante na minha vida”. Eles saíram de Washington, DC, em 4 de maio. Dois dias depois, Robert Kennedy, o irmão de 35 anos do presidente, deu seu primeiro discurso público como procurador-geral, na Universidade da Georgia, confrontando os segregacionistas. “Vamos nos mexer... Vocês podem perguntar se aplicaremos os estatutos dos direitos civis. A resposta é: ‘Sim, nós aplicaremos’.”³⁶

Essa promessa foi logo contestada. Oito dias depois, em Anniston, no Alabama, uma multidão de brancos atacou o ônibus da empresa Greyhound, no qual um grupo dos Cavaleiros da Liberdade estava, quebrando as janelas, furando os pneus, e, por fim, queimando-o. “Vamos queimá-los vivos”, gritou a multidão. Os cavaleiros por pouco escaparam com vida. Um grupo da KKK

estava esperando o segundo ônibus quando ele chegou a uma estação das linhas Trailways, em Birmingham. Robert Kennedy ordenou que os Cavaleiros, que foram espancados, fossem evacuados. Mas o CORE decidiu enviar mais Cavaleiros da Liberdade — estudantes de Nashville. O comissário de polícia de Birmingham, Eugene “Bull” Connor, mandou suas tropas encontrá-los na estação e prendeu todos antes que pudessem embarcar no ônibus — e lá eles seguiram presos, sem acusação formal — enquanto o estado do Alabama desafiava o governo federal a agir.

“Como você sabe, a situação está piorando no Alabama”, informou o procurador-geral ao presidente. Ele convenceu o presidente a ligar para o governador do Alabama, o democrata John Patterson, que apoiou a campanha de JFK em 1960. Mas Patterson, em um chocante ato de desafio, recusou-se a atender o telefonema. Antes de se tornar governador, Patterson, como procurador-geral do estado, havia tentado impedir a atuação da NAACP; em 1958, ele ganhou o cargo de governador com o apoio da KKK. Robert Kennedy enviou um representante a Montgomery para se encontrar com o governador. “Não há ninguém em todo o país que tenha fibra para aguentar os malditos negros, exceto eu”, disse Patterson ao homem do Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Avisado que, se o Estado não protegesse os Cavaleiros, o presidente enviaria tropas federais, o governador concordou com relutância em fornecer uma escolta policial para o ônibus em sua viagem de Birmingham a Montgomery. Mas, quando o ônibus chegou à estação em Montgomery, outro bando o estava esperando. John Lewis, o primeiro a sair do ônibus, começou a falar com uma aglomeração de repórteres e fotógrafos, antes de fazer uma pausa. “Isso não está certo”, sussurrou ele para outro ativista. Milicianos escondidos na estação surgiram e começaram a atropelar a imprensa e atacar os cavaleiros, batendo neles com canos, com os punhos, e com as malas deles mesmos. Quando os Cavaleiros da Liberdade, feridos e enfaixados, e 1.500 negros se encontraram na Primeira Igreja Batista, ao lado do Capitólio

do estado do Alabama, para decidir os próximos passos, 3 mil brancos cercaram a igreja, para eventualmente serem dispersos pela Guarda Nacional do Alabama. Os Cavaleiros da Liberdade decidiram prosseguir e mantiveram as viagens durante todo o verão.³⁷

Mesmo com 400 cavaleiros presos no Mississippi e crianças em todo o Sul espancadas às portas de escolas primárias, o Congresso de Igualdade Racial, o Comitê de Coordenação Não Violenta dos Estudantes e o Conselho de Liderança Cristã do Sul, de Martin Luther King Jr., continuaram a pressionar pela integração, seguindo uma estratégia de não violência. Mas eles tiveram que responder, cada vez mais, a ativistas favoráveis à separação e que estavam dispostos a usar a força. Elijah Muhammad, fundador e profeta da Nação do Islã, um movimento muçulmano iniciado em Detroit na década de 1930, pedia um estado negro. Seu discípulo mais eloquente, Malcolm X, criticava King desde meados da década de 1950. Ele logo ganhou uma nova audiência.

Malcolm Little, que havia deixado um reformatório juvenil em Michigan em 1941 para morar com sua meia-irmã em Boston, fora preso por assalto à mão armada em 1945, quando tinha 20 anos. Durante seus seis anos de prisão, ele se converteu ao Islã, estudou grego e latim, e aprendeu a debater. “Depois que meus pés se molharam”, disse ele, “comecei a debater”.³⁸ Após ganhar liberdade condicional em 1952, ele conseguiu um emprego em uma loja de departamentos em Detroit e se tornou um dos seguidores mais talentosos e dedicados de Elijah Muhammad. Palestrando em Detroit em 1957, ele atraiu 4 mil pessoas, e, desobedecendo à diretiva da Nação do Islã que dizia para não falar sobre política eleitoral (ou mesmo se cadastrar para votar), perguntou: “Qual seria o papel e a posição do negro se ele tivesse o total direito ao voto?” Ele também chamou a atenção da imprensa, e foi apresentado em *The Hate that Hate Produced* (“O Ódio que o Ódio Produziu”), um documentário de cinco partes de 1959 narrado por Mike Wallace, da CBS News, com o jornalista

negro Louis Lomax como repórter. (Chocado com o documentário, que ele considerava enganoso a ponto de incitar a histeria, Malcolm X comparou-o à adaptação de 1938 de *A guerra dos mundos*, de Orson Welles.) No início dos anos 1960, em uma série de debates patrocinados por faculdades, Malcolm X havia assumido posição contra os integracionistas. Em 1961, como porta-voz nacional da Nação do Islã, ele debateu em Cornell com Bayard Rustin, da Universidade Howard, e James Farmer, o chefe do Congresso de Igualdade Racial. Farmer, que passara quarenta dias na prisão durante a campanha dos Cavaleiros da Liberdade, insistiu na importância da luta não violenta. Mas Malcolm X tinha pouca consideração pelo SNCC, pelo CORE, e, menos ainda, pela SCLC. “Qualquer um pode se sentar”, ele gostava de dizer. “É preciso ser homem para ficar em pé.”³⁹

Ele alcançou a audiência nacional em 1962, depois que a polícia de Los Angeles matou sete muçulmanos negros, membros da Mesquita nº 27 — organizada por Malcolm X na década de 1950 —, que colocavam roupas lavadas a seco em um carro. Ronald X Stokes, um veterano da Guerra da Coreia, foi baleado com as duas mãos levantadas. Malcolm X, falando em um comício, enquadrou os assassinatos em termos raciais, e não religiosos. “Não é uma luta muçulmana”, disse ele. “É uma luta dos negros.”⁴⁰

Muitos na comunidade negra passaram a apoiar a autodefesa armada, o argumento do livro *Negroes with Guns* (“Negros com armas”), publicado em 1962. King, pregando o cristianismo e uma democracia santificada, lamentou que os muçulmanos negros tivessem “perdido a fé na América”. Enquanto isso, os moderados brancos pediam que o SNCC, o CORE e a SCLC pisassem no freio. Em uma pesquisa, 74% dos brancos e apenas 3% dos negros concordaram com a afirmação “Os negros estão indo rápido demais”.⁴¹

Em abril de 1963, King liderou um protesto em Birmingham, parte de uma campanha planejada havia muito tempo na cidade

mais violenta do Sul. Das mais de 200 igrejas e casas negras que haviam sido bombardeadas no Sul desde 1948, mais bombas haviam explodido em Birmingham do que em qualquer outra cidade. King foi a Birmingham para ser preso, mas descobriu que o apoio ao protesto planejado havia diminuído. Depois que clérigos liberais brancos o criticaram no jornal *Birmingham News*, chamando os protestos de “fora de hora”, King escreveu uma carta da prisão, em confinamento solitário. Ele começou a escrever nas margens de jornais, acrescentando passagens em tiras de papel contrabandeadas pelos visitantes. No final, a carta chegou a vinte páginas, uma grande peça da retórica política americana, testemunho da urgência de uma causa.

“Talvez seja fácil para aqueles que nunca sentiram os dardos penetrantes da segregação dizer ‘Espere’”, admitiu ele, “mas, quando você vir hordas violentas lincharem suas mães e pais à vontade, afogarem suas irmãs e irmãos por capricho; quando você vir policiais cheios de ódio vingarem, chutarem e até matarem seus irmãos e irmãs negros; quando você vir a grande maioria de seus 20 milhões de irmãos negros sufocarem em uma jaula de pobreza no meio de uma sociedade abastada... então você entenderá por que achamos difícil esperar.”⁴²

George Wallace, o novo governador do Alabama, respondeu dizendo mais ou menos que King teria que esperar até o inferno congelar. Em junho, Wallace disse que, se os estudantes negros tentassem entrar no *campus* da universidade estadual em Tuscaloosa, ele mesmo iria bloquear a porta.

Wallace, de 43 anos, fazia política no café da manhã, almoço e jantar; ele dormia política e respirava política e fumava política. Ele já era auxiliar no Senado estadual em 1935, quando tinha 16 anos. Na Universidade do Alabama, foi um boxeador de sucesso e presidente da classe. Depois de estudar Direito, serviu como aviador no Pacífico durante a guerra. Ele concorreu ao Congresso estadual em 1946, no mesmo ano em que Nixon e Kennedy conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados. Um

sulista leal, ele nunca foi um segregacionista particularmente apaixonado. Como alternativa na convenção democrata de 1948, ele se recusou a romper com o partido e juntar-se aos *dixiecratas*. Ele endossou Stevenson. Mas, em 1958, concorrendo a governador com o lema “Vença com Wallace”, ladeado por bandeiras confederadas, ele perdeu a primária democrata para Patterson, que se opunha de forma mais radical ao fim da segregação; e, diz a lenda, Wallace prometeu a seus apoiadores: “Nenhum filho da puta vai fazer outra negrice comigo novamente.” Em 1962, com um redator de discursos que também atuou como organizador da KKK, Wallace foi eleito governador com 96% dos votos. Em seu discurso de posse em Montgomery, feito dois anos depois da posse de Kennedy em Washington, Wallace ficou à sombra de uma estátua do presidente da Confederação, que havia prestado juramento naquele mesmo local. “Hoje eu estou onde Jefferson Davis esteve, e faço um juramento ao meu povo”, gritou Wallace. “E digo, segregação agora, segregação amanhã, segregação para sempre.” Ele seguiu se reunindo com líderes educacionais do estado e dizendo a eles: “Se você concorda em fazer a integração nas suas escolas, não haverá tropas estaduais suficientes para protegê-lo”. Em maio, quando Kennedy comemorou seu aniversário, recebeu de sua equipe um par de luvas de boxe para sua próxima luta com o peso pesado do Alabama.⁴³ Mas quando chegou o dia, em 11 de junho, Wallace cedeu apenas três horas após a chegada da Guarda Nacional.

Naquela tarde, King telegrafou para Kennedy dizendo que “a resistência dos negros pode estar no ponto de ruptura”. Kennedy, que vinha deliberando havia meses, foi ao Congresso se reunir com os membros da Câmara. Ele decidiu que havia chegado a hora de falar ao público. Na televisão, naquela noite, ele se dirigiu à nação: “Se um americano, por ter sua pele escura, não puder almoçar em um restaurante aberto ao público; se ele não puder enviar seus filhos para a melhor escola pública disponível; se ele não puder votar nos funcionários públicos que o

representam; se, em suma, ele não puder desfrutar da vida plena e livre que todos nós queremos, então, quem entre nós se contentaria em trocar a cor da própria pele e ocupar o seu lugar?” Ele falou sobre o serviço militar. “Quando os americanos são enviados para o Vietnã ou Berlim Ocidental, não pedimos apenas os brancos.” Ele invocou a história. “Cem anos de atraso se passaram desde que o presidente Lincoln libertou os escravos, mas seus herdeiros e netos não são totalmente livres.” E pediu ao Congresso uma nova legislação sobre direitos civis.⁴⁴ Cem anos foi tempo demais. Kennedy já não aconselharia ter paciência.

Para marcar o centésimo aniversário da Proclamação de Emancipação, Bayard Rustin foi encarregado de planejar uma marcha em Washington, prevista para agosto de 1963. O governo Kennedy, preocupado com a violência, havia providenciado que as tropas militares estivessem em alerta. O distrito de Columbia havia cancelado dois jogos de beisebol do Washington Senators. Cerca de 300 mil pessoas — a maior multidão já reunida entre o Memorial de Lincoln e o Monumento a Washington — se juntaram em um dia claro, “nesse verão sufocante do legítimo descontentamento do negro”, disse King. Eles vieram de ônibus, trem e metrô. Um jovem veio andando de patins todo o caminho desde Chicago, usando uma faixa que dizia “Liberdade”. Mas Rustin havia organizado a marcha com perfeição e, quando ela terminou, haveria apenas quatro prisões relacionadas ao evento; todos os presos eram brancos.⁴⁵

O presidente do SNCC, John Lewis, de cara fechada e com apenas 23 anos, aproximou-se do microfone no palco improvisado nos degraus do Memorial de Lincoln. Ele disse que apoiava a proposta de lei de direitos civis, mas com grandes reservas, porque o governo federal falhara em muitas oportunidades. A multidão se agitava cada vez que ele pronunciava o refrão de seu discurso: “O que o governo federal fez?”

As emissoras de televisão, que haviam interrompido os discursos anteriores, retomaram a cobertura quando Martin Luther King subiu ao palco. Foi a primeira vez que a maioria dos americanos viu King fazer um discurso inteiro. Foi a primeira vez que o presidente Kennedy viu King fazer um discurso inteiro.⁴⁶

Ele começou celebrando “a maior demonstração de liberdade na história da nação”, honrando Lincoln e a Proclamação de Emancipação, e condenando “as algemas da segregação e as correntes da discriminação” que ainda acorrentavam os negros depois de cem anos. Ele falava de forma lenta, solene e formal. A Declaração de Independência e a Constituição eram notas promissórias, disse ele, uma promessa de que todos os homens teriam seus direitos garantidos. “É óbvio hoje que os Estados Unidos não pagaram essa nota promissória.” Seu discurso era ensaiado, pronunciado com firmeza e carregado de tristeza. Ele alertou o movimento sobre os perigos da “nova militância maravilhosa” e a perda do apoio dos brancos. Ele elencou injustiças. Aos dez minutos de discurso, com a voz mais alta, ele disse: “Não estamos satisfeitos e não ficaremos satisfeitos até a justiça avançar como a água, e o que é certo fluir como uma poderosa correnteza.” Ele olhou para as próximas frases, as mais complicadas de seu discurso — “E hoje, voltemos às nossas comunidades como membros da associação internacional para o avanço da insatisfação criativa...” —, e não as disse. Em vez disso, ele começou a pregar. Mahalia Jackson, atrás dele na plataforma, gritou: “Conte a eles sobre o sonho, Martin.” Ele parou por um instante. “Eu ainda tenho um sonho”, disse ele. “É um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Eu tenho um sonho de que um dia essa nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de suas crenças: ‘Consideramos que essas verdades são evidentes, de que todos os homens são criados iguais’.” Ele encontrou o ritmo, a profundidade de sua voz, e o espírito das Escrituras. “Eu tenho um sonho hoje”, disse ele, balançando a cabeça. “Eu tenho um sonho de que um dia todo vale será exaltado.” A multidão se levantou, inclinou a

cabeça e chorou. “Deixe a liberdade soar!”, gritou ele.⁴⁷ Era como se todos os sinos de todas as torres de todas as cidades e vilarejos tivessem soado: o badalar da justiça.

III.

TRÊS MESES DEPOIS, Kennedy foi assassinado em Dallas. Menos de cinco anos depois disso, o próprio King seria morto a tiros em Memphis. Naquela época, os sonhos dos liberais americanos haviam sido destruídos por uma chuva de balas e um rastro de bombas de napalm que choveram no mundo, das ruas de Newark e Detroit até os arrozais do Vietnã do Sul.

O longo arco do liberalismo americano, que começou com a posse de Roosevelt em 1933, atingiu seu auge e iniciou seu declínio durante a administração de Lyndon B. Johnson. Roosevelt buscou um “novo acordo” com o New Deal; Truman prometeu um “acordo justo” com o *Fair Deal*; Johnson falou sobre um “acordo melhor”, a *Better Deal*, até que ele decidiu que aquilo o deixaria relegado a uma nota de rodapé. Ele então passou a buscar nada menos do que a *Great Society*, uma Grande Sociedade. Uma grande sociedade era mais do que uma sociedade rica; era também uma boa sociedade, “um lugar onde os homens se preocupam mais com a qualidade de seus objetivos do que com a quantidade de seus bens”. Segundo o presidente: “A Grande Sociedade se baseia em abundância e liberdade para todos. Ela exige o fim da pobreza e da injustiça racial, objetivos com os quais estamos totalmente comprometidos em nosso tempo.”⁴⁸

No dia seguinte ao assassinato de Kennedy, Johnson se encontrou com Walter Heller, presidente do Conselho de Assessores Econômicos, e lhe disse que, ao contrário da reputação que tinha, ele não era um conservador. “Se você olhar para o meu histórico, saberia que sou um *new dealer* de Roosevelt. De fato, para dizer a verdade, John F. Kennedy era um pouco conservador demais para o meu gosto.” Em seu

primeiro discurso ao Congresso, em 27 de novembro de 1963, ele pediu uma ação sobre direitos civis. “Já falamos demais nesse país sobre direitos iguais”, disse ele. “Falamos por cem anos ou mais. Está na hora de escrever o próximo capítulo, e escrever nos livros da lei.” Johnson sempre disse que seu *slogan* era “ele faz as coisas”. Ele queria avançar na agenda de Kennedy, e tinha sua própria agenda, uma “guerra incondicional à pobreza”, que anunciou em seu primeiro Discurso sobre o Estado da União, em janeiro de 1964.⁴⁹



Johnson, aqui pousando com seu helicóptero presidencial na região rural de Appalachia, fez uma “Turnê da Pobreza” em 1964 para ver o que Dwight Macdonald chamou de “nossos pobres invisíveis”. (Biblioteca Presidencial Lyndon B. Johnson.)

Johnson disse aos repórteres certa vez: “Quando eu era jovem, a pobreza era tão comum que não sabíamos que ela tinha nome.” Mas, como Galbraith apontou em *A sociedade da abundância*, a pobreza não havia sido erradicada; só havia sido esquecida. “Poucas coisas são mais evidentes na história social

moderna do que o declínio do interesse pela desigualdade como questão econômica”, escreveu Galbraith. “A desigualdade deixou de preocupar a mente dos homens.” Alguns dos pobres estavam longe das cidades e dos subúrbios: 1/4 dos que viviam abaixo da “linha da pobreza” trabalhava em fazendas. No governo Kennedy, a Guerra à Pobreza teve origem em janeiro de 1963, depois que o então presidente leu um longo ensaio de Dwight Macdonald na *The New Yorker*, intitulado “Nossos pobres invisíveis”. Nenhum texto fez mais para deixar óbvia a atrocidade da pobreza em uma era de riqueza. Macdonald argumentava que a prosperidade havia deixado a nação cega para a situação dos pobres, e indiferente ao sofrimento deles. “Há uma monotonia acerca das injustiças sofridas pelos pobres que talvez explique a falta de interesse que o resto da sociedade demonstra com relação a eles”, escreveu, em uma acusação contundente da atitude da classe média americana em relação aos menos favorecidos. “Tudo parece dar errado com eles. Eles nunca ganham. É muito chato.”⁵⁰

Heller havia dado a Kennedy uma cópia do artigo de Macdonald. Em fevereiro de 1963, todo o texto do artigo foi inserido nos registros do Congresso. Johnson, aproveitando a simpatia do país pelo presidente martirizado, pressionou o Congresso por leis. No ano seguinte, ele assinou a Lei de Oportunidades Econômicas e a Lei do Selo de Alimentos. Ele acreditava que a pobreza seria erradicada dentro de uma década.

Ele tinha outras ambições também. Cercando congressistas como se fossem gado, como costume, ele garantiu a aprovação da Lei dos Direitos Civis, que proibia a discriminação baseada em raça, cor, religião, sexo ou nacionalidade; concedeu ao procurador-geral poder para fazer cumprir o fim da segregação; permitiu que casos de direitos civis passassem de tribunais estaduais para federais; e ampliou a Comissão de Direitos Civis. “Nenhuma oração ou homenagem poderia honrar de forma mais eloquente a memória do presidente Kennedy do que a mais

rápida aprovação possível da Lei de Direitos Civis pela qual ele tanto lutou”, disse Johnson, em uma peça de retórica política bem pensada.⁵¹

Martin Luther King e Malcolm X foram a Washington para assistir aos debates do Congresso sobre a lei dos direitos civis, num raro encontro entre os dois homens. Malcolm X havia se desentendido com a liderança da Nação do Islã. Ele debochou da marcha de agosto de 1963 em Washington, mas, desobedecendo às ordens explícitas de Elijah Muhammad, compareceu de qualquer maneira. Em dezembro, ele respondeu aos repórteres que pediram um comentário sobre o assassinato de Kennedy, apesar das instruções específicas de Muhammad para não falar sobre o assunto. Ele disse que, para ele, o assassinato de Kennedy parecia algo do tipo “aqui se faz, aqui se paga”. Na controvérsia que se seguiu, Muhammad ordenou que Malcolm X se retirasse de todas as atividades públicas, mas, em abril de 1964, depois de defender que todos os homens negros se armassem, ele proferiu em Cleveland um discurso chamado “A urna ou a bala”, no qual argumentava que a revolução exigia eleições.⁵² Isso o levou aos corredores do Congresso.

Os debates no Congresso a que Malcolm X e Martin Luther King assistiram revelaram fraturas em ambos os partidos, com os democratas complicados pela sua ala sulista e os republicanos, pela sua ala à direita. “Eu não sou antidemocrata”, disse Malcolm X. “Eu não sou antirrepublicano. Eu não sou antinada. Só estou questionando a sinceridade deles.” A questão é, disse ele, que chegou a hora de votar.⁵³ Os debates também revelaram o pior da trapaça política americana. Democratas do Sul discursaram por 54 dias para obstruir a votação. Strom Thurmond disse que “as tais propostas de direitos civis, que o presidente enviou ao Capitólio para promulgação em lei, são inconstitucionais, desnecessárias, imprudentes e se estendem além do domínio da razão”.⁵⁴ Um segregacionista da Virgínia, Howard Smith, introduziu uma emenda acrescentando a palavra “sexo” ao projeto, uma proposta tão ridícula que ele tinha certeza de que

isso provocaria a derrota da legislação. Mas após a animada defesa da emenda pela republicana do Maine, Margaret Chase Smith, ela foi aprovada — uma conquista importante, embora irônica, na batalha pela igualdade das mulheres.⁵⁵

Enquanto isso, George Wallace, concorrendo à nomeação democrata de 1964, se saiu surpreendentemente bem nas primárias iniciais. Na trilha da campanha, ele ouviu eleitores brancos cujas expressões de animosidade racial, profundamente enraizadas, faziam parte de uma reação que só ganharia força. Em um comício de Wallace em Milwaukee, um homem chamado Bronko Gruber disse, sobre os negros da cidade: “Eles espancam velhinhas de 83 anos, estupram nossas mulheres. Eles agredem pessoas. Eles não trabalham. Eles recebem do governo. Por quanto tempo podemos tolerar isso? Fui a Guadalcanal e voltei para isso?”.⁵⁶

A tentativa de Wallace em buscar a candidatura foi interrompida, não pela popularidade de Johnson, mas pela entrada de um republicano conservador na disputa. Barry Goldwater, um republicano conservador de extrema direita do Arizona, votou contra a Lei dos Direitos Civis, deixando claro que ele o fez apenas por razões constitucionais. “Se meu voto for mal interpretado”, disse ele, “deixe estar, e que eu sofra as consequências”.⁵⁷ Os apoiadores do projeto acabaram quebrando a obstrução, e, em 2 de julho de 1964, Johnson assinou a Lei dos Direitos Civis. Onze dias depois, a Convenção Nacional Republicana se reuniu no Cow Palace, em Daly City, Califórnia, e indicou Goldwater como candidato a presidente.

Em 1960, Goldwater publicou *The Conscience of a Conservative* (“A consciência de um conservador”), um manifesto escrito por um *ghostwriter* que se tornou um *best-seller*. Suas posições, na época, ficavam à margem do discurso político americano. Ele pedia a abolição do imposto de renda progressivo e recomendava que o governo federal abandonasse a maioria de suas funções, fechando departamentos e diminuindo equipes a uma taxa de 10% ao ano. Goldwater também se opôs à decisão

da Suprema Corte no caso *Brown vs. Conselho de Educação*, insistindo no direito de cada estado, uma posição que o alinhava com os democratas do Sul e também com os membros da John Birch Society, grupo cujos objetivos incluíam o *impeachment* de Earl Warren e a retirada dos Estados Unidos das Nações Unidas. O seu líder, Robert Welch, chegou ao ponto de sugerir que Eisenhower poderia ser um agente comunista; alguns *birchers*, como eram conhecidos, acreditavam que o satélite *Sputnik* era uma farsa. Eles odiavam Kennedy. Tom Anderson, um comentarista de rádio de direita, disse em Jackson, Mississippi: “Nossa ameaça não é o Grande Exército Vermelho vindo de fora, mas o Grande Inimigo Rosa aqui dentro. Nossa ameaça se chama KKK — Kennedy, Kennedy e Kennedy.”⁵⁸

Teóricos da conspiração que acreditavam que Eisenhower era um comunista pareciam um alvo fácil, e alguns conselheiros de Kennedy, incluindo Arthur Schlesinger Jr., sugeriram que ele vinculasse o Partido Republicano à John Birch Society. Em 1961, Kennedy começou a falar sobre a “ala direita” do Partido Republicano. Daniel Bell, no livro *The New American Right* (“A nova direita americana”), argumentou que a “ala direita” lutava, nada mais nada menos, do que contra a própria modernidade. Republicanos moderados também eram enérgicos em atacar Goldwater. O governador de Nova York, Nelson Rockefeller, alertou que certo “extremismo lunático” poderia “subverter o próprio Partido Republicano”.⁵⁹ Um encontro entre Kennedy e Goldwater teria sido interessante. Kennedy, que teve muito sucesso em debater com Nixon em 1960, aparentemente concordou em debater com Goldwater se este ganhasse a indicação republicana em 1964. Goldwater disse mais tarde que ele e Kennedy planejavam atravessar o país juntos, debatendo a cada parada. “Sem o luxo da Avenida Madison, sem maquiagens ou falsidades, apenas nós dois viajando no mesmo avião.”⁶⁰

Mas Johnson não tinha motivos para concordar em debater com Goldwater, cujas chances de ganhar a indicação pareciam remotas. Rockefeller, disputando a indicação com Goldwater, o

definiu como nazista. (Na verdade, Goldwater tinha ascendência judaica.) Os liberais fizeram a mesma coisa. “Vemos sinais perigosos de hitlerismo na campanha de Goldwater”, disse Martin Luther King. Na Convenção Nacional Republicana, Margaret Chase Smith, que buscou a indicação — a primeira mulher a concorrer a uma indicação de um dos grandes partidos —, recusou-se a liberar seus delegados para apoiar Goldwater, a fim de impedir que ele obtivesse unanimidade.⁶¹

Richard Nixon não compartilhava dos princípios de Smith. Ele concorreu sem sucesso a governador da Califórnia em 1962, e, tendo perdido duas eleições em dois anos, não estava em posição de buscar a indicação presidencial. No entanto, organizou uma campanha clandestina, com sede em um porão em Portland, Oregon. Ele avaliou suas opções. E cogitou se candidatar. Cogitou se juntar à campanha moderada dos republicanos para barrar Goldwater. E cogitou apoiar o governador de Michigan, George Romney. Quando ele finalmente concluiu que não tinha chance de derrotar Goldwater, decidiu apoiá-lo. Aceitando a indicação do partido, Goldwater se defendeu contra a acusação de extremismo com uma linguagem que fez ele perder o pouco apoio que ainda poderia esperar dos moderados do partido. “O extremismo em defesa da liberdade não é pecado”, disse Goldwater. E a “moderação na busca pela justiça não é virtude”. Rockefeller e Romney se recusaram a fazer campanha por Goldwater. Nixon, de olho em 1968, se esforçou de maneira incansável: fez 156 discursos a favor do candidato do partido.⁶²

Johnson estava animado. “Em seu coração, você sabe que ele está certo” era o *slogan* de Goldwater, ao qual a campanha de Johnson respondeu com: “No fundo, você sabe que ele é maluco” ou, aludindo ao entusiasmo de Goldwater por usar armas nucleares, “Em seu coração, você sabe que ele é capaz”. Goldwater fez campanha por uma emenda constitucional para garantir a leitura e a oração da Bíblia nas escolas públicas, mas Johnson, que tinha amplo apoio entre os cristãos evangélicos,

fez com que Goldwater tivesse pouco sucesso com esses grupos. Dias antes da eleição, os seguidores de Billy Graham pediram que ele apoiasse Goldwater, enviando-lhe mais de 1 milhão de telegramas e dezenas de milhares de cartas. Johnson atacou. “Billy, você fica fora da política”, disse ele a Graham em um telefonema, e o convidou para passar o fim de semana na Casa Branca, longe de sua correspondência.⁶³

Em novembro, Goldwater perdeu para Johnson por mais de 16 milhões de votos, conquistando apenas seu estado natal, o Arizona, e cinco estados no Sul profundo. A perda foi tão catastrófica que os líderes republicanos tentaram expurgar os conservadores das posições de liderança do partido. Isso significava o expurgo de mulheres conservadoras.

A indicação de Goldwater teve o apoio decisivo de Phyllis Schlafly, uma ex-membro dos *Kitchen Cabinet*, e presidente da Federação Nacional de Mulheres Republicanas. Nascida no Missouri em 1924, Schlafly se tornaria uma das mulheres mais influentes da história da política americana. Durante a Segunda Guerra Mundial, ela trabalhou para a artilharia, testando rifles em uma fábrica de munições para se sustentar na faculdade, se formando em Ciências Políticas em Radcliffe. Católica devota, foi uma fervorosa defensora de McCarthy — seu marido era presidente da Liga Mundial Anticomunista. Em 1952, ela concorreu ao Congresso sob o lema “O lugar da mulher é na Casa”, uma referência à Câmara dos Deputados.⁶⁴

Em 1963, Schlafly havia indicado Goldwater como orador em uma comemoração do 25º aniversário da Federação de Clubes das Mulheres Republicanas. Durante a celebração, ela também improvisou uma pesquisa de opinião: dos 293 delegados da federação, 262 escolheram Goldwater como o candidato do partido. As mulheres conservadoras se envolveram na “Cruzada pela Lei e Moralidade” da campanha de Goldwater, e nas “Mães por uma América Moral”, uma organização fantoche criada apenas para a campanha, que recrutou Nancy Reagan para seu conselho. Mas, embora as mulheres conservadoras tivessem

apoiado Goldwater, a corrente principal do Partido Republicano não o apoiava. A eleição presidencial de 1964 foi a primeira em que o número de mulheres que votaram era proporcional ao de homens. Elas também votaram diferente dos homens. No geral, entre os partidos, as mulheres eram ainda mais propensas a votar contra Goldwater do que os homens. As mulheres republicanas de Goldwater, ao que parecia, estavam alienadas não apenas do contato com o partido, mas do próprio país.

Após a derrota vergonhosa de Goldwater, Elly Peterson, presidente do partido de Michigan e apoiadora de Romney, se encarregou de manter Schlafly longe da presidência da Federação Nacional de Mulheres Republicanas na eleição seguinte. Isso se mostrou difícil, segundo Peterson, porque “os malucos dos extremos se organizam lindamente”. Schlafly foi derrotada por pouco, mas contestou os resultados, e a polícia teve que remover as mulheres da convenção quando elas começaram a se atacar. O “jogo de damas”, disse a *Time*, tornou-se deselegante.⁶⁵

Schlafly não foi tão facilmente derrotada. Ela nunca se consideraria feminista, mas acreditava que as mulheres deveriam ajudar a liderar o Partido Republicano. “Muitos homens do partido querem, francamente, manter as mulheres fazendo o trabalho servil, enquanto a seleção de candidatos e as decisões políticas são tomadas por eles em salas esfumaçadas”, reclamou ela. O livro que ela escreveu sobre sua deposição inclui uma ilustração de uma mulher parada em uma porta na qual está escrito “Sede do Partido Republicano”, com uma placa dizendo “Conservadores e mulheres, por favor, usem a entrada de serviço”. Três meses depois de ter sido afastada da presidência do braço feminino do Partido Republicano, ela começou a escrever um boletim mensal, fazendo sua própria cruzada pela lei e pela moralidade.⁶⁶ Levaria anos, mas, no fim das contas, ela tomaria o Partido Republicano de volta.

O grandalhão Lyndon Johnson, radiante com a vitória, decidiu usar sua margem de 16 milhões de votos para atingir um objetivo

ambicioso. Ele tinha a maioria democrata na Câmara, o que é conhecido como um “Congresso gordo”. Ele sabia que seu domínio não duraria. “Pela maneira como as pessoas já pensam naturalmente, e pela forma como Barry Goldwater as aterrorizou, eu já perdi cerca de 3 desses 16 milhões”, disse ele a sua equipe em janeiro de 1965. “Depois de uma briga com o Congresso ou qualquer outra coisa, vou perder mais alguns milhões. Posso diminuir para 8 milhões em poucos meses”.⁶⁷

Johnson liderou o que os cientistas políticos chamam de governo unificado, no qual os poderes executivo e legislativo são controlados pelo mesmo partido, ao contrário de um governo dividido, no qual um partido controla a Casa Branca e o outro, o Congresso. Governos unificados e governos divididos têm agendas legislativas mais ou menos do mesmo tamanho, mas não é surpresa que os governos unificados são mais produtivos que os governos divididos: eles conseguem aprovar mais medidas. Ainda assim, nenhum governo unificado na história americana foi tão produtivo quanto o de Lyndon Johnson.⁶⁸

Johnson, que iniciou sua carreira em Washington em 1937, entendeu a natureza do poder político melhor do que quase qualquer outro presidente americano. Ele tomava café da manhã com líderes do Congresso todas as semanas. Ligava para os senadores no meio da noite. Persuadiu, ameaçou, fez negócios, fez acordos. Conseguiu que o Congresso aprovasse uma lei da educação, que forneceu milhões de dólares para apoiar estudantes de baixa renda do ensino fundamental e médio. Convenceu o Congresso a alterar a Lei de Seguridade Social para estabelecer o *Medicare*, seguro de saúde para idosos, e o *Medicaid*, cobertura de saúde para os pobres — “cuidado para os doentes e serenidade para os preocupados” —, e depois voou para Independence, Missouri, para que Truman pudesse testemunhar a assinatura das medidas. “Você me fez um homem muito, muito feliz”, disse um Truman bastante emocionado.⁶⁹



Johnson aplica “O Tratamento” em Abe Fortas em julho de 1965, um mês antes de Fortas ocupar um assento na Suprema Corte. (Yoichi Okamoto / Biblioteca Presidencial Lyndon B. Johnson.)

A enxurrada de medidas não se limitou à reforma social. Johnson também convenceu o Congresso a aprovar uma lei tributária, com uma redução de impostos que foi enviada antes do assassinato de Kennedy, o maior corte de impostos da história americana. Ele esperava que isso aliviasse o desemprego. Em vez disso, minou seus programas de reforma. Era como se ele tivesse cortado um de seus próprios pés.

“Quero que os pobres passem de comedores de impostos a contribuintes”, disse Johnson, defendendo seu corte de impostos ao Congresso. Nessa formulação, os beneficiários de programas sociais como a Ajuda às Famílias com Crianças Dependentes (Aid to Families with Dependent Children, AFDC), criada em 1935, e o *Medicaid*, criado em 1965, eram os comedores de impostos. Os beneficiários de outros tipos de assistência federal (*Medicare*, benefícios a veteranos, subsídios agrícolas) eram os contribuintes. Ao fazer essa distinção, os liberais da década de 1960 prejudicaram o liberalismo. Os arquitetos da Guerra contra a Pobreza, como os defensores do New Deal antes deles, nunca defenderam um imposto de renda progressivo de base ampla como benéfico ao público, no interesse de todos; e nem conseguiram separar isso das questões raciais. Eles também nunca se referiram ao seguro social, à assistência médica e ao seguro-desemprego como “bem-estar”. O Conselho de Assessores Econômicos de Johnson disse-lhe que, ao explicar como o governo poderia combater a pobreza, ele deveria “evitar por completo o uso dos termos ‘desigualdade’ ou ‘redistribuição’”. Ele deveria se referir aos pobres como “alvos de oportunidade”.⁷⁰

No início, o corte de impostos funcionou: as pessoas usavam o dinheiro com que costumavam pagar impostos para comprar mercadorias. Em 1965, a *Time* colocou Keynes na capa e anunciou: “Somos todos keynesianos agora”.⁷¹ Mas, como tudo o que Johnson fez, suas reformas econômicas foram demolidas pela escalada da guerra no Vietnã.

Quando Kennedy morreu, Robert Kennedy havia pressionado Johnson a não abandonar o Vietnã, o que ele pretendia fazer. Na primavera de 1965, Johnson passou a entender que não podia se retirar da guerra sem perdê-la, e ele não queria perder. “Não serei o presidente que viu o Sudeste Asiático seguir o caminho da China”, disse ele. Em março de 1965, os Estados Unidos começaram a bombardear o Vietnã do Norte. Naquela primavera, Johnson se comprometeu enviando forças terrestres. Mas como ele não queria abandonar sua agenda doméstica, decidiu ocultar

a escalada da guerra. Ele mentiu sobre o envolvimento americano, e seu governo mentiu sobre a própria guerra. Até o final do ano, havia 184 mil soldados no Vietnã. Estudantes universitários conseguiam evitar o alistamento. De maneira desproporcional, as tropas americanas no Vietnã eram formadas por pobres, brancos e negros. Johnson escondeu deliberadamente o custo da guerra. Pagar pela guerra exigiria aumento de impostos. Para adiar o inevitável pelo maior tempo possível, ele cortou o financiamento de seus programas sociais. “Aquela guerra de merda”, disse ele mais tarde, “matou a mulher que eu realmente amava: a Grande Sociedade”. Mesmo quando o presidente insistia que “essa não é a guerra de Johnson, esta é a guerra da América”, os manifestantes gritavam: “Ei, ei, LBJ, quantos filhos você matou hoje?”⁷²

Johnson, eleito por grande margem em 1964, estava tão impopular em 1968 que decidiu não concorrer a um segundo mandato. E o liberalismo ficaria tão comprometido pelas medidas de Johnson, pela ascensão da Nova Esquerda, pelos tumultos raciais, pelo movimento antiguerra, pela reação branca e pelos apelos da direita por lei e ordem, que Nixon ganharia o prêmio que queria, desde os seus dias na equipe de debates do ensino médio em Whittier, Califórnia: a Casa Branca.



*Americanos assistiram à Guerra do Vietnã direto de suas salas de estar.
(Biblioteca do Congresso)*

IV.

“**HÁ MAIS NEGROS** na cadeia comigo do que nas listas de votação”, dizia um anúncio publicado no *New York Times* pela Conferência das Lideranças Cristãs do Sul enquanto Martin Luther King estava na prisão em Selma, Alabama. Defensores dos direitos civis tentaram cadastrar eleitores no Sul profundo durante anos, sem muito sucesso. Ainda assim, o espírito de protesto se espalhou.

Em 1964, Mario Savio, um estudante de filosofia de 21 anos da Universidade da Califórnia, passou o verão — o Verão da Liberdade — cadastrando eleitores negros no Mississippi. Quando voltou a Berkeley naquele outono, liderou a luta contra uma determinação que proibia o discurso político no *campus*, argumentando que uma universidade pública deveria estar tão aberta ao debate e à assembleia política quanto uma praça pública. Para Savio, o mesmo direito estava em jogo tanto no Mississippi quanto em Berkeley: “o direito de participar como cidadãos de uma sociedade democrática”.⁷³ Depois que a polícia

prende quase oitocentos manifestantes durante um ato, a universidade atendeu às demandas dos estudantes. O princípio de permitir discursos políticos no *campus* foi posteriormente estendido das universidades públicas para as privadas. Sem esse princípio, os estudantes não poderiam se reunir no *campus* para lutar por direitos civis ou contra a guerra no Vietnã, ou a favor ou contra qualquer outra coisa.

Mas a luta por uma sociedade democrática dividiu a esquerda. Vine Deloria, um índio da tribo Sioux da reserva Standing Rock, nascido em Dakota do Sul em 1933 e ex-fuzileiro naval, foi eleito chefe do Congresso Nacional dos Índios Americanos em 1964. Deloria e outros levaram a luta pela soberania nativa, que já durava séculos, à atenção nacional. “Tudo o que pedimos é basicamente justiça, o consentimento dos governados, e tempo para que possamos desenvolver à nossa maneira o que achamos que deve ser desenvolvido”, disse ele a um comitê do Senado em 1965. Quando o movimento dos direitos civis voltou sua atenção do fim da segregação para o direito ao voto, ele se fragmentou. Como resposta à delegação do Partido Democrata formada por brancos para a convenção de indicação do partido, o SNCC criou um partido alternativo, o Partido Democrático da Liberdade do Mississippi (Mississippi Freedom Democratic Party, MFDP). Ella Baker dirigiu a sede de Washington e fez o discurso principal na convenção estadual de indicação em Jackson. Na convenção democrata de agosto de 1964 em Atlantic City, os líderes do partido se recusaram a dar lugar para a delegação do MFDP. Stokely Carmichael decidiu desistir da política partidária. Carmichael, que era um Cavaleiro da Liberdade em 1961, se formou na Universidade de Howard em 1964, na qual foi indicado ao Prêmio Sênior em Humanidades por seu trabalho de cadastro de eleitores no Mississippi. “Os democratas liberais são tão racistas quanto Goldwater”, concluiu. Usando a palavra “preto”, como Malcolm X, Carmichael pediu uma nova militância. “Se não pudermos nos sentar à mesa”, disse um líder do SNCC, “vamos arrancar as pernas dela”. King e a SCLC ainda preferiam trabalhar com liberais brancos; o SNCC, cada vez mais, priorizou

a consciência negra e o poder negro. Selma seria a última luta dos dois movimentos juntos.⁷⁴

Em janeiro de 1965, cem anos após a aprovação da Décima Terceira Emenda pelo Congresso, Johnson fez seu discurso de posse em Washington, e King foi para Selma, onde manifestantes haviam prometido marchar até Montgomery, uma viagem de oitenta quilômetros que os faria passar por um condado cuja população era mais de 70% negra, mas onde praticamente nenhum negro sequer havia tentado votar desde a criação das leis de Jim Crow. Em 7 de março de 1965, eles encontraram quinhentos soldados estaduais do Alabama estacionados do outro lado da ponte Pettus, orientados por George Wallace a prender qualquer um que tentasse atravessar.

Malcolm X, que já havia sido desautorizado pela Nação do Islã, voou para Selma. Embora os líderes da SCLC estivessem preocupados com sua incitação à violência, ele falou em apoio aos manifestantes. Semanas depois, sua casa foi alvo de bombas em Nova York, e, em 21 de fevereiro, ele foi assassinado em Manhattan por três homens da Nação do Islã armados com pistolas e espingardas. Ele foi baleado dez vezes, uma vez no tornozelo, duas na perna, e sete no peito.⁷⁵ “Eu discordava dele”, disse James Baldwin, profundamente abalado. “Mas quando ele falava com as pessoas nas ruas”, continuou, “mesmo discordando de suas conclusões, ele era a única pessoa que descrevia, tornava viva em detalhes a real situação do negro americano”.⁷⁶

Johnson, pressionado pelo espetáculo televisionado das tropas estaduais do Alabama quebrando a cabeça de manifestantes de direitos civis em Selma, enquanto eles tentavam atravessar a ponte várias vezes, discursou no Congresso em 15 de março. “Às vezes, a história e o destino se encontram ao mesmo tempo em um único ponto de virada na busca interminável pela liberdade do homem”, afirmou. “Foi o que aconteceu em Lexington e Concord. Assim foi há um século em Appomattox. E assim foi na semana passada, em Selma,

Alabama.” Convocando o Congresso a aprovar uma Lei de Direitos de Voto, ele concluiu, com seu sotaque texano típico: “E nós vamos superar.” King, assistindo no Alabama, caiu em prantos.⁷⁷

Na semana anterior ao envio da Lei de Direitos de Voto ao Congresso, Johnson também encaminhou a Lei de Assistência à Aplicação da Lei, dizendo que queria que 1965 fosse lembrado como “o ano em que este país iniciou uma guerra completa, inteligente e eficaz contra o crime”. A criação da Administração de Assistência à Aplicação da Lei, que financiou oitenta mil projetos de controle ao crime, expandiu em muito os poderes policiais do governo federal. “Há algum tempo, sinto que a tarefa das agências policiais não é muito diferente das forças militares; ou seja, deter o crime antes que ocorra, assim como nosso objetivo militar é prevenir a agressão”, afirmou o presidente do Comitê Judiciário do Senado durante as audiências sobre o projeto. Depois que Johnson assinou a lei, seu governo iniciou uma “guerra ao crime”, na qual a polícia foi autorizada a agir como uma força militar, usando helicópteros para patrulhar os bairros da cidade e simulações em computador para antecipar o crime. O dinheiro destinado às cidades para medidas contra a pobreza foi usado para combater o crime. Programas que ocupavam o horário pós-escolar e centros para adolescentes, instituídos por Johnson como ações da guerra contra a pobreza, viriam, sob Nixon, a partir de 1969, a ser administrados pela polícia, como ações da guerra contra o crime. Mais americanos seriam enviados para a prisão, nos vinte anos após Lyndon Johnson lançar sua guerra contra o crime, do que todos os que foram presos em todo o século anterior. Negros e latinos, 25% da população dos Estados Unidos, representariam 59% da população carcerária, em uma nação cuja taxa de encarceramento aumentaria cinco vezes mais do que qualquer outra nação industrializada. Desmontando as partes do programa de Johnson destinadas a prestar serviços para crianças e adolescentes, Nixon deixaria intactas apenas as ações

destinadas a puni-los. Dirigir a Grande Sociedade tornou-se trabalho da polícia. Verbas para renovação urbana foram usadas, em vez disso, para construir prisões. James Baldwin disse que a renovação urbana deveria ser chamada de “remoção de negros”.⁷⁸

Em 6 de agosto de 1965, Johnson assinou a Lei de Direitos de Voto. Mas o silêncio que Johnson havia antecipado não veio. No dia seguinte, o Comitê de Educação e Trabalho da Câmara realizou audiências no Will Rogers Park Auditorium, em Los Angeles, para descobrir por que a cidade falhara em implementar programas federais de combate à pobreza. Mil pessoas vieram; as audiências se transformaram em uma manifestação. Quatro dias depois, houve tumultos no sul da região central de Los Angeles, em Watts, o primeiro de uma série de tumultos que chocariam o país durante quatro longos e quentes verões.

King voou para Los Angeles e pregou a não violência; ninguém de fato lhe deu ouvidos. A densidade populacional na cidade de Los Angeles, fora de Watts, era de 5.900 pessoas por milha quadrada; em Watts, era de 16.400 pessoas. A revolta durou 6 dias e noites, e envolveu mais de 35 mil pessoas. Trinta e quatro delas foram mortas, e quase mil ficaram feridas enquanto as ruas pegavam fogo. Tanques e helicópteros do Exército transformaram uma cidade americana em uma zona de guerra. O chefe de polícia de Los Angeles, William Parker, disse que lutar contra o povo de Watts era “muito parecido com lutar contra os vietcongues”.⁷⁹ Johnson perguntou: “O mundo está de cabeça para baixo?”⁸⁰

Watts, um bairro com o dobro do tamanho de Manhattan, não tinha um único hospital. Uma sociedade da abundância? Watts era uma sociedade da indigência. De uma perspectiva externa, parecia que os direitos haviam tido como resposta as revoltas, como se todo o projeto de liberalismo estivesse entrando em colapso.

Cada tumulto durante os quatro verões tinha seus motivos, mas todos começaram com a violência policial, em um bairro

segregado em uma cidade do Norte, onde quase não havia empregos, onde as casas estavam caindo, onde o direito de votar não havia acabado com a miséria de ninguém. Em Newark, a maior cidade de Nova Jersey, onde 65% da população era negra, 18 bebês morreram no Hospital da Cidade, infestado por morcegos, em um único ano — de diarreia. E, no entanto, os argumentos de que o governo federal havia fracassado em cidades como Newark foram recebidos com objeções: o investimento *per capita* do governo federal em programas contra a pobreza em Newark fora maior do que em qualquer outra cidade do Norte.⁸¹

Violência gerou violência. Nos tumultos que começaram em Newark no verão de 1967, a brutalidade policial provocou protestos, o que provocou saques, o que, por sua vez, provocou tiros. Uma força de 4 mil soldados da Guarda Nacional isolou 22 quilômetros quadrados da cidade com barreiras nas estradas. Nas cenas transmitidas pelas telas de televisão de todo o país, para alguns espectadores americanos, Newark se parecia com o Vietnã, um caos com franco-atiradores e civis massacrados. Uma semana e meia depois, mais de 7 mil pessoas foram presas e mais de 2 mil prédios foram destruídos nos tumultos em Detroit antes de a ordem ser reestabelecida por 9.600 paraquedistas das 101ª e 82ª divisões aéreas.⁸² Naquele verão, uma manchete na primeira página do *US News & World Report* dizia: OS ESTADOS UNIDOS CONSEGUEM SE GOVERNAR?⁸³

Os conservadores tinham uma resposta: eles podiam governar com uma vontade de ferro. Ronald Reagan, com 55 anos e concorrendo ao governo da Califórnia, declarou que os distúrbios eram resultado da “filosofia de que, em qualquer situação, o público deve recorrer ao governo para obter a resposta”. O liberalismo causou os tumultos, sugeriu Reagan, e apenas o conservadorismo poderia acabar com eles.

Reagan, um homem cheio de charme e graça, elegante como um noivo, cresceu em Illinois, filho de um vendedor de sapatos que sustentou sua família durante a Depressão pela

generosidade do New Deal. O jovem Reagan, um democrata fervoroso, memorizou os discursos de Roosevelt, aqueles bate-papos íntimos e confiantes à beira da lareira. Depois de se formar em uma faculdade cristã, Reagan começou a trabalhar como radialista e locutor de esportes. Ele se voltou para o cinema em 1937. Durante a guerra, fez filmes para o Escritório de Informação de Guerra. Um ator de filmes B convincente, bastante confiável, em 1947, foi eleito presidente do Sindicato dos Atores, e foi um dedicado anticomunista. Em 1952, começou a apoiar candidatos republicanos. Ele se filiou ao Partido Republicano em 1962 e, em 1964, apoiando Goldwater, havia se tornado um conservador do Cinturão do Sol, convertido em uma nova causa.

Outros políticos criticaram; Reagan convenceu. Em um discurso de apoio a Goldwater chamado “A Time for Choosing” (“O momento para escolher”), que durou meia hora e foi transmitido pela televisão, a promessa política chamada Reagan quase saltava da tela. Para ele, a questão nas eleições de 1964, assim como em todas as eleições posteriores, era uma reformulação da pergunta de Alexander Hamilton no Federalista nº 1, seu ensaio de 1787. Reagan não perguntou se um povo pode se governar pela razão e pela escolha, e não pelo acaso e pela força, mas “se acreditamos em nossa capacidade de autogoverno, ou se abandonamos a Revolução Americana e confessamos que uma pequena elite intelectual em uma capital distante pode planejar nossas vidas melhor do que nós mesmos”.⁸⁴ Não era questão de “razão *versus* força”, mas de “povo contra o governo”.

Republicanos conservadores e moderados não concordaram muito, mas também achavam que o liberalismo era o culpado pela violência. King gritou, ao final da marcha de Selma até o Alabama: “Quanto tempo? Não muito. Porque nenhuma mentira pode viver para sempre.” Em 1966, o ex-astro de futebol americano universitário Gerald Ford, na época o líder republicano da Câmara, inverteu a pergunta sobre “por quanto tempo”,

perguntando: “Por quanto tempo vamos abdicar da lei e da ordem — a espinha dorsal de nossa civilização — em favor de uma teoria social fraca, que diz que o homem que joga um tijolo pela sua janela ou joga uma bomba incendiária em seu carro é o produto incompreendido e desprivilegiado de um lar desfeito?”. Reagan foi além. “Não se deve pedir aos homens e mulheres trabalhadores que carreguem o fardo adicional de um segmento da sociedade capaz de cuidar de si mesmo, mas que prefere transformar o bem-estar social um modo de vida, tirando proveito de cidadãos mais conscientes”, disse ele, incitando uma animosidade racial que passou a ser conhecida não como *backlash*, uma “reação negativa”, mas como *whitelash*, uma “reação branca”.⁸⁵

Para dirigir sua campanha ao governo em 1966, Reagan havia contratado a Spencer-Roberts, firma de consultoria política da Califórnia. O auge de Whitaker e Baxter havia passado; Whitaker morreu em 1961. Mas a Spencer-Roberts usava o livro de receitas de Whitaker e Baxter. “Você sabe de uma coisa, Stu?”, disse Reagan a Stuart Spencer. “Política é como o *show business*... Você começa com uma abertura sensacional, enrola por um tempo, e então encerra de modo sensacional.”⁸⁶

No seu encerramento, Reagan encontrou um novo alvo: estudantes universitários. Ele reclamou dos “descontentamentos” da graduação e, quando o dia da eleição se aproximava, fez questão de criticar publicamente os convites feitos pelos estudantes da Universidade da Califórnia, em Berkeley, para dois palestrantes: Robert Kennedy, que deveria falar sobre direitos civis, e Stokely Carmichael, que havia sido chamado pelos Estudantes para uma Sociedade Democrática (Students for a Democratic Society, SDS) para fazer o discurso de abertura em uma conferência sobre o movimento Black Power. “Não podemos usar o *campus* da universidade como base para fomentar tumultos”, alertou Reagan. Ele enviou um telegrama a Carmichael, pedindo-lhe que recusasse o convite, sugerindo que a aparição do chefe do SNCC em Berkeley “despertaria emoções

fortes”, uma maneira inteligente de garantir a presença de Carmichael no evento.⁸⁷

O FBI, que estava fazendo a vigilância ilegal e realizando campanhas de assédio contra centenas de ativistas de direitos civis, incluindo Martin Luther King, abriu uma investigação sobre Carmichael em 1964, acelerando seu andamento em 1966, quando ele começou a falar sobre o movimento Black Power e a brutalidade policial, e a defender formas de protesto mais tarde adotadas pelo movimento Black Lives Matter. No mês anterior à fala prevista para Carmichael em Berkeley, um policial branco de Atlanta atirou e matou um homem negro. Carmichael organizou um protesto e falou em um comício que causou dois dias de tumultos. Um informante do FBI em Atlanta enviou um telegrama criptografado a J. Edgar Hoover: “CARMICHAEL ACREDITA QUE NEGROS DEVEM FORMAR GRUPOS DE JUSTICEIROS PARA MONITORAR A POLÍCIA E EM QUALQUER CASO DE BRUTALIDADE POLICIAL, UM COMITÊ DE NEGROS DEVE SER FORMADO NO MOMENTO PARA TRATAR DO CASO”. Carmichael foi acusado de incitar um motim. Hoover intensificou a vigilância do que ele descreveu como “grupos de ódio nacionalistas negros”.⁸⁸ Liberado sob fiança e provocado por Reagan — mordendo sua isca —, Carmichael seguiu para a Califórnia.

Reagan já havia feito da oposição ao movimento de liberdade de expressão a peça central de sua campanha ao governo, prometendo reprimir a “minoridade dissidente e barulhenta” de Berkeley. Instado pelo reitor da universidade, H. R. Haldeman, Reagan falou sobre a agitação dos estudantes dia após dia, a contragosto de seu gerente de campanha, que lhe disse que o problema não faria diferença nas pesquisas. “Vai fazer”, prometeu Reagan.⁸⁹ Três semanas antes da eleição, a campanha de Reagan o aconselhou que suas perspectivas melhorariam “se os distúrbios chamassem a atenção pública novamente”. A proposta da visita de Carmichael ofereceu a Reagan a oportunidade de vincular sua campanha contra os protestos estudantis às acusações contra a militância negra. Depois que Reagan fez um pedido público para que Carmichael

não fosse à Califórnia, e pediu ao seu adversário, o governador em exercício Pat Brown, para se juntar a ele, sabendo que Brown recusaria, Carmichael caiu na jogada de Reagan.⁹⁰

“Esta é uma conferência de estudantes, como deveria ser, realizada em um *campus*”, disse Carmichael, de 25 anos, magro e sisudo, a uma multidão de 10 mil estudantes de Berkeley. Repetindo o “Pedido pela Liberdade de Expressão” de Frederick Douglass em 1860, Carmichael disse que a regulamentação do discurso equivalia a uma disputa sobre “se os negros teriam ou não o direito de usar as palavras que quiserem sem a autorização dos brancos”. Com Carmichael e a Nova Esquerda, o movimento pelos direitos civis mudou de rumo. “Estamos dizendo ‘liberdade’ há seis anos, e não conseguimos nada”, disse Carmichael em Berkeley. “O que vamos começar a dizer agora é *Black Power*.” H. Rap Brown, do SNCC, que chamava Lyndon Johnson de “branquelo”, disse: “John Brown era o único homem branco que eu poderia respeitar, e ele está morto. O Movimento Negro não tem lugar para liberais brancos. Precisamos de revolucionários. As revoluções precisam de revolucionários.” Huey Newton, fundador dos Panteras Negras, citou as palavras do presidente Mao: “O poder político passa pelo cano de uma arma”.⁹¹

Reagan venceu de lavada, e, nas eleições parlamentares de meio de mandato, 27 dos 48 democratas que foram eleitos junto com Lyndon Johnson em 1964 não conseguiram se reeleger. De cada dez estados, os republicanos conquistaram o governo em nove, e ganharam o controle das Assembleias Legislativas por todo o país. Mas a eleição de 1966 não foi tanto uma vitória dos republicanos sobre os democratas, mas a vitória dos conservadores sobre os liberais.

A estrela de Goldwater sumiu; a de Reagan apareceu. Porta-estandarte conservador, Reagan foi a primeira figura nacional a trazer a intensidade da Guerra Fria à política doméstica. Ele serviu dois mandatos como governador, mantendo suas convicções conservadoras, e esperou enquanto seu partido se

movia para a direita. Ele definiu como sua agenda nada menos do que desmantelar o New Deal.

No gabinete de governo da Califórnia, Reagan não abandonou a retórica da lei e da ordem, nem suas acusações contra a liberdade de expressão nos *campi* das faculdades. Em maio de 1967, quando o governo do estado estava discutindo uma medida de controle de armas, trinta membros dos Panteras Negras, liderados por Bobby Seale, entraram na Assembleia Legislativa da Califórnia armados com uma Magnum, espingardas e pistolas. “Os negros imploraram, oraram, peticionaram, se manifestaram, e fizeram tudo o mais para que a estrutura racista do poder da América conserte os erros que historicamente foram perpetrados contra as pessoas negras”, disse Seale. “Chegou a hora de os negros se armarem contra esse terror antes que seja tarde demais.” Reagan, que sancionou a lei, disse à imprensa que não via “nenhuma razão para que um cidadão andasse hoje pelas ruas com armas carregadas”.⁹²

Johnson convocou uma Comissão Consultiva Nacional sobre Distúrbios Civis para investigar os tumultos. Presidida pelo governador Otto Kerner, de Illinois, a Comissão Kerner produziu um relatório de 426 páginas pedindo 30 bilhões de dólares em gastos urbanos, e, segundo os conservadores, basicamente culpando os brancos pela violência nos bairros negros. A comissão recomendou gastar mais dinheiro em moradias públicas, instituindo programas de empregos em massa e comprometendo-se com o fim da segregação da educação pública. Kerner e seus colegas advertiram que o fracasso de mudança de rumo “poderia levar a um tipo de *apartheid* urbano com lei quase marcial em muitas grandes cidades, alocação forçada de negros em áreas segregadas, e uma redução drástica na liberdade pessoal de todos os americanos, principalmente os negros”. A não ser por uma recomendação sobre a expansão do policiamento urbano, Johnson ignorou o relatório.⁹³

A cada instante de agitação racial, a cada nova forma de protesto público, o capital político de Reagan crescia. “A

liberdade de expressão não exige um púlpito para quem quer falar”, disse ele em 1967. “Não acho que se deva emprestar a essas pessoas o prestígio de nossos *campi* universitários para que apresentem seus pontos de vista.”⁹⁴ Mais tarde naquele ano, estudantes negros do San Jose College, liderados por Harry Edwards, um ex-arremessador de discos e professor de sociologia que usava *dashiki*, o colorido traje africano, fizeram um protesto contra o racismo no *campus* e ameaçaram atrapalhar a partida de primeira rodada do time de futebol americano. Temendo uma revolta, o presidente da faculdade cancelou o jogo — “a primeira vez que uma partida de futebol americano nos Estados Unidos foi cancelada por conflitos raciais”, noticiou o *Times*. Reagan chamou o cancelamento do jogo de “conivência com os infratores da lei”, declarou Edwards incapaz de lecionar e pediu que ele fosse demitido. Edwards chamou Reagan de “incapaz de governar”, e, dois meses depois, começou a organizar uma campanha nacional para atletas negros boicotarem as Olimpíadas de 1968 — começando com um artigo no *Saturday Evening Post* chamado “Why Negroes Should Boycott Whitey’s Olympics” (“Por quê os negros devem boicotar as Olimpíadas dos brancos”) —, o que levou ao protesto *black power* dos dois medalhistas que ergueram o punho cerrado durante a premiação (o que inspirou, décadas mais tarde, o protesto de jogadores da NFL, que se ajoelharam durante a execução do hino nacional).⁹⁵

Enquanto isso, os protestos contra a escalada da guerra no Vietnã galvanizaram a Nova Esquerda e deram a um movimento, até então amplo e bastante desorganizado, foco e intensidade, reunindo movimentos de liberdade de expressão e direitos civis. Em 1966, John Lewis anunciou a oposição do Comitê de Coordenação Não Violenta dos Estudantes à guerra no Vietnã, e seu apoio aos jovens que fugiam do alistamento militar, descritos por Lewis como “os homens desse país que não estão dispostos a responder a uma convocação militar que os obrigaria a dar suas vidas pela agressão dos Estados Unidos no Vietnã em

nome de uma 'liberdade' que consideramos falsa nesse país". Em Berkeley, Stokely Carmichael havia instado os alunos a queimar seus cartões de alistamento para o Exército. O campeão mundial de pesos pesados Muhammad Ali se recusou a lutar no Vietnã, perguntando "por que eles me pediriam para vestir um uniforme, viajar 16 mil quilômetros para longe de casa, e jogar bombas e balas em pessoas de cor no Vietnã, enquanto as pessoas que chamam de negros em Louisville são tratados como cães?". E o argumento contra a guerra ficou mais amplo e mais profundo quando Martin Luther King se juntou a ele em 1967, rompendo sua aliança com Johnson ao declarar: "Estamos travando uma guerra imoral."⁹⁶

Johnson se perdeu na guerra. A política externa nunca foi o seu forte. E ele descobriu tarde demais que *O Tratamento* não funcionava em Ho Chi Minh. Em 1967, quase meio milhão de soldados americanos estavam no Vietnã. Só naquele ano, 9 mil americanos morreram lá, e a guerra consumiu 25 bilhões de dólares do orçamento federal. Para pagar por isso, Johnson, recusando-se a aumentar os impostos, pois havia acabado de convencer o Congresso a aprovar uma redução tarifária, deixou a Grande Sociedade à míngua. Quando finalmente decidiu pedir um aumento de impostos, só conseguiu obtê-lo ao concordar com mais cortes de gastos em seus programas de combate à pobreza. A inflação já havia começado a aumentar, o que corroborava as teorias econômicas endossadas pelos conservadores. Em 1968, o secretário de Defesa e arquiteto da guerra de Johnson, Robert McNamara, não estava mais disposto a continuar, e renunciou.⁹⁷

Em janeiro de 1968, durante o *Tet*, o ano novo vietnamita, os norte-vietnamitas realizaram ataques por todo o Vietnã do Sul, inclusive na embaixada dos Estados Unidos em Saigon. Johnson alegou que os norte-vietnamitas eram fracos, e que a guerra estava quase vencida. A Ofensiva Tet expôs a profundidade dessa mentira. Em março, o colunista do *New York Times*, James Reston, declarou: "A principal crise não é no Vietnã em si, nem

nas cidades, mas no sentimento de que o sistema político, feito para lidar com essas coisas, se quebrou.”⁹⁸

Enquanto os americanos lidavam com as notícias do Vietnã, a temporada de primárias para as eleições presidenciais teve início. Lyndon Johnson venceu a primária democrata em New Hampshire com apenas 49% dos votos. Um candidato antiguerra, Eugene McCarthy, congressista de Minnesota, havia conseguido 42%. Encorajado pela vitória apertada de Johnson, Robert Kennedy entrou na corrida. Depois de insistir em 1963 para que Johnson não se retirasse do Vietnã, Kennedy agora se opunha ao que chamava de “guerra de Johnson”. George Wallace também entrou na corrida. Johnson estava sendo espremido pela esquerda e pela direita, tanto pelo que estava acontecendo nas cidades americanas quanto pelo que estava acontecendo no Vietnã. E as duas coisas sequer eram vistas separadamente. Em 1966, Wallace não conseguiu concorrer à reeleição como governador do Alabama por causa de uma lei de sucessão, e colocou sua esposa, Lurleen, para concorrer em seu lugar (ela venceu por uma proporção de dois votos para um). Em 1968, quando George Wallace decidiu fazer campanha pela indicação democrata à presidência, Stokely Carmichael, falando em Birmingham, disse que, se o Exército desse uma arma a um soldado negro e “lhe pedisse para atirar em seu inimigo... se ele não atirar em Lurleen, George e seu filho mais novo, ele é um tolo”.⁹⁹ Johnson precisou fazer campanha até contra o fantasma de Barry Goldwater. Em Chicago, um *outdoor* que em 1964 trazia escrito “No seu coração, você sabe que ele está certo”, quatro anos depois dizia: “Agora você sabe que ele estava certo”.¹⁰⁰

Enojado e desanimado, Johnson anunciou em 31 de março que não iria concorrer à reeleição. Ele havia decidido se dedicar ao fim da guerra. “Com nossas esperanças e a esperança de todo o mundo pela paz, em jogo todos os dias”, disse ele em um discurso televisionado, “não acredito que deva dedicar uma hora ou um dia do meu tempo a quaisquer causas partidárias

peçoais”. Perplexo, o *New York Times* publicou uma manchete de três linhas, no estilo “acredite se puder”:

JOHNSON DIZ QUE NÃO VAI CONCORRER;
INTERROMPE OS ATAQUES AO VIETNÃ DO NORTE
PEDE A HANÓI PARA QUE SE JUNTE AO PROCESSO DE PAZ¹⁰¹

Mas a paz não viria; nem a moderação continuaria. Quatro dias depois, na varanda de um hotel em Memphis, Martin Luther King foi morto com um tiro dado por um ex-presidiário branco. À medida que a notícia se espalhou, houve revoltas em 130 cidades. Da Califórnia, Reagan, concedendo apenas um breve momento para o luto, declarou que o assassinato de King fazia parte da “grande tragédia que se iniciou quando começamos a comprometer a lei e a ordem, e as pessoas começaram a escolher quais leis violariam”. Stokely Carmichael anunciou que “a América branca matou o Dr. King”, e, ao fazê-lo, “declarou guerra à América negra”. A uma multidão em Washington, ele ordenou que fossem “para casa pegar suas armas”.¹⁰²

Um abatido Robert Kennedy falou de cima de um caminhão em Indianápolis. “O que precisamos nos Estados Unidos não é de divisão”, disse ele, nervoso, pegando o papel no qual havia rabiscado algumas notas às pressas. “O que precisamos nos Estados Unidos não é ódio; o que precisamos nos Estados Unidos não é violência e ilegalidade, mas amor, sabedoria e compaixão um pelo outro, e um sentimento de justiça com aqueles que ainda sofrem em nosso país, sejam brancos ou negros.” Dois meses depois, após vencer a primária da Califórnia, Kennedy foi assassinado enquanto deixava o salão de um hotel em Los Angeles.¹⁰³



Jovens no Central Park, em Nova York, homenageiam Martin Luther King Jr. após seu assassinato em Memphis, em 4 de abril de 1968. (Benedict Fernandez, cortesia Harvard Art Museums / Fogg Museum, transfer do Carpenter Center for the Visual Arts, Beinecke Fund.)

A nação sofria como Jó no deserto, caída de joelhos. O que mais aconteceria?

V.

A HORA DE RICHARD NIXON havia chegado. Ele reformularia seu anticomunismo em torno de uma nova retórica política: o antiliberalismo. Como Reagan havia feito na disputa ao governo da Califórnia dois anos antes, ele apostaria sua campanha pela indicação republicana para a presidência em uma promessa de restauração da lei e da ordem. “Fomos amplamente advertidos de que enfrentamos a perspectiva de uma guerra se armando dentro de nossa própria sociedade”, disse ele em um discurso de rádio em 7 de março de 1968, dias antes das primárias de New Hampshire. “Vimos o ódio crescente, ouvimos as ameaças de incêndios e destruição. Em Watts, em Harlem, em Detroit e em Newark, tivemos uma amostra do que essas organizações de

insurreição estão planejando para o próximo verão.” Ele prometeu que, se eleito, não se acovardaria diante dessas ameaças. Em New Hampshire, ele recebeu 79% dos votos republicanos.¹⁰⁴

Nixon sabia que quanto mais violentos os distúrbios, e quanto piores as notícias vindas do Vietnã, maiores eram suas chances. Convencido de que a paz impediria seu caminho para a Casa Branca, ele providenciou para que Anna Chennault, nascida na China e viúva de um general americano, atuasse como uma emissária para prometer ao Vietnã do Sul que o país obteria melhores condições no acordo de paz se esperasse até depois da eleição e de uma eventual vitória de Nixon. Johnson ouviu rumores sobre o acordo, ligou para Nixon, e o confrontou. Nixon, mentindo, negou. Johnson fracassou em negociar uma paz; a guerra duraria mais cinco anos, a um custo de inúmeras vidas. Quando os bombardeios acabaram, em 1973, os Estados Unidos haviam lançado sobre o Vietnã e seus vizinhos, Laos e Camboja, mais de 7,5 milhões de toneladas de bombas, o equivalente a 100 bombas atômicas e 3 vezes todos os explosivos utilizados na Segunda Guerra Mundial.¹⁰⁵

Se King e Kennedy pediram amor, Nixon, assim como Carmichael, conhecia o poder do ódio. Seu jovem estrategista político, um triturador de números chamado Kevin Phillips, explicou que entender política se resumia a entender quem odeia quem: “Esse é o segredo.” O conselho de Phillips a Nixon era conhecido como “estratégia sulista”, e consistia em conquistar os democratas do Sul e desistir dos negros, trocando o discurso dos direitos civis pela retórica da lei e da ordem. Enquanto Nixon se preparava para a Convenção Nacional Republicana, reunida em Miami no mês de agosto, ele ouviu Phillips, que explicou que a eleição seria vencida ou perdida na equação entre “lei e ordem” e a “revolução socioeconômica negra”, mas que não havia motivo para falar como George Wallace. Tudo isso poderia ser feito de maneira muito mais sutil. Em seu discurso de aceitação à indicação em Miami, Nixon invocou o apocalipse. “Quando

olhamos para a América, vemos cidades envoltas em fumaça e chamas”, disse ele. “Ouvimos sirenes durante a noite.” Mas havia outro som, um som mais calmo, uma voz mais calma — uma voz silenciada —, que os americanos deveriam ouvir. “É a voz tranquila em meio ao tumulto e os gritos. É a voz da maioria dos americanos, dos americanos esquecidos — os que não gritam; os que não protestam. Eles não são racistas ou doentes; eles não são culpados do crime que assola a terra... Eles são pessoas boas, são pessoas decentes; eles trabalham e economizam, pagam seus impostos e se importam.”¹⁰⁶

O Partido Republicano adotou uma plataforma que se autodenominava como anticrime (e contra a Comissão Kerner): “Devemos restabelecer o princípio de que os homens são responsáveis pelo que fazem, de que os criminosos são responsáveis por seus crimes, e que, embora o ambiente da sua juventude possa ajudar a explicar o crime do homem adulto, não o exime de culpa.” Mas como o conselheiro de Nixon, John Dean, disse mais tarde: “Eu ficava produzindo aquelas besteiras sobre a política criminal de Nixon antes de ele ser eleito. E era besteira, nós sabíamos disso. A campanha de Nixon não propunha nada sobre a questão criminal que Ramsey Clark [procurador-geral de Johnson] já não estava fazendo no governo de Lyndon Johnson. Apenas fizemos mais barulho.”¹⁰⁷

Duas semanas após os republicanos se reunirem em Miami, a Convenção Nacional Democrata se reuniu em Chicago. Os manifestantes antiguerra também chegaram a Chicago, junto com o movimento Students for a Democratic Society (“Estudantes por uma Sociedade Democrática”), *yippies* (como eram chamados os membros do Partido Internacional da Juventude [Youth International Party, YIP]), anarquistas e interesseiros em geral. Eles foram recebidos por uma força policial militar similar à de um exército de ocupação: cerca de 12 mil policiais de Chicago, 6 mil guardas nacionais, 6 mil soldados do Exército e mil agentes de inteligência à paisana. Richard Daley, prefeito da cidade, insistiu que a lei e a ordem

prevaleceriam.¹⁰⁸ Havia até policiais armados no salão de convenções. O partido não tinha líder: Johnson havia renunciado, Robert Kennedy fora morto. O vice-presidente de Johnson, Hubert Humphrey, que não havia concorrido em nenhuma primária, levou a indicação, derrotando Eugene McCarthy e despertando a ira da ala à esquerda do partido.

Em novembro, Nixon venceu Humphrey, fazendo os americanos acreditarem que ele estava falando por todos eles, a “Maioria Silenciosa”. Os partidos estavam sendo escolhidos por ideologia. E também estavam sendo escolhidos por raça. Em 1960, cerca de 3 em cada 5 trabalhadores comuns haviam votado nos democratas; em 1968, apenas 1 em cada 3 o fez. Em 1960, 1 em cada 3 negros votou em Nixon e não em John F. Kennedy; em 1972, apenas 1 em cada 10 votaria em Nixon e não no candidato democrata, o senador George McGovern, da Dakota do Sul.¹⁰⁹

Uma era de consenso político alcançado em meados do século havia chegado a um fim inacreditavelmente violento. Depois de 1968, a política americana seria movida mais uma vez pela divisão, pelo ressentimento, e pela animosidade. Até Leone Baxter começou a ter remorsos. Entrevistada na década de 1960, ela alertou que a consultoria política deveria ser mantida “nas mãos de pessoas éticas e com princípios... ou vai acabar nas mãos de pessoas que não têm consideração pelo mundo ao seu redor”.¹¹⁰



O poeta e boxeador Rodolfo Gonzales, líder do movimento Chicano, discursa durante um comício em Denver, em 1970. (Dave Buress / The Denver Post / Getty Images.)

E o que dizer do passado americano? A história americana era uma mentira? O movimento dos direitos civis e a guerra no Vietnã chamaram a atenção para aspectos que foram deixados de fora dos livros de história americana desde sempre. O Movimento dos Índios Americanos, fundado em 1968, desafiava a história das origens da nação. Em 1969, Deloria publicou *Custer Died for Your Sins: An Indian Manifest* (“Custer morreu pelos seus pecados: um manifesto índio”), um dos livros mais influentes da década, denúncia feroz e profunda das atrocidades resultantes da conquista e do apagamento dos povos nativos na narrativa da história americana. No ano em que o livro foi publicado, o grupo Índios de Todas as Tribos (Indians of All Tribes), o Movimento dos Índios Americanos (American Indian

Movement) e outros tomaram uma prisão abandonada na ilha de Alcatraz, em uma ocupação que duraria até meados de 1971, exigindo o reconhecimento pelo governo federal da soberania nativa e também que a ilha se tornasse um Centro de Estudos dos índios americanos. O movimento *Black Power*, o movimento *Chicano* e um crescente movimento asiático-americano fizeram outras exigências. Em Denver, em 1969, o ativista chicano Rodolfo Gonzales, que havia fundado a Cruzada pela Justiça (Crusade for Justice), liderou uma paralisação de estudantes mexicanos-americanos em um protesto contra o currículo de história americana, insistindo que ele fosse revisado para “reforçar a inclusão, em todas as escolas dessa cidade, da história de nosso povo, nossa cultura, nosso idioma e nossas contribuições para este país”.¹¹¹ Departamentos de Estudos Negros foram fundados em faculdades — o primeiro, em 1969, na San Francisco State —, seguidos pelos departamentos de Estudos Chicanos e departamentos de Estudos da Mulher — fundados primeiro na San Diego State em 1970 — e departamentos de Estudos de Sexualidade e Gênero. Uma revolução nas ruas produziu uma revolução no ensino: surgia um novo passado americano.

Uma nova história americana — acompanhada da ampliação de pesquisas nas ciências sociais e humanidades em geral — era necessária havia muito tempo. Mas, no contexto da guerra no Vietnã, questionar a autoridade acadêmica e apontar o viés dos especialistas começou a se transformar em negação da própria verdade. Uma grande quantidade de pesquisas universitárias, não apenas em engenharia e tecnologia de armas, havia sido utilizada para promover e sustentar a guerra no Vietnã, uma guerra que a maioria dos americanos considerava um erro de julgamento, e muitos consideravam imoral. A Guerra Fria havia demandado a muitos cientistas e estudiosos do país que voltassem suas pesquisas à busca de objetivos militares e relacionados à política externa; a Guerra do Vietnã desnor-teava a própria academia. Após a Ofensiva Tet, as audiências no Senado

a respeito dos gastos militares revelaram, entre muitos outros escândalos acadêmicos, a extensão do trabalho de anos da Simulmatics no Vietnã do Sul, onde conduziu pesquisas de opinião pública analisando os sonhos dos moradores vietnamitas como uma maneira de entender a insurgência, um projeto parecido com outras pesquisas da empresa usadas para o combate à “insurgência urbana”. O senador do Arkansas, J. William Fulbright, que convocou as audiências, denunciou cientistas sociais como Ithiel de Sola Pool por não conseguirem fornecer “um contrapeso eficaz ao complexo industrial militar, reforçando a ênfase nos valores tradicionais de nossa democracia”, e que, em vez disso, “se uniram à estrutura dominante”. Noam Chomsky, escrevendo na *New York Review of Books* em 1969, argumentou que grande parte da vida acadêmica nos Estados Unidos — a produção do conhecimento em si — havia sido subornada com o objetivo de travar uma guerra grotesca na qual toda a coragem havia sido demonstrada pelos jovens: pelos jovens soldados que travaram a guerra e pelos jovens estudantes que protestaram contra ela. “Enquanto os jovens dissidentes pedem a ressurreição da promessa americana, os mais velhos continuam a subvertê-la”, disse Fulbright, condenando os intelectuais da nação pela “entrega da independência, a negligência no ensino, e a distorção da educação”, e acusando a universidade de abdicar de sua função elementar, “não apenas deixando de cumprir suas responsabilidades com os alunos”, como também “traíndo a confiança pública”.¹¹²

A academia teria seu acerto de contas. O Vietnã convenceu muitos intelectuais americanos a se retirarem da vida pública, alegando que a única posição ética defensável era a recusa a se envolver em discussões políticas e relacionadas à política partidária. Mas, em faculdades e universidades, revelações sobre as traições das administrações de Kennedy, Johnson e Nixon, e sobre a cumplicidade de estudiosos e cientistas, rapidamente se transformaram em desencantamento e em uma profunda

alienação da própria ideia de país. “Aprendi a desprezar meus compatriotas, meu governo, e todo o mundo de língua inglesa, com sua história de genocídio e domínio internacional”, disse um radical dos anos 1960. “Eu era uma criança normal.”¹¹³

Em alguns setores da esquerda, a ideia de que tudo era mentira tornou-se a verdade da moda. O pós-estruturalismo e o pós-modernismo impregnavam não apenas a vida intelectual americana, como também, a política americana. Se tudo é política, e política é uma série de mentiras, então não há verdade. “De repente, percebi que eles não acreditavam de verdade na natureza das coisas”, escreveu o crítico social Paul Goodman sobre seus alunos no final dos anos 1960. “Não havia conhecimento, apenas a sociologia do conhecimento. Eles haviam aprendido tão bem que a pesquisa física e social é subsidiada e conduzida em benefício da classe dominante, que passaram a duvidar da existência de uma verdade pura e simples.”¹¹⁴ E isso foi *antes* de Watergate.

Enquanto isso, na direita, um novo conhecimento político envolvia um novo tipo de cálculo político que produzia um novo e ainda mais profundo cinismo. A campanha de Nixon em 1968, com sua “estratégia sulista”, foi divisiva. Assim que assumiu o cargo, ele começou a pensar em sua reeleição, planejando uma campanha ainda mais polarizada, que determinaria a direção de sua presidência. *The Emerging Republican Majority*, livro de Kevin Phillips, foi lançado no final de 1969. Nixon o leu no Natal, e disse a seu chefe de gabinete, H. R. Haldeman: “Procure poloneses, italianos e irlandeses, precisamos aprender a entender a maioria silenciosa... não vá atrás dos judeus e dos negros.”¹¹⁵ (Haldeman, um californiano, se voluntariou para a campanha da chapa Eisenhower-Nixon em 1952, e deixou seu emprego para gerenciar a primeira campanha presidencial de Nixon: ele havia aprendido a fazer campanhas com a Campaigns, Inc. “Whitaker e Baxter eram o tipo de campanha dos bons e velhos tempos”, disse Haldeman certa vez, “os vovôs”.)¹¹⁶

Os democratas traçaram seu próprio caminho para alcançar a maioria, não menos interessados nas estratégias de segmentação do mercado. Dois estrategistas democratas, Richard M. Scammon e Ben J. Wattenberg, publicaram seu próprio manifesto alguns meses após o livro de Phillips ser lançado. Assim como Phillips, Scammon e Wattenberg estavam usando computadores para estudar os resultados das eleições e das pesquisas de opinião pública. No livro *The Real Majority*, de 1970, os dois argumentaram que, além das questões mundanas que havia tanto tempo determinavam como os cidadãos votavam, “parece que os americanos estão começando a se organizar politicamente também em torno dos eixos de certas situações sociais”. O Partido Republicano estava se movendo para a direita, capitalizando a reação contra os direitos civis, e alguns membros do Partido Democrata estavam planejando se mover para a esquerda. Scammon e Wattenberg explicaram: “Sob a bandeira da Nova Política, fala-se em formar uma nova coalizão de esquerda, composta por jovens, negros, pobres, pessoas escolarizadas, alienados da sociedade, grupos de minorias e intelectuais — enquanto o americano médio, especialmente os brancos sindicalizados, são relegados à classificação de ‘racistas’.” Essa coalizão seria um desastre para o Partido Democrata, previram Scammon e Wattenberg, e eles argumentaram contra essa ideia de forma veemente. “A maioria dos eleitores nos Estados Unidos não é jovem, não é pobre e não é negra; eles são de meia-idade, classe média, instrução média”, ressaltaram, e o eleitor médio, falando do ponto de vista estatístico, era uma dona de casa católica de Dayton, Ohio, casada com um mecânico:

Saber que essa mulher em Dayton tem medo de andar pelas ruas sozinha à noite, saber que ela tem sentimentos conflitantes sobre a questão dos negros e dos direitos civis, porque antes de se mudar para os subúrbios ela morava em um bairro que se tornou totalmente negro, saber que o cunhado dela é policial, saber que ela não tem dinheiro para se mudar se seu novo bairro se deteriorar, saber que ela está muito angustiada por seu filho estar frequentando uma faculdade comunitária em cujo *campus* foi

encontrado LSD — saber tudo isso é apenas o início do conhecimento político contemporâneo.

Scammon e Wattenberg recomendaram que os democratas se movessem para o centro, mas temiam que os seus conselhos não fossem seguidos. E eles estavam certos.¹¹⁷

Mas o conselho não foi ignorado por Nixon. Ele leu antecipadamente um exemplar de *The Real Majority* três semanas antes de o livro ser publicado. O presidente “falou sobre a verdadeira maioria, e precisa levar essa ideia para todo o nosso pessoal”, registrou Haldeman em suas anotações. “Ele quer atacar a pornografia, as drogas, os jovens delinquentes.” Nixon disse: “Deveríamos focar nossa estratégia principalmente nos democratas descontentes, na mão de obra menos qualificada, e na classe trabalhadora das etnias brancas”, e, então, “partirmos para conquistar o voto da dona de casa de 47 anos em Dayton”. Ele decidiu mudar o curso da estratégia da Casa Branca nas eleições de meio de mandato em 1970, interrompendo uma campanha que atacava os democratas como “grandes gastadores”, e colocando em seu lugar uma campanha pelos votos dos trabalhadores comuns, com base em questões sociais, da maconha à pornografia. Ele orientou seu vice-presidente, Spiro Agnew, a deslocar os democratas do centro político, chamando pessoas como Edward Kennedy de “liberais radicais”. A equipe de Nixon incorporou esse argumento à retórica da campanha, pedindo que ele fizesse uso da mesma mensagem ao conversar com os eleitores: “Hoje, as minorias raciais estão dizendo que você não pode vencer na América. O que eles querem dizer é que eles se recusam a começar no início da escada, da maneira que você fez. Eles querem ultrapassar você... e querem que tudo seja entregue a eles.” Analisando tal estado das coisas, o cientista político Andrew Hacker anunciou em 1970 “o fim da era americana”, argumentando que a nação não era mais uma nação, mas uma coleção de “duzentos milhões de egos”.¹¹⁸

Nixon, cuja força sempre foi a política externa, não estava muito interessado na política interna, que ele largou em grande parte nas mãos de seu assessor John Ehrlichman. Ele estava interessado, porém, em usar tal política para dividir melhor os seus oponentes. Ele dizia que o Estado de bem-estar social não era mais do que “construir latrinas na cidade de Peoria”. Escolheu enfrentar o desemprego e as crescentes filas de beneficiários da assistência social com uma proposta feita pela primeira vez pelo economista Milton Friedman, da Universidade de Chicago, na década de 1950. Sua principal iniciativa nacional, anunciada em agosto de 1969, foi um programa de renda garantida que ele chamou de Plano de Assistência à Família (Family Assistance Plan, FAP). A ideia acabaria com o sistema de assistência social, eliminando assistentes sociais e diversos programas assistenciais, que seriam substituídos por um pagamento em dinheiro a todos os que ganhavam abaixo de um determinado nível salarial. Diferente do programa de assistência social que já existia, o FAP incentivava os pobres a trabalharem; o pagamento aumentava conforme o nível de renda. Quando uma pesquisa da Gallup foi feita, que perguntava “Você seria favorável ou contra este plano?”, 62% dos entrevistados disseram que seriam contra.¹¹⁹

Durante o primeiro mandato de Nixon, a oposição dentro dos círculos políticos cresceu. Os conservadores se opuseram ao FAP, porque era uma forma de assistencialismo do governo; a esquerda, especialmente a Organização Nacional dos Direitos do Bem-Estar Social (National Welfare Rights Organization), se opôs ao plano porque ele não era generoso o suficiente (“FORA FAP”, diziam seus cartazes). Nixon gostava de ver os grupos brigando por causa da ideia. E quando, politicamente, chegou a hora certa, ele a abandonou. Crie uma “grande encenação para o plano”, disse ele a Haldeman, mas “garanta que ele seja morto pelos democratas”.¹²⁰

As maquinações de Nixon com o Congresso não eram muito mais cínicas do que as de alguns outros presidentes americanos.

Mas seu compromisso em garantir que os americanos não confiassem uns nos outros era algo bem diferente. Ele costumava mandar Agnew fazer a parte mais desagradável desse trabalho, ainda mais quando se tratava de atacar a imprensa e os intelectuais liberais. “Dividir o povo americano foi a minha principal contribuição para o cenário político nacional”, disse Agnew mais tarde. “Não apenas me declaro culpado dessa acusação, como também fico lisonjeado com ela.”¹²¹

Muitos dos meios que Nixon usou para desacreditar e atacar seus oponentes, tanto em casa quanto no exterior, envolveram abusos de poder que se tornaram comuns durante a Guerra Fria, quando a histeria anticomunista e a urgência do discurso de segurança nacional se sobrepuseram ao juízo e as regras da lei. Outros presidentes do período da Guerra Fria haviam usado a CIA para conduzir operações secretas no exterior, utilizado o FBI para espionar cidadãos americanos, e a Receita Federal, para auditar opositores políticos. Mas Nixon foi descoberto em parte devido à sua própria paranoia, insegurança e imprudência. E a prova de sua desonestidade, na forma de gravações feitas na Casa Branca, trouxe um novo tipo de evidência histórica não apenas para os arquivos, como também para a memória do público, um tipo de evidência muito mais íntima e crua do que as coleções de memórias contidas e autocomplacentes que narram a maioria das presidências. As fitas acabariam por levar ao processo de *impeachment* e à renúncia de Nixon. Mas elas também mudaram a maneira como os americanos entendiam a presidência, uma vez que elas alteraram o registro histórico, oferecendo a visão das conversas mais casuais, que revelavam um Nixon fanático, desconfiado e mesquinho. Vejamos uma conversa entre Nixon e Haldeman sobre o apresentador de televisão Dick Cavett em junho de 1971:

HALDEMAN: Estamos em guerra com Cavett.

NIXON: Ele é apenas um esquerdista? Esse é o problema?

HALDEMAN: Sim.

NIXON: Ele é judeu?

HALDEMAN: Eu não sei. Ele não parece ser.¹²²

Franklin Delano Roosevelt fez buracos no piso do Salão Oval para a instalação de fios que permitissem a gravação de entrevistas coletivas. Truman usava um microfone escondido em um abajur na sua mesa. Eisenhower gravou conversas no Salão Oval e grampeou seu próprio telefone. Kennedy e Johnson usaram um sistema de gravação instalado pelo Comando de Comunicação do Exército. Após sua posse, Nixon ordenou a desmontagem do sistema de Johnson; ele não gostava de ser obrigado a lembrar quando devia ligar e desligar o interruptor. Ainda assim, seu secretário de Estado, Henry Kissinger, fazia os secretários ouvirem as reuniões e tomarem notas. Enfim, um sistema de gravação parecia mais simples do que uma tropa de secretários, mas como Nixon queria que as fitas servissem como uma crônica completa e precisa de sua presidência, ele pediu um sistema que fosse ligado automaticamente, ao menor sinal de ruído. No início de 1971, Haldeman instalou um novo sistema secreto de gravação em fita que era ativado por voz e muito sensível, para gravar reuniões e conversas telefônicas no Salão Oval, na Sala de Estar Lincoln e na Sala do Gabinete. (Somente Nixon e Haldeman sabiam sobre o sistema; Kissinger e John Ehrlichman estavam entre os que não sabiam.)¹²³

Durante os meses em que Haldeman estava ajustando o novo sistema de gravação na Casa Branca, Daniel Ellsberg, analista de Defesa, tentava encontrar uma maneira de divulgar ao público um estudo de 7 mil páginas e 47 volumes a respeito da guerra na Vietnã, que havia sido encomendado por Robert McNamara em 1967, pouco antes de ele anunciar sua renúncia. Os *Pentagon Papers* (“Papéis do Pentágono”), como o relatório foi chamado, eram uma crônica das mentiras e dos erros de uma administração após a outra em uma campanha de guerra mal pensada, cruel e irresponsável no Vietnã. Ellsberg, que trabalhou no relatório, havia feito uma seleção de fotocópias na esperança

de que sua exposição acabasse com a guerra. A partir de 1969, ele tentou ganhar o interesse de membros da administração de Nixon, incluindo Kissinger, mas sem sucesso. Ele tentou fazer com que um membro do Congresso vazasse o relatório, também sem sucesso. Ele então contatou o *New York Times* no início de 1971; o jornal começou a publicar trechos do relatório em 13 de junho. “Quatro administrações consecutivas foram responsáveis por comprometer política, militar e psicologicamente o país na Indochina”, escreveu o *Times*, introduzindo a crônica de um conflito de uma década que o governo havia conduzido para manter “o poder, a influência e o prestígio dos Estados Unidos... não se importando com quais eram as condições no Vietnã”.¹²⁴

Os *Pentagon Papers* não acusavam o governo Nixon; o estudo terminou em 1968. Se as publicações serviram para algo, foi para reforçar a posição de Nixon, pois permitiram a ele culpar Kennedy e Johnson pelo Vietnã. Mas os assistentes de Nixon entenderam as implicações do estudo vazado. “Para o homem comum, tudo isso é um monte de bobagens”, disse Haldeman. “Mas, de toda essa bobagem, surge uma coisa muito clara: não se pode confiar no governo; não se pode acreditar no que ele diz; e não se pode confiar no seu julgamento.” Nixon, que tinha muito medo de ser descoberto — por qualquer coisa —, estava convencido de que o vazamento de Ellsberg para o *Times* fazia parte de uma conspiração contra ele, “um esquema judaico”, como ele descreveu, “pela mesma mídia que apoiou Hiss”. Seus assessores não o demoveram dessa teoria. Kissinger, um judeu alemão, fez um alerta: “Se essa história pegar, eles farão o mesmo com você.” Kissinger convenceu Nixon a pedir ao Departamento de Justiça que proibisse o *Times* de publicar outras partes do relatório. Enquanto o caso chegava à Suprema Corte, o *Washington Post* começou a publicar os documentos. Em 30 de junho, a Suprema Corte decidiu que a publicação dos documentos poderia prosseguir; o Departamento de Justiça, no entanto, processou Ellsberg.¹²⁵

Diante da possibilidade de que seus oponentes políticos estivessem ganhando poder, outros presidentes costumavam chamar J. Edgar Hoover e colocar o FBI no caso. Porém, após a divulgação dos *Pentagon Papers*, Hoover se mostrou cauteloso com a possibilidade de fazer uso da vigilância ilegal, e de outros expedientes ainda menos lícitos. O governo Nixon precisou fazer seu próprio trabalho sujo, grande parte do qual também foi capturado em gravações, como quando, em julho de 1971, Nixon ordenou que sua equipe explodisse um cofre do grupo de pesquisa Brookings Institution para encontrar arquivos sobre o Vietnã que pudessem constranger Johnson, uma medida motivada por nada além de rancor, uma vez que o ex-presidente estava fora do cargo havia mais de dois anos.¹²⁶ O governo também estabeleceu uma Unidade de Investigações Especiais, chefiada por um fanático ex-assessor de Ehrlichman chamado G. Gordon Liddy, que posteriormente foi alocado para trabalhar no Comitê para Reeleição do Presidente (Committee to Re-elect the President, CRP, popularmente conhecido como CREEP). No sábado, 17 de junho de 1972, Liddy ordenou que 5 homens invadissem os escritórios de Lawrence O'Brien, presidente do Comitê Nacional Democrata, no Hotel Watergate, para roubar documentos e consertar grampos que haviam sido colocados nos telefones dos escritórios. Depois de terminar esse trabalho, os ladrões deveriam seguir para a sede da campanha de George McGovern, no Capitólio, para fazer a mesma coisa, mas nunca chegaram lá, porque foram presos no Hotel Watergate. Nixon não sabia sobre a invasão antes que ela acontecesse, mas, seis dias depois, em 23 de junho, ele foi gravado em fita discutindo com Haldeman um plano para acobertar a situação.¹²⁷

Enquanto o governo Nixon conduzia o acobertamento em segredo, com a expectativa de que o presidente pudesse usar seus privilégios executivos para impedir que alguém ouvisse algo de suas gravações, a campanha de reeleição de Nixon prosseguia. Em novembro de 1972, Nixon conquistou 61% dos votos populares, e se tornou o primeiro candidato presidencial a

conquistar 49 estados, perdendo apenas Massachusetts e Washington, DC, para McGovern. A carência emocional de Nixon e a maneira como seu desejo por aprovação era alimentado por seus assessores são perfeitamente ilustrados em uma conversa que ele teve com Kissinger após o discurso em que McGovern aceitava a derrota, que Nixon considerou muito fraco no reconhecimento de sua vitória. Nixon chamou McGovern de “idiota”.

NIXON: Você não acha?

KISSINGER: Com certeza. Ele não foi generoso.

NIXON: Sim.

KISSINGER: Ele foi petulante.

NIXON: Sim.

KISSINGER: Indigno.

NIXON: Certo. Como você deve saber, respondi para ele de uma maneira bastante decente.

KISSINGER: Bem, achei que foi uma ótima declaração. Ano após ano, a mídia ficou incomodando você. Todos os intelectuais estavam contra, e você deu a volta por cima...

NIXON: Isso mesmo.

KISSINGER: ...e teve a maior vitória. ¹²⁸

Cinco dias antes da posse para seu segundo mandato, em janeiro de 1973, Nixon anunciou o fim da guerra no Vietnã; o tratado de paz seria assinado em Paris no final daquele mês. Em seu discurso de posse, no dia 20, ele anunciou o início de uma nova era de paz e progresso, impulsionada por uma revolução conservadora. “No exterior e em casa, chegou a hora de nos afastarmos das políticas condescendentes do paternalismo — da noção de que ‘Washington sabe o que é o melhor’”, disse ele. “Vamos incentivar os indivíduos em casa e os países no exterior a fazer mais por si mesmos, a decidir mais por si mesmos.” Se os americanos tinham confiado demais no governo, não foi porque o governo não era confiável, ou porque os presidentes haviam

mentido para o povo americano; foi porque as pessoas deveriam fazer mais por si mesmas. As atrocidades cometidas em nome do povo americano no Vietnã, Cambodja e Laos, o caos nas ruas americanas — não foram culpa dos representantes eleitos que cometeram erros graves, mentiram para a imprensa e obstruíram a justiça. Essas coisas foram falhas do liberalismo, que havia ensinado os americanos a esperar muito do governo. “Ao confiar demais no governo, acabamos pedindo mais do que ele pode oferecer”, declarou Nixon. “Isso só leva a expectativas infladas, à redução do esforço individual, e a uma decepção e frustração que corroem a confiança, tanto no que o governo pode fazer quanto no que as pessoas podem fazer.” Kennedy pediu aos americanos: “Não pergunte o que seu país pode fazer por você; pergunte o que você pode fazer por seu país.” Nixon pediu aos americanos que perguntassem o que poderiam fazer por si mesmos.

Dois dias após a posse, Lyndon Johnson, com 64 anos, teve um ataque cardíaco em seu rancho no Texas. Johnson, que havia abandonado o hábito de fumar sessenta cigarros por dia após seu primeiro ataque cardíaco em 1955, fumou seu primeiro cigarro em quatorze anos no voo de volta para casa, saindo da primeira posse de Nixon. Sozinho em casa, em 22 de janeiro, com dores no peito, telefonou pedindo ajuda, mas a ajuda chegou tarde demais.

Dez dias antes de sua morte, em sua última entrevista, concedida a Walter Cronkite, um Johnson cansado, usando camisa de flanela abotoada e óculos grossos de armação de arame, falou com orgulho sobre o papel que desempenhou no avanço dos direitos civis: a Lei dos Direitos Civis de 1964, a Lei dos Direitos de Voto de 1965, a Lei da Moradia Justa de 1968, o discurso do “Vamos superar” que ele fez durante a crise em Selma, e a indicação em 1967 de Thurgood Marshall para o Supremo Tribunal. “Estamos vivendo em uma era rápida, todos nós somos muito impacientes, e, mais do que isso, somos muito intolerantes com as opiniões do próximo, com seus julgamentos, sua conduta, suas tradições, e seu modo de vida”, disse Johnson

a Cronkite, com uma voz cansada, cheia de dor. Quando Johnson morreu, Thurgood Marshall disse: “Ele morreu de coração partido.”¹²⁹

O colapso de Nixon ocorreu mais lentamente, como uma ferida infeccionada, que ele mesmo provocou. Em fevereiro, o Senado votou na convocação de um comitê especial para investigar o roubo do caso Watergate. Em maio, o novo procurador-geral de Nixon, Elliot Richardson, indicou Archibald Cox como promotor especial. Em julho, o comitê do Senado soube das fitas, mas, quando Cox as requisitou, Nixon se recusou a entregá-las, citando privilégios executivos. O encobrimento tinha dado errado. As acusações contra Ellsberg foram retiradas quando a investigação de Watergate revelou que os agentes de Liddy invadiram o consultório do psiquiatra de Ellsberg na Califórnia. Ainda assim, Nixon não tinha muito medo do *impeachment*, pois tinha como vice-presidente o notoriamente corrupto e muito desprezado Agnew. (Ele se referia a Agnew como o “dilema dos assassinos”.¹³⁰) Mas, em outubro, Agnew não contestou uma acusação de sonegação de impostos e renunciou. Dez dias depois, no que ficou conhecido como o “Massacre de Sábado à Noite” (“Saturday Night Massacre”), Nixon pediu a Richardson para demitir Cox; quando Richardson se recusou e renunciou, Nixon pediu ao vice-procurador-geral William Ruckelshaus para fazê-lo; Ruckelshaus também renunciou. Finalmente, Nixon obrigou o procurador-geral Robert Bork a demitir Cox — um abuso de poder que assombraria Bork, o FBI e o próprio Departamento de Justiça.

“Aja como um vencedor”, escreveu Nixon em uma nota para si mesmo, listando as resoluções de Ano Novo. Mas seus esforços para vetar a divulgação das gravações fracassaram. Finalmente, em abril de 1974, ele liberou 1.200 páginas de transcrições de 46 fitas. O público descobriu um Nixon raivoso, mesquinho e vingativo. Mas as transcrições de 23 de junho de 1972 não foram incluídas, e, quando o comitê as exigiu, a Casa Branca se recusou, e o caso foi para a Suprema Corte, e ficou conhecido

como *United States v. Nixon*. Enquanto os juízes estavam deliberando, Earl Warren, com 83 anos, que havia se aposentado da Corte 5 anos antes, teve um ataque cardíaco. Em 9 de julho, os juízes William O. Douglas e William J. Brennan foram vê-lo no Hospital Universitário de Georgetown. Warren agarrou a mão de Douglas. “Se Nixon não for obrigado a entregar as fitas de suas conversas com o grupo de homens que estavam conversando sobre suas violações da lei”, alertou Warren, “a liberdade nessa nação logo estará morta”. Brennan e Douglas garantiram que o tribunal ordenaria que o presidente entregasse as fitas. Warren morreu horas depois. A Suprema Corte emitiu sua opinião unânime em 24 de julho (o indicado de Nixon, William Rehnquist, se absteve): a Casa Branca teve que liberar as fitas.¹³¹

O conteúdo das fitas foi divulgado em 6 de agosto de 1974. O *impeachment* parecia certo. Para evitar isso, Nixon anunciou sua renúncia no dia seguinte, falando de sua mesa na Casa Branca para as câmeras de televisão. Em um discurso sucinto e breve, ele elogiou suas realizações em política externa, que eram muitas, e de significado profundo e permanente. Abriu relações diplomáticas com a China, depois de um quarto de século. Por mais que tenha feito muito para prolongá-la, ele de fato terminou com a guerra no Vietnã. Melhorou as relações dos Estados Unidos com os países do Oriente Médio. Negociou acordos de limitação de armas com a União Soviética, com base nos relacionamentos que estabeleceu em sua viagem a Moscou em 1959. Não disse quase nada sobre as condições internas dos Estados Unidos, exceto quando fez alusão à “turbulenta história desta era” — uma turbulência que ele fez pouco para aliviar, e muito para agravar.¹³²



Nixon deixa a Casa Branca de helicóptero em 9 de agosto de 1974. (Bettman Archive / Getty Images.)

Na manhã seguinte, ao despedir-se de sua equipe da Casa Branca, disse: “Lembrem-se sempre de que os outros podem lhe odiar — mas aqueles que o odeiam não podem vencer, a menos que você os odeie, e, então, você destrói a si mesmo.”¹³³ Assim, carregando em seus ombros curvados todo o peso de uma nação conturbada, desceu um tapete vermelho no gramado sul até um helicóptero que o esperava, subiu os degraus até a porta aberta e voltou-se para dar a saudação que era sua marca registrada, com os dois braços abertos. Desaparecendo lá dentro, ele voou para longe, sendo visto pela última vez através de uma janela à prova de balas, enquanto o helicóptero abria caminho rumo ao Monumento a Washington e ao Passeio Nacional, onde outro homem, pouco tempo antes, havia contado uma história sobre um sonho.

Quinze

LINHAS DE BATALHA



Phyllis Schlafly liderou o ressurgimento do movimento conservador na década de 1970, e fez da oposição à igualdade de direitos uma das suas bandeiras. (Bettman Archive / Getty Images.)

BETTY FORD E MORLEY SAFER ESTAVAM SENTADOS, CADA UM em uma ponta de um sofá florido, no solário do terceiro andar da Casa Branca em um dia de verão em 1975, quando o repórter do programa *60 Minutes*, da CBS, perguntou à primeira-dama o que ela pensava sobre igualdade de direitos e aborto. Safer usava um terno preto; Ford, ex-modelo e dançarina da companhia de dança Martha Graham, usava um traje bege: um vestido plissado com

cinto e gola larga. Safer se desculpava por fazer perguntas sobre assuntos considerados “tabu”, mas Ford respondeu todas as perguntas com sinceridade, embora muitas vezes suas respostas estivessem em desacordo com as opiniões de seu marido, e, cada vez mais, com as do Partido Republicano. Depois que o presidente assistiu à entrevista de uma hora, ele disse à esposa: “Bem, querida, lá se vão cerca de 20 milhões de votos”.¹ Ele não estava totalmente errado.

A entrevista de Betty Ford para o programa *60 Minutes* aconteceu dois anos depois da decisão da Suprema Corte sobre o caso *Roe v. Wade*, em um momento em que a Emenda da Igualdade de Direitos parecia estar prestes a se tornar lei. Juntos, esses dois temas seriam responsáveis pela maior divisão na política americana desde o debate sobre a escravidão.

As origens da disputa estão na própria Constituição, mas um ponto de virada veio em 1963, ano em que foram publicados *A mística feminina*, livro de Betty Friedan, e *American Women* (“Mulheres americanas”), o relatório oficial da Comissão sobre o Status das Mulheres. A comissão, que era presidida por Eleanor Roosevelt e incluía Pauli Murray, foi estabelecida por John Kennedy em 1961, uma atitude tomada para acalmar as queixas pelo fato de ele ser o primeiro presidente desde Hoover cujo gabinete não incluía sequer uma mulher.

Em *A mística feminina*, Friedan lamentou “o problema que não tem nome”, o sofrimento de donas de casa de aventais xadrez, frustradas, solitárias e entediadas. “Toda esposa suburbana luta sozinha contra isso”, escreveu ela.² Betty Ford tinha esse problema.

Uma típica esposa de congressista, Ford criou quatro filhos, e começou a misturar álcool e analgésicos em 1964, e teve um colapso nervoso em 1965, ano em que seu marido assumiu uma nova posição de destaque nacional. “O Congresso conseguiu um novo líder da minoria, e eu perdi o marido”, diria ela mais tarde.³ Enquanto Ford lutava com a solidão, Friedan e Murray lideravam um pequeno grupo de mulheres e homens que fundaram a

Organização Nacional para as Mulheres (National Organization for Women, NOW) em 1966.⁴ No ano seguinte, a organização fez da Emenda da Igualdade de Direitos sua prioridade, e trouxe ao debate a legalização do aborto.

Nada que diga respeito a direitos iguais para mulheres, contracepção ou aborto é inerentemente partidário. O público estava dividido em muitas questões relacionadas às mulheres, mas, nas décadas de 1960 e 1970, e até a década de 1980, essas divisões não se enquadravam nas linhas partidárias.⁵ Somente em 1980 a liderança dos dois partidos colocou o aborto legalizado em suas plataformas, com republicanos contra e os democratas a favor (em suas plataformas de 1976, ambos os partidos foram evasivos sobre o tema).⁶ Mas, na década de 1990, o aborto se tornou um debate predominantemente partidário — uma questão definitiva de uma divisão cada vez maior.⁷

A legislação sobre o porte de armas e a segurança de seu uso também não era uma questão partidária antes dos anos 1970. Mas, durante essa década, estrategistas políticos assumiram a função de partidarizar este tema também. Na verdade, o próprio caráter do partidarismo se alterou. Paul Weyrich, estrategista conservador e fundador da Heritage Foundation, anunciou uma nova guerra. “É uma guerra de ideologias, é uma guerra de ideias, e é uma guerra sobre o nosso modo de vida”, disse Weyrich. “E acho que ela deve ser combatida com a mesma intensidade e dedicação com que você enfrentaria uma guerra de tiros”.⁸

Nas últimas décadas do século XX, tanto liberais quanto conservadores encaravam essas divisões, que persistiam desde a década de 1960, não tanto como questões de lei e ordem, mas como questões de vida ou morte. Ou o aborto era assassinato e armas significavam liberdade, ou armas significavam assassinato e aborto era liberdade. O modo como isso se arranjava dependia da afiliação partidária. “É a economia, idiota” se tornou o mantra da campanha presidencial de Bill Clinton em 1992, quando ele

tentou deixar de lado a polarização das temáticas “armas e aborto”.⁹ Isso se mostrou impossível. Sobretudo depois que a Guerra Fria chegou ao fim, uma guerra fria doméstica começou, sem concessões, tudo ou nada, assassinato ou liberdade, vida ou morte.

I.

A TRANSFORMAÇÃO DE QUESTÕES SOCIAIS em questões partidárias exigiu muito trabalho, em grande parte produzido por estrategistas e consultores políticos bem remunerados, e facilitado por computadores mainframe e desktops. Na década de 1970, a fábrica de mentiras que começara a manipular a opinião pública nos anos 1930, quando a Campaigns, Inc., abriu suas portas e George Gallup começou a conduzir pesquisas de opinião, havia se transformado em uma indústria de bilhões de dólares, que dividia o eleitorado ao incitar a indignação, e mostrava que, quanto mais sensível a questão, mais os eleitores compareceriam às urnas. E as questões mais sensíveis — aquelas com maior probabilidade de levar os eleitores a votar — eram aborto e armas.

Na primeiras décadas do século XXI, a internet viria a funcionar como uma máquina de polarização, rápida, eficiente, e barata, e praticamente automatizada. Mas, nas últimas décadas do século XX, o trabalho ainda era feito manualmente. A quantidade de trabalho e dinheiro envolvida no projeto só pode ser apreciada uma vez que se leve em consideração o quão diferentes pareciam questões tais como o aborto e as armas antes de o trabalho começar.

Antes da década de 1980, nem a Emenda da Igualdade de Direitos, nem a saúde das mulheres eram questões partidárias, exceto pelo histórico dos republicanos de oferecer mais apoio à igualdade de direitos e ao planejamento familiar do que os democratas. A organização de controle de natalidade Paternidade Planejada (Planned Parenthood) foi fundada por

Margaret Sanger em 1916, e forçou sua saída décadas antes de sua morte em 1966, por objeções ao seu feminismo. A partir da década de 1920, os líderes da organização eram mais republicanos do que democratas. Na década de 1950, muitos eram conservadores — Barry Goldwater e sua esposa atuaram no conselho da Paternidade Planejada de Phoenix — o planejamento familiar se tornou, politicamente falando, um valor familiar. Ao fazer campanha pela legalização da contracepção, a Paternidade Planejada também contou com o amplo apoio de médicos e autoridades religiosas. Em 1958, Alan F. Guttmacher, chefe de obstetrícia do Hospital Mount Sinai, professor de ginecologia e obstetrícia clínicas em Columbia, e membro do conselho médico da Paternidade Planejada, desafiou os hospitais municipais de Nova York a ir contra uma política institucional que proibia médicos de fornecer contraceptivos ou informações sobre o tema. Capelães dos hospitais se uniram a ele. Em 1960, o Conselho Consultivo Nacional dos Clérigos da Paternidade Planejada emitiu uma declaração intitulada “The Ethics of Family Planning” (“A ética do planejamento familiar”), que descrevia o planejamento familiar como o cumprimento da “vontade de Deus”, por permitir que os casais desfrutem das relações sexuais por amor.¹⁰

Os esforços para legalizar o aborto foram iniciados na década de 1960, não por ativistas de direitos das mulheres, mas pelos médicos, advogados e autoridades religiosas que dirigiam a Paternidade Planejada. Em 1962, quando Guttmacher se tornou presidente da organização, lançou uma campanha para garantir apoio do governo federal a programas de planejamento familiar para os pobres, para reverter a proibição da contracepção e liberar a Lei do Aborto. Em 1965, os ex-presidentes Eisenhower e Truman, republicano e democrata, serviram juntos como co-presidentes de um comitê da Paternidade Planejada, o que sinalizou um compromisso de ambas as partes com a contracepção. Naquele ano, julgando o caso *Griswold vs. Connecticut*, a Suprema Corte derrubou as proibições estaduais

contra a contracepção, anulando a condenação de Estelle Griswold, chefe de uma clínica da Paternidade Planejada em Connecticut, que havia sido presa por receitar contraceptivos. Fazia quase cinquenta anos que Sanger havia sido presa pelas mesmas acusações. Mas o direito à contracepção garantido pelo caso *Griswold* acabaria se mostrando frágil.¹¹

Os homens que escreveram e ratificaram a Constituição deixaram de fora as mulheres, o sexo e o casamento. “Lembre-se das damas”, Abigail Adams havia avisado o marido em 1776, conselho que ele ignorou. As consequências da exclusão das mulheres dos documentos que fundaram a República foram duradouras e devastadoras. O fato de os autores da Constituição não terem resolvido a questão da escravidão levou o país a uma guerra civil. O fato de não considerarem as mulheres iguais em relação aos homens quase provocou a mesma coisa. Ao longo da história americana, as mulheres muitas vezes se inseriam no texto da Constituição por analogia. Discriminação por sexo era como discriminação por raça, e a linguagem que proibia uma podia ser entendida como uma proibição à outra. Este, no entanto, não foi o argumento pelo qual a Suprema Corte concedeu às mulheres o direito à contracepção e ao aborto. No caso *Griswold*, o tribunal baseou sua decisão não em igualdade, mas em privacidade.

“Nós temos um direito à privacidade que é mais antigo do que a Declaração de Direitos”, afirmou o juiz Douglas na opinião apoiada pela maioria da corte. Embora nenhum direito à privacidade seja mencionado na Constituição ou na Declaração de Direitos, Douglas sustentou que ele existe, não em palavras, mas na sombra lançada por palavras, em “penumbras, formadas pelas emanações das garantias que ajudam a lhes dar vida e substância”.¹² Isso acabaria se mostrando uma sustentação imperfeita e perigosa para as muitas ações que tentariam se basear no caso *Griswold* durante o meio século seguinte.

Em 1969, Nixon havia pedido ao Congresso que aumentasse o financiamento federal para planejamento familiar, e, na Câmara

dos Deputados, George H. W. Bush, um piloto da Marinha condecorado e jovem congressista republicano do Texas, insistiu no caso. “Precisamos fazer do planejamento familiar uma palavra corriqueira”, disse Bush. (Bush ficou tão conhecido pelo seu apoio ao planejamento familiar que recebeu o apelido de “Rubbers”, em alusão à gíria em inglês para camisinha “rubber”.) Em 1972, com o caso *Eisenstadt vs. Baird*, o tribunal estendeu a noção de privacidade de casais do caso *Griswold* para os indivíduos. “Se o direito à privacidade significa alguma coisa”, escreveu o juiz Brennan, “é direito do indivíduo, casado ou solteiro, estar livre de intrusões governamentais não justificadas em assuntos tão fundamentais que afetam uma pessoa quanto a decisão de dar à luz ou procriar”.¹³

Entre 1967 e 1970, sob pressão de médicos e advogados, muitas vezes apoiados pelo clero, os legisladores começaram a suspender as restrições ao aborto em 16 estados, incluindo a Califórnia, onde a lei foi assinada pelo governador Reagan. Quando a Igreja Católica se opôs à nova Lei de Aborto de Nova York com ameaças apocalípticas, as autoridades religiosas protestantes e judaicas perguntaram se “a causa do ecumenismo é ajudada quando nos atribuem a defesa de assassinatos e genocídios”. Em 1970, Nixon assinou a lei do programa conhecido como Título X, incluindo uma disposição que permitia a médicos em bases militares realizar abortos. “Nenhuma mulher americana deve ter acesso negado à assistência e ao planejamento familiar por causa de sua condição econômica”, declarou Nixon naquele ano.¹⁴

Mas, mesmo com um amplo consenso político e bipartidário apoiando o planejamento familiar, as próprias mulheres se dividiam em muitos outros assuntos. O “movimento das mulheres” das décadas de 1960 e 1970 era, na verdade, três movimentos: o feminismo radical, o feminismo liberal, e o antifeminismo conservador. O movimento das mulheres radicais é fruto da Nova Esquerda, na qual as mulheres não tinham encontrado quase nenhum apoio para debates sobre a opressão

das mulheres. “Que comam pau!” disse um líder estudantil de Berkeley, em um trocadilho infame da frase atribuída à princesa Maria Antonieta.¹⁵ Stokely Carmichael, questionado sobre a posição das mulheres no movimento Black Power, respondeu: “A única posição para as mulheres no movimento é ficar de braços”. Feministas radicais lutaram para se libertar da condição de escravidão das mulheres, dos grilhões da feminilidade. Seus argumentos, a princípio marxistas e econômicos, rapidamente se tornaram culturais. De forma emblemática, Shulamith Firestone, do grupo New York Radical Women (“Mulheres Radicais de Nova York”), realizou um funeral para “Feminilidade Tradicional”, enterrando um manequim com peruca loira e bobes. A estratégia de teatro de guerrilha utilizada por Firestone ganhou atenção nacional em 1968 durante um protesto contra o concurso Miss América, quando feministas radicais coroaram uma ovelha como a nova Miss América; queimaram espartilhos, sapatos de salto alto, e edições da revista *Playboy* em uma lata de lixo; uma faixa dizendo “Libertação Feminina” foi estendida, aos gritos de “Liberdade para as Mulheres!”¹⁶

Apesar de Carmichael, o feminismo radical havia sido profundamente influenciado pelo movimento Black Power, com seu desprezo pelo liberalismo e ênfase no separatismo e no orgulho, além de ter laços estreitos com o ainda incipiente movimento pelos direitos dos gays, que começara nos anos 1950, mas cresceu em força e intensidade ao longo da década seguinte. Em 1965, ativistas de direitos de lésbicas e gays fizeram piquetes na sede das Nações Unidas, no Independence Hall da Filadélfia, e na Casa Branca (três vezes). Em 1968, em uma conferência de direitos homossexuais em Chicago, os participantes, inspirados pelo lema “Black Is Beautiful” (“Negro É Lindo”), declararam que “Gay É Bom”. Um ano após a operação policial de 1969 no Stonewall Inn de Nova York, grupos de direitos dos homossexuais realizaram uma marcha do Greenwich Village ao Central Park. “Temos que nos assumir e deixar de ter vergonha; caso contrário, as pessoas continuarão nos tratando

como loucos”, disse um ativista. “Esta marcha é uma afirmação e a declaração de nosso novo orgulho.”¹⁷

As feministas liberais, por outro lado, buscaram inspiração e adotaram táticas dos movimentos sufragistas, abolicionistas, e de movimentos pelos direitos civis anteriores à ascensão do Black Power. Na busca pela igualdade de direitos, elas queriam aprovar leis, fazer emendas à Constituição, vencer processos judiciais, e eleger mulheres para cargos públicos. Em 1971, a escritora Gloria Steinem, a coordenadora republicana Tanya Melich, e Bella Abzug e Shirley Chisholm, congressistas de Nova York, fundaram o National Women’s Political Caucus (“Grupo Político Nacional de Mulheres”), de cunho bipartidário. No ano seguinte, um número recorde de mulheres concorreu a cargos nas eleições, incluindo Chisholm, que buscou a indicação presidencial democrata. E elas continuaram concorrendo. Entre 1970 e 1975, o número de mulheres eleitas dobrou. O 92º Congresso, que se reuniu de 1971 a 1972, aprovou mais leis de direitos das mulheres do que qualquer outra assembleia legislativa, incluindo a lei conhecida como Título IX, que proibia a discriminação de gênero em atividades financiadas pelo governo, e uma lei federal de assistência à infância (que Nixon vetou). A Emenda da Igualdade de Direitos, introduzida pela primeira vez na pauta do Congresso em 1923, passou na Câmara em 1971, com 354 votos a favor e 24 contra, e no Senado em 1972, com 84 votos a favor e 8 contrários. Enviada aos estados para ratificação, a legislação passou com grandes margens de votos, 205 votos favoráveis e 7 contrários no liberal estado do Massachusetts; 31 votos a 0 na conservadora Virgínia Ocidental; e 61 a 0 no independente Colorado.¹⁸

As feministas liberais também conseguiram grandes vitórias nos tribunais, muitas delas conquistadas por Ruth Bader Ginsburg, uma jovem e brilhante professora de Direito nascida no Brooklyn em 1933, de pais imigrantes judeus. Ginsburg começou a defender casos de igualdade de direitos perante a Suprema Corte em 1971, baseando-se em e fazendo referência à

estratégia de Pauli Murray, que usava a Décima Quarta Emenda para vencer a discriminação por sexo. Afinal, as mulheres não são “pessoas”? No ano seguinte, Ginsburg lançou o projeto Direitos da Mulher da União Americana pelas Liberdades Civis. “Não estou pedindo favores para o meu sexo”, disse ela aos 9 juízes do sexo masculino em 1973, citando a eloquente abolicionista Sarah Grimké. “Tudo o que peço aos nossos irmãos é que tirem o pé do nosso pescoço.”¹⁹

Um movimento de mulheres conservadoras, que pode ser mais bem entendido como um tipo de antifeminismo, veio por último, como uma reação ao feminismo radical e liberal, contra o fim das proibições da contracepção e da liberação das leis de aborto. Em 1970, uma mulher de Fort Wayne, Indiana, evocando o fantasma de Anthony Comstock, o ativista que combatia os vícios do século XIX, escreveu para Guttmacher: “Todo mundo está perguntando: ‘O que há de errado com os jovens desta geração?’ Bem, eu posso dizer o que está errado! Eles estão consumindo o lixo e a imundície de livros, revistas e filmes sujos! Mas a coisa mais trágica de todas é o fato de que muitos homens da igreja se uniram a esses intelectuais não cristãos por uma nova atitude em relação ao sexo. É uma das graves tragédias de nossos dias, e Deus certamente os responsabilizará.”²⁰

A Constituição, cujos autores não acreditavam que as mulheres fossem sujeitos políticos, oferecia muito pouca orientação. “Não há nada na Constituição dos Estados Unidos a respeito de nascimento, contracepção ou aborto”, disse Jay Floyd, procurador geral do Texas, ao tribunal do caso *Roe vs. Wade*, quando este foi discutido pela primeira vez em 1971. Floyd falava em nome de Henry Wade, procurador federal do condado de Dallas, defendendo o estatuto antiaborto do estado do Texas. Floyd estava certo. Mas também não há nada na Constituição com relação a muitas coisas sobre as quais o tribunal já havia decidido, desde escolas segregadas até escutas telefônicas. Qual seria então a doutrina jurídica usada para tratar dos corpos das pessoas que os autores da Constituição haviam

julgado estarem sujeitas à vontade dos homens? Os homens entram nos tribunais como cidadãos da República; as mulheres entram nos tribunais como cidadãs por condescendência.

Sarah Weddington, a advogada de “Jane Roe”, pseudônimo de uma mulher do Texas que havia solicitado um aborto, estava disposta a usar qualquer tipo de argumento que a corte aceitasse — liberdade, igualdade, privacidade, Primeira, Nona, Décima Quarta ou Décima Nona Emendas —, o que quer que funcionasse. Perguntada pela juíza Stewart como o seu argumento se enquadraria na Constituição, ela apontou que o direito à privacidade estabelecido pelo caso *Griswold* parecia uma base muito fraca para fundamentar sua argumentação: “Sem dúvida, no que diz respeito à decisão do caso *Griswold*, parece que os membros da Corte nesse caso estavam obviamente divididos quanto à estrutura constitucional específica do direito que eles consideravam existir naquela decisão”, afirmou Weddington. Ela teve algumas outras ideias. “Sinto que a Nona Emenda é apropriada para se tratar de liberdade”, disse ela ao tribunal. “Acho que a Décima Quarta Emenda também é apropriada.” O juiz Potter Stewart tentou contê-la: ela pretendia utilizar a “cláusula do devido processo legal” da Décima Quarta Emenda?

“A princípio, movemos essa ação alegando a cláusula de devido processo legal, a cláusula de proteção igual, a Nona Emenda, e várias outras”, respondeu Weddington.

“E qualquer outra coisa que possa se aplicar?”, perguntou Stewart.

“Sim, isso mesmo”, disse Weddington.²¹

Conforme o tribunal se aproximava de uma decisão no caso *Roe*, os consultores de Nixon viram uma oportunidade política. Em 1971, Patrick Buchanan, responsável por escrever os discursos de Nixon, disse ao presidente que o aborto era “um assunto que estava crescendo, e algo delicado para os católicos”, e sugeriu que as perspectivas de reeleição do presidente seriam ampliadas “caso o presidente se posicionasse

publicamente contra o aborto, como algo ofensivo aos seus princípios morais”. Uma semana depois, Nixon, ignorando seu apoio anterior ao aborto, emitiu uma declaração na qual se referia à sua “crença pessoal na santidade da vida humana — incluindo a vida dos que ainda não nasceram”. Explorar a oposição dos católicos ao aborto foi uma tentativa deliberada de inserir o absolutismo doutrinário na política partidária. Apoiadores de Nixon reclamaram e perguntaram se ele poderia retomar sua posição original. Buchanan descartou tal possibilidade: “Ele vai perder o apoio dos católicos e ganhar o apoio de quem? Betty Friedan?”.²²

A Suprema Corte proferiu sua decisão sobre o caso *Roe contra Wade* em 22 de janeiro de 1973, no dia em que Lyndon Johnson morreu, considerando que o “direito à privacidade [...] é amplo o suficiente para abranger a decisão de uma mulher de interromper ou não a gravidez”.²³ Aquela se mostraria uma decisão monumental, salvação para alguns, pecado para outros. Na Casa Branca, a crueldade típica do presidente foi gravada no dia seguinte, quando Nixon compartilhou seus pensamentos sobre a decisão com um assessor. “Há momentos em que o aborto é necessário”, disse ele, deixando de lado, na privacidade, seu apelo público acerca da “santidade da vida”. Para ele, o aborto era necessário em casos de estupro, por exemplo, ou — oferecendo outra de suas opiniões sinceras e privadas sobre a questão racial — no caso de uma gravidez resultante do sexo entre “pretos e brancos”.²⁴

Betty Ford, ao contrário de Nixon, não expressou suas verdadeiras opiniões sobre o aborto apenas na intimidade. Desde o momento em que seu marido assumiu o cargo, horas após a renúncia de Nixon, ela foi sincera sobre o aborto, os direitos, e a saúde das mulheres. Betty realizava entrevistas coletivas regulares, algo que nenhuma primeira-dama havia feito desde Eleanor Roosevelt. Poucas semanas após se mudar para a Casa Branca, ela descobriu que tinha câncer de mama e precisava de uma mastectomia de emergência. Determinada a não ser parte

de um acobertamento e disposta a ajudar a salvar a vida das mulheres, incentivando-as a fazer o exame — o câncer de mama era, na época, o assassino número 1 de mulheres entre as idades de 25 e 45 anos —, ela revelou sua doença, e se permitiu ser fotografada durante a recuperação. “Eu pensei que existiam mulheres em todo o país como eu”, disse ela. “E se eu não tornasse isso público, a vida delas seria perdida, ou estaria em risco.”²⁵ Ela ganhou seguidores bastante leais entre os eleitores, mas principalmente entre as mulheres.



Betty Ford, que participou da Conferência Nacional das Mulheres em Houston, em 1977, era uma entre os vários republicanos poderosos que foram contra o uso das mulheres para criação de uma divisão entre os partidos políticos. (Bettye Lane / Biblioteca Schlesinger, Instituto Radcliffe, Harvard University.)

O apoio explícito de Ford à Emenda da Igualdade de Direitos também era bem conhecido. Ela passou grande parte do tempo telefonando para os estados debatendo a ratificação da lei; manifestantes do lado de fora da Casa Branca carregavam cartazes que diziam “BETTY FORD, DESLIGUE O TELEFONE”. Isso causou certa tensão entre as alas leste e oeste da Casa Branca, mas o presidente se recusou a ceder à pressão para

acalmar sua esposa, e, em vez disso, brincou: “Se eu disser uma coisa errada sobre os direitos das mulheres, o próximo jantar oficial será no McDonald’s”.²⁶

No verão de 1975, quando Betty Ford se sentou naquele sofá florido com Morley Safer, ela não se conteve. “Eu acho que a Emenda da Igualdade de Direitos provavelmente deveria ser aprovada no ano do nosso bicentenário”, disse ela, esperando a ratificação em 1976. Ele perguntou sobre o aborto; ela citou o caso *Roe contra Wade*: “Tenho a forte sensação de que foi a melhor coisa do mundo quando a Suprema Corte votou para legalizar o aborto, e, em minhas palavras, tirá-lo do anonimato e colocá-lo nos hospitais, onde deve estar. Eu achei uma grande, grande decisão”.²⁷

Nem Betty Ford nem Morley Safer percebiam o quanto essas duas questões estavam sendo costuradas por Phyllis Schlafly, a radical anticomunista, defensora de McCarthy e promotora de Goldwater. Tendo sido destituída da liderança do Partido Republicano, Schlafly voltou sua atenção e a prodigiosa habilidade de organização para derrotar a igualdade de direitos para as mulheres, vinculando a Emenda da Igualdade de Direitos ao caso *Roe contra Wade*. Uma manchete em uma edição típica do *Phyllis Schlafly Report* em 1974 dizia: “Igualdade de Direitos significa aborto e redução da população”.²⁸

Betty Ford, julgando mal seu adversário, desconsiderou Phyllis Schlafly, educada em Radcliffe, como se esta fosse apenas uma fanática. Questionada sobre se concordaria em debater com Schlafly, a primeira-dama disse: “Eu não perderia meu tempo”.²⁹

Schlafly, loira e delicada, usava ternos e saias cor-de-rosa impecáveis. Gostava de falar de si mesma como dona de casa e mãe de seis filhos. Mas ela também era implacável, instruída, e as pessoas que a subestimavam quase sempre se arrependiam. Amarrar a Emenda da Igualdade de Direitos ao aborto foi um golpe político de gênio. Para debater melhor contra seus oponentes, e por perceber que grande parte dessa batalha política seria travada nos tribunais, Schlafly se formou em Direito

na década de 1970. Ela não era boba; era tão hábil quanto o mais astuto general em um campo de batalha.

Os conservadores tentavam, desde a década de 1930, desmantelar a coalizão do New Deal e assumir o Partido Republicano. Nas décadas de 1970 e 1980, ao trazer católicos, evangélicos e democratas brancos do Sul para sua própria coalizão, eles finalmente conseguiram. Um grande número de estrategistas políticos conservadores se diriam responsáveis por essa conquista. Mas foi Schlafly quem construiu o caminho para a Revolução Reagan, pavimentado por pedras com os dizeres “ACABE COM O ABORTO AGORA” e “NÃO À EMENDA DA IGUALDADE DE DIREITOS”.

* * *

DOIS SÉCULOS HAVIAM se passado desde que Thomas Jefferson declarara que todos os homens eram iguais. “Bem, Jerry, eu acho que salvamos a América”, disse Gerald Ford a si mesmo quando adormeceu em 4 de julho de 1976, depois de assistir a um grande show de fogos de artifício sobre o Monumento a Washington no bicentenário do país.³⁰ Mas as cicatrizes do Vietnã e de Watergate seguiam abertas, o eleitorado estava ficando cada vez mais polarizado, a confiança dos americanos no governo não havia se recuperado, e a economia estava parada.

O crescimento americano já tinha chegado ao seu ápice? Todas as nações têm um período de crescimento. Na década de 1970, muitos americanos começaram a se perguntar se o momento da queda de sua nação havia começado. Os melhores dias ficaram no passado? Seus ideais fracassaram?

A crise econômica e moral que seria chamada de “mal-estar” durante o governo do presidente democrata Jimmy Carter, eleito em 1976, tornou-se visível para a maioria dos americanos em 1973, durante o embargo à Opep, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Em questão de meses, o custo da gasolina aumentou cinco vezes, elevando também o preço de

outros bens. Ao longo de 9 meses em 1974, o índice Dow Jones da Bolsa de Valores perdeu 37% de seu valor. As fabricantes japonesas de automóveis, que produziam carros com consumo de combustível mais eficiente, superaram a indústria automobilística de Detroit. Indústrias pesadas, especialmente vinculadas ao aço, fecharam suas portas ou se mudaram para outros países, criando o que passou a ser chamado de Cinturão da Ferrugem no Meio-Oeste. Economistas tiveram que criar um novo nome — *estagflação* — para a nova, estranha e intrigante mistura de crescimento econômico lento, desemprego alto, e inflação crescente que afligiu a economia americana na década de 1970.³¹

Os liberais colocaram a culpa pelo mal-estar em Nixon e no abandono dos programas da Grande Sociedade de Johnson, argumentando que, se a economia estava piorando, deveria ser porque a agenda econômica liberal permanecera inacabada. Os conservadores viam o estado da economia como evidência não do trabalho inacabado do liberalismo, mas do fracasso do liberalismo e da imprudência da economia keynesiana: eles argumentavam que o planejamento econômico, a tributação e a regulamentação do governo haviam destruído o livre mercado.

Uma explicação que se encaixa em algumas das evidências, se não em todas, é a de que o século de crescimento econômico iniciado em 1870 foi impulsionado por invenções, da eletricidade ao automóvel, e não era sustentável. Depois de 1970, o ritmo das invenções diminuiu, e suas consequências se limitaram. Fornecer eletricidade, gás, telefone, água e esgoto — energia, calor, comunicação, higiene — a todas as casas dos Estados Unidos, um projeto concluído em 1940, acabara com o isolamento e produziu melhorias incríveis nas condições de vida e na produção econômica. Os avanços médicos feitos antes de 1970, que incluem anestesia, abastecimento público de água, cirurgia antisséptica, antibióticos e raios-X, salvaram e prolongaram vidas. Mas poucas invenções que vieram após 1970 produziram mudanças tão grandes assim; em vez disso, elas ofereceram

uma melhoria lenta e constante. Os telefones celulares eram úteis, mas o telefone existia desde 1876. Um Boeing 707 se aproximava da velocidade do som já em 1958; não era possível ir mais rápido. Além disso, a crescente desigualdade econômica, que se tornou uma característica da vida americana depois de 1970, fazia com que os benefícios econômicos de invenções mais recentes fossem desfrutados de maneira desproporcional por um segmento muito pequeno da população.³² O surgimento da internet, na década de 1990, reformularia alguns desses cenários, mas não traria um retorno aos níveis anteriores de crescimento econômico; ao contrário, ela contribuiria para aumentar a desigualdade de renda e a instabilidade política.

Enquanto isso, a economia vacilava, de um modo que intensificava as batalhas pelo papel e pelos direitos das mulheres, e, logo, pelo direito às armas. A partir de 1973 e nos anos 1990, os ganhos reais para todos, exceto os americanos mais ricos, permaneceram estáveis ou caíram. O salário real do homem trabalhador médio caiu 10%. Para compensar a diminuição da renda familiar, mais mulheres casadas começaram a trabalhar fora de casa. Elas começaram a reivindicar creches financiadas pelo governo. Logo, 3 em cada 4 mulheres com idade entre 25 e 54 anos estavam empregadas em trabalhos assalariados.³³

Mais mulheres trabalhavam, mas, para a maioria dos americanos, isso não teve como resultado o aumento da renda familiar. Os liberais culpavam os conservadores, os conservadores culpavam os liberais, e Schlafly convenceu muita gente a culpar as feministas. “A liberação das mulheres é uma grande agressão ao papel que a mulher americana desempenha como esposa e mãe, e também à família como unidade básica da sociedade”, escreveu em 1972. A princípio, Schlafly não havia se posicionado contra a Emenda da Igualdade de Direitos. Mas, conforme explicou mais tarde, ela passou a acreditar que a medida era parte de uma conspiração contra as mulheres e contra os privilégios e proteções de que elas gozavam pela lei.

Ela vinculou sua oposição à Emenda da Igualdade de Direitos ao anticomunismo. Segundo ela, as mulheres soviéticas tinham “direitos iguais”, o que significava que uma mãe era forçada a “colocar seu bebê em um berçário ou jardim de infância mantido pelo Estado para que ela pudesse se juntar à força de trabalho”. George Wallace, que era favorável à Emenda da Igualdade de Direitos, mudou de posição quando se candidatou à presidência por um partido menor naquele ano, com a seguinte plataforma: “As mulheres do Partido Americano dizem ‘NÃO’ a este perigoso plano socialista que busca destruir os lares, fazer das mulheres escravas do governo, e transformar seus filhos em dependentes do Estado”.³⁴

Se essa violenta polarização, que mais tarde levaria a República à beira de uma segunda guerra civil, teve alguém no papel de líder e articulador, essa figura foi Schlafly. A sua primeira batalha foi dentro do Partido Republicano — e seu primeiro triunfo foi tomar o poder no partido. O Partido Republicano, fundado em 1854 como o partido da reforma, foi o partido da Abolição e o partido dos direitos das mulheres. Em 1896, tornou-se o partido dos grandes empresários. Ainda assim, continuava sendo o partido que mais apoiava os direitos das mulheres. A Emenda da Igualdade de Direitos estava na plataforma do Partido Republicano desde 1940. Em 1968, na primeira onda de reação contra o movimento das mulheres, a emenda foi retirada da plataforma do partido. Em 1972, Nixon começou a transformar o Partido Republicano no partido que se opunha ao aborto, mas, muito antes de conseguir isso, Schlafly o transformou no partido que se opunha à igualdade de direitos para as mulheres.

Na convenção do Partido Republicano de 1972, as mulheres republicanas lutaram pela retomada da posição favorável à emenda.³⁵ Para superá-las, Schlafly, que havia cuidadosamente reunido suas tropas e estocado um arsenal de armas ideológicas, formou uma organização de mulheres chamada STOP ERA (STOP, nesse caso, transformou-se em uma sigla que significava

Stop Taking Our Privileges [Parem de Tomar Nossos Privilégios], enquanto ERA [Equal Rights Amendment] fazia referência à Emenda da Igualdade de Direitos) e marchou com suas tropas até as linhas de frente. Na Convenção Nacional Republicana de 1976, um grupo de 30 feministas do Partido Republicano havia formado a Força-Tarefa das Mulheres Republicanas para lutar pela inclusão de diretrizes em apoio à emenda na plataforma do partido, além de direitos reprodutivos, ações afirmativas, creches financiadas pelo governo federal, e a extensão da Lei da Igualdade Salarial. Elas também apoiavam Gerald Ford, favorável à emenda, como candidato do partido na disputa com Ronald Reagan. Mas elas conquistaram apenas uma vitória de Pirro. Ford conseguiu a indicação, mas, por apenas um voto, o subcomitê responsável pela plataforma derrotou a Emenda da Igualdade de Direitos. Somente com o árduo trabalho de *lobby* feito por Ford, as diretrizes favoráveis à emenda passaram, por pouco, na votação do comitê geral que definia a plataforma do partido, por 51 votos a 47.³⁶

Nas eleições gerais, as feministas disseram que Ford perdeu para Carter porque, intimidado pelas mulheres conservadoras republicanas, ele se recusou a deixar sua esposa fazer campanha por ele. (Betty Ford participou de apenas nove atos da campanha.) Seja qual for a causa, a derrota de Ford serviu apenas para fortalecer a posição de Schlafly. No início de 1977, 4 dias depois que a Câmara dos Deputados da Carolina do Norte votou a favor da Emenda da Igualdade de Direitos, Schlafly, falando na cidade de Raleigh, fez uma multidão de 15 mil pessoas levantarem as mãos e se comprometerem a derrotar qualquer membro do Legislativo que votasse a favor da emenda. O estado Carolina do Norte não conseguiu a ratificação da emenda por dois votos.³⁷

A batalha seguinte de Schlafly foi com as feministas liberais de ambos os partidos que organizavam uma Conferência Nacional das Mulheres, a ser realizada em novembro de 1977 em Houston. “Simplesmente queremos, pela primeira vez na história

deste país, uma oportunidade para as mulheres se encontrarem”, disse Patsy Mink, congressista do Havaí, que pediu ao Congresso fundos para apoiar a reunião, que deveria ser precedida por convenções estaduais para nomear delegadas. Schlafly protestou que nem ela nem nenhuma mulher conhecida por se opor à Emenda da Igualdade de Direitos haviam sido nomeadas para a comissão organizadora da conferência. Em um tom sombrio, ela sugeriu que o estado estava sendo tomado pelas feministas. Depois que Ford assinou o pedido feito pelo Congresso para liberação de 5 milhões de dólares destinados ao apoio da conferência, o *Phyllis Schlafly Report* publicou a manchete “COMO OS LIBERAIS E OS FEDERAIS PLANEJAM GASTAR SEU DINHEIRO”.³⁸

A Conferência Nacional das Mulheres marcou o ponto alto do feminismo liberal, com uma segunda convenção constitucional. Foi um longo e árduo período, mais de 100 anos e outro quarto de século desde a primeira convenção de direitos das mulheres em 1848, quando 300 pessoas se reuniram em Seneca Falls por dois dias. Em Houston, no ano de 1977, 2 mil delegadas de 50 estados, juntamente com 20 mil participantes, se reuniram por quatro dias, produzindo um Plano de Ação Nacional de 26 pontos. Mil e quinhentos repórteres fizeram uma cobertura detalhada da conferência, também por conta do grande elenco de mulheres americanas no evento, da antropóloga Margaret Mead à campeã de tênis Billie Jean King, da advogada do caso *Roe*, Sarah Weddington, à atriz Jean Stapleton, do seriado *All in the Family*, no qual ela interpretava a personagem Edith Bunker, que representava a tristeza silenciosa de uma típica dona de casa da família comum americana.

Para inaugurar a conferência, um revezamento de mais de 2 mil atletas do sexo feminino, das maratonistas com pernas longas às corpulentas jogadoras de hóquei na grama, carregaram uma tocha acesa em Seneca Falls por 1.600 quilômetros até Houston, numa épica Olimpíada feminina.³⁹ Elas também carregavam a nova “Declaração de Sentimentos”, escrita

pela poeta Maya Angelou, conhecida pelo público da televisão por seu papel no recente sucesso de bilheteria *Raízes*, de Alex Haley. “Prometemos não aceitar nada menos do que justiça para todas as mulheres”, escreveu Angelou.⁴⁰ Em Houston, a última corredora entregou a tocha para Lady Bird Johnson, Rosalynn Carter e Betty Ford, três primeiras-damas, juntas no palco.

“Eu disse a Jerry que estava determinada a vir para Houston, para que minhas opiniões fossem ouvidas aqui”, disse Betty Ford. “Jerry respondeu: ‘Bem, naturalmente’”.⁴¹

A presidente das Escoteiras da América convocou a conferência quando ela ergueu um martelo de propriedade de Susan B. Anthony, emprestado pelo Museu Smithsonian. Ann Richards, a pioneira comissária do condado do Texas que mais tarde seria eleita governadora, fez um discurso sobre a Emenda da Igualdade de Direitos, no qual falou sobre sua filha mais nova, “que não consegue encontrar mulheres nos livros de história das escolas primárias deste país”. (Sua filha mais velha, Cecile Richards, crescerá e se tornará presidente da Paternidade Planejada.⁴²)

A questão racial havia dividido e, por fim, condenado o movimento das mulheres radicais, e os críticos esperavam que a conferência de Houston também desmoronasse por conta da questão racial, o que parecia ainda mais provável depois que o grupo Chicana abandonou uma convenção estadual na Califórnia. Mas, no final, as mulheres não brancas somaram mais de um quarto das delegadas em Houston, onde pode-se dizer que o grupo representativo Minorias salvou a convenção.⁴³

“Façam essa mensagem sair de Houston e se espalhar por todo o país”, disse Coretta Scott King, apresentando o Relatório Minorias, produzido pelo seu grupo. “Existe uma nova força, um novo entendimento, uma nova irmandade contra toda a injustiça que nasceu aqui. Não seremos divididas e derrotadas novamente.”⁴⁴

Schlafly, no entanto, viu muita divisão. As mulheres de cor tinham um lugar na convenção — como líderes —, mas as

mulheres conservadoras quase não tinham lugar lá. Schlafly havia enviado apoiadoras para todas as convenções estaduais de indicação, mas apenas uma em cada cinco mulheres eleitas como delegadas era conservadora.

As duas propostas mais polêmicas da conferência foram uma solicitação de financiamento do governo para o aborto, e um endosso à igualdade de direitos para lésbicas e gays. Friedan, em particular, foi profundamente hostil ao movimento pelos direitos dos homossexuais — ela achava que isso acabaria com a luta por direitos iguais —, e lamentava publicamente a percepção de quaisquer laços entre o feminismo e o lesbianismo. No início do ano, Anita Bryant, cantora pop e mãe de quatro filhos, lançou uma campanha que ela chamou de “Salve Nossas Crianças”. Ela esperava salvar as crianças da possibilidade de ter gays e lésbicas como professores (que, ela deu a entender, doutrinariam e abusariam sexualmente de crianças). Ex-Miss Oklahoma, Bryant, uma fiel da Igreja Batista do Sul que vivia na Flórida, citou Sodoma e Gomorra quando se opôs à proposta de lei da cidade de Miami que proibia a discriminação baseada em preferências sexuais no emprego. A campanha de Bryant saiu pela culatra. Quando a convenção das mulheres foi aberta em Houston, a cruzada de Bryant contra o que ela descreveu como “um grupo bem organizado, altamente financiado e politicamente militante de ativistas homossexuais” havia convencido muitas feministas liberais, antes relutantes, a apoiar a causa dos direitos dos homossexuais.⁴⁵

Um silêncio se espalhou quando Friedan se levantou durante o debate sobre a plataforma dos direitos dos gays. Para surpresa de quase todos, ela apoiou a resolução para aprová-la. Quando a resolução foi votada por aclamação, balões lilás e amarelos com a frase “Estamos em toda parte” caíram pelo salão.⁴⁶

Nem todo mundo comemorou. “Isso é uma farsa”, declarou uma delegada do Illinois. “Esta conferência é comandada por lésbicas e feministas militantes”. A delegação conservadora do Mississippi se ajoelhou para fazer uma oração, levantando

cartazes que diziam MANTENHAM-NAS NO ARMÁRIO. Quando a diretriz sobre o aborto passou, mulheres carregando um cartaz com uma foto de um feto subiram ao palco, enquanto outras, aos prantos, cantavam: “Tudo o que estamos dizendo é dê uma chance à vida”, em alusão à música “Give Peace a Chance” [Dê uma chance à paz], de John Lennon, lançada em 1969.⁴⁷

Schlafly ficou satisfeita com as duas votações, que foram feitas na mesma noite. “Ficou totalmente claro agora que o movimento pela libertação das mulheres significa abortos financiados pelo governo, creches sustentadas pelo governo e lésbicas ensinando em nossas escolas”, disse ela a repórteres. As conferências estaduais, segundo ela, eram tão hostis às mulheres conservadoras que estas aderiram ao movimento STOP ERA. Enquanto a Conferência Nacional das Mulheres se reunia no Coliseu Sam Houston, Schlafly realizou uma contraconferência no Astrodome, que ficava no outro lado da cidade. No comício “pró-família, pró-vida”, quinze mil mulheres e homens fizeram cartazes com frases como “Deus fez Adão e Eva, não fez Adão e Ivo”.⁴⁸

Antes de 1977, o aborto e a igualdade de direitos continuavam sendo questões separadas, com bases eleitorais distintas. As organizações pró-vida ofereceram muito pouco apoio à campanha contra a Emenda da Igualdade de Direitos. Em 1975, por exemplo, o Comitê Nacional do Direito à Vida derrotou uma proposta contrária à emenda. Mas, em 1977, as feministas liberais já haviam expulsado de suas fileiras praticamente todas as mulheres que se opunham ao aborto, e, em Houston, elas também expulsaram as mulheres que se opunham aos direitos dos homossexuais. Schlafly acolheu essas exiladas políticas debaixo de sua asa. Assumindo uma posição pró-mulher e pró-vida, ela reuniu pessoas envolvidas nas três campanhas que, até então, tratavam de temas separados: contra a emenda, contra o aborto, e contra os direitos dos homossexuais.⁴⁹

Schlafly forneceu a estratégia de organização para essa fusão das causas. Suas soldados eram as paroquianas das igrejas

evangélicas por toda a nação.

Com algumas exceções, os evangélicos se mantiveram afastados da política partidária por mais de um século. Desde a cruzada contra a escravidão, as igrejas protestantes não se envolveram em discussões políticas públicas, mas, na década de 1970, determinados a proteger a família e a Igreja da influência do Estado, os evangélicos aderiram à revolução conservadora. Uma série de decisões tomadas pela Suprema Corte contribuiu para essa virada. Em 1961, o tribunal anulou uma lei de Maryland que exigia que um funcionário declarasse sua crença em Deus. Em 1962, ela declarou inconstitucional a oração obrigatória nas escolas, e, em duas decisões em 1963, derrubou outras formas de expressão religiosa obrigatórias nas escolas: leitura da Bíblia e oração do pai-nosso. Em 1971, julgando o caso *Coit contra Green*, o tribunal decidiu que escolas particulares que mantinham a segregação racial não podiam reivindicar a isenção de impostos. A partir dessa jurisprudência, as escolas religiosas particulares deixaram de fornecer refúgio aos brancos que se opunham à integração. As escolas religiosas do Sul investigadas pela Receita Federal incluíam a Bob Jones University e uma escola em Lynchburg, Virgínia, administrada por Jerry Falwell, batista do Sul que ganhava seguidores em todo o país como anfitrião do programa semanal *Old-Time Gospel Hour* (“A tradicional hora do Evangelho”), programa de televisão que seguia a tradição dos populares programas de rádio gospel das décadas de 1920 e 1930. Falwell, com os cabelos negros penteados para trás, sentava-se diante de uma cortina, e pregava com as mãos apoiadas na Bíblia. O caso *Coit contra Green*, uma decisão tomada pela corte sem a manifestação do voto de cada juiz, a princípio recebeu pouca atenção fora das escolas afetadas por ele. Mais tarde, tornou-se útil para os conservadores da Guerra Fria que eram segregacionistas: eles atacaram a decisão como a mais recente de uma série que, em vez de cumprir a promessa constitucional da Décima Quarta Emenda e a decisão do tribunal no caso *Brown contra o Conselho*, promovia o comunismo. “Esse desejo de tirar Deus da

vida de nossa nação é porque percebem que os Estados Unidos não podem virar socialistas de fato até que sejam secularizados”, disse Strom Thurmond.⁵⁰

A importância do caso *Green*, no entanto, foi limitada. No fim das contas, os evangélicos foram atraídos para a coalizão conservadora por suas crenças religiosas, não por oposição ao fim da segregação. De qualquer forma, a oposição à integração racial não veio sobretudo dos evangélicos, nem foi limitada ao Sul. Em vez disso, ela assumiu diferentes formas em diferentes comunidades e em diferentes partes do país. Em 1974, pessoas brancas em Boston protestaram contra a “integração forçada” nas escolas, fazendo com que a cidade conhecida como “berço da liberdade” ganhasse o novo apelido de “Little Rock do Norte”, uma lembrança dos terrores de 1957 naquela cidade. Incapazes de derrotar a integração obrigatória, brancos em muitas cidades enviaram seus filhos para escolas particulares ou foram para os subúrbios; entre 1974 e 1987, o número de estudantes brancos nas escolas públicas de Boston caiu de 45 mil para 16 mil.⁵¹

Paul Weyrich, estrategista político da Heritage Foundation, e Richard Viguerie, ex-republicano partidário de Goldwater e executivo de empresas de mala direta, trabalhavam havia muito para trazer os evangélicos para uma nova coalizão conservadora, tentando atraí-los em diversas questões. Eles logo recrutaram Falwell, que, em 1979, fundou a Maioria Moral — a expressão, que remetia à “Maioria Silenciosa” de Nixon, foi cunhada por Weyrich — para lutar contra o “humanismo secular”. Falwell, deixando sua pregação tranquila para trás e ficando cada vez mais barulhento, anunciou: “Estamos lutando uma guerra santa, e desta vez vamos vencer”. Para travar essa guerra santa, Falwell reuniu seus seguidores em torno das questões pelas quais Schlafly já havia recrutado seu exército: oposição aos direitos dos gays, à liberdade sexual, à libertação das mulheres, à Emenda da Igualdade de Direitos, à assistência à infância, à educação sexual e, acima de tudo, ao aborto.⁵²

Falwell afirmaria mais tarde que essa cruzada política havia começado, para ele, em 1973, no momento em que leu a decisão do tribunal no caso *Roe*. Mas essa estava longe de ser a questão. Na verdade, os batistas do Sul haviam lutado pela liberalização das leis de aborto. Em 1971, a convenção nacional da igreja, reunida no Missouri, aprovou a seguinte resolução: “Convocamos os batistas do Sul a trabalharem por uma legislação que permita a possibilidade de aborto em condições como estupro, incesto, evidência clara de deformidade fetal grave, e na cuidadosa comprovação da probabilidade de dano à saúde emocional, mental e física da mãe.” A Convenção Batista do Sul reafirmou esta resolução em 1974, e usou linguagem semelhante em 1976. Pat Robertson, outro pastor batista do Sul, fundador da Christian Broadcasting Network (“Rede Cristã de Radiodifusão”), chamou o aborto de “uma questão estritamente teológica”. A mudança de opinião de Falwell, e a nova postura evangélica contra o aborto, pareceram tardias e falsas para alguns católicos. Em 1982, o fundador da Liga Americana pela Vida debochou: “Falwell não sabia soletrar ‘aborto’ cinco anos atrás”.⁵³

Para o Partido Republicano, o dia do julgamento havia chegado. Reagan, com 69 anos, era o conservador mais poderoso do partido desde sua eleição como governador da Califórnia em 1966, embora tenha atuado muito tempo como coadjuvante, fora do centro do palco. Derrotado pelo moderado Gerald Ford para a candidatura presidencial em 1976, a impressão de Reagan e dos seus apoiadores mais dedicados era a de que finalmente havia chegado a sua hora de liderar a nação. Ele tinha o apoio de Schlafly. Os evangélicos haviam se juntado à coalizão conservadora. Durante a campanha, dizia-se que Falwell viajara quase 500 mil quilômetros; a “Maioria Moral” teria unidades em 47 estados e cadastrado 4 milhões de eleitores. Pat Robertson, juntamente com Bill Bright, do grupo Cruzada por Cristo, organizaram o comício “Washington por Jesus”, reunindo cerca de 250 mil cristãos conservadores. Eles assumiram a

liderança da Convenção Batista do Sul e, em 1980, aprovaram novas resoluções contra a Emenda da Igualdade de Direitos, o aborto, e a homossexualidade.⁵⁴

Os moderados do partido — especialmente as mulheres — revidaram, tentando manter o poder. No primeiro dia da convenção do partido, em 1980, em Detroit, Jill Ruckelshaus, esposa de William Ruckelshaus e às vezes conhecida como “Gloria Steinem do Partido Republicano”, falou em uma manifestação pela igualdade de direitos que reuniu 12 mil pessoas. Ela usava a cor branca das sufragistas. “Meu partido endossa a Emenda da Igualdade de Direitos há 40 anos”, observou Ruckelshaus. “Dwight Eisenhower a endossou. Richard Nixon a endossou. Gerald Ford a endossou”. E, então, implorou: “Devolvam o meu partido!”.⁵⁵

Tanya Melich, que ajudou a fundar o Comitê Político Nacional das Mulheres, criticou a “guerra republicana contra as mulheres”, acusação que os democratas passaram a utilizar. Mary Crisp, copresidente da Convenção Nacional Republicana, foi expulsa. Ela deixou o partido e fez campanha pelo candidato independente, John Anderson. Sobre o partido de Abraham Lincoln e Susan B. Anthony, Crisp disse: “Estamos invertendo nossa posição, e estamos prestes a enterrar os direitos de mais de 100 milhões de mulheres americanas debaixo de um monte de banalidades.”⁵⁶

Elas gritaram em vão. Mesmo quando republicanos liberais alertaram que o Partido Republicano corria o risco de se tornar “o partido de Deus”, os conservadores assumiram o controle — e o manteriam por décadas. “Nós já assumimos o controle do movimento conservador, e os conservadores assumiram o controle do Partido Republicano”, escreveu Richard Viguerie. “O que falta é verificar se podemos assumir o controle do país.”⁵⁷

Reagan ganhou a indicação e a aceitou com a alegria e determinação que lhe eram características, uma voz aperfeiçoada no rádio, e um rosto feito para a televisão. “Trezentos e sessenta anos atrás, em 1620, um grupo de famílias

ousou atravessar um oceano poderoso para construir um futuro para si em um novo mundo”, disse ele. “Quando chegaram a Plymouth, Massachusetts, formaram o que chamaram de um ‘compacto’; um acordo entre si para construir uma comunidade e cumprir suas leis.” Citando a Providência divina, Reagan propôs uma nova aliança americana. Ele concluiu: “Vou sugerir — tenho mais medo de não fazê-lo — que comecemos nossa cruzada com um momento de oração silenciosa”. Então, ele baixou a cabeça e rezou.⁵⁸

A amabilidade sincera de Reagan inundou a noite final da convenção, mas os dias de evento trouxeram discursos inflamados por acusações duras e frieza calculista. O republicano moderado e defensor de longa data da igualdade de direitos, George Romney, se apequenou a ponto de chamar os partidários da emenda de “pervertidos morais”. O comitê de plataforma do partido pedia uma proibição constitucional do aborto. O companheiro de chapa de Reagan, George H. W. Bush, em uma reviravolta dramática, mudou de posição sobre a emenda e sobre o aborto. Quando perguntado sobre suas mudanças de opinião, ele desdenhou da pergunta: “Eu não vou ser minado por pequenos detalhes”.⁵⁹

Os direitos constitucionais das mulheres e dos fetos não eram meros detalhes. Nem a Emenda da Igualdade de Direitos e as questões relativas ao aborto. A tomada conservadora do Partido Republicano — e, mais tarde, do Congresso, dos tribunais e da Casa Branca — foi resultado do uso feito por estrategistas políticos de questões que passaram a ser entendidas, pelos defensores de ambos os lados, como questões relacionadas a direitos fundamentais. Como também seria o caso do direito de portar armas, políticos e estrategistas políticos precisavam que essas questões *continuassem* sem solução: mostrar que os direitos eram vulneráveis é o que garantia votos.

No entanto, como Viguierie apontou muitas vezes, a tomada conservadora do Partido Republicano também foi marco de um triunfo da tecnologia. Os primeiros computadores *desktop* para

consumo em massa, como o Apple II, o Commodore PET e o TRS-80, apareceram em 1977. Mas, muito antes disso, Viguerie estava usando um computador *mainframe*. A vantagem tecnológica republicana duraria muito tempo; o Comitê Nacional Republicano adquiriu seu primeiro mainframe em 1977; o Comitê Nacional Democrata não comprou um até a década de 1980.⁶⁰ “Como os conservadores dominam a nova tecnologia”, escreveu Viguerie, “fomos capazes de contornar o monopólio quase total da esquerda na mídia nacional”. A Nova Direita não tinha novas ideias, argumentava Viguerie; mas ela tinha novas ferramentas: “o uso de computadores, mala direta, marketing por telefone, televisão (inclusive TV a cabo) e rádio, fitas cassete e números de discagem gratuita, entre outras coisas, para pedir contribuições e votos”. Viguerie era um mestre em campanhas via mala direta, que usava dados do censo, registros financeiros da campanha, pesquisas e dados das eleições anteriores para alcançar famílias específicas. “Os conservadores identificaram cerca de 4 milhões de doadores”, relatou Viguerie em 1980, 16 anos depois de fazer sua primeira lista, registrando os nomes e endereços de 12 mil americanos que doaram 50 dólares ou mais a Barry Goldwater. “Calculo que os liberais identificaram menos de 1,5 milhão.” Mala direta e televisão a cabo segmentaram o eleitorado e fragmentaram o público. Os conservadores não desperdiçaram energia conversando com os eleitores fora do grupo demográfico que esperavam alcançar, o que economizou dinheiro e tornou suas campanhas mais eficientes; as novas tecnologias também forneceram aos candidatos um incentivo para o uso de insultos. Acima de tudo, elas permitiram que os conservadores ignorassem a mídia de massa, os jornais e os editores de televisão aberta, que cada vez mais os conservadores tratavam como inimigos.⁶¹

Quase tão influente na ascensão da Nova Direita foi o crescimento da indústria de pesquisas eleitorais. No início da década de 1970, o filho de George Gallup, George Jr., um devoto da Igreja Episcopal, usou pesquisas para medir a força do

movimento evangélico, embora, como apontaram os críticos, as pesquisas superestimavam os americanos que frequentavam a Igreja, que, pelo seu espírito cívico e comunitário, eram mais propensos a participar das pesquisas do que os demais cidadãos. Preocupações mais amplas sobre as pesquisas levantadas na década de 1930 ressurgiram na década de 1970. Em 1972, o cientista político Leo Bogart demonstrou que o que as pesquisas mais fazem é fabricar opiniões, uma vez que uma parcela considerável dos americanos não sabe nada, ou quase nada, ou não tem opinião sobre os assuntos e questões levantados. Conforme Bogart, “a primeira pergunta que um pesquisador deveria fazer é ‘Você já pensou sobre isso? Você tem uma opinião a respeito?’”. Uma investigação posterior do Congresso sobre a indústria de pesquisas levantou, mais uma vez, uma série de perguntas preocupantes sobre sua precisão e sobre o seu lugar na democracia, mas a tentativa de propor uma lei pela confiabilidade das pesquisas falhou. Em vez disso, as pesquisas cresceram e se espalharam, quando as empresas de mídia, equipadas com computadores, começaram a realizar seus próprios levantamentos. No livro *Precision Journalism: A Reporter’s Introduction to Social Science Methods* [Jornalismo de precisão: a introdução de um repórter aos métodos das Ciências Sociais], publicado em 1973, Philip Meyer, que era correspondente em Washington de um jornal de Akron, Ohio, sugeria aos repórteres que realizassem suas próprias pesquisas: “Se o seu jornal tem um departamento de processamento de dados, então, deve possuir máquinas de cartões perfurados e pessoas para operá-las”. Dois anos depois, o *New York Times* e a CBS divulgaram uma pesquisa conjunta — a primeira pesquisa feita pela mídia. Críticos apontaram que, do ponto de vista ético, a imprensa, que deveria apenas divulgar as notícias, não poderia produzi-las. Mas, mesmo assim, a realização de pesquisas pela mídia explodiu.⁶²

Como havia acontecido nas décadas anteriores à Guerra Civil, quando os evangélicos voltaram à política, a política partidária

incorporou a paixão religiosa. Alarmados, os cientistas políticos criaram novos métodos para quantificar o crescente fervor político dos americanos, incluindo formas de medir a polarização entre os membros do Congresso pela análise dos votos por chamada. Por essa medida, a polarização do Congresso começou a declinar pouco depois da Guerra Civil, e continuou a diminuir durante grande parte do século XX, quando os republicanos se tornaram mais moderados. Na década de 1970, quando os republicanos se tornaram mais conservadores, a polarização aumentou. A migração dos democratas do Sul para o Partido Republicano explica apenas cerca de um terço dessa mudança. Ela é mais bem entendida em grande parte como uma consequência da politização do aborto. Entre 1978 e 1984, democratas pró-vida e republicanos pró-escolha foram expurgados de seus partidos. Depois de Reagan, a chamada lacuna entre os gêneros apareceu. Entre 1920, o início do sufrágio feminino, e 1980, as mulheres tendiam a votar desproporcionalmente em candidatos republicanos à presidência, mesmo que por pequenas margens. Isso mudou em 1980, quando mais mulheres votaram em Carter do que em Reagan, com uma diferença de 8 pontos percentuais, provavelmente porque o Partido Democrata começou a se autointitular o “partido das mulheres”. Os estrategistas republicanos concluíram que, ao trocar mulheres (brancas) por homens (brancos), eles levariam vantagem no negócio. Como disse um consultor republicano sobre os democratas: “Eles vão tão mal entre os homens que o fato de não irmos tão bem entre as mulheres se torna irrelevante”.⁶³

A mudança veio devagar. Até o final da década de 1980, os republicanos eram mais pró-escolha do que os democratas.⁶⁴ Mas, em pouco tempo, os partidos passaram a ser escolhidos por ideologia, e, embora os conservadores achassem estar aperfeiçoando o direcionamento de mensagens políticas com o auxílio de tecnologias emergentes, e os liberais acreditassem estar promovendo a política identitária, juntos, eles

representavam a mesma coisa: um eleitorado mais fragmentado e raivoso, convenientemente alcançado por listagens de endereços e telefones geradas por computador.

A última chance de ratificação da Emenda da Igualdade de Direitos expirou em 1982. “Ding, Dong, a bruxa está morta”, foi o canto dos oponentes da emenda em comemoração à sua derrota.⁶⁵ Naquele momento, ambos os partidos haviam abandonado um acordo político necessário para manutenção da estabilidade da República — direitos iguais para as mulheres — e mergulhado em uma política divisiva aparentemente interminável, mais longa do que todas as pessoas que haviam sido seus arquitetos, incluindo Phyllis Schlafly, cujo último ato público, em 2016, aos 91 anos, apenas meses antes de sua morte, seria endossar Donald J. Trump como o próximo presidente da nação.

II

“**O GOVERNO NÃO É A SOLUÇÃO** para o nosso problema”, disse Ronald Reagan em seu discurso de posse, em 1981. “O governo é o problema”. Dois meses depois de ter assumido o cargo de presidente, ele informou à Conferência de Ação Política Conservadora que sua agenda social, econômica e de política externa eram as três partes de um todo: “Assim como procuramos colocar as finanças da nossa casa em ordem e reconstruir as defesas do país, também buscamos proteger os que ainda não nasceram, acabar com a manipulação das crianças em idade escolar por seguidores de utopias, e permitir o reconhecimento de um Ser Supremo em nossas salas de aula”.⁶⁶



Ronald Reagan, um homem muito carismático, cumprimenta apoiadores em Indiana durante sua campanha de 1980. (Kristoffer Tripplaar / Alamy Stock Photo.)

Reagan havia assumido o cargo em meio a uma revolta contra um código tributário complexo e remendado, um amontoado de isenções, preferências, créditos e brechas. Apesar de o código tributário representar uma agenda liberal, os liberais não conseguiram defendê-lo, e, em vez disso, concordaram com seus críticos. Na campanha de 1976, Jimmy Carter chamou o código tributário de “uma desgraça para a raça humana”. Uma nova revolta fiscal americana começou a sério em 1978, quando os californianos aprovaram a Proposição 13, uma medida votada por referendo que reduziu o imposto predial em 57% e comprometeu profundamente o sistema de ensino público do estado; os eleitores da Califórnia aprovaram a medida em uma proporção de 2 por 1; o *New York Times* chamou o referendo de “grito ancestral do povo contra o excesso de governo”. Tom Wolfe declarou que os anos 1970 eram a “Década do Eu”.⁶⁷

O pensamento econômico de Reagan foi influenciado pelos escritos de Milton Friedman, que, ao longo da carreira política de Reagan, passou da academia para o estrelato. Friedman obteve um doutorado na Columbia em 1946, e, nas décadas de 1940 e 1950, tornou-se conhecido entre os economistas por ser contrário

à política monetária e pela sua forte oposição ao keynesianismo. Em 1962, Friedman publicou um livro destinado ao público em geral, *Capitalismo e liberdade*, no qual argumentava que a liberdade pessoal só pode ser assegurada pelo sistema de livre mercado. Em 1967, no seu discurso como presidente da Associação Econômica Americana, Friedman inverteu o pensamento convencional sobre a relação entre desemprego e inflação; quando a *estagflação* chegou, na década de 1970, ele parecia tê-la previsto. De 1966 a 1984, Friedman escreveu uma coluna regular para a *Newsweek*, período durante o qual também foi entrevistado pela *Playboy* (1973), ganhou o Prêmio Nobel (1976), apareceu no *Phil Donahue Show* (1979) e organizou uma série para a emissora PBS, chamada *Free to Choose* [Livre para Escolher] (1980).⁶⁸

A relevância de Friedman como intelectual formador de opinião deu respaldo ao pedido de reduções de impostos feito por conservadores que, começando em 1977 com o congressista republicano e ex-astro do futebol americano Jack Kemp, endossaram a ideia de “economia pelo lado da oferta”, argumentando que a redução dos impostos traria o crescimento econômico. Mas a “bíblia da revolução Reagan” foi *Wealth and Poverty* [Riqueza e pobreza], um livro publicado em 1981 por George Gilder, o escritor vivo mais citado por Reagan.⁶⁹

Gilder, nascido em 1939, foi redator de discursos para Nelson Rockefeller, George Romney e Richard Nixon na década de 1960, depois de um período como fuzileiro naval e um curso de graduação em Harvard. Ele queria escrever como Joan Didion, por quem estava apaixonado. No início dos anos 1970, conheceu William F. Buckley e abandonou o republicanismo liberal. Ele alcançou a fama literária que desejava tornando-se o *bad boy* do jornalismo americano quando, em 1973, publicou *Suicídio Sexual*, uma frenética acusação contra o feminismo que lhe rendeu o título de “Porco Machista Chauvinista do Ano”, concedido pela NOW e pela revista *Time*. Em *Sexual Suicide* (“Suicídio sexual”), Gilder dizia que a libertação das mulheres

violaria o que ele chamou de “Constituição sexual”, o acordo tácito que, por meio do sexo, liga homens a mulheres, que cuidam dos filhos por eles. “Toda a Constituição sexual é baseada no vínculo materno”, escreveu Gilder. “A libertação das mulheres tenta rejeitar esse papel.” Ele acusava as feministas de estarem arruinando esse acordo, e, portanto, deveriam ser responsabilizadas pela “frustração dos jovens ricos e sua entrega às drogas, o colapso das famílias ricas e pobres, e a crescente taxa de crimes e violência”. Preservar a Constituição sexual, para ele, “pode ser ainda mais importante para a ordem social do que preservar a Constituição legal”.⁷⁰

Oito anos depois, *Wealth and Poverty* serviu como ponte entre a crítica conservadora do feminismo e a adesão dos conservadores à economia pelo lado da oferta, com Gilder atacando outros conservadores por serem muito contidos na aprovação do capitalismo. Steve Forbes comparou a importância do livro de Gilder com *A riqueza das nações*, de Adam Smith, publicado em 1776. Para Gilder, a riqueza é sempre altruísta — “o capitalismo começa com a doação” —, “a pobreza real não é tanto um estado de renda quanto um estado de espírito”, e a dependência é provocada pela assistência do governo. Na opinião de Gilder, as mulheres trabalhadoras representavam um problema não apenas para a família tradicional, como também para o crescimento econômico; ao aumentar a renda familiar, elas contribuíam para a inflação, que se tornara galopante no final da década. O papel de um homem como principal fonte de renda era central para o pensamento social de Gilder na década de 1970; sua apologia ao empreendedor livre de regulamentações foi central para seu pensamento econômico na década de 1980.⁷¹ Em seu terceiro ato, na década de 1990, Gilder teria papel na utopia digital, defendendo uma internet livre de regulamentação.

Influenciado por Gilder e pela “economia pelo lado da oferta”, Reagan fez dos cortes de impostos a peça central de sua campanha. Durante seu mandato, a taxa mais alta de imposto de

renda, acima de 90% nas décadas de 1940 e 1950, caiu de 70% para 28%. Ele também cortou certos tipos de gastos federais, argumentando que o programa Aid to Families with Dependent Children, o *Medicaid* e outros auxílios promoviam dependência, imoralidade e destruíam a vida das famílias, principalmente por desestimular os casamentos. Entre 1970 e 1990, o número de nascimentos ilegítimos aumentou de 38% para 67% entre os negros, e de 6% para 17% entre os brancos. O número de beneficiários do AFDC havia aumentado de 7,4 milhões em 1970 para 10,6 milhões em 1980. Nas reformas da era Reagan, mais de um milhão de pessoas pobres perderam o benefício do vale-alimentação.⁷²

Enquanto isso, o governo de Reagan protegia com unhas e dentes outras formas de assistência federal, deixando intocados programas como a Seguridade Social e o Medicare, que priorizavam os idosos, e não aos pobres. Ele também ampliou em muito os gastos militares, com um crescimento de 35% entre 1981 e 1989, o maior aumento já registrado em tempos de paz.⁷³ Durante os oito anos de mandato de Reagan, a dívida nacional triplicou, passando de 917 bilhões de dólares para 2,7 trilhões; em 1989, a dívida representava 53% do produto interno bruto. O governo federal também cresceu à medida que o número total de funcionários federais passou de 2,9 milhões para 3,1 milhões. Reduzir a regulamentação da economia também se mostrou uma tarefa cara. A desregulamentação da era Reagan permitiu às caixas econômicas a venda de títulos podres e de alto risco. Livres da supervisão do governo federal, muitos destes bancos agiram de forma imprudente, e acabaram entrando em colapso; o governo federal gastou 132 bilhões de dólares dos contribuintes para resgatá-los.⁷⁴ Os conservadores propuseram cortar gastos e encolher o governo federal. Mas o que veio a ser chamado de *Reaganomics* não fez nenhuma das duas coisas. Em vez disso, os conservadores consolidaram seu poder ao responder ao clamor dos liberais por direitos reprodutivos com uma demanda constitucional diferente: o direito de portar armas.

* * *

EM MARÇO DE 1981, do lado de fora do hotel Hilton de Washington, John Hinckley Jr., filho do presidente de uma empresa petrolífera de Denver, com 25 anos e problemas mentais, atirou em Ronald Reagan com um revólver de calibre 22 que havia comprado em uma loja de penhores em Dallas. Hinckley disparou 6 tiros em 1,7 segundos, atingindo não apenas o presidente, como também um policial do Distrito, um agente do Serviço Secreto, e James Brady, secretário de imprensa da Casa Branca. Reagan foi levado às pressas para uma cirurgia enquanto toda uma nação, preocupada, prendia a respiração.

O porte e a regulamentação das armas nunca foram, historicamente, questões partidárias, como também não haviam sido objeto de amplo debate constitucional. A Associação Nacional de Rifles (NRA), fundada em 1871, lutou por medidas estaduais e federais de segurança no uso de armas nas décadas de 1920 e 1930. Em 1957, quando a NRA se mudou para a nova sede, seu lema, na entrada do edifício, dizia: “Educação em Segurança para Armas de Fogo, Treinamento em Pontaria, Tiro para Recreação”. A NRA apoiou a proibição da venda de armas por correspondência debatida pelo Congresso em 1963, depois que Lee Harvey Oswald assassinou John F. Kennedy com um rifle militar italiano, uma sobra de estoque que ele havia comprado pela revista da NRA, a *American Rifleman*. “Não achamos que qualquer americano saudável, que se considera americano, possa se opor à inclusão neste projeto do instrumento que matou o presidente dos Estados Unidos”, disse o vice-presidente executivo da NRA, em depoimento perante o Congresso. A NRA apoiou a Lei de Controle de Armas de 1968, aprovada após os assassinatos de Robert Kennedy e Martin Luther King Jr., que proibia vendas por correspondência, restringia a compra de armas por pessoas consideradas de alto risco, e proibia a importação de armas de fogo de excedentes militares. Alguns aspectos da legislação “parecem muito

restritivos e injustificados se aplicados aos cidadãos cumpridores da lei”, disse o vice-presidente executivo da NRA, mas “a medida como um todo parece suportável para os caçadores e praticantes de tiro da América”.⁷⁵

A Segunda Emenda — “Sendo uma milícia bem regulamentada necessária à segurança de um Estado livre, o direito do povo de ter e portar armas não deve ser violado” — não ocupava muito lugar neste debate, pois ela geralmente era entendida como uma garantia ao direito dos cidadãos de portar armas para a defesa comum. Nos dois séculos desde a fundação do país, nenhuma emenda recebera menos atenção nos tribunais do que a Segunda, exceto a Terceira, que diz respeito à divisão de tropas. Isso começou a mudar na década de 1960, não porque a NRA começou a falar sobre a Segunda Emenda, mas porque os nacionalistas negros o fizeram. Em 1964, pouco antes de ser morto a tiros, Malcolm X disse: “O artigo número dois das Emendas Constitucionais garante a você e a mim o direito de possuir um rifle ou uma espingarda”. Esse mesmo argumento deu ânimo para a fundação do Partido dos Panteras Negras.⁷⁶

Naquela época, os republicanos e democratas tinham a mesma probabilidade de apoiar medidas de segurança de armas, como parte das campanhas por lei e ordem. Reagan, como governador da Califórnia, havia apoiado medidas de segurança de armas, assinando a Lei Mulford em 1967. E a campanha por lei e ordem de Nixon, com sua guerra declarada às drogas, envolvia apoio à regulamentação de armas. Em 1972, Nixon, que acreditava que as armas eram “uma abominação”, pediu ao Congresso que proibisse as pistolas baratas —, mas em particular também desejava que o Congresso proibisse todas as armas de fogo, e confessou que achava absurda a ideia da posse de armas como um direito constitucional. “Não sei por que qualquer pessoa deveria ter um revólver em casa”, disse ele, repetindo observações feitas antes por Reagan.⁷⁷

A ideia de que a Segunda Emenda garante o direito de um indivíduo portar uma arma, sem relação com o direito de o povo

de formar milícias armadas para defesa comum, tornou-se a posição oficial da NRA apenas na década de 1970, e somente após uma luta não muito diferente da disputa sobre a temática do aborto entre as lideranças do Comitê Nacional Republicano. Parte da reação contra o feminismo e os direitos civis, os direitos das armas se tornaram um movimento político conservador, uma luta pelos direitos dos homens brancos.

Se na década de 1960 o debate sobre armas ocorreu à sombra do movimento Black Power, na década de 1970 ele aconteceu em meio a um crescente movimento White Power. Uma onda branca que começou como reação contra o movimento dos direitos civis na década de 1960 ganhou força nas décadas de 1970 e 1980 como reação à mudança dos padrões de imigração. Nenhuma lei federal restringia a imigração antes da década de 1870, mas os Estados Unidos haviam instituído um conjunto de cotas por local de origem, mais especificamente na Lei da Origens Nacionais de 1924. Em 1970, apenas 9,6 milhões de americanos, menos de 5% da população dos Estados Unidos, eram estrangeiros, a menor porcentagem em mais de um século, e a maioria desses imigrantes tinha vindo da Europa. Em 2000, o número de americanos nascidos no exterior havia aumentado para 28 milhões, representando 29% da população do país. A maioria desses imigrantes mais novos era da América Latina e do Leste da Ásia. Cinco milhões de imigrantes entraram nos Estados Unidos entre 1931 e 1965; 4,5 milhões entraram na década de 1970, 7,3 milhões, na década de 1980, e 9,1 milhões, na década de 1990, sem contar os que entraram no país ilegalmente.⁷⁸ O tema da imigração moveu-se para o centro do debate político americano.

Os padrões de imigração começaram a mudar na segunda metade da década de 1960 como resultado da Lei de Imigração e Nacionalidade aprovada por Johnson em 1965, que em geral é considerada, junto com a Lei de Direitos Civis de 1964 e a Lei de Direitos de Voto de 1965, uma de suas principais realizações. Com o objetivo de derrotar a discriminação racial do tempo das

leis de Jim Crow, a Lei de Imigração de 1965 havia substituído o antigo sistema de cotas por um novo sistema que não discriminava com base na raça ou nas origens nacionais. O novo sistema de cotas exigia uma equivalência: as cotas de qualquer país, em qualquer lugar do Hemisfério Oriental, eram as mesmas: 20 mil pessoas por país. E também aumentou o número total de imigrantes por ano para 290 mil. Em vez de estabelecer preferências raciais e de origem nacional, a legislação estabeleceu preferências baseadas na família e na profissão. Em resumo, a partir de 1965, pessoas do mundo em desenvolvimento conseguiam imigrar legalmente para os Estados Unidos. Elas também entraram em uma nação que estava redefinindo a cidadania. “A cidadania é o direito básico do homem, pois nada mais é do que o direito a ter direitos”, escreveu Earl Warren em 1958.

Sob o novo sistema, o número de imigrantes legais de países não europeus aumentou, mas o número de imigrantes legais do México caiu. Sob as regras de 1924, o México e o resto do Hemisfério Ocidental estavam isentos do sistema de cotas; isso terminou em 1965. E o Programa *Bracero*, que havia trazido trabalhadores migrantes do México para o país legalmente desde 1942, também foi encerrado. Sob as regras pós-1965, o número de imigrantes legais do México caiu 40%. A escala da imigração mexicana, no entanto, permaneceu praticamente a mesma: mais ou menos o mesmo número de mexicanos continuou a atravessar a fronteira após as reformas trabalhistas, mas dois em cada cinco estavam agora “sem documentos”, e eram considerados estrangeiros ilegais, sujeitos a deportação. Os intelectuais e ativistas mexicanos-americanos estiveram na vanguarda do estudo acadêmico da etnia e da busca pela reforma da imigração como uma luta pelos direitos civis integracionistas, uma posição que se voltou para o separatismo étnico e o nacionalismo com o surgimento do movimento Chicano. Na década de 1970, uma geração mais velha de mexicanos-americanos, liderada por César Chávez e pelos Trabalhadores Agrícolas Unidos, considerou imigrantes ilegais

mexicanos uma ameaça aos esforços de sindicalização, enquanto ativistas jovens *chicanos* pediam o levantamento das restrições à imigração, classificando as ações do Serviço de Imigração e Naturalização como atitudes de um estado policial brutal. Em meados da década de 1970, os ativistas *chicanos* haviam vencido esse debate, com ambos os lados concordando que “aprender a proteger os direitos dos trabalhadores sem documentação é aprender a nos proteger”. No entanto, na década de 1990, a fronteira dos Estados Unidos com o México se tornou, efetivamente, uma zona militarizada.⁷⁹

O movimento pelos direitos às armas estava bastante ligado ao sentimento anti-imigração. A NRA transformou-se de uma associação esportiva e de caça em um poderoso grupo de interesse político durante os mesmos anos em que a hostilidade contra a imigração estava em ascensão. Em 1975, a NRA criou um braço para fazer *lobby*, o Instituto de Ação Legislativa, e nomeou como chefe Harlon Bronson Carter, um atirador premiado e ex-chefe do Controle de Fronteira dos Estados Unidos. Pouco tempo depois, a liderança da NRA, contrariando os objetivos políticos de Carter, decidiu forçá-lo a sair e mudar a sede da organização para Colorado Springs. Mas, na reunião anual da NRA em 1977, Carter e seus aliados fizeram uma rebelião e conseguiram derrubar a antiga liderança, reescrevendo os estatutos da organização, e, em vez de se mudar para o Colorado, manteve a NRA em Washington. Na porta de sua sede, surgiu um novo lema, isolando a segunda cláusula da Segunda Emenda: “O direito do povo de ter e portar armas não será violado”.⁸⁰

Somente depois que Carter se tornou vice-presidente executivo da NRA foi divulgado na imprensa que ele havia sido condenado por assassinato em Laredo, Texas, em 1931, quando tinha 17 anos. Ele voltou da escola e encontrou sua mãe preocupada com três garotos que ela suspeitava estar envolvidos no roubo do carro da família. Carter, armado com uma espingarda, encontrou os meninos e exigiu que eles voltassem

para sua casa com ele. Salvador Peña, com 12 anos, depôs no julgamento de Carter que, após Ramón Casiano, de 15 anos, sacar uma faca e se recusar a ir, deu um tiro em seu peito. Carter foi condenado, embora o veredito tenha sido anulado mais tarde em uma apelação que se limitou às instruções do juiz ao júri.⁸¹



As diferenças entre os partidos se acentuaram por dois motivos: armas e aborto — um significava liberdade, e o outro assassinato, dependendo do partido. (Cortesia da Biblioteca Ronald Reagan.)

Com Carter no comando, a NRA apoiou Reagan em 1980, a primeira vez que a organização endossou um candidato à presidência em um século de sua história. Mas, assim como o assassinato de Kennedy por Oswald em 1963, a tentativa de Hinckley de assassinar Reagan em 1981 chamou a atenção para a facilidade com que os americanos podiam comprar e carregar todos os tipos de armas e munições, bem além das necessidades de caçadores e esportistas. Reagan, levado às pressas para a cirurgia, teve recuperação rápida. Seu secretário de imprensa, James Brady, que levara um tiro na cabeça com um tipo de munição projetada para explodir com o impacto, ficou

permanentemente paralisado. Mais tarde, ele e sua esposa fundaram o que se tornaria a Campanha Brady de Prevenção à Violência Armada. Hinckley foi considerado inocente por motivo de insanidade. Apesar da pressão considerável, Reagan manteve sua oposição à legislação que poderia proibir armas semiautomáticas ou impedir sua compra por pessoas com histórico de doença mental.⁸² O presidente, que quase havia sido morto a tiros por um homem armado, havia se tornado um oponente tão firme das leis para controle de armas durante seu mandato, que chegou a defender a extinção da Agência de Álcool, Tabaco e Armas de Fogo.

Os argumentos sobre direitos reprodutivos e direitos sobre armas se fundamentam em bases constitucionais frágeis; sua própria fragilidade os torna muito úteis para propósitos partidários: suas liberdades parecem sempre estar em risco de serem perdidas. Mas seus fundamentos são frágeis por diferentes razões. E a posição conservadora sobre as armas ganhou um *status* de doutrina partidária em parte devido ao papel que desempenhou em uma estratégia dos conservadores para assumir o Poder Judiciário — e institucionalizar uma nova maneira de ler a Constituição.

Os conservadores acreditavam que os liberais controlavam o governo federal, as universidades, a imprensa e os tribunais desde a década de 1930, e que uma revolução conservadora exigiria a tomada dessas instituições ou a criação de alternativas, ou, na prática, a realização da primeira, começando pela segunda. Em nenhum lugar os conservadores executaram essa estratégia com mais cuidado do que com relação aos tribunais. Por muito tempo, os conservadores tiveram problemas para vencer as eleições, uma dificuldade que eles costumavam atribuir ao papel desempenhado pela imprensa liberal. Os liberais haviam conquistado suas maiores vitórias nos tribunais, especialmente na revolução dos direitos, que começara com *Brown contra o Conselho de Educação*. Nessas circunstâncias, a melhor maneira de obter vitórias políticas parecia ser mudando

os tribunais e até a própria interpretação constitucional. Nas décadas de 1970 e 1980, essa campanha se formou na reinterpretação da Segunda Emenda, na fundação da Sociedade Federalista, e no desenvolvimento de um novo modo de interpretação da Constituição, conhecido como originalismo.⁸³

Em 1982, Orrin Hatch, de Utah, tornou-se presidente do Subcomitê de Constituição do Comitê Judiciário do Senado, e solicitou que se fizesse uma história da Segunda Emenda que resultou na produção de um relatório, *The right to Keep and Bear Arms* [O direito de ter e portar armas]. O comitê de Hatch concluiu que a Segunda Emenda fora mal interpretada por quase dois séculos. O relatório concluiu: “O que o Subcomitê de Constituição descobriu era a prova clara — e há muito perdida — de que a Segunda Emenda de nossa Constituição foi concebida como um direito individual do cidadão americano de ter e portar armas de maneira pacífica, para proteção dele mesmo, de sua família, e de suas liberdades.”⁸⁴

Ainda em 1986, a Segunda Emenda continuava conhecida como a “emenda perdida”. Mas em 1991, uma pesquisa constatou que os americanos estavam mais familiarizados com a Segunda Emenda do que com a Primeira.⁸⁵ No entanto, o comitê de Hatch confiava menos em algo que havia sido escrito por James Madison do que em estudos muito recentes financiados pela NRA. Dos 27 artigos de revisão de leis publicados entre 1970 e 1989 que eram favoráveis à interpretação da NRA da Segunda Emenda, pelo menos 19 foram escritos por autores empregados ou representados pela NRA ou por outros grupos de defesa de armas.⁸⁶ O argumento de que uma nova interpretação não era nova coisa nenhuma, mas a restauração de uma interpretação antiga e perdida havia muito, foi essencial para o trabalho dos autodeclarados “originalistas constitucionais”, que buscaram eliminar séculos de interpretação acumulada para descobrir o significado original da Constituição e as intenções originais dos fundadores.

O originalismo foi, em grande parte, uma resposta às decisões da Suprema Corte baseadas na ideia de privacidade a respeito de contracepção e aborto; se a esquerda encontrou direitos em “sombras e emanações”, a direita os encontraria em tinta e pergaminho. O originalismo floresceu nas escolas de Direito, especialmente por meio da Sociedade Federalista, fundada nas faculdades de direito da Universidade de Chicago e de Yale em 1982; 1 ano depois, tinha unidades em mais de 70 faculdades de direito. (Quase todos os juízes federais nomeados pelos três sucessores republicanos de Reagan, George H.W. Bush, George W. Bush e Donald Trump, foram membros ou foram aprovados pela Sociedade Federalista.) O originalismo também se tornou a política oficial do Departamento de Justiça da era Reagan, liderado por seu procurador-geral, Edwin Meese. O Departamento de Justiça de Meese funcionava, na prática, como um laboratório de ideias conservador.⁸⁷

Em 1985, Meese anunciou que “a abordagem do governo à interpretação constitucional” deveria “estar enraizada no texto da Constituição, conforme ilustrado por aqueles que a redigiram, propuseram e ratificaram”. Ele chamou isso de “jurisprudência da intenção original”, e a contrapôs ao “mau uso da história” feito por juristas, se referindo aos liberais, que viam, no “espírito” da Constituição, coisas como “conceitos de dignidade humana” com os quais eles transformaram a Carta Magna em um “código do ativismo judicial”.⁸⁸ Decisões de casos como *Griswold* e *Roe*, que citavam o chamado direito à privacidade, violavam os preceitos do originalismo. Mas o mesmo teria ocorrido com *Brown contra o Conselho de Educação* e qualquer outra decisão tomada pela corte sob a liderança de Warren, considerada liberal.

Juristas e estudiosos liberais, incluindo historiadores, responderam à opinião de Meese com argumentos, escárnio e descrença. O juiz William Brennan sugeriu que qualquer um que já tivesse estudado nos arquivos ou trabalhado com registros históricos sabia que não se deveria acreditar que os registros da convenção constitucional e das convenções de ratificação

ofereceriam vereditos tão certos, exatos e singulares quanto o que Meese esperava encontrar. Brennan disse que a noção de que juízes modernos poderiam discernir a intenção original dos autores da Constituição era “pouco mais do que arrogância disfarçada de humildade”. Quanto às leituras particulares dos originalistas, os historiadores tendiam a considerá-las absurdas. Numa crítica feroz à nova interpretação da Segunda Emenda, o historiador Garry Wills apontou que ela tinha tudo a ver com a defesa comum, e nada a ver com a caça: “Não se porta armas para se proteger de um coelho”.⁸⁹

Esses argumentos não ajudaram a limitar o alcance cada vez maior do originalismo, que a Nova Direita apresentava ao público como senso comum constitucional por meio de uma campanha intensa de mala direta, rádio e televisão a cabo.⁹⁰ Muitos americanos chegaram a acreditar que o originalismo era, de fato, “original”, um modo de interpretação constitucional que teria surgido na década de 1790, e não na década de 1980. O debate sobre armas caiu na irracionalidade. Muitas vezes, os liberais reagiam com histeria aos argumentos conservadores sobre os direitos às armas, e pediam medidas de controle impossíveis de serem aprovadas, medidas cujas consequências a NRA aproveitou para exagerar. Nessas circunstâncias, alguns proprietários de armas ficaram com um medo real de que o governo federal quisesse apreender suas armas. Enquanto isso, a interpretação da NRA para a Segunda Emenda, como o próprio originalismo, prevaleceu. Em 1986, o Congresso revogou parte da Lei de Controle de Armas de 1968 em uma nova Lei de Proteção de Proprietários de Armas de Fogo, que invocava “os direitos dos cidadãos [...] de ter e portar armas sob a proteção da Segunda Emenda”.⁹¹ Em 1991, Warren Burger chamou a nova interpretação da Segunda Emenda de “uma das maiores fraudes, e repito a palavra ‘fraude’, contra o povo americano, promovida por grupos com interesses específicos, como jamais vi na minha vida.”⁹² Foi, de fato, algo de tirar o fôlego. Em alguns poucos e violentos anos, as armas tornaram-se para os conservadores o

que o aborto havia se tornado para os liberais: uma questão carregada pela emoção, de um direito individual constitucionalmente garantido, com o qual os agentes do partido poderiam garantir que os eleitores iriam às urnas porque, de fato, a garantia dada pela Constituição era nenhuma.

* * *

PRIMEIRO PRESIDENTE A CUMPRIR dois mandatos completos desde Dwight Eisenhower, Reagan manteve a agenda doméstica sustentada pelos sucessos na política externa. A crise do petróleo da Opep havia deixado claro o quanto a dependência americana do petróleo estrangeiro mantinha os Estados Unidos ligados a um Oriente Médio instável. Em janeiro de 1979, revolucionários iranianos liderados por um clérigo muçulmano chamado aiatolá Ruhollah Khomeini assumiram o controle do governo, depondo o xá, um tirano que havia sido colocado no poder e apoiado pelos Estados Unidos. Em novembro, rebeldes mantiveram 66 americanos como reféns na embaixada dos Estados Unidos e nos escritórios do Ministério das Relações Exteriores, e exigiram que o xá fosse extraditado ao Irã de seu exílio nos Estados Unidos. A crise, incluindo uma tentativa de resgate tragicamente fracassada, era alvo de cobertura todas as noites pelos noticiários da televisão; a ABC News lançou um boletim regular chamado *America Held Hostage* (“América Feita Refém”). Em dezembro de 1979, a União Soviética invadiu o Afeganistão. A título de sanções, Carter retirou do Senado um acordo de limitação de armas conhecido como SALT II. Como forma de represália definitiva a Carter, os revolucionários em Teerã libertaram os reféns americanos assim que Reagan assumiu o cargo, humilhando Carter e entregando ao novo presidente uma vitória política imerecida, mas poderosa.⁹³

Todos os presidentes desde Eisenhower se preocuparam com o crescente arsenal nuclear do mundo. Na década de 1980, o medo de um holocausto nuclear se uniu à crescente

preocupação com uma catástrofe ambiental global. No início dos anos 1960, os cientistas ambientais encarregados de estudar os efeitos das armas nucleares no mundo natural começaram a perceber que as explosões nucleares esgotavam a camada de ozônio que protege a atmosfera da Terra, um efeito que pode ser medido comparando a camada de ozônio antes e depois que Estados Unidos e União Soviética concordaram em interromper os testes de armas nucleares na atmosfera em 1963. Enquanto isso, a publicação em 1962 do livro *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, trouxe ao público a crescente preocupação científica sobre os efeitos da poluição industrial na água, no solo e no ar. Após a repercussão de *Primavera silenciosa*, o governo dos Estados Unidos formou uma série de organizações de consultoria e supervisão, incluindo o Painel de Poluição Ambiental do Comitê Consultivo de Ciências do Presidente. O relatório de 1965 do painel, *Restoring the Quality of Our Environment* [Restaurando a qualidade de nosso meio ambiente], incluía um apêndice sobre o “dióxido de carbono atmosférico”, que expunha de maneira alarmante as consequências que o “poluente invisível” trazia para o planeta como um todo.⁹⁴ Em 1968, S. Fred Singer, físico atmosférico e cientista ambiental que trabalhou em satélites e agora era vice-secretário assistente do Interior, organizou um simpósio sobre os “Efeitos Globais da Poluição Ambiental”. Quatro artigos foram apresentados em um painel sobre “Efeitos da Poluição Atmosférica no Clima”.⁹⁵ (O que viria a ser chamado de ciência da mudança climática teve suas origens no estudo sobre os efeitos das armas nucleares.)

As pesquisas envolvendo armas nucleares em geral eram mantidas sob sigilo; outras pesquisas ambientais não o foram, e, alimentadas por essas pesquisas, o movimento ambiental explodiu. Em 1970, Richard Nixon havia estabelecido a Agência de Proteção Ambiental e ampliado a Lei do Ar Limpo; dois anos depois, ele assinou a Lei da Água Limpa. Mas, especialmente depois que as primeiras fotografias de toda a Terra foram tiradas do espaço — fotografias que se tornaram o ícone do movimento

ambientalista —, os ativistas, apontando que a poluição atmosférica não respeita as fronteiras nacionais, começaram a lutar pela necessidade de medidas globais. O mesmo argumento foi defendido, a partir dos anos 1970, por ativistas que pediam o desarmamento nuclear, o “congelamento” do nível de armamentos, e o fim de todos os testes, da produção e do lançamento das armas, uma proposta que contou com o apoio de centenas de cientistas, democratas do Congresso, das principais igrejas protestantes, e de 69 bispos católicos.⁹⁶

O pedido pelo congelamento dos armamentos, tanto por motivos ambientais quanto militares, morais ou políticos, logo chegou ao Congresso. Em 1982, a revista *The New Yorker* publicou uma série de reportagens dividida em quatro partes, escrita por Jonathan Schell, chamada “The Fate of the Earth” [O destino da Terra], que levou o congressista Al Gore, do Tennessee, a convocar audiências da Câmara sobre “As Consequências da Guerra Nuclear no Ambiente Global”. Mas Reagan levou o país para uma outra direção. Em março de 1983, ele anunciou uma Iniciativa de Defesa Estratégica (Strategic Defense Initiative, SDI, que logo foi apelidada de “Guerra nas Estrelas”), um plano para defender os Estados Unidos de ataques nucleares com uma rede de mísseis instalados em satélites. Na esperança de romper o impasse da destruição mútua assegurada, Reagan propôs, com a SDI, que os Estados Unidos poderiam se envolver em uma guerra nuclear “passível de ser vencida”.⁹⁷

Mas nenhuma guerra nuclear poderia ser vencida se uma explosão nuclear afetasse de maneira catastrófica a atmosfera de todo o planeta. Carl Sagan, astrônomo de Cornell e popularíssimo anfitrião de uma série científica do canal PBS chamada *Cosmos*, tornou-se a face pública de um corpo de trabalho científico que sugeria que mesmo uma guerra nuclear muito limitada poderia levar ao fim de toda a vida no planeta, provocando um “inverno nuclear”. Os críticos acusaram Sagan de acelerar um trabalho ainda não comprovado para ser publicado,

e, pior ainda, ser divulgado pela imprensa popular. O físico Edward Teller atacou Sagan na revista *Nature*: “Teorias altamente especulativas sobre a destruição mundial — até sobre o fim da vida na Terra — usadas como apelo a um tipo particular de ação política não servem nem à boa reputação da ciência, nem ao pensamento político livre de paixões”. O secretário de Defesa assistente de Reagan, Richard Perle, disse desejar que Sagan parasse de “brincar de cientista político”. Vários cientistas ambientais desafiaram a ciência por trás do inverno nuclear, apontando que suas conclusões eram sobretudo previsões baseadas em modelos, e que, portanto, a ciência não tinha certeza a seu respeito.⁹⁸

Com o inverno nuclear, os conservadores estenderam sua crítica de longa data ao “viés liberal” que se estendia da mídia à ciência. Por décadas, conservadores, colegas improváveis de pós-modernistas acadêmicos, vinham argumentando contra a ideia de objetividade. “Desejar justiça e honestidade em jornais de qualquer tipo é querer muito”, escreveu Russell Kirk em 1969, “mas a ‘objetividade’ utópica geralmente é uma máscara para preconceitos e partidarismo ocultos”. Kirk e outros conservadores lutaram pela derrubada da Doutrina do Equilíbrio da Comissão Federal de Comunicações em 1949. Uma emenda de 1959 à doutrina exigia que as emissoras emitissem “opiniões variadas sobre os principais assuntos enfrentados pelo povo americano”, porque, em relação às “controvérsias públicas”, o público teria “a chance de ouvir os dois lados”. Nas décadas de 1950 e 1960, o próprio conservadorismo era controverso, como apontaram os próprios conservadores, o que os deixava em desvantagem em um sistema que se apresentava como “justo”. Em vez de uma regra para as emissoras baseadas no interesse público, os conservadores propuseram uma regra baseada no mercado: se as pessoas gostassem, as emissoras poderiam transmitir. A audiência, e não uma “elite” de editores e especialistas, julgaria a verdade (com o exato tipo de consequências malignas para as quais Walter Lippmann havia alertado nos anos 1920). O

desmantelamento da Doutrina do Equilíbrio tornou-se uma prioridade do governo Reagan, relacionada à sua campanha para desacreditar cientistas como Sagan, que se opuseram à SDI.⁹⁹

Os cientistas que pretendiam desacreditar a teoria do inverno nuclear adotaram contra a ciência o argumento que conservadores como Kirk haviam usado contra o jornalismo: que as alegações de objetividade de cientistas como Sagan não passavam de partidarismo mal disfarçado. De forma significativa, os principais críticos da ciência do inverno nuclear se tornariam os críticos mais proeminentes da ciência das mudanças climáticas. “O cenário de Sagan pode estar correto”, escreveu S. Fred Singer em 1983, “mas a gama de incertezas é tão grande que a previsão não é particularmente útil”. Singer atuou durante muito tempo como consultor de empresas como ARCO, Exxon, Shell Oil, Sun Oil, e do Instituto Heartland, fundado em 1984, e foi afiliado à Heritage Foundation. (Muitos cientistas, é claro, atuam nos conselhos de empresas e *think tanks*.)¹⁰⁰ “A maioria dos cientistas não acredita que as emissões de gases de efeito estufa pela atividade humana sejam uma ameaça comprovada ao meio ambiente ou ao bem-estar humano”, anunciaria mais tarde o Instituto Heartland, “apesar da enxurrada de propaganda que insiste no contrário, vinda do movimento ambientalista e ecoada por seus bajuladores na grande mídia”. Em 1984, o Instituto George C. Marshall foi fundado por Robert Jastrow, físico da NASA, Frederick Seitz, ex-presidente da Academia Nacional de Ciências, e William Nierenberg, ex-diretor da Instituição de Oceanografia Scripps. Eles queriam combater Sagan argumentando que o inverno nuclear não era ciência, mas política. “O cenário de inverno nuclear não poderia atender melhor às necessidades dos líderes soviéticos, nem se fosse projetado para esse fim”, escreveu Jastrow. Em 1988, financiado em parte pela ExxonMobil, o Instituto Marshall voltou sua atenção para desafiar a ciência por trás do aquecimento global.¹⁰¹

O debate sobre o inverno nuclear, em resumo, estabeleceu os temas e as linhas de batalha do debate sobre as mudanças

climáticas, que se estenderia até o século XXI, muito depois do fim da Guerra Fria. Esse fim ocorreu porque, em 1984, a economia soviética praticamente entrou em colapso. Naquele ano, quando Reagan concorreu à reeleição, a economia americana finalmente havia melhorado, e o mercado de ações entrava em um ciclo de alta. A campanha de Reagan anunciou: “É manhã novamente na América”, com um anúncio de televisão que apresentava agricultores e pais suburbanos, noivas de branco e bandeiras dos Estados Unidos. (Em um indício da piora da polarização, o congressista conservador da Geórgia Newt Gingrich reclamou da campanha publicitária: “Ele deveria estar concorrendo contra liberais e radicais.”) Reagan teve quase 60% dos votos populares, e venceu em todos os estados, exceto Minnesota, estado de origem do seu oponente, Walter Mondale — que venceu também no distrito de Columbia.¹⁰²

Em 1985, os Estados Unidos e a União Soviética mantiveram juntos um estoque de mais de 60 mil ogivas de guerra. O líder soviético Mikhail Gorbachev começou a seguir a política conhecida como *glasnost*, promovendo uma abertura da sociedade, e a *perestroika*, reestruturando a economia colapsada da União Soviética. Disposto a reduzir os gastos com defesa, ele concordou em iniciar uma série de negociações em Genebra sobre limites para os armamentos. As negociações pararam, mas estava claro que a posição de Gorbachev havia enfraquecido drasticamente.

A Guerra Fria durou quase meio século. Foi terrível e aterrorizante. Ela havia durado tanto tempo que era quase impossível imaginar que um dia acabaria. E quando isso aconteceu, com o comunismo entrando em colapso no bloco soviético, para muitos americanos começou a parecer que Ronald Reagan, com mão forte e vontade de ferro, havia salvo a nação, e até o mundo.

* * *

A QUEDA DO COMUNISMO libertou a Europa Oriental. E também desencadeou um capitalismo não regulamentado que aumentaria a desigualdade econômica, desestabilizaria a ordem mundial, e, eventualmente, ameaçaria o lugar dos Estados Unidos nessa ordem. Houve precedentes para mudanças em uma escala muito épica. O capitalismo havia sido desregulamentado antes, no final do século XIX, e precisou mais uma vez ser sujeito a regulamentações durante a Era Progressista e o New Deal. Impérios, nações e ideologias também tiveram sua ascensão e queda antes, como durante a Segunda Guerra Mundial, cujo desfecho fez surgir uma nova ordem. Mas se os americanos que contemplavam as consequências da queda do comunismo e do fim da Guerra Fria fossem espertos a ponto de olhar para o passado para antecipar o futuro, não conseguiriam imaginar a revolução na tecnologia da informação que seria capaz de resistir à regulamentação e minaria os esforços para estabelecer uma nova ordem política.

Reagan, com seu capital político acumulado, começou a reestruturar o Judiciário. O originalismo era uma estratégia para reverter as decisões tomadas pela liberal Suprema Corte comandada por Warren. Outra estratégia era substituir juízes liberais por conservadores, começando com nomeações nos tribunais inferiores. Durante a campanha, Reagan prometeu nomear apenas juízes comprometidos com os “valores da família”. Os liberais leram isso como um código, que significava “branco e cristão”. Edwin Meese conduziu a seleção de 369 juízes distritais e de apelação, número de indicados maior do que qualquer outro presidente. Desses 369 juízes, apenas 22 não eram brancos. Quando Reagan deixou o cargo, seus nomeados constituíam quase metade de todos os juízes nos tribunais federais.¹⁰³

Em 1982, Reagan nomeou Antonin Scalia, professor de Direito da Universidade de Chicago, para a corte do Distrito de Columbia; quatro anos depois, ele o nomeou para a Suprema Corte. Membro da Sociedade Federalista, Scalia, pai de nove

filhos, também era católico devoto. Ele se tornou o defensor mais eloquente e preparado do originalismo no Suprema Corte. Entre juízes que interpretavam a Constituição e juízes tentando entender o que cada denúncia queria dizer, segundo ele, o originalismo era claramente o mal menor. “O objetivo das garantias constitucionais [...] é precisamente impedir que a lei reflita certas *mudanças* nos valores originais consideradas fundamentalmente indesejáveis pela sociedade que adota a Constituição”, escreveu Scalia.¹⁰⁴

Scalia ingressou na corte em 1986, logo depois de a mesma ter proferido uma decisão histórica, por 5 votos a 4, no caso *Bowers contra Hardwick*, recusando-se a anular a proibição para a sodomia na Geórgia. O movimento pelos direitos dos gays cresceu durante a década de 1980 em face de uma crise de saúde pública. A Aids foi identificada como doença pela primeira vez em 1981; O HIV foi isolado em 1984. Em 1989, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (Centers for Disease Control and Prevention, CDC) confirmou que a Aids havia infectado 82.764 americanos, matado 46.344, e estimou que 10 vezes mais casos de infecção ainda não haviam sido contabilizados. Três em cada quatro casos na década de 1980 eram de homens gays. Como alguns líderes da Coalizão Cristã chamaram a doença de “vingança de Deus” — Pat Buchanan disse que “a natureza estava exercendo uma terrível desforra” —, Reagan permaneceu calado: ele não falou publicamente sobre a Aids até 1985, quando respondeu a uma pergunta sobre a doença durante uma coletiva de imprensa. Ainda assim, o apoio oferecido pelo governo federal para os serviços de pesquisa e saúde pública foi escasso.¹⁰⁵

O caso *Bowers* fez parte de uma campanha legal para descriminalizar a homossexualidade, partindo do direito à privacidade estabelecido pela sequência de casos que começou com *Griswold contra Connecticut*. Mas o tribunal rejeitou tal argumento: “Não foi demonstrada nenhuma ligação entre família, casamento ou procriação, por um lado, e atividade homossexual,

por outro”; portanto, o caso não se apoiou sobre o direito à privacidade, mas sobre a reivindicação do “direito fundamental de se envolver em sodomia homossexual”, que, segundo o tribunal, não existia. (O juiz Lewis Powell, que se juntou à maioria na votação, disse a um de seus funcionários na época: “Acredito que eu nunca tenha conhecido um homossexual”. Powell não sabia, mas esse funcionário, bem como vários dos seus funcionários anteriores, era um gay enrustido) O juiz Harry Blackmun, derrotado na votação, argumentou que o caso realmente era de direito à privacidade: “Se esse direito tem algum significado, ele significa que, antes que a Geórgia possa processar seus cidadãos por fazerem escolhas sobre os aspectos mais íntimos de suas vidas, é preciso mais do que simplesmente afirmar que a escolha que fizeram é um ‘crime abominável que não pode ser mencionado entre os cristãos’.”¹⁰⁶

Juristas liberais e acadêmicos já se frustravam há muito tempo com o uso do direito à privacidade como um argumento constitucional para defesa de direitos relacionados às mulheres, à sexualidade e à família. Nos casos *Griswold*, *Roe* e *Bowers*, os subsídios enviados por organizações como a União Americana pelas Liberdades Cívicas, a Paternidade Planejada, e o Fundo Lambda de Defesa Legal e Educação apresentavam argumentos baseados na igualdade, que o tribunal simplesmente ignorou, optando por basear suas opiniões no conceito de privacidade.¹⁰⁷ Depois que o prazo para a ratificação da Lei da Igualdade de Direitos expirou em 1982, parecia que mulheres e homens gays não conseguiriam igualdade, mas, no máximo, privacidade. “O direito à privacidade parece um ferimento recebido como um presente”, argumentou a controversa feminista e teórica do direito Catharine MacKinnon, em 1983. Em 1985, Ruth Bader Ginsburg, então na Corte de Apelações dos Estados Unidos no Distrito de Colúmbia, lamentou que a Suprema Corte tivesse “tratado a autonomia reprodutiva como um caso sujeito aos conceitos de devido processo legal e autonomia pessoal, e não vinculado expressamente à discriminação contra as mulheres”.

Ginsburg achou que a opinião do tribunal no caso *Roe* era insuficiente por diversas razões, e entre elas estava o erro de não dar atenção à discriminação contra as mulheres, ou à “capacidade de a mulher se colocar em relação ao homem, à sociedade e ao Estado como uma cidadã independente, autossustentável e igual”.¹⁰⁸

Os argumentos baseados na privacidade, que há muito preocupavam as feministas, eram particularmente preocupantes para os ativistas dos direitos dos gays, que, em meio à aparente indiferença do governo Reagan ao enorme sofrimento vivido durante a crise da Aids, insistiam na importância e na urgência da visibilidade, do orgulho, e de assumir a sexualidade. “Silêncio = Morte” era o slogan da ACT UP, a Coalizão para Desencadear o Poder (Aids Coalition to Unleash Power), que protestou em Washington em 1987. O movimento pelos direitos dos gays, enfrentando a retórica pró-família da direita, e notando os limites do direito à privacidade nos casos relacionados aos direitos reprodutivos, mudou seu rumo. Durante a década de 1990, a privacidade continuou sendo a palavra de ordem do movimento dos direitos reprodutivos — e o aborto se tornou ainda mais secreto e mais difícil de ser realizado —, enquanto a igualdade se tornou a palavra de ordem do movimento dos direitos dos gays, especialmente depois que a luta antidiscriminatória para derrubar as leis contra a sodomia se transformou em uma luta por direitos iguais para casais de pessoas do mesmo sexo.¹⁰⁹

Cada uma dessas batalhas relacionadas a sexo e reprodução lançava luz sobre o desacordo na Suprema Corte a respeito do lugar da análise histórica na interpretação constitucional. No caso *Bowers*, o juiz Byron White, relatando para a maioria vitoriosa, argumentou que o direito de se envolver em sexo homossexual não estava enraizado na tradição; em vez disso, as *proibições* ao sexo homossexual estavam enraizadas na tradição; essas proibições, disse ele, têm “raízes antigas”. “Não posso dizer que uma conduta condenada há centenas de anos agora se tornou um direito fundamental”, escreveu o juiz Powell em seu voto de

concordância. O juiz Blackmun argumentou contra esse uso da história: “Não posso concordar que o período de tempo no qual uma maioria manteve suas convicções, ou as paixões com que as mesmas são defendidas, sejam capazes de retirar a legislação do escrutínio deste tribunal”.¹¹⁰

O espaço do originalismo na jurisprudência americana chamou a atenção do público em 1987, durante o bicentenário da convenção constitucional e o explosivo debate a respeito da nomeação de Robert Bork. Naquele mês de maio, o juiz Thurgood Marshall, destacado estandarte do movimento pelos direitos civis, fez um discurso no qual sugeriu que a celebração do bicentenário “trazia a crença confiante de que a visão daqueles que debateram e se comprometeram na Filadélfia produziu a ‘mais perfeita União’, da qual agora desfrutamos”. Marshall, que havia passado a primeira metade de sua carreira lutando contra a decisão do caso *Plessy contra Ferguson*, desconfiava daquela popular e recente nostalgia pela Constituição de 1787, bem como do fervor dos originalistas.

“Não posso aceitar esse convite, pois não acredito que o significado da Constituição tenha sido ‘fixado’ para sempre na Convenção da Filadélfia”, disse Marshall, com uma convicção tão firme quanto a da época em que argumentou perante o tribunal no caso *Brown contra o Conselho de Educação*. “Também não acho que a sabedoria, a previsão e o senso de justiça exibidos pelos fundadores fossem particularmente profundos. Pelo contrário, o governo que eles inventaram foi imperfeito desde o início.”¹¹¹

Semanas após a declaração de dissidência de Marshall, Reagan nomeou Bork para uma vaga na Suprema Corte. O mais conhecido teórico jurídico conservador do país, Bork teve uma vaga no tribunal prometida por Nixon após o episódio do Massacre de Sábado à Noite. Sua indicação foi muito apoiada pela Sociedade Federalista. Bork tinha uma visão singularmente estreita da interpretação constitucional. Não existem direitos fundamentais fora dos listados na Constituição, argumentou. “A

intenção original é a única base legítima para a decisão constitucional”, escreveu ele. E, embora até 1989 Bork argumentasse que a Segunda Emenda trabalhava “para garantir o direito dos estados de formar milícias, e não o direito de os indivíduos portarem armas”, ele não acreditava que o direito à privacidade estabelecido pelo caso *Griswold* existisse, e, em vez disso, acreditava que a privacidade havia se tornado “uma fonte não estruturada de poder judicial”.¹¹²

Antes de Bork, as nomeações da Suprema Corte haviam sido quase automaticamente aprovadas por unanimidade pelo Comitê Judiciário do Senado. O bipartidarismo e o respeito à separação de poderes que essa aprovação representava tiveram fim com a nomeação de Bork. Menos de uma hora depois que Reagan anunciou seu candidato, o senador de Massachusetts Edward Kennedy proferiu um discurso no Senado no qual declarou: “Os Estados Unidos de Robert Bork são uma terra em que as mulheres seriam forçadas a ir até um beco para abortar, os negros sentariam em balcões separados para almoçar, policiais desonestos poderiam arrombar as portas dos cidadãos em batidas no meio da noite, crianças em idade escolar não poderiam aprender sobre evolução, escritores e artistas poderiam ser censurados pelos caprichos do governo, e as portas dos tribunais federais seriam fechadas nos dedos de milhões dos cidadãos”.¹¹³

A retórica apocalíptica permeou a política americana desde o início. Afinal, os apoiadores de John Adams haviam advertido que eleger Thomas Jefferson seria viver em um mundo sem Deus. Mas com a indicação de Bork, a linguagem do fim dos tempos chegou aos tribunais, como se a própria justiça tivesse se tornado uma espécie de distopia.

Nem toda a campanha contra Bork foi tão explícita quanto o discurso de Kennedy. Gregory Peck, mais conhecido por interpretar o advogado de defesa de um negro acusado injustamente no filme *O Sol É para Todos*, fez a narração de um anúncio de televisão moderado, que alertou os americanos a

respeito do apoio de Bork aos impostos e testes de alfabetização, bem como sua oposição à Lei dos Direitos Civis de 1964, e estimulou os eleitores a ligarem para seus senadores pedindo que se opusessem à nomeação de Bork.¹¹⁴ Ainda assim, o fato extraordinário era que a nomeação de um juiz houvesse provocado a veiculação de publicidade política paga. E as próprias audiências do Comitê Judiciário do Senado, também exibidas na televisão, mostraram-se longe de moderadas.

As audiências televisionadas de Bork ofereceram aos americanos uma abrangente análise sobre a história do país — e uma discussão a seu respeito. Bork, de barba grisalha e cabelo ruivo já com algumas mechas brancas, frisado e penteado para trás, duelou com os senadores em assuntos que variavam da liberdade de expressão aos direitos das mulheres. Ele citou as observações de Benjamin Franklin do dia de encerramento da Assembleia Constituinte. Ele falou e respondeu a perguntas sobre os Códigos Negros, sobre o comitê que redigiu a Décima Quarta Emenda, sobre *Plessy contra Ferguson*, *Brown contra o Conselho de Educação* e *Griswold contra Connecticut*. (A lei de Connecticut que proibiu a contracepção era “loucura”, disse Bork ao comitê, mas a decisão do tribunal no caso *Griswold* foi pior: “Ela surge do nada e não tem nenhuma raiz na Constituição”.) Também falou do caso *Bowers*, sobre originalismo e sobre liberalismo. No final, o Comitê Judiciário do Senado votou contra a sua indicação, por 58 votos a 42.¹¹⁵

Cinco meses após a nomeação de Bork ter sido rejeitada, ele falou na reunião anual da Sociedade Federalista, na qual os membros da plateia usavam broches que diziam “Indique Bork de novo”. O sobrenome Bork se transformou em um verbo, que significa derrubar a indicação de um juiz por meio de campanhas políticas. Ralph Reed, da Coalizão Cristã, prometeu que um dia os conservadores “*borkariam* de volta”.¹¹⁶

As linhas de batalha entre a esquerda e a direita estavam traçadas nas próprias páginas da Constituição. As linhas eram novas, mas as perguntas eram antigas. Elas foram debatidas por

todas as gerações de americanos. As mulheres são pessoas? Segregar é igualdade? Qual é o papel do Estado na proteção de seus cidadãos contra a discriminação? A discriminação baseada na raça é diferente da discriminação baseada no gênero ou na sexualidade? Existem limites para a liberdade de expressão?



Nenhum ato isolado capturou tão bem o fim da Guerra Fria quanto a destruição do Muro de Berlim em 1989. (Luis Veiga / Getty Images.)

As audiências de Bork, e, de forma mais ampla, o realinhamento da Suprema Corte e a politização do processo de nomeação marcaram uma virada para o que, na década de 1950, William Seward chamou de “conflito incontrolável”. Sua importância só foi menor do que o outro legado duradouro da era Reagan: o seu papel na condução do fim da Guerra Fria. Tragicamente, a queda do comunismo e a derrota do inimigo externo acabaram por envolver os americanos na batalha seguinte, entre si mesmos, dentro de casa.

No último quarto do século XX, o aumento da temperatura global substituiu a possibilidade do apocalipse nuclear como a principal ameaça à vida no planeta. As mudanças climáticas moldaram a política externa dos Estados Unidos, e sua agenda doméstica também. Mas o tema também se manifestou como mais uma linha de divisão partidária: os conservadores rejeitaram a ciência das mudanças climáticas, e acrescentaram a ciência ambiental à lista de instituições que não eram confiáveis devido ao seu viés liberal, ao lado da imprensa e dos tribunais.

No mês de junho de 1987, em sua visita a Berlim, Reagan exigiu: “Sr. Gorbachev, abra este portão! Sr. Gorbachev, derrube este muro!”. Meses depois, os dois líderes assinaram um acordo para destruir mísseis de curto e médio alcance.¹¹⁷ O Muro de Berlim, um símbolo imponente do poder soviético e da repressão comunista, caiu em 1989, e foi reduzido a escombros. Gorbachev foi forçado a deixar o cargo em 1991, mas então o império soviético já havia colapsado.

Em 1992, mais de quatro décadas após seu início, a Guerra Fria, como ninguém poderia imaginar, estava encerrada. Míssil por míssil, os silos começaram a ser fechados, e seus fossos, abandonados. Os céus clarearam. E os oceanos subiram.

III.

ENTRE O FIM da Guerra Fria e o início da guerra global contra o terror, os americanos se arrastaram, sangrando e feridos, de uma briga política para outra. Brigaram por armas, aborto, religião, direitos dos gays e meio ambiente. Lutaram nas escolas, nos tribunais, na imprensa e nas universidades. Brigaram com palavras, e brigaram por palavras. Lutaram com unhas e dentes, socos e pontapés, e acreditavam estar lutando pelo que a nação significava, mas na verdade estavam lutando pura e simplesmente por poder político.

“Um conjunto de ódios se sucedia a outro”, escreveu Arthur Schlesinger Jr., cansado. Nem todos os americanos foram

motivados pela ideologia; na verdade, poucos o foram. Mas aqueles que pensavam ideologicamente exerceram influência desproporcional sobre a cultura política americana. Em seu modo de ver, os oponentes políticos não eram mais apenas rivais partidários, também leais aos Estados Unidos; eles eram inimigos do Estado. Os conservadores, tendo perdido o anticomunismo como ideologia unificadora, voltaram-se para outra, mais próxima: a oposição ao liberalismo. “Não existe ‘depois da Guerra Fria’ para mim”, anunciou Irving Kristol em 1993. “Longe de ter terminado, minha guerra fria aumentou em intensidade, pois setor após setor da vida americana está sendo cruelmente corrompido pelo *ethos* liberal.” Liberais passaram a se mover por uma política de críticas e desprezo: qualquer um que discordasse deles era racista, sexista, classista ou homofóbico — e burro. Nos *campi* das faculdades, eles aprovaram regras contra o “discurso de ódio”, proibindo termos que consideravam ofensivos. Dissidências não eram aceitas.¹¹⁸

Todos pareciam estar brigando, de alguma forma, pelas mulheres, que não podiam ser encaixadas na Constituição, mas também não podiam ser deixadas de fora. Patrick Buchanan, ex-redator dos discursos de Nixon, declarou guerra. Buchanan havia sido demitido por Ford, mas foi contratado por Reagan como seu diretor de comunicações. Na Convenção Nacional Republicana de 1992, depois de perder a indicação do partido para George H.W. Bush, ele usou seu discurso de apoio a Bush para mobilizar a ala conservadora do partido, atacando o candidato democrata, o governador do Arkansas, Bill Clinton, e sua inseparável esposa Hillary Rodham Clinton, que, em campanha pela mudança, se tornaria o foco de uma profunda e maldosa animosidade pública.¹¹⁹

“Isso, meus amigos, é o feminismo radical, a agenda que Clinton e Clinton querem impor aos Estados Unidos”, disse Buchanan, usando o antifeminismo como bandeira do partido: “aborto sob demanda, testes com viés para a Suprema Corte, direitos homossexuais, discriminação contra escolas religiosas,

mulheres em tropas de combate. Isso é mudança, sem dúvida, mas esse não é o tipo de mudança que a América precisa, não é o tipo de mudança que a América quer, e não é o tipo de mudança que podemos suportar em uma nação que ainda chamamos de ‘país de Deus’”. A multidão respondeu cantando “Vai, Pat, vai!”.¹²⁰

Para muitos à direita, Bill Clinton e Hillary Rodham Clinton representaram o amadurecimento dos anos 1960. Bork os definiu como “a personificação da geração dos anos 1960 que chegou à meia-idade com sua bagagem ideológica intacta”.¹²¹ A reação contra o feminismo estimulou grande parte dos militantes pró-família da direita cristã, e Hillary Rodham Clinton se mostrou um alvo fácil. Ela continuaria sendo alvo por décadas, não apenas durante a campanha e não apenas durante a presidência de seu marido, como também durante sua carreira posterior no Senado, como secretária de Estado, durante suas próprias duas tentativas de candidatura à presidência, e especialmente durante sua campanha frustrada de 2016, contra Donald Trump.

Hillary Rodham, uma mulher do Meio-Oeste, inteligente, determinada e sem meias-palavras, nasceu em Chicago em 1947. Ela começou como republicana. Precoce na política, Rodham fez campanha por Nixon aos 13 anos. Aos 17, era uma das “garotas de Goldwater”. Em 1965, levou sua cópia do livro *The Conscience of a Conservative* (“A consciência de um conservador”), escrito por Goldwater, para Wellesley, onde foi eleita presidente do grupo de Jovens Republicanos. Como estagiária em Capitol Hill, em 1968, Clinton participou da Convenção Nacional Republicana em Miami, mas sua oposição à guerra, juntamente com o feminismo, foi afastando-a lentamente do Partido Republicano. Como muitas feministas, ela passou a se distanciar quando o partido começou a abandonar seu apoio à igualdade de direitos para as mulheres. Em 1969, como presidente de sua turma em Wellesley, ela se tornou a primeira aluna convidada a fazer um discurso de formatura; seu discurso foi destaque na revista *Life*. Em 1970, ela conversou com a Liga

das Mulheres Eleitoras, na ocasião do quinquagésimo aniversário do grupo, usando uma braçadeira preta, lamentando os estudantes baleados pela Guarda Nacional na Kent State University. No ano seguinte, ela conheceu Bill Clinton quando ambos eram estudantes da Faculdade de Direito de Yale. Depois de se formar, ela se mudou para Washington, DC. Durante o processo de *impeachment* do caso Watergate, ela trabalhou na equipe de advogados do Comitê Judiciário da Câmara. No ano seguinte, ela se casou com Clinton e manteve seu nome. (Em 1982, pelo interesse da carreira política do marido, ela começou a se chamar Hillary Rodham Clinton.)¹²²

O Partido Republicano estava perdendo mulheres em um ritmo rápido. Mas o Partido Democrata no qual Hillary Rodham ingressara em 1972 também estava passando por uma transformação sem precedentes no século XX: estava deliberadamente expulsando a sua base. Desde a ascensão de William Jennings Bryan em 1896, o Partido Democrata era o partido do trabalho. Mas, no início da década de 1970, enquanto o Partido Republicano cortejava homens brancos que eram executivos, especialmente os que perderam seus empregos na indústria, o Partido Democrata começou a abandonar os trabalhadores comuns sindicalizados, especialmente os homens brancos, a favor de uma coalizão de mulheres, minorias, e o que passou a ser chamado de “trabalhadores do conhecimento”, engenheiros, cientistas e analistas que usavam camisa social e trabalhavam em computadores nas empresas de tecnologia, universidades, empresas de consultoria e bancos.¹²³



Bill e Hillary Clinton apareciam juntos com frequência durante a campanha de 1992. (Cynthia Johnson / Liason / Getty Images.)

De forma decisiva, o Partido Democrata apostou em se tornar não o partido do trabalho, mas o partido do conhecimento. Os líderes do partido, encantados com a emergente indústria de alta tecnologia, confiaram nas máquinas para orientar suas mudanças demográficas e políticas. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o declínio da produção industrial, os trabalhadores do conhecimento se tornaram o setor ocupacional que mais crescia. Os projetos de ciência e tecnologia financiados pelos governos da época da Guerra Fria criaram um ramo na sociedade civil: empresas de tecnologia cresceram como ervas daninhas nas periferias suburbanas de cidades universitárias ricas como Boston, Nova York, New Haven, Filadélfia, Atlanta, Chicago, Seattle, Los Angeles, Ann Arbor, Madison, Austin, Boulder, Chapel Hill e São Francisco. Mesmo em menor número, os liberais que viviam nos subúrbios e trabalhavam com tecnologia tiveram uma influência enorme no Partido Democrata.

Eles apoiavam — e financiavam generosamente — as campanhas de outros liberais bem instruídos, de George McGovern em 1972 a Michael Dukakis em 1988, a John Kerry em 2004, campanhas que fracassaram por completo.

A nova compreensão do mundo pelos democratas era tecnocrática, meritocrática e terapêutica. Eles acreditavam que a tecnologia poderia resolver problemas políticos, sociais e econômicos. Também acreditavam que deviam seu sucesso pessoal a seus talentos e vontade própria, e que as pessoas que haviam conseguido menos eram menos talentosas e motivadas. Eles tendiam a não ver como suas vidas haviam sido moldadas pelas políticas do governo, como pesquisas financiadas pelo setor público, ou pelas leis de zoneamento e acordos restritivos que criaram escolas de alta qualidade nos subúrbios brancos ou em eventuais bolsões urbanos sofisticados, onde normalmente viviam. Apesar de todas as maneiras pelas quais a assistência do governo viabilizou suas condições de vida e trabalho, eles tendiam a se opor à assistência do governo. Acreditando na conquista individual e no poder pessoal, eles enxergavam as diferentes vantagens políticas de outras pessoas, especialmente as que haviam conseguido menos, como falhas psicológicas e pessoais: o racismo, por exemplo, não era visto como um problema estrutural, mas como preconceito causado pela ignorância.¹²⁴

Algumas das atitudes dessa classe política jazem na mística em torno do computador pessoal. As grandes máquinas IBM e a computação com cartões perfurados pareciam, para a Nova Esquerda, burocráticas, organizacionais e desumanas. Os estudantes eram engrenagens na máquina das universidades, os soldados convocados eram engrenagens na máquina de guerra, também vista como um grande computador. Em 1964, ativistas pela liberdade de expressão que se manifestavam em Berkeley penduraram no pescoço cartões perfurados que diziam: “Eu sou um estudante da Universidade da Califórnia. Por favor, não me dobre, retorça, desfie ou mutile”.¹²⁵ O computador pessoal, como

forma de rejeição a esses cartões perfurados, surgiu da contracultura da região da Bay Area californiana dos anos 1960, e da sua raiva contra as máquinas (da IBM). Seu promotor mais barulhento foi Stewart Brand, que se juntou ao grupo chamado Merry Pranksters, criado por Ken Kesey depois de se formar em Stanford, e fundou a revista de contracultura *Whole Earth Catalog* em 1967, em Menlo Park, para as dezenas de milhares de pessoas que estavam largando seus empregos e voltando para o campo para viver nas comunas, e para o número muito maior de pessoas que sonhavam em fazer a mesma coisa. (A *Whole Earth Catalog* de 1971 ganhou o Prêmio Nacional do Livro, e vendeu 2,5 milhões de exemplares. A revista era um catálogo que vendia de tudo, desde exemplares do livro *Capitalismo e liberdade*, de Milton Friedman, por 1,50 dólares, peças de um antigo Volkswagen, um kit de “faça seu próprio funeral” por 50 dólares, até instruções sobre “Como construir um computador digital funcional”, por 4,45 dólares.)¹²⁶ “Um reino de poder pessoal e íntimo está se desenvolvendo”, escreveu Brand, “o poder do indivíduo para conduzir sua própria educação, encontrar a sua própria inspiração, moldar seu próprio ambiente e compartilhar sua aventura com quem estiver interessado”. Para Brand e esses novos comunialistas, largar tudo significava conectar-se. Mente e consciência, sol e solo, monitor e teclado. Em 1967, um poeta de Haight-Ashbury distribuiu um poema que começava assim: “Gosto de pensar (e / quanto antes melhor!) / Sobre uma planície cibernética / onde mamíferos e computadores / vivem juntos / na harmonia da programação / como água pura / tocando o céu limpo”. Não por acaso, esse mesmo grupo de pessoas, *hippies* da natureza, geralmente tinha ideias bastante tradicionais sobre o papel das mulheres. Nas décadas de 1960 e 1970, as comunidades de pessoas que retornavam à natureza, onde o *Whole Earth Catalog* de Brand era lido, se imaginavam vivendo em uma área da antiga fronteira americana, nas quais as mulheres assavam pão, fiavam lã, amamentavam e guardavam sementes.¹²⁷

Brand estava interessado no pensamento planetário — *Whole Earth*, a “Terra Inteira” —, e imaginou uma rede mundial de computadores reunindo os povos do mundo, em perfeita harmonia. Isso exigiria, primeiro, computadores pessoais, um por pessoa. Em 1968, Brand ajudou a produzir uma grande demonstração em uma conferência da indústria de computadores em São Francisco, para apresentar um protótipo de um computador pessoal que Kesey mais tarde declarou ser “a próxima grande coisa depois do ácido”. Brand escreveu sobre computação para a revista *Rolling Stone* em 1972: “Esteja ele pronto ou não, os computadores estão chegando ao público”.¹²⁸ Bill Gates e Paul Allen, que se conheceram quando garotos em Seattle, fundaram a Microsoft em 1975, que, depois, adotou o lema “Um computador pessoal em todas as mesas”. Em Cupertino, Steve Jobs e Stephen Wozniak fundaram a Apple Computer em 1976, e lançaram o Apple II no ano seguinte. Em 1980, a oferta inicial de ações da Apple quebrou um recorde que era mantido pela Ford Motor Company desde 1956.¹²⁹ Nos anos 1990, os ricos empresários do Vale do Silício liderariam um Partido Democrata que havia se reestruturado em torno de suas prioridades. A partir de 1972, o Comitê Democrata Nacional instituiu cotas para suas delegações, exigindo um número mínimo de mulheres, minorias e jovens, mas sem definir cotas para os membros de sindicatos ou da classe trabalhadora. As novas regras permitiram que profissionais abastados assumissem o controle do partido, uma mudança de curso muito influenciada pelo livro *Changing Sources of Power* (“Fontes mutáveis de poder”), escrito pelo estrategista democrata de longa data Frederick Dutton em 1971. Dutton argumentava que o futuro do partido estava nos jovens profissionais, e não nos antigos sindicatos.¹³⁰ O senador do Colorado, Gary Hart, em 1974, passou a debochar dos “democratas de Eleanor Roosevelt” referindo-se a eles como chatos e antiquados, e não modernos o suficiente para os jovens da era da informática. A imprensa chamou o eleitorado de Hart de “Democratas do Atari”, em

referência ao videogame que fez grande sucesso naquele período.¹³¹

Os entusiastas do uso dos computadores pessoais gostavam de invocar “o poder do povo”, mas se referiam ao poder de cada indivíduo, ampliados pelo uso da máquina. Os republicanos, partido dos grandes negócios e empresários, permaneceram bastante próximos da IBM; Os democratas, partido do povo, se apegaram à Apple e abandonaram as pessoas que não tinham a possibilidade ou o interesse de possuir seu próprio computador. A ala do partido representada pelos trabalhadores do conhecimento, sem relação com os trabalhadores de chão de fábrica, tentou se mover para o centro político, com a benção do Conselho de Liderança Democrata, fundado em 1985, e logo foram acompanhados por Bill Clinton e Al Gore. Se autointitulando “Novos Democratas”, eles colocaram a culpa das derrotas de Carter em 1980 e de Mondale em 1984 no seu apoio aos sindicatos e no liberalismo antiquado do New Deal.¹³²

“Graças às capacidades quase milagrosas da microeletrônica, estamos derrotando a escassez”, anunciava em 1995 um artigo publicado na revista *New Democrat*, do Conselho de Liderança Democrata. As políticas de classe relacionadas ao combate à escassez e à miséria estavam morrendo e, nessa nova e brilhante era do microchip, haveria uma “política da abundância” na qual as pessoas que ficaram para trás — “os perdedores [...] que não conseguem ou não vão participar da economia do conhecimento” — seriam como “camponeses analfabetos na era das máquinas a vapor”.¹³³ O partido tropeçava como um homem bêbado, delirando com a utopia tecnológica.

* * *

BILL CLINTON TINHA 46 anos quando assumiu a Casa Branca, já grisalho, no alto de seu 1,80m. Ele tinha um sorriso como um personagem de quadrinhos dos anos 1930, a fala ritmada como a de um pregador batista do Sul, e a voz rouca de um cantor de

blues. Ele cresceu pobre na cidade de Hope, Arkansas — o garoto de Hope — e chegou à Casa Branca com a força do seu charme, do seu trabalho duro, e da sua sorte. Durante a Guerra do Vietnã, ele se esquivou do alistamento militar. Após conseguir uma bolsa de estudos do programa Rhodes e garantir sua educação na Faculdade de Direito de Yale, ele começou uma carreira na política ao lado de sua jovem esposa. Como muitos presidentes antes e depois dele, gostava de ser amado e desejava ser admirado, embora, ao contrário da maioria dos presidentes, Clinton mostrasse essa carência na sua cara; ele teve, durante toda a vida, o rosto de um menino. Clinton tinha apenas 32 anos em 1978, quando foi eleito governador do Arkansas. Ele parecia servir como uma ponte entre os antigos e os novos democratas. Sulista de origem humilde, ele apelou para a antiga base do partido. Progressista formado por uma universidade da Ivy League, com um forte histórico em direitos civis, ele apelou para a nova base do partido. E, no entanto, ele foi durante todo o tempo, um menino travesso.

Em 1992, a campanha de Clinton para a indicação democrata quase foi derrubada por sua reputação de mulherengo. Depois que as acusações de um caso extraconjugal chegaram aos tabloides, ele e sua esposa apareceram juntos no programa *60 Minutes*, sentados e sérios, para ele admitir ter “causado dor no casamento”. Citando seu direito à privacidade, ele se recusou a responder diretamente qualquer pergunta sobre infidelidade.¹³⁴ Ele também sugeriu que sua candidatura oferecia à imprensa uma oportunidade para se afastar das futilidades.

No ano anterior, a batalha pelos tribunais havia cruzado caminhos com a batalha dos sexos durante as audiências no Senado para a confirmação do candidato de Bush à Suprema Corte, Clarence Thomas. Em 1987, Thurgood Marshall, questionado em uma conferência sobre a natureza cada vez mais conservadora da corte, disse: “Não se preocupem, vou sobreviver a esses bastardos”. Mas, sofrendo de glaucoma, perda auditiva e outras doenças, Marshall se aposentou da corte

em 1991.¹³⁵ Para substituí-lo, Bush nomeou Thomas, que ele havia indicado anteriormente para o Tribunal de Apelações do Distrito de Columbia. Durante as audiências de confirmação, a professora de direito Anita Hill acusou Thomas, seu ex-chefe, de assédio sexual. As audiências na televisão incluíam detalhes explícitos. Apesar do depoimento forte e acusatório de Hill, o Senado confirmou a indicação de Thomas.

Um ano depois, Clinton tentou desviar as investigações sobre seu suposto caso de anos com uma mulher chamada Gennifer Flowers, sugerindo de maneira razoável que o discurso público estava sendo degradado pela transmissão das audiências na televisão, e propôs elevar seu nível, recusando-se a fornecer detalhes. “Isso será um teste de caráter para a imprensa”, afirmou Clinton ao programa *60 Minutes*. “Não é apenas meu caráter que está sendo testado.” A alegação não tinha a menor plausibilidade, principalmente porque em outras ocasiões Clinton estava bastante disposto a discutir assuntos que outros candidatos à presidência e ocupantes de cargos teriam considerado degradantes à dignidade do cargo. Em um evento patrocinado pela MTV em 1994, por exemplo, quando perguntado por um estudante do Ensino Médio se ele usava cueca samba-canção ou *slip*, ele não hesitou em fornecer uma resposta: “Geralmente *slip*”.¹³⁶

Os dois mandatos de Clinton frustraram a esquerda, enfureceram a direita, e terminaram em escândalo. Ele venceu a eleição de 1992 com o menor voto popular — 43% — desde Woodrow Wilson. Ele definiu como sua primeira tarefa a reforma do sistema de saúde, que estava no calendário progressista havia quase um século. “Se eu não conseguir o sistema de saúde, vou preferir não ter concorrido à presidência”, disse ele. Designada para chefiar a força-tarefa da Reforma Nacional do Sistema de Saúde, a iniciativa foi entregue para sua esposa, a quem Clinton chamou de “sua Bobby Kennedy”.¹³⁷

Antes de seu marido tomar posse, Hillary Rodham Clinton, com seu vício crônico em estar superpreparada para tudo, leu 43

biografias de esposas de presidentes para se preparar para o papel. Após os primeiros cem dias do governo, a revista *Vanity Fair*, em um perfil da primeira-dama, a descreveu como tendo “ambições políticas sem precedentes”. A revista apontou: “Como a primeira mãe trabalhadora da Casa Branca, a primeira feminista assumida e, sem dúvida, a mulher mais importante do mundo, ela quer não apenas ter tudo, mas fazer tudo”. Ela também mudou seu nome novamente, agora para apenas “Hillary Clinton”. Seis semanas depois que Hillary Clinton se mudou para a Casa Branca, Betty Ford veio visitá-la. Mas Hillary Clinton não era Betty Ford. Ela tinha mais funcionários seniores em sua equipe do que o vice-presidente Al Gore.¹³⁸

A força-tarefa de Hillary Clinton acabou produzindo uma proposta de 1.342 páginas para o que era, de forma geral, um plano de assistência médica paga pelo empregador. As companhias de seguros e os grupos conservadores de políticas, em uma reprise da campanha de Whitaker e Baxter de 1949, gastaram centenas de milhões de dólares em campanhas de propaganda e *lobby* para derrotar a proposta. Uma série de anúncios mostrava um casal, Harry e Louise, lamentando sua falta de escolha nos “planos de saúde elaborados por burocratas do governo” e encerrando com os dizeres: “CONHEÇA OS FATOS”.

Bill Kristol, um importante escritor e estrategista conservador — assim como seu pai —, pediu aos republicanos que recusassem qualquer acordo sobre o sistema de saúde, a fim de mostrar ao público que “o liberalismo democrata do bem-estar social segue em forte recuo”. (Os conservadores provavelmente também temiam que, se os democratas conseguissem passar a lei do sistema de saúde, sua popularidade tornaria o Partido Democrata imbatível.) A primeira-dama, ainda neófito na capital, pediu que o marido não fizesse concessões; em seu discurso sobre o Estado da União de 1994, ele prometeu vetar qualquer projeto de lei que não previsse cobertura de saúde universal. Nas eleições de meio de mandato, quando os republicanos

assumiram o Congresso após conquistar a maioria em ambas as casas pela primeira vez em décadas, a proposta fracassou, ridicularizada por suas minúcias e prejudicada pela aversão dos conservadores à esposa do presidente. Derrubada pelo partidarismo inflexível de uma nova cultura política, a proposta nunca chegou a ser votada.¹³⁹

O fracasso da proposta de Clinton para o sistema de saúde prejudicou sua presidência. Seu legado mais duradouro como liberal veio em 1993, quando nomeou Ruth Bader Ginsburg para a Suprema Corte. Mas Clinton, que tinha mais milionários em seu gabinete do que Bush, moveu-se para a direita — mesmo antes do meio do mandato —, e grande parte de sua agenda não passou de uma continuidade do trabalho iniciado por Reagan e Bush.¹⁴⁰ Ele garantiu a ratificação do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (North American Free Trade Association, NAFTA), com a oposição dos sindicatos. Ele deu sequência à guerra às drogas, iniciada por Nixon em 1971 e continuada por Reagan com a Lei de Abuso de Drogas de 1986. Em 1994, ano em que Newt Gingrich propôs uma plataforma conservadora chamada “Contrato com a América”, Clinton assinou uma nova lei criminal que estendia a sentença obrigatória, e instituiu uma proporção de 100 por 1 entre as sentenças por posse de crack e cocaína. (O projeto também incluía uma proibição de armas automáticas, que expiraria após dez anos.) Alguns membros da bancada congressista negra (Congressional Black Caucus, CBC) apoiaram o projeto; outros não. A NAACP chamou o projeto de “crime contra o povo americano”. A bancada congressista negra tentou introduzir uma Lei de Justiça Racial, para incluir disposições relativas à discriminação racial nas sentenças; Os republicanos ameaçaram com uma obstrução na pauta. Quando a lei criminal foi aprovada, os liberais se gabaram por terem se tornado “duros com o crime”. “A ala liberal do Partido Democrata é a favor de cem mil policiais”, anunciou Joe Biden, um senador durão que cresceu em Scranton, na Pensilvânia. “A ala liberal do

Partido Democrata é favorável a 125 mil novas celas nas prisões do Estado.”¹⁴¹

Essas medidas bipartidárias contribuíram para uma catástrofe social, uma era de encarceramento em massa, na qual quase um em cada cem adultos americanos estava na prisão, virtualmente a taxa mais alta em todo o mundo, e quatro vezes acima da média mundial. O projeto de lei de 1994 não causou todo esse aumento, que havia começado muito antes, e, de qualquer forma, a maioria das pessoas na prisão não é condenada por crimes contra leis federais (suas condenações seguem as leis estaduais). Mas a lei federal para crimes, mudanças nas incidências de acusação nos estados e municípios, e, especialmente, o novo regime de sentenças, contribuíram para piorar o problema. Dois terços do aumento da população carcerária entre 1985 e 2000 envolveram condenações por drogas. A esmagadora maioria dos americanos condenados por delitos relacionados a drogas são homens negros. “A guerra às drogas é a nova lei de Jim Crow”, dizia um pôster grampeado em uma cabine telefônica na Califórnia, uma constatação que obteve a dolorosa concordância dos cientistas sociais.¹⁴²

Clinton fechou acordos nos debates sobre drogas, crime e armas porque acreditava no compromisso e no bipartidarismo, mas também porque queria e precisava que gostassem dele. Especialmente após o constrangimento com sua proposta para o sistema de saúde, ele se afastou ainda mais do centro. Seu comprometimento político em relação ao bem-estar social e à regulamentação da economia provaram ser tão significativos quanto a sua lei criminal. Em 1996, Clinton e seu grupo de novos democratas meritocráticos encontraram uma causa comum com os conservadores, liderados por Gingrich, o presidente da Câmara, ao concretizar a promessa de campanha de “acabar com o estado de bem-estar social como o conhecemos”. Ficando ao lado de quem havia descrito o bem-estar social como uma forma de prender as pessoas na pobreza pela dependência do governo, seu governo aboliu a Ajuda para Famílias com Filhos

Dependentes. Sob o novo regime, o bem-estar social ficou a cargo dos estados. (Clinton vetou uma versão republicana do projeto que teria encerrado a garantia de assistência médica aos pobres pelo *Medicaid*.)¹⁴³

Em 1999, renunciando a outra parte do New Deal, com efeitos de longo alcance, Clinton assinou uma medida revogando elementos da Lei Glass-Steagall, aprovada em 1933. A revogação suspendeu a proibição da associação entre bancos mercantis e bancos de investimento. Larry Summers, secretário do Tesouro de Clinton, comemorou: “No final do século XX, finalmente substituiremos um conjunto arcaico de restrições por uma base legislativa para um sistema financeiro do século XXI”. O mercado de títulos, autorregulado, obteve lucros recordes após a revogação. No final da década, o CEO médio de uma grande empresa ganhava quatrocentas vezes mais do que o trabalhador médio. E, pouco depois disso, em 2008, durante o colapso financeiro global, o sistema financeiro do século XXI de Summers mostraria como estava quebrado desde o início.¹⁴⁴

Muito antes de o sistema financeiro dos “democratas do Atari” falhar, e apesar do centrismo forçado de Bill Clinton, o centro não resistiu. A retórica acalorada dos movimentos pelo direito às armas e contra o aborto espalhou raiva entre os extremistas. E um novo tipo de política passou a caracterizar membros da esquerda e da direita.

A política identitária, conhecida também por outros nomes, remonta à fundação da República. A Constituição, que, para fins de representação, avaliava que alguns americanos valiam três quintos do que valiam outros americanos, baseava-se em uma política de identidade: a supremacia branca. “Este governo foi feito por nossos pais fundadores em uma base branca”, dissera Stephen Douglas, debatendo contra Abraham Lincoln. “Foi feito por homens brancos para o benefício dos homens brancos e sua posteridade para sempre.” Lincoln, é claro, discordou. “Não há razão no mundo para que o negro não tenha direito a todos os direitos naturais enumerados na Declaração de Independência,

direito à vida, liberdade, e busca da felicidade”, respondeu ele. “Eu sustento que ele tem tanto direito a estas coisas quanto o homem branco.” Derrubar o tipo de política identitária defendida por Stephen Douglas — a política identitária dos proprietários de escravos e, mais tarde, da Klu Klux Klan e dos que defendiam restrições à imigração, havia sido o trabalho de mais de um século de luta — pela abolição, pela emancipação, pelo sufrágio e pelos direitos civis.

Outras políticas que se descreviam como identitárias surgiram em meados do século XX, partindo do movimento Black Power, do movimento do orgulho gay, e, principalmente, do feminismo. O termo foi cunhado em 1977, em um manifesto escrito por um coletivo de feministas lésbicas negras em Cambridge, Massachusetts. “As políticas mais profundas e potencialmente mais radicais vêm diretamente de nossa própria identidade, e não do trabalho para acabar com a opressão dos outros”, escreveram.¹⁴⁵ No início do século XX, as mudanças políticas da esquerda vieram de coalizões de agricultores e trabalhadores. Na década de 1970, à medida que aumentava a animosidade em relação aos imigrantes, os grupos étnicos que havia muito eram alvos de discriminação, incluindo os *chicanos*, os índios americanos e os asiáticos americanos, encontraram solidariedade política, tanto dentro de cada grupo quanto entre os diferentes grupos, enfatizando sua diferença, não como nas políticas identitárias mais antigas, que defendiam a superioridade racial, mas nas suas situações particulares e distintas de opressão.

Na década de 1980, influenciada pela psicologia e pela cultura popular do trauma, a esquerda abandonou a solidariedade entre as diferenças em favor da meditação e da expressão do sofrimento, uma política de sentimento e ressentimento, do *self* e da sensibilidade. A direita, evitando se descrever como engajada na política identitária, adotou o mesmo modelo: a NRA, de forma notável, cultivou as mágoas e as queixas de homens brancos, alimentando, em particular, antigos ressentimentos contra os

negros e ressentimentos redirecionados contra os imigrantes. Juntas, esquerda e direita adotaram um estilo político e cultural mobilizado por acusações e indignação.¹⁴⁶

Uma nação dividida pelas temáticas das armas e do aborto criou uma nova geração de terroristas domésticos. Entre 1977 e 2001, ativistas antiaborto, alguns afiliados a uma organização chamada Operação Resgate (Operation Rescue), invadiram 372 clínicas médicas que realizavam abortos, bombardearam 41, incendiaram 166, e assassinaram 7 funcionários, guardas e voluntários.¹⁴⁷ Grupos de homens brancos que pretendiam defender o direito de portar armas formaram milícias privadas. Em Waco, Texas, em 1993, o Departamento de Álcool, Tabaco e Armas de Fogo cercou um complexo religioso para apreender armas ilegais, causando a morte brutal de 76 membros de uma seita chefiada por um homem chamado David Koresh, incluindo 25 crianças. Dois anos depois, Timothy McVeigh, que lutara no Exército dos Estados Unidos como soldado de infantaria no Kuwait, explodiu um prédio federal em Oklahoma City, matando 168 pessoas, incluindo 15 bebês e crianças pequenas em uma creche. McVeigh disse que bombardeou o prédio em retaliação pelas ações do governo federal em Waco. Três anos antes do atentado, ele escreveu uma carta ao editor de um pequeno jornal de Nova York: “O sonho americano da classe média praticamente desapareceu, substituído por pessoas que lutam apenas para comprar a comida da próxima semana”. “O que é preciso para abrir os olhos de nossos representantes eleitos? A AMÉRICA ESTÁ EM SÉRIO DECLÍNIO”.¹⁴⁸

Enquanto isso, os anos 1990 foram um período de crescimento explosivo para as empresas “ponto com”, para gestores de fundos de investimento, para magnatas de Hollywood, e para os negócios globais. Sob Clinton, a renda aumentou de maneira generalizada. Mas a classe média, sobretudo a classe média branca rural, estava mesmo em declínio. Quais foram as causas desse declínio? Os conservadores culpam os liberais, e os liberais culpam os

conservadores. Os teóricos da conspiração culpavam o nefasto governo das elites. Oklahoma City e Waco lançaram a carreira do apresentador de rádio conservador Alex Jones, que iniciou um programa chamado *Edição Final* em 1996, no qual alegava que o governo estava por trás do atentado à cidade de Oklahoma, e que o Departamento de Justiça estava prestes a assassinar Koresh e seus seguidores. Jones professava o não partidarismo. Ele dizia: “Eu não me importo se é Bill Clinton ou o governador Bush, todos eles são da elite suja, se você pedir minha opinião”.¹⁴⁹

As teorias da conspiração lunática de Jones estavam bem longe da conversa política comum. Mas as paredes que separavam a conversa política comum do caos e da provocação estavam desmoronando. Novas ideias e novas formas de comunicação política cultivavam uma crescente intolerância contra opiniões políticas divergentes e contra as diferenças em geral.

A política identitária da esquerda tornou-se especialmente forte na academia, na qual discordar do *status* que distingue alguém pertencente a um grupo identitário específico era violar o que os conservadores, em uma alusão ao stalinismo, gostavam de ridicularizar como “politicamente correto”. Em sua ladainha de 1987 intitulada *The Closing of the American Mind* [O fechamento da mente americana], o crítico literário da University of Chicago, Allan Bloom, lamentava a destruição da verdade: “Há uma coisa sobre a qual um professor pode ter certeza absoluta: quase todos os estudantes que ingressam na universidade acreditam, ou afirmam acreditar, que a verdade é relativa”. Os veteranos da Nova Esquerda também lamentavam essa situação. “O desperdício de energia na política identitária, o recrudescimento das fronteiras entre os grupos, a insistência de que os indivíduos não são mais do que seus rótulos, são uma tragédia americana”, escreveu Todd Gitlin em 1995. Gitlin, que foi presidente do grupo Estudantes por uma Sociedade Democrática (Students for a Democratic Society, SDS) na década de 1960, apontou a ironia

dessa tragédia: “a esquerda, que antes representava valores universais, parece hoje falar em identidades selecionadas, enquanto a direita, associada há muito a privilégios de interesses, reivindica defender o bem comum”.¹⁵⁰

O compromisso da esquerda com o debate aberto se desfez. Um “movimento sem plataforma” — o momento em que a esquerda começou a soar como a direita — foi fundado em 1974 por um grupo de estudantes britânicos que proibia dar voz a qualquer um que tivesse “visão racista ou fascista”. Uma influência foi Herbert Marcuse, intelectual americano nascido na Alemanha, que argumentou em um ensaio bastante lido que o compromisso dos liberais com o debate aberto era absurdo, porque a liberdade de expressão se tornara uma forma de opressão. Outra influência, iniciada na década de 1980, foi o campo dos estudos do trauma, que entendia as palavras como armas capazes de ferir. No início dos anos 1990, principalmente devido à influência da teoria racial crítica, uma teoria sobre discurso desigual defendida por juristas negros, incluindo Derrick Bell, mais de 350 faculdades e universidades americanas adotaram códigos de discurso de ódio. Outros professores negros foram contra. “Sem dúvida, os negros ainda estão na linha de frente da jurisprudência da Primeira Emenda — mas desta vez nós lutamos do outro lado”, escreveu em 1996, com tristeza, Henry Louis Gates Jr. “O lema entre muitos ativistas e intelectuais do movimento negro não é mais o imperativo político de proteção à liberdade de expressão; é o imperativo moral de suprimir o ‘discurso de ódio’.” Os códigos de discurso de ódio nos *campi* eram frequentemente usados contra as pessoas que eles deveriam proteger. A supressão do discurso de ódio, que uma geração antes havia sido o projeto de agentes do FBI que investigavam os ativistas dos direitos civis, tornou-se obra da universidade. Em menos de dois anos sob o código de discurso da Universidade de Michigan, mais de vinte estudantes brancos acusaram estudantes negros de discurso racista.¹⁵¹

Quase ao mesmo tempo, tanto a esquerda quanto a direita, sem disposição para aceitar qualquer discordância, começaram a dismantelar estruturas que alimentavam um debate justo: a esquerda minava a universidade, e a direita minava a imprensa. Em 1987, o governo Reagan finalmente conseguiu a tão procurada revogação da Doutrina do Equilíbrio, depois que o presidente vetou um esforço do Congresso para impedir a revogação. A medida fez com que as emissoras, operando com licenças federais, não tivessem mais a obrigação de dedicar a programação ao interesse público, ou representar pontos de vista opostos. Junto com a criação de números de telefone de discagem gratuita para todo o país e a abertura da frequência de FM — o que fez com que as rádios musicais abandonassem as frequências AM, abrindo esses canais para outras programações —, a revogação da Doutrina do Equilíbrio tornou possível um novo tipo de programação conservadora nas rádios. Em 1987, havia no país cerca de 240 emissoras de rádio; em 1992, eram 900.¹⁵²

O mais conhecido entre os apresentadores destas rádios era o enérgico Rush Limbaugh, que começou a transmitir nacionalmente no verão de 1988, para uma rede de 56 estações. Limbaugh geralmente não tinha convidados; ele reclamava, vociferava, e recebia telefonemas do público. Ácido e provocador, ele deu vazão a ódios e ressentimentos que eram considerados indizíveis no ar. “Ele está falando o que penso”, diziam os ouvintes. Sua popularidade podia ser vista em adesivos de para-choques com a frase “Rush está certo”. O estrategista político republicano e produtor de televisão Roger Ailes conheceu Limbaugh em 1990, e logo começou a produzir um programa de televisão com Limbaugh, que, apesar de fracassar, convenceu Ailes a encontrar um lugar na televisão para as notícias de cunho conservador. Em 1992, quando Ailes e Limbaugh visitaram a Casa Branca juntos, o presidente Bush achou apropriado carregar a mala de Limbaugh.¹⁵³

Leone Baxter, que morreu em 2001 aos 95 anos, se preocupava com homens como Ailes, cuja ascensão precoce ela testemunhou.¹⁵⁴ Ailes, nascido em Ohio, trabalhava na televisão quando se tornou conselheiro de Richard Nixon em 1968. Logo ele trocou o entretenimento pela política, embora tenha sido pioneiro na união entre as duas áreas. Entre 1980 e 1986, ele ajudou as campanhas de 13 senadores republicanos e 8 membros do Congresso, incluindo Phil Gramm e Mitch McConnell.¹⁵⁵ No início da era do rádio e da televisão a cabo, mas uma década antes da ascensão da internet e 20 anos antes das redes sociais, Ailes desenvolveu uma nova e visionária teoria da comunicação, que ele elaborou em 1988 como coautor do livro *You Are the Message* [*Você é a mensagem*]. Ailes argumentava que a indústria das pesquisas de opinião, de mercado, e de audiência da televisão havia demonstrado que os argumentos mais vendáveis são simples, instantâneos e emocionais. Essa percepção se aplicava não apenas a detergentes e seriados, mas também a pessoas. Os controles remotos da televisão já eram comuns no final dos anos 1970, justamente quando a programação das emissoras a cabo estava começando, e os telespectadores passaram a zapear entre os canais. (O termo *sound bite* [vinheta] foi cunhado na década de 1970, quando os telespectadores, munidos com controle remoto, não captavam muito mais do que uma frase antes de mudar de canal.) As pessoas são como programas de televisão, explicou Ailes: uma pessoa tem apenas sete segundos para ser agradável antes que alguém mude de canal. “É o que chamo de ‘fator gostar’”, escreveu ele.¹⁵⁶

O “fator gostar”, assim como a “fábrica de mentiras” antes dele, passou a impulsionar a comunicação política americana, décadas antes do surgimento do Facebook, com suas “curtidas”. Na prática, o “fator gostar” substituiu a Doutrina do Equilíbrio. Em uma transformação há muito procurada pelos conservadores, os níveis de audiência se sobrepuseram ao interesse público, uma mudança que talvez tenha sido evidenciada pela primeira vez

nos debates televisionados entre os candidatos à presidência. Após os debates entre Kennedy e Nixon em 1960, nenhum outro debate entre candidatos à presidência ocorreu nos 16 anos seguintes, até Ford concordar em debater com Carter em 1976. (Ford acreditava que não tinha outra escolha a não ser concordar com o debate, porque, depois de perdoar Nixon, ele havia caído 30 pontos nas principais pesquisas). Em 1980, quando John Anderson concorreu como candidato independente contra Carter e Reagan, a Liga das Mulheres Eleitoras, que patrocinou os debates, decidiu que, para participar de um debate geral nas eleições, um candidato precisava ter pelo menos 15% das intenções de voto em uma pesquisa nacional. Como até os responsáveis pelas pesquisas admitiram, isso era indefensável, pois as pesquisas simplesmente não eram confiáveis o suficiente para sustentar essa decisão. Enquanto isso, como parte de sua campanha para desregulamentar a Comissão Federal de Comunicações, o governo Reagan estava determinado a permitir que emissoras de televisão, e não organizações sem fins lucrativos, patrocinassem os debates, apesar de um alerta profetizado pela chefe da Liga das Mulheres Eleitoras, Dorothy Ridings. Ela disse a um comitê do Senado que as emissoras, desejando a audiência mais alta possível, fariam o possível para agradar os candidatos, e especialmente a audiência, na tentativa de tornar os debates mais ágeis e agradáveis de se ver, sem considerar se ajudariam ou não os eleitores a aprender sobre os candidatos ou as questões debatidas.¹⁵⁷

Como resultado dessa pressão, as emissoras de televisão ganharam o controle dos debates das primárias, que se tornaram mais agressivos, enquanto o patrocínio dos debates das eleições gerais foi assumido por uma comissão apartidária de debates presidenciais. O tom dos debates, no entanto, foi definido por Ailes. Ele treinou Reagan para desarmar Mondale, prometendo não tornar a idade uma questão: “Não vou explorar por propósitos políticos a juventude e a inexperiência do meu oponente”, disse Reagan. Ele acalmou os nervos de George W.

Bush antes de seu primeiro debate em 1988 contra Michael Dukakis, que, como governador de Massachusetts, havia apoiado a revogação de uma lei estadual que proibia a sodomia e a bestialidade. “Se você tiver problemas, basta chamá-lo de fornicador de animais”, sussurrou Ailes para Bush nos bastidores. Enquanto Bush se preparava para subir ao palco, o moderador daquela noite, o jornalista de televisão texano Dan Rather, que se moldava ao estilo de Edward R. Murrow, olhou diretamente para a câmera e pediu desculpas à plateia: “Isso não será um debate no sentido em que a palavra é geralmente usada no idioma inglês, porque tudo é controlado com rigor pelos próprios candidatos e seus coordenadores”.¹⁵⁸

A Liga das Mulheres Eleitoras divulgou um comunicado à imprensa, denunciando os debates como “uma fraude ao eleitorado americano”. Mas os debates só pioraram. Os números de audiência subiam, e os ataques ficavam mais violentos. Em 1992, a campanha de Bill Clinton fez com que os candidatos recebessem bancos muito grandes, para que Ross Perot parecesse uma criança. Clinton, gregário, carismático e rápido com os pés, adorou o novo formato em estilo “praça pública”, no qual os candidatos tiravam dúvidas da plateia. Reservado, Bush, criado na Nova Inglaterra, não gostou. Capturado pela câmera quando olhava para o relógio, Bush mais tarde admitiu que estava pensando “só faltam mais dez minutos para essa porcaria acabar”.¹⁵⁹

A acusação mais feroz veio de Walter Cronkite, de 74 anos. “Os debates fazem parte da fraude injustificada que nossas campanhas políticas se tornaram”, disse ele em 1990. “Os debates são um meio de apresentar ao povo americano uma exposição racional dos principais problemas que a nação enfrenta, e as abordagens alternativas para a solução deles. No entanto, os candidatos participam apenas com a garantia de um formato que impede qualquer discurso significativo. Eles deveriam ser acusados de sabotar o processo eleitoral.”¹⁶⁰

Cronkite e outros veteranos da era de ouro do noticiário televisivo lamentaram os novos tempos: era a ascensão do noticiário a cabo. A CNN, que fornecia notícias 24 horas por dia, foi lançada em 1980, e registrou seus primeiros lucros em 1985. Em 1990, a emissora alcançou 53 milhões de domicílios, um número que só aumentou depois de 1991, com sua cobertura *in loco* e em tempo real da Guerra do Golfo Pérsico, uma operação liderada pelos Estados Unidos para empurrar o Exército iraquiano liderado por Saddam Hussein para fora do Kuwait. A MSNBC iniciou as atividades em julho de 1996, seguida no final daquele ano pela Fox News, administrada por Ailes e de propriedade de um australiano magnata, dono de jornais tabloides e notável conservador chamado Rupert Murdoch. No ano anterior, Murdoch havia financiado uma nova revista conservadora, a *Weekly Standard*, publicada em Washington e coeditada por Bill Kristol. Com o financiamento de Murdoch, Ailes começou a Fox News do zero. “Não tínhamos nenhuma operação de reportagens”, lembrou mais tarde. “Não tínhamos estúdios, equipamentos, funcionários, estrelas, talentos, nem a confiança de ninguém.”¹⁶¹

Muitos acharam o empreendimento de Ailes uma surpresa, uma vez que ele não tinha formação em Jornalismo, e costumava dizer que não respeitava jornalistas. Uma empresa do ramo de notícias administrada por um agente político — um articulador republicano — parecia violar os padrões básicos do jornalismo, e, ainda assim, Ailes insistia que a Fox News queria resgatar o jornalismo. “Queremos restaurar a objetividade onde achamos que ela está faltando”, disse ele em entrevista coletiva. “Esperamos fazer um jornalismo certo e equilibrado.”¹⁶²

Os liberais estremeceram. George Stephanopoulos, consultor sênior do presidente, perguntado sobre por que Bill Clinton, que aparecera na MSNBC no dia da sua inauguração, não faria o mesmo com a Fox News, disse: “Bem, a MSNBC não é de propriedade de Rupert Murdoch, e nem é dirigida por Roger

Ailes”.¹⁶³ Mas a MSNBC não era menos partidária do que a Fox News; era apenas partidária de uma forma diferente.

O partidarismo arraigado no noticiário da televisão a cabo corroe as instituições em que a democracia era debatida. O surgimento das notícias a cabo acelerou a polarização, primeiro no Congresso, e depois no eleitorado. Durante o reinado da televisão aberta, entre 1950 e 1980, quando havia apenas três grandes redes, ABC, CBS e NBC, a polarização foi a mais baixa da história, antes e depois. As notícias a cabo tornaram os eleitores mais partidários, reforçando suas visões e limitando sua exposição a outras visões, mas a televisão a cabo também teve outro efeito: quando os únicos canais na televisão eram ABC, CBS e NBC, e cada rede transmitia as notícias às 18:30 da tarde, as pessoas que não se interessavam muito por política, que tendiam a ser moderadas, geralmente assistiam, e, como resultado, tendiam a participar das votações. Os conservadores acusavam os noticiários transmitidos pelas emissoras abertas de liberais, mas, na verdade, eles eram dirigidos ao maior público de massa possível, fazendo da imparcialidade a sua prioridade, e proporcionando uma educação política aos eleitores que antes não estavam interessados em política. Quando as emissoras a cabo passaram a oferecer opções além de notícias, as pessoas que não estavam interessadas no noticiário assistiam a outra coisa, e tendiam a não votar. As pessoas menos interessadas em política e menos partidárias abandonaram o eleitorado.¹⁶⁴

Enquanto isso, o surgimento de notícias a cabo 24 horas por dia produziu um verdadeiro exército de comentaristas políticos e analistas, e proporcionava às pessoas que tinham um mandato, e aos que buscavam ter um mandato, um tempo de transmissão quase infinito, o que criou uma classe política de celebridades de televisão. “Isso criou uma espécie de revista *People* na TV, com as marcas pessoais ultrapassando suas identidades profissionais”, escreveu Mark Leibovich no *New York Times*. “Eles não eram jornalistas, estrategistas ou políticos em si, mas cidadãos do camarim”. Eles eram bonitos, arrumados, se

pareciam, e também soavam parecidos. Eles nunca diziam “não sei” ou “preciso pensar sobre isso”. Eles faziam uma careta, alargavam as narinas e se atacavam, como galos em uma rinha. A Casa Branca também se tornou uma rinha de galos. Em 1995, Michael McCurry, secretário de imprensa de Clinton, começou a abrir espaços diários para a cobertura televisiva. A campanha de Clinton foi registrada no documentário *The War Room* (“A sala de guerra”), e sua passagem na Casa Branca, de certa forma, pelo seriado *The West Wing* [*West Wing: Nos Bastidores do Poder*]. Quando as pessoas da campanha de Clinton e de seu governo deixaram a política, ganharam muito dinheiro, valendo-se de seu acesso aos políticos. Nos dois anos e meio entre o período em que deixou a Casa Branca e se candidatou ao Congresso, o consultor sênior Rahm Emanuel embolsou mais de 18 milhões de dólares, trabalhando principalmente para um banco de investimentos. As oportunidades de corrupção e violações à ética eram infinitas. As oportunidades para grandes audiências, impulsionadas por escândalos, eram ilimitadas. Em 1996, a CNN tinha 60 milhões de assinantes; a MSNBC, 25 milhões; e a Fox, 17 milhões. Dois anos depois, surgiu uma notícia que levou a um aumento de 400% na audiência do horário nobre da Fox.¹⁶⁵

Watergate havia inaugurado uma era da política por outros meios, pelos quais os adversários políticos tentavam, em vez de derrotar os argumentos uns dos outros, ou vencer eleições, afastar o rival do cargo por meio de investigações éticas. Entre 1970 e 1994, o número de acusações federais contra funcionários públicos aumentou de virtualmente zero para mais de 1.300. Essas batalhas muitas vezes sem qualquer sentido, realizadas em audiências transmitidas pela televisão, em programas de entrevistas e nos tribunais, derrubaram muitos políticos. Elas também corroeram a fé do público nas instituições às quais esses políticos pertenciam, principalmente o Congresso, a Presidência, e a Suprema Corte.¹⁶⁶

Em julho de 1995, Monica Lewinsky, de 21 anos, graduada no Lewis & Clark College, do Oregon, começou um estágio na Casa

Branca. Em novembro, o presidente iniciou um caso com ela que durou dezesseis meses, e parece ter envolvido sobretudo o fato de ela fazer sexo oral nele no Salão Oval, ou próximo dali. Ela teria afirmado mais tarde que seu cargo deveria se chamar “Assistente Especial do Presidente para Boquetes”.¹⁶⁷

Outros presidentes tiveram casos extraconjugais. A maioria deles, incluindo Franklin Delano Roosevelt e John Kennedy, teve casos em uma época em que a imprensa concordava tacitamente em não expô-los. Clinton se envolveu em um caso com Lewinsky em um momento em que a exposição de assuntos políticos era a arma preferida da batalha política. E, mais do que isso, o país estava em meio a uma campanha contra o assédio sexual no local de trabalho. A tolice, irresponsabilidade e imprudência de Clinton nesse caso eram difíceis de serem compreendidas. Ele foi o primeiro presidente democrata a assumir o cargo após a ascensão das rádios de direita. Milhões de americanos o ouviram ser criticado, diariamente, por horas. Os ataques da direita a Clinton e sua esposa foram implacáveis, independente de as acusações terem algum crédito ou, o que era mais comum, não terem nenhum. Limbaugh acusou Hillary Clinton de encobrir um assassinato, um boato que ele leu em um fax enviado ao seu escritório. “Foi o que o fax dizia”, afirmou Limbaugh, defendendo a calúnia.¹⁶⁸ Não importa o que mais os outros presidentes tenham ou não feito, era absurdo, em tais circunstâncias, Clinton acreditar que iria sair impune, primeiro, do caso, e, segundo, do seu encobrimento.

Clinton foi submetido a investigações desde o momento em que assumiu o cargo. Investigações não relacionadas a respeito de uma negociação de um terreno que os Clintons haviam feito no Arkansas, envolvendo a empresa Whitewater, um empreendimento no rio White, e a uma ação civil movida por Paula Jones, uma ex-funcionária do estado do Arkansas, foram orquestradas pelo Comitê de Ação Política Conservadora. Jones alegou que Bill Clinton a havia assediado sexualmente em um quarto de hotel em 1991. A partir de 1994, essas acusações

foram investigadas pelo ex-procurador-geral de Bush, Kenneth Starr, indicado como consultor independente. Jones, que alegou que Clinton havia pedido a ela para beijar seu pênis, pretendia descrever suas “características específicas” em uma declaração juramentada. Jones representou a vingança dos conservadores, depois das audiências de indicação de Clarence Thomas à Suprema Corte. No mês em que sua história foi publicada, em março de 1994, as 3 principais redes de televisão do país exibiram 126 matérias sobre o caso Whitewater; de janeiro a março, as mesmas emissoras transmitiram apenas 42 histórias sobre a proposta para o sistema de saúde.¹⁶⁹

Os críticos se desesperavam com a política do RIP, “Revelação, Investigação, Processo”, que se estendia de Watergate a Whitewater. Starr provou ser um investigador incansável. Ele gastou anos e dezenas de milhões de dólares de contribuintes seguindo todas as pistas, que levaram até um vestido azul manchado pelo sêmen presidencial. Em 1996, uma ex-assessora da Casa Branca chamada Linda Tripp conheceu Lewinsky no Pentágono, onde ambas trabalhavam. Tripp começou a gravar suas conversas com Lewinsky sobre Clinton em 1997; ela então deu essas gravações aos advogados de Jones. (Tripp também disse a Lewinsky para nunca lavar aquele vestido azul.) A essa altura, Clinton havia ajudado Lewinsky a conseguir um emprego em Nova York. Ao descobrir sobre as fitas, Starr iniciou uma investigação sobre uma possível obstrução da justiça.¹⁷⁰

A história de Lewinsky não apareceu em um jornal reconhecido, como o *New York Times* ou o *Wall Street Journal*, mas na internet, quando Matt Drudge, do site *Drudge Report*, revelou as alegações às 23 horas e 27 minutos da noite de sábado, 17 de janeiro de 1998. Clinton pediu a seu responsável interno por pesquisas, Dick Morris, para realizar uma sondagem instantânea e decidir o que deveria fazer. Morris disse ao presidente que os americanos não o perdoariam por um caso. O *Washington Post* publicou a matéria em 21 de janeiro. Naquela

tarde, Clinton concordou em conceder uma entrevista a Jim Lehrer, da rede PBS. Mais tarde naquela noite, em uma reunião no solário da Casa Branca, o vice-chefe de gabinete Harold Ickes disse ao presidente que a entrevista havia sido um desastre. “Você parece um cachorro que correu a noite toda e foi chutado sem parar. Eu nunca vi um desempenho assim na minha vida. Ninguém acreditou em você.” Cinco dias depois, na presença de sua esposa, Clinton fez um discurso na sala Roosevelt e disse: “Eu não tive relações sexuais com essa mulher”. Na manhã seguinte, no programa *Today*, Hillary Clinton atribuiu as acusações a uma “vasta conspiração da direita”.¹⁷¹

Para cobrir a história de Lewinsky, Ailes lançou uma nova edição de noticiário às 18 horas, o *Special Report*, apresentado por Brit Hume, e moveu o programa do comentarista Bill O’Reilly, o *The O’Reilly Factor*, das 18 horas para as 20 horas. Quando a história se desenrolou, a Fox News havia derrotado a MSNBC na guerra pela audiência, e estava a caminho de bater a CNN. A cobertura partidária produziu opiniões partidárias: quando a Câmara votou o *impeachment*, 58% dos independentes e 84% dos democratas se opuseram, enquanto cerca de dois em cada três republicanos apoiaram o processo. Mas a Fox News não tinha o monopólio da cobertura aprofundada do caso Lewinsky. Noticiários da televisão aberta, revistas e jornais, todos cobriam cada novo detalhe dos encontros do presidente com sua estagiária, que incluíam a inserção de um charuto em sua vagina, e, depois, como a maioria dos americanos acreditava, mentir sobre isso em rede nacional e perante o grande júri. “O país foi inundado pela imundície da Casa Branca”, escreveu o colunista A. M. Rosenthal no *Times*, e “se suja com o cinismo que sai dela”. Em setembro de 1998, Starr apresentou à Câmara seu relatório de 445 páginas, juntamente com 2.600 páginas de provas documentais. Os detalhes, tanto do caso quanto dos esforços de Clinton para encobri-lo, eram ao mesmo tempo ridículos, embaraçosos e terríveis. O colunista Andrew Sullivan escreveu: “Clinton é um câncer na cultura, um câncer de cinismo,

narcisismo e engano”.¹⁷² Mas a causa do câncer estava em outro lugar.

Os Estados Unidos haviam passado por épocas de maior acirramento partidário antes, na década de 1790, digamos, ou na década de 1850. Mas, a partir dos anos 1990, a nação começou uma longa queda em um abismo epistemológico. A formação da mídia conservadora, baseada na ideia de que a mídia existente era tendenciosa, havia sido fundamentada na rejeição da ideia de que a verdade poderia ser obtida pelo balanço de diferentes pontos de vista, o que, afinal, é a função principal da disputa partidária. Em vez disso, a mídia conservadora criou um mecanismo à prova de falhas contra qualquer discordância. Como explicou um historiador: “Quando um jornal como o *New York Times* critica uma política liberal, ativistas da mídia conservadora apresentam isso não como uma evidência da imparcialidade do jornal, mas como uma evidência do fracasso da política. *Até os liberais do New York Times tiveram que admitir...* Assim, evidências que pareciam repelir a acusação de que existe o viés liberal podem ser reinterpretadas para sustentar a mesma acusação”.¹⁷³

A nação se perdeu na política de destruição epistemológica mutuamente assegurada. Não havia verdade, apenas insinuações, boatos e preconceitos. Não havia explicações razoáveis; apenas conspiração. A Casa Branca contratou detetives particulares para encontrar acusações contra Starr e outros investigadores. Os eleitores acharam a investigação tão reprovável quanto o caso de Clinton, ou mais. Por uma margem de dois para um, as mulheres achavam que a cobertura da imprensa havia ido longe demais. Ainda assim, elas culpavam os republicanos por fazerem um espetáculo às custas da presidência. Os republicanos, que esperavam ganhar cadeiras nas eleições de meio de mandato em 1998, as perderam. Após a eleição, o presidente da Câmara, Gingrich, que já estava em seu segundo casamento, soube que seu próprio caso com uma assessora 23 anos mais nova estava prestes a ser exposto e

renunciou, culpando os “canibais que o chantagearam a renunciar”.¹⁷⁴

O escândalo de Lewinsky deixou outra consequência de longo prazo. O liberalismo foi diminuído. Liberais defenderam Clinton quase a qualquer custo, descrevendo-o como uma vítima. Steinem e outras feministas de destaque que acusavam Clarence Thomas de assédio sexual ignoraram os flertes de Clinton, geralmente com mulheres jovens, incluindo mulheres empregadas por ele, a um custo considerável para a causa do feminismo. Thomas chegou a dizer que estava sendo submetido a “um linchamento de alta tecnologia”. Ao escrever sobre a investigação do caso Lewinsky na *The New Yorker*, Toni Morrison disse que “apesar da pele branca, este é o nosso primeiro presidente negro” — ele era muito legal, muito moderno, passou por muito sofrimento —, e comparou a investigação a um linchamento. “Por mais grave que seja o adultério, não é uma catástrofe nacional”, escreveu Morrison.¹⁷⁵ O adultério não é uma catástrofe nacional, mas Bill Clinton não foi mais alvo de um linchamento do que Clarence Thomas havia sido.

Em 12 de fevereiro de 1999, o Senado derrubou por poucos votos duas acusações para o *impeachment*: perjúrio e obstrução da justiça. Quatro dias depois, Paul Weyrich divulgou uma carta na qual anunciava o fracasso da direita cristã. A Coalizão Cristã havia se endividado, e, investigada pela Comissão Eleitoral Federal (Federal Election Commission, FEC) e pela Receita Federal, seu número de membros havia despencado em 1997. Mas não foi sobre este tipo de falha que Weyrich estava falando. Mesmo se a Coalizão Cristã desmoronasse, os conservadores venceram as eleições e nomearam juízes. Mas eles não foram capazes de parar o que Weyrich chamou de “colapso da cultura” em um “esgoto cada vez maior”. “Não acredito mais que haja uma maioria moral”, escreveu Weyrich. “Não acredito que a maioria dos americanos compartilhe nossos valores”. Se o fizessem, ele disse: “Bill Clinton já teria sido afastado há meses”.¹⁷⁶

Uma cortina se fechou para as guerras culturais. “A direita política decidiu destituir um presidente e quase conseguiu”, escreveu Anthony Lewis na *New York Review of Books*. “Na sua loucura, Clinton se jogou nas mãos deles. Mas isso não altera o fato de que este país chegou perto de um golpe de Estado”.¹⁷⁷ O máximo que muitos americanos começaram a esperar do Congresso era, se possível, evitar a paralisação das atividades do governo, e, na melhor das hipóteses, concordar com um orçamento. O governo foi reduzido ao caos. As tentativas de viabilizar um golpe de Estado tornaram-se uma rotina comum a toda presidência americana. Os opositores de cada um dos três presidentes seguintes, George W. Bush, Barack Obama e Donald J. Trump, chamariam eles de “inconstitucionais”. Os membros da Câmara dos Deputados pediriam a abertura de processos de *impeachment*. Colecionadores de parafernália política que estivessem interessados em documentar o uso desse expediente poderiam participar de comícios políticos em qualquer ano depois de 1994 e juntar os cartazes que pediam o fim de cada administração presidencial. IMPEACHMENT PARA CLINTON! Os cartazes tinham diversas cores. IMPEACHMENT PARA BUSH! Os cartazes tinham letras maiúsculas e cursivas. IMPEACHMENT PARA OBAMA! Os cartazes eram fixados nos gramados em frente às casas. IMPEACHMENT PARA TRUMP! Os cartazes eram colados nas caixas de correio.

No verão de 1999, uma nação consumida pela política do escândalo, de celebridades, da mesquinha e da vingança, começou a espalhar o boato de que Donald Trump, então com 53 anos, pretendia concorrer à presidência. Nascido em 1947, Trump era filho de um corretor de imóveis do Queens. Em 1964, ele se formou na escola militar, onde era conhecido como “mulherengo”. Ele cogitou ir para a Universidade do Sul da Califórnia para estudar cinema, mas acabou estudando primeiro na Universidade Fordham e depois fez o curso de administração de empresas na Wharton, e se formou em 1968.¹⁷⁸ Ele depois diria que passava a maior parte do tempo lendo as listas de

execuções de hipotecas em projetos habitacionais financiados pelo governo. Trump entrou para os negócios de seu pai e partiu para conquistar Manhattan. Em 1973, o Departamento de Justiça acusou Trump e seu pai de violar a Lei de Moradia Justa de 1968. “Nunca discriminamos”, disse Trump ao *New York Times*, “e nunca faríamos isso”.¹⁷⁹ Durante os anos em que os dois partidos trocavam mulheres por homens entre si, e Hillary Rodham deixou o Partido Republicano para se tornar democrata, Donald Trump fez o contrário. Na década de 1970, Trump começou a fazer doações ao Partido Democrata. “O fato puro e simples é que contribuir com dinheiro para políticos é um padrão muito aceito por um empreendedor de Nova York”, explicou ele em *A arte da negociação*, seu livro de negócios que virou um *best-seller*, publicado em 1987, o mesmo ano em que ele brincou com a chance de concorrer a presidente. Na época, Trump era onipresente na mídia, um vendedor crônico que entrava e saía do tribunal de falências, mas um personagem que garantia boas audiências em programas de entrevistas, nos quais costumava ser chamado de “malandro”. Ávido participante do mundo das lutas livres profissionais, as incursões de Trump na política eram em geral vistas como performáticas. Em 1984, ele se ofereceu para negociar acordos de armas com a União Soviética. “Eu levaria uma hora e meia para aprender tudo o que é preciso saber sobre mísseis”, disse ele ao *Washington Post*. “Acho que já sei a maior parte, mesmo.”¹⁸⁰ Em 1987, Trump voou para New Hampshire, onde foi recebido por cartazes de “Trump para Presidente”. “Não estou aqui porque estou concorrendo à presidência”, disse ele. “Estou aqui porque estou cansado de o nosso país ser agredido.” Ele prometeu eliminar o déficit orçamentário, fazendo com que países como Japão, Arábia Saudita e Kuwait pagassem suas dívidas: “Existe uma maneira de pedir e fazer eles pagarem, se a pessoa certa pedir”.¹⁸¹

Nos anos 1990, a economia americana prosperava, pelo menos em alguns aspectos. As ações das empresas ponto com disparavam. No final do segundo mandato de Clinton, o

desemprego havia caído para 4,1%, e os Estados Unidos eram responsáveis por quase um quarto da produção mundial, uma parcela nunca vista antes, nem mesmo pelo Império Britânico, em 1913, quando este era responsável por 8% da produção mundial. Ainda assim, para os americanos sem formação universitária, e especialmente para os que não tinham diploma do Ensino Médio, os salários reais estavam estagnados ou em queda. E, no entanto, o culto às pessoas muito ricas havia se alastrado, da série *Estilo de Vida dos Ricos e Famosos*, que foi ao ar de 1984 a 1995, à crescente fama do magnata imobiliário nova-iorquino banhado a ouro, Donald Trump.¹⁸²

Durante o escândalo de Lewinsky, Trump, conhecido pelos seus dois divórcios e pela fama de “perseguidor de bonecas” da alta sociedade, ficou feliz em dar suas opiniões a respeito do caso, como um famoso malandro. O escândalo de Lewinsky elevou Trump da condição de empresário e celebridade da cultura pop para o *status* de comentarista político. “Paula Jones é uma perdedora”, disse ele no programa *Hardball*, da NBC, com Chris Matthews. “Mas o fato é que ela pode ser responsável indiretamente por derrubar um presidente.” A declaração de Clinton foi “um desastre”, disse Trump, e ele deveria ter usado a Quinta Emenda. Trump disse que teria mais respeito por Bill Clinton se ele tivesse feito sexo com uma supermodelo, e não com Lewinsky.¹⁸³

Ansioso por seguir no centro das atenções, Trump publicou um novo livro, *The America We Deserve* (“A América que merecemos”), que tinha todas as características de um manifesto de campanha. Em um capítulo chamado “Se eu concorrer”, Trump falou sobre uma pesquisa que indicou como seu nome era reconhecido: “Não foi surpresa para mim que 97% do povo americano soubesse quem eu era”. Seus apoiadores lançaram um site, www.thedonald2000.org. O tabloide *National Enquirer* realizou uma pesquisa com cem pessoas que gostavam muito de Trump. Os leitores do *Enquirer*, disse Trump, eram “as pessoas reais”. Segundo ele: “Acho que o tipo de pessoa que me apoia

são os trabalhadores, os pedreiros, os motoristas de táxi. Pessoas ricas não gostam de mim”. Os dados do *National Enquirer* permitiram a Trump dizer que “as pesquisas foram inacreditáveis”.¹⁸⁴

Trump sabia exatamente o que estava fazendo. Ele disse que escolheria Oprah Winfrey como sua companheira de chapa, e, se o *establishment* achasse graça, estaria errado. O *establishment* deu risada. “O Sr. Trump está tentando definir se existe um lugar na vida política americana para um picareta”, informou o *New York Times*. Mas Trump sabia que os americanos estavam desiludidos. “Estou pensando em concorrer apenas porque estou convencido de que os principais partidos se perderam”, explicou. “Os republicanos, especialmente os do Congresso, são reféns de sua ala direita. Os democratas são reféns de sua ala esquerda. Não ouço ninguém falando pelos homens e mulheres trabalhadores de centro. Há muito pouco contato entre as preocupações e interesses das pessoas comuns e as agendas dos políticos.”¹⁸⁵

Trump se vangloriava de sua lendária habilidade de negociação, mas o que fazia os eleitores se atraírem por ele, conforme disse à colunista Maureen Dowd, era sua personalidade e seu *sex appeal*. “Acho que a única diferença entre eu e os outros candidatos”, disse, “é que sou mais honesto, e que minhas mulheres são mais bonitas”. Sua campanha não foi muito além dos assuntos em pauta na época, mas ele ofereceu propostas políticas: para acabar com o déficit orçamentário, ele sugeriu levantar 5,7 trilhões de dólares com um imposto de 14,25% sobre o patrimônio líquido das pessoas e fundos com valor acima de 10 milhões de dólares. Quanto ao restante de seu plano econômico, ele disse: “Isso será determinado e elaborado”. Em comentários que descreviam sua possível política externa, ele insultou a França (“uma parceira terrível”), a Alemanha (“eles falharam militarmente”), o Japão (“estão nos tirando muito”) e a Arábia Saudita (“quero dizer, eles ganham muito dinheiro”), e sugeriu que, se eleito presidente, atuaria como representante

comercial dos Estados Unidos, “e eu garanto”, disse ele na Fox News, “a exploração dos Estados Unidos terminaria”.¹⁸⁶

Comentaristas políticos sérios nem consideraram sua candidatura como a de um excêntrico; eles o viam como um palhaço. “A única coisa que separa Donald Trump da presidência”, escreveu o colunista Mark Shields, “é o bom senso do povo americano”. Em janeiro de 2000, o domínio www.thedonald2000.org estava à venda. “Esses caras são cadáveres, ou o quê?”, disse Trump no final daquele mês, assistindo a um debate das primárias do Partido Republicano. “São uns perdedores”, disse ele. “Quem diabos gostaria de ter alguém assim como presidente?”¹⁸⁷

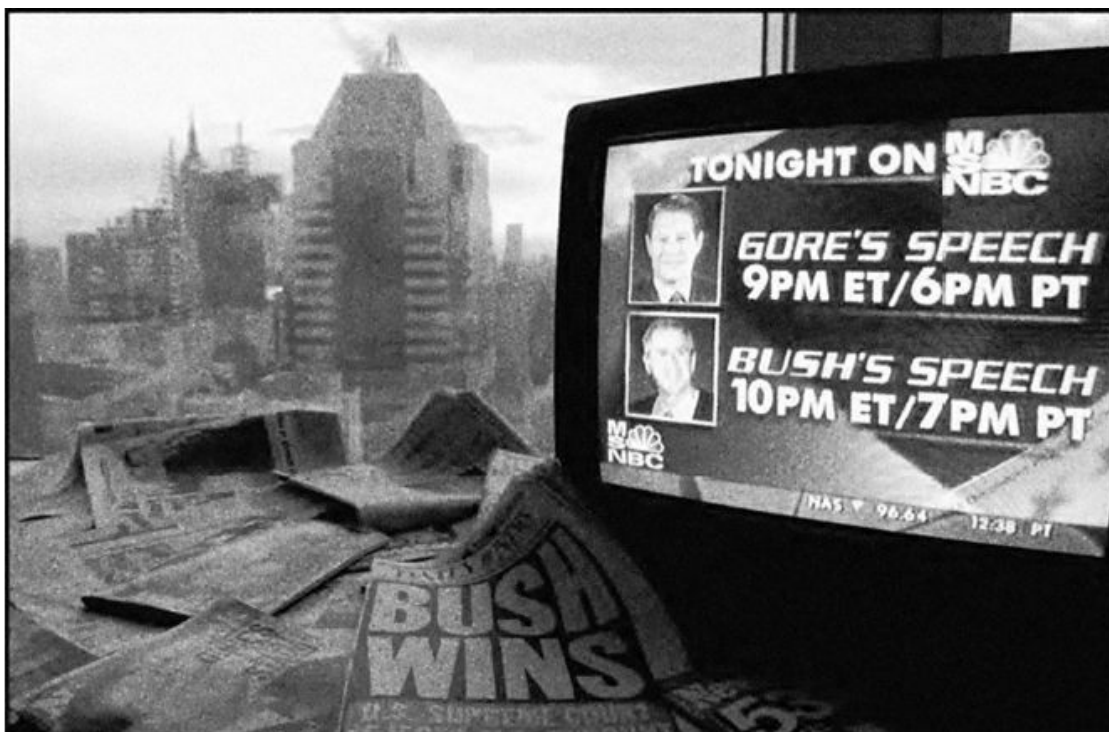
O republicano que ganhou a indicação naquele ano foi George W. Bush, governador do Texas e filho do ex-presidente. Com o jovem Bush, formado em Yale e devoto cristão convertido, o conservadorismo ganhou um novo rosto, uma nova voz, e um novo *slogan*: “conservadorismo compassivo”. “Governo grande não é a resposta”, disse Bush na convenção republicana. “Mas a alternativa à burocracia não é indiferença. É colocar valores e ideias conservadoras no centro da luta por justiça e oportunidades.” David Frum, redator de discursos republicanos, mostrou-se cético, e brincou: “Ama o conservadorismo, mas odeia discutir sobre o aborto? Experimente nosso novo *conservadorismo compassivo* — sabor ideológico excelente, agora com menos controvérsia”.¹⁸⁸

Não haveria menos controvérsia. A nação, já há muito dividida, acabou se dividindo de maneira bastante uniforme. A eleição de 2000 foi um momento em que o país roeu as unhas até a carne. Depois que tudo acabou, não ficou nada claro se o resultado havia sido decidido pelos eleitores. Em vez disso, as duas forças mais poderosas no campo de batalha da política americana — a televisão a cabo e a Suprema Corte — fizeram a primeira e, no fim das contas, a última chamada para o resultado.

Pouco antes das 20 horas na noite da eleição, as redes anunciaram que Gore havia vencido na Flórida por uma margem

muito pequena. Mais tarde naquela noite, a Fox News contrariou a previsão das redes que indicavam a vitória de Gore. Ailes contratou John Ellis, primo em primeiro grau de Bush, para chefiar o “comitê decisório” da Fox News. Pouco depois das 14 horas, após desligar o telefone em que estava em uma ligação com o irmão de Bush, Jeb Bush, governador da Flórida, Ellis gritou: “Jebbie disse que vencemos!” (Mais tarde, diante de um comitê da Câmara, Ailes disse que não havia nada de inapropriado em ter contratado Ellis. “Muito pelo contrário”, disse ele. “Vejo o episódio como um bom jornalista conversando com fontes de alto nível na noite das eleições.”¹⁸⁹) A Fox News anunciou então a vitória de Bush.

Quatro minutos depois, ABC, CBS, NBC e CNN seguiram o exemplo da Fox, indicando Bush como o próximo presidente. Abatido, Gore aceitou o resultado, mas depois, em mais uma reviravolta de uma história confusa, Gore voltou atrás, dizendo a Bush em um segundo telefonema: “Seu irmãozinho não é a autoridade máxima sobre isso”. Um relatório encomendado pela CNN condenou a cobertura televisiva naquela noite como um “desastre que causou danos à democracia e ao jornalismo”, e “desempenhou um papel importante na construção do clima de rancor e amargura que se consolidou”.¹⁹⁰ O relatório estava errado. Sem dúvida, a cobertura televisiva da política americana ajudou a criar esse clima, mas muitos anos antes de Bush enfrentar Gore.



A batalha pela recontagem dos votos nas eleições de 2000 manteve a dúvida sobre os resultados durante semanas. (LeFranc / Gamma-Rapho / Getty Images.)

Gore contestou os resultados da eleição. Ninguém negou que ele havia vencido na votação popular por mais de meio milhão de votos. Isso queria dizer que a eleição dependia de um punhado de votos necessários para garantir a votação do colégio eleitoral da Flórida. A Suprema Corte da Flórida aprovou a demanda de Gore por uma recontagem manual em quatro condados. Foram 36 dias de dúvida sobre o resultado da eleição — e sobre a própria Presidência americana — enquanto a recontagem era realizada. Então, surpreendentemente, a Suprema Corte cancelou a recontagem em 12 de dezembro, anulando a decisão da primeira instância por 5 votos a 4, em uma votação acirrada e acalorada.

Em setembro de 1787, quando os americanos foram convidados a debater a Constituição, muitos se perguntaram sobre o poder concedido à Suprema Corte. Muitos se perguntaram novamente, em dezembro de 2000, quando o

tribunal exerceu um poder nunca antes conhecido. Os cinco juízes que formaram a maioria foram todos nomeados por Reagan ou Bush. Eles fundamentaram sua decisão na cláusula de proteção igualitária da Décima Quarta Emenda, uma emenda que havia sido escrita e ratificada para garantir os direitos dos negros.¹⁹¹ “Embora nunca possamos saber com total certeza a identidade do vencedor das eleições presidenciais deste ano, a identidade do perdedor é perfeitamente clara”, escreveu o juiz John Paul Stevens, aos 80 anos, nomeado por Gerald Ford, em seu feroz voto de discordância. “É a confiança da nação no juiz como guardião imparcial do Estado de Direito.”¹⁹²

No último dia de sua presidência, Clinton fez um último acordo, pelo qual, em troca de imunidade, ele admitia ter mentido sob juramento. Ele e sua esposa deixaram a Casa Branca com mais de 190 mil dólares em presentes. Um editorial do *Washington Post* sugeriu a George W. e Laura Bush que contassem as colheres da Casa Branca, e descreveu os Clintons como “incapazes de sentirem constrangimento”. Hillary conseguiu um contrato de 8 milhões de dólares para publicação de livros; ela e Bill compraram duas casas avaliadas em vários milhões de dólares.¹⁹³

“Nossa nação deve se colocar acima de uma casa dividida”, disse o novo presidente, depois de Gore dar-se por vencido.¹⁹⁴ Mas a nação, com suas casas recém-conectadas à internet, estava prestes a desmoronar, junto com o colapso de duas torres.

Dezesseis

AMÉRICA DESTROÇADA

O PRIMEIRO AVIÃO COLIDIU COM OS ANDARES SUPERIORES DA torre norte do World Trade Center em Nova York às 8 horas e 46 minutos do dia 11 de setembro de 2001. A CNN interrompeu um comercial para mostrar imagens ao vivo da torre, com a fumaça cinza saindo do que parecia ser um corte preto na estrutura de aço e vidro que contrastavam com um céu azul quase sem nuvens. Em um dia comum, cerca de 50 mil pessoas trabalhavam nas Torres Gêmeas, que tinham mais de 100 andares; por volta das 8:45 da manhã naquela terça-feira em particular, quase 20 mil pessoas já estavam lá, usando chapéus e sapatos, carregando *laptops* e maletas. As ordens para evacuar ou não evacuar, para subir ou descer, eram conflitantes; a maioria das pessoas decidiu sair e desceu. Quando mais de mil bombeiros, paramédicos e policiais correram até o local para começar os esforços de resgate, algumas pessoas presas nos andares superiores, enfrentando o calor insuportável e incapazes de respirar, preferiram saltar para a morte em vez de serem queimadas vivas. Um casal caiu de mãos dadas. De longe, pareciam bonecos de papel.

Às 8:52 da manhã, Peter Hanson, passageiro de outro avião, do voo 175 da United Airlines, conseguiu ligar para o pai. Ele pediu que ele avisasse às autoridades que seu voo havia sido sequestrado. Hanson, de 32 anos, voava com a esposa e a filha de 2 anos e meio: estavam indo para a Disneylândia. “Acho que eles assumiram o comando da cabine”, sussurrou Hanson para o pai. Os passageiros estavam pensando em tentar recuperar o controle do avião dos terroristas, que usavam facas e spray de pimenta, diziam ter uma bomba, e pareciam ter matado os pilotos. Às 9:00, Hanson ligou para o pai novamente. “Acho que

vamos cair”, disse ele. “Meu Deus, meu Deus”, engasgou. Três minutos depois, o voo United 175 colidiu contra a torre sul do World Trade Center.

As estações de televisão estavam cobrindo o fogo na torre norte ao vivo; locutores e repórteres assistiram horrorizados quando o avião atingiu a torre sul e explodiu como uma bola de fogo. Parecia impossível, uma cena saída de um filme de desastre de Hollywood dos anos 1950, feita com efeitos especiais, maquetes, fios e lata, uma coisa que não poderia acontecer, como King Kong se balançando no Empire State, Godzilla escalando a Estátua da Liberdade. “Meu Deus, meu Deus. Ah, Senhor”, disse um apresentador da ABC News. Sirenes dispararam, e das ruas veio um gemido.

Às 9:37 da manhã, em Washington, DC, um terceiro avião sequestrado, viajando a 830 quilômetros por hora, colidiu com o Pentágono. Os sequestradores pretendiam jogar um quarto avião, o voo 93 da United, no Capitólio ou na Casa Branca. Esse voo, ao contrário dos três primeiros, que decolaram pontualmente, estava atrasado em mais de meia hora; ele decolou às 8:42 da manhã. Às 9:23, um operador de voos da United enviou uma mensagem: “Cuidado com qualquer invasão à cabine”. Às 9:26, o piloto do voo 93 respondeu aparentando não dar crédito: “Confirmar última mensagem, pf.”. Dois minutos depois, os sequestradores invadiram a cabine. Nos momentos seguintes, 10 dos 33 passageiros do voo e os 2 tripulantes sobreviventes conseguiram fazer ligações telefônicas. Eles souberam dos ataques ao World Trade Center; e decidiram revidar. Às 9:47, CeeCee Lyles, comissária de bordo e mãe de 4 filhos, ligou para o marido e deixou uma mensagem para ele. “Espero conseguir ver seu rosto novamente, *baby*. Eu te amo”, disse ela, com a voz embargada. Dez minutos depois, os passageiros e a tripulação, tendo votado sobre o que fazer, atacaram a cabine. O avião começou a girar. Às 10:03, o voo 93 da United caiu em um campo em Shanksville, Pensilvânia, a vinte minutos de Washington. Todos dentro dos quatro aviões morreram.

Em Nova York, equipes de emergência haviam entrado nas torres, evacuando milhares de pessoas, mas o combustível que queimava a mais de mil graus enfraquecia as vigas de aço dos arranha-céus. Às 9:58 da manhã, a torre sul colapsou, descendo rápido, como um elevador, esmagando todos os que estavam lá dentro. A CNN, que cobria o acidente no Pentágono, voltou para Nova York, com a tela mostrando nada além de nuvens e mais nuvens; por um instante, olhar para a tela foi como olhar pela janela de um avião voando em meio ao branco das nuvens. A torre norte caiu às 10:28. Na CNN, alguém disse: “Não há palavras”.

Parecia bem possível que mais ataques estivessem por acontecer. “Temos alguns aviões”, disse um dos sequestradores. A falta de comunicação entre a autoridade de aviação civil e o comando aeroespacial militar — e a falta de experiência ou de protocolo para sequestros suicidas — fez com que os militares dos Estados Unidos não conseguissem organizar uma defesa. Por volta das 10:15, o vice-presidente autorizou a força aérea a abater o voo 93 da United, sem saber que ele já havia chegado ao seu horrível destino. Ao meio-dia, todos os voos de todos os aeroportos dos Estados Unidos foram suspensos, prédios federais foram evacuados, embaixadas foram fechadas, e milhões faziam suas orações. O vice-presidente foi transferido da Casa Branca para um abrigo subterrâneo, e o presidente, que estava visitando uma escola primária na Flórida, foi levado de avião para um local seguro em Omaha, Nebraska. Quase três mil pessoas morreram.¹

“América sob Ataque”, dizia a manchete no site CNN.com, cuja cobertura naquele dia incluía vídeos, uma galeria de fotos, uma linha do tempo, declarações de líderes de todo o mundo, e instruções com contatos de emergência.² O NYTimes.com postou uma apresentação de *slides*, mapas, um rastreador de voos, e uma lista de lugares para doar sangue.³ A página inicial do *Drudge Report* exibia sirenes de polícia com a pergunta

“Quem fez isso?!”.⁴ E o Foxnews.com iniciou uma cobertura especial e contínua, sob o nome “Terrorismo Ataca a América”.⁵

Naquela noite, um presidente decidido fez um discurso na televisão. “Um grande povo está mobilizado para a defesa de uma grande nação”, disse George W. Bush. Mesmo antes do cair da noite, ele comprometeu os Estados Unidos a travar uma “guerra contra o terrorismo”.⁶

Dezenove homens treinados pela Al Qaeda, uma organização terrorista islâmica liderada pelo milionário saudita Osama bin Laden, haviam conduzido os ataques. A retórica de Bush e dos neoconservadores em seu governo caracterizou a “guerra ao terror” como um conflito inevitável que fazia parte do “choque de civilizações”, previsto pelo cientista político Samuel P. Huntington em um artigo de 1993 na revista *Foreign Affairs*. Antes, havia guerras entre reis; depois, guerras entre povos; e, depois, guerras entre ideologias, argumentou Huntington, mas essas eras haviam passado, e o futuro seria caracterizado por confrontos entre as grandes civilizações do mundo, primeiro nas fronteiras entre a civilização ocidental e o mundo islâmico. A dependência ocidental do petróleo árabe e a ascensão do fundamentalismo islâmico já haviam levado à crise dos reféns americanos no Irã e à invasão soviética do Afeganistão, ambas em 1979, e à Primeira Guerra do Golfo Pérsico em 1990.⁷

“Os Estados Unidos foram alvo de ataques porque somos o modelo mais brilhante da liberdade e da oportunidade no mundo”, disse Bush.⁸ Barack Obama, senador do estado de Illinois e professor de direito constitucional, ofereceu uma interpretação diferente em um jornal de Chicago. “A essência dessa tragédia”, disse ele, “deriva da completa ausência de empatia por parte dos agressores”, uma deformação que “cresce em um clima de pobreza e ignorância, desamparo e desespero”.⁹

Mais tarde, tornou-se uma espécie de mito nacional descrever o povo americano, há muito tempo dividido, como unido novamente após o Onze de Setembro. Seria mais exato dizer que os políticos, e quem mais tenha escrito a respeito dos

ataques naqueles primeiros dias, expressaram pontos de vista distantes da tristeza e do estoicismo que caracterizaram a resposta de Bush para o cenário internacional, e de Obama em um jornal de bairro. O tom era de acusação. Entre essas pessoas estava Susan Sontag, que ligou as origens do ataque à política externa dos Estados Unidos no Oriente Médio — o apoio a tiranos, a derrubada de líderes na região pela CIA, e o bombardeio que acontecia no Iraque. “Onde está o reconhecimento de que este não foi um ataque ‘covarde’ à ‘civilização’, ou à ‘liberdade’, ou à ‘humanidade’, ou ao ‘mundo livre’, mas um ataque à autoproclamada superpotência mundial, realizado em consequência de alianças e ações americanas específicas?”, perguntava Sontag em um artigo na *The New Yorker*. “Em matéria de coragem (uma virtude moralmente neutra): o que quer que seja dito a respeito dos autores do massacre de terça-feira, eles não eram covardes.”¹⁰ No *Washington Post*, Charles Krauthammer acusou Sontag de “obtusidade moral”.¹¹ Na direita, Ann Coulter, colunista que já havia trabalhado para a equipe jurídica de Paula Jones, escreveu na *National Review*, em um artigo online publicado em 13 de setembro, que não era necessário estabelecer distinções entre ninguém do mundo árabe, assim como também não eram necessárias investigações sobre os ataques. “Não é hora de preciosismo para localizar os indivíduos exatos envolvidos diretamente nesse ataque terrorista”, escreveu Coulter. “Não precisamos de longas investigações e das evidências forenses para determinar com precisão científica a pessoa ou pessoas que ordenaram esse ataque específico... Deveríamos invadir seus países, matar seus líderes, e convertê-los ao Cristianismo.”¹² Duas semanas depois, o editor da *National Review* anunciou que estava arrependido de ter publicado o artigo de Coulter, e parou de publicar sua coluna.¹³ “Eu realmente acredito que os pagãos e abortistas, as feministas, os gays, e as lésbicas que estão tentando transformar isso em um estilo de vida alternativo, a União Americana pelas Liberdades Civis (American Civil Liberties

Union, ACLU), o grupo Povo pelo Modo Americano (People for the American Way), todos os que tentaram secularizar a América, aponto o dedo na cara deles e digo: ‘Isso tudo aconteceu com a ajuda de vocês’”, disse Jerry Falwell imediatamente após os ataques.¹⁴ Mas ele também foi condenado, inclusive pelo presidente.¹⁵

Alex Jones, o incendiário radialista, passou despercebido em meio a tanta infâmia. Na tarde dos ataques, ele transmitiu para todo o país, ao vivo de Austin, por cinco horas, para quase cem estações afiliadas. Ele começou não com simpatia, nem com tristeza, nem com horror, mas parabenizando a si mesmo com alegria: “Bem, eu venho avisando sobre isso há pelo menos cinco anos: todo o terrorismo que vimos no World Trade Center, Oklahoma City e Waco, foram ações do governo”, vangloriou-se Jones. “Eles precisam disso como pretexto para impor a lei marcial a você e sua família. Ou estão usando agentes árabes e deixando que eles façam isso, ou há cumplicidade total com o governo federal: as evidências são esmagadoras. (Em meados de junho, Jones havia emitido um aviso. “Por favor!”, gritou. “Ligue para o Congresso. Diga a eles que *sabemos* que o governo está planejando terrorismo.”) Em 11 de setembro, ele fez a cobertura dos eventos daquela manhã como se estivesse lendo um boletim de ocorrências, incluindo detalhes por conta própria — “cadáveres a até seis quarteirões de distância, braços, pernas, o que você imaginar” — ele interrompia as atualizações cortando para testemunhas oculares, em uma cobertura que remetia à transmissão de Orson Welles de *A Guerra dos Mundos*. Assim como Welles, Jones garantia sua credibilidade alertando com frequência — “não sabemos quantos desses relatos são precisos” —, ao mesmo tempo em que fazia alegações ultrajantes e cruéis, enquanto, em Nova York, cirurgias amputavam membros, equipes de enfermagem limpavam pele queimada, e bombeiros, caindo de tanta exaustão, vasculhavam os escombros à procura de sobreviventes. “Eu vou resumir para vocês”, rosnou Jones. “Noventa e oito por cento de chance de

isso ter sido um bombardeio controlado e orquestrado pelo governo.”¹⁶

Entre 2001 e 2016, o desaparecimento do jornal impresso diário, que seguiu o acentuado declínio da televisão aberta, contribuiu para um desequilíbrio político vertiginoso, como se o mundo dos noticiários fosse exposto de repente, revelando um castelo inflável em meio a um parque de diversões. Novas fontes de notícias e opiniões apareciam como as atrações estonteantes do parque, brilhando seus letreiros neon, com gritos de medo e de alegria, de blogs e jornais digitais a agregadores de notícias e mídias sociais, montanhas-russas, toboáguas e gira-gira. O Facebook foi lançado em 2004, o YouTube, em 2005, o Twitter, em 2006, e o iPhone, em 2007. Em 2008, o Twitter tinha um milhão de usuários, e um em cada seis americanos possuía um *smartphone*. Seis anos depois, esses números haviam subido acentuadamente: o Twitter tinha 284 milhões de usuários, e 2 em cada 3 americanos possuíam um *smartphone*. Suas mãos se agarravam aos aparelhos, como se andassem em uma montanha-russa, girando e rodopiando, entusiasmados com a ação da força da gravidade, o estalo nos tímpanos, e o som de seus próprios gritos.

As novas fontes de informação normalmente não tinham edição, seus fatos não eram verificados, suas políticas não tinham equilíbrio. Comunidades políticas “alternativas” levaram as guerras culturais dos anos 1990 para o ambiente online; *Tumblr* à esquerda e *4chan* à direita, um ambiente de troca de histerias e ironias, ódio e desprezo, com o *Tumblr* denunciando os privilégios dos brancos com discursos nobres, exigindo alertas de gatilho e espaços seguros, enquanto o *4chan* declarava a supremacia branca e o antifeminismo por meio de ironias, *memes*, e *trollagens* violentas.¹⁷ Em uma espécie de retorno à época das intrigas políticas da Guerra Fria, *hackers* e *trolls* patrocinados pela Rússia, passando-se por americanos, criaram contas falsas no Twitter e no Facebook, com o objetivo de minar a autoridade do noticiário das grandes emissoras, ampliar o

abismo da divisão partidária americana, provocar animosidade racial e religiosa, e incitar conflitos civis. Nessas circunstâncias, a retórica fervorosa dos lunáticos teóricos da conspiração atingiu um público novo e receptivo, mas, em um sentido muito mais amplo e profundo, em uma época de espetáculo online ininterrupto e vigilância maciça por parte das empresas e do governo, quase todo pensamento político se tornou conspiratório.

Em retrospectiva, Jones foi o menor, mas também o pior dos exemplos, o palhaço mortal e absurdo de um parque de diversões dos livros de Stephen King. Depois do Onze de Setembro, ele perdeu algumas de suas emissoras afiliadas, mas, naquele momento, uma rede de rádios já não era necessária. Em 1999, ele lançou um site chamado *Infowars*, no qual se apresentou ao mundo como um jornalista cidadão, na luta pela verdade por meio do canal sem restrições que era a internet. Em 11 de setembro, o *Infowars* alertou sobre o governo federal: “Eles estão se preparando para redesenhar nossa sociedade de forma radical, e para sempre”. Naquele dia, Jones inaugurou o que veio a ser chamado de movimento pela verdade, os *truthers*, uma facção de teóricos da conspiração que acreditavam que o governo dos Estados Unidos estava por trás dos ataques do Onze de Setembro. Jones explicaria mais tarde que o vice-presidente ficou chateado com a reação dos passageiros do voo 93 da United. “Se ele atingisse seu objetivo”, disse Jones, “o governo teria sido completamente decapitado, e o presidente poderia ter declarado a lei marcial total”.¹⁸

Jones, maldoso e atrevido, abriu caminho no imaginário político americano como uma serra elétrica em um cabo de vassoura, dilacerando tudo pela frente. Em 2008, quando Barack Obama buscou a indicação democrata para a Presidência em uma disputa acirrada com Hillary Clinton, Jones e outros *truthers* se tornaram *birthers*: eles diziam que Obama, nascido no Havaí — um fato relatado em dois jornais havaianos e registrado em sua certidão de nascimento —, havia nascido no Quênia. Os *truthers* estavam nas margens mais extremas do espectro

político, mas mesmo o grande público americano ficou desconfiado com o nome de Obama, Barack Hussein Obama, em uma época em que os inimigos declarados dos Estados Unidos eram Osama bin Laden e Saddam Hussein. Instado a mudar de nome, Obama se recusou. Em vez disso, ele fez piada. “As pessoas me chamam de Alabama”, dizia durante a campanha. “Me chamam de ‘Yo Mama’. E são meus apoiadores!”¹⁹

Longe de mudar de nome, Obama fez da sua história a sua marca registrada. Sua campanha de 2008 por “Esperança” e “Mudança” foi alçada pela grande narrativa da longa marcha do país pela liberdade e igualdade, na qual ele usou sua própria vida como uma metáfora da história americana, na tradição de Benjamin Franklin, Andrew Jackson e Frederick Douglass. Mas a história de Obama era nova. “Eu sou filho de um homem negro do Quênia e de uma mulher branca do Kansas”, disse ele. “Esses povos são parte de mim. E fazem parte da América.” A família americana de Obama era de todas as cores, e parte de um mundo muito grande. “Tenho irmãos, irmãs, sobrinhas, sobrinhos, tios e primos, de todas as raças e matizes, espalhados por três continentes, e, enquanto viver, nunca esquecerei que em nenhum outro país da Terra a minha história seria possível.”²⁰

A eleição de Obama como o primeiro presidente negro dos Estados Unidos foi possível graças aos séculos de luta das pessoas negras, marcados por fugas e rebeliões, por guerras e exílio, por marchas e processos judiciais, por sacrifícios impressionantes. “Barack Obama é o que há do outro lado daquela ponte em Selma”, disse John Lewis, o admirado homem que havia marchado em Selma.²¹ Sua vitória parecia inaugurar uma nova era na história americana, que deixaria para trás o legado agonizante de violência racial dos Estados Unidos, com a realização, finalmente, das promessas feitas nos documentos que fundaram o país. No entanto, quando assumiu o cargo em 2009, Obama herdou uma democracia caótica. Os Estados Unidos estavam envolvidos em duas guerras longínquas, com pouco apoio popular e poucos objetivos factíveis, conflitos

travados por um exército formado desproporcionalmente pelos mais pobres — como se fossem *drones* operados pelos mais ricos. A economia entrou em colapso com uma das piores quedas da bolsa na história americana. A classe trabalhadora não via aumento de salário havia mais de uma geração. Um em cada 3 homens negros entre 20 e 29 anos estava na prisão ou em liberdade condicional.²² Ambos os partidos haviam se tornado ocos — duros e militantes por fora, vazios por dentro —, enquanto o debate político, agora travado quase que inteiramente online, tornou-se frenético, desesperado e paranoico. Entre 1958 e 2015, a proporção de americanos que responderam a pesquisas dizendo que “basicamente confiam no governo” caiu de 73% para 19%.²³ Quarenta anos de ataque conservador implacável ao governo e à imprensa produziram um público que não confiava em nenhum deles. Quarenta anos de política de identidade haviam destruído o liberalismo de Roosevelt; Obama andava em cacos de vidro.

Mesmo com Obama abraçando uma família de primos espalhados pelos continentes, o nacionalismo e até o supremacismo branco cresciam nos Estados Unidos e na Europa, na forma de movimentos populistas que pediam restrição à imigração, barreiras comerciais, e, em alguns casos, abdição de acordos internacionais sobre o clima. Novos movimentos surgiram à direita — o *Tea Party* em 2009, e a *alt-right*, como ficou conhecida a “direita alternativa”, em 2010 — e à esquerda: o *Occupy*, em 2011, e o *Black Lives Matter*, em 2013. Ativistas à esquerda, incluindo os alinhados com uma resistência antifascista conhecida como *antifa*, deliberadamente lançaram suas campanhas como movimentos internacionais, mas o novo populismo americano e a retomada do nacionalismo branco também tinham suas contrapartes em outros países. Quaisquer que fossem as suas diferenças, eles tinham um estilo político em comum. Em um momento de mudança acelerada, tanto a extrema esquerda quanto a extrema direita passaram a entender a própria história como uma narrativa, uma compreensão que se

alastrou em meio à natureza amorfa, anônima e impaciente da internet. Online, o universo parece nada mais do que uma série de padrões em busca de uma explicação, oferecida às pessoas que não estavam mais dispostas a confiar em nenhuma autoridade, exceto a do seu próprio imaginário político febril, imprudente e sedento por emoções.

Em 2011, com a campanha de 2012 se aproximando, o envelhecido magnata de Nova York, estrela de televisão e tantas vezes candidato a presidente, Donald Trump, alinou-se aos *truthers* e aos *birthers* para questionar a cidadania do presidente. Em um país no qual a Suprema Corte havia decidido, pelo caso *Dred Scott*, que nenhuma pessoa nascida de ascendência africana jamais poderia ser cidadã americana, dizer que Obama não era um cidadão do país evocava séculos de ódio racial. Como os teóricos da conspiração do Onze de Setembro, os teóricos da conspiração de Obama (que em muitos casos eram as mesmas pessoas) estavam sempre adicionando detalhes à sua história: o presidente nascera em Nairóbi; ele fora educado em um madraçal em Jacarta; ele era secretamente um muçulmano; ele era, ainda mais secretamente, um nacionalista africano anti-imperialista, como seu pai; e estava em uma missão para tornar a América africana.²⁴ “O país mais poderoso do mundo”, advertiu o comentarista de direita Dinesh D’Souza, “está sendo governado de acordo com os sonhos de um membro da tribo *Luo* dos anos 1950”.²⁵

Trump, ignorando jornais e televisão e se comunicando de forma direta com seus apoiadores, promoveu essa campanha online por meio de sua conta no Twitter. “Uma ‘fonte extremamente confiável’ ligou para o meu escritório e me disse que a certidão de nascimento de @BarackObama é uma fraude”, tuitou ele em 2012.²⁶ Trump não abandonou essa alegação quando buscava a indicação republicana em 2015.²⁷ A espinha dorsal de sua campanha era a promessa de construir um muro ao longo da fronteira entre Estados Unidos e México. Após o Onze de Setembro, um movimento nacionalista branco que

estava desaparecido havia décadas começou a reviver, em busca de dois objetivos: preservar os ícones da Confederação, e acabar com a imigração de povos de pele escura.²⁸ Trump, anunciando sua candidatura diretamente da Trump Tower em Nova York, fez um discurso no qual chamou os mexicanos que tentam entrar nos Estados Unidos de “estupradores”, uma referência ao livro de Ann Coulter chamado *¡Adios, America!*.²⁹ (Falando sobre imigração e muito mais, Coulter se promoveu como uma corajosa reveladora de verdades em um mundo de mentiras. “Todos os grupos de elite dos Estados Unidos estão alinhados contra o público — a mídia, os ativistas étnicos, os grandes doadores de campanhas, Wall Street, os fazendeiros multimilionários, e as ‘igrejas’ liberais”, escreveu Coulter. “A mídia mente sobre tudo, mas a imigração é a sua principal mentira coletiva.”)³⁰ Obama prometeu esperança e mudança. Trump prometeu tornar a América grande novamente.

Hillary Clinton, que perdera a indicação democrata para Obama em 2008, ganhou em 2016, e esperava se tornar a primeira mulher presidente. Sua campanha julgou Trump mal, e não apenas falhou em dar atenção ao sofrimento do eleitorado trabalhador, como também insultou os apoiadores de Trump, considerando metade deles um “bando de deploráveis”. Mitt Romney havia feito exatamente a mesma coisa como o candidato republicano em 2012, quando, com um desprezo furioso, relegou os “47%” da população dos Estados Unidos — partidários de Obama — à categoria de pessoas “que acreditam ser vítimas”.³¹ A política partidária, então, havia abandonado qualquer senso de propósito nacional, a ponto de, no espaço de quatro anos, todos os indicados à Presidência pelos partidos declararem que grande parte da população dos Estados Unidos não era digna de sua atenção, e merecia seu desprezo.

Com sua indicação garantida, Trump fez campanha contra Clinton com a ajuda da empresa britânica de dados Cambridge Analytica, usando o argumento de que Clinton deveria ser presa. “Ela é um demônio do inferno, abjeta, psicopata, que tentará

destruir o planeta assim que chegar ao poder”, disse Jones, que vendia camisetas com a frase “Hillary Presidiária”. “Prendam-na”, gritavam os apoiadores de Trump em seus comícios.³²

Naqueles anos, a história americana se transformou em uma ferida que sangrava sem parar. Os ganhos alcançados para cumprir a promessa da Constituição foram perdidos. O tempo parecia estar andando para trás e para frente ao mesmo tempo. Os americanos brigaram por questões de justiça, direitos, liberdades e o lugar do país no mundo com uma crueldade agressiva, e não apenas online. Cada uma das verdades sobre as quais a nação fora fundada, e pelas quais tantas pessoas lutaram, foi questionada. A própria ideia de verdade foi contestada. A única verdade aceita parecia ser a crença na onipresença da mentira. A campanha de Obama de 2008 criou uma “Equipe da Verdade”.³³ “Você está mentindo!”, gritou um congressista da Carolina do Sul para o presidente Obama durante uma sessão conjunta do Congresso em 2011. “Você é *fake news!*”, disse Trump a um repórter da CNN em um evento na Casa Branca.³⁴

“Que os fatos sejam oferecidos a um mundo verdadeiro”, escreveu Jefferson na Declaração de Independência, fundando uma nação no apelo à verdade. Mas o que restava de uma política baseada em debate razoável, investigação e curiosidade, evidências e neutralidade, pareceu ter sido pulverizado quando, em 2 de dezembro de 2015, Trump apareceu no *Infowars*, via Skype, direto da Trump Tower. Em um comício de campanha anterior, Trump havia dito que, no Onze de Setembro, ele estava assistindo televisão na sua cobertura, e viu imagens de “milhares e milhares de pessoas”, muçulmanos, aplaudindo nos telhados de Nova Jersey.³⁵ Jones começou parabenizando Trump por ter comprovado a história. (Trump, na verdade, não comprovou nada, e nenhuma dessas imagens foi encontrada.) Jones, cuspidando fogo, estava entusiasmado com a natureza histórica da campanha de Trump.

“O que você está fazendo é épico. É do nível de George Washington”, disse Jones a Trump.

“Sua reputação é incrível. Não vou decepcioná-lo”, disse Trump, fazendo uma promessa a Jones.³⁶

Cinco dias depois, Trump pediu um “bloqueio total e completo da entrada de muçulmanos nos Estados Unidos”.³⁷ No lugar das torres, haveria muros.

Entre os ataques de 11 de setembro de 2001 e a eleição de Donald Trump, quinze anos depois, em 9 de novembro de 2016, os Estados Unidos se perderam em uma nuvem de fumaça. O sistema partidário entrou em colapso, a imprensa desmoronou, e os três poderes do governo implodiram. Havia um medo real de que o processo político americano estivesse sendo conduzido pelos russos, como se, de alguma forma, na verdade os soviéticos tivessem vencido a Guerra Fria. Para os observadores, que incluíam os autores dos livros *Como a democracia chega ao fim*, *Por que o liberalismo fracassou*, *How the right Lost Its Mind* [Como a direita perdeu a cabeça] e *Como as democracias morrem*, quando Trump assumiu o cargo, parecia que o país cairia em uma guerra civil, como se o experimento americano tivesse fracassado, como se a própria democracia estivesse correndo o risco de morrer.³⁸

I.

No ANO DE 1999, tudo começou com um pânico. Programadores de computador previram que, um segundo após a meia-noite de 1º de janeiro de 2000, todos os computadores do mundo, incapazes de assimilar um ano que não começasse com “19”, travariam. Mesmo antes do início do século XXI, mesmo antes de alguns cientistas políticos preverem a distopia de um conflito milenar de civilizações ou da iminente morte da democracia, os americanos perderam o fôlego com os alertas a respeito da desgraça do milênio, a catástrofe de um relógio que batia, não a aniquilação global cronometrada pelo Relógio do Juízo Final da

era atômica, mas um desastre, o “*bug* do milênio”, incorporado aos programas que foram desenvolvidos para rodar no microprocessador escondido na placa-mãe das torres debaixo de todos os computadores desktop. Depois de muito sofrimento e ranger de dentes, o *bug* foi total e silenciosamente corrigido. Com o fim do mundo evitado, os profetas digitais se comprometeram a prever a data exata da chegada de uma era de Aquário com paz, unidade e harmonia, trazida exatamente pela internet.

Na primavera de 2000, a *Wired*, a revista da “era ponto com”, sofisticada, *punk* e fluorescente, anunciou que a internet já havia resolvido a divisão da América: “Como nação, somos mais instruídos, mais tolerantes e mais conectados por causa — e não apesar — da convergência da internet com a vida pública. Partidarismo, religião, geografia, raça, gênero e outras divisões políticas tradicionais estão dando lugar a um novo padrão — a conexão —, como um princípio organizador das atitudes políticas e sociais.”³⁹ Ao longo da história americana, entre todos os entusiastas das tecnologias capazes de fazer arregalar os olhos, do telégrafo ao rádio, poucas declarações chegaram a um nível retórico tão vertiginoso quanto esta.



*A revista Wired começou a ser publicada em 1993, e, em 2000, anunciou que a internet havia criado “Uma só nação interconectada”.
(Wired © Condé Nast.)*

Ao longo do século XX, os Estados Unidos haviam assumido uma posição incomparável no mundo, como defensores dos estados liberais, dos valores democráticos, e do estado de direito. Da OTAN ao NAFTA, as relações entre os Estados foram reguladas por pactos, acordos de livre-comércio e restrições. Mas, a partir de 2001, com a guerra contra o terror, os Estados Unidos minaram e até abdicaram de regras que eles mesmos haviam ajudado a estabelecer, incluindo proibições de tortura e das chamadas guerras de agressão.⁴⁰ Em 2016, um desrespeito às restrições de conduta “por qualquer meio necessário” também passou a caracterizar a política doméstica americana. “Se você

vir alguém se preparando para jogar um tomate”, disse Trump aos apoiadores em um comício de campanha em Iowa, “bata nele até cair, certo?”.⁴¹ Inúmeros fatores contribuíram para essas mudanças. Mas a crise da autoridade moral americana que começou com a guerra contra o terror no início do século XXI não pode ser entendida como algo alheio ao surgimento da internet, que representa tudo o que uma ordem baseada em regras não é: sem leis, sem regulação, e sem responsabilidades.

O que mais tarde se tornaria a internet começou no final dos anos 1960 com a ARPANET. Em meados da década de 1970, a rede da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa havia crescido e se transformado em uma rede internacional de redes: uma “internet”, para abreviar. Em 1989, em Genebra, o inglês Tim Berners-Lee, cientista da computação, propôs um protocolo para vincular páginas ao que chamou de *World Wide Web*. A primeira página da web nos Estados Unidos foi criada em 1991, em Stanford. O elegante protocolo de Berners-Lee se espalhou rapidamente, primeiro entre as universidades, e, depois, para o público. O primeiro navegador da web disponível para todos, o Mosaic, foi lançado em 1993, fazendo com que qualquer pessoa com um computador pessoal conectado à internet pudesse navegar em páginas da web de todo o mundo, maravilhando-se clique após clique.⁴²

A revista *Wired*, lançada em março de 1993, proclamava o fato de a cibercultura ter suas origens na contracultura. Seus primeiros colaboradores incluíam Stewart Brand e John Perry Barlow, um místico barbudo de colar de ouro e cachecol, que por muitos anos escreveu letras para a banda Grateful Dead. Na *Wired*, o sonho da contracultura de um mundo harmônico, sem hierarquias e não organizacional, encontrou expressão em um novo utopismo digital, como se todos os cabos da internet fossem uma série de colares de contas usados pelos hippies. Brand escreveu em um artigo na revista *Time* intitulado “We Owe It All to the Hippies” [Devemos tudo aos hippies], e nele anunciou

que “o verdadeiro legado da geração dos anos 1960 é a revolução dos computadores”.⁴³

Mas, entre as décadas de 1960 e 1990, a revolução passou da extrema esquerda para a extrema direita. A *Wired* tinha como seu editor Louis Rossetto, um libertário e ex-anarquista conhecido por lamentar a influência da “grande mídia”. Na edição inaugural da revista, Rossetto previu que a internet traria “mudanças sociais tão profundas que provavelmente seu único paralelo seria a descoberta do fogo”. A internet criaria uma novíssima ordem mundial, mas que não seria ordenada; seria um mercado aberto, livre de toda a interferência governamental, uma fronteira a desbravar, um Velho Oeste. Em 1990, Barlow ajudou a fundar a Fundação Fronteira Eletrônica (Electronic Frontier Foundation, EFF), para promover essa visão. (Mais tarde, a EFF passou a se preocupar, sobretudo, com questões de propriedade intelectual, liberdade de expressão, e privacidade.) Em 1993, a *Wired* anunciou que “a vida no ciberespaço parece estar se moldando exatamente como Thomas Jefferson gostaria: fundada na primazia da liberdade individual e no compromisso com o pluralismo, a diversidade, e a comunidade.”⁴⁴

O grupo de reflexão dos utópicos digitais foi a Fundação Progresso e Liberdade (Progress and Freedom Foundation), de Newt Gingrich, criada em 1993 (e, mais tarde, alvo de uma investigação por um conselho de ética); seu principal pensador foi o irrefreável George Gilder, ressurgido das cinzas. Gingrich apareceu na capa da *Wired* em 1995, e Gilder, em 1996. Gingrich lutava no Congresso por uma nova Lei das Telecomunicações, a primeira grande revisão da Lei Federal de Comunicações de 1934, da época da fundação da Comissão Federal de Comunicações (a legislação era apenas uma revisão da Lei Federal de Rádio de 1927); seu objetivo era garantir que, ao contrário do que acontecia para o rádio ou para a televisão, o novo meio estivesse fora do domínio da regulamentação governamental. Em 1994, durante uma reunião da Fundação Progresso e Liberdade de Gingrich, realizada em Aspen, Gilder,

juntamente com os futuristas Alvin Toffler e Esther Dyson e o físico George Keyworth, ex-consultor científico de Reagan, redigiram uma “Carta Magna para a Era do Conhecimento” (“Magna Carta for the Knowledge Age”).⁴⁵ Ela estabelecia a estrutura geral da lei que Gingrich esperava ser aprovada. Anunciando que “o ciberespaço é a última fronteira americana”, os autores da nova Carta Magna argumentaram que, embora a era industrial possa ter exigido regulamentação governamental, este não era o caso para a era do conhecimento. “Se for necessária uma ‘política industrial para a era do conhecimento’”, proclamava a Magna Carta, “ela deve se concentrar na remoção das barreiras à concorrência e na completa desregulação das indústrias de telecomunicações e computação, que crescem rapidamente”.⁴⁶

Gingrich conseguiu o que queria. No dia 8 de fevereiro de 1996, Bill Clinton assinou a Lei das Telecomunicações na sala de leitura da Biblioteca do Congresso; primeiro ele assinou no papel, e, depois, assinou eletronicamente com uma caneta digital, um evento acompanhado em tempo real pela internet.⁴⁷ Embora pouco notada à época, a aprovação dessa inesperada legislação por Clinton se tornaria um legado terrível e duradouro da sua presidência: ela desregulamentou o setor de comunicações, anulando virtualmente todas as suas restrições antimonopólio do New Deal, permitindo a consolidação de empresas de mídia e proibindo a regulamentação da internet, com consequências catastróficas.

No entanto, o fato de o governo dos Estados Unidos cogitar a legislação sobre a internet — mesmo que para prometer não regulamentá-la — alarmou os libertários da rede. No dia em que Clinton assinou a lei, Barlow, ex-hippie transformado no queridinho dos banqueiros e bilionários do mundo, assistindo tudo do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, escreveu uma Declaração de Independência do Ciberespaço:

Governos do Mundo Industrial, gigantes cansados de carne e aço, venho do Ciberespaço, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, peço a vocês do

passado que nos deixem em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm soberania no lugar onde nos reunimos [...]. Os governos têm os seus justos poderes advindos do consentimento dos governados. Vocês não solicitaram nem receberam o nosso. Nós não convidamos vocês. Vocês não nos conhecem, nem conhecem o nosso mundo. O Ciberespaço não está dentro de suas fronteiras.⁴⁸

Ele postou essa declaração na rede, e ela se tornou um dos primeiros *posts* a se espalhar como um vírus, como uma infecção.

Os ciberutópicos que não viam utilidade no governo ignoravam o fato totalmente inconveniente de que, é claro, não apenas a própria internet, como também quase todas as ferramentas usadas para navegar nela, assim como as invenções elementares da era digital, foram construídas ou subsidiadas por pesquisas de governo financiadas pelos contribuintes. O iPhone, para ficar em apenas um exemplo, dependeu da inquestionável e extraordinária engenhosidade da Apple, mas, também, da pesquisa financiada pelo governo dos Estados Unidos, que antes teve como resultado várias descobertas tecnológicas importantes, incluindo o GPS, as telas sensíveis ao toque, as telas de LCD, as baterias de lítio e íons, e as redes de celular. No entanto, Barlow e seus seguidores acreditavam que a internet ocorrera de forma totalmente alheia ao governo, como se ela tivesse surgido, milagrosamente, do nada, precedendo e fora da sociedade civil e do Estado de Direito, no mundo da fantasia psicodélico e sem fronteiras do ciberespaço. “Peço a vocês do passado que nos deixem em paz”, rogou Barlow. Mas se os futuristas não estavam interessados no passado, eles também pareciam estranhamente displicentes com relação ao futuro. Com raras exceções, os primeiros entusiastas da internet, que lutavam por medidas antitruste e pela desregulamentação da rede, mesmo tendo sido beneficiados pela generosidade do governo federal, mostraram pouca preocupação com as possíveis consequências dessas medidas sobre a desigualdade de renda e

a divisão política, não só nos Estados Unidos, como em todo o mundo.⁴⁹

A internet, um mar sem fim de informações e ideias, teve efeitos profundos na difusão do conhecimento e, principalmente, em seu alcance e velocidade, acelerados pelos *smartphones*. Se ela não foi tão significativa para a história da humanidade quanto o domínio do fogo, era pelo menos tão significativa quanto a invenção da imprensa. O fenômeno provocou a aceleração de pesquisas, da ciência, da medicina e da educação; ajudou o comércio e os negócios. Mas, nas duas primeiras décadas, as suas consequências políticas e econômicas, mesmo não intencionais, foram muitas vezes terríveis. Na política americana, a estabilidade dependia não da riqueza de poucos, mas do conforto de muitos, não da abundância, mas da segurança e do compromisso com a noção de comunidade. A internet não destruiu a classe média americana, mas teve papel importante em seu declínio. Ela alimentou o crescimento econômico, e gerou grandes fortunas para um pequeno grupo de pessoas, em um momento em que os pobres estavam ficando mais pobres, e a classe média desaparecia. Ficou claro que as regulamentações antimonopólio da era industrial, longe de serem obsoletas, eram extremamente necessárias na era da informação. E a propalada promessa de conexão pela internet, a transparente fantasia dos libertários e anarquistas, que imaginavam um mundo sem governo, não produziu nada além de um mundo desconectado e perturbado.

Conforme prosperava, o Vale do Silício ganhou a reputação de enclave liberal, mas também atraiu uma geração mais jovem de libertários, que não vieram da contracultura, mas da Nova Direita. Peter Thiel, nascido na Alemanha em 1967, foi para Stanford e depois para a escola de direito da mesma universidade, onde fundou em 1987 a revista *Stanford Review*, com financiamento de Irving Kristol. O objetivo era combater o multiculturalismo, o feminismo e o politicamente correto, que haviam crescido no *campus* de Stanford, o que Thiel lamentou no livro *The Diversity*

Myth [O mito da diversidade], uma versão de *God and Man at Yale* [Deus e o homem em Yale] atualizada e diluída para os anos 1990. George Gilder e Robert Bork estavam entre os heróis de Thiel. (Os textos de Bork a respeito dos erros das leis antitruste deu forma a grande parte do libertarianismo do Vale do Silício.) Após uma breve carreira como advogado e corretor da Bolsa de Valores, Thiel voltou à Califórnia em 1996, bem a tempo do *boom* das empresas ponto com, que ocorreu após o fim das restrições ao tráfego comercial na internet. Dez mil sites eram lançados a cada dia, como papoulas no campo. Em 1996, Bob Dole, um pioneiro improvável, mas ousado, se tornou o primeiro candidato à presidência a ter um site. A Amazon foi fundada em 1994, o Yahoo!, em 1995, o Google, em 1998. Em 1998, Thiel cofundou o PayPal, na esperança de libertar os cidadãos do mundo do uso de moedas gerenciadas pelo governo. “O PayPal dará aos cidadãos do mundo todo um controle mais direto do que nunca sobre suas moedas”, prometeu.⁵⁰

O empresário do Vale do Silício — quase sempre um homem — tornou-se imbatível como estereótipo do herói da Segunda Era Dourada. Ele era um homem resgatado, o provedor defendido por George Gilder na década de 1970 contra as forças do feminismo, salvo, e agora visto como o salvador da própria nação. Negócios de bilhões de dólares na internet eram feitos todos os dias. Em quatro anos, o valor das empresas ponto com, e muitas das quais não chegaram a ter lucro, aumentou em até 3.000%. Em 1999, Bill Gates, aos 43 anos, havia se tornado o homem mais rico do mundo, e a Microsoft era a primeira corporação da história avaliada em mais de meio trilhão de dólares.⁵¹

Os inventores, de Benjamin Franklin a Thomas Edison, eram chamados de “homens do progresso”. O Vale do Silício tinha os “inovadores disruptivos”. A linguagem estava definida, carregada com o peso de séculos. Historicamente, a ideia de inovação foi contrastada com a ideia de progresso. Desde a Reforma Protestante até o Iluminismo, o progresso, mesmo em seu uso

secular, implicava melhoria moral, uma jornada do pecado à salvação, do erro à verdade. A inovação, por outro lado, significava mudanças imprudentes e precipitadas. Os conservadores do século XVIII chamavam o jacobinismo de “uma inovação na política”, Edmund Burke ridicularizou a Revolução Francesa como uma “revolta de inovação”, e os federalistas, contrários a Jefferson, declararam-se “inimigos da inovação”.⁵² Ao longo do século XIX, o significado de progresso ficou menos amplo, passando, com mais frequência, a se referir apenas a uma melhoria tecnológica. No século XX, inovação começou a substituir progresso, quando usada nesse sentido, mas também com um sentido um pouco diferente, e mais estritamente comercial. Em 1939, o economista Joseph Schumpeter, em um estudo de referência sobre ciclos de negócios, usou “inovação” para se referir à chegada de novos produtos ao mercado, um uso que se espalhou aos poucos, limitado à literatura acadêmica especializada em economia e negócios. Em 1942, Schumpeter teorizou sobre a “destruição criativa”, expressão que, depois de Hiroshima, praticamente não teve atrativo nenhum.⁵³ Ao conceito de progresso também se agregaram críticas; na era da bomba atômica, a ideia de progresso parecia, para muitas pessoas, obscena: a salvação, de fato, não havia sido encontrada nas máquinas, pelo contrário. A inovação emergiu de forma gradual como uma substituição do termo para todos os fins, um tipo de progresso sem bondade. A inovação pode tornar o mundo um lugar melhor ou não; o argumento era o de que a inovação não estava preocupada com a bondade; preocupava-se com a novidade, a velocidade e o lucro.

“Disrupção” virou jargão nos anos 1990. Ser disruptivo é acabar com alguma coisa. O principal pregador da “inovação disruptiva” (uma reinvenção da “destruição criativa”) foi Clayton M. Christensen, professor da Faculdade de Administração de Harvard. Em 1997, Christensen publicou *O dilema da inovação*, uma bíblia dos negócios para empreendedores, no qual argumenta que as empresas que fazem apenas “inovações

sustentadas” (refinamentos cuidadosos, pequenos e graduais) são geralmente superadas por empresas que fazem “inovações disruptivas”: grandes mudanças que permitem produzir um produto mais barato e de pior qualidade para um mercado muito maior. A IBM fez inovações sustentadas em seus computadores *mainframe*, um produto grande e caro, vendido para grandes empresas; a Apple, vendendo um computador pessoal que as pessoas comuns podiam pagar, fez uma inovação disruptiva.⁵⁴

Depois do Onze de Setembro, a inovação disruptiva, uma teoria que se baseava em evidências empíricas fracas, tornou-se um evangelho, um sistema de crenças, uma maneira de lidar com a incerteza em uma era de mudanças rápidas, uma era de terror. O próprio terrorismo era uma espécie de inovação disruptiva, mais barata e mais rápida do que a guerra convencional. O evangelho da inovação disruptiva aplaudia a imprudência e a negligência. Mark Zuckerberg fundou o Facebook em 2004, quando não tinha nem 20 anos, em parte com financiamento de Thiel. “Se você não está quebrando as coisas, você não está indo rápido o suficiente”, disse ele, abraçando a temeridade da inovação disruptiva. “Não seja do mal” era o lema do Google, embora a maneira de evitar a maldade tenha sido deixada às forças do mercado. Empresas e indústrias inteiras que fracassaram foram feitas para fracassar; a inovação disruptiva se alinhou ao darwinismo social. Acima de tudo, o governo não deveria desempenhar nenhum papel na imposição de limites ao comportamento corporativo: essa havia sido a solução para a era industrial, mas agora vivíamos na era do conhecimento.⁵⁵

Uma das primeiras vítimas da inovação disruptiva, sob a perspectiva da democracia americana, foi o jornal impresso, que, desde antes da Revolução Americana, oferecia ao eleitorado informações sobre a política e o mundo, além de um senso de comunidade política. Benjamin Franklin havia escrito que “os impressores são educados segundo a crença de que, quando os homens têm opiniões diferentes, ambos os lados deveriam

igualmente ter a vantagem de serem ouvidos pelo público; e que, quando a verdade e o equívoco têm oportunidades iguais, a primeira sempre supera o segundo.”⁵⁶ Houve jornais muito bons e houve jornais muito ruins. Mas a República nunca conheceu uma época sem jornais, e de maneira nenhuma estava claro se a República poderia sobreviver sem eles, ou pelo menos sem a liberdade de imprensa na qual estavam baseados, o fundamento em que a sociedade civil se ergue. No entanto, nem tal história, nem tal liberdade — nem qualquer forma de julgamento editorial — serviram às decisões tomadas pelos inovadores disruptivos, que declararam o jornal morto.

A desregulamentação do setor de comunicações permitiu grandes fusões: a General Electric comprou a RCA e a NBC; A Time se fundiu com a Warner e depois com a AOL. Os jornais controlados por essas corporações gigantes tornaram-se menos responsáveis perante seus leitores do que com relação aos seus acionistas. (O *New York Times*, o *Washington Post* e a *National Public Radio* estavam entre algumas exceções.) As empresas ponto com, com seu rápido crescimento, haviam sido a principal fonte de receita da publicidade em jornais; quando houve o colapso das ponto com, elas reduziram ou acabaram com seus orçamentos de publicidade, e também se voltaram para a publicidade online. Os leitores descobriram que podiam receber suas notícias sem pagar por elas, dos agregadores de notícias que pegavam matérias dos jornais e as reproduziam. Os jornais começaram a demitir uma geração de experientes editores e repórteres, depois, departamentos inteiros, e, então, começaram a fechar as portas.⁵⁷

“A internet é a inovação mais democratizante que já vimos”, disse em 2004 o gerente de campanha de Howard Dean, candidato democrata à presidência, “mais até do que a imprensa”. Na época, muitos jornalistas concordaram. Tom Brokaw falou sobre a “democratização das notícias”, e jornalistas conservadores, em particular, comemoraram o fim do “poder das elites” para determinar o que é notícia e o que não é.⁵⁸

Comparadas aos jornais e às notícias de televisão, as informações disponíveis na internet eram incrivelmente maiores e mais emocionantes; também eram desequilibradas, não confiáveis, e, exceto em certos casos, não respeitavam os padrões de reportagem, edição e apuração. A internet não deixou a busca pelas notícias ser “livre”. Pelo contrário, quem procurava por elas sofria uma limitação brutal. A transmissão de informações foi acelerada, mas a seleção dessas informações — o seu mecanismo de busca — era controlada pelo maior monopólio não regulamentado da história dos negócios americanos. O Google foi lançado ao público em 2004. Em 2016, controlava quase 90% do mercado.⁵⁹

A internet transformou a esfera pública, borrando os limites entre o que os cientistas políticos haviam chamado por décadas de “elite política” e “público de massa”, mas sem democratizar a política. Em vez disso, a internet acelerou as mudanças políticas que já estavam acontecendo. Um modelo de cidadania que envolvia debate e deliberação tinha, havia muito tempo, cedido espaço a um modelo de cidadania que envolvia consumo e persuasão. Com a internet, este deu lugar a um modelo de cidadania impulsionado pelo hiperindividualismo de blogar, postar e tuitar, artefatos de uma nova cultura de narcisismo, e pela hiperagregação da análise de dados, ferramentas para um novo tipo de autoritarismo. Os dados coletados online permitiram que sites, mecanismos de busca e, eventualmente, empresas de mídia social, pudessem definir o perfil de seus “usuários”, e — agindo como empresas que vendem produtos e não como empresas de notícias preocupadas com o interesse público — oferecer a eles apenas as notícias e pontos de vista com os quais concordavam, para depois radicalizá-los. As pesquisas de opinião pública por telefone foram substituídas pela coleta e análise de dados. As redes sociais, começando pelo Facebook, andando rápido e quebrando as coisas, exacerbaram o isolamento político dos americanos comuns, ao mesmo tempo em que fortaleciam a polarização à esquerda e à direita,

automatizando a política identitária e, ao mesmo tempo, contribuindo para um tipo de engajamento político distante, vago e impotente.⁶⁰ Em um mundo sem fios, os acordes místicos da memória, os laços com as eternas verdades que mantinham a nação unida, desapareceram em uma invisibilidade etérea.

* * *

“**NOSSA GUERRA AO TERROR** começa com a Al Qaeda, mas não termina aí”, disse Bush quando se dirigiu ao Congresso e a uma nação abalada, em 20 de setembro de 2001. “Não terminará até que todos os grupos terroristas de alcance global sejam encontrados, detidos e derrotados.” Bush prometeu destruir não apenas os autores dos ataques de 11 de setembro, como também o próprio terrorismo. Este não foi apenas um discurso forte para aquele momento. Em 2006, o objetivo declarado da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos era “acabar com a tirania”. Assim como a guerra contra a pobreza, a guerra contra o crime e a guerra contra as drogas, uma guerra contra o terror não teria um fim possível.⁶¹

O terrorismo não respeitava fronteiras e não reconhecia leis. Lutar contra isso trazia o risco de incorrer na mesma coisa. Em 1980, Osama bin Laden, então com 23 anos, ingressou em um movimento de resistência contra a ocupação soviética no Afeganistão, fornecendo fundos e construindo uma rede de apoiadores. Em 1988, quando os guerrilheiros *mujahidin* triunfaram, e a União Soviética concordou em se retirar do Afeganistão, Bin Laden formou a Al Qaeda como base para futuras *jihads*, ou guerras santas. Bin Laden não era um clérigo e não falava, de forma alguma, em nome do Islã. Mas ele descrevia seu movimento em termos religiosos, como forma de mobilização política. Em um momento de declínio econômico, agitação política e sectarismo violento em todo o mundo árabe, ele pediu uma *jihad* contra os americanos, a quem descrevia como um povo materialista e sem Deus. Bin Laden dizia que os

americanos haviam profanado o mundo islâmico e minado a fé muçulmana, causando guerras entre muçulmanos na Europa, Ásia, África e Oriente Médio. “É triste dizer que vocês são a pior civilização já vista na história da humanidade”, escreveu ele em uma carta aos Estados Unidos. Em 1990, ele insistiu que a monarquia saudita apoiasse uma *jihad* para retomar o Kuwait depois da retirada de Saddam Hussein pelos americanos; em vez disso, os sauditas receberam as forças americanas na Arábia Saudita. Bin Laden denunciou a “ocupação” americana, e passou a recrutar e treinar forças para atos terroristas que incluíam atentados suicidas. A CIA formou uma unidade especial para trabalhar contra a Al Qaeda e Bin Laden em 1996, quando este declarou guerra aos Estados Unidos e encontrou refúgio entre os talibãs, fundamentalistas islâmicos radicais que haviam tomado o Afeganistão e o transformado em um Estado religioso. Em 1998, Bin Laden pediu uma *fatwa* — uma declaração religiosa oficial — contra todos os americanos, descrevendo o assassinato de americanos como o “dever individual de todo muçulmano capaz de fazer isso em qualquer país”, em nome de uma “Frente Islâmica Mundial”.⁶²

Após o Onze de Setembro, o governo Bush exigiu que o Talibã entregasse Bin Laden. O Talibã se recusou. Em 7 de outubro de 2001, os Estados Unidos começaram uma guerra no Afeganistão. O objetivo imediato da guerra, auxiliado pelos parceiros da coalizão, era derrotar a Al Qaeda; seu objetivo de longo prazo era substituir o Talibã por um governo pró-Occidente, eleito de forma democrática.⁶³ Aquela se tornou a guerra mais longa da história dos Estados Unidos.

O governo Bush viu a guerra ao terror como uma oportunidade para atacar regimes hostis em todo o mundo, alegando que eles abrigavam e financiavam terroristas. Entre 1998 e 2011, os gastos militares quase dobraram, chegando a mais de 700 bilhões de dólares por ano — em valores corrigidos, mais do que em qualquer momento desde que os Aliados lutaram contra o Eixo. Em seu discurso sobre o Estado da União de 2002, Bush

descreveu o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte como outro eixo. “Estados como estes, e seus aliados terroristas, formam um eixo do mal, armando-se para ameaçar a paz do mundo”, disse ele. “Ao buscar armas de destruição em massa, esses regimes representam um perigo grave e crescente. Eles podem fornecer essas armas para terroristas, oferecendo os meios para consumir seu ódio.” Apesar de toda sua retórica feroz, Bush se esforçou ao máximo para não acusar o Islã em si, evitando incitar ainda mais ódio. “Todos os americanos devem reconhecer que a face do terror não é a verdadeira face do Islã”, disse ele no final daquele ano. “O Islã é uma fé que traz conforto a um bilhão de pessoas em todo o mundo. É uma fé que uniu irmãos e irmãs de todas as raças. É uma fé baseada no amor, e não no ódio.”⁶⁴

O governo Bush logo abriu uma segunda frente na guerra ao terror. Em 2003, outra coalizão liderada pelos Estados Unidos invadiu o Iraque, com o objetivo de erradicar tanto Saddam Hussein quanto suas armas de destruição em massa. Os arquitetos desta guerra foram os neoconservadores que lamentaram o que viam como uma retirada prematura de “Bush pai” do Oriente Médio, por não ter ocupado o Iraque e derrubado Hussein depois de expulsá-lo do Kuwait. Com poucas exceções, democratas e republicanos apoiaram as guerras no Afeganistão e no Iraque, mas o apoio à guerra no Iraque foi, desde o início, mais limitado, e diminuiu ainda mais quando ficou claro que Hussein, na verdade, não possuía armas de destruição em massa. “Em 2003, os Estados Unidos invadiram um país que não nos ameaçou, não nos atacou, e não queria guerra conosco, para desarmá-lo de armamentos que descobrimos que não possuía”, escreveu Pat Buchanan, colocando a culpa da guerra no sequestro do movimento conservador pelos neoconservadores, cuja influência tanto lamentava. Ele reclamou: “Os neoconservadores capturaram as fundações, os *think tanks* e os jornais de opinião da direita, e foram autorizados a redefinir o conservadorismo”.⁶⁵

A guerra contra o terror era diferente de todas as guerras anteriores travadas pelos Estados Unidos. Ela foi liderada a partir de Washington por homens e mulheres que nunca haviam servido nas Forças Armadas, e foi combatida no Oriente Médio por um exército totalmente voluntário, cujos sacrifícios os civis americanos não compartilharam, nem conheceram, ou nem mesmo pensaram a respeito. Tanto no Afeganistão quanto no Iraque, os esforços dos Estados Unidos para a construção de regimes falharam. O Vietnã havia sido uma guerra ruim e distante, e seus sacrifícios haviam sido suportados de maneira desigual, mas haviam sido compartilhados — e houve protestos. Longe dos Estados Unidos, em partes do mundo que poucos americanos já haviam visitado, as guerras no Afeganistão e no Iraque foram travadas por uma pequena fatia da população americana; entre 2001 e 2011, menos de 0,5% dos americanos tomaram parte ativa no combate. Quase nenhum membro do Congresso tinha participado de alguma guerra, ou tinha parentes que participaram. “Deus ajude este país quando alguém que se sentar nesta cadeira não conhecer os militares tão bem quanto eu”, disse Eisenhower certa vez. George H.W. Bush foi o último presidente dos Estados Unidos a servir nas Forças Armadas do país, e a temer e a odiar a guerra por conhecê-la.⁶⁶ Seus sucessores não tinham esse conhecimento. Durante a Guerra do Vietnã, George W. Bush havia evitado o combate servindo na Guarda Aérea Nacional do Texas. Bill Clinton e Donald Trump haviam se esquivado da convocação. Obama atingiu a maioria depois que a guerra havia acabado. Nenhum desses homens teve filhos ou filhas que serviram nas Forças Armadas.⁶⁷



A Guerra do Iraque afundou os soldados dos Estados Unidos em campanhas de contrainsurgência. (Matt Cardy / Getty Images.)

A guerra contra o terror teve suas vozes dissidentes: entre elas estavam os que combateram. Um estudo de 2011 do centro de pesquisas Pew relatou que metade dos veteranos do Afeganistão e do Iraque achava que não valia a pena lutar a guerra no Afeganistão, quase 60% pensava que a guerra no Iraque não valia a pena, e um terço achava que nenhuma das duas valia o que custava.⁶⁸ Um dos mais severos críticos da guerra contra o terror foi Andrew J. Bacevich, um oficial de carreira do Exército pós-graduado em West Point, que, depois de lutar no Vietnã em 1970 e 1971, subiu ao posto de coronel e se tornou professor de História. O único filho de Bacevich foi morto no Iraque. Católico e conservador, Bacevich argumentou que, embora poucos americanos servissem nas Forças Armadas, eles e o governo americano “foram vítimas do militarismo, que se manifestava em uma visão romantizada dos soldados, uma tendência a ver o poder militar como a medida mais verdadeira da grandeza da nação, e nas expectativas exageradas em relação à eficácia do uso da força”. De alguma forma, escreveu

Bacevich, os americanos aceitaram que era o destino dos Estados Unidos travar uma guerra permanente, sem discordâncias: “Os cidadãos dos Estados Unidos essencialmente perderam qualquer capacidade de fazer perguntas básicas sobre os fundamentos da política de segurança nacional”.⁶⁹

De forma alguma pode-se dizer que as guerras no Afeganistão e no Iraque não foram questionadas, mas uma razão pela qual houve relativamente pouco debate a respeito teve a ver não apenas com o crescimento da lacuna entre as populações civis e militares, como também com as consequências da inovação disruptiva. Em muitas partes do país, o jornal diário, juntamente com seus editoriais abertos que traziam diferentes pontos de vista, desapareceu. Os eleitores se dividiram entre partidos, os partidos se dividiram por ideologia, e uma nova força política, a mídia conservadora, que rotulava e ridicularizava a “grande mídia” como sendo parcial, abandonou a prática do debate desapaixonado. Estudos aprofundados sobre jornais até aquele momento não conseguiam confirmar o viés partidário das publicações. No entanto, o *establishment* conservador insistia que esse viés existia, afastou seu público para longe dos meios de comunicação não conservadores, e isolou a audiência da possibilidade de persuasão por meios não conservadores, insistindo que qualquer coisa, exceto a mídia conservadora, era a “mídia liberal”.⁷⁰ Essa crítica se aplicava não apenas às notícias, mas a todo tipo de conhecimento. “A ciência foi corrompida”, disse Rush Limbaugh no rádio em 2009. “Sabemos que a mídia está corrompida há muito tempo. A academia foi corrompida. Nada do que eles fazem é real. É tudo mentira!”⁷¹

Limbaugh, que atingiu a maioria durante a Guerra do Vietnã, mas não serviu nas Forças Armadas (aparentemente devido a um cisto), foi intenso apoiador da guerra contra o terror.⁷² Roger Ailes, que, como Limbaugh, não participou do combate no Vietnã, nem serviu ao Exército (ele sofria de hemofilia), era grande apoiador das ações militares dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque. E sua rede, a Fox News,

mais do que fazer a cobertura das guerras, as promovia. Depois do Onze de Setembro, quando os âncoras e repórteres da Fox News começaram a usar broches com a bandeira do país, alguns jornalistas, incluindo Morley Safer, da CBS, condenaram a prática. Ailes ignorou: “Eu sou um pouco sensível quando o assunto é matar bebês, mas quando se trata de usar broches com a bandeira, sou a favor da escolha de cada um”. Quando os Estados Unidos invadiram o Iraque, a Fox News passou a utilizar um letreiro na suas transmissões: “A Guerra ao Terror”. John Moody, vice-presidente de notícias da Fox, distribuía memorandos toda manhã com diretrizes para a cobertura do dia. Em 3 de junho de 2003, ele escreveu: “O presidente está fazendo algo que poucos de seus antecessores ousaram fazer: apresentar a proposta americana para a paz no Oriente Médio a uma cúpula árabe. Bush está enfrentando uma turma especialmente cética. Sua coragem política e astúcia tática são dignas de nota em nossas reportagens ao longo do dia.” Em 23 de março de 2004, após as primeiras notícias de que a comissão do Onze de Setembro estava investigando o nível de negligência do governo Bush antes dos ataques, Moody escreveu: “Não transformem isso em outro Watergate. Lembrem-se do breve sentimento de unidade nacional que surgiu dessa tragédia. Não vamos profanar isso.” As diretrizes editoriais de Moody incluíam a proibição de certas palavras. Em 28 de abril de 2004, ele escreveu: “Vamos nos referir aos fuzileiros navais dos Estados Unidos que vemos em primeiro plano como ‘atiradores de elite’, e não ‘franco-atiradores’, que tem uma conotação negativa.” Depois que os memorandos vazaram, Walter Cronkite comentou: “Nunca ouvi falar de nenhuma outra rede nem de nenhuma outra organização de notícias legítima que tenha feito isso, seja nos jornais ou nas transmissões.”⁷³

O *establishment* da mídia conservadora transmitia a partir de um *bunker* blindado contra dissidentes. Aqueles que ouviam Rush Limbaugh, e que havia apenas alguns anos também recebiam notícias de seus jornais locais e das redes de televisão,

agora eram muito mais propensos a assistir apenas a Fox News, e, se lessem um jornal, seria apenas o *Wall Street Journal*, que, como a Fox, era de propriedade de Rupert Murdoch em 2007. Os sites conservadores para os quais os mecanismos de pesquisa direcionavam os ouvintes de Limbaugh, os telespectadores da Fox News, e os leitores do *Wall Street Journal* apenas reforçavam essa visão. “É uma ótima maneira de ter a faca e o queijo na mão”, escreveu Matt Labash no *Weekly Standard* em 2003. “Critique os outros por não serem objetivos. E seja tão subjetivo quanto você quiser. É uma ótima artimanha. Fico feliz por termos descoberto isso, na verdade.”⁷⁴

Outras administrações, é claro, também mentiram, como os *Pentagon Papers* demonstraram de forma abundante. Mas ao buscar a mudança de regime no Oriente Médio o governo Bush ignorou o conselho de especialistas e adotou a visão radicalmente pós-moderna de que todo conhecimento é relativo, como se fosse questão de diferentes pontos de vista políticos, sem ligação com uma verdade objetiva. Essa visão caracterizou não apenas a decisão de ir à guerra no Iraque, como também o argumento da campanha contra a recontagem dos votos em 2000, e a saída feita por Bush do Protocolo de Kyoto, um acordo de mudança climática, em 2001.⁷⁵ Em 2002, um conselheiro sênior de Bush disse a um repórter do *New York Times* que os jornalistas “acreditam que soluções partem do estudo criterioso da realidade percebida”, mas que “essa não é mais a forma como o mundo funciona. Agora somos um império, e, quando agimos, criamos nossa própria realidade”.⁷⁶ A cultura e a estrutura da internet tornaram possível que os cidadãos também vivessem em suas próprias realidades.

Jornalistas indignados com a situação começaram a fundar sites de verificação de fatos políticos, como o *PolitFact*, que classificava as declarações dos políticos com um “termômetro de verdades”. “Eu não sou fã de dicionários ou livros de referência: eles são elitistas”, disse o comediante Stephen Colbert em 2005, quando usou o termo “veracidade” para criticar George W. Bush.

“Não confio em livros. Eles são cheios de fatos, sem nenhum sentimento. E é exatamente isso que está dividindo nosso país hoje.”⁷⁷ Mas os liberais acabariam respondendo à mídia conservadora imitando-a — dois esquilos, correndo um atrás do outro em uma árvore.

* * *

O QUE ELE SABIA e quando ele soube? era o principal questionamento da investigação do caso Watergate. *O que se pode saber, e o que é conhecimento, afinal de contas?* tornou-se a pergunta da era Bush.

A posição dos Estados Unidos como líder de uma ordem mundial liberal baseada no Estado de Direito entrou em um período de crise quando, mantendo sua guerra ao terror, o país desafiou seus princípios fundadores e desrespeitou as Convenções de Genebra, o direito internacional, e os direitos humanos, com a tortura e prisão sem julgamento de suspeitos de terrorismo.

Em 26 de outubro de 2001, Bush assinou a Lei Patriótica, concedendo ao governo federal novos poderes para conduzir a vigilância e coletar informações para prevenir e investigar atos terroristas. A lei passou pelas duas casas do Congresso menos de dois meses após os ataques do Onze de Setembro, em um clima de frenesi no qual os legisladores que ousassem discordar eram rotulados de antipatrióticos. Fora do Capitólio, a União Americana pelas Liberdades Civas e a Fundação Fronteira Eletrônica estavam entre as tantas vozes que se opunham à lei, citando violações das liberdades civis, especialmente conforme estabelecido pela Quarta Emenda, e dos direitos civis, especialmente a doutrina do devido processo legal, prevista pela Décima Quarta Emenda. John Ashcroft, procurador-geral de Bush, defendeu a Lei Patriótica, citando a guerra às drogas como um precedente para a guerra ao terror. “A maioria dos americanos espera que as ferramentas de aplicação da lei

usadas durante décadas no combate ao crime organizado e às drogas sejam usadas para proteger vidas e liberdades da ação dos terroristas”, afirmou Ashcroft.⁷⁸

Em novembro de 2001, Bush assinou uma ordem militar relativa à “Detenção, tratamento e julgamento de certos não cidadãos na guerra contra o terrorismo”. Suspeitos de terrorismo que não eram cidadãos dos Estados Unidos deveriam ser “detidos em local apropriado definido pelo secretário de Defesa”. Se levados a julgamento, os prisioneiros deveriam ser julgados e condenados por comissões militares. As regras tradicionais do direito militar não se aplicariam. Nem as leis da guerra, nem as leis dos Estados Unidos.⁷⁹

A conduta de guerra sempre será um desafio para uma nação fundada no compromisso com a justiça. Ela vai evocar a história da nação, suas lutas anteriores, seus triunfos e fracassos. Durante a guerra ao terror, havia nuances da Lei de Sedição e da Lei do Estrangeiro, aprovadas em 1798 durante a quase guerra com a França, da Lei de Espionagem da Primeira Guerra Mundial, e da ordem de internação dos japoneses feita por Franklin Roosevelt durante a Segunda Guerra Mundial. Mas em novembro de 2001, com a ordem militar de Bush, a guerra ao terror se tornou, por si só, uma espécie de outro avião jogado contra o edifício do direito americano, comprometendo seus fundamentos, e suas estruturas antigas e medievais, baseadas em ideias como o julgamento por um júri e a batalha pela verdade.

“Você só pode estar brincando”, disse Ashcroft ao ler um rascunho da ordem. Ele esperava que o processo das pessoas envolvidas no planejamento dos ataques de 11 de setembro fosse tratado criminalmente por seu departamento — como havia sido feito com sucesso em casos anteriores de terrorismo, seguindo devido processo legal. A assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, e o secretário de Estado, Colin Powell, só souberam que Bush assinara a ordem quando viram pela televisão. Na versão final, o Departamento de Justiça foi

totalmente excluído da função de acusação: suspeitos de terrorismo deveriam ser presos sem acusação formal, não teriam conhecimento das evidências contra eles, e, se julgados, seriam condenados por tribunais a penas sem regras estabelecidas. A ordem considerou como impraticáveis “os princípios da lei e as regras de evidências geralmente reconhecidas nos julgamentos de casos criminais em tribunais distritais dos Estados Unidos”. Os meios pelos quais a verdade deveria ser firmada, e a justiça, garantida, tradições estabelecidas e refinadas ao longo de séculos, foram consideradas inconvenientes. “Algumas pessoas podem dizer, ‘bem, isso está muito longe da jurisprudência tradicional nos Estados Unidos’”, disse o vice-presidente Cheney, mas “acreditamos que isso garante que esses indivíduos terão o tipo de tratamento que achamos que eles merecem”.⁸⁰

O procedimento do governo Bush nas guerras no Afeganistão e no Iraque, nos tribunais militares e em relação à Lei Patriótica tomava como base uma teoria abrangente acerca do poder presidencial. O partido no controle da Casa Branca tende a gostar do poder presidencial, e muda de ideia quando perde a presidência. De Woodrow Wilson a Franklin Roosevelt e Lyndon Johnson, os democratas gostavam do poder presidencial, e tentaram ampliá-lo, enquanto os republicanos tentavam limitá-lo. Começando com a presidência de Richard Nixon, democratas e republicanos inverteram posições, com os republicanos estendendo o poder presidencial com Nixon e Reagan. Mas o esforço conservador para expandir os poderes da Presidência atingiu seu auge no governo George W. Bush, com poderes sendo tomados enquanto o país se recuperava de um ataque sem precedentes.⁸¹

A partir do outono de 2001, as Forças Armadas dos Estados Unidos começaram a lançar panfletos sobre o Afeganistão, oferecendo recompensas entre 5 e 25 mil dólares por nomes de homens ligados à Al Qaeda e ao Talibã. “Isso é dinheiro o suficiente para cuidar de sua família, sua vila e sua tribo pelo resto da vida”, dizia um dos panfletos. (Na época, a renda média

anual no Afeganistão era inferior a 300 dólares.) Os folhetos caíam, segundo o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, “como flocos de neve de dezembro em Chicago”. (Ao contrário de muitos no círculo interno de Bush, Rumsfeld era um veterano; ele atuara como piloto da Marinha na década de 1950.)⁸² Conforme centenas de homens eram apreendidos no exterior, o governo Bush precisou pensar sobre onde colocá-los. A tomada da penitenciária federal de Leavenworth, no Kansas, e a reabertura de Alcatraz, fechada desde 1963, foram ideias consideradas, mas rejeitadas, porque, no Kansas ou na Califórnia, suspeitos de terrorismo poderiam apelar para os tribunais americanos, e estariam sujeitos às leis estaduais e federais. Diego Garcia, uma ilha no Oceano Índico, foi rejeitada por ser um território britânico, e, portanto, sujeito à lei britânica. No final, o governo escolheu Guantánamo, uma base naval dos Estados Unidos no extremo sudeste de Cuba. Não sendo parte dos Estados Unidos ou de Cuba, Guantánamo era uma das últimas terras sem lei do mundo conhecido. O advogado do governo Bush, John Yoo, chamou o lugar de um “equivalente legal do espaço sideral”.⁸³

Em 9 de janeiro de 2002, Yoo e um colega apresentaram ao Departamento de Defesa o primeiro dos documentos que ficariam conhecidos como “memorandos de tortura”, nos quais concluíram que os tratados internacionais, incluindo as Convenções de Genebra, “não se aplicam à milícia Talibã”, porque, embora o Afeganistão fizesse parte das Convenções de Genebra desde 1956, era um “Estado falido”, como são conhecidos os Estados cujo governo não mantém controle sobre seu território. Os tratados internacionais, segundo o memorando, “não protegem os membros da organização Al Qaeda, que, como ator não estatal, não pode fazer parte dos acordos internacionais que regem a guerra”. Dois dias depois, os vinte primeiros prisioneiros, algemados, encapuzados e com os olhos vendados, chegaram a Guantánamo. Logo, mais campos foram construídos para abrigar mais prisioneiros, que chegaram ao número de 779, vindos de 48 países. Eles não eram chamados de criminosos,

porque criminosos precisariam ser acusados por um crime; eles não eram chamados de prisioneiros, porque prisioneiros de guerra têm direitos. Eles eram “combatentes ilegais” que estavam sendo “detidos” no que Alberto Gonzales, advogado da Casa Branca, chamou de “um novo tipo de guerra”, embora ela fosse tão antiga quanto a própria prática de tortura.⁸⁴

Como resposta ao terrorismo, que é o abandono das leis da guerra, a Casa Branca fez uso da tortura, que é o abandono do Estado de Direito. Além do peso da história, dos séculos de filosofia política e direito internacional, e, principalmente, de sua ineficácia como forma de obter evidências, outro obstáculo à tortura permanecia: a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, um tratado assinado pelos Estados Unidos em 1988. Em agosto de 2002, essa objeção foi enviada por meio de um memorando de cinquenta páginas para Gonzales, que tentou estabelecer uma diferença entre atos “cruéis, desumanos ou degradantes” e atos que constituem tortura. “Dor intensa”, por exemplo, ficou definida como dor capaz de causar “morte, falência de órgãos ou dano permanente, resultando na perda de funções corporais significativas”. (“Se o detento morre, você está fazendo errado”, orientou o chefe do conselho do centro de contraterrorismo da CIA, de acordo com as minutas de reuniões divulgadas mais tarde pelo Comitê de Serviços Armados do Senado.) Os métodos descritos nos memorandos de tortura incluíam desnudamento, uso de algemas, exposição à luz e temperaturas extremas, humilhação sexual, ameaças a membros da família, quase afogamento, e uso de cães. Muitas dessas formas de tortura, incluindo a privação do sono e subalimentação dos prisioneiros, vieram de um estudo da Força Aérea dos Estados Unidos de 1957, chamado “Communist Attempts to Elicit False Confessions from Air Force Prisoners of War” [Tentativas comunistas de extrair falsas confissões de prisioneiros de guerra da Força Aérea], uma investigação de métodos usados pelos comunistas chineses que torturaram prisioneiros americanos durante a Guerra da Coreia.

Os principais assessores de segurança, incluindo Colin Powell, se opuseram ao que a Casa Branca chamou de “técnicas avançadas de interrogatório”. Outros, incluindo Ashcroft, pediram discricção. Durante uma reunião, ele teria perguntado “Por que estamos falando sobre isso na Casa Branca?”, e alertou: “A história não será gentil ao julgar isso”. Mas a posição do secretário de Defesa prevaleceu. Em uma lista de técnicas de interrogatório aprovadas para uso militar dos Estados Unidos, Rumsfeld escreveu: “Fico em pé de 8 a 10 horas por dia. Por que limitar a 4 horas? D.R.”.⁸⁵

A tortura não se limitou a Guantánamo. No Iraque, as forças americanas fizeram uso de tortura em Abu Ghraib, e, no Afeganistão, em uma prisão da CIA em Cabul e na Base Aérea de Bagram, onde, em 2002, dois homens morreram acorrentados no teto de suas celas. No mundo acadêmico do Direito e entre as organizações de liberdades civis, era mantida a oposição às disposições da Lei Patriótica e ao tratamento de suspeitos de terrorismo. Durante a candidatura de Barack Obama ao Senado, em 2003, ele chamou a Lei Patriótica de “um bom exemplo de princípios fundamentais sendo violados”, e se opôs à falta do uso do devido processo legal na prisão e nos julgamentos de suspeitos de terrorismo. Amostras do que estava acontecendo só chegaram ao público americano em 2004, depois que a *The New Yorker* e o *60 Minutes* relataram abusos em Abu Ghraib, e a União Americana das Liberdades Civis publicou os memorandos de tortura. Em junho de 2006, no caso *Hamdan contra Rumsfeld*, a Suprema Corte decidiu que, sem autorização do Congresso, o presidente não tinha o poder de estabelecer as comissões militares. Seis meses depois, o Congresso autorizou as comissões, mas, em 2008, o tribunal considerou esse ato também inconstitucional.⁸⁶ Ainda assim, algo crucial abalou as instituições fundamentais nas quais a nação fora fundada.

A decisão da Suprema Corte não consertou a República, nem curou suas divisões. Durante os dois mandatos de Bush, a desigualdade de renda aumentou e a polarização piorou, como

ocorreu nos anos Clinton e Reagan, e como aconteceria nos mandatos de Obama e Trump. Um corte de impostos na era Bush direcionou 45% de sua arrecadação para o 1% da população de maior renda, e apenas 13% para os 60% mais pobres. Em 2004 e novamente em 2008, a porcentagem de eleitores que fizeram coisas como colocar cartazes de campanha no jardim em frente à casa, ou colar adesivos nos carros, foi maior do que em qualquer época desde que isso começou a ser medido, em 1952. Os membros do Congresso não mais lamentavam o hiperpartidarismo; pelo contrário, o celebravam. O líder da maioria republicana na Câmara, Tom DeLay, insistiu em seu discurso de despedida de 2006 que “as reclamações comuns sobre o recente aumento do partidarismo político não passam, na verdade, de uma queixa velada contra a ascensão do conservadorismo político”.⁸⁷

DeLay havia sido indiciado por lavagem de dinheiro, e também estava vinculado a todos os tipos de problemas políticos em relação ao governo russo e a lobistas. Pessoas do mundo da política, como DeLay, tinham interesse financeiro em aumentar o partidarismo: quanto mais acirrado o país, mais dinheiro eles poderiam arrecadar para a reeleição, e mais dinheiro eles podiam ganhar depois de deixar o cargo. Antes dos anos 1990, “eleições de mudança”, quando um novo partido assumia o Congresso, a Casa Branca, ou ambos, significava que os políticos que perderam os cargos deixariam a cidade, junto com seus funcionários. Isso parou de acontecer. Em vez disso, os políticos começaram a permanecer em Washington, e se tornaram comentaristas, consultores políticos, consultores de gestão e, mais provavelmente, lobistas, ou — para aqueles com menos escrúpulos — todos os itens anteriores. Eles ganhavam enormes quantias de dinheiro, recebendo honorários de palestrante, ou vendendo suas memórias, ou vendendo suas conexões, ou aparecendo na televisão: as emissoras a cabo, obrigadas a preencher 24 horas de tempo no ar, precisavam de gente falando a qualquer hora do dia, e, quanto mais raivosos e antagônicos os

debates, melhor a audiência. “Os iniciados sempre estiveram aqui”, observou Mark Leibovich, do *New York Times*, em 2013, referindo-se às pessoas que eram parte do círculo do poder. “Mas agora parecem um enxame de abelhas: maiores, mais brilhantes, online, e trabalhando muito mais.”

A presidência de Bush terminou com um colapso econômico global, a explosão de uma bomba-relógio que começou a ser acionada durante o governo Reagan. O governo Clinton não conseguiu desarmar essa bomba; em vez disso, contribuiu para a desregulamentação do setor de serviços financeiros, revogando partes da Lei Glass-Steagall do New Deal. Como todos os colapsos financeiros no longo curso da história americana, começando com o pânico de 1792, este pareceu acontecer de repente, mas, em retrospecto, parece ter sido inevitável.⁸⁸

O primeiro escalão de Wall Street cambaleia. A maior parte do sofrimento acontece nos escalões mais baixos. Os primeiros a cair foram os gigantes de serviços financeiros Bear Stearns, Lehman Brothers e Merrill Lynch, que estavam descontroladamente envolvidos com hipotecas de alto risco. O índice Dow Jones da Média Industrial, que chegou aos 14.164 pontos em outubro de 2007, caiu para 8.776 ao final de 2008. O desemprego aumentou quase 5 pontos percentuais. Os valores das casas caíram 20%. Nos últimos anos do governo Bush, quase 900 mil propriedades foram retomadas. Milhões de americanos perderam suas casas.⁸⁹

Nos jardins, antes enfeitados com cartazes de campanha, “Bush/Cheney ‘04” ou “Kerry/Edwards: uma América mais forte”, as placas de “Imóvel em Execução Judicial” e “À Venda” balançavam em frente às portas cobertas com madeira compensada. Aqui e ali, fitas amarelas tremulavam nas árvores, em memória aos soldados. Aqui e ali, bandeiras fincadas e placas pintadas de vermelho, branco e azul: “Tragam nossas tropas para casa”. Ainda assim, nas distantes e problemáticas terras do Afeganistão e do Iraque, as guerras se arrastavam,

vistas de vez em quando nas telas portáteis e piscantes dos americanos, em rápidas imagens de ruínas e escombros.

II.

BARACK OÇBAMA TINHA um rosto afinado, orelhas grandes e pele cor de cobre, e às vezes falava como um pregador, às vezes falava como um professor, mas sempre falava com uma equanimidade estudada e um autocontrole determinado. “Nós, o povo, permanecemos fiéis aos ideais de nossos antepassados, e fiéis aos nossos documentos fundadores”, disse ele em seu discurso de posse em 2009, falando à maior multidão já registrada na capital do país, mais de 1,5 milhão de pessoas, numa terça-feira terrivelmente fria de janeiro. O dia da esperança e da mudança foi um dia ideal para usar chapéus e luvas.

Seu tom de voz subia e descia em uma cadência que lembrava Martin Luther King Jr., e soava firme, com uma determinação que lembrava Franklin Delano Roosevelt. As pessoas dirigiram por horas, por dezenas de horas, para ver seu juramento de posse. “Eu sinto como se você tivesse a oportunidade de estar lá para o discurso de Gettysburg, ou quando Hank Aaron acertou seu *home run* histórico, você não aceitaria?”, disse Dennis Madsen, um urbanista de 39 anos de Atlanta, à CNN. Bethany Dockery, com 8 anos de idade, de Memphis, usava um chapéu e um casaco rosa, e pulava para cima e para baixo quando Obama prestava seu juramento. “Faz a gente se sentir bem”, disse a mãe, chorando, “porque temos uma chance”.⁹⁰

Chegou a hora, disse Obama, “de escolher nossa melhor história”.⁹¹ Para Obama, essa melhor história era a longa luta contra a adversidade e a desigualdade, o trabalho que gerações de americanos fizeram por prosperidade e justiça. Sua posse marcou uma virada na história americana, mas logo depois dessa guinada viria uma curva fechada.

Ele queria ser escritor. Ele escreveu seu primeiro livro, *A origem dos meus sonhos*, quando tinha 33 anos, muito antes de concorrer ao cargo. “Sua vida é um livro aberto”, disse a esposa Michelle, mais tarde. “Ele a escreveu, e você pode ler.” Ele estava acostumado a lidar com as questões de raça e de herança desde pequeno. “Até certo ponto”, disse a um repórter, “sou um suplente simbólico de muitas das mudanças que foram feitas”.⁹² Mas ele também transformou a si mesmo nesse suplente ao escrever sobre isso.

O avô materno de Obama, Stanley Dunham, nascido em Wichita, Kansas, em 1918, recebeu o nome do explorador Henry Morton Stanley, autor de livros como *Através do Continente Negro*, publicado na época em que o avô paterno de Obama, Hussein Obama, nascia em Kanyadhiang, Quênia. Durante a Segunda Guerra Mundial, Hussein Obama trabalhou como cozinheiro do Exército Britânico na Birmânia, e Stanley Dunham se alistou no Exército dos Estados Unidos e foi para a Europa, enquanto, em Wichita, sua esposa Madelyn ajudava na construção de aviões B-29 pela Boeing. O pai de Obama, Barack Hussein Obama, nasceu em 1936; sua mãe, Stanley Ann Dunham, em 1942. Em 26 de setembro de 1960, no dia em que Richard M. Nixon debateu com John F. Kennedy, Stanley Ann Dunham, então com 17 anos, conheceu Barack Hussein Obama, de 23 anos, em uma aula de russo básico na Universidade do Havaí. No dia da eleição, ela estava grávida. Eles se casaram no tribunal do condado de Wailuku em 2 de fevereiro de 1961, 2 semanas após a posse de Kennedy. Em 21 estados, esse casamento teria sido ilegal, uma violação das leis de miscigenação que não foram revogadas pela Suprema Corte até 1967, no caso *Loving contra Virgínia*. Nenhuma das duas famílias aprovou o casamento. Conforme registrado em sua certidão de nascimento, Barack Hussein Obama II nasceu no Kapi'olani Maternity and Gynecological Hospital, em Honolulu, no dia 4 de agosto de 1961, às 7:24.⁹³



A posse de Barack Obama em 2009 atraiu a maior multidão já reunida no Passeio Nacional, em Washington. (Robyn Beck / AFP / Getty Images.)

Quando menino, morando com os avós no Havaí — seus pais se divorciaram —, o jovem Barack Obama tornou-se um leitor. Ele mergulhou em James Baldwin e W. E. B. Du Bois. “À noite eu fechava a porta do meu quarto”, escreveu ele mais tarde, e “lá eu sentava e lutava com as palavras, engajado em discussões repentinas e desesperadas, tentando reconciliar o mundo que encontrei com as circunstâncias de meu nascimento.” Depois de se formar em Columbia, ele trabalhou como organizador da comunidade no lado sul de Chicago, fincando raízes em uma cidade que havia acabado de eleger seu primeiro prefeito negro. Ele ingressou em uma igreja batista negra e começou a namorar uma ambiciosa advogada chamada Michelle Robinson, descendente de homens e mulheres que haviam sido escravizados. Na Escola de Direito de Harvard, ele trabalhou como assistente de pesquisa da Laurence Tribe, que procurava um meio-termo entre o que pareciam ser argumentos totalmente divergentes; esta também se tornaria a marca característica de Obama: reconciliar diferenças aparentemente irreconciliáveis.⁹⁴

Desde Woodrow Wilson, os americanos não elegiam um acadêmico como presidente. Na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago, Obama ministrou um seminário sobre raça e direito que era nada mais do que a própria história dos Estados Unidos, de Andrew Jackson e a remoção dos nativos até o período da Reconstrução e das leis de Jim Crow, dos direitos civis a Ronald Reagan e às ações afirmativas. Depois, durante a campanha, quando o currículo do curso foi publicado online, acadêmicos de direito constitucional tanto da direita quanto da esquerda aplaudiram sua imparcialidade. Obama, como professor, cultivou os valores do debate engajado e de cabeça aberta: os alunos seriam avaliados por sua capacidade de “extrair todo o espectro de pontos de vista”, por mostrarem “um exame completo da diversidade de opiniões”, e por deixarem claro que “suaram para tentar resolver o problema em toda a sua maravilhosa complexidade”.⁹⁵ Mas não era certo que aquilo que havia funcionado em uma sala de seminário em uma faculdade de direito funcionaria em Washington.

Em 1996, o professor concorreu a um assento no Senado estadual e ofereceu essa ponte que ligava os dois lados da divisão americana: a direita havia “sequestrado o mais elevado nível moral com o discurso de valores familiares e responsabilidade moral”, e a esquerda havia cedido este terreno e precisava recuperá-lo, porque um discurso de responsabilidade moral era necessidade de toda a nação, unida. “Temos que usar esse mesmo discurso — esses mesmos valores que são incentivados em nossas famílias — de cuidarmos uns dos outros, de compartilhar, de nos sacrificarmos uns pelos outros, e aplicá-los à sociedade maior”, afirmou.⁹⁶

Obama articulou o idioma da fundação do país com o idioma de suas tradições religiosas. Eleito para o Senado dos Estados Unidos, onde era o único membro negro, ele foi escolhido para fazer o discurso na Convenção Nacional Democrata de 2004. Ele escreveu um discurso que se baseava tanto na Bíblia — “Eu sou o guardião do meu irmão” —, como na Declaração de

Independência: “Consideramos essas verdades autoevidentes”; e ele recitou ambos como orações. (Como William Jennings Bryan antes dele, Obama trabalhou com um treinador de discursos shakespeariano.) Como pregador e como advogado de tribunal, ele eletrizou a multidão. “Há aqueles que estão se preparando para nos dividir, os marqueteiros, os que só fazem propaganda negativa, que adotam a política do vale-tudo”, disse ele. “Bem, eu digo a eles nesta noite: não há uma América liberal e uma América conservadora; o que existe são os Estados Unidos da América.”⁹⁷

A Obama-mania começou naquela noite. Ele era jovem, bonito e glamouroso; sua retórica fez sucesso. Repórteres, especialmente, ficavam de queixo caído. Antes mesmo de ocupar seu lugar no Senado, Obama foi questionado se pretendia concorrer à presidência, pergunta da qual desviou. Ele não gostou do seu período no Senado. Se depois do final de seu mandato ele ficasse em Washington, “Atire em mim”, disse a um amigo.⁹⁸ Ele achava o partidarismo sempre sedento por sangue algo enlouquecedor. Os liberais eram tolos se achavam que poderiam derrotar os conservadores tratando-os como inimigos. O povo americano, ele insistiu, “não acha que George Bush é covarde ou preconceituoso”. Em vez disso, continuou: “estão zangados porque exageraram na história para invadir o Iraque, preocupados com o fato de termos afastado, sem necessidade, atuais e potenciais aliados em todo o mundo, e estão envergonhados por fatos como os de Abu Ghraib, que violam nossos ideais de país”.⁹⁹

Obama concorreu à nomeação democrata em 2008 com um *slogan* adaptado da campanha de 1972 de Cesar Chavez e Dolores Huerta para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, “Sí, se puede”: “Yes, we can”, “Sim, podemos”. Seu currículo para o cargo era pequeno. Ele concorreu com base em seu talento, seu caráter e sua história. Algumas pessoas diziam que ele era negro demais, outras diziam que ele não era negro o suficiente. Em uma disputa acirrada e muito apertada nas primárias contra

Hillary Clinton, então com 60 anos, ele se beneficiou por ter sido contra a Guerra do Iraque, que Clinton, então no Senado, votou por autorizar. E embora Clinton tenha começado com um grande apoio dos eleitores e líderes negros, esse apoio foi desperdiçado por seu marido. Ameaçado pela postura e charme de Obama — uma versão mais descolada, mais negra e mais respeitável de si mesmo —, Bill Clinton afastou os eleitores negros acusando Obama e seus partidários de desonestidade: “Acho que eles usaram a questão racial contra mim”, reclamou o ex-presidente.¹⁰⁰

Em uma era de extremos, Obama projetava razoabilidade e equanimidade na política, e era franco a respeito da religião. Sua fé, disse ele, “admite dúvida, incerteza e mistério”. Sua crença nos Estados Unidos — “uma fé em sonhos simples, uma insistência em pequenos milagres” — não admitia dúvida.¹⁰¹ Em tempos de guerra e de declínio econômico, ele mostrava o otimismo de Reagan, e parecia manter os compromissos políticos de Franklin Roosevelt.

A candidatura de Obama agitou um eleitorado apático. Também mudou a natureza de como fazer campanhas. A participação dos eleitores em 2008 foi a mais alta desde 1968. Contra o tão admirado senador republicano do Arizona, John McCain, que havia sido prisioneiro de guerra no Vietnã, Obama venceu por mais de nove milhões de votos. Ele também derrotou McCain nas mídias sociais. McCain, de 72 anos, um homem de sua geração, ainda não havia compreendido o poder das novas formas de comunicação política. A campanha de Obama tinha 4 vezes mais seguidores do que a de McCain no Facebook, a grande mídia social, e surpreendentes 23 vezes mais seguidores no Twitter. Sua equipe digital registrou os eleitores em um site chamado “Vote por Mudança”. Seus apoiadores, que enviavam a mensagem de texto “ESPERANÇA” para participar da lista, receberam três mensagens somente no dia das eleições. Quando ele venceu, mais de um milhão de americanos

receberam uma mensagem que dizia “Tudo isso aconteceu por sua causa. Obrigado, Barack.”¹⁰²

Obama prometeu esperança e mudança. E parecia, a princípio, preparado para entregar os dois. Ele assumiu o cargo com maioria na Câmara e no Senado e o vento da história nas costas. Mas se provou um vento instável.

Para lidar com o colapso financeiro global que atingiu os mercados nos últimos meses do governo Bush, ele pediu ao Congresso que aprovasse um programa de estímulo de 800 bilhões de dólares, que repórteres apelidaram de *Novo New Deal*. A *Economist* anunciou a nova “Roosevelt-mania”. Mas Obama não era Franklin Roosevelt. Seu governo não processou as pessoas cujas irregularidades levaram ao desastre financeiro. Seu programa econômico resgatou os bancos, mas não resgatou as pessoas que perderam suas economias. Durante o primeiro ano do governo Obama, enquanto americanos comuns perdiam seus empregos, suas casas e seu dinheiro da aposentadoria, os executivos das 38 maiores empresas de Wall Street ganharam 140 bilhões de dólares, e os 25 principais gestores de fundos de investimento do país ganharam uma média de 464 milhões de dólares.¹⁰³

A maior iniciativa de Obama foi a Lei de Proteção e Cuidado ao Paciente, aprovada no Senado no final de 2009 e na Câmara no início de 2010, em uma votação partidária e apertada, de 219 votos a 212. Fazia um século desde que os Progressistas Americanos haviam proposto um sistema de saúde nacional pela primeira vez. A própria proposta de Hillary Clinton foi um grande fracasso em 1994. (Obama, inspirado em uma biografia de Lincoln, que colocou rivais políticos em seu gabinete, nomeou Clinton como sua secretária de Estado.) Mas a vitória foi limitada pela fúria da campanha pela revogação da lei, uma campanha iniciada antes mesmo de sua aprovação.

Um dia antes da posse de Obama, a Fox News lançou um novo programa, que tinha como apresentador uma celebridade de programas de entrevistas no rádio chamado Glenn Beck. Beck

comparou Obama a Mussolini. Ele transformou o estúdio de televisão em uma antiga sala de aula, com giz, quadro-negro e carteiras de carvalho, e ensinou os espectadores sobre a história americana, mostrando como tudo o que Obama representava era uma traição aos pais fundadores. Mesmo diferente das estratégias usadas por Alex Jones e pelos *truthers*, a campanha de Beck atraía a mesma animosidade e explorava a mesma história de ódio racial. Em março, Beck lançou um movimento chamado Doze de Setembro, cujo objetivo era restaurar a unidade que os americanos supostamente haviam sentido no dia seguinte aos ataques às Torres Gêmeas. Os opositores do plano econômico de Obama e da reforma da saúde pediam um novo *Tea Party* — uma referência aos protestos contra a Lei do Chá, de 1773 — para resistir à tirania do governo federal. Na primavera de 2009, os grupos do *Tea Party* em todo o país realizaram comícios em áreas públicas e ruas das cidades, mostrando cópias da Constituição. Os manifestantes se vestiam como George Washington, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, com tricórnios e perucas com pó de arroz, culotes e coletes abotoados. Eles acreditavam que a história americana estava do lado deles. Eles queriam, nas palavras que mais tarde se tornariam o slogan de Donald Trump, tornar os Estados Unidos grandes de novo.

Com o *Tea Party*, a mídia conservadora e o movimento conservador se fundiram: o *Tea Party* era, de certa forma, um produto político fabricado pela Fox News. A ex-governadora do Alasca, Sarah Palin, que ganhou um lugar no centro das atenções quando McCain a nomeou companheira de chapa em 2008, assinou um contrato de um milhão de dólares por ano com a Fox, e depois começou a falar em comícios do *Tea Party*. Glenn Beck começou a promover as “Sextas-feiras dos Fundadores”. O apresentador da Fox News, Sean Hannity, começou a invocar a Árvore da Liberdade, onde os primeiros opositores do domínio britânico se reuniam, em Boston.¹⁰⁴

Mas o *Tea Party* era muito mais do que um produto da Fox News; ele era também um movimento sério e popular. Alguns membros do *Tea Party* defendiam a interpretação da Segunda Emenda pela Associação Nacional de Rifles, ou se importavam profundamente com a oração nas escolas, ou se opunham ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Alguns tinham ressentimentos contra a globalização, contra a imigração e acordos comerciais, ecoando os medos da década de 1920, marcada pelo isolacionismo e pelo nativismo. A maioria tinha, havia muito tempo, queixas populistas, particularmente sobre os impostos, e objeções a um programa federal de saúde que, como os planos para esse programa, tinham mais de um século de idade.



Os protestos do Dia do Imposto, realizados em 15 de abril de 2009, marcaram o nascimento do movimento Tea Party, que se opôs ao pedido de mudança feito por Obama com um pedido de retorno aos princípios dos pais fundadores. (Emmanuel Dunand / AFP / Getty Images.)

No século XXI, o *Tea Party* casou o populismo do século XIX com o originalismo do século XX. Como populistas, eles colocavam a culpa por seus sofrimentos em uma conspiração entre políticos do governo federal e os magnatas de Wall Street. Como originalistas, eles buscavam um remédio para seus problemas em um retorno ao significado original da Constituição.

Não é irrelevante o fato de o movimento ser esmagadoramente branco, bem como a história imaginada por seus membros. Isso não quer dizer que o *Tea Party* era formado por racistas — embora muitos liberais dissessem isso, muitas vezes sem o menor fundamento —, mas que a narrativa da história americana estava mais pobre por não ter sido bem, ou totalmente, contada. Partes inteiras dessa história também foram rejeitadas. “O solo americano está cheio de cadáveres de meus ancestrais, ao longo de 400 anos e pelo menos 3 guerras”, escreveu James Baldwin em 1965. “O que se pede aos americanos para fazer, pelo bem de todos, é simplesmente aceitar nossa história.”¹⁰⁵ Essa aceitação não havia chegado.

Se a maioria dos membros do *Tea Party* se preocupava, acima de tudo, com os impostos, alguns realmente se opunham à natureza mutável da República, com base na ideia de que ela estava ficando menos branca. Eles se opunham à própria ideia de um presidente negro. Era como se eles tivessem ressuscitado o argumento de Roger Taney para o caso *Dred Scott* em 1857, quando ele decidiu que nenhuma pessoa de ascendência africana poderia se tornar um cidadão americano. “*Impeachment para Obama*”, diziam os cartazes. “Ele é inconstitucional.”¹⁰⁶

* * *

EM DEZEMBRO DE 2010, o senador de Vermont, Bernie Sanders, então com 69 anos, proferiu um discurso de 8 horas e meia no plenário do Senado — sem comer, beber, se sentar ou ir ao banheiro. Ele não tinha público, exceto as câmeras. Sanders não estava falando com seus colegas senadores; ele estava tentando

alcançar o público diretamente, por meio das redes sociais. “Meu discurso foi o evento mais tuitado do mundo naquele dia”, disse mais tarde Sanders.

Sanders, nascido no Brooklyn em 1941, era um ativista antiguerra e pelos direitos civis na Universidade de Chicago, liderava protestos contra alojamentos segregados no *campus*, e trabalhava para o Comitê de Coordenação Não Violenta dos Estudantes (Student Nonviolent Coordinating Committee, SNCC). Depois de Chicago, ele se mudou para Vermont, onde concorreu à prefeitura de Burlington. Ele assumiu o cargo no mesmo ano em que Reagan tomou posse como presidente. Dez anos depois, foi para Washington como o único membro do Congresso de Vermont. Havia vantagens em ser o único socialista no Congresso, disse ao *New York Times*. “Não posso ser punido. O que eles vão fazer? Me expulsar do partido?”¹⁰⁷ A carreira de Sanders no Senado começou em 2007 — Obama fez campanha por ele em 2006 —, e não vinha tendo qualquer destaque. Mas, durante a recessão, ele emergiu como uma das poucas pessoas relevantes em Washington, uma cidade cheia de dinheiro, dispostas a falar sobre pobreza.

Os números eram chocantes. Em 1928, o 1% mais rico entre as famílias americanas ganhava 24% de toda a renda; em 1944, eles ganhavam 11%, uma taxa que permaneceu estável por várias décadas, mas começou a subir na década de 1970. Em 2011, 1% das famílias americanas estava mais uma vez recebendo 24% da renda do país. Em 2013, o Departamento de Censo dos Estados Unidos indicou um índice de Gini de 0,476, o mais alto já registrado em qualquer democracia rica. Nações com desigualdade de renda semelhante à dos Estados Unidos na época incluíam Uganda, com índice de 0,447, e China, com 0,474.¹⁰⁸

Sanders era um socialista; seu herói era Eugene Debs. Ele tinha uma gravação de Debs fazendo seu discurso mais famoso, durante a Primeira Guerra Mundial: “Sou contra todas as guerras, exceto uma”, disse Debs na época. “Sou a favor dessa guerra,

com coração e alma, e essa é a guerra mundial da revolução social. Nessa guerra, estou preparado para lutar de qualquer maneira pela revolução que a classe dominante faça necessária, mesmo se for fazendo barricadas.” Sanders, quase um século depois, fez eco ao discurso, como se a história fosse um rolo de fita, tocada, rebobinada, e tocada novamente: “Há uma guerra neste país”, disse Sanders. Não estou me referindo à guerra no Iraque ou no Afeganistão. Estou falando de uma guerra travada por algumas das pessoas mais ricas e poderosas contra as famílias trabalhadoras, contra a classe média, que desaparece e diminui em nosso país.”¹⁰⁹

Em 2010, em uma série de acordos que possibilitaram a aprovação da reforma da saúde, os democratas concordaram em estender os cortes de impostos da era Bush, e Sanders foi um dos poucos membros do Congresso a se opor. “O presidente Obama diz que lutou o máximo que pôde contra os incentivos fiscais republicanos para os ricos, e pela extensão do seguro desemprego”, disse ele durante seu discurso de oito horas. “Bem, talvez. Mas a realidade é que a luta não pode ser travada apenas em Washington. Nosso trabalho é representar a grande maioria do povo americano, levantar e dizer: espere um momento.”¹¹⁰

Em 2011, Sanders não era mais apenas uma voz solitária no deserto. Protestos contra o resgate financeiro, contra os aumentos nas mensalidades e os cortes no orçamento começaram na Universidade da Califórnia em 2009, onde os estudantes que ocupavam um prédio do *campus* exibiam cartazes que diziam: “Ocupe tudo, não peça nada”. O movimento *Occupy* se espalhou pelas mídias sociais, adotando o slogan “Somos os 99%”. O *Occupy Wall Street*, um acampamento no parque Zuccotti, no Centro de Nova York, teve início em setembro de 2011, e atraiu milhares de pessoas. Em alguns meses, os protestos do *Occupy* foram realizados em mais de seiscentas comunidades americanas e em centenas de cidades em todo o mundo. “Precisamos desesperadamente da união dos

trabalhadores para enfrentar Wall Street, a América dos executivos, e dizer que chega”, falou Sanders durante o *Occupy Wall Street*. “Precisamos reconstruir a classe média deste país.”

111

Apesar de toda a retórica, o *Occupy* não era a união de um conjunto representativo de trabalhadores. O movimento era esmagadora e notavelmente urbano e branco, e a maioria dos manifestantes eram estudantes ou assalariados. Também não possuía nenhuma liderança real, favorecendo um modelo de democracia direta, e também não tinha objetivos políticos específicos e viáveis, dando preferência a objetivos mais grandiosos, como reinventar a política. *Não peça nada*. Mas o movimento impulsionou Sanders à proeminência nacional, e estabeleceu as bases que o levaram a uma das campanhas presidenciais progressistas mais notáveis desde Theodore Roosevelt, em 1912.

Se o *Tea Party* casou o populismo com o originalismo, o *Occupy* casou o populismo com o socialismo. O *Tea Party*, à direita, e o *Occupy*, à esquerda, foram um ataque a Washington, compartilhando a convicção de que o governo federal havia se tornado indiferente à vida dos americanos comuns. Nem os republicanos, nem os democratas foram capazes de derrubar essa acusação.

A equipe de Obama havia chegado a Washington desdenhando da ideia do “círculo privilegiado” da capital, com seus arrecadadores, negociadores e partidarismos de aluguel. Essa ingenuidade não durou muito. David Plouffe, gerente de campanha de Obama em 2008, chamou o Partido Republicano de “um partido liderado por pessoas que fomentam a raiva e a controvérsia para se promover e ganhar dinheiro”. Em 2010, Plouffe faturou 1,5 milhão de dólares; sua renda incluiu trabalhos de consultoria de gestão para a Boeing e a GE, e palestras agendadas por meio do Centro de Palestrantes de Washington. A imprensa também não fazia o trabalho de fiscalização dos políticos. Assim como repórteres haviam se tornado jornalistas “incrustados” no Iraque, vários deles também foram incrustados

em Washington. A imprensa socializava de forma tão alegre com a Casa Branca e com os funcionários do Congresso, que a esposa de um político, ao enviar um convite para a festa de aniversário de uma criança, precisava se esforçar para dizer que seria uma festa “em *off*”. Mas, na verdade, quase nada era em *off*, e os registros eram barulhentos. O velocidade das notícias online — boletins diários por e-mail, blogs e, em seguida, Twitter — trouxeram preocupações e atitudes frenéticas e absurdas, tão grandiosas quanto mesquinhas. “Nunca antes o famoso *establishment* de Washington incluiu tantas pessoas da mídia”, relatou Mark Leibovich. “Elas são, em geral, de um grupo predominantemente branco e masculino.” Eles usavam iPhones e fones sem fio nos ouvidos. Faziam suas reportagens em uma só tomada, sem respirar. “Eles são agressivos, entendem de tecnologia, e se preocupam com manchetes rápidas”, escreveu Leibovich. “Quem está ganhando? Quem está perdendo? Quem cometeu uma gafe?”¹¹²

Os mantras do currículo de Obama na Faculdade de Direito da Universidade de Chicago não eram as palavras de ordem em uma Washington movida a *bluetooth*, inflada e cheia de dinheiro. “Extraírem todo o espectro de pontos de vista sobre o problema com o qual se esteja lidando” era a instrução que dava a seus alunos. “Faça um exame completo da diversidade de opiniões que existe sobre o assunto ou tema.” Os membros da Câmara que arrecadavam dinheiro para a reeleição e agendavam a próxima aparição na televisão não pensavam assim. O governo de Obama, sem surpresas, teve dificuldades em ganhar apoio do Congresso, e o compromisso do novo presidente com o debate calmo e fundamentado se mostrou insustentável em uma capital maluca.

A alienação do presidente o afastou das brigas. Além disso, a assinatura da Lei de Assistência Médica era parte de uma legislação complicada, um banquete para pessoas que podiam ganhar dinheiro zombando, explicando, ou ambos. Sarah Palin disse que o plano de saúde de Obama criaria os “painéis da

morte” — com burocratas decidindo quem teria ou não acesso a tratamento —, ideia que, embora absurda e falsa, foi simplesmente acrescentada à narrativa. Isso, e a resposta dos democratas, era o tipo de afirmação ultrajante que gerou muito tráfego na internet, o que se tornou uma espécie de moeda virtual. Loucura significava dinheiro. “Somos pagos para deixar os republicanos furiosos com os democratas, o que eles já são normalmente”, disse um lobista republicano ao *Huffington Post*. “É a coisa mais fácil do mundo. É como ser pago para fazer você amar sua mãe.” Os meandros da reforma do seguro de saúde, que representava um quinto da economia americana, serviram principalmente aos interesses dos lobistas. “Complicações e incertezas são boas para nós”, disse o lobista democrata Tony Podesta, irmão do ex-chefe de gabinete de Bill Clinton, John Podesta.¹¹³ Isso queria dizer que havia mais clientes.

Pessoas interessadas em lucrar com a decadência política ganharam mais dinheiro depois que a Suprema Corte decidiu, em um caso de 2010 chamado *Citizens United contra Comissão Eleitoral Federal*, que as restrições aos gastos de comitês de ação política e outros grupos eram inconstitucionais. A fatídica manobra de Roscoe Conkling em 1882 — quando disse à Suprema Corte que ao ajudar a redigir a Décima Quarta Emenda, o comitê trocou a palavra “cidadãos” por “pessoas” para proteger os direitos das corporações — deixaria sua marca na história judicial, de tempos em tempos. Como decisões anteriores haviam concedido às empresas, consideradas “pessoas”, certas liberdades (especialmente a liberdade de contrato da época do caso *Lochner*), o caso *Citizens United* concedia às empresas o direito à liberdade de expressão com base na Primeira Emenda. Em 2014, o tribunal concedeu às empresas os direitos à liberdade de expressão religiosa previstos na Primeira Emenda. Em um caso histórico, as empresas pertencentes a pessoas que se opunham à contracepção por motivos religiosos foram autorizadas a recusar o fornecimento da cobertura de seguro

para controle de natalidade a seus funcionários, com base nos direitos da Primeira Emenda que a empresa possuía.¹¹⁴

Ainda assim, nos *campi* das faculdades e universidades, os estudantes continuavam protestando, não a favor, mas contra a liberdade de expressão. Todas as regras de discurso de ódio instituídas desde a década de 1990 e contestadas em tribunal foram consideradas inconstitucionais.¹¹⁵ Algumas foram retiradas, outras foram reprovadas. Em 2014, a Universidade de Chicago publicou um relatório sobre liberdade de expressão: “O compromisso fundamental da universidade é o princípio de que o debate ou deliberação não podem ser suprimidos porque as ideias apresentadas são consideradas ofensivas, imprudentes, imorais ou mal-intencionadas por alguns, ou até mesmo pela maioria, dos membros da comunidade universitária”.¹¹⁶ Não obstante, uma geração de americanos mais jovens que haviam sido criados sob regulamentos de discurso de ódio rejeitou o debate em si. Eles tentaram silenciar palestrantes visitantes, incluindo não apenas provocadores amalucados, mas estudiosos e figuras públicas sérias e controversas, de Condoleezza Rice ao colunista político George Will, até o ex-diretor do FBI, James Comey.

Enquanto os manifestantes dos *campi* pisavam no direito à liberdade de expressão das pessoas, a Suprema Corte protegia os direitos de liberdade de expressão das empresas. Quando o grupo *Citizens United* derrubou a represa constitucional, o dinheiro inundou as vastas planícies da política americana, de leste a oeste. O movimento *Tea Party* logo foi dominado por políticos corruptos. Cinco anos após a fundação do movimento, suas principais organizações, incluindo o *Tea Party Express* e o *Tea Party Patriots*, gastavam menos de 5% de seus fundos em campanhas e eleições.¹¹⁷

Todo esse dinheiro só comprava mais raiva. O colunista liberal EJ Dionne observou um padrão: candidatos e partidos faziam grandes promessas, e, quando chegavam ao poder e não cumpriam essas promessas, culpavam algum tipo de

conspiração — de qualquer tipo: uma conspiração da imprensa, uma conspiração dos ricos, uma conspiração do “estado profundo” (incluindo, durante o primeiro mandato de Trump, uma conspiração do FBI). Em seguida, encontravam empresas de mídia dispostas a apresentar aos leitores evidências de tal conspiração, por mais inventada que ela fosse. O comentarista conservador David Frum ofereceu um diagnóstico não muito diferente: “A cultura da mídia nos Estados Unidos foi remodelada para se tornar uma fornecedora sob medida dos fatos desejados”.¹¹⁸ Nessas circunstâncias, era difícil para qualquer um dos partidos manter a maioria por muito tempo. Os democratas perderam a Câmara em 2010, o Senado, em 2014, e a Casa Branca, em 2016.

* * *

QUANDO DONALD TRUMP estava fora da Casa Branca, ele reclamava do governo. Quando ele já estava na Casa Branca, ele reclamava da imprensa. Ele reclamava do Congresso. Ele reclamava dos imigrantes. Ele reclamava da Coreia do Norte. Ele reclamava da sua equipe. Ele ficava vermelho de tanto reclamar.

Bem conhecido no mundo da luta livre profissional, Trump trouxe para a política as táticas das arenas, que se combinaram às convenções melodramáticas dos *reality shows*, outro gênero com o qual Trump estava bem familiarizado, por ter estrelado, a partir de 2004, um programa chamado *O Aprendiz*. Nele, o bordão de Trump era “Você está demitido”. Na luta livre profissional, um herói conhecido como “volante” luta contra seu exato oposto, um vilão conhecido como “base”; toda vez que se encontram, eles encenam outro capítulo de sua história juntos. Eles dizem suas falas, eles saúdam a plateia.

Obama não estava há muito tempo na presidência quando Trump começou a organizar ataques, como se fosse o volante, e o presidente, seu base. Ele provocava. Ele sorria. Ele se mostrava. Ele queria que Obama fosse demitido. No início de

2011, Trump pediu que Obama liberasse para o público sua certidão de nascimento “na íntegra”, sugerindo que o presidente tinha algo a esconder. “Ele não tem uma certidão de nascimento, ou, se tiver, há algo nessa certidão que é muito ruim para ele”, disse Trump. “Agora, alguém me disse — e eu não tenho ideia se isso é ruim para ele ou não, mas talvez seja — que onde diz ‘religião’ pode estar escrito ‘muçulmano’”.¹¹⁹

Essas *performances* atingiram um público pronto para recebê-las. Se as pesquisas pudessem ser consideradas confiáveis — uma ideia duvidosa, mesmo antes de Trump começar sua luta imaginária contra Obama —, mais de dois em cada cinco republicanos acreditavam que o presidente havia, definitivamente, ou provavelmente, nascido em outro país. Outra pesquisa de credibilidade duvidosa mostrava que mais de um em cada três americanos acreditava, naquela época, que era “um tanto provável” ou “muito provável” que “funcionários federais haviam participado dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, ou deixaram de agir para detê-los”.¹²⁰

Tanto a teoria da conspiração dos *truthers* quanto a dos *birthers* haviam sido propagadas por Alex Jones. Em 2011, quando o *Drudge Report* começou a se vincular ao *Infowars*, o público de Jones era maior do que o público de Rush Limbaugh e Glenn Beck juntos. (Jones não se importava com nenhum dos dois. “Limbaugh é uma prostituta”, disse ele). “Nossa investigação sobre a suposta certidão de nascimento de Obama divulgada hoje pelas autoridades havaianas revela que o documento é uma falsificação de má qualidade”, escreveu Jones depois que a Casa Branca divulgou o certificado em sua íntegra no final de abril de 2011. O *Drudge Report* fez um *link* para a matéria. Após a divulgação, outra pesquisa da Gallup mostrava — novamente, de forma duvidosa — que quase um em cada quatro republicanos ainda acreditava que Obama, definitiva ou provavelmente, havia nascido fora dos Estados Unidos.¹²¹

Em 26 de fevereiro de 2012, em meio a um clima de animosidade racial que tomava conta do país, um homem de 28

anos chamado George Zimmerman, rondando os arredores de Orlando, na Flórida, ligou para o número de emergência para relatar ter visto “um sujeito bem suspeito”. Ele havia visto Trayvon Martin, de 17 anos, que estava caminhando para uma loja próxima. Zimmerman desceu do carro e atirou em Martin, que estava desarmado, com uma pistola de 9 milímetros. Zimmerman disse à polícia que Martin o atacara. Zimmerman pesava 113 quilos; Martin pesava 64 quilos. A família de Martin disse que, pelo celular, foi possível ouvir o menino implorar por sua vida. Martin não sobreviveu. Zimmerman não foi acusado por seis semanas. Em 8 de março, o pai de Trayvon Martin, Tracy Martin, realizou uma coletiva de imprensa em Orlando e exigiu a divulgação das gravações das chamadas para o número de emergência. “Achamos que a justiça não foi feita”, afirmou ele.¹²²

A morte de Martin talvez não tivesse recebido atenção nacional se não fosse por outro tiroteio. No dia seguinte ao assassinato de Trayvon Martin, um garoto de 17 anos chamado TJ Lane entrou no refeitório da Chardon High School, a cerca de 50 quilômetros de Cleveland, pegou uma pistola calibre 22 e atirou, matando três estudantes e ferindo gravemente outros dois.¹²³

Até então, os Estados Unidos tinham o maior índice de propriedade de armas particulares do mundo, o dobro do país com a segunda maior taxa, que era o Jêmen. Os Estados Unidos também tinham a maior taxa de homicídios de qualquer democracia rica, quase quatro vezes maior do que a da França ou a da Alemanha, seis vezes maior que a do Reino Unido. Nos Estados Unidos, no início do século XXI, as armas estavam envolvidas em dois terços de todos os assassinatos.¹²⁴ Nenhum desses fatos foi o suficiente para impedir a Suprema Corte de decidir, em 2008, no caso *Distrito de Columbia contra Heller*, que a Lei de Regulação de Controle de Armas de Fogo de 1975 era inconstitucional, segundo o juiz Scalia, porque “a Segunda Emenda protege o direito individual de possuir uma arma de fogo, sem relação com a atuação em uma milícia”. Antecipando as brechas, o novo chefe da NRA disse à revista *American*

Rifleman que a eleição presidencial de 2012 seria “talvez a eleição mais crucial de nossas vidas, do ponto de vista da Segunda Emenda”.¹²⁵

Houve tiroteios nas esquinas, nos shoppings, nos hospitais, nos cinemas, e nas igrejas. O país vinha sofrendo com tiroteios nas escolas desde 1999, quando 2 alunos de Ensino Médio em Columbine, Colorado, mataram a tiros 12 estudantes, um professor, e a si mesmos. Em 2007, Seung Hui-Cho, de 23 anos, um veterano da Virginia Tech, atirou em 50 pessoas em Blacksburg, e matou 32 antes de se matar.¹²⁶ O tiroteio em uma escola de Ohio no dia seguinte à morte de Martin na Flórida foi, em comparação com o da Virginia Tech, uma tragédia menor, mas lançou uma luz sinistra sobre as alegações, vindas da Flórida, de que George Zimmerman tinha o direito de atirar em Trayvon Martin.

Entre 1980 e 2012, 49 estados aprovaram leis que permitiam aos proprietários de armas portá-las escondidas fora de suas casas para proteção pessoal. (Illinois era o único estado que mantinha posição contrária.) Em 2004, Bush deixou expirar a proibição da Lei Brady de 1994 para posse, transferência ou fabricação de armas de assalto semiautomáticas. Em 2005, a Flórida aprovou uma “lei de defesa pessoal”, exonerando de qualquer acusação cidadãos que usassem força letal quando confrontados por um agressor, mesmo que estes pudessem ser afastados com segurança. Mais estados acompanharam a medida.¹²⁷ O porte de uma arma oculta para a autodefesa passou a ser entendido não como um fracasso da sociedade civil, algo a ser lamentado, mas como um ato de cidadania, algo a ser celebrado — lei e ordem, homem por homem.

Obama se recusou a aceitar esse argumento. “Se eu tivesse um filho”, disse o presidente durante uma coletiva de imprensa no dia 23 de março, visivelmente abalado, “ele se pareceria com Trayvon”.¹²⁸ Mais tarde naquele dia, Rick Santorum, um aspirante à candidatura presidencial republicana, falou do lado de fora de um campo de tiro em West Monroe, Louisiana, onde

havia feito 14 sessões de tiros com um Colt .45. Ele disse à multidão: “O que eu pude exercer foi uma das liberdades fundamentais que são garantidas em nossa Constituição, o direito de portar armas”. Durante a sessão de tiros, uma mulher gritou: “Faça de conta que é Obama”.¹²⁹

Em 2 de abril, milhares de estudantes se reuniram em Atlanta, carregando cartazes que diziam “Eu sou Trayvon Martin” e “Não atire!”¹³⁰ Enquanto as manifestações aconteciam, um homem de 43 anos chamado One Goh entrou numa sala de aula de um pequeno colégio cristão em Oakland, pegou uma pistola semiautomática de calibre .45, enfileirou os alunos contra a parede, disse “Vou matar todos vocês”, e disparou. Naquela mesma manhã, em Tulsa, cinco pessoas foram baleadas na rua. Uma investigação chamada “Operação Atirador Aleatório” levou a polícia de Tulsa a Jake England, de 19 anos, cujo pai havia sido morto a tiros 2 anos antes. No domingo de Páscoa, dois estudantes universitários foram mortos a tiros no Mississippi.¹³¹

No dia 20 de março, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos anunciou que conduziria uma investigação sobre a morte de Trayvon Martin. Em 7 de abril, os pais de Martin apareceram no programa *Good Morning America*. Cinco dias depois, Newt Gingrich, em busca da indicação republicana em 2012, chamou a Segunda Emenda de “direito humano universal”. Trump considerou aquele um momento adequado para pôr em dúvida, mais uma vez, a certidão de nascimento do presidente. “Muitas pessoas acham que não é um certificado autêntico”, disse Trump em maio, pouco antes de endossar Mitt Romney como candidato do Partido Republicano.¹³²

Obama ganhou a reeleição em 2012, e os democratas mantiveram o controle do Senado. Semanas depois, num dia lamentável de dezembro, em Newtown, Connecticut, uma típica cidade da Nova Inglaterra coberta pela neve, um jovem de 20 anos com problemas mentais matou a mãe e depois foi até sua antiga escola primária fortemente armado. Ele matou 6 professores e funcionários, e 20 crianças muito jovens, algumas

com 5 anos de idade, em um massacre de alunos da primeira série.

“Eu sei que não há um pai nos Estados Unidos que não sinta a mesma dor avassaladora que eu”, disse Obama na Casa Branca. Ele não conseguia parar de chorar. “Nosso coração está partido.”¹³³ E, no entanto, o governo Obama não conseguiu aprovar medidas de segurança para o uso armas em um congresso republicano, que defendia firmemente o direito de portar armas a todo custo, considerando o massacre de pequenas crianças como o preço da liberdade.

* * *

O **SEGUNDO MANDATO** de Obama foi marcado pelas brigas envolvendo orçamentos e pelo imbróglio no Oriente Médio. Em 2011, as forças americanas encontraram e mataram Osama bin Laden, e Obama retirou as últimas tropas americanas do Iraque. No entanto, sua política externa parecia sem rumo, arbitrária e hesitante, o que diminuiu tanto o seu prestígio quanto o de sua secretária de Estado, Hillary Clinton. Enquanto a guerra no Afeganistão prosseguia, militantes islâmicos atacaram as instalações do governo dos Estados Unidos na Líbia em 2012, e, em 2014, um novo grupo terrorista, denominado Estado Islâmico, havia conquistado o controle de um território no Iraque. O projeto americano de construção de nação no Oriente Médio havia falhado. Obama, que inicialmente havia sido um crítico da Lei Patriótica, da prisão de Guantánamo e da Guerra do Iraque, liderou um governo que intensificou a vigilância por meio de um programa secreto executado pela Agência de Segurança Nacional, processou delatores que vazaram documentos revelando os abusos dos Estados Unidos no Oriente Médio, e usou *drones* para cometer assassinatos. Os críticos diziam que a guerra ao terror havia sido um desastre absoluto, que a ocupação dos países árabes só havia produzido mais terroristas, e que a própria ideia de uma guerra ao terror era um erro. O

terrorismo é um ato criminoso que exigia ação policial e diplomacia, não ação militar, argumentava o historiador Andrew Bacevich.¹³⁴

Com um orçamento de defesa gigantesco, o governo federal se mostrou inoperante na política tributária, e quase incapaz de discutir as prioridades de gastos. O líder da Câmara dos Deputados, Paul Ryan, republicano de Wisconsin, propôs limitar a maior alíquota do imposto de renda a 25%, uma taxa inédita nos Estados Unidos desde os dias de Andrew Mellon. Dos 248 membros republicanos do Congresso e 47 senadores republicanos, todos, exceto 13, assinaram a promessa de se oporem a qualquer aumento do imposto de renda. O governo Obama queria elevar a taxa máxima para 39%, uma recomendação apoiada pelo Serviço de Pesquisa do Congresso, um órgão apartidário. Mas os republicanos do Senado se opuseram à recomendação (a frase “cortes de impostos para os ricos”, por exemplo, foi vista como prova de que havia um viés), e, em um movimento sem precedentes na história de um século do Serviço de Pesquisa do Congresso, o relatório foi forçado a ser retirado.¹³⁵

Enquanto o Congresso discutia as implicações da frase “cortes de impostos para os ricos”, cientistas políticos levantavam uma questão angustiante: quanta desigualdade de riqueza e renda uma democracia pode aguentar? Em 2004, uma força-tarefa da Associação Americana de Ciência Política concluiu que a crescente desigualdade econômica estava ameaçando instituições políticas americanas fundamentais. Quatro anos depois, uma coleção de 700 páginas de ensaios acadêmicos apresentou o argumento no seu título, *The Unsustainable American State* (“O insustentável Estado americano”). Um relatório de 2013 das Nações Unidas chegou à conclusão de que a crescente desigualdade de renda era responsável não apenas pela instabilidade política em todo o mundo, como também pela desaceleração do crescimento econômico global. No ano seguinte, quando o Centro de Pesquisas Pew conduziu sua

pesquisa anual sobre qual dos cinco perigos as pessoas em 44 países consideravam ser a “maior ameaça ao mundo”, a maioria dos países pesquisados colocou o ódio religioso e étnico no topo de suas listas, mas os americanos escolheram a desigualdade.¹³⁶

À medida que as eleições de 2016 se aproximavam, o tema da desigualdade parecia estar destinado a ganhar toda a atenção dos candidatos. Bernie Sanders, buscando a indicação democrata, fazia da desigualdade a peça central de sua campanha, liderando um movimento que pedia reformas econômicas de estilo progressista. Mas Hillary Clinton, a eventual candidata democrata, não conseguiria crescer com sua abordagem ao problema. E o improvável candidato republicano, Donald Trump, culparia os imigrantes.

Um movimento para combater a violência armada começou durante o segundo mandato de Obama, mas não foi um movimento pelo controle das armas; era um movimento por justiça racial. Em 2013, depois que o júri da Flórida absolveu George Zimmerman de todas as acusações relacionadas à morte de Trayvon Martin, os líderes do movimento começaram a tuitar a hashtag #BlackLivesMatter [#VidasNegrasImportam]. Os negros estavam lutando contra o terrorismo doméstico, a violência estatal, e a brutalidade policial antes dos dias da luta antilinchamento encabeçada por Ida B. Wells. O *Black Lives Matter* era o movimento *Black Power*, agora com tecnologias inovadoras e disruptivas: *smartphones* e aplicativos que podiam capturar e transmitir imagens reais ao vivo pela internet. Se as leis de autodefesa do país incentivavam o surgimento de justiceiros, os provedores de dados incentivavam o conteúdo e a cobertura do tipo “faça você mesmo”. Newt Gingrich insistia que a Segunda Emenda era um direito humano, mas operadoras promoviam a ideia de que todos os usuários da internet eram repórteres, cada pessoa era um jornalista investigativo, e que o *upload* de dados era um direito humano. “Um bilhão de fotojornalistas por todos os lados registrando a experiência

humana, é espetacular”, dizia a narração de um anúncio de plano de dados, sobre imagens de um grande mosaico de fotografias. “Meu iPhone 5 pode ver todos os pontos de vista, todos os panoramas, toda a galeria de imagens da humanidade. Eu quero — não —, eu tenho o direito de ser ilimitado.”¹³⁷

Por meio da fotografia, o *Black Lives Matter* deu visibilidade à experiência dos negros, talvez da maneira que Frederick Douglass havia previsto um século e meio antes. Com a fotografia, testemunhas e até as próprias vítimas capturavam as experiências de jovens negros que, ao longo de gerações, haviam sido alvos da polícia, parados em seus carros, nas esquinas, empurrados, revistados, socados, chutados e até mortos. Em 2014, a polícia de Ferguson, Missouri, não muito longe de St. Louis, atirou e matou Michael Brown, então com 18 anos, no meio da rua. Testemunhas filmaram os tiros em seus *smartphones*. Em todo o país, testemunhas passaram a filmar um tiroteio após o outro. A polícia matou Tamir Rice, de 12 anos, em um parque da cidade de Cleveland; ele estava carregando uma arma de brinquedo. A polícia de Minnesota atirou e matou Philando Castile em seu carro; ele tinha uma pistola com registro no porta-luvas e tentava explicar isso aos policiais. A namorada de Castile transmitiu tudo ao vivo. “As mídias sociais ajudam o *Black Lives Matter* a combater o poder”, disse a *Wired*. No entanto, o movimento não conseguiu vitórias na Justiça. Os assassinatos eram filmados e publicados na internet, mas em quase todos os casos em que os policiais foram acusados de irregularidades, eles foram absolvidos.¹³⁸

O *Black Lives Matter* chamou atenção para a urgência da questão da violência sancionada pelo Estado contra os negros, em formas que incluíam brutalidade policial, leis de condenação que mostravam a discriminação racial, e o encarceramento em massa. Talvez não seja surpresa que o movimento não tenha priorizado a legislação sobre controle de armas, especialmente porque seus antepassados incluíam os Panteras Negras, que defendiam que os homens negros tinham que se armar, e foram

adiante nesse argumento ao interpretar a Segunda Emenda de uma maneira que posteriormente foi cooptada pela Associação Nacional de Rifles. Enquanto isso, brigas espontâneas a respeito de armas e aborto, nas linhas de batalha definidas nos anos 1970, continuavam sendo travadas nas ruas e nas urnas, mas especialmente nos tribunais. Um padrão surgiu. Os direitos da Segunda Emenda — uma luta liderada por e para homens brancos — ganhavam força. Os direitos civis para negros, mulheres e imigrantes pararam de progredir, e até recuaram. E os direitos dos gays avançavam.

Nos primeiros anos do século XXI, enquanto outras reivindicações por direitos civis fracassaram, o movimento pelos direitos dos gays, agora conhecido como movimento LGBT, obteve vitórias significativas, principalmente ao se apropriar da retórica pró-família, que havia levado os conservadores a vitórias desde a campanha contra a Emenda da Igualdade de Direitos encabeçada por Phyllis Schlafly. Em 2003, no caso *Lawrence contra Texas*, a Suprema Corte anulou sua decisão de 1986 para o caso *Bowers*, agora declarando inconstitucional a lei de sodomia do Texas. Em seu voto de concordância, a juíza Sandra Day O'Connor disse que baseou sua decisão em um argumento de proteção igualitária da Décima Quarta Emenda, afirmando que a lei do Texas constituía discriminação sexual: um homem não poderia ser processado por se envolver em uma atividade específica com uma mulher, mas poderia ser processado por se envolver nessa mesma atividade com um homem. O raciocínio de O'Connor pavimentou um caminho a ser seguido para os casos LGBT, que se voltaram cada vez mais para a igualdade no casamento. Menos de um ano após a decisão do caso *Lawrence*, o Supremo Tribunal Judicial de Massachusetts fez daquele o primeiro estado a garantir o casamento entre pessoas do mesmo sexo como um direito constitucional.¹³⁹

O que seria o equivalente ao caso *Brown contra o Conselho de Educação* para casamento entre pessoas do mesmo sexo veio na primavera de 2015, 50 anos após a decisão histórica

sobre contracepção que o tribunal julgou em *Griswold contra Connecticut*. O caso *Obergefell contra Hodges* consolidou as petições de quatro casais que buscavam escapar das proibições ao casamento entre pessoas do mesmo sexo dos estados do Kentucky, Michigan, Ohio e Tennessee. Em 2004, Ohio aprovou uma lei declarando que “apenas uma união entre um homem e uma mulher pode ser um casamento válido ou reconhecido por este estado”. Ambos de Ohio, James Obergefell e John Arthur estavam juntos havia quase vinte anos, quando Arthur foi diagnosticado em 2011 com esclerose lateral amiotrófica, uma doença grave e terminal. Em 2013, eles voaram para Maryland, um estado sem proibição de casamento entre pessoas do mesmo sexo, e casaram na pista do aeroporto. Arthur morreu 4 meses depois, aos 48 anos. Para seu viúvo, segundo as leis de Ohio, ele era um desconhecido.¹⁴⁰

Em sua decisão do caso *Obergefell contra Hodges*, a Suprema Corte declarou que as proibições dos estados para casamentos entre pessoas do mesmo sexo eram inconstitucionais. No Stonewall Inn de Nova York, bar que era um local sagrado para o movimento gay, pessoas reunidas à luz de velas se abraçaram e choraram. Foi uma luta longa e terrível, e, apesar disso, quando a vitória chegou foi tão inesperada e repentina quanto a queda do Muro de Berlim. Em um minuto só se via um muro; no minuto seguinte, se via o horizonte.

Um triunfo após meio século de discussões sobre os direitos reprodutivos e dos gays, o caso *Obergefell* foi uma derrota marcante para os cristãos conservadores, em uma guerra cultural que havia começado com a revolução sexual na década de 1960. Entre os casos *Griswold* e *Obergefell*, os cristãos se uniram e conseguiram transformar o Partido Republicano, mas não conseguiram impedir uma mudança cultural de proporções muito maiores. Muitos se sentiram traídos e até abandonados por um mundo secular hostil aos princípios básicos de sua fé. Os cristãos conservadores havia muito tempo identificavam Hollywood como um agente dessa mudança, por sua celebração

do sexo e da violência no cinema e na televisão. Mas à medida que o entretenimento migrava para a internet, incluindo a pornografia, os cristãos conservadores, assim como todo mundo, começaram a se perguntar a respeito dos efeitos da internet na sua crença, na tradição e na comunidade. Em um livro que traça “uma estratégia para os cristãos em uma nação pós-cristã”, Rod Dreher, editor da revista *American Conservative*, escreveu: “Usar a tecnologia é participar de uma liturgia cultural que, se não estivermos atentos, vai nos condicionar a aceitar a afirmação básica da modernidade sobre a verdade: a de que o único sentido que existe no mundo é aquele que escolhemos atribuir em nossa busca sem fim pelo domínio da natureza.”¹⁴¹

Exatamente qual foi o papel da internet na revolta política das primeiras décadas do século XXI é algo ainda incerto, mas, após os ataques de 11 de setembro, os americanos acreditavam em conspirações e temiam invasões. Diferentes grupos temiam diferentes conspirações, mas seus medos assumiam a mesma forma: invasores haviam se infiltrado na vida americana e minado a democracia. Esse invasor não seria a própria internet? Os ciberutópicos diziam que não, e apontavam a campanha de Obama em 2008, o *Tea Party*, o movimento *Occupy*, o *Black Lives Matter*, a Primavera Árabe e os *hackers* políticos de grupos como o *Anonymous* e o *WikiLeaks*, como provas de que a democratização política que previam havia tanto tempo tinha finalmente chegado. “Uma nova era iluminista para a informação está nascendo”, escreveu Heather Brooke no livro *The Revolution Will be Digitised* [A revolução vai ser digitalizada]. “A tecnologia está derrubando as tradicionais barreiras sociais de status, classe, poder, riqueza e geografia, substituindo elas por um *ethos* de colaboração e transparência.”¹⁴²

Mas, em vez disso, as mídias sociais haviam proporcionado um terreno fértil para o fanatismo, o autoritarismo e o niilismo. Elas também provaram ser facilmente manipuladas, principalmente por agentes estrangeiros. Na internet, tudo parecia novo, embora a maioria das coisas fosse muito antiga.

Alt-right foi um termo cunhado em 2008 por Richard Spencer, mas que não era muito diferente da antiga direita, com raízes na Ku Klux Klan da década de 1860, contrária aos direitos civis, e na Klu Kulx Klan anti-imigração da década de 1920. Seu estilo — provocador e pornográfico — foi roubado da contracultura da década de 1960. A *alt-right*, menos influenciada pelo conservadorismo do que pela revolução sexual, se considerava transgressora, uma contracultura que havia abandonado o moralismo da “maioria moral” — ou qualquer tipo de moralismo —, e considerava o estado de segurança erguido pelos neoconservadores insuficiente para o enfrentamento do choque de civilizações; em vez disso, preferiam o autoritarismo.¹⁴³

Spencer era um estudante de doutorado em História na Universidade Duke antes de sair em 2007 para se tornar editor e líder do que descreveu como “um movimento de consciência e identidade para pessoas europeias no século XXI”. A *alt-right*, alimentada pela ideologia da supremacia branca e pela insatisfação com o “conservadorismo do *establishment*”, transformou a misoginia em um estilo retórico, e fez da oposição à imigração sua principal questão política. Em 2011, Spencer tornou-se presidente do Instituto Nacional de Políticas, cujo site anunciou em 2014: “A imigração é uma espécie de guerra por procuração — e talvez o último refúgio — para os americanos brancos que estão sofrendo e reconhecendo que, a menos que sejam tomadas medidas drásticas, seus netos viverão em um país estranho e hostil.”¹⁴⁴

A única coisa nova sobre a *alt-right* foi que ela encontrou sua morada no ambiente online, em fóruns como o *Reddit* e especialmente o *4chan*, em que os usuários, sobretudo homens brancos mais jovens, zombavam da cultura do computador, lamentavam o declínio da civilização ocidental, atacavam o feminismo, assediavam mulheres, usavam memes neonazistas, e postavam pornografia. E também em sites de notícias novos e disruptivos, especialmente o *Breitbart*, que teve início em 2007, e

por algum tempo foi um dos sites mais populares nos Estados Unidos.¹⁴⁵

A contraparte online da *alt-right*, a esquerda alternativa, por vezes chamada de *alt-left*, tinha um pé na subcultura online do *Tumblr* e outras plataformas, e o outro pé na política dos *campi* universitários sobre temas intermináveis e de relevância cada vez menor. Se os comportamentos mais típicos da *alt-right* eram os *trolls* que odiavam as mulheres e utilizaram memes neonazistas, os da *alt-left* eram as chamadas sensacionalistas para atrair cliques recorrendo à indignação sentimental e sem sentido — “8 sinais que sua prática de ioga é apropriação cultural” —, e acusações prepotentes e arrogantes de racismo, sexismo, homofobia e transfobia. Em 2014, o Facebook ofereceu aos usuários mais de 50 gêneros sexuais diferentes para escolher no momento de registro de suas identidades; as pessoas que ficaram confusas com isso foram acusadas de preconceito: a humilhação pública como um modo de discurso político fazia parte tanto da extrema-esquerda online quanto da extrema-direita online, talvez ainda mais no caso da primeira. Depois que 49 pessoas foram mortas em um ataque terrorista a uma boate gay em Orlando, na Flórida, integrantes da *alt-left* gastaram suas energias após a tragédia atacando uns aos outros por violarem as regras da “interseccionalidade”, que envolvem uma intrincada hierarquia identitária baseada em sofrimento e virtude. “Um famoso interseccionalista do Twitter criticou aqueles que consideravam este como o pior tiroteio em massa da história dos Estados Unidos, fazendo questão de lembrar que ‘o pior foi o em Wounded Knee’”, notou a escritora Angela Nagle, se referindo ao massacre de nativos em 1890. “Alguns usuários do Twitter se enfureceram contra o uso do termo ‘Latina/o’ em vez de ‘Latinx’ nos noticiários, enquanto outros fizeram questão de esclarecer que a causa do atentado foi a doença mental do atirador, e não a sua lealdade ao Estado Islâmico e ao califado. Para não ficar pra trás, outros então responderam com raiva sobre o preconceito

das pessoas que disseram que o atirador tinha uma doença mental.”¹⁴⁶

Os *millennials*, uma geração de americanos que cresceu online, havia encontrado seu estilo político na internet. Quando a eleição de 2016 chegou, a maioria dos eleitores mais jovens recebia suas notícias no agregador de notícias do Facebook, lançado em 2006. Poucos deles — menos do que em qualquer geração anterior — acreditavam nos partidos políticos ou nas igrejas, ou mesmo no serviço público. O mantra da contracultura, “questione a autoridade”, havia perdido o sentido; poucas instituições ainda exerciam autoridade. As empresas que ofereciam planos de dados sugeriam que as pessoas podiam “subir” tudo sobre si mesmas para a internet, um eu virtual de *selfies* e postagens, abdicando do senso de comunidade e do debate. As empresas que ofereciam mecanismos de pesquisa sugeriam que tudo que alguém precisa saber poderia ser descoberto com um clique. “Em algum momento, você terá um implante”, prometeu o cofundador do Google, Larry Page, “e se você pensar em alguma coisa, ele dirá a resposta”.¹⁴⁷ Mas no ambiente online, onde, no fundo, todos estavam completamente sozinhos, tornou-se muito difícil saber qualquer coisa com alguma certeza, exceto como curtir e ser curtido, e principalmente como odiar e ser odiado.

III.

“**EU JÁ ME SENTEI EM VOLTA** dessas mesas antes com outros caras”, disse o gerente de campanha de Jeb Bush. Em uma sala do tamanho de uma quadra de tênis, com paredes pintadas do mesmo tom de verde das azeitonas de martíni, os gerentes de campanha dos candidatos à presidência dos Estados Unidos em 2016 se sentaram em volta de uma grande mesa de conferências para conversar depois das eleições. Eram como guerreiros depois da guerra, sobre uma montanha de mortos, sem nenhum remorso. Como fizeram os gerentes de campanha depois de

todas as eleições presidenciais desde 1972, eles se reuniram na Kennedy School, de Harvard, para um encontro de dois dias. A maior parte das conversas foi composta por amenidades, e outro tanto, por bobagens. Ninguém disse uma só palavra sobre os Estados Unidos, seu governo, ou sobre o bem comum. Sentar naquela sala e assistir a tudo era como ser um porco em uma convenção de açougueiros: havia muita conversa sobre a mais recente tecnologia em facas e os melhores e mais saborosos cortes de carne, mas ninguém fingia sentir amor pelo porco.



Pouco depois de sua posse em 2017, o presidente Trump recebeu visitantes na Casa Branca diante de um retrato de Hillary Clinton. (Aude Guerrucci-Pool / Getty Images.)

A eleição de 2016 foi um produto da disrupção tecnológica: o meio de comunicação política mais importante durante a campanha foi a conta de Donald Trump no Twitter. A eleição

trouxe uma crise à imprensa, cujos padrões de fatos e responsabilidades foram desafiados por fontes não identificadas e vazamentos, alguns dos quais se mostraram parte de uma campanha de interferência política arquitetada pelo governo russo, utilizando o que passou a ser chamado de “fábricas de *trolls*”. A eleição trouxe das profundezas da política americana toda a imundície vinda de antigos ódios. Ela revelou as terríveis consequências de uma classe média em declínio. Ela mostrou o custo da desigualdade do *status* das mulheres perante a Constituição para a estabilidade política da República. Ela marcou o fim da Coalizão Cristã conservadora. E expôs o triste vazio dos dois principais partidos políticos do país.

Dezessete candidatos disputaram a indicação republicana. No encontro posterior, os gerentes falaram sobre seus candidatos e suas campanhas como os jóqueis falam sobre seus cavalos e as condições na pista de corrida. “Nossa estratégia era baixar a cabeça e trabalhar”, disse o gerente da campanha do senador da Flórida, Marco Rubio. O gerente da campanha de Scott Walker, governador de Wisconsin, disse: “O caminho era pensar no longo prazo”. O gerente da campanha de Ted Cruz falou da pista em que seu cavalo estava correndo. Ex-gerente de campanha de Trump, o analista da CNN Corey Lewandowski falou por mais tempo. Seu cavalo era o melhor, o mais bonito, o mais rápido, e correu “a corrida mais insólita da história da presidência”. Ele contou uma história, provavelmente falsa, sobre como Mitt Romney era levado de limusine para eventos de campanha em 2012, mas no último minuto entrava em um Chevy. Trump não. Trump foi a todos os lugares com seu jato. “Nosso objetivo era garantir que concorreríamos como populistas, aproveitar nossa riqueza e não fugir dela, e monopolizar a atenção da mídia usando as mídias sociais como ninguém”, se vangloriou Lewandowski. “Sabíamos que, quando Donald Trump publicava um tuíte, a Fox News cobria ao vivo.” Os cabos eleitorais haviam acabado, disse ele. Jornais, anúncios em jornais? Irrelevantes, disse ele. “Donald Trump fez sua divulgação pelas estações de

televisão.” Trump não disputou a corrida em pista nenhuma. Trump correu usando seu avião.¹⁴⁸

A gerente de campanha da senadora da Carolina do Sul, Lindsey Graham, apontou que muita coisa mudara depois da decisão da Fox News de usar as pesquisas para determinar quem participaria dos debates primários, definir onde cada candidato estaria no palco, e quanto tempo de transmissão cada um receberia. Nas eleições de 2016, as pesquisas foram um escândalo próximo ao nível do caso “Dewey derrota Truman”, um escândalo que as pessoas do setor de pesquisas sabiam que um dia chegaria. Durante a eleição presidencial de 2012, 1.200 institutos realizaram 37 mil pesquisas, fazendo mais de 3 bilhões de telefonemas. A maioria dos americanos — mais de 90% — se recusou a falar com eles. Os responsáveis pelas pesquisas de Mitt Romney acreditavam, mesmo na manhã da eleição, que Romney venceria. Um estudo de 2013 — uma pesquisa — descobriu que três em cada quatro americanos não confiavam nas pesquisas. Mas nove em cada dez pessoas, teoricamente, desconfiavam tanto das pesquisas que se recusavam até mesmo a responder às perguntas, o que quer dizer que os resultados dessa pesquisa não queriam dizer absolutamente nada.¹⁴⁹

“As pesquisas eleitorais estão próximas de uma crise”, escreveu um ex-presidente da Associação Americana de Pesquisa de Opinião Pública, poucos meses antes das eleições de 2016. Quando George Gallup fundou o setor de pesquisas nos anos 1930, a taxa de resposta — o número de pessoas que respondiam a um pesquisador em relação ao total de pessoas que são solicitadas — estava bem acima de 90%. Na década de 1980, o número havia caído para cerca de 60%. Na eleição de 2016, a taxa de resposta havia diminuído para a casa de um dígito. Repetidas vezes, as projeções falharam. Em 2015, as pesquisas não conseguiram prever a vitória de Benjamin Netanyahu em Israel, a derrota do Partido Trabalhista no Reino Unido, e o resultado de um referendo na Grécia. Em 2016, as

pesquisas não conseguiram prever o Brexit, na votação para retirar a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte da União Europeia.¹⁵⁰

Quanto menos confiáveis as pesquisas se mostravam, mais a imprensa e os partidos se baseavam nelas, o que os tornava ainda menos confiáveis. Em 2015, durante a temporada de primárias, a Fox News anunciou que, para participar de seu primeiro debate no horário nobre, os candidatos republicanos tinham que “ficar entre os dez primeiros na média das cinco pesquisas nacionais mais recentes”, e que suas posições no palco do debate também seriam determinadas pelos números das pesquisas. (As pesquisas de opinião já haviam sido usadas anteriormente para excluir candidatos de partidos menores dos debates — uma prática que provocou uma série de queixas apresentadas à Comissão Eleitoral Federal —, mas isso nunca havia ocorrido com candidatos dos grandes partidos.) O Comitê Nacional Republicano não fez objeção, mas a decisão trouxe preocupação a institutos de pesquisa respeitados. O Instituto Marista de Opinião Pública disse que a atitude da Fox News era um “mau uso das pesquisas públicas”. Scott Keeter, diretor de pesquisas de opinião da Pew, disse: “Não acho que as pesquisas estejam à altura da tarefa de decidir quem participa do debate”. Pew, Gallup e o centro de pesquisas do *Wall Street Journal* e da NBC se recusaram a participar.¹⁵¹

As pesquisas colocaram Trump nos debates do Partido Republicano, o posicionaram no centro do palco, e o declararam vencedor do debate. “Donald J. Trump domina a pesquisa da *Time*”, publicou a campanha do candidato em seu site após o primeiro debate, referindo-se a uma matéria na qual a *Time* indicou que 47% dos participantes de uma pesquisa realizada disseram que Trump havia vencido. A “enquete” da *Time* foi conduzida pela *PlayBuzz*, uma provedora de conteúdo viral que incorporava “questionários, pesquisas, listas e outros formatos divertidos” nos sites para atrair tráfego. A *PlayBuzz* coletou cerca de 70 mil “votos” entre os visitantes do site da *Time* para sua pesquisa instantânea. A *Time* publicou um aviso: “Os resultados

desta pesquisa não são científicos”.¹⁵² Sites menos respeitáveis nem se deram o trabalho de publicar avisos do tipo.

Os esforços para chamar a atenção para a debilidade das pesquisas, ou para fazer distinções entre um tipo de pesquisa e outro, não tiveram sucesso, nem muito empenho. O *New York Times* publicou uma matéria com o título “Presidential Polls: How to Avoid Getting Follid” [Pesquisas presidenciais: como evitar ser enganado]. Pesquisas influenciavam pesquisas. Boas pesquisas influenciavam pesquisas, pesquisas ruins influenciavam outras pesquisas, e, quando pesquisas ruins influenciavam pesquisas boas, elas não eram mais tão boas assim. Além disso, alertar os leitores, ouvintes ou espectadores sobre os problemas com as pesquisas não impediu a mídia de realizá-las. Em agosto de 2015, um dia após o primeiro debate do Partido Republicano, a *Slate* publicou uma coluna chamada “Did Trump Actually Win the Debate? How to Understand All Those Instant Polls That Say Yes” [Trump realmente ganhou o debate? Como entender todas as pesquisas instantâneas que disseram que sim], e também conduziu sua própria pesquisa instantânea: “Agora que o primeiro debate presidencial republicano terminou, especialistas e políticos estão falando sobre o que tudo isso significa para a campanha de cada candidato. Quem triunfou? Quem se atrapalhou? Quem partirá do debate para a glória eleitoral, e quem está fadado a fracassar?”. As promessas populistas eram as mesmas que Gallup fizera na década de 1930. “Os faladores da TV não decidirão esta eleição”, prometia o responsável pela pesquisa da *Slate* (que tinha como título “editor de interatividade”). “O povo americano decidirá.”¹⁵³

Todos os principais institutos de pesquisa projetaram mal as eleições de 2016, prevendo uma vitória para Hillary Clinton. Foi uma disputa apertada. Clinton ganhou no voto popular; Trump venceu no Colégio Eleitoral. O encontro após as eleições na Kennedy School funcionou como uma das primeiras avaliações formais a respeito do que, exatamente, havia acontecido.

Depois que os gerentes de campanha republicanos terminaram de fazer seu balanço, os democratas falaram. “Hillary, muitas pessoas não lembram, chegou à política eleitoral no final de sua carreira”, disse seu gerente de campanha, Robby Mook. “Ela começou com o Fundo de Defesa da Criança...” A campanha de Clinton fracassou na missão de apresentar novidades sobre Hillary Clinton, uma candidata que os americanos já conheciam muito bem. Mook, aparentemente, tinha pouco a acrescentar. O gerente de Bernie Sanders parecia pálido. Ele balançava a cabeça. “Quase conseguimos.”¹⁵⁴

As explicações mais óbvias para a derrota de Clinton, em geral, não foram comentadas. Obama não conseguiu criar uma nova geração de talentos políticos. O Comitê Nacional Democrata, acreditando que a indicação de Clinton e até sua vitória eram inevitáveis, dispensaram a concorrência. Clinton, dedicando seu tempo para angariar fundos com ricos liberais nas duas costas do país, de Hollywood à região dos Hamptons, não fez campanha nos *swing states* — os estados onde a disputa costuma definir a eleição —, e mal se preocupou em falar com os eleitores que eram trabalhadores brancos. Depois que Trump levou a indicação, ela se limitou a apontar suas falhas de caráter, mesmo que a maioria dos apoiadores de Trump tenha indicado, desde o início, que uma abordagem desse tipo fracassaria.

A campanha de Clinton achava que a carreira política de Trump havia terminado quando uma gravação de áudio vazou, na qual ele dizia que a melhor maneira de abordar as mulheres era “agarrar pela boceta”. Mas mesmo isso não impediu o apoio dos cristãos conservadores. “Embora a mídia tenha tentado retratar o comportamento de Trump como um culto à sua personalidade, ironicamente, a única coisa com a qual os eleitores não se importavam era a sua personalidade”, escreveu Ann Coulter no livro *In Trump We Trust* [Em Trump nós acreditamos], um manifesto de campanha escrito às pressas que, como seu trabalho anterior, deixou de lado o mínimo interesse pela comprovação dos fatos: “Estou muito ocupada para escrever

notas de rodapé.” Quanto às acusações sobre as depravações e mentiras de Trump, Coulter previu, com razão, que seus apoiadores não se incomodariam: “Não há nada que Trump possa fazer que não seja perdoado”, escreveu ela. “Exceto mudar suas políticas de imigração.”¹⁵⁵

Phyllis Schlafly, a grande dama do conservadorismo americano, ofereceu um dos primeiros e mais importantes apoios a Trump, em um comício em St. Louis, em março de 2016. Aos 91 anos, sua voz tremia, mas seu poder seguia o mesmo. Com um *blazer* rosa, seu cabelo loiro impecável como sempre, ela disse à multidão que Trump era um “verdadeiro conservador”. Trump, para Schlafly, representou o ápice de um movimento que ela liderou por muito tempo, desde a cruzada anticomunista da década de 1950 e a campanha por Goldwater na década de 1960, até a oposição à Emenda da Igualdade de Direitos na década de 1970 e a Revolução Reagan na década de 1980. Desde o Onze de Setembro, Schlafly estava pedindo o fim da imigração e uma cerca ao longo da fronteira, e o pedido de Trump por um muro garantiu sua lealdade. “Foi Donald Trump quem fez da imigração o grande problema que realmente é”, disse Schlafly. “Porque Obama quer mudar o caráter do nosso país.”¹⁵⁶

Naquele verão, Schlafly participou da Convenção Nacional Republicana para comemorar a indicação histórica de Trump. Na cadeira de rodas, ela parecia fraca e pálida, mas, mesmo assim, falou com sua determinação característica. Ela disse que queria ser lembrada por “mostrar que as bases podem se erguer e derrotar o *establishment*, porque foi o que fizemos com a Emenda da Igualdade de Direitos, e acho que é isso que vamos fazer com a eleição de Donald Trump”. Schlafly morreu poucas semanas depois, em 5 de setembro de 2016. Seu endosso, no texto *The Conservative Case for Trump* [O argumento conservador por Trump], publicado no dia seguinte à sua morte, exortou os cristãos conservadores a apoiarem Trump por suas posições sobre imigração e aborto: “O Cristianismo está sob

ataque em todo o mundo — mais claramente vindo dos islâmicos, mas também discretamente aqui em nossa casa, com os ataques à liberdade religiosa”.¹⁵⁷

Algumas semanas antes da eleição, Trump fez as declarações de abertura no funeral de Schlafly, realizado em uma linda catedral em St. Louis. “Com Phyllis, sempre foi a América primeiro”, disse Trump, do altar. Ele levantou um dedo, como se estivesse fazendo uma promessa: “Nós nunca, jamais, vamos decepcioná-la.” No dia das eleições, pelo menos de acordo com as pesquisas de opinião pública, 52% dos católicos e 81% dos evangélicos votaram em Trump.¹⁵⁸

A eleição de Trump marcou uma última e mais duradoura vitória para a mulher que interrompeu a Emenda da Igualdade de Direitos. No entanto, os cristãos conservadores dissidentes argumentaram que também marcou o fim do conservadorismo cristão. “Embora Donald Trump tenha conquistado a presidência, em parte pelo forte apoio de católicos e evangélicos, a ideia de que alguém tão vulgar, agressivo e com a moral tão comprometida quanto Trump possa ser um símbolo para a restauração da moralidade cristã e da unidade social é mais que um delírio”, escreveu Rod Dreher após a eleição. “Ele não é a solução para o problema do declínio cultural da América, mas um sintoma desse declínio.”¹⁵⁹

Dreher incitou os cristãos a manter o “jejum digital como uma prática de abstinência”. Outros conservadores que não apoiaram Trump lutavam contra as consequências do ataque da direita às fontes tradicionais de autoridade e conhecimento, sobretudo a imprensa. “Conseguimos convencer nosso público a ignorar e desconsiderar qualquer informação da mídia”, escreveu o ex-apresentador de rádio conservador Charlie Sykes após a eleição, em *How the Right Lost Its Mind* [Como a direita perdeu a cabeça], um livro que representava seu ato de deserção.¹⁶⁰

A esquerda procurou culpados em outros lugares. Hillary Clinton atribuiu sua derrota principalmente ao caso de escândalo em seus e-mails, pelo qual ela culpou o FBI, embora ela e seus

apoiadores também culpassem Bernie Sanders, por dividir o Partido Democrata.¹⁶¹ No encontro pós-eleições da Kennedy School, nem a campanha de Clinton nem a grande mídia estavam prontas para admitir seus erros na eleição. Em uma discussão sobre o papel da mídia na eleição após o jantar, Jeff Zucker, presidente da CNN, rejeitou todas as acusações de que a CNN teria cometido erros em sua cobertura — por exemplo, na quantidade de tempo que concedeu a Trump, incluindo os longos períodos em que, esperando o candidato aparecer, a rede transmitia imagens de um palco vazio. “Francamente, respeitosamente, acho isso bobagem”, disse Zucker sobre as queixas. “Donald Trump aparecia muito na CNN. Isso porque pedimos que ele concedesse entrevistas, e ele concordou. Pedimos muito aos outros candidatos que dessem entrevistas, e eles se recusaram.”¹⁶²

“Vocês mostravam o púlpito vazio!”, gritou alguém da plateia. Zucker não recuou. “Donald Trump foi convidado a participar, ele concordou, e respondeu às perguntas. Os outros candidatos foram convidados...”

“Isso não é verdade!”, gritou outro gerente de campanha.

Zucker: “Entendo que os ânimos continuam acirrados...”¹⁶³

O moderador Sasha Issenberg, repórter da *Bloomberg Politics*, pediu calma: “Vamos para um assunto menos controverso — notícias falsas”.¹⁶⁴

Durante a campanha, os eleitores que recebiam suas notícias online leram muitas matérias que eram evidentemente falsas, pura ficção, algumas delas escritas por propagandistas russos. O presidente russo Vladimir Putin não gostava de Clinton; Trump admirava Putin. Durante o primeiro ano de Trump no cargo, o Congresso investigaria se a campanha de Trump havia conspirado com o governo russo, e se a intromissão teria afetado o resultado da eleição. Mas a intromissão, que consistia em acirrar os ânimos partidários e incitar a animosidade racial e religiosa, tinha um objetivo maior: destruir a fé dos americanos uns no outros, e em seu sistema de governo.¹⁶⁵

Mesmo assim, nem todos os criadores de notícias falsas eram russos. Paul Horner, um aspirante a comediante de Phoenix, de 37 anos, escreveu notícias falsas pró-Trump para ganhar dinheiro, e ficou surpreso ao descobrir que funcionários de Trump, como Lewandowski, reproduziam as histórias nas mídias sociais. “O gerente de campanha dele publicou como se fosse real a história que inventei sobre um manifestante que havia recebido 3.500 dólares”, disse Horner ao *Washington Post*. “Tipo, eu inventei isso. Eu publiquei um anúncio falso no site *Craigslist*.” Horner, que não apoiou Trump, disse mais tarde: “Todas as matérias que escrevi foram para fazer os partidários de Trump parecerem idiotas por compartilharem elas”. (Horner morreu pouco depois da eleição, possivelmente vítima de uma overdose.)¹⁶⁶

Horner pode ter ficado surpreso ao saber que as pessoas repassavam suas mentiras como notícias, mas uma grande quantidade de republicações foi feita não por pessoas, mas por robôs. Nos meses anteriores à eleição, o Twitter tinha até 48 milhões de contas falsas, *bots* que tuitavam e retuitavam notícias falsas. No Facebook, uma notícia falsa era tão passível de ser publicada no *feed* de notícias quanto uma notícia real.¹⁶⁷

No fórum da Kennedy School, o moderador Issenberg questionou Elliot Schrage, vice-presidente de comunicações globais, marketing e políticas públicas do Facebook.

“Em que momento vocês perceberam que havia um problema com notícias falsas?”, perguntou Issenberg.

“A questão sobre nosso papel como uma empresa que dissemina notícias foi algo que só apareceu de verdade no decorrer do ano passado”, disse Schrage.¹⁶⁸

Posteriormente, o Congresso conduziria uma investigação sobre o que o Facebook sabia, quando soube, e por que não tomou mais atitudes a respeito.¹⁶⁹ Mark Zuckerberg, que parecia explorar a possibilidade de um dia concorrer à presidência dos Estados Unidos, a princípio chamou de “loucura” a ideia de que o Facebook havia desempenhado algum papel na eleição. Durante

uma investigação subsequente no Congresso, o Facebook relutou, mas admitiu que uma organização de desinformação vinculada ao Kremlin, a Agência de Pesquisa na Internet, com o objetivo de dividir os americanos e interferir na eleição, comprou anúncios políticos de cunho provocativo no Facebook, que foram vistos por mais de 126 milhões de americanos.¹⁷⁰ Mais tarde, descobriu-se que o Facebook havia fornecido os dados privados de mais de 87 milhões de seus usuários à Cambridge Analytica, uma empresa de dados contratada pela campanha de Trump.

Schrage, no entanto, não falou sobre nada disso. Fazia pouco tempo que o Facebook havia começado a se perguntar se deveria ser considerada uma “organização de notícias” — “eu diria que isso aconteceu provavelmente nos últimos três a seis meses”, explicou ele —, e isso ficou claro. Schrage, um advogado corporativo especializado em fusões e aquisições, mostrou pouca evidência de que tinha qualquer entendimento específico a respeito de notícias, reportagem, edição, julgamento editorial ou interesse público. Quando ele vacilou, recorrendo a explicações sobre fotografias de mamilos que os algoritmos do Facebook classificavam como pornografia, mas que poderiam na verdade ser notícias legítimas, Kathleen Carroll, da Associated Press, interveio irritada.¹⁷¹

“Posso apenas dizer que o julgamento das notícias é muito mais complicado do que o de mamilos?”¹⁷²

Schrage se encolheu na cadeira.

No início do segundo ano do governo Trump, o Departamento de Justiça indiciaria treze cidadãos russos envolvidos com a Agência de Pesquisa na Internet, sob a acusação de “se apresentarem como americanos e criarem perfis falsos”, além de usar “identidades roubadas de pessoas reais” para operar e publicar em contas de mídia social “com a finalidade de interferir no sistema político dos Estados Unidos”, uma estratégia que incluía “apoiar a campanha presidencial do então candidato Donald J. Trump [...] e atacar Hillary Clinton”. Eles também foram acusados de minar as campanhas dos candidatos republicanos

Ted Cruz e Marco Rubio, apoiando as campanhas de Bernie Sanders e da candidata do Partido Verde, Jill Stein, usando o Facebook e o Twitter para semear divergências políticas com estratégias que incluíam perfis falsos do movimento *Black Lives Matter* e do grupo Muçulmanos Americanos, e a organização de comícios pró-Trump e anti-Clinton, com o uso de *hashtags* que incluíam #Trump2016, #TrumpTrain, #IWontProtectHillary e #Hillary4Prison.¹⁷³ Mais revelações viriam.

No encontro pós-eleição, Issenberg perguntou a Marty Baron, o estimado editor do *Washington Post*, se ele havia cogitado não publicar o conteúdo dos e-mails do Comitê Nacional Democrata divulgados pelo *WikiLeaks*, um site de fontes anônimas criado em 2006. O fundador do *WikiLeaks*, Julian Assange, um programador de computadores australiano, se inspirou em Daniel Ellsberg, o cientista político que vazou os *Pentagon Papers*, mas Assange, morando na embaixada do Equador em Londres, não lembrava Ellsberg em nada. *Hackers* russos invadiram os servidores do comitê democrata, Assange divulgou os e-mails hackeados no *WikiLeaks*, e o *Washington Post* estava entre os meios de comunicação que decidiram revelar o conteúdo das mensagens que, mais tarde se descobriria, haviam sido hackeadas por um estado-nação soberano.¹⁷⁴

Baron, geralmente sereno e equilibrado, ficou irritado e fugiu da pergunta de Issenberg, salientando que o *Washington Post* não hesitara em divulgar o conteúdo dos e-mails porque “a campanha de Clinton nunca disse que eram falsos”.¹⁷⁵

Issenberg perguntou a Schrage por que o Facebook não verificava as notícias antes de colocá-las na lista do *feed* de Notícias. Schrage falou sobre a “curva de aprendizado” do Facebook. Sobretudo, ele se esquivou. “Não está claro para mim que, com 1,8 bilhão de pessoas no mundo, em muitos países diferentes, e com muitos idiomas diferentes, começar a contratar editores seja uma estratégia inteligente”, disse ele.¹⁷⁶ Como as audiências no Congresso confirmaram posteriormente, o Facebook não tinha praticamente nenhuma estratégia, inteligente

ou não, exceto aumentar o número de usuários e o tempo que eles gastavam no Facebook.

“Onde está o julgamento das notícias?”, gritou alguém da plateia, direcionando a pergunta para todos no painel.

Zucker deu de ombros. “No final das contas, cabe ao espectador.”¹⁷⁷ Como resposta, resmungos de reprovação.

Carroll, há muito tempo um eminente jornalista e membro do conselho da Pulitzer, resumiu a discussão. “Eu sei que existem algumas organizações, alguns jornalistas, ou alguns observadores que acham que a mídia deveria se sujeitar a um cilício”, disse ela. “Eu acho que isso é bobagem.”¹⁷⁸ E a noite terminou, sem ninguém de nenhuma das campanhas, das emissoras a cabo, das redes de mídias sociais, ou das agências de notícias expressar um pingão de arrependimento por qualquer coisa.

A eleição quase partiu o país ao meio. Ela provocou medos, incitou ódios, e semeou dúvidas a respeito da liderança americana no mundo, e sobre o futuro da própria democracia. Mas o arrependimento teria que esperar por outro dia. E a solução também.

Se perecermos, a crueldade do inimigo seria apenas a causa secundária do desastre. A causa primária seria o fato de que a força de uma nação gigante foi dirigida por olhos cegos demais para ver todos os riscos da luta; e a cegueira seria induzida não por algum acaso da natureza ou da história, mas por ódio e arrogância.

— Reinhold Niebuhr, *La ironia en la historia americana*,
1952



Double America, a obra em néon e tinta produzida em 2012 por Glenn Ligon, foi parcialmente inspirada nas palavras da abertura de Um conto de duas cidades, de Charles Dickens: “Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos”. (© Glenn Ligon; Cortesia do artista, Luhring Augustine, New York, Regen Projects, Los Angeles, e Thomas Dane Gallery, Londres.)

Epílogo

A QUESTÃO ENFRENTADA

O VERÃO NA FILADÉLFIA ESTAVA MAIS QUENTE QUE O NORMAL durante a convenção constitucional, mas, em meados de setembro, quando os últimos delegados montaram em seus cavalos e voltaram para casa, o tempo começou a mudar. Em outubro, quando *O federalista* começou a ser publicado nos jornais, pedindo aos americanos que discutissem “se as sociedades dos homens são realmente capazes ou não de estabelecer um bom governo a partir da reflexão e da escolha, ou se suas constituições políticas estavam destinadas a depender para sempre da força ou do acaso”, o ar estava tão fresco quanto uma maçã de outono. Em novembro, quando as últimas maçãs eram prensadas para produção de sidra, a temperatura começou a despencar. No dia seguinte ao Natal, o gelo fechou o rio Delaware e o manteve bloqueado por meses, ao longo de um inverno tão frio que fez a terra congelar em direção ao Sul até Savannah.¹

Desde então, os anos têm sido mais quentes. O clima da Constituição não existe mais. A temperatura média anual na Filadélfia na época da assembleia constituinte era de 11°C.² No final do mandato de Barack Obama, a média anual havia subido para 15°C.³ Quando o mundo começou a esquentar, a temperatura na terra subia mais rápido do que a temperatura nas águas, mas os oceanos também se aqueceram. As calotas de gelo derreteram, o nível do mar subiu, as tempestades aumentaram.⁴ Pouco depois de Donald Trump anunciar que retiraria os Estados Unidos do acordo climático de Paris, que reunia quase duzentos países membros, em uma declaração que ele descreveu como “a reafirmação da soberania americana”, um

iceberg de um trilhão de toneladas, do tamanho do estado do Delaware, separou-se da Antártica.⁵

Durante milhões de anos, os continentes se afastaram uns dos outros. Em 1492, eles se encontraram novamente na América, um mundo novo. Os conquistadores do século XVI debateram a natureza da justiça. Os dissidentes do século XVII esperavam ficar mais perto de Deus. Os racionalistas do século XVIII, rompendo com o passado, esperavam encontrar um novo começo, um lugar fora do tempo.

Os Estados Unidos começaram com um ato de ruptura: “Quando, no curso dos eventos humanos, torna-se necessário que um povo dissolva os laços políticos que o ligava aos outros [...] o respeito e a decência com as opiniões do restante da humanidade exigem que eles declarem as causas que os impelem à separação.” Sua Constituição aspirava criar uma união mais perfeita, mas foram os escravos e seus descendentes que, dissolvendo os laços da tirania, ajudaram a cumprir a promessa daquela união com laços de igualdade. Esses novos laços amarraram os americanos uns ao outros e ao mundo. Fios de telégrafo se estenderam através do Atlântico, afundados nas profundezas do oceano. Depois, vieram navios a vapor, aviões, jatos supersônicos, satélites, poluição, bombas atômicas, e a internet. “No começo, todo o mundo era a América”, escreveu John Locke. No final da Guerra Fria, alguns especialistas concluíram que os Estados Unidos haviam se tornado o mundo inteiro, como se o experimento americano estivesse concluído com um triunfo inigualável.

O experimento americano não estava concluído. Uma nação nascida da revolução lutará para sempre contra o caos. Uma nação fundada em direitos universais lutará sempre contra as forças do particularismo. Uma nação que derrubou a hierarquia do nascimento, para erguer em seu lugar uma hierarquia da riqueza, nunca conhecerá a tranquilidade. Uma nação de imigrantes não pode fechar suas fronteiras. E uma nação nascida da contradição, da liberdade em uma terra de escravidão, da

soberania em uma terra de conquistas, lutar, para sempre, pelo significado de sua história.

E, ainda assim, as águas subiram. A eleição de Trump iniciou um maremoto. Diversos comentaristas políticos anunciaram o fim da República. A retórica de Trump era apocalíptica e absoluta; o tema de seu discurso de posse foi a “carnificina americana”. A retórica de seus críticos não era menos distópica — raivosa, ferida, e sem esperança.⁶

Quando Trump iniciou seu mandato, os americanos brigavam sobre imigração e armas, sexo e religião. Eles brigavam também por estátuas e monumentos, placas e nomes. Os fantasmas da história americana balançavam suas correntes. Em Frederick, Maryland, uma caminhonete Chevy levou um busto de bronze de Roger Taney, o juiz que tomou a decisão no caso *Dred Scott*, da Prefeitura para um cemitério fora da cidade. Em St. Louis, guindastes retiraram dois monumentos aos confederados — suas placas foram pichadas com “BLACK LIVES MATTER” e “FIM AO RACISMO” —, que foram guardados em um depósito. Nova Orleans planejou derrubar estátuas de quatro líderes confederados, o que causou tumultos, trazendo à tona o que os separatistas outrora chamaram de “mar de sangue”, uma barragem que se rompia. Em Charlottesville, Virgínia, onde estava prevista a retirada de uma estátua de Robert E. Lee, supremacistas brancos armados marcharam pela cidade; um deles atropelou e matou uma manifestante contrária ao grupo, como se a Guerra Civil nunca tivesse terminado, sendo ela a mais recente baixa da União.⁷

As verdades nas quais a nação foi fundada — igualdade, soberania e consentimento — foram recontadas após a Guerra Civil. O liberalismo moderno surgiu desse acordo político, e os Estados Unidos, abandonando o isolacionismo, levaram essa visão ao mundo: o Estado de Direito, os direitos individuais, o governo democrático, as fronteiras abertas e o livre mercado. A luta para cumprir a promessa das verdades fundadoras da nação manteve o país unido por um século, durante a longa luta pelos

direitos civis. Mas, ainda assim, a nação desmoronou da mesma forma, mais uma vez.

Os conservadores reivindicaram o poder com base no fracasso do liberalismo, iniciado na década de 1960, quando a ideia de identidade substituiu a ideia de igualdade. Os liberais conseguiam vitórias nos tribunais enquanto perdiam as assembleias estaduais, os gabinetes de governadores, e as cadeiras no Congresso. Na década de 1990, o conservador Robert Bork insistiu: “O liberalismo moderno está fundamentalmente em desacordo com o governo democrático, porque exige resultados que as pessoas comuns não escolheriam por livre e espontânea vontade. Portanto, os liberais só podem governar por meio de instituições amplamente isoladas da vontade popular.”⁸ Mas o problema não estava relacionado aos liberais que não conseguiam obter apoio popular; o problema era que os liberais sequer tentavam, deixando a política eleitoral de lado e priorizando recursos judiciais, teatro político e cruzadas pela pureza.

Os conservadores consolidaram a sua reivindicação pelo poder político ao vencer nas eleições e na história. A revista *National Review*, como William F. Buckley escreveu em 1955, “se mantinha de frente contra a história, gritando PARE”. De tanto desejar que a história parasse, os conservadores começaram a querer que a história voltasse para trás, transformando a fundação do país em fetiche, sob a forma do originalismo. “Desde a chegada dos colonos de língua inglesa em 1607 até 1965”, Newt Gingrich escreveu em 1996, “da colônia de Jamestown e dos peregrinos, passando por *Da democracia na América*, de Tocqueville, até as pinturas de Norman Rockwell das décadas de 1940 e 1950, havia a continuidade de uma civilização construída em torno de princípios legais e culturais aceitos por todos.”⁹ Desde 1965, o ano em que Lyndon Johnson assinou a Lei de Imigração, a civilização havia se desfeito — era o argumento de Gingrich. Sua narrativa sobre o passado da América era uma fantasia, útil para seu uso político, mas inútil como história —

indiferente à diferença, à violência e à luta pela justiça. Isso também minava e diminuía o experimento americano, tornando-o menos corajoso, menos ousado, menos interessante, menos violento, uma história de ninar boba e confortante, no lugar de uma história épica excitante, aterrorizante, inspiradora, perturbadora e extraordinária. No entanto, esse conto de fadas mexia com os verdadeiros anseios e com o desespero político dos americanos que aderiram ao *Tea Party* e que se uniram à promessa de Donald Trump de “tornar a América grande novamente”. A nostalgia não se limitou apenas aos Estados Unidos. Em todo o mundo, os populistas em busca de consolo para um presente conturbado procuram refúgio em histórias imaginadas. O destino do próprio estado-nação parece incerto; os nacionalistas, que tinham poucas propostas para o futuro, chegaram ao poder contando fábulas sobre a grandeza do passado.

Barack Obama havia pedido aos americanos para “escolher nossa melhor história”, uma história mais longa, mais exigente, mais confusa, e, por fim, mais animadora. Mas uma nação não pode escolher seu passado; só pode escolher o seu futuro. E, no século XXI, não estava mais claro que a escolha, no sentido proposto por Alexander Hamilton, tivesse muito a ver com as decisões tomadas por um eleitorado lançado à deriva no oceano da internet. Hamilton queria saber se um povo poderia se autogovernar pela reflexão e pela escolha, ou se está destinado a ser governado, para sempre, pelo acaso e pela força, abatido pela violência de cada onda de um mar revolto.

O navio do Estado balançou e cambaleou. Os liberais, derrubados por uma brisa, negligenciaram a necessidade de baixar as velas do navio, deixando que a lona chacoalhasse e rasgasse em meio ao vento que aumentava, deixando os cordames dependurados. Encolhidos debaixo do convés, eles não conseguiram definir um percurso, tendo perdido o horizonte de vista e sem nenhuma bússola a seu alcance. No convés, os conservadores haviam arrancado as tábuas do navio para queimá-las na fogueira da raiva: eles conquistaram a vontade do

povo ao demolir a ideia da verdade em si, destruindo o mastro do próprio navio.

Ao lidar com o que seus antepassados haviam criado, caberia a uma nova geração de americanos tentar compreender a profundidade deste mar sombrio e sinistro. Se quisessem consertar o navio destrozado, seria necessário derrubar o pinheiro mais majestoso de uma floresta abandonada e criar um novo mastro capaz de perfurar o céu nublado. Com machadinhas afiadas, eles teriam que cortar pedaços de cedro e carvalho em tábuas retas e legítimas. Eles precisariam fixar os pregos em seus respectivos lugares, com um movimento incansável de seus braços fortes e, segurando as agulhas entre dedos ágeis, costurar as novas velas na lona áspera de sua boa vontade. Sabendo que o calor, as faíscas, os martelos e as bigornas não seriam suficientes, eles teriam que forjar uma âncora no ardente fogo dos seus ideais. E para comandar esse navio em meio aos ventos e ondas, eles precisariam aprender uma arte antiga e quase esquecida: navegar se orientando apenas pelas estrelas.

DIZER QUE UM AUTOR DEMORA A VIDA TODA PARA ESCREVER cada livro é dizer o óbvio. Nesse caso, o óbvio é adequado. Venho ensinando grande parte do material deste livro há décadas, e meus primeiros agradecimentos são aos meus alunos, cujas perguntas e dúvidas aprofundaram minha curiosidade, desafiaram minhas suposições e aprimoraram meu entendimento.

Meus próximos agradecimentos são para os meus colegas. Para escrever este livro, me dediquei ao incrivelmente feliz e delicioso trabalho de aprender e escrever sobre muitas pessoas, eventos, ideias e instituições sobre as quais nunca havia estudado antes, e ler o trabalho de gerações de ilustres historiadores e cientistas políticos americanos. Também me amparei na experiência deles de outras maneiras. Agradeço a generosidade extraordinária de colegas que leram rascunhos, indicaram leituras, e me explicaram pontos problemáticos. Agradecimentos especiais a David Armitage, David Blight, Tomiko Brown-Nagin, David Carrasco, Linda Colley, Nancy Cott, Noah Feldman, Gary Gerstle, Annette Gordon-Reed, John Harpham, Elizabeth Hinton, Adam Hochschild, Tony Horwitz, Maya Jasanoff e Walter Johnson, Jane Kamensky, James Kloppenberg, Ann Marie Lipinski, Louis Menand, Charles Maier, Lisa McGirr, Julie Miller, Martha Minow, Benjamin Naddaff-Hafrey, Latif Nasser, Sarah Phillips, Leah Price, Emma Rothschild, Bruce Schulman, Erik Seeman, Rogers Smith e Sean Wilentz.

Também tirei proveito de comentários imensamente úteis de plateias que me ouviram apresentar versões deste trabalho, como na Conferência George Bancroft Memorial da U.S. Naval

Academy; a Conferência Spencer Trask, na Universidade de Princeton; a Conferência Patten, na Universidade de Indiana; a Conferência Richard Leopold sobre Assuntos Públicos na Northwestern University; a Conferência Theodore H. White sobre Imprensa e Política na Kennedy School of Government, de Harvard; as Conferências F.E.L. as palestras do Priestley Memorial sobre a História das Ideias na Universidade de Toronto; a Conferência como Pesquisadora Visitante Ilustre na Universidade de Connecticut, Storrs; e a Conferência Callahan na Case Western Reserve University. Recebi sugestões cruciais durante seminários em Harvard, inclusive no Departamento de História, na Nieman Foundation, e no Programa de Governo Constitucional, bem como durante as apresentações no Seminário de História Americana na Universidade de Cambridge, e na Ala Americana do Metropolitan Museum of Art, em Nova York.

Todos os livros deste escopo representam o ápice de trabalhos levados a cabo por muito tempo. Para escrever este livro, em muitos casos revisei histórias que já havia contado antes — em palestras, ensaios e livros — a respeito de tudo, desde histórias sobre tributação, dívidas e consultoria política, até as vidas de Jane Franklin, Andrew Jackson, Woodrow Wilson e Barack Obama. Recorri livremente ao meu acervo de ensino, pesquisa e textos anteriores, especialmente artigos escritos originalmente para a revista *The New Yorker*. Meus agradecimentos ilimitados, como sempre, ao meu editor, Henry Finder. Os leitores podem reconhecer fantasmas de antigos ensaios da revista assombrando essas páginas, trazidos à vida em um novo formato e com propósito completamente diferente — com notas de fim presas aos textos como se fossem correntes.

Jon Durbin, da editora Norton, perguntou se eu me disporia a escrever este livro, e achei que ele estava louco, mas fico feliz que ele tenha perguntado. Agradeço também a Tina Bennett pela torcida. Peter Pellizzari, Thera Webb e Sean Lavery verificaram

os fatos, poupando-me de muitos erros. Janet Byrne editou com cuidado e prudência inigualáveis. O incrível Pembroke Herbert compilou ilustrações; Rebecca Karamehmedovic buscou as permissões. Marie Pantojan e Don Rifkin, da Norton, mantiveram tudo nos eixos de forma milagrosa. Nada se compara à paixão e à sabedoria de meu editor na Norton, Robert Weil.

Agradecimentos aos queridos amigos: Adrianna Alty, Elise Broach, Jane Kamensky, Elisabeth Kanner, Lisa Lovett, Liz McNerney, Bruce Schulman, Rachel Seidman e Denise Webb. Paul e Doris Leek, que viraram pais para mim. E para Gideon, Simon, Oliver e Tim Leek: amor, para sempre.

Introdução: A QUESTÃO POSTA

1. *New-York Packet*, 30 de outubro de 1787.
2. *The Records of the Federal Convention of 1787*, ed. Max Farrand, 3 vols. (New Haven, CT: Yale University Press, 1911), v. 2, p. 88, 12 de setembro de 1787.
3. “An Old Whig IV”, [Filadélfia] *Independent Gazetteer*, 27 de outubro de 1787.
4. James Madison para William Eustis, 6 de julho de 1819, em *The Papers of James Madison*, Retirement Series, ed. David B. Mattern, J.C.A. Stagg, Mary Parke Johnson e Anne Mandeville Colony, 12 vols. (Charlottesville: University of Virginia Press, 2009), v. 1, p. 478-80.
5. *New-York Packet*, 39 de outubro de 1787.
6. *Ibid.*
7. Michael Holler, *The Constitution Made Easy* (n.p.: The Friends of Freedom, 2008).
8. Benjamin Franklin, “Observations on Reading History”, 9 de maio de 1731, em *The Papers of Benjamin Franklin* (doravante *PBF*), edição on-line em Franklinpapers.org.
9. David Hume, “An Enquiry Concerning Human Understanding [1748]”, *Essays and Treatises on Various Subjects* (Boston: J. P. Mendum, 1868), p. 54
10. Por exemplo, Ross Douthat, “Who Are We?”, *New York Times* [doravante *NYT*], 4 de fevereiro de 2017.

11. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Livro I, cap. 1; Heródoto, *The Essential Herodotus*, tradução, introdução e notas de William A. Johnson (Nova York: Oxford University Press, 2017), 2; Ibn Khaldûn, *The Muqaddimah: An Introduction to History*, trad. Franz Rosenthal (1967; Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005), p. 5.
12. Sir Walter Raleigh, *The Historie of the World* (Londres: Walter Burre, 1614), 4.
13. Thomas Paine, *Senso Comum* (Filadélfia: R. Bell, 1776), 17, 12. Jame Madison, Federalist N° 14 (1787).
14. Paine, *Senso Comum*, p. 18.
15. Carl Degler, *Out of Our Past: The Forces That Shaped Modern America* (Nova York: Harper & Brothers, 1959), x1.
16. A carta foi publicada originalmente como James Baldwin, “A Letter to My Nephew”, *The Progressive*, 1º de janeiro de 1962; uma revisão apareceu em James Baldwin, *The Fire Next Time* (1963; Nova York: Vintage International), p. 3-5.
17. Ibid.

Capítulo 1: A NATUREZA DO PASSADO

1. Cristóvão Colombo, *The Diario of Christopher Columbus's First Voyage to America, 1492-1493, Abstracted by Fray Bartolomé de las Casas* (*O Diário da Primeira Viagem de Cristóvão Colombo para a América, 1492-1493, Condensado pelo Frei Bartolomeu de las Casas*), transcrito e traduzido por Oliver Dunn e James E. Kelly Jr. (Norman: University of Oklahoma Press, 1989); Las Casas, descrevendo de forma breve uma passagem de Colombo, escreveu “vitreon gente desnuda” (“eles viram gente desnuda”), Mudei isso para “vimos gente desnuda”, que, supõe-se, foi o que Colombo escreveu. Sobre a história do diário, ver Samuel E. Morison, “Texts and Translations of Columbus's of the Journal of Columbus's First Voyage”, *Hispanic American Historical Review* 19 (1939), p. 235-261.
2. Colombo, *Diário*, p. 63-69.
3. Colombo, “The Admiral Words [c. 1496]”, em Ramón Pané, *An Account of the Antiquities of the Indians* (*Um relato sobre as antiguidades dos índios*) [1498], ed. José Juan Arrom, trad. Susan C. Griswold (Durham, NC: Duke University Press, 1999), apêndice.
4. Pané, *Antiguidades dos índios*, p. 3.
5. *Ibid.*, Introdução.
6. *Ibid.*, p. 3, 11-12, 17.
7. *Ibid.*, p. 20.
8. Gonzalo Fernández de Oviedo, *Historia General y Natural de las Indias*, extraído de *1492: Discovery, Invasion, Encounter: Sources and Interpretations*, ed. Marvin Lunefeld (1529; Lexington, MA: D.C. Heath and Company, 1991), p. 152-153.
9. Pané, *Antiguidades dos índios*, p. 31.

10. David A. Zinniker, Mark Pagant e Camile Holmgren, “The Stable Isotopic Composition of Taxon-Specific Higher Plant Biomarkers in Ancient Packrat Middens: Novel Proxies for Seasonal Climate in the Southwest US”, *Geological Society of America* 39 (2007), p. 271.
11. Charles Darwin, *On the Origin of Species by Means of Natural Selection (A origem das espécies por meio da seleção natural)*, 4ª ed. (Londres, 1866), p. 375.
12. Sobre o debate acerca dos números da população, ver Charles C. Mann, *1491: New Revelations of the Americas Before Columbus* (Nova York: Knopf, 2005), p. 92-96; 132-133.
13. Fontes úteis incluem *Handbook of North American Indians* (Washington, DC: Instituto Smithsonian, 1978, 2008); Alvin M. Josephy Jr., *America in 1492: The World of the Indian Peoples before the Arrival of Columbus* (Nova York: Vintage Books, 1991); e Daniel K. Richter, *Facing East from Indian Country: A Native History of Early America* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001).
14. Irving Rouse, *The Tainos: Rise and Decline of the People Who Greeted Columbus* (New Haven, CT: Yale University Press, 1992).
15. De forma mais abrangente, ver Chales Mater, *Once within Borders: Territories of Power, Wealth, and Belonging since 1550* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016).
16. George Bancroft, *The Necessity, the Reality and the Promise of the Progress of the Human Race* (Nova York: New York Historical Society, 1854), p. 29.
17. Sobre os povos nativos norte-americanos, ver Daniel K. Richter, *Before the Revolution: America’s Ancient Past* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011). Sobre Zheng He, ver, por exemplo, Louise Levathes, *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433* (Nova York; Simon & Schuster, 1994). Sobre os maias, ver Inga Clendinnen, *Ambivalent Conquests; Maya and Spanish in*

Yucatan, 1517-1570 (Nova York: Cambridge University Press, 1987). Sobre povos da África Ocidental, ver John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680* (Nova York: Cambridge University Press, 1992).

18. Samuel Purchas, *Purchas His Pilgrimage; Or, Relations of Man . . . from the Creation unto This Present* (Londres, 1614).

19. Samuel Purchas, “A Discourse of the diversity of Letters used by the divers Nations in the World”, em *Hakluytus Posthumus, or Purchas His Pilgrimes*, 20 vols. (Glasgow: James MacLehose & Sons, 1905), v. 1, p. 486.

20. *Diário*, p. 63-69.

21. Stephen Greenblatt, *Marvelous Possession: The Wonder of the New World* (Chicago: University of Chicago Press, 1991), cap. 3.

22. Ver Tzvetan Todorov, *The Conquest of America: The Question of the Other*, trad. Richard Howard (Nova York: Harper and Row, 1984).

23. Citado em J. H. Elliott, *The Old World and the New, 1492-1650* (1970; Nova York: Cambridge University Press, 1992), p. 10.

24. Américo Vespúcio, *Mundus Novus: Letter to Lorenzo Pietro di Medici*, trad. George Tyler Northrup (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1916), p. 1.

25. Sir Thomas Moore, *Utopia*, ed. Edward Surtz (New Haven, CT: Yale University Press, 1964). Sobre sua viagem com Vespúcio, ver p. 12-13.

26. Isidoro de Sevilha, *The Etimologies of Isidore of Seville*, tradução e prefácio de Stephen A. Barney et al. (Nova York, Cambridge University Press, 2006), introdução.

27. John R. Hébert, “The Map That Named America”, *Library of Congress Information Bulletin* 61 (setembro de 2003).

28. Apud Eric Williams, *Capitalism and Slavery* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, [1944] 1994), p. 4.

29. Pané, *Antiguidades dos índios*, p. 35.

30. Todos esses números são estimativas, e todos são contestados. Sobre imigração europeia, uma boa introdução ao assunto é Bernard Bailyn, *The Peopling of British America: An Introduction* (Nova York: Knopf, 1986). Para dados sobre os africanos, ver David Eltis, *The Rise of African Slavery in the Americas* (Nova York: Cambridge University Press, 2000), um estudo sobre os números estimados das viagens dos navios negreiros, *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, <http://slavevoyages.org>, acessado em 2 de junho de 2017. Sobre a eterna controvérsia sobre os números da população indígena, ver, por exemplo, Jeffrey Ostler, “Genocide and American Indian History”, *Oxford Research Encyclopedia of American History* (Nova York: Oxford University Press, 2016).

31. Apud Elliott, *The Old World and the New*, p. 76.

32. Elliott, *The Old World and the New*, p. 59-61; Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (*A riqueza das nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*), 3 v. (1776; Nova York: Collier, 1902). v. 2, p. 394. Sobre a ascensão do capitalismo, ver Joyce Appleby, *The Relentless Revolution: A History of Capitalism* (Nova York: Norton, 2010). Sobre a longa história da escravidão, ver David Brion Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1966), e David Brion Davis, *Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World* (Nova York: Oxford University Press, 2006).

33. Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World*, caps. 3 e 4.

34. Colombo, *Diário*, p. 75.

35. Sobre as consequências ambientais de 1492, ver Alfred W. Crosby, *The Columbian Exchange: Biological Consequences of 1492* (Westport, CT: Greenwood, 1972), e Alfred W. Crosby, *Ecological Imperialism: Biological Expansion of Europe, 900-1900* (Cambridge University Press, 1986). A citação é de Crosby, *Ecological Imperialism*, p. 166.

36. Apud Crosby, *Ecological Imperialism*, p. 175.
37. Crosby, *Ecological Imperialism*, cap. 9.
38. David J. Weber, *The Spanish Frontier in North America* (New Haven: CT: Yale University Press, 1992), p. 1-4.
39. Apud Crosby, *Ecological Imperialism*, p. 215; 208.
40. Aristóteles, *Política*, Livro 1, parte 1, p. 3-7. E, de forma mais abrangente, ver Anthony Padgen, *Spanish Imperialism and the Political Imagination* (New Haven, CT: Yale University Press, 1990), cap. 1; Lewis Hanke, *The Spanish Struggle for Justice in the Conquest of America* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1949); James Muldoon, *Popes, Lawyers and Infidels: The Church and the Non-Christian World, 1250-1550* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1979); e James Muldoon, *The Americas in the Spanish World Order: The Justification for Conquest in the Seventeenth Century* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1994).
41. Antonio de Montesinos, 21 de dezembro de 1511, Hispaniola, como citado em Justo L. González e Ondina E. González, *Christianity in Latin America: A History* (Nova York: Cambridge University Press, 2007), p. 30. Sobre a relação entre o Cristianismo e os direitos humanos, ver Samuel Moyn, *Christian Human Rights* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2015). Moyn escreveu: “Sem o Cristianismo, dificilmente existiria nosso comprometimento com a igualdade moral dos seres humanos; porém, por si própria, ela não tem relevância na maioria das relações de igualdade política – seja entre cristãos e judeus, brancos e negros, civilizados e selvagens, ou homens e mulheres” (p. 6).
42. *Requerimiento*, 1513, em *Major Problems in American Indian History: Documents and Essays*, ed. Albert L. Hurtado e Peter Iverson (Boston: Houghton Mifflin, 2001), p. 58.
43. Miguel León-Portilla, *The Broken Spears: The Aztec Accounts of the Conquest of Mexico* (Boston: Beacon Press, 2006[1962]), p. 137.

44. Weber, *The Spanish Frontier in North America*, p. 14-17.
45. Bartolomeu de Las Casas, *A Short Account of the Destruction of the Indies*, ed. e trad. por Nigel Griffin (Nova York: Penguin Books, 1992[1552]).
46. Lewis Hanke reconstrói esse debate em *All Mankind Is One: A Study of the Disputation between Bartolomé de Las Casas and Juan Ginés de Sepúlveda em 1550 on the Intellectual and Religious Capacity of the American Indians* (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1974). Para as argumentações de Las Casas e Sepúlveda, ver Bartolomeu de Las Casas, *In Defense of the Indians*, ed. e trad. por Staffor Poole (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1974[1542]) e Juan Ginés de Sepúlveda, *Democrates Alter: Or, On the Just Causes for War Against the Indians* (1544).
47. Richard Hakluyt (o Jovem), “Discourse of Western Planting”, 1584, em *Envisioning America: English Plans for the Colonization of North America, 1580-1640*, ed. Peter C. Mancall (Boston: Bedford Books, 1995), p. 45-61.
48. Constance Jordan, “Woman’s Rule in Sixteenth-Century British Political Thought”, *Renaissance Quarterly* 40 (1987), p. 421-41; Natalie Zemon Davis, “Women on Top”, em *Society and Culture in Early Modern France* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1975), p. 124-151.
49. Ken MacMillan, *Sovereignty and Possession in the English New World: The Legal Foundations of Empire, 1576-1640* (Nova York: Knopf: 1998), p. 9.
50. Sobre essa triangulação, ver Jill Lepore, *The Name of War: King Phillip’s War and the Origins of American Indentity* (Nova York: Knopf, 1998), p. 9.
51. Ver Stephen Greenblatt e Peter G. Platt (ed.), *Shakespeare’s Montaigne: The Florio Translation of the Essays: A Selection* (Nova York: New York Review of Books, 2014); sobre Raleigh lendo Montaigne, ver Alfred Horatio Upham, *The French Influence on English Literature from the Accession of Elizabeth to*

the Restoration. (Nova York: Columbia University Press, 1908), p. 209-293.

52. Michel de Montaigne, *The Complete Essays of Montaigne*, trad. Donald M. Frame (Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1965), p. 80; 152.

53. Apud Karen Kupperman, *Roanoke: The Abandoned Colony* (Totowa, NJ: Rowman and Allanheld, 1984), p. 17. Ver también Kathleen Donegan, *Seasons of Misery: Catastrophe and Colonial Settlements in Early America* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2014), cap. 1.

Capítulo 2: GOVERNANTES E GOVERNADOS

1. Gregory A. Waselkov, “Indian Maps of the Colonial Southeast”, em *Powhatan’s Mantle: Indians of the Colonial Southeast*, ed. Waselkov et al. (Lincoln: University of Nebraska Press, 2006), p. 453-457.
2. James Stuart, “The True Law of Free Monarchies”, em *The Political Works of James I*, ed. Charles Howard McIlwain (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1918[1598]), p. 310. E ver Glenn Burgess, “The Divine Right of Kings Reconsidered”, *English Historical Review* 107 (1992), p. 837-861.
3. “The First Charter of Virginia, April 10, 1606”, em *The Federal and State Constitutions, Colonial Charters, and Other Organic Laws*, ed. Francis Newton Thorpe, 7 vols. (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1909), v. 3, p. 3.783. Sobre Jamestown, ver James P. Horn, *Adapting to a New World: English Society in the Seventeenth-Century Chesapeake* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1994), e Karen Kupperman, *The Jamestown Project* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007).
4. “The First Charter of Virginia, April 10, 1606.”
5. Ibid.
6. David Armitage, *The Ideological Origins of the British Empire* (Nova York: Cambridge University Press, 2000); Linda Colley, *Captives: Britain, Empire and the World, 1600-1850* (Londres: Jonathan Cape, 2002); David Armitage e Michael J. Braddick, ed., *The British Atlantic World, 1500-1800* (Nova York: Palgrave Macmillian, 2002).
7. Daniel J. Hulsebosch, “English Liberties Outside England: Floors, Doors, Windows, and Ceilings in the Legal Architecture of Empire”, em *The Oxford Handbook of Law and Literature, 1500-*

1700, ed. Lorna Hutson (Oxford: Oxford University Press, 2017), cap. 38.

8. John Locke, em *Second Treatise of Government and a Letter Concerning Toleration*, ed. Mark Goldie (Nova York: Oxford University Press, 2016[1690]), p. 4; 63.

9. Paine, *Senso Comum*, p. 12.

10. Edward Coke, *The First Part of the Institutes* (1628; Londres, 1684), p. 97b. Sobre o processo de elaboração de cartas régias, ver Ken MacMillan, *Sovereignty and Possession in the English New World: The Legal Foundations of Empire, 1576-1640* (Nova York: Cambridge University Press, 2006), p. 79-86. Sobre Coke, ver Daniel J. Hulsebosch, “The Ancient Constitution and the Expanding Empire: Sir Edward Coke British Jurisprudence”, *Law and History Review* 21 (2003), p. 439-482. Para uma visão destoante acerca da contribuição de Coke para a carta de 1606, ver Mary S. Bilder, “Charter Constitutionalism: The Myth of Edward Coke and the Virginia Charter”, *North Carolina Law Review* 94 (2016): p. 1.545-1.598, especialmente 1.558-1.560.

11. John Smith, *Complete Works of Captain John Smith*, ed. Philip I. Barbour, 2 v. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1986), v. 1, p. LVIII. Eu discorro sobre Smith e sobre a colônia de Jamestown em *The Story of America: Essays on Origins* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012), cap. 1.

12. Kupperman, *The Jamestown Project*, p. 58; 64-68.

13. John Smith, *Captain John Smith*, ed. James Horn (Nova York: Penguin Group, 2007), p. 44.

14. Ibid., p. 42; Smith, *Complete Works*, v. 1, p. 207.

15. Edmund S. Morgan, *American Slavery, American Freedom, The Ordeal of Colonial Virginia* (Nova York: Norton, 1975), cap. 3 e 4.

16. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, p. 78.

17. *A True Declaration of the Estate of the Colonie in Virginia* (Londres, 1610), p. 11.

18. Smith, *Complete Works*. v. 2, p. 128-129.
19. Smith, *Captain John Smith*, p. 1.100-1.101; Smith, *Complete Works*, v. 1, p. XLV.
20. Thomas Hobbes, *Leviathan (Leviatã)* (Oxford: Clarendon Press, 1901[1651]), p. 96-97. Sobre Hobbes e a Companhia da Virgínia, ver Noel Malcolm, “Hobbes, Sandys, and the Virginia Company”, em *Aspects of Hobbes* (Nova York: Oxford University Press, 2002), p. 53-79.
21. Morgan, *American Slavery, American Freedom*, p. 108-109; 158-159.
22. Martha McCartney, “Virginia’s First Africans”, *Encyclopedia Virginia*, Virginia Foundation for the Humanities, 5 de julho de 2017.
23. Sowande’ M. Mustakeem, *Slavery at Sea: Terror, Sex and Sickness in the Middle Passage* (Urbana: University of Illinois Press, 2016), introdução e cap. 5 (citação, p. 117). Ver também Marcus Rediker, *The Slave Ship: A Human History* (Nova York: Viking, 2007).
24. Samuel Morison, introdução a William Bradford, *Of Plymouth Plantation, 1620-1647* (Nova York: Knopf, 1952), p. XXVI-XXVII.
25. Bradford, *Of Plymouth Plantation*, v. 3, caps. 9 e 10.
26. Stephen Church, *King John: And the Road to Magna Carta* (Nova York: Basic Books, 2015), p. 21.
27. Apud Nicholas Vincent, ed. *Magna Carta: A Very Short Introduction* (Oxford: Oxford University Press, 2012), p. 15-16. E sobre a questão, em geral, ver R. C. van Caenegem, *The Birth of the English Common Law* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973), p. 2-3.
28. Vincent, *Magna Carta*, p. 12.
29. David Carpenter, *Magna Carta* (Nova York: Penguin, 2015), p. 252.
30. Apud Carpenter, *Magna Carta*, cap. 7.

31. Church, *King John*, p. 148; Carpenter, *Magna Carta*, p. 81; Nicholas Vincent, ed., *Magna Carta: The Foundation of Freedom, 1215-2015* (Londres: Third Millenium Publishing, 2015), p. 61-63.
32. Church, *King John*, p. 210.
33. Magna Carta, 1215, em G. R. C. Davis, *Magna Carta* (Londres: British Museum, 1963), p. 23-33.
34. Apud *The [Cobbett's] Parliamentary History of England*, ed. William Cobbett e J. Wright, 36 v. (Londres, 1806-20), v. 2, p. 357.
35. Sobre essa transformação, ver Leonard W. Levy, *The Palladium of Justice: Origins of Trial by Jury* (Chicago: I. R. Dee, 1999); John H. Langbein, *Torture and the Law of Proof* (1977; Chicago: University of Chicago Press, 2006); Paul R. Hyams, "Trial by Ordeal: The Key to Proof in the Early Common Law", em *On the Laws and Customs of England: Essays in Honor of Samuel E. Thorne*, ed. Morris S. Arnold et al. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1981); Robert Barlett, *Trial by Fire and Water: The Medieval Judicial Ordeal* (Oxford: Clarendon Press, 1986).
36. Barbara J. Shapiro, "The Concept 'Fact': Legal Origins and Cultural Diffusion", *Albion* 26 (1994), p. 227-252; idem, *A Culture of Fact: England, 1550-1720* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2000). Ver também Lorraine Daston, "Marvelous Facts and Miraculous Evidence in Early Modern Europe", *Critical Inquiry* 18 (1991), p. 93-124; Mary Poovey, *A History of the Modern Fact: Problems of Knowledge in the Sciences of Wealth and Society* (Chicago: University of Chicago Press, 1998); Lorraine Daston, "Stange Facts, Plain Facts, and the Texture of Scientific Experience in the Enlightenment", em *Proof and Persuasion: Essays on Authority, Objectivity, and Evidence* ([Tournai]: Brepols, 1996), p. 42-59.
37. Jaime I, Discurso na Câmara Estrelada, 20 de junho de 1616, em J. R. Tanner, *Constitutional Documents of the Reing of James I: 1603-1625* (Cambridge: Cambridge University Press, 1960), p. 19.

38. Vincent, *Magna Carta*, v. 4, p. 90. Idem, *Magna Carta: The Foundation of Freedom*, p. 108.
39. John Winthrop, *A Model of Christian Charity* (Boston: Massachusetts Historical Society, [1630] 1838), p. 31-48. Ver também Edmund S. Morgan, *The Puritan Dilemma: The Story of John Winthrop* (Boston: Little, Brown, 1958).
40. Apud Karen Kupperman, *Providence Island, 1630-1641: The Other Puritan Colony* (Nova York: Cambridge University Press, 1993), p. 18.
41. Winthrop, *A Model of Christian Charity*; Edward Winslow, *Good News from New England*, ed. Kelly Wisecup (Amherst: University of Massachusetts Press, 2014[1624]), p. 114; John Winthrop, 26 de fevereiro de 1638, *Winthrop's Journal "History of New England", 1630-1649*, ed. James Kendall Hosmer (Nova York: Scribner, 1908), p. 260. Sobre a missão de conversão, ver Lepore, *The Name of War*. Sobre a escravidão na Nova Inglaterra, ver Wendy Warren, *New England Bound: Slavery and Colonization in Early America* (Nova York: Liveright, 2016).
42. John Harpham, "The Intellectual Origins of American Slavery", tese de doutorado, Universidade de Harvard, 2018, cap. 2.
43. Apud Harpham, "Intellectual Origins of American Slavery", p. 28; 32.
44. Ibid., p. 34.
45. Apud Vincent Brown, *The Reaper's Garden: Death and Power in the World of Atlantic Slavery* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008), p. 5. Sobre escravidão de forma mais abrangente, ver também Davis, *The Problem of Slavery in Western Culture*; Winthrop Jordam, *White over Black: American Attitudes toward the Negro, 1550-1812* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1968); Peter Kolchin, *American Slavery 1619-1877* (Nova York: Hill and Wang, 1993); Ira Berlin, *Many Thousands Gone: The First Two Centuries of Slavery in North America* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998).

46. Apud Stanley Engerman, Seymour Drescher e Robert Paquette, eds., *Slavery* (Nova York: Oxford University Press, 2001), p. 105-113.
47. Apud A. Leon Higginbotham Jr., *Shades of Freedom: Racial Politics and Presumptions of the American Legal Process* (Nova York: Oxford University Press, 1996), p. 18-27.
48. Annette Gordon-Reed, *The Hemingses of Monticello: An American Family* (Nova York: Norton, 2008), p. 45.
49. “Massachusetts Body of Liberties of 1641”, em *The Colonial Laws of Massachusetts*, ed. W. H. Whitmore (Boston, 1890), cláusula 91, p. 53.
50. Edmund S. Morgan, *Inventing the People: The Rise of Popular Sovereignty in England and America* (Nova York: Norton, 1988), caps. 3 e 4.
51. Ibid., p. 72-87.
52. John Milton, *Areopagitica: A Speech of Mr. John Milton for the Liberty of Unlicens’d Printing, to the Parliament of England* (Londres, 1644), p. 30.
53. Roger Williams para a Cidade de Providência, 15 de janeiro de 1655, em *The Complete Writings of Roger Williams*, 7 vols. (Nova York: Russell and Russell, 1963). v. 6, p. 278-279.
54. William Penn, *The Frame of the Government of the Province of Pennsylvania [sic] in America* (Londres, 1682), p. 11.
55. Apesar de o *Segundo Tratado* só ter sido publicado em 1689-1690, Locke escreveu trechos dele por volta de 1682, incluindo o capítulo “Da Propriedade”, na época em que estava revisando *As Constituições Fundamentais da Carolina*. David Armitage, “John Locke, Carolina, and the ‘Two Treatises of Government’”, *Political Theory* 32 (2004): p. 602-627.
56. “Charter of Carolina and Fundamental Constitutions of Carolina”, em *The Federal and State Constitutions, Colonial Charters, and Other Organic Laws*, v. 5, p. 2.743; 2.783-2.784.

57. Armitage, “John Locke, Carolina and the ‘Two Treatises of Government’”.
58. Sir Thomas More, *Utopia*, ed. Edward Surtz (New Haven, CT: Yale University Press, 1964), p. 76.
59. Armitage, “John Locke, Carolina and the ‘Two Treatises of Government’”. E, de forma mais abrangente, ver também John Dunn, *The Political Thought of John Locke: An Historical Account of the Argument of Two Treatises of Government* (Cambridge: Cambridge University Press, 1969), e Jeremy Waldron, *God, Lock, and Equality: Christian Foundations of John Locke’s Political Thought* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002).
60. *Great Newes from the Barbadoes, or, A True and Faithful Account of the Grand Conspiracy of the Negroes Against the English* (Londres, impresso por L. Curtis, 1676), p. 9-10; Nathaniel Saltonstall, *A New and Further Narrative of the State of New-England* (Londres, 1676), p. 71-74; Lepore, *The Name of War*, p. 167-168. E ver também Stephen Saunders Webb, *1676: The End of American Independence* (Nova York: Knopf, 1984).
61. Christine Daniels, “‘Without Any Limitacon of Time’: Debt Servitude in Colonial America”, *Labor History* 36 (1995), p. 232-250.
62. Apud Berlin, *Many Thousands Gone*, p. 97.
63. Mary Beth Norton, *In the Devil’s Snare: The Salem Witchcraft Crisis of 1692* (Nova York: Knopf, 1998), citações nas p. 58-59.
64. “A Full and Particular Account of the Negro Plot in Antigua”, *New-York Weekly Journal*, 28 de março, 4 de abril, 11 de abril, 18 de abril e 25 de abril de 1737. E ver David Barry Gaspar, *Bondmen and Rebels: A Study of Master-Slave Relations in Antigua* (Durham, NC: Duke University Press, 1993), p. 3-62. Eu discuto alguns desses episódios e escrevo mais extensamente sobre os temores dos ataques indígenas e das rebeliões de escravos e a sua influência nas origens da política americana em

Jill Lepore, *New York Burning: Liberty, Slavery, and Conspiracy in Eighteenth-Century Manhattan* (Nova York: Knopf, 2005).

65. *New-York Weekly Journal*, 28 de março de 1737;
Pennsylvania Gazette, 19 e 20 de outubro de 1738.

66. Apud Alan Taylor, *American Colonies* (Nova York: Viking, 2001), p. 238.

67. Sobre Stono, ver Peter Wood, *Negroes in Colonial South Carolina from 1670 through the Stono Rebellion* (Nova York: Norton, 1974); Peter Charles Hoffer, *Cry Liberty: The Great Stono River Slave Rebellion of 1739* (Nova York: Oxford University Press, 2010); Jack Shuler, *Calling Out Liberty: The Stono Slave Rebellion and the Universal Struggle for Human Rights* (Jackson: University Press of Mississippi, 2009).

68. “An Act for the Better Ordering and Governing Negroes”, 1740, em David J. McCord, ed. *The Statutes at Large of South Carolina*, 22 vols. (Columbia. SC: A. S. Johnston, 1840). v. 7, p. 397.

69. Ver principalmente Charles E. Clark, *The Public Prints: The Newspaper in Anglo-American Culture, 1665-1740* (Nova York: Oxford University Press, 1994).

70. Sobre Jane Franklin, e sua relação com seu irmão, ver Carl Van Doren, *Jane Mecom, the Favorite Sister of Benjamin Franklin* (Nova York: Viking, 1950), e Jill Lepore, *Book of Ages: The Life and Opinions of Jane Franklin* (Nova York: Knopf, 2013). Grande parte de sua correspondência foi publicada em *The Letters of Benjamin Franklin e Jane Mecom*, ed. Carl Van Doren (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1950), mas aqui, em vez disso, eu cito o *PBF* on-line. Van Doren refere-se a Jane Franklin, do começo ao fim, pelo seu nome de casada, Jane Mecom; mas, por uma questão de clareza, eu a cito, do começo ao fim, como Jane Franklin.

71. Cotton Mather apud J. A. Leo Lemay, *The Life of Benjamin Franklin*, 3 vols. (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2006), v. 1, p. 114. E ver Perry Miller, a introdução de *The New-*

England Courant: A Selection of Certain Issues (Boston: Academy of Arts and Sciences, 1956), p. 5-9, e Thomas C. Leonard, *The Power of the Press: The Birth of American Political Reporting* (Nova York: Oxford University Press, 1986), cap. 1.

72. John Trenchard e Thomas Gordon, *Cartas de Catão: Ou, Ensaios sobre a Liberdade*, 4 vols. (4ª ed.; Londres: W. Wilkins et al., 1737), v. 1, carta n. 15, p. 96.

73. Benjamin Franklin, “Uma apologia dos tipógrafos”, *Pennsylvania Gazette*, 10 de junho de 1731.

74. Hobbes, *Leviatã*, p. 64.

75. Lepore, *New York Burning*, prefácio. Minha breve discussão sobre o julgamento de Zenger aqui e a conspiração dos escravos de 1741 segue esse relato anterior e extenso desses dois mesmos eventos notáveis.

76. *Ibid.*, p. xii-xvii.

77. *Ibid.*, cap. 4.

78. *Ibid.*, p. xii-xvi.

79. *Ibid.*, p. xi-xii; 89-90.

80. Benjamin Franklin para Richard Partridge, 9 de maio de 1754, e o Plano da União de Albany de 1754, *PBF*. Ver também Taylor, *American Colonies*, p. 424-428.

81. Alexander Hamilton, *Gentleman's Progress: The itinerarium of Dr. Alexander Hamilton, 1744*, ed. Carl Bridenbaugh (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1948), p. 199.

82. Benjamin Franklin, “Uma Proposta para Promover Conteúdo Útil”, 14 de maio de 1743, *PBF*.

83. Citado em Albert David Belden, *George Whitefield, the Awakener* (Nova York: Macmillan, 1953), p. 4-5.

84. Gilbert Tennent, *A Solemn Warning to the Secure World, from the God of Terrible Majesty* (Boston, 1735), p. 102.

85. Benjamin Franklin, “Observações sobre o Crescimento da Humanidade, a População dos Países, etc.”, 1751, *PBF*.

86. Benjamin Franklin, *The Autobiography of Benjamin Franklin*, PBF.

Capítulo 3: SOBRE GUERRAS E REVOLUÇÕES

1. Benjamin Lay, *Todos os proprietários de escravos* (Filadélfia: B. Franklin, 1738), p. 16; 61; 271.
2. “To be SOLD, by Benjamin Lay”, anúncio, *American Weekly Mercury*, 19 de outubro de 1732. E sobre as práticas de leitura de Lay, ver Marcus Rediker, *The Fearless Benjamin Lay: The Quaker Dwarf Who Became the First Revolutionary Abolitionist* (Boston: Beacon Press, 2017), cap. 5.
3. Lay, *Todos os proprietários de escravos*, p. 21.
4. Roberts Vaux, *Memoirs of the Lives of Benjamin Lay and Ralph Sandiford: Two of the Earliest Public Advocates for the Emancipation of the Enslaved Africans* (Filadélfia, 1815), p. 1-55. Rediker, *Fearless Benjamin Lay*, p. 2.
5. Anúncio de *Todos os proprietários de escravos* [“Vendido por B. Franklin”], *American Weekly Mercury*, 7 de setembro de 1738.
6. *New York Gazette*, 29 de janeiro de 1750. *Boston Gazette*, 13 de novembro de 1753. *Pennsylvania Gazette*, 8 de julho de 1754. *Maryland Gazette*, 6 de fevereiro, 1755. *Virginia Gazette*, 27 de agosto de 1756.
7. Franklin, *Autobiography*.
8. Benjamin Franklin, Último Testamento, 28 de abril de 1757, *PBF*. Sobre Franklin e escravidão, ver David Waldstreicher, *Runaway America: Benjamin Franklin, Slavery, and the American Revolution* (Nova York: Hill and Wang, 2004), e Gary B. Nash, “Franklin and Slavery”, *Proceedings of the American Philosophical Society* 150 (2006), p. 618-35. Benjamin Franklin para Deborah Franklin, 10 de junho de 1758, *PBF*. Rediker, *Fearless Benjamin Lay*, p. 121-23.
9. [Benjamin Rush], “An Account of Benjamin Lay”, *Columbian Magazine*, março de 1790, reimpresso em *Pennsylvania Mercury*,

29 de abril de 1790, e publicado mais tarde em *Dr. Rush's Literary, Moral and Philosophical Essays* (1798).

10. Vaux, *Memoirs*, p. 51.

11. Anthony Benezet, *Observations on the Inslaving, Importing and Purchasing of Negroes* (Germantown, PA: Christopher Sower, 1759), p. 7.

12. Apud. John Mac Faragher et al., *Out of Many: A History of the American People*, 2ª ed., 2 vols. (Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2000), v. 1, p. 90.

13. Apud Jane Kamensky, *A Revolution in Color: The World of John Singleton Copley* (Nova York: Norton, 2016), p. 52.

14. Apud Kamensky, *Revolution in Color*, 65; ênfase no original.

15. Franklin, *Autobiography*.

16. Ibid.

17. Fred Anderson, *A People's Army: Massachusetts Soldiers and Society in the Seven Years' War* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1984), p. 111-20.

18. Apud James T. Kloppenberg, *Toward Democracy: The Struggle for Self-Rule in European and American Thought* (Nova York: Oxford University Press, 2016), p. 295.

19. *The Debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution*, ed. Jonathan Elliott, 5 vols. (Filadélfia: J. B. Lippincott Company, 1901), v. 1, p. 443.

Propriedades humanas de Pinckney listadas num inventário de 1787:

<https://www.tompsc.com/DocumentCenter/View/5621/Snee-Farm-NPS-optimized?bidId=>.

20. Rei Jorge apud Gordon Wood, *The Radicalism of the American Revolution* (Nova York: Vintage Books, 1991), p. 14. Ver também Fred Anderson, *Crucible of War: The Seven Years' War and the Fate of Empire in British North America, 1754-1766* (Nova York: Knopf, 2000). Para saber mais sobre o império, num contexto mais amplo, ver David Armitage e Sanjay

Subrahmanyam, eds., *The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2010); Eliga H. Gould, *Among the Powers of the Earth: The American Revolution and the Making of a New World Empire* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012); P. J. Marshall, *The Making and Unmaking of Empires: Britain, India, and America c. 1750-1783* (Nova York: Oxford University Press, 2005).

21. Benjamin Franklin, *Almanaque do Pobre Ricardo* (Filadélfia: B. Franklin, 1737)

22. James Otis para a Assembleia da Cidade de Boston, 1763, apud James Grahame, *The History of the Rise and Progress of the United States*, 4 vols. (Londres: Smith, Elder and Co., 1836), v. 4, p. 447.

23. Neolin, profeta de Delaware, citado no diário de James Kenny, 12 de dezembro de 1762, em “Journal of James Kenny, 1761-1763”, ed. John W. Jordan, *Pennsylvania Magazine of History and Biography* 37 (1913): p. 175.

24. De forma mais abrangente, ver Carolyb Webber e Aaron Wildavsky, *A History of Taxation and Expenditure in the Western World* (Nova York: Simon & Schuster, 1986).

25. Samuel Adams, “Instructions of the Town of Boston to its Representatives in the General Court, May 1764”, em *The Writings of Samuel Adams*, ed. Harry Alonzo Cushing, 4 vols. (Nova York: Putnam, 1904), v. 1, p. 5.

26. Benjamin Franklin, *Almanaque do Pobre Ricardo de 1757*, PBF.

27. Richard Ford, “Imprisonment for Debt”, *Michigan Law Review* 25 (1926), p. 24-25. Bruce Mann, *Republic of Debtors: Bankruptcy in the Age of American Independence* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002), 286n8. Ver também Margot Finn, *The Character of Credit: Personal Debt in English Culture, 1740-1914* (Nova York: Cambridge University Press, 2003), p. 110.

28. Edwin T. Randall, “Imprisonment for Debt in America: Fact and Fiction”, *Mississippi Valley Historical Review* 39 (junho de

1952), p. 89-102; George Philip Bauer, “The Movement Against Imprisonment for Debt in the United States”, dissertação de PhD, Universidade de Harvard, 1935.

29. Apud Kamensky, *Revolution in Color*, p. 99.

30. T. H. Breen, *Tobacco Culture: The Mentality of the Great Tidewater Planters on the Eve of Revolution* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985), especialmente caps. 4 e 5.

31. Smith, *A Riqueza das Nações*, v. 3, p. 322-23. Ver também Trevor Burnard, *Planters, Merchants and Slaves: Plantation Societies in British America, 1650-1820* (Chicago: University of Chicago Press, 2015).

32. Smith, *A Riqueza das Nações*, v. 3, p. 245.

33. *Boston Gazette*, 14 de outubro de 1765.

34. Benjamin Franklin para David Hall, 14 de fevereiro de 1765, *PBF*.

35. *Journal of the First Congress of the American Colonies, in Opposition to the Tyrannical Acts of the British Parliament. Held at New York, October 7, 1765* (Nova York, 1845), p. 28.

36. Bauer, “The Movement Against Imprisonment for Debt”, p. 77.

37. *The Examination of Doctor Benjamin Franklin, before and August Assembly, relating to the Repeal of the Stamp Act, &c.* (Filadélfia, 1766).

38. Donna Spindel, “The Stamp Act Crisis in the British West Indies”, *Journal of American Studies* 11 (1977), p. 214-15. E, de forma mais abrangente, ver Andrew Jackson O’Shaughnessy, *An Empire Divided: The American Revolution and the British Caribbean* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2000), e Selwyn H. H. Carrington, *The British West Indies during the American Revolution* (Providence, RI: Foris, 1988).

39. Apud O’Shaughnessy, *Empire Divided*, p. 153.

40. Diário de John Adams, 2 de janeiro de 1766, *Adams Family Papers*, Massachusetts Historical Society (doravante *AFP*); O’Shaughnessy, *Empire Divided*, p. 99.

41. Kender Mason para o Tesouro, 22 de dezembro de 1765, T 1/452/291-294, National Archives (Kew), Londres, Inglaterra. Com um agradecimento a Peter Pellizzari.
42. Apud T. R. Clayton, "Sophistry, Security, and Soci-Political Structures in the American Revolution; or Why Jamaica Did Not Rebel", *Historical Journal* 29 (1986), p. 328.
43. James Otis, *The Rights of the British Colonies Asserted and Proved* (Boston: Edes and Gill, 1764), p. 43-44.
44. Benjamin Franklin para John Waring, 17 de dezembro de 1763, *PBF*; George Mason para George Washington, 23 de dezembro de 1765, em *The Papers of George Washington*, ed. Philander D. Chase, 24 vols. (Charlottesville: University Press of Virginia, 1987), v. 7, p. 424-25. E ver Philip D. Morgan, "To Get Quit of Negroes': George Washington and Slavery", *Journal of American Studies* 39 (2005), p. 414.
45. Lay, *Todos os proprietários de escravos*, 146. Otis, *The Rights of the British Colonies Asserted and Proved*, p. 4.
46. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 2 de abril de 1789, *PBF*.
47. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 1º de dezembro de 1767, *PBF*.
48. Diário de John Adams, 11 de novembro de 1766, *AFP*.
49. Benjamin Franklin para Jane Franklin, 1º de março de 1766, *PBF*.
50. *Journals of the House of Representatives of Massachusetts*, 50 vols. (Boston: Massachusetts Historical Society, 1974), v. 43, p. xii.
51. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 7 de novembro de 1768, *PBF*; "Boston Town Meeting Instructions to its Representatives in the General Court", 15 de maio de 1770, em "Record Commissioners of the City of Boston", *Boston Town Records, 1770-1777* (Boston: Rockwell and Churchill, 1887), p. 26; O'Shaughnessy, *Empire Divided*, p. 51.

52. Samuel Cooke, *A Sermon Preached at Cambridge* (Boston, 1770), p. 42; James Warren para John Adams, 22 de junho de 1777, em *The Papers of John Adams*, ed. Robert J. Taylor, 18 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006), v. 5, p. 231.
53. “Peter Bestes and Other Slaves Petition for Freedom, April 20, 1773”, em Howard Zinn, *Voices of a People’s History of the United States* (Nova York: Seven Stories Press, 2004), p. 55; *Virginia Gazette*, 30 de setembro de 1773.
54. Noah Feldman, *The Three Lives of James Madison: Genius, Partisan, President* (Nova York: Random House, 2017), p. 9-12, 18.
55. Morgan, “To Get Quit of Negroes”, p. 410.
56. George Washington para Robert Mackenzie, 10 de outubro de 1774, em *The Writings of George Washington*, ed. John C. Fitzpatrick, 39 vols. (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1931-44), v. 3, p. 246.
57. Feldman, *Three Lives of James Madison*, p. 19.
58. Patrick Henry citado no Diário de John Adams 22A, “Notes of Debates in the Continental Congress”, 6 de setembro de 1774, *AFP*.
59. Petição da Jamaica ao Rei, 25 de julho de 1775, *London Gazette*, dezembro de 1775.
60. Discurso na Assembleia da Jamaica, 25 de julho de 1775, *Journals of the Continental Congress*; Samuel Johnson, *Taxation no Tyranny: An Answer to the Resolutions and Address of the American Colonies* (Londres, 1775), p. 89; o brinde de Johnson é citado em Kamensky, *Revolution in Color*, p. 323; Rush é citado em Peter A. Dorsey, *Common Bondage: Slavery as Metaphor in Revolutionary America* (Knoxville: University of Tennessee Press, 2009), p. 105.
61. Peter Edes, *A Diary of Peter Edes* (Bangor, ME: Samuel Smith, 1837).

62. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 14 de maio de 1775, *PBF*.
63. Benjamin Franklin para Jane Franklin, 17 de junho de 1775, *PBF*.
64. James Madison para William Bradford, 19 de junho de 1775, apud Feldman, *Three Lives of James Madison*, p. 24.
65. Douglas B. Chambers, *Murder at Montpelier: Igbo Africans in Virginia* (Jackson: University of Mississippi Press, 2005), p. 9-10.
66. Morgan, "To Get Quit of Negroes", p. 411.
67. Cassandra Pybus, *Epic Journeys of Freedom: Runaway Slaves of the American Revolution and Their Global Quest for Liberty* (Boston: Beacon Press, 2006), p. 218.
68. Lund Washington para George Washington, 3 de dezembro de 1775, em *The Papers of George Washington*, v. 2, p. 477-82; Pybus, *Epic Journeys*, p. 11.
69. Pybus, *Epic Journeys*, p. 212.
70. Edward Rutledge para Ralph Izard, 8 de dezembro de 1775, em *Correspondence of Mr. Ralph Izard* (Nova York: Knopf, 2011), p. 8.
71. Maya Jasanoff, *Liberty's Exiles: American Loyalists in the Revolutionary World* (Nova York: Knopf, 2011), p. 8.
72. Paine, *Senso Comum*, p. ii; 17; 12.
73. Thomas Paine, "The Forester's Letters, III: 'To Cato'", em *The Writings of Thomas Paine*, ed. Moncure Daniel Conway, 4 vols. (Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1894), v. 1, p. 151; Paine, *Senso Comum*, p. 31-32.
74. Paine, *Senso Comum*, p. 2-3.
75. Feldman, *Three Lives of James Madison*, p. 26-7.
76. O primeiro esboço: *The Papers of George Mason*, 3 vols. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1970), v. 1, p. 277. O texto final: *Papers of George Mason*, v. 1, p. 287; "resultar na abolição": apud Gary B. Nash, *The Unknown American*

Revolution: The Unruly Birth of Democracy and the Struggle to Create America (Nova York: Penguin Books, 2006), p. 11.

77. Abigail Adams para John Adams, 31 de março de 1776, e John Adams para Abigail Adams, 14 de abril de 1776, *AFP*.

78. John Dickinson, rascunho dos Artigos da Confederação, junho de 1776, Historical Society of Pennsylvania.

79. Jeremy Bentham, "Short Review of the Declaration", em David Armitage, *The Declaration of Independence: A Global History* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007), p. 173. E ver David Armitage, *Foundations of Modern International Thought* (Nova York: Cambridge University Press, 2013), cap. 10.

80. Sobre a Declaração, ver Carl Becker, *The Declaration of Independence: A Study in the History of Political Ideas* (Nova York, 1922); Pauline Maier, *American Scripture: Making the Declaration of Independence* (Nova York: Knopf, 1997); Armitage, *The Declaration of Independence*.

81. Gary B. Nash, *The Forgotten Fifth: African Americans in the Age of Revolution* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006), p. 28.

82. Apud David Hackett Fischer, *Liberty and Freedom: A Visual History of America's Founding Ideas* (Nova York: Oxford University Press, 2004), p. 87.

83. Pybus, *Epic Journeys*, p. 8.

84. O'Shaughnessy, *Empire Divided*, p. 197-98.

85. Holger Hoock, *Scars of Independence: America's Violent Birth* (Nova York: Crown, 2017), p. 111.

86. Apud. Kamensky, *Revolution in Color*, p. 323.

87. Christopher Gadsden para Samuel Adams, 6 de julho de 1779, em *The Writings of Christopher Gadsden, 1746-1805*, ed. Richard Walsh (Columbia: University of South Carolina Press, 1966), p. 166.

88. Jasanoff, *Liberty's Exiles*, p. 5-6, 8, 91-93.

89. "Inspection Roll of Negroes Book N^o. 2", The Miscellaneous Papers of the Continental Congress, 1774-1789, National Archives, Washington, DC.
90. Joseph Plumb Martin, *A Narrative of a Revolutionary Soldier: The Narrative of Joseph Plumb Martin* (Nova York: Dover Publications [1830] 2006), p. 136; Comte Jean-François-Louis de Clermont-Crèvecoeur, "Journal of the War in America", em *American Campaigns of Rochambeau's Army 1780, 1781, 1782, 1783*, trad. e ed. Howard C. Rice Jr. e Anne S. K. Brown, 2 vols. (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1972), v. 1, p. 64; Simon Schama, *Rough Crossings: Britain, the Slaves and the American Revolution* (Nova York: Ecco, 2006), p. 155; Nash, *Forgotten Fifth*, p. 39-43.
91. Henry Wiencek, *An Imperfect God: George Washington, His Slaves, and the Creation of America* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2003), p. 259; Jasanoff, *Liberty's Exiles*, p. 88; Nash, *Forgotten Fifth*, p. 45-47.
92. Marquês de Lafayette para George Washington, 5 de fevereiro de 1783; e Washington para Lafayette, 5 de abril de 1783, em *Writings of George Washington*, v. 26, p. 300.
93. Apud Shane White, *Somewhat More Independent: The End of Slavery in New York City 1770-1810* (Athens: University of Georgia Press, 2012), p. 56.
94. Apud. Eva Sheppard Wolf, *Race and Liberty in the New Nation: Emancipation in Virginia from the Revolution to Nat Turner's Rebellion* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006), p. 54.
95. James Madison para James Madison Sr., 30 de março de 1782, em *The Papers of James Madison*, v. 4, p. 127. E ver Edwin Wolf, "The Dispersal of the Library of William Byrd of Westover", *Proceedings of the American Antiquarian Society* 68 (1958), p. 19-10;. e Eric Slauter, *The State as a Work of Art: The Cultural Origins of the Constitution* (Chicago: University of Chicago Press, 2009), p. 48, fig. 6.

96. Feldman, *Three Lives of James Madison*, p. 50-52. Sobre Henrietta Gardener, ver James A. Bear e Lucia C. Stanton, eds., *Jefferson's Memorandum Books, Volume 2: Accounts, with Legal Records and Miscellany, 1767-1826* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2017), p. 808.
97. "Memoirs of the Life of Boston King", *Methodist Magazine*, maio de 1798, 209; Jasanoff, *Liberty's Exiles*, p. 172-75.
98. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 29 de abril de 1783, *PBF*.
99. Ver Christopher Brown, *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006).
100. *Independent New-York Gazette*, 29 de novembro de 1783.

Capítulo 4: A CONSTITUIÇÃO DE UMA NAÇÃO

1. David O. Stewart, *The Summer of 1787: The Men Who Invented the Constitution* (Nova York: Simon & Schuster, 2007), cap. 4.
2. James Madison para Thomas Jefferson, 15 de maio de 1787, *Republic of Letters: The Correspondence between Thomas Jefferson and James Madison*, ed. James Morton Smith, 3 vols. (Nova York: Norton, 1995), v. 1, p. 477.
3. James Madison, “Origin of the Constitutional Convention”, em *The Writings of James Madison*, ed Gaillard Hunt, 9 vols. (Nova York: G. P. Putnam’s Sons, 1900), v. 2, p. 410-11.
4. Jean Jacques Rousseau, *A Treatise on the Social Compact; or The Principles of Politic Law* (Londres, 1764), p. 151.
5. *The Craftsmen* 395 (26 de janeiro de 1733), p. 100.
6. “Letter CCXXI”, 29 de março de 1750 em *The Letters of the Earl of Chesterfield to His Son*, ed. Charles Strachey (Londres, 1901), p. 42.
7. Thomas Paine, *Rights of Man: Part the First, Being an Answer to Mr. Burke’s Attack on the French Revolution* (Londres, 1791), p. 27.
8. Thomas Paine, *Rights of Man: Part the Second, Combining Principle and Practice* (Londres, 1792), p. 28.
9. “Constituição de New Hampshire”, 5 de janeiro de 1776, em *The Federal and State Constitutions, Colonial Charters, and Other Organic Laws of the United States*, v. 4, p. 2.452.
10. Thomas Jefferson para Thomas Nelson, 16 de maio de 1776, em *The Papers of Thomas Jefferson*, ed. Julian P. Boyd et al., 60 vols. projetado (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1950), v. 1, p. 292-93. E ver Francis Cogliano, “The Whole Object of the

Present Controversy’: The Early Constitutionalism of Paine and Jefferson”, em Simpon P. Newman e Peter S. Onuf, eds., *Paine and Jefferson in the Age of Revolutions* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2013), p. 26-48.

11. Diário de John Adams, 2 de junho de 1775, em *O diário de John Adams*, ed. L. H. Butterfield, 4 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962), v. 3, p. 352; John Adams, “Thoughts on Government”, abril de 1776, em *The Papers of John Adams*, v. 4, p. 92. Ver também Pauline Maier, *Ratification: The People Debate on Constitution, 1787-88* (Nova York: Simon & Schuster, 2010); Linda Colley, “Empires of Writing: Britain, America and Constitutions, 1776-1848”, *Law and History Review* 32 (2014), p. 237-66.

12. Constituição da Pensilvânia – 1776, em *The Federal and State Constitutions, Colonial Charters, and Other Organic Laws*, v. 3, p. 1.888-89.

13. Fisher Ames apud Ralph Waldo Emerson, *Essays and Poems* (Nova York: Harcourt, Brace and Co., 1921), p. 254.

14. John Adams para James Sullivan, 26 de maio de 1776, em *The Papers of John Adams*, v. 4, p. 210.

15. “Constitution or Form of Government fot the Commonwealth of Massachusetts – 1780”, em *The Federal and State Constitutions, Colonial Charters, and Other Organic Laws*, v. 3, p. 1.893-1.906; Constituição da Pensilvânia – 1776, em *The Federal and State Constitutions, Colonial Charters, and Other Organic Laws*, v. 5, p. 3.084-90.

16. Emilie Piper e David Levinson, *One Minute a Free Woman: Elizabeth Freeman and the Struggle for Freedom* (Salisbury, CT: Upper Housatonic Valley National Heritage Area, 2010).

17. Nash, *The Unknown American Revolution*, p. 282.

18. Samuel Chase em “Notes of Proceedings in the Continental Congress”, 12 de julho de 1776, em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 1, p. 320-21; Thomas Lynch em “Notes of Debates on the Articles of Confederation, Continued”, 30 de julho de 1776

em *O Diário de John Adams*, v. 2, p. 246; Benjamin Franklin em *The Journals of the Continental Congress, 1774-1789*, ed. Worthington Chauncey Ford et al., 34 vols. (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1906), 30 de julho de 1776, v. 6, p. 1.080.

19. Smith, *A Riqueza das Nações*, v. 1, p. 86; *The Journals of the Continental Congress*, 28 de junho de 1787, 25:948-49; *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 1, p. 444.

20. Para a pré-história da convenção e as origens da Constituição, ver Sean Condon, *Shays's Rebellion: Authority and Distress in Post-Revolutionary America* (Baltimore: John Hopkins University Press, 2015).

21. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 12 de outubro de 1786, *PBF*.

22. Apud Feldman, *Three Lives of James Madison*, p. 82-83; 94.

23. James Madison para Thomas Jefferson, 18 de março de 1786, em *Republic of Letters*, 1:413. Madison, "Confederações Antigas & Modernas [abril-maio 1786]", em *The Writings of James Madison*, v. 2, p. 369-90.

24. James Madison para Thomas Jefferson, 12 de agosto de 1786, em *Republic of Letters*, v. 1, p. 432.

25. "Proceedings of Commissioners to Remedy Defects of the Federal Government", 11 de setembro de 1786, em *Documents Illustrative of the Formation of the Union of the American States*, ed. Charles C. Tansil (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1927), p. 43.

26. Ver Jack Rakove, *The Beginnings of National Politics: An Interpretative History of the Continental Congress* (Nova York: Knopf, 1979).

27. James Madison, "Vices of the Political System of the United States", abril de 1787, em *The Papers of John Madison*, v. 9, p. 355.

28. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 22 de maio de 1787, *PBF*.
29. Benjamin Franklin para Jane Franklin, 30 de maio de 1787, *PBF*.
30. *Ibid.*
31. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 22 de maio de 1787, *PBF*; Lepore, *Book of Ages*, p. 221, 246.
32. Wiencak, *Imperfect God*, p. 112-13.
33. Sobre a apoteose de Washington, ver Paul K. Longman, *The Invention of George Washington* (Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1988), e François Furstenberg, *In the Name of the Father: Washington Legacy, Slavery, and the Making of a Nation* (Nova York: Penguin Press, 2006).
34. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 1, p. 18, 19, 30.
35. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 1, p. 26; *The Debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution*, v. 5, p. 138; *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 1, p. 48.
36. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 1, p. 133.
37. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 2, p. 201; James Madison, *Federalista* n° 57 (1788).
38. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 1, p. 77, 182, 199.
39. *Ibid.*, v. 1, p. 486.
40. *Ibid.*, v. 1, p. 34-35.
41. *Ibid.*, v. 1, p. 83.
42. Benjamin Franklin para Granville Sharp, e para Richard Price, 9 de junho de 1787, *PBF*.
43. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 1, p. 596, 587. E ver Margo J. Anderson, *The American Census: A Social History* (New Haven, CT: Yale University Press, 2015).

44. Akhil Reed Amar, *America's Constitution: A Biography* (Nova York: Random House, 2005), p. 89-98.
45. Feldman, *Three Lives of James Madison*, p. 156-57.
46. Henry Adams, *The History of the United States of America during the Administration of Thomas Jefferson* (Nova York, 1891), v. 2, p. 231-32, e Carl Van Doren, *The Great Rehearsal* (Nova York: Viking, 1948), p. 88.
47. Nash, *Forgotten Fifth*, p. 76-77.
48. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 2, p. 222-23, 364, 371, 415.
49. John Dickinson, "Notes for a Speech by John Dickinson (II)", em *Supplement to Max Farrand's The Records of the Federal Convention of 1787*, ed. James H. Hutson (New Haven, CT: Yale University, 1987), p. 158-59. E ver David Waldstreicher, *Slavery's Constitution: From Revolution to Ratification* (Nova York: Hill and Wang, 2009); John P. Kaminski, ed., *A Necessary Evil?: Slavery and the Debate over the Constitution* (Madison, WI: Madison House, 1995); e François Furstenberg, "Beyond Freedom and Slavery: Autonomy, Virtue and Resistance in Early American Political Discourse", *Journal of American History* [doravante *JAH*] 89 (2003), p. 295-1.330.
50. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 2, p. 641-43.
51. *Ibid.*, v. 2, p. 648.
52. James Madison, Federalista nº 40 (1788).
53. *The Debates in the Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution*, v. 2, p. 200.
54. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 2, p. 588; Thomas Jefferson para James Madison, 20 de dezembro de 1787, em *The Papers of James Madison*, v.10, p.337.
55. *The Papers of John Adams*, v. 4, p. 87; "Address by Denatus", em Herbert J. Storing, ed., *The Complete Anti-Federalist*, 7 vols. (Chicago: University of Chicago Press, 1981), v. 5, p. 262. Patrick

Henry está em Herbert J. Storing, *What the Anti-Federalists Were For* (Chicago: University of Chicago Press, 1981), p. 54. Ver também Christopher M. Duncan, *The Anti-Federalists and Early American Political Thought* (DeKalb: Northern Illinois University Press, 1995); Albert Furtwangler, *The Authority of Publius: A Reading of the Federalist Papers* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1984); Saul Cornell, *The Other Founders: Anti-Federalism and the Dissenting Tradition in America, 1788-1828* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999).

56. Luther Martin, *Genuine Information*, discurso perante a legislatura de Maryland no dia 29 de novembro de 1787, publicado em *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 3, p. 197. E ver Nash, *Forgotten Fifth*, p. 77.

57. James Madison, Federalista nº 54 (1788).

58. Jane Franklin para Benjamin Franklin, 9 de novembro de 1787, *PBF*.

59. “A Plebeian: An Address to the People of the State of New York”, 17 de abril de 1788, em *The Documentary History of the Ratification of the Constitution*, Commentaries on the Constitution, ed. John P. Kaminski, Gaspare J. Saldino, et al., 29 vols. (Madison: The State Historical Society of Wisconsin, 1995), v.17, p. 149; *The Debates in Several State Conventions on the Adoption of the Federal Constitution*, v.3, p. 44.

60. James Wilson in *Pennsylvania Gazette*, 9 de julho de 1788. A Carolina do Norte rejeitou a Constituição em 1788, mas a ratificou numa segunda convenção em novembro de 1789, e Rhode Island acabou dando o seu consentimento ao novo formato de governo da nação em maio de 1790, uma época em que o governo já estava instaurado.

61. *Independent Gazetteer* [Filadélfia], 7 de agosto de 1788; *New Jersey Journal*, 13 de agosto de 1788; *Essex Journal* [Newburyport, Massachusetts], 6 de agosto de 1788.

62. Louis Torres, “Federal Hall Revisited”, *Journal of the Society of Architectural Historians* 29 (1970), p. 327-38.

63. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 2, p. 653; Constituição da Pensilvânia, 28 de setembro de 1776, em *The Federal State Constitutions, Colonial Charters, and Other Organic Laws*, v. 5, p. 3.085. E ver Michael Schudson, *The Rise of the Right to Know: Politics and the Culture of Transparency, 1945-1975* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015), p. 5. Na metade da década de 1790, as portas do Senado também se abriram.
64. *U.S. Senate Journal*, 1º Cong., 1ª Sessão, 30 de abril de 1789, p. 18-19.
65. Robert Darnton, *George Washington's False Teeth* (Nova York: Norton, 2003), cap. 1; e Morgan, "To Get Quit of Negroes", p. 421-22.
66. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 2, p. 659; Emendas à Constituição, em *The Papers of John Madison*, v. 12, p. 209. E, de forma mais abrangente, ver Akhil Reed Amar, *The Bill of Rights: Creation and Reconstruction* (New Haven, CT: Yale University Press, 1998).
67. Alexander Hamilton, Federalista nº 78 (1788).
68. N. Phelps Stokes, *The Iconography of Manhattan Island, 1498-1909*, 6 vols. (Nova York, 1915), v. 1, p. 368, 377, 380.
69. *U.S. Senate Journal*, 1º Cong., 1ª Sessão, 12 de fevereiro de 1790, p. 157; *U.S. House Journal*, 1º Cong., 1ª Sessão, 23 de março de 1790, p. 180.
70. Vincent Carretta, *Equiano, the African: Biography of a Self-Made Man* (Athens: University of Georgia Press, 2005), p. 231; Schama, *Rough Crossings*, p. 322.
71. Pybus, *Epic Journeys of Freedom*, p. 150, 182; Schama, *Rough Crossings*, p. 310-11, 328, 390, 394-95; Jasanoff, *Liberty's Exiles*, p. 300-3.
72. *U.S. House Journal*, 1º Cong., 1ª Sessão, 23 de março de 1790, p. 180.

73. Benjamin Franklin para Jane Franklin, 1º de julho de 1789, *PBF*.
74. Benjamin Franklin, "To the Editor of the Federal Gazette", 23 de março de 1790, em *Memoirs of the Life and Writings of Benjamin Franklin* (Londres, 1818), p. 406.
75. Thomas Jefferson, "A Bill for Establishing Religious Freedom", em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 2, p. :545-46; James Madison, "A Memorial and Remonstrance Against Religions Assessments", ca. 20 de junho de 1785, em *The Papers of James Madison*, v. 8, p. 299.
76. "The Fundamental Orders of Connecticut", p. 1.638-39 em *The Federal and State Constitutions, Colonial Charters and Other Organic Laws*, v. 1, p. 519. E, de forma mais abrangente, ver Frank Lambert, *The Founding Fathers and the Place of Religion in America* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003).
77. Bauer, "The Movement Against Imprisonment for Debt", p. 90-91.
78. Alexander Hamilton para John Jay, 13 de novembro de 1790, em *The Papers of Alexander Hamilton*, ed. Harold C. Syrett, 27 vols. (Nova York: Columbia University Press, 1963), v. 7, p. 149.
79. Thomas Jefferson para Pierre Samuel Du Pont de Nemours, 15 de abril de 1811, *The Papers of Thomas Jefferson*, Retirement Series, ed. J. Jefferson Looney, 14 vols. (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006), v. 3, p. 560.
80. James Grant Wilson, *John Pintard, Founder of the New York Historical Society* (Nova York: Printed for the Society, 1902), p. 17; David L. Sterling, "William Duer, John Pintard, and the Panic of 1792", em Joseph R. Frese e Jacob Judd, eds., *Business Enterprise in Early New York* (Tarrytown, NY: Sleepy Hollow Press, 1979), p. 99-132; Robert Sobel, *Panic on Wall Street: A Classic History of America's Financial Disasters with a New Exploration of the Crash of 1987* (Nova York: Truman Talley Books/Dutton, 1998), p. 17-19, 28; James Ciment, "In the Light of Failure: Bankruptcy, Insolvency and Financial Failure in New York

City, 1790-1860”, dissertação de PhD, City University of New York, 1992, p. 42, 160.

81. Page Smith, James Wilson, *Founding Father 1742-1798* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1956), cap. 15.

82. George W. Johnston, “John Pintard”, ensaio biográfico datilografado datado de 16 de janeiro de 1900, Pintard Papers, New-York Historical Society, Box 3, numa pasta intitulada “Notes on Jon Pintard and Governor Clinton”.

83. *The Complete Writings of Thomas Paine*, ed. Philip S. Foner, 2 vols. (Nova York: Citadel Press, 1969), v. 1, p. 286, 344, 404-5; Paine, *Rights of Man: Part the First*, p. 76; John Keane, *Tom Paine: A Political Life* (Boston: Little Brown, 1995), p. xiii.

84. Donald R. Hickey, “America’s Response to the Slave Revolt in Haiti, 1791-1806”, *Journal of the Early Republic* 2 (1982), p. 361-79.

85. Declaração dos Direitos do Homem, 1789, Artigo I.

86. *The Complete Writings of Thomas Paine*, v. 1, p. 464, 599.

87. Hickey, “America’s Response to the Slave Revolt in Haiti, 1791-1806”, p. 361-79; Tim Matthewson, “Abraham Bishop, ‘the Rights of Black Men,’ and the American Reaction to the Haitian Revolution”, *Journal of Negro History* 67 (1982): 148-54. E ver C. L. R. James, *The Black Jacobins: Toussaint L’Overture and the San Domingo Revolution* (Nova York: Dial Press, 1938); Robin Blackburn, “Haiti, Slavery and the Age of the Democratic Revolution”, *William and Mary Quarterly* 63 (2006), p. 643-74; Laurent Dubois, *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004).

88. Thomas Jefferson para James Madison, 12 de fevereiro de 1799, em *Republic of Letters*, v. 2, p. 1.095.

89. James Madison, Federalista nº 10 (1787).

90. James Madison, “Public Opinion”, *National Gazette*, 19 de dezembro de 1791.

91. Jeffrey L. Pasley, *"The Tyranny of Printers": Newspaper Politics in the Early American Republic* (Charlottesville: University Press of Virginia, 2001), p. 33 e Apêndice 2.
92. Marcus Daniel, *Scandal and Civility: Journalism and the Birth of American Democracy* (Nova York: Oxford University Press, 2009), p. 8.
93. Connecticut Bee, 1º de outubro de 1800. E ver Eric Burns, *Infamous Scribblers: The Founding Fathers and the Rowdy Beginnings of American Journalism* (Nova York: Public Affairs, 2006), p. 14.
94. Thomas Jefferson para James Madison, 5 de fevereiro de 1799, em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 31, p.10.
95. Discurso de Despedida de Washington, 1796. E ver Matthew Spalding, "George Washington's Farewell Address", *Wilson Quarterly* 20 (1996), p. 65-71.
96. Nash, *Forgotten Fifth*, p. 62-65.
97. Morgan, "To Get Quit of Negroes", p. 403-5; Nash, *Forgotten Fifth*, p. 66.
98. Schama, *Rough Crossings*, p. 390-95; Pybus, *Epic Journeys*, 202; Cassandra Pybus, "Mary Perth, Harry Washington and Moses Wilkinson: Black Methodists Who Escaped from Slavery and Founded a Nation", em Alfred F. Young, Gary B. Nash e Ray Raphael, eds., *Revolutionary Founders: Rebels, Radicals and Reformers in the Making of the Nation* (Nova York: Knopf, 2011), p. 168; Janet Polasky, *Revolutions without Borders: The Call to Liberty in the Atlantic World* (New Haven, CT: Yale University Press, 2015), p. 109; Jasanoff, *Liberty's Exiles*, p. 305.
99. Slauter, *The State as a Work of Art*, p. 297-99.

Capítulo 5: UMA DEMOCRACIA DE NÚMEROS

1. John Adams para Thomas Jefferson, 6 de dezembro de 1787, *The Adams-Jefferson Letters*, ed. Lester J. Cappon, 2 vols. (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1959), v. 1, p. 213-14.
2. Ibid., p. 213.
3. Citações de James E. Lewis Jr., “‘What is to Become of Our Government?’: The Revolutionary Potential of the Election of 1800”, em James J. Horn, Jan Ellen Lewis e Peter S. Onuf, eds., *The Revolution of 1800: Democracy, Race and the New Republic* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2002), p. 10-11, 19, 13-14.
4. John Adams, *A Defense of the Constitutions of Government of the United States of America*, 3 vols. (Londres, 1787), v. 3, p. 299.
5. Thomas Jefferson, “II. The Response”, 12 de fevereiro de 1790, *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 16, p. 179.
6. Adams, *A Defense of the Constitution*, v. I, p.iii.
7. Benjamin Franklin, “Advice to a Young Tradesman”, 1748, *PBF*.
8. Adams, *A Defense of the Constitution*, v. I, p.iii.
9. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 3, p. 166.
10. *The Records of the Federal Convention of 1787*, v. 2, p. 57, 29.
11. Sobre números e censos, ver Margo J. Anderson, *The American Census: A Social History*, 2ª ed. (1988; New Haven, CT: Yale University Press, 2016); Hyman Alterman, *Counting People: The Census in History* (Nova York: Harcourt, Brace and World, 1969); Patricia Cline Cohen, *A Calculating People: The*

Spread of Numeracy in Early America (Chicago: University of Chicago Press, 1982). Sobre a popularização da quantificação de forma mais abrangente, ver Theodore M. Porter, *Trust in Numbers: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995); I. Bernard Cohen, *The Triumph of Numbers: How Counting Shaped Modern Life* (Nova York: Norton, 2005); e Alfred W. Crosby, *The Measure of Reality: Quantification and Western Society, 1250-1600* (Nova York: Cambridge University Press, 1997).

12. *Gazette of the United States*, 15 de dezembro de 1796.

13. John Adams para Elbridge Gerry, 6 de dezembro de 1777, em *The Papers of John Adams*, v. 5, p. 346.

14. “Resolutions Adopted by the Kentucky General Assembly”, 10 de novembro de 1798, em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 30, p. 554.

15. Thomas Pickering para Rufus King, 12 de março de 1799, em *The Life and Correspondence of Rufus King*, ed. Charles R. King, 6 vols. (Nova York: G. P. Putnam’s Sons, 1895), v. 2, p. 557; Timothy Dwight, “Triumph of Democracy”, 1º de janeiro de 1801, em James G. Basker, ed., *Amazing Grace: An Anthology of Poems About Slavery, 1660-1810* (New Haven, CT: Yale University Press, 2002), p. 488.

16. “Letter from Alexander Hamilton, Concerning the Public Conduct and Character of John Adams, Esq., President of the United States”, 24 de outubro de 1800, em *The Papers of Alexander Hamilton*, v. 25, p. 186, 190.

17. *Carolina Gazette*, 14 de agosto de 1800.

18. Edward J. Larson, *A Magnificent Catastrophe: The Tumultuous Election of 1800* (Nova York: Free Press, 2007), p. 185, 171-72; *Federal Observer* [Portsmouth, New Hampshire], 1º de maio de 1800; Thomas Jefferson, *Notes on the State of Virginia* (Londres, 1787), p. 265. E ver também Susan Dunn, *Jefferson’s Second Revolution: The Election Crisis of 1800 and the Triumph of Republicanism* (Boston: Houghton Mifflin, 2004); e

John Ferling, *Adams vs. Jefferson: The Tumultuous Election of 1800* (Nova York: Oxford University Press, 2004).

19. *Aurora*, 14 de outubro de 1800.

20. Larson, *A Magnificent Catastrophe*, p. 134-35.

21. Spencer Albright, *The American Ballot* (Washington, DC: American Council on Public Affairs, 1942), p. 16; Charles Gross, "The Early History of the Ballot in England", *American Historical Review* 3 (abril de 1898), p. 456-63. E ver Robert J. Dinkin, *Voting in Provincial America: A Study of Elections in the Thirteen Colonies, 1689-1776* (Westport, CT: Greenwood, 1977), cap. 6.

22. Andrew Robertson e Phil Lampi, "The Election of 1800 Revisited", *paper* apresentado no Encontro Anual da Associação Histórica Americana, Chicago Illinois, 9 de janeiro de 2000.

23. Alexander Keyssar, *The Right to Vote: The Contested History of Democracy in the United States* (Nova York: Basic Books, 2000), p. 24 e tabelas A.1 e A.2;

24. Alexander Hamilton para James A. Bayard, 16 de janeiro de 1801, em *The Papers of Alexander Hamilton*, v. 25, p. 319.

25. Apud Arthur M. Schlesinger Jr., ed., *History of American Presidential Elections, 1789-1968*, 4 vols. (Nova York: Chelsea House, 1971), v. 1, p. 111.

26. Schlesinger, *History of American Presidential Elections, 1789-1968*, p. 129-30.

27. Garry Wills, "*Negro President*": *Jefferson and the Slave Power* (Boston: Houghton Mifflin, 2003), p. 1 (John Quincy Adams é citado).

28. John Adams para Thomas Jefferson, 20 de fevereiro de 1801, em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 33, p. 23.

29. *The Mercury and New-England Palladium* [Boston, Massachusetts], 20 de janeiro de 1801.

30. Apud em Larson, *A Magnificent Catastrophe*, p. 274.

31. "Causes of the American Discontents before 1768", *London Chronicle*, 5-7 de janeiro de 1768, PBF.
32. John Adams, *Thoughts on Government: Applicable to the Present State of the American Colonies. In a Letter from a Gentleman to His Friend* (Filadélfia, 1776), em *The Papers of John Adams*, v.4, p. 91.
33. Jed Handelsman Shugerman, *The People's Courts: Pursuing Judicial Independence in America* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012) caps. 1 e 2.
34. "Brutus, Essay 11", *New York Journal*, 31 de janeiro de 1788. E ver Shugerman, *The People's Court*, p. 25-26.
35. Alexander Hamilton, Federalist nº 78 (1788).
36. Apud Suzy Maroon e Fred J. Maroon, *The Supreme Court of the United States* (Nova York: Thomasson-Grant and Lickle, 1996), p. 110.
37. Apud Clare Cushman, *Courtwatchers: Eyewitness Accounts in Supreme Court History* (Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2011), p. 2, 5-6.
38. Apud Cushman, *Courtwatchers*, p. 10.
39. Maroon, *Supreme Court*, p. 173, 20; Cushman, *Courtwatchers*, p. 16.
40. Apud Alexandra K. Wigdor, *The Personal Papers of Supreme Court Justices* (Nova York: Garland Publishing, 1986), p. 9.
41. *Marbury v. Madison*, 5 U.S. 137 (1803).
42. Jefferson, *Notes on the State of Virginia*, p. 274. Thomas Malthus, *An Essay on the Principle of Population* (Londres, 1798), p. 346. Sobre Jefferson e Jeffersonianismo, ver Drew R. McCoy, *The Elusive Republic: Political Economy in Jacksonian America* (Nova York: Norton, 1980); Gordon Wood, *Empire of Liberty: A History of the Early Republic, 1789-1815* (Nova York: Oxford University Press, 2009); e Annette Gordon-Reed e Peter S. Onuf, *"Most Blessed of the Patriarchs": Thomas Jefferson and the Empire of the Imagination* (Nova York: Liveright, 2016).

43. Joyce Appleby, *The Relenless Revolution: A History of Capitalism* (Nova York: W. W. Norton, 2010), cap. 5.
44. Thomas Jefferson para Wilson Cary Nicholas, 7 de setembro de 1803, em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 41, p. 347. E, de forma mais abrangente, ver Steven Hahn, *A Nation Without Borders: The United States and Its World in an Age of Civil Wars, 1830-1910* (Nova York: Viking, 2016).
45. Thomas Jefferson para Thomas Cooper, 24 de fevereiro de 1804, e para Benjamin Chambers, 28 de dezembro de 1805, apud Drew McCoy, *The Elusive Republic: Political Economy in Jeffersonian America* (Chapel Hill, NC: University of Carolina Press, 1980), p. 194, 203.
46. Thomas Jefferson para John Adams, 21 de janeiro de 1812, *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 4, p. 428; Thomas Jefferson para James Jay, 7 de abril de 1809, *The Papers of Thomas Jefferson*, Série da Aposentadoria, v. 1, p. 110-11.
47. Thomas Jefferson para James Maury, 16 de junho de 1815, em *The Papers of Thomas Jefferson*, Série da Aposentadoria, v. 8, p. 544. Sobre algodão, ver Sven Beckert, *Empire of Cotton: A Global History* (Nova York: Knopf, 2014).
48. *The Constitution of the United States together with an Account of Its Travels Since September 17, 1787*, compilado por David C. Mearns e Verner W. Clapp (Washington, DC: Biblioteca do Congresso, 1958), p. 1-17.
49. [Serenio Edwards Dwight], *Slave Representation by Boreas, Awake! O Spirit of the North* (New Haven, CT, 1812), p. 1.
50. *Slave Representation*, 1. Alan Taylor, *The Civil War of 1812: American Citizens, British Subjects, Irish Rebels & Indian Allies* (Nova York, Knopf, 2010); Matthew Mason, “‘Nothing is Better Calculated to Excite Divisions’: Federalist Agitation against Slave Representation during the War of 1812”, *New England Quarterly* 75 (2002), p. 531-61.
51. Jefferson, *Notes on the State of Virginia*, 270-71. E ver Gordon-Reed, *The Hemingses of Monticello*.

52. Thomas Jefferson para John Norvell, 11 de junho de 1807, em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 11, p. 222.
53. Thomas Jefferson para Elbridge Gerry, 29 de março de 1801, em *The Papers of Thomas Jefferson*, v. 33, p. 491.
54. James Thomas Callender, "The President, Again", *Richmond Recorder*, 1º de setembro de 1802.
55. Thomas Jefferson para Francis C. Gray, 4 de março de 1815, em *The Papers of Thomas Jefferson*, Série da Aposentadoria, v. 8, p. 311. Gordon-Reed, *The Hemingses of Monticello*, p. 599-600.
56. Sociedade Americana de Colonização, *The Tenth Annual Report of the American Society for Colonizing the Free People of Colour of the United States* (Washington, DC, 1828), p. 79.
57. Josiah Quincy, *Memoir ot the Life of John Quincy Adams* (Boston, 1859), p. 115.
58. 15 Anais do Congresso, p. 1.204 (16 de fevereiro de 1819).
59. 5 James Madison para Robert Walsh, 27 de novembro de 1819, em *The Papers of James Madison*, Série da Aposentadoria, p. 557.
60. 16 Anais do Congresso, p. 228 (20 de janeiro de 1820).
61. Gordon-Reed, *Thomas Jefferson and Sally Hemings*, p. 246. Ver também Gordon-Reed, *The Hemingses of Monticello*, p. 557-60.
62. Daniel Raymond, *Thoughts on Political Economy* (Baltimore, 1820), p. 456. Daniel Raymond, *The Missouri Question* (Baltimore, 1819), p. 6-7.
63. 16 Anais do Congresso, p. 428 (1º de fevereiro de 1820); Raymond, *The Missouri Question*, p. 10.
64. John Quincy Adams, anotação em seu diário, 10 de janeiro de 1810 em *The Diaries of John Quincy Adams: A Digital Collection*, 51 vols. Sociedade Histórica de Massachusetts, v. 31, p. 245.

65. John Adams para John Quincy Adams, 23 de abril de 1794, em *The Adams Family Correspondence*, ed. Margaret A. Hogan et. al., 13 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011), v. 10, p. 151.
66. *The National Journal* [Washington, DC], 28 de abril de 1824.
67. Como o acadêmico constitucional Alexander Bickel explicou uma vez: “A ideia populista, identificada na tradição política americana com Andrew Jackson e, em alguma medida, com todos os demais a partir de então, é que todos os problemas da sociedade e do governo serão curados ao se conceder uma direção mais forte e definida dos assuntos à maioria popular.” (Bickel, “Is Electoral Reform the Answer?”, *Commentary*, dezembro de 1968, p. 41). Sobre populismo, de forma mais abrangente, ver Michael Kazin, *The Populist Persuasion: An American History* (Nova York: Basic Books, 1995), e Charles Postel, *The Populist Vision* (Nova York: Oxford University Press, 2007).
68. Diário de John Quincy Adams, 18 de junho de 1833, em *The Diaries of John Quincy Adams*, v. 39, p. 98.
69. Thomas Jefferson, conforme citado por Daniel Webster, dezembro de 1824, em *The Private Correspondence of Daniel Webster*, ed. Fletcher Webster (Boston: Little, Brown, 1857), p. 371.
70. Robert L. Brunhouse, ed., “David Ramsay, 1749-1815: Selections from His Writings”, *Transactions of the American Philosophical Society* 55 (1965), p. 27; Frank L. Owsley Jr., “Editor’s Introduction” sobre John Reid e John Henry Eaton, *The Life of Andrew Jackson* (Tuscaloosa: University of Alabama Press, [1974] 2007), p. v-vii; John Eaton, *The Life of Andrew Jackson: Major General in the Service of the United States* (Filadélfia: M. Carey and Son, 1817); Margaret Bayard Smith, 1828, conforme citado em Catherine Allgor, *Parlor Politics: In Which the Ladies of Washington Help Build a City and a*

Government (Charlottesville: University Press of Virginia, 2000), p. 200.

71. John Eaton, *The Life of Andrew Jackson* (Filadélfia: S. F. Bradford, 1824); Owsley, “Editor’s Introduction”, *The Life of Andrew Jackson*, x (a edição com comentários de Owsley destaca as mudanças entre as versões de 1817 e 1824). Sobre bottons de campanha: M. J. Heale, *The Presidential Quest: Candidates and Images in American Political Culture, 1787-1852* (Londres: Longman, 1982), p. 50. Sobre campanha eleitoral, de forma mais abrangente: Robert J. Dinkin, *Campaigning in America: A History of Election Practices* (Nova York: Greenwood, 1989), p. 42. Também discute a biografia de campanha de Jackson e sua influência em *The Story of America*, cap. 10.

72. Benjamin Austin, *Constitutional Republicanism, in Opposition to Fallacious Federalism* (Boston, 1803), p. 87.

73. Sobre a ascensão das convenções de nomeação: James S. Chase, *Emergence of the Presidential Nominating Conventions, 1789-1832* (Urbana, IL: University of Illinois Press, 1973); *National Party Conventions, 1831-1984*, 4ª ed. (Washington, DC: Congressional Quarterly Inc., 1987); Stan M. Haynes, *The First American Political Conventions: Transforming Presidential Nominations, 1832-1872* (Jefferson, NC: McFarland, 2012).

74. James Kent, citado em *Reports of the Proceedings and Debates of the Convention of 1821, Assembled for the Purpose of Amending the Constitution of the State of New-York* (Albany, 1821), p. 221.

75. Apud David McCullough, *John Adams* (Nova York: Simon & Schuster, 2001), p. 639-40.

76. Apud *The Proceedings and Debates of the Virginia State Convention of 1829-30* (Richmond, 1830), p. 316. E ver Daniel Rodgers, *Contested Truths: Keywords in American Politics Since Independence* (Nova York: Basic Books, 1987), p. 80-111.

77. George Bancroft, “The Office of the People in Art, Government, and Religion”. Um discurso feito perante a

Sociedade Adelphi do Williamstown College, em agosto de 1835, em Thomas Breed et al., eds., *Modern Eloquence*, 15 vols. (Filadélfia: John D. Morris and Company, 1900), v. 7, p. 79; George Bancroft, *Oration Delivered on the Fourth of July, 1826, at Northampton, Massachusetts* (Northampton, 1826), p. 20.

78. *Connecticut Herald*, 11 de julho de 1826.

79. Gordon-Reed, *Hemingses of Monticello*, p. 655-56, 661-62.

80. Joseph Ellis, *American Sphinx: The Character of Thomas Jefferson* (Nova York: Knopf, 1997), p. 287-90; McChullough, *John Adams*, p. 644-47.

81. John Randolf para John Brockenbrough, 12 de janeiro de 1829, em *The Collected Letters of John Randolph of Roanoke to Dr. John Brockenbrough*, ed. Kenneth Shorey (1988; New Brunswick, NJ: Transaction Books, 2015), p. 317.

82. *Alexandria Gazette*, 4 de março de 1829.

83. Margaret Bayard Smith para Jane Bayard Kirkpatrick, 11 de março de 1829, em *The First Forty Years of Washington Society Portrayed by the Family Letters os Mrs. Samuel Harrison Smith* (Margaret Bayard), ed. Galliard Hunt (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1906), p. 290-94; Andrew Jackson, "First Annual Message", 8 de dezembro de 1829, *The American Presidency Project* (on-line), comp. John T. Woolley e Gerhard Peters; Joseph Story para Srta. Joseph Story (Sara Waldo Wetmore), 7 de março de 1829, em *The Life and Letters of Joseph Story*, ed. William M. Story, 2 vols. (Boston: Charles C. Little & James Brown, 1851), v. 1, p. 563.

84. Bayard Smith para Bayar Kirk Patrick, 11 de março de 1829.

Capítulo 6: A ALMA E A MÁQUINA

1. Maria W. Stewart, “Religion and the Pure Principles of Morality, The Sure Foundation on Which We Must Build”, outubro de 1831, em *Maria W. Stewart: America’s First Black Woman Political Writer*. ed. Marilyn Richardson (Bloomington: Indiana University Press, 1987), p. 40.
2. Richardson, *Maria W. Stewart*, p. 29, 38. As impressões de Garrison sobre Stewart estão registradas em uma carta que ele escreveu posteriormente para apoiar uma requisição de pensão de seu viúvo: William Lloyd Garrison para Maria W. Stewart, 4 de abril de 1879, *ibid.*, p. 89-90.
3. Sobre o Segundo Grande Despertar, ver em especial Mary P. Ryan, *The Cradle of the Middle Class: The Family in Oneida County, New York, 1790-1865* (Nova York: Cambridge University Press, 1981), e Daniel Howe, *What Hath God Wrought: The Transformation of America, 1815-1848* (Nova York: Oxford University Press, 2007).
4. Apud Paul Johnson, *A Shopkeeper’s Millennium: Society and Revivals in Rochester, New York, 1815-1837*, 1ª ed. rev. (Nova York: Hill and Wang, 2004), p. 5.
5. *Ibid.*, p. 3.
6. Maria W. Stewart, “Mrs. Stewart’s Farewell Address to Her Friends in the City of Boston”, em Richardson, *Maria W. Stewart*, p. 70.
7. Thomas Jefferson para William Ludlow, 6 de setembro de 1824, em *The Writings of Thomas Jefferson*, ed. Andrew A. Lipscomb e Albert Ellery Bergh, 20 vols. (Washington, DC: Thomas Jefferson Memorial Association of the United States, 1903-7), v. 16, p. 74-76.

8. Jacob Bigelow, *The Useful Arts*, 3 vols. (Nova York: Harper and Brothers, 1855), v. 1, p.18-19.
9. Jeanne Boydston, *Home and Work: Housework, Wages, and the Ideology of Labor in the Early Republic* (Nova York: Oxford University Press, 1990). Ver também Alan Dawley, *Class and Community: The Industrial Revolution in Lynn* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976).
10. George B. Ellenberg, *Mule South to Tractor South: Mules, Machines and the Transformation of the Cotton South* (Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2007), p. 146.
11. Walter Isaacson, *The Innovators: How a Group of Inventors, Hackers, Geniuses, and Geeks Created the Digital Revolution* (Nova York: Simon & Schuster, 2014), cap. 1.
12. Sobre a história da indústria, ver Robert Dalzell, *Enterprising Elite: The Boston Associates and the World They Made* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987).
13. Howe, *What Hath God Wrought*, p. 216-17.
14. Johnson, *A Shopkeeper's Millennium*, p. 18, 42.
15. Ryan, *Cradle of the Middle Class*, p. 146-47, 155-58.
16. Ver Kathryn Kish Skalar, *Catharine Beecher: A Study in American Domesticity* (New Haven: CT: Yale University Press, 1973).
17. Charles Grandison Finney, *Memoirs of Rev. Charles G. Finney* (Nova York: A. S. Barnes & Company, 1876), p. 20; Johnson, *A Shopkeeper's Millennium*, p. 108, 122.
18. Ruth Cowan, *A Social History of American Technology* (Nova York: Oxford University Press, 1997), p. 138, 210. E sobre o determinismo tecnológico na política e cultura americana, de forma mais abrangente, ver David Nye, *American Technological Sublime* (Cambridge, MA: MIT Press, 1994); Robert Friedel, *A Culture of Improvement: Technology and the Western Millennium* (Cambridge, MA: MIT Press, 2008); Robert L. Heilbroner, "Do Machines Make History?", *Technology and Culture* 8 (1967), p.

335-45; Leo Marx, *The Machine in the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in America* (Nova York: Oxford University Press, 1964).

19. Jacob Bigelow, *Elements of Technology* (Boston, 1829); Jacob Bigelow, *An Address on the Limits of Education Read before the Massachusetts Institute of Technology* (Boston: E. P. Dutton & Company, 1865), p. 4. Ver também Thomas Misa, *Leonardo to the Internet: Technology and Culture from the Renaissance to the Present* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004), p. 204; Marx, “The Idea of Technology”; Howard P. Segal, *Technological Utopianism in American Culture* (Chicago: University of Chicago Press, 1985), p. 180-81.

20. Thomas Carlyle, “Signs of the Times”, *Edinburgh Review* 49 (junho de 1829), p. 457.

21. Timothy Walker, “A Defense of Mechanical Philosophy”, *North American Review* 33 (julho de 1831), p. 122-27.

22. Apud Sean Wilentz, *The Rise of American Democracy: Jefferson to Lincoln* (Nova York: Norton, 2005), p. 425.

23. Bancroft apud Russel Nye, *George Bancroft: Brahmin Rebel* (Nova York: Knopf, 1944), p. 100; Sullivan apud *New York Morning News*, 27 de fevereiro de 1845.

24. Stewart, “Religion and the Pure Principles of Morality”, outubro de 1831, em Richardson, *Maria W. Stewart*, p. 39.

25. Apud Valerie C. Cooper, *Word, Like Fire: Maria Stewart, the Bible, and the Rights of African Americans* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2012), p. 4.

26. Apud Richardson, introdução a *Maria W. Stewart*, p. 14.

27. Benjamin Rush para John Adams, 15 de junho de 1789, em *The Letters of Benjamin Rush*, ed. L. H. Butterfield, 2 vols. (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1951), v. 1, p. 516.

28. James Madison para a Assembleia Geral da Comunidade da Virginia, “A Memorial and Remonstrance”, ca. 20 de junho de 1785, em *The Papers of James Madison*, Congressional Series,

ed. J. C. A. Stagg et. al., 17 vols. (Charlottesville: University of Virginia Press, 2010), v. 8, p. 301.

29. Artigo 11, Tratado de Paz e Amizade, assinado em Tripoli em 4 de novembro de 1796, em *Treaties and Other International Acts of the United States of America*, ed. Hunter Miller, 8 vols. (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1931-48), v. 2, p. 365.

30. Stewart, "Cause for Encouragement" em Richardson, *Maria W. Stewart*, p. 43.

31. Lyman Beecher, "Lecture VII: The Republican Elements of the Old Testament", em *Lectures on Political Atheism and Kindred Subjects* (Boston, 1852), p. 189.

32. Nathan O. Hatch, *The Democratization of American Christianity* (New Haven, CT: Yale University Press, 1989), p. 4.

33. Thomas Jefferson para Samuel Kercheval, 12 de julho de 1816, em *The Papers of Thomas Jefferson*, Retirement Series, v. 10, p. 226.

34. William Lloyd Garrison, "Address to the Colonization Society", 4 de julho de 1829, em *Selections from the Writings and Speeches of William Lloyd Garrison* (Boston: R. F. Wallcut, 1852), p. 53.

35. Richardson, *Maria W. Stewart*, introdução.

36. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 221; Walter Johnson, *River of Dark Dreams: Slavery and Empire in the Cotton Kingdom* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013), p. 41-42, 152-54; Sven Beckert, *Empire of Cotton: A Global History* (Nova York: Knopf, 2014), cap. 5.

37. Douglas R. Egerton e Robert L. Paquette (eds.). *The Denmark Vesey Affair: A Documentary History* (Gainesville: University Press of Florida, 2017). Ver também Michael P. Johnson, "Denmark Vesey and His Co-Conspirators", *William and Mary Quarterly* 58 (2001), p. 915-76.

38. Henry Highland Garnet, *Walker's Appeal* (Nova York: J. H. Tobitt, 1848), p. vi.
39. *Freedom's Journal*, 16 de março de 1827.
40. David Walker. *Walker's Appeal in Four Articles; Together with a Preamble, to the Coloured Citizens of the World, but in Particular, and Very Expressly, to Those of the United States of America*, 28 de setembro de 1829 (Boston, 1829), p. 73-74, 18, 66, 55, 47, 28, 21 e 27. Ver também *David Walker's Appeal to the Coloured Citizens of the World*, ed. Peter P. Hinks (University Park: Pennsylvania State University Press, 2000), introdução. Sobre o conceito de "cidadão de cor", ver Stephen Kantrowitz. *More Than Freedom: Fighting for Black Citizenship in a White Republic, 1829-1889* (Nova York: Penguin Press, 2012), p. 28-40.
41. *David Walker's Appeal*, ed. Hinks, p. xiv-xxv.
42. Ibid., p. xxxix-xl; *The Liberator* [Boston, Massachusetts], 1º de janeiro de 1831.
43. *The Confessions of Nat Turner with Related Documents*, 2ª ed., ed. Kenneth S. Greenberg (1831; Boston: Bedford/St. Martins, 2017), p. 44; James M'Dowell Jr., *Speech of James M'Dowell Jr. (of Rockbridge) in the House of Delegates of Virginia, on the Slave Question* (Richmond: Thomas W. White, 1832), p. 29.
44. Alexis de Tocqueville, *Democracy in America*, 2 vols. (Nova York: Knopf, 1956), v. 2, p. 256.
45. Apud Stefan M. Wheelock, *Barbaric Culture and Black Critique: Black Antislavery Writers, Religion and the Slaveholding Atlantic* (Charlottesville: University of Virginia Press, 2015), cap. 4.
46. William Lloyd Garrison, "Declaration of Sentiments of the American Anti-Slavery Convention, December 6, 1833", em *Selections from the Writings of William Lloyd Garrison*, p. 70.
47. Catherine Beecher, *An Essay on Slavery and Abolitionism, with Reference to the Duty of American Females* (Filadélfia:

Henry Perkins, 1837), p. 121.

48. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 356-57, 419-20; Howe, *What Hath God Wrought*, p. 539-40.

49. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 283; Charles Sellers, *The Market Revolution: Jacksonian America, 1815-1846* (Nova York: Oxford University Press, 1991), p. 238.

50. Apud Carl N. Degler, *Out of Our Past: The Forces That Shaped Modern America*, ed. rev. (Nova York: Harper and Row, [1959] 1970), p. 275-76.

51. Apud Carl Kaestle, *Pillars of the Republic: Common Schools and American Society, 1780-1860* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2011), p. 80.

52. Apud Daniel Boorstin, *The Americans: The Democratic Experience* (Nova York: Random House, 1973), p. 257.

53. Samuel F. B. Morse, *Imminent Dangers to the Free Institutions of the United States through Foreign Immigration* (Nova York, 1835), p. 28. Sobre Morse, ver Jill Lepore. *A is for American: Letters and Other Characters in the Newly United States* (Nova York: Knopf, 2002), cap. 6.

54. Apud Daniel J. Czitrom, *Media and the American Mind: From Morse to McLuhan* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982), p. 11-12.

55. Barnet Schecter, *The Devil's Own Work: The Civil War Draft Riots and the Fight to Reconstruct America* (Nova York: Walker & Company, 2005), p. 78.

56. Sobre o movimento das escolas comuns, ver Kaestle, *Pillars of the Republic*; Ira Katznelson e Margaret Weir, *Schooling for All: Class, Race and the Decline of the Democratic Ideal* (Nova York: Basic Books, 1983).

57. Apud Kaestle, *Pillars of the Republic*, p. 163, 139.

58. Ibid., p. 176, 179.

59. Christopher B. Daly, *Covering America: A Narrative History of a Nation's Journalism* (Amherst, MA: University of Massachusetts

Press, 2012), p. 59-63; Michael Schudson, *Origins of the Ideal of Objectivity in the Professions: Studies in the History of American Journalism and American Law, 1830-1940* (Dissertação de PhD, 1976; Nova York: Garland, 1990), p. 36-40.

60. Tocqueville, *Democracy in America*, v. 2, p. 42.

61. Joseph Story para o Juiz Fay, 18 de fevereiro de 1834, em *The Life and Letters of Joseph Story*, v. 2, p. 154. Asher Robbins apud Michael G. Kammen, *A Machine That Would Go of Itself: The Constitution in American Culture* (1986; New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2006), p. 50.

62. Joseph Story, *A Discourse Pronounced at the Request of the Essex Historical Society on the 18th of September, 1828, in Commemoration of the First Settlement of Salem* (Boston: Hilliard, Gray, Little and Wilkins, 1828), p. 74-75. Sobre a remoção indígena, ver Ronald N. Satz, *American Indian Policy in the Jacksonian Era* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1975); Anthony F. C. Wallace, *The Long, Bitter Trail: Andrew Jackson and the Indians* (Nova York: Hill and Wang, 1993); Theda Perdue, *The Cherokee Nation and the Trail of Tears* (Nova York: Viking, 2007).

63. “Instructions to a Deputation of Our Warriors... to Proceed On and Visit Our Father the President of the United States”, Fortville, Cherokee Nation, 19 de setembro de 1817, em Walter Lowrie e Walter S. Franklin (eds.), *American State Papers, Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States* (Washington, DC: Gale and Seaton, 1834), p. 145.

64. Apud Althea Bass, *Cherokee Messenger* (Norman: University of Oklahoma Press, 1996), p. 31.

65. Sobre os Cherokees nessa época, ver William G. McLoughlin, *Cherokee Renaissance in the New Republic* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986). Sobre Sequoyah, ver Lepore, *A is for American*, cap. 3.

66. Resposta do Conselho Cherokee aos Comissários Norte-Americanos Duncan G. Campbell e James Meriwether, 20 de

outubro de 1823, em *American State Papers, Documents, Legislative and Executive, of the Congress of the United States*, Assuntos Indígenas, 2 vols. (Washington, DC: Gales and Seaton, 1834), v. 2, p. 469; Comissários Norte-Americanos para os Chefes Cherokee, 9 de dezembro de 1824, em *American State Papers*, Assuntos Indígenas, v. 2, p. 570; e Conselho Cherokee para os Comissários Norte-Americanos, 11 de fevereiro de 1824, em *American State Papers*, Assuntos Indígenas, v. 2, p. 474.

67. John Howard Payne, “The Cherokee Cause [1835]”, republicado no *Journal of Cherokee Studies* 1 (1976), p. 19.

68. Discurso do senador Theodore Frelinghuysen, 7-9 de abril de 1830, em *Speeches of the Passage of the Bill for the Removal of the Indians, Delivered in the Congress of the United States, April and May, 1830* (Boston: Perkins and Marvin, 1830), p. 8.

69. *Cherokee Nation v. Georgia*, 30 U.S. 1 (1831), e *Worcester v. Georgia*, 31 U.S. 515 (1832).

70. *An Indian’s Appeal to the White Men of Massachusetts* foi republicado em William Apess, *On Our Own Ground: The Writings of William Apess, a Pequot*, ed. por Barry O’Connell (Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 1992), p. 205. E ver minha discussão sobre o contexto cultural e político mais amplo para as reivindicações dos Mashpee e dos Penobscot em *The Name of War*, cap. 7.

71. Edward Everett, *An Address delivered at Bloody Brook, in South Deerfield, September 30, 1835* (Boston: Russell, Shattuck, & Williams, 1835), p. 8, 10-11. E ver Edward Everett, “The Cherokee Case”, *North American Review* 33 (1831), p. 136-53.

72. Andrew Jackson, Primeira Mensagem Anual, 8 de dezembro de 1829.

73. Jon Meacham, *American Lion: Andrew Jackson in the White House* (Nova York: Random House, 2008), p. 204.

74. Perdue, *The Cherokee Nation and the Trail of Tears*, p. 139-40. General Winfield Scott, “Extracts from General Orders, or the Address to the Troops”, 17 de maio de 1838, em *Memoirs of*

Lieut.-General Winfield Scott, ed. Timothy D. Johnson (Knoxville: University of Tennessee Press, 2015), p. 166.

75. Harriet Martineau, *Retrospect of Western Travel*, 3 vols. (Londres: Saunders and Otley, 1838), v. 1, p. 147.

76. Apud Kerry S. Walters, *Explosion on the Potomac: The 1844 Calamity Aboard the USS Princeton* (Charleston, SC: The History Press, 2013), p. 85.

77. Johnson, *River of Dark Dreams*, cap. 10.

78. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 319-22.

79. *Memoirs of General Andrew Jackson Seventh President of the United States* (Auburn, NY: James C. Derby & Co., 1845), p. 202, 208.

80. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 387, 430.

81. James S. Chase, *Emergence of the Presidential Nominating Convention, 1789-1832* (Urbana: University of Illinois Press, 1973), p. 27-34.

82. Stan M. Haynes, *The First American Political Conventions: Transforming Presidential Nominations, 1832-1872* (Jefferson, NC: McFarland, 2012), p. 29.

83. Sobre o Pânico de 1837 e a Guerra Bancária, ver Reginald Charles McGrane, *The Panic of 1837: Some Financial Problems of the Jacksonian Era* (Nova York: Russell and Russel, Inc., 1924, 1965); Marc Shell, *Money, Language and Thought: Literary and Philosophic Economies from the Medieval to the Modern Era* (Baltimore e Londres: Johns Hopkins Universty Press, 1982); e Alasdair Roberts, *America's First Great Depression: Economic Crisis and Political Disorder after the Panic of 1837* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2012).

84. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 365.

85. *The Correspondence of Nicholas Biddle*, ed. Reginald C. McGrane (Boston: Houghton Mifflin Company, 1919), p. 93; Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 361.

86. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 368, 372.

87. *U.S. Senate Journal*, 22^o Cong. 1^a Sessão, 10 de julho de 1832.
88. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 398.
89. Robert Sobel, *Panic on Wall Street: A Classic History of America's Financial Disasters* (Washington, DC: Beard Books, [1968, Macmillan], 1999), p. 38-40, 47.
90. Andrew Jackson, "Quarta Mensagem Anual", 4 de dezembro de 1832.
91. *Speech of Mr. Kennedy, of Indiana, on the Oregon Question Delivered in the House of Representatives, January 10, 1846* (Washington, 1846), p. 7. Apud Donald William Meinig, *The Shaping of America: A Geographical Perspective on 500 Years of History, vol. 2: Continental America, 1800-1867*, 4 vols. (New Haven, CT: Yale University Press, 1993), v. 2, p. 222.
92. Meinig, *The Shaping of America*, v. 2, p. 135; Hahn, *A Nation Without Borders*, p. 12. Sobre a guerra com o México, ver Rachel St. John, *Line in the Sand: A History of the Western U.S.-Mexico Border* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011). E ver Patricia Nelson Limerick, *The Legacy of Conquest: The Unbroken Past of the American West* (Nova York: Norton, 2006), cap. 7.
93. Apud Walter R. Borneman, *Polk: The Man Who Transformed the Presidency and America* (Nova York: Random House, 2008), p. 73.
94. Donald J. Ratcliffe, "Thomas Morris", *American National Biography On-line*; Thomas Morris, *Discurso em resposta ao discurso de Henry Clay, 9 de fevereiro de 1839* (Nova York, 1839).
95. Haynes, *The First American Political Conventions*, p. 1; Chase, *Emergence of the Presidential Nominating Convention*, p. 40.
96. Frank E. Hagen e Elmo Scott Watson, "The Origin of Ruckerize", *Cambridge [MA] Sentinel*, 12 de setembro de 1936.
97. Sobel, *Panic on Wall Street*, p. 51, 67.

98. Bauer, “The Movement Against Imprisonment for Debt”. Ver também Charles Warren, *Bankruptcy in United States History* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1935); James Ciment, “In the Light of Failure: Bankruptcy, Insolvency and Financial Failure in New York City, 1790-1860”; Edward J. Balleisen, *Navigating Failure: Bankruptcy and Commercial Society in Antebellum America* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001).
99. Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 492-93.
100. [Richard Hildreth], *The People’s Presidential Candidate; or The Life of William Henry Harrison, of Ohio* (Boston, 1839), p. 14-16, 194. Robert Gray Gunderson, *The Log Cabin Campaign* (Lexington: University of Kentucky Press, 1957), p. 73-79; 129-33.
101. Apud Wilentz, *The Rise of American Democracy*, p. 547. E ver Milton C. Sernett, *North Star Country: Upstate New York and the Crusade for African American Freedom* (Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2002), p. 115.
102. Mary P. Ryan, *Women in Public: Between Banners and Ballots, 1825-1880* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1990), p. 134; e ver Jo Freeman, *A Room at a Time: How Women Entered Party Politics* (Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2000).
103. Dinkin, *Campaigning in America*, p. 33.
104. Ralph Waldo Emerson, *The Journals and Miscellaneous Notebooks of Ralph Waldo Emerson*, ed. A. W. Plumstead, Harrison Hayford, et al., 16 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1969), v. 7, p. 482.
105. “The Telegraph”, *New York Sun*, 6 de novembro de 1847, no caderno de anotações de Morse, Samuel Morse Papers, Biblioteca do Congresso, Washington, DC.
106. Daly, *Covering America*, p. 77; Daniel Webster, “Opening of the Northern Railroad to Lebanon, N.H. [1847]”, em *Works of Daniel Webster*, 11^a ed., 6 vols. (Boston: Little Brown, 1858), v. 2, p. 419.

107. Karl Marx, “Estranged Labour”, em *Economic and Philosophic Manuscripts of 1844*, ed. Martin Milligan (1961; Nova York: Dover Publications, 2007), p. 69.

108. *Ralph Waldo Emerson: Updated Edition*, ed. Harold Bloom (Nova York: Chelsea House, 2007), p. 127.

109. Apud James D. Hart, “They All Were Born in Log Cabins”, *American Heritage* 7 (1956), p. 32.

110. Henry David Thoreau, *Walden; or, Life in the Woods* (Boston: Ticknor and Fields, 1854), p. 54, 57-59, 102, 107, 118.

111. Thoreau, *Walden*, p. 175, 352; Revisão de *Walden*, *The New York Churchman*, 2 de setembro de 1854.

112. Thoreau, *Walden*, p. 57.

Capítulo 7: SOBRE NAVIOS E NAUFRÁGIOS

1. Walters, *Explosion on the Potomac*, p. 9-10.
2. Apud Dan Monroe, *The Republican Vision of John Tyler* (College Station: Texas A&M University Press, 2003), p. 63.
3. Charles Dickens, *American Notes for General Circulation*, editado por e com uma introdução de Patricia Ingham (1842; Nova York: Penguin, 2000), p. 138.
4. Daniel Webster, “Letter to the Citizens of Worcester County, Massachusetts”, 23 de janeiro de 1844, em *The Writings and Speeches of Daniel Webster*, ed. Edward Everett, edição nacional, 18 vols. (Boston: Little, Brown, 1903), v. 16, p. 423.
5. Apud Walters, *Explosion on the Potomac*, p. 31, 32.
6. Apud Jay Sexton, *The Monroe Doctrine Empire and Nation in Nineteenth-Century America* (Nova York: Hill and Wang, 2011), p. 62.
7. “Discurso do Sr. McDuffie, 6 de julho de 1844”, em *Niles’ National Register*, ed. William Ogden Niles, 75 vols. (Baltimore, 1839-48), v. 66, p. 303. Sobre Greeley, ver Daly, *Covering America*, p. 66-72. E sobre a expansão americana nessa época, ver Hahn, *A Nation Without Borders*, e John Robert Van Atta, *Securing the West: Politics, Public Lands, and the Fate of the Old Republic: 1785-1850* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014).
8. Diário de John Quincy Adams, 22 de abril de 1844, em *The Diaries of John Quincy Adams*, v. 44, p. 303.
9. Henry Clay para Stephen F. Miller, 1º de julho de 1844, em *The Private Correspondence of Henry Clay*, ed. Calvin Colton (Boston: Frederick Parker, 1856), p. 491.

10. Diário de John Quincy Adams, 19 de fevereiro de 1845, em *The Diaries of John Quincy Adams*, v. 45, p. 50.
11. “Nuptials of the President of the United States”, *New York Herald*, 27 de junho de 1844; Walters, *Explosion on the Potomac*, p. 105-6.
12. Apud Haynes, *The First American Political Conventions*, p. 70.
13. Haynes, *First American Political Conventions*, p. 89. E ver Charles Sellers, “Election of 1844”, em Schlesinger, *History of American Presidential Elections, 1789-1968*, v. 1, p. 761-66.
14. Discurso de Daniel Webster, “On Mr. Foot’s Resolution”, 26-27 de janeiro de 1830, Registro de Debates, Senado, 21º Cong., 1º Sessão (1830).
15. Joseph Story, *Commentaries on the Constitution of the United States ... Abridged by the Author for the Use of Colleges and High Schools* (Boston: Hilliard, Gray and Company, 1833), p. 595. E ver Arnold Bennett, *The Constitution in School and College* (Nova York: G. P. Putnam’s Sons, 1935).
16. Tocqueville, *Democracy in America*, v. 1, p. 251-52. E, de forma mais ampla, ver Kammen, *A Machine That Would Go of Itself*; Larry D. Kramer, *The People Themselves: Popular Constitutionalism and Judicial Review* (Oxford: Oxford University Press, 2004); Daniel Levin, *Representing Popular Sovereignty: The Constitution in American Political Culture* (Albany: State University of New York Press, 1999).
17. William Grimes, *Life of William Grimes, the Runaway Slave* [1825], ed. William L. Andrews e Regina E. Mason (Nova York: Oxford University Press, 2008), p. 103.
18. Colley, *Empires of Writing*, p. 237-38.
19. “The Sage of Montpelier Is No More!”, *Charleston Courier*, 7 de julho de 1836.
20. David W. Houpt, “Securing a Legacy: The Publication of James Madison’s Notes from the Constitutional Convention”,

Virginia Magazine of History and Biography 118 (2010), p. 4-39.

21. Apud Kammen, *A Machine That Would Go of Itself*, p. 97-100.

22. Apud *ibid.*, p. 103, 83.

23. Hahn, *A Nation Without Borders*, introdução.

24. Webster, "Letter to Citizens of Worcester County, Massachusetts", em *The Writings and Speeches of Daniel Webster*, v. 16, p. 423.

25. Apud Johnson, *River of Dark Dreams*, p. 322.

26. Eugene McCormac, *James K. Polk: A Political Biography* (Berkeley: University of California Press, 1922), p. 705. Em 1845, um senador da Flórida solicitou que o Congresso negociasse Cuba com a Espanha; enquanto a guerra com o México prosseguia, o Congresso deixou esse pedido de lado, mas, em 1848, Polk escreveu em seu diário: "Sou decididamente favorável à aquisição de Cuba, para torná-la um dos estados da União": Diário de James K. Polk, 10 de maio de 1848, em *The Diary of James K. Polk During His Presidency, 1845-1849*, ed. Milo Milton Quaife, Chicago Historical Society Collection, 4 vols. (Chicago: A. C. McClurg & Co, 1910), v. 3, p. 446. E sobre as ambições imperialistas dos sulistas, ver principalmente Matthew Karp, *This Vast Southern Empire: Slaveholders at the Helm of American Foreign Policy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016).

27. Apud Hahn, *A Nation Without Borders*, p. 122. E ver Bernard DeVoto, *The Year of Decision*, p. 1.846 (Boston: Little Brown, 1943), e William Ghent, *The Road to Oregon: A Chronicle of the Great Emigrant Trail* (Nova York: Longmans and Green and Co., 1929).

28. John O'Sullivan, "Annexation", *United States Magazine and Democratic Review* 17 (julho-agosto de 1845), p. 5-10.

29. James K. Polk, "Special Message to Congress on Mexican Relations", 11 de maio de 1846.

30. Daly, *Covering America*, p. 78-79.

31. Dickens, *American Notes*, p. 134.

32. Joanne Freeman, “The Field of Blood: Violence in Congress”, *paper* apresentado no Centro Gilder Lehrman para o Estudo da Escravidão, Resistência e Abolição da Universidade de Yale, 4 de novembro de 2017.
33. Discurso de John C. Calhoun, “Conquest of Mexico”, 30 Cong. Globe 51 (4 de janeiro de 1848).
34. Charles Sumner para Salmon P. Chase, 7 de fevereiro de 1848, Chase Papers, Biblioteca do Congresso – apud James M. McPherson, *Battle Cry of Freedom: The Civil War Era* (Nova York: Oxford University Press, 1988), p. 60; Discurso de B. R. Wood, “The Wilmot Proviso”, 29 Cong. Globe 345 (10 de fevereiro de 1847), anexo.
35. Apud Meinig, *Shaping of America*, v. 2, p. 300-301.
36. Theodore Parker, *A Sermon of Mexican War, Preached at the Melodeon, on Sunday, June 7, 1846* (Boston: I. R. Butts, 1846), p. 32, 30.
37. Henry David Thoreau, “Civil Disobedience”, em *The Writings of Henry David Thoreau*, ed. Horace Elisha Scudder et al., 11 vols. (Boston: Houghton Mifflin Company, [1863] 1893), v. 10, p. 141, 149.
38. Ralph Waldo Emerson, “Ode, Inscribed to William H. Channing”, em *The Oxford Book of American Poetry*, ed. David Lehman (Nova York: Oxford University Press, 2006), p. 35.
39. Maurice S. Lee, ed., *The Cambridge Companion to Frederick Douglass* (Nova York: Cambridge University Press, 2009), p. 15.
40. John Stauffer, Zoe Trodd e Celeste-Marie Bernier, *Picturing Frederick Douglass: An Illustrated Biography of the Nineteenth Century’s Most Photographed American* (Nova York: Liveright, 2015).
41. Frederick Douglass, *Narrative of the Life of Frederick Douglass*, ed. David W. Blight (Nova York: St. Martin’s/Bedford Books in American History, 1993), p. 16.
42. Daly, *Covering America*, p. 93.

43. Frederick Douglass, "The War with Mexico", *The North Star*, 21 de janeiro de 1848.
44. Frederick Douglass, Editorial, *The North Star*, 28 de abril de 1848.
45. Apud Czitrom, *Media and the American Mind*, p. 12.
46. Daly, *Covering America*, p. 81.
47. Discurso de Lewis Cass, 29 Cong. Globe 369 (10 de fevereiro de 1847).
48. David G. Gutiérrez, *Walls and Mirrors: Mexican Americans, Mexican Immigrants, and the Politics of Ethnicity* (Berkeley: University of California Press, 1995), cap. 1.
49. Rachel St. John, *Line in the Sand: A History of the Western U.S.-Mexico Border* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011), p. 21-22.
50. James DeBow, *The Seventh Census of the United States: 1850* (Washington, DC: Robert Armstrong, 1853), p. xxix.
51. Ralph Waldo Emerson, *Selected Writings of Ralph Waldo Emerson*, ed. William H. Gilman (Nova York: Signet Classics, 1965), p. 116.
52. Lynn Hudson Parsons, "The 'Splendid Pageant': Observations on the Death of John Quincy Adams", *New England Quarterly* 53 (dezembro de 1980), p. 464-82.
53. Ralph Waldo Emerson, *Emerson in His Journals*, selecionado e editado por Joel Porte (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984), p. 303.
54. "Letter XII: Human Rights Not Founded on Sex", em Angelina Grimké, *Letters to Catherine Beecher, in Reply to an Essay on Slavery and Abolitionism Addressed to A. E. Grimké* (Boston: Isaac Knapp, 1838), p. 114.
55. Sarah Grimké, *Letters on the Equality of the Sexes, and the Condition of Woman* (Boston: Isaac Knapp, 1838), p. 11, 45. E ver Ellen Carol DuBois, *Feminism and Suffrage: The Emergence*

of an Independent Women's Movement in America, 1848-1869 (1979; Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999).

56. Margaret Fuller, *Woman in the Nineteenth Century* (Nova York: Greeley & McElrath, 1845), p. 26.

57. Sobre Fuller, ver, em especial, Charles Capper, *Margaret Fuller: An American Romantic Life* (Nova York: Oxford University Press, 2007), e Megan Marshall, *Margaret Fuller: A New American Life* (Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013).

58. Zachary Taylor para o Capt. J. S. Allison, 22 de abril de 1848, em *The Papers of Henry Clay*, ed. Melba Porter Hay, 11 vols. (Lexington: University Press of Kentucky, 1991), v.10, p. 343. Ver também Eric Foner, *Free Soil, Free Labor, Free Men: The Ideology of the Republican Party before the Civil War* (1970; Nova York: Oxford University Press, 1995).

59. Apud Haynes, *First American Political Conventions*, p. 101.

60. Apud *ibid.*, p. 105.

61. Apud Kloppenberg, *Toward Democracy*, p. 655.

62. Lincoln, Discurso para a Sociedade Agrícola do Estado do Wisconsin, Milwaukee, Wisconsin, 30 de setembro de 1859.

63. Apud Foner, *Free Soil, Free Labor, Free Men*, p. 14-16.

64. Apud *ibid.*, p. 72, 45, 41, 46.

65. Frederick Douglass, *The Claims of the Negro, Ethnologically Considered* (Rochester, NY: 1854), p. 13. E ver Randall Fuller, *The Book That Changed America: How Darwin's Theory of Evolution Ignited a Nation* (Nova York: Viking, 2017), cap. 9.

66. George Fitzhugh, *Sociology for the South, or the Failure of Free Society* (Richmond, VA: A. Morris, 1854), p. 177, 179, 183, 158.

67. George Fitzhugh, *Cannibals All! Or, Slaves Without Masters* (Richmond, VA: A. Morris, 1857), p. 31, 29. Ver também Larry E. Tise, *Proslavery: A History of the Defense of Slavery in America, 1701-1840* (Athens: University of Georgia Press, 1987).

68. Salmon P. Chase para Charles Sumner, 24 de março de 1850, em “The Diary and Correspondence of Salmon P. Chase”, Relatório Anual da American Historical Association (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1903), p. 205.
69. Relato sobre a Convenção dos Direitos das Mulheres, realizado em Seneca Falls, NY, 19 e 20 de julho de 1848 (Rochester, NY: John Dick, 1848), p. 7-9.
70. “Bolting Among the Ladies”, *Oneida Whig*, 1º de agosto de 1848. E ver DuBois, *Feminism and Suffrage*, e Melanie Susan Gustafson, *Women and the Republican Party, 1854-1924* (Urbana: University of Illinois Press, 2001).
71. Capper, *Margaret Fuller*, p. 505-14.
72. Longfellow para John Greenleaf Whittier, 6 de setembro de 1844, em *The Letters of Henry Wadsworth Longfellow*, ed. Andrew Hillen, 6 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1967), v. 3, p. 44.
73. Henry Wadsworth Longfellow Dana, “Sail On, O Ship of State!': How Longfellow Came to Write These Lines 100 Years Ago”, *Colby Library Quarterly* 2 (1950), p. 209-214. Sobre a relação entre Sumner e Longfellow, ver Frederick J. Blue, “The Poet and the Reformer: Longfellow, Sumner, and the Bonds of Male Friendship, 1837-1874”, *Journal of the Early Republic* 15 (1995), p. 273-297, e Jill Lepore, “Longfellow’s Ride”, em *The Story of America: Essays on Origins*, cap. 15.
74. John Marshall para Joseph Story, 22 de setembro de 1832, *Proceedings of the Massachusetts Historical Society, Second Series*, 14 (1950), p. 352; *Debates and Proceedings of the Constitutional Convention of the State of California* (Sacramento: J. D. Young, 1881), v. 3, p. 1191.
75. Stephen Douglas, Chicago, 9 de julho de 1858, em *Political Debates Between Hon. Abraham Lincoln and Hon. Stephen A. Douglas* (Columbus, OH: Follett, Foster, 1860), p. 6.

76. Harriet Jacobs, *Incidents in the Life of a Slave Girl* (Boston, 1861), p. 286.
77. *The Letters of Henry Wadsworth Longfellow*, v. 4, p. 3.
78. Manisha Sinha, *The Slave's Cause: A History of Abolition* (New Haven, CT: Yale University Press, 2016); Tubman apud Eric Foner, *Gateway to Freedom: The Hidden Story of the Underground Railroad* (Nova York: Norton, 2015), p. 191.
79. Lee, *Cambridge Companion to Frederick Douglass*, p. 23.
80. Frederick Douglas, "What to the Slave is the Fourth of July?", 5 de julho de 1852.
81. *The Letters of Stephen A. Douglas*, ed. Robert W. Johannsen (Urbana: University of Illinois Press, 1961), p. 399.
82. King apud Michael S. Green, *Politics and America in Crisis: The Coming of the Civil War* (Santa Barbara, CA: Praeger, 2010), p. 77. Hamlin apud Mark Scroggins, *Hannibal: The Life of Abraham Lincoln's First Vice President* (Lanham, MD: University Press of America, 1994), p. 107.
83. Samuel F. B. Morse, *The Present Attempt to Dissolve the American Union, a British Aristocratic Plot* (Nova York, 1862), p. 38.
84. Samuel F. B. Morse para Sidney Morse, 29 de dezembro de 1857, em *Samuel F. B. Morse: His Letters and Journals*, ed. Edward Lind Morse, 2 vols. (Boston: Houghton Mifflin, 1914), v. 2, p. 331.
85. Abraham Lincoln, "Fragment on Slavery", [1º de abril de 1854], em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 2, p. 222-23; Eric Foner, *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery* (Nova York: Norton, 2010); John Stauffer, *Giants: The Parallel Lives of Frederick Douglass and Abraham Lincoln* (Nova York: Twelve, 2009); Robert Levine, *The Lives of Frederick Douglass* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016).
86. Gustafson, *Women and the Republican Party*, p. 1, 24-30.

87. Abraham Lincoln, Discurso de Peoria, 16 de outubro de 1854, em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 2, p. 226, 255, 275, 276.
88. Lincoln, “Fragment on Slavery” [1º de julho de 1854], em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 2, p. 222-23.
89. Abraham Lincoln para Joshua Speed, 24 de agosto de 1855, em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 2, p. 323.
90. Charles Sumner, *The Crime Against Kansas* (Boston, 1856); Longfellow para Sumner, 28 de maio de 1856, *The Letters of Henry Wadsworth Longfellow*, v. 3, p. 540; Trechos dos diários de Longfellow transcritos dos livros originais encontrados na Houghton Library da Universidade de Harvard por James M. Shea, Diretor e Curador do museu do Longfellow National Historic Site, Cambridge, Massachusetts.
91. Apud McPherson, *Battle Cry of Freedom*, p. 150.
92. Apud Haynes, *The First American Political Conventions*, p. 138, 173.
93. Apud Gustafson, *Women and the Republican Party*, p. 20.
94. “President Polk’s Diary”, *Atlantic Monthly*, agosto de 1895, p. 237.
95. James Buchanan, Discurso de posse, 4 de março de 1857.
96. *New York Herald*, 5 de março de 1857.
97. *Scott v. Sandford*, 60 U.S. 393 (1857).
98. *New York Evening Journal* [Albany, Nova York], 7 de março de 1857; *The Liberator*, 13 de março de 1857; *The National Era* [Washington, DC], 19 de março de 1857; *The Independent* [Nova York], 19 de março de 1857.
99. *Philadelphia Inquirer*, 5 de março de 1857.
100. Longfellow para Sumner, 24 de fevereiro de 1858, *The Letters of Henry Wadsworth Longfellow*, v. 4, p. 65.
101. Abraham Lincoln, discurso em Springfield, Illinois, 26 de junho de 1857.

102. Frederick Douglass, “The Dred Scott Decision”, Discurso feito perante a Sociedade Antiescravagista Americana, Nova York, 14 de maio de 1857, em *Frederick Douglass: Selected Speeches and Writings*, ed. Philip S. Foner, resumido e adaptado por Yuval Taylor (Chicago: Lawrence Hill Books, 1999), p. 347-48, 351, 350.

Capítulo 8: A FACE DA BATALHA

1. Samuel F. B. Morse para Sidney Morse, 9 de março de 1839, em *Samuel F. B. Morse: His Letters and Journals*, v. 2, p. 129; e ver Stauffer et. al., *Picturing Frederick Douglass*.
2. “New Discovery – Engraving, and Burnet’s Cartoons”, Blackwood Edinburgh Magazine (Londres, 1839), p. 384.
3. Apud Alan Trachtenberg, *Lincoln’s Smile and Other Enigmas* (Nova York: Hill and Wang, 2007), p. 27.
4. Horace Traubel, *With Walt Whitman in Camden*, 2 vols. (Nova York: Mitchell Kennerley, 1915), quarta-feira, 8 de agosto de 1888, v. 2, p. 107.
5. Os ensaios de Douglass sobre fotografia foram republicados em Stauffer et. al., *Picturing Frederick Douglass* (citações, xv, p. 127, 140-41).
6. Apud Trachtenberg, *Lincoln’s Smile and Other Enigmas*, p. 26.
7. *The Liberator*, 10 de setembro de 1858; Reverendo Dr. Bellows, Discurso, em Charles T. McClenachan, *Detailed Report of the Proceedings Had in Commemoration of the Successful Laying of the Atlantic Telegraph Cable, by Order of the Common Council of the City of New York* (Nova York: Edmund Jones & Co., Corporation Printers, 1863), p. 244.
8. Samuel F. B. Morse para Norvin Green, julho de 1855, em *Samuel F. B. Morse: His Letters and Journals*, v. 2, p. 345.
9. As estatísticas são de J. Cutler Andrews, “The Southern Telegraph Company, 1861-65: A Chapter in the History of Wartime Communication”, *Journal of Southern History* 30 (1964), p. 319.
10. Rens Bod, *A New History of the Humanities: The Search for Principles and Patterns from Antiquity to the Present* (Nova York:

Oxford University Press, 2013), p. 34.

11. Kathleen Hall Jamieson, *Presidential Debates: The Challenge of Creating an Informed Electorate* (Nova York: Oxford University Press, 1988), p. 40, 21, 78.

12. Caleb Bingham, *The Columbian Orator* (1797; Troy, NY: 1803), p. 240-42.

13. Frederick Douglass, *My Bondage and My Freedom* (Nova York, 1855), p. 89.

14. Dan Monroe e Bruce Tap, *Shapers of the Great Debate on the Civil War: A Biographical Dictionary* (Westport, CT: Greenwood, 2005), p. 106-7.

15. A correspondência foi republicada em David Henry Leroy, ed., *Mr. Lincoln's Book: Publishing the Lincoln-Douglas Debates* (New Castle, DE: Oak Knoll Press, 2009).

16. Lincoln durante o sétimo debate, Alton, Illinois, 15 de outubro de 1858.

17. Leroy, *Mr. Lincoln's Book*, cap. 1.

18. Apud Tony Horwitz, *Midnight Rising: John Brown and the Raid That Sparked the Civil War* (Nova York: Henry Holt, 2011), p. 81.

19. *Baltimore Sun*, 31 de outubro de 1857 e 31 de julho de 1858.

20. Constituição do Estado do Oregon, Artigo II, Seção 6 em *The Constitution of the State of Oregon and Official Register of State, District, and County Officers*, compilado e editado por Frank W. Benson (Salem, OR: Willis S. Duniway, Gráfica do estado, 1908), p. 14.

21. Leonidas W. Spratt, "Report on the Slave Trade, Made to the Southern Convention at Montgomery by L. W. Spratt", *DeBow's Review* 24 (junho de 1858), p. 477, 585; Johnson, *River of Dark Dreams*, cap. 14 (citações, p. 398, 399).

22. George Fitzhugh, "The Conservative Principle; or, Social Evils and Their Remedies, Part II: The Slave Trade", *DeBow's Review* 22 (1857), p. 449, 455. Ver também Johnson, *River of Dark Dreams*, p. 413.

23. Apud Johnson, *River of Dark Dreams*, p. 291.
24. Freeman, “The Field of Blood”.
25. William H. Seward, Discurso feito em Rochester em 25 de outubro de 1858. E ver Horwitz, *Midnight Rising*, p. 273.
26. Frederick Douglass, *Life and Times of Frederick Douglass, Written by Himself* (Hartford, CT: Park Publishing Co., 1881), p. 389.
27. Horwitz, *Midnight Rising*, p. 142-43, 192, 153.
28. Robert L. Tsai, “John Brown’s Constitution”, *Boston College Law Review* 51 (2010), Apêndice C, p. 205.
29. Douglass, *Life and Times of Frederick Douglass*, p. 315. Henry David Thoreau, “A Plea for Captain John Brown”, lido para os Cidadãos de Concord, Massachusetts, 30 de outubro de 1859, em Henry David Thoreau, *A Yankee in Canada, with Anti-Slavery and Reform Papers* (Boston: Ticknor and Fields, 1866), p. 178, 167.
30. Fuller, *The Book That Changed America*, em especial o capítulo 14.
31. Apud Horwitz, *Midnight Rising*, p. 213-15.
32. Samuel Longfellow, *Life of Henry Wadsworth Longfellow, with Extracts form his Journals and Correspondence*, 2 vols. (Boston, 1866), v. 2, p. 341-42.
33. Sobre “A Cavalgada de Paul Revere” como uma narrativa sobre o escravo fugitivo, ver Lepore, “Longfellow’s Ride”, em *The Story of America*, cap. 15.
34. Apud Horwitz, *Midnight Rising*, p. 256.
35. Reuben Davis, *Speech of the Honorable Reuben Davis on the State of the Union ...* [8 de dezembro de 1859] (Washington, DC, 1859), p. 5-6.
36. Abraham Lincoln, Discurso feito no Cooper Institute, Nova York, 27 de fevereiro de 1869, em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 3, p.544.

37. Leroy, *Mr. Lincoln's Book*, p. 76.
38. Foner, *Free Soil, Free Labor, Free Men*, p. 257.
39. Haynes, *The First American Political Conventions*, p. 173.
40. William Dean Howells, *Life of Abraham Lincoln* (verão de 1860; edição reimpressa, Springfield: Illinois, 1938), V.
41. Howells, *Life of Abraham Lincoln*, p. 17-18.
42. *Ibid.*, p. 47.
43. Apud Haynes, *President-Making in the Gilded Age: The Nominating Conventions of 1876-1900* (Jefferson, NC: McFarland, 2016), p. 151-57.
44. *Relatório Oficial da Convenção Nacional Democrata, realizada em 1860, em Charleston e Baltimore*, preparado e publicado sob a direção de John G. Parkhurst (Cleveland, 1860), p. 155.
45. Longfellow, *Life of Henry Wadsworth Longfellow*, v. 2, p. 358.
46. Frederick Douglass, "A Plea for Freedom of Speech in Boston", 9 de dezembro de 1860, em Blassingame et. al., 5 vols. (New Haven, CT: Yale University Press, 1979-92), v. 3, p. 420-24.
47. William W. Freehling, *The Road to Disunion, Volume II: Secessionists Triumphant* (Nova York: Oxford University Press, 2007), p. 340, 345.
48. *Diário do Congresso Provisório dos Estados Confederados da América, 1861-1865*, primeiro de 7 vols. do *Diário do Congresso dos Estados Confederados da América, 1861-1865*. (Washington, DC: US Government Printing Office, 1904-5), v. 1, p. 7.
49. "The Last Years of Sam Houston", *Harper's New Monthly Magazine*, dezembro de 1865-maio de 1866 (Nova York: Harper & Brothers, 1866), p. 634.
50. Longfellow, *Life of Henry Wadsworth Longfellow*, v. 2, p. 361.
51. Jefferson Davis, Discurso em Montgomery, Alabama, 18 de fevereiro de 1861, em *Jefferson Davis: The Essential Writings*,

ed. William J. Cooper Jr. (Nova York: Random House, [2003] 2004), p. 202.

52. Alexander H. Stephens, “Cornerstone Address”, Savannah, Georgia, 21 de março de 1861, *Macon Telegraph* [Macon, Georgia], 25 de março de 1861.

53. Abraham Lincoln, Discurso oficial de posse, 4 de março de 1861, em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 4, p. 268-69, 272.

54. Douglass, “A Plea for Freedom of Speech in Boston”.

55. Stephanie McCurry, *Confederate Reckoning: Power and Politics in the Civil War South* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010), p. 1.

56. Apud McCurry, *Confederate Reckoning*, p. 40.

57. James DeBow, *The Interest in Slavery of the Southern Non-Slaveholder* (Charleston: Evans & Cogswell, 1860), p. 9. Ver também McCurry, *Confederate Reckoning*, p. 45.

58. Freehling, *The Road to Disunion, Volume II*, p. 533.

59. Abraham Lincoln, Discurso de posse, “May the Union be Perpetuated”, apud Lepore, *A is for American*, p. 154.

60. Jefferson Davis, 36 Cong. Globe 917 (1860).

61. Apud Drew Gilpin Faust, *This Republic of Suffering: Death and the American Civil War* (Nova York: Knopf, 2008), p. 62.

62. Faust, *This Republic of Suffering*, p. 125, 323; NYT, 20 de outubro de 1862. E ver Jeff L. Rosenheim, *Photography and the American Civil War* (Nova York: Metropolitan Museum of Art, 2013); J. Matthew Gallman e Gary W. Gallagher, eds., *Lens of War: Exploring Iconic Photographs of the Civil War* (Athens: University of Georgia Press, 2015); George Sullivan, *In the Wake of Battle: The Civil War Images of Mathew Brady* (Nova York: Prestel, 2004).

63. Daly, *Covering America*, p. 106.

64. Alexander Gardner, *Gardner's Photographic Sketch Book of the War* (Washington, DC: Philp & Solomons, 1866), p. 4.
65. Garry Wills, *Lincoln at Gettysburg: The Words That Remade America* (Nova York: Simon & Schuster, 1992, 2012), prólogo.
66. Abraham Lincoln, "Address Delivered at the Dedication of the Cemetery at Gettysburg", 19 de novembro de 1863, em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 7, p 4.
67. Apud Chandra Manning, *What This Cruel War Was Over: Soldiers, Slavery, and the Civil War* (Nova York: Knopf, 2007), p. 3.
68. W.E.B. Du Bois, "The Freedman's Bureau", *Atlantic Monthly*, março de 1901, p. 354.
69. "The Slaves of Jefferson Davis Coming on to the Camp at Vicksburg", *Frank Leslie's Illustrated Newspaper*, 8 de agosto de 1863; e ver Harold Holzer, *The Civil War in 50 Objects* (Nova York: Penguin), cap. 29. E, de forma mais abrangente, ver Ira Berlin, Barbara Fields, et. al., eds., *Slaves No More: Three Essays on Emancipation and the Civil War* (Nova York: Cambridge University Press, 1992).
70. Apud John Hope Franklin, *The Emancipation Proclamation* (1963; Wheeling, IL: Harlan Davidson, 1995), p. xiv.
71. *New York Tribune*, 24 de setembro de 1862; Abraham Lincoln para Hannibal Hamlin, 28 de setembro de 1862, em *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 5, p. 443. Franklin, *The Emancipation Proclamation*, p. 48.
72. Franklin, *The Emancipation Proclamation*, p. 101, 67-68; Harold Holzer, Edna Greene Medford e Frank J. Williams, eds., *The Emancipation Proclamation: Three Views* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2006), p. 17.
73. Frederick Douglass, "January First 1863", *Douglass' Monthly* (janeiro de 1863); Abraham Lincoln, Mensagem Anual ao Congresso, 1º de dezembro de 1862, em *The Collected Works of*

Abraham Lincoln, v. 5, p. 538; Franklin, *The Emancipation Proclamation*, p. 92, 97.

74. Lincoln apud Franklin, *The Emancipation Proclamation*, p. 80.

75. Franklin, *The Emancipation Proclamation*, p. 94-95. E ver Mitch Kachun, *Festivals of Freedom: Meaning and Memory in African American Emancipation Celebrations, 1808-1915* (Boston: University of Massachusetts Press, 2003), p. 103; Edna Greene Medford, "Imagined Promises, Bitter Realities: African Americans and the Meaning of the Emancipation Proclamation", em *The Emancipation Proclamation: Three Views*, p. 21, 22.

76. Medford, "Imagined Promises", p. 23; *Douglass' Monthly*, 21 de março de 1863.

77. McCurry, *Confederate Reckoning*, p. 152, 154.

78. Apud Manning, *What This Cruel War Was Over*, p. 208-9.

79. Schuyler Colfax, 37 Cong. Globe 306 (1861). E ver McCurry, *Confederate Reckoning*, p. 155-56; 206-7.

80. Apud McCurry, *Confederate Reckoning*, p. 143, 150, 171, 175, 183.

81. McCurry, *Confederate Reckoning*, p. 207-9; Theda Skocpol, *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992), cap. 2, especialmente p. 139-43.

82. Lincoln para Horace Greeley, agosto de 1862, *The Collected Works of Abraham Lincoln*, v. 5, p. 388.

83. DuBois, *Feminism and Suffrage*, p. 53.

84. Uma coleção de broches da campanha de Lincoln de 1864 é mantida na Divisão de Impressos e Fotografias da Biblioteca do Congresso.

85. Haynes, *The First American Political Conventions*, p. 194.

86. Apud Manning, *What This Cruel War Was Over*, p. 183-86.

87. James S. Rollins, 38 Cong. Globe 260 (1865); Manning, *What This Cruel War Was Over*, p. 190.

88. Benn Pitman, ed., *The Assassination of President Lincoln and the Trial of the Conspirators* (1865; Clark, NJ: Lawbook Exchange, 2005), p. 45.

89. Apud Richard Wightman Fox, *Lincoln's Body: A Cultural History* (Nova York: Norton, 2015), p. 67.

90. Ibid., p. 64, 65.

91. Apud ibid., p. 88, e Martha Hodes, *Mourning Lincoln* (New Haven, CT: Yale University Press, 2015), p. 78, 186.

92. Hodes, *Mourning Lincoln*, p. 186.

93. Apud Foner, *The Fiery Trial*, p. 317.

Capítulo 9: SOBRE CIDADÃOS, INDIVÍDUOS E PESSOAS

1. Edward Bates, *Opinion of Attorney General Bates on Citizenship* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1862), p. 3. E, de forma mais abrangente, ver Rogers M. Smith, *Civil Ideals: Conflicting Visions of Citizenship in U.S. History* (New Haven, CT: Yale University Press, 1997).
2. Apud William J. Novak, “The Legal Transformation of Citizenship in Nineteenth-Century America”, em Meg Jacobs et. al., eds., *The Democratic Experiment: New Directions in American Political History* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003), p. 85-119.
3. William Jay, *The Life of John Jay: With Selections from His Correspondence and Miscellaneous Papers* (Nova York: J. & J. Harper, 1833), p. 194.
4. James Madison, Federalista nº 52 (1788).
5. Levi Morton, Discurso na Câmara, 46 Cong. Rec. 2664 (22 de abril de 1880).
6. Alexander Hamilton, Federalista nº 80 (1788).
7. Charles Sumner, “Equality before the Law”, em *Charles Sumner: His Complete Works*, 20 vols. (Boston: Lee and Shepard, 1900) v. 3, p. 65-66.
8. Gustafson, *Women and the Republican Party*, p. 22.
9. Gaillard Hunt, *The American Passport: Its History* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1898), p. 131-32.
10. Hunt, *The American Passport*, p. 15. O termo “pessoas de cor livres” entrou no léxico americano pela Louisiana francesa, geralmente para se referir a pessoas de descendência mista. Em 1810, o primeiro Censo nos Estados Unidos conduzido após a aquisição da Louisiana contou as pessoas de cor livres no novo

território. O termo só foi entrar no linguajar jurídico dos Estados Unidos na década de 1810, quando, em estados escravocratas, passou-se a exigir que as pessoas de cor livres se registrassem no governo local. “No começo do século XIX, o termo ‘pessoas de cor’ incluía negros livres, pessoas suspeitas de terem ascendência africana, ou, nos estados que ainda eram muito rurais e, em alguns casos, avessos a estrangeiros, qualquer pessoa não branca cujos antepassados fossem desconhecidos na região. Os termos legais ‘negro livre’ e ‘pessoa de cor livre’ se referiam ao *status* civil de um negro que, ou tivesse nascido livre, ou que tivesse sido legalmente alforriado após seu nascimento.” (Mary R. Bullard, “Deconstructing a Manumission Document: Mary Stafford’s Free Paper”, *Georgia Historical Quarterly* 89 [2005], p. 287). Por volta da década de 1830, a designação “pessoa de cor livre” havia se tornado um lugar-comum nas leis estaduais – ver, por exemplo, McCord, *The Statues at Large of South Carolina*, v. 7, p. 68 (citando uma lei de 1834); *Laws of the Republic of Texas Passed at the Session of the Fourth Congress* (Houston: Telegraph Power Press), p. 151 (citando uma lei de 1840).

11. Hunt, *American Passport*, p. 50; Craig Robertson, *The Passport in America: The History of a Document* (Nova York: Oxford University Press, 2010), p. 131; *The United States Passport: Past, Present, Future* (Washington, DC: Escritório de Passaportes, Departamento de Estado, 1976).
12. *Rules Governing Applications for Passports* (Washington, DC: Departameto de Estado dos Estados Unidos, 1896).
13. Steven Hahn, *A Nation under Our Feet: Black Political Struggles in the Rural South from Slavery to the Great Migration* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003), p. 79, 106, 129.
14. *The Selected Papers of Thaddeus Stevens*, ed. Beverly Wilson Palmer e Holly Byers Ochoa, 2 vols. (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1998), v. 2, p.16.

15. “The Colored People of Virginia”, *The Anti-Slavery Reporter*, 2 de outubro de 1865, p. 250.
16. Eric Foner, *Nothing but Freedom: Emancipation and Its Legacy*, com prefácio de Steven Hahn (Baton Rouge: Louisiana State University Press/ Palestras de Walter Lynwood Fleming sobre a história sulista, 2007), p. 50; Wyn Craig Wade, *The Fiery Cross: The Ku Klux Klan in America* (Nova York: Oxford University Press, 1998), p. 22. E ver W. E. B. Du Bois, *Black Reconstruction: An Essay toward a History of the Part Which Black Folk Played in the Attempt to Reconstruct Democracy in America, 1860-1880* (Nova York: Russell & Russell, 1935).
17. Apud Wade, *Fiery Cross*, p. 35. E ver Michael Newton, *White Robes and Burning Crosses: A History of the Ku Klux Klan from 1866* (Jefferson, NC: Macfarland, 2014); Jacqueline Goldsby, *A Spectacular Secret: Lynching in American Life and Literature* (Chicago: University of Chicago Press, 2006).
18. *The Papers of Andrew Johnson*, ed. Paul H. Bergeron, 16 vols. (Knoxville: University of Tennessee Press, 1967-2000), v.10, p. 42-48.
19. Sobre o aumento do poder do Estado, ver Richard Franklin Bensel, *Yankee Leviathan: The Origins of Central State Authority in America, 1859-1877* (Nova York: Cambridge University Press, 1990); Gary Gerstle, *Liberty and Coercion: The Paradox of American Government* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016); Nell Irvin Painter, *Standing at Armageddon: The United States, 1877-1919* (Nova York: Norton, 1987); Martin J. Sklar, *The Corporate Reconstruction of American Capitalism, 1890-1916* (1988).
20. Constituição dos Estados Unidos, 14^a emenda.
21. Apud DuBois, *Feminism and Suffrage*, p. 60-63. E, de forma mais abrangente, ver também Melanie Gustafson, Kristie Miller, e Elisabeth I. Perry, eds., *We Have Come to Stay: American Women and Political Parties 1880-1960* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1999); Jo Freeman, *We Will be Heard:*

Women's Struggles for Political Power in the United States (Lanham, MD: Rowan and Littlefield, 2008); e Gustafson, *Women and the Republican Party*.

22. Apud Martin Gruberg, *Women in American Politics: An Assessment and Sourcebook* (Oshkosh, WI: Academia Press, 1968), p. 3-4. DuBois, *Feminism and Suffrage*, p. 60-63.

23. Constituição dos Estados Unidos, 14^a emenda.

24. 39 Cong. Globe 2767 (1866).

25. Apud Hahn, *A Nation under Our Feet*, p. 205.

26. Ibid., p. 215; Richard Goldstein, *Mine Eyes Have Seen: A First-Person History of Events That Shaped America* (Nova York: Simon & Schuster, 1997), p. 126.

27. Sobre a história e a força do impeachment, ver Lawrence Tribe e Joshua Matz, *To End a Presidency: The Power of Impeachment* (Nova York: Basic Books, 2018).

28. Sobre imigração e exclusão chinesa, ver Earl M. Maltz, "The Federal Government and the Problem of Chinese Rights in the Era of the Fourteenth Amendment", *Harvard Journal of Law and Public Policy* 17 (1994), p. 223-52; John Hayakawa Torok, "Reconstruction and Racial Nativism: Chinese Immigrants and the Debates on the Thirteenth, Fourteenth, and Fifteenth Amendments and Civil Rights Laws", *Asian Law Journal* 3 (1996), p. 55-103; Najia Arim-Heriot, *Chinese Immigrants, African Americans, and Racial Anxiety in the United States, 1848-1882* (Urbana: University of Illinois Press, 2003); Bill Ong Hing, *Making and Remaking Asian America through Immigration Policy, 1850-1990* (Stanford, CA: Stanford University Press, 1993).

29. *People v. Hall*, 4 Cal. 399 (1854).

30. Suprema Corte dos Estados Unidos, *United States Reports: Cases Adjudged in the Supreme Court* (Banks & Bros., Law Publishers, 1898), p. 697.

31. 39 Cong. Globe 1026 (1866). E ver Garrett Epps, *Democracy Reborn: The Fourteenth Amendment and the Fight for Equal*

Rights in Post-Civil War America (Nova York; Henry Holt, 2006), p. 172.

32. Stephen K. Williams, ed., *United States Supreme Court Reports: Cases Argued and Decided in the Supreme Court of the United States* (Newark, NJ: Lawyers Co-operative Publishing Company, 1854), p. 1.071.

33. 40 Cong. Globe 287 (1869), apêndice.

34. Edward McPherson, *A Political Manual for 1869* (Washington, DC: Philp & Solomons, 1869), p. 401.

35. 40 Cong. Globe 1009 (1869).

36. *Frederick Douglass Papers*, v. 4, p. 13. E, de forma mais abrangente, ver Edlie L. Wong, *Racial Reconstruction: Black Inclusion, Chinese Exclusion, and the Fictions of Citizenship* (Nova York: New York University Press, 2015).

37. Constituição dos Estados Unidos, 15ª emenda.

38. Ellen Fitzpatrick, *The Highest Glass Ceiling: Women's Quest for the American Presidency* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016), p. 9, 42. Gustafson, *Women and the Republican Party*, p. 52.

39. As citações são de *National Party Conventions, 1831-1984*, 4ª ed., (Washington, DC: Congressional Quarterly, Inc., 1987), p. 48-49; Gustafson, *Women and the Republican Party*, p. 49; Haynes, *President-Making in the Gilded Age*, p. 17-18.

40. Haynes, *President-Making in the Gilded Age*, p. 10, 65, 29.

41. Isabel Wilkerson, *The Warmth of Other Suns: The Epic Story of America's Great Migration* (Nova York: Random House, 2010), p. 45.

42. William A. White, *The Autobiography of William Allen White* (Nova York: Macmillan, 1946), p. 218-19; Brooke Speer Orr, "Mary Elizabeth Lease: Nineteenth-Century Populist and Twentieth-Century Progressive", dissertação de PhD, George Washington University, 2002, p. 145, 155-56; Mary E. Lease, discurso ao Conselho Nacional de Mulheres dos Estados Unidos,

Washington, DC, 24 de fevereiro de 1891, em Rachel Avery Foster, ed., *Transactions of the National Council of Women of the United States: Assembled in Washington, D.C., February 22 to 25, 1891* (Filadélfia: J. B. Lippincott, 1891), p. 157.

43. Apud Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 18.

44. Mary E. Lease, discurso ao Conselho Nacional de Mulheres dos Estados Unidos, Washington, DC, 25 de fevereiro de 1891.

45. Ver Paula Baker, “The Domestication of Politics: Women and American Political Society, 1780-1920”, *American Historical Review* 89 (1984), p. 620-47; e Michael McGerr, “Political Style and Women’s Power, 1830-1930”, *JAH* 77 (1990), p. 864-85.

46. Hahn, *A Nation Without Borders*, p. 334-36.

47. Gerstle, *Liberty and Coercion*, p. 111. E, sobre o massacre da época, ver Patricia Nelson Limerick, *The Legacy of Conquest: The Unbroken Past of the American West* (Nova York: Norton, 1987), especialmente caps. 2, 3 e 4; Hahn, *A Nation Without Borders*, especialmente caps. 7, 8 e 9; e William Cronon, *Nature’s Metropolis: Chicago and the Great West* (Nova York: Norton, 1992), especialmente caps. 2, 3 e 5.

48. Apud Judith Freeman Clark, *The Gilded Age* (Nova York: Facts On File, 2006), p. 101.

49. Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 22-23.

50. Hahn, *A Nation Without Borders*, p. 318-24.

51. Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 30.

52. “Farmer’s Declaration of Independence”, Pacific Rural Press [São Francisco], 30 de agosto de 1873.

53. Apud Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 25.

54. Apud Jefferson Cowie, *The Great Exception: The New Deal & the Limits of American Politics* (Princeton, NJ: Princeton University Press/Politics and Society in Twentieth-Century America, 2016), p. 42.

55. Apud Limerick, *The Legacy of Conquest*, p. 264.

56. Painter, *Standing at Armageddon*, p. 60.
57. Hahn, *A Nation Without Borders*, p. 377-87.
58. Estados Unidos, Departamento do Interior, *Annual Reports of the Department of the Interior* (Washington, DC, 1883), p. 732.
59. Hahn, *A Nation Without Borders*, p. 357-58; Painter, *Standing at Armageddon*, p. 72.
60. A acrobacia retórica de Conkling é relatada em detalhes em Adam Winkler, *We the Corporations: How American Businesses Won Their Civil Rights* (Nova York: Liveright, 2017).
61. Ibid.
62. Ibid.
63. Apud Cowie, *The Great Exception*, p. 37.
64. Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 165. Os escritos de Orr eram, ao mesmo tempo, banais e influentes: como seu argumento em *The Secret Story of Wonder Woman* (Nova York: Knopf, 2014), o conceito de superioridade feminina do século XIX serviu de inspiração para a super-heroína de histórias em quadrinhos Mulher Maravilha, criada em 1941.
65. Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 31-32.
66. Freeman, *A Room at a Time*, p. 34-35; Frances Willard, *My Happy Half-Century: The Autobiography of an American Woman* (Londres: Ward, Lock, and Bowden, 1894), p. 312.
67. Sarah E. V. Emery, *Seven Financial Conspiracies Which Have Enslaved the American People* (Lansing, MI: Robert Smith and Co., 1888), p. 8. E ver Russell B. Nye, “Sarah Elizabeth Van de Vort Emery”, em *Notable American Women, 1607-1950*, ed. Edward T. James et. al., 3 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971), v. 3, p.582-83.
68. Apud Haynes, *President-Making in the Gilded Age*, p. 78.
69. Gustafson, *Women and the Republican Party*, p. 59; Freeman, *We Will be Heard*, p. 86-87; Gustafson et. al., *We Have Come to Stay*, p. 6-7.

70. Sobre a vida de George, ver Edward J. Rose, *Henry George* (Nova York: Twayne, 1968), e David Montgomery, “Henry George”, *American National Biography On-line*.
71. Henry George, “What the Railroad Will Bring Us”, em *Henry George: Collected Journalistic Writings*, ed. Kenneth C. Wenzer, 4 vols. (Armonk, NY: M. E. Sharp, 2003), v. 1, p. 15-26; Rose, *Henry George*, p. 54.
72. Rose, *Henry George*, p. 40.
73. Henry George, “Money in Elections”, *North American Review* 136 (março de 1883), p. 211.
74. Roy G. Saltman, *The History and Politics of Voting Technology: In Quest of Integrity and Public Confidence* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2006), p. 84, 91-92.
75. Henry George, “Bribery in Elections”, *Overland Monthly* 7 (dezembro de 1871), p. 497-504.
76. Rose, *Henry George*, p. 121; Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 53.
77. Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 62, 60, 201.
78. Mary E. Lease, *The Problem of Civilization Solved* (Chicago: Laird and Lee, 1895). E ver Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 131-33.
79. Apud John Henry Wigmore, *The Australian Ballot System* (Boston: C. C. Soule, 1889), p. 23-24; Lionel E. Fredman, *The Australian Ballot: The Story of an American Reform* (East Lansing, MI: Michigan State University, 1968), p. ix.
80. Fredman, *The Australian Ballot*, p. 42-43.
81. Herbert J. Bass, “*I Am a Democrat*”: *The Political Career of David Bennett Hill* (Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1961), p. 149; *New York Herald*, 17 de janeiro, 9 de fevereiro de 1890 e *NYT*, 4 e 29 de março de 1890.
82. Fredman, *The Australian Ballot*, p. 53-55; Mia Bay, *To Tell the Truth Freely: The Life of Ida B. Wells* (Nova York: Hill and Wang, 2009), p. 79; John Crowley, “Uses and Abuses of the Secret

Ballot in the American Age of Reform”, em Romain Bertrand, Jean-Louis Briquet e Peter Pels, eds., *Cultures of Voting: The Hidden History of the Secret Ballot* (Londres: C. Hurst & Co., 2007), p. 59.

83. Apud Jack Beatty, *Age of Betrayal: The Triumph of Money in America, 1865-1900* (Nova York: Knopf, 2007), p. 200.

84. Michael Kazin, *A Godly Hero: The Life of William Jennings Bryan* (Nova York: Knopf, 2006), p. 7-20.

85. Apud Kazin, *A Godly Hero*, p. 48-49.

86. Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 76-77.

87. Russell B. Nye, “Sarah Elizabeth Van de Vort Emery”, em *Notable American Women, 1607-1950*, editado por Edward T. James et. al., 3 vols. (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1971), v. 3, p. 582-83.

88. Apud Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 81.

89. O discurso de Donnelly aparece em Scott J. Hammond et. al., *Classics of American Political and Constitutional Thought* (Indianapolis, IN: Hackett Pub, 2007), p. 229.

90. Plataforma do Partido Nacional do Povo, Omaha, Nebraska, 4 de julho de 1892.

91. Apud Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 93, 115.

92. Apud Robert C. McMath Jr., *American Populism: A Social History, 1877-1898* (Nova York: Hill and Wang, 1993), p. 181.

93. Apud Orr, “Mary Elizabeth Lease”, p. 121.

94. William Jennings Bryan, “An Income Tax”, 1894, em *Speeches of William Jennings Bryan*, 2 vols. (Nova York: Funk and Wagnalls, 1909), v. 2, p. 178.

95. Kazin, *A Godly Hero*, 51; *Pollock v. Farmers’ Loan and Trust Company*, p. 57 U.S. 429 (1895).

96. De forma mais abrangente, ver Julie A. Reuben, *The Making of the Modern University: Intellectual Transformation and the Marginalization of Morality* (Chicago: University of Chicago Press,

1996); Dorothy Ross, *The Origins of American Social Science* (Nova York: Cambridge University Press/Ideas on Context, 1991); Peter Novick, *That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession* (Nova York: Cambridge University Press, 1988).

97. A. Scott Berg, *Wilson* (Nova York: G. P. Putnam's Sons, 2013), p. 107. Cooper escreve: "Ele tinha apenas um único tema, que estudava com uma obsessão silenciosa: como realmente funciona o poder?" Ver John Milton Cooper Jr., ed., *Reconsidering Woodrow Wilson: Progressivism, Internationalism, War and Peace* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008), p. 17.

98. Apud Daly, *Covering America*, p. 155.

99. Ibid., p. 112-16, 125-27.

100. Michael Schudson, *Discovering the News: A Social History of American Newspapers* (Nova York: Basic Books, 1978), p. 110.

101. Julius Chambers, *News Hunting on Three Continents* (Nova York: Mitchell Kennerley, 1921), p. 7; Schudson, *Origins of the Ideal of Objectivity*, p. 170-80.

102. "Expressions of Regret", *NYT*, 30 de outubro de 1897.

103. Plataforma do Partido Democrata em 1896.

104. William Jennings Bryan e Robert W. Cherny, *The Cross of Gold: Speech Delivered before the National Democratic Convention at Chicago, July 9, 1896* (Lincoln: University of Nebraska Press, 1997).

105. "Repudiation Has Won", *NYT*, 10 de julho de 1896.

106. Apud Kazin, *A Godly Hero*, p. 63-65.

107. Apud Richard Franklin Bensel, *Passion and Preferences: William Jennings Bryan and the 1896 Democratic Covention* (Nova York: Columbia University Press, 2008), p. 304; Orr, "Mary Elizabeth Lease", p. 178-79.

108. Kazin, *A Godly Hero*, p. 66-77.

109. Orr, "Mary Elizabeth Lease", p. 198, 190, 200-2.
110. "Brief History of the AHA", <https://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/brief-history-of-the-aha>, acessado em 24 de junho de 2017.
111. Max Weber e C. Wright Mills, *From Max Weber: Essays in Sociology* (Nova York: Routledge, 2009), p. 51.
112. Apud Edward J. Larson, *Summer for the Gods: The Scopes Trial and America's Continuing Debate over Science and Religion* (Nova York: Basic Books, 1997), p. 34.
113. Frances FitzGerald, *The Evangelicals: The Struggle to Shape America* (Nova York: Simon & Schuster, 2017), p. 115.
114. Frederick Jackson Turner, *The Significance of the Frontier in American History* (Wisconsin, 1893).
115. Isaacson, *The Innovators*, p. 35-36. E ver Geoffrey D. Austrian, *Herman Hollerith: Forgotten Giant of Information Processing* (Nova York: Columbia University Press, 1982).
116. Turner, *The Significance of the Frontier*.
117. Anna R. Paddon e Sally Turner, "African Americans and the World's Columbian Exposition", *Illinois Historical Journal* 88 (1995), p. 19-36.
118. Frederick Douglass, *The Reason Why the Colored Man Is Not in the Columbian Exposition* (Chicago: Imprensa particular, 1893), introdução.
119. Darlene Clark Hine, *Black Women in American History: From Colonial Times through the Nineteenth Century*, 4 vols. (Brooklyn, NY: Carlson Pub., 1990), v. 3, p. 336.
120. Sobre a vida de Wells, ver Bay, *To Tell the Truth Freely*. Para os seus escritos, ver Ida B. Wells-Barnett, *The Light of Truth: Writings of an Anti-lynching Crusader*, ed. Mia Bay e Henry Louis e Henry Louis Gates Jr. (Nova York: Penguin Books, 2014). Frederick Douglass, carta, em Ida B. Wells, *Southern Horrors: Lynch Law in All Its Phases* (Nova York: The New Age, 1891), p. 51.

121. Douglass, *The Reasons Why the Colored Man Is Not in the Columbian Exposition*, introdução.
122. Paddon e Turner, “African Americans and the World’s Columbian Exposition”.
123. Apud William S. McFeely, *Frederick Douglass* (Nova York: Norton, 1991), p. 371.
124. Frederick Douglass, “The Blessings of Liberty and Education”, Manassas, Virginia, 3 de setembro de 1894, em *Frederick Douglass Papers*, v. 5, p. 629.
125. “Death of Fred Douglass”, *NYT*, 21 de fevereiro de 1895.
126. “Tributes of Two Races”, *NYT*, 26 de fevereiro de 1895.
127. “The Duty of the Bar to Uphold the Constitutional Guarantees of Contracts and Private Property”, *American Law Review* 26 (1892), p. 674.
128. *Plessy vs. Ferguson*, p. 163 U.S. 57 (1896).
129. W. E. B. Du Bois, *The Souls of Black Folk* (Chicago: A. McClurg, 1903), p. 3.

Capítulo 10: EFICIÊNCIA E AS MASSAS

1. Ronald Steel, *Walter Lippmann and the American* (New Brunswick, NJ: Transaction, 1999), p. 282, xv, 280, 175; sobre a Casa da Verdade, consulte p. 120-123 e Brad Snyder, *The House of Truth: A Washington Political Salon and the Foundations of American Liberalism* (Nova York: Oxford University Press, 2017), principalmente o capítulo 5.
2. Snyder, *House of Truth*, p. 3. Sobre o impulso progressista, consulte Robert Wiebe, *The Search for Order, 1877-1920* (Nova York: Hill and Wang, 1967).
3. Consulte um dicionário. A citação é de “Merchants Hold a Radio Luncheon”, *NYT*, 18 de março de 1927.
4. Citado em Michael Kazin, *The Populist Persuasion: An American History* (Ithaca: Cornell University Press, 1998), p. 27; “Candidate Watson’s Book”, *Indianapolis News*, 27 de julho de 1896.
5. Citado em George McKenna, *The Puritan Origins of American Patriotism* (New Haven: Yale University Press, 2007), p. 242.
6. Para discussões sobre as distinções entre esses grupos, consulte Richard Hofstadter, *The Age of Reform: From Bryan to F.D.R.* (Nova York: Vintage, 1955); Richard L. McCormick, *The Party Period and Public Policy: American Politics from the Age of Jackson to the Progressive Era* (Nova York: Oxford University Press, 1986); James T. Kloppenberg, *Uncertain Victory: Social Democracy and Progressivism in European and American Thought, 1870-1920* (Nova York: Oxford University Press, 1986); Glenda Gilmore, ed., *Who Were the Progressives?* (Nova York: Palgrave, 2002).
7. Elizabeth Sanders, *Roots of Reform: Farmers, Workers, and the American State, 1877-1917* (Chicago: University of Chicago

Press, 1999), p. 154; Robert Post, *Citizens Divided: Campaign Finance Reform and the Constitution* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014), p. 30; Painter, *Standing at Armageddon*, p. 270.

8. Martin E. Marty, *Modern American Religion: The Irony of It All, 1893-1919*, 3 v. (Chicago: University of Chicago Press, 1997), v. 1: 286, 362n10; Henry George, *Progress and Poverty: An Inquiry into the Cause of Industrial Depressions, and of Increase of Want with Increase of Wealth, the Remedy*, p. 426; Clarence Darrow, *The Story of My Life* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1932), p. 52.

9. Gladden é citado em: Gary J. Dorrien, *Social Ethics in the Making: Interpreting an American Tradition* (Malden: Wiley-Blackwell, 2009), p. 65. 10. Degler, *Out of Our Past*, p. 346; FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 65-69.

10. Degler, *Out of Our Past*, p. 346; FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 65-69.

11. Kazin, *A Godly Hero*, p. 124.

12. Daly, *Covering America*, p. 132-38.

13. Emilio Aguinaldo ao povo filipino, 5 de fevereiro de 1899, em Daniel B. Schirmer e Stephen Roskamm Shalom, ed. *The Philippines Reader: A History of Colonialism, Neocolonialism, Dictatorship, and Resistance* (Boston: South End Press, 1987), p. 20-21; William Jennings Bryan, Will It Pay?, *New York Journal*, 15 de janeiro de 1899; Kazin, *A Godly Hero*, p. 91.

14. Albert J. Beveridge, In Support of an American Empire, *Registro do Congresso*, v. 56, p. 704-712 (9 de janeiro de 1900); Ben Tillman, *Registro do Congresso*, v. 56, p. 836-837 (20 de janeiro de 1899).

15. [Não identificado] soldado negro para o jornal *Wisconsin Weekly Advocate*, 17 maio 1900; e Rienzi B. Lemus para o *Richmond Planet*, 4 de novembro de 1899, em: Willard B. Gatewood Jr., ed., *"Smoked Yankees" and the Struggle for*

Empire: Letters from Negro Soldiers, 1898-1902 (Fayetteville: University of Arkansas Press, 1987), p. 279-281, 246-247.

16. C. Vann Woodward, *The Strange Career of Jim Crow* (Nova York: Oxford University Press, 1955), p. 82; Wilkerson, *The Warmth of Other Suns*, p. 26, 29, 31, 26-27, 37, 45-46, 40; Twain citado em: Kathleen Dalton, *Theodore Roosevelt: A Strenuous Life* (Nova York: Knopf, 2002), p. 203; Richard Rothstein, *The Color of Law: A Forgotten History of How Our Government Segregated America* (Nova York: Liveright, 2017), p. 41-45.

17. W. E. B. Du Bois, *The Study of the Negro Problems*, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 11, (1898), p. 1. Sobre as primeiras pesquisas, consulte: Robert Wuthnow, *Inventing American Religion: Polls, Surveys, and the Tenuous Quest for a Nation's Faith* (Nova York: Oxford University Press, 2015), p. 8-9, e principalmente p. 15-43. David Levering Lewis, *W. E. B. Du Bois: Biography of a Race, 1868-1919* (Nova York: Henry Holt, 1993), p. 226.

18. Bay, *To Tell the Truth Freely*, p. 95; Wilkerson, *The Warmth of Other Suns*, p. 10; Lewis, *W. E. B. Du Bois*, p. 411.

19. Theodore Roosevelt, "Address of President Roosevelt at the Laying of the Corner Stone of the Office Building of the House of Representatives" (*The Man with the Muck-Rake*), 14 de abril de 1906; Roosevelt, "The Man with the Muck-Rake", *The Outlook*, 21 de abril de 1906.

20. Ida M. Tarbell, *All in the Day's Work: An Autobiography* (Urbana: University of Illinois Press, 2003), p. 241; Weinberg, *Taking on the Trust*, p. 227; Daly, *Covering America*, p. 148.

21. Tarbell, *All in the Day's Work*, p. 6; Ida M. Tarbell, *The History of the Standard Oil Company*, 2 v. (Nova York: Macmillan, 1925, v. 1, p. vii, 37.)

22. Citado em: Kazin, *A Godly Hero*, p. 125.

23. Berg, *Wilson*, p. 44, 49, 73, 78, 81, 10-5; Mark Benbow, "Wilson the Man", em Ross A. Kennedy, ed., *A Companion to*

Woodrow Wilson (Malden, MA: John Wiley & Sons, 2013), p. 9-37.

24. Woodrow Wilson, *Congressional Government: A Study in American Politics* (Boston: Houghton Mifflin, 1850, p. 110-11; Woodrow Wilson, *Constitutional Government in the United States* (Nova York: Columbia University Press, 1911), p. 56, 60, 69.

25. Citado em Dalton, *Theodore Roosevelt*, p. 203; Kazin, *A Godly Hero*, p. 105-106.

26. Nikil Saval, *Cubed: A Secret History of the Workplace* (Nova York: Doubleday, 2014), p. 41, 13, 36, 42, 266; Ann Douglas, *Terrible Honesty: Mongrel Manhattan in the 1920s* (Londres: Picador, 1995), p. 4; Lynn Dumenil, *The Modern Temper: American Culture and Society in the 1920s* (Nova York: Hill and Wang, 1995), p. 11; Kazin, *A Godly Hero*, p. 114.

27. Dalton, *Theodore Roosevelt*, p. 125, 207, 213-214; Kazin, *A Godly Hero*, p. 114.

28. Citado em: Dalton, *Theodore Roosevelt*, p. 225.

29. Robert Stanley, *Dimensions of Law in the Service of Order: Origins of the Federal Income Tax, 1861-1913* (Nova York: Oxford University Press, 1993), p. 180, tabela 5-1. O discurso de Bryan é reproduzido em Paolo E. Coletta, "The Election of 1908", em Schlesinger, *History of American Presidential Elections, 1789-1968*, v. 3, p. 2115. Sobre sua recepção, consulte Kazin, *A Godly Hero*, p. 145-146.

30. Citado em Steven R. Weisman, *The Great Tax Wars: Lincoln, Teddy Roosevelt, Wilson: How the Income Tax Transformed America* (Nova York: Simon & Schuster, 2004), p. 227.

31. Stanley, *Dimensions of Law*, p. 211-112, tabela 5-5; "History of the 1040", *Chicago Tribune*, 27 de março de 1994.

32. Theda Skocpol, *Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992), p. 65, 156, 375.

33. *Lochner v. New York*, 198 U.S. 45 (1905).

34. Shugerman, *The People's Courts*, 173; Registro do Congresso, v. 64, p. 472 (1912), apêndice.
35. Sobre esse argumento, especialmente, consulte Skocpol, *Protecting Soldiers and Mothers*, cap. 5.
36. Irving Fisher, "The Need for Health Insurance", *American Labor Legislation Review* 7 (1917), p. 9-23.
37. Arthur J. Visellear, "Compulsory Health Insurance in California, 1915-1918", *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences* (1969), p. 170-171; Odin W. Anderson, "Health Insurance in the United States, 1910-1920", *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*, 5 (1950), p. 370-371; Ronald Numbers, "The Specter of Socialized Medicine: American Physicians and Compulsory Health Insurance", em Numbers, ed., *Compulsory Health Insurance: The Continuing American Debate* (Westport, CT: Greenwood, 1982), p. 3-24.
38. Nancy Woloch, *Muller v. Oregon: A Brief History with Documents* (Boston: Bedford Books, 1996), p. 5.
39. Skocpol, *Protecting Soldiers and Mothers*, p. 333-340 (citação, p. 337).
40. Citado em Woloch, *Muller v. Oregon*, p. 17.
41. Woloch, *Muller v. Oregon*, p. 8.
42. Skocpol, *Protecting Soldiers and Mothers*, p. 394-395.
43. "The Brandeis Brief", Louis D. Brandeis School of Law Library, <https://louisville.edu/law/library/special-collections/the-louis-d.-brandeis-collection/the-brandeis-brief-in-its-entirety>, acesso em 9 de julho de 2017.
44. Esse componente do argumento de Brandeis é citado e discutido em Sally J. Kenney, *For Whose Protection? Reproductive Hazards and Exclusionary Politics in the United States and Britain* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1992), p. 45-46.
45. Skocpol, *Protecting Soldiers and Mothers*, p. 10, e veja também o capítulo 8.

46. Louis Brandeis, "Efficiency and Social Ideas", 1914, em Philippa Strum, ed., *Brandeis on Democracy* (Lawrence: University Press of Kansas, 1995), p. 33.
47. Frederick W. Taylor, "The Gospel of Efficiency", *American Magazine*, 71 (1911), p. 479-480, 570-581. Consulte também Frederick Winslow Taylor, *The Principles of Scientific Management* (Nova York: Harper & Bros., 1911).
48. Matthew Stewart, *The Management Myth: Debunking Modern Business Philosophy* (Nova York: Norton, 2009), p. 48-50.
49. Sobre a imigração na época, consulte John Higham, *Strangers in the Land: Patterns of American Nativism, 1860-1925* (Rutgers, NJ: Rutgers University Press, 1955), e John Bodnar, *The Transplanted: A History of Immigrants in Urban America* (Bloomington: Indiana University Press, 1985).
50. Painter, *Standing at Armageddon*, p. xix.
51. Stephen P. Meyer, *The Five Dollar Day: Labor Management and Social Control in the Ford Motor Company, 1908-1921* (Albany, NY: State University of New York Press, 1981), p. 2, 5, 12. Chrysler é citado em Maury Klein, *Rainbow's End: The Crash of 1929* (Nova York: Oxford University Press, 2001), p. 29.
52. Citado em Janet F. Davidson et al., *On the Move: Transportation and the American Story* (Nova York: National Geographic, 2003), p. 165.
53. Jill Lepore, *The Mansion of Happiness: A History of Life and Death* (Nova York: Knopf, 2012), cap. 6.
54. Meyer, *The Five Dollar Day*, p. 6, 99, 156.
55. Philippa Strum, *Louis D. Brandeis: Justice for the People* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984), p. 160.
56. Edna Yost, *Frank and Lillian Gilbreth: Partners for Life* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1949), p. 185-188; "Roads Could Save \$1,000,000 a Day", *NYT*, 22 de novembro de 1910; Strum, *Louis D. Brandeis: Justice for the People*, p. 166-167.

57. Robert Kanigel, *The One Best Way: Frederick Winslow Taylor and the Enigma of Efficiency* (Nova York: Viking, 2007), p. 3-4, 474-477.
58. Painter, *Standing at Armageddon*, p. 265, 257.
59. Woodrow Wilson, Discurso de Posse, 4 de março de 1913; Theodore Roosevelt, “New Nationalism” Discurso, Osawatomie, Kansas, 1910; Berg, *Wilson*, p. 294.
60. “Women Leap Suddenly Into Political Favor, Now Courted by All Parties”, *New York Herald*, 11 de agosto de 1912.
61. McGerr, “Political Style and Women’s Power”.
62. Citado em Geoffrey Cowan, *Let the People Rule: Theodore Roosevelt and the Birth of the Presidential Primary* (Nova York: Norton, 2016), p. 99.
63. Citações de Cowan, *Let the People Rule*, p. 208, 259.
64. A tese de Roosevelt em Harvard em 1880 foi intitulada “Practicability of Equalizing Men and Women before the Law”; Freeman, *We Will be Heard*, p. 23, 30, 37, 52, 55.
65. Citações de Gustafson, *Women and the Republican Party*, p. 123, 173.
66. Sidney Milkis, *Theodore Roosevelt, the Progressive Party, and the Transformation of American Democracy* (Lawrence: University Press of Kansas, 2009).
67. Wilson, Discurso de Posse.
68. Louis Brandeis, *Other People’s Money: and How the Bankers Use It* (Nova York: F. A. Stokes, 1913), p. 33, 99; Strum, *Brandeis on Democracy*, p. 15.
69. David W. Blight, *Race and Reunion: The Civil War in American Memory* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001), p. 9-11, 384-390.
70. James Weldon Johnson, “President Wilson’s ‘New Freedom’ and the Negro”, em *The Selected Writings of James Weldon Johnson*, edição de Sondra Kathryn Wilson, 2 v. (Nova York:

Oxford University Press, 1995), v. 1 (*The New York Age Editorials, 1914-1923*), p. 182.

71. Eric Rauchway, *Blessed Among Nations: How the World Made America* (Nova York: Hill and Wang, 2006), p. 7.

72. Henry James a Rhoda Broughton, 10 de agosto de 1914, em *The Letters of Henry James*, selecionadas e editadas por Percy Lubbock, 2 v. (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1920), v. 2, p. 389.

73. Consulte, por exemplo, a estimativa de Eric Hobsbawn, *The Age of Extremes: A History of the World, 1914-1991 (Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995) (Nova York: Pantheon, 1994), p. 6-7.

74. Citado em Darren Dochuk, *From Bible Belt to Sun Belt: Plain-Folk Religion, Grassroots Politics, and the Rise of Evangelical Conservatism* (Nova York: Norton, 2011), p. 30.

75. Citações de FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 71-79, 97, 113.

76. Citações de ibid., p. 113; Kazin, *A Godly Hero*, p. 263-264; Larson, *Summer for the Gods*, p. 39.

77. Citado em Jon Butler et al., *Religion in American Life: A Short History* (Nova York: Oxford University Press, 2011), 329.

78. Charles Benedict Davenport, *Eugenics, the Science of Human Improvement by Better Breeding* (Nova York: Henry Holt, 1910); Carl N. Degler, *In Search of Human Nature: The Decline and Revival of Darwinism in American Social Thought* (Nova York: Oxford University Press, 1991), p. 42-43.

79. Madison Grant, *The Passing of the Great Race; Or, the Racial Basis of European History* (Nova York: Scribner, 1916), p. 10. Consulte também Mark A. Largent, *Breeding Contempt: The History of Coerced Sterilization in the United States* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2008).

80. Citações de FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 102-114.

81. Citado em Kazin, *A Godly Hero*, p. 215.

82. Citado em Berg, *Wilson*, p. 417.

83. Ibid., p. 384, 404-405, 412.
84. Charlotte Perkins Gilman, “A Woman’s Party”, *The Suffragist*, 8 (1920), p. 8-9; Campanha no Colorado: burro com cartaz do Partido Nacional das Mulheres em defesa da oposição ao Partido Democrata, Colorado, Estados Unidos, 1916, Biblioteca do Congresso; “Last Minute Activities of the Woman’s Party”, *The Suffragist*, 4 (1916), p. 4-5; Berg, *Wilson*, p. 417; Cooper, *Reconsidering Woodrow Wilson*, p. 126.
85. Lepore, *The Secret History of Wonder Woman*, 93-95; Mary Chapman e Angela Mills, *Treacherous Texts: U.S. Suffrage Literature, 1846-1946* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2011), p. 294.
86. Mary Alexander e Marilyn Childress, “The Zimmermann Telegram”, *Social Education*, 45, (4 de abril de 1981), p. 266.
87. Wilson, War Message to Congress [Mensagem de guerra ao congresso], 2 de abril de 1917; Kenneth Whyte, *Hoover: An Extraordinary Life in Extraordinary Times* (Nova York: Knopf, 2017), p. 181.
88. Robert Lansing, *Address before the Reserve Officers’ Training Corps... July 29, 1917* [Discurso ao Corpo de Oficiais da Reserva] (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1917), p. 5.
89. John Dewey, “Conscription of Thought”, *The New Republic* [doravante *TNR*], 1 de setembro de 1917, p. 128-129; Ronald Schaffer, *America in the Great War: The Rise of the War Welfare State* (Nova York: Oxford University Press, 1991), p. 4. Consulte também Jonathan Auerbach, *Weapons of Democracy: Propaganda, Progressivism, and American Public Opinion* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015).
90. Citado em Schaffer, *America in the Great War*, p. 15.
91. W. E. B. Du Bois, “The African Roots of War”, *Atlantic Monthly*, maio de 1915; Lewis, *W. E. B. Du Bois*, p. 554-556; Schaffer, *America in the Great War*, p. 75.

92. Billie Holiday, “Strange Fruit”, 1939. O poema foi publicado como “Bitter Fruit”, (1937).
93. Sobre o papel de Lippmann no Inquérito, consulte Steel, *Walter Lippmann*, cap. 11.
94. W. Elliot Brownlee, *Federal Taxation in America: A Short History* (Nova York: Cambridge University Press, 1996), p. 62-63; Weisman, *Great Tax Wars*, p. 333, 337; Webber e Wildavsky, *History of Taxation and Expenditure in the Western World*, p. 421; “War Savings Societies — A Home Defense”, *Medical Times* 46 (1918), p. 24. A guerra fez avançar o que a historiadora Julia C. Ott chamou de a ideologia de uma “democracia dos investidores”: Ott, *When Wall Street Met Main Street: The Quest for an Investors’ Democracy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011). Consulte também Meg Jacobs, “Pocketbook Politics: Democracy and the Market in Twentieth-Century America”, em Meg Jacobs et al., ed., *The Democratic Experiment: New Directions in American Political History* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003).
95. Rauchway, *Blessed Among Nations*, p. 148; Schaffer, *America in the Great War*, p. 58, 66.
96. Schaffer, *America in the Great War*, p; 101, 97; Allan M. Brandt, *No Magic Bullet: A Social History of Venereal Disease in America Since 1880* (Nova York: Oxford University Press, 1995), principalmente o cap. 2; Lisa McGirr, *The War on Alcohol: Prohibition and the Rise of the American State* (Nova York: Norton, 2016), p. xviii-xxi. E Darrow citado em John A. Farrell, *Clarence Darrow: Attorney for the Damned* (Nova York: Doubleday, 2011), p. 327.
97. Cotado em Steel, *Walter Lippmann*, p. 143, 147, 148.
98. Hobsbawn, *The Age of Extremes*, p. 13, 97.
99. Theodore Roosevelt, *Roosevelt in the Kansas City Star; War-time Editorials* (Boston: Houghton Mifflin Company, 1921), p. 274.
100. Steel, *Walter Lippmann*, p. 152; Fredrik Logevall, *Embers of War: The Fall of an Empire and the Making of America’s Vietnam*

(Nova York: Random House, 2012), p. 3-4; Erez Manela, *The Wilsonian Moment: Self-Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism* (Nova York: Oxford University Press, 2007), p. 141-58.

101. Lewis, *W. E. B. Du Bois*, p. 367, 561-578; Painter, *Standing at Armageddon*, p. 365.

102. Berg, *Wilson*, p. 568-70.

103. H. G. Wells, *Outline of History* (Londres, 1920), p. 1066-1067.

104. Steel, *Walter Lippmann*, p. 158; John Maynard Keynes, *The Economic Consequences of the Peace* (As consequências econômicas da paz. Brasília: UnB, 2002) (Nova York: Harcourt, Brace and Howe, 1920), p. 41, 228.

105. Berg, *Wilson*, p. 605-607.

106. *Ibid.*, 613-614.

107. *Ibid.*, p. 619, 633-638, 664; Cooper, *Reconsidering Woodrow Wilson*, p. 16.

108. Walter Lippmann, "The Basic Problem of Democracy", *Atlantic Monthly*, novembro de 1919, p. 616.

109. Walter Lippmann, *Public Opinion* (*Opinião pública*. São Paulo: Vozes, 2008) (Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1922), p. 364.

110. Walter Lippmann, *Public Opinion*, com um novo prefácio de Ronald Steel (1922; Nova York: Free Press, 1997), p. 356; *bureaus de inteligência*: p. 242-51.

111. Citado em McGerr, "Political Style and Women's Power", p. 833.

112. Woloch, *Muller v. Oregon*, p. 58-59; Kenney, *For Whose Protection?*, p. 46-47.

113. Warren G. Harding, Discurso de Posse, 4 de março de 1921; David C. Mearns e Verner W. Clapp, comp., *The Constitution of the United States together with An Account of Its Travels Since*

September 17, 1787 (Washington, DC: Library of Congress, 1958), p. 1-17; Kammen, *A Machine That Would Go of Itself*, p. 252.

114. James M. Beck, *The Constitution of the United States: A Brief Study of the Genesis, Formulation and Political Philosophy of the Constitution of the United States* (Nova York: George H. Doran Company, 1922), p. 110; Thomas Reed Powell, “Constitutional Metaphors, a Review of James M. Beck’s *The Constitution of the United States*”, publicada originalmente no *TNR* em 11 de fevereiro de 1925. Consulte também a versão datilografada “Constitutional Metaphors”, e o poema “The Constitution Is a Dock”, em Documentos de Thomas Reed Powell, Coleções Especiais, Escola de Direito de Harvard, Boxe F, Pasta 11.

115. Elmer Rice, *The Adding Machine: A Play in Seven Scenes* (Garden City, N. Y.: Doubleday, Page and Company, 1923), 9.

116. “Thomas Watson”, IBM Archives: Transcript of Thomas Watson comments on “THINK”, https://www-03.ibm.com/ibm/history/multimedia/think_trans.html, acesso em 5 de julho de 2017.

117. Harding, Discurso de Posse.

118. Klein, *Rainbow’s End*, p. 28.

119. Brownlee, *Federal Taxation in America*, p. 73n13; Andrew W. Mellon, *Taxation: The People’s Business* (Nova York: Macmillan, 1924), p. 18, 137; “Taxpayers’ League Target of Attack before Committee”, *Atlanta Constitution*, 10 de novembro de 1927; “Clashes Electrify Estate Tax Hearing”, *NYT*, 9 de novembro de 1927. Sobre a família Mellon como fundadora da Liga, consulte “W. L. Mellon Listed as Tax Lobby Donor”, *NYT*, 6 de novembro de 1929. Holmes sobre a tributação: *Compañía General de Tabacos de Filipinas v. Collector of Internal Revenue*, 275 U.S. 87 (1927). Webber e Wildavsky, *History of Taxation and Expenditure in the Western World*, p. 423.

120. Whyte, *Hoover*, p. 206, 226, 233-237.

121. Ibid., p. 206, 257-58; Ellis W. Hawley, “Herbert Hoover, the Commerce Secretariat, and the Vision of an ‘Associative State,’ 1921-1928”, *JAH* 61 (1974): 116-140 (citação, p. 121); Dumenil, *The Modern Temper*, p. 36-38.
122. Samuel Strauss, “Things Are in the Saddle”, *Atlantic Monthly*, julho de 1924, p. 579.
123. Liga das Nações, *Industrialization and Foreign Trade* (Genebra: Liga das Nações, 1945), p. 13.
124. Eric Rauchway, *The Great Depression and the New Deal: A Very Short Introduction*, (Nova York: Oxford University Press, 2008), p. 8-9, 28-32.
125. Rauchway, *The Great Depression and the New Deal*, p. 11.
126. Citado em Steel, *Walter Lippmann*, p. 285.
127. Daniel Levin, “Federalists in the Attic: Original Intent, the Heritage Movement, and Democratic Theory”, *Law and Social Inquiry* 29 (2004), p. 308.
128. Ott, *When Wall Street Met Main Street*, p. 36-54, e consulte também Morrison H. Heckscher, “The American Wing Rooms in the Metropolitan Museum of Art”, *Winterthur Portfolio* 46 (2012), p. 161-78; e Wendy Kaplan, “R. T. H. Halsey: An Ideology of Collecting American Decorative Arts”, *Winterthur Portfolio* 17 (1982), p. 43-53.
129. Gary Gerstle, *American Crucible: Race and Nation in the Twentieth Century*, (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001, 2017), p. 105, 118.
130. David G. Gutierrez, *Walls and Mirrors: Mexican Americans, Mexican Immigrants, and the Politics of Ethnicity* (Berkeley: University of California Press, 1995), p. 39-55.
131. Mae Ngai, *Impossible Subjects: Illegal Aliens and the Making of Modern America* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004), introdução e caps. 1 e 2; Gutierrez, *Walls and Mirrors*, p. 52-53, 55.

132. Linda Gordon, *The Second Coming of the KKK: The Ku Klux Klan of the 1920s and the American Political Tradition*, (Nova York: Liveright, 2017); Robert K. Murray, *The 103rd Ballot: Democrats and the Disaster in Madison Square Garden* (Nova York: Harper & Row, 1976).

133. Du Bois, *The Souls of Black Folk*, p. 13.

134. Alain LeRoy Locke e Winold Reiss, *The New Negro: An Interpretation* (Nova York: Albert and Charles Boni, 1925), p. 5; o autor de “The Negro Digs Up His Past” foi o historiador e escritor Arturo Alfonso Schomburg, cuja coleção se tornou parte importante do Centro Schomburg da Biblioteca Pública de Nova York (originalmente Divisão de Literatura, História e Tipografia Negra); Douglas, *Terrible Honesty*, p. 93.

135. W. E. B. Du Bois e Lothrop Stoddard, *Report of Debate Conducted by the Chicago Forum: “Shall the Negro be encouraged to seek cultural equality?”*(Chicago: Chicago Forum Council, 1929).

136. George Lloyd Bird e Frederic Eaton Merwin, *The Newspaper and Society: A Book of Readings* (Nova York: Prentice-Hall, 1942), p. 30; Daly, *Covering America*, p. 148-49; Schudson, *Origins of the Ideal of Objectivity*, p. 249, cita Ivy Ledbetter Lee, *Publicity: Some of the Things It Is and Is Not* (Nova York: Industries Publishing Co., 1925), p. 21.

137. Frank Luther Mott, *A History of American Magazines* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1968), v. 5 (1905 - 1930), p. 294-295; Isaiah Wilner, *The Man Time Forgot: A Tale of Genius, Betrayal, and the Creation of Time Magazine* (Nova York: HarperCollins, 2006), p. 83-86; Alan Brinkley, *The Publisher: Henry Luce and His American Century* (Nova York: Knopf, 2010), p. 99; Daly, *Covering America*, p. 195.

138. Mott, *A History of American Magazines*, v. 5, p. 230, 319-331; Sarah Smith, “Lessons Learned: Fact-Checking Disasters of the Past” <https://netzwerkrecherche.org/files/nr-werkstatt-16-fact-checking.pdf#page=24>.

139. Douglas, *Terrible Honesty*, p. 35; Ben Yagoda, *About Town: The New Yorker and the World It Made* (Nova York: Scribner, 2000), p. 202-203. E consulte principalmente Sarah Cain, “We Stand Corrected’: *New Yorker* Fact-Checking and the Business of American Accuracy”, em *Writing for the New Yorker: Critical Essays on an American Periodical*, edição de Fiona Green (Edimburgo: Edinburgh University Press, 2015), p. 36-57.

140. Larry Tye, *The Father of Spin: Edward L. Bernays and the Birth of Public Relations* (Nova York: Crown, 1998), p. 78-79; Ernest Gruening, “The Higher Hokum”, *The Nation*, 16 de abril de 1924, p. 450; Edward L. Bernays, “Putting Politics on the Market”, *The Independent*, 19 de maio de 1928, p. 470-72; Edward L. Bernays, “This Business of Propaganda”, *The Independent*, 1 de setembro de 1928, p. 198-99.

141. Edward Bernays, “Propaganda and Impropropaganda”, junho de 1928, Edward L. Bernays Papers, Biblioteca do Congresso, Container 422: 1919-1934, Folder: Speech and Article File, 1919-1962.

142. Edward L. Bernays, *Propaganda* (Nova York: Horace Liveright, 1928), p. 9.

143. Citado em Larson, *Summer for the Gods*, p. 32.

144. Citado em *ibid.*, p. 7, 32; Elizabeth Sanders, *Roots of Reform*, p. 55; FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 125-127.

145. Richard J. Jensen, *Clarence Darrow: The Creation of an American Myth* (Nova York: Greenwood, 1992), p. 3; Farrell, *Clarence Darrow: Attorney for the Damned*, p. 13; Darrow, *The Story of My Life*, p. 244.

146. Citado em Farrell, *Clarence Darrow: Attorney for the Damned*, p. 341.

147. Farrell, *Clarence Darrow: Attorney for the Damned*, p. 362; Lawrence W. Levine, *Defender of the Faith* (Nova York: Oxford University Press, 1965), p. vii-viii.

148. Darrow, *The Story of My Life*, p. 249.

149. Marquis James, "Dayton, Tennessee", *The New Yorker* [doravante *TNY*], 4 de julho de 1926. Mencken é citado em FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 135.
150. Sobre o julgamento, consulte Jeffrey P. Moran, *The Scopes Trial: A Brief History with Documents* (Nova York: Palgrave, 2002).
151. Kazin, *A Godly Hero*, p. 287-95; John Nimick, "Great Commoner Bryan Dies in Sleep", UPI, 27 de julho de 1925.
152. Nimick, "Great Commoner Bryan Dies in Sleep"; H. L. Mencken, Editorial, *American Mercury*, outubro de 1925, p. 158-60. Mencken é citado em Kazin, *A Godly Hero*, p. 298.
153. Irving Stone, *Clarence Darrow for the Defense* (Garden City, NY: Doubleday, Doran & Company, Inc., 1941), p. 493.
154. Walter Lippmann, *American Inquisitors: A Commentary on Dayton and Chicago* (Nova York: Macmillan, 1928), p. 11-12, 14.
155. *Ibid.*, p. 39.
156. *Ibid.*, p. 105.
157. Clarence Darrow, *The Woodworkers' Conspiracy Case* (Chicago, 1898), p. 79.

Capítulo 11: UMA CONSTITUIÇÃO DO AR

1. Dumenil, *The Modern Temper*, p. 38.
2. David Halberstam, *The Powers That Be* (Urbana: University of Illinois Press, 2000), p. 14-15; Joan Hoff Wilson, *Herbert Hoover: Forgotten Progressive* (Boston: Little, Brown, 1975), p. 140.
3. Herbert Hoover, *The Memoirs of Herbert Hoover*, 3 vols. (Nova York: Macmillan, 1951-52), v. 2, p. 144. Consulte também Hoff Wilson, *Herbert Hoover*, p. 112-13; Mark Goodman e Mark Gring, “The Radio Act of 1927: Progressive Ideology, Epistemology, and Praxis”, *Rhetoric and Public Affairs* 3 (2000), p. 397-418.
4. Hoover, *Memoirs*, v. 2, p. 146; J. G. Harbord, “Radio and Democracy”, *Forum* 81 (abril de 1929), p. 214.
5. Hoover, *Memoirs*, v. 2, p. 184; Klein, *Rainbow’s End*, p. 4, 5, 11.
6. Citado em Whyte, *Hoover*, 371.
7. Whyte, *Hoover*, p. 377-82, 405-6.
8. Tye, *The Father of Spin*, p. 63-69.
9. Phillip G. Payne, *Crash!: How the Economic Boom and Bust of the 1920s Worked* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2015); David Kennedy, *Freedom from Fear: The American People in Depression and War, 1929-1945* (Nova York: Oxford University Press, 1999), p. 41; Michael A. Bernstein, “Why the Great Depression Was Great: Toward a New Understanding of the Interwar Economic Crisis in the United States”, em Steve Fraser e Gary Gerstle, ed., *The Rise and Fall of the New Deal Order, 1930-1980* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989), p. 32-54.
10. Citado em Rauchway, *The Great Depression and the New Deal*, p. 32.

11. Citado em *ibid.*, p. 28-33; John E. Moser, *The Global Great Depression and the Coming of World War II* (Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2015), p. 50; Cass R. Sunstein, *The Second Bill of Rights: Roosevelt's Unfinished Revolution and Why We Need It More Than Ever* (Nova York: Perseus, 2004), p. 36-37.
12. "The Press vs. The Public", *TNR* 90 (17 de março de 1937), p. 178-191; Ira Katznelson, *Fear Itself: The New Deal and the Origins of Our Time* (Nova York: Liveright, 2013), p. 105.
13. Frankfurter: Schudson, *Discovering the News*, p. 125; Toynbee: Kiran Klaus Patel, *The New Deal: A Global History* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016), p. 43; Laski: Schudson, *Discovering the News*, p. 125.
14. Moser, *The Global Great Depression*, p. 77; Mussolini citado em Katznelson, *Fear Itself*, p. 5.
15. Walter Lippmann, "Today and Tomorrow", *San Bernardino Sun*, 24 de março de 1933.
16. Charles A. Beard, "The Historical Approach to the New Deal", *American Political Science Review* [doravante *APSR*] 28 (1934), p. 11-15; Katznelson, *Fear Itself*, p. 114, cita Reinhold Niebuhr, *Reflections on the End of an Era* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1934).
17. Hoff Wilson, *Herbert Hoover*, p. 139-141; Herbert Hoover, Radio Address to the Nation on Unemployment Relief, 18 de outubro de 1931.
18. Alonzo L. Hamby, *Man of Destiny: Roosevelt and the Making of the American Century* (Nova York: Basic Books, 2015), p. 160; Robert J. Brown, *Manipulating the Ether: The Power of Broadcast Radio in Thirties America* (Jefferson, NC: McFarland, 1988), p. 28-29.
19. Alan Brinkley, "Roosevelt, Franklin Delano", *American National Biography On-line*.

20. Franklin Delano Roosevelt citado em Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 373.
21. Franklin Delano Roosevelt, discurso de aceitação da nomeação presidencial na Convenção Democrata Nacional em Chicago, 2 de julho de 1932.
22. Republican: Brown, *Manipulating the Ether*, p. 27; Hoover: Kazin, *A Godly Hero*, p. xix; Roosevelt: Degler, *Out of Our Past*, p. 349.
23. Áudio de Stephen Drury Smith, “The First Family of Radio: Franklin and Eleanor Roosevelt’s Historic Broadcasts”, American Radio Works, novembro de 2014, <http://www.americanradioworks.org/documentaries/roosevelts/>.
24. Charlotte Perkins Gilman, “A Woman’s Party”, *The Suffragist* 8 (1920), p. 8-9.
25. Freeman, *A Room at a Time*, p. 125; Susan Ware, *Partner and I: Molly Dewson, Feminism, and New Deal Politics* (New Haven, CT: Yale University Press, 1987), p. 148.
26. Stephen Drury Smith, ed., *First Lady of Radio: Eleanor Roosevelt’s Historic Broadcasts* (Nova York: The New Press, 2014), p. 33.
27. Gustafson et al., *We Have Come to Stay*, p. 179.
28. “Mrs. Roosevelt Going to Write Book Now”, *Boston Globe*, 4 de janeiro de 1933.
29. Eleanor Roosevelt, *It’s Up to the Women* (1933; Nova York: The Nation Press, 2017), p. 173. Mais informações sobre a publicação do livro e sua recepção podem ser encontradas em minha introdução para a edição.
30. Franklin D. Roosevelt. Discurso de Posse, 4 de março de 1933.
31. Citado em Steel, *Walter Lippmann*, p. 300.
32. *Gabriel over the White House* (MGM, 1933).
33. Citado em Katznelson, *Fear Itself*, p. 118-119.

34. Dorothy Thompson, *I Saw Hitler!* (Nova York: Farrar & Rinehart, 1932), p. 14; Peter Kurth, *American Cassandra: The Life of Dorothy Thompson* (Boston: Little, Brown, 1990), p. 163. Consulte também Daly, *Covering America*, p. 227-231. Até 1939, as colunas de Thompson já tinham aparecido em 196 jornais. Ela também falava todas as semanas na Rádio NBC.
35. Horst J. P. Bergmeier e Rainer E. Lotz, *Hitler's Airwaves: The Inside Story of Nazi Radio Broadcasting and Propaganda Swing* (New Haven, CT: Yale University Press, 1997), p. 3-6; Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 383-84, 412-13.
36. Citado em Alan Brinkley, *The End of Reform: New Deal Liberalism in Recession and War* (Nova York: Vintage, 1995), p. 65.
37. Leila A. Sussmann, *Dear Roosevelt: A Study of Political Letter-Writing* (Totowa, NJ: The Bedminster Press, 1963), p. 10; Brandon Rottinghaus, "Dear Mr. President': The Institutionalization and Politicization of Public Opinion Mail in the White House", *Political Science Quarterly* 121 (2006), p. 456-58.
38. A correspondência recebida por Hoover era "tremendamente grande", as pessoas diziam à época; a de Roosevelt era, mesmo em um dia tranquilo, uma ordem de grandeza maior. Leila A. Sussmann, "Roosevelt and the White House Mail", *Public Opinion Quarterly* 20 (1956), p. 5.
39. Lowell Thomas, *Fan Mail* (Nova York: Dodge, 1935), p. x; Jeanette Sayre, "Progress in Radio Fan-Mail Analysis", *Public Opinion Quarterly* 3 (1939), p. 272-78; Leila A. Sussmann, "Mass Political Letter Writing in America: The Growth of an Institution", *Public Opinion Quarterly* 23 (1959), p. 203-12.
40. Frances Perkins, *The Roosevelt I Knew* (Nova York: Viking, 1946), p. 113.
41. Franklin Delano Roosevelt, *First Fireside Chat* ("The Banking Crisis"), 12 de março de 1933.
42. Brown, *Manipulating the Ether*, p. 5, 11, 16, 18-19.

43. Perkins citado em Steve Fraser, “The ‘Labor Question’”, em Fraser e Gerstle, *The Rise and Fall of the New Deal Order*, p. 68-69.
44. Sarah T. Phillips, *This Land, This Nation: Conservation, Rural America, and the New Deal* (Nova York: Cambridge University Press, 2007), p. 61; Roosevelt citado em Bruce J. Schulman, *From Cotton Belt to Sunbelt: Federal Policy, Economic Development, and the Transformation of the American South* (Nova York: Oxford University Press, 1991), p. 3.
45. Beard, “The Historical Approach to the New Deal”, p. 11-12; George McJimsey, *Harry Hopkins: Ally of the Poor and Defender of Democracy* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987), 77; Ronald L. Numbers, “The Third Party: Health Insurance in America”, em Judith Walzer Leavitt e Ronald L. Numbers, ed., *Sickness and Health in America: Readings in the History of Medicine and Public Health* (Madison: University of Wisconsin Press, 1997), p. 273; Morris Fishbein, Editorial, *Journal of the American Medical Association* 99 (1932).
46. Franklin D. Roosevelt, *Franklin D. Roosevelt’s Own Story: Told in His Own Words from His Private and Public Papers*, seleção de Donald Day (Boston: Little, Brown, 1951), p. 202; Molly C. Michelmore, *Tax and Spend: The Welfare State, Tax Politics, and the Limits of American Liberalism* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2012), p. 5, 6, 10.
47. William Downs Jr., comp., *Stories of Survival: Arkansas Farmers during the Great Depression* (Fayetteville, AK: University of Arkansas Press, 2015), p. 183, 218-219, 226-227.
48. Manning Marable, *Malcolm X: A Life of Reinvention (Malcolm X: uma vida de reinvenções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013) (Nova York: Viking, 2011), p. 23-36; Gordon, *The Second Coming of the KKK*, p. 93-94; *The Portable Malcolm X Reader*, edição de Manning Marable e Garrett Felber (Nova York: Penguin, 2013), p. 3-33; Erik S. McDuffie, “The Diasporic Journeys of Louise Little: Grassroots Garveyism, the Midwest,

and Community Feminism”, *Women, Gender, and Families of Color* 4 (2016), p. 146-170.

49. Brown, *Manipulating the Ether*, p. 2-3.

50. David A. Taylor, *Soul of a People: the WPA Writers’ Project Uncovers Depression America* (Nova York: Wiley, 2009), 12. Consulte também Monty Noam Penkower, *The Federal Writers’ Project: A Study in Government Patronage of the Arts* (Urbana: University of Illinois Press, 1977); Jerre Mangione, *The Dream and the Deal: The Federal Writers’ Project, 1935-1943* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1983); Jerrold Hirsch, *Portrait of America: A Cultural History of the Federal Writers’ Project* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003).

51. James Truslow Adams, *The Epic of America*, com introdução de Howard Schneiderman (1931; New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 2012), p. xx; Jim Cullen, *The American Dream: A Short History of an Idea That Shaped a Nation* (Nova York: Oxford University Press, 2003), p. 3-4, 191-92; Allan Nevins, *James Truslow Adams: Historian of the American Dream* (Urbana: University of Illinois Press, 1968), 66-72. Sobre a peça de rádio, consulte Transcrições da Rádio WPA, 1936-1940, Biblioteca Pública de Nova York, Divisão de Teatro Billy Rose, Série XXV: O Épico da América; e Coleção do Projeto de Teatro Federal, Biblioteca do Congresso, Divisão de Música, Contêineres 873-874.

52. “Introduction: American Life Histories: Manuscripts from the Federal Writers’ Project, 1936-1940”, Biblioteca do Congresso. Consulte também Federal Writers’ Project, *These Are Our Lives, as Told by the People and Written by Members of the Federal Writers’ Project of the Works Progress Administration in North Carolina, Tennessee and Georgia* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1939). Linda Gordon, *Dorothea Lange: A Life Beyond Limits* (Nova York: Norton, 2010), p. 201.

53. Bruce J. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism: A Brief Biography with Documents* (Boston: Bedford

Books, 1995), p. 5-18; Brown, *Manipulating the Ether*, p; 37.

54. Phillips, *This Land, This Nation*, p. 151-69.

55. Lidia Ceriani e Paolo Verme, “The Origins of the Gini Index: Extracts from *Variabilità e Mutabilità* (1912) by Corrado Gini”, *Journal of Economic Inequality* v. 10 (2012), p. 421-443. Consulte também Anthony B. Atkinson e Andrea Brandolini, “Unveiling the Ethics behind Inequality Measurement”, *The Economic Journal* 125 (2015), p. 1-12.

56. Thomas Piketty e Emmanuel Saez, “Income Inequality in the United States, 1913-1998”, *Quarterly Journal of Economics* 118 (2003): 1-39; consulte tabela 2.

57. Jean-Guy Prevost, *A Total Science: Statistics in Liberal and Fascist Italy* (Montreal: McGill-Queens University Press, 2009), p. 204-7, 224-25, 250-51.

58. Katznelson, *Fear Itself*, p. 14; Kurth, *American Cassandra*, p. 285; Richard Wright, “The FB eye blues” (1949), *Harris Broadsides*, Repositório Digital de Brown, Biblioteca da Universidade Brown,

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:294360/>.

Consulte também William J. Maxwell, *F. B. Eyes: How J. Edgar Hoover’s Ghostreaders Framed African American Literature* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015).

59. Joshua Polster, *Stages of Engagement: U.S. Theatre and Performance, 1898-1949* (Nova York: Routledge, 2015), p. 220-221.

60. Os historiadores há muito questionam se o New Deal marcou uma continuação do experimento americano ou um afastamento temporário em relação a ele. Argumentos no sentido de que foi uma exceção incluem Cowie, *The Great Exception*. Para uma introdução excelente ao debate, consulte Fraser e Gerstle, *The Rise and Fall of the New Deal Order*. Os termos do debate derivam da ideia de que a política americana alterna entre épocas de liberalismo e épocas de conservadorismo, uma visão que muitos estudiosos desconsideraram recentemente, insistindo

que “os liberais e os conservadores estão sempre e essencialmente interligados” (Bruce J. Schulman, ed., *Making the American Century: Essays on the Political Culture of Twentieth-Century America* [New York: Oxford University Press, 2014], p. 5).

61. Alan Brinkley, *Liberalism and Its Discontents* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998), principalmente a introdução e “The Problem of American Conservatism”.

62. Adam Winkler, *Gunfight: The Battle over the Right to Bear Arms in America* (Nova York: Norton, 2011), p. 165-73.

63. Winkler, *Gunfight*, p. 63-65, 215-216; *U.S. v. Miller*, 307 U.S. 174 (1939).

64. James Ledbetter, *Unwarranted Influence: Dwight D. Eisenhower and the Military-Industrial Complex* (New Haven, CT: Yale University Press, 2011), p. 22-24; Kim Phillips-Fein, *Invisible Hands: The Making of the Conservative Movement from the New Deal to Reagan* (Nova York: Norton, 2009), p. 5.

65. Phillips-Fein, *Invisible Hands*, p. 14; Wendy Wall, *Inventing the “American Way”: The Politics of Consensus from the New Deal to the Civil Rights Movement* (Nova York: Oxford University Press, 2008), p. 55.

66. Sharon Beder, *Free Market Missionaries: The Corporate Manipulation of Community Values* (Londres: Routledge, 2006), p. 20; Richard S. Tedlow, “The National Association of Manufacturers and Public Relations during the New Deal”, *Business History Review* v. 50 (1976), p. 25-45.

67. Beder, *Free Market Missionaries*, p. 20.

68. Phillips-Fein, *Invisible Hands*, p. 13-22.

69. Donald T. Critchlow, *The Conservative Ascendancy: How the GOP Right Made Political History* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007), p. 9-10.

70. Stanley Kelley Jr., *Professional Public Relations and Political Power* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1956), p. 12-13, 44.

71. Ben Proctor, *William Randolph Hearst, Final Edition, 1911-1951* (Nova York: Oxford University Press, 2007), p. vii, 5, 195; Howard K. Beale, ed., *Charles A. Beard: Na Appraisal* (Lexington: University of Kentucky Press, 1954), p. 245-46.

72. Orson Welles. Depoimento realizado em Casablanca, 4 de maio de 1949, *Ferdinand Lundberg v. Orson Welles, Herman J Mankiewicz, and R.K.O. Radio Pictures, Inc.*, Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Sul de Nova York, Arquivo de Processos Civis n. Civ. 44-62, caixas: 700780A e 700781A, Arquivos Nacionais, Nova York. Em um ensaio publicado na *TNY* em 1971, Pauline Kael argumentou que as contribuições de Welles ao roteiro foram mínimas: Pauline Kael, “Raising Kane”, *TNY*, 20 e 27 de fevereiro de 1971. Mas o estudioso do cinema Robert L. Carringer, que trabalhou nos arquivos da RKO, demonstrou, em *The Making of Citizen Kane* (Berkeley: University of California Press, 1985), p. 21-22, 153n12, que Welles merecia mesmo os créditos pelo roteiro. Consulte também Robert L. Carringer, “The Scripts of ‘Citizen Kane’” *Critical Inquiry* 5 (1978), p. 369-400.

73. As duas melhores fontes de informação sobre o início da empresa são Whitaker & Baxter Campaigns, Inc., Records, Arquivos do Estado da Califórnia, Sacramento, Califórnia; e Carey McWilliams, “Government by Whitaker and Baxter”, *The Nation*, 14 e 21 de abril e 5 maio, 1951, p. 346-348, 366-369, 419-421.

74. Upton Sinclair, “I, Governor of California: And How I Ended Poverty – A True Story of the Future”, 4, https://depts.washington.edu/epic34/docs/I_governor_1934.pdf.

75. Possivelmente por lealdade a Robert Whitaker (tio de Clem Whitaker e amigo de Upton Sinclair), Sinclair nunca citou Whitaker e Baxter como autores dessa ruína política; ele não cita o nome da empresa em nenhum de seus relatos da campanha. Consulte, por exemplo, Upton Sinclair, *The Autobiography of Upton Sinclair* (Nova York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1962), p. 272.

76. Os relatos mais completos sobre a campanha podem ser encontrados em Sinclair, mas para a versão de Whitaker e Baxter, consulte Irwin Ross, “The Supersalesmen of California Politics: Whitaker and Baxter”, *Harper’s*, 1959, p. 56-57; Kelley, *Professional Public Relations and Political Power*, cap. 4; e principalmente Greg Mitchell, *The Campaign of the Century: Upton Sinclair’s Race for Governor of California and the Birth of Media Politics* (Nova York: Random House, 1992).
77. Mitchell, *The Campaign of the Century*, p. 128; Sinclair, “I, Candidate”, p. 145-46.
78. Upton Sinclair, *Love’s Pilgrimage: A Novel* (Nova York: Mitchell Kennerley, 1911), p. 650.
79. Sinclair, *I, Candidate for Governor: And How I Got Licked* (Nova York: Farrar & Rinehart, 1934), p. 44; sobre a publicação em série: James N. Gregory, introdução a uma reedição do livro de 1994 (Berkeley: University of California Press), p. x-xi. Sinclair também explicou como estava sendo derrotado enquanto era derrotado, em Upton Sinclair, *The Lie Factory Starts* (Los Angeles: End Poverty League, 1934).
80. Sinclair, *I, Candidate for Governor*, p. 144; Sinclair, *Autobiography*, p. 272.
81. Ross, “Supersalesmen”, p. 56-57; Carey McWilliams, “The Politics of Utopia [1946]”, em *Fool’s Paradise: A Carey McWilliams Reader*, edição de Dean Stewart e Jeannine Gendar (Santa Clara e Berkeley: Santa Clara University and Heyday Books, 2001), p. 65.
82. James Harding, *Alpha Dogs: The Americans Who Turned Political Spin into a Global Business* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2008), p. 64.
83. “The Partners”, *Time*, 26 de dezembro de 1955: “Em quase 25 anos, a empresa de Whitaker & Baxter gerenciou 75 campanhas políticas (apenas duas delas fora da Califórnia) e perdeu apenas cinco”. Consulte também Dan Nimmo, *The*

Political Persuaders: The Techniques of the Modern Election Campaign (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1970), p. 36.

84. McWilliams, “Government by Whitaker and Baxter”, 5 de maio de 1951, p. 419; Ross, “Supersalesmen”, p. 57; Clem Whitaker e Leone Baxter, “What Will We Do with the Doctor’s \$25.00?”, *Dallas Medical Journal*, abril de 1949, p. 57.

85. Kelley, *Professional Public Relations and Political Power*, p. 51; Ross, “Supersalesmen”, p. 58; McWilliams, “Government by Whitaker and Baxter”, 5 de maio de 1951, p. 419; Whitaker, discurso na Divisão de Los Angeles da Sociedade de Relações Públicas dos Estados Unidos, 13 de julho de 1948, citado em Kelley, *Professional Public Relations and Political Power*, p. 50.

86. Transcrições de histórias orais individuais de Clem Whitaker Jr. e Leone Baxter (a dela é intitulada “Mother of Political Public Relations”, gravadas em 1988 e 1972, respectivamente, por Gabrielle Morris, Escritório Regional de História Oral, Biblioteca Bancroft, Universidade da Califórnia, Berkeley, 57, 15; Kelley, *Professional Public Relations and Political Power*, p. 48-49; Whitaker, discurso na Divisão de Los Angeles da Sociedade de Relações Públicas dos Estados Unidos, 13 de julho de 1948; Leone Baxter, “Public Relations Precocious Baby”, *Public Relations Journal* v. 6 (1950), p. 22.

87. Clem Whitaker, “Professional Political Campaign Management”, *Public Relations Journal* v. 6 (1950): 19; Whitaker, discurso na Divisão de Los Angeles da Sociedade de Relações Públicas dos Estados Unidos, 13 de julho de 1948.

88. Bergmeier and Lotz, *Hitler’s Airwaves*, p. 3, 8-9.

89. Claude E. Robinson, *Straw Votes: A Study of Political Prediction* (Nova York: Columbia University Press, 1932), p. 46-51. Consulte também John M. Fenton, *In Your Opinion: The Managing Editor of the Gallup Poll Looks at Polls, Politics and the People from 1945 to 1960*, com prefácio de George Gallup (Boston: Little, Brown and Company, 1960), cap. 1; George Gallup e Saul Forbes Rae, *The Pulse of Democracy: The Public-*

Opinion Poll and How It Works (Nova York: Simon & Schuster, 1940), cap. 3.

90. Melvin G. Holli, *The Wizard of Washington: Emil Hurja, Franklin Roosevelt, and the Birth of Public Opinion Polling* (Nova York: Palgrave, 2002), p. 41-47.

91. Holli, *Wizard of Washington*, p. 47-48.

92. Memórias de George Gallup (1962-1963), coleção do Departamento de História Oral da Universidade de Columbia, p. 17-22; George Horace Gallup, “An Objective Method for Determining Reader Interest in the Content of a Newspaper”, tese para obtenção de PhD, Universidade de Iowa, 1928, p. 1-17, 55, 56; Wuthnow, *Inventing American Religion*, p. 54, 5-6.

93. Memórias de George Gallup, p. 101-15.

94. Gallup e Rae, *The Pulse of Democracy*; E. B. White, Talk of the Town, *TNY*, 13 de novembro de 1948; David W. Moore, *The Opinion Makers: An Insider Exposes the Truth Behind the Polls* (Boston: Beacon Press, 2008), 39.

95. Brown, *Manipulating the Ether*, p. 13; Michael Zalampas, *Adolf Hitler and the Third Reich in American Magazines, 1923-1939* (Bowling Green, OH: Bowling Green State University Popular Press, 1989), p. 43-44; Bergmeier e Lotz, *Hitler's Airwaves*, cap. 3.

96. Alguns usos representativos: “Britain Demands Russian Apology for Fake News”, *Chicago Daily Tribune*, 8 de dezembro de 1932; “Press Parley Acts to Bar Fake News”, *NYT*, 12 de novembro de 1933; “Fake News”, *Chicago Daily Tribune*, 3 de agosto de 1942 (este último é uma acusação do OWI, o Departamento de Informação de Guerra dos Estados Unidos).

97. Citado em Brown, *Manipulating the Ether*, p. 11, 14.

98. Frankfurter para Roosevelt, em *Roosevelt and Frankfurter: Their Correspondence, 1928-1945*, com notas de Max Freedman (Boston: Little, Brown, 1968), p. 214.

99. Franklin D. Roosevelt, discurso de aceitação da renomeação à presidência, Filadélfia, Pensilvânia, 27 de junho de 1936.
100. Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 19; Kataznelson, *Fear Itself*, p. 142.
101. Sarah E. Igo, *The Averaged American: Surveys, Citizens, and the Making of a Mass Public* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007), p. 138-39.
102. Kataznelson, *Fear Itself*, p. 166-168.
103. Citado em Brinkley, *The End of Reform*, p. 166-67.
104. Lembranças de George Gallup, 117-118; “Polls on Trial”, *Time*, 18 de novembro de 1940.
105. Lembranças de George Gallup, p. 120, 70-80; George Gallup, *Public Opinion in a Democracy* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 1939), p. 5, 15. Roper citado em Igo, *The Averaged American*, p. 121.
106. “Hurja Poll”, *Time*, 25 de maio de 1939; Gallup, *Public Opinion*, p. 1, 10.
107. Igo, *The Averaged American*, p; 169; Amy Fried, *Pathways to Polling: Crisis, Cooperation and the Making of Public Opinion Professions* (Nova York: Routledge, 2012), p. 68, 71, 73, 76-77, 146n7.
108. Por exemplo, “America’s Town Meeting of the Air: Personal Liberty and the Modern State”, vídeo do YouTube, 59:27, de um programa de rádio de 12 de dezembro de 1935, publicado por “A Room with a View” em 9 de novembro de 2014, <https://www.youtube.com/watch?v=jE6zSfGbzLE>; “America’s Town Meeting of the Air: Does America Need Compulsory Health Insurance?”, vídeo do YouTube, 59:50, de um programa de rádio de 15 de janeiro de 1940, publicado por “YSPH1” em 27 de fevereiro de 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=gKa2dYgqd68>; Brown, *Manipulating the Ether*, p. 149; Jamieson, *Presidential Debates*, p. 88.

109. Joel L. Swerdlow, *Beyond Debate: A Paper on Televised Presidential Debates* (Nova York: The Twentieth Century Fund, 1984), p. 27; Jamieson, *Presidential Debates*, p. 99.
110. Hadley Cantril e Gordon W. Allport, *The Psychology of Radio* (Nova York, Londres: Harper & Brothers, 1935), p. 20.
111. Joel A. Carpenter, *Revive Us Again: The Reawakening of American Fundamentalism* (Nova York: Oxford University Press, 1997), p. 21-24, 126-27.
112. Alan Brinkley, *Voices of Protest: Huey Long, Father Coughlin, and the Great Depression* (Nova York: Vintage Books, 1983), p. 135.
113. Brown, *Manipulating the Ether*, p. 84-86.
114. “Prof. J. H. Holmes of Swarthmore Declares That Laws Should Be ‘Altered More Easily’”, *NYT*, 28 de dezembro de 1931, p. 12; Kammen, *A Machine That Would Go of Itself*, p. 276.
115. “Hoover Lays Supreme Court Cornerstone”, *NYT*, 14 de outubro de 1932.
116. James F. Simon, *Roosevelt and Chief Justice Hughes: The President, the Supreme Court, and the Epic Battle over the New Deal* (Nova York: Simon & Schuster, 2012), p. 40.
117. *Ibid.*, p. 225, 235, 243, 246.
118. *Ibid.*, p. 254-256.
119. *Ibid.*, 258-64.
120. Cushman, *Courtwatchers*, p. 108-9, 130; James MacGregor Burns, *Packing the Court: The Rise of Judicial Power and the Coming Crisis of the Supreme Court* (Nova York: Penguin Press, 2009), p. 143, 143; James Mussatti, *New Deal Decisions of the United States Supreme Court* (Los Angeles: California Publications, 1936), p. v.
121. Burns, *Packing the Court*, p. 144; Simon, *Roosevelt and Chief Justice Hughes*, p. 307.
122. Simon, *Roosevelt and Chief Justice Hughes*, p. 301.

123. Citado em Brinkley, *The End of Reform*, p. 19-20.
124. Franklin Delano Roosevelt, *Fireside Chat*, 9 de março de 1937; Simon, *Roosevelt and Chief Justice Hughes*, p. 317, 324.
125. Alan Brinkley, "Introduction", *American Historical Review* v. 110 (2005), p. 1047; Simon, *Roosevelt and Chief Justice Hughes*, p. 327.
126. H. L. Mencken, "A Constitution for the New Deal" (Chicago: University of Chicago Press, 1960), p. 149-150; Laura Kalman, "The Constitution, the Supreme Court, and the New Deal", *American Historical Review* 110 (2005), p. 1052-1080.
127. Citado em Brinkley, *End of Reform*, p. 22, 65, 66.
128. Bergmeier e Lotz, *Hitler's Airwaves*, p. 23.
129. Dan D. Nimmo e Cheville Newsome, *Political Commentators in the United States: A Bio-Critical Sourcebook* (Westport, CT: Greenwood, 1997), p. 135-139.
130. Excertos de áudio podem ser encontrados em "The Munich Crisis", *Old Time Radio*, <http://www.otr.com/munich.html>
131. Citado em David Clay Large, *Between Two Fires: Europe's Path in the 1930s* (Nova York: Norton, 1990), p. 355.
132. Benjamin Naddaff-Hafrey, "Telling 'the Electrified Fable': Experimental Radio Drama, Interwar Social Psychology, and Imagining Invasion in *The War of the Worlds*", tese, Universidade de Harvard, 2013.
133. Citado em Brown, *Manipulating the Ether*, p. 247.
134. "23-Year-Old Author Aghast at Hysteria His Skit Created", *Atlanta Constitution*, 1 de novembro de 1938.
135. Citado em Brown, *Manipulating the Ether*, p. 226-227.
136. Dorothy Thompson, "On the Record", 14 de novembro de 1938, citado em Kurth, *American Cassandra*, p. 283. Consulte também Martin Gilbert, *Kristallnacht: Prelude to Destruction* (Nova York: HarperCollins, 2006).

137. Franklin D. Roosevelt, excertos da Coletiva de Imprensa, 5 de novembro de 1938.

Capítulo 12: A BRUTALIDADE DA MODERNIDADE

1. “World of Tomorrow, 1939 World’s Fair”, vídeo do YouTube, 9:27, de um noticiário de 1939, publicado por “PeriscopeFilm”, em 12 de maio de 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=HcfgvzwaDHc>.
2. James Mauro, *Twilight at the World of Tomorrow: Genius, Madness, Murder, and the 1939 World’s Fair on the Brink of War* (Nova York: Ballantine, 2010), p. xx; “Elektro, The Westinghouse Moto-Man”, vídeo do YouTube, 3:47, publicado por “RobynDexterNSteve”, em 2 de abril de 2008, <https://www.youtube.com/watch?v=soO9CR1NiZk>.
3. Mauro, *Twilight at the World of Tomorrow*, p. xxi, 142-154; E. B. White, “The World of Tomorrow”, em *One Man’s Meat* (Gardiner, ME: Tilbury House, 1997), p. 58-64 (citação, p. 58).
4. Mauro, *Twilight at the World of Tomorrow*, p. xxiii-xxiv.
5. Ibid., p. xx; *The Book of Record of the Time Capsule of Cupaloy* (Nova York: Westinghouse Electric & Manufacturing Company, 1938).
6. Albert Einstein, *Ideas and Opinions* (Nova York: Three Rivers Press, 1995), p. 18.
7. Robert A. Divine, *Second Chance: The Triumph of Internationalism in America During World War II* (Nova York: Atheneum, 1967), p. 29, 32, 41.
8. Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 398-399.
9. Citações de Meacham, *Franklin and Winston*, p. 134, e Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 392-393.
10. Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 429; Franklin D. Roosevelt, “Message to Congress on Appropriations for National Defense”, 12 de janeiro de 1939; Albert Einstein a Roosevelt, 2 de agosto

de 1939, reimpresso em William Lanouette com Bela Silard, *Genius in the Shadows: A Biography of Leo Szilard, the Man Behind the Bomb* (Nova York: Skyhorse Publishing, 2013), p. 211-213; Richard G. Hewlett e Oscar E. Anderson Jr., *The New World, 1939-1946 (A History of the United States Atomic Energy Commission)*, 2 v. (University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1962), v. 1, p. 20.

11. Citado em Daly, *Covering America*, p. 243.

12. Katznelson, *Fear Itself*, p. 282, 286.

13. Alan Brinkley, *Voices of Protest: Huey Long, Father Coughlin, and the Great Depression* (Nova York: Vintage, 1983), principalmente o Apêndice I: “The Question of Anti-Semitism and the Problem of Fascism.

14. Katznelson, *Fear Itself*, p. 56-57; Kurth, *American Cassandra*, p. 285-88.

15. Brown, *Manipulating the Ether*, p. 87.

16. Katznelson, *Fear Itself*, p. 276-277; “The War of 1939”, *Fortune*, outubro de 1939.

17. “The War of 1939” e “The *Fortune* Survey: Supplement on War”, *Fortune*, outubro de 1939. Consulte também Mary Gertina Feffer, “American Attitude toward World War II during the Period from September 1939 to December 1941”, dissertação de mestrado, Universidade Loyola, 1951, p. 35-64.

18. Lindbergh citado em Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 433.

19. Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 448; Vandenberg citado em Patel, *The New Deal*, p. 50.

20. Meacham, *Franklin and Winston*, p. x-xv, 44-46, 246 (citação).

21. Churchill citado em Kennedy, *Freedom from Fear*, 441.

22. Franklin D. Roosevelt, Discurso na Universidade de Virgínia, 10 de julho de 1940.

23. Willkie-McNary Speakers Manual, Registros da Campaigns Inc., Boxe 1, Pasta 53; Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 459.

24. Dorothy Thompson, "On the Record", *New York Herald Tribune*, 9 de outubro de 1940.
25. Departamento de Estado dos Estados Unidos, *Peace and War: United States Foreign Policy, 1931-1941* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1943), p. 571-772; Statement by the Secretary of State on the Tripartite Pact, 27 de setembro de 1940.
26. Pendleton Herring, *Presidential Leadership* (Nova York: Rinehart and Company, 1940), citado em Katznelson, *Fear Itself*, p. 8.
27. *Franklin Delano Roosevelt, Fireside Chat*, 29 de dezembro de 1940.
28. *The FBI's RACON: Racial Conditions in the United States During World War II*, edição de Robert A. Hill (Boston: Northeastern University Press, 1995), p. 2.
29. Roosevelt para Winston Churchill, 20 de janeiro de 1941, Documentos Adicionais de Churchill, Centro de Arquivos Churchill, Cambridge, Reino Unido; Churchill citado em Doris Kearns Goodwin, *No Ordinary Time: Franklin & Eleanor Roosevelt: The Home Front in World War II* (Nova York: Simon & Schuster, 1994), p. 213.
30. Goodwin, *No Ordinary Time*, p. 214.
31. Henry Luce, "The American Century", *Life*, fevereiro de 1941.
32. Citado em Max Wallace, *The American Axis: Henry Ford, Charles Lindbergh, and the Rise of the Third Reich* (Nova York: St. Martin's, 2003), p. 259.
33. Brown, *Manipulating the Ether*, p. 108-9; Wallace, *The American Axis*, p. 279.
34. Goodwin, *No Ordinary Time*, p. 214; Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 474-475, citando *NYT*, 12 de março de 1941.
35. Katznelson, *Fear Itself*, p. 313-314; Wallace, *The American Axis*, p. 274-275, 277, 289, 291; Critchlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 12.

36. Citado em Bacevich, *The New American Militarism*, p. 14-15.
37. Jon Meacham, *Franklin and Winston: An Intimate Portrait of an Epic Friendship* (Nova York: Random House, 2003), p. 105.
38. Ibid., p. 107-120; Roosevelt e Churchill, Atlantic Charter, 14 de agosto de 1941; Elizabeth Borgwardt, *A New Deal for the World: America's Vision for Human Rights* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005), p. 4-6.
39. Meacham, *Franklin and Winston*, p. 130.
40. Ibid., p. 131.
41. Franklin Delano Roosevelt, *Pearl Harbor Address to the Nation*, 8 de dezembro de 1941; Franklin Delano Roosevelt, *Fireside Chat*, 9 de dezembro de 1941.
42. Elaine Tyler May, "Rosie the Riveter Gets Married", em *The War in American Culture: Society and Consciousness during World War II*, edição de Lewis A. Erenberg e Susan E. Hirsch (Chicago: University of Chicago Press, 1996), 130; Patel, *The New Deal*, p. 261.
43. Patel, *The New Deal*, p. 262.
44. John Morton Blum, *V Was for Victory: Politics and American Culture During World War II* (Nova York: Harcourt Brace & Co., 1976), p. 91-94; Alan Brinkley, "World War II and American Liberalism", em Erenberg e Hirsch, *The War in American Culture*, p. 315; Patel, *The New Deal*, p. 262; John P. Broderick, "Business Dropping Off as Wage Scales Rise", *Wall Street Journal*, 1 de outubro de 1942.
45. Katznelson, *Fear Itself*, p. 337-339; Stone citado em Alan Brinkley, "The New Deal and the Idea of the State", em Fraser e Gerstle, *The Rise and Fall of the New Deal*, p. 103.
46. Brownlee, *Federal Taxation in America*, p. 124-148; Michelmore, *Tax and Spend*, p. 11-12; Thomas L. Hungerford, "Taxes and the Economy: An Economic Analysis of the Top Tax Rates Since 1945", Serviço de Pesquisa do Congresso, 14 de setembro de 2012.

47. Patel, *The New Deal*, p. 262-266; Katznelson, *Fear Itself*, p. 346-347.
48. Jytte Klausen, “Did World War II End the New Deal? A Comparative Perspective on Postwar Planning Initiatives”, em *The New Deal and the Triumph of Liberalism*, (Amherst, MA: University of Massachusetts Press, 2002), p. 197.
49. Allan M. Winkler, *The Politics of Propaganda: The Office of War Information, 1942-1945* (New Haven, CT: Yale University Press, 1978), p. 2-3.
50. Blum, *V Was for Victory*, p. 21-24.
51. Edmond Taylor, *The Strategy of Terror: Europe’s Inner Front* (Boston: Houghton Mifflin, 1940), p. 9, 211.
52. Blum, *V Was for Victory*, p. 30; Archibald MacLeish, *Collected Poems, 1917-1952* (Boston: Houghton Mifflin, 1952), p. 13.
53. Citado em Winkler, *The Politics of Propaganda*, p. 11-12.
54. Departamento de Fatos e Números, *Divide and Conquer* (Washington, DC: Office of Facts and Figures, 1942), p. 3.
55. Kurth, *American Cassandra*, p. 159; Dorothy Thompson, “Problems of Journalism”, 1935, citado em Michael J. Kirkhorn, “Dorothy Thompson: Withstanding the Storm” [Biblioteca da Universidade de Syracuse], *Courier* 22 (1988), p. 16.
56. Citado em Winkler, *The Politics of Propaganda*, p. 23.
57. Archibald MacLeish, *A Time to Act: Selected Addresses* (Boston: Houghton Mifflin, 1943), p. 23-31.
58. Winkler, *The Politics of Propaganda*, p. 42; Blum, *V Was for Victory*, p. 27, 22-23.
59. Gerd Horten, *Radio Goes to War: The Cultural Politics of Propaganda During World War II* (Berkeley: University of California Press, 2002), p. 2, 43-48.
60. Citações de Blum, *V Was for Victory*, p. 31-45.
61. Divine, *Second Chance*, p. 48; Meacham, *Franklin and Winston*, p. xviii.

62. Divine, *Second Chance*, p. 49-51, 63, 72, 104, 119.
63. Citações de Daly, *Covering America*, p. 272-274.
64. Citado em Blum, *V Was for Victory*, p. 67.
65. Katznelson, *Fear Itself*, p. 327-328.
66. Ibid., p. 339.
67. Richard Cahan e Michael Williams, *Un-American: The Incarceration of Japanese Americans During World War II: Images by Dorothea Lange, Ansel Adams, and Other Government Photographers* (Chicago: Cityfiles Press, 2016) — citações, p. 24-25; Jasmine Alinder, *Moving Images: Photography and the Japanese American Incarceration* (Urbana: University of Illinois Press, 2009), cap. 1; Linda Gordon, “Dorothea Lange Photographs the Japanese American Internment”, em *Impounded: Dorothea Lange and the Censored Images of the Japanese American Internment*, edição de Linda Gordon e Gary Y. Okihiro (Nova York: Norton, 2008), p. 5-45.
68. *Hirabayashi v. United States*, 320 U.S. 81 (1943); Mitchell T. Maki, Harry H. L. Kitano e S. Megan Berthold, *Achieving the Impossible Dream: How Japanese Americans Obtained Redress* (Urbana: University of Illinois Press, 1999), p. 35.
69. *Korematsu v. United States*, 323 U.S. 214 (1944); Maki et al., *Achieving the Impossible Dream*, p. 35-38.
70. Lewis, *W. E. B. Du Bois*, p. 554-56. A carta para Roosevelt foi reimpressa em Hill, *The FBI's RACON*, p. 1-2.
71. Blum, *V Was for Victory*, p. 184-185. Baldwin citado em Hill, *The FBI's RACON*, p. 30.
72. Pauli Murray, *The Negro Woman in the Quest for Equality* (Nova York, 1964); Rosalind Rosenberg, *Jane Crow: The Life of Pauli* (Nova York: Oxford University Press, 2017), p. 157-161; Mark V. Tushnet, *Making Civil Rights Law: Thurgood Marshall and the Supreme Court, 1936-1961* (Nova York: Oxford University Press, 1994), p. 123.

73. Bayard Rustin, entrevistado por Ed Edwin, 24 de janeiro de 1985, Nova York, NY, publicado como *The Reminiscences of Bayard Rustin* (Alexandria, VA: Alexander Street Press, 2003), v. 2, p. 43-46.
74. William H. Hastie e Thurgood Marshall, “Negro Discrimination and the Need for Federal Action [1942]”, em *Thurgood Marshall: His Speeches, Writings, Arguments, Opinions, and Reminiscences*, editado por Mark V. Tushnet (Chicago: Lawrence Hill Books, 2001), p. 80.
75. *Registro do Congresso*, v. 77, p. 7457 (1942).
76. Desclassificado em 1980, o relatório foi publicado na íntegra em 1997 como *The FBI’s RACON*. O memorando de Hoover de 22 de junho de 1942 aos agentes de campo foi reimpresso em um adendo, p. 622-624.
77. Thomas J. Sugrue, *Sweet Land of Liberty: The Forgotten Struggle for Civil Rights in the North* (Nova York: Random House, 2008), p. 63, 66-69.
78. Pauli Murray, “Mr. Roosevelt Regrets (Detroit Riot, 1943)”, em *Dark Testament and Other Poems* (Norwalk, CT: Silvermine, 1970), p. 34.
79. Rosenberg, *Jane Crow*, p. 157-161.
80. Franklin D. Roosevelt, “State of the Union Message to Congress”, 11 de janeiro de 1944; Katznelson, *Fear Itself*, p. 196, 221-222.
81. Brinkley, *The End of Reform*, p. 169; Gunnar Myrdal, *An American Dilemma* (Nova York: McGraw-Hill, 1964), p. 997.
82. Reed Ueda, “The Changing Path to Citizenship: Ethnicity and Naturalization during World War II”, em Erenberg e Hirsch, *The War in American Culture*, p. 202-3; Lary May, “Making the American Consensus: The Narrative of Conversion and Subversion in World War II Films”, em Erenberg e Hirsch, *The War in American Culture*, p. 71-72, 76.
83. Citado em Brinkley, *The End of Reform*, p. 167.

84. Divine, *Second Chance*, p. 157-159; Meacham, *Franklin and Winston*, p. 248-266.
85. Franklin Delano Roosevelt, "State of the Union Message to Congress", 11 de janeiro de 1944; Rauchway, *The Great Depression and the New Deal*, p. 127.
86. Borgwardt, *A New Deal for the World*, p. 50; Patel, *The New Deal*, p. 268; Brinkley, *The End of Reform*, p. 129-135.
87. Brinkley, *The End of Reform*, p. 141; Gerstle, *American Crucible*, p. 158.
88. "States Moving to Limit U.S. Taxing Power", *Chicago Tribune*, 12 de março de 1939.
89. Godfrey N. Nelson, "Ceiling Is Sought for Federal Taxes", *NYT*, 3 de outubro de 1943.
90. Michelmore, *Tax and Spend*, p. 34.
91. *Expenditures by Corporations to Influence*. Um relatório do Comitê Especial da Câmara sobre atividades de lobby, Câmara dos Deputados, 81º Congresso, Segunda Sessão. Criado conforme a Resolução n. 298. 13 de outubro de 1950, p. 50; Martin, "Redistributing Toward the Rich", p. 15-16; Michelmore, *Tax and Spend*, p. 33-34.
92. "D-Day: 'The Great Crusade'", programa multimídia, <https://www.army.mil/d-day/history.html#>.
93. Citado em Borgwardt, *A New Deal for the World*, p. 95.
94. Moser, *The Global Great Depression*, p. 2.
95. Hoover citado em Katznelson, *Fear Itself*, p. 235-236.
96. Citado em Brinkley, *The End of Reform*, p. 158-159.
97. Citado em Crichtlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 15-16.
98. Alan Brinkley, "World War II and American Liberalism", em Erenberg e Hirsch, *The War in American Culture*, p. 321; Brinkley, *The End of Reform*, p. 164-165.
99. Allen J. Matusow, *The Unraveling of America: A History of Liberalism in the 1960s* (Athens: University of Georgia Press,

1984, 2009), p. 5-6.

100. S. M. Plokhy, *Yalta: The Price of Peace* “Yalta: o preço da paz” (Nova York: Viking, 2010), p. 4-6, 18-19.

101. Whittaker Chambers, *Ghosts on the Roof: Selected Journalism*, edição e introdução de Terry Teachout (Washington, DC: National Book Network, 1989), p. xxxiv-xxxv, 111-15.

102. Plokhy, *Yalta*, p. xxiv, 36, 91.

103. Franklin D. Roosevelt, discurso ao Congresso sobre a Conferência de Yalta, 1º de março de 1945.

104. Citado em Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 806-808.

105. Brown, *Manipulating the Ether*, p. 125; Meacham, *Franklin and Winston*, p. 345.

106. “Buchenwald: Report from Edward R. Murrow”, 16 de abril de 1945, <http://www.jewishvirtuallibrary.org/report-from-edward-r-murrow-on-buchenwald>, acesso em 22 de julho de 2017.

107. Daly, *Covering America*, p. 234, 250, 252.

108. Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 797.

109. “Buchenwald: Report from Edward R. Murrow”.

110. Citado em Peter S. Novick, *The Holocaust in American* (Boston: Houghton Mifflin, 1999), p. 65.

111. General Eisenhower ao General Marshall sobre sua visita a um campo de concentração próximo a Gotha (Ohrdruf) na Alemanha, 15 de abril de 1945, ênfase do original, Documentos de Dwight D. Eisenhower antes da presidência, Arquivo Principal (caixa 80, Marshall George C.), Biblioteca Presidencial, Museu e Casa de Infância de Dwight D. Eisenhower.

112. Novick, *The Holocaust in American Life*, p. 63-65.

113. Daly, *Covering America*, p. 286.

114. Henry Stimson a Harry S. Truman, 24 de abril de 1945, documentos de Truman, Arquivo Confidencial, Departamento de Guerra, caixa 1, Giangreco, Dennis. Correspondência entre Harry S. Truman, George C. Marshall, Henry Stimson e outros a

respeito da estratégia para o fim da guerra contra o Japão, 1945, Biblioteca e Museu Harry S. Truman Library.

115. Plokhy, *Yalta*, p. 71-72, 228, 381, 392-93.

116. Mauro, *Twilight at the World of Tomorrow*, p. xx.

117. Divine, *Second Chance*, prólogo, p. 299.

118. Borgwardt, *A New Deal for the World*, p. 7, 11, 79; Winkler, *The Politics of Propaganda* 155-156.

119. H. G. Wells, *The World Set Free: A Story of Mankind* (Nova York: Dutton, 1914), p. 63-64.

120. Uma petição ao presidente dos Estados Unidos, 17 de julho de 1945, Biblioteca e Museu Truman, citado em Dan Zak, *Almighty: Courage, Resistance, and Existential Peril in the Nuclear Age* (Nova York: Blue Rider Press, 2016), p. 68-69.

Sobre Szilard e Wells, consulte Philip L. Cantelon et al., ed., *The American Atom: A Documentary History of Nuclear Policies from the Discovery of Fission to the Present, 1939-1984* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1984), p. 3-7.

121. Divine, *Second Chance*, p. 283.

122. *Watchtower Over Tomorrow*, dir. Alfred Hitchcock, Departamento de Informação de Guerra, 1945.

123. William M. Rigdon, "President's Trip to the Berlin Conference (July 6, 1945 to August 7, 1945)", Biblioteca e Museu Harry S. Truman.

Capítulo 13: UM MUNDO DE CONHECIMENTO

1. John Hersey, “Hiroshima”, *TNY*, 31 de agosto de 1946.
2. Paul Boyer, *By the Bomb’s Early Light: American Thought and Culture at the Dawn of the Atomic Age* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1985, 1991), p. 3; James T. Patterson, *Grand Expectations: The United States, 1945-1974* (Nova York: Oxford University Press, 1996), p. 3-4.
3. Editorial, *Newsweek*, 20 de agosto de 1945; Boyer, *By the Bomb’s Early Light*, p. 3, 7, 22.
4. T. R. Kennedy Jr., “Electronic Computer Flashes Answers, May Speed Engineering”, *NYT*, 15 de fevereiro de 1946.
5. Alan Turing, “On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem”, *Proceedings of the London Mathematical Society* 41 (1936), p. 241.
6. Martin Campbell-Kelly et al., *Computer: A History of the Information Machine* (Boulder, CO: Westview Press, 2014), p. 41; Grace Murray Hopper, “The Education of a Computer”, *Proceedings of the Association for Computing Machinery Conference* (maio 1952), p. 271-81.
7. Isaacson, *The Innovators*, p. 45-46, 50-52, 72-75, 76-79, 96, 112.
8. *Ibid.*, 219.
9. Vannevar Bush, *Science, the Endless Frontier* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1945), p. 10, 19.
10. Audiências sobre legislação científica (S. 1297 e leis relacionadas): Audiências de um subcomitê do Comitê de Assuntos Militares, Senado, 79º Congresso, Primeira sessão, conforme a Resolução 107 (78º Congresso) e a Resolução 146 (79º Congresso) do Senado autorizando um estudo das

possibilidades de melhoria da mobilização de recursos naturais nacionais dos Estados Unidos (Washington, DC: The Committee, 1945), p. 144. Consulte também Jessica Wang, “Liberals, the Progressive Left, and the Political Economy of Postwar American Science: The National Science Foundation Debate Revisited”, *Historical Studies in the Physical and Biological Sciences* 26 (1995), p. 139-66.

11. Albert Einstein, “The Real Problem Is in the Hearts of Men”, entrevista a Michael Amrine, *NYT*, 23 de junho de 1946; Jessica Wang, “Scientists and the Problem of the Public in Cold War America, 1945-1960”, *Osiris* 17 (2002), p. 323-7; Wang, “Liberals, the Progressive Left, and the Political Economy of Postwar American Science”; Jessica Wang, *American Science in an Age of Anxiety: Scientists, Anticommunism, and the Cold War* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1999); Federação dos Cientistas Atômicos, *One World or None: A Report to the Public on the Full Meaning of the Atomic Bomb* (Nova York: McGraw-Hill, 1946), p. 77.

12. Isaacson, *The Innovators*, p. 112-15; Kennedy, “Electronic Computer Flashes Answers, May Speed Engineering”.

13. Kennedy, *Freedom from Fear*, p. 786-87; Hilary Herbold, “Never a Level Playing Field: Blacks and the GI Bill”, *Journal of Blacks in Higher Education* 6 (inverno de 1994-1995), p. 104.

14. Lizabeth Cohen, *A Consumers’ Republic: The Politics of Mass Consumption in Postwar America* (Nova York: Vintage, 2004), p. 119, 214.

15. John Updike, *Collected Poems 1953-1993* (Nova York: Knopf, 1993), p. 270.

16. Randy Bright, *Disneyland: Inside Story* (Nova York: Harry N. Abrams, 1987), caps. 1 e 2 (citação, p. 73).

17. Elaine Tyler May, “Cold War — Warm Hearth: Politics and the Family in Postwar America”, em Fraser e Gerstle, *The Rise and Fall of the New Deal Order*, p. 153-181 (citação, p. 161). Consulte

também Elaine Tyler May, “Rosie the Riveter Gets Married”, em Erenberg e Hirsch, *The War in American Culture*, p. 128-143.

18. Cohen, *Consumers’ Republic*, p. 137-142; Margot Canaday, “Building a Straight State: Sexuality and Social Citizenship under the 1944 G.I. Bill”, *JAH* 90 (2003), p. 936-57.

19. Herbold, “Never a Level Playing Field”, p. 104-108.

20. Patterson, *Grand Expectations*, p. 26-27, 333; Matusow, *The Unraveling of America*, p. xii; William E. Leuchtenburg, “Consumer Culture and Cold War: American Society, 1945-1960”, em *The Unfinished Century: America Since 1900* (Boston: Little, Brown, 1973), p. 750.

21. Patterson, *Grand Expectations*, p. 23; Langston Hughes, “Adventures in Dining”, *Chicago Defender*, 2 de junho de 1945, reimpresso em *Langston Hughes and the Chicago Defender: Essays on Race, Politics, and Culture, 1942-62*, edição de Chris C. De Santis (Urbana: University of Illinois Press, 1995), p. 55-56.

22. Sugrue, *Sweet Land of Liberty*, p. 99-100.

23. Harry S. Truman, “Special Message to the Congress Recommending a Comprehensive Health Program”, Washington, DC, 19 de novembro de 1945.

24. Carey McWilliams, “The Education of Earl Warren”, *The Nation*, 12 de outubro de 1974; sobre o pedido de desculpas, consulte G. Edward White, *Earl Warren: A Public Life* (Nova York: Oxford University Press, 1982), p. 76, 81; o choro durante uma entrevista de 1972 é mencionado por Paul Finkelman na entrada sobre Warren em *American National Biography On-line*; Clem Whitaker, Plano de Campanha para Earl Warren, 1942, em *Campaigns, Inc.*, Registros, caixa 1, pasta 3, p. 2-3; Earl Warren, *The Memoirs of Chief Justice Earl Warren* (1977; Lanham, MD: Madison Books, 2001), p. 163-165; Whitaker, história oral, p. 48-49.

25. Warren, *The Memoirs of Chief Justice Earl Warren*, p. 187-188.

26. Baxter, história oral, 1972, p. 89; White, *Earl Warren*, p. 112. Mas consulte também as tentativas de McWilliams de entender a transformação política de Warren, incluindo McWilliams, “Strange Doings in California”, fevereiro de 1945, em *Fool’s Paradise*, p. 210; McWilliams, “The Education of Earl Warren”, *The Nation*, 12 de outubro de 1974, p. 325-326; e McWilliams para Freda Kirchwey, 12 de outubro de 1947, Registros da *The Nation*, Biblioteca Houghton, Harvard, Boxe 25, pasta 4953.
27. McWilliams, “Government by Whitaker and Baxter”, 21 de abril de 1951, p. 366-367; Whitaker de *Medical Economics* (1948) citado em Kelley, *Professional Public Relations and Political Power*, p. 57; Whitaker, história oral, 1988-1989, p. 14-16.
28. Campaigns, Inc., Registros, Associação Médica da Califórnia, 1945-1949, caixa 5, pasta 20.
29. Warren, *The Memoirs of Chief Justice Earl Warren*, p. 188.
30. “The Yalta Conference”, Projeto Avalon. David F. Trask, “The Imperial Republic: America in World Politics, 1945 to the Present”, em Leuchtenberg, *The Unfinished Century*, p. 583; George Kennan ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, telegrama, 22 de fevereiro de 1946; Winston Churchill, “Sinews of Peace”, Fulton, Missouri, 5 de março de 1946.
31. John Lewis Gaddis, *The Cold War: A New History* (Nova York: Penguin, 2005), p. 9-10.
32. Harry S. Truman, “Special Message to the Congress on Greece and Turkey: The Truman Doctrine”, Washington, DC, 12 de março de 1947; Trask, “The Imperial Republic”, p. 577-587, 597.
33. Zelizer, *Arsenal of Democracy*, p. 66; John A. Farrell, *Richard Nixon: The Life* (Nova York: Doubleday, 2017), p. 23, 34-38.
34. Brinkley, *The End of Reform*, p. 201; Nelson Lichtenstein, “From Corporatism to Collective Bargaining: Organized Labor and the Eclipse of Social Democracy During the Postwar Era”, em Fraser e Gerstle, *The Rise and Fall of the New Deal Order*, p. 122-152; Farrell, *Richard Nixon*, p. 83-84.

35. Zelizer, *Arsenal of Democracy*, p. 63-66, 68-71; James T. Patterson, *America in the Twentieth Century: A History*, 5. ed. (Fort Worth, TX: Harcourt College Publishers, 2000), p. 314.
36. Patel, *The New Deal*, p. 279; William D. Hartung, *Prophets of War: Lockheed Martin and the Making of the Military-Industrial Complex* (Nova York: Nation Books, 2011, 2012), p. 29, 43-47, 52-59, 252, 259, 263.
37. Zelizer, *Arsenal of Democracy*; Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 312. Consulte também Michael S. Sherry, *In the Shadow of War: The United States Since the 1930s* (New Haven, CT: Yale University Press, 1995).
38. Kennan citado em Gaddis, *The Cold War*, p. 47.
39. Gaddis, *The Cold War*, p. 39.
40. John L. Boies, *Buying for Armageddon: Business, Society, and Military Spending Since the Cuban Missile Crisis* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1994), p. 1. Faulkner citado em Schulman, *From Cotton Belt to Sunbelt*, p. 135, e, de modo geral, consulte o cap. 6.
41. Chambers, *Ghosts on the Roof*, p. xxxvi-xxxvii.
42. Farrell, *Richard Nixon*, 98, p. 115-24.
43. Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 161.
44. Ibid., p. 317; Michael Straight, "Truman Should Quit", *TNR*, 5 de abril de 1948.
45. *National Party Conventions*, p. 96-97.
46. Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 319.
47. Citado em Michael A. Genovese e Matthew J. Streb, ed., *Polls and Politics: The Dilemmas of Democracy* (Albany: State University of New York Press, 2004), p. 18.
48. Gallup citado em Lindsay Rogers, *The Pollsters: Public Opinion, Politics, and Democratic Leadership* (Nova York: Knopf, 1949), p. vi.
49. Fried, *Pathways to Polling*, p. 79-80.

50. Herbert Blumer, "Public Opinion and Public Opinion Polling", *American Sociological Review* v. 13 (1948), p. 524-549.
51. Rogers, *The Pollsters*, p. vi, 37, 46, 61, 65, 71. Sobre Rogers, consulte Amy Fried, "The Forgotten Lindsay Rogers and the Development of American Political Science", *APSR* 100 (2006), p. 555-556. Embora *The Pollsters* tenha aparecido em 1949, Rogers o escreveu em 1948, antes das eleições.
52. Fredrick Mosteller et al., *The Pre-Election Polls of 1948: Report to the Committee on Analysis of Pre-election Polls and Forecasts* (Nova York: Social Science Research Council, 1949), p. vii, Apêndice A.
53. Wang, *American Science in an Age of Anxiety*, p. 39-40.
54. Wang, "Liberals, the Progressive Left, and the Political Economy of Postwar American Science", p. 156-164.
55. "Summary of Conclusions and Proposals", *APSR* 44 (setembro de 1950), p. 1-14 (citação, p. 14). Consulte também Evron M. Kirkpatrick, "'Toward a More Responsible Two-Party System': Political Science, Policy Science, or Pseudo-Science?", *APSR* 65 (dezembro de 1971), p. 965-990.
56. Dewey citado em V. O. Key, *Politics, Parties and Pressure Groups* (Nova York: Thomas Y. Crowell Company, 1942), p. 220-221.
57. "Medicine Show", *Washington Post*, 30 de agosto de 1949; McWilliams, "Government by Whitaker and Baxter", 14 de abril de 1951, p. 346. Uma transição intitulada "AMA's Plan of Battle: An Outline of Strategy and Policies in the Campaign against Compulsory Health Insurance", e identificada como escrita por W&B, Diretores da Campanha Nacional de Educação da AMA, 12 de fevereiro de 1949, Campaigns, Inc., Registros, caixa 9, pasta 27, p. 2. Sobre os números de panfletos, consulte Whitaker e Baxter, "What Will We Do with the Doctor's \$25.00?", *Dallas Medical Journal*, abril de 1949. Daniel Cameron à Campanha Nacional de Educação, 3 de setembro de 1949, em Campaigns, Inc., Registros, caixa 9, pasta 40.

58. Procedimentos de campanha, Campaigns, Inc., Registros, caixa 9, pasta 27. “AMA’s Plan of Battle”, p. 1; Whitaker, “Professional Political Campaign Management”, p. 19 — uma cópia da versão impressa está em Campaigns, Inc., Registros, caixa 9, pasta 26; McWilliams, “Government by Whitaker and Baxter”, 21 de abril de 1951, p. 368.
59. “Plan of Campaign Against Compulsory Health Insurance”, escrito por W&B e datado de 8 de janeiro de 1949 (CONFIDENCIAL: NÃO PUBLICAR), Campaigns, Inc., Registros, caixa 9, pasta 27.
60. I. Isquith, farmacêutico, Stamford, NY, para NEC, 22 de maio de 1949, Campaigns, Inc., Registros, caixa 9, pasta 40. Whitaker e Baxter gastaram \$ 4.678.000,00, de acordo com Ross, “Supersalesmen”, p. 60.
61. “Truman Blames A.M.A. for Defeat of Security Bill”, *Boston Globe*, 22 de maio de 1952.
62. Farrell, *Richard Nixon*, p. 98, 115-124.
63. Richard Nixon, “The Hiss Case: A Lesson for the American People [26 de janeiro de 1950]”, em *Speeches, Writings, Documents*, edição e introdução de Rick Perlstein (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010), p. 19-59.
64. Rick Perlstein, *Nixonland: The Rise of a President and the Fracturing of America* (Nova York: Scribner, 2008), 34; Farrell, *Richard Nixon*, p. 159.
65. Farrell, *Richard Nixon*, p. 143.
66. Geoffrey R. Stone, *Perilous Times: Free Speech in Wartime, from the Sedition Act of 1798 to the War on Terrorism* (Nova York: Norton, 2004), p. 331.
67. David K. Johnson, *The Lavender Scare: The Cold War Persecution of Gays and Lesbians in the Federal Government* (Chicago: University of Chicago Press, 2004), p. 19.
68. *Ibid.*, p. 21, 79-80, 86-87.

69. Robert Griffith, *The Politics of Fear: Joseph R. McCarthy and the Senate* (Lexington: University Press of Kentucky, 1970), p. 60; Arthur Herman, *Joseph McCarthy: Reexamining the Life and Legacy of America's Most Hated Senator* (Nova York: Free Press, 2000), p. 135.
70. Fitzgerald, *Highest Glass Ceiling*, p. 109, 115; Farrell, *Richard Nixon*, p. 163.
71. Congresso dos Estados Unidos, Senado, Comitê de Despesas nos Departamentos Executivos, Subcomitê de Investigações, *Employment of Homosexuals and Other Sex Perverts in Government*, 81º Congresso, Segunda Sessão. (1950).
72. Johnson, *The Lavender Scare*, p. 25-34, 93, 114-116. Consulte também Aaron Lecklider, *Inventing the Egghead: The Battle over Brainpower in American Culture* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2013), cap. 7.
73. Stephen J. Whitfield, *The Culture of the Cold War* (Baltimore: John Hopkins University Press, 1996), p. 2-4.
74. *Dennis v. United States*, 341 U.S. 494 (1951); Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 323-334.
75. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 43-48.
76. Arthur M. Schlesinger e Alfred D. Chandler, *The Vital Center: The Politics of Freedom* (Boston: Houghton Mifflin, 1949); Lionel Trilling, *The Liberal Imagination* (Nova York: Viking, 1950), p. ix. Consulte também Matusow, *The Unraveling of America*, p. 3-5.
77. Critchlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 2-7.
78. “Socialized Medicine ‘Opiate,’ 200 Physicians Warned Here”, *Boston Globe*, 28 de março de 1949. Consulte também “Welfare State Hit as a Slave State”, *NYT*, 12 de novembro de 1949.
79. Richard M. Weaver, *Ideas Have Consequences* (1948; Chicago: University of Chicago Press, 2013), p. 4-12 e principalmente o cap. 2.

80. Russell Kirk, *The Conservative Mind, from Burke to Santayana* (Chicago: H. Regnery, 1953), p. 3, 4, 8; Critchlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 19-22.
81. George H. Nash, *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945* (Nova York: Basic Books, 1976), p. 72, 142, 150-51; William Buckley, “Publisher’s Statement”, *National Review*, 19 de novembro de 1955.
82. Catherine E. Rymph, *Republican Women: Feminism and Conservatism from Suffrage through the Rise of the New Right* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006), p. 113, 117.
83. Perlstein, *Nixonland*, p. 85.
84. Rymph, *Republican Women*, p. 138, 162.
85. Ibid., p. 94, 107, 117, 131-138.
86. Kennan citado em Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 324.
87. Ira Chinoy, “Battle of the Brains: Election-Night Forecasting at the Dawn of the Computer Age”, tese PhD, Universidade de Maryland, 2010, p. 244-245, 256, 260.
88. “Briefs...”, *Journal of Accountancy* 92 (1951), p. 142; Cohen, *Consumers’ Republic*, p. 292-344.
89. “8-Foot ‘Genius’ Dedicated”, *NYT*, 15 de junho de 1951.
90. Saval, *Cubed*, p. 128-131, 144-147; C. Wright Mills, *White Collar: The American Middle Classes* (Nova York: Oxford University Press, 1951), p. 209. A citação é de um conto de Melville intitulado “The Paradise of Bachelors and the Tartarus of Maids”, publicado na *Harper’s* em 1855 (volume 10; citação, p. 675).
91. Mills discute “The Cheerful Robot” em *The Sociological Imagination* (Nova York: Oxford University Press, 1959, 2000), p. 171-176, mas faz uma introdução já em *White Collar*, em uma seção intitulada “The Morale of the Cheerful Robot” (p. 233-234).
92. Chinoy, “Battle of the Brains”, p. 206-207.

93. Whitaker e Baxter a Carey McWilliams, 1º maio 1951, em Campaigns Inc. Registros, caixa 10, pasta 3; McWilliams, “Government by Whitaker and Baxter”, 5 de maio de 1951, p. 420; McWilliams, “Government by Whitaker and Baxter”, 21 de abril de 1951, p. 368; Frances Burns, “Mass. General Chief, Dr. Means, Quits AMA Over Health Insurance”, *Boston Globe*, 21 de junho de 1951. Whitaker e Baxter relataram e McWilliams revelou que fora enviada, anonimamente, ao presidente da AMA, “provavelmente por alguém que acha que W&B deveriam ser demitidos imediatamente!” (Whitaker e Baxter a Carey McWilliams, 1º de maio de 1951). Editorial, “Whitaker and Baxter Bow Out”, *New England Journal of Medicine*, 247 (1951), p. 577.
94. Larry J. Sabato, *The Rise of Political Consultants: New Ways of Winning Elections* (Nova York: Basic Books, 1981), p. 112, 113, 117, 114; Cidadãos por Eisenhower, “Eisenhower Answers America”, *The Living Room Candidate: Presidential Campaign Commercials 1952-2016*, Museu da Imagem em Movimento.
95. Johnson, *Lavender Scare*, p. 121-122; Lecklider, *Inventing the Egghead*, p. 206-207; Daly, *Covering America*, p. 290.
96. Perlstein, *Nixonland*, p. 35-36; Farrell, *Richard Nixon*, p. 199-200; Bernard Schwartz e Stephan Leshner, *Inside the Warren Court* (Garden City, NY: Doubleday, 1983), p. 17.
97. Richard Nixon, Discurso Chekers, 23 de setembro de 1952.
98. “23 Professors Score Nixon Campaign Fund”, *Columbia Spectator*, 6 de outubro de 1952. Consulte também Philip Ranlet, *Richard B. Morris and American History in the Twentieth Century* (Dallas: University Press of America, 2004), p. 63-65. Consulte Farrell, *Richard Nixon*, p. 200.
99. Perlstein, *Nixonland*, p. 41; Farrell, *Richard Nixon*, p. 194-195.
100. Perlstein, *Nixonland*, p. 38-43; Farrell, *Richard Nixon*, p. 198-199.
101. Farrell, *Richard Nixon*, p. 208.
102. Chinoy, “Battle of the Brains”, p. 194-196, 210.

103. Ibid., p. 369-388. Consulte também “CBS News Election Coverage: November 4, 1952”, vídeo do YouTube, 31:02, publicado por “NewsActive3”, em 17 de dezembro de 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=5vjD0d8D9Ec>; Wuthnow, *Inventing American Religion*, p. 64.
104. Murrow, citado em Ibo, *Averaged American*, p. 180-181.
105. C. Wright Mills, “The Mass Society” em *The Power Elite* (Nova York: Oxford University Press, 1956), p. 298-324.
106. Farrell, *Richard Nixon*, p. 222.
107. “A Report on Senator Joseph R. McCarthy”, *See It Now*, CBS, 9 de março de 1954.
108. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 47-49.
109. Farrell, *Richard Nixon*, p. 225.
110. Sydney E. Ahlstrom e Daniel Aaron, *A Religious History of the American People* (New Haven, CT: Yale University Press, 1972), p. 952.
111. FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 145, 236, 169; Whitfield, *Culture of the Cold War*, p. 87, 77.
112. FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 170, 177, 186; Whitfield, *Culture of the Cold War*, p. 80-81.
113. FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 204, 184-85; Whitfield, *Culture of the Cold War*, p. 88.
114. Marc Linder, “Eisenhower-Era Marxist-Confiscatory Taxation: Requiem for the Rhetoric of Rate Reduction for the Rich”, *Tulane Law Review* 70 (1995–96), p. 905.
115. Whitfield, *The Culture of the Cold War*, p. 23-24. Leuchtenberg, “Consumer Culture and Cold War”, p. 763; David M. Oshinsky, *Polio: An American Story* (Nova York: Oxford University Press, 2005), p. 217-18.
116. Ledbetter, *Unwarranted Influence*, p. 45-46; Zak, *Almighty*, p. 47-49; *The Future of the U.S. Military Ten Years After 9/11 and*

the Consequences of Defense Sequestration: Prepared for the Use of the Committee on Armed Services of the House of Representatives (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 2011), p. 35.

117. O ano era 1938, e o assunto era como as democracias deviam responder a ditaduras, <http://xroads.virginia.edu/~1930s/Radio/TownMeeting/TownMeeting.html>.

118. Newton N. Minow e Craig L. LaMay, *Inside the Presidential Debates: Their Improbable Past and Promising Future* (Chicago: University of Chicago Press, 2008), p. 18-19; “Adlai Stevenson and Estes Kefauver — First Televised Debate, 1956”, transmitido por WTVJ em 21 de maio de 1956.

119. “GOP Calls Debate ‘Flop’”, *NYT*, 23 de maio de 1956; Minow e LaMay, *Inside the Presidential Debates*, p. 20.

120. William E. Porter, *Assault on the Media: The Nixon Years* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 1976), p. 9-17; Farrell, *Richard Nixon*, p. 206-207, 217, 233-234.

121. Richard Rovere, “Letter from San Francisco”, *TNY*, 1 de setembro de 1956; Herbert M. e William R. Ross, *Politics Battle Plan* (Nova York: Macmillan, 1968), 258. Sobre a Proposta 4, consulte os arquivos em Campaigns, Inc., Registros, caixa 29, pastas 23-25.

122. Farrell, *Richard Nixon*, p. 243. Perlstein, *Nixonland*, p. 46.

123. Cidadãos por Eisenhower, “Cartoon Guy”, *The Living Room Candidate: Presidential Campaign Commercials 1952-2016*, Museu da Imagem em Movimento.

124. Anúncio televisivo do Comitê Nacional Democrata, “The Man from Libertyville”, disponível para visualização na exposição on-line *The Living Room Candidate: Presidential Campaign Commercials 1952-2016*, Museu da Imagem em Movimento.

125. Whitfield, *Culture of the Cold War*, p. 21.

126. *Ibid.*, p. 155-160.

127. *Desk Set (Amor eletrônico)*, direção de Walter Lang (20th Century Fox, 1957); *The Desk Set: Screenplay*, roteiro, 14 de março de 1957.
128. Linda Greenhouse, “Thurgood Marshall, Civil Rights Hero, Dies at 84”, *NYT*, 25 de janeiro de 1993; Michael D. Davis e Hunter R. Clark, *Thurgood Marshall: Warrior at the Bar, Rebel on the Bench* (Nova York: Carol Publishing Group, 1992), p. 9.
129. Greenhouse, “Thurgood Marshall, Civil Rights Hero, Dies at 84”; Davis e Clark, *Thurgood Marshall*, p. 9, 160-165.
130. *Brown v. Board of Education*, 347 U.S. 483 (1954).
131. Leuchtenberg, “Consumer Culture and Cold War”, p. 765; Mary L. Dudziak, “Desegregation as a Cold War Imperative”, *Stanford Law Review* 41 (1988–89), p. 81-93, 111.
132. Michael J. Klarman, *Brown v. Board of Education and the Civil Rights Movement* (Nova York: Oxford University Press, 2007), cap. 3.
133. “Supreme Court: Memo from Rehnquist”, *Newsweek*, 13 de dezembro de 1971. Para informações sobre como a notícia sobre o memorando vazou, consulte Jill Lepore, “The Great Paper Caper”, *TNY*, 2 de dezembro de 2014, e minha nota sobre fontes em https://scholar.harvard.edu/files/jlepore/files/lepore_great_paper_caper_bibliography.pdf.
134. Klarman, *Brown v. Board of Education and the Civil Rights Movement*, cap. 3.
135. Em uma nota de rodapé, Warren escreveu, “Consulte, em geral, Myrdal, *An American Dilemma*”: *Brown v. Board of Education*, 347 U.S. 483 (1954).
136. Dudziak, “Desegregation as a Cold War Imperative”, p. 65, 115.
137. Tomiko Brown-Nagin, *Courage to Dissent: Atlanta and the Long History of the Civil Rights Movement* (Nova York: Oxford University Press, 2011), cap. 4.

138. Emmet John Hughes, *The Ordeal of Power: A Political Memoir of the Eisenhower Years* (Nova York: Atheneum, 1963), p. 201; “Divergent Views of Public Men, *Life*, 17 de setembro de 1956, p. 119-120; Jim Newton, *Justice for All: Earl Warren and the Nation He Made* (Nova York: Riverhead Books, 2006), p. 386.
139. Leuchtenberg, “Consumer Culture and Cold War”, p. 766-67.
140. Taylor Branch, *The King Years: Historic Moments in the Civil Rights Movement* (Nova York: Simon & Schuster, 2013), cap. 1.
141. Harvard Sitkoff, *The Struggle for Black Equality* (Nova York: Hill and Wang, 2008), p. 50.
142. Leuchtenberg, “Consumer Culture and Cold War”, p. 771-72; Harvard Sitkoff e Eric Foner, *The Struggle for Black Equality, 1945-1992* (Nova York: Macmillan, 1993), p. 45-46. E, em geral, consulte David L. Chappell, *Stone of Hope: Prophetic Religion and the Death of Jim Crow* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004).
143. Davis e Clark, *Thurgood Marshall*, p. 191.
144. Klarman, *Brown v. Board of Education*, p. 187-191; Davis e Clark, *Thurgood Marshall*, p. 458.
145. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 53-54; Dan T. Carter, *The Politics of Rage: George Wallace, the Origins of the New Conservatism, and the Transformation of American Politics* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1995, 2000), p. 96-97.
146. Klarman, *Brown v. Board of Education*, p. 191; Leuchtenberg, “Consumer Culture and the Cold War”, p. 770; Orval E. Faubus, “Speech on School Integration” (1958).
147. Schulman, *From Cotton Belt to Sunbelt*, p. 147-148.
148. Thurgood Marshall, entrevista oral, 1977, em *Thurgood Marshall*, edição de Tushnet, p. 463.

Capítulo 14: CERTOS E ERRADOS

1. Farrell, *Richard Nixon*, p. 269-71.
2. Jerry Marlatt a Dwight Eisenhower, 10 de julho de 1969, em Shane Hamilton e Sarah Phillips, *The Kitchen Debate and Cold War Consumer Politics: A Brief History with Documents* (Boston: Bedford Books, 2014), p. 41-43.
3. Hamilton e Phillips, *The Kitchen Debate*; “The Kitchen Debate”, 24 de julho de 1959, publicado pela Fundação Richard Nixon Foundation em 26 de agosto de 2012, <https://www.youtube.com/watch?v=XRgOz2x9c08>.
4. Michael B. Katz e Mark J. Stern, *One Nation Divisible: What America Was and What It Is Becoming* (Nova York: Russell Sage, 2006), p. 66.
5. John Kenneth Galbraith, *The Affluent Society and Other Writings* (Nova York: Library of America, 2010), p. 355.
6. Leuchtenberg, “Consumer Culture and Cold War”, p. 678-680.
7. Daniel Bell, *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties* (Glencoe, IL: Free Press, 1960), p. 393, 402.
8. Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 351.
9. Robert Haber, *The End of Ideology as Ideology* (Nova York: Students for a Democratic Society, c. 1960).
10. Daniel Bell, “The End of Ideology in the West: An Epilogue”, em *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties* (1960), (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000), p. 393-407; Macdonald apud Richard H. Pells, *The Liberal Mind in a Conservative Age* (Middletown, CT: Wesleyan University Press, 1989), p. 330.
11. Philip E. Converse, “The Nature of Belief Systems in Mass Publics”, em *Ideology and Discontent*, ed. David E. Apter (1964),

p. 207-260; Angus Campbell e Philip E. Converse, *The American Voter* (Nova York: Wiley, 1960), p. 193-194.

12. Converse, "The Nature of Belief Systems in Mass Publics". Consulte também Alan Abramowitz e Kyle Saunders, "Is Polarization a Myth?", *Journal of Politics* 70 (2008), p. 542.

13. Galbraith, *The Affluent Society and Other Writings*, p. 356; Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 339; Dwight Macdonald, "Masscult and Midcult", *Against the American Grain* (Nova York, NY: Random House, 1962), p. 4.

14. William Miller, "Provocative Goals", *Life*, 12 de dezembro de 1960.

15. Taylor Branch, *Parting the Waters: America in the King Years, 1954-63* (Nova York: Simon & Schuster, 1988), p. 271-274; Clayborne Carson, *In Struggle: SNCC and the Black Awakening of the 1960s* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981); Leuchtenberg, "Consumer Culture and Cold War", p. 772; Susan Gushee O'Malley, "Baker, Ella Josephine", *American Biography On-line*.

16. *Goals for Americans: Programs for Action in the Sixties* (Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1960), p. 3, 42-48.

17. William Miller, "Provocative Goals", *Life*, 12 de dezembro de 1960.

18. Ithiel de Sola Pool e Robert Abelson, "The Simulmatics Project", *Public Opinion Quarterly* 25 (1961), p. 167-183; Ithiel de Sola Pool, Robert Abelson e Samuel L. Popkin, *Candidates, Issues, and Strategies: A Computer Simulation of the 1960 and 1964 Presidential Election* (Cambridge, MA: MIT Press, 1965).

19. Eugene Burdick, *The 480* (Nova York: McGraw-Hill, 1964), p. vii.

20. Plataforma do Partido Democrata para 1960, 11 de julho de 1960.

21. Pool e Abelson, "The Simulmatics Project"; Pool, Abelson e Popkin, *Candidates, Issues, and Strategies*.

22. John F. Kennedy, discurso do senador John F. Kennedy à Associação Ministerial de Hudson, Houston, Texas, 12 de setembro de 1960.
23. Memorando, James Dorais a Clem Whitaker Jr. e Newton Stearns, Plano de Campanha de Nixon, 1960, Campaigns, Inc., Registros, caixa 60, pasta 25; Minow e LaMay, *Inside the Presidential Debates*, p. 20; Farrell, *Richard Nixon*, p. 299.
24. Perlstein, *Nixonland*, p. 52.
25. Newton N. Minow e Clifford M. Sloan, *For Great Debates: A New Plan for Future Presidential TV Debates* (Nova York: Priority Press Publications, 1987), p. 9-10, 13-14.
26. Farrell, *Richard Nixon*, p. 287-289, 294-298.
27. John F. Kennedy, discurso de posse, 2 de janeiro de 1961.
28. Dwight D. Eisenhower, discurso de despedida, 17 de janeiro de 1961; Kennedy, Discurso de posse.
29. Fredrik Logevall, *Embers of War: The Fall of an Empire and the Making of America's Vietnam* (Nova York: Random House, 2012), p. xi-xii.
30. James M. Carter, *Inventing Vietnam: The United States and State Building, 1954-1968* (Nova York: Cambridge University Press, 2008), p. 79.
31. Carter, *Inventing Vietnam*, p. 113-114, 31-32, 97-98; William J. Lederer e Eugene Burdick, *The Ugly American* (Nova York: Norton, 1958), p. 272-273, 282.
32. Logevall, *Embers of War*, p. xiii.
33. Joy Rohde, "The Last Stand of the Psychocultural Cold Warriors: Military Contract Research in Vietnam", *Journal of the History of the Behavioral Sciences* 47 (2011), p. 232-250.
34. Carter, *Inventing Vietnam*, p. 33-34, 139-142.
35. Trask, "The Imperial Republic", p. 638-645; John F. Kennedy, "Radio and Television Report to the American People on the Soviet Arms Buildup in Cuba", 22 de outubro de 1962.

36. Robert F. Kennedy, Discurso, Universidade da Georgia, 6 de maio de 1961.
37. *Freedom Riders*, direção de Stanley Nelson, American Experience, PBS, 16 de maio de 2011; Branch, *Parting the Waters*, p. 428-491.
38. Alex Haley, *The Autobiography of Malcolm X* (Nova York: Ballantine, 1965), p. 200.
39. Marable, *Malcolm X*, cap. 3-6 (citação, p. 133); *Portable Malcolm X Reader*, p. 34-71, 97-117, 145-165, 184-198.
40. *Portable Malcolm X Reader*, p. 199-206.
41. Robert F. Williams, *Negroes with Guns* (Nova York: Marzani and Munsell, 1962); Taylor Branch, *Pillar of Fire: America in the King Years, 1963-1965* (Nova York: Simon & Schuster, 1998), p. 13, 136.
42. Carter, *The Politics of Rage*, p. 115; Branch, *Parting the Waters*, p. 737-745; Martin Luther King Jr., “Letter from a Birmingham Jail”, 16 de abril de 1963.
43. Carter, *The Politics of Rage*, p. 11, 90-96, 112, 133.
44. Branch, *King Years*, p. 49-57; John F. Kennedy, “Radio and Television Report to the American People on Civil Rights”, 11 de junho de 1963.
45. Bayard Rustin, *I Must Resist: Bayard Rustin’s Life in Letters*, introdução e edição de Michael G. Long (São Francisco: City Lights Books, 2012), p. 257, 261-64.
46. Branch, *Pillar of Fire*, p. 133.
47. Martin Luther King Jr., “I Have a Dream”, discurso proferido na Marcha sobre Washington por Trabalho e Liberdade, Washington, DC, 28 de agosto de 1963; Branch, *King Years*, p. 61-67.
48. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 83-84; Lyndon B. Johnson, “Remarks at the University of Michigan”, Ann Arbor, 22 de maio de 1964.

49. Matusow, *The Unraveling of America*, p. 56; Leuchtenburg, “The Travail of Liberalism”, p. 824; Lyndon B. Mensagem Anual ao Congresso sobre o Estado da União, Washington, DC, 8 de janeiro de 1964.
50. Leuchtenburg, “The Travail of Liberalism”, p. 810; Galbraith, *The Affluent Society*, p. 419; Leuchtenburg, “Consumer Culture and Cold War”, p. 726; Dwight Macdonald, “Our Invisible Poor”, *TNY*, 19 de janeiro de 1963. Ver também Jill Lepore, “How a *New Yorker* Article Launched the First Shot in the War against Poverty”, *Smithsonian Magazine*, setembro de 2012.
51. Lyndon B. Johnson, discurso em Sessão Conjunta do Congresso, Washington, DC, 27 de novembro de 1963.
52. *Portable Malcolm X Reader*, p. 311-326.
53. *Ibid.*, p. 318.
54. Thurgood Marshall, Glenn L. Starks e F. Erik Brooks, *Thurgood Marshall: A Biography* (Santa Bárbara, CA: Greenwood, 2012), p. 42.
55. Robert O. Self, *All in the Family: The Realignment of American Democracy Since the 1960s* (Nova York: Hill and Wang, 2012), p. 25.
56. Carter, *The Politics of Rage*, p. 206-207.
57. Critchlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 72.
58. *Ibid.*, p. 53.
59. *Ibid.*, p. 67.
60. *Ibid.*, p. 67.
61. *Ibid.* p. 70-71; Fitzgerald, *Highest Glass Ceiling*, p. 142.
62. Perlstein, *Nixonland*, p. 63-64; Barry Goldwater, discurso de aceitação, 28ª Convenção Nacional Republicana, Daly City, Califórnia, 17 de julho de 1964.
63. Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 395; Leuchtenburg, “The Travail of Liberalism”, p. 812-813; Fitzgerald, *The Evangelicals*, p. 243-244.

64. Marjorie J. Spruill, *Divided We Stand: The Battle Over Women's Rights and Family Values That Polarized American Politics* (Nova York: Bloomsbury, 2017), p. 77.
65. Critchlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 41; Donald T. Critchlow, *Phyllis Schlafly and Grassroots Conservatism: A Woman's Crusade* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005), p. 145; Rymph, *Republican Women*, p. 182.
66. Rymph, *Republican Women*, p. 166-187.
67. Schulman, *Lyndon Johnson and American Liberalism*, p. 82.
68. Sarah A. Binder, *Stalemate: Causes and Consequences of Legislative Gridlock* (Washington, DC: Brookings Institution Press, 2003), cap. 4. Ver também Binder, "The Dynamics of Legislative Gridlock, 1947-96", *APSR* 93 (1999), p. 519-533, e David R. Jones, "Party Polarization and Legislative Gridlock", *Political Research Quarterly* 54 (2001), p. 125-141.
69. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 90.
70. Michelmore, *Tax and Spend*, p. 48-50, 62-63; Brownlee, *Federal Taxation in America*, p. 123.
71. Matusow, *The Unraveling of America*, p. 57.
72. Trask, "The Imperial Republic", p. 647; Carter, *Inventing Vietnam*, p. 161; Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 101.
73. Steve Warshaw, *The Trouble in Berkeley* (Berkeley, CA: Diablo Press, 1965), p. 27.
74. Perlstein, *Nixonland*, p. 96.
75. Branch, *Pillar of Fire*, p. 578-579; *Portable Malcolm X Reader*, p. 394.
76. As observações de James Baldwin sobre a morte de Malcolm X podem ser vistas em <https://www.youtube.com/watch?v=cHm31kOWFec>.

77. Lyndon B. Johnson, “The American Promise”, discurso em uma Sessão Conjunta do Congresso, Washington, DC, 15 de março de 1965.
78. Elizabeth Hinton, *From the War on Poverty to the War on Crime: The Making of Mass Incarceration in America* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016), p. 1-5, 13-16, 65, 79, 90-98, 106-107, 119-121; Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 414.
79. Hinton, *From the War on Poverty to the War on Crime*, p. 66-69.
80. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 111-112.
81. Leuchtenburg, “The Travail of Liberalism”, p. 829.
82. Perlstein, *Nixonland*, p. 189-196.
83. Leuchtenberg, “The Travail of Liberalism”, p. 874.
84. Ronald Reagan, “Time for Choosing”, discurso transmitido pela televisão para a campanha presidencial de Goldwater, 27 de outubro de 1964.
85. Martin Luther King Jr., “Our God Is Marching On”, discurso proferido na Marcha de Selma a Montgomery, Montgomery, Alabama, 25 de março de 1965; John Herbers, “Right Backers Fear a Backlash”, *NYT*, 21 de setembro de 1966; Gerald R. Ford, discurso na Feira de Illinois, 17 de agosto de 1966, Arquivos Congressionais de Ford, Arquivo da Secretaria de Imprensa e Discursos, Biblioteca Presidencial Gerald R. Ford, caixa D20, pasta “Illinois State Fair”; Perlstein, *Nixonland*, p. 71, 83, 114.
86. Apud David Chagall, *The New King-Makers* (Nova York: Harcourt Brace Jovanovich, 1981), p. 3.
87. “Reagan Urges Carmichael Not to Speak at UC”, *Los Angeles Times*, 19 de outubro de 1966; Richard Bergholz, “Reagan Criticizes UC for Permitting Bob Kennedy Talk”, *Los Angeles Times*, 21 de outubro de 1966.

88. Redigido para Hoover, 4 de setembro de 1966, telegrama decodificado, arquivo do FBI de Stokely Carmichael, Arquivo do FBI (vault.fbi.gov), Parte 3, página 5. Agente Especial Responsável, Atlanta, a Hoover, 20 de setembro de 1966, arquivo do FBI de Carmichael, Arquivo do FBI, Parte 4, página 9. O FBI estava tentando encontrar uma maneira de deportar Carmichael, que nasceu em Trinidad.

89. Stuart Spencer, história oral, 15-16 de novembro de 2001, Miller Center, Universidade da Virgínia. Reagan contava uma história um pouco diferente: Gerard J. De Groot, “Ronald Reagan and Student Unrest in California, 1966-1970”, *Pacific Historical Review* 65 (1996), p. 107-129.

90. Michelle Reeves, “‘Obey the Rules or Get Out’: Ronald Reagan’s 1966 Gubernatorial Campaign and the ‘Trouble in Berkeley’”, *Southern California Quarterly* 92 (2010), p. 295. Ver também Stanley G. Robertson, “LA Confidential”, *Los Angeles Sentinel*, 3 de novembro de 1966.

91. Stokely Carmichael, discurso em Berkeley, outubro de 1966, <https://www.youtube.com/watch?v=uWsgT67-RM4>; James Reston, “Berkeley, California: The University and Politics”, *NYT*, 23 de outubro de 1966; Patterson, *America in the Twentieth Century*, p. 416-419.

92. Adam Winkler, “The Secret History of Guns”, *Atlantic*, setembro de 2011.

93. Hinton, *From the War on Poverty to the War on Crime*, p. 123-127.

94. Apud De Groot, “Ronald Reagan and Student Unrest”, p. 116.

95. Arnold Hano, “The Black Rebel Who ‘Whitelists’ the Olympics”, *NYT*, 12 de maio de 1968.

96. Perlstein, *Nixonland*, p. 97; David Remnick, *King of the World: Muhammad Ali and the Rise of an American Hero* (Nova York: Knopf, 2014), p. 289; Sandra Millner, *The Dream Lives On: Martin Luther King, Jr.* (Nova York: MetroBooks, 1999), p. 44.

97. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 126, 139, 241.
98. Leuchtenburg, "The Travail of Liberalism", p. 874.
99. Carter, *Politics of Rage*, p. 306.
100. Perlstein, *Nixonland*, p. 163-165.
101. "Lyndon Johnson Says He Won't Run", *NYT*, 1º de abril de 1968.
102. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 119; Perlstein, *Nixonland*, p. 257; Bruce J. Schulman, *The Seventies: The Great Shift in American Culture* (Nova York: Free Press, 2001), p. 2-3; Ben. A. Franklin, "Army Troops in Capital as Negroes Riot", *NYT*, 5 de abril de 1968.
103. Robert F. Kennedy, "Declaração sobre o assassinato de Martin Luther King, Jr.", Indianapolis, Indiana, 4 de abril de 1968.
104. Perlstein, *Nixonland*, p. 239-241; Ronald Reagan, discurso radiofônico, 7 de março de 1968.
105. Farrell, *Richard Nixon*, p. 343-344, 367.
106. Carter, *Politics of Rage*, p. 379; Farrell, *Richard Nixon*, p. 330, 336; Richard Nixon, discurso de aceitação da nomeação presidencial na Convenção Nacional Republicana em Miami Beach, Florida, 8 de agosto de 1968.
107. Hinton, *From the War on Poverty to the War on Crime*, p. 139-140.
108. Schulman, *The Seventies*, p. 12. O melhor relato é de Norman Mailer, *Miami and the Siege of Chicago: An Informal History of the Republican and Democratic Conventions of 1968* (Nova York: New American Library, 1968).
109. Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 161; Keith T. Poole e Howard Rosenthal, "On Party Polarization in Congress", *Daedalus* 136 (2007), p. 104-107.
110. Baxter, história oral (1972), p. 17, 22-24.
111. Apud Hartman, *War for the Soul of America*, p. 25.

112. Noam Chomsky, “The Menace of Liberal Scholarship”, *The New York Review of Books*, 2 de janeiro de 1969; Rohde, “The Last Stand of the Psychocultural Cold Warriors”, p. 246. Chomsky se refere ao trabalho de “insurgência urbana” da Simulmatics como confidencial; Rohe cita o “arquivo sobre insurgência urbana” da Simulmatics em *Armed with Expertise: The Militarization of American Social Research During the Cold War* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2013), p. 169n5.
113. Schulman, *The Seventies*, p. 16.
114. Leuchtenburg, “The Travail of Liberalism”, p. 873.
115. Ocorrido em 8 de janeiro de 1970; Carter, *Politics of Rage*, p. 380.
116. H. R. Haldeman, transcrição de uma história oral, realizada em 1991 por Dale E. Trevelen, Programa de História Oral do Governo do Estado, Arquivos do Estado da Califórnia, p. 317.
117. Richard M. Scammon e Ben J. Wattenberg, *The Real Majority* (Nova York: Coward-McCann, Inc., 1970), p. 20-21, 280-281.
118. Schulman, *The Seventies*, p. 38; James M. Naughton, “Nixon, Confident of Gains in '70, Planning Same Tactics for '72”, *NYT*, 23 de outubro de 1970; Farrell, *Richard Nixon*, p. 388; Andrew Hacker, *The End of the American Era* (Nova York: Atheneum, 1970), cap. 2.
119. Perlstein, *Nixonland*, p. 393-396.
120. Schulman, *The Seventies*, p. 34-35; Carter, *Politics of Rage*, p. 398-399.
121. Farrell, *Richard Nixon*, p. 413.
122. *Ibid.*, p. 418.
123. *The Nixon Tapes, 1971-1972*, edição e notas de Douglas Brinkley e Luke A. Nichter (Boston: Houghton Mifflin, 2014), p. ix-x.
124. Neil Sheehan, “Pentagon Study Traces 3 Decades of Growing U.S. Involvement”, *NYT*, 13 de junho de 1971.

125. Farrell, *Richard Nixon*, p. 420-426.
126. Áudio, <https://www.nixonlibrary.gov/media/31489>; transcrição, https://www.nixonlibrary.gov/forresearchers/find/tapes/watergate/rial/exhibit_12.pdf; Schulman, *The Seventies*, p. 44.
127. Farrell, *Richard Nixon*, p. 465-484. Sobre a conversa de 23 de junho: “The Smoking Gun Tape”, Watergateinfo, <http://watergate.info/1972/06/23/the-smoking-gun-tape.html>, acesso em 17 de agosto de 2017.
128. Farrell, *Richard Nixon*, p. 497-498.
129. LBJ, entrevista com Walter Cronkite, 12 de janeiro de 1973, <https://www.youtube.com/watch?v=vW5PemdbcT8>; Schulman, *Lyndon B. Johnson and American Liberalism*, p. 164.
130. Farrell, *Richard Nixon*, p. 519.
131. Ibid., 523– 557; *U.S. v. Nixon*, 418 U.S. 683 (1974).
132. Richard Nixon, discurso de renúncia, Washington, DC, 8 de agosto de 1974.
133. Farrell, *Richard Nixon*, p. 532.

Capítulo 15: LINHAS DE BATALHA

1. Betty Ford a Lesley Stahl, em entrevista de 1997, CBS News, “The Remarkable Mrs. Ford”, 17 de agosto de 2015, <https://www.cbsnews.com/news/the-remarkable-mrs-ford/>, acesso em 21 de agosto de 2017.
2. Betty Friedan, *The Feminine Mystique (A mística feminina*. Rio de Janeiro: Record, 2020) (Nova York: Dell, 1963), p. 11.
3. Betty Ford com Chris Chase, *The Times of My Life* (Nova York: Harper & Row, 1978), p. 120. Sobre os anos citados, ver também John Robert Greene, *Betty Ford: Candor and Courage in the White House* (Lawrence: University Press of Kansas, 2004), cap. 2.
4. Sobre o papel de Murray na fundação e missão da Organização Nacional das Mulheres, ver Rosenberg, *Jane Crow*, p. 298-300.
5. Uma pesquisa da Gallup de agosto de 1972 revelou que 68% dos republicanos e 58% dos democratas concordavam que “a decisão de fazer um aborto deve ser tomada apenas pela mulher e seu médico” (Jack Rosenthal, “Survey Finds Majority, in Shift, Now Favors Liberalized Laws”, *NYT*, 25 de agosto de 1972), uma pesquisa que o juiz da Suprema Corte Harry Blackmun incluiu no processo de *Roe v. Wade*; Linda Greenhouse e Reva B. Siegel, “Before (and After) *Roe v. Wade*: New Questions About Backlash”, *Yale Law Journal* 120 (2011), p. 2031.
6. “O Partido Republicano é a favor da continuação do debate público sobre o aborto e apoia os esforços daqueles que buscam a promulgação de uma emenda constitucional para restaurar a proteção do direito à vida dos nascituros” (Plataforma do Partido Republicano de 1976, 18 de agosto de 1976). “Reconhecemos completamente a natureza religiosa e ética das preocupações de

muitos americanos em relação à questão do aborto. Acreditamos, no entanto, que não é desejável tentar alterar a Constituição dos Estados Unidos para anular a decisão da Suprema Corte na área” (Plataforma do Partido Democrata de 1976, 12 de julho de 1976).

7. Byron W. Daynes e Raymond Tatlovich, “Presidential Politics and Abortion, 1972-1988”, *Presidential Studies Quarterly* 22 (1992), p. 545-561.

8. Richard A. Viguierie, *The New Right: We’re Ready to Lead* (Falls Church, VA: Viguierie, 1981), p. 55; sobre as guerras culturais, em geral, ver Andrew Hartman, *A War for the Soul of America: A History of the Culture Wars* (Chicago: University of Chicago Press, 2015).

9. Michael Kelly, “The 1992 Campaign”, *NYT*, 31 de outubro de 1992.

10. Nota do editor em Margaret Sanger, *The Selected Papers of Margaret Sanger*, ed. Esther Katz et. al., 4 vols. (Urbana: University of Illinois Press, 2010), v. 3, p. 469. Ver também James W. Reed, entrevista com Mary Steichen Calderone, MD, 7 de agosto de 1974, transcrição, Projeto de História Oral Schlesinger-Rockefeller, Biblioteca Schlesinger, Radcliffe, Rolo A-1, p. 2; Tom Davis, *Sacred Work: Planned Parenthood and Its Clergy Alliances* (Nova Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2005), p. 89.

11. James W. Reed, entrevistas com Loraine Lesson Campbell, dezembro de 1973-março de 1974, Projeto de História Oral Schlesinger-Rockefeller, Rolo A-1, p. 71, 83; Alan F. Guttmacher, “Memoirs”, transcrição, novembro de 1972, Arquivos da Planned Parenthood Federation of America (PPFA), Faculdade Smith, PPFA 2, Administração, Guttmacher, A. F., Autobiografia, Rascunho, caixa 117, pasta 39; David M. Kennedy, *Birth Control in America; the Career of Margaret Sanger* (New Haven, CT: Yale University Press, 1970), p. vii; *Griswold v. Connecticut*, 381 U.S. 479 (1965).

12. *Griswold v. Connecticut*, 381 U.S. 479 (1965).
13. Bush apud Gloria Feldt com Carol Trickett Jennings, *Behind Every Choice Is a Story* (Denton: University of North Texas Press, 2002), p. 94. Spruill, *Divided We Stand*, p. 286; *Eisenstadt v. Baird*, 405 U.S. 438 (1972).
14. Greenhouse e Siegel, “Before (and After) *Roe*”, p. 2047-2049; Linda Gordon, *The Moral Property of Women: A History of Birth Control Politics in America* (Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 2002), p. 289; Richard Nixon: “Special Message to the Congress on Problems of Population Growth”, 18 de julho de 1969.
15. “F. J. Bardacke on The Woman Question”, *San Francisco Express Times*, 25 de setembro de 1968.
16. Alice Echols, *Daring To Be Bad: Radical Feminism in America, 1967-1975* (Mineápolis: University of Minnesota Press, 1989), p. 56-57, 92-96, 120.
17. Vern L. Bullough, *Before Stonewall: Activists for Gay and Lesbian Rights in Historical Context* (Nova York: Harrington Park Press, 2002); Frank Kameny e Michael G. Long, *Gay Is Good: The Life and Letters of Gay Rights Pioneer Franklin Kameny* (Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2014), p. 93, 165, 173-174; Lacey Fosburgh, “Thousands of Homosexuals Hold a Protest Rally in Central Park”, *NYT*, 29 de junho de 1970. Sobre a transição do movimento homófilo da década de 1950 para o movimento pelos direitos dos gays, ver Gregory Andrew Briker, “The Right to Be Heard: *One Magazine*, Obscenity Law, and the Battle over Homosexual Speech”, dissertação, Universidade de Harvard, 2017.
18. Spruill, *Divided We Stand*, p. 14, 29-33.
19. Irin Carmon e Shana Knizhnik, *Notorious RBG: The Life and Times of Ruth Bader Ginsburg* (Nova York: William Morrow, 2015), p. 46.
20. Pauline M. Trowbridge a Alan Guttmacher, 2 de agosto de 1970, documentos de Alan Guttmacher, Biblioteca Countway,

Escolha de Medicina de Harvard, caixa 2, pasta 10.

21. *Roe v. Wade*, 410 U.S. 113 (1973).
22. Greenhouse e Siegel, “Before (and After) *Roe*”, p. 2053-2054.
23. *Roe v. Wade*, 410 U.S. 113 (1973).
24. Richard Nixon a Charles Colson, 23 de janeiro de 1976, em *The Nixon Tapes: 1973*, ed. e notas Douglas Brinkley e Luke A. Nichter (Nova York: Houghton Mifflin Harcourt, 2015), p. 17-18.
25. “The First Lady”, *60 Minutes*, 10 de agosto de 1975, transcrição de uma entrevista com Betty Ford por Morley Safer, caixa 11, pasta “Ford, Betty — General”, Documentos de Ron Nessen, Biblioteca Presidencial Ford, <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/document/0204/1511773.pdf>. Sobre o câncer, ver Ford, *The Times of My Life*, cap. 26.
26. Spruill, *Divided We Stand*, p. 43-45.
27. “The First Lady”, *60 Minutes*, 10 de agosto de 1975.
28. Greene, *Betty Ford*, p. 59. Sobre a questão, em geral, ver Spruill, *Divided We Stand*.
29. Greene, *Betty Ford*, p. 67.
30. Sean Wilentz, *The Age of Reagan: A History, 1974-2008* (Nova York: HarperCollins, 2008), p. 14.
31. *Ibid.*, p. 35; Patterson, *Restless Giant*, p. 7.
32. Sobre essa tese e suas evidências, ver Robert J. Gordon, *The Rise and Fall of American Growth: The U.S. Standard of Living since the Civil War* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016).
33. Piketty e Saez, “Income Inequality in the United States, 1913-1998”, p. 1-41; Self, *All in the Family*, p. 314.
34. Spruill, *Divided We Stand*, p. 71, 80, 85.
35. Rymph, *Republican Women*, p. 198-199.
36. Plataforma do Partido Republicano de 1976, 18 de agosto de 1976; Freeman, *We Will be Heard*, p. 122-125; Rymph, *Republican Women*, p. 189, 205, 207, 209-210, 223.

37. Spruill, *Divided We Stand*, p. 127.
38. Rymph, *Republican Women*, p. 215-216; Self, *All in the Family*, p. 312, 313. Para crônicas sobre a conferência, ver Alice S. Rossi, *Feminists in Politics: A Panel Analysis of the First National Women's Conference* (Nova York: Academic Press, 1982), e Shelah Gilbert Leader e Patricia Rusch Hyatt, *American Women on the Move: The Inside Story of the National Women's Conference, 1977* (Lanham, NJ: Levington Books, 2016).
39. "The Torch Relay", em Comissão Nacional para Observância do Ano Internacional das Mulheres, *The Spirit of Houston: The First National Women's Conference* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, março de 1978), p. 193-203.
40. Maya Angelou, "To Form a More Perfect Union", *The Spirit of Houston*, p. 195.
41. "Speech by Betty Ford, National Commissioner and Former First Lady, First Plenary Session", *The Spirit of Houston*, p. 220-221.
42. Self, *All in the Family*, p. 217; Spruill, *Divided We Stand*, p. 225.
43. Self, *All in the Family*, p. 318; Spruill, *Divided We Stand*, p. 7.
44. "The Minority Caucus: 'It's Our Movement Now'", *The Spirit of Houston*, p. 156-157.
45. Anita Bryant, *The Anita Bryant Story: The Survival of Our Nation's Families and the Threat of Militant Homosexuality* (Old Tappan, NJ: Felming H. Revell Company, 1977), p. 17, 21.
46. Spruill, *Divided We Stand*, p. 228-229.
47. Anna Quindlen, "Women's Conference Approves Planks on Abortion and Rights for Homosexuals", *NYT*, 21 de novembro de 1977; Self, *All in the Family*, p. 320– 321.
48. Carolyn Kortge, "Schlafly Says Women's Movement Is Dying in an Anti-Feminist Surge", *Eagle & Beacon*, 3 de agosto de 1977, reimpresso em *National Women's Conference Official Briefing Book: Houston, Texas, November 18 to 21, 1977*

(Washington, DC: National Commission on the Observance of International Women's Year, 1977), p. 228. Self, *All in the Family*, p. 319.

49. Spruill, *Divided We Stand*, p. 152.

50. Critchlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 132-133.

51. Patterson, *Restless Giant*, p. 21.

52. Critchlow, *The Conservative Ascendancy*, p. 128; John D'Emilio e Estelle B. Freedman, *Intimate Matters: A History of Sexuality* (Chicago: University of Chicago Press, 1988), p. 349-350; FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 291, 302.

53. "Resolution On Abortion: St. Louis, Missouri, 1971", Convenção Batista do Sul, <https://www.sbc.net/resource-library/resolutions/resolution-on-abortion-4>; FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 299; Robert C. Post e Reva C. Siegel, "Roe Rage: Democratic Constitutionalism and Backlash", 2007, Faculty Scholarship Series, Universidade de Yale, Documento 169, p. 420-421.

54. FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 291-294.

55. Spruill, *Divided We Stand*, p. 288-289.

56. Rymph, *Republican Women*, p. 221, 228, 237-238.

57. Self, *All in the Family*, p. 358-360.

58. Ronald Reagan, discurso de aceitação da nomeação presidencial na Convenção Nacional Republicana em Detroit, 17 de julho de 1980.

59. Spruill, *Divided We Stand*, p. 287.

60. Kenneth Janda, "Innovations in Information Technology in American Party Politics Since 1960", em Guy Lachapelle e Philippe J. Maarek, ed. *The Political Parties in the Digital Age: The Impact of New Technologies in Politics* (Boston: De Gruyter Oldenbourg, 2015).

61. Viguerie, *The New Right*, p. 12, 21, 32, 35, 91-93.

62. Wuthnow, *Inventing American Religion*, p. 99-100; Leo Bogart, *Silent Politics: Polls and the Awareness of Public Opinion* (Nova York: Wiley and Sons, 1972), p. 101; Philip Meyer, *Precision Journalism: A Reporter's Introduction to Social Science Methods* (Bloomington: Indiana University Press, 1973) — citação, p. 191; David W. Moore, *The Opinion Makers: An Insider Exposes the Truth Behind the Polls* (Boston: Beacon, 2008), p. xvii.

63. Nolan M. McCarty, Keith T. Poole e Howard Rosenthal, “Polarized Politicians”, *Polarized America: The Dance of Ideology and Unequal Riches* (Cambridge, MA: MIT Press, 2006), p. 15-70; Sinclair, *Party Wars*, p. 16; Self, *All in the Family*, p. 371; Rymph, *Republican Women*, p. 231.

64. Greg D. Adams, “Abortion: Evidence of an Issue Evolution”, *American Journal of Political Science* 41 (1997), p. 718, 723; Greenhouse e Siegel, “Before (and After) *Roe*”, p. 2069-2070.

65. Hartman, *War for the Soul of America*, p. 134.

66. Ronald Reagan, discurso de posse, 20 de janeiro de 1981; Crichtlow, *Conservative Ascendancy*, p. 199.

67. Michelmore, *Tax and Spend*, p. 122, 138-139; Brownlee, *Federal Taxation in America*, p. 134; Patterson, *Restless Giant*, p. 66-69.

68. H. W. Brands, *Reagan: The Life* (Nova York: Doubleday, 2015), p. 179; Alan O. Ebenstein, *Milton Friedman: A Biography* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2007), p. 208; Introdução de Reagan à série televisiva de Friedman, “President Reagan on Dr. Friedman and Free to Choose”, vídeo do YouTube, 1:09, publicado por “Free to Choose Network” em 18 de julho de 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=um-p3ZhiO60>; Eamonn Butler, *Milton Friedman: A Guide to His Economic Thought* (Nova York: Universe Books, 1985).

69. Larissa MacFarquhar, “The Gilder Effect”, *TNY*, 29 de maio de 2000. Para uma visão cética da ascensão da economia pelo lado da oferta, ver Jonathan Chait, *The Big Con: The True Story*

of How Washington Got Hoodwinked and Hijacked by Crackpot Economics (Boston: Houghton Mifflin, 2007).

70. MacFarquhar, “The Gilder Effect”; George F. Gilder, *Sexual Suicide* (Nova York: Quadrangle, 1973), p. 5-6, 92-93, 131, 241-242.

71. George Gilder, *Wealth and Poverty: A New Edition for the Twenty-First Century* (Nova York: Regnery, 2012), com prefácio de Steve Forbes, p. x, 27, 15, 17.

72. Patterson, *Restless Giant*, p. 48-49.

73. Daniel Wirls, *Irrational Security: The Politics of Defense from Reagan to Obama* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010), p. 19; Michelmore, *Tax and Spend*, p. 141, 147.

74. Patterson, *Restless Giant*, p. 158-159, 165, 175.

75. Winkler, *Gunfight*, p. 65, 248, 253, ver Siegel, “Dead or Alive”, n58.

76. Winkler, *Gunfight*, p. 233-235.

77. William Safire, “An Appeal for Repeal”, *NYT*, 10 de junho de 1999. Biblioteca Nixon, Fitas da Casa Branca, Nixon a H. R. Haldeman, 1 de junho de 1971, fita 256; conversa entre Nixon e Aides no Salão Oval, 19 de maio de 1972, fita 726; telefonemas de Nixon, 15 de junho de 1972, fita 256.

78. Patterson, *Restless Giant*, p. 25-26, 293-295. Departamento do Censo dos Estados Unidos, Pesquisa da Comunidade Americana, 2010.

79. Gutiérrez, *Walls and Mirrors*, cap. 6 (citação, p. 203); Ngai, *Impossible Subjects*, cap. 7.

80. Winkler, *Gunfight*, p. 67-68.

81. John M. Crewdson, “Hard-Line Opponent of Gun Laws Wins New Term at Helm of Rifle Association”, *NYT*, 4 de maio de 1981.

82. Ronald Reagan, Kiron K Skinner, Annelise Graebner Anderson e Martin Anderson, *Reagan: A Life in Letters* (Nova York: Free Press, 2003), p. 368. *Public Papers of the Presidents*

of the United States, *Ronald Reagan: 1981-1988/89* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1992), p. 388.

83. Steven M. Teles, *The Rise of the Conservative Legal Movement: The Battle for Control of the Law* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008) e Amanda Hollis-Brusky, *Ideas with Consequences: The Federalist Society and the Conservative Counterrevolution* (Nova York: Oxford University Press, 2015).

84. *The Right to Keep and Bear Arms: Report of the Subcommittee on the Constitution of the Committee on the Judiciary, United States Senate, Ninety-seventh Congress, Second Session* (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1982).

85. Robert A. Sprecher, "The Lost Amendment", *American Bar Association Journal* 51 (1965), p. 665-669. A plataforma de ambos os partidos apoiava o controle de armas em 1968. A plataforma republicana só começou a se opor ao controle em 1980. Sobre as pesquisas, ver Carl T. Bogus, "The Hidden History of the Second Amendment", *U.C. Davis Law Review* v. 31 (1998), p. 312.

86. Carl T. Bogus, "The History and Politics of Second Amendment Scholarship: A Primer", *The Second Amendment in Law and History*, ed. Carl T. Bogus (Nova York: New Press, 2000), p. 1, 4.

87. Michael Avery e Danielle McLaughlin, *The Federalist Society: How Conservatives Took the Law Back from Liberals* (Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2013), p. 2. Ver também Teles, *The Rise of the Conservative Legal Movement*.

88. Edwin Meese, Discurso à Divisão de Advogados da Sociedade Federalista, Washington, DC, 15 de novembro de 1985.

89. Steven F. Hayward, *The Age of Reagan. The Conservative Counterrevolution, 1980-1989* (Nova York: Crown Forum, 2009), p. 414; William J. Brennan, "The Constitution of the United States: Contemporary Ratification", reimpresso em *Interpreting the*

Constitution: The Debate over Original Intent, ed. Jack N. Rakove (Boston: Northeastern University Press, 1990); Garry Wills, “To Keep and Bear Arms”, *New York Review of Books*, 21 de setembro de 1995.

90. Jamal Greene, “Selling Originalism”, *Georgetown Law Journal* v. 97 (2009), p. 708.

91. Reva B. Siegel, “Dead or Alive: Originalism as Popular Constitutionalism in Heller”, Faculty Scholarship Series, 2008, Documento 1133, p. 216.

92. Warren Burger, “2nd Amendment Fraud”, vídeo do YouTube, 0:57, de uma entrevista no programa *The MacNeil/Lehrer NewsHour*, transmitida pela PBS em 16 de dezembro de 1991, publicado por “Frank Staheli”, 28 de agosto de 2016, https://www.youtube.com/watch?v=Eya_k4P-iEo.

93. Patterson, *Restless Giant*, p. 123-126.

94. Rachel Carson, *Silent Spring (Primavera silenciosa)*. São Paulo: Global, 2013) (Nova York: Fawcett Crest, 1962); Comitê Consultivo de Ciência do Presidente, Comissão de Poluição Ambiental, *Restoring the Quality of Our Environment* (Washington, DC: White House, 1965), apêndice, “Atmospheric Carbon Dioxide”.

95. S. Fred Singer e a Associação Americana para Avanço da Ciência, *Global Effects of Environmental Pollution; a Symposium Organized by the American Association for the Advancement of Science, Held in Dallas, Texas, December 1968* (Dordrecht, Holanda: D. Reidel, 1970).

96. FitzGerald, *The Evangelicals*, p. 321-332.

97. Naomi Oreskes e Erik M. Conway, *Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming* (Nova York: Bloomsbury, 2010), p. 45.

98. Badash, *A Nuclear Winter’s Tale*, p. 66, 122; Edward Teller, “Widespread After-Effects of Nuclear War”, *Nature* v. 310 (23 de

agosto de 1984), p. 621-624.

99. Nicole Hemmer, *Messengers of the Right: Conservative Media and the Transformation of American Politics* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2016), p. 115-117.

100. Singer apud Badash, *Nuclear Winter's Tale*, p. 142. Sua carreira é discutida com certo detalhe em Oreskes, *Merchants of Doubt*. Para considerações mais recentes de Singer, ver Ashley Thorne, "The Father of Global Warming Skepticism: An Interview with S. Fred Singer", *National Association of Scholars*, 3 de janeiro de 2011,

https://www.nas.org/blogs/article/the_father_of_global_warming_skepticism_an_interview_with_s_fred_singer.

101. "Climate Change", Instituto Heartland, 27 de julho de 2016, <https://www.heartland.org/topics/climate-change/>, acesso em 28 de agosto de 2017; Jastrow apud Oreskes, *Merchants of Doubt*, p. 59.

102. Reagan-Bush, "Prouder, Stronger, Better", 1984, Museu da Imagem em Movimento; Gingrich apud Ronald Brownstein, *The Second Civil War: How Extreme Partisanship Has Paralyzed Washington and Polarized America* (Nova York: Penguin, 2007), p. 143.

103. Patterson, *Restless Giant*, p. 174.

104. Antonin Scalia, "Originalism: The Lesser Evil", *University of Cincinnati Law Review* 57 (1989), p. 849-865.

105. Patterson, *Restless Giant*, p. 179; Buchanan apud Crichtlow, *Conservative Ascendancy*, p. 217; Randy Shilts, *And the Band Played on: Politics, People, and the Aids Epidemic* (Nova York: St. Martin's, 2000), p. 173, 294-299; sobre despesas: Craig A. Rimmerman, *From Identity to Politics: The Lesbian and Gay Movements in the United States* (Filadélfia: Temple University Press, 2002), p. 93.

106. Jeffrey Toobin, *The Nine: Inside the Secret World of the Supreme Court* (Nova York: Doubleday, 2007), p. 218-219; *Bowers v. Hardwick*, 478 U.S. 186 (1986), Blackmun, contrário.

107. Ver, por exemplo, Elizabeth M. Schneider, “The Synergy of Equality and Privacy in Women’s Rights”, *University of Chicago Legal Forum* 137 (2002), p. 137-154, principalmente p. 140n12.
108. Catharine A. MacKinnon, “Privacy v. Equality: Beyond *Roe v. Wade* (1983)”, *Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1987), p. 93-102 (citações, p. 100, 93); Ruth Bader Ginsburg, “Some Thoughts on Autonomy and Equality in Relation to *Roe v. Wade*”, *North Carolina Law Review* 63 (1984-1985), p. 375-386 (citação, p. 383).
109. Self, *All in the Family*, p. 385, 391-393. Ver também Nancy F. Cott, *Public Vows: A History of Marriage and the Nation* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000).
110. *Bowers v. Hardwick*, 478 U.S. 186 (1986). Sobre o lugar da análise histórica no tribunal à época, ver Erwin Chemerinsky, “History, Tradition, the Supreme Court, and the First Amendment”, *Hastings Law Journal* 44 (1993), p. 919.
111. Thurgood Marshall, discurso do bicentenário, Seminário Anual da Associação de Marcas e patentes de São Francisco, Maui, Havaí, 6 de maio de 1987.
112. Robert Bork, *Saving Justice: Watergate, the Saturday Night Massacre, and Other Adventures of a Solicitor General* (Nova York: Encounter Books, 2013), p. 86; Robert Bork, “The Great Debate”, Faculdade de Direito da Universidade de San Diego, San Diego, Califórnia, 18 de novembro de 1985; armas: Reva B. Siegel, “Dead or Alive: Originalism as Popular Constitutionalism in *Heller*”, Bork citado na p. 224.
113. Congresso dos Estados Unidos, Senado, Comitê do Judiciário, *Nomination of Robert H. Bork to Be Associate Justice of the United States Supreme Court: Hearings before the Committee on the Judiciary, United States Senate, One Hundredth Congress, First Session, on the Nomination of Robert H. Bork to Be Associate Justice of the Supreme Court of the*

United States (Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1987), p. 2818.

114. The People for the American Way, comercial anti-Bork, 1987, www.pfaw.org.

115. John Corry, “Evaluating Bork on TV”, *NYT*, 17 de setembro de 1987; Linda Greenhouse, “The Bork Battle: Visions of the Constitution”, *NYT*, 4 de outubro de 1987. Filmagem do programa *NewsHour* da PBS em <https://www.youtube.com/watch?v=5ffTtOMIJAK>.

116. Michael Avery e Danielle McLaughlin, *The Federalist Society: How Conservatives Took the Law Back from Liberals* (Nashville, TN: Vanderbilt University Press, 2013), p. 26-27.

117. Patterson, *Restless Giant*, p. 214-216.

118. Arthur M. Schlesinger Jr., *The Disuniting of America: Reflections on a Multicultural Society* (Nova York: Norton, 1991, 1992, 1998), p. 11; Irving Kristol, “My Cold War”, *National Interest* 31 (1993), p. 141-144. Sobre o histórico dos códigos de discurso de ódio, ver Erwin Chemerinsky e Howard Gillman, *Free Speech on Campus* (New Haven, CT: Yale University Press, 2017).

119. Maureen Dowd, “The 1992 Campaign”, *NYT*, 18 de maio de 1992.

120. Patrick Buchanan, “Culture War”, Convenção Nacional Republicana, Houston, Texas, 17 de agosto de 1992.

121. Robert H. Bork, *Slouching Towards Gomorrah: Modern Liberalism and American Decline* (Nova York: ReganBooks, 1996), p. 2.

122. Carl Bernstein, *A Woman in Charge: The Life of Hillary Rodham Clinton* (Nova York: Alfred A. Knopf, 2007), p. 30-38, 54-56, 69; Mark Leibovich, “In Turmoil of '68, Clinton Found a New Voice”, *NYT*, 5 de setembro de 2007; sobre a história de seu nome, ver Janell Ross, “The Complicated History Behind Hillary Clinton’s Evolving Name”, *Washington Post*, 25 de julho de 2015.

123. O termo foi cunhado por Peter Drucker em 1962 (Saval, *Cubed*, p. 197, 201).
124. Lily Geismer, *Don't Blame Us: Suburban Liberals and the Transformation of the Democratic Party* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015), p. 1-9.
125. Fred Turner, *From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism* (Chicago: University of Chicago Press, 2006), p. 2.
126. Ibid., p. 81; *The Last Whole Earth Catalog: Access to Tools* (Menlo Park, CA: Portola Institute, distribuído por Random House, 1971), p. 344, 248-249, 225, 389.
127. Turner, *From Counterculture to Cyberculture*, p. 38, 76-77, 98. Ver também, por exemplo, "Kibbutz: Venture in Utopia", *Whole Earth Catalog* (San Rafael, CA: Point Foundation, 1998), p. 42.
128. Isaacson, *The Innovators*, p. 268-281.
129. Patterson, *Restless Giant*, p. 59-60.
130. Frederick G. Dutton, *Changing Sources of Power: American Politics in the 1970s* (Nova York: McGraw-Hill, 1971), cap. 7.
131. Thomas Frank, *Listen, Liberal: Or, What Ever Happened to the Party of the People?* (Nova York: Metropolitan Books, 2016), p. 46-53.
132. Crichtlow, *Conservative Ascendancy*, p. 203; Al From e Alice McKeon, *The New Democrats and the Return to Power* (Nova York: Palgrave Macmillan, 2013), principalmente o cap. 5; Patterson, *Restless Giant*, p. 190.
133. Michael Rothschild, "Beyond Repair: The Politics of the Machine Age Are Hopelessly Obsolete", *New Democrat*, julho/agosto de 1995, p. 8-11.
134. Patterson, *Restless Giant*, p. 249; "Stories of Bill", *Frontline*, <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/choice/bill/greenberg.html>, acesso em 28 de agosto de 2017.
135. Davis and Clark, *Thurgood Marshall*, p. 5.

136. Bill Clinton e Hillary Clinton, entrevista por Steve Kroft, *60 Minutes*, CBS, 26 de janeiro de 1992; Patterson, *Restless Giant*, p. 256.
137. Patterson, *Restless Giant*, p. 253; Bob Woodward, *The Agenda: Inside the Clinton White House* (Nova York: Simon & Schuster, 1994), p. 117.
138. Margaret Carlson, “A Hundred Days of Hillary”, *Vanity Fair*, 1º de junho de 1993. Sobre o nome, ver Ross, “The Complicated History Behind Hillary Clinton’s Evolving Name”.
139. “Harry and Louise on Clinton’s Health Plan”, vídeo do YouTube, 1:00, transmitido em 1994, publicado por “danieljbmitchell” em 15 de julho de 2007, <https://www.youtube.com/watch?v=Dt31nhleeCg>; William Kristol aos líderes republicados, em 2 de dezembro de 1993, memorando, <https://www.scribd.com/document/12926608/William-Kristol-s-1993-Memo-Defeating-President-Clinton-s-Health-Care-Proposal>; Brownstein, *Second Civil War*, p. 155; Patterson, *Restless Giant*, p. 328-330.
140. Frank, *Listen, Liberal*, p. 78-79.
141. Biden apud Frank, *Listen, Liberal*, p. 93; Elizabeth Hinton, Julilly Kohler-Hausmann e Vesla M. Weaver, “Did Blacks Really Endorse the 1994 Crime Bill?”, *NYT*, 13 de abril de 2016.
142. Kleiman, *When Brute Force Fails*, p. 1; Michelle Alexander, *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness* (Nova York: The New Press, 2010, 2012), p. 3-60.
143. William J. Clinton, “Declaração sobre a assinatura da Lei de Responsabilidade Social e Oportunidade de Trabalho de 1996”, Washington, DC, 22 de agosto de 1996.
144. Stephen Labaton, “A New Financial Era”, *NYT*, 23 de outubro de 1999; Frank, *Listen, Liberal*, p. 119.
145. “What We Believe”, Coletivo do Rio Combahee, abril de 1977, <http://circuitous.org/scraps/combahee.html>. O Combahee é

um rio associado às missões de resgate de Harriet Tubman.

146. Sobre a ascensão do trauma, ver Anne Rothe, *Popular Trauma Culture: Selling the Pain of Others in the Mass Media* (New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2011), e principalmente Ruth Leys, *Trauma: A Genealogy* (Chicago: University of Chicago Press, 2000). Para uma visão amarga, ver Mark Lilla, *The Once and Future Liberal: After Identity Politics* (Nova York: Harper, 2017).

147. Gordon, *Moral Property*, p. 309.

148. Mark Hamm, *Apocalypse in Oklahoma: Waco and Ruby Ridge Revenged* (Boston: Northeastern University Press, 1997), p. 158.

149. Jonathan Kay, *Among the Truthers: A Journey into the Growing Conspiracist Underground of 9/11 Truthers, Birthers, Armageddonites, Vaccine Hysterics, Hollywood Know-Nothings and Internet Addicts* (Nova York: HarperCollins, 2011), p. 27-29; Lee Nichols, “Libertarians on TV”, *Austin Chronicle*, 7 de agosto de 1998.

150. Allan Bloom, *The Closing of the American Mind* (1987; Nova York: Simon & Schuster, 2008), p. 25; Todd Gitlin, *The Twilight of Common Dreams: Why America Is Wracked by Culture Wars* (Nova York: Metropolitan Books, 1995), p. 35-36; e sobre a história do politicamente correto, p. 169-171.

151. Chemerinsky e Gillman, *Free Speech on Campus*, p. 71; Herbert Marcuse, “Repressive Tolerance”, em Robert Paul Wolff, Barrington Moore Jr. e Herbert Marcuse, *A Critique of Pure Tolerance* (Boston: Beacon, 1965); Henry Louis Gates Jr., “Critical Race Theory and the Freedom of Speech”, *The Future of Academic Freedom*, ed. Louis Menard (Chicago: University of Chicago Press, 1996), cap. 5.

152. Hemmer, *Messengers of the Right*, p. 258-259; Daly, *Covering America*, p. 412.

153. Philip Seib, *Rush Hour: Talk Radio, Politics, and the Rise of Rush Limbaugh* (Fort Worth, TX: The Summit Group, 1993), p. 4,

27, 59; Ze'ev Chafets, *Roger Ailes: Off Camera* (Nova York: Sentinel, 2013), 62-63; Charles J. Sykes, *How the Right Lost Its Mind* (Nova York: St. Martin's, 2017), p. 135.

154. Baxter, história oral, 1972, p. 17, 22- 4.

155. Sherman, *Loudest Voice*, p. 115-16.

156. Roger Ailes com Jon Kraushar, *You Are the Message: Getting What You Want by Being Who You Are* (Nova York: Crown Business, 1988, 1995), p. 17, 82.

157. Minow e Sloan, *For Great Debates*, p. 28; Dorothy S. Ridings a Editores e Redatores de Editoriais, 23 de setembro de 1983, Documentos de Dorothy Ridings, Biblioteca Schlesinger, Radcliffe, caixa 1.

158. Ailes, *You Are the Message*, p. 23-24; Chafets, *Roger Ailes*, p. 48; George Farah, *No Debate: How the Republican and Democratic Parties Secretly Control the Presidential Debates* (Nova York: Seven Stories Press, 2004), p. 89.

159. Bush em entrevista a James Lehrer, *Debating Our Destiny: 40 Years of Presidential Debate* (Washington, DC: MacNeil/Lehrer Productions, 2000).

160. Cronkite fez suas observações originalmente na palestra Theodore H. White de 1990 na Kennedy School de Harvard; Farah, *No Debate*, p. 32-33, 90, 93.

161. Daly, *Covering America*, p. 401-415; Gabriel Sherman, *The Loudest Voice in the Room: How the Brilliant, Bombastic Roger Ailes Built Fox News — and Divided a Country* (Nova York: Random House, 2014), p. 183.

162. Ken Auletta, "Vox Fox", *TNY*, 26 de maio de 2003. Sherman, *Loudest Voice*, p. 175. Jane Hall, "Murdoch Will Launch 24-Hour News Channel; Roger Ailes Will Head the New Service", *Los Angeles Times*, 30 de janeiro de 1996.

163. Sherman, *Loudest Voice*, p. 230.

164. Markus Prior, *Post-Broadcast Democracy: How Media Choice Increase Inequality in Political Involvement and Polarizes*

Elections (Nova York: Cambridge University Press, 2007).

165. Leibovich, *This Town*, p. 101-107; Sherman, *Loudest Voice*, p. 200, 229.

166. Benjamin Ginsberg e Martin Shefter, *Politics by Other Means: Politicians, Prosecutors, and the Press from Watergate to Whitewater*, edição revisada e atualizada (Nova York: Norton, 1990, 1999), figura 1.1, p. 27.

167. Kenneth Starr e o Gabinete da Advocacia Independente dos Estados Unidos. *The Starr Report: The Findings of Independent Counsel Kenneth W. Starr on President Clinton and the Lewinsky Affair* (Nova York: Public Affairs, 1998), p. 49-50. A citação é atribuída a Lewinsky por David Halberstam, *War in a Time of Peace: Bush, Clinton, and the Generals* (Nova York: Scribner, 2001), p. 372.

168. Johnson, *Best of Times*, p. 254.

169. *Ibid.*, p. 259.

170. *Ibid.*, p. 272-273.

171. *Ibid.*, p. 232-233, 292; William J. Clinton, entrevistado por Jim Lehrer, no programa *The NewsHour with Jim Lehrer*, PBS, 21 de janeiro de 1998; Patterson, *Restless Giant*, p. 390; *Today*, entrevista com Matt Lauer, 27 de janeiro de 1998.

172. Sherman, *Loudest Voice*, p. 236-238, 245; Brownstein, *Second Civil War*, p. 171; A. M. Rosenthal, "Risking the Presidency", *NYT*, 17 de março de 1998; Andrew Sullivan, "Lies That Matter", *TNR*, 14 e 21 de setembro de 1998.

173. Hemmer, *Messengers of the Right*, p. xiii-xiv.

174. Johnson, *The Best of Times*, p. 328-330, 373-374, 397; Steven M. Gillon, *The Pact: Bill Clinton, Newt Gingrich, and the Rivalry That Defined a Generation* (Nova York: Oxford University Press, 2008), p. 249; Katharine Q. Seelye, "The Speaker Steps Down", *NYT*, 7 de novembro de 1998.

175. Gloria Steinem, "Why Feminists Support Clinton", *NYT*, 22 de março de 1998; Toni Morrison, "On the First Black President",

TNY, 5 de outubro de 1998.

176. Patterson, *Restless Giant*, p. 267; “Letter to Conservatives”, de Paul M. Weyrich, 16 de fevereiro de 1999, em Direct Line, <http://www.rfcnet.org/archives/weyrich.htm>.

177. Anthony Lewis, “Nearly a Coup”, *New York Review of Books*, 13 de abril de 2000.

178. “Decidi que os imóveis eram um negócio muito melhor”, ele explicou mais tarde: Donald J. Trump com Tony Schwartz, *The Art of the Deal (A arte da negociação*. Porto Alegre: Citadel, 2018) (Nova York: Random House, 1987), p. 77.

179. Ibid., p. 77-81; David Dunlap, “Meet Donald Trump”, *NYT [Insider]*, 30 de julho de 2015.

180. Luis Romano, “Donald Trump, Holding All the Cards”, *Washington Post*, 15 de novembro de 1984.

181. Trump, *The Art of the Deal*, p. 105, 107; Fox Butterfield, “New Hampshire Speech Earns Praise for Trump”, *NYT*, 23 de outubro de 1987.

182. Patterson, *Restless Giant*, p. 357; Lawrence R. Samuel, *Rich: The Rise and Fall of American Wealth Culture* (Nova York: American Management Association, 2009), p. 224-231.

183. Carl Rowan, “The Uglification of Presidential Politics”, *Titusville (PA) Herald*, 3 de novembro de 1999; Donald Trump, entrevistado por Chris Matthews, *Hardball with Chris Matthews*, NBC News, 27 de agosto de 1998; Adam Nagourney, “President? Why Not?”, *NYT*, 25 de setembro de 1999.

184. Donald J. Trump com Dave Shiflett, *The America We Deserve* (Los Angeles: Renaissance Books, 2000), p. 261; The Donald 2000, <https://web.archive.org/web/19991104133242/http://thedonald2000.org/>; “In to Win? Trump Eyes Candidacy”, *Harrisburg (PA) Daily News Record*, 8 de outubro de 1999; Nagourney, “President? Why Not?”; Chris Matthews, “Gotham Hero”, *Corbin Times Tribune*, 1º de dezembro de 1999; Tony Kornheiser, “Look Who’s

Running for President”, *The Titusville Herald*, 13 de outubro de 1999.

185. Trump, *The America We Deserve*, p. 271-272; Adam Nagourney, “President? Why Not?”.

186. Maureen Dowd, “Behold the Flirtation of the Trumpster”, *Lowell Sun*, 18 de novembro de 1999; Adam Nagourney, “Trump Proposes Clearing Nation’s Debt at Expense of the Rich”, *NYT*, 10 de novembro de 1999; William Mann, “If Donald Trump Were President”, *Syracuse (New York) Post-Standard*, 1º de novembro de 1999.

187. Mark Shields, “A Wonderful Holiday”, *Daily Herald Chicago*, 24 de novembro de 1999; The Donald 2000, <https://web.archive.org/web/20000116042120/http://www.thedonald2000.org/>. <https://web.archive.org/web/20000116042120/http://www.thedonald2000.org/>; Michael Janofsky, “Trump Speaks Out About Just About Everything”, *NYT*, 8 de janeiro de 2000.

188. George W. Bush, discurso de aceitação da nomeação presidencial, Convenção Nacional Republicana, Filadélfia, Pensilvânia, 3 de agosto de 2000; Frum apud Kevin M. Kruse, “Compassionate Conservatism: Religion in the Age of George W. Bush”, em Julian E. Zelizer, ed., *The Presidency of George W. Bush: A First Historical Assessment* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010), p. 230.

189. Sherman, *Loudest Voice*, p. 253, 259-260; Jane Mayer, “Dept. of Close Calls: George W.’s Cousin”, *TNY*, 20 de novembro de 2000.

190. Jeffrey Toobin, *Too Close to Call: The Thirty-Six Day Battle to Decide the 2000 Election* (Nova York: Random House, 2001), p. 25; Johnson, *Best of Times*, p. 523-524.

191. Toobin, *Too Close to Call*, p. 266-267.

192. Patterson, *Restless Giant*, p. 410-416; *Bush v. Gore*, 531 U.S. 98 (2000) (Stevens contrário).

193. "Count the Spoons", *Washington Post*, 24 de janeiro de 2001; Johnson, *The Best of Times*, p. 546-547.

194. George W. Bush, discurso de aceitação da eleição para 43º presidente dos Estados Unidos, Austin, Texas, 13 de dezembro de 2000. Linda Greenhouse, "Bush Prevails", *NYT*, 13 de dezembro de 2000.

Capítulo 16: AMÉRICA DESTROÇADA

1. Esse relato deriva principalmente de *The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks upon the United States* (Nova York: Norton, 2004), cap. 1 e 9; e *Understanding 9/11: A Television Archive*, <https://archive.org/details/911>. “F93 Attendent CeeCee Lyles Leaves a Message for Her Husband”, vídeo do YouTube, 0:45, publicado por “911NeverForget” em 21 de maio de 2008, <https://www.youtube.com/watch?v=fUrXsrTKHN4>.
2. “America Under Attack”, CNN.com, 11 de setembro de 2001.
3. “World Trade Center Toppled in Attack”, *NYT*, 11 de setembro de 2001, e “Terrorists Attack New York and Washington”, *NYT*, 11 de setembro de 2001.
4. “America Under Attack”, Drudge Report, http://www.drudgereportarchives.com/data/specialreports/EFG/20010911_0855.htm.
5. “Terrorism Hits America”, FOX News, 11 de setembro de 2001.
6. George W. Bush, “Discurso à Nação no 11 de Setembro”, Washington, DC, 11 de setembro 2001.
7. Samuel P. Huntington, “Clash of Civilizations?”, *Foreign Affairs*, verão de 1993. Ver também Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (Nova York: Simon & Schuster, 1996, 2011).
8. George W. Bush, Discurso à Nação no 11 de Setembro.
9. Apud David Remnick, *The Bridge: The Life and Rise of Barack Obama* (Nova York: Knopf, 2010), p. 337.
10. Susan Sontag, “Tuesday, And After”, *TNY*, 24 de setembro de 2001.

11. Charles Krauthammer, “Voices of Moral Obtuseness”, *Washington Post*, 21 de setembro de 2001. E, para uma síntese, ver Celeste Bohlen, “Think Tank: In New War on Terrorism, Words Are Weapons, Too”, *NYT*, 29 de setembro de 2001.
12. Ann Coulter, “This Is War”, *National Review* (on-line), 13 de setembro de 2001, e impresso em 17 de setembro de 2001.
13. Jonah Goldberg, “L’Affaire Coulter”, *National Review*, 2 de outubro de 2017.
14. Apud Leonard Zeskind, *Blood and Politics: The History of the White Nationalist Movement from the Margins to the Mainstream* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2009), 516.
15. Laurie Goodstein, “After the Attacks”, *NYT*, 15 de setembro de 2001; John F. Harris, “Falwell Apologizes for Remarks”, *Washington Post*, 18 de setembro de 2001.
16. <https://archive.org/details/TheAlexJonesRadioShowOn9-11-2001>. Ver também Alexander Zaitchik, “Meet Alex Jones”, *Rolling Stone*, 2 de março de 2011.
17. Angela Nagle, *Kill All Normies: The On-line Culture Wars from Tumblr and 4chan to the Alt-Right and Trump* (Washington, DC: Zero Books, 2017).
18. Infowars, 11 de setembro de 2001, https://web.archive.org/web/20011201080653/http://infowars.com:80/archive_wtc.htm; Jones, em seu filme de 2005, *Martial Law 9-11*, é citado em Sykes, *How the Right Lost Its Mind*, p. 108.
19. Remnick, *The Bridge*, p. 362, 370.
20. Barack Obama, “A More Perfect Union”, discurso na Filadélfia, Pensilvânia, 18 de março de 2005.
21. David Remnick, “The President’s Hero”, *TNY*, 19 de junho de 2017.
22. Marc Mauer, *Young Black Americans and the Criminal Justice System: Five Years Later* (Washington DC: The Sentencing Project, 1995).
23. Kay, *Among the Truthers*, p. xvii.

24. David Maraniss, *Barack Obama: The Story* (Nova York: Simon & Schuster, 2012), p. xxiii.
25. Dinesh D'Souza, *The Roots of Obama's Rage*, (Washington, DC: Regnery, 2010), p. 26-27, 34, 215, 198.
26. Gregory Krieg, "14 of Trump's Most Outrageous 'Birther' Claims — Half from after 2011", CNN Politics, 16 de setembro de 2016.
27. David Graham, "The Unrepentant Birtherism of Donald Trump", *Atlantic*, 16 de setembro de 2016.
28. Leonard Zeskind, *Blood and Politics: The History of the White Nationalist Movement from the Margins to the Mainstream* (Nova York: Farrar Straus Giroux, 2009), p. 519-527.
29. Trump conseguiu o material sobre Coulter com Corey Lewandowski, de acordo com Sykes, *How the Right Lost Its Mind*, p. 155-156.
30. Ann Coulter, *!Adios, America! The Left's Plan to Turn Our Country into a Third World Hellhole* (Nova York: Regnery, 2015), p. 1-2.
31. Seema Mehta, "Transcript: Clinton's Full Remarks as She Called Half of Trump Supporters 'Deplorables'", *Los Angeles Times*, 10 de setembro de 2016; Romney: <http://www.politifact.com/truth-o-meter/statements/2012/sep/18/mitt-romney/romney-says-47-percent-americans-pay-no-income-tax/>.
32. Jones apud Sykes, *How the Right Lost Its Mind*, p. 109; Tessa Stuart, "How 'Lock Her Up!' Became a Mainstream GOP Rallying Cry", *Rolling Stone*, 21 de julho de 2016.
33. Stephanie Condon, "Obama Campaign Launches 'Truth Team'", CBS News, 13 de fevereiro de 2012.
34. Katharine Q. Seelye, "Wilson Calls His Outburst 'Spontaneous'", *NYT*, 10 de setembro de 2009; Barney Henderson, David Lawler e Louise Burke, "Donald Trump Attacks Alleged Russian Dossier as 'Fake News' and Slams BuzzFeed

and CNN at Press Conference”, *Telegraph*, 11 de janeiro de 2017.

35. “Fact-Checking Trump’s Claim That Thousands in New Jersey Cheered When World Trade Center Tumbled”, PolitiFact, 21 de novembro de 2015.

36. Eric Hananoki e Timothy Johnson, “Donald Trump Praises Leading Conspiracy Theorist Alex Jones And His ‘Amazing’ Reputation”, Media Matters for America, 2 de dezembro de 2015.

37. Trump pediu por essa proibição em 7 de dezembro de 2016, mas após uma contestação judicial ao veto migratório de sua administração, a chamada foi apagada de seu site. Laurel Raymond, “Trump, Who Campaigned on a Muslim Ban, Says to Stop Calling It a Muslim Ban”, Think-Progress, 30 de janeiro de 2017, <https://thinkprogress.org/trump-who-campaigned-on-a-muslim-ban-says-to-stop-calling-it-a-muslim-ban-630961d0fbcf/>.

38. David Runciman, *How Democracy Ends (Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018) (Nova York: Basic Books, 2018); Patrick Deneen, *Why Liberalism Failed (Por que o liberalismo fracassou*. São Paulo: Âyiné, 2020) (New Haven, CT: Yale University Press, 2018); Sykes, *How the Right Lost Its Mind*; Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, *How Democracies Die (Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018) (Nova York: Crown, 2018).

39. Karen Breslau, “One Nation, Interconnected”, *Wired*, maio de 2000, p. 154.

40. Em geral, ver G. John Ikenberry, *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011).

41. Sam Reisman, “Trump Tells Crowd to ‘Knock the Crap Out’ of Protesters, Offers to Pay Legal Fees”, *Mediaite*, 1º de fevereiro de 2016. Ver também Louis Jacobson e Manuela Tobias, “Has Donald Trump Never ‘Promoted or Encouraged Violence’?”, PolitiFact, 5 de julho de 2017.

42. Isaacson, *The Innovators*, cap. 7.
43. Stewart Brand, “We Owe It All to the Hippies”, *Time*, 1º de março de 1995, p. 54.
44. Fred Turner, *From Counterculture to Cyberculture: Stewart Brand, the Whole Earth Network, and the Rise of Digital Utopianism* (Chicago: University of Chicago Press, 2006), p. 216-218; Louis Rossetto, “Why Wired?”, *Wired*, março de 1993. Sobre a biografia e a política de Rossetto, ver Turner, *From Counterculture to Cyberculture*, p. 209-211; Owen Thomas, “The Ultimate Luxury Is Meaning and’... Chocolate?”, *Gawker*, 12 de dezembro de 2007. Ver também Mitchell Kapor, “Where Is the Digital Highway Really Heading?”, *Wired*, julho e agosto de 1993.
45. Roger Parloff, “Newt Gingrich and His Sleazy Ways: A History Lesson”, *Fortune*, 5 de dezembro de 2011; Esther Dyson, “Friend and Foe”, *Wired*, agosto de 1995; Po Bronson, “George Gilder”, *Wired*, março de 1996; Turner, *From Counterculture to Cyberculture*, p. 208, 215, 222-224.
46. Esther Dyson et. al., “Cyberspace and the American Dream: A Magna Carta for the Knowledge Age”, Fundação Progresso e Liberdade, 22 de agosto de 1994, <http://www.pff.org/issues-pubs/futureinsights/fi1.2magnacarta.html>.
47. Guy Lamolinara, “Wired for the Future: President Clinton Signs Telecom Act at LC”, *Library of Congress Information Bulletin*, 19 de fevereiro de 1996. Ver também Andy Greenberg, “It’s Been 20 Years Since John Perry Barlow Declared Cyberspace Independence”, *Wired*, 3 de junho de 2017, <https://www.wired.com/2016/02/its-been-20-years-since-this-man-declared-cyberspace-independence/>.
48. John Perry Barlow, “A Declaration of the Independence of Cyberspace”, Fundação da Fronteira Eletrônica, 8 de fevereiro de 1996, <https://www.eff.org/cyberspace-independence>.
49. Mariana Mazzucato, *The Entrepreneurial State: Debunking Private v. Public Sector Myths* (O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. Setor privado. São

Paulo: Portfolio-Penguin, 2014) (Londres: Anthem Press, 2013); A. B. Atkinson, *Inequality: What Can Be Done? (Desigualdade: o que pode ser feito?)* Rio de Janeiro: Leya, 2016) (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015), p. 82, 118.

50. David O. Sacks e Peter A. Thiel, *The Diversity Myth: Multiculturalism and Political Intolerance on Campus* (Oakland, CA: The Independent Institute, 1995, 1998); Haynes Johnson, *The Best of Times: America in the Clinton Years* (Nova York: Harcourt, Inc., 2001), p. 25; WorldWideWeb SLAC Home Page, 24 de dezembro de 1993, <https://swap.stanford.edu/19940102000000/http://slacvm.slac.stanford.edu/FIND/slac.html>; George Packer, *The Unwinding: An Inner History of the New America* (Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2013), p. 129-134.

51. Johnson, *Best of Times*, p. 25, 57; Turner, *From Counterculture to Cyberspace*, p. 214.

52. Edmund Burke ao Chevalier de Rivarol, 1º de junho de 1791, *Correspondence of the Right Honourable Edmund Burke*, ed. Earl Fitzwilliam and Sir Richard Bourke, KCB, 4 vols. (Londres, 1844), v. 3, p. 211; *Gazette of the United States*, 10 de junho de 1800.

53. Ver Joseph A. Schumpeter, *Essays on Entrepreneurs, Innovations, Business Cycles, and the Evolution of Capitalism*, ed. Richard V. Clemence (1951; New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1989). No que diz respeito às origens dos estudos da inovação, ver Benoît Godin, “Innovation Studies’: The Invention of a Specialty”, *Minerva* 50 (2012): 397-421, e principalmente Jan Fagerberg et. al., eds., *The Oxford Handbook of Innovation* (Nova York: Oxford University Press, 2006), introdução — atente, em especial, para a figura 1.1 (um gráfico de artigos acadêmicos com a palavra “inovação” no título, 1955-2005); e o Box 1.2 (sobre Schumpeter como teórico da inovação).

54. Clayton M. Christensen, *The Innovator’s Dilemma: The Revolutionary Book That Will Change the Way You Do Business* (O dilema do inovador: quando as novas tecnologias levam as

empresas ao fracasso. São Paulo: M. Books, 2019) (1997; Nova York: HarperBusiness, 2011). Sobre os primeiros usos, ver Jean-Marie Dru, *Disruption: Overturning Conventions and Shaking Up the Marketplace (Além da disrupção: mudando as regras do mercado*. São Paulo: Cultrix, 2005) (Nova York: Wiley, 1996).

55. Abordo as evidências incertas da “inovação disruptiva” em “The Disruption Machine”, *TNY*, 23 de junho de 2014; referências bibliográficas do artigo podem ser encontradas em https://scholar.harvard.edu/files/jlepore/files/lepore_disruption_bibliography_6_16_14_0.pdf. Sobre negligência, ver, por exemplo Jonathan Taplin, *Move Fast and Break Things: How Facebook, Google, and Amazon Cornered Culture and Undermined Democracy* (Nova York: Little, Brown, 2017).

56. Franklin, “Apology for Printers”.

57. Daly, *Covering America*, cap. 13.

58. Apud Matthew Hindman, *The Myth of Digital Democracy* (Princeton NJ: Princeton University Press, 2009), p. 2.

59. Taplin, *Move Fast and Break Things*, p. 6, 21. Ver também Ken Auletta, *Googled: The End of the World as We Know It (Googled: A história da maior empresa do mundo virtual e como sua ascensão afeta as empresas do mundo real*. Rio de Janeiro: Agir, 2011) (Nova York: Penguin Press, 2009).

60. Ver, em geral, Hindman, *Myth of Digital Democracy*; Cass Sunstein, *Republic.com* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001); Nathan Heller, “The Failure of Facebook Democracy”, *TNY*, 18 de novembro de 2016.

61. George W. Bush, discurso em uma Sessão Conjunta do Congresso dos Estados Unidos em Resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro, Washington, DC, 20 de setembro de 2001; “The National Security Strategy of the United States of America”, março de 2006, <http://web.archive.org/web/20060517140100/www.whitehouse.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf>.

62. Stephen E. Atkins, *The 9/11 Encyclopedia: Second Edition* (Santa Barbara: ABC-CLIO, LLC, 2011), p. 741; *The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States* (Washington, DC: National Commission on Terrorist Attacks upon the United States, 2004), cap. 2.

63. Daniel Wirls, *Irrational Security: The Politics of Defense from Reagan to Obama* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2010), p. 17.

64. Wirls, *Irrational Security*, p. 134-135; Melvin A. Goodman, *National Insecurity: The Cost of American Militarism* (São Francisco: City Lights, 2013), p. 279, 327; Timothy Naftali, “George W. Bush and the ‘War on Terror’”, em Zelizer, *The Presidency of George W. Bush*, p. 59-87; George W. Bush, “Remarks at the Embassy of Afghanistan”, Washington, DC, 10 de setembro de 2002.

65. Fredrik Logevall, “Anatomy of an Unnecessary War: The Iraq Invasion”, em Zelizer, *The Presidency of George W. Bush*, p. 88-113; Patrick J. Buchanan, *Where the Right Went Wrong: How Neoconservatives Subverted the Reagan Revolution and Hijacked the Presidency* (Nova York: St. Martin’s, 2004), p. 6, 233.

66. Pew Research, “The Military-Civilian Gap”, 23 de novembro de 2011, <http://www.pewsocialtrends.org/2011/11/23/the-military-civilian-gap-fewer-family-connections/>; Goodman, *National Insecurity*, p. 8-9, 30, 211.

67. Katharine Q. Seeyle e Ralph Blumenthal, “Documents Suggest Special Treatment for Bush in Guard”, *NYT*, 9 de setembro de 2004; “Bill Clinton’s Vietnam Test”, *NYT*, 14 de fevereiro de 1992; Steven Eder e Dave Philipps, “Donald Trump’s Draft Deferments”, *NYT*, 1º de agosto de 2016; Marvin Kalb, “The Other War Haunting Obama”, *NYT*, 8 de outubro de 2011.

68. “War and Sacrifice in the Post-9/11 Era”, Pew Research Center’s Social & Demographic Trends Project, 4 de outubro de

2011, <http://www.pewsocialtrends.org/2011/10/05/war-and-sacrifice-in-the-post-911-era/>.

69. Andrew J. Bacevich, *The New American Militarism: How Americans Are Seduced by War* (Nova York: Oxford University Press, 2005), p. 2; Andrew J. Bacevich, *Washington Rules: America's Path to Permanent War* (Nova York: Metropolitan Books, 2010), p. 27.

70. Kathleen Hall Jamieson e Joseph N. Cappella, *Echo Chamber: Ross Limbaugh and the Conservative Media Establishment* (Nova York: Oxford University Press, 2008), p. x-xiii.

71. Apud David Roberts, "Donald Trump and the Rise of Tribal Epistemology", *Vox*, 19 de maio de 2017, <https://www.vox.com/policy-and-politics/2017/3/22/14762030/donald-trump-tribal-epistemology>.

72. Para uma amostra de transcrição em tempo de guerra, ver "Excuse Us for Taking the War on Terror Seriously", *Rush Limbaugh Show*, 31 de julho de 2006, https://www.rushlimbaugh.com/daily/2006/07/31/excuse_us_for_taking_the_war_on_terror_seriously/. Para uma discussão sobre o *status* de sua convocação para o Vietnã, ver (citando o biógrafo de Limbaugh), "Rush Limbaugh Avoided the Draft Due to Pilonidal Cyst?", *Snopes*, 17 de junho de 2014, <https://www.snopes.com/politics/military/limbaugh.asp>.

73. Chafets, *Roger Ailes*, p. 96; Alexandra Kitty, *Outfoxed* (Nova York: Disinformation, 2005), cap. 7; Daly, *Covering America*, p. 418, 419, <https://www.mediamatters.org/research/2004/07/14/33-internal-fox-editorial-memos-reviewed-by-mm/131430>.

74. "Interview with Matt Labash, *The Weekly Standard* — May 2003", JournalismJobs.com, 3 de outubro de 2003, http://web.archive.org/web/20031003110233/http://www.journalismjobs.com/matt_labash.cfm. Ver também David Greenberg, "Creating Their Own Reality: The Bush Administration and

Expertise in a Polarized Age”, em Zelizer, *The Presidency of George W. Bush*, p. 202.

75. Greenberg, “Creating Their Own Reality”, p. 210-218.

76. Ron Suskind, “Faith, Certainty and the Presidency of George W. Bush”, *NYT*, 17 de outubro de 2004. Ver também Greenberg: “Assim, durante os anos de Bush, a direita passou a promover um relativismo epistemológico radical: a ideia de que as afirmações de especialistas consagrados não tinham fundamentação empírica e representavam uma simples escolha política. Nessa posição, os conservadores defendiam uma noção que lembrava a do pós-modernismo — ou pelo menos da vertente do pós-modernismo que nega a possibilidade de afirmações de verdade objetiva.” (“Creating Their Own Reality”, p. 203-204).

77. Stephen Colbert, “The Word”, *The Colbert Report*, v. 2, p. 40, 17 de outubro de 2005. <http://www.cc.com/video-clips/63ite2/the-colbert-report-the-word---truthiness>.

78. John Ashcroft, “Remarks on the Patriot Act”, discurso, Boise, Idaho, 25 de agosto de 2003. <https://www.justice.gov/archive/ag/speeches/2003/082503patriota.ctremarks.htm>.

79. Ordem militar de 13 de novembro de 2001, detenção, tratamento e julgamento de não cidadãos na guerra contra o terrorismo, *Federal Register*, 16 de novembro de 2001, p. 66, 222; Jess Bravin, *The Terror Courts: Rough Justice at Guantanamo Bay* (New Haven, CT: Yale University Press, 2013), p. 39.

80. Ashcroft apud Bravin, *Terror Courts*, p. 41; quando Rice e Powell descobriram que Bush tinha assinado a ordem, ver p. 41-44; Ordem militar de 13 de novembro de 2001; Cheney apud Bravin, p. 47.

81. Julian Zelizer, “Establishment Conservative: The Presidency of George W. Bush”, em Zelizer, *The Presidency of George W. Bush*, p. 1-14.

82. Sobre o início da carreira de Rumsfeld, ver James Mann, “Close-Up: Young Rumsfeld”, *Atlantic*, novembro de 2003.
83. Mahvish Khan, *My Guantánamo Diary: The Detainees and the Stories They Told Me* (Nova York: PublicAffairs, 2008), p. 55-57; Bravin, *Terror Courts*, p. 76. Ver também Jonathan Hafetz, *Habeas Corpus after 9/11: Confronting America’s New Global Detention System* (Nova York: New York University Press, 2011), p. 28-29.
84. John Yoo e Robert J. Delahunty a William J. Haynes II, Memorando. Uso de tratados e leis com detentos da al Qaeda e do Talibã, 9 de janeiro de 2002, <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB127/02.01.09.pdf>; Bravin, *Terror Courts*, p. 62-63, 71, 74-75, 76-77; Gonzales, 24 de janeiro de 2002, apud Hafetz, *Habeas Corpus*, p. 20. Ver também Mary L. Dudziak, “A Sword and a Shield: The Uses of Law in the Bush Administration”, em Zelizer, *The Presidency of George W. Bush*, p. 39-58.
85. Hafetz, *Habeas Corpus*, p. 21, 23-24, 37-38, 267n56; Donald Rumsfeld, Memorando a James T. Hill, Comando Sul dos EUA, abril de 2003, <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB127/03.04.16.pdf>; Scott Shane, “China Inspired Interrogations at Guantánamo”, *NYT*, 2 de julho de 2008; Bravin, *Terror Courts*, p. 161.
86. Eliza Griswold, “Black Hole; The Other Guantanamo”, *TNR*, 7 de maio de 2007; “Barack Obama 2003: National Security vs Civil Rights”, vídeo do YouTube, 3:08, de uma entrevista transmitida pelo Illinois Channel em 6 de novembro de 2003, publicado por “IllinoisChannelTV” em 12 de junho de 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=xWeLUPd9vVg>; Hafetz, *Habeas Corpus*, p. 63.
87. James T. Patterson, “Transformative Economic Policies: Tax Cutting, Stimuli, and Bailouts”, em Zelizer, ed., *The Presidency of George W. Bush*, p. 122; Alan I. Abramowitz, *The Polarized Public: Why Our Government Is So Dysfunctional* (Upper Saddle

River, NJ: Pearson, 2013), p. 8; Ronald Brownstein, *The Second Civil War: How Extreme Partisanship Has Paralyzed Washington and Polarized America* (Nova York: Penguin, 2007), p. 4.

88. Mark Leibovich, *This Town: Two Parties and a Funeral — Plus Plenty of Valet Parking! — in America’s Gilded Capital* (Nova York: Blue Rider Press, 2013), p. 8.

89. Patterson, “Transformative Economic Policies”, p. 134-135.

90. “Inauguration Prompts Travel Rush to Washington”, CNN, 19 de novembro de 2008; Mary Anne Ostrom, “Obama’s Inauguration: Record Crowd Gathers on Mall to Celebrate ‘Achievement for the Nation’”, *San Jose Mercury News*, 20 de janeiro de 2009.

91. Barack Obama, discurso de posse, 20 de janeiro de 2009.

92. Remnick, *The Bridge*, p. 207-208, 227, 230.

93. Maraniss, *The Story of Obama*, p. 68, 162, 175-176, 193; Departamento de Saúde do Estado do Havaí, certidão de nascimento n. 151 (4 de agosto de 1961), Barack Hussein Obama, II. <http://static.politifact.com/files/birth-certificate-long-form.pdf>.

94. Barack Obama, *Dreams from My Father: A Story of Race and Inheritance* (A origem dos meus sonhos. São Paulo: Gente, 2008) (Nova York: Broadway Books, 2004), p. 85; Remnick, *The Bridge*, p. 193-196.

95. Remnick, *The Bridge*, p. 263-265; James T. Kloppenberg, *Reading Obama: Dreams, Hope, and the American Political Tradition* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2012), cap. 1; Barack Obama, “Current Issues in Racism and the Law” (disciplina da Escola de Direito da Universidade de Chicago, Chicago, IL, 1994), http://www.nytimes.com/packages/pdf/politics/2008OBAMA_LAW/Obama_CoursePk.pdf.

96. Apud Remnick, *The Bridge*, p. 294.

97. Remnick, *The Bridge*, p. 394; Barack Obama, discurso de abertura, Convenção Nacional Democrata, Boston, Massachusetts, 27 de julho de 2004.
98. Leibovich, *This Town*, p. 45.
99. Barack Obama, “Tone, Truth, and the Democratic Party”, *Daily Kos*, 30 de setembro de 2005.
100. Remnick, *The Bridge*, p. 371, 510-513.
101. Ibid., 458; Barack Obama, discurso de abertura, Convenção Nacional Democrata, 27 de julho de 2004.
102. Jennifer Aaker e Victoria Chang, “Obama and the Power of Social Media and Technology”, *European Business Review*, maio/junho de 2010.
103. Frank, *Listen, Liberal*, p. 140-141; Jacob S. Hacker e Paul Pierson, *Winner-Take-All Politics: How Washington Made the Rich Richer — And Turned Its Back on the Middle Class* (Nova York: Simon & Schuster, 2010), p. 1.
104. Hemmer, *Messengers of the New Right*, p. 273.
105. James Baldwin, “The American Dream and the American Negro”, *NYT*, 7 de março de 1965.
106. Jill Lepore, *The Whites of Their Eyes: The Tea Party’s Revolution and the Battle over American History* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010), p. 126.
107. Elizabeth Kolbert, “Political Outsider Coping with Life as an Insider”, *NYT*, 18 de agosto de 1991.
108. Piketty e Saez, “Income Inequality in the United States, 1913-1998”; Alfred Stepan e Juan J. Linz, “Comparative Perspectives on Inequality and the Quality of Democracy in the United States”, *Perspectives on Politics* 9 (2011), p. 844; Distribuição da renda familiar — Comparações entre países do Índice de Gini de 2014, 11 de novembro de 2014, http://www.photius.com/rankings/economy/distribution_of_family_income_gini_index_2014_0.html.

109. Bernard Sanders, *The Speech: A Historic Filibuster on Corporate Greed and the Decline of Our Middle Class* (Nova York: Nation Books, 2011), p. 20.
110. Ibid., p. 1, 19.
111. Aaron Bady e Mike Konczal, “From Master Plan to No Plan: The Slow Death of Higher Public Education”, *Dissent*, outono de 2012, p. 10-16; Bernie Sanders no programa *Countdown with Keith Olbermann*, MSNBC, 29 de setembro de 2011.
112. Leibovich, *This Town*, p. 43, 52, 107.
113. Ibid., p. 98.
114. *Citizens United v. FEC*, 558 U.S. 310 (2010); *Burwell v. Hobby Lobby Stores*, 572 U.S. (2014).
115. Chemerinsky e Gillman, *Free Speech on Campus*, p. 97-100.
116. Relatório do Comitê de Liberdade de Expressão, Universidade de Chicago, 2014, <http://provost.uchicago.edu/sites/default/files/documents/reports/FOECommitteeReport.pdf>.
117. Sykes, *How the Right Lost Its Mind*, p. 67.
118. E. J. Dionne, *Why the Right Went Wrong: Conservatism — from Goldwater to the Tea Party and Beyond* (Nova York: Simon & Schuster, 2016), p. 2; Frum (em 2012), apud Hemmer, *Messengers of the Right*, p. 274.
119. Alana Abramson, “How Donald Trump Perpetuated the ‘Birther’ Movement for Years”, ABC News, 16 de setembro de 2016; “Donald Trump ‘Proud’ to Be a Birther”, vídeo do YouTube, 5:59, de uma entrevista no *The Laura Ingraham Show* em 1º de setembro de 2016, publicado por “Laura Ingraham” em 30 de março de 2011, <https://www.youtube.com/watch?v=WqaS9OCOTZs>.
120. Kay, *Among the Truthers*, p. xxi.

121. Sykes, *How the Right Lost its Mind*, p. 111-113; Alexander Zaitchik, “Meet Alex Jones”, *Rolling Stone*, 2 de março de 2011; Kurt Nimmo, “New Obama Birth Certificate Is a Forgery”, Infowars, 28 de abril de 2011, <https://www.infowars.com/new-obama-birth-certificate-is-a-forgery/>; Lymari Morales, “Obama’s Birth Certificate Convinces Some, but Not All, Skeptics”, Gallup, 13 de maio de 2011, <http://www.gallup.com/poll/147530/obama-birth-certificate-convinces-not-skeptics.aspx>.

122. Judd Legum, “What Everyone Should Know About Trayvon Martin (1995-2012)”, ThinkProgress, 18 de março de 2012; “Timeline of Events in Trayvon Martin Case”, CNN, 11 de abril de 2012; “Timeline: The Trayvon Martin Shooting”, *Orlando Sentinel*, 26 de março de 2012.

123. Karen Farkas, “Chardon High School Video Shows Students Being Shot in Cafeteria”, Cleveland.com, 27 de fevereiro de 2012, http://www.cleveland.com/chardon-shooting/index.ssf/2012/02/chardon_high_school_video_show.html.

124. Sobre posse, ver o Levantamento de Armas Portáteis de 2007 (smallarmssurvey.org), comparativo e conduzido por uma organização de Genebra; o apêndice mais útil do relatório é <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/A-Yearbook/2007/en/Small-Arms-Survey-2007-Chapter-02-annexe-4-EN.pdf>. Algumas informações do levantamento daquele ano aparecem em Laura MacInnis, “U.S. Most Armed Country”, Reuters, 28 de agosto de 2007. O Levantamento de Armas Portáteis informa as fontes de suas estimativas em <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/A-Yearbook/2007/en/Small-Arms-Survey-2007-Chapter-02-annexe-3-EN.pdf>. Para dados um pouco mais antigos, porém úteis, ver Philip J. Cook e Jens Ludwig, *Guns in America: National Survey on Private Ownership and Use of Firearms* (Washington, DC: National Institute of Justice, 1997). Sobre o envolvimento de armas em assassinatos, ver, por exemplo, <https://ucr.fbi.gov/crime-in-the-u.s/2008>. E confira minha

discussão sobre a taxa de homicídio nos Estados Unidos em *The Story of America*, cap. 20.

125. *District of Columbia v. Heller*, 554 U.S. 570 (2008); Henry Martin, “Changing of the Guard”, *American Rifleman*, setembro de 2011, p. 94-97; Ronald Kessler, “David Keene Takes Over the NRA”, *Newsmax*, 28 de março de 2011; David Keene, entrevista com o autor, 30 de março de 2012.

126. Laura Johnston, “Chardon High School Emergency Plan Prepared Community for Shooting Tragedy”, *Cleveland.com*, 27 de fevereiro de 2012, http://www.cleveland.com/chardon-shooting/index.ssf/2012/02/chardon_community_prepared_for.html.

127. Cora Currier, “23 Other States Have ‘Stand Your Ground’ Laws, Too”, *Atlantic*, 22 de março de 2012.

128. Krissah Thompson e Scott Wilson, “Obama on Trayvon Martin: ‘If I Had a Son, He’d Look Like Trayvon’”, *Washington Post*, 23 de março de 2012.

129. John Hoeffel, “Woman at Gun Range Event Tells Santorum to ‘Pretend It’s Obama’”, *Los Angeles Times*, 23 de março de 2012.

130. “New Claims Cast Trayvon Martin as the Aggressor”, *Fox News*, 27 de março de 2012, <http://www.foxnews.com/us/2012/03/27/new-claims-cast-trayvon-martin-as-aggressor/?intcmp=obinsite>.

131. Jay Barmann, “Police Recover Gun Believed Used in Oakland Shooting Spree; Goh’s Alleged Target Revealed”, *SFist*, 6 de abril de 2012, http://sfist.com/2012/04/06/police_recover_gun_believed_used_in.php; Olivia Katrandjian, “Two Men Arrested, Facebook Clues in Tulsa Shooting Spree”, *ABC News*, 8 de abril de 2012, <http://abcnews.go.com/US/tulsa-oklahoma-men-arrested-shooting-spree/story?id=16096391#.T4HAY5j1Lgo>; “2 Mississippi College Students Killed in Separate Shootings over Weekend”, *Fox News*, 26 de março de 2012,

<http://www.foxnews.com/us/2012/03/26/2-mississippi-college-students-killed-in-separate-shootings-over-weekend/?intcmp=obinsite>.

132. James Rainey, “Sorting out Truth from Fiction in the Trayvon Martin Case”, *Detroit Free Press*, 7 de abril de 2012; Lucy Madison, “Gingrich: Everyone in the World Should Have Right to a Gun”, CBS News, 13 de abril de 2012; “Blitzer and Trump Go at It Over Trump’s Birther Claims”, CNN, 29 de maio de 2012.

133. Barack Obama, discurso, Vigília de Oração de Sandy Hook, Newtown, CT, 16 de dezembro de 2012.

134. Andrew Bacevich, *America’s War for the Greater Middle East: A Military History* (Nova York: Random House, 2016).

135. Comitê de Orçamento da Casa, “The Path to Prosperity”, 20 de março de 2012, <https://documents.latimes.com/rep-paul-ryans-path-prosperity-2013/>; Thomas L. Hungerford, *Taxes and the Economy: An Economic Analysis of the Top Tax Rates Since 1945* (Washington, DC: Congressional Research Service, 2012), p. 1; Jonathan Weisman, “Nonpartisan Tax Report Withdrawn After G.O.P. Protest”, *NYT*, 1º de novembro de 2012.

136. Associação Americana de Ciência Política e Fundação Russell Sage, *American Democracy in an Age of Rising Inequality* (Washington, DC: Associação Americana de Ciência Política, 2004); Lawrence Jacobs e Desmond King, eds., *The Unsustainable American State* (Oxford: Oxford University Press, 2009); Nações Unidas, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, *Inequality Matters: Report of the World Social Situation 2013* (Nova York: Nações Unidas, 2013); Joseph Stiglitz, *The Price of Inequality* (Nova York: Norton, 2012); “Greatest Dangers in the World”, Pew Research Center’s Global Attitudes Project, 16 de outubro de 2014, <http://www.pewglobal.org/2014/10/16/greatest-dangers-in-the-world/>.

137. “I Am Unlimited”, comercial televisivo e on-line, Sprint, 2013, <https://www.youtube.com/watch?v=C9qxjBIL3ko>.

138. Bijan Stephen, “Social Media Helps Black Lives Matter Fight the Power”, *Wired*, novembro de 2015; Jordan T. Camp e Christina Heatherton, eds., *Policing the Planet: Why the Policing Crisis Led to Black Lives Matter* (Londres: Verso, 2016).

139. *Lawrence v. Texas*, 539 U.S. 558 (2003); *Goodridge v. Dept. of Public Health*, 798 NE 2d 941 (Mass. 2003).

140. *Obergefell v. Hodges & Henry v. Hodges*, http://www.acluohio.org/wp-content/uploads/2015/04/HenryV.Hodges-ObergefellV.Hodges-PetitionersBrief2015_0227.pdf.

141. Rod Dreher, *The Benedict Option: A Strategy for Christians in a Post-Christian Nation* (Nova York: Sentinel, 2017), p. 3-9 e citação, p. 219.

142. Nagle, *Kill All Normies*, p. 10. Ver também Ralph D. Berenger, ed., *Social Media Go to War: Rage, Rebellion and Revolution in the Age of Twitter* (Spokane, WA: Marquette Books, 2013); Heather Brooke, *The Revolution Will Be Digitised: Dispatches from the Information War* (Londres: William Heinemann, 2011), p. ix.

143. Nagle, *Kill All Normies*, p. 64.

144. Adrian Florido, “The White Nationalist Origins of the Term ‘Alt-Right’— and the Debate Around It”, NPR, 27 de novembro de 2016; Richard Spencer, “Become Who We Are”, Washington, DC, novembro de 2016; Centro de Direito da Pobreza do Sul, *Alt-Right: The White Nationalist’s Alternative to American Conservatism* (Montgomery, AL: Centro de Direito da Pobreza do Sul, 2016), p. 4-7; Josh Harkinson, “Meet the White Nationalist Trying to Ride the Trump Train to Lasting Power”, *Mother Jones*, 23 de junho de 2017.

145. Até 2015, o Breitbart era “um dos mil sites mais populares da internet, e bem perto dos duzentos sites mais populares dos Estados Unidos” (Centro de Direito da Pobreza do Sul, *Alt-Right*, p. 15). Ver também Stephen Piggott, “Is Breitbart.com Becoming the Media Arm of the ‘Alt-Right?’”, 28 de abril de 2016,

<https://www.splcenter.org/hatewatch/2016/04/28/breitbartcom-becoming-media-arm-alt-right>.

146. Maisha E. Johnson e Nisha Ahuja, “8 Signs Your Yoga Is Culturally Appropriated — and Why It Matters”, *everydayfeminism*, 25 de maio de 2016,

<http://everydayfeminism.com/2016/05/yoga-cultural-appropriation/>.

Sobre o aumento de clickbaits e listicles, ver Tim Wu, *The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads* (Nova York: Knopf, 2016), caps. 22 e 26; Nagle, *Kill All Normies*, p. 77.

147. Steven Levy, *In the Plex: How Google Thinks, Works, and Shapes Our Lives* (Nova York: Simon & Schuster, 2011), p. 67.

148. Instituto de Política, Kennedy School de Harvard, *Campaign for President: The Managers Look at 2016* (Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 2017), p. 13, 16, 28-29, 59. Doravante IOP, *Campaign for President*.

149. Robert Wurthnow, “In Polls We Trust”, *First Things*, agosto de 2015; Dan Wagner, Civis Analytics, entrevista com o autor, 17 de agosto de 2015.

150. Cliff Zukin, “What’s the Matter with Polling?”, *NYT*, 20 de junho de 2015; “Details of Opinion Poll Inquiry Announced”, British Polling Council, 22 de maio de 2015,

<http://www.britishpollingcouncil.org/details-of-opinion-poll-inquiry-announced/>;

Doug Rivers, YouGov, entrevista com o autor, 3 de agosto de 2015;

Scott Horsley, “Changing Polling Metrics to Decide GOP’s Presidential Debate Lineup”, NPR, 3 de agosto de 2015;

“Election 2015: Inquiry into Opinion Poll Failures”, BBC News, 8 de maio de 2015;

“Poll Measures Americans’ Trust in Public Opinion Polls”, C-SPAN.org, 4 de setembro de 2013,

<https://www.c-span.org/video/?314837-1/poll-measures-americans-trust-public-opinion-polls>;

Mark Blumenthal, “Why the Polls in Greece Got It Wrong”, *Huffington Post*, 8 de julho de 2015;

Oren Liebermann, “Why Were the Israeli Election Polls So Wrong?”, CNN, 18 de março de 2015.

151. “Fox News and Facebook Partner to Host First Republican Presidential Primary Debate of 2016 Election”, Fox News, 20 de maio de 2015; Ann Ravel, Chair, FEC, entrevista com o autor, 21 de agosto de 2015; Doyle McManus, “Fox Appoints Itself a GOP Primary Gatekeeper”, *Los Angeles Times*, 30 de maio de 2015; Rebecca Kaplan, “Marist Doesn’t Want Its Poll Used for Fox Debate Criteria”, CBS News, 3 de agosto de 2015; Scott Keeter, entrevista com o autor, 20 de agosto de 2015; Bill McInturff, entrevista com o autor, 21 de agosto de 2015.

152. Donald J. Trump para presidente, 8 de agosto de 2015, <https://web.archive.org/web/20150808202314/https://www.donaldjtrump.com/>; Playbuzz — Plataforma de autoria para narração interativa, <https://publishers.playbuzz.com/>, acesso em 12 de setembro de 2017; “Republican Debate Poll: Who Won First Fox GOP Debate?”, *Time*, 7 de agosto de 2015, <http://time.com/3988073/republican-debate-fox-first-gop/>, acesso em 12 de setembro de 2017.

153. Brendan Nyhan, “Presidential Polls: How to Avoid Getting Fooled”, *NYT*, 30 de julho de 2015; Michael W. Traugott, “Do Polls Give the Public a Voice in a Democracy?”, em Genovese e Streb, *Polls and Politics*, p. 85-86. A defesa de Gallup contra os críticos (incluindo acusações de favorecimentos e desfavorecimentos) está mais bem exposta em Gallup e Rae, *The Pulse of Democracy*, cap. 18. “A sabedoria popular que diz que políticos costumam responder à opinião pública ao tomar decisões políticas importantes é equivocada” é o argumento dos cientistas políticos Lawrence R. Jacobs e Robert Y. Shapiro, *Politicians Don’t Pander: Political Manipulation and the Loss of Democratic Responsiveness* (Chicago: University of Chicago Press, 2000), p. xii-xv. Chris Kirk, “Who Won the Republican Debate? You Tell Us”, *Slate*, 6 de agosto de 2015; Josh Voorhees, “Did Trump Actually Win the Debate? How to Understand All Those Instant Polls That Say Yes”, *Slate*, 7 de agosto de 2015.

154. Esse relato é baseado na presença da autora na conferência da Kennedy. Para a transcrição do evento, ver IOP, *Campaign for President*. Transcrição da mesa redonda dos coordenadores de campanha, p. 11-60. Manifestações da plateia nessa mesa redonda e em outros eventos da conferência que não possam ser encontradas na transcrição têm origem em notas da autora durante o evento.

155. Ann Coulter, *In Trump We Trust: E Pluribus Awesome!* (Nova York: Sentinel, 2016), p. 2-5, 21.

156. Phyllis Schlafly, discurso em St. Louis, 13 de março de 2016.

157. <https://www.youtube.com/watch?v=DCGLXku15x0>; Phyllis Schlafly, Ed Martin e Brett M. Decker, *The Conservative Case for Trump* (Washington, DC: Regnery, 2016).

158. Discurso de Trump no velório de Phyllis Schlafly, 10 de setembro de 2016, https://www.youtube.com/watch?v=1Bng_6HZIPM; Spruill, *Divided We Stand*, p. 336-341; Rod Dreher, *The Benedict Option: A Strategy for Christians in a Post-Christian Nation* (Nova York: Sentinel, 2017), p. 80.

159. Dreher, *The Benedict Option*, p. 79.

160. Ibid., 226; Sykes, *How the Right Lost Its Mind*, p. 17.

161. Hillary Clinton, *What Happened* (Nova York: Simon & Schuster, 2017).

162. IOP, *Campaign for President*, p. 67.

163. Ibid., p. 68.

164. Ibid., p. 69.

165. Nicholas Confessore e Daisuke Wakabayashi, “How Russia Harvested American Rage to Reshape U.S. Politics”, *NYT*, 9 de outubro de 2017.

166. Caitlyn Dewey, “Facebook Fake-News Writer”, *Washington Post*, 17 de novembro de 2016. E sobre sua morte:

<http://www.phoenixnewtimes.com/arts/paul-horner-dead-at-38-9716641>.

167. Tim Wu, “Please Prove You’re Not a Robot”, *NYT*, 15 de julho de 2017.
168. IOP, *Campaign for President*, p. 70.
169. Mike Isaac e Scott Shane, “Facebook’s Russia-Linked Ads Came in Many Disguises”, *NYT*, 2 de outubro de 2017. Ver também, por exemplo, Zeynep Tufekci, “Zuckerberg’s Preposterous Defense of Facebook”, *NYT*, 29 de setembro de 2017.
170. Cecilia Kang, Nicholas Fandos e Mike Isaac, “Tech Executives Are Contrite About Election Meddling, but Make Few Promises on Capitol Hill”, *NYT*, 31 de outubro de 2017.
171. IOP, *Campaign for President*, p. 70.
172. *Ibid.*, p. 71.
173. Acusação, *U.S. v. Internet Research Agency et. al*, 18 USC, par. 2, 371, 1349, 1028A, 16 de fevereiro de 2018.
174. Sobre Assange, ver Raffi Khatchadourian, “Julian Assange, a Man Without a Country”, *TNY*, 21 de agosto de 2017.
175. IOP, *Campaign for President*, p. 76.
176. *Ibid.*, p. 83.
177. *Ibid.*, p. 87.
178. *Ibid.*, p. 89.

Epílogo: A QUESTÃO ENFRENTADA

1. Alexander Hamilton, *Federalista n. 1* (1788); Edward R. Garriott, *Cold Waves and Frost in the United States* (Washington, DC: Weather Bureau, 1906), p. 10.
2. Charles Pierce, *A Meteorological Account of the Weather in Philadelphia from January 1, 1790, to January 1, 1847* (Filadélfia: Lindsay and Blakiston, 1847), p. 264. Meus agradecimentos a Charles Cullen e à Sociedade Histórica da Pensilvânia e a Peter Huybers, do Departamento de Ciências da Terra e Planetárias, de Harvard.
3. Temperaturas médias anuais de 1948 a 2017 podem ser encontradas em Centros Nacionais de Informação Ambiental da NOAA, visão geral do clima: série temporal dos EUA, temperatura média, publicado em julho de 2017, <http://www.ncdc.noaa.gov/cag/>, acesso em 23 de julho de 2017.
4. Michel Carlowicz, “World of Change: Global Temperatures: Featured Articles”, NASA. <https://earthobservatory.nasa.gov/world-of-change/decadaltemp.php>, acessado em 12 de setembro de 2017.
5. “President Trump Announces U.S. Withdrawal from the Paris Climate Accord”, *The White House*, 1º de junho de 2017, <https://www.whitehouse.gov/articles/president-trump-announces-u-s-withdrawal-paris-climate-accord/>; “President Trump Decides to Pull U.S. Out of Paris Climate Agreement”, *All Things Considered, NPR*, 1º de junho de 2017; Justin Worland “The Enormous Ice Sheet that Broke Off Antarctica Won’t Be the Last to Go”, *Time*, 13 de julho de 2017.
6. Andrew Sullivan, “The Republic Repeals Itself” (Nova York, 9 e novembro de 2016); Donald J. Trump, *discurso inaugural*, 20 de janeiro de 2017; Samuel Moyn e David Priestland, “Trump Isn’t a

Threat to Our Democracy; Hysteria Is”, *NYT*, 11 de agosto de 2017.

7. Jessica Anderson, “Taney Statue Is Moved from Outside Frederick City Hall”, *Baltimore Sun*, 18 de março de 2017; Celeste Bott, “Remaining Pieses of Confederate Monument Removed from Forest Park”, *St. Louis Post-Dispatch*, 28 de junho de 2017; Richard Fausset, “Tempers Flare Over Removal of Confederate Statues in New Orleans”, *NYT*, 2 de maio de 2017; Sheryl Gay Stolberg e Brian M. Rosenthal, “Man Charged After White Nationalist Rally in Charlottesvillle Ends in Deadly Violence”, *NYT*, 12 de agosto de 2017.

8. Bork, *Slouching Towards Gomorrah*, p. 317-318.

9. Newt Gingrich, *To Renew America*, (Nova York: HarperCollins, 1996), p. 7.

SOBRE A AUTORA



© DARI PILLSBURY

JILL LEPORE é professora de história americana em Harvard e redatora da *The New Yorker*. É autora do best-seller *A história secreta da Mulher-Maravilha* e de *Book of Ages: The Life and Opinions of Jane Franklin*, finalista do National Book Award. Atualmente mora em Cambridge, Massachusetts.

LEIA TAMBÉM



O quinto risco
Michael Lewis



A caminho da guerra
Graham Allison



A morte da verdade
Michiko Kakutani